CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS
DE DOUTORAMENTO E AVANZADOS
DA USC (CIEDUS)

TESE DE DOUTORAMENTO

# O CULTO A S. BENTO DA PORTA ABERTA (RIO CALDO, TERRAS DE BOURO) COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

António José
FERREIRA AFONSO

**ESCOLA DE DOUTORAMENTO INTERNACIONAL**
**PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM ESTUDOS CULTURAIS**

LUGO, 2020

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE DOUTORAMENTO E AVANZADOS DA USC (CIEDUS)

# DECLARACIÓN DO AUTOR DA TESE

**O culto a São Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro) como fator de desenvolvimento local e regional**

D. António José Ferreira Afonso

Presento miña tese, seguindo o procedemento adecuado ao Regulamento, e declaro que:

1) A tese abarca os resultados da elaboración do meu traballo.
2) A tese é a versión definitiva presentada para a súa defensa e coincide ca versión enviada en formato electrónico.
3) Confirmo que a tese non incorre en ningún tipo de plaxio de outros autores nin de traballos presentados por min para a obtención de outros títulos.

*En Lugo, 31 de janeiro de 2020.*

Asdo.....

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

# AUTORIZACIÓN DO DIRECTOR / TITOR DA TESE

**[O culto a São Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro) como fator de desenvolvimento local e regional]**

D. Xaquín Serxo Rodríguez Campos

INFORMA:

*Que a presente tese, correspóndese co traballo realizado por D.* ***António José Ferreira Afonso****, baixo a miña dirección, e autorizo a súa presentación, considerando que reúne os requisitos esixidos no Regulamento de Estudos de Doutoramento da USC, e que como director desta non incorre nas causas de abstención establecidas na Lei 40/2015.*

*En Lugo., a 29 de xaneiro de 2020*

Asdo.....

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# DEDICATÓRIA

À minha mulher, Lucília,

Ao João e à Ana,

Ao André e à Teresa.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

# HOMENAGEM

À minha mãe, Custódia Maria Ferreira,
e ao meu pai, Aníbal Joaquim Afonso,
grandes devotos de S. Bento da Porta Aberta e da Senhora da Abadia,
e ao meu sogro, José Maria Gonçalves Vila-Chã.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

# AGRADECIMENTOS

**Instituições**

- Mesa da Irmandade de São Bento da Porta Aberta (C.º Fernando Monteiro, C.º Roberto Rosmaninho Mariz, C.º José Marques, Carlos Aguiar Gomes e Fernando Correia)
- Arquivos Distrital de Braga
- Arquivo Arquidiocesano de Braga
- Arquivo Municipal de Terras de Bouro
- Arquivo Municipal de Amares
- Arquivo Municipal de Vieira do Minho
- Junta de Freguesia de Rio Caldo (presidentes: Abílio Costa, Manuel da Silva Ferreira e Serafim Alves), Terras de Bouro
- Museu da Assembleia da República, Lisboa (Dra. Teresa Parra)
- Museu Pio XII (C.º José Paulo Abreu, vigário-geral da Arquidiocese de Braga)
- Arquivo da EDP / Porto (Maria Clara Maia e Isabel Costinha)
- Santa Casa da Misericórdia de Braga (Bernardo Reis, Provedor)
- Comunidade Intermunicipal do Cávado (Luís Macedo e Goreti Meira)
- Museu dos Biscainhos, Braga
- Irmandade do Senhor da Cruz, Barcelos, administradora da capela de S. Bento da Buraquinha
- Confraria de S. Bento de Seixas, Caminha
- Lar Conde de Agrolongo, Braga
- Confraria de Nossa Senhora do Terço, Barcelos
- Presidente da Direção da Congregação de Nossa Senhora da Caridade, Viana do Castelo
- Junta de Freguesia de Cossourado, Paredes de Coura
- Junta de Freguesia de Covide, Terras de Bouro

**Personalidades**

- Xaquín Serxo Rodríguez Campos, tutor
- José Joaquim Ferreira Monteiro Fernandes (revisão do texto), Braga
- Domingos Alves (cedência do "livro" do Pe. Pinto Guedes *Para a História de S. Bento*), Rio Caldo
- Abílio Costa, 68 anos, Rio Caldo
- Abílio Lopes, 82 anos, Rio Caldo
- Pe. Adelino da Costa e Sousa, reitor da basílica de S. Bento da Porta Aberta
- Adelino Domingues, Amares
- Adriano Chaves Afonso, Terras de Bouro
- Anabela Costa (AMA)
- Pe. António Costa, Rego, Celorico de Basto
- António Ferreira (Mocho), Oliveira, Braga
- António Manuel da Cunha Martins, Terras de Bouro
- António Martins (Meia-Légua), Vilar da Veiga
- Bernardino da Silva Ferreira, Rio Caldo
- Cândida Santos, Rio Caldo
- Dionísio Silva (ISBPA)
- Domingos Dias Portelo, Chorense, Terras de Bouro
- Eduardo Pires de Oliveira, Braga

- Elisa Lessa (UM)
- Famílias: Fernandes (Travassos, Vilar), José Araújo (Rio Caldo) e Santos (Rio Caldo)
- Fátima Costa, Rio Caldo
- Pe. Fernando Bento da Costa e Sousa, Vilar, Terras de Bouro
- Florentina Garcia Rodrigues, S. Benito de la Contienda, Olivença
- Francisco Calheiros (Solar de Calheiros, Ponte de Lima)
- Pe. Francisco Medeiros, Fervença, e família, Celorico de Basto
- Francisco Veloso Martins, Moimenta, Moimenta, Terras de Bouro
- Gracinda Santos, S. João da Cova, Vieira do Minho
- Isolina Névoa, Caniçada, Vieira do Minho
- Jesús Acosta (ACGEIA), Canárias, Espanha
- João Rodrigues, guarda-fiscal reformado, Vila Verde
- Pe. José Alves, S. João da Cova, Vieira do Minho
- José Balbino Vieira, Braga
- Pe. José Manuel, Freiriz, Vila Verde
- Sr. José Maria, responsável pela igreja de S. Romão de Neiva
- C.º José Marques (UP)
- Pe. José Marques Domingues, Cepães, Fafe
- José Viriato Capela (UM)
- José Xavier Araújo, Rio Caldo
- Manuel Dias Vilarinho, Freitas, Covide.
- Manuel da Silva Ferreira, Rio Caldo
- Manuel José Gonçalves Pereira, Rio Caldo
- Mesários e zeladores das confrarias e capelas referidas
- Pe. Miguel Miranda, S. Bento da Várzea, Barcelos
- Párocos das igrejas citadas
- Sandra Rodrigues (AMTBR)
- Paulo Freitas, Centro Interpretativo da Maria da Fonte, Município da Póvoa de Lanhoso
- Proprietários das quintas: Barreta (Barcelos), Bela (Monção), Cardido (Guimarães), Fontão (Ponte de Lima) e Paço (Oleiros, Guimarães)
- Rosa das Dores Rego, Vilar da Veiga
- Rui Ruas (Junta de Freguesia de Oliveira), Braga
- Pe. Viana, S. Bartolomeu do Mar, Esposende
- Todas as pessoas que aceitaram dar-nos o seu testemunho, em particular àquelas que, entretanto, já faleceram, como Sua Ex.ª Reverendíssima D. António Rafael (bispo de Bragança e Miranda), Artiz Domingues (Rebordochão, Santa Isabel do Monte); Maria da Conceição Ferreira (Corujeira, Rio Caldo) e Silvestre Brito (Freitas, Covide), ou que disponibilizaram parte do seu tempo para nos facultar o acesso aos templos: capelas, igrejas ou santuários
- Técnicos dos arquivos com quem contactámos, pela sua disponibilidade, paciência e ajuda.

# RESUMO

A presente dissertação aborda o culto a S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo) e divide-se em duas partes. Na primeira, contextualizamos o culto a S. Bento no Minho, espaço geográfico onde este santuário se insere, a partir do levantamento das marcas patrimoniais beneditinas que foi possível inventariar: igrejas, santuários, capela, nichos e alminhas. A segunda parte é dedicada à história do santuário de S. Bento da Porta Aberta desde a sua origem, em 1614, explicitando como foi possível uma pequena e insignificante capela, construída no meio da serra por ordem de um Visitador, transformar-se no segundo maior destino de peregrinação em Portugal (a seguir a Fátima), o qual foi elevado à categoria de basílica menor no dia 17 de março de 2015.



Palavras-chave: "religiosidade popular", romarias (peregrinações), S. Bento e S. Bento da Porta Aberta (santuário).



# ABSTRACT

The present dissertation deals with the cult of *St. Benedict da Porta Aberta (Rio Caldo)* and is divided into two parts. In the first one, we contextualize the cult of St. Benedict in Minho, geographic space where this sanctuary is located, from the survey of Benedictine heritage traces that was possible to inventory: churches, sanctuaries, chapels, niches and "*alminhas*". The second part is dedicate to the history of the sanctuary of *St. Benedict da Porta Aberta* since its origin, in 1614, and explains how it was possible that a small and insignificant chapel, built in the middle of the mountains by order of a Visitor, to become the second largest pilgrimage destination in Portugal (after Fátima), which sanctuary was elevated to the category of minor basilica on March 17, 2015.



*Keywords*: popular religiosity, St. Benedict, pilgrimages and St. Benedict da Porta Aberta (sanctuary).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# SIGLAS E ABREVIATURAS

AAB – Arquivo da Arquidiocese de Braga
ADB – Arquivo Distrital de Braga
AISBPA – Arquivo da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta
AJFRC – Arquivo da Junta de Freguesia de Rio Caldo
AMA – Arquivo Municipal de Amares
AMTBR – Arquivo Municipal de Terras de Bouro
AMVM – Arquivo Municipal de Vieira do Minho
Arq. - Arquivo
BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa
BPB/UM – Biblioteca Pública de Braga / Universidade do Minho
Cf. / cf. – confere
CMTB – Câmara Municipal de Terras de Bouro
CSMB – Concelho de Santa Marta de Bouro
COSTA - COSTA, Avelino de Jesus da (1984): *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal
doc. – documento
EDI – Escola de Doutoramento Internacional (USC)
fl. – fólio ou folha
fls. – fólios ou folhas
ISBPA – Irmandade de S. Bento da Porta Aberta
JF – Junta de Freguesia
JP – Junta de Paróquia
Liv. – livro
*MP*, I – *Memórias Paroquiais* (1758) relativas ao distrito de Braga
*MP*, II – *Memórias Paroquiais* (1758) relativas ao distrito de Viana do Castelo
*MR*, I – *Memórias Ressuscitadas* (1726) de Francisco Craesbeeck, vol. 1
*MR*, II – *Memórias Ressuscitadas* (1726) de Francisco Craesbeeck, vol. 2
ms. - manuscrito
*O. c.* – obra citada
p. – página
pp. – páginas
*RB* – *Regra de S. Bento*
RC – Rio Caldo
rs. - réis
SBPA – São Bento da Porta Aberta
SCMB – Santa Casa da Misericórdia de Braga
s/d – sem data
s/n – sem número
séc. – século
ss. – seguintes
*s.v.* – sobre este vocábulo
t. – tomo
UM – Universidade do Minho

UP – Universidade do Porto
USC – Universidade de Santiago de Compostela
v. – verso
*v. g.* – *verbi gratia*
VEBLC – VERBO, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura
vol. – volume
vols. – volumes
*vs.* - *versus*

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

# ÍNDICE GERAL

## Conteúdo


SIGLAS E ABREVIATURAS ..... 3

ÍNDICE GERAL ..... 5

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES ..... 7

ÍNDICE DE QUADROS ..... 11

1. CONSIDERAÇÕES DE ORDEM METODOLÓGICA ..... 13

1.1. Introdução ..... 13
1.2. Tema a desenvolver ..... 15
1.3. Motivação ..... 17
1.4. *Corpus* da investigação ..... 18
1.5. Objetivos ..... 19
1.6. Estado da Questão ..... 20
1.7. Metodologia ..... 20
1.8. Constrangimentos ..... 23
1.9. Estrutura ..... 27
1.10. Fundamentação teórica ..... 27

PARTE I – O CULTO A S. BENTO NO MINHO ..... 31

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ..... 31

2.1. S. Bento, Pai e Padroeiro da Europa ..... 31
2.2. História breve de S. Bento de Núrsia ..... 31
2.3. "Religiosidade popular" ..... 35
2.4. S. Bento: um culto de proximidade ..... 46
2.5. S. Bento e a fundação de Portugal ..... 48
2.6. Manifestações do culto a S. Bento no Minho ..... 53
2.7. Hinos, cânticos e canções a S. Bento ..... 61
2.8. Iconografia de S. Bento ..... 72
2.9. Caminhos de peregrinação a S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo ..... 91

3. PEREGRINANDO PELO ALTO MINHO ..... 101

3.0. Introdução ..... 101
3.1. Arcos de Valdevez ..... 101
3.2. Caminha ..... 119
3.3. Melgaço ..... 123
3.4. Monção ..... 129
3.5. Paredes de Coura ..... 136
3.6. Ponte da Barca ..... 141
3.7. Ponte de Lima ..... 143
3.8. Valença ..... 152
3.9. Viana do Castelo ..... 156
3.10. Vila Nova de Cerveira: Loivo e Valboa, mosteiros beneditinos ..... 167

4. PEREGRINANDO PELO BAIXO MINHO ..... 171

4.1. Amares ..... 171
4.2. Barcelos ..... 177
4.3. Braga ..... 190
4.4. Cabeceiras de Basto ..... 207
4.5. Celorico de Basto ..... 211
4.6. Esposende ..... 214
4.7. Fafe ..... 218
4.8. Guimarães ..... 222
4.9. Póvoa de Lanhoso ..... 226
4.10. Terras de Bouro ..... 233
4.11. Vieira do Minho ..... 236
4.12. Vila Nova de Famalicão ..... 239
4.13. Vila Verde ..... 244
4.14. Vizela, S. Bento das Pedras ..... 252

PARTE II – S. BENTO DA PORTA ABERTA: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO ..... 171

5. O SANTUÁRIO, HOJE, BASÍLICA MENOR, DE SÃO BENTO DA PORTA ABERTA ..... 257

5.1. Entre a lenda e a história ..... 258
5.2. Origem da capela de S. Bento da Seara de Forcadela (1614-1615) ..... 261
5.3. Construção do santuário de SBPA (1843 a 1904) ..... 289
5.4. Destino dos altares do Santuário demolido em 1885 ..... 369
5.5. Iconografia de SBPA: um caso de estudo ..... 374
5.6. Outros investimentos ..... 386

6. A IRMANDADE DE S. BENTO DA PORTA ABERTA ..... 397

6.1. Uma guerra de «galos»: os clérigos José Pinto Guedes e José Dias de Freitas ..... 398
6.2. Fundação da confraria de SBPA, 5 de abril de 1891 ..... 403
6.3. Refundação da Confraria / Irmandade de SBPA, 18 de setembro de 1899 ..... 406
6.4. Escritura de transferência, 12 de novembro de 1899 ..... 408
6.5. Estatutos da Irmandade de SBPA ..... 411

7. O CULTO A S. BENTO DA PORTA ABERTA ..... 429

7.1. Romeiros: origem e motivação ..... 429
7.2. Influência do santuário de Nossa Senhora da Abadia ..... 431
7.3. Festividades em honra de S. Bento ..... 433
7.4. Ritos cultuais ..... 435

8. O SANTUÁRIO COMO FATOR ..... 459

8.1. Vias de acesso ..... 461
8.2. Eletrificação: Gerês, Terras de Bouro e S. Bento (Rio Caldo) ..... 470
8.3. Melhoramentos no espaço envolvente do Santuário ..... 471
8.4. Investimentos nas áreas: social, saúde, educação e comércio ..... 473

CONCLUSÃO ..... 485

FONTES ..... 493

RESUMO ..... 507

RESUMEN ..... 512

# ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1. Cerimónia da elevação do santuário de SBPA à categoria de Basílica Menor. ..... 13
Fig. 2. Estado em que se encontrava um livro de escrituração da ISBPA. ..... 24
Fig. 3. Painel das *Alminhas* de S. Bento na rua do Muro, Braga. ..... 55
Fig. 4. Fonte: Mosteiro de Singeverga, Santo Tirso. ..... 61
Fig. 5. Fonte: Mosteiro de Santo André de Rendufe ..... 62
Fig. 6. Rosto de S. Bento. Fresco da igreja de S. Crisógono, Roma, séc. IX ..... 72
Fig. 7. Regra de S. Bento, Martín Pinario, Santiago de Compostela. ..... 73
Fig. 8. Pormenor da imagem de S. Bento existente na igreja de S. Bento da Várzea, Barcelos. . 75
Fig. 9. Frontispício da Regra da Cavalaria e Ordem Militar de Avis, 1631. ..... 76
Fig. 10. Pormenor do frontispício da Regra da Cavalaria e Ordem Militar de Avis, 1631. ..... 76
Fig. 11. San Benito Abad, Tenerife, Canárias. ..... 77
Fig. 12. Frontispício da primeira *Regra de S. Bento* impressa em Portugal, 1586. ..... 78
Fig. 13. Edição *princeps* de 1579. (Fonte: Biblioteca Geral da USC). ..... 79
Fig. 14. Esculturas de S. Bento das igrejas de Barros, Sto. Estêvão (Vila Verde), SBPA (Terras de Bouro), Soutelo, Ribas (Celorico de Basto) e Moure (Vila Verde) ..... 81
Fig. 15. S. Miguel de Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto. ..... 82
Fig. 16. S. Martinho de Tibães, Braga. ..... 82
Fig. 17. Santa Ana, Viana do Castelo. ..... 82
Fig. 18. Ex-votos. Museu (Casa da Memória) da basílica de S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo). ..... 82
Fig. 19. Imagens do S. Bentinho de Ermelo, da Costa (Gondoriz) e da Vila nos Arcos de Valdevez e Rua de S. Bentinho de Trás do Hospital, Braga. ..... 83
Fig. 20. S. Bento com vestes prelatícias. S. Bento da Vitória, Porto (coro alto). ..... 84
Fig. 21. Fresco de S. Bento na capela-mor da matriz de Vila Marim, Vila Real. ..... 85
Fig. 22. Igreja do Terço (Barcelos). ..... 86
Fig. 23. Matriz de Cerdal (Valença). ..... 86
Fig. 24. Matriz de Vairão (Vila do Conde). ..... 86
Fig. 25. S. Bento de Lapela (Monção). ..... 87
Fig. 26. S. Bento, Museu Pio XII (col. particular). ..... 87
Fig. 27. Matriz de Galegos Santa Maria (Barcelos). ..... 87
Fig. 28. S. Bento da Várzea, Barcelos. ..... 89
Fig. 29. S. Bento da Várzea, Barcelos (Fonte: Frei Paulino de Castro). ..... 89
Fig. 30. Capela de S. Bento, Vila do Conde, 2019. ..... 90
Fig. 31. Capela de S. Bento, Vila do Conde. (Fonte: Nóbrega, 1951: 14). ..... 90
Fig. 32. Proposta da rede dos caminhos de S. Bento da Porta Aberta. ..... 100
Fig. 33. Fonte: Arquivo do mosteiro de S. Julião de Samos (Sarria, Galiza). ..... 101
Fig. 34. S. Bento de S. Mamede d'Arca. (Fonte: VIEIRA, 2017: 138). ..... 145
Fig. 35. S. Bento da Porta Aberta. (Fonte: «Casa Araújo»). ..... 145
Fig. 36. Mosteiro de S. Bento, Viana do Castelo. (Fonte: «Café S. Bento», rua de S. Bento). . 160
Fig. 37. Recipiente para recolha dos ovos ofertados ao S. Bentinho de Trás do Hospital, Braga. (Fonte: SCMB). ..... 200

Fig. 38. S. Bento na matriz de Gomide (Vila Verde). ..... 251
Fig. 39. Escultura antiga de S. Bento da Porta Aberta. (Fonte: Museu da ISBPA). ..... 262
Fig. 40. Fac-simile do livro de contas da receita e da despesa da JP com as despesas da construção da capela-mor no ano de 1885. (Fonte: AISPA). ..... 330
Fig. 41. Fac-simile do verso da folha 16 do livro de inventário da ISBPA (1908-1950)..... 336
Fig. 43. Planta de implantação do Santuário e vias de acesso no ano de 1904. (Fonte: **ADB**). 340
Fig. 44. Planta da reconstrução da torre em 1919. (Fonte: ADB). ..... 349
Fig. 45. Plantas das fachadas do Santuário dos anos 1895 (Fonte: AISBPA), 1919 e 1974 (Fonte: AMTB). ..... 351
Fig. 46. Tribuna do altar-mor de SBPA, 1895. (Fonte: Museu dos Biscainhos)..... 353
Fig. 47. Altar-mor de SBPA ("machineta" e trono), 1907. (Fonte: Adriano Afonso). ..... 356
Fig. 48. Altar-mor (trono de S. Bento), antes de 1933. (Fonte: Jornal de SBPA)..... 357
Fig. 49. Altar-mor e baldaquino de SBPA, posterior a 1934 (Fonte: Molho de Faria, 1947: 98). ..... 358
Fig. 50. Fac-simile do acórdão de aprovação do orçamento suplementar de 1939. (Fonte: AISBPA)..... 359
Fig. 51. Tribuna do altar-mor com o baldaquino de SBPA. (Foto de 2014). ..... 360
Fig. 52. Sino de S. Bento, o maior do carrilhão. ..... 365
Fig. 53. Banco e pedaleira do carrilhão de sinos de SBPA. ..... 366
Fig. 54. Banco e pedaleira do carrilhão de sinos de SBPA. ..... 367
Fig. 55. Altar-mor da capela da Imaculada Conceição, S. João da Cova..... 371
Fig. 56. Altar-mor, com tribuna, da capela de S. Silvestre em Freitas, Covide. ..... 372
Fig. 57. Frontões dos altares das capelas de N. Sra. da Conceição, S. João da Cova, e de S. Silvestre em Freitas, Covide..... 373
Fig. 58. Ornatos por cima da pedra de ara na capela de N. Sra. da Conceição, S. João da Cova e por cima do sacrário na capela de S. Silvestre em Freitas, Covide. ..... 373
Fig. 59. Sobreposição, com transparência, dos ornatos dos dois altares. ..... 374
Fig. 60. S. Bento de Travassos, Vilar (Terras de Bouro). ..... 375
Fig. 61. Painel de azulejos na capela-mor SBPA ..... 376
Fig. 62. Estampa de SBPA. (Fonte: «Casa Araújo»). ..... 376
Fig. 63. Azulejo identificando a fábrica de cerâmica, «Viúva Lamego», e o ano, 1967. (Fonte: Capela-mor de SBPA). ..... 380
Fig. 64. Vitral da capela-mor de SBPA..... 381
Fig. 65. Fac-simile da folha n.º 1 do *Livro do inventário (1908-1950)* da ISBPA..... 382
Fig. 66. Santa Escolástica (ISBPA)..... 383
Fig. 67. Medalhão no teto da nave do Templo de SBPA. ..... 384
Fig. 68. Gravações nos sinos do carrilhão de SBPA: S. Bento, Sra. da Conceição, S. José e Sta. Eufémia..... 385
Fig. 69. Estampa de SBPA. (Fonte: Museu dos Biscainhos, Braga)..... 386
Fig. 70. Projeto do cruzeiro: base, fuste, capitel e cruz, 1917. (Fonte: **ADB**)..... 389
Fig. 71. Alçado do pedestal do cruzeiro, 1917. (Fonte: **ADB**)..... 389
Fig. 72. Postal antigo vendo-se o fontenário, o coreto, o cruzeiro e o Santuário. (Fonte: Adriano Afonso). ..... 390
Fig. 73. Alçado principal da «Casa dos Milagres», projeto de 1922. (Fonte: **AISBPA**). ..... 392
Fig. 74. Alçado principal da «Casa dos Milagres», projeto de 1924. (Fonte: **AISBPA**). ..... 393

Fig. 75. Planta elaborada pelo condutor de obras públicas, Alfredo Castello Barnco em 1912. (Fonte: **ADB**). ....394
Fig. 76. Fotografia do Pe. Pinto Guedes, co-fundador da ISBPA. (Fonte: **AISBPA**). ....399
Fig. 77. Fotografia do Pe. Pinto Guedes existente na «Casa do Pinto». ....401
Fig. 78. Fotografia do Pe. Dias de Freitas, abade de Rio Caldo (Fonte: **AISBPA**). ....402
Fig. 79. Fac-simile da transcrição da «Escritura de transferência e cedência», 1938. (Fonte: **AJFRC**). ....410
Fig. 80. Relíquia de S. Bento na Basílica Menor de SBPA. ....439
Fig. 81. Romeiros colocando velas no queimador em SBPA. ....442
Fig. 82. Sal ofertado pelos devotos de SBPA. ....445
Fig. 83. Romeiros de joelhos e amortalhados. (Fonte: ISBPA). ....450
Fig. 84. Ex-votos a SBPA: aparelhos ortopédicos, símbolos desportivos e trajes académicos. (Fonte: exposição de ex-votos no museu de SBPA) ....452
Fig. 85. Ramos de medronheiro em flor. ....453
Fig. 86. A veiga de Rio Caldo vendo-se, à esquerda, a «Casa do Pinto», e, à direita, o Santuário de S. Bento da Porta Aberta. (Fonte: Arquivo da EDP / Porto, 1955). ....461
Fig. 87. Levantamento topográfico do Santuário e zona envolvente. (Fonte: AISBPA, 1975). 477
Fig. 88. Levantamento topográfico do Santuário e zona envolvente. (Fonte: CMTB, 2010). ...478
Fig. 89. Fachada da Hospedaria. (Fonte: AISBPA, 1949). ....479
Fig. 90. Local de implantação da Pousada de S. Bento. (Fonte: CMTB, 1976). ....480
Fig. 91. Logótipo da Estalagem de SBPA. ....480
Fig. 92. Vista noturna da fachada do Hotel de S. Bento. ....480
Fig. 93. Projeto para a construção de espaços comerciais no terreiro de SBPA. (Fonte: CMTB, 1977). ....482
Fig. 94.Vista do Santuário e da Cripta de SBPA a partir da pedreira de S. Bento. ....484
Fig. 95. Cartão que nos foi enviado por D. António José Rafael, Bispo Emérito de Bragança-Miranda. ....485

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1. Relação de alguns entrevistados sobre a história do santuário de SBPA.....21
Quadro n.º 2. Síntese de arrematações do dia 19 de agosto de 1847. .....296
Quadro n.º 3. Contas de receita e despesa dos anos de 1849/50 e 1850/51. .....299
Quadro n.º 4. Rendimentos entre 1853 e 1856.....305
Quadro n.º 5. Saldos entre 1857 e 1860. .....307
Quadro n.º 6. Bens negociados para ampliação do terreiro de S. Bento. .....311
Quadro n.º 7. Dinheiro a juro do santuário de Nossa Senhora da Abadia, Amares. .....313
Quadro n.º 8. Contratos de mútuo com particulares no ano de 1871. .....314
Quadro n.º 9. Contratos de mútuo com particulares entre 1881 e 1884. .....314
Quadro n.º 10. Dívidas ativas de privados no ano de 1911. .....316
Quadro n.º 11. Evolução das medidas do santuário: do projeto à atualidade.....321
Quadro n.º 12. Síntese dos responsáveis nos termos do acórdão do Conselho de Distrito de 19 de dezembro de 1884. .....335
Quadro n.º 13. Despesas pagas no ano de 1885. .....337
Quadro n.º 14. Dados referentes ao carrilhão de sinos.....365
Quadro n.º 15. Dados relativos à aquisição de mais um sino e 3 sinetas. .....366
Quadro n.º 16. Síntese das alterações e reformas dos Estatutos da ISBPA. .....424
Quadro n.º 17. Alterações estatutárias no que respeita aos fins da Irmandade. .....424
Quadro n.º 18. Dados relativos às ofertas no período de julho de1900 a março de 1901.. .....447
Quadro n.º 19. Ex-votos recolhidos entre os anos de 1943 e 1945. .....448
Quadro n.º 20. Evolução demográfica no concelho de Terras de Bouro (1794 e 2001). .....460
Quadro n.º 21. Receitas documentadas do Santuário entre os anos de 1843 e 1960. .....472
Quadro n.º 22. Relação de subsídios atribuídos aso pobres de Rio Caldo. .....474
Quadro n.º 23. Subsídios a atribuir aos pobres de Rio Caldo. .....474

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# 1. CONSIDERAÇÕES DE ORDEM METODOLÓGICA

## 1.1. INTRODUÇÃO

Na encosta nordeste da montanha de Bouro, doada por D. Afonso Henriques a uns ermitães beneditinos que abraçaram a Ordem de Cister, surgiu, no ano de 1614, uma pequena ermida que, passados 400 anos da sua bênção, foi distinguida com o título honorífico de Basílica Menor, atribuído pela Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, por delegação do Papa Francisco, a pedido de D. Jorge Ortiga, Arcebispo Metropolita de Braga, Primaz das Espanhas [1]. Este título foi concedido no dia 17 de março de 2015, dia em que se comemora o nascimento de S. Bento, abade. A cerimónia oficial realizou-se no dia 21 de março, dia do Trânsito de S. Bento, e contou com a presença de altos dignitários eclesiásticos.



Fig. 1. Cerimónia da elevação do santuário de SBPA à categoria de Basílica Menor.

O passado do santuário de São Bento da Porta Aberta (SBPA), a partir de 1834, não pode ser dissociado da história da Junta de Freguesia de Rio Caldo. Na verdade, a partir da criação das Juntas de Paróquia e até à implantação da República, a administração do Santuário manteve-se nas 'mãos' da Junta da Paróquia (JP) ou nas de alguém a ela ligado (como o caso do irmão do Pe. José António Silvério Pinto Guedes). Quando tal não acontecia, sucediam-se as acusações mútuas de desvio de fundos que acabaram, muitas vezes, na barra dos tribunais. A primeira, pouco depois da JP de Rio Caldo ter tomado posse da administração dos bens do santuário de SBPA, tendo, inclusive, chegado à presença de Sua Majestade, a Rainha, aconteceu, em 1905, num relatório do eng. Hintze Ribeiro - o da ponte de Entre-os-Rios, de má memória – devido à realização de uma sindicância.

A história deste Santuário sempre nos fascinou. Desde muito novos que a romaria ao S. Bentinho era algo que aguardávamos com ansiedade. Embora a nossa motivação não fosse, de todo, religiosa, a verdade é que as rusgas, as bandas de música, os ranchos folclóricos, as sessões de pirotecnia (fogo preso, do lago com suas "rabiças" e do penedo), as tendas dos "comes e bebes" e dos brinquedos, bem como toda a encenação festivaleira, fascinavam e preenchiam a

[1] Aquando da atribuição do título, foi concedida «*indulgência plenária*, à semelhança da obtida no jubileu, com as condições habituais (Confissão sacramental, Comunhão eucarística e Oração pelas intenções do Romano Pontífice), aos fiéis verdadeiramente penitentes e movidos pelo espírito de caridade, (...) se, em peregrinação, associada profundamente ao espírito do Ano da Fé da Vida Consagrada, tiverem visitado o Santuário de S. Bento da Porta Aberta e aí tenham participado piedosamente em alguma função sagrada em honra de S. Bento, Patrono da Europa, (...)». Cf. «Decreto» da Penitenciária Apostólica (Santa Sé), dado em Roma, na sua sede, no dia 6 de fevereiro de 2015.

nossa imaginação de criança num tempo em que a televisão era uma miragem e o advento da *internet* nem ficção. De igual modo, éramos atraídos pela parte religiosa, nomeadamente a procissão com o grupo de bombos a abrir, os andores vistosos, os imensos figurantes cuja representação também assumimos, os amortalhados portadores de velas da sua altura, as bandas de música tocando e marchando e o respeito pelo Santíssimo transportado debaixo do pálio a cuja passagem todos se ajoelhavam.

Na romaria, o que mais nos impressionava era o sacrifício das pessoas que, de joelhos, por vezes com crianças ao colo, davam três voltas ao Santuário, algumas sangrando, ou daquelas que também faziam, de joelhos, o trajeto da ponte de Rio Caldo até ao Santuário.

Aqui vivia-se o verdadeiro espírito de romaria que fazia com que milhares de pessoas deixassem as suas casas e calcorreassem dezenas de quilómetros para cumprir uma promessa que, numa hora de aflição, haviam feito. E o povo é de palavra. A honra acima de tudo. Podiam nem saber assinar, mas não podiam falhar no cumprimento das suas promessas. Este era um ritual que, ano após anos, se repetia. Por um lado, agradeciam as graças concedidas; por outro, pediam a proteção do seu santo - ou santa - protetor para mais um ano de trabalho que tinham pela frente, com todos os imponderáveis, desde problemas de saúde à necessidade de colheitas fartas, pois não havia segurança social que lhes valesse quando viam as colheitas destruídas pelo mau tempo ou por uma qualquer praga, como aconteceu naquele mês de julho de 1857, em que uma geada queimou o milho na freguesia de Santa Isabel do Monte e fez com que esse fosse um ano de fome.

Recordamos a história que nos contaram no lugar de Freitas, freguesia de Covide[2], em que, graças à intervenção do seu santo protetor, São Silvestre, as lagartas dos pinheiros – processionária – se encaminharam para o ribeiro de Freitas onde se afogaram [3].

No dia 1 de maio de 2015, num encontro de ex-seminaristas realizado em S. Bento da Porta Aberta, tivemos oportunidade de ouvir o teólogo dominicano Frei Bernardo Domingues (1931-2019), irmão de um outro dominicano, Frei Bento Domingues, naturais do lugar de Travassos, freguesia de Santa Marinha de Vilar (Terras de Bouro), falar das romarias no seu tempo de criança, ou seja, há mais de 80 anos.

Praticamente não havia família que, no dia das respetivas romarias, não demandasse os santuários de S. Bento da Porta Aberta e de Nossa Senhora da Abadia. Muitos iam para o S. Bento no dia 12, dia da procissão de velas e do arraial – que incluía o fogo do lago a que se seguia o fogo do penedo na encosta do monte de Parada) -, ali passavam o dia 13 e, no dia seguinte, atravessavam a montanha de Bouro pelo Formigueiro e rumavam à Senhora da Abadia para o arraial e festa da Assunção de Nossa Senhora.

Referia Frei Bernardo que, para a maioria das pessoas, estas romarias não eram encaradas de forma separada, mas como dois momentos da mesma romaria. Na verdade, dizia o eminente teólogo que as famílias se muniam de duas condessas [4]: uma para o S. Bento e outra para a Senhora da Abadia.

Contou, então, a história passada com o irmão, Frei Bento Domingues que, naquela altura, se chamava Basílio Domingues, que se «dirigiu a S. Bento para ver o fogo na água, porque o maior milagre que se podia observar era ver o fogo a arder na água. Basílio veio, então, entusiasmadíssimo para ver o milagre do fogo que não se apagava na água». E Frei Bernardo continuou: «Depois chegou aqui – ele é mais novo três anos do que eu – e como vinha muito cansado, encostou-se numa tendeira e adormeceu. Acordou no dia seguinte e perguntou:

- Então, e o fogo?

[2] Entrevista feita, em 2009, ao sr. Silvestre Brito, de quem voltaremos a falar.

[3] William Christian, na obra *Religiosidad local en la España de Felipe II*, a páginas 44 e 45, relata casos semelhantes.

[4] Cesta feita de vime entrançado que as mulheres transportavam à cabeça e que era muito utilizada no transporte dos merendeiros, aquando das romarias, e das merendas nos trabalhos do campo.

- O fogo já foi ontem!

Começou a chorar e foi a chorar daqui até casa».

Este é o contexto da grande romaria de S. Bento da Porta Aberta de cujo Santuário falaremos ao longo da nossa dissertação.

### 1.2. TEMA A DESENVOLVER

Escolhemos para tema da nossa dissertação «o culto a S. Bento da Porta Aberta como fator de desenvolvimento local e regional», por este ser um dos santuários mais importantes do país - o segundo em termos de peregrinação, a seguir a Fátima - que nos habituámos a frequentar, não só aquando das romarias, mas em cujo Templo substituíamos as missas conventuais celebradas na matriz.

No dia 18 de dezembro de 2019, em entrevista que nos concedeu o cónego Roberto Mariz, presidente da Mesa da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta (ISBPA), questionado sobre número de romeiros e visitantes que, anualmente, visitam este Santuário, não confirmou nem desmentiu o número de um milhão, uma vez que não dispõe de números reais. Por sua vez, a *Whikipedia* avança com o número de 2,5 milhões sem citar qualquer fonte, o que nos parece bastante exagerado.

Apesar da grandiosidade, a sua história ainda está, em grande parte, por fazer. Dispomos, apenas, de uma monografia, editada em 1947 pelo cónego Molho de Faria, que, sem grande profundidade científica, explora essencialmente os aspetos religiosos e nada nos diz, ou muito pouco, sobre o processo construtivo do Templo, nomeadamente sobre a cronologia da construção, os artistas que o projetaram e sobre aqueles que o construíram.

A partir das primeiras décadas do século XIX, após a inclusão deste Templo no caminho da romaria a Nossa Senhora da Abadia, o seu culto aumenta exponencialmente e leva à construção da atual Basílica Menor.

A nossa tese aborda o papel dos beneditinos na fundação da nacionalidade, como fica demonstrado com a fundação de mosteiros desde o tempo da condessa Mumadona (séc. X), na consolidação da nacionalidade e na implementação de uma sociedade agrária, malgrado a necessidade de reforma da Congregação em meados do século XVI. Esta reforma teve o condão de despertar para a necessidade de rever comportamentos e pôr cobro a situações nada edificantes. A partir desta data e na sequência da Contrarreforma, vão proliferar, por todo o Minho, as capelas – particularmente as de S. Bento - e outros símbolos do cristianismo (cruzeiros e alminhas), como fica desmonstrado na primeira parte.

Na segunda parte, tendo por base a história do santuário de SBPA, explicamos como uma pequena capela edificada por ordem de um visitador, dado situar-se longe da igreja paroquial e as pessoas, sobretudo as idosas, terem dificuldades em se deslocar para assistir à missa conventual e a outros ofícios divinos, viria a transformar-se no segundo santuário de peregrinação de Portugal.

Mas a história deste Santuário tem muitos outros pontos de interesse, não só para os romeiros e visitantes, mas também para todos os que se interessam pela história dos santuários, pelas devoções, pela religiosidade em particular. De assinalar a riqueza e especificidade no que respeita aos ex-votos.

Surpreendeu-nos, também, os rendimentos arrecadados que originaram várias disputas entre os interessados na sua administração, numa «guerra» entre eclesiásticos: o abade da freguesia e o presidente da Junta de Paróquia a quem, após a revolução liberal, foi confiada a administração da fábrica do Templo. Esta gestão civil foi responsável pelos grandes investimentos realizados na envolvente durante cerca de quarenta anos (1895 a 1934), até que a Diocese de Braga assumiu o controlo das receitas, continuando, durante os anos seguintes, a

financiar projetos de interesse local e municipal, como a construção da estrada de S. Bento a Covide e a eletrificação de três lugares do Concelho.

Por último, é digna de referência a redistribuição social de parte dos saldos, com a criação de um partido médico e de apoio à instalação de um farmacêutico na freguesia, não só para tratar gratuitamente os membros da Irmandade, mas também os pobres e indigentes da freguesia, a quem distribuía anualmente subsídios.

É um caso que consideramos único, pois trata-se de uma irmandade que, durante décadas – até ao advento da segurança social – desenvolveu uma política de apoio aos mais desfavorecidos. A nossa tese assume, nesta circunstância, uma novidade no que respeita a outras monografias conhecidas, nomeadamente as elaboradas por Lisón Tolosagna (*Demonios y exorcismos en los siglos de oro – La España mental I* e *Endemoniados en Galicia hoy – La españa mental II*), Pierre Sanchis (*Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*) e William Christian (*Religiosidad popular: estudio antropológico en un valle español*) que apresentam estudos especializados do ponto de vista antropológico e onde colhemos análises que ilustram o nosso trabalho quanto aos ritos cultuais e aos ex-votos.

Em relação às monografias portuguesas, concretamente as redigidas por Arlindo Cunha (*Senhora da Abadia* - Amares), Ernesto Português (*São Salvador de Cambeses. Memória e identidade de um povo* – Monção), Carlos Nuno Salgado Vaz (*Senhora das Neves/a Branca: 500 Anos de uma rica história* – Braga), Molho de Faria (São Bento da Porta Aberta – Rio Caldo Terras de Bouro), Sandra Baeta (*Santa Senhorinha de Basto* – Cabeceiras de Basto) e José Pinto e Sandra Vieira (*A Festa de S. Bento do Cando* – Gavieira, Arcos de Valdevez), em nenhuma delas há referência a esta política de partilha de rendimentos.

Seria pretensiosismo da nossa parte compararmo-nos aos três nomes maiores da antropologia mundial referidos em primeiro lugar e com trabalhos consagrados. Temos consciência de que a nossa monografia não tem a profundidade da análise antropológica dos trabalhos referidos, queremos, apenas, salientar o que a distingue. Além da primeira parte com a inventariação das marcas beneditinas da região onde se insere o templo objeto de estudo, apresentámos a história da construção do templo enquanto obra de arte e da sua evolução como santuário. O capítulo com mais interesse do ponto de vista antropológico é o sétimo, dedicado ao «culto a S. Bento da Porta Aberta», que apresenta alguns pontos de contacto com os estudos referidos.

As monografias de Arlindo Cunha e Molho de Faria, dois cónegos do cabido da Sé de Braga, dão-nos uma visão histórico-religiosa de cada um dos santuários referidos.

A obra de Sandra Baeta intitulada *Santa Senhorinha de Basto*, uma santa irmã de S. Gervásio e prima de S. Rosendo, conhecido fundador do mosteiro de São Salvador de Celanova (Orense), constitui uma memória hagiográfica e integra uma lenda de grande interesse etnográfico sobre a construção da ponte de Misarela (Montalegre) pelo diabo a pedido de um fugitivo e em troca da sua alma [5].

O trabalho de José Pinto e Sandra Vieira é interessante do ponto de vista antropológico, revelando influência de Mariño Ferro, embora limitado a uma capela, tem vários pontos de contacto com a nossa tese, uma vez que parte dos ritos cultuais são semelhantes, particularmente nas ofertas ao santo, bem como na sua alienação [6].

A monografia de Carlos Vaz, dedicada a uma igreja da cidade de Braga, construída há 500 anos, apresenta muitas semelhanças com a nossa, quer pela cronologia histórica e pela

[5] *Vide* página 209 e ss.

[6] PINTO, José, e VIEIRA, Sandra (2017): *A Festa de S. Bento do Cando: memórias de uma devoção serrana em Terras de Soajo e Gavieira*. Arcos de Valdevez: Município, capítulo 4 – Imaterialidades sacralizantes, pontos 4.2.2. – A oferta de ex-votos em cera e 4.3. – Arrematação das ofertas a S. Bento do Cando, pp. 176-194.

referência aos artistas que a construíram, quer pela história que faz da fundação da Irmandade e dos estatutos por que se rege.

Outro aspeto que nos parece relevante nesta dissertação do ponto de vista antropológico - e que não encontrámos referido em nenhum dos autores por nós estudados - é o uso dos ramos de medronheiro que os romeiros de SBPA costumavam levar no seu regresso. Como explicamos *infra* (7.4.6.), este arbusto, «ligado à morte e à imortalidade» [7], está, para os antigos, ao nível do carvalho e do teixo, aparecendo já referido na *Eneida*.

## 1.3. MOTIVAÇÃO

### 1.3.1. Conhecimento pessoal

A apetência para este trabalho já vem de alguns anos, quando nos desafiaram a abraçar um projeto de vida autárquica que motivou o aprofundamento do nosso conhecimento sobre as raízes de um povo meio esquecido na montanha, mas de uma riqueza humana difícil de igualar, as gentes de Terras de Bouro.

A sobrevivência em lugar tão inóspito, com freguesias onde a estrada e a eletricidade só chegaram em 1983, levou a uma crença religiosa tão forte que deu corpo a um culto que se tornaria maioritário no Minho, destronando o culto a Nossa Senhora da Abadia, à sombra do qual nasceu, cresceu e se generalizou.

Com pais devotos de SBPA e morador a 2 km de distância do Santuário, as festividades e as histórias à sua volta preencheram alguns dos nossos tempos de lazer. Cedo começou o nosso interesse por uma história cheia de mistério, mito e drama. Mistério, porque ninguém falava abertamente sobre o que se tinha passado, concretamente em relação ao roubo da imagem de S. Bento e à sua descoberta no monte do Formigueiro, num local hoje denominado «Penedo de S. Bento» ou «Fraga de S. Bento», confirmando, assim, a tese de que a toponímia é um dado muito importante na investigação histórica. Mito, pela figura do Pe. Pinto que todos temiam, mas cuja história desconheciam. Apenas se sabia que foi da «Casa do Pinto», que tinha sido um padre muito mau e que o seu fantasma habitava nos fundos da escola primária, onde ficavam as casas de banho, o que fazia com que nenhuma criança lá quisesse ir sozinha. Drama, porque envolvia a morte de duas pessoas: uma à sacholada – por causa das águas de rega - e outra por um guarda quando o suposto homicida foi preso.

À história da «Casa do Pinto» associámos, anos mais tarde, o relato, narrado por Camilo Castelo Branco em *O Demónio do Ouro*, sobre a morte da mãe do abade de Rio Caldo aquando de um assalto perpetrado por uma quadrilha da Póvoa de Lanhoso, chamada «Os Bravos de Simães», liderada por Serafim Gonçalves, o último criminoso a ser enforcado em Braga.

A população conversava mais sobre estas histórias, muitas vezes efabuladas, do que sobre a origem e fundação do Santuário.

A minha experiência autárquica (vereador, vice-presidente e presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro entre 2002 e 2009) no município onde o santuário se insere, precedida da conclusão de um mestrado em Humanidades da Universidade Católica Portuguesa, motivou-me para as questões da preservação, recuperação e proteção do património e despertou-ma para o conhecimento da sua história.

Enquanto vereador da Cultura e presidente do Município, organizei, promovi e colaborei na edição de alguns números dos *Cadernos de Cultura* e colaborei com o professor Antonio Rodríguez Colmenero (USC) em vários projetos e candidaturas relacionados com a *Via Nova* (XVIII do Itinerário de Antonino).

[7] . CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain (1994): *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Teorema, p. 446, *s.v.* «medronheiro».

No último número editado [8] em 2008, foi publicado um artigo da autoria do historiador de arte Eduardo Pires de Oliveira, intitulado «A Capela, hoje Santuário, de São Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro) nos séculos XVII e XVIII» [9], que incluiu algumas das fontes documentais existente no Arquivo Distrital de Braga (ADB) sobre a história do santuário de SBPA nos séculos XVII e XVIII, o autor remata o seu artigo com as seguintes palavras: «A partir desta data [finais do século XVIII], a documentação é muito mais abundante, seja para compreender o santuário enquanto objeto artístico, seja enquanto local privilegiado da fé minhota, transmontana e galega. Mas, verdade se diga, essa história está também ainda por fazer com a amplitude que a sua enorme afluência justifica» [10]. O desejo de continuar e aprofundar este trabalho foi outra das razões que nos motivou para esta tarefa.

1.3.2. Ausência de fontes impressas

Malgrado Eduardo Oliveira escrever que a documentação sobre SBPA, a partir do século XVIII, era «muito mais abundante», Molho de Faria, pelo contrário, quando publicou a sua monografia sobre a história do "mosteiro" de S. Bento da Porta Aberta, no ano de 1947, afirma que «são realmente escassos os documentos que nos restam, para fazer a história de S. Bento». Obviamente que o Dr. Molho de Faria não era um «rato dos arquivos», qual cónego Avelino de Jesus da Costa, nem tinha os meios de consulta de que hoje dispomos. A verdade é que essa inventariação ainda estava por fazer e, além do livro do cónego Molho de Faria - que apresenta várias falhas -, não existe nenhum outro estudo que aprofunde e sistematize a sua história. A quase inexistência de informações sobre a construção do Santuário, (*v. g.*: datas precisas, autores dos projetos das várias especialidades, empresas construtoras, mestres pedreiros, carpinteiros, santeiros, etc.) ou sobre fornecedores de equipamentos, como os sinos, fez aumentar, assim, o nosso interesse por este importante património cultural e religioso.

1.3.3. Acesso a fontes inéditas

A terceira razão para empreendermos esta tarefa relaciona-se com a descoberta de um conjunto significativo de documentação inédita existente no arquivo da Junta de Freguesia de Rio Caldo, cujas facilidades agradeço aos executivos dos últimos vinte anos, a começar pelo Abílio Costa, passando pelo Manuel da Silva Ferreira e a terminar no Serafim Alves.

Foi uma agradável surpresa e não compreendemos por que razão o cónego Molho de Faria não explorou este arquivo - embora refira as disputas entre o pároco e a JP -, assim como não consultou o Arquivo Distrital de Braga (ADB), em particular o fundo do *Registo Geral*, baseando a sua obra, apenas, nos arquivos da ISBPA e da «Casa Araújo».

### 1.4. *CORPUS* DA INVESTIGAÇÃO

A intenção inicial era fazer a história do santuário de SBPA o mais aprofundada possível desde a sua fundação até à década de 70 do século passado, quando foi assinado o acordo tripartido que pôs fim a cerca de 300 anos de polémicas que envolveram dezenas de litigantes, a maioria sacerdotes.

Em primeiro lugar, procurámos contextualizar o culto a S. Bento no Minho, província onde este Santuário se situa e de onde são oriundos a maior parte dos peregrinos que o procuram. Dispúnhamos de uma pequena brochura (15,2 x 17,1 cm), com 80 páginas, intitulada *Devoção*

[8] A partir do momento em que deixámos a presidência da autarquia (ano de 2009), não foi publicado mais nenhum número dos *Cadernos de Cultura* do Município.

[9] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2008): «A Capela, hoje Santuário, de São Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro) nos séculos XVII e XVIII», **in** *Terras de Bouro: História e Património*, Cadernos de Cultura n.º 5. Terras de Bouro: Câmara Municipal, p. 104.

[10] *Idem*, p. 104.

*a S. Bento no Minho*, uma edição da ISBPA de 2006, que inventariava 35 locais de culto (capelas e santuários) a S. Bento no Minho. Quando iniciámos o nosso trabalho de campo, verificámos que apenas uma parte estava representada, pelo que nos propusemos inventariar, de uma forma exaustiva, todas as marcas patrimoniais beneditinas neste território: igrejas, santuários, capelas, nichos e alminhas. É este o *corpus* da primeira parte da nossa dissertação.

De seguida, procurámos em vários arquivos documentação relacionada com a basílica menor de SBPA. Quando nos apercebemos de todas as fontes documentais existentes e da sua dispersão por vários arquivos, alguns situados a dezenas de quilómetros dos outros, verificámos que não era humanamente possível manter o marco cronológico inicialmente previsto. Por isso, limitámos o nosso *corpus*, no que ao Santuário respeita, ao período que vai da fundação à conclusão das obras do novo Templo, ou seja, de 1614 a 1908.

Quisemos, no entanto, deixar uma visão de conjunto da evolução do Santuário durante o século XX, ainda que aligeirada, rematando com a elevação à categoria de Basílica Menor, por ocasião das comemorações dos 400 anos da sagração da capela primitiva, em março de 2015.

### 1.5. OBJETIVOS

Quando não dispomos de bolsa nem estamos integrados numa carreira universitária, a obtenção do grau de doutorado exige um dispêndio de dinheiro significativo e de tempo que quase só se justifica se, com esse título, conseguirmos melhorar a nossa carreira profissional. Não é o nosso caso, uma vez que já nos encontramos aposentados do ensino.

Com esta dissertação, procuramos obter a validação para um trabalho que vimos desenvolvendo há alguns anos por um júri conceituado. Seria mais fácil limitarmo-nos a publicar uma nova monografia sobre o santuário de SBPA, mas entendemos que não seria a mesma coisa.

As incongruências sobre o culto a S. Bento da Porta Aberta e respetivo Santuário (recusamo-nos a usar o termo «erro») detetadas nas obras de alguns investigadores (Molho de Faria, Moisés Espírito Santo, Ferreira de Almeida e Eduardo Pires de Oliveira) e nos Estatutos da ISBPA, por desconhecimento do contexto ou por ausência de acesso às fontes, obrigam-nos a contrapor algumas das conclusões do nosso trabalho.

A 20 de novembro de 2017, tivemos um encontro, no ADB, com Eduardo Pires de Oliveira, profundo conhecedor do ADB, que andava "perdido" em busca da escritura de transferência da fábrica da capela de SBPA da Junta de Paróquia para a Irmandade. Trazia uma cópia do livro do cónego Molho de Faria, onde este diz que, à Irmandade, «deu-lhe aparências de vida a escritura pública de 12 de novembro de 1899, lavrada pelo escrivão-notário, Correia de Vasconcelos, da comarca de Vieira» [11], e, por isso, tendo consultado o fundo notarial do tabelião referido na monografia sobre SBPA, não encontrou a escritura pretendida. Perguntou-nos se a tínhamos encontrado, pois estava com dificuldade e precisava dela por causa da candidatura da romaria do Santuário ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Explicámos-lhe que a obra de Molho de Faria enfermava de um lapso, uma vez que, por razões que explicamos noutro local, não era aquele notário, mas outro. Fornecemos-lhe a referência e logo obteve a cópia por que ansiava.

Ferreira de Almeida, na obra intitulada *Os caminhos e a assistência no norte de Portugal* na época medieval, trata a capela de SBPA como se de um templo gótico se tratasse, quando a sua fundação remonta ao ano de 1614, e o determinativo ao século XVIII [12].

---

[11] FARIA, Molho de (1985): *S. Bento da Porta Aberta* (3.ª ed.). Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, p. 160.

[12] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973): «Os caminhos e a assistência no norte de Portugal», **in** *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média***.** Lisboa: Instituto de Alta Cultura, p. 57: «Estou antes a referir-me a um tipo de capela, de que conhecemos alguns exemplos góticos, que tinha sempre as portas abertas e onde se podia dormir e abrigar-se quem quisesse. Este tipo de capela tem sempre grades no arco cruzeiro a vedar a capela-mor e o altar do

## 1.6. ESTADO DA QUESTÃO

Na era da globalização em que vivemos, temos toda a informação à distância de um clique, de tal maneira que, quando queremos saber algo, pegamos no *smartphone* – se possível da última geração – e ativamos um motor de busca que, normalmente, nos conduz à *Wikipedia*, «a enciclopédia livre» e nem sempre temos a consciência de que os conteúdos disponibilizados podem não ser verdadeiros. O mesmo acontece com muitos *sites*, a começar pelo da ISBPA.

Aquando da apresentação da nossa comunicação no âmbito do Congresso Internacional comemorativo dos 400 anos da fundação da primitiva capela de S. Bento, chamámos a atenção para este facto, uma vez que, não obstante desde 1980 se saber que a bênção da mesma tinha ocorrido no ano de 1615, a informação disponibilizada continuava a ser «Em 1640, é construída a primitiva ermida, numa pequena elevação». Em relação à data de construção do Santuário, disponibilizava – e disponibiliza – os dados avançados por Molho de Faria sem qualquer base científica: «O actual Santuário é recente. Iniciou-se a sua reconstrução em 1880 e concluiu-se em 1895». Esta informação consta, igualmente, nos panfletos turísticos divulgados pela Mesa, quando existem documentos a que tivemos acesso e que nos permitem datar, rigorosamente, as várias fases construtivas que se iniciam em 1872, ano em que se realizou o **auto de arrematação da construção da capela-mor** do novo edifício, tendo «o ramo» sido entregue a António Joaquim Dias, de Rio Caldo, por 5:850$000 réis.

Em relação à conclusão das obras, embora a obra de pedreiro tenha sido concluída em 1895, os trabalhos restantes de carpinteiro, caiador, bem como os altares, a tribuna, pinturas e douramentos, imagens, alfaias litúrgicas e paramentos, só pelo ano de 1908 é que o Templo ficou pronto.

Às incongruências da obra de Molho de Faria suprarreferidas, temos de acrescentar o facto de ter visto a obra de Camilo Castelo Branco *O Demónio do Ouro* como se de uma obra histórica se tratasse, interpretando *ad litteram* o romance no que concerne à morte da mãe do abade de Rio Caldo, errando na data camiliana, 1929, e na real, 1936, ao apontar 1939 como o ano do crime e associando este ao enforcamento de Serafim Gonçalves.

Apesar das incongruências que a obra do cónego Molho de Faria apresenta, devemos de ter em conta que visa promover, do ponto de vista teológico, hagiológico e morigerador – surge na pós-reforma das romarias iniciada pelo arcebispo D. Manuel Vieira de Matos e continuada por D. António Bento Martins Júnior -, a romaria de SBPA, de tal modo que, como o próprio refere, «a par com a melhor vontade de proporcionar aos romeiros distracções saudáveis e divertimentos lícitos, se cuida escrupulosamente de lhes ministrar, em primeiro lugar, muito de instrução religiosa e de santificação das almas» [13]. Trata-se de um trabalho sem qualquer finalidade científica como indicia a ausência de referência às fontes. Continua, todavia, a ser a única monografia sobre o santuário de SBPA disponível e que conta com três edições: 1947, 1978 e 1985.

## 1.7. METODOLOGIA

### 1.7.1. Consulta das fontes documentais

Para a elaboração da tese, começámos pela leitura das obras recomendadas pelo orientador, Xaquín Rodrígez Campos, sobre "religiosidade popular" e sobre o santuário de SBPA. A esta temática, associámos pesquisas bibliográficas sobre o culto a S. Bento, em geral, e no Minho, em particular.

santo. Do S. Bento de Seixas, à Capela do salto até ao S. Bento da Porta Aberta quantas capelas não havia antigamente assim». Ferreira de Almeida teria toda a razão se se tivesse referido, por exemplo, à capela de S. Bento de Balugães, Barcelos.

[13] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 172.

A principal fonte manuscrita consultada para a primeira parte da nossa tese, a foi o fundo da *Mitra Bracarense* que se encontra no ADB e cujos livros do *Registo Geral* contêm as provisões de bênção para as capelas desde o século XVI até ao século XIX, bem como as autorizações para remodelações, ampliações, demissórias e colocação de confessionários, e ainda os livros das *Visitas e devassas*. Completámos esta informação com a consulta de outros fundos, como o *Notarial*, por causa das escrituras de dotação de património, e o *Paroquial*, por causa dos presbíteros.

Para o período de meados do século XIX e século XX, tivemos de nos deslocar ao arquivo da Arquidiocese onde se encontram os restantes livros do *Registo Geral*.

### 1.7.2. Trabalho de campo

#### 1.7.2.1. Levantamento fotográfico

A par da formação que realizámos na Faculdade de Humanidades em Lugo, procurámos ir fazendo o levantamento de todas as marcas patrimoniais beneditinas existentes no Alto Minho, já que, nas nossas deslocações, éramos obrigados a atravessar esta região.

Nos dias das festividades de S. Bento, 21 de março e 11 de julho, deslocávamo-nos aos santuários ou capelas para procedermos à recolha de imagens e de informações sobre os ritos cultuais, matéria que, em conjunto com a pesquisa bibliográfica e os dados recolhidos no ADB, possibilitou a elaboração dos textos incluídos nas partes «Peregrinando pelo Alto Minho» e «Peregrinando pelo Baixo Minho». Em virtude da limitação de páginas, não foi possível incluir – como era nossa intenção no início – fotografias dos templos e das imagens do padroeiro.

A partir da base de dados das imagens de S. Bento, elaborámos o estudo iconográfico apresentado no capítulo segundo que contém gráficos ilustrativos.

Para a elaboração da segunda parte da tese, além dos arquivos referidos (ADB, onde também recorremos ao fundo *Governo Civil*, e AAB), consultámos os arquivos da Irmandade de SBPA, da Junta de Freguesia de Rio Caldo, os municipais de Amares, Terras de Bouro e Vieira do Minho, além de arquivos particulares como os das «Casa Santos» e «Casa Araújo» em Rio Caldo.

#### 1.7.2.2. Entrevistas

Ao longo da preparação da dissertação, realizámos entrevistas a três grupos de pessoas de acordo com o objetivo pretendido. Um grupo era constituído pelos peregrinos do santuário de SBPA – uma realidade com a qual convivemos desde a juventude – e pelos devotos e romeiros de outros centros de culto beneditino com quem nos íamos cruzando no trabalho de campo e de quem procurávamos obter um testemunho da sua experiência de fé e devoção ao «Patriarca dos Monges». O segundo grupo era formado por pessoas maioritariamente idosas e com uma experiência de vida que lhes tinha permitido conhecer pessoalmente alguns dos protagonistas, ou seus descendentes, das histórias relacionadas com o Santuário, ou que tinham percorrido os caminhos da romaria e participado e / ou praticado os ritos cultuais. Integraram o terceiro grupo aqueles que, de alguma maneira, estavam ou estiveram relacionados com a administração do Santuário, nomeadamente os presidentes da Mesa, capelão e colaboradores.

**Quadro n.º 1. Relação de alguns entrevistados sobre a história do santuário de SBPA, passado e futuro.**

| Nome: | Qualidade: | Data: |
|---|---|---|
| Abílio Lopes, 82 anos, Rio Caldo. | Sobrinho do mesário que desempenhou funções de vice-presidente e de secretário durante mais de trinta anos. | 23-1-2014 |
| Isolina Névoa, 70 anos, filha de Rosa Névoa, Caniçada. | Filha da senhora (Rosa Névoa) que, quando criança, encontrou a imagem de São Bento da Porta Aberta que tinha sido roubada e escondida numas fragas perto do Formigueiro, Rio Caldo. | 3-4-2014 |

| | | |
|---|---|---|
| Cândida Santos e Gracinda Santos | Sobrinhas-netas do Pe. Severino Santos que foi capelão do Santuário. Os seus tio e avô foram testemunhas de momentos importantes na história do Santuário. | 18-3-2014<br>21-8-2014 |
| José Balbino Vieira, 87 anos, Braga. | Entrou para a Mesa da Irmandade em 1960. O seu tio também tinha sido mesário. Viveu na casa do famoso Pe. Pinto, fundador da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, no final do séc. XIX. | 5/8/2014 |
| António Martins (n. 27-1-1934), Vilar da Veiga. | Profundo conhecedor da serra do Gerês e dos trilhos percorridos pelos peregrinos que iam para Santiago de Compostela e os que da Galiza vinham para a Senhora da Abadia e S. Bento da Porta Aberta. | 14-11-2013<br>21/1/2016. |
| João Rodrigues, guarda-fiscal reformado, Vila Verde. | Natural de Vilarinho da Furna, ex-guarda-fiscal e grande conhecedor dos trilhos dos romeiros de S. Bento, da Senhora da Abadia e da Senhora da Peneda que atravessavam a serra Amarela. | 24-6-2014 |
| Fátima Costa, 65 anos, Rio Caldo. | Sobrinha do Pe. Basílio Rodrigues, presidente da Mesa durante mais de 30 anos, período de grande desenvolvimento dos espaços envolventes do Santuário e aumento do número de peregrinos. | 6-3-2014 |
| José Xavier Araújo, Rio Caldo. | herdeiro da «Casa Araújo» e de um espólio documental significativo da mesma, com particular incidência na história de S. Bento da Porta Aberta. | 28-6-2014 |
| Abílio Costa, 68 anos, Rio Caldo. | Ex-presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo, cargo que exerceu de 1982 a 1993 e entre 2001 e 2005. | 5-8-2014 |
| Pe. José Alves, 72 anos (n. 15-12-1942), S. João da Cova, Vieira do Minho. | Natural da freguesia de Rio Caldo e pároco de S. João da Cova. O altar-mor da capela da Imaculada Conceição, situada no lugar de Crasto, é um altar trasladado do santuário de S. Bento da Porta Aberta no século XIX. | 20/8/2015 |
| Pe. Viana, S. Bartolomeu do Mar. | Pároco de S. Bartolomeu do Mar em cuja romaria são oferecidos vários galos e galinhas negras com os quais as pessoas dão três voltas à igreja paroquial. | 24-8-2015 |
| Manuel da Silva Ferreira (12-2-1945), Rio Caldo. | Ex-presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo e um dos promotores do processo judicial contra a Irmandade de SBPA apresentado em 1977. | 17/12/2015<br>e 25/7/2016 |
| Manuel Dias Vilarinho, 84 anos (3-3-1931), Freitas – Covide. | Natural de Freitas, Covide, ex-presidente da Junta de Freguesia de Covide, conhecedor dos trilhos de S. Bento que passavam por Covide. | 7/1/2016 |
| Francisco Veloso Martins, 82 anos, Moimenta, Terras de Bouro. | Filho de barqueiro e barqueiro da barca que atravessava o rio Homem no lugar de Pesqueiras, freguesia de Moimenta. Costumava passar muitos peregrinos, quer da Senhora da Abadia, quer de S. Bento da Porta Aberta. | 17/3/2016 |
| Domingos Dias Portelo, 81 anos, Chorense, Terras de Bouro. | Natural de Santa Isabel do Monte e ex-presidente da Junta de Freguesia de Chorense, caçador e conhecedor dos trilhos dos peregrinos. | 3/3/2016; |
| Artiz Domingues, 91 anos, Monte, Terras de Bouro. | Natural de Santa Isabel do Monte, freguesia por onde passa o famoso trilho de peregrinos que une os santuários de Nossa Senhora da Abadia e S. Bento da Porta Aberta, da história do «Sambinho». | 4/2/2016. |
| João Alves Gomes, 85 anos, Montalegre. | Membro da confraria de S. Bento de Sexta-Freita, Covelo do Gerês. Sabedor da história da capela e dos caminhos de S. Bento da Porta Aberta a partir de Montalegre e de Pitões das Júnias. | 22/4/2016. |
| Bernardino da Silva Ferreira, 77 anos (n. 1939), Rio Caldo. | Irmão Comboniano, natural da freguesia de Rio Caldo, profundo conhecedor da história da freguesia e das histórias do santuário de S. Bento das Porta Aberta. | 25/7/2016 |
| Rosa das Dores Rego, 95 anos (n. 1921), Vilar da Veiga. | Profunda conhecedora dos caminhos da serra, nomeadamente dos trilhos dos peregrinos que calcorreou quando era nova. | 11/8/2016 |
| Maria da Conceição Ferreira, 92 anos, Rio Caldo. | Nasceu em Santa Isabel e casou para Rio Caldo. Recorda-se de histórias do «Sambinho» e do GNR Cabanelas. | 29/7/2017 |
| Pe. Adelino da Costa e Sousa (n. 1943), Rio Caldo. | Reitor do santuário de SBPA desde o ano de 1984. | 3-7-2018 e<br>11-8-2018. |

| | | |
|---|---|---|
| Cónego Roberto Rosmaninho Mariz (n. 1974), Braga. | Presidente da Mesa da Irmandade de SBPA. | 18-12-2019. |

### 1.7.3. Normas textuais

Esclarecemos que, nas referências bibliográficas, quando não indicadas as páginas, significa que se trata de documentos avulsos ou não paginados. Nas transcrições, procurámos respeitar a ortografia original para não descaracterizar o documento, assim como não desenvolvemos as abreviaturas. Para evitar gralhas e «erros de simpatia», pedimos a um colega professor de língua portuguesa, a quem estamos muito gratos, que procedesse a uma revisão do texto.

Um esclarecimento sobre o modo como indicámos os valores monetários. Até 1911, a moeda portuguesa representava-se em réis (rs.). A partir dessa data, passámos a utilizar o escudo.

Em meados do século XIX, altura que encontrámos os primeiros valores, quando este era superior a 999 réis, separava-se o número dos milhares com dois pontos, antepondo, por vezes, a abreviatura «rs.», por exemplo 338:145. No livro de atas n.º 1 (1843-1865) da JP, esta forma coexiste com outras que não separam a classe dos milhares [14]. Posteriormente, a classe das unidades passou a separar-se com o cifrão ($, símbolo do escudo), coexistindo com a separação por um ponto: 1.000 rs. (mil réis) ou 1$000 rs. Quando o montante fosse superior a 999$999 rs., separava-se o número da unidade do milhão com dois pontos: 1:000$000 rs. Um milhão de réis correspondia a um conto de réis. Nos casos de coexistência de grafias diferentes, optámos pela mais recente.

As ilustrações que não contenham referências às fontes são da nossa autoria ou reproduzidas por nós.

## 1.8. CONSTRANGIMENTOS

### 1.8.1. Na inventariação das marcas beneditinas no Minho

Ao longo do processo de investigação, tivemos de ultrapassar vários constrangimentos, a começar pela dificuldade na inventariação de todas as marcas beneditinas no Minho. Completámos as buscas efetuadas no ADB com as *Memórias Paroquiais* de 1758, prosseguimos com as *Memórias Ressuscitadas* de 1727, consultámos a *Corografia Portuguesa* de 1706, lemos as *Romarias I e II. Um inventário dos Santuários de Portugal* (1996) de João Vasconcelos e cruzámos as informações com as pesquisas na *internet*. Deparámo-nos, no entanto, com a existência de capelas construídas após 1758 e outras que tinham mudado de orago, o que nos obrigou a novas pesquisas nos livros do **Registo Geral** pertencentes ao fundo da *Mitra Bracarense* no ADB.

Em relação à busca dos mosteiros beneditinos masculinos, os trabalhos dos professores Avelino de Jesus da Costa e José Marques, entre outros, facilitaram de sobremaneira o nosso trabalho.

No que respeita aos mosteiros beneditinos femininos, já não podemos dizer o mesmo. Rareiam os trabalhos atualizados e, se recuarmos um pouco e quisermos saber o que se passou com os conventos extintos nos séculos XV e XVI, as dificuldades aumentam exponencialmente, uma vez que de alguns apenas restam marcas na toponímia e uma ou outra igreja que virou matriz ou capela. Trata-se de uma área de investigação que aguarda aprofundamento.

Depois desta pesquisa, fomos para o terreno fazer o trabalho de campo que consistia na recolha fotográfica do edifício (fachada) e, sempre que possível, do altar-mor e da imagem do orago por causa do estudo iconográfico, tendo conseguido cerca de 400 imagens de S. Bento

[14] AJRC, *Livro de atas n.º 1* (1845-1865), fl. 16 v.

(escultura, pintura e azulejaria). O levantamento fotográfico estendeu-se a algumas regiões da Galiza, ao distrito de Évora (território da Ordem Militar de S. Bento de Avis) e a Olivença (S. Benito de la Contienda), em busca de iconografias beneditinas que pudéssemos comparar com as do Minho.

O isolamento em que algumas das capelas e alminhas se encontram dificultou a sua localização, agravada pelo facto de o despovoamento do interior não permitir um contacto fácil com moradores que nos pudessem ajudar. A dificuldade seguinte foi obter permissão para entrar em alguns templos, já que a grande maioria se encontra fechado. Saber quem era o responsável, contactá-lo, combinar o dia e a hora foram tarefas difíceis que nos obrigaram, em alguns casos, a voltar três vezes. Encontrámos capelas com a chave partida dentro da fechadura, em obras, capelas referidas na *Memórias Paroquiais* entretanto demolidas, outras transladadas. Tudo fizemos para que o nosso trabalho fosse o mais completo possível.

Não podemos deixar de lamentar a falta de compreensão por parte de algumas pessoas e instituições, nomeadamente na freguesia de Aldeia Nova de S. Bento (Serpa), onde a funcionária da Junta de freguesia coagiu a senhora que tinha a chave da porta da igreja a não nos facultar a entrada, isto depois de ela se ter disponibilizado para tal e de termos mostrado as nossas credenciais. Recusou-se a contactar o pároco e não nos facultou o seu contacto, alegando que se encontrava de férias no Algarve e não queria que o incomodasse. Estávamos a seiscentos quilómetros da nossa residência.

Visitámos outras igrejas dedicadas a S. Bento no Alentejo, duas, infelizmente, em ruínas, e só em Aldeia Nova de S. Bento é que fomos impedidos de entrar, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em S. Bento do Cortiço (Estremoz), também no Alentejo, ou em S. Benito de La Contienda, em Olivença.

Lamentamos, ainda, que a administração da Quinta de S. Bento, na vila de Prado, Vila Verde, não tenha sido sensível aos nossos argumentos académicos, e que o proprietário da capela de S. Bento de Ruães, Braga, depois de se ter disponibilizado para nos facultar a visita, tivesse deixado de atender o nosso telemóvel.

A par desta recolha, procurámos fixar a rede dos caminhos de S. Bento da Porta Aberta que, em grande parte, são os mesmos do santuário de Nossa Senhora da Abadia, o que facilitou a nossa tarefa. No trabalho cartográfico, contámos com a ajuda preciosa da engenheira Goreti Meira, da Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado).

As marcas do culto a S. Bento no que à toponímia respeita, dadas as condicionantes de espaço na elaboração deste trabalho – em quase todas as freguesias onde existe uma igreja ou capela de S. Bento temos o «Lugar de S. Bento», a «Rua de S. Bento», «Largo de S. Bento» ou a «Travessa de S. Bento» -, resolvemos incluir apenas as relativas aos locais onde não existe qualquer outra marca beneditina.

As alminhas e nichos com a imagem de S. Bento vão no capítulo relativo a esta matéria e não no concelho onde se encontram.

### 1.8.2. No acesso aos arquivos

1.8.2.1. Arquivo da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta (AISBPA)

A consulta do AISBPA revelou-se difícil e morosa. Se não tivemos qualquer dificuldade em obter autorização por parte do presidente da Mesa, o saudoso cónego Fernando Monteiro, pessoa afável que tivemos muito gosto em conhecer, e contámos sempre com a disponibilidade do sr. Dionísio



Fig. 2. Estado em que se encontrava um livro de escrituração da ISBPA.

Silva, colaborador da Irmandade, o trabalho tornou-se complicado devido à ausência de condições e à desorganização em que o espólio se encontrava. O espaço, um armazém, além de muito frio, estava sujeito a inundações sempre que chovia com mais intensidade, tendo danificado as molduras dos quadros do «fundador da Irmandade» e do pároco à data, situação que minimizámos com a mudança de local.

A nossa primeira tarefa, para podermos realizar a consulta, foi ordenar e proteger os livros de atas e de contas de receita e de despesa, arquivando-os em pastas devidamente identificadas por ordem cronológica, bem como etiquetando-os, e proceder à catalogação dos documentos que se encontravam dispersos, ordenando-os por assuntos e por anos.

Lamentavelmente, não encontrámos os livros de atas da Mesa correspondentes aos anos de 1908 a 1922 - período de grande polémica e do roubo da imagem de S. Bento -, nem de 1923 a 1944 [15]. Da assembleia geral, também está desaparecido o livro de atas até 1919. Sabemos que os livros chegaram a ser enviados ao governador civil por causa das sindicâncias, mas desconhecemos se retornaram a SBPA.

Após a nossa intervenção no âmbito do congresso relativo ao 4.º Centenário da fundação da capela de S. Bento, a Mesa teve o cuidado de proceder à mudança do arquivo para uma sala com outras condições de proteção do espólio e de trabalho. Infelizmente, esta alteração coincidiu com a contratação, por parte da Mesa, de uma pessoa para organizar o arquivo e recolher elementos relativos à história do Santuário. Essa colaboradora contactou-nos, de imediato, dizendo falar em nome da Irmandade e querendo saber quais os arquivos ou fontes em que nos tínhamos baseado para a elaboração da dissertação de doutoramento. Cometemos o erro de lhe dar alguma dessa informação, nomeadamente a referência aos arquivos da «Casa Santos», «Casa Araújo», fundo do *Governo Civil* da ADB, etc.

Encurralados entre o compromisso documental com a USC e o desejo de não desapontar os responsáveis pela Irmandade de São Bento da Porta Aberta, foi-nos difícil não informar sobre o paradeiro do altar-mor da demolida capela de S. Bento, uma vez aconselhada por Eduardo Pires de Oliveira, que nos tinha fornecido alguns dados sobre SBPA e sabia que dispúnhamos daquela informação, a falar connosco.

Além dos arquivos consultados, queria saber os documentos encontrados. Recusámos tendo em conta o compromisso com a USC. Ficou zangada e, mais tarde, viemos a saber que tinha dito mal de nós à Mesa, ao ponto de Eduardo Oliveira nos perguntar que críticas tínhamos feito à Mesa. Todavia, passado algum tempo, quando necessitou de saber as datas em que o fundador da primitiva capela de S. Bento, em 1614, tinha paroquiado a freguesia de Rio Caldo, telefonou a solicitar, se possível com a máxima urgência, essa informação, argumentando que a Mesa o queria homenagear.

Nesta situação, deixámos de consultar o AISBPA, não só porque já tínhamos os elementos de que necessitávamos, mas também porque não eram os mais importantes, visto o AISBPA ter sido a principal fonte documental da monografia redigida por Molho de Faria, e dispormos de documentação inédita existente no arquivo da Junta de Freguesia de Rio Caldo.

### 1.8.2. Arquivo da Junta de Freguesia de Rio Caldo (AJFRC)

Já referimos que a descoberta de documentação inédita sobre o santuário de SBPA existente neste arquivo foi decisiva para a elaboração desta tese. Embora tendo sido objeto de tratamento arquivístico na década de 80 do século passado, a mudança de instalações paroquiais para o centenário edifício escolar onde, na atualidade, funciona a sede da JF e a Extensão do

[15] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 113: «Para completar a revolução [implantação da República], lá apareceu, em 1916, aquilo que causou nojo e indignação aos verdadeiros devotos de S. bento.

Foi então que se deu o roubo das imagens e o desaparecimento de todos os livros de escrituração. Talvez assim fosse melhor!... ».

Centro de Saúde de Rio Caldo (Terras de Bouro) originou alguma desorganização. Este fundo contém documentação relativa à JP (administradora, durante vários anos, da fábrica do Santuário), à JF e ao Juízo de Paz de Rio Caldo que funcionou neste edifício durante décadas. Apresenta-se dispersa e não devidamente inventariada, não obstante alguns livros de atas terem sido consultados pelo gabinete de advocacia do dr. Artur Guimarães Marques, aquando da preparação da ação ordinária conjunta da Junta de Freguesia e da Corporação Fabriqueira de Rio Caldo contra a referida Irmandade, que correu termos no Tribunal Judicial de Vieira do Minho (processo n. 56/77, de 9 de novembro, com termo de transação a 9 de julho de 1980) [16].

O AJFRC enferma do mesmo problema do AISBPA devido ao desaparecimento de alguns livros de atas relativos ao período conturbado, já referido, de 1902 a 1920.

Os vários processos levaram a que estes livros andassem da Junta da Paróquia para o pároco e destes para a administração concelhia e para o governo civil, acabando alguns por se extraviar, originando, assim, lacunas difíceis de preencher, apesar de termos localizado algumas cópias no AJFRC e no ADB.

### 1.8.3. Arquivo da Arquidiocese de Braga (AAB)

O AAB contém fundos muito importantes, que desconhecíamos, mas cujo acesso é reservado, carecendo de uma autorização especial, encontrando-se em organização e criação da base de dados, pelo que a sua consulta se revelou de alguma complexidade.

Outra dificuldade ao nosso trabalho foi a proibição de obter cópia dos documentos, o que obrigou a uma transcrição total dos documentos no momento da consulta e a nova deslocação para colmatar determinadas dúvidas na transcrição, não obstante a disponibilidade e simpatia dos colaboradores que nos receberam.

### 1.8.4. Arquivos municipais

A freguesia de Rio Caldo integrou, nos últimos 200 anos, vários concelhos: Terras de Bouro, Santa Marta de Bouro (extinto em 1853) e Vieira do Minho (entre 1895 e 1898). Esta realidade fez com que tivéssemos de consultar os arquivos destes três concelhos, sendo que a documentação do concelho de Santa Marta de Bouro não extraviada [17] se encontra no arquivo municipal de Amares.

### 1.8.4. Arquivos da ex-JAE e da ex-HICA

A consulta aos arquivos das extintas Junta Autónoma das Estradas, hoje empresa pública «Estradas de Portugal», e a antiga Hidroelétrica do Cávado, atual EDP, revestiu-se de grande dificuldade por causa da obtenção da autorização necessária. Embora o fundo documental da primeira, relativo ao distrito de Braga, se encontrasse na cidade de Braga, a sede desta empresa situa-se em Almada e não foi obtida com a celeridade que desejávamos.

Dada a desorganização em que o arquivo se encontrava e a vasta documentação existente, a busca tornou-se muito difícil, ou quase impossível, e só com muito esforço conseguimos localizar alguns dos projetos das vias construídas nos finais do século XIX.

No acesso ao arquivo da EDP, situado na cidade do Porto, aonde tivemos de nos deslocar três vezes e onde fomos atendidos com toda a atenção e profissionalismo, o mais complicado foi obter autorização superior para a realização da consulta ao arquivo fotográfico - que contém um acervo significativo sobre a veiga de Rio Caldo da época da construção da barragem de Caniçada - por falta de disponibilidade da Sra. Eng.ª Isabel Costinha, responsável pelo arquivo, com alguns encontros anulados por motivos de agenda.

---

[16] **AJFRC**, Ação ordinária n. 56/77, de 9 de novembro, do Tribunal Judicial de Vieira do Minho.

[17] Encontram-se desaparecidos os livros de atas entre os anos de 1842 e 1845.

### 1.9. ESTRUTURA

A dissertação que apresentamos divide-se em duas partes. A primeira é dedicada ao culto a S. Bento no Minho e a segunda ao santuário de S. Bento da Porta Aberta, o segundo maior destino de peregrinação em Portugal, mas que conta com romeiros de todo o mundo, inclusive, da Galiza.

Depois das páginas institucionais e antes do capítulo sobres as «Considerações de ordem metodológica» (introdução, tema a desenvolver, motivação, *corpus* da investigação, objetivos, estado da questão, metodologia, constrangimentos, estrutura e fundamentação teórica), seguem-se as tituladas por «Homenagem», «Dedicatória», «Siglas e abreviaturas», «Agradecimentos» e os respetivos índices: geral, de ilustrações e de quadros.

A primeira parte consta dos capítulos seguintes:

1.º - Contextualização do culto a S. Bento no Minho (enquadramento da figura de S. Bento e sua história; o conceito de "religiosidade popular" em relação ao culto a S. Bento; a influência dos beneditinos na fundação de Portugal; os hinos e canções dedicados a S. Bento; a iconografia de S. Bento e os seus caminhos de peregrinação);

2.º - Levantamento das marcas patrimoniais beneditinas nos municípios do Alto Minho (Viana do Castelo);

3.º - Levantamento das marcas patrimoniais beneditinas nos municípios do Baixo Minho (Braga).

A segunda parte encontra-se estruturada em quatro capítulos:

1.º - História do santuário de SBPA desde as origens (1614) até a conclusão do Templo atual (1908), revelação do destino de dois altares da capela demolida em 1885, estudo sobre a iconografia de SBPA e resumo dos investimentos realizados nas décadas seguintes;

2.º - História da Irmandade de SBPA, a começar pela constituição, refundação, processo de transferência da fábrica do Santuário para a Confraria / Irmandade e Estatutos;

3.º - Especificidade do culto a S. Bento da Porta Aberta: as influências da romaria a Nossa Senhora da Abadia e os ritos cultuais (culto de proximidade, relíquia de S. Bento, ex-votos, repenicar do sino e oferta de ramos de medronheiro), e as quadras e cantigas dedicadas a SBPA;

4.º - Apresentação do Santuário como um fator de desenvolvimento local e regional, ao ter levado a cabo, ou financiado, várias obras que, em grande parte, beneficiaram a população local e vizinha, como vias de acesso, eletrificação, melhoramentos no espaço envolvente do Santuário, e investimentos nas áreas social, saúde, educação e comércio (construção de um hospital / albergue, de um edifício escolar, simultaneamente sede da Junta e tribunal do Juízo de Paz, do cemitério paroquial, de uma hospedaria, promoção de um espaço comercial), atribuição de subsídios à Junta e à Comissão Fabriqueira, bem como apoio financeiro a outras instituições na Diocese.

A dissertação termina com a conclusão e a bibliografia que inclui as fontes manuscritas e impressas.

### 1.10. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Não podemos terminar o capítulo relativo às considerações de ordem metodológica sem uma referência à fundamentação teórica da nossa dissertação.

Durante o primeiro ano, além da frequência de vários seminários de formação disponibilizados pelo Programa de Doutoramento em «Estudos Culturais: memória, identidade, território e linguagem», procedemos à leitura e consulta das obras de especialistas na área da "religiosidade popular", não só editados em português, como Moisés Espírito Santo: *A religião popular portuguesa*, e Pierre Sanchis: *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*, mas também daqueles que nos foram recomendados pelo nosso tutor, o professor Xaquín

Rodríguez Campos, entre as quais destacamos Émile Durkheim: *Las formas elementales de la vida religiosa. El sistema totémico en Australia (y otros escritos sobre religión y conocimiento)*; Rappaport: *Ritual y religión en la formación da la humanidad*; William Christian: *Religiosidad local en la España de Felipe II*; Turner: *El processo ritual*; Mariño Ferro: *Las romerias/peregrinaciones y sus símbolos* e Lisón Tolosana: *Demonios y exorcismos en los siglos de oro – La España mental I; Endemoniados en Galicia hoy – La españa mental II*; e Revilla: *Diccionário de iconografía e simbología*.

A leitura destas obras permitiu-nos fundamentar, ao longo da tese e do ponto de vista científico, o resultado da investigação realizada.

Além dos especialistas na área da antropologia, procurámos informar-nos sobre todos os escritos relacionados com o objeto da dissertação. Para a primeira parte, sobre o culto a S. Bento no Minho, os trabalhos dos professores Avelino de Jesus da Costa: *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*; José Marques: *A Arquidiocese de Braga no séc. XV* (tese de doutoramento); Albano Bellino: *Archeologia Christã. Descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*; Craesbeeck: *Memórias Ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho*; Coelho Dias: *Quando os monges eram uma civilização… Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*, além de trabalhos específicos de outros autores.

Para a história da religião em Portugal, tivemos presente, entre outros, o artigo «História religiosa de Portugal e teorias da secularização: da primeira dinastia à actualidade», de José Pereira Coutinho, professor na Universidade Católica Portuguesa, publicado em 2018 [18]. Pereira Coutinho aborda a história da religião portuguesa com base nas quatro teorias da secularização definidas pela sociologia da religião: autonomização, limitação de recursos, privatização e pluralização.

Sobre o santuário de SBPA, a monografia do cónego Molho de Faria, o artigo de Eduardo Pires de Oliveira e, embora não dedicado a este santuário, mas com várias referências, *Senhora da Abadia*, do cónego Arlindo Ribeiro da Cunha.

[18] COUTINHO, José Pereira (2018): «História religiosa de Portugal e teorias da secularização: da primeira dinastia à actualidade», **in** *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano XI, n.º 31, pp. 143-166.

# PARTE I

# O CULTO A S. BENTO NO MINHO

«*BENEDICTUS montes, BERNARDUS valles amabat*.»

ANÓNIMO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

## 2.1. S. BENTO, PAI E PADROEIRO DA EUROPA

O culto a S. Bento de Núrsia, como refere o cónego Avelino de Jesus da Costa [19], entrou tarde na "religiosidade popular" em virtude de não ter sido mártir, mas as marcas do seu culto, no Minho, são bem visíveis e espalham-se por todo este território reorganizado após a Reconquista Cristã, processo em que os monges da Ordem de S. Bento tiveram um papel relevante tendo entrado na Península Ibérica pela mão dos reis de Castela e Leão, facto perpetuado no brasão de armas da Congregação.

Ao contrário de Espanha, onde a *Regra de S. Bento era conhecida desde o século VII*, em Portugal, apenas terá sido introduzida nos finais do século XI, *trazida pelos monges de Cluny*, visto ter sido referida pela primeira vez em documentos do Concílio de Coiança realizado no ano de 1055 [20]. Frei Geraldo Coelho Dias associa a sua introdução em Portugal à reconquista do território aos mouros: «o monaquismo beneditino implantou-se na sequência da Reconquista cristã aos mouros, possivelmente depois do Concílio de Coyanza» [21]. A presença dos beneditinos fez-se sentir essencialmente na região de Entre Douro e Minho onde o número de mosteiros da Ordem de S. Bento era significativo: «chamar a atenção dos meios estudiosos e universitários para a problemática moderna da Regra de S. Bento, conhecida como é a influência que os monges tiveram no Entre Minho e Douro nos primórdios da nacionalidade» [22].

Graças aos monges beneditinos, a sua vida e os milagres praticados e narrados por S. Gregório Magno foram conquistando a alma religiosa do povo que o transformou num dos santos mais próximos e acarinhados, como o tratamento por «S. Bentinho» atesta. Assim, podemos afirmar que, durante séculos, não houve, no Minho, campo ou montanha por onde não ecoassem os hinos em louvor de S. Bento, Santo Milagroso, Príncipe dos Patriarcas e Mensageiro de Jesus Cristo.

Em Braga, sede de uma metrópole eclesiástica, no intervalo do toque dos sinos da Sé, outros se ouviam em honra do Pai e Padroeiro da Europa. Em boa verdade, podemos dizer que, na «cidade dos arcebispos», como nas paróquias minhotas, quase não há igreja que não ostente a imagem do fundador dos beneditinos.

Mas, afinal, quem foi este santo a quem, em 24 de outubro de 1964, aquando da sagração da restaurada Basílica de Montecassino destruída durante a II Guerra Mundial, o papa Paulo VI, através do breve **Pacis nuntius**, considerou «mensageiro da paz, realizador da união, mestre da civilização e, sobretudo, arauto da religião cristã e fundador da vida monástica no Ocidente», tendo-o proclamado **Padroeiro Principal de toda a Europa**?

## 2.2. HISTÓRIA BREVE DE S. BENTO DE NÚRSIA

Falamos de S. Bento de Núrsia para o distinguir de outras figuras da Igreja com o nome de S. Bento. Julgamos, por isso, importante esclarecer que temos, não um, mas vários «S. Bento»,

[19] COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, I*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta [Rio Caldo], p. 475.
[20] OSÓRIO, Rui (2015): *Foz do Douro de 1216 a 2016: 800 anos da Paróquia de S. João Batista*. Porto: Paróquia de S. João Batista da Foz do Douro, p. 45.
[21] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2002): «A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português. "*Rectissima norma vitae"*, RB. 73, 13», **in** *Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA*. Porto: III Série, vol. 3, p. 13.
[22] *Ibidem*, p. 10.

isto sem falar de S. Benedeto e dos papas beatificados ou santificados que adotaram o nome pontifício de «Bento». Quanto ao determinativo «de Núrsia», explica-se por ter sido esta a localidade onde S. Bento e a sua irmã gémea, Santa Escolástica, nasceram por volta do ano de 480 d. C.

Recordamos que o cardeal Ratzinger, quando foi eleito papa em 2005, escolheu como nome «Bento», Bento XVI. O que quer dizer que, antes dele, outros 15 tinham feito o mesmo. Na realidade, «Bento» é o segundo nome mais escolhido, *ex-aequo* com Gregório. Relembremos que o papa S. Gregório Magno é considerado o principal biógrafo de S. Bento.

Uma palavra, também, sobre outro santo de nome Bento: S. Bento de Aniane, um abade reformador do tempo do imperador Carlos Magno, que procurou levar as comunidades beneditinas a respeitarem, na íntegra, a *Regra* legada por S. Bento de Núrsia. A sua obra fez com que seja considerado **Segundo Bento**.

A história da vida de S. Bento de Núrsia é sobejamente conhecida e encontra-se devidamente tratada por vários autores. Entendemos, todavia, que, numa tese sobre esta figura maior do cristianismo, deveríamos incluir alguns apontamentos sobre a mesma. Para o efeito, tomámos como base o livro segundo dos *Diálogos*, obra escrita por S. Gregório Magno [23], com o título *Vita et Miraculis Patrum Italicorum et de aeternitate animarum*, um dos livros mais populares e influentes da Idade Média[24].

Não se trata de uma biografia no sentido histórico do termo, «mas um comentário vivo da Sagrada Escritura», no dizer de Frei Geraldo Coelho Dias, ex-Dom Abade do mosteiro beneditino de Singeverga (Santo Tirso). Esta biografia, normalmente, é aproveitada pelos pregadores no que concerne aos milagres realizados por S. Bento e que estão representados na sua iconografia, como o caso do corvo [25] e do pão envenenado, da foice que se desencabou e caiu ao rio, ou do salvamento do S. Plácido por Santo Amaro quando aquele foi buscar água.

Como santo milagroso e tão querido de milhares e milhares de devotos, o seu nascimento não podia deixar de estar envolto numa auréola divina, apesar de tal não ser referido na obra de S. Gregório Magno. Referimo-nos ao momento dos nascimentos de S. Bento e da sua irmã gémea, Santa Escolástica. Diz-nos a tradição, e alguma iconografia espelha, que a mãe de S. Bento, Santa Abundança, morreu aquando do parto. Perante esta situação aflitiva, surgiu Nossa Senhora para alimentar as duas crianças. Podemos observar a representação iconográfica desta cena no painel de azulejos que se encontra na capela de S. Bento da Cerca, no mosteiro de S. Martinho de Tibães, em Braga, casa-mãe dos beneditinos portugueses, e num alto-relevo na igreja de S. João da Foz, na cidade do Porto, extensão que foi do mosteiro beneditino de Santo Tirso.

Levanta-se, por vezes, a questão se este facto, Nossa Senhora a amamentar S. Bento e Santa Escolástica, não pretende reforçar a ligação de Nossa Senhora aos beneditinos, de modo a rivalizar com os cistercienses, ordem beneditina reformada por S. Bernardo, cujo milagre da

---

[23] Deixamos de parte a «questão académica» sobre a autoria dos *Diálogos*, nomeadamente a tese de Clark, segundo o qual, «na forma e no conteúdo, na linguagem e no objectivo, o estilo é muito diferente daquele que usava o dito papa nas obras que, com toda a verosimilhança, lhe são atribuídas». Cf. DIAS, Frei Geraldo Coelho (1996): «Hagiografia e iconografia beneditinas: os "Diálogos" do Papa S. Gregório Magno», **in** *Via Spiritus*, *Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 3, pp. 7-24.

[24] Cf. PASCUAL, Ernesto Zaragoza (1989): «Introducción», ***in*** MAGNO, San Gregorio (1989): *San Benito de Nursia*. Buenos Aires: Lumen, p. 3.

[25] O corvo, pela sua cor negra e tipo de alimentação, é, erradamente, conotado com o regime noturno da imaginação. Na realidade, desde a antiguidade clássica que se integra no regime diurno da imaginação, sendo consagrado ao deus do Sol (Apolo) na Grécia. Na China, é, igualmente, uma «ave solar. Foram dez os corvos que levantaram voo da amoreira do Levante para trazerem a **luz ao mundo**». Na maior parte das mitologias, assume o papel de mensageiro dos deuses e portador de boas novas. Com S. Bento, que o alimentava diariamente, simboliza a «**gratidão filial»**, tal como na China e no Japão, cumprindo a ordem do mestre e regressando para se alimentar. Cf. CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain (1994): *O. c.*, pp. 234-235, *s.v.* «corvo».

«Lactação de S. Bernardo» se encontra difundida em todos os mosteiros da Ordem que passaram a adotar, como orago principal das suas igrejas, Nossa Senhora com a invocação de Santa Maria, como, por exemplo, Santa María la Real de Osera ou Santa Maria de Bouro.

Esta questão, para a qual, de momento, não temos resposta, foi-nos colocada quando proferimos uma palestra com o título «Particularidades do culto a S. Bento», no mosteiro de S. Martinho de Tibães, no âmbito da iniciativa do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga, «À Descoberta de Braga» [26], inserida na sessão de História Local: **Os Beneditinos, o Mosteiro de S. Martinho de Tibães e o processo de reabilitação.** Trata-se, no entanto, de uma questão a merecer um estudo mais aprofundado dada a razoabilidade da sua formulação.

Segundo os biógrafos de S. Bernardo, um dia em que este se encontrava doente e não conseguia suportar as dores, pediu a um monge que o acompanhava para se deslocar à igreja e, diante do sacrário, interceder por ele junto de Jesus Cristo para que o ajudasse nas dores. Quando o monge regressou à cela de S. Bernardo, achou-o completamente curado. Perguntou-lhe o que tinha acontecido e o santo respondeu-lhe que, enquanto estivera ausente, lhe tinha aparecido Nossa Senhora com o menino ao colo, e que, com um esguicho de leite do seu seio para a sua boca, o tinha curado.

O que conhecemos da vida de S. Bento de Núrsia, pondo de parte a questão lendária da sua amamentação por Nossa Senhora, é a presença, em Roma, como estudante.

A partir do painel existente na suposta *Cella di San Benedetto* existente na igreja de *San Benedetto In Piscinula* (antiga igreja de Santa Rita), em Roma, na ilha tiberina, onde S. Bento habitou aquando da sua estada nesta cidade por volta do ano 500, podemos inferir que era oriundo de uma família patrícia conhecida por Anícios e veio até esta cidade para preparar o seu ingresso na carreira de senador. Todavia, insatisfeito com a vida dissoluta de uma grande urbe como Roma, e respondendo ao chamamento de Deus, abandona os estudos e a cidade e refugia-se num território inóspito como Afile, onde faz o seu primeiro milagre, ou seja, o conserto, através da oração, do crivo de barro pedido de empréstimo a uma vizinha e que a sua ama tinha partido [27]. Como não queria as honras mundanas que lhe começavam a tributar após o milagre do crivo, experiencia a vida de eremita refugiando-se numa gruta em Subiaco, onde o monge Romão o vai alimentar descendo os géneros numa cesta por meio de uma corda. Aqui foi surpreendido por um religioso que com ele quis repartir o seu alimento, pois, embora S. Bento não tivesse noção de que dia era aquele, tratava-se do dia de Páscoa.

Entretanto, a fama da sua santidade e sabedoria foi percorrendo aquelas montanhas, de tal modo que os pastores passaram a visitá-lo para ouvir os seus ensinamentos e conselhos. Mas nesta vida de solidão, S. Bento teve de saber resistir às tentações do demónio, sobretudo quando, com alguma concupiscência, se recordou de uma jovem donzela que poderia ter sido sua namorada. Para pôr termo a esta tentação da carne, S. Bento não hesita em se despir e rebolar-se no meio de um silvado para, com a dor física, pôr cobro aos maus pensamentos.

O conhecimento da sua vida de asceta torna-se conhecida nos mosteiros vizinhos, de tal modo que, quando o abade do mosteiro de Vicovaro morre, os monges decidem pedir a S. Bento para o substituir. Este, conhecendo a sociedade romana e a vivência monacal, recusa, mas, perante a insistência dos monges, acaba por aceitar. Todavia, a sua prelatura de rigor e exigência não vai agradar a todos os monges, de tal modo que alguns acabaram por se arrepender de o

[26] Iniciativa que tem como objetivo «dar a conhecer os principais momentos da história, os seus protagonistas, o património legado pelas diferentes eras, as tradições e costumes». **In** *Agenda*, julho de 2017, p. 41.

[27] Sobre a vida e milagres de S. Bento, aconselhamos a consulta da obra de Bernardino Passeri e Alipranto Caprioli: *Vita et miracula Sanctiss.mi Patris Benedicti, ex libro II Dialogorum Beati Gregorii Papae et monachi collecta, et ad instantiam deuotorum monachorum congregationis ejusdem S.ti Benedicti hispaniarum aenes typis accuratissime delineata*. Romae: 1579, existente na Biblioteca Geral da USC. Sobre esta obra, tivemos oportunidade de apresentar, em 12 de junho de 2017 e no âmbito do V Encontro Mocidade Investigadora (EDI), uma comunicação intitulada «A influência das estampas de Bernardino Passeri na iconografia beneditina».

terem convidado. Congeminam, então, dar-lhe a morte. Para isso, misturaram veneno com vinho no copo do Santo, mas, quando S. Bento benzeu o vinho, como sempre fazia, este partiu-se miraculosamente. S. Bento percebeu a intenção e abandonou o mosteiro voltando à sua vida eremítica.

Esta fama de homem de virtude e de princípios rigorosos fez com que tivesse muitos seguidores, tendo S. Bento fundado, nessa época, 12 mosteiros, os quais eram procurados por nobres para que S. Bento lhes educasse os filhos, como aconteceu com Eutício e Tértulo, pais de dois jovens que, mais tarde, seriam os monges mais próximos de S. Bento e que acabariam santificados: S. Mauro (Amaro) e S. Plácido. Um dos quadros mais conhecidos da iconografia beneditina refere-se a estes monges. S. Bento, na sua cela, sente que Plácido, que fora ao rio buscar água, se encontra a afogar. Imediatamente manda Mauro em busca de Plácido. Mauro salva Plácido caminhando sobre as águas sem que de tal se aperceba.

Muitos foram os milagres realizados por S. Bento em vida, como a entrega a um corvo de um pão envenenado enviado por Florêncio, abade de uma igreja vizinha, e que tinha uma inveja enorme da simpatia e admiração que aquele possuía. Este milagre está simbolizado num dos atributos mais utilizados na iconografia beneditina: o corvo com um pão no bico que, normalmente, se encontra aos pés do santo [28].

Para se afastar de Florêncio, S. Bento muda-se para o mosteiro de Monte Cassino, onde, em 529, funda a *Ordem de S. Bento*. Florêncio, no entanto, não tendo conseguido livrar-se de S. Bento, gizou outro plano. Introduziu-lhe, no mosteiro, sete jovens nuas para que provocassem os seus monges, todavia foi castigado com a morte quando se encontrava debaixo de um terraço gozando pela partida que fizera a S. Bento.

Juntos no nascimento, S. Bento e Santa Escolástica, também estiveram próximos na morte. Sentindo que a morte estava próxima, Santa Escolástica quis estar, uma vez mais, com o seu irmão, pois gostava de conversar com ele sobre as coisas de Deus. S. Bento passou o dia no mosteiro da irmã e, quando começou a anoitecer, mostrou vontade de regressar a Monte Cassino, cumprindo, assim, a sua *Regra* que impedia que qualquer monge passasse a noite fora do mosteiro. Santa Escolástica, vendo que não conseguia demover S. Bento dos seus intentos, levantou os olhos ao céu e, nesse instante, desabou uma tal tempestade que S. Bento e o monge que o acompanhava tiveram de passar a noite no mosteiro de Santa Escolástica. S. Bento olhou para a irmã com um ar severo e perguntou:

«- Por que fizeste isto?

Santa Escolástica respondeu:

- Implorei-te e não me atendeste; falei com Ele – e apontou para o céu – e Ele atendeu-me».

Devido a este milagre, Santa Escolástica – festejada a 10 de fevereiro, inverno – é considerada advogada contra as trovoadas.

Regressado ao seu mosteiro, alguns dias depois do encontro referido, S. Bento vê a alma da irmã ir para o alto em forma de pomba. Daí que a iconografia beneditina nos apresente a pomba como atributo da imagem de Santa Escolástica. S. Bento viria a morrer, mês e meio mais tarde, a 21 de março, dia da chegada da primavera, quando se encontrava em oração, de pé, como morrem os grandes Homens.

Não obstante, à data da sua morte, em 547, S. Bento ter deixado cerca de uma centena de mosteiros, é consensual que o seu principal legado foi a sua obra, a *Regra*, denominada, nos últimos séculos, *Ora et Labora* [29], conjunto de princípios e orientações que devem nortear e

[28] Na capela de Pedregais, Vila Verde (distrito de Braga), a imagem de S. Bento tem o corvo com o pão no bico sobre a *Regra* que se encontra na mão esquerda em plano horizontal.

[29] A maior parte das pessoas pensa que o lema *Ora et Labora* é o título da *RB*. Como esclarece Frei Geraldo Coelho Dias, «o tão repetido lema beneditino, verdadeira divisa do espírito da **Regra de S. Bento**, o célebre - ORA & LABORA – nunca

regular o comportamento de todos os monges. Trata-se, pois, de um código de acolhimento, de compreensão e de perdão; mas também de um código penal de rigor, exigência e punição e que exige uma obediência cega. Daí que a iconografia antiga, quando nos apresenta S. Bento com a *Regra* aberta, o que podemos ler são as primeiras palavras do prólogo:

*Ausculta, o filii, praecepta magistri, & inclina aurem cordis tui.*

A importância da *RB* constata-se, facilmente, na sua iconografia. Na verdade, constitui um dos seus atributos quase permanentes, seguido pelo báculo, a que se juntam a mitra e o suprarreferido corvo.

A *Regra de S. Bento*, redigida na linha da *Regra* de S. Basílio e da *Regula Magistri*, viria a ser adotada, ao longo dos séculos, não só pela Ordem de S. Bento (OSB), mas também pela maior parte das ordens monacais, constituindo uma espécie de guião para as comunidades monásticas autossuficientes dirigidas por um *Abas*, pai, que, além de tudo fazer para que nada falte na sua comunidade, também se constitui juiz implacável em relação aos prevaricadores, não só em relação aos monges, mas também aos noviços, como refere a Regra no capíulo XXX (***De pueris minori aetate qualiter corripiantur)***: «Omnis aetas, vel intellectus proprias debet habere mensuras. Ideoque; quoties puerei, vel adolescentiores aetate, aut qui minus intelligere possunt quanta poena sit excommunicationis, hi tales cum delinquunt, aut ieiuniis nimis aflligantur, aut acribus verberis coerceantur, ut sanentur» [30].

### 2.3. "RELIGIOSIDADE POPULAR"

Muito se tem escrito sobre «religiosidade popular» ou, como aconselha Manuel Delgado na senda do trabalho de Córdoba Montoya sobre a origem desta noção, «llamar a esa estructura *experiencia religiosa ordinaria o sistema religioso de denominación católica* es legitimo e preferível a la artificial *religiosidade popular*» [31].

Embora concordando com esta definição, a expressão *religiosidade popular* encontra-se generalizada e representa uma forma simplificada de designar aquela realidade, pelo que nos atrevemos a continuar a usá-la, à semelhança do antropólogo que acabamos de citar.

Para se falar de "religiosidade popular", do nosso ponto de vista, é necessário, primeiro, escrutinar as sociedades rurais na sua simplicidade de pensamento e tendo em conta a sua herança cultural. Manuel Delgado, no seu artigo «La "religiosidad popular". En torno a un falso problema», começa por descrever a admiração daquele que é considerado «uno de los fundadores da la "psicología étnica" en Francia, Alfred Fouillée (1838-1912)», quando assistiu às autoflagelações pelas ruas de Madrid durante as cerimónias da Semana Santa.

Delgado associa a Fouillée o pensador espanhol Ramón Inclán, os quais, no dealbar do século XX, chamaram a atenção para o facto de a Igreja permitir – ou incentivar – práticas nada católicas:

> Resultaba evidente que la escassa vocación metafísica de la religión practicada tenía muy poco a ver con las pretensiones de honda espiritualidad que caracterizaban las corrientes de fe institucionalizadas en forma de iglesia, y que las estrafalarias

aparece na regra de S. Bento nem em qualquer escrito monástico antigo, mas é criação bastante moderna, com toda a certeza de D. Mauro Wolter nos "Elementa Benedictina"», por volta de 1880 (séc. XIX). Cf. DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2017): «A Regra de S. Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em Português», **in** *II Seminário Internacional "Religião, Letras e Armas: da Europa Renascentista para Basto".* Cabeceiras de Basto: Município, p. 66.

[30] *Regula Sanctissimi Benedicti Monachorum Omnium Patris Almifici* (1856). Olyssipone: Congregationis Sancti Patris Benedicti (Antonius Riberius), fl. 22 v: «**Cap. 30.º - Como corrigir os de menor idade.** Cada idade ou degrau de inteligência deverá ser tratada com medidas apropriadas. Assim, os meninos, ou os adolescentes, ou os incapazes de compreenderem o que é a excomunhão, quando cometem alguma falta, devem ser castigados com jejuns rigorosos ou castigados com ásperos açoites para que se emendem».

[31] DELGADO, Manuel (1993): «La "religiosidad popular". En torno a un falso problema», **in** *A Gazeta de Antropología*, 10, articulo 08, p. 2 (versão PDF).

> historias y los ritos enajeados que conformaban el sustrato religioso para la mayoría de ciudadanos del sur de Europa le debían más bien poco a las labirínticas y cavernosas especulaciones de los teólogos responsables de la dogmática ortodoxa [32].

Perante a constatação desta realidade, tornava-se imperioso alertar as consciências para este «desvario» tão contrário aos princípios do cristianismo e terminar com a «impertinencia religiosa das massas». Papel fundamental na inversão deste comportamento, batizado como «folclore religioso», foi assumido pelas ciências humanas a que psicanalistas, como Sigmund Freud e antropólogos da craveira de Tylor, vão dar o seu contributo.

A Igreja, através dos seus teólogos reformistas, passa a condenar este tipo de «religiosidade» ou «folclore», - como continuamos a ouvir a alguns membros do clero. Todavia, a mudança das mentalidades é muito difícil e, mesmo institucionalmente condenando, a hierarquia religiosa não assume um papel de confronto por recear a debandada dos fiéis para as denominadas «seitas» que vão proliferando com práticas populistas. Surge, então, a bidimensionalidade religiosa, ou seja, «la dicotomización religión oficial *versus* religión popular», aceite por antropólogos como Prat, Llompart e Duch, e pelos pelos autores que integram a chamada *história das mentalidades* [33].

Como muito bem fundamenta Manuel Delgado a partir das teses de Meslin e Belmont, temos de distinguir entre *fé* e *religião:* «si el valor "religión" ya hemos indicado que remite al sistema de las mediaciones, "fe" implica un valor epicentral en tanto que se entiende que es la experiencia o adhesión personal a lo sagrado lo que se expresa en un sistema religioso» [34].

Pela nossa experiência e pelo trabalho de campo realizado, a dicotomia entre a *religião oficial* (teológica) e a *religião popular* é muito ténue e, em caso de confronto, mesmo invocando, *ex cathedra*, a sua superioridade, a Igreja jamais consegue levar a melhor, como documentámos ao falar da abertura das portas laterais de acesso ao trono onde se encontra a imagem de S. Bento da Porta Aberta. Apesar de a Mesa ter definido que a entrada seria pelo lado sul e a saída pelo lado norte, os romeiros, na prática, recusaram-se a ir contra o sentido dos ponteiros do relógio, porque nunca sabemos o que nos pode acontecer quando tentamos ir contra o destino.

Por fim, manifestamos a nossa concordância com o autor quanto a não se poder aplicar o conceito de «marginalidade» à *religião popular*, «la situación es precisamente la inversa: es la religión de la fe y la teología la que encuentra dificuldades de articulación en la religión que se practica, por mucho que procedan de ella muchos aspectos repertoriales y nominales» [35].

### 2.3.1. O temor do Juízo Final

A «religiosidade popular» radica na facilidade com que o povo acredita em «milagres». À falta de uma explicação científica, apelida-se o acontecimento de «milagre». E é o fantástico que atrai o interesse popular. Não existindo uma história de perseguição e martírio, como aconteceu com os mártires dos primórdios do cristianismo, que apele à comoção dos peregrinos, o culto só vinga se o mundo real e o fantástico se cruzarem completando-se.

O avanço do conhecimento, sobretudo a nível médico, é o responsável pela grande diminuição do culto aos santos, além, obviamente, da diminuição da população nas zonas rurais. Este fenómeno de deslocalização das pessoas para as áreas urbanas fez com que muitas capelas deixassem de ter as romarias tradicionais. Persistem os grandes santuários onde, à fé dos peregrinos, se associa a curiosidade de alguns e o turismo de muitos. Isto explica que, cada vez

[32] *Idem*, p. 2.
[33] *Idem*, p. 5.
[34] *Idem*, p. 8.
[35] *Idem*, p. 11.

mais, as mesas administradoras das confrarias e das irmandades apostem na promoção de um turismo de índole cultural e religiosa.

Se recuarmos algumas dezenas, ou centenas, de anos, percebemos a influência que a igreja tinha na vida das pessoas que viviam aterrorizadas pelo *Dies Irae* com que os pregadores massacravam as multidões desde, podemos dizer, do início do segundo milénio, como assinala Rodríguez Campos: «durante todo el siglo XI y gran parte del XII los cristianos vivieron por primera vez la esperanza del fín del mundo, con el retorno del Mesías anunciado. Non se sabía el tiempo ni la duración de esos acontecimientos escatológicos, que anunciavam el definitivo retorno» [36].

Basta analisar as preces públicas recomendadas pelo prelado bracarense para percebermos esta influência ao recomendar que se façam *preces públicas* em todas as igrejas por estar a aparecer, em França, uma nova doença: «*cholera morbus Asiatica*, e cujos terríveis estragos são talvez um castigo [37] com que a Divina Providência quer punir e reprimir esse espírito de perversidade e impiedade que desgraçadamente tem chegado a tamanho grão no século» [38]. Ou as recorrentes preces públicas, denominadas **Clamores**, *ad petendam pluviam* [39], *pro serenitatis temporis* [40], *pro vitanda mortalitate* [41], ou *pro felici partu* [42], sem esquecer, quando as coisas corriam bem, o correspondente agradecimento através do respetivo *Te Deum* [43], já para não falarmos dos *cercos* e das *rezadas*.

Os primeiros, de que nos falam, entre outros, Tude de Sousa [44], realizavam-se, particularmente, no dia de São Sebastião, advogado dos povos contra a fome, a peste e a guerra. Os *cercos*, espécie de procissão semelhante à dos *clamores*, percorriam os vários lugares da paróquia, com a particularidade de, em cada lugar, fazer o cerco ao mesmo, ou seja, quando não era possível por causa do tamanho dos andores e da estreiteza das ruas, tiravam a imagem do santo do andor e percorriam os contornos do lugar com ele. A meio do dia, havia o almoço a partir das condessas que cada um levava. Entretanto, os *cercos* foram proibidos pela arquidiocese de Braga, embora, como nos dá conta o etnógrafo Jorge Dias, «os párocos em

[36] CAMPOS, Xaquín Rodríguez: «La peregrinación medieval desde la antropología histórica», **in** LÓPEZ, María Montes, e ZAPATA, Jesús Varela (2010): *De Roma a Santiago: caminos de Historia, legado cultural*. Lugo: Axac, p. 54.

[37] Reflexo desta mentalidade, encontrámos, em 1597, num voto a Santa Ana e a São Roque feito pelos madrilenos: «Considerando los graves males, y enfermidades que nos afligen, y atribuyéndolas, como es razón, a castigo, y açote de Diós enojado contra los pecados de su Pueblo, e deseando aplacar su yra, juzgamos por medio más conbeniente tomar los Santos, y amigos suyos por abogados, y defensores nuestros». Cf. CHRISTIAN (Jr.), William A. (1991): *Religiosidad local en la España de Felipe II*. Madrid: Editorial NEREA, p. 253.

[38] **ADB**, *Cabido*, doc. n.º 1820. 1832, 28 de maio - "Preces públicas".

[39] *Idem*. 1851, 3 de dezembro – A Rainha, em virtude de «continuando a extrema secura do tempo, tão impropria da estação invernosa, é [ser] muito para recear a grandíssima esterilidade nos produtos agrícolas do futuro ano, e reconhecendo pela sua verdadeira piedade e religião que o remedio a este mal depende somente da Mão Divina (…)» houve por bem resolver pela Régia Portaria de 25 do próximo mês de novembro, que «nas catedrais e em todas as outras igrejas e assim Paróquias, como dos mosteiros e conventos de Religiosos do Reino, Ilhas adjacentes se façam Preces publicas ao Todo Poderoso, a fim de que se Digne derramar benéfica chuva sobre a terra para fertilizar os campos».

Prelo que «ordenamos que nessa catedral se façam, na forma do costume, preces por tres dias contínuos e se diga na missa por vinte dias a Oração *Ad petendam Pluviam*».

[40] *Idem*. 1831- «Estando a ira de Deus tão visivelmente contra nós, com a intemperança do tempo, a qual he impropria da estação, e que tantos prejuízos tem causado aos frutos e devendo nós aplacá-la por meio de orações e Penitência, Hei ordenado que nas igrejas deste arcebispado se repitão Preces na forma do costume, e que se dê na Missa a Collecta *pro serenitate temporis*».

[41] *Idem*. 1857, 24 de outubro: preces *pro vitanda mortalitate* - preservar a cidade do contágio que desola a capital.

[42] *Idem*. 1846, 16 de abril: A Rainha grávida de 6 meses: preces *pro felici partu*, nas missas dos dias 15, 16 e 17, na Sé Catedral, Paróquias, igrejas dos mosteiros e conventos de Religiosos da Diocese.

[43] *Idem*. 1858, 15 de janeiro – fim da peste que assolou Lisboa. *Te Deum*, graças a Deus.

[44] SOUSA, Tude M. de (1927): *Gerez (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas).* Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 92 e ss.

certos casos de grande emergência, como epidemias e outros males, não podem resistir às súplicas do povo e fazem então o cerco à igreja» [45].

Em relação às *rezadas*, que, em Vilar da Veiga (Terras de Bouro), se realizavam em dia da festa de S. Sebastião, eram orações feitas num determinado lugar, centro da aldeia, onde participava, pelo menos, uma pessoa de cada casa. Eram chamados à vez e rezavam um padre-nosso em honra do santo. No final, realizava-se o leilão dos ex-votos oferecidos a todos os santos festejados na igreja, como refere Tude de Sousa, «carne de porco, milho, vinho e azeite, - no que sempre sobreleva a todos o Santo António, em orelheira, pés de porco e salpicões, etc., por ser ele o de mais fé e o de mais confiança para a guarda dos gados, a principal riqueza daquelas gentes» [46].

Como vimos, quase todos estes rituais incluíam géneros alimentícios que, muitas vezes, eram consumidos no próprio dia, o que dava lugar a desmandos e levava a autoridade eclesiástica a pôr cobro a situações nada edificantes, como relata o abade João Martins dos Campos, da freguesia de S. Mamede de Cibões, no concelho de Terras de Bouro [47].

A leitura das memórias que nos chegaram dos ritos cultuais do passado, nomeadamente através das respostas dadas pelos párocos, no ano de 1758, e incluídas no *Dicionário Geográfico de Portugal*, vulgo *Memórias Paroquiais*, permitem-nos ajuizar da religiosidade de então. A simplicidade do povo e a ausência de respostas eficazes para os seus problemas, nomeadamente a falta de saúde e a inevitabilidade da morte, transformaram o Homem num ser totalmente dependente do Divino. Recordemos o culto a Nossa Senhora da Boa Morte, Senhora da Agonia e da Boa Morte ou Nossa Senhora do Bom Despacho. Mas as invocações não param de nos surpreender, como a Nossa Senhora da Graça dos Degolados, orago de uma freguesia do concelho de Campo Maior, ou a capela das 11.000 virgens existente na freguesia de Aborim, Barcelos.

O desconhecimento de algumas doenças do foro psiquiátrico, como a esquizofrenia, levava à aceitação tácita de uma prática algo recorrente - autorizada pela arquidiocese em determinadas circunstâncias - que, felizmente, foi banida das nossas paróquias. Referimo-nos, obviamente, aos exorcismos que alguns clérigos praticavam. Os mais velhos ainda se recordam de se ouvir dizer que *fulano* ou *fulana* tinha *corpo aberto*, qualificação que, quando criança, muito nos impressionava. Em 1885, o prelado bracarense viu-se na necessidade de repreender o presbítero da freguesia de Santa Marta de Bouro, Manuel Fernandes da Silva, «pela facilidade com que se presta a ler os exorcismos, sem autorização ou licença nossa (…) lhe proibimos expressamente que leia sem licença Nossa os exorcismos a qualquer pessoa, sob pena de suspensão do exercício de suas ordens [48].

O ritual de ex-votos, algo material por meio do qual o devoto exterioriza o seu agradecimento pela graça concedida, ou seja, como «manifestación pública del poder de los santos» [49], é muito antigo. Inicialmente de pedra e de bronze, tal como as «idades», foram, mais tarde, substituídos por outros materiais, sendo o mais vulgar a cera, como descreve Mariño Ferro: «En Portugal existe testemonio del uso de exvotos de cera por lo menos desde el siglo

[45] DIAS, Jorge (1981): *Vilarinho da Furna: uma aldeia comunitária*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
[46] SOUSA, Tude M. de (1927): *O. c.*, p. 103.
[47] *MP*, I, p. 424: «Nesta capella [de Santiago, lugar de Figueiredo] se juntam os moradores desta freguezia de Ciboens a fazerem duas rezadas pella tençam dos moradores da mesma freguezia, a saber: huma na primeira oitava da Paschoa da Ressureição, outra ao outro dia depois do dia de Sam Bartholomeu. E em cada huma destas rezadas, vai de cada casa huma pessoa cabeceira e ahi rezam sete terços por cada cabeceiro da freguezia. E gasta-se em cada rezada sete cantaros de vinho que bebem os moradores que vão à rezada, o qual vinho levam os seis da freguesia em huns odres às costas pago dos rendimentos da mesma freguezia».
[48] **AAB**, *Decretos e Provisões (1883-1886)*. 1885, 13 de janeiro – "Santa Marta de Bouro", fl. 55.
[49] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *Las romerias / peregrinaciones y sus símbolos*. Madrid: Edicións Xerais de Galicia, p. 293.

XII, época en que la sustituyeron a los de pierda e bronce; ahora son de uso general. Pueden representar una mano, una pierna, el cuello, el pecho, (…) las estatuillas votivas no sempre están confecionadas con cera. Las hay de oro, plata, marfil, hierro, porcelana, madera, arcilla e pan» [50].

### 2.3.2. O culto das relíquias

Outra forma de "religiosidade popular" é o culto das relíquias e das imagens de Deus, de Nossa Senhora e dos santos.

Se, num dia de romaria, nos postarmos junto da imagem de um dos vultos referidos, vemos como milhares de devotos se aproximam, tocam, afagam, beijam e deixam a sua esmola em reconhecimento da graça concedida ou do dom que esperam receber.

Este sentido táctil e o desejo de levar algo que mantenha a sua ligação ao sagrado fizeram com que, no passado, os romeiros de S. Bento da Porta Aberta levassem de volta um raminho de medronheiro, além de uma estampa do Santo. Na impossibilidade de levar a imagem de vulto, os devotos levam pequenas réplicas da mesma, não sendo raro o roubo da própria imagem. Trata-se de um ritual que se aproxima do ancestral culto das relíquias dos santos e de materiais dos lugares sagrados.

Sabemos como a Época Medieval foi pródiga no culto das relíquias dos santos e materialidades oriundas da Palestina onde Cristo viveu e morreu, tendo-se transformado, mais tarde, num verdadeiro negócio.

Segundo Mariño Ferro, o culto da veneração de relíquias, «genuínas ou falsas», teve início no século IV após a conversão de Constantino, imperador romano, que concedeu a liberdade aos cristãos, pondo fim a mais de três séculos de perseguições e martírios. Os cristãos procuraram, então, os restos mortais dos seus mártires: «incluso desentierran sus cuerpos y los fragmentan para facilitar la difusión de sus reliquias. Tambien veneran como reliquias ropas y objetos, empapados de sacralidad por contacto» [51].

Entre as relíquias veneradas, encontrámos, entre outros, fragmentos da cruz de Cristo (o Santo Lenho), ossos, cabelos, pedaços de vestuário e até ampolas do leite de Nossa Senhora.

Carvalho da Costa conta-nos que já o Conde Dom Henrique (1057-1114), aquando da sua viagem à Palestina, depois de ter visitado os lugares sagrados, regressou à sua pátria (Condado Portucalense) «trazendo consigo muitas relíquias, e entre elas um braço do Evangelista São Lucas, que lhe deu o imperador Aleixo Comneno, quando tornou por Constantinopla, que colocou na Sé de Braga, aonde se venera com grande devoção» [52].

Outras figuras nacionais, como D. Gualdim Pais que terá trazido, da Palestina, as relíquias S. João Marcos – hoje depositadas num túmulo precioso que se encontra na capela-mor da igreja de S. Marcos, antiga igreja do Hospital de Braga –, estiveram envolvidas na trasladação de relíquias.

Situação semelhante aconteceu em Espanha com o arcebispo Gelmírez a peregrinar até à Terra Santa, tendo como objetivo trazer a maior quantidade possível de relíquias, a fim de transformar a cidade de Compostela num grande centro da Cristandade no Ocidente, tal como refere Rodríguez Campos num trabalho de excelência, intitulado «La peregrinación medieval desde la antropología histórica»:

[50] *Idem*, p. 291.
[51] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (2009): «Las romerías/peregrinaciones y sus símbolos», ***in*** *Las romerías: ritos y símbolos*. Salamanca: Diputación (Instituto de las Identidades), p. 59.
[52] *Corografia Portugueza*, I, p. 17.

> Seguiendo esta misma idea el arzobispo Gelmírez [53] emprendió la tarea de peregrinar desde Compostela a Jerusalém pata traer de allí a la ciudad compostelana un mayor número de reliquias de santos por si allí corrían peligro, y que formaban parte de su programa espiritual milenarista. Seguió el consejo transmitido por las leyendas sobre el viaje de Carlomagno a Oriente, con cuyas reliquias traídas de allí llenó Francia con nuevos milagres (Paris 1974: 340)» [54].

As viagens à Palestina para libertar a Terra Santa do «anticristo», o islão, inserem-se no espírito de cruzada e têm como motivação um mito, como escreve o professor citado: «es un mito la narración de cómo el apóstol Santiago se apareció a Carlomagno y lo obligó a peregrinar a Galicia para limpiar a España de los "sarracenos"». Rodríguez Campos acrescenta que se trata de um mito «muy difundido en la Idade Media, y cómo ese mito sólo puede comprender por su relación con otros mitos con los que forma unas estructuras simbólicas, desde las cuales pueden interpretarse los significados de los hechos» [55]. Entre os mitos referidos, temos de incluir o do aparecimento de Jesus Cristo a D. Afonso Herinques em véspera da batalha de Ourique, travada contra os mouros no dia 25 de julho de 1139, dia de Santiago – ainda patrono do exército português – e do provável aniversário do rei, aparições que, nessa época, ocorriam com frequência: «eran frecuentes las visiones por parte de los cruzados (sobre tudo clérigos) de apariciones en las que Jesucristo guiaba a los emperadores, caballeros e obispos contra los musulmanos (reporchándoles también sus pecados), y también del mismísimo Carlomagno [56].

Uma simples visita aos templos cristãos (capelas, igrejas, santuários e catedrais) e seus espaços museológicos mostram-nos um número elevado de relicários, alguns dos quais chegam a guardar dezenas de relíquias, como o referido por Craesbeeck, em 1726, no capítulo relativo à freguesia de São Tiago de Oliveira no concelho de Póvoa de Lanhoso [57].

Entre estas relíquias, encontram-se restos da «corda com que Cristo Senhor Nosso foi atado» e «cabelo de Nossa Senhora»!

Em S. Bento do Cando, freguesia da Gavieira, também existem relíquias nos altares colaterais, como nos dão conta José Pinto e Sandra Vieira: «sobressai ainda o conjunto de relíquias expostas nos altares que ladeiam a capela de S. Bento do Cando» [58].

No museu da igreja do Carmo, em Braga, pode observar-se um relicário de S. Bento Abade, em estado monástico e com resplendor, contendo a relíquia respetiva.

Refira-se, a este propósito, que, segundo alguns especialistas, se juntássemos todos os pequenos pedaços de madeira que dizem ter pertencido à cruz de Jesus Cristo, dariam para construir mais de três mil cruzes iguais àquela em que Cristo foi crucificado.

O culto de «relíquias» encontra-se documentado em alguns relatos que nos impressionam. Em Seixas, Caminha, os romeiros levavam terra que consideravam miraculosa, prática que também se encontra noutros locais. A voragem pelas «relíquias» chegava ao cúmulo de os devotos retirarem aparas da madeira ou raspas das imagens dos santos. Frei Leão de São Tomás, em 1644, conta-nos que, em S. Bento da Várzea, Barcelos, foi necessário colocar uma grade a proteger a imagem de S. Bento, pois todos queriam uma «raspa» da mesma [59].

---

[53] O arcebispo Gelmírez ficou conhecido na cidade de Braga como o autor do *pio latrocínio*, por ter levado para Compostela as relíquias dos mártires Santa Susana, São Silvestre, São Frutuoso e São Cucufate. As relíquias de S. Frutuoso foram restituídas no ano de 1966, passados 864 anos.

[54] CAMPOS, Xaquín Rodríguez (2010): *O. c.*, p. 57.

[55] *Idem*, p. 53.

[56] *Idem*, p. 55.

[57] Cf. *MR*, II, pp. 99 e ss.

[58] PINTO, José, e VIEIRA, Sandra (2017): *O. c.*, p. 120.

[59] TOMÁS, Frei Leão de São (1644), *Benedictina Lusitana*, I, p. 407. Cf. COSTA, Pe. António Carvalho da (1706), *Corografia Portugueza*, *I*, 317: «Permanece a igreja como capela com a devota imagem de S. Bento, que pelos muitos milagres que obra, é visitada em muitos dias do ano, particularmente nos seus 21 de março e 11 de julho, e em ambos há feira franca; e é tanta a

Um outro relato, não menos impressionante, chega-nos por D. Gabriel de Sousa no seu estudo sobre o mosteiro de S. João de Arnoia, no concelho de Celorico de Basto, pelo qual nos apercebemos que a busca de aparas – ou, por vezes, de pó de pedra - das imagens dos santos era prática corrente. Tal como em S. Bento da Várzea, também em S. João de Arnoia encontramos reminiscência dessa forma de culto popular: «a prodigiosa imagem de S. João da vela acesa – *quem illuminaret suem digito indicarat* – era de pedra de ançã. Substituída por outra na tribuna do altar-mor, foi arrumada para debaixo do dito altar; e aí encontrada em 1728 pelo sacristão, o Colegial Teólogo Padre Fr. Bento de S. Luís, já totalmente raspada como com faca para relíquias, sem cabeça nem mão direita, e o cordeiro também sem cabeça (…)» [60].

Sobre o culto das relíquias de santos, Paulo Figueiras fala-nos do túmulo do abade Dom Pedro Afonso no mosteiro beneditino de Santa Maria de Carvoeiro, Viana do Castelo, ao qual acorriam devotos oriundos de terras distantes, e cita Frei António de S. Tomás da Cantuária: «… morreo com opinião de Santo, e seus ossos veneravão os moradores destas vizinhanças, recorrendo com devoção ao seu Sepulcro, cuja terra, que delle tiravão, penduravão ao pescoço, como remedio efficaz contra as Maleitas; e sentião o efeito, que procuravam…» [61].

O culto das relíquias dos santos, todavia, manteve-se até aos nossos dias, com uma quebra acentuada a partir do realismo. No século XIX, autores como Camilo de Castelo Branco – veja-se o Fradinho da Arrábida, uma espécie de «fazedor» de relíquias, em *A Bruxa de Monte Córdova* [62] - ou Eça de Queirós, *A Relíquia* [63], em que ridicularizam este culto.

O santuário de S. Bento da Porta Aberta não foge à regra no que respeita ao desejo de posse de uma relíquia do seu santo milagreiro. Em 1949 e 1950, por iniciativa do presidente da Mesa Administrativa e pároco da freguesia, Pe. Basílio Rodrigues, foi este templo dotado de duas relíquias: um osso de S. Bento e um pedaço de madeira da cruz de Cristo [64]. O ritual do culto das relíquias em S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo, depois de algumas décadas de interrupção, foi retomado nos últimos anos com o ósculo da relíquia de S. Bento nos dias de romaria e que, nos anos de 2017 e 2018, se prolongou por várias semanas.

### 2.3.3. O uso de mortalhas e de caixões mortuários

Um outro rito cultual não menos impressionante respeita ao uso de mortalhas e de caixões mortuários, uma prática ancestral, atualmente em desuso, praticada não só em muitos locais de culto no Minho, mas também na Galiza, como pode ser comprovado com as fotografias existentes no Museo do Pobo Galego em Santiago de Compostela e que contém a seguinte nota explicativa: «Nalgúns santuarios os devotos que se salvaron dunha morte certa ofrecen a mortalla ou a caixa que usarían se non fose pola intervención divina». Recordo, por experiência própria, que, nas várias festas em honra de S. Bento da Porta Aberta e de Nossa Senhora da Abadia, era em número das dezenas as pessoas que iam amortalhadas nas procissões solenes. Em agosto de 2017, na grande romaria, já não vimos ninguém. Falámos com os tendeiros que nos disseram que, no ano anterior, ainda tinha ido um casal proveniente da Galiza.

A origem deste ritual prende-se com o cumprimento de uma promessa feita por alguém que se sentiu perto da morte, ou por um familiar (por vezes, uma pessoa amiga). Vivencia, pois,

devoção que lhe tem, que os romeiros lhe iam raspando os pés, e hábito para relíquias, a que acudiram com o cercarem com gradinhas de ferro.»

[60] SOUSA, Dom Gabriel (2008): *Mosteiro de S. João Baptista de Arnoia – Celorico de Basto*. Braga: Oficina de S. José, p. 133.

[61] FIGUEIRAS, Paulo de Passos (1993): «A ação dos beneditinos no vale do Neiva», **in** *Barcelos Revista*, 2.ª série - n.º 4. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, p. 194.

[62] Cf. BRANCO, Camilo Castelo (2007): *A Bruxa de Monte Córdova*. Porto: Caixotim, pp. 217-218.

[63] EÇA DE QUEIROZ (s/d): *A Relíquia*. Lisboa: Livros do Brasil, p. 256.

[64] **AISBPA**, *Livro de atas da assembleia geral (1919-1953)*, fl. 72.

uma experiência extrema e que é considerada a «metonímia da morte» por alguns investigadores.

Esta era uma prática usada em todo o norte de Portugal e na Galiza, e que, como refere Xosé Manuel Gonzalez Reboredo, diretor do Museo do Pobo Galego, em Salamanca, constitui uma aproximação dos ritos cultuais entre o Minho e a Galiza: «debo confessar que atopei moitas [relações de semelhança com a Galiza], non só nas actitudes e características xerais da festa relixiosa e profana, senón tamén no habitat» [65].

Em S. Bento da Porta Aberta, na passagem do século XIX para o século XX, era frequente este uso. Em 1901, houve registo de rendimentos provenientes desta prática nas três festividades: 21 de março, 11 de julho e grande romaria de agosto. Ao todo, foram seis alugueres a que correspondeu um rendimento de 9.000 réis.

Este ritual era realizado de várias maneiras. Em S. Bento do Cando, concelho dos Arcos de Valdevez, havia quem se colocasse dentro do caixão desde o momento em que avistava a capela, fazia todo o trajeto até ao templo, ao qual dava três voltas, mais uma ao cruzeiro, e saía junto ao quartel [66].

No concelho de Barcelos, tivemos oportunidade de falar com várias pessoas que se recordam desta prática [67]. Na freguesia de Santa Eugénia, que fica próxima da cidade, a D. Rosa Silva (70 anos) contou-nos que o marido prometeu, se não fosse para a guerra do Ultramar, dar três voltas à igreja dentro de um caixão. Como não foi alistado, cumpriu a promessa, mas num dia de semana para não dar nas vistas. Disse, ainda, que se recordava da sua avó também ter feito este ritual.

Na maior parte dos concelhos onde registámos este ritual (Senhora da Abadia - Amares, S. Bento da Porta Aberta - Terras de Bouro, Nossa Senhora dos Remédios - Vieira do Minho, S. Bento de Pedregais [68] - Vila Verde, Santa Eugénia e S. Bento da Várzea - Barcelos), a prática era dar três voltas à capela ou santuário. Apenas em Monte Fralães, Barcelos, na romaria de Nossa Senhora da Saúde, é que os caixões mortuários se integravam na procissão. Aqui, à semelhança do que acontecia em S. Bento do Cando, alguns dos caixões utilizados neste ritual eram oferecidos pelos pagadores das promessas à confraria/paróquia que, por sua vez, os cedia para enterramento das pessoas pobres.

Em Portugal, o último registo do uso de caixões mortuários verificou-se na zona do grande Porto, concretamente na freguesia de Sobrado, no ano de 1993, durante a festa da padroeira, Senhora Aparecida. O evento foi filmado por uma equipa de reportagem da Rádio Televisão Portuguesa, dando origem ao documentário/filme intitulado «Senhora Aparecida» realizado por Catarina Alves Costa. Ao contrário do que se verificava na maior parte das romarias minhotas, aqui, os caixões integravam a procissão solene e não se limitavam às tradicionais três voltas ao templo.

Uma palavra, por último, sobre os testamentos com referências aos bens de alma e os assentos de óbito com pormenores relacionados com os rituais de enterramento. Além das habituais referências aos procedimentos a ter pelo testamenteiro no que ao funeral respeita, nomeadamente ao número de sacerdotes a participar nas cerimónias fúnebres, das dádivas aos pobres e do número de missas de sufrágio [69], não só pela alma do defunto, mas também dos

[65] PINTO, José, e VIEIRA, Sandra (2017): *O. c.*, p. 27.
[66] *Idem*, p. 189.
[67] Testemunhos recolhidos durante o mês de novembro de 2017 no âmbito das aulas de **Património Cultural e Religioso de Barcelos** ministradas na Universidade Sénior de Barcelos.
[68] Cf. MESQUITA, António (1990): «Os romeiros do Vale do Neiva», **in** *Barcelos Revista*, 2.ª série n.º 1. Barcelos: Câmara Municipal, p. 236.
[69] ***ADB***, *Paroquiais de Terras de Bouro*, n.º 110 (Covide – Testamentos): 1788, 26 de setembro - «e mais lhe mandaram dizer huma missa a Senhora da Badia e mais huma ao Senhor de Rio Caldo [Senhor dos Passos?] (…) e mais huma a Senhora do

seus familiares – que, por vezes, chegavam ao milhar [70] -, encontrámos o desejo de que essas missas fossem celebradas em locais específicos, nomeadamente, nos santuários de S. Bento da Porta Aberta e de Nossa Senhora da Abadia [71].

À semelhança do que acontece com muitos irmãos de certas confrarias ou irmandades que querem ser enterrados com o hábito de determinda ordem monástica [72], também encontrámos quem deixasse em testamento que desejava ser sepultado com o hábito negro dos beneditinos.

Embora o mais vulgar fosse os defuntos irem amortalhados com um lençol – o povo em geral -, nos registos paroquiais que consultámos, encontrámos vários com os hábitos de S. Francisco e de N. Sr.ª da Conceição. Na freguesia de Lordelo, concelho de Guimarães, contudo, encontram-se dois assentos de óbito em que os defuntos foram amortalhados com «hábito preto»: óbito de Maria José Benevides, solteira, falecida a 15 de janeiro de 1822, cujo cadáver «foi envolto em hum habito de sarja preta» [73], e óbito de Rosa Maria, solteira, filha natural de Paula Maria, falecida no dia 13 de agosto de 1842, «foi seu cadaver amortalhado em hábito preto» [74].

Terminamos com a referência a dois assentos de óbito em que os defuntos foram sepultados amortalhados com o hábito de S. Bento, como se vê nos registos paroquiais de Vale S. Cosme e S. Damião, no concelho de Vila Nova de Famalicão [75].

### 2.3.4. Clamores a S. Bento

Referimo-nos, *passim*, no início deste subcapítulo, à realização de **clamores**, também conhecidos como **preces públicas**.

Antes de continuar, convém esclarecer o que entendemos por **clamor**, tão utilizado no passado e que, hoje, caiu em desuso. Um clamor era uma procissão durante a qual se rezava a ladainha dos santos e que se realizava entre dois lugares de culto, à volta de um templo ou até um lugar específico, como, no caso dos clamores *ad petendam pluviam*, que, muitas vezes, iam até um curso de água. Vejamos a descrição do clamor de S. Brás, na freguesia de Aguiar, concelho de Barcelos, como a transmite o pároco no ano de 1758: «Em dia de Sam Bráz a três de Fevereiro vem a este Santo de Romaria as freguesias de Santa Maria de Quintiens e a de Santiago de Cossourado com suas cruzes e guiois e com três voltas de redor da igreja se recolhe dentro cantando a ladainha dos Santos» [76].

Segundo relato contido nas *Memórias Paroquiais*, da igreja de Santa Maria de Abade do Neiva, em Barcelos, partiam clamores a «S. Bento de Nossa Senhora do Bom Despacho para a parte do nascente, daqui distante duas léguas, na freguesia de S. Salvador de Cervães» [77].

Ainda em Barcelos, mais concretamente na freguesia de Balugães, existe a quinta de S. Bento em cuja casa, a meia altura da fachada sul que dá para a Rua de S. Bento, existe uma cruz de pedra em alto-relevo junto da qual colocaram um painel de azulejos com a inscrição seguinte: *Antiga Cruz dos Clamores de S. Bento*. Na realidade, era deste local que partia a procissão dos

---

Livramento e mais huma a Sam Bento», p. 1 v.; 1792, 1 de setembro, testamento do Pe. Sebastião Pires de Freitas - «e deixo mais huma missa a Senhora da Vadia, outra a Sam Silvestre, outra a Sam Bento», Fl. 24.

[70] Cf. **ADB**, *Paroquial de Amares, Besteiros*, Misto n.º 3, fl. 167 v.: «Deixou por seu herdejro seu sobrinho Manoel Joseph de Castro Soares, e o nomeara nos prazos com obrigaçaõ de fazer recolher a seus irmaõs dos estados do Brasil e de os alimentar em sua casa conforme as possibilidades e tambem da mesma sorte as suas ermans. E que mandaria dizer mil missas pela alma dele testador aonde mais conveniente lhas dicessem e achasse quem lhas dicesse e mais vinte missas a Senhora da Abbadia, e des a Sam Bento, e seis a S. Pedro de Rates na cidade de Braga dictas no seu Altar priveligiado».

[71] A documentação analisada respeita aos concelhos de Amares e de Terras de Bouro.

[72] Nas nossas pesquisas, o mais frequente era o hábito da venerável Ordem Terceira de S. Francisco.

[73] **Arquivo Municipal "Alfredo Pimenta",** Guimarães, *Paroquial de Lordelo*. Livro n.º P-530, fl. 95.

[74] *Idem*, livro n.º P-531, fl. 10.

[75] **ADB**, *Idem*, fls. 40-40 v.

[76] *MP*, I, p. 67.

[77] *Idem*, p. 64.

clamores rumo à capela de S. Bento, que se encontra próxima, como vem referido nas *Memórias Paroquiais*: «Na mesma freguesia para a parte do vendaval há taobem hua ermida de Sam Bento com hum altar aonde concorrem muitos clamores e gente de romagem duas vezes no anno a vinte e hum do mes de Março e a honze de Julho de he administrador o mesmo abbade» [78].

Muitas vezes, as procissões de clamores eram realizadas a nível concelhio com a obrigação de estarem representadas todas as famílias, as bandeiras de todas as paróquias, bem como a Câmara, sob pena de serem multadas. A *memória* de Abade de Neiva, Barcelos, refere não só a obrigação de participar nestas procissões, mas também normas comportamentais a seguir e os castigos aos prevaricadores a serem aplicados pelo juiz da *confraria do Subsino* [79].

Em Caminha, também se realizavam várias procissões de clamores, sendo a mais significativa a do dia de S. João organizada pela Irmandade de Santo Isidoro e que terminava no mosteiro beneditino de Cabanas [80]: «Em dia de Sam Joam Baptista, a vinte e quatro de Junho vai ao convento de Cabanas de religiozos de Sam Bento que fiqua na freguezia de Affife, termo de Viana e principiando o clamor em o cruzeiro que chamam da Matança vai continuando por huma aspera ladeira até chegar ao dito convento e como este clamor hé de tarde, nam há nele missa como em os mais» [81].

Antes de encerrarmos esta referência aos clamores bem enraizados no povo minhoto, não resistimos a transcrever uma passagem de *Corografia Portugueza* que, além de fazer referência à origem deste rito cultual, constitui um relato vivo dos clamores realizados em Caminha, doze no total, realizados pela suprarreferida Irmandade de Santo Isidoro, em cuja procissão participavam, com caráter obrigatório, comunidades de Viana e de Caminha: «Nesta Freguesia [S. Paio de Moledo], junto do mar está huma Capella de Santo Isidoro, he Igreja tão pequena, como antiga, toda de abobeda, e o que a faz muito celebre he huma Irmandade, que nella ha, em que andão unidas por voto quatorze Freguesias deste termo, & do de Viana, confirmada pelos Summos Pontífices, Clemente, & Urbano Oitavos (…)» [82].

Atualmente, apenas conhecemos duas paróquias onde ainda se realizam clamores, curiosamente os dois em honra de Santo Amaro, um discípulo de S. Bento cuja festividade se celebra no dia 15 de janeiro. É um santo com muitos devotos por ser considerado advogado para as doenças dos ossos que se fazem sentir sobretudo no inverno. Referimo-nos às paróquias de Santa Maria de Galegos, concelho de Barcelos, e de Santa Marinha de Argela, em Caminha.

### 2.3.5. Roteiro de um romeiro

No contexto religioso que acabamos de descrever, não é difícil de perceber – até porque se enquadra no âmbito das grandes peregrinações à Terra Santa e a Roma, transformada no centro do cristianismo devido à presença do Santo Padre, e, mais tarde, Santiago de Compostela – que, na região do Minho, e não só, pois podemos falar de quase todo o mundo cristão, os crentes, na impossibilidade de se deslocarem àqueles sítios, tenham criado os seus próprios centros de romagem.

Estes locais de culto foram aproveitados, desde há muitos séculos, como centros de convívio social, muito bem espelhado na poesia trovadoresca através das *cantigas de Romaria* como a que o jogral Pero Viviães nos legou: «Poys nossas madres vam a San Simon».

[78] *Idem*, p. 78.
[79] Cf. *MP*, I, p. 64.
[80] Este mosteiro, depois da extinção das ordens religiosas em 1834, foi vendido a particulares, tendo sido, no século XX, residência do escritor Pedro Homem de Mello.
[81] *MP*, II, p. 129.
[82] CARVALHO DA COSTA, Pe. António (1706): *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reino de Portugal I*. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, p. 281.

Muitas das nossas capelas e santuários, transformados em centros de romaria, congregam um misto de religioso e profano que nos permite dividir o roteiro em duas partes: a primeira constituída pela romaria propriamente dita, e a segunda pela diversão, a festa. Se preferirmos, o sacrifício e a alegria, ou a mortificação e o prazer.

O roteiro do romeiro começa com a realização de uma promessa. Num determinado momento em que a pessoa se vê constrangida e sem solução material e imediata para a resolução do seu problema, apega-se com o santo ou divindade da sua devoção com quem estabelece um contrato virtual que, muitas vezes, não passa de pensamento.

Ultrapassado esse constrangimento, é necessário pagar a promessa [83]. O ritual do pagamento da promessa é aquilo que, vulgarmente, designamos por «fazer a romaria».

No passado, era um momento preparado com muita antecedência e reservado para o dia da festividade do santo. O trajeto era feito de véspera – construíram-se, junto aos santuários, os denominados quartéis, albergues para os peregrinos -, a pé, atravessando, por vezes, montes e vales, as senhoras com os açafates, as condessas, à cabeça, e os homens com as bilhas ou cabaças de vinho à cinta ou às costas.

A caminhada, ritual de purificação, era por vezes feita em silêncio – aumentava o sacrifício e era mais do agrado do santo – e, até, de joelhos. A reconciliação com o Criador podia ser feita de véspera, na própria paróquia, ou no santuário, onde, habitualmente, estavam vários sacerdotes disponíveis para ouvir os peregrinos em confissão, prática corrente ainda hoje. Para indicar a caminhada silenciosa, as pessoas, por vezes, levavam um ramo de oliveira na boca (S. Bento das Pedras, Caires, Amares) ou um cravo (S. Bento das Pedras em Vizela), pois, se falassem, teriam de repetir a romaria.

Chegados ao espaço sagrado, e ainda antes de entrarem no templo, davam três voltas ao santuário. Seguia-se a oração, a visita à imagem e a deposição da esmola e/ou do ex-voto.

Nalguns casos, como em S. Bento da Porta Aberta, quando a esmola era significativa, havia lugar ao repenicar dos sinos, além de um ramo de medronheiro e de uma estampa do santo.

Obrigatório era a participação em todos os atos religiosos, desde a procissão de velas, na véspera, à missa festiva, sermão e procissão solene onde pontificavam numerosos amortalhados.

A segunda parte da romaria, a diversão, era, por vezes, intercalada com os atos de culto e momentos de alimentação. Por vezes, a noite de véspera, conhecida por «noitada» - havia quem só fosse «à noitada» -, era transformada em verdadeira orgia, como nos dá conta Lima Bezerra, nos idos finais do século XVIII, depois de ter percorrido as quatro principais romarias de então no Minho (Santo Amaro em Ponte de Lima, Senhora da Abadia em Santa Maria de Bouro – Amares, Senhora da Agonia em Viana e S. Bartolomeu em Esposende) [84].

Obviamente que a igreja, ao longo dos tempos, tem procurado pôr cobro a estes desmandos, embora nem sempre tenha conseguido atingir os seus objetivos. Recordámos a *Pastoral de 1706*, de D. Rodrigo de Moura Teles, um dos arcebispos mais importantes de Braga, bem como a *Pastoral de 1742* de D. José de Bragança. Obviamente que nem sempre é fácil "remar contra a maré", especialmente quando os regimes políticos são liberais e a vontade do povo se inclina para outro lado.

Deixando de parte os exageros que em todo o lado se cometem, as confrarias tinham a preocupação de organizar um programa festivo para as pessoas se divertirem de uma forma

[83] Quando o próprio, por quqlquer motivo, se encontra impossibilitado de cumprir a prometido, recorre a familiares ou amigos, que fazem este "serviço" gratuitamente, existindo, no entanto, profissionais do pagamento de promessas que fazem este trabalho mediante determinado pagamento.

Veja-se o filme *Fátima* realizado por João Canijo, em 2016, com estreia em 2017.

[84] Cf. BEZERRA, Manoel Gomes de Lima (1785): *Os estrangeiros no Lima II*. Coimbra: Real Officina da Universidade, pp. 11-12.

sadia e que, normalmente, contemplava: sessões de fogo de artifício [85] (preso e do ar) ao qual, por vezes, não faltava a «vaca de fogo», as bandas de música, bem como o bailarico que grupos rusgueiros sempre promoviam. Muitas destas romarias eram acompanhadas pela realização de feiras como encontrámos em vários documentos.

Inventariámos as seguintes romarias de S. Bento onde, concomitantemente, se realizavam feiras, a maior parte das quais francas e com autorização concedida por alvará real: Seixas (Caminha), Várzea e Balugães (Barcelos), S. João de Arnoia (Celorico de Basto), Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso), Cerdal (Valença), S. Bento da Vila (Arcos de Valdevez) e Vairão (Vila do Conde) [86].

### 2.4. S. BENTO: UM CULTO DE PROXIMIDADE

Os especialistas em S. Bento são unânimes em dizer que o culto a S. Bento é, essencialmente, um culto de cariz popular [87], não hesitando em afirmar que foi o povo que impôs o culto de S. Bento à Igreja e não o contrário. Na realidade, os ritos cultuais a S. Bento são ritos de proximidade. As pessoas gostam de falar com o Santo, zangam-se quando não veem os seus pedidos satisfeitos, mas são extremamente gratas quando os seus desejos são satisfeitos. Não só cumprem as suas promessas, ainda que custosas, como gostam de estar próximos do Santo, de tocar e beijar a sua imagem e, muitas vezes, de levar algo de volta que não seja apenas o sentimento de promessa cumprida. Estes ritos, de um modo geral, não diferem grandemente dos verificados nos santuários restantes, particularmente nos marianos.

Como vimos, tradicionalmente, os romeiros faziam o percurso a pé. É o «sacrifício do caminhar» de que nos fala Mariño Ferro [88] e que constitui uma forma de purificação. O Homem, impuro por natureza, necessita de uma purificação espiritual para que, quando chegar ao santuário, lugar sagrado, possa entrar, aproximar-se da imagem do santo, tocá-la e pedir que o atenda nas suas preces.

Além da caminhada, eram frequentes as promessas de dar três voltas de joelhos ao templo. Algumas pessoas usavam joelheiras que minoravam o sacrifício, mas havia quem prometesse dar três voltas de joelhos sem proteção. Por vezes, no final da primeira volta – o terreno à volta do templo nem sempre se encontrava pavimentado – os joelhos já começavam a sangrar perante a admiração de muitos e – por que não o dizer – a revolta de outros.

Este ritual, maioritariamente realizado por mulheres, contava também com um número significativo de homens. Trata-se de uma prática fortemente enraizada no nosso povo e que encontrámos mesmo em capelas isoladas e de pequena dimensão como a de S. Bento no lugar de Samil, na freguesia de Fervença, concelho de Celorico de Basto. Para atenuar o sofrimento dos devotos, ao longo das últimas décadas, as mesas administradoras tiveram o cuidado de alisar o corredor percorrido pelos romeiros, quer cimentando, quer colocando lajes de granito polidas e disponibilizando joelheiras.

Ao S. Bentinho, advogado contra as verrugas, também denominadas «cravos», os romeiros oferecem, sobretudo, ramos de cravos de cor branca [89]., bem como cera, sal e, obviamente,

[85] Em São Bento da Porta Aberta, o mais ansiado era o fogo do lago. Desde logo, porque constituía uma espécie de milagre: como é que o fogo lançado à água não se apagava?! Depois, porque era um divertimento enorme ver as pessoas atrapalhadas com as serpentinas que «rabiavam», ora na água, ora entre a multidão, lançando chispas de fogo.

[86] Atualmente pertence ao distrito do Porto, mas, no passado, estava integrada na arquidiocese de Braga.

[87] Em Santo Tirso, S. Bento rivaliza com santos casamenteiros, como S. Gonçalo de Amarante, tal como regista Joaquim Sá na sua obra *Quadras Populares a São Bento,* p. 63.

[88] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c*., p. 311.

[89] O próprio rifoneiro consagrou, em quadra popular, estes ex-votos, como recolheu Guilherme de Felgueiras: «Cravos brancos, cravos brancos/ Sobre o teu lindo altar/ S. Bentinho quantos, quantos/ O povo te vai levar». Cf. SÁ, Joaquim (2002): *Quadras Populares a São Bento*. Braga: APPCDM, p. 27.

dinheiro, como Geraldo Coelho Dias teve oportunidade de observar: «lá estão sobre o altar as moedas brancas de prata, o sal, a farinha, o açúcar, os ovos, os cravos brancos, às molhadas, estes agora de qualquer cor, política à parte» [90]. Prática que não é exclusiva do culto a S. Bento, como refere Narciso Serra sobre o culto a Santo Ovídio – advogado contra as dores dos ouvidos e dos maridos infiéis - numa capela sobranceira ao Mosteiro de S. Fins de Friestas, concelho de Valença: «Diz a tradição que para se obter as graças de Santo Ovídio é necessário oferecer, no dia da romaria, sal e telhas roubadas, atadas com vime novo. O ritual só fica completo depois de os romeiros encostarem o ouvido a uma rocha com um orifício, situada numa encosta junto da capela, para ouvir um ruído surdo» [91].

As ofertas de sal, num passado recente e no que respeita a São Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo, eram em quantidades significativas. Em 1898, a arrematação em hasta pública dos objetos em ouro, cera, linho e sal, rendeu 3.423$225 réis mais as despesas efetuadas. Embora as ofertas de sal ainda se mantenham, apresentam uma diminuição significativa. Esta prática era, muitas vezes, acompanhada de um ritual específico, como relata o cónego Arlindo Cunha: «é costume nos dois santuários [Abadia e S. Bento], mas sobretudo no de S. Bento [Rio Caldo], oferecerem grandes quantidades de sal, prometido, em momentos de aflição, um com a cláusula adjunta de o pedir, e outro com a não menos custosa diligência de nunca o pousar pelo caminho, ainda que de muitas léguas de distância o conduzam os piedosos voventes» [92].

Para compreendermos este ex-voto, temos de recuar ao tempo anterior à nacionalidade e perceber a importância deste produto de primeira necessidade. A Condessa de Mumadona já era proprietária de salinas em Fão e D. Afonso Henriques, aquando da doação do couto de Santa Marta de Bouro ao Mosteiro de Santa Maria de Bouro, incluiu o dízimo das salinas de Fão (15 de agosto de 1153). Repristinando o tempo em que o salário era pago em sal, também, após o início do culto a Nossa Senhora da Abadia do monte de Bouro, os devotos começaram a dar a esmola em porções de sal que chegavam a corresponder ao peso do ofertante. Com o crescimento do culto a S. Bento da Porta Aberta, este *modus faciendi* foi-se alargando a este e a outros centros cultuais do Minho. Durante séculos, oferecido a granel, hoje, são já muitos os que oferecem o sal em pacote.

Em Rio Caldo, o culto de proximidade manifesta-se de um modo ainda não estudado – quanto é do nosso conhecimento – que nos atrevemos a denominar *culto epistolar*. Referimo-nos, obviamente, aos imensos ex-votos em forma de carta aberta dirigida ao Padroeiro da Europa. Através de uma linguagem simples e denunciadora de um tratamento familiar, dirigem-se ao santo na segunda pessoa do singular, «para te dizer», e não na segunda pessoa do plural, em sentido de respeito, distância: «para vos dizer».

Muitos são os testemunhos/depoimentos nos quais os devotos imploram, agradecem, desabavam, partilham, enfim, agem como se estivessem a dialogar com o Padroeiro da Europa, deixando transparecer um sentimento enorme de gratidão pela graça concedida ou de fé e esperança na satisfação do seu pedido.

A maior parte dos devotos de S. Bento, na impossibilidade de levar para casa a imagem objeto da sua veneração, tem uma réplica da estátua de S. Bentinho ou, em alternativa, um quadro ou uma estampa com a imagem do Santo. Casos há, como na capela de São Bentinho de Trás do Hospital, em Braga, em que a imagem mais pequena é, com alguma frequência, camuflada e levada pelos romeiros para casa, sendo, posteriormente e às escondidas, devolvida.

[90] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2004): «São Bento – São Bentinho: a dupla face cultual do Fundador dos Beneditinos», **in** *Sanctus Benedictus – São Bentinho*. Braga: Mosteiro de Tibães/IPPAR, p. 8.
[91] SERRA, Narciso Luís Esteves (2014): *Mosteiro de S. Fins de Friestas: Paradigma de um Património Classificado*. Valença: edição do autor, p. 101.
[92] CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1951): *Senhora da Abadia – Monografia Histórico-Descritiva*. Barcelos: Confraria de Nossa Senhora da Abadia, p. 94.

É o S. Bentinho de «trazer por casa» de que nos dá conta Frei Geraldo Coelho Dias: «S. Bento, santo, portanto, de trazer por casa? Mas sim, sem qualquer desrespeito e desprestígio para o santo de venerar nos altares» [93].

Este culto de proximidade manifesta-se, ainda, no tratamento afetuoso, quer seja o "São Bentinho", imagem de um jovem imberbe que foge da vida dissoluta da grande cidade de Roma e se entrega a Deus em plenitude; quer seja o "Senhor S. Bento", reminiscências da representação de S. Bento adulto, o Dom Abade, fundador da ordem beneditina, obreiro de vários milagres e que irradia santidade, habitualmente representado com barba como se vê nas fachadas das igrejas dos mosteiros beneditinos mais importantes [94].

A representação de S. Bento com barba, vulgar fora de Portugal, tem sido, entre nós, substituída por imagens de S. Bento ainda jovem. No Minho, além de Boivão (Monção), identificámos mais de duas dúzias de imagens (pintura e escultura) de S. Bento com barba sendo as mais significativas a da igreja de Vila Boa (Barcelos) [95] e outra que se encontra na sacristia do mosteiro de S. Miguel de Refojos (Cabeceiras de Basto).

### 2.5. S. BENTO E A FUNDAÇÃO DE PORTUGAL

Podemos afirmar que a importância de um santo e a grandeza do seu culto se vê pelo número e grandeza dos templos que lhe são dedicados. Um exercício simples é verificar a quantidade de igrejas com a invocação de Santiago que ladeiam os caminhos que nos conduzem à catedral do Apóstolo em Santiago de Compostela, agora que o seu percurso está na moda.

Ao contrário do que acontece com Santiago, São Bento não nos aparece como orago de muitas das nossas paróquias. No Minho, apenas S. Bento da Várzea, em Barcelos, e S. Bento de Pedraído, em Fafe. Todavia, nas igrejas paroquiais que resultaram da extinção dos mosteiros, é frequente S. Bento substituir o orago principal. Podemos referir, a título de exemplo, Santa Maria de Ermelo e Santa Maria de Miranda (Arcos de Valdevez), Santo Tirso (Santo Tirso), S. Martinho de Tibães (Braga), Santa Maria de Fiães (Melgaço) e Senhora do Terço (Barcelos).

Segundo o professor Avelino de Jesus da Costa, esta realidade deve-se ao facto de S. Bento ter entrado tarde no culto uma vez que não foi mártir: «não admira, por isso, que falte entre os oragos das antigas freguesias e que apareça apenas em 1070 como titular secundário do mosteiro de Cete. Por este motivo, o mosteiro da Várzea devia ter a princípio outro orago, porque S. Bento só vem mencionado em 1551» [96]. Efetivamente, ainda hoje é possível vermos, no altar-mor, reminiscências do antigo, ou seja, o Salvador, como nos refere Teotónio da Fonseca: «o orago desta freguesia é S. Bento, ainda que primitivamente fosse S. Salvador, que deixou de o ser por na sua igreja haver uma milagrosa imagem daquele santo, o qual foi tomado por patrono» [97].

Nascido no séc. V, os mártires cristãos dos primeiros séculos dominavam como oragos principais das igrejas de então. Ao passar do primeiro milénio, dominava o *Salvador* - e *Nossa Senhora* na invocação de Santa Maria -, como encontrámos na obra do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoens illustres, que floresceraõ neste Arcebispado*: «Ao accrecentamẽto da cidade pertence tambem a

[93] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *Quando os Monges eram uma Civilização… Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo.* Porto: CITICEM, FLUP e Edições Afrontamento, p. 264.
[94] Vide: Tibães (Braga), Refojos de Basto (Cabeceiras de Basto), Rendufe (Amares), Carvoeiro (Viana do Castelo) e S. Bento da Vitória (Porto).
[95] Esta imagem, embora de dimensões mais reduzidas, remete-nos para a estátua de S. Bento que se encontra na catedral de Lugo.
[96] COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, I*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta [Rio Caldo], p. 475.
[97] FONSECA, Teotónio da (1948): *O concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, II. Barcelos: Companhia Editora do Minho, p. 363.

restauração do mosteiro de S. Salvador de Montilhos, edificado pelo grande Arcebispo de Braga S. Fruituoso, como em sua vida fica referido» [98].

O tema da penetração da *Regra de S. Bento* (RB) na Península Ibérica não é consensual entre os investigadores, divergindo, sobretudo, em relação à data em que tal aconteceu. Paulo Passos de Figueiras é o mais ousado e vai ao ponto de afirmar que «os séculos X e XI são já considerados como o apogeu da observância da Regra» [99].

O cónego Avelino de Jesus da Costa defende que, antes do século XII, os mosteiros portugueses «seguiam uma Regra peninsular, em geral, a de S. Frutuoso ou a de Santo Isidoro de Sevilha, embora admita o conhecimento da Regra de S. Bento (RB) em Portugal pelo menos desde 959» [100].

No que à diocese de Braga respeita, a Ordem de S. Bento, enquanto sistema estruturado e com uma determinada hierarquia, começou a implantar-se, de forma assinalável, durante o último quartel do século XI [101]. O professor José Marques fala-nos da existência de cerca de 80 mosteiros pré-beneditinos, chamados autóctones, no Entre Douro e Minho, dos quais apenas 26 integraram a Ordem Beneditina, seis dos quais eram femininos [102].

A acreditar no autor da *Benedictina Lusitana*, Frei Leão de S. Tomás, já no século IX, pelo ano de 883, existiria, no Outeiro de S. Miguel (atual freguesia de Santa Maria de Bouro, Amares), um mosteiro que seguia a *Regra de S. Bento* [103].

A entrada da Ordem de S. Bento em Portugal, enquanto estrutura organizada, na segunda metade do séc. XI, é defendida pelo já citado Frei Geraldo Coelho Dias, principal estudioso dos beneditinos em Portugal: «os primeiros documentos conhecidos sobre a observância da Regra de S. Bento em território português são no mosteiro de Vilela [104] em 1086 e no mosteiro de S. Romão de Neiva no ano de 1087» [105].

Esta tese em nada prejudica o entendimento de que a *Regra de S. Bento* há muito que era seguida em vários mosteiros e cenóbios peninsulares, como vemos quando a Condessa de Mumadona foi buscar um religioso para o templo que acabara de fundar: «E desejando viver religiosamente à sombra do dito templo de Santa Maria mandarão vir do mosteiro de S. Andre de Tellões, que distava tres llegoas para entre o Naçente e Sul, que era de religiosos do patriarca S. Bento, hum religioso para os proteger, e governar, no qual mosteiro havião 33 annos que se

---

[98] CUNHA, D. Rodrigo da (1635): *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoens illustres, que florescerão neste Arcebispado*, 2.ª parte. Braga: Manoel Cardozo impressor, p. 299.

[99] FIGUEIRAS, Paulo de Passos (1993): «A ação dos beneditinos no vale do Neiva», **in** *Barcelos Revista*, 2.ª série - n.º 4. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, p. 183.

[100] COSTA, Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 13.

[101] MARQUES, José (2015): «Os beneditinos no noroeste peninsular, na Idade Média», **in** *Atas do Congresso de S. Bento, Pai e Padroeiro da Europa, 2014-2015*. Braga: Gráfica do Diário do Minho, p. 44.

[102] *Ibidem.*

[103] THOMAS, Frei Leão de Santo (1651): *Benedictina Lusitana*, t. II. Coimbra: Oficina de Manoel de Carvalho, impressor da Universidade, pp. 86 e 87.

Frei Leão de Santo Tomás apresenta uma história semelhante para o mosteiro beneditino de Santa Maria de Pombeiro. Tresladado de um local onde existira o mosteiro de «Santa Maria do Sobrado»: «Facimus tibi cartam de nostra Bussa de Payo Capelo de villa de Palumbario, usque ad picotum do Sabarral, et ad singulos annos dabis nobis, et nostro monasterio de S. Maria de Sobrado Ordinis Sancti Benedicti tres cubos ordeaceos, eosdem tritici, Galinam unam et duos pullos. Facta Carta 5 die Februarii Era DCCCVII». *O. c.*, p. 48.

[104] Cf. página *web* da Direção-Geral do Património Cultural:
http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156107/ (acedida em 20-10-2017): «A fundação do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela [Paredes, Porto] é muito remota, e apesar de não se conhecer a data precisa da sua instituição crê-se que deverá ter ocorrido cerca do ano 1000, pois há notícias documentais pelo menos desde 1030 (VASCONCELOS; SOUSA; MELO, 1998, p. 17; MATTOSO, 1968, p. 54). Na verdade, o conde D. Henrique teria doado esta região a D. Paio Guterres, fundador do mosteiro. Desconhece-se ainda que ordem teria habitado o novo edifício conventual (beneditina?), que à época era dúplice.»

[105] DIAS, José Amadeu Coelho (2017): «A Regra de São Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em português», **in** *Atas do II Seminário Internacional "Religião, Letras e Armas: da Europa Renascentista para Basto"*, ed. Município de Cabeceiras de Basto. Braga: *Diário do Minho*, pp. 79-80.

lhe pusera Abbade no de 887» [106]. Assim se explica a referência a dois exemplares da *Regra de S. Bento* no testamento da Condessa de Mumadona, datado do final do séc. X [107] e que a mesma já fosse seguida na Galiza: «A introdução da Regula Benedicti parece que foi implantada pela primeira vez no mosteiro dos santos Cosme e Damião de Abellar, junto à cidade de Leon. O outorgante da escritura que contém a menção do dia 3 de abril do ano de 905, foi o rei Afonso III, e o seu destinatário o abade Cixila, um moçárabe imigrado, de Toledo» [108].

Um dos grandes difusores da *RB* na Galiza foi S. Rosendo - perpetuado na catedral de Mondoñedo através da sua estátua - fundador do mosteiro beneditino de Celanova cujos frades, pouco tempo depois da sua morte, começaram a cultuá-lo como santo, tal como refere Carlos Baliñas Perez: «Finalmente, [S. Rosendo] acabaría por suceder a su rival como obispo iriense (968-977), cargo que ostentó hasta su fallecimiento en el último de los años citados. Recibió culto como santo desde muy antiguo, especialmente en la Orden Benedictina y entre su congregación de Celanova» [109].

O relato de Frei Leão de S. Tomás está de acordo com os historiadores de que, no seu início, o Mosteiro de Santa Maria de Bouro (Mosteiro d'Abadia) pertenceu à Ordem de S. Bento. Na verdade, quando os beneditinos, após a reconquista, chegaram ao noroeste peninsular, instalaram-se em zonas interiores desabitadas, como refere Sá Bravo: «La regla de San Benito dio al Monacato una unidad y estabilidad que hasta entonces no tenía, favoreciendo la ación colonizadora de los monjes, pues los Monasterios benedictinos fueron para Galicia focos orientadores del cultivo de la tierra, centros expansivos de cultura e núcleos en torno de los cuales surgieron nuevos pueblos» [110]. Foi isto que aconteceu no monte de Bouro onde os beneditinos se instalaram sob a invocação de S. Miguel - memória perpetuada no monte com o seu nome – tendo-se verificado a cristianização do monte **Cidadelhe** [111]. Por isso é que, inicialmente, este mosteiro é chamado «Monasterio uidelicet Sancti Michaelis de Burio» [112].

O grande investigador cisterciense, Frei Damián Yañez Neira, criador e dinamizador do arquivo do mosteiro de Santa María la Real de Oseira (Orense), partilha a tese de que, na sua origem, Santa Maria de Bouro era um mosteiro beneditino [113].

Mais tarde, por influência do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques (1140-1185), o Mosteiro de Bouro passou a ser dedicado a Santa Maria, cuja entronização aparece pela primeira vez em 1153, embora em conjunto com S. Miguel*:*«in ipso monasterio uidelicet Sancte Marie et Sancti Michaelis» [114]. A partir de 1168, data da renovação da carta de doação do couto de Bouro ao mosteiro, a invocação é sempre de Santa Maria, tendo, inclusive, dado origem à paróquia de «Santa Maria de Bouro». Embora, em 1174, ainda estivesse submetido à regra beneditina «eclesie sancte marie de burio et eiusdem loci abbati iohanni ceterisque fratribus

---

[106] *MR*, I, p. 70.
[107] Cf. *MR*, I, p. 72: «entre elles a *Regra de S. Bento* com as «Constituicioes», e de S. Frutuoso».
[108] LÓPEZ, S. L. Pérez (2007): «San Rosendo: Monje e reformador del monacato», **in** *Estudios Mindinienses: Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*. Salamanca: Kadmos, p. 217.
Ver: MATOSO, J. (1976): «A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica», **in** *Bracara Augusta*, 30. Braga: Câmara Municipal, pp. 5-19.
[109] PÉREZ, Carlos Baliñas (1998): *Gallegos del Año Mil*. Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, p. 292.
[110] BRAVO, H. de Sá (1972): *El monacato en Galicia* (2 vols.). La Coruña: Editorial Librigal, p. 71.
[111] Cf. RAPPAPORT, Roy A. (2001): *Ritual y religión en la formación da la humanidad*. Madrid: Cambridge University Press, pp. 471-2: «Podremos observar aquí que constituyó una política católica deliberada, enunciada por el papa Gregorio Magno, el permitir o incluso fomentar la continuidad de ciertas prácticas precristianas en las misiones inglesas, muy explicitamente para facilitar la experiencia de la conversión. (...) Los templos eram consagrados de nuevo para el culto cristiano y se ordenó que que los cristianos participaran en las ocasiones en las que las gentes acostumbran a ofrecer sacrificios a sus viejos dioses».
[112] REUTER, Abiah Elisabete (1938): *Chancelarias Medievais Portuguesas*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, p. 214.
[113] NEIRA, Fray M. Damián Yañez (1995): «El Monasterio de Santa María de Bouro y los Cistercienses – VIII Centenário de la llegada del Císter a Bouro», **in** *Minia*, 3.ª série – ano III. Braga: ASPA, pp. 4-5.
[114] *Idem*, p. 237.

ibidem sub regula beati benedicti» [115], após a reforma dos mosteiros beneditinos, aderiu à ordem de Cister.

D. Afonso Henriques, quando implorou ao Papa a independência do reino de Portugal, estava imbuído de um espírito nacionalista cujo objetivo era criar uma nação desvinculada dos reinos de Castela e Leão – representados no brasão de armas dos Beneditinos - a quem os monges de Cluny tinham penetrado na Península Ibérica. Foi este "nacionalismo", no sentido que lhe dá Ernest Gellner, que manteve a união do país ao longo de 900 anos de história [116].

O mosteiro de Santo André de Rendufe [117], também situado nesta região, foi fundado por Egas Paes de Penegate, senhor das terras de Bouro e de Rendufe, entre outras. Para a sua fundação, reuniu um conjunto de monges oriundo dos mosteiros beneditinos mais próximos: Adaúfe [118] e Abadia (Bouro). Após a reforma da congregação beneditina portuguesa, «foi dos primeiros que a Congregação de S. Bento tomou posse em 1569, e dos mais poderosos da Ordem» [119].

Analisados os tombos dos mosteiros de Santa Maria de Bouro e de Santo André de Rendufe existentes no Arquivo Distrital de Braga, podemos afirmar que, enquanto a influência direta do mosteiro de Santa Maria de Bouro se estende ao longo da margem direita do rio Cávado (cf. as cartas de doação do couto velho, em 1148, e do couto novo, em 1162), a maior parte das propriedades ao longo da margem esquerda do rio Homem estavam integradas no segundo.

A situação explica-se pelo facto de as terras do primeiro resultarem de uma doação real (Carta de Couto de D. Afonso Henriques), e de as do segundo provirem de uma doação do seu instituidor, o tenente de armas Egas Pais de Penegate, que possuía muitas terras ao longo do vale do rio Homem. Ao longo dos tempos, os bens imóveis destes mosteiros foram crescendo, fruto, sobretudo, de doações, como podemos ler na introdução do livro que contém a relação dos bens e propriedades que o mosteiro de Rendufe possuía em 1770: «O mosteiro de S. Andre de Rendufe, fundado por Dom Egas Paes de Penegate no seculo dessimo, conservou, possuio e teve muntas propriedades e rendas, e ja no anno de novecentos e noventa e hum tinha Abade e os teve ente (sic) o seculo dessimo terceiro em que principiaram os abades comendatários» [120].

Em 1834, com a apropriação dos bens da Igrejas pelo Estado, foram extintos e o seu património vendido pela Fazenda Nacional. À exceção das igrejas, convertidas em igrejas paroquiais, estes portentosos imóveis transformaram-se em pardieiros ruinosos, tal como chegaram ao último quartel do século XX. O edifício do mosteiro de Santa Maria de Bouro, felizmente, transformou-se numa pousada de excelência. Em relação a Santo André de Rendufe,

---

[115] *Idem*, pp. 350-351.

[116] GELLNER, Ernest (1993): *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, p. 12: «nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado – uma contingência já formalmente excluída pelo princípio da sua formulação geral – não separem os detentores do poder do resto da nação».

[117] O couto do mosteiro de Rendufe era composto pelas freguesias de Barreiros, Bico, Rendufe e Lago. Cf. SILVA, Domingos Maria da (1959): *Entre Homem e Cávado II: Amares e Terras de Bouro*. Amares: «A Modelar», p. 335.

[118] *Corografia Portugueza*, I, pp. 184-185: «Santa Maria de Adaúfe, a quem o Livro da Ordem de Chriflo chama Dadufe, foy Mosteiro de Frades Bentos, fundado, & dotado amplamente pelos annos de 1070 & tantos por Dom Nuno Odoris, & sua mulher Dona Adozinda Viscoy, que se entende ser da familia dos Sousas, pelo que se colhe dos letreiros das sepulturas antigas, que alli estão. Sagrou a Igreja o Arecebispo D. Pedro; nunca foy Mosteiro duples, nelle permanecèrão os Relligiosos mais de 360 annos, até que o Arecebispo Dom Fernando da Guerra em dous de Agosto de 1452 o reduzio a Igreja secular de sua apresentação in solidum, & o primeiro, que poz nella, foy João de Barros, Clerigo de Ordens menores: mas no tempo del Rey Dom Manoel se meteo no rol das Commendas, que pedio a Sua Santidade, & elle lha concedeo; he da Ordem de Christo (…)».

[119] Cf. ARAÚJO, António de Sousa, e SILVA, Armando B. Malheiro da (1985): *Inventário do fundo monástico-conventual* (separata de ***ITINERARIUM – Revista quadrimestral de Cultura***, ano XXXI, 1985). Braga: ADB/UM, p. 103.

Segundo a *introdução* ao Livro n.º 111 – "Relação da fazenda e casais deste Mosteiro, 1770", fólio 1, a posse terá ocorrido no dia 5 de março de 1567: «a instância do Sr. Rei D. Sebastião, se alcançou, no ano de 1566, Bula da Sé Apostólica, governando a Igreja de Deus Pio V, para formar a Congregação de S. Bento e reformar os Mosteiros, e em complemento da dita Bula, D. Frei Pedro de Chaves, Reformador da Congregação, tomou posse deste mosteiro a 5 de março de 1567».

[120] **ADB**, *Monástico-conventual*, Rendufe. Livro n.º 111 – "Relação da fazenda e casais deste Mosteiro", 1770, fl. 1.

parece ter chegado a hora da sua recuperação, segundo informa o jornal «O Amarense»: **Mosteiro de Rendufe em obras. Investimento é de mais de meio milhão de euros** [121].

A rede dos mosteiros beneditinos foi objeto de um tratamento especial pelo grande romancista português Camilo Castelo Branco que, na obra *Mosaico e Silva*, incluiu um capítulo em que, supostamente, transcreve um manuscrito que relata uma viagem realizada em 1785: «Os conventos do Minho eram as suas estalegens. Refazia-se o corpo no refeitório e o espírito nas bibliotecas beneditinas. Viajava no Minho como já hoje ninguém pode viajar. As estradas não valem os mosteiros da Congregação de S. Bento. hoje, anda-se; naquele tempo, andava-se, comia-se, lia-se nas livrarias e sobejava tempo de escrever as impressões de viagem» [122].

Não há qualquer dúvida que o culto a S. Bento no Minho está intrinsecamente ligado ao papel que os monges da Ordem de S. Bento tiveram neste território desde muito antes da independência. Vários são os autores que apontam este caminho, sendo, o mais expressivo, Frei Leão de São Tomás na obra *Beneditina Lusitana* [123].

No território que constitui o Portugal continental de hoje, mas com particular incidência na região de entre Douro e Minho, o monaquismo beneditino teve uma expressão enorme, com os mosteiros e eremitérios da Ordem de S. Bento a multiplicarem-se por todo o território [124].

Em 2006, a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta editou uma pequena brochura intitulada *A devoção a São Bento no Minho* que pretendia ser uma compilação dos locais de culto a S. Bento no Minho. A recolha foi muito limitada, ficando mais como uma mostra de alguns desses locais (santuários e capelas) do que uma inventariação exaustiva dos mesmos.

Não obstante a fundação da capela de S. Bento de Travassos, em Vilar, ter ocorrido 10 anos antes da capela de S. Bento na Seara da Forcadela, Rio Caldo, e aonde, segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758, ia «gente de romagem», a verdade é que a publicação suprarreferida nem sequer a menciona, apesar de, como se pode ler na **Nota de Abertura**, ter por objetivo «realizar um roteiro de visitação, que leve os devotos de S. Bento a percorrer todos os lugares que possuem uma relação especial com o Santo [125]. Como teremos oportunidade de mostrar noutro contexto, ficou muito aquém do desejado.

A partir da reforma da Congregação dos Monges Negros de S. Bento no Reino de Portugal e Província do Brasil, realizada na segunda metade do século XVI (1566), vão surgir, no Minho, várias capelas dedicadas a S. Bento, uma grande maioria por influência dos abades dos mosteiros beneditinos, mas também por iniciativa de seculares e clérigos devotos do Patriarca S. Bento. A primeira capela dedicada a S. Bento construída no Minho, na era da pós-reforma da Congregação de S. Bento em Portugal, que registámos, foi uma capela situada na quinta da Silva, em Barcelos, tendo sido seu instituidor António de Sousa Alcoforado, comendador de São Pedro de Merelim, no ano de 1589 [126]. Seguem-se as da freguesia de S. Cosme do Vale (1595), em Famalicão, Vilar de Chamoim (1605) e Rio Caldo (1615), em Terras de Bouro [127].

De referir que, salvo raras exceções, como S. Bento das Pedras em Fiscal, Amares, a origem destas capelas não resulta de nenhuma aparição sobrenatural ou de uma imagem do Santo.

---

[121] Jornal «O Amarense», 4 de setembro de 2019.

[122] BRANCO, Camilo Castelo (1968): *Mosaico e Silva de curiosidades históricas, literárias e biográficas* Porto: Lello & Irmão, p. 220.

[123] Cf. THOMAS, Frei Leão de Santo (1644 e 1651): *Benedictina Lusitana*, 2 vols. Coimbra: Oficina de Diogo Gomes de Loureiro, tipógrafo da Universidade (t. I) e Oficina de Manoel de Carvalho (t. II).

[124] TOMÁS, Frei Leão de S. (1651): *O. c.*, p. 407.

[125] *Devoção a S. Bento no Minho* (1995). Rio Caldo: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, p. 5.

[126] O registo da escritura de doação à fábrica da capela foi feito em 20 de dezembro de 1590 pelo suprarreferido António de Sousa. Cf. **ADB**, *Registo Geral*. Livro n.º 244, fl. 19.

[127] Em 11 de abril de 1578, Tomé da Silva de Antas, comendador da Ordem de Cristo, faz uma doação a seu primo e genro, Vasco Fernandes de Antas, com a condição seguinte: «fazerem uma igreja ou capela do Patriarca S. Bento dos Monges Negros, com todo bom adúvio de ser de boa obra (…) E no cume da mesma Portela e freguesia de Santa Maria de Cossourado se há de edificar a igreja ou capela do Patriarca S. Bento». Cf. Aves da Cunha, 1979: 401-402.

Umas são de imposição do visitador, as públicas, outras resultam da iniciativa de particulares. Algumas destas capelas extinguiram-se ao longo dos tempos, tendo a imagem de S. Bento recolhido à igreja paroquial, ou mudado de orago, como aconteceu em Bárrio, Ponte de Lima, onde a capela de S. Bento passou a capela de Nossa Senhora da Abadia [128]. Por outro lado, as capelas de Nossa Senhora do Pilar, em S. João de Vila Chã, Ponte da Barca, e de Nossa Senhora da Graça, na freguesia do Mosteiro, Vieira do Minho, têm, hoje, S. Bento como orago principal.

## 2.6. MANIFESTAÇÕES DO CULTO A S. BENTO NO MINHO

As marcas do culto ao Patriarca S. Bento, na região objeto do nosso estudo, manifestam-se de dois modos: material e imaterial.

Em termos materiais, podemos estabelecer a gradação seguinte: basílica, santuários, igrejas, capelas, altares, nichos ou edículas e alminhas.

Como principal centro nacional de culto ao Pai do Monaquismo Ocidental, temos a basílica menor de S. Bento da Porta Aberta situada na freguesia de Rio Caldo no concelho de Terras de Bouro que será objeto de estudo aprofundado na segunda parte desta dissertação de doutoramento.

Na categoria de santuários, podemos falar de S. Bento das Peras (ou das Pedras), no monte de S. Bento em Vizela, de S. Bento da Porta Aberta na freguesia de Cossourado do concelho de Paredes de Coura e S. Bento de Donim – era assim que, no passado, era conhecido -, em Santo Emilião.

No que às igrejas matrizes respeita (não obstante a maior parte delas terem um altar dedicado ao fundador dos beneditinos, ou, quando tal não acontece – ao longo dos séculos foram surgindo novas invocações [129] cujas imagens destronaram santos mais antigos -, há, pelo menos, uma pequena peanha com a imagem de S. Bento. Nesta dissertação, apenas estudaremos as que têm S. Bento como orago principal, situação que, como já referimos, não abunda na região minhota, apenas as paróquias de S. Bento de Pedraído, no concelho de Fafe, e de S. Bento da Várzea, em Barcelos. Embora muitas pessoas julguem que o padroeiro da igreja de Ermelo é S. Bento, a verdade é que se trata de Santa Maria, pois pertencia a um mosteiro cisterciense.

A pari passu, indicaremos as igrejas cujas imagens eram alvo de uma veneração especial e, por esse motivo, são referidas nas Memórias Paroquiais.

### 2.6.1. Alminhas de S. Bento no Minho

Outra marca do culto a S. Bento no Minho é a existência de *nichos* e *alminhas* com a imagem de S. Bento. Embora, vulgarmente, o povo não distinga entre *nicho* e *alminhas*, fazemos essa separação porquanto, no caso das *alminhas*, a imagem iconográfica é relativa às almas do Purgatório, representadas, salvo raríssimas exceções, através de pinturas em painéis que podem ser de madeira, chapa, pedra, estuque ou azulejo (as mais frequentes e modernas) [130]. Durante as nossas pesquisas, encontrámos, apenas, umas *alminhas* em escultura.

---

[128] Em 4 de março de 1722, os moradores da paróquia de S. Miguel do Bárrio, por iniciativa dos mesários da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia, conseguem autorização da Cúria Bracarense para a colocação de um confessionário na capela de S. Bento. Não restam dúvidas de que se tratava de uma Irmandade muito ativa, de tal modo que, em 1758, nas Memórias Paroquiais, já é denominada **capela de Nossa Senhora da Abadia**: «Tem esta freguesia duas capelas, uma de invocação de Nossa Senhora da Abadia, sita no lugar dos Outeiros, a qual se festeja no dia 15 de agosto, em cujo dia concorre romagem de concurso de gente de várias partes e na dita capela está erigida uma irmandade de grande número de irmãos, assim desta freguesia como das vizinhas». Cf. *MP*, I, p. 325.

[129] Refiro, a título de exemplo e no que ao culto mariano respeita, Senhora de Lurdes, Senhora de Fátima e Senhora do Sameiro.

[130] Constitui, infelizmente, uma perda enorme para o nosso património cultural e religioso. Mas o custo do restauro das pinturas é elevado e, tendo em conta o vandalismo de que são alvo e a abrupta diminuição das esmolas, cada vez são mais os zeladores a substituírem as *alminhas* tradicionais – algumas muito bonitas e com figuras iconográficas que rareiam – por painéis de azulejo sem valor e que, por vezes, adulteram a iconografia original.

O culto popular às almas do purgatório é muito antigo e, podemos dizer, estende-se a toda a Península Ibérica com particular incidência na antiga *Galécia* (Galiza e região norte de Portugal) e radica em conceitos teológicos que a religião católica, com os últimos pontificados – sobretudo a partir do *Concílio Vaticano II* - tem vindo a alterar. Na verdade, com a encíclica *Gaudium et Spes*, deu-se início a uma teologia que, mais do que sacrificial e condenatória, apela a uma alegria salvífica. De uma religião persecutórica e comercial, que praticava o negócio das graças e das indulgências, passou a uma Igreja humanista que privilegia a dádiva, o perdão e o amor [131].

Neste contexto, o culto das almas do purgatório ressentiu-se – veja-se o estado de abandono de centenas de *alminhas* -, pois os conceitos de inferno e de purgatório já não esmagam os crentes e condicionam muito menos a sua vida terrena, como acontecia no passado e de que nos dá conta William Christian:

> El purgatorio, por otra parte, es una estación de paso caminho del cielo. Las almas del purgatorio puden conseguir acortar sus estancia gracias a especiales devociones que ellas mismas llevaron a cabo cuando estaban vivas, y también mediante devociones de personas aún vivas que rezan por ellas o que les aplican indugencias. Há sido una vieja costumbre, si bien no sancionada por la iglesia oficialmente, el que los fieles recen a las almas del purgatorio, del mismo modo que lo harían a cualquier santo [132].

As *alminhas* com a imagem de S. Bento exemplificam a afirmação de William Christian. Na verdade, os crentes podem – e devem – interceder pelas almas daqueles que lhes foram queridos pedindo a intercessão de S. Bento. Quer pela nossa experiência de vida em meio rural, quer no decorrer do trabalho de campo, nunca nos apercebemos que os devotos rezassem «às almas do purgatório», mas «pelas almas do purgatório». Por isso é que, no painel, além do fogo e das almas em processo de purificação, há sempre uma, ou mais, figuras divinas e/ou celestiais.

#### 2.6.1.1. Rua do Muro, Braga

No nosso trabalho de campo, inventariámos cinco *alminhas* com a imagem de S. Bento. Em duas situações, S. Bento aparece-nos como figura única e central, preenchendo a quase totalidade dos painéis em chapa: um na rua do Muro (Monte Crasto), em Braga, e outro na freguesia de Escudeiros, na estrada nacional n.º 309.

As primeiras, muito modestas, foram construídas em meados do século XIX pelo sr. José, uma figura típica do bairro das Palhotas, conhecido como «o Rei do Sebo», que morava na casa por detrás das alminhas.

---

[131] *Vide:* «O papa Francisco revisa a teologia do inferno», «El País» de 20-2-2017.
***In:*** https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424448314_104080.html, (acedido a 30-3-2018).
[132] CHRISTIAN, William A. Jr. (1978): *Religiosidad popular: estudio antropológico en un valle español*. Madrid: Tecnos, pp. 119-120.

Segundo o nosso informador [133], dedicava-se a fazer chás, o denominado «chá de S. Roberto» feito a partir da planta erva-roberta (*Geranium robertianum* L.), à qual são «atribuídas virtudes medicinais» [134]. Ao ver que, todas as quintas-feiras, passavam à sua porta, muitos romeiros que se dirigiam ao S. Bentinho de Trás do Hospital, resolveu construir estas alminhas que, passados 15 anos do seu falecimento, ainda há quem ali coloque velas de cera [135].

Como a imagem se apresenta bastante degradada, não é fácil fazer a sua descrição iconográfica. Todavia, é possível perceber que S. Bento se apresenta mitrado ocupando o eixo central, tendo o báculo e a *Regra* na mão esquerda enquanto a direita abençoa. Do lado direito, vê-se uma figura angelical, provavelmente o S. Miguel, o arcanjo psicopompo que conduzia as almas ao Paraíso, e, do lado direito, a imagem de S. Vicente, padroeiro da freguesia a que este bairro terá pertencido [136], uma vez que se apresenta paramentado, ostentando, na mão direita, um barco encimado por uma ave (corvo), e, na mão esquerda, a palma, símbolo do seu martírio.



Fig. 3. Painel das *Alminhas* de S. Bento na rua do Muro, Braga.

2.6.1.2. Escudeiros, Braga

Em relação às *alminhas* de Escudeiros, situadas na avenida de S. Bentinho, denota-se uma antiguidade, pelo menos, consentânea com o portão armoriado que lhe fica do lado direito. Encontram-se embutidas na parede da quinta indiciando que seria pertença dos seus proprietários e protegidas por um alpendre de cerca de 4 $m^2$. O painel mostra-nos o S. Bento aureolado com mitra ornada, o corvo com o pão no bico, aos pés, e o báculo na mão direita e a *Regra* aberta na esquerda.

Por cima do nicho com o painel, encontra-se uma pedra trabalhada com a inscrição seguinte: «ANNO DE 1755». À direita desta epígrafe, uma placa que diz: «JOAQUIM DA COSTA, lugar de ANÇARIZ – OFERECE A IMAGEM de Na. Sa. do SAMEIRO À FREGUESIA DE ESCUDEIROS». Por baixo, um pequeno nicho exibe uma imagem de Nossa Senhora do Sameiro, testemunho dos romeiros que, desde há cem anos, demandam estes caminhos em busca do alto do monte da freguesia de Espinho (Sameiro). Por aqui passava a estrada antiga que, partindo de Famalicão e seguindo pela freguesia de São Cosme e São Damião do Vale, contornava a quinta de Tibães antes de se demorar junto à capela de S. Bento, para depois seguir rumo à casa-mãe dos beneditinos.

2.6.1.3. Palácio do Raio, Braga

No caso das *alminhas* restantes, umas pertencem à Santa Casa da Misericórdia de Braga, implantadas no muro do lado sul do Palácio do Raio, bem no centro da cidade de Braga e muito

[133] Informação prestada por um vizinho em entrevista realizada no dia 5 de maio de 2015.
[134] **VELBC**, *s.v.* «E.-roberta», vol. 7, col. 821.
[135] Vide ALVES, Domingos (2016): *Retalhos de Escrita*. Braga: Junta de Freguesia de S. Vicente, p. 65
[136] Atualmente, pertence à freguesia de S. Martinho de Dume.

próximo da capela de S. Bentinho de Trás do Hospital, e outras situam-se no lugar de Seixas, freguesia de S. João de Vila Chã, concelho de Ponte da Barca, bem no meio da montanha, com os picos da Amarela e do Gerês por fundo e muito próximo do santuário de Santo António, Mixões da Serra.

Como não podia deixar de ser, no primeiro caso, a centralidade é assumida pela «Senhora do Manto Largo», ou seja, Nossa Senhora da Misericórdia, estando, em segundo plano, do lado esquerdo, S. João Marcos, padroeiro da Igreja do Hospital inserida no quarteirão, e, do lado direito, a clássica imagem de S. Bento com o báculo, um rolo que se desenrola com a *Regra* e, a seus pés, a mitra clássica e o corvo com o pão no bico. Como é habitual, entre as almas envolvidas pelas chamas, não faltam nem o bispo nem uma figura da realeza. Trata-se de uma pintura sobre madeira e encontra-se em bom estado de conservação.

2.6.1.4. Seixas, S. João de Vila Chã, Ponte da Barca

Quanto às *alminhas* de Seixas, pintura sobre chapa, situadas no caminho dos peregrinos de S. Bento da Porta Aberta, à semelhança do que acontece com a maioria das *alminhas*, a centralidade é assumida pela figura de Jesus Cristo crucificado, surgindo, em segundo plano, do lado esquerdo, a imagem de Nossa Senhora do Pilar – padroeira primitiva da capela que fica próxima, primazia assumida, na atualidade, por S. Bento -, e, do lado direito, uma representação de S. Bento mitrado, com báculo, *Regra* - onde se pode ler: *S. Bento, rogai por nós* – e, aos pés, o corvo com o pão no bico.

No plano do fundo, a Igreja está representada por uma freira que não ousa levantar os olhos e, como remate, tem a máxima que aparece na maior parte das alminhas: «Vós que estais passando, rezai por nós que estamos penando».

**2.6.2. Nichos de S. Bento no Minho**

Os nichos a que nos iremos referir são pequenas edículas e têm, na sua maioria, esculturas de S. Bento, que, à sua maneira, marcam os caminhos de S. Bento: primeiro em direção à casa-mãe dos beneditinos em Portugal - o mosteiro de S. Martinho de Tibães - e, nos últimos 250 anos, de S. Bento da Porta Aberta.

Durante a nossa pesquisa, encontrámos, excluindo os colocados nas fachadas das igrejas ou das capelas, 15 nichos de S. Bento, sendo dois fora do Minho (Vilaça, freguesia de Gontim, e Sexta-Freita, em Covelo do Gerês, concelho de Montalegre [137]), e treze no Minho: Aguiar (Barcelos); Calendário, Lagoa, Requião e Santa Maria de Arnoso (Famalicão); Oliveira, Mire de Tibães, S. Paio de Tibães e Real (Braga); Chorense (Terras de Bouro); Gavieira (Arcos de Valdevez); Argela (Caminha); e Carreço (Viana do Castelo). Entre estes treze, dez contêm esculturas de S. Bento e quatro ostentam painéis.

Alguns nichos são bastante antigos, como os que se situam em territórios que, outrora, integraram coutos monacais, como o mosteiro de S. Martinho de Tibães com os nichos de Mire e S. Paio de Tibães (Braga), Troviscoso (Carreço, Viana) e Argela (Caminha), ou o de Santa Maria de Carvoeiro (Viana do Castelo), com os nichos de Aguiar (Bracelos) e da capela de S. Bento do Cando (Gavieira, Arcos de Valdevez). Os demais, porém, são relativamente recentes.

2.6.2.1. Rua do Sobrado, Mire de Tibães, Braga

Na freguesia de Mire de Tibães, mais concretamente na rua de Sobrado, existe, na fachada de uma casa de arquitetura tradicional com dois pisos, um nicho em granito trabalhado com

[137] Embora fora do Minho – Montalegre pertence à província de Trás-os-Montes -, referimo-los por causa de um dos caminhos de S. Bento da Porta Aberta de que falaremos adiante.

uma imagem de S. Bento bastante antiga, ou seja, S. Bento abade com barbas. Este edifício foi, antes da extinção das ordens religiosas, «Casa da Câmara» do Couto do mosteiro de Tibães.

2.6.2.2. Aguiar, Barcelos

O nicho de S. Bento, na freguesia de Santa Lucrécia de Aguiar, situa-se na rua de S. Bento relativamente perto do café Central. Não temos dúvida que a rua deve o nome ao nicho. Resguardado por um alpendre, ostenta uma imagem tradicional de S. Bento, com báculo e *Regra*, tendo uma altura média (+/- 80 cm), e encontra-se protegida por uma porta envidraçada. Na parede, junto da caixa das esmolas, uma cartela com a inscrição seguinte: *ESMOLA P. S. BENTO 1780*. Esta é a data provável da construção do nicho, uma vez que este alpendre é recente, embora conserve duas colunas antigas. A cantaria que o envolve é de pico fino, encimada por uma peça que mostra, ao centro, uma mitra abacial, com volutas laterais. A simbologia da mitra remete-nos, imediatamente, para o mosteiro beneditino de Santa Maria do Carvoeiro que lhe fica próximo e cujo couto incluía propriedades da margem sul do rio Neiva, como a freguesia vizinha de S. Lourenço de Durrães, sendo esta rua um dos caminhos de acesso.

O Conde de Almada, D. José Lourenço de Almada, na obra *A Caminho de Santiago: Roteiro do peregrino* [138], referencia, indevidamente, este nicho como «Alminhas de S. Bento», designação com a qual discordamos, uma vez que, aqui, não encontramos qualquer registo de *almas do purgatório*, como acontece nas verdadeiras «Alminhas de S. Bento», mas, tão só, um nicho onde foi colocada uma imagem de S. Bento. Além deste pormenor, apresenta a data errada: *1778* em vez de *1780*.

O mesmo erro cometeu a publicação *Barcelos – Freguesias* (1999), editada pela Direnor ao denominar este nicho como *Alminhas de S. Bento*.

2.6.2.3. S. Paio de Merelim, Braga

Nos caminhos beneditinos de Tibães, há um que, atravessando a medieval ponte de Prado em direção à cidade dos arcebispos (estrada nacional n.º 201), um quilómetro adiante, à direita, deparamo-nos com uma rua denominada «rua de S. Bento» (estrada municipal n.º 584). Não nos podemos admirar, pois estamos próximos do mosteiro de Tibães, a casa-mãe dos beneditinos portugueses. E esta é uma das vias para lá chegarmos pela margem esquerda do rio Cávado.

Depois de entrarmos na rua referida, cento e cinquenta metros à frente, encontramos, do lado direito, ao nível do primeiro andar e acoplado a uma casa centenária, um pequeno nicho de S. Bento. Não obstante o estado de abandono em que a casa se encontra, a imagem de S. Bento – uma imagem de cerca de trinta centímetros que ostenta um resplendor e à qual não faltam os atributos *Regra*, báculo, corvo com o pão no bico e mitra aos pés – encontra-se devidamente venerada e adornada de flores. No chão, junto à parede, são imensos os ex-votos, sobretudo velas de cera – que danificaram a parede da casa - e flores, marcas dos muitos devotos que por ali passam.

2.6.2.4. Várzea, Oliveira, Braga

A imagem conhecida como o **S. Bento da Várzea** encontra-se num pequeno nicho, a cerca de 5 metros de altura, na fachada da casa do sr. José «Tringalho», morador no lugar da Várzea – de onde vem o nome ao santo – na freguesia de S. Pedro de Oliveira do concelho de Braga.

Para podermos fotografar a imagem, foi necessário recorrermos à ajuda do proprietário que nos emprestou uma escada. Trata-se de uma imagem muito antiga, em madeira, que a data do século XVIII. A imagem, com cerca de 25 cm, encontra-se bastante deteriorada, sem pintura e

[138] Cf. ALMADA, D. José Lourenço de (2000): *A Caminho de Santiago (Roteiro do Peregrino)*. Porto: Lello Editores, p. 92.

sem os olhos. Vestido com o tradicional hábito negro com capuz e mangas largas, possui, como atributos, o báculo e a *Regra*, na mão esquerda, enquanto a direita abençoa. A mitra encontra-se aos pés, do lado direito.

Como muitas imagens desta época, não tem o corvo. Situa-se num dos caminhos que levavam ao mosteiro de Tibães. Antigamente, era esta a imagem que, no dia da festa de S. Bento, 11 de julho, vinha no andor desde a igreja paroquial até à capela de S. Bento.

A proprietária não gosta que as pessoas devotas de S. Bento lá vão colocar velas ou círios, talvez com receio de que possam ligar a casa a cultos menos canónicos, como bruxaria, ou que lhe estraguem a casa – apesar de ser uma casa antiga em granito – com o calor e o fumo das velas, como aconteceu em S. Paio de Tibães.

#### 2.6.2.5. Troviscoso, Carreço, Viana do Castelo

No lugar de Troviscoso da freguesia de Carreço, Viana do Castelo, ao lado da linha do caminho de ferro e depois de passar a rua de S. Bento, encontra-se, emoldurando o muro que sustenta o portão de acesso à propriedade, do lado direito, um nicho com uma moldura granítica trabalhada a pico fino, encimada por uma cruz e duas pilastras onde se encontra uma imagem de S. Bento.

Aquando da nossa visita, pela antiguidade da construção e por se situar na rua de S. Bento – uma rua sem saída – achamos que esta devia ter sido uma das propriedades que o mosteiro de Tibães detinha nesta freguesia. Segundo José Carlos Peixoto, entre os 15 casais que o referido mosteiro aqui possuía, um chamava-se «Troviscoso», o topónimo por que ainda hoje é denominado [139]. Este nicho conserva uma interessante imagem de S. Bento em pedra de ançã, que o tempo já desgastou bastante. À volta da imagem, encontram-se vários molhos de cravos, já ressequidos, testemunhando que, apesar de se encontrar um pouco isolado, continua a ser alvo de culto.

Logo que pudemos, procurámos aprofundar o nosso conhecimento sobre esta propriedade, até que descobrimos, no fundo de Tibães, com data de 2 de abril de 1759, o tombo das propriedades que o mosteiro detinha «nas ricas terras de Areosa e Carreço» [140], concelho de Viana do Castelo, uma descrição pormenorizada deste prédio que servia não só para morada dos Procuradores da Ordem, mas também como casa de recibo onde os enfiteutas pagavam as suas rendas [141].

#### 2.6.2.6. Argela, Caminha

No concelho de Caminha, freguesia de Argela, numa curva em frente ao cruzeiro da igreja matriz, na estrada municipal n.º 526, encontrámos, embutido num muro circular, um nicho com uma imagem muito antiga de S. Bento, em pedra de ançã, umas das raras esculturas de S. Bento com a *Regra* na mão direita. A origem do culto a S. Bento nestas paragens, a meia encosta da serra de Arga, deve-se à proximidade de mosteiros beneditinos, nomeadamente do de S. João de Cabanas de que falaremos adiante.

#### 2.6.2.7. Chorense, Terras de Bouro

Inventariámos três nichos de S. Bento relativamente recentes. Um no lugar do Casal, freguesia de Chorense, Terras de Bouro, e dois no concelho de Vila Nova de Famalicão, nas

[139] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 102.
[140] OLIVEIRA, Aurélio de (2013): *Terra e Trabalho: Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime. A Abadia de Tibães – 1620-1822,* vol. I. Maia: ISMAI e CEDTUR, p. 77.
[141] **ADB**, *Monástico-conventual,* Tibães, 1759, 2 de abril - "Tombo das propriedades e rendas que o Mosteiro de S. Martinho de Tibães da Ordem do P. S. Bento possue nas freguesias de Santa Maria de Carreço, e Santa Maria da Vinha de Areosa, termo da Villa de Vianna Fos do Lima, feito nos annos de 1759 e 1760 (…)». Livro n.º 57, fls. 68 v. e 70.

freguesias de Lagoa e Requião. O primeiro situa-se junto ao caminho dos peregrinos de Nossa Senhora da Abadia e de S. Bento da Porta Aberta, e exibe uma imagem de S. Bento mitrado.

2.6.2.8. Lagoa, Vila Nova de Famalicão

Os nichos famalicenses apresentam características construtivas muito semelhantes. O da freguesia da Lagoa - cuja cruz vazada da matriz denuncia a existência de um mosteiro românico e o nicho de S. Bento que ele tenha sido beneditino - foi inaugurado no dia 9 de julho de 2000 pelo Pe. Domingos Viana e situa-se num triângulo na confluência das ruas de S. Bento com a rua de S. Cláudio, provável trajeto que ligava os mosteiros beneditinos de Santo Tirso e de Tibães. Foi construído por David Ribeiro Alves, um devoto de S. Bento que propôs à população doar um terreno para aí ser construído um nicho em sua honra. Todos puseram mãos à obra e, com a ajuda dos moradores e da Junta de Freguesia, em 2000, era inaugurado. Entretanto, o senhor David, que morava um pouco mais abaixo, faleceu. Na *Regra*, aberta e virada para fora, podemos ler a seguinte prece: «Glorioso S. Bento, atendei os vossos devotos».

2.6.2.9. Portela, Requião, Vila Nova de Famalicão

O último dos nichos situa-se no lugar de Portela, freguesia de Requião, na berma esquerda da estrada nacional n.º 206, no sentido Famalicão/Guimarães. Este nicho, construído no ano de 1974, representa um ex-voto. Requião é uma paróquia onde existiu um mosteiro da ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, mas cuja devoção a S. Bento vem de longe, pelo menos desde o século XVIII, uma vez que, em 1743, foi concedida licença ao pároco para benzer uma imagem de S. Bento [142].

A estátua de S. Bento que se encontra neste nicho é moderna, feita em cerâmica e igual às que encontrámos em Chorense, Terras de Bouro, e na sacristia da capela de Nossa Senhora do Carmo, na freguesia de Souto S. Pedro, Arcos de Valdevez.

2.6.2.10. Cando, Gavieira, Arcos de Valdevez

Inventariámos três nichos que, em vez de esculturas de S. Bento, ostentam painéis com a sua imagem. O primeiro é constituído por uma pintura sobre madeira e encontra-se num corpo anexado à capela de S. Bento do Cando, do lado nascente. Reproduz a imagem de S. Bento do Cando que se encontra no altar-mor, ou seja, S. Bento com resplendor, báculo e *Regra* fechada na mão esquerda, mitra clássica e corvo com o pão no bico aos pés.

2.6.2.11. Barrimau, Calendário, Vila Nova de Famalicão

Os nichos restantes exibem a imagem de S. Bento em painéis de azulejos. O primeiro situa-se na freguesia de Calendário, concelho de Famalicão, no lugar chamado Barrimau, junto à estrada nacional n.º 14 (Famalicão – Porto). Encontra-se embutido num muro de vedação de uma moradia que ostenta um painel de azulejos onde se pode ler: «Casa de S. Bento». Trata-se de umas alminhas que, à semelhança de outras que encontrámos, foram transformadas em nichos, neste caso, votado a S. Bento. Em virtude de metade do painel (parte inferior) já não existir – os azulejos terão descolado por causa do calor das velas – não é possível fazer a descrição completa. O que resta mostra-nos um S. Bento mitrado, com cogula e báculo com a crossa para fora na mão esquerda.

As marcas beneditinas, nesta freguesia, remontam ao tempo do mosteiro de S. Martinho de Tibães que aqui possuía uma propriedade denominada «Leira do Figo» [143].

[142] **ADB**, *Registo Geral*, 1743, 9 de julho – "Licença para o reverendo pároco de Requião benzer umas imagens de Nossa Senhora da Guia e de São Bento, da mesma freguesia". Livro n.º 161, fls. 385-386 v.
[143] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *Tibães, marcos e domínios*. Mire de Tibães: Edição do autor, p. 102.

2.6.2.12. Real, Braga

O último nicho com um painel em azulejo é, também, recente e situa-se na freguesia de Real, avenida 5 de Outubro, na fachada de um edifício onde o proprietário tinha umas *alminhas.* Após um incêndio provocado pelos círios deixados pelos devotos que lhe consumiu parte da casa onde funcionava uma confeção, substituiu as *alminhas* por um painel de azulejos com a imagem de S. Bento mitrado, com báculo na mão direita e *Regra* aberta na esquerda, tendo, aos pés, o corvo com o pão no bico.

Apesar da alteração cultual, as pessoas continuam as manifestar a sua devoção através da colocação de flores e de velas de cera.

### 2.6.3. Confrarias

Atualmente, as confrarias em honra de S. Bento não abundam no Minho, sobretudo se tivermos em conta o número de imagens e de capelas existentes. Registámos, apenas, Seixas - Caminha, S. Bento das Pedras – Vizela, Santo Emilião – Póvoa de Lanhoso, Cossourado – Paredes de Coura e S. Bento da Porta Aberta em Rio Caldo – Terras de Bouro.

Sabemos que, quer durante o liberalismo, quer após a implantação da República com a promulgação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, em 1911, a maior parte das confrarias foram obrigadas a reformular os seus estatutos ou extintas, como a de S. Bento da Várzea, em Barcelos.

Segundo as *Memórias Paroquiais*, em 1758, havia uma confraria na igreja de Maximinos, em Braga («E tem no corpo da igreja chegado ao arco da capella mor dous altares: hum da parte da Epistola que nelle estão Sam Bento e Sam Sebastião, que cada um destes santos tem sua confradia» [144]) e duas no distrito de Viana do Castelo: Miranda, nos Arcos de Valdevez («Tem seis irmandades, a saber: do Senhor, das Almas, de S. Sebastiam, do Nome de Deos e de Sam Bento e de Nossa Senhora do Rozario» [145]) e na capela de S. João Batista, em Caminha, como referiremos adiante, uma «irmandade dos estudantes cujo patrono hé Sam Bento e estes a reedificam do necessario» [146].

Em Braga, no convento do Salvador, também existiu uma confraria em honra de S. Bento, como veremos, fundada no ano de 1701 e que vigorou até 1801, altura em que se uniu à confraria de Nossa Senhora de Guadalupe que acabou por a absorver.

No Arquivo Distrital de Braga, localizámos um documento, datado de 19 de janeiro de 1737, de confirmação de estatutos da confraria de S. Bento, «ereta na freguesia de Santiago de Sopo» [147], passada a favor não só dos confrades, mas também dos irmãos e sacerdotes.

A escritura fundacional da suprarreferida confraria foi feita em Braga, numa altura em que a diocese se encontrava sem prelado, sede vacante, no dia 2 de março de 1735, no Campo de Santa Ana, nas casas de morada do tabelião. Ao ato compareceram vários sacerdotes e um destacado membro do Cabido, cónego Paulo Rocha, conhecido do tabelião.

O conhecimento de ter existido uma confraria em honra do Patriarca S. Bento com tal envolvimento, não só dos irmãos, mas também de sacerdotes, levou-nos a pensar que houvesse uma capela da sua invocação na freguesia de Santiago de Sopo.

Quando nos deslocámos a esta paróquia, não conseguimos localizar nenhuma capela de S. Bento. Consultadas as *Memórias Paroquiais*, apesar da referência a oito capelas, uma

[144] *MP*, I, p. 186.
[145] *MP*, II, p. 60.
[146] *Idem*, p. 119.
[147] **ADB**, Registo Geral, 1737, 19 de janeiro – "Confirmação de estatutos a favor dos oficiais, irmãos e sacerdotes da confraria do Patriarca S. Bento". Livro n.º 93, fls. 249 v.-251 v.

irmandade e três confrarias [148], não encontrámos nenhuma do Patriarca S. Bento. Por sua vez, na *Corografia Portugueza*, apenas uma referência à profissão dos habitantes de Sopo, considerados bons pedreiros e que trabalhavam muito em Espanha de onde traziam muito dinheiro [149].

Concluímos, assim, que se tratou de uma confraria de existência efémera, não obstante a qualidade dos instituidores.

## 2.7. HINOS, CÂNTICOS E CANÇÕES A S. BENTO

Em termos canónicos, a música está ligada à ideia do paraíso onde tudo é maravilhoso e nada perturba a paz e a felicidade das almas que almejaram chegar a esse estádio de perfeição e de satisfação plena. Por isso é que muitas das aparições das imagens da Virgem Maria - e de alguns santos - se devem a alguém, nomeadamente pastores, que escutou uma música celestial acompanhada, muitas vezes, por perfumes e fragâncias de flores.

Se observarmos as talhas que emolduram os altares das nossas igrejas, verificamos a profusão de anjos músicos ou coros de anjos celestiais que recebem a Virgem Maria na Sua Assunção ou quando a Trindade coroa os santos, numa representação do paraíso de que é exemplo o pórtico da catedral de Santiago de Compostela, como refere Mariño Ferro: «los coros de músicos en las representaciones medievales del Paraíso, como el Pórtico de la Gloria del maestro Mateo» [150].

### 2.7.1. A música sacra: cantochão e canto gregoriano.

A música associada ao culto a S. Bento merece, por si só, uma tese. Sendo o culto a S. Bento um culto popular, pelo menos desde o século XIII, como refere o cónego Avelino de Jesus da Costa, «mercê da expansão entre nós das Ordens Beneditinas, o culto a S. Bento tornou-se muito popular desde o séc. XIII», e tendo em conta que, em muitos dos seus centros de devoção, se praticam ritos ancestrais, não nos podemos admirar que música seja omnipresente, quer na parte religiosa, quer na profana.

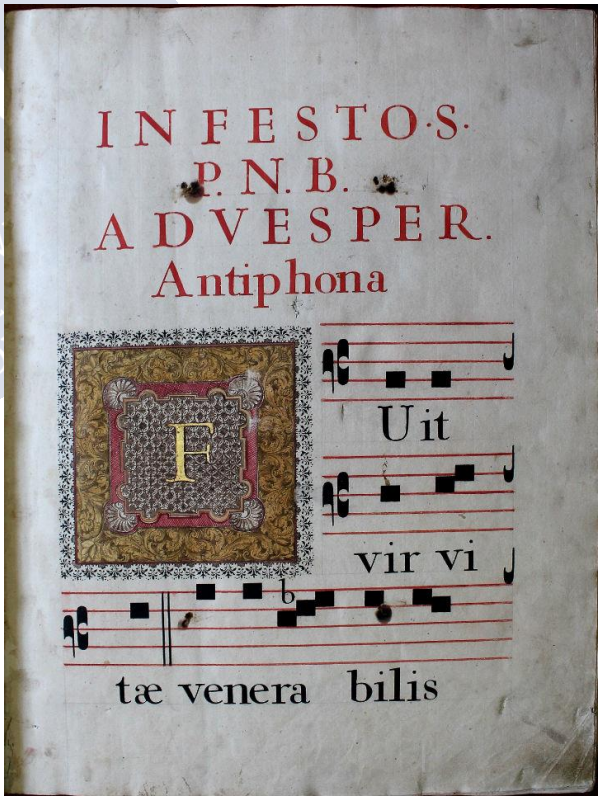



Fig. 4. Fonte: Mosteiro de Singeverga, Santo Tirso.

[148] *MP*, II, p. 495.
[149] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 284: «tem cento & noventa visinhos, quasi todos Pedreiros, que vaõ pela mayor parte de Espanha a fazer obras, de que trazem muito dinheiro».
[150] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (2009): «Las romerías / peregrinaciones y sus símbolos», **in** BECERRA, Salvador Rodríguez *et alii*: *Las romerías, ritos y símbolos*. Salamanca: Instituto de las Identidades (Diputación de Salamanca), p. 62.

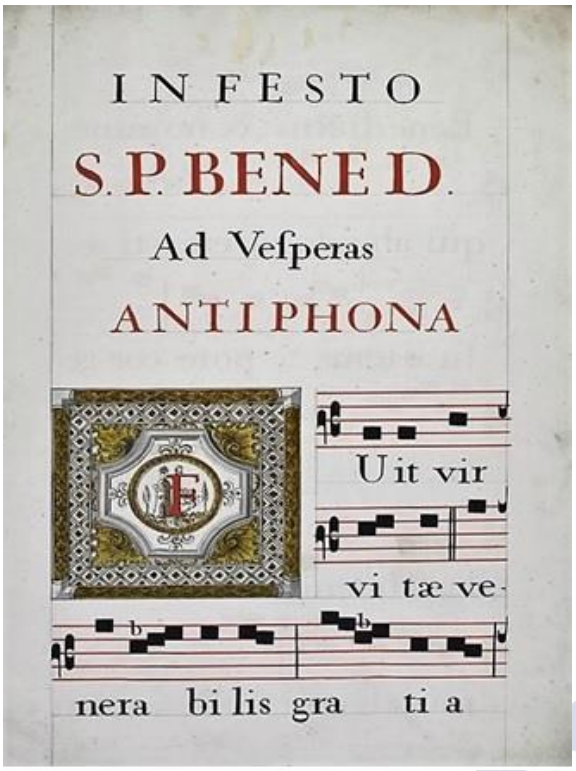



Fig. 5. Fonte: Mosteiro de Santo André de Rendufe.

Como é compreensível, e que decorre da própria *Regra de S. Bento*, os mosteiros dedicavam uma atenção especial às questões musicais, como escreve Aida Mata a propósito do mosteiro de S. Martinho de Tibães: «no Mosteiro de Tibães, como em todas as casas de monges beneditinos, o dia era longo e compassado. Num universo de obediência, humildade e silêncio vivia uma comunidade de monges que tinha no cantar e no rezar o seu principal ofício e para o qual, segundo S. Bento, Deus os elegeu e tirou do mundo» [151]. Não sendo, pois, de admirar, que os livros de coro, como os *Antifonários* que, ainda hoje, embelezam o coro alto das igrejas de alguns ex-mosteiros, apresentem partituras cujos textos são retirados da *RB* e do *Livro II dos Diálogos* de S. Gregório Magno, como é o caso do cântico para a oração de vésperas do Dia de S. Bento que começa, precisamente, com as palavras com que S. Gregório Magno inicia o livro dedicado à vida e aos milagres praticados por S. Bento: «Fuit vir vitae venerabilis gratia».

Como escreveu o prior do Mosteiro de S. Bento, em Núrsia (Itália), Cassian Folson, «a música é essencial para a vida monástica: o canto é parte do ar que respiramos» [152].

Apresentamos reproduções dos *Antifonários* existentes no mosteiro beneditino de Singeverga, em Santo Tirso, e na igreja do ex-mosteiro de Santo André de Rendufe. Permitimo-nos chamar a atenção para a riqueza das iluminuras que envolvem e enquadram as capitais.

Os monges, em termos corais, usavam, essencialmente, o cantochão e o canto gregoriano. O vocábulo *cantochão*, como facilmente se depreende, deriva de *cantum* + *planum*, canto plano, ou seja, monofónico, que era utilizado desde a Idade Média. Por sua vez, *canto gregoriano* está relacionado com o nome de S. Gregório Magno, biógrafo de S. Bento, que, no início do século VII, reorganizou os cânticos eclesiásticos. Cem anos mais tarde, devido ao papel desenvolvido nesta matéria pelos papas Bonifácio (672-674) e Pepino III (714-768), o canto coral gregoriano foi introduzido nos conventos [153].

Temos o privilégio de conhecer Elisa Lessa, professora catedrática do Centro de Investigação em Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, que tem dedicado muito do seu tempo ao estudo da música nos mosteiros beneditinos portugueses. A sua magnífica tese – infelizmente ainda não editada – versa, precisamente, sobre *Os Mosteiros Beneditinos Portugueses (Séculos XVII a XIX): Centros de Ensino e Prática Musical* [154], e mostra-nos de que modo é que a música condicionava as celebrações litúrgicas nos mosteiros beneditinos, nomeadamente nos dias das festividades em honra de S. Bento, Santa Escolástica, Dia de Reis

[151] MATA, Aida Maria Reis da (2017): «O Quotidiano. Do acordar ao deitar no Mosteiro de Tibães – Séculos XVII, XVIII e XIX», **in** *Bracara Augusta*, vol. LXII, n.º 120 (133), p. 105.
[152] LESSA, Elisa Maria Maia da Silva (2017): «Natureza e Arte: o canto litúrgico no Mosteiro de Rendufe». Conferência proferida, em setembro de 2017, no Mosteiro de Rendufe, no âmbito das **Jornadas do Património**.
[153] *Ibidem.*
[154] «Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais, ramo Ciências Musicais Históricas, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Gerhard Doderer», ano de 1998.

e dos padroeiros: «As festas do Dia de S. Bento, Dia de Reis e de santos padroeiros eram celebrados com grande júbilo nos mosteiros, contando com a presença dos «Tambores de Valença», de gaiteiros, de tocadores de charamela e das populações locais. Por vezes estas celebrações não eram muito bem vistas pela hierarquia da Congregação» [155].

Esta situação verificava-se não só no mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro, mas em muitos outros, nomeadamente em S. Martinho de Tibães, como escreve Elisa Lessa: «O Natal e a Páscoa e os dias dedicados a S. Bento [21 de março e 11 de julho] e a Santa Escolástica [10 de fevereiro] eram celebrados com grande pompa em Tibães e contavam com cantores e instrumentistas vindos de fora do mosteiro e pagos especialmente para o efeito» [156].

As *Constituições da Ordem de São Bento destes Reinos de Portugal*, «recopiladas e tiradas de muitas definições» na sequência da reforma da Ordem de S. Bento [157], foram aprovadas em Capítulo Geral realizado no mosteiro de S. Martinho de Tibães, em 13 de maio de 1590, e especificavam os procedimentos que deviam ser, escrupulosamente, seguidos pelos monges em todos os conventos da Ordem, no que à música respeita, quer quanto ao uso de instrumentos - em particular, o órgão -, quer em relação ao canto.

Aliás, sabemos que o chantre, o mestre do coro, era uma das figuras mais importantes na hierarquia conventual e que os candidatos a monge, cujos dotes musicais fossem de excelência, ao contrário da generalidade dos que ingressavam na vida monástica, estavam dispensados do dote, uma doação que era feita ao mosteiro, como sucedeu com D. Frei Francisco de São Luís (1766-1845), monge beneditino que fez o noviciado no mosteiro de S. Martinho de Tibães, mais conhecido por Cardeal Saraiva, e que chegou a Reitor da Universidade de Coimbra e a Cardeal Patriarca de Lisboa.

Francisco Justiniano Sarayva, como então se chamava, entrou para o mosteiro de S. Martinho de Tibães no dia 6 de abril de 1780, onde jurou não ser herege nem de origem mourisca, e que os seus progenitores jamais haviam sido «penitenciados pelo Santo Ofício publicamente». O vice-notário que redigiu o assento da sua entrada no mosteiro, onde viria a professar no dia 29 de janeiro de 1782, acrescentou no final: «declaro que entrou pelas prendas de órgão e canto cham». A reforçar esta tese, o prior exarou, na margem esquerda, a nota seguinte: «veio por organista» [158]. Também a última freira e abadessa do convento do Salvador, em Braga, D. Thereza Maxima do Espirito Santo, falecida no ano de 1893 com 90 anos, entrou «como organista no referido convento, por permissão regia, de 2 de abril de 1821» [159].

Magalhães Mota confirma esta prática tendo por base a tese de doutoramento do historiador Oliveira Ramos, o qual refere «que uma das formas dos plebeus entrarem na Congregação de S. Bento era através de conhecimentos de música sacra, cujos conventos tinham sempre falta para adornarem as cerimónias religiosas citando o futuro Cardeal Saraiva como sendo originário de uma família pequeno burguesa de Ponte de Lima» [160].

Uma vez integrados na vida conventual, eram, muitas vezes, objeto de alguns "mimos". Elisa Lessa, referindo-se ao mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo, onde alguns dias festivos como os da padroeira e de S. Bento eram comemorados de forma solene, diz-nos que

---

[155] LESSA, Elisa (2005): «Música nos mosteiros beneditinos», **in** CAPELA, José Viriato, *et alii* (2005): *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas **Memórias Paroquiais** de 1758*. Alto Minho: Memória, História e Património. Braga: POCTI/FCT, p. 683.

[156] LESSA, Elisa (2017): «A Música no Mosteiro de Tibães nos séculos XVII e XVIII», ***in*** *Bracara Augusta*, vol. LXII, n.º 120(133). Braga: Câmara Municipal de Braga, p. 38.

[157] *Constituçoens da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal*. Lisboa: Antonio Alvarez (impressor de livros), 1590.

[158] **ADB**, *Monástico-conventual* - Congregação de S. Bento, livro n.º 30 (Termos de Noviciado n.º VII, 1762-1806), fl. 28.

[159] Cf. «O Progressista» de 10-2-1893.

[160] Cf. MOTA, Salvador (2017): «Percursos de vida Espiritual e Temporal dos Monges Bernardos na Congregação de Santa Maria de Alcobaça», **in** *Bracara Augusta*, vol. LXIII, N.º 121 (134). Braga: Câmara Municipal, p. 45.

«*Às senhoras músicas, cantoras e tangedoras de órgão*, eram atribuídos privilégios, fruto do reconhecimento dos seus dotes e da importância do serviço prestado à comunidade» [161].

O capítulo 37.º das referidas *Constituições*, dedicado ao ofício divino, ao coro e ao altar, depois das recomendações sobre a forma como os monges deviam cantar, refere as partes do Ofício Divino que deviam ser cantadas em dias especiais como o Dia de S. Bento: «Invitatório, *Te Deum*, Evangelho, Responso do primeiro e segundo Noturno e Laudes» [162]. Além das festividades em honra de S. Bento – o que é compreensível por ser o fundador da Ordem -, outras celebrações eram objeto de uma preparação especial no que à parte musical respeita, como refere Elisa Lessa: «as celebrações da Semana Santa, do Natal, dos Santos Padroeiros, das Festas de S. Bento, bem como as dedicadas a Nossa Senhora, assumiam momentos particularmente solenes e de intensa atividade musical» [163].

Os mosteiros, por intermédio dos seus mestres, ou mestras, de capela [164], encomendavam peças específicas para determinados momentos festivos, que os próprios compositores dedicavam e/ou ofereciam aos responsáveis pelo coro [165]. Assim, em 1794, António da Silva Leite (1759-1833) dedicou a D. Ana Inácia e Florinda Rosa do Sacramento um «dueto para Órgão do Patriarca S. Bento para se cantar no dia da sua Trasladação», dia 11 de julho [166]. No ano seguinte, o referido compositor oferece à protetora da Festividade em honra de Santa Escolástica, D. Antónia, um *duo* «para se cantar no Real Mosteiro de São Bento de Ave Maria», no Porto [167].

Os monges, além de privilegiarem a música na missa e nos ofícios divinos, não esqueciam as pessoas que, nos dias festivos, acorriam às igrejas dos mosteiros para participar nas respetivas celebrações religiosas. Por isso, organizavam um programa recreativo profano, nomeadamente em Tibães, casa-mãe dos beneditinos portugueses: « (…) no dia de S. Bento, havia também manifestações musicais populares profanas, a cargo dos músicos que se deslocavam ao mosteiro com suas *charamelas*, *sacabuchas* e *atabales* e outros instrumentos» [168].

Em 10 de janeiro de 1801, aquando da escritura do contrato de união da confraria de S. Bento que existia no convento do Salvador, em Braga, fundada em 3 de abril de 1701, à Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe, existente na capela da mesma Senhora, os irmãos da confraria de S. Bento conseguiram assegurar, entre várias condições, «que no dia dia 11 de Julho de cada ano se fará ao dito santo, todos os anos, perpetuamente, a sua festa, que constará de missa cantada com acólitos, sermão e assistência dos mesários; e que a dita missa será a cantochão e oficiada com órgão; e na véspera da festa haverá estrondo e tambores e luminárias na fronteira da capela» [169].

Em termos de nota de encerramento deste subcapítulo, podemos dizer que, nos mosteiros, se praticava a máxima popular propalada pelos clérigos de que «quem canta reza duas vezes». Na atualidade, existem mosteiros que não só continuam com esta tradição musical, mas que são universalmente conhecidos pelo magnífico desempenho musical em canto gregoriano. E permitam-nos uma referência especial ao mosteiro de São Julião de Samos, na província de

[161] *Ibidem.*
[162] LESSA, Elisa Maria Maia da Silva, (1998): *Os Mosteiros Beneditinos Portugueses (Séculos XVII a XIX): Centros de Ensino e Prática Musical*. Lisboa: Universidade Nova (policopiado), p. 49.
[163] *Idem*, pp. 457 e 527.
[164] Cf. LESSA, Elisa Maria Maia da Silva, (1998): *O. c.*, pp. 528 e 532.
[165] *Idem*, pp. 529-530.
[166] *Idem*, pp. 664 e 528.
[167] *Idem*, p. 665.
[168] LESSA, Elisa (2017): «A Música no Mosteiro de Tibães nos séculos XVII e XVIII», ***in*** *Bracara Augusta*, vol. LXII, n.º 120 (133). Braga: Câmara Municipal de Braga, p. 39.
[169] **ADB**, *Nota Geral*, 1801, 10 de janeiro – "União da confraria de S. Bento do Salvador, desta cidade, à Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe". Livro n.º 879, fls. 81 v.-83.

Lugo, Galiza, onde o canto gregoriano dos seus monges preenche os espaços de tão belo quanto grandioso mosteiro.

### 2.7.2. A música erudita em honra de S. Bento

Depois de abordarmos a prática musical nos mosteiros beneditinos, iremos, agora, falar da música erudita em honra de S. Bento. Convém, antes de mais, explicitar este conceito. Entendemos por música erudita as composições feitas por pessoas com formação musical, em oposição à música popular apreendida por tradição oral ou criada por indivíduos dotados de bom ouvido musical e exímios tocadores, mas que não conseguem interpretar uma partitura e, a maior parte das vezes, nem sequer são capazes de identificar as notas musicais.

#### 2.7.2.1. «Hino a S. Bento», Pe. José Joaquim Ribeiro

No dia 11 de julho de 2019, no âmbito da homenagem ao Cónego Fernando Monteiro (1945-2019), ex-presidente da Mesa da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, foi apresentado, em estreia, um «Hino a S. Bento da Porta Aberta» da autoria do Pe. José Joaquim S. Ribeiro tendo por base um texto do Dr. Carlos Aguiar Gomes, intitulado «Hino a S. Bento», dedicado ao amigo e companheiro da Mesa Administrativa, Cónego Fernando Monteiro, cujo texto é o seguinte:

**1.** Quando em Núrsia, Bento nasceu
Roma tinha fenecido nas trevas.
Uma estrela da manhã apareceu,
Bendita luz a ilumnar o mundo.

**Refrão**:
Ó santo buscador de Deus,
Abençoa e ouve sempre
Com amor os filhos teus!

**2.** Compadece-te de nós!
Tem compaixão dos teus devotos,
Ouve, clemente, de todos sua voz
Nas trevas do erro que nos cercam.

**3.** Como Abade, pai diligente,
Alivia as dores e sofrimento
Socorre com amor cada doente,
Tem dó da miséria humana.

**4.** Cheguem a Deus, Nosso Senhor,
Por vós, amado S. Bento,
Nossos pedidos de pecador
De coraçao arrependido.

**5.** Abre-nos as portas da conversão,
Querido S. Bento da porta Aberta,
Torna mais puro o coração
Abre-o sempre à Vida, à comunhão!

#### 2.7.2.2. «Hino de S. Bento da Porta Aberta», mestre Arantes

Neste campo da música erudita, vamos referir seis composições [170]. A primeira é um hino religioso intitulado «Hino de S. Bento da Porta Aberta" e foi composto, em 1908, pelo mestre da Banda de Música de Carvalheira, freguesia do concelho de Terras de Bouro, chamado José Manuel Arantes. O mestre Arantes (1859-1941), natural da freguesia de Santa Maria de Bouro, Amares, estabeleceu-se e fixou residência na freguesia vizinha de Santa Marinha de Valdosende, onde viria a casar e a fundar uma banda de música, a «Música de Paradela», antes de assumir a direção da Banda de Música de Carvalheira.

[170] Os manuscritos das primeiras encontram-se no Arquivo da Banda Musical de Carvalheira, Terras de Bouro. Esta banda de música foi, durante muitos anos, e continua a ser, presença habitual nas romarias de S. Bento da Porta Aberta em Rio Caldo, Terras de Bouro.

O seu hino é uma peça instrumental que se encontra reproduzida pelo sistema «Encore» a partir de um manuscrito bastante danificado que pertence ao espólio da referida banda [171]. O manuscrito tem a data de 2 de novembro de 1914 e uma rubrica que diz «Arantes».

2.7.2.3. Coro a S. Bento, Belarmino Pereira

A segunda composição é um «Coro a S. Bento» [172] e foi composto por Belarmino Augusto Pereira (1872–1919), alfaiate de profissão, que ficou conhecido por «Mestre Covas» [173], em 24 de julho de 1908. Belmiro Pereira era natural da freguesia de S. João da Balança, Terras de Bouro, mas viria a fixar residência na freguesia de Covide, após casamento em segundas núpcias, e aqui haveria de falecer. É, ainda, autor de uma rapsódia de canções populares datadas do final do século XIX e que tem por título «Flores de Março».

2.7.2.4. Hino a S. Bento, Pe. Linhares

A terceira composição que reunimos é mais um hino a S. Bento interpretado pelo grupo coral da paróquia onde foi recolhido, S. Bento da Várzea, em Barcelos. Tem a data de 7 de junho de 1995 e são seus autores os sacerdotes Pe. Linhares, autor da letra, e o Pe. Fernandes da Silva, autor da música.

2.7.2.5. Hino a S. Bento, «Reunidos, Irmãos», Frei Fabrati

A quarta composição, com o título **Reunidos, Irmãos**, é, também, um hino a S. Bento recolhido na paróquia de S. Bento da Várzea e que é interpretado pelo grupo coral. A letra é de Frei José Carlos da Silva e a música de Frei Fabrati, com arranjo musical de Cândido Faria.

2.7.2.6. Hino de S. Bento, Pe. Pedro Miranda (n. 1964) [174]

Terminamos este breve apontamento sobre a música erudita em honra de S. Bento com duas composições intituladas «Hino de S. Bento». A primeira da autoria do Pe. Pedro Miranda e a segunda do cónego Manuel de Azevedo Rodrigues.

2.7.2.7. Hino de S. Bento, Cónego Manuel Rodrigues de Azevedo

A primeira estrofe e coro deste hino viriam a ser escolhidos pela Mesa da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta como mote para um concurso de tocadores de concertina que foi ganho pela Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé" (Braga).

### 2.7.3. A música popular a S. Bento

Na música popular a S. Bento, distinguimos dois tipos: o canto dos romeiros e as canções de baile. Nos primeiros, enquadrámos os cânticos que os romeiros costumavam entoar durante a sua peregrinação até ao encontro com a imagem de S. Bento no templo: seja capela, igreja, santuário ou basílica. Nas segundas, todas as canções que se destinam a ser dançadas, quer pelos

[171] Cf. CAPELA, Manuel José (2014): *A Música de Carvalheira: memórias do passado*. Braga: Banda de Música de Carvalheira, pp. 283-290.

[172] O manuscrito existente no Arquivo da Banda Musical de Carvalheira tem, no frontispício, o texto seguinte: «Coro a S. Bento por Belmiro Pereira. Covide, 24 de julho de 1908».

Em agosto de 1911, Abílio da Silva Dias recebeu 5.000 réis da Irmandade de SBPA como contrapartida financeira por ter ensaiado o «coro das virgens». Não é de excluir a hipótese de o hino ensaiado ter sido aquele que foi composto pelo «Mestre Covas».

[173] Covas, até finais do séc. XIX, era um lugar da freguesia de Moimenta, onde se realizava uma feira quinzenal. Com o passar dos anos, foi-se desenvolvendo e tornou-se a sede do Concelho que estava no lugar de Sequeirós da freguesia de Chamoim. É a atual vila de Terras de Bouro.

[174] http://www.liturgia.pt/multimedia/mp3/Musica/enpl/ENPL2014_Concerto_08_Vem_formosa.mp3

ranchos folclóricos, quer pelas rusgas que invadiam os terreiros, quer pelo povo em geral que sempre assiste à atuação dos intérpretes de música popular.

Obviamente que o tema destas músicas anda à volta da vida e milagres de S. Bento, agradecimento das graças concedidas ou pedidos de proteção.

Muitas destas canções contêm referências geográficas contextualizando o local onde se encontra o templo do santo, como Rio Caldo, Ermelo, Pedregais, Cervães, etc., ou o nome do santo, como S. Bento da Porta Aberta.

Os atuais intérpretes de música popular acompanham a tendência dos novos tempos e, considerando que a maior parte destas festas se realiza durante o mês de agosto, incluem a emigração na temática das suas músicas dedicadas a S. Bento, como é o caso de Hélder Batista e Ângelo Veloso.

Quanto à métrica utilizada, de uma maneira geral, é o verso de cinco sílabas, a redondilha menor, verso que se adapta na perfeição às músicas minhotas do vira e do malhão. Usam, por vezes, a redondilha maior (sete sílabas métricas) e o verso tetrassilábico. Nas denominadas canções de baile, é frequente a repetição do último verso da quadra, uma espécie de *leixa-pren* medieval ao qual, frequentemente, se acrescenta: *ó-ai-ó-lari-ló-lela*.

#### 2.7.3.1. O canto dos Romeiros

As melodias, os cânticos e as canções em honra do Senhor S. Bento (ou S. Bentinho) interpretados pelos romeiros merecem, por si só, um estudo aprofundado que não cabe no âmbito da nossa dissertação.

Gonçalo Sampaio apresenta-nos a seguinte definição de romeiros: «para agradecer uma mercê recebida, pode-se levar, à Senhora ou ao Santo que a concedeu, uns romeiros, isto é, um grupo de moças, que pelo caminho vão cantando músicas religiosas, até ao respetivo templo, onde fazem oração e onde, geralmente, depositam qualquer oferenda» [175].

E se já não existe a «Fé que move montanhas», há, pelo menos, uma crença bem arreigada no povo que o leva a abandonar as suas tarefas e a partir rumo à capelinha do seu santo protetor, como descreve Ondina Braga na obra *Vidas Vencidas*: «Diariamente, mas em particular às quintas-feiras, a capelinha à cunha, o gradão escancarado, velinhas a arder. E ex-votos de cera quando não de ouro. Isso para lá das pinturas, os retratos, as fardas dos soldados da Guerra de África, as mortalhas dos penitentes. E ovos para os tísicos. E cravos de rogo pelas verrugas» [176].

Entre os pioneiros do estudo e recolha de canções tradicionais do Minho, temos de referir o Dr. Gonçalo Sampaio (1865-1937) que, entre dezenas de recolhas, nos legou algumas canções de romeiros, nomeadamente à Senhora do Livramento, em Paredes de Coura, e ao S. Bentinho de Trás do Hospital, em Braga.

Gonçalo Sampaio, em 1931, na edição impressa do seu *Cancioneiro Minhoto*, refere, na página XL: «este canto, cheio duma simplicidade encantadora, ouvia-se antigamente aos ranchos que passavam pelo vale do Cávado para a grande festa da Senhora da Abadia, a 14 e 15 de agosto». Estranhamos que este especialista não se tenha interrogado sobre as razões que levavam os romeiros de Nossa Senhora da Abadia a entoarem cânticos em honra de S. Bento. Na realidade, os romeiros eram os mesmos, ou seja, era tradição deslocarem-se primeiro à grande romaria em honra de S. Bento da Porta Aberta, que se realizava entre 10 e 15 de agosto – sendo os dias 12 e 13 os mais festivos – seguindo, no dia 14, para a Senhora da Abadia festejada a 15 de agosto, dia da Assunção de Nossa Senhora.

---

[175] *O .c.*, p. XL.

[176] BRAGA, Maria Ondina (1998), *Vidas Vencidas*. Lisboa: Caminho, p. 88.

Além dos trabalhos do Dr. Gonçalo Sampaio, permitimo-nos destacar os de José Alberto Sardinha, autor do livro *Braga na Tradição Musical – A Rusga de S. Vicente*, e do cónego António Macedo [177], sobre os romeirinhos a S. Bento.

No que respeita aos grupos etnográficos, merecem uma referência especial a Rusga de S. Vicente e a Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé" (Braga).

Muitas destas músicas e letras são interpretadas por devotos de outros santos, numa tradição oral que contempla muitas variantes, como refere Gonçalo Sampaio [178]. Assim, nos santuários marianos do Alívio (Vila Verde), da Abadia (Bouro, Amares) e Senhora do Bom Parto (Aveleda, Amares), o primeiro verso da **Canção dos romeirinhos,** «Ó meu S. Bentinho», é substituído, respetivamente, por «Senhora do Alívio», «Senhora da Abadia» [179] e «Senhora do Parto».

*2.7.3.1.1. Canção dos romeirinhos* [180]

A canção cujo extrato transcrevemos era interpretada pelos romeiros que, às quintas-feiras [181] à tarde, iam em procissão até à capela de S. Bentinho de Trás do Hospital situada na rua com o seu nome, junto à igreja de S. João Marcos, bem no centro da cidade e perto do hospital: «Ó meu S. Bentinho, / Aqui vos trazemos, / Estes romeirinhos / Que vos prometemos. / Que vos prometemos, /*Inda* mais além, / Ó meu S. Bentinho, / Para sempre, Amém».

Os romeiros**,** por vezes, cantavam o terço como se de uma procissão se tratasse, nomeadamente o Pai-Nosso, a Avé-Maria e a Glória, e, além de dinheiro, levavam flores, objetos em cera, ovos, etc. [182]. Na realidade, o ritual dos romeiros é muito semelhante a uma procissão de clamores, só que mais restrita. Normalmente, o grupo de romeiros(as) era constituído por nove meninas (atualmente, nove meninas ou nove senhoras).

A simbologia deste número encontra-se bem explicitada no *Dicionário dos Símbolos* [183].

Em termos bíblicos, o 9 é, também, um número com uma enorme carga simbólica, pois precede o patamar da perfeição, do paraíso, da contemplação divina. Por isso, era tão vulgar a realização das novenas que antecediam o dia de uma festividade [184], um ritual de purificação tendo em vista o dia do *Juízo Final* em que todos seremos julgados pelas nossas obras. Recordemos que, segundo os *Evangelhos*, Jesus Cristo expirou à hora nona.

---

[177] MACEDO, António da Silva (2006): «S. Bento do Hospital», **in** *Misericórdia de Braga*, n.º 2. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, pp. 159-168.

[178] Cf. *O. c.*, p. 190.

[179] Cf. «A capela de S. Bentinho de Trás do Hospital», ***in*** *Misericórdia de Braga*, dezembro de 2015, pp. 78-80.

[180] A origem desta canção reside naquele que julgamos ser o mais antigo culto mariano em Portugal, a romagem ao santuário de Nossa Senhora da Abadia, tendo-se alargado a quase todo o Minho, como refere o marianista Manuel Barreiros: «Este canto, cheio duma simplicidade encantadora, ouvia-se antigamente aos ranchos que passavam pelo vale do Cávado para a grande festa de Senhora da Abadia, a 14 e 15 de Agosto. Hoje é entoado em quasi todo o Minho pelos romeirinhos de creanças, que acomodam a letra a qualquer Senhora ou Santinha que vão visitar». In BARREIROS, C.º Manuel de Aguiar (1931): *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto.* Braga: Revista «Opus Dei», p. 141.

[181] A razão destas romarias se realizarem à quinta-feira é, a nosso ver, por ter sido na quinta-feira santa, também conhecida por «quinta-feira de Endoenças», que foi instituída a Sagrada Eucarístia, sendo, tradicionalmente, considerado o dia em que era concedido o perdão aos pecadores públicos, dia de indulgências (Endoenças). Em quase todas as localidades, realizava-se a *Procissão de Endoenças*.

[182] https://www.youtube.com/watch?v=w4ro1ki2o50 (acedido a 3-12-2017).

[183] Cf. CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain (1994): *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Teorema, pp. 475 e 477, *s.v.* «nove»

[184] O santuário de Nossa Senhora da Peneda, situado na freguesia de São Salvador da Gavieira, tinha, durante o ano, 4 romarias - e em todas se realizava um ritual de novena - nos dias seguintes: 26 de julho (Santa Ana, a avó de Jesus Cristo e mãe de Maria); 10 de agosto (S. Lourenço); 24 de agosto (S. Bartolomeu); e 8 de setembro (Nascimento de Nossa Senhora). Cf. *MP II*, p. 29: «A outra que bem se lhe pode dar o titullo de mosteiro, hé de Nossa Senhora da Peneda, tem coatro romajes no anno, dura cada romaje nove dias, a primeira prencepia dia de Santa Anna, a 2 dia de S. Lourenço, a 3 dia de S. Bartholomeu, a 4 dia da sua Natividade a 8 de Settembro».

No museu da Congregação de Nossa Senhora da Caridade, existe uma imagem de Santa Escolástica, com um halo de nove estrelas, que tinha pertencido ao extinto convento beneditino feminino de Santa Ana de Viana do Castelo.

O uso do número nove [185], presente na "religiosidade popular", também nos aparece além-fronteiras, concretamente em San Ourente de Entíns, na Corunha, cujo ritual praticado na *fonte santa* da capela dedicada à Virgen de O Rial incluía o tocar nove vezes a cabeça com uma pedra polida molhada na água da *fonte santa* e/ou tocar nove vezes a cabeça com a chave da capela a que chamavam a «chave de S. Pedro», como nos dá conta Alonso Romero: « Hasta hace unos años, había también en la fuente santa de O Rial unos cantos rodados que solían coger los romeros enfermos para mojarlos en el agua de la fuente; com ellos se tocaban la cabeza durante nueve veces consecutivas, (…). Antiguamente solían también tocarse la cabeza nueve veces com la llave del templo, a la que llamaban la "llave de San Pedro"» [186].

*2.7.3.1.2. S. Bentinho da Cerca, Tibães, e de Trás do Hospital, Braga*

Recolhemos três versões dos cânticos dos romeirinhos ao S. Bentinho da Cerca situado no monte de S. Gens, mais concretamente no cimo do *escadório das virtudes*. Os romeiros, normalmente, partiam da freguesia de Cabreiros, situada do lado sul do mosteiro de S. Martinho de Tibães, atravessavam o monte de S. Gens, dirigiam-se à entrada do mosteiro, onde apresentavam cumprimentos e como que pediam autorização para poderem entrar no espaço reservado (primeiro, da Congregação Portuguesa dos Monges Negros de S. Bento, a partir de 1834, dos novos proprietários) e peregrinarem até à capela de S. Bento situada na cerca do mosteiro, daí o epíteto de «S. Bentinho da Cerca».

A primeira versão consta da obra *Memórias do Couto de Tibães* cujo autor é José Carlos Peixoto, natural e residente na freguesia de Mires de Tibães, um profundo conhecedor de toda a temática que envolve o mosteiro beneditino de S. Martinho de Tibães [187]. As outras duas versões são interpretadas pelo Grupo Etnográfico do Baixo Minho, *Rusga de S. Vicente de Braga*, e segundo nota explicativa fornecida pelo mesmo, uma foi recolhido junto de uma senhora de 93 anos chamada Maria da Conceição Pereira Ribeiro, natural da freguesia de Cabreiros, e era cantada «para vencer o percurso da freguesia de Cabreiros até à sua vizinha de Mire de Tibães. Subiam e desciam o monte de S. Filipe, ou S. Gens, como também é conhecido, para chegar até ao mosteiro e respetivo S. Bentinho da Cerca. Este grupo, aquando da comemoração do seu 45.º aniversário, no ano de 2010, lançou um CD com esta versão cantada apenas por mulheres e intitulada «Romeiros ao São Bentinho da cerca de Tibães». A outra versão encontra-se generalizada por todo o Minho.

Em 2015, a direção do mosteiro de S. Martinho de Tibães promoveu, aquando da Festa da Trasladação das Relíquias de S. Bento, a 11 de julho, um programa de animação que, entre as muitas atividades, constava a recriação dos romeirinhos a S. Bento da Cerca pelo grupo de folclore de S. Martinho de Tibães [188].

Existem outros grupos que interpretam cânticos de romeirinhos ao S. Bento, sendo o mais popular *Os Sinos da Sé*.

---

[185] Recordamos que nove foram os cavaleiros que, no ano de 1118, em Jerusalém, fundaram a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão (*Ordo Pauperum Commilitonum Christi Templique Salomonici*), vulgarmente conhecida como Ordem do Templo ou, simplesmente, Templários.

[186] ROMERO, Fernando Alonso (2016): *Devociones y creencias sobre el agua. Galicia y outros pueblos europeos*. Santiago de Compostela: Andavira Editora, p. 163.

[187] Cf. PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2017): *Memórias do Couto de Tibães*. Braga: Câmara Municipal, p. 262.

[188] Cf. «Correio do Minho», 9-7-2015.

Muito conhecida na cidade de Braga é a canção de romaria dedicada ao S. Bentinho de Trás do Hospital em que uma pessoa do grupo entoava, à capela, um verso que os membros do grupo repetiam enquanto caminhavam: «Oh meu São Bentinho / de trás do hospital, / [**bis**] / tu deste a saúde / a quem estava mal. / [**bis**] / A quem estava mal / e aos outros também / oh meu São Bentinho / para sempre Amém». Também na freguesia de S. Mamede de Este, concelho de Braga, foram recolhidas várias quadras que os romeirinhos desta freguesia costumavam entoar quando iam em romaria ao S. Bentinho de Trás do Hospital, conforme testemunho publicado por Maria José Domingues na *internet*, onde diz que, na sua infância, também pertenceu a «um grupo de romeirinhos: nove meninas, cada uma com um raminho de flores. Os adultos acompanhantes cantavam quadras adequadas a cada momento da peregrinação» [189]. Uma vez chegados à capelinha, acendiam as velas, ofereciam as flores de que eram portadores e oravam.

O *Grupo Folclórico de Vila Verde* gravou um CD, em 2003, que inclui uma uma cantiga de romaria intitulada *Na Ida Prò S. Bentinho*, inserida na tradição popular, que as rusgas costumavam entoar quando demandavam o terreiro de S. Bento da Porta Aberta.

Na freguesia de Cossourado, concelho de Paredes de Coura, existe o santuário de S. Bento da Porta Aberta onde os romeiros são presença habitual, de tal modo que o *Cancioneiro Courense* também regista três versões do cântico dos romeiros a S. Bento. O Grupo de Danças e Cantares BESCLORE recriou, nesta romaria realizada a 10 de julho de 2010, a tradição dos romeirinhos de S. Bento.

Também na capela de S. Bento de Pedregais, Vila Verde, podemos encontrar grupos de romeiros entoando o seu cântico com versos transversais à maioria dos romeiros de S. Bento.

#### 2.7.3.2. As canções de baile

Como já referido, as canções de baile destinavam-se a ser dançadas pelos ranchos folclóricos, rusgas e povo em geral. As rusgas, lideradas por um tocador de concertina, mas acompanhado, normalmente, por outros instrumentistas como tocadores de viola, cavaquinho, realejo, bombo e ferrinhos, além dos bailarinos tocadores de castanholas, entravam no terreiro do santuário com o seu ritmo e muitas vezes em despique com as rusgas de outras terras. Iniciavam a sua atuação após as celebrações religiosas (reza do terço e procissão de velas) e animavam o terreiro até altas horas da madrugada.

Estas canções caracterizam-se pelo tratamento carinhoso que dedicam ao santo, normalmente apelidado de «S. Bentinho», com quadras que se repetem em quase todo o Minho, sendo o estribilho mais vulgarizado o seguinte: «Ó S. Bentinho quero ir, quero ir, / Ó S. Bentinho quero ir e vir. / Ó S. Bentinho, agora, agora, / Ó S. Bentinho, que me vou embora».

##### *2.7.3.2.1. S. Bentinho de Monte Redondo*

A canção *S. Bentinho de Monte Redondo* era cantada em várias freguesias do Minho. Recolhemos três interpretações: duas em Barcelos, do Grupo de Música Popular de Roriz e do Grupo de Música Popular Cantares do Cávado, e uma em Braga pela já referida Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé". A origem desta música é algo que se desconhece. Nenhum dos entrevistados, oriundos das localidades onde a mesma se canta, conhecia a sua origem nem capela ou santuário denominado «Monte Redondo».

No Baixo Minho, temos o Monte Redondo na freguesia de Oliveira, em Braga, mas não existe nenhuma capela de S. Bento no monte referido. A hipótese que nos resta é perfilhar esta música da freguesia de S. Bartolomeu de Monte Redondo situada no concelho de Arcos de Valdevez, bem no interior do Alto Minho, onde, no passado, existiu uma capela dedicada a S. Bento que, no século XVIII, ainda tinha uma atividade religiosa e festiva significativa.

[189] **In** http://aprender-ate-morrer.blogspot.pt/2014/04/romeirinhos.html (acedido a 26-12-2017).

As versões da canção do S. Bentinho de Monte Redondo recolhidas no concelho de Barcelos apresentam pequenas variações, sendo as mais significativas o «ai» com que iniciam os versos das estrofes e o último verso do coro em que substituem «broa de pão prò caminho» por «dança do vira do Minho». Tem, ainda, menos uma estrofe.

*2.7.3.2.2. Frei Hermano da Câmara Pereira* [190]

Frei Hermano da Câmara, O. S. B., é o nome artístico de Hermano Vasco Vilar Cabral da Câmara, nascido em 1934 na cidade de Lisboa. Pertencente a uma família aristocrática, ingressou, em 1961, no mosteiro beneditino de S. Bento de Singeverga, em Santo Tirso, onde professou. A sua vida de apostolado foi feita, ao longo de mais de 50 anos, através da música, sendo o álbum «Nazareno» o seu primeiro trabalho de vulto na música ligeira portuguesa.

Em 1980, ano das comemorações do XV Centenário da morte de S. Bento, edita o álbum «Deus é Música». No ano seguinte, 1981, grava, durante os meses de outubro e novembro, nos estúdios Valentim Carvalho, em Paço de Arcos, o álbum «Há vinte anos que Te canto», um *LP* com vinte canções, cujo lado B inclui duas músicas dedicadas a S. Bento: *S. Bentinho* (n.º 7) e *S. Bento da Porta Aberta* (n.º 10).

*S. Bento da Porta Aberta* [191] é uma das suas canções mais conhecidas e, tal como *S. Bentinho*, foi composta tendo por base a música tradicional portuguesa. A letra assenta numa parte fixa, invocação a S. Bento, «Ó meu S. Bento», e vai desenvolvendo o tema da «porta aberta», nomeadamente aconselhando o Santo para que a feche por causa das consequências: «entra o frio, esfria a sopa, entra o diabo e fogem do convento».

Em muitos outros lacais de culto a S. Bento encontrámos cantigas próprias ou adaptadas, como a versão interpretada pelo Rancho Folclórico «Casa dos Arcos», Lisboa, sobre o S. Bentinho de Ermelo, sem refrão e com as estrofes a serem interpretadas, alternadamente, por uma mulher e por um homem.

Em Rio Caldo, Hélder Batista, um filho da terra e descendente de um exímio tocador de concertina chamado João Batista, começou, desde de muito novo, a escutar os sons da concertina ornando-se um conhecido artista da música ligeira, sendo a cantiga *São Bento da Porta Aberta* uma das mais conhecidas.

Na freguesia de Santa Maria de Galegos, existe, no lugar de Santo Amaro, uma capela em honra deste Santo que foi discípulo e sucessor de S. Bento à frente da Ordem. Nesta capela, venera-se, não só o santo padroeiro, Santo Amaro, mas também o seu «pai espiritual», S. Bento, que por todos é tido como santo «muito milagreiro». Aquando da festa de Santo Amaro, realizada no dia 15 de janeiro, a procissão incorpora, entre outros, o andor de S. Bento. Durante a festividade, os altifalantes transmitem uma cantiga dedicada a S. Bento que não encontrámos em nenhum outro local.

No concelho de Braga, freguesia de Sobreposta, local de passagem de romeirinhos de S. Bento, Ana Rita Campos e a Miguel Carvalho recolheram, em abril de 2009, uma cantiga de romeirinhos a S. Bento cuja informante foi uma senhora de 62 anos chamada Teresa Machado. Ana Rita Campos e Sónia Marques fixaram a partitura.

Muitos outros grupos de música popular do Minho (Guimarães, Vila Verde, Vieira do Minho, etc.) interpretam canções dedicadas a S. Bento tendo por base letras e músicas tradicionais que são sempre do agrado das populações. O refrão mais repetido é o seguinte: «Ó S. Bentinho quero ir, quero ir, / Ó S. Bentinho quero ir e vir. / Ó S. Bentinho agora, agora, / Ó S. Bentinho que me vou embora».

[190] **In**: https://www.youtube.com/watch?v=BOSmqefMNLA (acedido a 12-12-2017).
[191] *Idem*.

## 2.8. ICONOGRAFIA DE S. BENTO

A iconografia beneditina, ao longo dos séculos, foi sofrendo alterações até se ter especializado na figura de um vetusto abade com as suas barbas e exibindo, na mão esquerda, a *Regra*, na direita, o báculo e tendo, a seus pés, a mitra abacial e um corvo com um pão no bico.

Esta imagem espalhou-se mais ou menos por todo o mundo e podemos encontrá-la quer no mosteiro de Montecassino, quer nas fachadas da maior parte dos mosteiros da ordem beneditina. Trata-se, todavia, não de uma réplica das imagens primitivas de S. Bento, mas de uma construção baseada nas obras hagiográficas escritas, ou reescritas, ao tempo do reformador francês, S. Bento de Aniano (747-821), e séculos seguintes, com caráter encomiástico e laudatório.



Fig. 6. Rosto de S. Bento. Fresco da igreja de S. Crisógono, Roma, séc. IX.

Segundo Coelho Dias, a primeira representação eidética conhecida de S. Bento é um fresco datado da segunda metade do século VIII, ao tempo do Papa Adriano (778-795), «que se encontra em Roma nas Catacumbas de S. Hermes, a 17 metros de profundidade junto à Via Salária Antiga». Este fresco apresenta-nos S. Bento vestido de monge, hábito negro, capuz e escapulário, tendo na mão um livro (*Regra*), com os dizeres seguintes: lado direito, «Initium Sapientiae Timor Domini"; do lado esquerdo, «S. Benedictus» [192].

Daqui se pode concluir que o atributo mais antigo da iconografia beneditina é a *Regra*, conjunto de preceitos e normas de conduta pelos quais as comunidades monásticas se deviam orientar. Este código de conduta era muito rigoroso e estabelecia castigos para quem não cumprisse. O caminho para a santidade, além de muitas horas de oração, implicava renúncia, obediência, sacrifício, entrega, trabalho, etc. Por isso é que, na época medieval, se transformou na máxima «Ora et Labora», o que tem levado muitas pessoas - e até alguns estudiosos – a julgarem ser este o título da obra legada pelo fundador dos beneditinos.

No séc. XII, S. Bernardo, autor da *Regra* da Ordem Militar dos Cavaleiros do Templo de Salomão (Templários), promoveu uma reforma da Ordem de S. Bento, criando a Ordem de Cister, os monges brancos, por aquela, como escreve Rodríguez Campos, ter protegido Pedro Abelardo da perseguição que as ordens de cavalaria lhe moviam por este opinar «que no hay doctrina falsa que parezca que no contenga verdades, negando la autoridad de los milagros por encima de la razón común a todo el género humano» [193].

O princípio de vida austera e de grande rigor, assumido pelos monges negros de Cluny, levou a que a iconografia dos séculos XIV e XV nos mostrasse um S. Bento tendo como atributo, além da *Regra*, um conjunto de varas, também conhecidas como as «disciplinas», símbolo da autoridade do Dom Abade, como podemos observar nas pinturas de Fra Angelico (1395-1455), Lucca della Robbia (1400-1488), Perugino (Museu do Vaticano, 1495) e Giovanni Bellini (1433-1516).

[192] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *O. c.*, p. 46.
[193] CAMPOS, Xaquín Rodríguez (2010): *O. c.*, p. 61.

### 2.8.1. Atributos da imagem de S. Bento

A hagiografia explica que os atributos permitem-nos identificar as figuras, pois estão relacionados com a biografia dos mesmos. Assim, temos atributos genéricos, como a palma, símbolo do martírio; o resplendor, expressão de santidade; a açucena com flor branca, significando a pureza, a castidade e outros. Há. no entanto, uma panóplia de atributos específicos, como, por exemplo, a pomba, em Santa Escolástica; a língua, em S. Romão; a torre, em Santa Bárbara; o dragão, em Santa Marta; o peixe, em Tobias.

No caso de S. Bento, além da *Regra* e do báculo, encontramos a justificação para os seus atributos (corvo com o pão no bico, cálice, pomba [194], as varas, etc.) no já referido livro segundo dos *Diálogos* de S. Gregório Magno, «Vida e Milagres de S. Bento».

Juan Muela, na sua obra *Iconografía Cristiana*, indica, como atributos de S. Bento de Núrsia, «paloma, báculo, cuervo y pan, libro de la regla» [195]. Achamos estranho que o autor coloque em primeiro lugar a «paloma» e nem sequer faça referência à mitra que encontramos generalizada, entre muitos outros locais, nas fachadas de S. Martín Pinario, em Santiago de Compostela, no mosteiro de Samos, em Sarria, e na catedral de Lugo. O mesmo acontece com Federico Revilla, no *Diccionario de iconografía y simbología*: «Fundador de la orden a que dio nombre, tan decisiva para la historia cultural de Europa. Se le asignam diversos atributos: una paloma, un cuervo, un báculo, un libro, un pan, etc.» [196].

Os principais atributos da imagem de S. Bento, como vimos, são quatro: báculo, *Regra*, mitra e corvo. Tradicionalmente, o Santo apresenta-se como abade fundador da Ordem Beneditina, de barbas, báculo e *Regra* aberta, onde se pode ler a primeira frase da mesma: «Ausculta, o fili, praecepta magistri, et inclina aurem cordis tui» [197], ou o início do livro segundo dos *Diálogos* de S. Gregório Magno: «Fuit vir vitae venerabilis, gratia Benedictus et nomine» [198]. Aos pés, a mitra e o corvo com o pão no bico.




Fig. 7. Regra de S. Bento, Martín Pinario, Santiago de Compostela.

Encontramos, também, esta iconografia nas fachadas das igrejas dos mosteiros beneditinos, tanto em Portugal como Espanha. A título de exemplo, referimos Tibães, Refojos, Rendufe e Carvoeiro, em Portugal, e Pinario e Samos, em Espanha.

A maior parte das imagens antigas de S. Bento não têm o corvo e, muitas vezes, nem a mitra, como podemos observar na maior parte das igrejas dos antigos conventos beneditinos. Por outro lado, se observarmos as imagens de S. Bento nos altares-mores, verificamos que, na grande maioria, o Santo se apresenta com barba, embora o estudioso dos beneditinos, Frei Geraldo Coelho Dias, diga não se tratar do S. Bento português: «pelo que respeita à apresentação portuguesa do santo, à sua fisionomia, o S. Bento tipicamente português não usa barbas. Pode parecer que isso prejudica a sua imagem patriarcal; de verdade, há um certo desfasamento entre o grave chamadoiro dos monges ao dirigirem-se-lhe como "Glorioso Patriarca" e aquela carinha redonda e lisa a que até os mosteiros portugueses nos habituaram» [199].

---

[194] A pomba surge como referência à alma de Santa Escolástica e à visão de S. Bento aquando da morte da sua irmã gémea.
[195] MUELA, Juan Carmona (1998): *Iconografía cristiana. Guía básica para estudantes*. Madrid: Akal, p. 88.
[196] REVILLA, Federico (1999): *Diccionário de iconografía e simbología*. Madrid: Cátedra.
[197] «Escuta, ó filho, os ensinamentos do mestre e inclina o ouvido do teu coração».
[198] «Houve um homem de vida venerável, Bento pela graça e pelo nome».
[199] DIAS, Frei Geraldo Coelho (2011): *O. c.*, p. 266.

Não podemos, contudo, deixar de manifestar a nossa discordância quando refere que «a convencionada *barba patriarcal* só algum raro exemplar de inspiração estrangeira ou de mão de monge artista, como Fr. Cipriano da Cruz na fachada da igreja de Tibães, poderá encontrar-se». Esta afirmação aceita-se para as igrejas dos mosteiros beneditinos. Mas como explicar as esculturas de S. Bento com barbas em igrejas como as de Ferreira, em Paredes de Coura, S. Pedro de Este, em Braga, nos azulejos da capela-mor do santuário de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo, ou na isolada capela de S. Bento de Boivão, em Valença?

No âmbito do nosso estudo circunscrito à região do Minho – e conscientes de que o nosso levantamento não foi exaustivo -, identificámos 23 [200] esculturas de S. Bento com barba: 11 nas igrejas dos ex-mosteiros de Carvoeiro (3), Refojos (3), Rendufe (2), Santa Ana (Viana em do Castelo) e Tibães (2); 11 noutras igrejas e capelas: Boivão (Valença), S. Pedro d'Este (Braga), Ferreira (Paredes de Coura), Carmo (Braga), Marinhas – Esposende (3), S. Vítor (Braga), Vila Boa (Barcelos) e Vizela (2); e uma num nicho em Mire de Tibães (Braga) [201]. Quanto à pintura, existem telas de S. Bento com barba nas igrejas dos mosteiros de Bostelo (Penafial), Carvoeiro, Rendufe, Santa Maria de Bouro, Salvador (Braga), Santo Tirso e S. Bento da Vitória (Porto). No campo da azulejaria, a Basílica Menor de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo, tem um belo painel do início do século XIX, da fábrica de cerâmica *Viúva Lamego* de Lisboa, com o S. Bento com barbas, assim como a igreja do antigo mosteiro de S. Bento em Viana do Castelo. Por último, uma referência aos retábulos/alto-relevo relativos à vida de S. Bento existentes no coro alto da igreja do mosteiro de S. Bento da Vitória, Porto, onde podemos observar S. Bento com barbas a dar a *Regra* às suas *Ordens*: feminina e masculina.

A iconografia mais completa encontrámo-la num livro no arquivo do mosteiro de Santa María La Real de Oseira: S. Bento aureolado, de olhos para o alto como que ouvindo uma voz «Gratia Benedictus et nomine», com a mão direita como que abençoando, enquanto a esquerda segura o báculo de crossa para fora. Veste o hábito beneditino negro, de mangas largas; no chão, um livro, a *Regra*, sobre o qual se encontra uma mitra clássica ornada, e, ao lado, um cálice do qual sai uma pequena serpente – simbolizando a tentativa de morte de que o santo foi vítima – e, do lado direito, um corvo que, a mando de S. Bento, tenta apanhar o pão envenenado enviado por Florêncio para matar S. Bento. Estamos perante uma litografia que resume os milagres de S. Bento.

#### 2.8.1.1. A *Regra*

A *Regra de S. Bento*, representada em forma de folha de pergaminho, as mais antigas, ou de livro, constitui o atributo mais antigo em termos de representação iconográfica, como vimos no início deste capítulo no fresco das Catacumbas de S. Hermes. A esta representação iconográfica, podemos associar o fresco que se encontra na igreja de S. Benedetto de Piscinula, datável do século IX, segundo informação que tivemos oportunidade de recolher junto da comunidade dos Arautos do Evangelho responsável por aquele templo, em fevereiro de 2013, onde podemos ver S. Bento com uma vara e um pequeno códice.

Quanto à folha de pergaminho, veja-se aquela que, segundo Coelho Dias, é a escultura de S. Bento mais antiga existente em território português e que se encontra na igreja de S. Bento da Várzea, no concelho de Barcelos.

A importância da *RB*, além de código de vida para os monges e respetivo regulamento, caiu no goto da população e adquiriu um caráter taumatúrgico, sobretudo a partir da catástrofe que se abateu sobre a cidade de Lisboa, em 1755. Como referimos no início, as epidemias e as

[200] A estas, podemos acrescentar, entre outras, as dos mosteiros de S. Bento da Vitória (fachada) e de Santo Tirso (sacristia, 2), e da igreja da Graça (Lisboa).
[201] Às quais podemos acrescentar outra existente na igreja do mosteiro de S. Bento em Santo Tirso.

catástrofes naturais eram consideradas um castigo de Deus por causa dos pecados dos homens, de tal modo que houve necessidade de os cristãos recorrerem a objetos sagrados, como escapulários e medalhas – espécie de amuletos –, para aplacar a ira divina. Também a *RB*, em edição reduzida (7 cm x 5 cm) se transformou em talismã que as pessoas usavam para esconjurar os males que lhes pudessem advir, como refere Frei Geraldo Dias [202]:

Para a sua popularidade muito terá contribuído o facto de o imponente mosteiro de S. Bento da Saúde, atual edifício onde funciona a Assembleia da República, praticamente não ter sofrido danos com o terramoto. A crença no seu poder taumatúrgico generalizou-se, de tal modo que o conhecido romancista Camilo Castelo Branco a refere nas suas obras [203].



Fig. 8. Pormenor da imagem de S. Bento existente na igreja de S. Bento da Várzea, Barcelos.

Em 75% (263) das imagens que inventariámos, S. Bento apresenta-se com a *Regra*. Em geral, é a mão esquerda que a segura. Localizámos, todavia, oito esculturas de S. Bento com a *Regra* na mão direita: no altar-mor do santuário de Nossa Senhora da Abadia, na freguesia de Santa Maria de Bouro, Amares; na fachada da antiga igreja do convento dos Capuchos, na vila de Monção; no corredor de entrada no mosteiro beneditino de Singeverga e na igreja, em Roriz, Santo Tirso; na igreja do antigo mosteiro de Vitorino das Donas, Ponte de Lima; na Pousada de S. Bento, na freguesia de Caniçada, Vieira do Minho; num nicho na freguesia de Argela, Caminha; e em França, na igreja de Caen na região da Normandia.

Em 40% das situações, a *Regra* encontra-se aberta e, nalguns casos, contém um texto. Nas imagens mais antigas, a citação mais frequente corresponde à primeira frase da própria *Regra*: «Ausculta, o fili, praecepta magistri, et inclina aurem cordis». Surge, também, a primeira frase do livro segundo dos *Diálogos* atribuído a S. Gregório Magno: «Fuit vir vitae venerabilis, gratia Benedictus et nomine», que, como vimos no capítulo sobre os hinos, cânticos e canções a S. Bento, integrava o *Antifonário* dos mosteiros beneditinos [204].

Merecem referência especial os textos das imagens seguintes: S. Bento da Várzea – a que já nos referimos -, por se tratar de um dos mais antigos e em escrita gótica, uma adaptação do *Salmo 2:12*: «Apprehendite disciplinam ne quando irascatur Dñus, ne pereatis de via iusta [205]», e de S. Bento na igreja do antigo mosteiro de S. João de Arnoia, em Celorico de Basto, que corresponde ao *Salmo 91:12:* «Justus ut palma florebit, sicut cedrus Libani multiplicabitur» [206].

[202] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2002): *O. c.* p. 33: «Depois do célebre terramoto de 1755, que quase destruiu Lisboa inteira, é que a Regra de S. Bento conheceu o maior surto de edições devocionais, em formato minúsculo, tamanho vervadeiramente liliputiano. As pessoas traziam a Santa Regra ao pescoço, como amuleto protetor contra terramotos e males ruins, dos quais pudemos recolher e fazer o elenco de 16 edições, onde claramente se vê a tendência mágica pela adjunção de textos profiláticos e preventivos de males ruins (…)».

[203] BRANCO, Camilo Castelo (2016): *Eusébio Macário: História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais*. Lisboa: Expresso, pp. 58-59.

[204] *Vide* páginas 61 e 62.

[205] *Vulgata*, Salmo 2, versículo 12: «Segui as regras, para que, quando o Senhor vier em Sua Glória [Juízo Final], não pereçais»; *Bíblia*, Salmo 2:11-12: «Servi o Senhor com temor, beijai os Seus pés com tremor, / para que não se irrite e não pereçais, porque a Sua ira irrompe num instante».

[206] *Vulgata*, Salmo 91, versículo 12: «O justo florescerá como a palmeira, crescerá como o cedro do Líbano»; *Bíblia*, Salmo 92:13: «O justo florescerá como a palmeira, / erguer-se-á como os cedros do Líbano».

Atualmente, por influência da imagem de S. Bento da Porta Aberta que se encontra na cripta e cuja inscrição da *Regra* é «Glorioso S. Bento, lembrai-vos dos vossos devotos», é esta a mais utilizada pelos santeiros, mas com as variantes: «Glorioso S. Bento, atendei os vossos devotos» e «Glorioso S. Bento, Deus é Pai, atendei os vossos devotos» [207].

2.8.1.2. O cálice

No Minho, não inventariámos nenhuma imagem de S. Bento com o cálice. Todavia, em Caminha, na capela de S. Bento de Seixas, são distribuídas, juntamente com a medalha de S. Bento [208], umas pagelas com a informação seguinte: «Desde o séc. XVII, começaram-se a cunhar medalhas, tendo de um lado a imagem do Santo com um cálice do qual sai uma serpente e um corvo com um pedaço de pão no bico, lembrando as duas tentativas de envenenamento, das quais S. Bento saiu, milagrosamente, ileso. O outro lado da medalha apresenta uma cruz» [209].




Fig. 9. Frontispício da Regra da Cavalaria e Ordem Militar de Avis, 1631.




Fig. 10. Pormenor do frontispício da Regra da Cavalaria e Ordem Militar de Avis, 1631.

Em Portugal, existe na paróquia de S. Bento do Cortiço, concelho de Estremoz, uma imagem de S. Bento jovem e mitrado, com uma mitra única, de cor azul, cuja mão esquerda segura um cálice do qual sai uma serpente. O facto de não se encontrarem outras imagens com estes atributos no país deve-se a esta região ter pertencido à Ordem Militar de S. Bento de Avis, cujos domínios se estendiam pela zona da Beira Baixa e Alto Alentejo, atuais distritos de Portalegre e Évora. No museu da Sé de Évora, existe uma escultura-relicário de S. Bento cuja mão direita segura um cálice.

[207] Recolhida do teto da nave da capela de S. Bento da Valinha em Monção.
[208] A medalha de S. Bento foi aprovada pelo papa Bento XIV, no dia 12 de março de 1742.
[209] Pagelas distribuídas em S. Bento de Seixas.

O frontispício da *Regra da Cavalaria e Ordem de Avis* [210], datada de 1631, mostra-nos a figura de S. Bento de hábito simples, com báculo na mão direita e o cálice sobre a *Regra* na mão esquerda. Diferentemente do que tinha acontecido com aquela que julgamos ter sido a primeira edição da *Regra da Ordem de Avis*, impressa em Almeirim, no ano de 1516, cujo frontispício exibe S. Bento sentado numa posição majestática, com mitra, báculo e *Regra* aberta. Iconografia que, como veremos, seria abandonada nos séculos seguintes.

Em Espanha, localizámos, no museu da igreja de S. Martín Pinario, uma xilogravura do século XIX, com a imagem de S. Bento ostentando o cálice, mas sem a serpente.

Iconografia idêntica à de S. Bento do Cortiço existe nas Ilhas Canárias, mais concretamente em S. Cristobal de La Laguna, onde S. Bento é, desde o século XVI, protetor dos agricultores por eleição, confirmada em três votações:

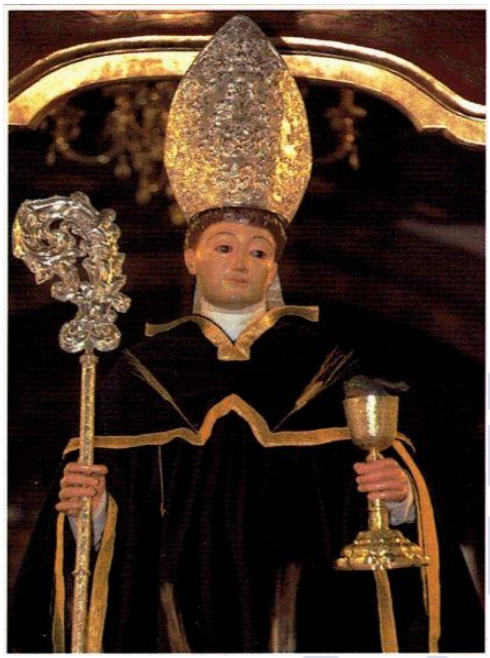


Fig. 11. San Benito Abad, Tenerife, Canárias.

> El culto a San Benito como protector del campo de Tenerife se renueva en La Laguna cada segundo domingo de julio desde que en 1948 comenzó a celebrarse su romería, tal como hoy la conocemos. Pero esta devoción se remonta a la primera mitad del siglo XVI, cuando se «echaron suertes» para buscar un «patrono y defensor de las sementeras» de la isla. Según el cronista Juan Núñez de la Peña, que publicó en 1676 su *Conquista y antigüedades*, esto tuvo lugar en 1532 [211].

A iconografia de S. Benito de La Laguna explica-se pelo facto de os povoadores da ilha serem de origem lusitana e da região de Estremoz que, como vimos, foi pertença da Ordem de S. Bento de A vis cuja imagem tinha como atributo um cálice sobre a *Regra* sustentada pela mão esquerda [212].

2.8.1.3. O corvo e a mitra

Coelho Dias diz-nos que as imagens de S. Bento tipicamente português [213] «são de madeira, geralmente não vão além do século XVIII, pintadas ou com repinte, sempre com o indispensável corvo aos pés, não raro com mitra e báculo, livro da Regra debaixo do braço» [214]. Também nesta matéria discordamos de Frei Geraldo, porquanto são raras as imagens de S. Bento mitrado (com exceção das góticas) e corvo anteriores ao século XIX nas igrejas das nossas paróquias.

---

[210] Ordem afiliada aos cistercienses de Alcobaça. Cf. CONDE, A. Linage (1991): *São Bento e os Beneditinos*, II. Braga: Irmandade de S. Bento da Pora Aberta, p. 748.

[211] MORALES, Carlos Rodríguez (2018), «San Benito, Patrón por sorteo de los Fructos y Ganados de Tenerife desde 1535», **in** *Fiestas y Romería Regional de San Benito Abad 2018*, edição do Ayuntamiento de San Cristóbal de La Laguna. Cf., também, MORALES, Carlos Rodríguez (2017), «Elección y voto de San Benito como patrón de los fructos y ganados de Tenerife (1535)», **in** *Revista de Historia Canaria*, 199, pp. 277-290.

[212] Vejam-se os trabalhos seguintes: PÉREZ VIDAL, J., (1991): *Los portugueses en Canarias*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria; PÉREZ VIDAL, J., (1968): «Aportación portuguesa a la población de Canarias. Datos para su contenido», **in** *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 14, pp. 41-106; BONNET SUÁREZ, S. F. (1951): «Familias portuguesas en La Laguna del siglo XVII», **in** *Revista de Historia Canaria*, vol. 93-94, pp. 111-118; e FAJARDO SAPÍNOLA, F. (2004): «Portugueses en Canarias en el siglo XVII. Una relación de 1626», **in** *XV Coloquio de Historia Cabario-Americana (2002)*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 310-320.

[213] Entendendo-se por «tipicamente português» as imagens de feição popular que não seguiam as normas iconográficas patentes nas igrejas dos mosteiros beneditinos.

[214] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *O. c*., 271.

Exemplificamos com duas imagens de S. Bento, do altar e do andor, da capela, atualmente conhecida como «de Nossa Senhora da Abadia», mas fundada com a invocação de S. Bento, onde nenhuma das imagens tem o corvo nem a mitra. Esta capela situa-se na freguesia de S. Miguel de Bárrio, Ponte de Lima.

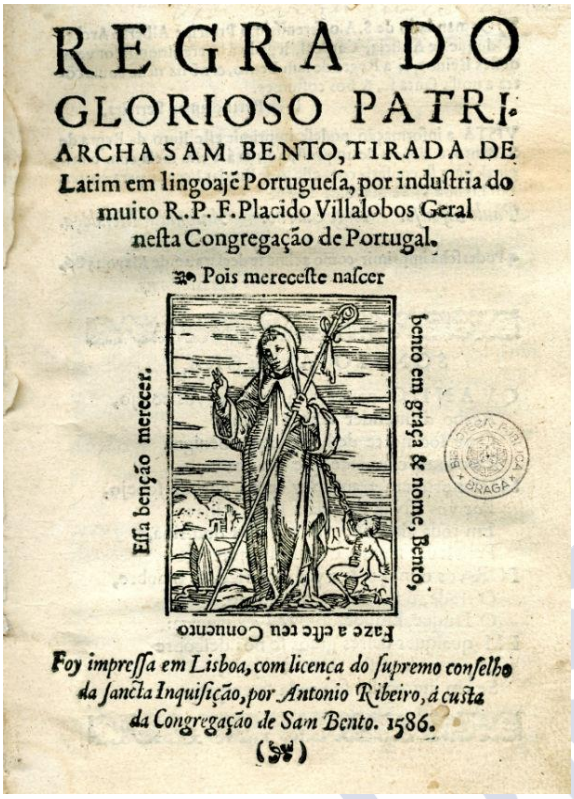

REGRA DO
GLORIOSO PATRI-
ARCHA SAM BENTO, TIRADA DE
Latim em lingoajẽ Portugueſa, por induſtria do
muito R. P. F. Placido Villalobos Geral
neſta Congregação de Portugal.
Pois mereceſte naſcer
Eſſa benção merecer.
bento em graça & nome, Bento,
Faze a elle tem Conuento
Foy impreſſa em Lisboa, com licença do ſupremo conſelho
da ſancta Inquiſição, por Antonio Ribeiro, á cuſta
da Congregação de Sam Bento. 1586.

Fig. 12. Frontispício da primeira *Regra de S. Bento* impressa em Portugal, 1586.

Na realidade, das cerca de 330 imagens de S. Bento inventariadas no Entre Douro e Minho, 60% não têm o corvo como atributo, duas apresentam o corvo, não aos pés, mas na mão esquerda, sobre a *Regra*, concretamente na capela de S. Bento de Pedregais (Vila Verde) e na igreja do antigo mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro. Entendemos que as esculturas do «S. Bento tipicamente português» apresentam duas fases: uma que vai até ao dealbar do século XX, e outra posterior à alteração iconográfica de S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo, na passagem do século XIX para o século XX – como a seu tempo explicaremos -, em que a imagem de S. Bento começa por ser dotada de um corvo e mitra aos pés para, a partir doséculo XX, se generalizar a imagem de S. Bento mitrado.

Se analisarmos as obras *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento, tirada de Latim em lingoajẽ Portuguesa*, ou seja, a primeira edição da *Regra* em português levada a efeito por uma congregação monástica [215], impressa em Lisboa no ano de 1586, e *Constituçoens da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal*, impressa, também em Lisboa, no ano de 1590, verificamos que, em nenhuma delas, as estampas que ilustram a primeira página ostentam o corvo como atributo iconográfico.

A estas, podemos juntar o primeiro Bulário da Congregação Beneditina Portuguesa, intitulado *Privilegia Congregationis Sancti Benedicti Portugaliae*, impresso em Roma no ano de 1589, onde S. Bento aureolado exibe, como atributos, a *Regra* e o báculo, sendo a mitra transportada por S. Plácido [216]. São obras que confirmam a introdução tardia do corvo na iconografia lusitana que, juntamente com a mitra colocada aos pés, se vai vulgarizar, quanto a nós, depois do século XVIII.

Em relação à mitra, podemos afirmar que cerca de 64% (224) das imagens de S. Bento têm a mitra como atributo; destas, 17% (58) ostentam a mitra na cabeça, e 1,2% (8) sobre a *Regra* (igreja de Galegos Santa Maria, em Barcelos, capela de S. Bento da Lapela, em Monção, e exposição Museu Pio XII, Braga); sobre uma mesa, igreja de Carvoeiro (2), em Viana do Castelo; capela de S. Bento em Santo Emilião, Póvoa de Lanhoso; S. Bento da Vitória, Porto; ou sobre a mão (xilogravura do livro *Privilegia Congregationis Sancti Benedicti Portugaliae*, impresso em Roma no ano de 1589).

[215] A primeira edição deve-se à Ordem Militar de S. Bento de Avis e data de 1516.
[216] Num dos caixotões do teto da nave da igreja de Nossa Senhora do Terço, em Barcelos, encontramos uma reprodução a cores do frontispício desta obra.

2.8.1.4. A influência das estampas de Bernadino Passeri[217]

*Bernardinus Passerus* foi um pintor italiano da segunda metade do século XVI que marcou a iconografia beneditina nos últimos quatro séculos. Foi o autor das ilustrações de uma obra impressa em Roma no ano de 1579, que tem como título *Vita et miracula Sanctiss.mi Patris Benedicti, ex libro ii Dialogorum Beati Gregorii Papae et monachi collecta, (...)*, inspirada, como se depreende, na obra atribuída ao PP. S. Gregório Magno. Destinava-se às comunidades beneditinas espanholas e contou com a colaboração de Alipranto Capriolo, o autor das gravações.

Esta obra, que viria a ter várias reedições, fixou os atributos (auréola, *Regra*, disciplinas, cálice, corvo e pomba) das representações iconográficas de S. Bento e da sua irmã gémea, Santa Escolástica, e influenciou a maior parte das edições que se seguiram sobre a vida e milagres de S. Bento: «é provável que toda esta série de obras [Vida e Milagres de S. Bento], com motivos bastante idênticos, tenha como base as gravuras, que se publicaram no século XVI, em Espanha e na Itália» [218]. Esta influência estendeu-se à escultura, como os painéis do coro alto das igrejas de S. Martrinho de Tibães e de S. Bento da Vitória, e à azulejaria. Em Portugal, são famosos os painéis de azulejos setecentistas do Claustro do Cemitério (também conhecido por «claustro nobre ou dos defuntos») na casa-mãe dos beneditinos portugueses, o mosteiro de S. Martinho de Tibães, e no refeitório dos monges do mosteiro de S. Bento da Saúde, atual museu da Assembleia da República, em Lisboa.

O facto de ter existido uma segunda edição ligeiramente diferente da primeira e destinada aos mosteiros italianos tem dado origem a alguma confusão entre os investigadores, nomeadamente em Portugal. Como referido, a edição *pinceps, Vitae et miracula Sanctissimi Patris Benedictini,* foi impressa em Roma no ano de 1579, tendo sido promovida pelo procurador-geral da Congregação de San Benito el Real de Valladolid em Roma, Frei Juan de Guzmán, sendo geral Frei Cristóbal de Agüero. Contém 50 estampas (lâminas) de Bernardino Passeri, algumas assinadas, e gravadas por Alipranto Caprioli. A edição existente na biblioteca geral da USC tem, no verso das estampas, a tradução do texto latino por Lourenço Ayala, ao passo que a da biblioteca geral da Universidade de Coimbra tem o verso das folhas em branco.




Fig. 13. Edição *princeps* de 1579. (Fonte: Biblioteca Geral da USC).

Em 1586, é editada em Florença uma obra com 160 páginas intitulada *Speculum & Exemplar Christicolarum Vita Beatissimi Patris benedicti Monachorum Patriarchae Sanctissimi*, patrocinada pelo pelo Dom Abade do mosteiro de Monte Cassino, Ângelo Sangrino. Esta obra viria a ser reeditada no ano seguinte, 1587, com 246 páginas, nas quais se incluíam 52 estampas muito semelhantes às de Bernardino Passeri. Ao contrário do que acontece com algumas lâminas da edição *princeps* (Roma, 1579), as contidas nesta obra não

[217] Tivemos oportunidade de apresentar, no âmbito do **V Encontro Mocidade Investigadora** (EDI), realizado na Faculdade de Ciências da Comunicação da USC em Santiago de Compostela, nos dias 12 e 13 de junho de 2017, uma comunicação sobre este tema.

[218] DIAS, G. Coelho (1996). «Hagiografia e Iconografia Beneditinas: Os "Diálogos" do Papa S. Gregório Magno», **in** *Via spiritus*, 3, p. 18.

estão assinadas, todavia, de acordo com a página da *internet* da Universidade de Salamanca que cita o Instituto Central para o Catálogo Unificado das Bibliotecas Italianas, o autor das estampas é Bernardino Passeri: "Según el ICCU, el autor de los grab. calc. es Bernardino Passeri" [219]. Frei Geraldo partilha da mesma opinião: «A Congregação Beneditina de Valladolid, Espanha, publicara "*Vitae et miracula Sanctissimi Patris Benedictini*, Roma, 1579. Trata-se dum volume ilustrado com 50 lâminas, tendo no pé a descrição respectiva em versos latinos, com a numeração dos quadros e correspondente capítulo dos *Diálogos*» [220]

Não cabe, no âmbito desta dissertação, aprofundar o estudo destas obras. Gostaríamos, no entanto, de concluir com a referência a três aspetos que as diferenciam. Em primeiro lugar, os títulos: *Vitae et miracula Sanctissimi Patris Benedictini* (1579) e *Speculum & Exemplar Christicolarum Vita Beatissimi Patris benedicti Monachorum Patriarchae Sanctissimi* (1587); em seguida, os hábitos dos monges: Congregação de Valladolid e Congregação Cassinense; e, por último, o uso das estampas espelhadas.

### 2.8.2. Especificidade da iconografia portuguesa de S. Bento

A iconografia de S. Bento, em Portugal, necessita de ser inventariada, analisada e estudada, de modo a pôr fim a uma certa anarquia que leva a que os santeiros – na ausência de um manual por onde se possam orientar - façam as imagens de S. Bento de qualquer maneira, e, sobretudo, sem respeitarem a tradição.

Numa aula sobre Património Cultural e Religioso, quando ilustrávamos a nossa prédica com a imagem de S. Bento que se encontra na igreja do mosteiro de S. Martinho de Tibães, houve uma aluna que logo nos questionou dizendo que aquele não era o "seu" S. Bentinho, pois o "seu" S. Bento tinha mitra na cabeça.

Obviamente que tivemos de explicar que S. Bento Abade, o fundador da Ordem Beneditina, aquele que praticou os milagres descritos por S. Gregório Magno, e cuja *Regra* se encontra espalhada por todo o mundo, é só um, S. Bento de Núrsia, assim chamado por ter nascido nesta localidade italiana, embora, ao longo dos séculos, a sua representação tenha sofrido muitas alterações.

Para esta aluna, devota, não de S. Bento, mas de S. Bento da Porta Aberta de Rio Caldo, a confusão era grande. Com recurso ao nosso banco de imagens, demonstrámos que a imagem de S. Bento da Porta Aberta, até ao início do século XX, não tinha a mitra na cabeça e, aos pés, só na última década do século XIX.

Frei Grealdo Coelho Dias, conhecido ex-Dom Abade do mosteiro beneditino de Singeverga, em Santo Tirso, e o maior especialista português no que aos beneditinos respeita, diz-nos que «basta visitar as igrejas, coros, capítulos, claustros e refeitórios dos mosteiros beneditinos para logo o [atrativo da vida de S. Bento] descobirmos; e a figura de S. Bento, de corvo aos pés a segurar no bico o pão envenenado, como abade venerável ou jovem monge a "deixar o mundo em flor" é disso perfeito emblema» [221].

Seguimos o conselho de Frei Geraldo e visitámos centenas de capelas, igrejas, santuários, mosteiros e basílicas e constatámos que estamos perante um momento de viragem na iconografia portuguesa de S. Bento, sobretudo por influência de S. Bento da Porta Aberta e no que se refere à colocação da mitra na cabeça.

o Minho, esta «onda» de mitrar as imagens antigas de S. Bento tem levado a situações caricatas. Em S. Bento da Porta Aberta, a escultura que se encontra no trono – concebida para

---

[219] Cf. http://brumario.usal.es/search~S1*spi?/aSangrino%2C+Angelo/asangrino+angelo/-3%2C-1%2C0%2CB/frameset&FF=asangrino+angelo&1%2C1%2C#.XLpY8aSQzIU (acedido pela últimavez em 19-4-2019).

[220] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (1996): «Hagiografia e Iconografia: Os "Diálogos" do papa S. Gregório Magno», **in** *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 3, p. 18, nota 18.

[221] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (1996): *O. c.*, p. 16.

não usar mitra na cabeça - ostenta uma mitra preciosa desproporcionada para aquela escultura e aparafusada à cabeça do santo para que não se enterre mais. A imagem que costuma sair nos andores possui duas mitras, pois foi adaptada de uma imagem que tinha uma mitra aos pés.

No santuário de S. Bento da Porta Aberta em Cossourado, Paredes de Coura, e à semelhança de muitos outros casos, é fácil perceber que a mitra foi acrescentada à escultura numa fase muito posterior.

Na igreja de Barros Santo Estêvão, Vila Verde, temos uma escultura antiga de S. Bento cuja mitra de estilo clássico, que estava aos pés, foi colocada na cabeça. Como era pequena e não tinha encaixe, ficou no cocuruto da cabeça. Na capela de S. Bento e de Santo André na freguesia de Moure, concelho de Vila Verde, e na de S. Bento de Soutelo, em Ribas, Celorico de Basto, também foram colocadas mitras desproporcionadas e que ficam enterradas na cabeça do santo.



Fig. 14. Esculturas de S. Bento das igrejas de Barros, Sto. Estêvão (Vila Verde), SBPA (Terras de Bouro), Soutelo, Ribas (Celorico de Basto) e Moure (Vila Verde).

O que mais nos espanta é que a mitra não é colocada em esculturas de S. Bento paramentado, mas vestido com o hábito negro e simples com cogula!

Na atualidade, muitas capelas de S. Bento têm uma imagem no altar-mor e outra, de S. Bento mitrado à semelhança de S. Bento da Porta Aberta, para sair no andor em dia de romaria, como acontece em Vila Cova (Barcelos) e Vimieiro (Braga).

Nos países que visitámos, nomeadamente, Espanha, França e Itália, de uma maneira geral, temos um S. Bento Abade, adulto, a maior parte das vezes com barba, tendo como atributos o báculo, a *Regra*, e, aos pés, a mitra e o corvo com o pão no bico. Em Portugal, a iconografia de S. Bento é múltipla e, por vezes, em cada templo, encontrámos três ou quatro imagens de S. Bento todas diferentes, como acontece em Souto S. Pedro (Arcos de Valdezez), Santana de Vimieiro (Braga), Codeçoso (Santa Maria de Arnoso, Famalicão) e Vairão (Vila do Conde).

O especialista supracitado dá-nos informações sobre as primeiras imagens de S. Bento existentes em Portugal: estátua de S. Bento da Várzea (Barcelos), séc. XV; frescos na igreja de Vila Marim (Vila Real), 1411; e xilogravura de S. Bento da Ordem de Avis, a primeira com *características lusitanas* datada de 1516 [222]. A primeira, única com as varas, apresenta-se sem mitra, o que já não acontece com as seguintes, e em nenhuma encontramos o corvo, o que prova

[222] Fonte: ***Livros Antigos Portuguezes*** *1489-1600 da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelissima descriptos por S.M. El-Rei D. Manuel*, vol. I. Braga: APPCDM, p. 316.

que este atributo entrou tardiamente na iconografia beneditina portuguesa [223]. A partir do século XVI e até meados do século XIX, são raras as imagens de S. Bento com mitra na cabeça, esta passa a ser colocada aos pés. Em alternativa, muitas destas esculturas apresentam-se com resplendor ou auréola. Infelizmente, o tempo fez com que o resplendor em metal de muitas das esculturas que se encontram nas fachadas das igrejas dos antigos mosteiros beneditinos desaparecesse, restando, nalguns casos, ligeiros vestígios, como acontece em S. Miguel de Refojos de Basto (Cabeceiras de Basto). Pelo contrário, as imagens de S. Bento com resplendor nos altares-mores continuam a exibir a sua magnificência. Vejamos os casos de S. Martinho de Tibães (Braga) e Santa Ana (Viana do Castelo).

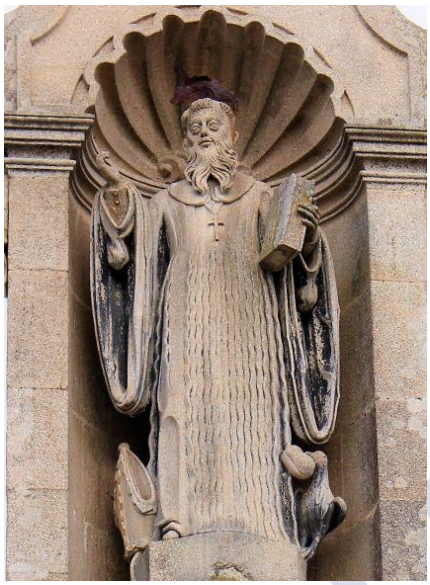


Fig. 15. S. Miguel de Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto.



Fig. 16. S. Martinho de Tibães, Braga.



Fig. 17. Santa Ana, Viana do Castelo.

2.8.2.1. O S. Bentinho

Ao contrário do que acontece fora de Portugal, por cá, é frequente encontrarmos imagens de S. Bento jovem. A devoção popular, levada pela ternura que estas imagens inspiram, passou a designá-lo por S. Bentinho, como vimos em muitas das cantigas dos romeiros [224]. Assim, não nos surpreende que, em muitas das mensagens associadas aos ex-votos, seja tratado desta forma carinhosa:

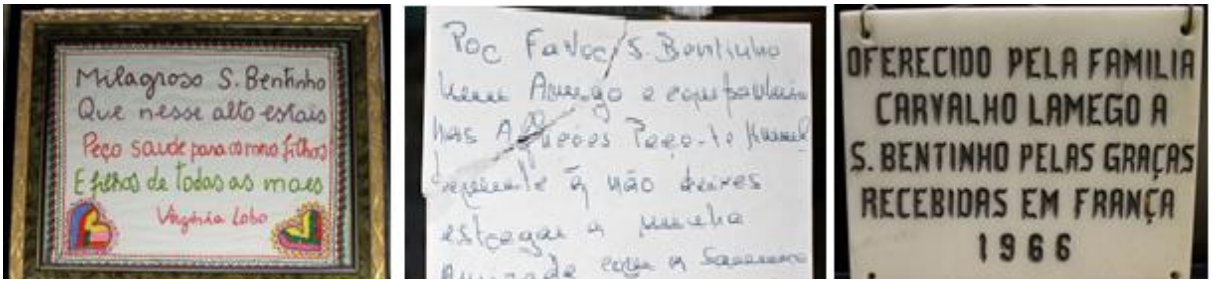



Fig. 18. Ex-votos. Museu (Casa da Memória) da basílica de S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo).

[223] Em Vila Marim, temos S. Bento com duas mitras. Uma na cabeça e outra sobre uma mesa. Trata-se de uma alteração no âmbito das repinturas de que estes frescos foram objeto.

[224] O grupo de música «Trovar D'Alma» de Vila Verde, fundado em 2013, no tema *Por Igrejas e Capelas*, reflete esta matéria na quadra seguinte: «Vou levar ao S. Bentinho, / Velinha de cera pura, / Meu amor veio há pouquinho, / Meu amor andou à minha procura». Cf. https://www.youtube.com/watch?v=sqAY-4cMCj0 (acedido em 10-5-2019).

Os devotos não só passaram a dirigir-se-lhe deste modo, como introduziram o diminutivo na designação de alguns dos seus locais de culto: S. Bentinho de Ermelo, S. Bentinho da Costa e S. Bentinho da Vila (Arcos de Valdevez), S. Bentinho de Trás do Hospital (Braga), S. Bentinho da Cerca (Tibães, Braga), etc.




Fig. 19. Imagens do S. Bentinho de Ermelo, da Costa (Gondoriz) e da Vila nos Arcos de Valdevez e Rua de S. Bentinho de Trás do Hospital, Braga.

Normalmente, são imagens pequenas e que mostram S. Bento enquanto jovem, o que, por vezes, leva os menos entendidos a confundir as iconografias, como aconteceu numa deslocação à Pousada de S. Bento, também conhecida por «Pousada da Caniçada» por se situar numa freguesia do concelho de Vieira do Minho chamada «Caniçada».

Chegados à Pousada, fomos amavelmente recebidos pelo responsável a quem solicitamos autorização para fotografar uma pequena imagem de S. Bento existente na sala de estar. Para nossa surpresa, disse que não se tratava de S. Bento, mas da sua irmã gémea, Santa Escolástica. Diante da imagem, explicamos as razões pelas quais não podia ser Santa Escolástica, mas S. Bento ainda jovem. Desde logo pelo hábito. Não se tratava de um hábito de freira, mas de monge, com cogula, deixando ver parte do cabelo. Além disso, os atributos correspondem a uma imagem antiga de S. Bento, com a *Regra* na mão direita, báculo na esquerda, auréola, e sem mitra nem corvo, tal como o S. Bento da Porta Aberta – que lhe fica em frente – até final do século XIX. Por outro lado, faltava-lhe o atributo essencial, ou seja, a pomba, símbolo da sua alma que S. Bento viu elevar-se aos céus aquando da sua morte.

2.8.2.2. Estatística iconográfica

No banco de imagens de S. Bento captadas em Portugal (325), 25% (82) mostram S. Bento jovem, enquanto 75% (243) exibem a figura de S. Bento adulto. Destes 75%, 18% (45), ou seja, 13% do total, são de S. Bento com barbas. Estes valores contrastam com as 31 imagens recolhidas no estrangeiro, onde apenas uma é de S. Bento jovem. Em 20 das restantes (65% do total), temos a figura respeitável de S. Bento Abade, com barba, como fundador da Ordem Beneditina.

Os materiais utilizados na feitura das representações eidéticas de S. Bento apresentam as percentagens seguintes: 61% (199), madeira; 13% (42), cerâmica; 12% (38), pintura; 9% (29), pedra; 4% (14), xilogravura; 1% (3), roca. Quanto aos atributos, nomeadamente em relação à presença da mitra, em 31% das imagens está ausente, sendo que em 49% está aos pés, em 18% na cabeça e em 1% sobre a *Regra* ou sobre uma mesa.

Em relação ao modo como se apresenta vestido, predomina o hábito negro com cogula (198), seguindo-se o pragueado (85). Em 25 situações, surge paramentado com pluvial.



Fig. 20. S. Bento com vestes prelatícias. S. Bento da Vitória, Porto (coro alto).

Debruçámo-nos sobre a origem das imagens de S. Bento mitrado e com pluvial, uma iconografia ao arrepio das tradições canónicas, e a referência artística mais antiga de representação de S. Bento com pluvial é um painel esculpido por Marceliano de Araújo existente no coro alto da igreja do antigo mosteiro de S. Bento da Vitória, no Porto [225].

Frei Geraldo Coelho Dias, perante esta realidade, explica «o gosto de vestir a imagem com vestes prelatícias, já que é classificado como abade mitrado», dos portugueses do modo seguinte: «Uma imagem é para ser vista e, por isso, os monges e o povo gostavam de, em dia de festa, dar-lhe uma dimensão mais vistosa, atraente, sobre a uniformidade da negrura do hábito ou nos artísticos ornatos do estofado. Então, vestem-no de festa com roquete ou alva de linho e mesmo directamente sobre a cogula, capa de asperges adamascada, mitra preciosa na cabeça» [226].

Este é mais um ponto em que discordamos do ex-Dom Abade do mosteiro de Singeverga. Em nome dos cânones iconográficos, entendemos que a recriação deve ter limites e não desvirtuar a realidade histórica. Se S. Bento nunca usou mitra, será lícito que se promovam imagens de S. Bento mitrado? A iconografia tem regras que devem ser respeitadas para não cairmos numa espécie de anarquia. Quando determinada personalidade recusa ou abdica de um cargo episcopal, a mitra deve ser colocada aos pés. Se virmos a estátua de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga entre 1559 e 1582, em Viana do Castelo, no largo em frente à igreja de S. Domingos onde repousam os seus restos mortais, respeita estes cânones, não aparecendo mitrado em visita pastoral. No entanto, em Braga, no largo de S. Paulo, embora também em visita pastoral, já se encontra mitrado.

Sabemos que o povo minhoto é muito alegre, gosta de festa e sempre procurou a romaria pela simbiose entre o religioso e o profano. Nota-se a ausência de uma atitude pedagógica por parte dos clérigos, simples párocos ou pregadores conceituados. A história da vida de S. Bento, em particular os milagres que lhe são atribuídos, é suficientemente rica, diversificada e interessante para espevitar e prender a atenção dos devotos, não havendo necessidade de roupagens que distorcem a realidade. Além do mais, vestir (paramentar) as imagens é esconder a arte que lhe subjaz e impedir a fruição artística da mesma. Nessa situação, qual o motivo para não recorrer às imagens de Roca?

Quanto aos atributos principais, podemos afirmar que, quanto mais antigas as imagens, menos atributos têm. A imagem gótica de S. Bento da Várzea ostenta, apenas, as varas (*disciplinas*) e a *Regra* (pergaminho).

[225] Cf. COELHO DIAS (1996): *O. c.*, p. 19: «As esculturas [36 painéis] são de Marceliano de Araújo e foram encastoadas em talha por mestre Gabriel Rodrigues Álvares, de Landim. A parte escultórica custou 24$400 reis cada quadro pequeno e os maiores 4$500 e foi completada no triénio de 1716-1719».

[226] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *Quando os monges eram uma civilização… Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*. Porto: CITICEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Porto: FLUP e Edições Afrontamento, p. 268.

À imagem de S. Bento, normalmente ornada de resplendor, que segura a *Regra* na mão esquerda enquanto abençoa com a direita [227], foram sendo acrescentados o báculo, a mitra e, finalmente, o corvo. Das imagens inventariadas, 86% têm báculo; 9% não têm mitra, enquanto que 49% têm-na aos pés, 17%, na cabeça, 1%, sobre uma mesa e 0,5% sobre a *Regra*.

Quanto à *Regra*, 75% das imagens têm a *Regra*, encontrando-se fechada em 60% dos casos. Em relação ao corvo, está presente em 39% das imagens, sendo que, em 77% dos casos, ostenta o pão no bico.

Esta percentagem relativamente baixa justifica-se por ser um acrescento tardio, assim como a mitra na cabeça que, praticamente, só se generalizou a partir do século XIX, embora encontremos a figura de S. Bento mitrado em alguns frescos quatrocentistas, como os da igreja matriz de Vila Marim (Vila Real) [228], datados de 1411 [229], e xilogravuras quinhentistas como as do *Breviarium Ordinis Sancti Benedicti de Novo*, impresso em Veneza no ano de 1506, destinado à abadia do mosteiro húngaro de Pannonhalma em Budapeste [230], e do frontispício da *Regra da Ordem de Avis*, impresso em Almeirim no ano de 1516 por Hermão de Campos, a qual viria a ilustrar o verso da folha de rosto do *Liber de Scholastica Disciplina*, impresso em Lisboa no ano de 1532 por Germam Galhard [231].



Fig. 21. Fresco de S. Bento na capela-mor da matriz de Vila Marim, Vila Real.

2.8.2.3. Imagens de roca

Quanto às imagens de roca de S. Bento, Frei Geraldo Coelho Dias diz que «a única imagem de roca que descobrimos foi em Cerdal, Valença do Minho, e, aí, o santo está revestido da sua enorme cogula preta» [232]. Na nossa investigação, não obstante concordarmos que são raríssimas, localizámos três: na matriz de Cerdal, Valença; na igreja do antigo mosteiro feminino em Vairão, Vila do Conde, S. Bento paramentado, com capa de asperges, mitra ornada e báculo; e na igreja de Nossa Senhora do Terço, em Barcelos, antigo mosteiro feminino de S. Bento, o Santo com cogula e *Regra* fechada na mão esquerda.

[227] Nalgumas imagens, a *Regra* é substituída pelo báculo.

[228] A Imagem de S. Bento mitrado existente na igreja de Vila Marim, cujo fresco, segundo Frei Geraldo Dias, remonta ao ano de 1411, e seria uma das primeiras representações de S. Bento mitrado em Portugal. Contudo, uma análise mais pormenorizada do painel onde se encontram, além de S. Bento, as figuras de Santa Marinha, padroeira de Vila Marim, e de S. Bernardo, também ele com mitra na cabeça, permite-nos constatar que a mitra que S. Bento ostenta na sua cabeça pode ser um atributo colocado posteriormente, provavelmente aquando de uma repintura, uma vez que a mitra inicial se encontra sobre uma mesa do lado esquerdo do Santo, tal como encontramos em muitas outras iconografias. Obviamente que o fundador da ordem beneditina não podia ficar atrás do reformador S. Bernardo e, por isso, ter-lhe-ão colocado uma mitra na cabeça. Vide CAETANO, Joaquim Inácio (2001): *O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI.* Lisboa: Aparição e autor, pp. 26 e ss.

[229] Cf. DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (1996): *O. c.*, p. 16.

[230] Cf. cartaz das comemorações do «Dia Internacional dos Monumentos e Sítios» realizadas na Assembleia da República, Lisboa, no dia 18 de abril de 2008.

[231] **In *Livros Antigos Portuguezes*** *1489-1600 da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelissima descriptos por S.M. El-Rei D. Manuel*, vol. I. Braga: APPCDM, pp. 316 e 478.

[232] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *O. c.*, p. 272.



Fig. 22. Igreja do Terço (Barcelos).



Fig. 23. Matriz de Cerdal (Valença).



Fig. 24. Matriz de Vairão (Vila do Conde).

2.8.2.4. S. Bentinho da «cartola»

Na região de Trás-os–Montes, é conhecida a imagem do Menino Jesus da Cartolinha com raízes lendárias nas lutas entre portugueses e espanhóis e que assentou arraiais na Sé de Miranda do Douro. Se, a princípio, o chapéu era de palha, desde há cerca de dois séculos passou a usar uma espécie de chapéu de coco, conhecido por «cartola».

No concelho de Arcos deValdevez, onde as marcas beneditinas são muitas, predominam as imagens de S. Bento muito jovem – como indicia o tratamento por «S. Bentinho» - com um chapéu de coco na cabeça.

O culto a S. Bento assume, aqui, características especiais devido ao atributo com que se encontra dotado. À exceção das imagens de S. Bento do Cando e de S. Bento na igreja de Miranda, locais bastante distantes da vila dos Arcos de Valdevez, em todos os outros locais, as imagens de S. Bento apresentam-se com um pequeno chapéu de feltro, conhecido, vulgarmente, como chapéu de coco, e que substitui o resplendor ou a auréola. O seu tamanho varia de capela para capela, sendo o mais pequeno o S. Bento de Paredes, freguesia de S. Pedro do Vale, e o maior o de S. Bento da Mourisca. Normalmente, os romeiros pegam no chapéu, persignam-se com ele, beijam-no e voltam a colocá-lo na cabeça do Santo. Por vezes, colocam o chapéu sobre a própria cabeça a fim de participarem das graças concedidas por intercessão de S. Bento.

No caso do S. Bentinho da Vila, os mesários adquiriram um conjunto de chapéus de feltro com receio de, no futuro, não conseguirem arranjar chapéus daquele género. Na capela de S. Bento da Mourisca, na freguesia de Portela, no extremo do concelho, o chapéu é de madeira e encontra-se aos pés da imagem de S. Bento, do seu lado direito, onde, habitualmente, se encontra o corvo ou a mitra. Tal como no S. Bento de Monte Redondo, a aba do chapéu é um pouco mais larga que o tradicional chapéu de coco.

A iconografia beneditina arcuense alargou-se ao concelho limítrofe de Ponte da Barca, mais concretamente à freguesia de Vila Nova de Muía, onde, na capela de Santo António de Cotinho, existia uma imagem de S. Bento – dotada, apenas, de *Regra* e báculo - considerada milagrosa, cujo aumento de devotos levou a que este santo se tornasse o padroeiro. Os devotos, por influência dos vizinhos dos Arcos de Valdevez, colocaram, também, um chapéu de coco na cabeça de S. Bento.

2.8.2.5. Imagens raras de S. Bento

Na iconografia beneditina portuguesa, há uma imagem única: a imagem de S. Bento que se encontra no altar colateral, do lado da Epístola, na igreja de S. Bento da Várzea, Barcelos. Segundo Frei Geraldo Coelho Dias, trata-se de uma escultura gótica em pedra de ançã, do séc. XV e de origem francesa. Imagem rara em que o Santo Patriarca dos Monges do Ocidente nos aparece com um feixe de varas na mão, as chamadas «disciplinas», com que impunha a ordem aos monges desobedientes: «de resto, em Portugal, apenas se conhece uma imagem onde o santo aparece representado com um feixe de varas na mão, como que pronto em atitude severa para castigar as faltas à disciplina» [233]. Hoje, uma capa de asperge e uma mitra preciosas escondem a maravilha que esta escultura é, tal como nos refere o monge beneditino, Frei Paulino de Castro: «Trata-se de uma preciosidade de estatuária que terá sido trazida de França pelos monges Beneditinos. Feita em pedra de ançã, segundo uns, ou em mármore de Carrara, segundo outros, certo é que a sua beleza e antiguidade bem justificariam que estivesse mais exposta aos olhos da multidão dos devotos de S. Bento» [234].

Nas nossas aldeias, apesar da fervorosa devoção ao santo Padroeiro da Europa, muitos dos santeiros não tinham conhecimento da iconografia de S. Bento, pelo que encontramos imagens quase sem paralelo. Referimo-nos a imagens com a mitra ou o corvo colocados sobre a *Regra* que só encontramos paralelo na iconografia de S. Bento no frontispício da Regra da Cavalaria da Ordem de Avis. Como exemplos do corvo sobre a *Regra*, vejam-se as imagens de S. Bento na sua capela na freguesia de Lapela, Monção, e na igreja paroquial de Santa Maria de Galegos, em Barcelos, a que acresce uma tela (46 cm x 25bcm) que pertenceu ao escritor José Régio, hoje pertença de um particular, e que pôde ser vista no Museu Pio XII, em Braga, aquando da realização de uma exposição sobre «S. Bento em S. Bento da Porta Aberta e Nós», em julho de 2018 [235].



Fig. 25. S. Bento de Lapela (Monção).



Fig. 26. S. Bento, Museu Pio XII (col. particular).

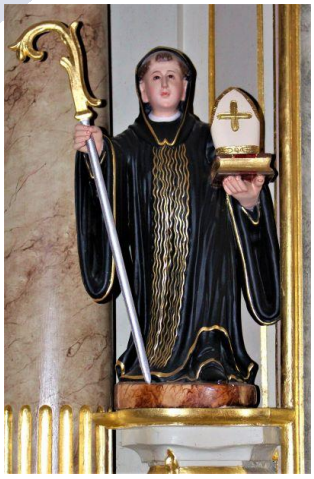


Fig. 27. Matriz de Galegos Santa Maria (Barcelos).

No caso do corvo sobre a *Regra*, temos duas imagens: S. Bento dos Milagres, na sua capela situada na freguesia de Pedregais, em Vila Verde, e o S. Bentinho Milagroso, uma pequena imagem colocada num nicho na antiga abadia do mosteiro beneditino de Santa Maria de

[233] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *O. C.*, pp. 263-264.
[234] CASTRO, Frei Paulino de (1997): *S. Bento da Várzea: uma história beneditina*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, p. 36.
[235] No retábulo do altar-mor da igreja de S. Romão de Neiva, existe uma escultura de S. Bernardo, oriunda do mosteiro de S. Martinho de Tibães, com a mitra sobre a Regra.

Carvoeiro, Viana do castelo.Igualmente raras são, como vimos, as imagens de S. Bento que têm como atributo o cálice.

2.8.2.6. Alteração de Orago

No Minho, as romarias a S. Bento, nas últimas décadas, têm vindo a concentrar-se nalguns templos. Desde logo, na basílica de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo, no monte de S. Bento, Vizela, na Várzea, Barcelos, Santo Emilião, na Póvoa de Lanhoso, em Seixas, Caminha, e em Pedraído, Fafe. Muitas das capelas onde se realizavam duas festas anuais, a 21 de março e a 11 de julho, deixaram de ter qualquer festividade e, na maior parte delas, nem missa em honra do Santo.

Esta realidade contrasta com o aumento verificado nos séculos XVIII, XIX e XX, provavelmente devido ao S. Bento da Porta Aberta, que viu o seu número de romeiros aumentar exponencialmente. Assim se explica que, durante este período, várias capelas tenham mudado de orago principal e, nalguns casos, S. Bento tenha «destronado» o orago anterior, embora na maioria a imagem de S. Bento continue num altar colateral ou numa simples peanha.

Em Cotinho, Vila Nova de Muía (Ponte da Barca), em Pesqueiras, Moimenta (Terras de Bouro), e em Souto S. Pedro (Arcos de Valdevez), S. Bento é copadroeiro. No promeiro caso, com Santo António, no segundo, com S. Pedro, e no último, com Nossa Senhora do Carmo. Em Barata, S. Paio (Melgaço), substituiu Nossa Senhora do Bom Despacho; em Carvalhal, Santa Comba de Eiras (Arcos de Valdevez), Santo António; em Ermelo (Arcos de Valdevez), Santa Maria; em Povoação, Fradelos (Vila Nova de Famalicão), Santa Bárbara; em Lapela (Monção), Nossa Senhora dos Prazeres; em Magos, Mosteiro (Vieira do Minho), Nossa Senhora da Graça; em Oliveira S. Pedro (Braga), o Senhor dos Passos; em Premedelos, Valões (Vila Verde), Nossa Senhora do Amparo; e em Valinha, Moreira (Monção), S. João Batista. Por outro lado, fruto da dinâmica da confraria de Nossa Senhora da Abadia, instituída na sua capela no lugar de Outeiro, freguesia de Bárrio S. Miguel (Ponte de Lima), S. Bento foi destronado do altar e colocado num nicho a meio da parede do lado sul.

2.8.2.7. Conflitos iconográficos

A iconografia de S. Bento no Entre Douro e Minho foi aquela que mais se alterou nas últimas décadas. Uma parte substancial, por influência da imagem de S. Bento da Porta Aberta, o principal centro português de peregrinação beneditina. As imagens de S. Bento com mitra na cabeça vêm conquistando terreno e relegando para segundo plano as imagens canónicas, algumas muito antigas, que sofrem os males do tempo e da incúria das pessoas que as não restauram nem lhes conferem a importância que merecem.

O povo forma-se e educa-se com muita paciência e falando-lhes ao coração. Sabemos como é emotivo. Por isso, chora nos momentos de despedida das imagens que acompanharam nas procissões das romarias.

Como não recordar os momentos em que a Virgem de Fátima se retira no final da procissão de um 13 de maio? Ou da Virgem Peregrina que se despede dos seus fiéis pelas paróquias do mundo inteiro? Situação que se vive, igualmente, em romarias menores, como as de Nossa Senhora da Imaculada Conceição do monte do Sameiro, em Braga, da Senhora do Alívio, em Vila Verde, da Senhora da Rosa da Franqueira, em Barcelos, da Senhora da Abadia, em Santa Maria de Bouro, Amares, ou de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo, Terras de Bouro.

Qualquer alteração aos usos e costumes da nossa gente carece de uma estratégia de implementação bem delineada, complicando-se a situação quando tem a ver com questões religiosas. Os párocos não podem tratar o povo como ignorante nem entrar em confronto. Primeiro, é necessário conversar com as pessoas, escutá-las, saber a razão, ou as razões, das suas opções, compreender os seus sentimentos. Em seguida, fazê-las ver o que está certo e o

que é errado. A Fé não é matéria. As imagens dos santos são símbolos de algo sobrenatural e a relação que o devoto estabelece com os mesmos é, quase sempre, de caráter afetivo e sem expressão verbal, como nos explica Rappaport: «lo santo tiene dos constituyentes fundamentales: lo sagrado, su componente discursivo, lógico, aquellos de sus aspectos que pueden ser expressados en el linguaje, y lo numinoso, su componente no discursivo, no lógico, afectivo, es decir, aquellos de sus aspectos que no se pueden expressar en palabras sino que, por el contrario, se experimentan sin expresión verbal» [236]. Por isso é que, muitas vezes, quando perguntamos às pessoas por que demandam, reiteradamente, determinado local de culto, não sabem responder. Dizem apenas que é porque se sentem bem.

Infelizmente, sabemos que o conhecimento iconográfico não abunda entre os sacerdotes que, assim, não encontram argumentos racionais com que possam convencer os paroquianos a respeitarem a iconografia tradicional, usando, por vezes, de uma certa prepotência. Por outro lado, é conhecida a delicadeza com que o prelado trata os párocos, cada vez mais raros, e desculpa, a alguns, certos comportamentos que em nada dignificam as funções que desempenham. Era preferível abrir o culto aos seculares do que ficar refém de certos sacerdotes que falam para o povo «de cima da burra», em vez de falarem com o povo.



Fig. 28. S. Bento da Várzea, Barcelos.



Fig. 29. S. Bento da Várzea, Barcelos (Fonte: Frei Paulino de Castro).

Temos presente o confronto entre o pároco e a população ocorrido na freguesia de S. Bento da Várzea, no concelho de Barcelos, quando a mesa da confraria de S. Bento permitiu que um devoto vestisse a tradicional imagem de S. Bento.

Após a leitura das notícias então surgidas na comunicação social, concluiu-se pela existência de uma falha por parte do pároco que decidiu retirar as vestes ao santo sem previamente ter preparado a população.

Os ânimos incendiaram-se e, agora, nem a intervenção do vigário-geral da diocese de Braga e grande especialista em iconografia, o cónego José Paulo Abreu, conseguiu demover a população.

Falámos com um dos líderes da contestação popular, Arlindo Figueiredo, para tentarmos perceber as razões que motivaram a população a tal atitude. Ficamos a saber que, quando as posições se extremam entre a igreja e a população, num mundo onde imperam os valores da liberdade e da democracia, a corda parte do lado da hierarquia religiosa que não pode ameaçar os seus fiéis com o anátema da excomunhão, como acontecia no passado. Aliás, assistimos, neste início do século XXI, a um aproveitamento das imagens dos santos para a realização de festas que, de religioso, têm muito pouco.

Consideramos importante que os serviços de arte sacra da Diocese criem um mecanismo de certificação das imagens dos santos para evitar as aberrações que, por vezes, encontramos nas imagens. Figuras que nada têm a ver com os cânones iconográficos, por muito boa vontade que o artista, erudito ou popular, tenha. Ou acabar com uma certa mania de vestir as imagens

[236] RAPPAPORT, Roy A. (2001): *O. c.*, p. 514.

antigas – não falamos, obviamente, das imagens de roca -, como encontrámos em Vairão, Rio Tinto, Buraquinha (Barcelos), etc.

Neste momento, queremos referir um caso que faz toda a diferença: a imagem de S. Bento na sua capela em Vila do Conde. Fundada em 1616 no pós-reforma da Ordem Beneditina, foi, no princípio do século XVIII [237], dotada de capa de asperges, estola e mitra, dando-lhe uma aparência nada em consonância com os cânones, como aparece numa fotografia de 1951 [238]. Felizmente, com o passar dos anos, imperou o bom senso e, atualmente, podemos contemplar a belíssima imagem seiscentista do Patriarca S. Bento na sua simplicidade e brilho, embora nos pareça que a mitra aos pés tenha sido um atributo posterior à feitura da escultura.



Fig. 31. Capela de S. Bento, Vila do Conde. (Fonte: Nóbrega, 1951: 14).



Fig. 30. Capela de S. Bento, Vila do Conde, 2019.

Nos últimos anos, surgiu uma nova iconografia de S. Bento que vem rivalizar com as réplicas da imagem de S. Bento da Porta Aberta. Enquanto esta se apresenta mitrada com a mitra sobre o capuz da cogula, a nova imagem, resolvendo o problema da incongruência que essa situação comporta, apresenta o Santo com hábito negro pragueado e preso por um cinto pendente, ostentando uma cruz peitoral por cima da qual aperta a capa de asperges. Como atributos, além da mitra ornada na cabeça, tem, aos pés, um corvo com um pão no bico. O báculo surge na mão direita quando a esquerda segura a *Regra*, normalmente aberta, onde podemos ler: «Glorioso S. Bento, Deus é Pai. Atendei os vossos devotos». Quando o báculo está na mão esquerda, a direita abençoa e, por vezes, ostenta um anel com uma pedra preciosa (rubi) no indicador, como acontece na matriz de S. Julião de Paços, Braga.

Registámos esta iconografia à entrada do antigo mosteiro de S. João de Arnoia (Celorico de Basto), nas capelas de S. Bento de Balugães (Barcelos), Sameiro (Braga) e Souto S. Pedro (Arcos de Valdevez); nas igrejas de S. Julião de Paços (Braga), de Gilmonde (Barcelos) e de S. Bartolomeu do Mar (Esposende); na capela de Nossa Senhora da Consolação, em Carreiras Santiago (Vila Verde); e nos nichos de Portela, freguesia de Requião (Famalicão) e de Chorense (Terras de Bouro).

Concluímos com as palavras sábias de Dom Frei Geraldo Coelho Dias sobre a necessidade de a hagiografia *«ser conhecida e estudada»*, e respeitada, acrescentamos nós perante tantas aberrações com que nos temos cruzado nestos últimos cinco anos de investigação.

---

[237] «Inventario dos Paramentos e trastes que pertencem á capela de Sam Bento de que he Senhora e adeministradora a Casa de Rafael Carneiro de Sá Barbosa Bezerra Pereira da Silva desta v.ª do Conde», **in** NÓBREGA, Vaz-Osório da (1951): «Capela de São Bento, em Vila do Conde I: subsídios para a sua história», **in** separata de *Douro-Litoral*. Porto: Livraria Simões Lopes, p. 44.

[238] Cf. NÓBREGA, Vaz-Osório da (1951): *O. c.*, p. 14.

## 2.9. CAMINHOS DE PEREGRINAÇÃO A S. BENTO DA PORTA ABERTA, RIO CALDO

> «La peregrinación no es sino un símbolo de la vida cristiana: sufrir en esta vida – el camino – para llegar al Cielo, donde todo Mal queda superado y donde se vive en perpetua felicidad en contacto com el Santo de los Santos» [239].

### 2.9.1. Contextualização

A partir da morte de S. Bento em meados do século VI, a influência da ordem beneditina (masculina e feminina) alicerçada na máxima *Ora et Labora* (reza e trabalha) espalhou-se por toda a Europa e encontrou um terreno particularmente favorável no território que constituía a antiga *Callaecia*.

No século XI, após a reforma operada em Cluny, os beneditinos espalharam-se por toda esta região aproveitando o processo colonizador levado a cabo nos caminhos de Santiago de Compostela.

A influência de S. Bento na Europa durante séculos levou o Papa Paulo VI, no dia 24 de outubro de 1964, através do breve «*Pacis nuntius*», a declarar S. Bento «Padroeiro Principal de toda a Europa» com base nos fundamentos seguintes: «Mensageiro da paz, realizador da união, mestre da civilização e, sobretudo, arauto da religião cristã e fundador da vida monástica no Ocidente».

Na atualidade, todos desejam percorrer os saturados caminhos de Santiago de Compostela que são mais um produto turístico do que uma marca da identidade europeia, ao contrário do espírito beneditino que subjaz à construção da Europa [240].

Durante a Idade Média, a proliferação de mosteiros beneditinos – alguns pouco maiores que eremitérios – no noroeste peninsular, com particular incidência na região de entre os rios Douro e Minho, foi tal que Frei Leão de São Tomás, autor da obra *Beneditina Lusitana* (II vols., 1644 e 1651), identificando cada um com uma estrela, não hesita em falar de uma imagem da *Via Láctea* [241]. Sobre esta via, também chamada entre nós «estrada de Santiago» como nos habituámos a ouvir desde tenra idade, não resistimos a transcrever o que sobre ela escreveu o já citado Rodríguez Campos com base no *Codex Calixtinus*: «El *Codex* narra la aparición de Santiago a Carlomagno mientras el emperador contemplaba las estrellas del camino que lo iluminaron durante la noche por tierras de Alemania e Italia, apareciéndosele bajo la figura de un caballero de hermosa aparencia, reprochandole que aún no liberara a Galicia de los "sarracenos", la tierra donde su cuerpo descansaba. Le decía que debía de seguir aquel camino de estrellas que lo llevaría hasta Galicia» [242].

Os mosteiros, a quem os reis concederam cartas de doação, desempenharam um papel fundamental na organização social do território nacional. A influência que os monges exerciam nas populações era enorme e assim se generalizou a devoção a S. Bento, o Pai do Monaquismo Ocidental. O povo, conhecedor dos milagres que realizara em vida, acreditava (e ainda acredita) no seu poder taumatúrgico e foi-lhe erigindo locais de culto por todo o Minho.

---

[239] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 312.

[240] Cf. REVILLA, Federico (1995): *Diccionario de Iconografía y Simbología*. Madrid: Catedra, p. 65: «**BENITO, SAN**. Fundador de la orden a que dio nombre, tan decisiva para la historia cultural de Europa. Se le asignan diversos atributos: una paloma, un cuervo, un báculo, un libro, un pan, etc.»

[241] Cf. THOMAS, Frei Leão de Santo (1651): *Beneditina Lusitana II*. Coimbra: Officina de Manoel Carvalho, p. 407.

[242] *Idem*, p. 55.

No território nacional, a referência mais antiga a S. Bento é a de um monte, situado entre Vizela e Guimarães, num documento do início da nacionalidade. Existem, todavia, muitos documentos antigos que nos falam de imensos caminhos de romaria aos locais de culto a este santo milagroso. Muitos dos caminhos medievais conduziam ao mosteiro de Tibães, em Braga, onde se situava a casa-mãe da reformada Congregação de S. Bento de Portugal e do Brasil.

Na cidade de Braga, uma das portas da muralha medieval era a «porta de S. Sebastião», também conhecida como «porta do postigo de S. Bento» [243].

Nos últimos séculos, proliferaram as ermidas por todo este Minho, muitas delas dedicadas a S. Bento. Algumas foram-se transformando em santuários, como S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo (Terras de Bouro) e em Cossourado (Paredes de Coura), S. Bento das Pedras, em Vizela, S. Bento do Cando, na freguesia da Gavieira (Arcos de Valdevez), etc.

Não obstante a extinção dos mosteiros masculinos em 1834 e dos femininos logo que ficassem sem monjas, a devoção popular ao S. Bentinho – é assim que o tratam de forma carinhosa e familiar -, porque bem enraizada, manteve-se.

No distrito de Braga, podemos dizer que não há concelho que não tenha a sua capela ou santuário de invocação a S. Bento. Desde logo, Braga com o seu querido «S. Bentinho de Trás do Hospital». Entre os locais de culto a S. Bento, destaca-se a basílica menor de S. Bento da Porta Aberta, que, nos últimos duzentos anos, se transformou no epicentro do culto beneditino a nível nacional e da parte sul da Galiza.

A atual basílica de S. Bento da Porta Aberta teve a sua origem histórica – não cabe aqui falarmos das origens lendárias – numa capela construída, entre os anos de 1614 e 1615, num lugar chamado Seara da Forcadela por ordem do visitador das paróquias de Entre-Homem-e-Cávado.

Durante os primeiros cem anos, não passou de uma pequenina capela, sofrendo os estragos que o tempo sempre provoca neste tipo de edificações e onde as esmolas dos devotos não abundam.

A partir do início do segundo quartel do século XVIII, graças ao «milagre» da «porta aberta» e da cura milagrosa da sobrinha do abade da paróquia de Parada de Bouro, inicia-se um processo de crescimento com a capela primitiva a sofrer obras de ampliação, remodelação, construção de um santuário e de uma uma cripta. No dia 21 de março de 2015, integrada nas comemorações do 4.º centenário da sua fundação, teve lugar a cerimónia de elevação do santuário à categoria de basílica menor.

A fama de *santo milagreiro* fez com que o S. Bento da Porta Aberta atraísse milhares de romeiros, muitos já devotos de Nossa Senhora da Abadia cujo santuário se situa do outro lado do monte de Bouro. Daí que parte do traçado dos caminhos de peregrinação a S. Bento da Porta Aberta coincida com os caminhos de romaria ao santuário de Nossa Senhora da Abadia, na freguesia de Santa Maria de Bouro, concelho de Amares.

Atualmente, os romeiros continuam a ser aos milhares, embora a maior parte se desloque de automóvel e de autocarro. No entanto, são, ainda, muitos os que percorrem os «trilhos da Fé» através das veredas e sendeiros deste nosso Minho, crentes não só no poder taumatúrgico do Santo, mas também de que, para obter a graça pretendida – ou em agradecimento da sua concessão – têm de cumprir um determinado ritual antes de se aproximar, como nos descreve Mariño Ferro: «El deseo del romero es entrar en contacto con la sacralidad presente en el santuario. Pero para ello debe de encontrarse en estado de pureza espiritual. Eso lo consigue limpiando sus culpas por medio de ejercicios penitenciales, entre los cuales el más proprio de las romerías consiste en caminar» [244].

[243] Cf. AFONSO, António J. F. (2015): *O. c*., pp. 31-84.
[244] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 311.

A ausência de um projeto integrado de recuperação e valorização dos caminhos de S. Bento da Porta Aberta faz com que os romeiros circulem pelos principais eixos rodoviários, com todas as consequências negativas de caminharem a par com o tráfego automóvel, nomeadamente a falta de segurança. Embora sem as consequências trágicas dos acidentes noticiados com os peregrinos de Nossa Senhora de Fátima [245], temos conhecimento de atropelamento de romeiros a caminho de S. Bento da Porta Aberta.

Torna-se, pois, imperioso desenvolver um projeto integrado que, a partir dos antigos caminhos dos romeiros, defina e fixe uma rede de trilhos pedestres por onde os devotos de S. Bento da Porta Aberta (ou meros caminheiros) possam percorrer estes *caminhos* em segurança, não só pessoal – retirando, sempre que possível, os romeiros das estradas (nacionais ou municipais) –, mas também sem correrem o risco de se perderem.

Os Caminhos de S. Bento são um recurso transversal a vários municípios que se encontra por explorar. É, pois, necessário sensibilizar a sociedade para a existência de um património cultural (material e imaterial) que urge identificar, recuperar, preservar e promover. Logo, um projeto desta natureza constitui uma mais-valia, não só em termos culturais, mas também do ponto de vista social e económico.

A valorização e a promoção dos Caminhos de S. Bento e de todo o património que se encontra associado aos mesmos, ao potenciar o turismo em setores que registam um grande crescimento como o turismo cultural (religioso e patrimonial) e de natureza, constituirão um fator de desenvolvimento económico e social desta região minhota, particularmente de alguns concelhos considerados de baixa densidade populacional.

Numa altura em que se fala da candidatura dos *Caminhos de S. Bento da Porta Aberta* ao **Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial** e das *Romarias Minhotas* a Património da Humanidade, a revitalização destas vias de peregrinação será uma mais-valia para todas as entidades envolvidas nestes projetos.

Na nossa proposta de rede dos caminhos, devemos ter em conta que a sua implementação carece de verificação *in loco* em articulação com os municípios que atravessam, pois, dada a sua extensão, não foi possível a verificação de todos os traçados.

### 2.9.2. Proposta de rede dos caminhos

#### 2.9.2.1. Caminho da Abadia

O santuário de Nossa Senhora da Abadia é considerado o primeiro local do culto mariano em Portugal, daí que este seja o caminho mais antigo e percorrido desde tempos imemoriais.

Com a generalização do culto a S. Bento da Porta Aberta, situado no lado norte do monte de Bouro, este passou, também, a ser o caminho principal para este santuário, tanto mais que a origem do culto a S. Bento não pode ser desligada do culto a Nossa Senhora da Abadia.

O primeiro percurso que propomos é o ***Caminho da Abadia*** que utiliza o conhecido «trilho do Formigueiro». Este caminho, com origem em três localidades, apresenta o mesmo troço final com passagem pelo santuário da Senhora da Abadia, subida ao Formigueiro e descida para S. Bento.

##### *2.9.2.1.1. Pela Geira (Via Nova – XVIII do Itinerário de Antonino) - Alternativa*

O primeiro trajeto deste caminho que propomos tem partida junto ao mosteiro beneditino de Santo Tirso, com passagem por Famalicão e Braga (Lomar, largo de Santiago, e Sé), seguindo, depois, a via romana número XVIII do Itinerário de Antonino, também denominada Via Nova – sobretudo na Galiza -, mais conhecida entre nós por Geira/Jeira, e que percorre as

[245] No dia 2 de maio de 2015, um veículo despistou-se e atropelou, mortalmente, cinco peregrinos que se dirigiam ao santuário de Nossa Senhora de Fátima.

freguesias de Real, Dume e Palmeira, no concelho de Braga, atravessa o Cávado um pouco a jusante da atual *ponte do Porto*, no lugar de Ribeira, (aguarda-se a construção de uma travessia no local utilizado no tempo dos romanos), rumando, depois, na direção nordeste, seguindo por Barreiro (S.ta Marta e Paço), Carrazedo (Paço e Feira Velha), Besteiros, infletindo para nascente rumo a Caires, Figueiredo, Dornelas, Goães, Santa Marta e Santa Maria de Bouro, Abadia, Alecrimes (Pedra do Quarto), Formigueiro, Campo de S. Bento, Penedo/Fraga de S. Bento, Regadas e S. Bento da Porta Aberta.

*2.9.2.1.2. Caminho do Poente*

Denominámos **Caminho do Poente** o percurso oriundo do lado da costa marítima onde a devoção a S. Bento está bem arreigada. Não é por acaso que o primeiro domingo de julho é considerado o dia dos pescadores. Este trajeto pode iniciar-se em Esposende ou na Póvoa de Varzim. No concelho de Esposende, começa na capela de S. Bento, no lugar de Pinhote, freguesia de Marinhas, continua por Goios, Vila Cova (capela de S. Brás, S. Bento e Santo Amaro), Vilar do Monte, Abade de Neiva, Silva (capela de S. Bento no seminário dos Missionários do Espírito Santo), Lijó, Cervães (S. Bento de Ermida), Fiscal (S. Bento das Pedras), S. Bento da Torre, S. Bento de Caires, Santa Maria de Bouro, S. Bento de Paradela de Frades, Abadia, Formigueiro e S. Bento da Porta Aberta.

Para quem vier da Póvoa de Varzim, temos a capela de S. Bento, no lugar de Criaz, Apúlia, seguindo por Vila Seca, Gilmonde, Várzea (S. Bento), Vilar de Frades (mosteiro beneditino na sua fundação), Prado, Rendufe, Besteiros, Caires, Santa Maria de Bouro, Abadia, Formigueiro e S. Bento da Porta Aberta.

*2.9.2.1.3. Caminho do Ave*

O **Caminho do Ave** visa os romeiros dos concelhos de Vizela, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, e liga os dois locais de culto a S. Bento mais importantes do distrito de Braga. Assim, situámos a partida no alto do monte de S. Bento, em Vizela, onde este santo tem um santuário e uma capela. Descendo em direção à cidade de Guimarães, com passagem pela capela de S. Bento de Pedraído, na freguesia de S. Cristóvão de Selho, atravessando a cidade junto à muralha medieval onde existiu uma porta denominada «Porta de S. Bento», saindo em direção a Fermentões pela estrada real e atravessando o rio Ave na ponte de Donim. Um pouco adiante temos o «mosteiro» de S. Bento, na freguesia de Santo Emilião já no concelho de Póvoa de Lanhoso. Atravessada a sede do Concelho, segue-se por Calvos, junto ao carvalho centenário, ruma-se a Rendufinho com passagem pela capela de N. Sra. da Graça, no lugar de Sobradelo, onde, não há muitos anos, era servida uma tigela de *caurdo* a todos os romeiros, antes de iniciarem a travessia do monte de S. Mamede e descerem em direção a Friande, atravessando o Cávado no local onde existiu uma ponte românica de três arcos, de que nos dá conta Carvalho da Costa na *Corografia Portuguesa*, e onde a passagem era feita de barco. Depois é só subir por Dornas, não desistir no *Arrebentaço*, atravessar o terreiro da Abadia, galgar o Formigueiro e descer para S. Bento da Porta Aberta.

Este trajeto utiliza, em parte, uma antiga via romana que partia de Guimarães e de que nos fala Craesbeeck na obra *Memórias Ressuscitadas*: «A porta de S. Antonio, chamada de Guarrida, segunda em ordem e primeira na cituação da nova muralha, comessada pello Senhor Rei D. Affonso 3.º, Conde de Bolonha: via regea para a ponte de Donim, comunmicação para as terras de Lanhoso, S. João de Rei e Bouro (primeira via de Adriano que penetrava o Reino de Galisa)»[246].

[246] *MR*, I, 83.

Este caminho perdeu importância após a derrocada da ponte dos três arcos na freguesia de Dornas (Amares) e de que nos fala a *Corografia Portugueza*: «No rio Cavado, aonde confina com Santa Marta de Bouro, tem ruínas de huma ponte de tres arcos, cousa admirável, que dizem ser obra dos Romanos» [247].

Craesbeeck, na memória sobre a freguesia de Santo André de Friande, Póvoa de Lanhoso, e com base na experiência vivida no ano de 1724 em que percorreu este trajeto, dá-nos uma descrição um pouco mais pormenorizada desta ponte bem como da sua localização:

> E no lugar de Trabaços, pouco abaixo teve hum pedaço de ponte antigua; e, da parte dalem do rio Cavado, outra: tudo bem fabricado e sem duvida que, nos vestigios que existem, mostra que en seo tempo foi magestosa esta ponte, sem haver noticia alguma da causa da sua ruina, mas pello edifficio está inculcando ser obra dos romanos; e assim passa o rio em barco para o mosteiro de Bouro e para Nossa Senhora da Abbadia, como passámos pello dito citio, indo ver a dita Senhora, em o 1.º de Junho deste presente anno de 1724, com animo de sobir a serra do Geres e examinar as columnas, que lá estão, o que nos impedio o rigor do tempo, como ainda agora que choveo [248].

Chegados à margem do Cávado, os romeiros procuravam as passadeiras para, já na freguesia de Santa Maria de Bouro (até ao século XIX, concelho de Santa Marta de Bouro), demandarem a capelinha da Senhora do Livramento antes de atacarem o já referido *Arrebentaço*.

2.9.2.2. Caminho da Geira

O **Caminho da Geira** é uma alternativa ao **Caminho da Abadia,** sendo um pouco mais longo, mas de menor dificuldade, uma vez que prescinde da parte mais difícil, o chamado A*rrebentaço*, antes do terreiro do santuário de Nossa Senhora da Abadia. Com partida da cidade de Braga, segue o já referido troço da via romana até atravessar o Cávado, um pouco a montante da atual *ponte do Bico*, rumando, depois, na direção nordeste, seguindo por Barreiro (S.ta Marta e Paço), Carrazedo (Paço e Feira Velha), Besteiros, Caires, Paredes Secas, Vilela, Seramil e Santa Cruz (Souto, Terras de Bouro), seguindo o traçado descrito por Ferreira de Almeida: «A via romana passava mais a jusante, não longe do local chamado Porto - ponto de passagem, documentalmente assegurado, antes de existir a ponte que está para nascente. Daí a estrada subia por entre Ferreiros a Amares e seguia por entre Caires e Dornelas indo a Paredes Secas onde nos aparece o primeiro marco miliário desta via assinalando a milha XII» [249].

A partir deste local, há duas alternativas: uma pelo monte das Cadeiras em direção à freguesia de Santa Isabel do Monte, com passagem pelo Possoiro (4 Caminhos), campo de Arnadelo, alminhas de Cordoíde, Seara, Portela de Antela, Árvores Escuras e S. Bento da Porta Aberta; a outra alternativa, para quem tiver tempo e quiser desfrutar do património natural e arqueológico que a envolve, é seguir a via romana, sempre a meia encosta, com passagem pelas freguesias de Ribeira, Balança, Chorense, Moimenta, Vilar, Chamoim, Carvalheira e Covide. Uma vez no Outeiro do Rei, em Covide, é necessário seguir para o lado poente e depois para sul, contornando a montanha e descendo até S. Bento da Porta Aberta. Esperamos que, num futuro breve, o trilho tradicional pela margem esquerda do rio Freitas esteja transitável, pois,

---

[247] *Corografia Portugueza*, I, p. 160.
[248] *MR*, II, 133.
[249] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968): *Vias Medievais de Entre Douro e Minho* (dissertação para Licenciatura em História). Porto: Faculdade de Letras do Porto.
Cf. http://viasromanas.pt/doc/AlmeidaCAF_Antonino.html.

além de mais seguro, tem um enquadramento paisagístico fantástico, sendo a chegada a S. Bento pelo centro do lugar da Seara depois de atravessado o ribeiro na ponte da Seara.

2.9.2.3. Caminho de Basto

Para quem se dirigir a S. Bento vindo dos lados de Celorico de Basto, Fafe, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho, sugerimos o **Caminho de Basto** com pontos de partida distintos. Um, com início na freguesia de Cepães, Fafe, onde existe uma capela dedicada a S. Bento e a S. Tiago, com passagem por Calvelos, S. Bento de Pedraído (agora com uma igreja renovada num projeto do famoso arquiteto e escultor norueguês, Asbjørn Andresen), Rossas, Mosteiro (capela de S. Bento de Magos), Vieira do Minho, Eira Vedra [250], Servas (capela de Nossa Senhora dos Remédios, datada de 1686, com uma magnífico altar-mor de talha dourada e uma bela imagem de S. Bento do lado da Epístola), atravessar a serra da Cabreira, descer à freguesia de Penedo, CM 1392, Eirós, Rio Caldo [251] e S. Bento da Porta Aberta.

O outro percurso, com início na vila de Celorico de Basto e passagem pelo mosteiro de S. João de Arnoia do Ermo, prossegue por Canedo (aqui, infelizmente, a capela de S. Bento encontra-se em ruínas), pelos ex-mosteiros beneditinos de Santa Senhorinha de Basto e de S. Miguel de Refojos, para entroncar no anterior na freguesia de Rossas.

A partir de Vieira do Minho, existe, para quem não quiser atravessar a serra da Cabreira, uma alternativa: segue pelo lugar de Atafona, igreja de Tabuaças, cruza a estrada de Montalegre junto à casa do Mendes, atravessa a estrada nacional número 304 abaixo da Pousada de S. Bento, junto à casa do Matias, segue pelo caminho velho junto à casa da D. Isolina, centro da

[250] António Pereira, natural de Ventosa (Vieira do Minho), pormenoriza o trilho com a indicação das ruas: «**Trilho de S. Bento:** Passa por Eira Vedra, Penedo da Santa, em Sampaio, atravessa a Serra da Cabreira pelo alto, na Ventosa, Penedo, e segue pelas seguintes Ruas: Travessa da Feira do Penedo, Rua do Trovesso, Rua de Correlo, Travessa da Escurifana, Rua de Carreira Cova, Rua Padre Bernardino, Rua da Sede da Junta, Travessa da Sede da Junta, novamente Rua Padre Bernardino, Rua de Marieiteiro, Rua de Eirós, Rua do Fojo, desce à ponte e depois é só ir em frente até S. Bento». Cf. PEREIRA, António José Soares (2016): *Vidas de Um Povo*. Ventosa, Vieira do Minho: edição do autor, p. 51.

[251] A travessia do Cávado em Rio Caldo é algo praticado desde há muitos séculos. Várias são as referências à existência neste local de um barco e, a partir dos finais do século XVIII, de uma ponte de madeira.

As *Memórias Paroquiais* (1758) referem as dificuldades sentidas na travessia do rio Cávado. O abade de Rio Caldo (Terras de Bouro) esclarece esta questão: «Há poucos anos a esta parte tinha este rio quatro pontes que eram a ponte de Frieira, a ponte do Porto e a ponte de Prado e a ponte de Barcelos. Porém hoje não conserva senão três, porque a da Frieira que ficava nos limites desta freguesia se arruinou com uma grande enchente que houve em o ano de 1742, cuja ponte foi feita por ordem de Sua Majestade com cuja falta padecem os passageiros e moradores e enfermos que vêm para as Caldas do Gerês, muitas inclemências e há vários perigos na passagem do rio não só porque as águas são muito fortes e caem despenhadas, mas também pela passagem ser horrível e medonha» (*MP I,* 445). A memória de Valdosende repete este apelo: «a qual a levou o rio e também era de cantaria e por ser tão precisa para a passagem dos doentes que por falta dela tem sucedido muitos desastres na tal passagem e não há justiça que suplique a Sua Majestade, que Deus guarde, para a mandar levantar» (*MP I,* 435). Este apelo foi ouvido e, em 1768, foi conferida uma **Provisão aos oficiais da Câmara do Concelho de Terras de Bouro para obrigar uns moradores a satisfazerem uma finta para o pagamento da ponte de Rio Caldo**. Os moradores das freguesias de S. Mateus da Ribeira, S. João da Balança, Santa Marinha de Chorence e Santo André de Moimenta recusavam-se a contribuir para as despesas com a construção da «ponte de pau no rio grande de Rio Caldo que ligava as freguesias de Vilar da Veiga e Rio Caldo e servia de acesso às Caldas do Gerês, aonde concorre gente de muitas e distantes terras do Reino, além da passagem ordinária para os concelhos vizinhos». **In**: **ANTT**, *Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes*, Maço n.º 58, doc. nº 133 (1768).

O professr Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirma que, na Idade Média, o apoio à construção de pontes era considerada uma obra de caridade superior à construção de um hospital ou de uma hospedaria: «mais do que a fundação de uma albergaria ou hospital foi então considerada obra de caridade e santa a construção de uma ponte em lugar de passagem». Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973) «Os caminhos e a assistência no norte de Portugal», **in** *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, vol. I, p. 41.

De acordo com o *Institutum Societatis Jesus*, de 1757, na Idade Média, o apoio à construção das pontes que possibilitavam as peregrinações aos lugares santos, como Roma e Santiago de Compostela, era tão importante que a bula do papa Paulo III, *Exposi nobis* (1551), quando se refere aos privilégios da Companhia de Jesus, usa este apoio como termo de comparação: «que nenhum rei, principe ou duque, comenta o Institutum, tenha a audacia de impor, exigir, publicar ou mesmo ocasionar sobre os bens da Companhia gabelas, collectas ou outros impostos, ainda mesmo para a construção de pontes ou reparação de caminhos: e isto «sob pena de excomunhão e maldição eterna que incorrerá ipso facto» (Tomo I, p. 298).

freguesia de Caniçada com saída para a nacional na curva grande perto da barragem, pontes de Rio Caldo e S. Bento da Porta Aberta.

2.9.2.4. Caminho dos Galegos

Até meados do século XVII, a Geira (Via XVIII do Itinerário de Antonino, também conhecida como «Via Nova») foi a principal via de ligação entre Braga (*Bracara Augusta*) e Astorga (Asturica Augusta), com passagem por Orense. Por aqui terá passado S. Rosendo, bispo de Dume e fundador do mosteiro de Celanova. Com o advento dos caminhos de peregrinação rumo a Santiago de Compostela, esta via foi um espaço de circulação privilegiado até 1642, altura em que, no rescaldo das lutas pela restauração da independência, os povos da zona raiana que tinham a obrigação de defender a «Portela do rio Homem» resolveram destruir as quatro pontes romanas que ali existiam. A partir desta data, esta estrada deixou de ser utilizada como via internacional e obrigou os povos a optarem por percursos alternativos, quer os portugueses que se deslocavam a Santiago, quer os galegos que vinham em romagem à Senhora da Abadia. Recordamos que, nesta época, a capela de S. Bento da Seara da Forcadela (Rio Caldo), construída entre 1614 e 1615, era, como tantas outras construídas em lugares afastados das igrejas paroquiais para aí se poderem administrar os sacramentos, um pequeno templo sempre a necessitar de obras de conservação.

Os percursos alternativos, sobretudo no inverno em que a força das águas não permitia que os romeiros atravessassem os rios e os ribeiros a vau, eram dois. Os povos galegos de Torneros, Vila Meã e Riucaldo vinham pela Portela do Homem e, aí, seguiam pela margem direita do rio Homem até ao vale de Linhares, ou até Vilarinho da Furna se o não pudessem atravessar antes. Seguiam rumo a S. João do Campo, monte do Castelo (Covide), Seara e Rebordochão (Santa Isabel do Monte) e desciam para a Senhora da Abadia. Para os que vinham de Lóbios ou de terras ainda mais distantes, o trajeto era feito pelo alto da serra do Xurês/Gerês, nomeadamente pela ermida de Nuestra Señora del Xurês, pelas minas das Sombras, Carris, Prados Caveiros, Borrageiro, Pedra Bela, Admeus (Vilar da Veiga), Rio Caldo (S. Bento e Formigueiro) e Abadia.

A partir do final do século XIX, com a arborização da serra pelos serviços florestais, foram construídas novas acessibilidades. Assim, voltou a utilizar-se parte da via romana, graças à construção de várias pontes de madeira, nomeadamente a ponte feia, na Mata de Albergaria, e a de S. Miguel, além de outras mais pequenas nos locais das romanas. Os peregrinos, uma vez chegados a Albergaria, podiam optar por seguir pela margem esquerda do rio Homem, percorrendo a estrada da Geira, ou seguir em frente, rumo ao Gerês com passagem pela Portela de Leonte, Vidoeiro, Gerês, Chã da Ermida, ponte de Saltos, Travaço, ponte da Seara, Parada, S. Bento da Porta Aberta, Formigueiro e Abadia.

Durante o trabalho de campo, entrevistámos duas pessoas que, nas primeiras décadas do século XX, trabalharam na serra do Gerês, nomeadamente na exploração do carvão e na reflorestação, a D. Rosa do Corga (95 anos) [252] e o sr. António Martins (85 anos) [253], que nos referiram a passagem de romeiros oriundos da Galiza pelo alto da serra do Gerês. Também Rui Barbosa, autor do livro *Minas dos Carris*, nos dá conta desta situação: «Na zona têm origem vários carreiros de pé posto, sendo os mais interessantes aqueles que seguem para as Minas das Sombras (Galiza-Espanha) e para os Cocões do Concelinho (através das Lamas de Homem) e, mais tarde, Minas de Borrageiros e Lagoa do Marinho (…)» [254].

Em julho de 1902, o jornal «A Voz Publica», numa crónica enviada a partir do Gerês, dava conta da presença de romeiros oriundos da Galiza na romaria de S. Bento da Porta Aberta

[252] Entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2016.
[253] Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2016.
[254] BARBOSA, R. C. (2013), *Minas dos Carris: Histórias mineiras na serra do Gerês*. Edição independente, pp. 20 e 22.

realizada a 11 de julho: «Realisou-se Hontem uma das festas dedicadas a S. Bento, na sua egreja da freguesia de Rio Caldo, intitulada S. Bento da Porta Aberta, romaria muito concorrida por gente d'aqui do concelho e por grande numero de devotos da Galiza» [255].

Igual referência encontrámos em Molho de Faria, o único monografista de S. Bento da Porta Aberta: «Seriam realmente os Bernardos de Bouro que mandariam construir uma ermidinha de grades e de alpendrada, para maior comodidade dos romeiros de Nossa Senhora da Abadia, que vinham das terras da Galiza» [256].

2.9.2.5. Caminho da Amarela

As pessoas que viviam nas montanhas sempre foram muito religiosas. Conscientes do seu isolamento em relação às zonas urbanas onde o socorro é mais rápido, capacitaram-se da necessidade de terem um ente superior a quem pudessem acorrer nas horas das suas aflições. Por isso, dispunham de "advogados" celestiais para todos os momentos da vida, do nascer ao morrer. Recordemos, apenas, a Senhora do Bom Parto e a Senhora da Boa Morte. Este *modus vivendi* e o facto de os beneditinos terem sido os administradores da maior parte das áreas montanhosas do Minho, fizeram que o culto ao Santo Patriarca tivesse uma grande difusão e ainda hoje perdure. Quer no vale do Lima, quer no vale do Vez, existem muitas capelas que testemunham este culto. Daqui partiam muitos romeiros em direção a S. Bento da Porta Aberta que não tinham problemas em percorrer os difíceis caminhos da serra Amarela. Devido a este facto, apelidámos este percurso utilizado por peregrinos de Arcos de Valdevez, Lindoso e Ponte da Barca de **Caminho da Amarela**.

Inventariámos três trajetos que atravessam a serra Amarela: um que liga a capela de S. Bento do Cando, na freguesia da Gavieira (Arcos de Valdevez), a S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro), uma espécie de peregrinação inversa à realizada pelos povos de Terras de Bouro que, anualmente, se deslocam ao santuário de Nossa Senhora da Peneda. Partindo do lugar do Cando, desce em direção ao centro da freguesia, segue pelo Soajo, bordeja S. Bento de Ermelo, sobe ao Lindoso antes de desafiar o alto da serra Amarela que atravessa na portela da Louriça, cruza a Chão da Fonte, o Escuredo, Vilarinho da Furna, Campo, Covide, Várzea, Touro, Seara e S. Bento; o outro, com partida da freguesia de Salvador de Touvedo, segue por Santa Maria de Vila Nova de Muía, onde existe a capela de S. Bento (e de Santo António) do Cotinho, sobe à capela de S. Bento de Seixas (S. João de Vila-Chã), Mixões da Serra (Santo António), Cabaninhas (Gondoriz), Porta Ribeira, Pergoim, Cabaninhas (Carvalheira), Sá, Covide, Outeiro do Rei, Várzea, Touro, Seara, S. Bento [257]. Havia quem, de Mixões da Serra (Santo António), seguisse por Brufe, ponte de Carvalheira, Quintão, Paredes, Portassanto, Sá, Covide, Outeiro do Rei, Várzea, Touro, Seara, S. Bento. O último percurso, utilizado pelas pessoas do lado sul do concelho de Ponte da Barca, inicia-se junto ao mosteiro de S. Martinho de Crasto, em cuja freguesia existia uma capela de S. Bento na quinta do Outeiro, segue por Premedelos (Valões), onde S. Bento se tornou orago principal da capela de Nossa Senhora do Amparo, Portela do Vade, Gomide, Valbom (S. Bento), Pesqueiras [258] (Moimenta) ou Vau

[255] Cf. «A Voz Publica», 15-7-1902.
[256] MF, p. 76.
[257] Segundo informação prestada pelo sr. João Domingues (João Lamego), morador no lugar de Guardenha da freguesia de Gondoriz, os peregrinos de S. Bento oriundos dos Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca subiam a Santo António Mixões da Serra, desciam a Carrazedelo, Cabaninhas, Antas, Igreja, Refonteira (capela de S. João), caminho paroquial («caminho dos mortos»), Guardenha, Porta-Ribeira (passadeiras no rio Homem), Sequeirós, Geira (agora, a estrada nacional 307 (Terras de Bouro a Covide), e desciam para Rio Caldo.
[258] Aqui existia uma barca até aos anos 60 do século passado.

(Ribeira), Chorense [259], Saim, seguiam o chamado «carreiro da feira» (usado para ir à feira a Covas), Trebicas, Capelo do Frade, Portela de Midelo, Premoso, Costa da Seara, Seara (por baixo da "Casa do Grande"), Lamiças, Portela, Freitas, Touro e S. Bento [260].

2.9.2.6. Caminho da Ribeira do Homem

O C***aminho da Ribeira de Homem*** era usado pelos povos do vale do baixo rio Homem e tem a sua origem no vale do Neiva, mais concretamente no Mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro (Viana), seguindo por S. Bento de Balugães (Barcelos), Mato, S. Bento de Pedregais, S. Bento da Ermida (Rio Mau), Pico, Valbom S. Pedro (S. Bento), Pesqueiras (Moimenta) - ou Vau (Ribeira) -, Chorens [261], Saim, seguindo o chamado «carreiro da feira» (usado para ir à feira a Covas), Trebicas, Capelo do Frade, Portela de Midelo, Premoso, Costa da Seara, Seara (por baixo da "Casa do Grande"), Lamiças, Portela, Freitas, Touro e S. Bento.

2.9.2.7. Caminho do Nascente

Por último, temos o **Caminho do nascente,** a que também poderíamos chamar **Caminho do Cávado**, uma vez que era seguido pelos romeiros que vinham do lado do Barroso. Como sabemos, há quase mil anos que os mosteiros de Santa Maria de Bouro (Amares) e Santa Maria das Júnias de Pitões (Montalegre) estão interligados. O Mosteiro de Santa Maria de Júnias, em Pitões, foi, até 1248, da Ordem de S. Bento, tendo, por bula do papa Inocêncio IV, *Benigvolum et benignum*, datada de 23 de junho de 1248, passado para a Ordem de Cister em associação com o mosteiro de Santa Maria de Bouro: «relicto enormi statu in quo erant Sancti Benedicti ordinem profitentes transirente ad laudabilem et salubrem tui predecessores requisitione assensus de quadam simplicate posposita se monasterio de Burio Cisterciensis ordinis predicte dioceses verunt» [262].

Houve um tempo em que o último esteve dependente do primeiro. Além disso, os dois aderiram à Ordem de Cister e promoveram o culto de Nossa Senhora, Senhora da Abadia e Senhora das Júnias; tanto num caso como no outro, a origem do culto explica-se pelo aparecimento de uma imagem da Virgem. Os cistercienses, não obstante terem sido reformados por S. Bernardo, seguiam a *OB*. Assim se explica a existência da capela de S. Bento de Sexta-Freita na freguesia de Covelo do Gerês e de vários nichos com a imagem de S. Bento, nomeadamente em Contim (Vilaça). Como tivemos oportunidade de observar no verão de 2016, a procissão da padroeira de Pitões das Júnias, Santa Maria, levava um estandarte com a imagem de S. Bento, embora seja tradição levar também um andor com a sua imagem, como descreve Manuel Guerreiro: «Na frente, o andor pequeno de S. Bento, seguido do de Santa Maria, maior, ambos reluzentes de papel prateado e dourado» [263].

Este caminho tem dois percursos alternativos de acordo com o local de partida. Se pretendermos ligar o mosteiro de Pitões de Júnias à Senhora da Abadia, percorrido durante séculos, seguimos em direção a Paredes do Rio, Outeiro, Paradela do Rio, Lapela, Azevedo, Xertelo, Chelo, Chãos, Pincães, Fafião, Ermida, Admeus (Vilar da Veiga), S. Bento da Porta

[259] Alternativa: Chorense, S. Sebastião da Geira, Possoiro, caminho da Senhora que vai ter a Ventozelo, Rebordochão, caminho do Padre, alminhas de Cordoíde, Arabeça, Poça, Albergaria, Cancelos ("Casa do Dr. Paulo Silva"), Seara (por baixo da "Casa do Grande"), Lamiças, Portela, Freitas, Touro e S. Bento.

[260] Informadores: António Ferreira e João Ferreira, moradores na «Casa do Ferreira» no lugar de Campos Abades, freguesia de Santa Isabel do Monte (Terras de Bouro).

[261] Alternativa: Chorense, S. Sebastião da Geira, Possoiro, caminho da Senhora que vai ter a Ventozelo, Rebordochão, caminho do Padre, Cordovide, Arabeça, Poça, Albergaria, Cancelos ("Casa do Dr. Paulo Silva"), Seara (por baixo da "Casa do Grande"), Lamiças, Portela, Freitas, Touro e S. Bento.

[262] Cf. *Liber Fidei*, doc. 903, in ADB, Gaveta das Religiões, doc. 7[A], republicado por José Marques (2016, II: p. 1222).

[263] GUERREIRO, Manuel Viegas (1982): *Pitões das Júnias- esboço de monografia etnográfica*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa, p. 245.

Aberta (Rio Caldo), monte do Formigueiro e Abadia. Por outro lado, se partirmos da vila de Montalegre, rumamos a S. Vicente, Vila da Ponte, a via romana XVII, Ruivães, Salamonde e Penedo. A partir deste local [264], o trilho era o mesmo do caminho de Basto, descia-se a encosta da Ventosa, S. João da Cova, Santo Amaro, passadeiras para Vilar da Veiga, passadeiras da escola em Vilar da Veiga, *Ponte da Rês* em Rio Caldo, Parada e S. Bento. Também se podia fazer a partir da capela de S. Bento de Sexta-Freita [265], rumando à freguesia de Covelo do Gerês, ponte de arame nas Penedas, Cabril, Fafião (desciam pelo caminho antigo em direção à ponte da Pigarreira, mas, na zona das Carvalhas, tomavam um caminho empedrado que lhes permitia atravessar o rio de Fafião mais abaixo numa passagem construída pelos guardas fiscais, isto quando o caudal era relativamente pequeno). Depois, entravam na Ermida pelo caminho que vinha a meia encosta do lado nascente, passavam junto do antigo posto da guarda-fiscal, e dirigiam-se às *Carvalhiças* onde faziam uma reza, antes de prosseguirem pelo caminho velho que os levava, pela encosta da Soalheira, até ao lugar de Admeus, Vilar da Veiga (junto da casa do Mota), Rio Caldo e S. Bento da Porta Aberta [266].

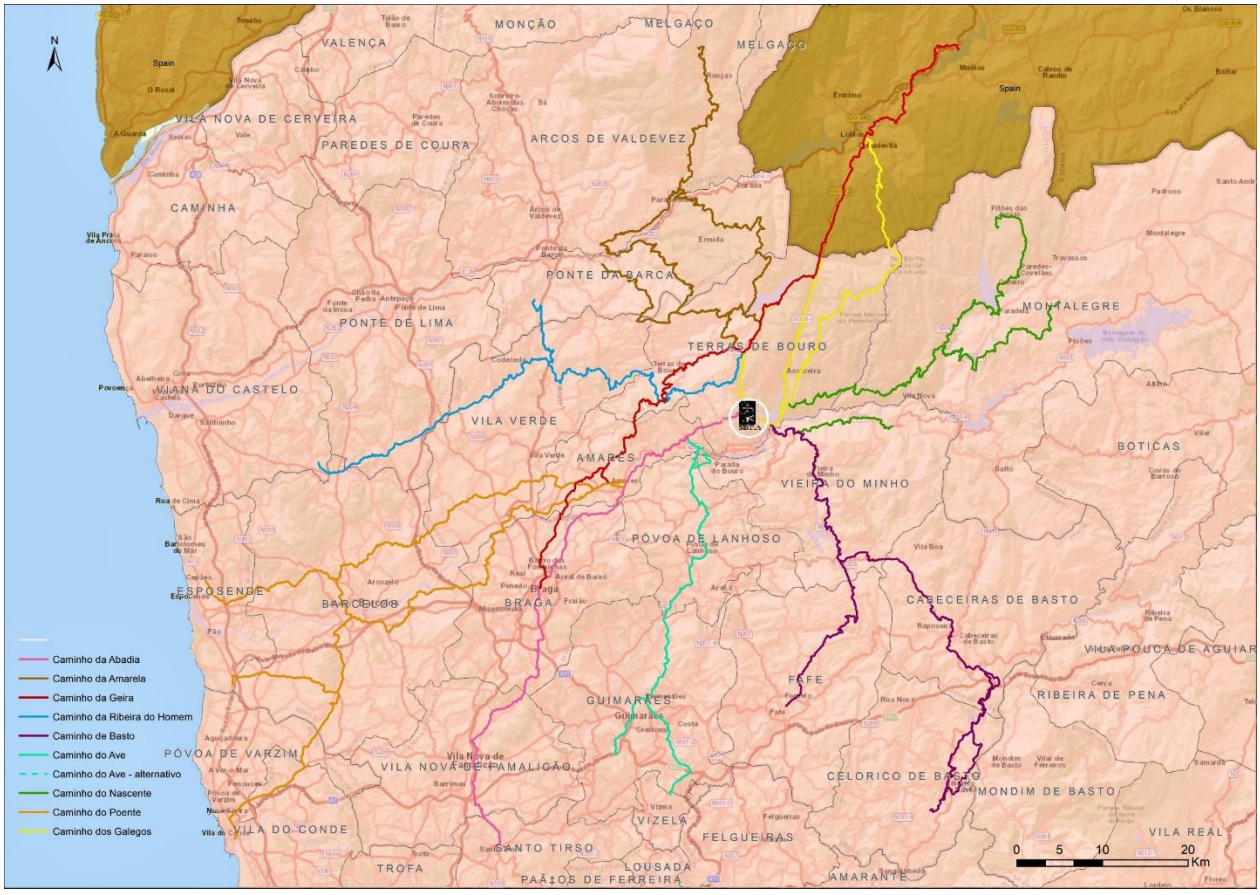



Fig. 32. Proposta da rede dos caminhos de S. Bento da Porta Aberta.

[264] Sanches Frias, em 1886, descrevia este percurso – também de acesso às Caldas do Gerês – da forma seguinte: «mas antes de chegar até esse marco civilizacional [ponte de Ruivães, Vieira do Minho] que é uma estrada, ao entrar no lugar do Penedo, colocava-se a necessidade de, montado a cavalo, descer a enorme e escabrosa encosta até à sua base onde corriam os rios Cávado e Caldo de talude rochoso e de forte encaixe». Cf. FRIAS, David Correia Sanches de (1886): *Notas a Lápis: passeios e digressões peninsulares*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. 214.

[265] Capela existente em 1248 e cujo padroado foi, nesta data, cedido pela Sé de Braga ao mosteiro de Santa Maria de Pitões das Júnias. Cf. *Liber Fidei*, doc. 903.

[266] Percurso confirmado junto dos moradores do lugar da Ermida, Vilar da Veiga.

# 3. PEREGRINANDO PELO ALTO MINHO

## 3.0. INTRODUÇÃO

A influência de S. Bento na cultura religiosa do Minho é bem notória, sobretudo em tempos recuados, e reflete-se na própria toponímia. Em zona de fronteira, mais concretamente entre Monção e Melgaço, surpreendeu-nos a referência ao topónimo S. Bento num mapa espanhol, do início do século XVIII, sobre os Caminhos de Santiago, realizado por um cartógrafo francês, Nicolas de Fer, em Paris, no ano de 1705, e que se conserva no arquivo da Real da Abadía de




Fig. 33. Fonte: Arquivo do mosteiro de S. Julião de Samos (Sarria, Galiza).

Samos, Galiza. Esmiuçado o assunto, chegámos à conclusão que se tratava de S. Bento da Torre, na atual freguesia de Bela, concelho de Monção. Não era uma praça forte, mas uma das maiores torres defensivas existentes em Portugal.

Posteriormente, encontrámos idênticas referências em mapas portugueses: Álvaro Seco (1561) [267], Pedro Schenck (1703) [268] e Laurent (1760) [269].

Ao longo dos próximos capítulos, vamos apresentar os locais de culto a S. Bento no Minho. Por questões metodológicas, agrupá-los-emos em dois grandes grupos, correspondendo um ao Alto e outro ao Baixo Minho, ou seja, os distritos de Braga e de Viana do Castelo. Em cada um, faremos a sua abordagem tendo por base a unidade geográfica correspondente ao concelho.

Sobre cada um dos templos, além de uma pequena descrição, faremos – sempre que haja informação disponível – uma pequena história do mesmo com reprodução fotográfica do local de culto e/ou da imagem de S. Bento.

## 3.1. ARCOS DE VALDEVEZ

O concelho de Arcos de Valdevez é aquele onde as marcas do culto a S. Bento são em número mais significativo. É verdade que se trata de um concelho com quase 450 Km$^2$ de área e que, em meados do século XX, chegou a ter perto de 40.000 habitantes, não obstante ser um concelho rural. Estes factos, aliados à influência dos vários mosteiros – a maioria, seguidores

[267] Vide página *web* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa: http://purl.pt/16623/2/.
[268] *Idem*: http://purl.pt/3904/3/.
[269] *Idem*: http://purl.pt/1379.

da *Regra de S. Bento* na sua origem – que aqui se instalaram, explicam a existência de mais de uma dúzia de capelas que têm S. Bento como orago principal, como refere o Pe. Avelino de Jesus da Costa na sua obra *O culto de S. Bento na Terra de Valdevez*: «temos sete freguesias com a imagem de S. Bento e nove que, além da imagem, têm capela dedicada ao mesmo santo. A estas dezasseis freguesias, temos de acrescentar mais cinco, onde houve os conventos», que são, acrescentamos nós, Sabadim, S. Bento dos Arcos, S. Cosme e Damião (mosteiro de Ázere), Ermelo e Miranda.

Em 1673, já existia, na vila dos Arcos de Valdevez, uma rua denominada «Rua de S. Bento», como se depreende da leitura da escritura de obrigação à fábrica da capela da Santíssima Trindade, exarada no livro do *Registo Geral* da Mitra Bracarense: «Obrigação a fabrica da cappella da Santissima Trindade citta na Rua de S. Bento da Villa dos Arcos de Valdeves» [270]. Costa Carvalho, na obra *Corografia Portugueza*, refere a existência, no início do século XVIII, de uma *fonte de S. Bento* entre as muitas que existiam na vila dos Arcos [271].

Atualmente, existem os seguintes locais de culto a S. Bento: S. Bentinho de Ermelo, S. Bento do Cando (Gavieira), S. Bentinho da Vila (Arcos de Valdevez), S. Bento da Mourisca (Portela), S. Bento do Seixo (Gração, S. Jorge), S. Bento de Souto (S. Pedro), S. Bento de Monte Redondo [272], S. Bento de Paredes (Vale), S. Bento da Costa (Gondoriz), S. Bento da Lapa, S. Bento da Torre de Aguiã e S. Bento de Carvalhal. Há outros locais referenciados, como a capela de S. Bento de Cardoças, em Guilhadeses, mas não tivemos oportunidade de analisar as imagens.

Porque se trata de uma forma específica de "religiosidade popular", abordaremos, de seguida, um ritual que nos parece exclusivo do culto a S. Bento no concelho de Arcos de Valdevez, na margem direita do rio Lima, o rio *Letes* para as legiões romanas.

À exceção de S. Bento do Cando e de S. Bento na igreja de Miranda, locais bastante distantes da vila dos Arcos de Valdevez, em todos os outros locais referidos, as imagens de S. Bento apresentam, entre os seus atributos, um pequeno chapéu de feltro, conhecido, vulgarmente, como chapéu de coco, e que substitui o resplendor ou a auréola na cabeça de S. Bento. O seu tamanho varia de capela para capela, sendo o mais pequeno o de Paredes do Vale e o maior o de S. Bento da Mourisca. Normalmente, os romeiros pegam no chapéu, persignam-se com ele, beijam-no e voltam a colocá-lo na cabeça do santo. Por vezes, colocam o chapéu sobre a própria cabeça a fim de participarem das graças divinas. No caso do S. Bentinho da Vila, os mesários adquiriram um conjunto de chapéus de feltro com receio de, no futuro, não conseguirem arranjar chapéus daquele género. Na capela de S. Bento da Mourisca, na freguesia de Portela, no extremo do concelho, o chapéu é de madeira e encontra-se aos pés da imagem, do lado direito, onde, habitualmente, está o corvo ou a mitra. Tal como no S. Bento de Monte Redondo, a aba do chapéu é um pouco mais larga que o tradicional chapéu de coco.

Em Gração (S. Jorge), a imagem antiga de S. Bento [273] encontra-se na capela de S. Mamede, indo em procissão, no dia 10 de julho à noite, até à capela nova no lugar do Seixo de onde regressa no final do dia 11. Se a imagem antiga nos mostra um S. Bento com a mitra aos pés, a colocada na capela nova seguiu a nova moda das imagens do Patriarca S. Bento com mitra na cabeça.

[270] **ADB**, *Registo Geral*, 1673, 22 de julho, livro n.º 17, fl. 5.
[271] *O. c.*, p. 222.
[272] A imagem encontra-se na capela de Santo Amaro. Sendo Santo Amaro discípulo e continuador da obra de S. Bento, não é de estranhar que quase todas as capelas daquele santo tenham, também, uma imagem do Glorioso Patriarca.
[273] Esta imagem estava na igreja no altar colateral: «do lado esquerdo fica o altar de Santo Amaro e nelle está Santo António e São Bento». Cf. *MP*, II, p. 24.

### 3.1.1. S. Bento da Torre de Aguiã

O Pe. Avelino de Jesus da Costa, profundo conhecedor de todo o Minho e, em particular, do vale do Lima, refere que, na freguesia de São Tomé de Aguiã, existia uma «capela de S. Bento, pertencente à casa da "Torre de Aguiã"» [274]. Nas nossas pesquisas, tivemos algumas dificuldades em confirmar a tese do Pe. Avelino, porquanto não identificámos nenhum documento que referisse a existência de uma capela dedicada a S. Bento. Constatámos, sim, a existência de uma capela dedicada a Santa Bárbara e já citada, em 1758, nas *Memórias Paroquiais*: «*Item* a capella de Santa Barbora proxima à Torre de Aguiam, de que hé ademenistrador Simão Antonio da Rocha Britto, no coal está collocado o Santissimo Sacramento por Breve Appostollico [275]».

Confirmámos esta informação no Arquivo Distrital de Braga onde existe um documento com a petição de Jácome de Brito da Rocha para bênção da capela, cuja escritura de dotação de património tinha sido feita aos 7 de novembro de 1703, na igreja de S. João de Souto (Braga), pelo tabelião António Ferreira [276].

Em deslocação ao local, observámos um imponente paço com torre medieval e alicerces onde são visíveis as muralhas defensivas. Ergue-se, extramuros, uma significativa capela com a porta principal para o terreiro que a envolve pelo lado norte. As construções, a necessitarem de obras urgentes, abrigam uma exploração vinícola cujas trabalhadoras confirmaram a existência de uma capela com a imagem de S. Bento, atualmente retirada para a casa de morada do proprietário. Por esta razão, não foi possível observar a imagem de S. Bento.

### 3.1.2. S. Bento de Miranda [277]

Em 1758, a igreja da freguesia de Santa Maria de Miranda era dos «religiozos do patriarca S. Bento que della comem a dizimaria e hé regida por hum vigario religiozo seo e por hum cura clérigo secular, que ambos aprezenta o Dom abbade do mosteiro que tem a mesma denominaçam de Miranda, a quem hé subjeita a dicta freguesia», como se encontra referido nas *Memórias Paroquiais* [278]. Acrescenta que tem duas imagens de S. Bento, uma no altar-mor, junto a Santa Escolástica, sua irmã, e outra no altar colateral, juntamente com a imagem do seu sucessor à frente da *Ordem*, Santo Amaro.

Segundo António Carvalho da Costa, este mosteiro beneditino terá sido fundado pelo arcebispo de Braga S. Frutuoso [279], no que é contestado por Avelino Costa: «esta afirmação não

---

[274] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 7.

[275] *MP*, II, p. 19.

[276] **ADB,** *Registo Geral*, 1733, 7 de novembro - "Obrigação à fabrica da capela de Santa Bárbara na Quinta da Torre. A favor de Jácome de Brito da Rocha, fidalgo da casa de Sua Majestade e capitão-mor da vila dos Arcos, morador na sua quinta da Torre que foi nomeado por seu tio Nuno dos Guimarães para que fizesse uma capela em honra de Santa Bárbara com obrigação de missas em sua alma e para a sua fábrica se obrigou com os seus bens." Livro n.º 41, fls. 299 v.-300v:

**«Licença he obrigação a fabrica da capella de Santa Barbara feita na quinta da Torre, freg.ª de S. Thome de Aguiã**

Petição:

Illm.º S.or, dis Jacome de Brito da Rocha, fidalgo da casa de Sua Mag.de e capitão-mor da villa dos Arcos, deste Arcebispado, morador na sua quinta da Torre de Aguiã da freg.ª de S. Thome, ꝙ seu tio Nuno dos Guimarães de Britto, abbade de Soalhais, instituiu um morgado dos seus bens com obrigação de missas em ꝙ nomeou a ele supp.te ꝙ tambem a ele vinculou os seus bens, com sua molher, declarando se fizesse hua capella de Santa Bárbara para se dizerem as missas (…) e ele supp.te deseja mandar fazer a dita capella na dita quinta com porta patente para fora e em parte bem conveniente e como he o dito sitio para satisfazer a dita obrigação e fundam.to pera nella poder ouvir missa a sua família (…)

Para se fazer a dita capella lhe he necessario licença, Pede a V. Illm.ª lhe faça merce conceder a dita licença».

[277] Cf. **ADB,** *Monástico-conventual*: MIRANDA, Santa Maria, c. Arcos de Valdevez, p. 89: «Mosteiro de monges beneditinos cuja primeira referência se encontra na carta de couto que lhe foi dada por D. Sancho I, em 1207 (*DS* 238). Governado por abades comendatários desde 1495, estava sem monges em 1549. A Congregação de S. Bento tomou dele posse em 1588, mas só teve abade a partir de 1599. As obras de reedificação datam de c. 1679-1700. Foi extinto, como os outros mosteiros masculinos, em 1834.»

[278] *MP*, II, p. 59.

[279] *Corografia Portugueza*, I, p. 232.

merece crédito, embora fosse admitida pelos beneditinos de Miranda» [280]. No seu trabalho sobre a *Câmara eclesiástica de Valença do Minho*, pormenoriza: «Não é aceitável a tradição que atribui a fundação deste mosteiro a S. Frutuoso, arcebispo de Braga (656-665?). Deve datar de meados do séc. XII, porque a sua comunidade estava regularmente constituída, quando, a 20-VI-1207, D. Sancho I deu carta de couto ao abade Lourenço e seus monges, que viviam "sub regula Beati Benedicti", na igreja de Santa Maria de Miranda» [281].

Ao longo dos tempos, sofreu várias vicissitudes, nomeadamente quando foi administrado por comendatários, como escreve Avelino Costa: «Em 1495, o mosteiro, que tinha a cura de almas da freg. de Miranda, foi entregue a abades comendatários, que lhe causaram grave ruína moral e económica» [282]. Em 1590, após a reforma dos mosteiros da Congregação Portuguesa da *Ordem de S. Bento*, foi novamente dotado de abade trienal (Fr. Mâncio da Cruz) e respetivos monges, não obstante as rendas diminutas de que usufruíam, sendo referido, nas *Memórias Paroquais*, como «de religiosos beneditinos» [283]. Extinto em 1834, foi vendido e adquirido por particulares, restando, atualmente, pouco mais do que a igreja onde se conserva uma imagem de S. Bento, provavelmente do século XVIII, com resplendor e báculo, mas sem *Regra*, mitra e corvo, como refere o pároco em 1845 aquando da presença do visitador da arquidiocese de Braga: «Não tem residência porque pertencendo em outro tempo aos Monges Beneditinos, servia de residência o mesmo convento que hoje he de hum particular por arrematação [284].

Na fachada do antigo mosteiro, ainda se pode ver o brasão de armas da congregação beneditina por cima da porta da entrada principal cuja verga ostenta o ano do fim da reconstrução do edifício (1693), cujas obras terão decorrido entre os anos de 1679 e 1693.

### 3.1.3. S. Bento do Cando, Gavieira

O culto a S. Bento no lugar de Cando [285], freguesia de São Salvador da Gavieira, tem sido estudado por alguns investigadores, nomeadamente Bernardo Pintor [286], José Pinto e Sandra Vieira [287]. Numa primeira abordagem aos seus trabalhos, verificámos que a fonte documental citada mais antiga era uma sentença cível de 1795.

Bernardo Pintor, primeiro estudioso desta capela, escrevia, em 1981: «Na veranda do Cando foi levantada uma ermida consagrada a São Bento em data que não conhecemos, sendo certo vir de tempos muito antigos.

Sobre esta ermida permito-me explanar considerações a tomar em conta, embora me seja impossível por agora referir circunstâncias concretas da sua origem» [288].

---

[280] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 43.
[281] COSTA, Avelino de Jesus (1981): *O. c.*, p. 110.
[282] *Idem*, p. 111.
[283] *MP*, II, p. 56: «E nesta paróquia, em dia de S. Paio, que é a 26 de junho, concorrem a ela muitos [de]votos de várias freguesias em procissão com todo o povo e clero por ser este Santo advogado das lesões e contra os bichos que costumam infestar as searas. As freguesias que costumam vir é (*sic*) a freguesia de Miranda, de religiosos beneditinos, da parte de além do rio vêm a freguesia de Lavradas, a de Barbais, a de Santa Cruz, a de Beiral e a de S. Martinho da Gandra e se por algum motivo não podem vir nesses dias, vêm em outro sem falta.»
[284] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos expressos na Circular de 23 de setembro último dirigida ao Ex.mo R.mo Senhor Arcebispo Primaz, pelo Arcipreste dos Arcos de Valdevez em dezembro de 1845". Livro n.º 739, fl. 52.
[285] Tem merecido alguma discussão a origem do topónimo «Cando», lugar situado a meia encosta e sobranceiro ao centro da freguesia. Quanto a nós, perfilhamos a tese daqueles que o relacionam com o local fragoso em que se insere.

De acordo com António Martinho Baptista, o lugar de Cando representa um povoamento muito antigo e terá surgido como uma branda (ou veranda). Cf. BAPTISTA, António Martinho (1994): «Apontamentos sobre as origens do Soajo e Gavieira», in *TERRA DE VAL DE VEZ*. Arcos de Valdevez: GEPA (Grupo de Estudos do Património Arcuense), p. 42.
[286] PINTOR, Pe. M. A. Bernardo (1981): «Por Terras de Soajo: São Bento do Cando na freguesia de Gavieira», **in** *Terra de Val de Vez*, boletim cultural n.º 2. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, pp. 5-30.
[287] Cf. PINTO, José & VIEIRA, Sandra (2010): «S. Bento do Cando: Uma festa serrana do concelho de Arcos de Valdevez», **in** *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 50. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 179-192.
[288] *Idem*, p. 19.

Este autor avança com a hipótese de ter sido fundação do mosteiro de Santa Maria de Ermelo [289], não descartando a hipótese de a sua construção remontar ao século XIV, a fazer fé na inscrição existente no filete a meio do arco cruzeiro [290].

Quando iniciámos os trabalhos de investigação para a primeira parte da nossa tese sobre o culto a S. Bento no Minho, um dos fundos documentais analisados foi o *Registo Geral* da Mitra Baracarense existente no ADB.

Aí encontrámos vários documentos sobre a capela de S. Bento do Cando, três dos quais tivemos oportunidade de revelar – cremos que em primeira mão – aquando da publicação das Atas do Congresso Internacional realizado em S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo, no âmbito das comemorações dos 400 anos da construção da capela primitiva (1615-2015), onde apresentámos uma comunicação intitulada «Religiosidade popular em S. Bento: formas genuínas de expressar a fé e a devoção a S. Bento» [291]. Os documentos referem-se à provisão de licença para bênção da capela (1651) [292], autorização para construção de dois altares colaterais (1756) [293] e aprovação dos estatutos da Confraria de S. Bento do Cando (1810)[294]. Posteriormente, encontrámos uma provisão de 1779 para bênção da capela, depois de ter sido reconstruída, a que temos de juntar dois já citados: um por Bernardo Pintor, o *Tombo do Soajo* [295], de 1795; outro por Avelino de Jesus da Costa, a resposta dada, em 1845, pelo arcipreste de Arcos de Valdevez a um inquérito solicitado pelo Arcebispo Primaz da diocese de Braga [296].

Constituiu, para nós, uma surpresa o facto de o cónego Avelino de Jesus da Costa, no seu artigo sobre «O culto a S. Bento na terra de Vez», não ter citado estes documentos, profundo conhecedor que era do *Fundo da Mitra Bracarense*. Pensámos que tal se ficou a dever à falta de tempo para aprofundar o assunto.

Pelo documento de 1651, ficámos a saber que tinha sido construída por ordem do visitador – à semelhança de tantas outras – em virtude de o lugar do Cando distar quase uma légua da igreja paroquial, contrariando, assim, a tese de Bernardo Pintor, segundo a qual teria sido obra dos monges cistercienses do mosteiro de Santa Maria de Ermelo, filial, por sua vez, do de Santa Maria de Fiães, também cisterciense. Neste contexto, não nos parece despiciendo aceitar a tese de que estes mosteiros, designados pelo professor José Marques de *tradição visigótica* [297], nos seus primórdios, tivessem seguido a *Regra de S. Bento* e o povo, mesmo depois da reforma de S. Bernardo e do alto patrocínio que D. Afonso Henriques concedeu à Ordem de Cister, continuassem a cultuar S. Bento, orago primitivo, em detrimento de Santa Maria – que S. Bernardo impôs nas igrejas dos mosteiros que seguiam a sua Ordem -, e esse culto tivesse chegado aos nossos dias. Toda a gente conhece o *S. Bentinho de Ermelo*, mas poucos sabem que o orago principal da igreja é Santa Maria.

Tal como outras capelas dedicadas a S. Bento, também esta tinha a «porta aberta», ou melhor, metade da porta, uma vez que era dotada de grades do meio para cima. Construída com

---

[289] *Idem*, p. 23: «Aos monges de Ermelo deverá, no meu parecer, atribuir-se a fundação da ermida de S. Bento do Cando.»
[290] *Idem*, p. 28.
[291] AFONSO, António José Ferreira (2016): «Religiosidade popular em S. Bento: formas genuínas de expressar a fé e a devoção a S. Bento», **in** *Atas do Congresso de S. Bento, Pai e Padroeiro da Europa (2014-2015)*. Terras de Bouro: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, pp. 127-164.
[292] **ADB,** *Registo* Geral, 1651, 4 de outubro - "Licença e provisão da ermida do patriarca S. Bento, sita na freguesia de São Salvador da Gavieira, comarca de Valença, mandada fazer por capítulo de visitação". Livro n.º 34, fls. 113-114.
[293] **ADB**, *Registo Geral*, 1756, 12 de novembro – "Provisão de licença a favor do juiz e mais oficiais da confraria do glorioso S. Bento, da freguesia de São Salvador da Gavieira, comarca de Soajo, para poderem acrescentar dois altares colaterais da capela de São Bento, sita na freguesia". Livro n.º 147, fls. 273-273 v.
[294] **ADB,** *Registo* Geral, 1810, 10 de maio – "Estatutos da confraria de São Bento do Cando, da freguesia de São Salvador da Gavieira". Livro n.º 235, fl. 209 v.
[295] **ADB**, *Registo Geral*, 1795 – "Valença: Tombo das Egrejas de S. Martinho do Soajo e sua anexa o Salvador da Gavieira"**.** Livro n.º 281-2.
[296] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos –arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739.
[297] MARQUES, José (2016): *O. c.*, p.42.

uma orientação norte/sul, à revelia dos cânones, cuja porta de entrada está voltada a poente, encontra paralelo numa outra capela de S. Bento, também construída por influência de monges cistercienses, desta feita pertencentes ao mosteiro de Santa Maria de Bouro, no concelho de Amares. Referimo-nos à capela de S. Bento de Paradela de Frades [298], na freguesia de Santa Maria de Bouro. Temos de admitir que, numa altura em que a iluminação artificial era rara e difícil, esta orientação era a que melhor servia o interesse dos devotos em termos de iluminação.

Como vimos, fundada – ou refundada - em 1651, a devoção a S. Bento do Cando ia aumentando e, em 1756, o juiz e restantes membros da confraria, entretanto criada, decidem construir dois altares colaterais [299].

Embora a arquidiocese estivesse sem prelado, sede vacante por morte do arcebispo D. José de Bragança ocorrida a 3 de junho de 1756, a licença foi concedida pelo Deão, Dignidades e Cabido no dia 25 de outubro de 1756, tendo sido registada no dia 12 de novembro do ano referido [300].

Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, esta capela aparece referida em duas freguesias: S. Martinho de Cabana Maior [301] e São Salvador da Gavieira[302], com informações algo contraditórias. Em relação à primeira, diz que há «grande romagem», sobretudo nos dias da sua festa, 21 de março e 11 de julho.

Como local de romagem em crescendo e com uma confraria a administrar os bens da capela, em breve houve necessidade de reconstruir a capela. Assim, em 1779, «o juiz e oficiais da confraria de São Bento» obtêm autorização para poderem benzer a nova capela [303].

Em 1795, a «Sentença civel de tombo medição e confrontação de todas as terras e propriedades, foros, direitos onorozos, uzos e costumes da igreja de São Martinho de Soajo e sua anexa de São salvador da Gavieira» [304], refere a área de implantação da capela e identifica as imagens dos altares: S ão Bento do Cando no altar-mor, muitos romeiros nos dias 21 de

[298] A primitiva capela de Santa Eufémia, nas Caldas do Gerês, construída nos anos vinte do século XVIII, tinha a orientação norte/sul.

[299] Cf. **ADB**, *Registo Geral*, 1756, 12 de novembro – "Provisão de licença a favor do juiz e mais oficiais da confraria do glorioso S. Bento, da freguesia de São Salvador da Gavieira, comarca de Soajo, para poderem acrescentar dois altares colaterais da capela de São Bento, sita na freguesia". Livro n.º 147, fls. 273-273 v.

[300] *Ibidem*.

[301] *MP*, II, p. 29: «tem três capellas, S. Bento do Quoando (…), no dia de seus oragos há grande romajem prencipalmente na de S. Bento».

[302] *MP*, II, p. 46: «Tem quatro ermidas, que bem a ser (…), outra no sitio chamado do Cando com a invocação de São Bento (…). Acodem a estas duas irmidas de São Bento e de Nossa Senhora da Peneda desde vinte de Junho emte [sic] vinte de Setembro, gente bastante de romagem».

[303] Cf. **ADB**, *Registo Geral*, 1779, 19 de junho – "Provisão para se benzer a capela de São Bento, da freguesia de São Salvador da Gavieira, a favor do juiz e oficiais da confraria de São Bento, do lugar do Cando, da mesma freguesia". Livro n.º 212, fls. 139-139 v.

[304]**ADB**, *Registo Geral*, 1795, 3 de novembro – "Tombo das Egrejas de S. Martinho do Soajo, e sua anexa o Salvador da Gavieira". Livro n.º 281-2, fls. 18 v.-19: «(…) Coando tem capella a sua custa. & Declarou mais que no sitio da Branda do Cando há uma capella da evocação de São Bento com Irmandade e serve para nella se dizer missa, tendo os moradores capelam a sua custa ou dos debotos que se juntão nos dias vinte e hum de março e onze de julho dedicados ao mesmo Glorioso Santo Patriarca e em tres dias do anno, o que não tenha duvida, tudo se mediu e confrontou e neste Tombo e que a renda desta Abbadia se be parte contra partes com esta proporção, a parte que pertence a Santa Igreja Patriarcal de Lisboa com coalquer coalidade de, dizemos, permiças de pé de altar e mais direitos Paroquiais, excetuando das sertidoins (…) que tudo pertence ao Reverendo Parrocho, somente levanta seis partes, a quarta pertence aos freires da igreja matriz de Ponte de Lima (…)».

Segue-se o auto de medidação da capela de S. Bento do Cando realizada no dia 19 de setembro de 1795, fls. 43-43 v.: «com a evocação de Sam Bento do Cando a qual tem de comprido de norte ao sul pella parte do nacente onze varas e dois palmos e de largo pella parte do norte, coatro varas menos hum palmo. Por fora tem de largo na fronteira pella parte do sul de fora, sinco varas e dois palmos, tem de comprido pella parte de dentro athe ao altar dez varas e dois palmos, tem de largo nas portas travessas pella parte de dentro, coatro varas e dois palmos, todas estas varas de sinco palmos cada huma. Tem no ata, digo, tem no altar Principal São Bento do Cando, imagem muito debota a quem concorrem em Romaria nos seus dias de vinte, digo, dias de março e julho muitos devotos com ofertas de que se fundou e eregeo Irmandade que se se conserva. Tem mais a mesma capella dois altares culatrais em que que dizem missa com os aparamentos necessários e hum pulpito de pedra da parte de fora».

março e 11 de julho, dois altares colaterais – construídos, como dissemos, em 1756 – e «um púlpito de pedra da parte de fora», hoje, inexistente. Ainda hoje muitas das nossas capelas conservam, junto à fachada e, por vezes, protegidos por um alpendre, esse púlpito onde o pregador fazia o sermão em dia de romaria, uma vez que os romeiros / devotos não cabiam todos dentro do templo.

Em 1810, são aprovados os estatutos da confraria de S. Bento do Cando [305]. É por esta altura que se assiste a uma disputa entre este santuário e o de Nossa Senhora da Peneda, situado do outro lado da serra, a quem o monarca D. João VI confere o «estatuto de Real Irmandade». Intervêm neste litígio os párocos do Soajo (S. Martinho) e da Gavieira (S. Salvador), por um lado, e a confraria da Senhora da Peneda, «dominada por religiosos e leigos de "nobreza conhecida"», da outra parte. Perdida a causa por parte dos vigários, estes viraram-se para o santuário de S. Bento do Cando promovendo o seu desenvolvimento de modo a que ofuscasse o culto mariano, o que não conseguiram. Segundo consta, a um deles se deve «um Breve de Indulgências concedido pelo papa Gregório XVI em 1840 aos romeiros de S. Bento do Cando» [306].

A dificuldade no acesso à capela / santuário de S. Bento do Cando fez com que os romeiros tivessem necessidade de pernoitar no local. A este facto não é alheio o cumprimento de promessas que incluem as denominadas novenas, prática existente em outros santuários como os da Senhora da Peneda (invocação de Nossa Senhora das Neves) ou da Senhora da Abadia. Tal como entre o santuário de S. Bento da Porta Aberta e o de Nossa Senhora da Abadia existe o monte de Bouro, aqui, temos a serra da Peneda a unir os templos de S. Bento do Cando e de Nossa Senhora da Peneda. As ofertas de sal, iniciadas na Senhora da Abadia, também chegaram até cá. Como curiosidade, referimos o método de entrega do sal por parte dos devotos tal como é descrito por Bernardo Pintor: «para tal fim há na parede da Casa da Mesa um orifício por onde o sal é introduzido para cair em caixa por dentro colocada. Desse sal algum é dado gratuitamente aos verandeiros por ajudarem a albergar os muitos romeiros que acorrem» [307].

Após a realização de obras de restauro, este ritual perdeu-se [308].

Em S. Bento do Cando, identificámos uma prática inédita. Na janela do lado direito do alçado principal, entre a grade exterior e a vidraça, encontrámos um conjunto de pequenas pedras. Intrigados, procurámos saber a razão daquelas pedras. A resposta foi pronta. Os romeiros, quando vêm fazer a romaria, pegam em tantas pedras quantas as voltas que prometeram: 3, 5, 7 ou 9. Depois, sempre que passam junto daquela abertura, deixam uma pedrinha, até que as mesmas se esgotem. Assim, não têm problemas com o número de voltas por cumprir. Efetivamente, como a maior parte das pessoas que se veem a fazer a romaria são de idade avançada, ali está um bom auxiliar de memória.

Uma palavra, por fim, relativa às imagns de S. Bento que, como referido, destoam da maior parte das imagens de S. Bento no concelho dos Arcos por ter resplendor na cabeça em vez do habitual chapéu de coco. Uma referência, também, às diferenças entre a imagem de S. Bento que se encontra na tribuna e a que vai no andor. Na primeira, temos um S. Bento de hábito negro com cogula, sem a *Regra*, e, aos pés, uma mitra clássica do lado direito, cuja colocação denuncia ter sido um acrescento, e um corvo sem pão no bico. Por sua vez, na imagem de andor,

[305] Cf. **ADB**, *Registo Geral*, 1810, 10 de maio – "*Estatutos da confraria de São Bento do Cando, da freguesia de São Salvador da Gavieira*". Livro n.º 235, fl. 209 v.
[306] Cf. VASCONCELOS, João (1996): *Romarias I. Um Inventário dos Santuários de Portugal*. Lisboa: OLHAPIM, p. 329.
[307] PINTOR, M. A. Bernardo (1981), «Por Terras de Soajo: S. Bento do Cando na freguesia da Gavieira», **in** *Terra de Val de Vez.* Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, p.28.
[308] Cf. PINTO, José, e VIEIRA, SANDRA (2017), *O. c.*, p. 185: «Outrora, havia na Casa da Mesa Administrativa, na parede exterior, um orifício, no qual era depositado o sal, de onde se vertia para duas arcas de madeira. Com as obras de restauro a que a dita casa foi submetida, o orifício desapareceu e com ele esta oferta».

temos um hábito sem capuz, pregueado, a mão esquerda segura a *Regra* fechada na vertical; aos pés, do lado esquerdo, a mitra clássica e, na frente, um corvo com o pão no bico.

### 3.1.4. S. Bentinho da Vila, Arcos de Valdevez

No cemitério da vila dos Arcos de Valdevez, freguesia do Divino Salvador, encontramos uma igreja grandiosa – a necessitar de obras urgentes de conservação e restauro – a qual integrou o convento de S. Bento da Província dos Capuchos de Santo António [309]. Aqui, como refere Carvalho da Costa, existia uma *imagem milagrosa* de S. Bento que atraía muitos devotos os quais, carinhosamente, a designavam por *S. Bentinho da Vila*.

A data da fundação deste convento franciscano não é consensual: uns investigadores avançam com a data de 1674 [310], outros entre 1677 e 1678, tendo sido seu instituidor um emigrante no Brasil, onde enriquecera, chamado Bento Cerqueira Baião. Como a maior dos construtores de capelas, escolheu como orago da igreja o santo do seu nome e erigiu o convento de S. Bento junto de um local, sobranceiro à vila, onde já existia uma capela de S. Bento [311], à semelhança do que aconteceu com o convento de S. Bento em Viana do Castelo. Esta capela foi reconstruída por João de Lima Melo, abade da vila dos Arcos de Valdevez [312].

Carvalho da Costa apresenta, como data fundacional, o ano de 1678, fazendo um elogio ao seu instituidor como homem generoso que repartiu a sua fortuna por obras pias: «& a [capela] do Patriarca S. Bento, imagem milagrosa, que serve de Igreja aos Frades Capuchos da Província de Santo Antonio, o qual Convento se fundou no anno de 1678 à custa de Bento Cerveira Bayão, que se [*sic*] com seu cuidado o adquirio no Brasil, nesta, & outras obras pias o repartio com liberal mão; residem nelle quinze Frades» [313]:

Esta informação é contestada pelo cónego Avelino de Jesus da Costa que, no seu artigo sobre *O culto de S. Bento na Terra de Valdevez* e com base nas informações remetidas, no reinado de D. João V, à Real Academia da História pela Província dos Capuchos da Imaculada Conceição de Portugal, afirma: «Em a raiz de hum monte (…), está fundado este convento, cujos primeiros fundadores forão Fr. Manuel da Conceyção (…) e Fr. Francisco das Chagas, frade leigo, natural da mesma villa dos Arcos (…). Derão principio a ella em o anno de 1677 em hũa antiga ermida do Patriarca S. Bento» [314].

Como a maior parte dos nossos mosteiros e igrejas, também este complexo monástico sofreu obras de remodelação e ampliação no século XVIII. Assim, temos notícia sobre a realização de obras nos anos de 1727 e 1732, particularmente em relação à feitura de imagens

---

[309] Em 1845, o arcipreste de Arcos de Valdevez, no âmbito dos inquéritos paroquiais, registou: «A igreja, outrora pertencente ao convento de S. Bento, dos Menores Reformados, situada em hua vella posição pouco distante da Villa e dominando-a toda com hum só golpe de vista, hoje pertence à Ordem Terceira e está sigura, decente e tem todos os Paramentos necessários e decentes». Cf. ADB, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 10.

[310] Cf. VASCONCELOS, João (1996): *Romarias*, II. Lisboa: Caminus – Atividades Culturais, ed. Olhapim, p. 325: «A igreja de São Bento foi fundada no ano de 1674, anexa a um convento franciscano».
A placa interpretativa colocada pelo município dos Arcos de Valdevez refere 1674 como o ano de conclusão das obras: «Localizada numa elevação proeminente a Oeste da Vila, a Igreja de S. Bento, cuja obra foi concluída em 1674, integrou um antigo mosteiro de monges franciscanos, apresentando uma tipologia sólida ao nível construtivo e uma quantidade significativa de painéis de azulejo e estatuária diversa no seu interior, num conjunto típico do século XVII.»

[311] **ADB,** *Monástico-conventual*: ARCOS DE VALDEVEZ, S. Bento, convento de, p. 173: «Fundado em 1677-1678, a expensas de Bento Cerqueira Baião, indivíduo que no Brasil fizera fortuna, ficou situado junto da antiga ermida de S. Bento cujo titular assumiu. Tinha capacidade para 15-20 frades e pertencia à Província dos Capuchos de S.to António. Foi casa de estudos e, em 1834, estava na posse da Província da Conceição. Dele apenas resta a igreja, a servir de igreja ao cemitério local.»

[312] COSTA, Avelino, *O. c.*, p. 17.

[313] *Corografia Portugueza*, I, p. 222.

[314] *O. c.*, pp. 18 e 19, nota 41*.

para o retábulo de S. Bento, «imagem do mesmo S. Bento e a de S. Boaventura doze mil e oitocentos» réis, feitas pelo entalhador Manuel Gomes [315].

Em 1758, o padroeiro do convento era João Bento Pimenta Soares, «fidalgo da Caza Real, cavalleiro da Ordem de Christo, comendador da comenda de São Pedro das Aldeas no termo da cidade da Guarda e alcaide maior da villa de Barcellos» [316].

A igreja ostenta várias imagens de S. Bento, todas elas de vulto, a saber: na fachada principal, do lado esquerdo, em pedra polícroma, sem outros atributos à exceção da *Regra* aberta na mão esquerda; no altar-mor, do lado do Evangelho, uma imagem em madeira de S. Bento adulto, com resplendor, capuz, báculo e corvo sem pão no bico, aos pés.

Na nave, no altar da Imaculada Conceição, à direita de quem entra, e no local destinado a um sacrário, agora sem porta, está a famosa imagem do S. Bentinho da Vila, jovem, tão querido dos arcuenses, com o seu báculo e mitra gótica aos pés, a que não falta o característico chapéu de coco com que os devotos se persignam.

Uma referência, por último, a uma tela existente na parede do lado do Evangelho que representa S. Bento prostrado perante a Virgem de cujas mãos recebe a *Regra*.

### 3.1.5. S. Bento da Quinta (Capela de S. Bento), Arcos (Salvador)

A documentação existente no Arquivo Distrital de Braga permite-nos comprovar a existência de uma capela de S. Bento construída, ou reconstruída, por volta de 1739, tendo sido seu instituidor Luís Manuel de Gouveia da Costa Pereira, escrivão da Câmara Eclesiástica da diocese de Braga.

Esta capela, edificada na quinta de S. Bento, Arcos (S. Salvador), terá sido herdada do seu cunhado, o Pe. António Soares Galião [317].

As *Memórias Paroquiais*, em 1758, referem a existência de uma capela dedicada a S. José, «admenistrada por Rodrigo Antonio da Costa Pereira e está próxima às cazas que elle tem no lugar de Sam Bento» [318]. Devemos acrescentar que Rodrigo António da Costa Pereira, mestre de campo, era filho do suprarreferido Luís Manuel de Gouveia da Costa Pereira, colocando-se, pois, a possibilidade de a capela ter mudado de orago, ou seja, de S. Bento para S. José.

Por sua vez, o primeiro volume da obra *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez. Subsídios para o estudo da nobreza arcoense* refere a existência, na freguesia de S. Salvador, de uma Quinta de S. Bento, onde se localizava a casa dos Azevedos e Melos.

### 3.1.6. S. Bentinho de Ermelo

Frei Leão de S. Thomas apresenta-nos este mosteiro como tendo sido construído no ano de 628 [319]. O professor Avelino Costa perfilha esta tese e diz-nos que «este mosteiro, se foi fundado, como parece, antes do século XII, deve ter seguido, a princípio, a regra de S. Frutuoso, passando depois para a dos monges negros e, finalmente, para a Ordem de Cister nos começos do século XIII. Ficou então dependente do mosteiro de Fiães, em Melgaço, e, mediante este, do de Claraval, em França» [320]. Refere, ainda, o conceituado investigador que, inicialmente, a sua construção ocorreu na freguesia de «S. Pedro dos Arcos ou do Vale, donde foi transferido para

[315] Cf. SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; DAMASIO, Luís Pimenta de Castro; FERNANDES, José Queiroga (1996): *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez. Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*. Vol. 4. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, p. 47-48.
[316] *MP*, II, p. 26.
[317] **ADB**, *Registo Geral*, 1739, 6 de novembro – "Registo de licença e mais requerimentos a favor de Luís Manuel de Gouveia da Costa Pereira, assistente na Vila dos Arcos, comarca de Valença, escrivão proprietário da Câmara Eclesiástica desta Corte, para benzer a capela de São Bento, sita na sua quinta de S. Bento" [freguesia de Salvador]. Livro n.º 94, fls. 145-146 v.
[318] *MP*, II, p. 22.
[319] Cf. *Benedictina Lusitana*, I, p. 417.
[320] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O culto de S. Bento na Terra de Valdevez*. Braga: Correio do Minho, p. 39.

Ermelo, segundo declararam o abade D. Frei João e as testemunhas das Inquirições de 1258» [321].

Féliz Alves Pereira apresenta-o como fundação de D. Teresa, esposa do conde D. Henrique, e fundadora de outros mosteiros. D. Afonso Henriques coutou-lhe a freguesia de S. Pedro do Vale, D. Afonso II doou-lhe 100 morabitinos e D. Afonso III, 50 libras. Possuía, ainda, entre outros bens, 4 casais na freguesia de S. João de Vila Chã, em Ponte da Barca [322].

Santa Maria de Ermelo era considerada «uma das seis freguesias mais rendosas das Terras de Távora e de Valdevez» [323], o que levou os responsáveis pelo mosteiro a empreenderem obras de ampliação da igreja para três naves, obra que não chegou a ser concluída. Em 6 de novembro de 1441, o mosterio de «Santa Maria d'Armello da hordem de Sam Bento, porque era de muy poucas rendas», foi extinto por D. Afonso V [324]. Todavia, viria a ser restaurado por D. Manuel I, em 1497 [325].

Em 1533, aquando da visita do Abade de Claraval, Dom Edme de Saulier, Abade Geral da Ordem de Cister, a situação era de tal degradação que resolveu suprimi-lo, passando a igreja do mosteiro a igreja paroquial [326]. Os bens ficaram nas mãos de um comendatário e, em 1560, o cardeal D. Henrique extingue-o novamente, todavia, o comendatário, só em 1581, é que faz a sua entrega ao mosteiro de Alcobaça [327].

Sobre a influência do Patriarca S. Bento, não temos qualquer dúvida e, ainda hoje, a devoção ao S. Bentinho de Ermelo é grande, não obstante a padroeira ser Santa Maria, como nas igrejas dos mosteiros cistercienses.

Em 1758, as *Memórias Paroquiais* designam a igreja como sendo de Santa Maria de Ermello, apesar de ter «no altar maior da mesma egreja matriz a imagem de São Bento, que em vinte e hum de Março e onze de Julho, dias em que é festejado tem romagem» [328].

Se Santa Maria é o orago da igreja do ex-mosteiro, a verdade é que foi S. Bento quem lhe deu fama e perpetua a sua memória.

### 3.1.7. S. Bentinho da Vila, Lapa (igreja da), Arcos de Valdevez

A igreja da Lapa, situada bem no centro da vila dos Arcos de Valdevez, é uma obra setecentista (1758), barroca, cuja arquitetura é do famoso André Soares, bem semelhante a outras que encontramos na cidade de Braga também deste artista [329]. Os altares laterais ostentam

[321] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 115.
[322] *Idem*, p. 34.
[323] *Ibidem*.
[324] **ADB**, *Registo Geral*, "Confirmações de Valença do Minho 1353-1443". Livro n.º 313, fl. 54 v.
[325] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 34.
[326] *Ibidem*: «À volta da igreja estavam uns casebres semelhantes a currais de vacas ou de porcos. Habitavam neles os trabalhadores que cultivavam as terras do mosteiro. (…) O mosteiro estava em tal ruína que o Dom Abade, Dom Edme de Saulier, resolveu suprimi-lo, porque não tinha rendimentos para sustentar um único monge».

Sobre o estado dos mosteiros da Congregação Portuguesa de S. Bento, veja-se o que escreveu Linage Conde: "os monges de Coimbra não queriam aprender nem sequer as cerimónias, e em Braga (os arcebispos) negavam-se a ordenar os de Refojos de Basto por ignorantes; em Arnoia apenas restava um monge, e em Tibães não havia paramentos, enquanto que os três de Palme com o único noviço fugiram ao aproximarem-se os Visitadores; alguns de Paços de Sousa estavam «carregados de mulheres e filhos» e os três (com seu prior paralítico) de S. Romão de Neiva, com cuja fazenda o comendatário Pero Fernandes tinha casado três filhas, *tenían sus mancebas y sus hijos públicos y se iban de noche y de día por las ventas y tabernas de toda la tierra a jugar e putear, a beber hasta de ordinário se embeodar*. Mas, ao fim e ao cabo, os de Carvoeiro, embora ocupados em fabricar as hortas, tinham tempo e vontade para recitar as Horas canónicas". Cf. CONDE, A. Linage (1991): *O. c.*, pp. 664-665.
[327] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 37.
[328] *MP*, II, p. 39.
[329] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2016): *Estudos sobre André Soares, o rococó e o tardobarroco no Minho e no norte de Portugal*, vol. 1. Vila Verde: edição do autor. p. 200.

retábulos no referido estilo e são obra dos mestres entalhadores Jacinto da Silva e Luís Manuel da Silva [330].

Sobre a pedra de ara do altar do lado da Epístola, dedicado ao mártir S. Vicente, encontrámos, agora, uma imagem do característico S. Bentinho da Vila com o seu chapéu de coco [331]. Dizemos «agora», ano de 2018, porque esta imagem não existia nesta igreja, mas na igreja do antigo convento dos Capuchos, no cemitério. Fomos informados que tal situação se devia ao facto de esta igreja se encontrar em obras. Regressados dois anos mais tarde, verificámos que a imagem do S. Bentinho tinha regressado ao seu local primitivo, a igreja do cemitério, onde sempre foi venerada. Surpreendemo-nos, todavia, quando visitámos a igreja da Lapa e constatámos que, no local onde estivera a imagem do S. Bentinho da Vila, se encontrava uma réplica efeminada que pretende imitar a imagem setecentista com uma mitra gótica aos pés! Compreendemos que o acesso ao cemitério, para a venerar, é difícil devido ao grau de declive, sobretudo para as pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, mas duplicar a imagem não nos parece a melhor opção.

### 3.1.8. S. Bento da Costa, Gondoriz (Sta. Eulália)

A capela de S. Bento da Costa, na freguesia de Santa Eulália de Gondoriz, é uma capela particular, propriedade de Eduardo Gomes e Fernanda Vasconcelos, tendo sido restaurada recentemente, bem como a imagem de S. Bento que, dos atributos tradicionais, conserva, apenas, o báculo. Apresenta-se, como a maioria das imagens de S. Bento nos Arcos, com o tradicional chapéu de coco.

Os proprietários atuais não fazem ideia da data da fundação, nem dos seus instituidores, apenas referiram que, aquando da realização das obras de recuperação, encontraram uma placa de uma companhia de seguros com a data de 1831.

No passado, realizava-se, todos os anos, no dia 11 de julho, uma festividade com a participação significativa de devotos. Atualmente, os donos promovem, no Dia do Trânsito de S. Bento, a celebração de uma missa e distribuem, pelos participantes, uma pequena pagela com a imagem do santo e com a mensagem seguinte: «S. Bentinho da Costa, obrigada pelas graças concedidas».

No dia 11 de julho de 2017, tivemos oportunidade de visitar, uma vez mais, a capela e conversar com os proprietários, que nos informaram terem assistido à missa, celebrada pela manhã, cerca de 150 pessoas. Referindo-se aos milagres realizados por intercessão desta imagem, contaram a situação de um emigrante nos Estados Unidos, devoto do S. Bento da Costa, que tinha 127 cravos no braço esquerdo e no tronco por baixo do braço referido, o qual, tendo-se apegado com o santo, sentiu-se liberto dos mesmos de um dia para o outro.

Quanto à história da capela, a referência mais antiga encontra-se nas *Memórias Paroquiais*: «no Lugar da Costa, a capela de Sam Bento de que hé administrador o padre Joseph de Britto e Sá» [332]. Avelino de Jesus da Costa, citando o *Inquérito Paroquial* de 1824, diz que «havia nesta freguesia uma capela de S. Bento, no lugar da Torre, administrada por Francisco António Bento e estava decente». E acrescenta: a igreja, «em aldea, talvez seja a melhor do Arcebispado» [333].

A última informação de que dispomos é a resposta que o arcipreste dos Arcos deu, em 1845, ao Arcebispo de Braga, em resposta a um conjunto de quesitos: «a capela de S. Bento,

---

[330] *Idem*, p. 48.

[331] Altar datado de 1771 cuja talha é atribuída ao mestre entalhador, beneditino, António José Vilaça. **In**: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74513/, (acedido a 4-1-2018).

[332] *MP*, II, p. 49.

[333] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 10.

administrada pelo morgado António de Brito e Sá, da Casa da Costa desta freguesia, está com decência e tem os paramentos necessários» [334].

### 3.1.9. S. Bento de Seixo (Gração), Arcos (S. Jorge)

No lugar de Seixo, freguesia de Gração S. Jorge, existe uma capela de construção recente, sagrada no dia 11 de julho de 1986, como se pode ler na placa respetiva: «ESTA CAPELA FOI CONSTRUÍDA PELO POVO DESTE LUGAR E EMIGRANTES EM HONRA DE S. BENTO. FOI INAUGURADA PELO PÁROCO DESTA FREGUESIA, PADRE MANUEL ALVES JÚNIOR, EM 11-7-1986».

Esta capela está construída fora do lugar, num outeiro sobranceiro ao núcleo habitacional, cujo centro urbano é preenchido por uma capela antiga e cujo orago é S. Mamede [335].

A devoção a S. Bento, nesta localidade, é muito antiga e está, intrinsecamente, ligada ao mosteiro de Santa Maria de Ermelo, onde se realiza, desde há muitas gerações, a famosa festa do **S. Bentinho de Ermelo**.

Desde 2012 que as freguesias de Gração S. Jorge e Santa Maria de Ermelo se encontram unidas administrativamente, sendo o pároco que as assiste também o mesmo.

O caminho dos romeirinhos para o S. Bentinho de Ermelo, que acompanha o serpentear do rio Lima, passa no centro do lugar, junta à capela de S. Mamede, e era costume aqui fazerem uma paragem, onde merendavam e dançavam. Atualmente, no dia da romaria do S. Bentinho de Ermelo, ainda há romeiros a percorrer este caminho, pelo que a Câmara Municipal, dias antes, procede à sua limpeza.

Na capela de S. Mamede, encontra-se uma imagem antiga de S. Bento, semelhante às do S. Bentinho da Vila, S. Bento da Costa, S. Bentinho de Ermelo, etc., sem outros atributos a não ser o báculo. Recentemente, colocaram-lhe uma mitra clássica aos pés. Como já referido, não lhe falta o característico chapéu de coco com que os devotos se persignam.

Esta imagem é, nos dias anteriores ao dia da romaria, a 11 de julho, colocada no andor e aparelhada. Na véspera, dia 10 à noite, é levada em procissão até à capela de S. Bento, onde fica para a festa da Tresladação das Relíquias de S. Bento. Terminada a festa, no dia 11 à noite, regressa, de novo, à capela de S. Mamede no centro do lugar de Seixas.

Segundo o Pe. Avelino de Jesus da Costa, em 1981, foi construído «um monumento a S. Bento no lugar de Gração, freguesia de S. Jorge» [336].

Como fica no caminho do Ermelo, veio prejudicar muito a tradicional romagem a S. Bento de Ermelo [337].

Infelizmente, as imagens que se encontram na neófita capela de S. Bento não respeitaram a iconografia da imagem antiga. Assim, no interior da capela, temos uma imagem de S. Bento mitrado, com os atributos seguintes: corvo com o pão no bico aos pés, *Regra* aberta na mão esquerda, e um fino báculo em metal encostado ao braço esquerdo. No exterior, encimando uma esguia coluna quadrada de mármore, temos uma estátua de S. Bento, também de mármore, com uma mitra pousada na cabeça – na realidade, a mitra não cabe na cabeça do santo – um báculo simples em metal na mão direita, *Regra* aberta na mão esquerda e o corvo, sem o pão no bico, aos pés.

[334] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 37.
[335] «A capella de S. Mamede, no lugar de Gração, o mais distante da Freguesia, e he por estes moradores fabricada, e está segura e tem os Paramentos indispensáveis para o Sancto Sacrificio da Missa». Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 - "Resposta a quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 5
[336] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 88.
[337] Com a reforma administrativa de 2012, as freguesias de Ermelo e de S. Jorge uniram-se.

### 3.1.10. S. Bento de Paredes, Vale S. Pedro

O culto a S. Bento na freguesia de Vale S. Pedro pode ser explicado pela sua profunda ligação ao mosteiro de Santa Maria de Ermelo, onde é cultuado, como vimos, o S. Bentinho de Ermelo [338].

A primitiva capela de S. Bento de Paredes foi construída, em 1651/1652, pelos moradores na sequência de um capítulo de visitação, em virtude de este lugar ficar distante da igreja paroquial e, como acontecia nas zonas montanhosas, os caminhos serem maus e praticamente intransitáveis durante o inverno. Em 1845, continuava a ser administrada pelo povo: «A Capella de S. Bento sita no lugar de Paredes e administrada pelos póvos da freg.ª esta decente e Paramentos e muito asseados» [339].

Os moradores cumpriram as determinações do visitador e, em fevereiro de 1652, obtinham licença para que a referida capela fosse benzida [340].

Os anos foram passando e, como se tratava de um lugar desabrido, a capela foi-se arruinando, de tal modo que, 75 anos após a sua fundação, o visitador recomenda aos moradores a recuperação da capela. Em 1726, os moradores requerem nova provisão de licença para bênção da reedificada capela: «Dizem os moradores do lugar de Paredes da freguesia do Valle do termo dos Arcos que por capítulo de visitação se lhes mandou fazer de novo hua capella no dito lugar para nella se poder administrarem os sacramentos e haver missa (…)» [341].

Em 1845, na resposta aos quesitos, o arcipreste informa que a «capella de S. Bento sita no lugar de Paredes e administrada pelos póvos da freg.ª esta decente e Paramentos e muito asseados» [342].

### 3.1.11. S. Bento da Mourisca, Portela

A freguesia de Portela, Arcos de Valdevez, recebeu o nome do local onde se encontra. Quem do vale do Vez demanda as paragens de Monção, sobe até ao extremo do concelho – não é de admirar que, por aqui, exista, também, uma freguesia com o nome de «Extremo» - vence o declive através de uma *portela*, à semelhança de tantas outras que existem no Minho: Portela das Cabras, Portela de Vade, Portela do Homem, Portela de Leonte, etc.

Não temos dúvidas de que esta era uma terra de mosteiros – veja-se o topónimo «Frades» aqui bem próximo -, como já referimos, e de influência beneditina, por isso, a profusão de capelas dedicadas ao Padroeiro da Europa já não nos pode surpreender. Acresce referir que os vigários das paróquias de Padroso e Portela eram apresentados pelo Dom Abade do mosteiro beneditino de Sabadim [343].

Bem no centro do lugar de Mourisca, encontrámos mais um pequeno templo, muito bem cuidado, a que não falta um pequeno alpendre. No seu interior, num interessante retábulo

---

[338] *MP*, II, p. 98: «Esta referida igreja foi em outros tempos anexa da de Santa Maria de Ermello, que tendo sido dos padres de Cister e mandada fazer pela Serenissima Rainha Dona Tereja ou Theresa, esta senão acabou e pelo dezemparo em que a declaram aquelles religiozos por ser em citio montuoso veio arruinar-se de sorte que tomando da ditta igreja ou seu padroado posse os senhores Reis deste Reino a foram conferindo e dando com o titolo de dom abbade a clerigos seculares como ocularmente vi nos estados da mesma igreja por huma carta que nelles se acha escripta ao reverendo cabido de Santa Sé Primaz por hum dos senhores Rei deste Reino dando o tratamento de Dom Abbade ao seu aprezentado e reconhecendo os dittos abbades a impureza dos ares ou rigor do citio de Ermello, vieram a fazer a sua rezidencia na ditta anexa São Pedro do Valle ou de Arcos que tão bem assim se chamou, ou Nossa Senhora do Valle, ficando na de Santa Maria de Ermello, aliás São Bento, reduzida a hum curato (…)».

[339] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845. Livro n.º 739, fl. 100.

[340] **ADB**, *Registo Geral*, 1652, 17 de fevereiro – "Licença para se dizer missa na capella de Sam Bento, citta no llugar de Paredes, freg.ª do Valle comarqua de Valensa". Livro n.º 34, fl. 173.

[341] **ADB**, *Registo Geral*, 1726, 28 de março – "Papeis da obrigasão da fabrica da capella de Sam Bento, do lugar de Paredes, da freiguesia de Vale, da comarqua de Valensa, termo dos Arcos". Livro n.º 68, fl. 79 v. – 85 v.

[342] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 100.

[343] *Corografia Portugueza*, I, p. 219: «Santo André de Portella, Abbadia, foy annexa do Mosteiro de Sabadim, cujos Abbades passaõ a apresentação aos desta».

dourado, vemos uma pequena imagem de S. Bento, jovem, abençoando, com um báculo na mão esquerda e crossa indevidamente voltada para dentro. Quanto aos tradicionais atributos, nem *Regra*, corvo ou mitra. Como estamos nos Arcos de Valdevez, não podia faltar o chapéu, mas com ligeiras diferenças em relação aos demais: com aba larga, de madeira e colocado aos pés do lado direito, local onde, habitualmente, se encontra o corvo.

Situada longe da matriz, esta capela aparece justificada nos *Inquéritos Paroquiais* de 1845 nos termos seguintes: «A Capella de S. Bento, sita no lugar da Mourisca e indispensável para della se administrar o Sagrado Viatico aos enfermos, esta segura e decente e tem os Paramentos necessários».

Sigamos com o Dr. Francisco Sampaio no seu texto sobre *Um passeio pelos Arcos de Valdevez em Dia de Romaria*: «vai ter também uma devoção: o Sr. S. Bento. Na capela da Mourisca há um S. Bento especial! E os romeiros não se escusam. Como o chapéu é de madeira e encontra-se junto da imagem, suspenso na parede por um prego, despregam-no, persignam-se com ele, beijam-no e tornam a pendurá-lo no mesmo sítio» [344].

Não conseguimos saber a data da sua fundação, mas já existia em 1758, como referem as *Memórias Paroquiais*: «Tem huma capella de Sam Bento no lugar da Mourisca, que hé administrada pella irmandade do Santissimo Sacramento. Acode gente de romaje duas vezes no anno, huma a vinte e hum de Março e outra a onze de Julho; é santo de muitos milagres» [345].

### 3.1.12. S. Bento de Cardoças, Guilhadeses (Santo André)

A capela de S. Bento de Cadorcas, ou Cadorças, na freguesia de Santo André de Guilhadeses, foi aquela cuja localização mais dificuldades nos trouxe. Desde logo, por causa da denominação toponímica.

O cónego Avelino de Jesus da Costa diz, apenas, tratar-se de uma capela particular dedicada a S. Bento [346]. Consultadas as *Memórias Paroquiais*, verificámos que regista, somente, a capela de Santo António situada junto à igreja paroquial.

No âmbito da consulta do fundo do *Registo Geral* do ADB, encontrámos dois registos que nos esclareceram sobre a sua omissão nas *MP*. A provisão de licença para bênção é posterior a 1758. Embora o processo administrativo tivesse início em 1756, a autorização de construção data de maio de 1757 e o despacho de autorização para a bênção é de janeiro de 1759 [347].

Pela leitura do registo de provisão de licença suprarreferido, ficámos a saber:

a) que existia uma capela mais antiga, provavelmente em ruínas, numa quinta denominada Sobreira;
b) que o seu instituidor tinha o nome do orago, Bento;
c) que o lugar se encontra muito afastado da igreja paroquial;
d) que se comprometia a construí-la com o acesso a partir de um local público para servir todos os fregueses do lugar;
e) que o instituidor tinha bens suficientes para lhe fazer uma dotação de património que garantisse a sua permanência.

Depois de alguns anos de abandono que, quase, levaram ao seu esquecimento - o arcipreste dos Arcos de Valdevez, em 1845, na resposta aos quesitos, nem sequer a refere [348] -, a capela de S. Bento das Cadorcas, situada numa estrada/caminho sem saída e num terreno bastante

[344] **In**: http://alfarrabio.di.uminho.pt/lindoso/Romarias/s_bento_da_mourisca.htm, (acedido, pela última vez, a 5-1-2018).
[345] *MP*, II, p. 71.
[346] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 11.
[347] **ADB**, *Registo Geral*, 1759, 1 de dezembro, - "Provisão concedendo licença para que se possa benzer a capela de São Bento na freguesia de Santo André de Guilhadeses". Livro n.º 180, fls. 197 v.-198 v.
[348] Faz, apenas, referência à capela de Santo António «situada perto da igreja junto à estrada de Ponte de Lima». Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez em dezembro de 1845". Livro n.º 739, fl. 41.

acidentado, encontra-se recuperada e beneficia de uma excelente exposição solar, virada a sul, bem iluminada e com espaço público à frente para muitos devotos.

Apesar de várias tentativas para visitarmos esta capela e obsevarmos a imagem de S. Bento, tal nunca nos foi possível.

### 3.1.13. S. Bento de Carvalhal, Santa Comba de Eiras

Um número significativo de capelas dedicadas ao Patriarca dos Monges do Ocidente existentes no Minho passou-nos, numa primeira fase, despercebido, uma vez que não estavam referenciadas, ou melhor, estavam assinaladas com o nome de outro orago. A capela de S. Bento no lugar de Carvalhal, freguesia de Eiras Santa Comba, foi uma delas. Chamou-nos a atenção a nota do professor Avelino Costa: «Capela particular dedicada a S. Bento, no lugar de Carvalhal» [349].

Analisado, de novo, o fundo do *Registo Geral*, encontrámos, com data de 1691, a referência a uma capela dedicada a Santo António no lugar de Carvalhal, tal como já tínhamos visto nas *Memórias Paroquiais*: «tem huma irmida de Santo Antonio, na Quinta do Carvalhal de que hoje hé senhor o Doutor Antonio Jozé da Silva» [350].

Pela leitura do documento de *Obrigação à fábrica da capela e morgado no lugar de Carvalhal*, constatámos que o seu instituidor foi o Pe. José de Carvalho Fernandes, morador na Quinta do Carvalhal [351].

A descoberta deste documento não resolveu o problema sobre a substituição do orago. Na visita à capela, constatámos ser uma construção bastante antiga, integrada numa quinta com portão armoriado, e com algumas especificidades como uma torre sineira com um sino em pedra e um busto, também em pedra, que mais parece o «Zé Povinho», já para não falarmos da base que suporta a cruz que encima o frontão.

A capela, com a porta principal virada para um pequeno largo junto à estrada municipal, encontra-se recuperada e, no seu interior, granítico e sem qualquer vestígio de talha, no local destinado ao altar-mor, três peanhas colocadas à mesma altura. Na do centro, encontra-se Cristo crucificado; do lado do Evangelho, S. Bento, de hábito com cogula, mitra clássica aos pés e báculo na mão esquerda; do outro lado, Santo António com o menino.

Em 1758, a capela continuava com Santo António por padroeiro: «Tem huma irmida de Santo Antonio, na Quinta do Carvalhal de que hoje hé senhor o Doutor Antonio Joze da Silva» [352].

Em resultado de uma pesquisa no arquivo da Arquidiocese de Braga [353], fomos surpreendidos com uma *Provisão para a bênção da capela de S. Bento sita na freguesia de Santa Comba d'Eiras*, do ano de 1855, nos termos seguintes:

> Atendendo ao que em sua supplica *nos pedem* Feliciano António da Baeta Lira e sua mulher Dona Maria Lourenço de Sousa de Rio Mão, que tendo de nossa licença mandado construir hũa capella publica na freguseia de Santa Comba de Eiras, para o culto e veneração dos devotos à imagem de S. Bento, e achar-se a mesma capella acabada com perfeição, ornada e preparada decentemente para a celebração do

[349] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 8.
[350] *MP*, II, p. 39.
[351] **ADB**, *Registo Geral*, 1691, 29 de outubro. Livro n.º 40, fl. 187-188 v.
[352] *MP*, II, p. 39.
[353] A partir do início do século XIX, todos os documentos relacionados com o fundo da Mitra Bracarense estão no Arquivo da Arquidiocese de Braga e a sua consulta não é fácil.

> gluquetissimo Sacrificio da Missa (...), damos commissão (...) para que guardados os preceitos no Ritual Romano proceda à bênção da mesma capella (...) [354].

Este documento, ao referir-se a S. Bento como orago principal, permite-nos situar a mudança de Santo António para S. Bento em meados do século XIX.

### 3.1.14. S. Bento de Monte Redondo (S. Bartolomeu)

No século XVIII, existiu, na freguesia de S. Bartolomeu de Monte Redondo, uma capela de S. Bento. Apesar de ser particular – era seu padroeiro Francisco de Sá Souto Maior –, acorriam a ela muitos devotos, pois realizavam-se, anualmente, duas festividades com missas cantadas: a do Trânsito de S. Bento, a 21 de março, e da Trasladação das Relíquias, a 11 de julho [355]. Além destas festividades, todas as semanas se celebrava missa na capela referida. Recordemos que a maior parte das capelas particulares eram abertas ao público, sobretudo aos vizinhos, e, por isso, tinham de ser construídas com a porta principal junto a um acesso (estrada ou caminho) público, como encontrámos em várias provisões de licença para bênção.

No subcapítulo *Hinos e canções a S. Bento*, incluímos uma música intitulada «S. Bento de Monte Redondo» que consideramos uma reminiscência do tempo em que S. Bento era festejado na sua capela com «pompa e circunstância» [356].

Como se tratava de uma capela particular com encargos significativos – duas festas anuais com missas cantadas e uma missa semanal -, é natural que, com o passar dos anos, os herdeiros tivessem menosprezado a veneração do santo e da sua capela, de tal modo que, 90 anos depois da publicação das *Memórias Paroquiais*, o arcipreste, ao responder a um inquérito emanado da diocese, não faz qualquer referência a esta capela [357].

Segundo o cónego Avelino de Jesus da Costa, a imagem da capela de S. Bento de Monte Redondo encontra-se, atualmente, na imponente capela de Santo Amaro: «Em 1845, o arcipreste não se refere à ermida de S. Bento, que poderia ter desaparecido por ser propriedade particular, mas a imagem conserva-se na capela de Santo Amaro. Quanto a esta, informa: "está decente, segura, e tem bons paramentos. Hé administrada pelos oficiais da confraria debaixo da inspeção do abbade"» [358].

Para quem desconhecer o texto do cónego Avelino da Costa, não é fácil adivinhar que, afinal, já não existe a capela de S. Bento de Monte Redondo e que a imagem do santo repousa na capela do santo que foi seu braço direito e sucessor: Santo Amaro. Aliás, não conhecemos nenhuma capela de Santo Amaro que não tenha a imagem de S. Bento.

Neste caso, a imagem de S. Bento jovem, sem mitra, com *Regra*, báculo e corvo sem pão aos pés, ostenta, na cabeça, um chapéu de feltro com aba larga semelhante ao de S. Bento da Mourisca (Portela). Por sua vez, a imagem do padroeiro, Santo Amaro, barbado, e colocado na tribuna, constitui uma raridade na medida em que se apresenta de hábito arregaçado, calçando botas de água e parte das pernas *ao léu*, certamente uma referência ao milagre em que, a mando de S. Bento, caminhou sobre as águas para salvar Plácido, jovem monge, que se ia afogando.

---

[354] **AAB**, *Livro de Registo das Provisões (1850-1856)*. 1855, 4 de setembro – "Provisão para a bênção da capela de S. Bento sita na freguesia de Santa Comba d'Eiras", fls. 391v–392.

[355] Cf. *MP*, II, pp. 61-62: «A freguesia de Sam Bartolomeu de Monte Redondo (…). Tem cinco ermidas (…). A ermida de S. Bento, que é do padroeiro, Francisco de Sá Souto Maior, com obrigação de duas missas cantadas no ano, no dia do Santo e sua transladação e missa semanária».

[356] Ver página 70.

[357] **ADB**, *Visitas e Devassas*. 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739.

[358] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 11.

### 3.1.15. S. Bento de Souto, S. Pedro

A capela de S. Bento no lugar de Outeiro, freguesia de Souto S. Pedro, embora consagrada nos livros do *Registo Geral*, já não existe.

Avelino de Jesus da Costa diz-nos que, «por testamento de 27 de março de 1692, o Pe. Bento Cação de Brito mandou fazer uma capela em honra de S. Bento, no lugar de Outeirinho, desta freguesia. Em 1704, a capela já estava construída e foi-lhe feita escritura de património. Sabemos que, passados 54 anos, pertencia ao Rev.do Afonso de Abreu e Zuniga, cónego da Sé de Braga, mas, aquando do inquérito paroquial realizado em 1845, não lhe é feita qualquer referência [359].

O livro número 19 do *Registo Geral*, nos fólios 20 verso até 23 verso, transcreve um conjunto de documentos que nos permitem traçar o processo cronológico da construção desta capela.

Assim, temos, em primeiro lugar, o testamento do Pe. Bento Cação de Brito – não é a primeira vez que o instituidor de uma capela em honra de S. Bento se chama «Bento» - datado de 27 de março de 1692

Uma segunda escritura, feita em 14 de fevereiro de 1703, é muito mais explícita e informa que, nessa data, a capela em honra de S. Bento já estava concluída e que fora o Pe. Bento Cação de Brito, entretanto falecido, quem instituíra a capela e fizera a respetiva dotação de património [360].

Na freguesia de Souto S. Pedro, ninguém conhece a capela de S. Bento no lugar de Outeiro. A investigação documental levou-nos às *Memórias Paroquiais*, o que gerou ainda mais confusão. Fala de uma capela em honra de S. Bento, no lugar de Real: «tem esta freguezia duas capellas, huma de S. Bento, sita no lugar de Real e quinta do reverendo Affonço Manoel de Abreu Zuniga, conego da Se Primaz e a elle pertence, outra de S. Sebastião com a imagem de Sancta Rozalia, situada em parte adonde não tem vizinhos e sitio chamado do Crasto e pertence ao povo» [361].

Nas respostas dadas pelo arcipreste dos Arcos, em 1845, não se encontra nenhuma referência à capela de S. Bento, embora assinale a existência de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, pelo que a questão de se saber onde tinha sido construída a capela de S. Bento continuava em aberto [362].

Fomos conhecer a capela de Nossa Senhora do Carmo, onde todos os anos se realiza uma grande festa e, qual não foi a nossa surpresa, quando chegados à fachada da imponente capela, logo vimos, do lado direito, um painel de azulejos com a imagem de S. Bento a que não faltava o chapéu de coco.

Dentro da igreja, verificámos que a imagem da Senhora do Carmo se encontrava na tela do altar-mor, ladeada por S. Sebastião e a Virgem, bem como pintada no teto da nave [363].

No altar colateral do lado do Evangelho, estava uma imagem de S. Bento jovem, com os atributos canónicos: *Regra*, báculo, mitra e corvo aos pés. A cabeça, sem resplendor nem auréola, é um indício de que é utilizada para o tradicional chapéu de coco como representado

---

[359] *Idem*, p. 12.

[360] **ADB**, *Registo Geral*, 1704, 14 de fevereiro – "Obrigação à fábrica da capela de S. Bento, a favor do reverendo Gaspar de Cerqueira que vem fazer o que Bento Casão de Brito, seu primo, pediu em demanda fechada aquando da feitura do seu testamento, em que deixava seus bens para a fábrica da capela de S. Bento". Livro n.º 19, fls. 20 v.–23 v.

[361] *MP*, II, p. 92.

[362] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Aracos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 90: «A Capella de Nossa Senhora do Carmo sita em hum lugar sem habitantes e que não pode conservar hum sino por serem rouvados, esta segura e decente e tem Paramentos necessários e hé administrada pela Confraria.»

[363] Curiosamente, nesta pintura, a imagem do Menino Jesus aparece-nos vestido, como se se tratasse da imagem de Nossa Senhora das Neves, um culto muito enraizado nesta região.

na fachada principal. Na sacristia, encontrámos uma outra imagem de S. Bento, uma imagem pequena, de barro, com o S. Bento mitrado e paramentado com um pluvial negro.

Em termos de conclusão, podemos dizer que, ao longo do tempo, numa capela cujo orago é Nossa Senhora do Carmo, o culto a S. Bento foi-se impondo e, neste momento, temos três representações iconográficas de S. Bento diferentes, correspondendo, certamente, a três épocas distintas.

### 3.1.16. S. Salvador de Sabadim

As *Memórias Paroquiais* (1758) referem que a igreja atual de Sabadim «foi mosteiro dos Templarios e se extinguio o anno de 1311 por Bula de Clemente 5.º» [364]. Esta opinião é perfilhada por Carvalho da Costa: «S. Salvador de Sabadim, foy Mosteiro de Templarios, & depois de Frades Bentos» [365], tendo chegado a possuir, como vimos, duas igrejas anexas: Santo André de Portela e Nossa Senhora das Neves de Pedroso.

O historiador Avelino da Costa não concorda com a informação de que teria sido mosteiro dos Templários em virtude de, aquando da extinção da Ordem do Templo, em 1312, não ter integrado os bens da neófita Ordem dos Cavaleiros da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, vulgarmente conhecida por Ordem de Cristo [366], dizendo que se trata de um «mosteiro de curta duração, porque, embora continuassem a chamar-lhe mosteiro, já estava convertido em igreja secular em 1650» [367]. Confirma, todavia, ter sido mosteiro beneditino, uma vez que o pároco tinha a designação de abade. Na igreja, existe uma imagem antiga de S. Bento e Frei Leão de S. Tomás inclui-o na *Benedictina Lusitana* [368].

Quanto à construção de um mosteiro templário em Sabadim, Arcos de Valdevez, são conhecidas imensas doações dos primeiros monarcas à Ordem do Templo. Na realidade, os Templários não só ajudaram D. Afonso Henriques nas lutas contra os Mouros, mas também contra aqueles que eram um obstáculo à consolidação do Reino de Portugal, como o rei das Astúrias, e deixaram a sua marca em muitas localidades próximas da zona raina ou junto das vias medievais, nomeadamente na região onde este mosteiro se situava. Elementos decorativos inseridos no alçado sul da capela-mor, concretamente de frisos com colchetes, remetem-nos para uma construção primitiva de estilo românico.

### 3.1.17. Mosteiro de Ázere, S. Cosme e Damião [369]

A atual igreja de S. Cosme e Damião de Ázere é mais uma de tantas que pontificam pelo Minho sem qualquer marca visível que a ligue a um cenóbio. Para mudarmos de opinião, temos de entrar no pátio da antiga residência paroquial e observar o arco ogival ou marcas que nos fazem lembrar o estilo românico, como colunelos, impostas e frisos com decoração vegetalista.

Tal como Sabadim, Ázere poderá ter sido, como defendem alguns investigadores, um mosteiro de fundação templária dos tempos da fundação da nacionalidade, como se conclui do facto de ter integrado o património da Ordem de Cristo, conforme assinala Carvalho da Costa:

---

[364] *MP*, II, p. 82.
[365] *Corografia Portugueza*, I, p. 230.
[366] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1984): *O. c.*, p. 15: «Sabadim, se tivesse sido dos Templários, passaria para a Ordem de Cristo, o que na realidade não aconteceu, porque esta freguesia está incluída no *Catálogo das Igrejas de Portugal*, de 1320-1321, com a taxa de 300 libras. Ora este *Catálogo* omite todas as igrejas e mosteiros das Ordens Militares, por estarem isentos de pagar a taxa concedida pelo papa a D. Dinis.»
[367] *Idem*, p. 17.
[368] *Ibidem*.
[369] Cf. **ADB,** *Monástico-conventual*: MIRANDA, Santa Maria, c. Arcos de Valdevez, p. 89: «Mosteiro de monges beneditinos cuja primeira referência se encontra na carta de couto que lhe foi dada por D. Sancho I, em 1207 (*DS* 238). Governado por abades comendatários desde 1495, estava sem monges em 1549. A Congregação de S. Bento tomou dele posse em 1588, mas só teve abade a partir de 1599. As obras de reedificação datam de c. 1679-1700. Foi extinto, como os outros mosteiros masculinos, em 1834.»

«S. Cosme, & Damião de Azere foy Mosteiro de Frades Bentos, & tinha duas Igrejas, huma para os freguefes, & outra para os Monges: consta estar já fundado pelos annos 568 & que he do tempo de S. Martinho de Dume (…). Devião já ser suas annexas (…) em que o Reytor apresenta Vigario, & dos dízimos, & outros fóros se fez a Commenda de Chrifto, que rende trezentos mil reis» [370].

Avelino de Jesus da Costa contesta a fundação por S. Martinho de Dume e relata algumas polémicas sobre o seu padroado, uma que envolveu o bispo de Tui (1362) e outra, o rei D. Afonso V e o administrador da Comarca eclesiástica de Valença, D. João Ferraz [371].

Após ter sido integrado na arquidiocese de Braga em 1514, não escapou ao "terramoto" que extinguiu muitos mosteiros transformando os seus coutos em comendas e as abadias em igrejas seculares.

As *Memórias Paroquiais* são parcas em informações sobre o mosteiro de S. Cosme e S. Damião de Ázere, limitando a dizer «tem esta igreja parochial a antiguidade de que em algum tempo foi mosteiro de religiosos e por isso ainda no tempo prezente se chama o mosteiro de S. Cosme e S. Damião» [372].

#### 3.1.18. S. Bento e Santa Luzia, Vilela

As *Memórias Paroquiais* referem a existência de uma capela em honra de S. Bento e de Santa Luzia junto a uma ponte de pedra com dois arcos, sendo o do lado sul maior. Infelizmente, o autor da memória não identifica o local da ponte, embora a considere mais antiga que a de Cabreiro [373]. Devido à sua descrição pormenorizada, não é difícil localizá-la, pois é atravessada pelo caminho municipal M505-4 e conhecida como a ponte medieval de Vilela [374]. Quanto à capela, é que já não há vestígios nem memória. Curiosamente, do lado da margem esquerda, logo à saída, encontram-se, à direita, umas alminhas cujo painel nos apresenta Jesus Cristo crucificado, ao centro, do lado esquerdo, o arcanjo S. Miguel, e, do lado direito, Santa Luzia, provável resquício da destruída capela de S. Bento e de Santa Luzia.

No painel interpretativo sobre a ponte – agora integrada num trilho turístico, a *Ecovia do Vez* -, podemos ler: «Na margem esquerda, ergue-se uma "alminha" com a imagem de Santa Luzia, pintada, no local onde, segundo a tradição, terá existido primitivamente uma capela votiva». Pensámos que existem documentos que nos permitem ir um pouco mais além do que a *tradição*.

O Pe. Avelino de Jesus da Costa, no seu trabalho sobre *O culto a S. Bento na Terra de Valdevez*, não faz qualquer referência a esta capela.

### 3.2. CAMINHA

#### 3.2.1. S. Bento de Seixas

O topónimo «Seixas» é anterior à fundação da nacionalidade, existindo uma referência relativa ao ano de 1071, como assinala Avelino de Jesus da Costa [375]. Em 1156, já são identificadas as igrejas de S. Pedro e de Santa Marta de Seixas: «In ripa Minei ecclesiarum Sancti Petri et Sanctae Marthae de Seixas medietas» [376].

---

[370] *Corografia Portugueza*, I, p. 228
[371] Cf. Avelino de Jesus da Costa (1981): *O. c.*, p. 106.
[372] *MP*, II, p. 27.
[373] *MP*, II, p. 105.
[374] A ponte medieval de Vilela encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público pelo decreto n.º 29/90, de 17 de julho. Trata-se de uma ponte românica cuja data de construção não é conhecida, embora enquadrada no século XIII.
[375] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): «A Comarca eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo», **in** *I Colóquio Galaico-Minhoto*. Ponte de Lima, p. 84.
[376] *Ibidem.*

Bem no centro de S. Pedro de Seixas – aqui, S. Bento não conseguiu destronar o primeiro dos Apóstolos, Pedro -, encontramos o santuário de S. Bento onde se realiza uma das maiores, se não a maior, romarias do concelho de Caminha. O templo, reconstruído em 1870, ergue-se esguio, com torre sineira adossada, e é antecedido por um belíssimo cruzeiro assente num pódio de quatro escadas hexagonais. O plinto e o capitel são profusamente decorados, este com folhas de acanto, sendo o fuste uma coluna torsa floreada. Remata-o uma cruz trilobada com esculturas de Cristo a poente e de S. Bento a nascente, ou seja, virado para o seu templo. Na fachada do santuário, podemos observar dois panéis de azulejos azuis, um de cada lado do pórtico, representando dois momentos da vida S. Bento: quando abandonou a casa paterna e foi estudar para Roma, e quando deixou a vida de estudante e se refugiou em Subiacco. Estes painéis foram financiados por devotos emigrados no Brasil e autointitulados «filhos de Seixas no Rio de Janeiro».

O culto a S. Bento na freguesia de S. Pedro de Seixas é muito antigo. Na verdade, há vários diplomas régios que atestam a sua antiguidade. Basta uma leitura das respostas dadas pelo Pe. António Fernandes, coadjutor da paróquia de S. Pedro de Seixas, em Caminha, aquando da elaboração, em 1758, das chamadas *Memórias Paroquiais*, para percebermos que este culto existe, pelo menos, há quase seiscentos anos, e nele participavam povos de todos os concelhos vizinhos [377].

A primeira descrição pormenorizada desta capela devemo-la ao autor de *Corografia Portugueza* (1706), António Carvalho da Costa, no início do século XVIII [378]. Diz tratar-se de uma capela muito antiga onde se realizavam feiras francas, nos dias do padroeiro, com o privilégio real de, durante essas festividades, os homiziados gozarem de imunidade. À semelhança de outras capelas de S. Bento – e não só -, mantinha as portas sempre abertas, embora não tivesse ficado conhecido como S. Bento da Porta Aberta, tal como aconteceu em Cossourado (Paredes de Coura) e em Rio Caldo (Terras de Bouro).

Como referido quando abordámos o culto das relíquias, em Seixas, os devotos, nomeadamente os galegos, costumavam levar terra do adro da capela de S. Bento, que consideravam miraculosa, quer como recordação, quer como forma de proteção (amuleto).

As procissões dos clamores, organizadas pela Irmandade de Santo Isidoro, eram outra prática muito em voga e que envolvia as paróquias vizinhas, nomeadamente galegas. Dada a proximidade da Galiza - apenas o rio separa os dois povos -, muitos galegos participavam nas festividades, até porque o clamor realizado no dia 7 de julho incluía uma homenagem em honra de Santa Tecla que se situa no monte fronteiriço.

Além da procissão de clamores realizada no dia de S. João Batista [379] e que ia até ao mosteiro beneditino de Cabanas, em Afife, havia outra que tinha lugar no dia 7 de julho, quatro dias antes da festa maior em honra de S. Bento, em cuja capela terminava. Envolvia todo o povo e as autoridades locais, como nos dá conta o Pe. António de Affonseca, encomendado da paróquia de S. Paio de Moledo [380].

Quanto à origem do culto a S. Bento em Seixas, perde-se nas brumas da História. Diamantino Bártolo [381], na sua obra intitulada *S. Bento, Pescador de Homens. Confraria de S. Bento, homenagem à fé dos seixenses*, cita «CARVALHO, 2001: 53» – obra não referida na sua bibliografia -, segundo o qual teria uma origem anterior ao séc. VI: «O culto a S. Bento, na freguesia de Seixas, perde-se no tempo. Julga-se ser anterior ao Século VI». Julgamos tratar-de

[377] *MP*, I, p. 136.
[378] *Corografia Portugueza*, I, p. 285.
[379] *Vide* página 44.
[380] *MP*, II, p. 129.
[381] BÁRTOLO, Diamantino L. R. (2011): *S. Bento, pescador de homens. Confraria de S. Bento, homenagem à fé dos seixenses*. Lisboa: Chiado Editora, p. 98.

de uma gralha e que o autor do texto queria dizer século XVI, isto tendo em conta, nomeadamente, que S. Bento de Núrsia faleceu no ano de 547 d. C.

Diamantino Bártolo, no capítulo relativo à confraria instituída nesta capela, começa por se referir ao Alvará da rainha D. Maria II, de 5 de julho de 1848. Neste Alvará, em que a Rainha diz: «attendendo ao que Me foi requerido por parte dos moradores da freguesia de Seixas, no concelho de Caminha, pedindo auctorisação para instituirem uma Irmandade da denominação de São Bento (…); pedindo-nos também a confirmação dos Estatutos, por que deverá reger-se», não só autorizou «a instituição da nova Confraria de S. Bento na antiga Capella do mesmo Santo», mas também houve por bem «Aprovar e Confirmar os Estatutos por que a mesma confraria de S. Bento da freguesia de Seixas se há-de governar» [382].

Não vamos, no âmbito desta dissertação, escalpelizar esta matéria, queremos, tão só, manifestar a nossa estranheza por estes autores não se referirem à documentação existente no ADB, fundo do *Registo Geral*, datada de 1751, concretamente o *Registo de provisão de estatutos da Irmandade do Patriarca São Bento, sita na sua capela dentro dos limites da freguesia de São Pedro de Seixas, da comarca de Valença*, de 24 de março [383], e o *Registo de provisão de estatutos da Irmandade do Patriarca São Bento, sita na sua capela dentro dos limites da freguesia de São Pedro de Seixas, da comarca de Valença, a favor dos irmãos da dita Irmandade*, de 4 de outubro [384].

Por esta consulta, ficámos a saber que, 100 anos antes do Alvará de D. Maria II, já existia uma irmandade devidamente constituída e com estatutos aprovados. Daí a referência a «nova Confraria». Não podemos, pois, aceitar a citação de que, «em 18 de Junho de 1849, portanto, há mais de 120 anos a então Irmandade de São Bento, canonicamente erecta na Capela de São Bento de Seixas redigiu os seus primeiros estatutos» [385].

Em relação aos ritos cultuais ao S. Bento de Seixas, destacámos duas práticas que o diferenciam e caracterizam: uma, no interior do templo, e outra, no exterior. A primeira verifica-se no momento da visita à imagem de S. Bento que se encontra dentro do santuário. Os mesários disponibilizam uma pequena imagem de S. Bento com a qual os adultos tocam na cabeça das crianças, transmitindo-lhes, assim, a proteção divina por intercessão de S. Bento, à semelhança do que encontramos em Arcos de Valdevez com o ritual do chapéu. A outra prática relaciona-se com a atividade piscatória própria deste local. Há dezenas e dezenas de anos que os membros da confraria de S. Bento de Seixas têm obrigações específicas para com o santo, as quais se encontram vertidas nos respetivos estatutos. Aliás, não temos dúvidas, porque os documentos o comprovam, que o crescimento deste culto se deve à devoção dos pescadores.

---

[382] Cf. *Estatutos da Confraria de S. Bento de Seixas*, 1914. Viana: Pap. e Tip. Modelo (a vapor), p. 5.
Além de um exemplar dos estatutos de 1914, possuímos cópias das edições de 1939, 1952 e 2004.
Cronologia breve da aprovação dos Estatutos da **nova** *Confraria de S. Bento de Seixas*, Caminha:
1848, 7 de junho – Alvará de aprovação da rainha D. Maria II;
1849, 18 de junho – Provisão de aprovação do arcebispo de Braga, D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello;
1911, 24 de dezembro – a assembleia geral da *Confraria de S. Bento de Seixas* aprova a alteração aos estatutos de modo a harmonizá-los com a lei de 20 de abril de 1911;
1913, 10 de janeiro – o governador civil do distrito de Viana do Castelo aprova as alterações aos estatutos;
1914 – primeira edição impressa dos estatutos;
1939, 10 de agosto – o arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior, aprova os novos estatutos;
1952, 20 de agosto – o arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior, aprova as alterações (Caixa Beneficiente) aos estatutos;
1952 – segunda edição impressa dos estatutos;
2004, 15 de março – decreto de aprovação dos novos estatutos por parte do bispo de Viana do Castelo, D. Dom José Pedreira;
2004 - terceira edição impressa dos estatutos;

[383] **ADB**, *Registo Geral*. 1751, 24 de março, livro n.º 121, fls. 228 v.-231.

[384] **ADB**, *Registo Geral*. 1751, 4 de outubro, livro n.º. 132, fls. 381-382 v.

[385] BÁRTOLO, Diamantino L. R. (2011): *O.c.*, p. 100.

Temos presente a edição de 1914 dos Estatutos da Confraria de S. Bento de Seixas, onde podemos ler que «todos os pescadores que forem Irmãos d'esta santa confraria de S. Bento, são obrigados a ir pescar, os de rêde de tresmalho uma noite e os de rêde de arrastar, chamada Algarife, um dia em cada ano, no tempo dos Saveis; devendo todo o peixe de qualquer qualidade, que nessa noite ou dia pescarem, ser posto à venda, conforme os mesarios determinarem, e o seu producto aplicado ao cofre da confraria e augmento d'ella» [386].

José Augusto Vieira, em 1887, no *Minho Pittoresco*, faz-nos um relato vivo desta prática ancestral levada a cabo pela irmandade, composta, essencialmente, por pescadores [387].

Esta tradição centenária de pesca a favor da confraria é uma prática atual, agora reduzida a «uma noite de pesca a favor de S. Bento», que nos aparece não como imposição estatutária, mas sob a forma de convite alargado a «todos quantos o desejarem». No ano de 2015, realizou-se na noite do dia 20 de março, véspera da festa litúrgica do Trânsito de S. Bento.

Não podemos terminar este apontamento sobre o culto a S. Bento de Seixas sem uma referência aos caixotões do teto da nave que representam as passagens mais significativas da vida de S. Bento tal como a contou S. Gregório Magno (a tentação de S. Bento [388]; dois nobres a entregar Mauro e Plácido a S. Bento para que os eduque; a entrega do pão envenenado ao corvo para o levar para longe; Santa Escolástica a procurar reter o irmão, S. Bento, no seu mosteiro; a morte de S. Bento – aqui morre deitado e não de pé, como noutras iconografias; etc.).

### 3.2.2. S. Bento (capela de S. João Batista)

Quando abordámos o tema das procissões de clamores, referimos que, em Caminha, no dia da festa de S. João Batista, se realizava uma procissão que ia até ao convento de S. João de Cabanas dos religiosos de S. Bento situado na freguesia vizinha de Afife. Quando visitámos a capela de S. João Batista, em Caminha, - templo onde se prima pela identificação dos santos que as imagens representam, o que se torna cada vez mais raro -, apercebemo-nos, imediatamente, da existência de uma forte ligação entre estes dois locais de culto. Na verdade, se não soubéssemos quem era a/o padroeira/o e a tribuna não ostentasse a sua imagem, diríamos estar perante uma capela dedicada à fundadora do ramo feminino da *Ordem de S. Bento*, Sta. Escolástica, visto a sua imagem se encontrar no altar-mor do lado do Evangelho e a do seu irmão gémeo, S. Bento, do lado direito, sendo as duas imagens muito antigas. Devido a esta forte presença beneditina, não nos surpreende que esta capela fosse conhecida como «capela de S. Bento».

Posteriormente, viemos a descobrir que, no ano de 1732, existia, nesta capela, uma irmandade do Patriarca S. Bento que, em 3 de abril do ano referido, requereu ao prelado bracarense a aprovação dos seus estatutos [389]. Seis meses mais tarde, o «juiz e mais oficiais da confraria de S. Bento, sita na capela de São João Batista, da vila de Caminha, comarca de Valença», obtêm despacho favorável das autoridades eclesiásticas da diocese de Braga (sede vacante) a um pedido de embargo a capítulo de visita [390]. As *Memórias Paroquais* confirmam

[386] *Estatutos da Confraria de S. Bento de Seixas*. Viana, 1914, pp. 8 e 9.
[387] VIEIRA, José Augusto (1887): *O Minho Pittoresco*, t. II. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, p. 166.
[388] Pela expressão das figuras representadas, torna-se evidente um profundo relacionamento entre a tela de Seixas em que S. Bento é tentado pelo diabo na forma de uma mulher e as figuras que se encontram na Capela da Tentação de S. Bento, também chamada «Capela do Diabo», existente em S. Bento da Várzea, concelho de Barcelos.
[389] **ADB**, *Registo Geral*, 1732, 3 de abril – "Provisão e mais requerimentos a favor do juiz e mais oficiais da irmandade do Patriarca S. Bento, para aprovação dos seus estatutos, sita na capela de São João Batista, da vila de Caminha". Livro n.º 117, fls. 291 v.-293.
[390] **ADB**, *Registo Geral*, 1732, 2 de outubro - "Provisão a favor do juiz e mais oficiais da confraria de S. Bento, sita na capela de São João Batista, da vila de Caminha, comarca de Valença, para embargarem o capítulo de visita de que fazem menção na sua petição". Livro n.º 155, fls. 167 v.-168.

a existência de uma «irmandade dos estudantes cujo patrono hé Sam Bento e estes a reedificam do necessario, porém de seu principio era senhor della o Senado da camera» [391].

A irmandade de S. Bento levou a efeito, no ano de 1782, a construção de um altar e retábulo, como se vê de uma provisão de licença passada pelo arcebispo de Braga, Dom Gaspar de Bragança [392]. Refira-se que esta construção resulta de uma recomendação feita em capítulo de visitação. Construídos o altar e o retábulo, os irmãos requerem autorização para que se pudesse celebrar a Eucaristia no altar recém-construído, licença que lhes é concedida no dia 8 de outubro de 1782 [393].

#### 3.2.3. S. Bento (igreja de Azevedo)

A visita à igreja de S. Miguel de Azevedo foi uma das nossas deceções. Depois da surpresa com a capela de S. João Batista, esperávamos encontrar algo semelhante nesta igreja paroquial que, outrora, fora um curato anual, com vigararia do mosteiro de São Martinho de Tibães, a casa-mãe dos beneditinos portugueses [394].

Afinal, o que encontrámos, numa igreja recentemente remodelada (2015), foi uma imagem moderna de S. Bento remetida para uma simples e fria peanha lateral. S. Bento surge mitrado, de báculo na mão direita, *Regra* aberta na esquerda e corvo com o pão no bico aos pés. Ficou no ar a questão sobre que rumo terá levado a imagem antiga de S. Bento.

A freguesia vizinha de S. Sebastião de Vile era, igualmente, da apresentação do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, cujo D. Abade Geral nomeava o pároco e recebia de renda «dez alqueires de milho grosso e dez alqueires de centeio e dous de trigo pera hostias e coatro cabaços de vinho e oito mil réis em dinheiro» [395], com a obrigação de prover a igreja de ornatos e de obras de conservação. Estas ligações à casa-mãe dos beneditinos portugueses explicam as muitas marcas do culto a S. Bento nesta região do Alto Minho.

### 3.3. MELGAÇO

No concelho de Melgaço, faremos referência a três locais de culto a S. Bento, aonde, na atualidade, concorrem devotos deste santo milagreiro: S. Bento de Fiães, S. Bento de Barata (freguesia de S. Paio) e S. Bento de Várzea Travessa (Castro Laboreiro). Encontrámos, ainda, documentação sobre existência de dois mosteiros beneditinos que, à semelhança de muitos outros que existiram no território do Minho, foram, ao longo dos séculos, reduzidos a igrejas paroquiais, não existindo, nos dias de hoje, manifestações de culto ao fundador dos beneditinos. Referimo-nos a Paderne e a S. Paio.

Embora não tenhamos encontrado qualquer documentação que o confirme, à igreja tardo-românica de Nossa Senhora da Orada, de acordo com Carvalho da Costa que refere declarações dos monges do mosteiro de Fiães, terá sido um mosteiro beneditino: «A Condeça Dona Fronilla deu a este Mosteiro [Fiães], (…) & entendemos que com ella lhe daria também a Igreja de Nossa Senhora da Oráda alli pegado, que os Frades dizem foy Mofteiro de S. Bento, & fundado quando se edificou o de Feaẽs, de que veyo a ser Priorado» [396].

---

[391] *MP*, II, p. 119.
[392] **ADB**, *Registo Geral*, 1782, 17 de outubro – "Provisão para a feitura de um altar e retábulo na capela de São Bento, da vila de Caminha, a favor do juiz e mais oficiais da Irmandade de S. Bento, da mesma vila". Livro n.º 208, fls. 216 v.-217.
[393] *Idem*, fl. 217.
[394] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2017): *Memórias do Couto de Tibães*. Braga: Câmara Municipal, p. 125.
[395] *MP*, II, p. 145.
[396] *Corografia Portugueza*, I, p. 294.

### 3.3.1. S. Maria de Fiães

O mosteiro de Fiães, em Melgaço, de acordo com Avelino da Costa, será de origem visigótica, embora o primeiro documento citado date de 1142, uma «doação ao mosteiro de Fiães de uma herdade em Dona, lugar desta freguesia» [397], tendo adotado a *Regra Beneditina*: «D. Afonso Henriques doou-lhe, a 24-X-1173, os bens reguengos que tinha desde Melgaço ao termo de Chaviães. Seguia então a regra de S. Bento: "domno Johanni abbati et omnibus fratribus ibidem *sub regula Beati Benedicti Deo militantibus*". Em 1194, já pertencia à Ordem de Cister: "in honore Beate Marie et omnium sanctorum et *ordinis Cisterciensis*"» [398].

Também o historiador melgacense José Marques, profundo conhecedor do monaquismo peninsular, defende esta tese: «E poder-se-á perguntar: porquê evocar todos estes factores [problemática da chegada dos cluniacenses e, posteriormente, dos cistercienses ao norte da Península Ibérica Portugal], quando é sabido que a observância cisterciense em Fiães só entrou no último quartel do século XII?

Precisamente porque a presença dos monges brancos em Fiães substituiu a observância beneditina cluniacense ou dos monges negros» [399].

Como vimos, após a adesão à Ordem de Cister, a abadia, cujo orago primitivo era S. Cristóvão, adotou, à semelhança de outros mosteiros cistercienses, Santa Maria como padroeira: «Foy este de Feaes de Monges Bentos com a invocação de S. Christovão, de que se acha noticia pelos annos de 851, & hum dos primeiros, que desta Ordem houve em Espanha» [400]. Apesar deste facto, o culto a S. Bento manteve, nesta localidade, uma importância que nenhum outro santo conseguiu. Recordamos que, mesmo nos mosteiros cistercienses da fundação de S. Bernardo, o culto a S. Bento sempre teve uma importância enorme, até porque seguiam a *Regra Beneditina*. Daí encontrarmos, nos retábulos dos altares-mores das igrejas dos mosteiros cistercienses e respetivas fachadas, não só a imagem de S. Bernardo, mas também a de S. Bento (*v. g.* Santa Maria de Bouro, S. João de Tarouca, Santa María la Real de Oseira – Galiza, etc.), sendo que a imagem de S. Bento está do lado do Evangelho.

Segundo António Sousa e Armando Malheiro, a sua fundação é desconhecida [401]. Na placa interpretativa colocada pela Direção Geral dos Monumentos Nacionais, colocada junto à igreja, podemos ler: «Igreja e mosteiro da Ordem de Cister, construída na primeira metade do séc. XIII e reformada nos sécs. XVII e XVIII, na fachada e no interior das naves.

A igreja conserva a cabeceira, o portal e as paredes exteriores das naves da época medieval. O túmulo na nave sul é do séc. XV, e contém os restos mortais de Fernão Eanes de Lima, pai de Leonel de Lima, 1.º Visconde de Vila Nova de Cerveira».

Para Carvalho da Costa, a sua fundação remonta a meados do séc. IX e era de Monges Bentos com a invocação de S. Cristóvão [402].

Chegou a ter 80 frades de missa tidos por santos e obreiros de milagres, o que lhe conferiu muitas doações, de tal maneira que o Dom Abade era considerado um homem muito poderoso [403].

---

[397] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 86.
[398] *Ibidem*, p. 116.
[399] MARQUES, José (2017): *Alto Minho e Galiza. Estudos históricos* (coor. de José Viriato Capela e Sandra Castro). Monção: Casa Museu de Monção/Universidade do Minho e Câmara Municipal de Monção, pp. 617-618.
[400] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 293.
[401] Cf. ARAÚJO, António de Sousa, e SILVA, Armando B. Malheiro da (1985): *Inventário do fundo monástico conventual*. Braga: Edições do Arquivo Distrital/Universidade do Minho, p. 146: «De origem obscura. Crê-se que tenha sido filiado a Cister entre 1173 e 1194 e colcocado sob a proteção de S. João de Tarouca. Desde o séc. XII esteve relacionado com Alcobaça. Restaurado no séc. XVI, foi integrado na Congregação de Alcobaça. Os arquivos foram incendiados pelos galegos que lhe não queriam pagar foros. Extinto em 1834, foram os edifícios vendidos ao desbarato. Subsiste intacta a igreja».
[402] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 293.
[403] *Ibidem*.

Além dos *frades santos*, tinha, também, um fontenário com uma água tão milagrosa na cura de várias doenças, sobretudo no dia de S. João Batista, que a sua disputa, entre o povo, chegou a originar mortes, pelo que foi mandada entupir: «mandouse entupir ha annos por mortes que houve entre os que havião de entrar primeiro; ainda hoje vem muitos buscar agua, que delle mana, & a levão a enfermos, que bebendoa com fé, obra Deos por ella muitas maravilhas» [404].

A imagem de S. Bento concentra este poder taumaturgo e, ainda hoje, é procurada por muitos devotos, tal como no início do século XVIII: «da imagem de S. Bento, que aqui eftá, & he visitada em todo anno, particularmente em seu dia, se contão grandes milagres» [405]. Pela atualidade, respondem os muitos ex-votos, sobretudo de cera, que os devotos não precisam de levar, pois existem na igreja do mosteiro para quem quiser alugar de acordo com a tabela que está ao lado.

No concelho de Melgaço, concretamente em Fiães e Castro Laboreiro, além das ofertas tradicionais (dinheiro, sal, cera e ovos), as pessoas ofertam animais domésticos como frangos, coelhos, cabras e produtos derivados dos suínos (presuntos, salpicões, presunhos, etc.), que estávamos habituados a ver como pagamento de promessas a Santo António, o santo protetor dos animais. Certamente que, para esta prática, não é indiferente o facto de estarmos em plena montanha onde a agricultura continua a ter um peso significativo na economia familiar.

A festa é organizada por uma comissão e reúne centenas de pessoas vindas das freguesias das redondezas, muitas das quais em cumprimento de promessas [406].

### 3.3.2. S. Bento de Várzea Travessa, Castro Laboreiro

O lugar de Várzea Travessa, um dos mais distantes da sede do concelho de Melgaço, situa-se na freguesia de Castro Laboreiro, muito próximo de um baluarte de defesa do território, o castelo de Castro Laboreiro. Tendo em conta a sua localização, compreendemos que a fundação de uma capela neste lugar tenha, como justificação, a sua distância da igreja matriz e as dificuldades para, sobretudo no inverno, vencer as contrariedades dos maus caminhos. De acordo com a documentação existente no ADB, *Registo de provisão e mais decumentos a favor do Padre Domingos Alvares do lugar de Bargea Trabessa da freguesia de S. Visente de Crasto para fazer de novo a igreja da sua cappella de que se trata,* foi seu instituidor Domingos Álvares que, em 1745, justificou a sua construção «por ficar a igreja distante e por vezes ser difícil lá chegar» [407]. É esta a data que se encontra numa placa cravada na verga da porta principal e que refere: CONSTRUÍDA EM 1745/ RESTAURADA EM 1989.

No requerimento dirigido à autoridade eclesiástica, o Pe. Domingos Álvares explica as dificuldades que os moradores sentem para aceder aos sacramentos, uma vez que se encontram impossibilitados de ir à igreja paroquial e, por isso, decide construir de novo a capela, colocar lá a imagem de S. Bento e fazer-lhe dotação de património: «quer o suplicante fazer huma cappella no seu lugar e lhe poe por fabrica o seu Barbeitto». O pároco, em resposta ao pedido de parecer solicitado pelo prelado arquiepiscopal, esclarece que o lugar tem trinta e seis vizinhos e que os acessos são difíceis devido ao rigor do inverno.

A 10 de agosto de 1745, é concedida a provisão de licença: «lhe concedemos licença para que no lugar de Bargea Trabessa possa colocar e de novo erigir a sobredita capella a qual se fará com a decensia e perfeição devidas» [408].

---

[404] *Ibidem.*
[405] Cf. *Corografia Portugueza*, I, pp. 293-4.
[406] Cf. VASCONCELOS, João (1996): *Romarias*, I, p. 342.
[407] **ADB**, *Registo Geral*, 1745, 10 de agosto - *Obrigação à fábrica da capela de Varge Travessa, a favor de Domingos Álvares que quer fazer uma capela no seu lugar, à qual se obriga por ficar a igreja distante e por vezes ser difícil lá chegar.* Livro n.º 170, fl. 117 v.–120 v.
[408] *Idem*.

À escolha do orago, não deve ter sido indiferente a existência, do outro lado da serra, de uma igreja – Santa Maria de Fiães - onde S. Bento era cultuado, nomeadamente pelos habitantes de Castro Laboreiro.

Sendo uma capela particular construída num lugar com poucos habitantes e de acessibilidades difíceis, o que, se, por um lado, justificava a sua existência, por outro, era necessário ter consciência que as esmolas deveriam ser exíguas, não chegando, provavelmente, para a sua conservação. Não nos surpreende, por isso, que, em 1793, o visitador tenha ameaçado o administrador da capela por não ter satisfeito o capítulo da visita anterior, e o ameace com o agravamento para o dobro (1.000 réis) da pena a aplicar «para cujo fim o reverendo pároco proceda na forma do mandado para a vir pagar, e no termo de seis meses lhe dê inteira satisfação, pena a pagar de mil réis de sua bolsa» [409]. Segue-se uma disputa entre o administrador que não respeita as recomendações do visitador e este que tenta, através da duplicação das penas monetárias, fazer com que aquele cumpra as suas obrigações. Esta situação explica porque, na maior parte dos casos, a Mitra Bracarense fosse tão exigente com os instituidores no que à dotação de património respeitava.

O administrador, todavia, nem com as ameaças cumpre, e, dois anos mais tarde, em nova visita, nova sentença: «O administrador da capela de S. Bento não deu inteiro cumprimento às capitulações nas visitas passadas, pelo que paga a pena e lhe dará cumprimento em dois meses sob pena dobrada [410].

As visitas sucedem-se ao ritmo de dois em dois anos, assim como as ameças, mas de nada valem [411].

Neste mesmo ano de 1799, a 30 de outubro, o doutor provisor das visitas e devassas declara o administrador incurso na pena de dois mil réis e obriga-o a que o pagamento seja feito na sua presença, certamente para o poder repreender severamente [412].

No relatório da visita seguinte, realizada a 10 de agosto de 1804, não aparece qualquer referência a este incumprimento, não obstante o visitador ter exarado: «O R.$^{do}$ Pároco em tudo cumpra, guarde, faça cumprir e guardar, os capítulos das visitas passadas que não estiverem inteiramente revogados» [413], pelo que dá a ideia de que algumas obras terão, efetivamente, sido realizadas.

Passados 12 anos, em nova visita, realizada a 1 de agosto de 1816, o visado é o tesoureiro a quem é recomendado que mande caiar, por dentro, a capela: «O tesoureiro da capela de S. Bento, no preciso termo de um mês, mandará dealbar por dentro a mesma e sendo omisso fique condenado» [414].

Uma vez mais a recomendação *caiu em saco roto*. O registo da visita tem, na margem, a nota seguinte: «Não cumprirão».

Até há bem poucos anos, nas aldeias de montanha, era usual os animais domésticos circularem livremente pelos caminhos e arruamentos [415], entrando, por vezes, nos adros das igrejas e das capelas. Para obviar a estas situações, foram construídas, à entrada dos adros, os chamados *fojos*, compartimentos encimados por uma espécie de colunas triangulares com um vértice voltado para cima de modo a que, quando os animais tentassem passar, os cascos escorregassem e voltassem para trás [416].

---

[409] **ADB**, *Visitas Devassas*, 1793, 8 de setembro. Livro n.º 162 C, fl. 29 v.
[410] *Idem*, fl. 31.
[411] *Idem*, fl. 38.
[412] *Idem*, fl. 39.
[413] *Idem*, fl. 40 v.
[414] *Idem*, fl. 56 v.
[415] Costume muito antigo com origem na história do «porquinho de Santo Antão».
[416] Ainda hoje podemos ver algumas destas construções a que o povo chamava «fojo», certamente por influência do nome dado aos fossos, «fojos», para capturar os lobos.

Em visita efetuada no dia 18 de julho de 1818, são feitas novas exigências ao administrador [417]: «Na Capella de S. Bento, lugar desta freg.ª de Castro Laboreiro, há manifesta precisão de huma vestimenta varia (…) e o mesmo [administrador] fara huma parede defronte da porta da mesma Capella com formalidade de adro e fojo para o ingresso na mesma para evitar as indecências a que esta exposta de animaes imundos no tr.º de seis mezes, pena de outros mil reis» [418].

O administrador, uma vez mais, não cumpriru e teve de pagar a coima respetiva de 1.000 réis, de acordo com as notas que encontramos na margem. A primeira diz: «Não cumprirão este mandato. Sousa.» A segunda, «Pagou Manoel Esteves de multa 1000».

Na visita realizada no dia 10 de novembro de 1824, o visitador não tem contemplação com o administrador e resolve suspender a realização de qualquer ato de culto – situação assaz recorrente [419] - na capela de S. Bento de Várzea Travessa, e estabelecer um prazo de dois meses para realizarem as obras de que a capela necessitava [420].

O administrador não teve outro remédio senão cumprir as determinações do visitador que, no ano seguinte, escreve: «a de S. Bento, venerada por muitos herdeiros, está decente» [421]. Perante um historial de tantos incumprimentos, era necessário que o pároco não esmorecesse no controlo, como se depreende dos capítulos da visita realizada no dia 25 de abril de 1831 – e já lá vão mais de 30 anos de repreensões -, nova exigência para «fazer hua alva, huns corporaes, hua colherinha e dealbar a Capella, ao menos por dentro no prazo de seis /meses/ passados os quaes o Parocho procederá contra eles», incorrendo em mais uma pena de mil réis [422]. 14 anos mais tarde, a capela já era administrada pelo povo, embora continuasse *indecente*: «Outra capela no lugar de Várzea Travessa, orago São Bento, administrada pelo povo e tem para fábrica o rendimento de um campo e não obstante a sua indecência, se diz nella missa todos os Domingos e Dias Santos» [423].

Certamente que os desmandos não se ficaram por aqui, uma vez que a sua reconstrução só se veio a verificar no ano de 1989. O que se passou entre 1831 e 1989 terá de ficar para outra oportunidade, mas este relato é suficiente para ficarmos com uma ideia dos processos por que passaram muitas das nossas capelas – e, até, igrejas -, algumas das quais abordaremos na presente dissertação, e cujo destino, não raras vezes, foi a ruína ou a demolição.

### 3.3.3. Mosteiro de S. Salvador de Paderne

Não se sabe ao certo qual a origem do mosteiro feminino de S. Salvador de Paderne que, inicialmente, terá sido dúplice [424]. A verdade é que, em 16 de abril de 1141, D. Afonso Henriques, reconhecido pelo apoio que lhe foi prestado pela abadessa do mosteiro de Paderne, D. Elvira Serracins, aquando da tomada do castelo de Castro Laboreiro, fez a esta doação do couto de Paderne [425].

---

[417] Nos capítulos desta visita, há uma referência às obras de construção e pintura do camarim do altar-mor e dos dois altares colaterais. Tem, à margem, a nota seguinte: «Pintado o camarim. Sousa. O escultor já trabalha nos dois retábulos, e já lhe derão dinheiro em princípio de pagamento. Sousa.»

[418] **ADB**, *Visitas Devassas*, 1818, 18 de julho. Livro n.º 162 C, fl. 62.

[419] Cf. **ADB**, *Registo Geral*, 1718 – "Obrigação à fábrica da capela de Nossa Senhora da Abadia, a favor de André Alves, que após a visita do Arcebispo Primaz ter fechado a capela e ter dado um ano para a porem decente, pede agora para que se volte a poder lá dizer missa". Livro n.º 44, fl. 141 v.

[420] **ADB**, *Visitas Devassas*, 1824, 10 de novembro. Livro n.º 162-C, fls. 76 v.–77 v.

[421] **ADB**, *Visitas Devassas*, 1825. Livro n.º 758, fl. 13 v.

[422] *Idem*, fls. 89 v.-90.

[423] **ADB**, *Visitas Devassas*, 1845. Livro n.º 750, fl. 12 v.

[424] ARAÚJO e SILVA (1985): O. c., p. 156.

[425] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 85.

Segundo Avelino Costa, tratava-se de um mosteiro que seguia a *Regra de S. Bento* [426], embora tenha passado para os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho antes de 1125 [427], em que perseverava ainda em 1758: «O parrocho desta igreja hé vigario trienal o reverendo padre D. Prior deste mosteiro apresentado pello Reverendissimo Padre Geral dos conegos regulares de Santo Agostinho e tem mais hum cura annual apresentado pello reverendo padre D. Prior desse mosteiro» [428].

Araújo e Silva informam-nos que, após ter-se unido à Congregação de S.ta Cruz de Coimbra, em 1594, veria a quinta vendida «e o mosteiro suprimido em 1770, sendo os religiosos transferidos para Mafra, onde entraram em abril de 1771, continuando-lhe, contudo, afectas as rendas» [429].

Em maio de 2019, constatámos a grandiosidade de um monumento que guarda marcas das várias fases construtivas por que passou, «igreja de base românica que sofreu alterações significativas no período barroco» [430], sendo de salientar os belíssimos pórticos de arquivoltas profusamente decoradas. Infelizmente, não podemos deixar de fazer nossas as vozes de revolta que ouvimos de alguns paroquianos pelo estado de abandono em que se encontra este monumento nacional, com vegetação no telhado a ameaçar a degradação do mesmo.

### 3.3.4. Mosteiro de S. Paio de Paderne

Segundo Carvalho da Costa, a fundação do mosteiro de S. Paio de Paderne deve-se à rainha Dona Paterna, esposa do rei Ramiro I, de quem o vale toma o nome de "Paderne": «quando ella então não fosse a fundadora daquelle Mosteiro [Santa Maria de Fiães], o seria do de S. Payo, que no termo de Melgaço houve» [431].

Os documentos relativos à igreja de S. Paio de Paderne são muito antigos, remontam ao tempo da infanta Dona Urraca que, em 1071, como forma de expiar um assassinato cometido pelo seu filho, resolve doar «a Santiago de Compostela metade do "*monasterium Sancti Pelagii de Paderni* (…) cum suis piscariis et cum suis hominibus et cum omnibus suis"» [432]. Em 1125, a rainha D. Teresa, juntamente com a igreja de S. Vicente na margem do Minho, doa-a à Sé de Tui.

A sua passagem a igreja secular deve ter acontecido durante o século XII, visto que, a partir de 1156, momento da «divisão das igrejas e arcediagos da diocese de Tui» em que foi entregue ao «Cabido "in Valadares nomasterium Sancti Pelagii de Paterni cum omnibus ecclesis et pertinentiis suis" [433], nunca mais se ouviu falar do mosteiro de S. Paio de Paderne.

Segundo a tradição que ainda se pode recolher entre os moradores da paróquia, o mosteiro de S. Paio era mais antigo que o do Divino Salvador de Paderne, tendo sido integrado na doação do couto a este último e, mais tarde, extinto.

Embora as últimas obras de reconstrução do frontispício datem de 1930, basta dar uma volta pelo adro e observar as fachadas e os muros para encontrar elementos graníticos que testemunham as várias remodelações. Desde logo silhares com decoração, vãos que foram tapados, como uma porta voltada a sul rematada por um arco ligeiramente apontado, ou algumas aduelas dos três arcos da fachada principal, cuja entrada se encontra reduzida a um pórtico ladeado por duas colunas cujos capitéis mostram antiguidade.

---

[426] *Idem*, p. 93.
[427] *Idem*, p. 105.
[428] *MP*, II, p. 165.
[429] ARAÚJO e SILVA (1985): O. c., p. 156.
[430] Vide placa informativa da responsabilidade do Município de Melgaço.
[431] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 293.
[432] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 112.
[433] *Ibidem*.

Como reminiscência do culto a S. Bento, uma imagem do Padroeiro da Europa com barbas, vestido de hábito com cogula, báculo na mão direita, *Regra* aberta na esquerda e corvo sem pão no bico aos pés.

### 3.3.5. S. Bento de Barata, S. Paio

Partindo da vila de Melgaço em direção a Fiães e Castro Laboreiro, encontrámos, logo no início da subida, a freguesia de S. Paio que, em 1758, tinha 33 lugares. Aí, no lugar de Barata, existe uma capela da invocação de S. Bento, santo milagroso, como documentam os inúmeros ex-votos de cera (pernas, braços, miniaturas de crianças, etc.) guardados na capela.

Como vimos, aqui teria existido um mosteiro beneditino fundado pela rainha Dona Paterna, mulher do rei Ramiro I, rei das Astúrias.

Compulsadas as *Memórias Paroquiais*, ficámos a saber que, nessa altura, existiam quatro capelas na freguesia, mas nenhuma em honra de S. Bento. A única capela existente no lugar de Barata tinha Nossa Senhora do Bom Despacho como orago e o seu administrador era Manuel Fernandes, da freguesia vizinha de Roussas [434].

Em visita à capela, verificámos que quem se encontrava em posição central no altar-mor era Nossa Senhora, ladeada por S. Bento, do lado do Evangelho, e Santo António. Constatámos, assim, estar perante mais um caso em que o culto local a S. Bento suplantou o de Nossa Senhora do Bom Despacho.

É nas traseiras desta capela que, segundo a lenda, se encontra sepultado Tomás Joaquim Codeço, líder de uma quadrilha, conhecido, entre o povo, por Tomás das Quingostas [435], que vivia no lugar de Sante. Era um homem destemido que enfrentou, por várias vezes, a guarda real, mas acabou detido por um grupo de soldados, fuzilado e decapitado: «E, depois de o mandar decapitar, enviou acabeça como troféu à rainha, vindo o seu corpo a ser sepultado nas traseiras da capela de S. Bento de Barata» [436].

## 3.4. MONÇÃO

Monção é mais um concelho com uma forte presença beneditina, a começar pela própria vila muralhada. Entre os nomes atribuídos às quatro portas da muralha estava o de «S. Bento»: a de Salvaterra, a do Rosal, a da Fonte, & a de S. Bento [437]. Esta porta viria a ser demolida em 1882, com a construção das novas vias rodoviárias, a atual estrada nacional n.º 202 que liga Monção a Melgaço [438].

A atribuição do nome de S. Bento a uma das portas da praça-forte de Monção deve-se à existência, intramuros, não só de uma capela de S. Bento, mas tamtém de mosteiros que seguiam a *RB*: «Dos ditos sete baluartes que ficam da parte do Norte contra o dito Reino da Galiza, ao primeiro que está ao Nacente desta villa se chama de São Bento por naquele lugar ter havido hum convento do glorioso patriarca S. Bento que, desamparando-o foram para Braga honde estiveram athé que se lhe fundou convento na villa de Barcelos honde existem» [439].

[434] Não nos surpreende esta ligação entre as freguesias vizinhas de Roussas e S. Paio. Na realidade, toda esta região era terra de beneditinos. O próprio mosteiro de Santa Maria de Fiães, que seguira a *Regra de S. Bento*, tinha várias herdades na freguesia de Roussas.

[435] Quingostas é o nome de um lugar da freguesia de S. Paio, concelho de Melgaço.

[436] Cf. CAMPELO, Álvaro (2002): *Lendas do Minho*. Valença do Minho: Associação de Municípios do Vale do Minho, pp. 67 e 69.

[437] *Corografia Portugueza*, I, p. 210.

[438] No dia 1 de abril de 1914, iniciaram-se as obras de demolição da muralha por causa da construção da linha de comboio.

[439] *MP*, II, p. 210.

As marcas de S. Bento no território monçanense perdem-se no tempo e interligam-se com a história da fortaleza de Monção [440] que tem, do outro lado do rio, já em território galego, uma outra fortaleza, Salvaterra do Miño, não frente-a-frente, mas aproveitando duas ligeiras arribas das margens do rio Minho.

As duas estão irmanadas nas lutas entre o reino de Portugal e o reino da Galiza, de tal modo que ora os portugueses ocupavam as praças galegas ribeirinhas, ora os galegos ocupavam vilas e fortalezas portuguesas.

Se observarmos a planta da fortaleza de Monção relativa ao ano de 1802, verificamos, a noroeste, a existência de um baluarte que dá pelo nome de «S. Bento». Também a porta situada a leste recebeu o nome deste santo. A razão para este facto encontrámo-la se recuarmos cerca de cem anos, ao tempo das Guerras da Restauração. Na realidade, ali existiu um convento de monjas beneditinas, o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, que teve de ser sacrificado para a construção do referido baluarte, como refere D. Francisco Senra: «o encerramento do Mosteiro Beneditino de Monção deveu-se à interminável guerra da independência, a qual levou o rei D. Pedro II (1683-1706) a restaurar a praça de Monção, por isso ordenou a demolição imediata do Mosteiro das Beneditinas de Monção» [441].

Refira-se que a fortaleza de Monção se encontra classificada como monumento nacional desde 1910, decreto de 16 de junho.

### 3.4.1. S. Bento dos Capuchos, vila de Monção

As *Memórias Paroquiais* referem a existência, em Monção, de três conventos, dois dos quais começados a construir em 1750: «Tem esta villa ao prezente tres conventos, hum de religiosas de São Francisco e hé da Ordem Terceira (…); Há hum convento ou caza da Congregação de São Felipe Neri em que dão aulas de estudo e hum hospicio de padres capuchos da Provincia da Conceição que hum e outro principiaram a sua construção no ano de mil sete centos e cincoenta» [442].

O convento de S. Francisco de Jesus, como era chamado aquando da sua fundação, em 1563, foi abandonado em meados do século XVIII, e, posteriormente, integrado no convento dos Capuchos da ordem dos Religiosos de S. António, que viria a ser extinto, como os demais, em 1834. Construído para «freiras da Terceira Ordem de S. Francisco, esteve de início sob a obediência do bispo de Tui, mas anos volvidos passou à jurisdição do Arcebispo de Braga. Em 21.6.1769, foram estas religiosas recolhidas no convento de S.ta Isabel de Braga e aquele conv. entregue à Fazenda Nacional» [443].

Aqui funcionou o Hospício de N.ª S.ª da Glória e de S. Bento, conhecido como Hospício de Santo António (Capuchos), autorizado por alvará de novembro de 1749. A construção da igreja ficou a dever-se a um militar benemérito, Manuel Marinho de Castro, coronel, da vila de Monção, que doou 12.000 cruzados para o efeito, e permitiu que a fundação do hospício se concretizasse [444].

---

[440] Cf. «Do castelo Medieval de Monção construído no tempo de D. Dinis (1305 a 1308), resta apenas um trecho junto ao passeio dos Néris. Devido à intensificação das guerras à mão armada, construiu-se uma muralha mais extensa, que compreendia cinco portas: a de Salvaterra, do Rosal, da Fonte ou das Caldas, de S. Bento e as do Sol ou dos Milagres». **In***: http://www.cm-moncao.pt* (acedido a 15 de dezembro de 2017).

[441] Alocução proferida na Igreja de Nossa Senhora do Terço, em Barcelos, no dia 19 de fevereiro de 2013, por ocasião das comemorações dos 300 anos da fundação do mosteiro beneditino de Barcelos (1713-2013).

[442] *MP*, II, p. 213.

[443] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 224.

[444] «Hey por bem fazer merce aos supp.tes de q̃ se possa na d.ta villa fundar o Hospício de que se trata para os religiosos de S.to Antonio (…) possão habitar até oito religiosos, entre sacerdotes e leigos», **in ADB,** *Monástico-conventual*: MONÇÃO, N. Senhora da Glória e de S. Bento, hospício de; F 12, doc. n.º 7.

### 3.4.2. Mosteiro de N. Senhora da Conceição, vila de Monção [445]

O mosteiro de Nossa Senhora da Conceição havia sido construído por Paio Gomes Pereira, por volta de 1550, para freiras dominicanas, mas, pouco tempo depois, aderiu à *Regra de S. Bento*. Era de invocação de Nossa Senhora da Conceição [446].

Na sequência das **Guerras da Restauração** [447], no princípio do déculo XVIII, o mosteiro teve de ser demolido para se reforçar a defesa da praça-forte com a construção de um baluarte que ficou conhecido como *baluarte de S. Bento*: «Dos ditos sete baluartes que ficam da parte do norte contra o dito Reino da Galiza, ao primeiro que está ao nacente desta villa se lhe chama de São Bento por naquele lugar ter havido um convento de religiosas do gloriozo patriarca S. Bento que desamparando-o foram para Braga (…). Tem cinco portas de entrada a saber, as ditas do Sol, São Bento, Caldas, Salvaterra e Rozal» [448].

Embora esta seja a justificação prática, a verdade é que a vida monástica neste convento não era propriamente exemplar, como se depreende dos capítulos de visitação.

Possuidor de vários bens imóveis e padroados, a ele se deve a dedicação a S. Bento de algumas capelas do concelho de Monção, como as de Bela e de Portela, localidades onde detinha bens [449].

Não obstante a saída, em 1713, das freiras beneditinas para Barcelos, a presença de S. Bento viria a ser retomada em 1746 com a fundação do convento (hospício) sob a invocação de Nossa Senhora da Glória e de S. Bento, embora integrado na Venerável Ordem Terceira de S. Francisco.

Pela análise dos documentos referentes a esta instituição, podemos confirmar a existência da porta de S. Bento que serviu de local de passagem de uma conduta de água, como encontrámos no requerimento dirigido ao general responsável pela administração da fortaleza [450].

Os moradores da vila de Monção não gostaram de ver as monjas beneditinas serem transferidas, primeiro para Braga e, de seguida, para Barcelos. A sua devoção ao Patriarca S. Bento levou-os a avançar, em 1734, com uma petição ao arcebispo de Braga para que os autorizasse a, à sua custa e despesa, «erigir uma capela ao Patriarcha Sam Bento em sitio onde estava o mosteiro das Rellegiosas», solicitando, para o efeito, uma provisão de demarcação do terreno [451].

---

[445] Cf. ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 91.

[446] *Idem*, pp. 71 e 72: «Mosteiro de monjas beneditinas primeiramente fundado em Monção sob a invocação de N.ª S.ª da Conceição, a expensas de Paio Gomes Pereira, para freiras dominicanas. Pouco tempo depois, adoptou a observância beneditina. A sua comunidade foi três vezes transferida para Braga durante as Guerras da Restauração, entre 1659 e 1704. A última foi definitiva, porque o mosteiro de Monção foi demolido para alterar as muralhas da vila. Ali ficaram, juntamente com as monjas do Salvador, até 1713, enquanto se construía novo mosteiro em Barcelos, para aí mudando nesse ano. Fechadas as portas do noviciado pelos decretos de 1833, as duas únicas monjas que tinha em 1846 foram enviadas para Viana do Castelo, e o mosteiro cedido à Irmandade de N. Senhora do Terço».

[447] Cf. «No início do século XVIII e sob a direção do engenheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos procedeu-se a alterações na fortificação. No Arquivo Histórico Militar em Lisboa existe uma planta datada de 29 de dezembro de 1713, assinada por aquele militar. Pela legenda que a acompanha verifica-se estarem os trabalhos ainda muito atrasados. Por exemplo, os baluartes apenas tinham os taludes, faltando-lhes a ligação às muralhas. O de São Bento estava em fase de conclusão, mas também ainda não estava ligado à muralha pelo lado do rio Minho. Os fossos estavam já abertos, mas não protegidos por escarpas, contra-escarpas, estradas cobertas, parapeitos e esplanadas». **In**: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1286, (acedido a 25 de novembro de 2017).

[448] *MP*, II, p. 213.

[449] Cf. **ADB,** *Monástico-conventual*: BARCELOS, mosteiro de S. Bento, e MONÇÃO, mosteiro de Nossa Senhora da Conceição.

[450] **ADB,** *Monástico-conventual*: MONÇÃO, Nossa Senhora da Glória e S. Bento: "1762, 22 de novembro – Licença do general para se trazer agoa por baixo das portas de S. Bento" (doc. 2).

[451] **ADB**, *Registo Geral*, 1738, 2 de junho – "Obrigação à fábrica da capela de S. Bento, a favor dos moradores da vila e praça de Monção que de novo querem erigir a dita capela para lá se poder dizer missa". Livro n.º 91, fls. 137 v.-141 v.

Tratou-se de um processo moroso devido à sede vacante por morte do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e porque as reestruturações e o reforço das medidas defensivas tinham sido estudadas e implementadas de acordo com as estratégias militares, de tal modo que, só em 1747, é que obtiveram provisão de licença para «poderem erigir de novo uma capela em honra de São Bento no lugar designado na dita provisão».

As marcas beneditinas, extramuros da vila de Monção, são, também, em números significativos. Começamos por S. Bento da Torre, na freguesia de Bela.

### 3.4.3. S. Bento da Torre, Bela

No terceiro domingo de julho, celebra-se, na freguesia de Nossa Senhora «Bela», a festa de *S. Bento da Torre*, assim chamado por causa do topónimo onde tem a sua capela.

O culto a S. Bento no alto Minho assumiu tal importância que, quando observamos um mapa dos caminhos de Santiago, do ano de 1705, aparece uma localidade referida, simplesmente, como «S. Bento», e com tal destaque que só as sedes dos concelhos da beira Minho apresentam: Caminha, Villa Nova de Cervera, Valença, Monçao, S. Bento e Malgazo.

Um estudo um pouco mais aprofundado no sentido de identificarmos que local de culto era este levou-nos à capela de S. Bento da Torre, na freguesia de Bela, concelho de Monção. Na realidade, só um local defensivo poderia ombrear com as praças-fortes ou fortalezas assinaladas no mapa suprarreferido.

A designação «Torre» estará, certamente, relacionada com a sua proximidade da Galiza – apenas o rio Minho separa os dois países -, e, por isso, não é de estranhar que aqui tenha existido uma construção defensiva medieval.

Em 1758, a capela de S. Bento da Torre era objeto de duas romarias: uma a 21 de março e outra a 11 de julho, como relata o vigário João de Azevedo nas *Memórias Paroquiais* [452].

Refira-se que, aquando da nossa visita [2017], a capela possuía as três imagens referidas por Carvalho da Costa com a mesma disposição.

Quanto à origem do culto a S. Bento neste local, não é de estranhar, uma vez que o convento beneditino feminino da vila de Monção, que já referimos, aqui possuía várias propriedades, como se comprova com documentos vários existentes no fundo do mosteiro de S. Bento, na cidade de Barcelos, relativos à freguesia de Bela [453].

A informação sobre esta capela é relativamente pouca. Não localizámos o documento da sua fundação nem conseguimos saber quem foi o seu instituidor. Sabemos, apenas, que, em 1754, foi nomeado para sacristão Francisco Álvares Torres, clérigo *in minoribus*, desta freguesia [454].

Em 1845, o visirador de Monção dá nota positiva ao seu estado de conservação: «Tem esta freguesia uma capella no lugar da Torre, orago S. Bento, fabricada pelo parocho com as esmolas dos fieis; esta segura, decente e tem paramentos pera nella se celebrar» [455].

### 3.4.4. S. Bento da Lapela (ex-Nossa Senhora dos Prazeres)

Durante algum tempo, a história da origem e fundação da capela de S. Bento da Lapela foi um enigma difícil de decifrar. Se, por um lado, se verifica, *in loco*, a existência de uma ermida particular dedicada ao «nosso» santo milagreiro, por outro, é muito estranho que a Memória

[452] *MP*, II, 190.
[453] **ADB,** *Monástico-conventual*: MONÇÃO, Mosteiro de S. Bento. Livro n.º 2 - "Documentos sobre as freguesias de Bela e Borrosa".
[454] **ADB**, *Registo Geral*, 1754, 10 de setembro – "Registo de provisão e carta para sacristão da capela de São Bento da Torre, a favor de Francisco Álvares Torres, clérigo in minoribus, filho de Jerónimo Álvares e de Mariana Domingues, da freguesia de Nossa Senhora a Bela, termo de Monção. Livro n º 113, fls. 9v - 10 v.
[455] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Informações de visita – arciprestado de Monção". Livro n.º 750, fl. 7 v.

enviada à Academia das Ciências, em 1758, não a refira, ao contrário da informação relativa à existência de um castelo que foi, parcialmente, demolido aquando das obras de fechamento da muralha da fortaleza de Monção, restando, apenas, a imponente torre de 35 metros de altura reedificada por volta de 1940: «e se antigamente inexpugnavel e depois reconheceo a experiencia de novos arteficios melitares o pouco que podia defender-se por estar [o castelo] condenado de muitas eminencias que à roda tinha, pelo que se desfez pera se fortificar a praça de Monção. E somente pera a memoria ficou a torre, que há muito alta, a que chama Varanda do Castello (…)» [456].

Não existindo qualquer referência a uma capela em honra de S. Bento nesta freguesia, fomos rever as fotos tiradas aquando da segunda visita ao local e à capela que, atualmente, tem como orago S. Bento. No altar-mor, do lado do Evangelho, reparáramos na existência de uma imagem bastante antiga de Nossa Senhora dos Prazeres. Regressámos às *Memórias Paroquiais* e qual não foi a surpresa ao verificar a referência a uma capela em honra de Nossa Senhora dos Prazeres: «Em a Quinta do Verdial que hé de Luís Antonio de Barros Lima Sotomaior, juiz proprietario da Alfandega de Monção e de sua molher Donna Jacinta Andrea de Lira Sotomaior mistica (sic) as cazas; esta capella hé de Nossa Senhora dos Prazeres, em cujo dia se festeja por obrigação do morgado e há gibaleo (sic) [jubileu]» [457].

Constatámos, assim, tratar-se de uma capela que, ao longo dos séculos, mudou de orago, ou seja, de Nossa Senhora dos Prazeres, em 1758, para S. Bento.

A capela de Nossa Senhora dos Prazeres foi edificada pelo reverendo Manuel Lourenço Soares de Lima à qual fez dotação de património em 1707 [458].

Trata-se, pois, de mais uma capela cujo orago principal foi substituído por S. Bento. A última referência a esta capela data de 1845 e é o relato do visitador, o arcipreste de Monção: «Tem esta freguesia uma capella na quinta do Berdial, orago a Senhora dos Prazeres, é administrada pelo morgado da mesma quinta, está segura, decente e tem os paramentos necessários para nella se celebrar» [459].

### 3.4.5. S. Bento de Valinha, Moreira

A capela de S. Bento, situada no lugar da Valinha, freguesia de Moreira, hoje, capela pública, foi, outrora, particular e pertença de Manuel Ribeiro Moscoso, de acordo com uma placa colocada no murete que envolve a referida capela e onde se pode ler: «"Oferecida" à Paróquia pelo senhor Manuel Ribeiro Moscoso, em 1979». Foi restaurada no ano de 1985, seis anos depois de ter sido oferecida à Paróquia, como consta de outra lápide colocada no murete suprarreferido: «À Câmara Municipal e a todos quantos contribuíram para o restauro desta capela – 30-11-1985».

Segundo o morador ao lado da capela, a mesma foi construída por um indivíduo natural de Barcelos. Em seguida, vendeu a quinta a um senhor de Guimarães que a foi trespassando, até que, já no século XX, foi adquirida pelo sr. Moscoso.

Situada no largo de S. Bento, esta capela foi construída no ano de 1725, segundo inscrição por cima da porta de entrada.

Esta capela de S. Bento, com o largo e os arruamentos que a envolvem, não deixa margem para qualquer dúvida em relação ao orago, sendo mais uma que confunde os investigadores. Desde logo, por não aparecer referida como tal nas *Memórias Paroquiais*. Nas freguesias de Moreira e vizinhas, toda a gente conhece a capela de S. Bento de Valinhas. Para os

[456] *MP*, II, p. 196.
[457] *MP*, II, p. 197.
[458] **ADB**, *Registo Geral*, 1707, 23 de junho – "Obrigasam a fabrica da capp.ª da freg.ª Verdeal q̃ fes o R.do Abb.e, L.ço Soares de Lima[458] , Livro n.º 25, fls. 199-200 v.
[459] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Informações de visita – arciprestado de Monção". Livro n.º 750, fl. 16 v.

investigadores de fora, já não é tão fácil. Na realidade, no nicho colocado por cima da porta principal, a imagem granítica que se observa não é de S. Bento, mas de S. João! No interior, na tribuna do altar-mor, também está uma escultura de S. João Batista. Revisitadas as *Memórias Paroquiais*, constatamos a existência, nesta freguesia, de uma capela particular em honra de São João Batista «de que hé padroeiro Carlos Luis». Está o mistério desfeito. Mais uma capela conquistada por S. Bento, desta feita a um dos maiores santos populares: S. João Batista.

No ADB, encontrámos vários documentos relativos a esta capela:

A) 1725, 24 de janeiro – "Registo de papéis a favor de Isabel Fernandes e seus filhos, moradores na freguesia de Santa Maria de Moreira do termo de Monção" [460];

B) 1725, 29 de janeiro – "Provisão a favor de Isabel Fernandes e seus filhos, moradores na freguesia de Santa Maria de Moreira do termo de Monção" [461];

C) 1743, 29 de janeiro – "Provisão para ter confessionário na capela" [462].

---

[460] *Fl. 265 v.:*

«*Reg.to de papeis a favor de Izabel Frz. E seus f.os moradores na freg.ª de S.ta M.ª de Mor.ª do tr.º de Monçao. P.am*

*Fl. 266:*

Illustrissimo Senhor,

Dis Izabel Fernandes e seus filhos, Francisco João e Luis Francisco, moradores na freguesia de Santa Maria de Moreira do termo de Monção, comarca de Vallença deste Arcebispado, que eles movidos com o zello e devaçam que tem a Sam João Baptista dezejão eregir-lhe hua cappella e doar-lhe e (…) os seus terços que esses são em bens livres, digo, em bens dízimos a Deos e esta seja situada no lugar da Valinha da mesma freguesia, a qual dista da igreja parochial e a dita Izabel Fernandes, veuva, seja ja mulher velha e deseja ter ocazião de se encomendar ao dito Santoe a que os vezinhos do dito lugar tinhão mais ocasião de venerarem ao dito Santo e louvarem a Deos, Pedem a Vossa Illustrissima, se digne conceder-lhe licença para que possam eregir a dita cappella, não entravando os direitos parochiais que esta celebrando-se e nella os officios divinos, se de para a administração dos sacramentos e visibilidade do mesmo Parocho

*Fl. 266 v.:*

Moradora em o lugar da Valinha, freguesia de Moreira desse termo de Monção (…)

*Fl. 291*:

Illustrissimo Senhor,

A cappella que os suplicantes pretendem eregir fica desviada da igreja e em lugar que tem trinta vezinhos, enforma o reverendo Parocho sera útil para a administração dos sacramentos, dotão bens bastantes para a fabrica e nelles fazem vinculo. Pode Vossa Illustrissima sendo servido mandar se registem os requerimentos, informação e despachos e as verbas da carta de formal e satisfeito que o escrivão da Camara passe Provizão de Licença para se eregir a cappella com declaração que seja desviada da casa porta principal para o comum e se terá sempre pronta para quando o reverendo Parocho quizer delle administrar os sacramentos e que a ponhão desente com os paramentos

*Fl. 291 v.*:

Necessários e satisfeito requererão para ser benzida. Braga, 23 de janeiro de 1725». Livro n.º 125, fls. 265 v. – 292.

[461] «*Provizão a favor de Izabel Frz. e seus f.os na freiguesia de S.ta Maria de Moreira do tr.º de Monção para eregirem hua cappella.*

Dom Rodrigo de Moura Telles, por merce de Deos e da Santa Se (…) petição da supplicante Izabel Fernandes e seus filhos (…) cappella de Sam Joam Baptista que se pretende fazer, damos licença para se eregir a ditta capella de que se trata (…) que sera desviada das casas com a porta principal para o comum e estar sempre pronta para quando o reverendo parocho quizer nella administrar os sacramentos e que a ponhão desente e com os paramentos necesarios (…)». Livro n.º 87, fls. 243 243 v.

[462] «Reg.to de papeis p.ª ter comfisionr.º a favor de Luiz Fr.co, m.or no luguar da Valinha, freg.ª de Morr.ª, tr.º de Monsão, com.ca de Valensa deste Arcebispado Primaz.

Serenissimo S.or

Diz Luiz Fr.co, m.or no luguar da Valinha, freg.ª de Mor.ª, tr.º de Monsão, com.ca de Valensa deste Arcebispado Primaz e ademenistrador da capp.ª da imvocasam de Sam João Bap.ta sita no mesmo luguar q.e pella couza de distansia da igr.ª matriz e pera satisfazer a devosão de pessoa velhas tanto da sua famillia femenina (…) digo, de sua famillia como do mesmo luguar e tambem a mais famillia femenina da casa della supp.te e devotam.te custumão frequentar o Sacramento da penitensia recorre ao R.do Cabbido que lhe concedeo o confisionar.º da d.ª capp.ª como consta dos papeis da

*Fl. 430 v.*:

dos Papeis da instituição (…)»

Informação do páraco:

Tendo em conta a distância da igreja e a muita lama nos caminhos em tempo de inverno,

Provizão:

«Dom Joseph (…) concedemos L.ca para na cappella de Sam João Bap.ta de q.e se trata se possa por hum comfesionr.º feito com seus repartim.tos de madeira com suas grades p.ª por ellas se ouvirem as comfisonis, tudo no termo das nossas Pastorais e Constetuhissoni, no coal se poderá a famillia femenina do supp.te confesar e as mais pessoas velhas do mesmo luguar todas

A mudança de orago deve ter ocorrido na passagem do século XVIII para o século XIX, uma vez que, em dezembro de 1845, o visitador diz que o orago é S. Bento: «Tem esta freguesia 2 capellas: (…) outra na quinta da Balinha, orago São Bento. estão seguras, decentes para nellas se celebrar» [463].

### 3.4.6. Mosteiro de S. Pedro de Merufe

O estudo sistemático dos mosteiros que existiram no território da atual diocese de Viana do Castelo encontra-se, ainda, por fazer. Existem alguns estudos realizados pelos professores Avelino de Jesus da Costa e José Marques, mas falta um trabalho semelhante ao que o último desenvolveu em relação à arquidiocese de Braga e que consta da sua tese de doutoramento.

De acordo com as *Memórias Paroquiais*, existiu, na freguesia de S. Pedro de Merufe, um mosteiro beneditino feminino: «a igreja parochial está situada no meio da freguezia, algum tempo foi mosteiro de freiras bentas, ao depois passou a comenda das novas de Nosso Senhor Jezus Chrispto» [464].

Desconhece-se a data da sua fundação, embora se saiba que já existia em 1258 aquando das *Inquirições* de D. Afonso III, como pertença do bispado de Tui. Segundo Avelino de Jesus da Costa, no dia 3 de janeiro de 1461, «a abadessa D. Guiomar Rodrigues renunciou ao cargo, "porque o dicto mosteiro hé muito pobre e minguado e nom se podia em elle manter nem guardar observância regular", sendo então reduzido a igreja paroquial» [465]. Este facto mostra-nos que também não escapou à crise monástica dos séculos XIV e XV.

Aquando da extinção do mosteiro de Santa Maria de Valboa, na freguesia de Campos, Vila Nova de Cerveira, foi para este convento que foi transferida a última freira no ano de 1455.

### 3.4.7. Igreja de S. Salvador de Mazedo

Não queremos terminar este capítulo sobre o culto a S. Bento em Monção, cujo primeiro documento que se lhe refere data de 1186 [466], sem uma referência, ainda que muito breve, à freguesia de Mazedo, por dois motivos. O primeiro devido a esta igreja possuir um belíssimo retábulo-mor em talha dourada de estilo renascença e, do lado da Epístola, uma não menos bela imagem de S. Bento, que nos fazem recordar o altar-mor da abadia de Santo André de Rendufe.

As marcas beneditinas nessa paróquia são explicáveis pela sua ligação ao mosteiro de S. Martinho de Tibães que, aqui, possuía o casal de Requião [467], antes de se transformar num curato do Collegio de S. Bento de Coimbra, como narra Carvalho da Costa: «S. Miguel de Azevedo, Curado do Collegio de S. Bento de Coimbra, que se desannexou do Mofteiro de Tibaens, rende ao Cura vinte mil reis, & quarenta mil reis para os Frades: tem trinta & cinco visinhos. Esta Igreja, & a que se segue, eraõ ambas huma, & entaõ a Parochia em S. Pedro de Varaes, que inda hoje se vè ná serra, & foy Mosteiro da Ordem de S. Bento» [468].

A segunda razão prende-se com a surpresa aquando da nossa visita em setembro de 2017. Logo que entrámos no adro, reparámos na imagem granítica do Divino Salvador que se encontra num nicho imponente por cima da porta principal e que ostentava, na sua mão direita que,

---

as vezes q.ᵉ por sua devosão o quiserem fazer, excepto pella obrigasam de presseito da Quaresma q.ᵉ então o farão na Igreja Matriz donde são obrigados (…)

Aos 23 de janeiro de 1743.»

Registada aos 29 de janeiro de 1743». Livro n.º 158, fls. 430–430 v.

[463] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Informações de visita – arciprestado de Monção". Livro n.º 750, fl. 21 v.

[464] *MP*, II, p. 205.

[465] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): «A Comarca eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo», in *I Colóquio Galaico-Minhoto*. Ponte de Lima, p. 102.

[466] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 87: "1186, D. Sancho I confirmou à Sé de Tui «ecclesia de Mahazedo que Sanctus Salvator Vocatur. (…) cum suis heremitis, scilicet, cum Sancto Petro de Gandera et Sancto Nicholao de Cortes»".

[467] Cf. PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *Tibães, marcos e domínios*. Mire de Tibães: Edição do autor, p. 102.

[468] *Corografia Portugueza*, I, p. 285.

supostamente, estaria a abençar, uma generosa espiga de milho. Refira-se que estávamos em setembro, mês das colheitas, época conhecida entre os agricultores como «o S. Miguel», em virtude da festa deste arcanjo se realizar a 29 deste mês.

### 3.5. PAREDES DE COURA

#### 3.5.1. S. Bento da Porta Aberta, Cossourado

É curioso verificar como, a dezenas de quilómetros de distância de Rio Caldo, as histórias da «porta aberta» se repetem, embora com algumas variantes.

A maior parte daqueles que demandam o santuário de S. Bento da Porta Aberta nas faldas da serra do Gerês - com mais propriedade diremos: «no lado norte do monte de Bouro» - não imagina que, na freguesia de Cossourado, concelho de Paredes de Coura, também aí se localiza um santuário denominado *S. Bento da Porta Aberta.* Neste, não era o santo que abria as portas da capela, mas a própria imagem que saía, quando, à noite, os moradores fechavam as portas e aparecia, na manhã do dia seguinte, em cima de um carvalho situado na envolvente. Esta «fuga» para o exterior, que se repetia diariamente, só terminou quando resolveram colocar umas grades na porta de entrada da capela de modo a que S. Bento, a partir do seu altar [469], pudesse ver o que se passava no exterior, originando a quadra seguinte que, com ligeiras alterações, se ouve tanto em Rio Caldo como em Cossourado: «São Bento da Porta Aberta, / Porque a não tendes fechada? / Quereis ver os romeirinhos / Que vos passam na estrada?»

O aparecimento de imagens sobre as árvores – o caso mais recente é o de Nossa Senhora de Fátima -, em particular, sobre o carvalho, não nos surpreende e pode relacionar-se com a tradição ancestral da sua sacralização – tal como aconteceu com montes e outeiros -, uma vez que esta árvore era considerada sagrada por civilizações anteriores ao cristianismo.

James Frazer, o maior especialista no domínio do culto às árvores na Europa romana e pré-romana, fala-nos na divinização do carvalho pela generalidade das civilizações antigas, a começar pelos gregos e romanos, cujos deuses máximos, Zeus / Júpiter, personificava e «cuya voz se oía tanto en el susurro de las hojas del roble como en el retumbar del trueno». Zeus era considerado o deus do carvalho e da chuva. O seu sacerdote, quando queria obter do deus o dom da chuva, «submergía una rama de roble en una fuente sagrada. En esta ultima calidad Zeus era el dios al que por lo general oraban los griegos para que lloviesse» [470].

O carvalho também assumia o estatuto de divindade para os germanos, lituanos, eslavos e, obviamente, para os Celtas, os quais tinham um deus com o nome «Zeus», como explica Frazer:

> Así, entre los celtas de la Galia, los druidas no estimaban nada tan sagrado como el muérdago y el roble sobre el que crecía, escogían robledales para escenario de su rito solemne y no ejecutaban ninguna de sus cerimonias sin hojas de reoble. "Los celtas – dice un escritor griego – adoran Zeus y la imagen céltica de Zeus es un gran roble". Los conquistadores celtas que se establecieron en Asia en el siglo III antes de nuestra Era, parece que llevaron con ellos el culto del roble a su nuevo país, porque en el corazón del Asia Menor, el Senado gálata se reunía en un lugar que llevaba el nombre céltico puro de Drynemetum, "bosque del roble sagrado" o "templo del roble". Verdad es que el nombre proprio de druidas se cree por buenas autoridades en la materia que no significa otra cosa que "hombres del roble" u "hombres-robles" [471].

[469] Cf. AA. VV. (2002): *As Lendas do Vale do Minho*. Valença do Minho: Ed. da Associação de Municípios do Vale do Minho com a colaboração de Álvaro Campelo do Centro de Estudos de Antrologia Aplicada da Universidade Fernando Pessoa, p. 145.
[470] FRAZER, James (1981): *La rama dorada: magia e religión*. Madrid: Ediciones F. C. E. España, S. A., p. 197.
[471] *Idem,* p. 198.

Neste contexto, revela-se de grande interesse o facto de, relativamente perto do Santuário, existir um castro romanizado que deu nome à freguesia «Cossourado».

No santuário de Nossa Senhora da Conceição, na freguesia de S. João da Cova (Vieira do Minho), atualmente, o pregador faz o sermão numa espécie de púlpito construído sobre um carvalho centenário. Quando o pregador, por desconhecimento, não subia, era o povo que lhe dizia: «Ó senhor Padre, vá pregar *p'rò* carvalho!»

A este propósito, referimos a *capela de Nossa Senhora do Carvalho* [472], também chamada *capela de Nossa Senhora da Purificação*, existente no lugar do Carvalho, na freguesia de Chorente, Barcelos, com uma história muito semelhante em que uma imagem granítica da Virgem Mãe aparece sobre um carvalho, como se pode ler na obra de Frei Agostinho de Santa Maria: «É tradição - que pudemos comprovar e que remonta ao início do século XVIII - que terá aparecido uma imagem de Nossa Senhora sobre um carvalho que, ainda há pouco, se podia ver nas proximidades da capela supra referida » [473].

Esta lenda é semelhante a tantas outras que encontramos neste nosso Minho. Em Melgaço, concelho também do Alto Minho, encontramos uma explicação semelhante para a construção de uma capela dedicada a Santa Ana no exterior da igreja matriz em vez do seu interior, como rezam as *Memórias Paroquiais* da freguesia de Santa Maria de Paços: «e pella mesma razão se diz que o motivo de estar fora a capela da Senhora hé que em o tempo que apareceo nos lemites desta freguezia a puzeram dentro da igreja e que aparecia em o outro dia da parte de fora. E que socedendo isto varias vezes entenderam que queria a Senhora estar em parte donde visse o rio por onde viera por cuja razão se lhe fizera a capella da parte de fora» [474].

A história da capela de S. Bento na freguesia de Cossourado criou-nos alguns problemas de interpretação, uma vez que o registo mais antigo que localizámos, datado de 1627, referia uma capela de S. Bento «sita na portela do lugar de Coura». Como existe uma freguesia com o nome de *Coura*, São Martinho de Coura, ficamos na dúvida. Só após a consulta das *Memórias Paroquiais* e verificada a inexistência, nesta paróquia, de qualquer capela dedicada a S. Bento, é que concluímos que só podia ser em Cossourado, tendo contribuído, para esta conclusão, a referência à *portela*, cuja localização – como sabemos – corresponde ao conceito tradicional de local apertado de passagem, normalmente em forma de /V/, que encontramos na transição de um vale para outro.

Segundo Alves da Cunha, a origem desta capela reside na doação de bens efetuada em 11 de abril de 1578 por Tomé da Silva Antas, comendador da Ordem de Cristo e companheiro de D. Sebastião na guerra do norte de África, a seu genro e primo, Vasco Fernandes de Antas, com as condições seguintes: «fazerem uma egreja ou capella do Patriarcha Sam Bento dos Monges Negros com todo o bom aduvio de ser boa obra e devizom de sua capella e as armas dos Antas sobre a porta principal da dita egreja que ficará n'aquelle citio a la da Portela para S. Miguel de Fontoura» [475].

Em relação à data da fundação da capela, o citado autor é inconclusivo. Refere, apenas, a existência de um «Códice» que se encontra na Torre do Tombo e que contém um requerimento de António Pereira de Sottomaior Antas, «Padroeiro de Santa Maria de Cossourado e Sam Martinho, padroados familiares da Casa do Paço de Antas e *da Capela de Sam Bento* de

[472] Cf. *MP*, I, p.: «tem a capela da Senhora da Purificação no lugar do Carvalho e pertence ao reitor que é capelão nesta freguesia».
[473] Cf. MARIA, Fr. Agostinho de Santa (1712), *Santuário Mariano*, t. IV. Oficina de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa, p. 317 e ss.
[474] *MP*, II, p. 163.
[475] CUNHA, N. C. Alves da (1979): *No Alto Minho. Paredes de Coura*. Braga: ed. do autor. p. 401.

Cossourado»; conclui que, tendo em conta a data de nascimento do mencionado padroeiro em 1628, «a fundação da Capela deve datar, aproximadamente, do princípio do século XVII» [476].

No ADB, encontrámos, embora em muito mau estado, o «Treslado da doação à fábrica da ermida de São Bento, sita na portela do lugar de Coura, que faz Gonçalo Rodrigues e os moradores do dito lugar». De acordo com este documento, que dissipou as dúvidas sobre se se tratava da mesma capela de que estamos a falar, esta [capela de S. Bento] terá sido construída pelos «(…) homens bons da freguesia de S. João do Bico e por eles homens bons, juiz e vereadores adiante declarados, estando todos juntos em Camera disse que por quanto eles neste tinhão feito hua hermida e capela neste concelho, na Portella de Cossourado, da envocação do Glorioso São Bento, na qual (…) a tem preparada de maneira que possa nella se aver missa e fazer ofícios divinos, e era necessario aver obrigação (…) para obras e reparações della»[477].

Não conseguimos, nesta nossa investigação e dadas as limitações de tempo, estabelecer a relação entre o «padroeiro», António Pereira Antas, e os reais fundadores. Sabemos que, em 29 de agosto de 1747, o pároco de Santa Maria de Cossourado obtém licença, a «favor dos devotos do Ofício do Patriarca São Bento, para benzer os altares colaterais» [478].

O número de devotos vai aumentando e, com eles, as esmolas, tornando-se o templo pequeno para receber todos os romeiros. O abade, Gonçalo José Bacelar, juiz e administrador da capela de S. Bento, resolve, então, reedificar a capela-mor [479].

Assim, 22 anos depois de benzidos os altares colaterais de modo a complementarem, no culto e ofícios divinos, o altar-mor, os melhoramentos vão continuar, de tal modo que, em 16 de abril de 1769, os moradores da freguesia obtêm autorização para aumentar a capela-mor em cinco ou seis palmos para a parte de trás a fim de poder albergar o novo retábulo [480].

No virar do século, os moradores conseguem que o arcebispo, D. Frei Caetano Brandão, lhes conceda o privilégio de se poderem confessar na capela de S. Bento, mediante determinadas condições, nomeadamente serem realizadas sempre durante o dia e com a capela aberta[481].

O aumento de peregrinos continuou, de maneira que, em 1808, é feito novo pedido para mais um confessionário, um para homens e outro para mulheres [482].

É curioso notar que, em nenhum dos documentos analisados, aparece a designação de «S. Bento da Porta Aberta» por que é conhecido na atualidade, nomeadamente aquando da realização da inquirição do visitador em 1846: «A de São Bento, colocada n'hum sitio assim chamado; mal paramentada. Filial» [483].

---

[476] *Idem*, p. 402.

[477] **ADB**, *Registo Geral*, 1627, 17 de agosto – "Treslado da doação à fábrica da ermida de São Bento, sita na portela do lugar de Coura, que faz Gonçalo Rodrigues e os moradores do dito lugar". Livro n.º 29, fls. 61 v.-62.

[478] **ADB**, *Registo Geral*, 1747, 29 de agosto – "Registo de provisão de licença ao reverendo pároco de Santa Maria de Cossourado, para benzer os altares colaterais, a favor dos devotos do Ofício do Patriarca São Bento, da dita freguesia". Livro n.º 81, fls. 440-441.

[479] **ABD**, *Registo Geral*, 1749, 28 de novembro [fevereiro na base de dados do **ADB**] – "Registo de provisão a favor de Gonçalo Bacelar, abade de Santa Maria de Cossourado, para reedificar a capela-mor de São Bento". Livro n.º 71, fls. 120 v.-121.

[480] **ADB**, *Registo Geral*, 1769, 8 de maio – "Registo de provisão a favor dos moradores da freguesia de Santa Maria de Cossourado, da comarca de Valença, para fazerem a obra na capela de São Bento da mesma freguesia. Livro n.º 72, fls. 293 v.-294.

[481] **ADB**, *Registo Geral*, 1799, 4 de março – "Provisão para que se possa colocar um confessionário na capela de São Bento, a favor de Manuel Pereira Barbosa, abade da paroquial igreja de Santa Maria de Cossourado, comarca de Valença". Livro n.º 193, fl. 123.

[482] **ADB**, *Registo Geral*, 1808, 13 de dezembro – "Provisão para que se possa colocar um confessionário na capela de São Bento, da freguesia de Santa Maria de Cossourado". Livro n.º 235, fl. 74 v.

[483] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1846 – "Informações do clero, igrejas e mais objetos eclesiásticos – arciprestado de Valença". Livro n.º 756, fl. 19.

Assim, inferimos que terá sido por influência do S. Bento da Porta Aberta, de Rio Caldo (Terras de Bouro), que, desde o ano de 1730 - altura em que a fama dos seus milagres extravasa os limites da freguesia -, tinha adotado esta designação.

### 3.5.2. S. Bento de Vilares, Bico

A coletânea *Lendas do Vale do Minho* apresenta, como já vimos, algumas estórias que se cruzam com as capelas de S. Bento. Depois de termos falado da lenda explicativa da designação de «Porta Aberta» atribuída ao S. Bento que se venera na freguesia de Cossourado, e do «Tomás de Quingostas», também a lenda **A Velha do Bico** usa como cenário uma capela de S. Bento, desta feita a de Vilares, na freguesia de Bico, Paredes de Coura [484].

A festa de S. Bento de Vilares, cujo orago principal partilha o altar-mor com Nossa Senhora das Angústias, realizava-se nos dias 14 e 15 de agosto. Atualmente, dado o despovoamento da freguesia, já não há festa, apenas uma missa.

Segundo os vizinhos e a zeladora - pessoas com quem tivemos o privilégio de falar -, a capela foi construída há cerca de três gerações pela D. Carolina e suas irmãs. Não conseguimos dados que nos permitissem localizar os familiares da D. Carolina. Por outro lado, consultadas as *Memórias Paroquiais*, verificámos que a capela é muito mais antiga que as três gerações de que nos tinham dado conta. Na verdade, em 1758, existiam nesta freguesia quatro capelas: «Tem coatro ermidas, Senhora das Almas em o lugar das Eiras, no de Luzio a de S. Francisco, a de S. Bento no de Villares e ultimamente a de Santa Luzia em o lugar de Venumal. As três primeiras tem administradores, e a de Santa Luzia pertence aos moradores» [485].

A capela ostenta, por cima da abertura que tem no frontão da fachada principal, uma pedra (cartela) destinada a registar o instituidor e a data da fundação, dados que nunca chegaram a ser inscritos.

No livro número 43 do *Registo Geral* (ADB**)**, encontrámos um documento intitulado *Papeis da fábrica da capela de São Bento, da freg.ª do Bico, Com.ª de V.ç.ª, a favor de Bento de Araujo* que nos permite datar esta capela como anterior a 1718. Por este documento, ficámos a conhecer que o seu administrador se chamava Bento de Araújo – mais um instituidor com o nome «Bento» - e que a capela, embora já construída, ainda não tinha sido benzida, porque o pároco, em visita, encontrou-a a servir de armazém, nomeadamente, guardando uma caixa de pão e alguns móveis. O administrador alegou que não era o dono dos bens referidos e que os mesmos ficariam para a capela e sua fábrica [486].

Os dados sobre a capela de S. Bento de Vilares não abundam. Apenas sabemos que, em 1846, o visitador do arciprestado de Valença do Minho informava que a capela era administrada por uma senhora chamada Quitéria d'Eiró, moradora no lugar de Vilares, a qual não se encontrava muito bem no que respeitava aos paramentos [487].

### 3.5.3. S. Bento de Tárrio, Infesta

O culto a S. Bento no lugar de Tárrio, freguesia de Infesta, permanece, por enquanto, um mistério. As referências documentais sobre a construção de uma capela neste local são

[484] "A partir desse dia, Emílio nem queria ouvir sequer mencionar o nome «bruxa», quanto mais contar-lhes as façanhas! Mas se não as chamava, elas vinham a ele. Um dia, estava ele a pintar a capela de S. Bento, em Bico, e chegara a hora de descansar para o almoço. Ainda tinha acabado de descer, para se sentar numa pequena pedra ali ao lado, quando viu vir na sua direção a Sr.ª Casimira". **In** AA VV (2002): *Lendas do Minho*. Valença do Minho: Associação de Municípios do Vale do Minho, p. 131.
[485] *MP*, II, 243.
[486] **ADB**, *Registo Geral*, 1718, 10 de agosto – "Obrigação à fábrica da capela de S. Bento, a favor de Bento de Araújo, que é administrador da dita capela e em certa ocasião achou algumas coisas lá e como não era o dono as deixou para a dita capela e sua fábrica". Livro n.º 43, fls. 180–183 v.
[487] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1846 – "Informações do clero, igrejas e mais objetos eclesiásticos – arciprestado de Valença". Livro n.º 756, fl. Fl. 5 v.: «capella de São Bento, no lugar de Villares, muito mal paramentada. Administrada por Quitéria d'Eiró do mesmo lugar».

significaticas, a começar pelas *Memórias Paroquiais*, onde podemos encontrar o nome do seu fundador e padroeiro, bem como a descrição: «E no mesmo lugar [Tárrio] da parte do Sul está outra ermida com o titulo de Sam Bento, hé de padroeiro, tem seu patrimonio e hé seu padroeiro e a mandou fazer autoritate ordinaria, o reverendo Miguel Pereira (…) tem hum só altar com duas imagens de Sam Bento e huma imagem do Crucifixo de Christo Senhor Nosso (…) hé subordinada à igreja matriz e está junto de casas e não tem adro» [488].

Nos livros do *Registo Geral* (ADB), encontrámos, com data de 20 de janeiro de 1735, uma *Obrigação à fábrica da capela de S. Bento, a favor de Miguel Pereira, abade desta freguesia* [489]. O Pe. Miguel Pereira, natural da freguesia de Santiago de Infesta, encontrava-se, nesta data, a paroquiar a freguesia de S. Tiago de Cristelo, em Caminha, quando decidiu construir uma capela em honra de S. Bento na sua terra natal, Santiago de Infesta, Paredes de Coura [490].

A construção da capela não terá sido fácil, uma vez que, só em 3 de abril de 1745, já como pároco de Santiago de Infesta, é que consegue licença para benzer a sua capela da invocação de S. Bento [491].

Cerca de 30 anos após a bênção da capela, o Pe. Miguel Pereira, administrador da mesma, e, certamente, já com idade avançada, requer e obtém autorização para a colocação de um confessionário [492].

Quanto à razão da escolha de S. Bento para orago da capela, não temos dúvidas de que se relaciona com a presença dos monges beneditinos do mosteiro de S. Salvador de Ganfei - de que falaremos quando abordarmos o culto a S. Bento no concelho de Valença - que por aqui andavam em virtude do dízimo de um quarto dos rendimentos da paróquia lhes pertencer, como está documentado no *Censual* do arcebispo bracarense Dom Frei Baltasar Limpo: «Na cópia de 1580 do Censual de D. Frei Baltasar Limpo sobre a situação canónica destes benefícios, refere que Santiago de Infesta tinha dois abades, um com cura e outro sem cura, recebendo cada um deles metade dos rendimentos. Pertencia "in solidum" ao arcebispo, sendo apresentada a metade sem cura pelo Mosteiro de Ganfei e a outra pelo administrador» [493].Apesar de várias deslocações à freguesia de Infesta, não conseguimos localizar esta capela, apenas a de Nossa Senhora da Conceição, grande e bem venerada. Para aumentar a confusão, o visitador, em 1846, diz que a capela de S. Bento, filial da matriz, se situava «no lugar de Pedroso» e que estava «em muito mau estado e muitoto mla paramentada» [494]. Tudo indicia que terá sido demolida.

### 3.5.4. S. Bento de Barreiro, Ferreira

No ADB, encontrámos um requerimento do Pe. Manuel Fernandes, morador no lugar de Barreiro e Vale, a pedir autorização para a reconstrução de uma capela em honra de S. Bento,

[488] *MP*, II, p. 260.
[489] **ADB**, *Registo Geral*, 1735, 20 de janeiro – "Registo de papéis para a fábrica da capela de São Bento, que quer erigir Miguel Pereira, abade da freguesia de Cristelo, arrabaldes da vila de Caminha". Livro n.º 157, fls. 100-104.
Nas *Memórias Paroquiais*, este documento aparece nas referências documentais relativas à freguesia de Santa Maria de Cristelo Novo, em Caminha. Cf. *MP II*, 386.
[490] Cf. MOREIRA, Manuel António Fernandes (2006): *O Barroco no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, pp. 405-406.
[491] **ADB**, *Registo Geral*, 1745, 3 de abril – "Provisão de licença a favor de Miguel Pereira, abade da paroquial igreja de Santiago de Infesta, para se benzer a capela de São Bento, sita na dita freguesia". Livro n.º 170, fls. 344 v.-345 v.
[492] **ADB**, *Registo Geral*, 1774, 11 de março – "Registo de provisão a favor de Miguel Pereira, do lugar do Pedroso, freguesia de Santiago de Infesta, concelho de Coura e comarca de Valença, administrador da capela de São Bento, sita no mesmo lugar, para se colocar um confessionário na dita capela". Livro n.º 139, fls. 173 v.-174.
[493] http://digitarq.advct.arquivos.pt/details?id=1070380. Acedido em 24-11-2017.
[494] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1846 – "Informações do clero, igrejas e mais objetos eclesiásticos – arciprestado de Valença". Livro n.º 756, fl. 42.

em virtude de aquele lugar ficar distante da igreja paroquial e o lugar ser bastante povoado, com mais de 40 vizinhos [495].

Quando nos deslocámos ao lugar de Barreiro, sofremos uma desilusão ao constatarmos a inexistência de qualquer capela em honra de S. Bento. Como, normalmente, quando as capelas são demolidas, as imagens dos santos costumam ser doadas às igrejas paroquiais, uma forma de o povo poder continuar a venerá-las, fomos visitar a igreja.

Na igreja paroquial de Ferreira, situada relativamente perto do santuário de S. Bento da Porta Aberta de Cossourado, encontrámos uma imagem muito antiga de S. Bento, vestido com hábito longo e pregueado, de barba, mitra clássica aos pés e *Regra* aberta na mão esquerda e báculo – que não nos parece original – na mão direita. Não conseguimos apurar a origem da imagem, mas, pela antiguidade e por ser diferente das que se encontram em Cossourado, pode muito bem ser a da extinta capela de S. Bento de Barreiro.

### 3.6. PONTE DA BARCA

#### 3.6.1. S. Bento de Outeiro, Crasto, S. Martinho

O concelho de Ponte da Barca é aquele onde o culto a S. Bento no Minho deixou menos marcas. Embora aqui tenham existido, pelo menos, dois mosteiros autóctones (S. Martinho de Crasto e Santa Maria de Vila Nova de Muía), a verdade é que registámos, apenas, a existência de duas capelas dedicadas a S. Bento. Uma particular, situada na freguesia de S. Martinho de Crasto, entre os lugares de Coucieiro e Senem: «Entre este lugar [Coucieiro] e o de Senem, fica outra Quinta que hé de Diogo Gomes de Tavora, mestre de campo e fidalgo da Caza de Sua Magestade, asistente na vila de Vianna, que tem huma capella de São Bento de que hé o mesmo administrador, não serve de mais do que de administrar os sacramentos aos freguezes de alguns lugares e de se dizer missa aos administradores» [496].

Na visita à freguesia, verificámos que as pessoas desconheciam a existência de uma capela de S. Bento neste lugar, apenas a de Santo António. Quando explicamos que se tratava de uma capela particular construída numa quinta entre os lugares de Coucieiro e de Senem, indicaram-nos a quinta de Ancede que, efetivamente, tinha uma capela, mas não sabiam quem era o orago.

Chegados à quinta, fomos recebidos pela caseira, uma vez que os proprietários (D. Jacinta) se encontram emigrados em França [497], sendo direcionados para casa de uma irmã, de nome Martide, moradora no lugar de Cartas, próximo da igreja, mas que não conseguimos localizar.

A senhora que nos acolheu disse desconhecer que o orago fosse S. Bento, pois achava que era S. Brás! Como não se recordava se havia outras imagens na capela, não foi possível aprofundarmos o conhecimento real dos oragos.

Procedemos, de novo, a uma análise aos documentos de que dispúnhamos, nomeadamente um dos livros das *Visitas e Devassas* do Cabido de Braga, e não tivemos a menor dúvida de que a capela de S. Bento era no lugar de Outeiro (CM 1332, travessa do Outeiro) e não em Ancede: «A capella de S. Bento sita no lugar do Outeiro está segura e decente, tem Paramentos indispensáveis para o Sancto Sacrificio e he administrada pelo Visconde da Carreira.

A capella de S. Bras sita na Quinta de Ancede, está de paredes quazi arruinada e tem disponíveis Paramentos. He administrador o senhor da Casa de Calheiros» [498].

Para esclarecer, de uma vez por todas, este assunto, voltamos a S. Martinho de Crasto e procurámos o lugar de Outeiro. Foi-nos indicada uma quinta com esse nome, onde fomos

[495] **ADB**, *Registo Geral*, 1736, 24 de junho – "Registo de petição e mais requerimentos a favor do padre Manuel, morador no lugar do Barreiro e Vale, freguesia de Ferreira, concelho de Coura, para ereção de uma capela da invocação de S. Bento". Livro n.º 102, fls. 203 v.-214.
[496] *MP*, II, p. 290.
[497] Normalmente, visitam a sua propriedade nos meses de fevereiro e de agosto.
[498] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta a quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 26.

amavelmente recebidos pelo feitor que contactou o proprietário, Dr. Sebastião Pinto, o qual, gentilmente, acedeu ao nosso pedido para a realização de algumas fotografias e confirmou os dados de que dispúnhamos e aqueles que os vizinhos da quinta, entretanto, nos tinham transmitido.

Ficámos a saber que, efetivamente, a quinta tivera uma capela dedicada a S. Bento acoplada ao edifício atual, mas que, há cerca de 90 anos, terá sido demolida para a construção de uma eira. A capela comunicava com a casa através de uma porta que dava acesso à cozinha.

Quisemos conhecer o destino dado às imagens, particularmente à de S. Bento, e foi-nos dito que se encontram na quinta de Real, em Ruivos, propriedade dos familiares dos antigos donos.

### 3.6.2. S. Bento de Cotinho, Vila Nova de Muía

A capela de S. Bento de Cotinho situa-se na freguesia de Vila Nova de Muía, onde a igreja paroquial testemunha a existência de um mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho [499].

A nossa pesquisa documental inicial não encontrou qualquer referência a este culto. Chegámos até ela através da *internet*, onde, na página da Câmara Municipal da Ponte da Barca, aparecia referida a sua festividade no dia 21 de julho [500]. A primeira vez que a procurámos, apesar de termos estado perto, não conseguimos localizá-la. Como não podíamos desistir, procurámos a ajuda do pároco, José Miranda da Costa, que, apesar da idade (85 anos), se prontificou a acompanhar-nos e a esclarecer as nossas dúvidas. Afinal, a capela tinha como orago principal Santo António, mas, nos últimos tempos, a festa de S. Bento tem sido mais concorrida. No seu interior, pudemos constatar que as imagens dos santos continuam as mesmas de 1758: «Tem a hermida de Sancto Antonio no alto do monte pera a parte do Nascente por sima do mosteiro, tem Sancto Antonio, Sam Bento, Sam Gonçalo dentro» [501].

Nesta capela, fomos surpreendidos com a imagem de S. Bento colocada no altar colateral do lado da Epístola, uma vez que ostentava, na cabeça, o tradicional chapéu de coco típico das imagens de S. Bento cultuadas no concelho de Arcos de Valdevez. Foi a única imagem de S. Bento com chapéu que inventariámos fora dos Arcos de Valdevez. A colocação do chapéu deve ter sido por influência do S. Bentinho de Ermelo, uma vez que por aqui passavam muitos romeiros para o Ermelo, e também não tem mitra nem corvo como atributos.

Como curiosidade iconográfica, referimos a imagem de Santo António cujo Menino Jesus não se encontra sentado sobre os Evangelhos, como é hábito, mas de pé, tendo o Mundo na mão.

### 3.6.3. S. Bento de Seixas, S. João de Vila Chã

No lugar de Seixas na freguesia de S. João de Vila Chã, existe uma capela de invocação de S. Bento, mas que, inicialmente, era da invocação de Nossa Senhora do Pilar [502], daí a nossa dificuldade em a localizar. Ao longo das últimas décadas, o povo foi dando mais atenção ao orago secundário, S. Bento, que acabou por assumir a primazia. A este facto não deve ser alheio o aumento dos peregrinos de S. Bento da Porta Aberta que por aqui passavam a caminho do

[499] «Fundado por D. Godinho Fafes em 1100 ou 1103, data em que foi coutado. Manteve-se independente até 1595, ano em que se uniu à Congregação de S.ta Cruz de Coimbra. Fora extinto em 1770 e os seus haveres integrados no convento de Mafra, então de Cónegos Regrantes, por abandono dos franciscanos arrábicos. O seu cartório fora incorporado no de Refojos de Lima». **In** ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.,* p. 164.

[500] http://www.cmpb.pt/agenda.php?id=676 (acedido a 14-12-2017).

[501] *MP II*, p. 315.

[502] *MP*, II, p. 314: «No lugar de Seixas, a capella de Nossa Senhora do Pilar que confraria e tem muitos irmãos e por falecimento de cada hum se lhe mandam dizer coatro missas, duas in altar prevelegiado e duas nam e na vespora da Senhora hum officio por vivos e defuntos, a qual assistem os irmãos sacerdotes pagos a cento e sincoenta».

santuário de S. Bento da Porta Abeta, em Rio Caldo, cujo itinerário incluía a passagem pelo santuário de Santo António de Mixões da Serra [503].

Existem, neste lugar, umas alminhas cujas imagens que ladeiam a Cruz de Cristo são a Senhora do Pilar e S. Bento. A imagem de S. Bento, moderna e obra de um amador, não seguiu a escultura que se encontra na capela. Aqui, temos um S. Bento adulto, mitrado, com o corvo aos pés, além da *Regra* aberta e báculo com a crossa para fora; a imagem de altar apresenta um S. Bento jovem, com a *Regra* fechada, báculo e uma mitra ornada e um corvo com o pão cujo tamanho destoa, o que nos leva a concluir que, inicialmente, não faziam parte desta imagem, à semelhança do que aconteceu em S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo.

Sobre a capela de Nossa Senhora do Pilar, existe alguma documentação que nos permite datar a sua construção dos finais do século XVII (1696) [504]. Teve uma confraria dinâmica cujos estatutos foram aprovados pelo arcebispo de Braga, Dom Rodrigo de Moura Telles, no dia 1 de agosto de 1727 [505]. Passados 22 anos, foram objeto de várias alterações, havendo dois registos de provisões de estatutos: uma de 28 de fevereiro, e outra, a definitiva, de 24 de junho [506].

Em 1845, a capela apresentava alguns sinais de degradação, nomeadamente em relação ao soalho: «A Capella da Senhora do Pilar no lugar de Seixas e administrada pelos officiaes da Confraria esta indecente pelo que dis respeito ao soalho, e em tudo o mais e Paramentos esta boa» [507].

Atualmente, esta capela é conhecida por capela de S. Bento e a festa realiza-se a 11 de julho, Dia da Trasladação das Relíquias de S. Bento.

### 3.7. PONTE DE LIMA

Como em todo o Minho, também em Ponte de Lima se fazem sentir as marcas dos beneditinos, ou não tivesse existido neste concelho um convento de freiras beneditinas, S. Salvador de Vitorino das Donas, o qual, em 1175, era masculino, tendo mudado para feminino antes de 1220. As freiras viriam a ser transferidas para Braga no princípio do século XVII graças à intervenção do arcebispo de Braga D. Agostinho de Castro.

Como na maior parte das nossas igrejas, também, aqui, podemos encontrar imagens de S. Bento mesmo não sendo ele o orago principal, como acontece em Gemieira [508], Sandiães [509], Vilar das Almas [510] e, obviamente, Vitorino das Donas de que falaremos mais adiante.

---

[503] Veja-se o capítulo sobre «Caminhos de peregrinação a S. Bento da Porta Aberta».

[504] **ADB**, *Registo Geral*, 1696, - "Dotação de património para fábrica (…)". Livro n.º 31, fls. 146 v.-147 (Livro em mau estado que não é possível consultar).

[505] **ADB**, *Registo Geral*, 1727, 1 de agosto - "Provizão de aprovasam de Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Pillar instituida na capella cita no lugar de Seixas freguesia de Sam João de Villa Cham, termo da Barqua". Livro n.º 76, fls. 201-201 v.: «Dom Rodrigo de Moura Telles (…) Pella presente disposição dos estatutos retro da Comfraria de Nossa Senhora do Pillar, sita no lugar de Seyxas freguesia de S. João de Villa Cham não consta couza contraria aos bons costumes (…) na forma apresentados, aprovo e confirmo e mando valhão, se cumprão e guardem sempre como nelles se contem.»

[506] **ADB**, *Registo Geral*, 1749, 28 de fevereiro – "Registo de Provizão de Confirmação de Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Pillar". Livro n.º 71, fls. 120 v.-121; 1749, 28 de fevereiro; 1749, 24 de junho – "Registo de Provizão de Confirmação de Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Pillar". Livro n.º 71, fls. 196 v.-197: «Dom Joseph (…) Pella presente, vistos os Estatutos da retro da confr.ª de N. S. do Pillar do lugar de Seyxas, freg.ª de S. João de Villacha, q.e não contêm couza alguma contra os bons costumes antes serem derigidos ao milhor (…) arovo e confirmo os d.os Estatutos e lhe entreponho a m.ª autoridade ordin.ª e judicial (…) 23 de junho de 1749».

[507] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta a quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 105.

[508] *MP*, II, p. 352: «O orago desta igreja hé São Thiago, tem sinco altares, hum principal do Santissimo Sacramento, dous colaterais, hum de Nossa Senhora, outro de São Sebastião, outro das Almas e São Bento e outro de Nossa Senhora da Anunciação.»

[509] *Idem*, p. 368: «Hé orago desta freguesia o gloriozo martir Sam Mamede. Tem a igreja três altares, o altar mor e dois colatrais, no altar mor no meio delle está o padroeiro Sam Mamede e dos lados, da parte da Epistola esta o martir Sam Brás e do Evangelho, a Senhora do Leite, nos colatrais em hum o Santissimo Sacramento e o Menino Jesus e Nossa Senhora do Rozario e no outro Sam Sebastião, Santo Antonio e Sam Bento.»

[510] *Idem*, 373: «Tem a igreja desta friguezia sinco altares. Tem o altar maior Salvador das Almas, Santo Estevão, Sam Caetano, Sam Bento.»

Neste concelho, encontrámos quatro capelas da invocação de S. Bento: duas públicas, Arca e Bárrio, e duas particulares, Paço de Calheiros e Quinta de S. Bento (Fontão).

### 3.7.1. S. Bento de Arca

Não foi possível apurar a data da fundação da primitiva capela de S. Bento na freguesia S. Mamede d'Arca. Sabemos, sim, que se trata de um culto antigo e muito conhecido, de tal modo que a Câmara Municipal de Ponte de Lima designou, como «Via de S. Bento», a estrada nacional n.º 307 que liga o acesso ao monte de Madalena à freguesia de S. Mamede d'Arca, e ao lado da qual, a meia encosta, se localiza a «Quinta de S. Bento» [511]. Na verdade, e como nos informaram no cartório paroquial, atualmente, ninguém identifica a matriz como de S. Mamede, não obstante a sua imagem continuar, tal como estava na matriz, a ocupar o lado do Evangelho no altar-mor.

Embora não exista, nas *Memórias Paroquiais* de 1758, qualquer referência à freguesia de S. Mamede de Arca [512], a verdade é que o cónego Avelino de Jesus da Costa, citando a revista *Archeologo Português*, refere já existir no ano de 1063, nos limites do couto de Paradela: «inter Paratela et *Arca*» (Arch. Port»., 27, pp. 149-151). Por sua vez, Carvalho da Costa, em 1706, faz referência a uma capela de S. Bento: «S. Mamede de Arca, Vigairaria annexa ao Priorado da Villa [Ponte de Lima], tem trinta visinhos, & huma Ermida de S. Bento» [513].

Nas pesquisas efetuadas no ADB, o documento mais antigo que a cita é uma provisão de 1739 a favor dos oficiais da confraria do Subsino e moradores para que se possam «confessar na capela de S. Bento». Por este documento, ficamos a saber que se situava junto à igreja paroquial que, por sua vez, estava anexa à igreja matriz de Ponte de Lima [514].

Entretanto, o pároco e os paroquianos resolveram reconstruir a capela em honra de S. Bento, um templo maior para os muitos devotos. Para a angariação de fundos, pediram ao prelado diocesano que os autorizasse a realizar um peditório a favor da ermida de S. Bento [515].

Cinco anos mais tarde, o novo templo de S. Bento estava concluído e com altar-mor e altares colaterais, tendo os «mordomos do milagroso São Bento» requerido licença para que os mesmos fossem benzidos a fim de, ali, se poder celebrar a missa e demais ofícios divinos [516].

[511] Em 1846, o visitador do arciprestado de Ponte de Lima refere esta quinta: «Capellas: Senhora da Piedade, situada ao pé da Casa e Quinta de S. Bento. He administrador João Coelho Villas Boas da Villa de Vianna». **In ADB**, *Visitas e Devassas*, 1946 Livro n.º 754, fl. 1.

[512] A paróquia de S. Mamede de Arca andava anexa à igreja matriz de Ponte de Lima.

[513] *Corografia Portugueza*, I, p. 198.

[514] **ADB**, *Registo Geral*, 1739, 2 de maio – **"**Registo de provisão e mais requerimentos, a favor dos oficiais da confraria do Subsino e mais moradores da freguesia de São Mamede d'Arca, anexa à matriz de Ponte de Lima, para se poderem confessar na capela de São Bento, junto à igreja da sua freguesia". Livro n.º 98, fls. 45 v.-47 v.

[515] **ADB**, *Registo Geral*, 1744, 23 de junho – "Provisão a favor do reverendo vigário e mais fregueses de São Mamede de Arcas, termo de Ponte de Lima, para durante um ano pedirem esmolas para a ermida de São Bento, sita na dita freguesia". Livro n.º 168, fls. 242-243 v.

[516] **ADB**, *Registo Geral*, 1749, 17 de julho – "Registo de provisão a favor dos mordomos do milagroso S. Bento, da freguesia de S. Mamede de Arca, para se benzer a capela e os altares da capela de São Bento, sita nesta freguesia". Livro n.º 71, fls. 143 v.-144.

Uma capela maior trouxe novas necessidades, e era necessário obter nova autorização para que as pessoas ali se pudessem confessar [517]. Com uma capela nova, ampla e, provavelmente, com melhores condições que a igreja paroquial que lhe era próxima, a comunidade entendeu não se justificar a existência das duas [518], pelo que, em 1774, o vigário, Alexandre Pereira Marinho, solicita ao arcebispo de Braga autorização para demolir a igreja matriz de S. Mamede de Arca, promovendo a capela de S. Bento a matriz [519].

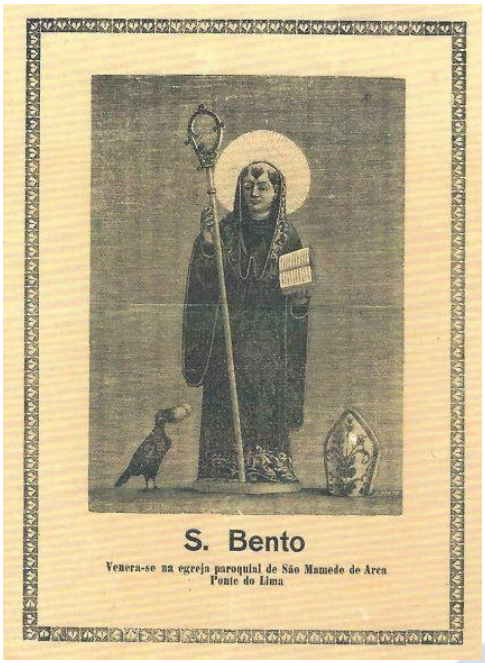



Fig. 34. S. Bento de S. Mamede d'Arca. (Fonte: VIEIRA, 2017: 138).



Fig. 35. S. Bento da Porta Aberta. (Fonte: «Casa Araújo»).

Em relação à iconografia de S. Bento de S. Mamede de Arca, nos idos de 1882, podemos dizer que é igual de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo, embora separados por quase cem quilómetros, como se comprova pelas estampas que aqui reproduzimos, sendo as diferenças, em relação às imagens atuais, mais relevantes em S. Bento da Porta Aberta.

Com o passar dos anos, os devotos de S. Bento de S. Mamede d'Arca mantiveram as suas imagens tradicionais, ainda sem corvo aos pés – como as podemos observar ainda hoje -, enquanto a iconografia de S. Bento da Porta Aberta se foi alterando para um S. Bento mitrado como se de um bispo se tratasse.

Terminamos este apanhado com um relato curioso da romaria de S. Bento realizada em 1882 e que foi objeto de reportagem por parte do jornal «O Echo do Lima»: «Com a decência devida a tais actos realizou-se no domingo último, na vizinha e pitoresca freguesia de S. Mamede d'Arca, a festividade de S. Bento. (…) Seguiu-se a procissão – que ia em ordem e à tarde as comédias (…) com todo o seu carivari peculiar. (…) Em pleno arraial, animado pela celeuma, pela lençaria das raparigas do campo, e damas, que ali haviam concorrido desta vila (…)» [520].

### 3.7.2. S. Bento de Bárrio

A capela de S. Bento de Bárrio, situada no lugar do Outeiro, tem uma história assaz complicada e é um dos poucos casos em que uma capela, tendo como padroeiro o Príncipe dos Monges do Ocidente, muda de orago.

[517] **ADB**, *Registo Geral*, 1762, 24 de novembro – "Provisão concedendo licença ao reverendo pároco de São Mamede de Arca para que, na capela de São Bento, se possa colocar um confessionário". Livro n.º 182, fls. 473-473 v.
[518] Encontrámos uma situação semelhante na paróquia de S. Martinho de Águas Santas, concelho de Póvoa de Lanhoso, distrito de Braga.
[519] **ADB**, *Registo Geral*, 1773, 14 de abril – "Registo de provisão para se demolir a igreja matriz de S. Mamede de Arca e mudá-la para a capela de S. Bento, da mesma freguesia, a favor de Alexandre Rodrigues Marinho, vigário da dita igreja, do termo de Ponte de Lima". Livro n.º 152, fls. 275 v.-276.
[520] VIEIRA, Amândio Amorim de Sousa (2017): *O. c.*, p. 138.

A documentação mais antiga dá-nos conta que, em 1717, os moradores do lugar do Outeiro, atendendo à situação de ruína em que a capela se encontrava e que o local não reunia as condições para lá existir uma capela, pedem autorização para a reconstruírem no lugar onde se encontrava o cruzeiro da mesma: «pello que pedem a vosa merce que pera mayor veneraçam do Patriarca Sam Bento seja servido conceder-lhes licença para a poderem mudar a dita capela para o sitio aonde esta hum cruzeiro que he da mesma capella aonde seja de milhor fazer a dita cappella e faculdade ao reverendo, digo, ao muito reverendo Abbade para que dipois da obra feita possa benzer a cappella e altar» [521].

O Doutor Visitador Pedro da Costa Fajardo pede o parecer do abade, João Barreira Barbosa, que confirma o conteúdo do requerimento, dizendo que se encontra num estado ruinoso e que, no local onde está, é impossível executar os *acrescentamentos* que pretendem [522]. Em vista desta informação, o visitador, a 23 de novembro de 1717, concede licença nos termos seguintes: «Vista a informação do reverendo pároco, concedo licença para a mudança da capela de S. Bento e feita ela e paramentada a capela, requeiram os suplicantes licença para a bênção onde pertencer. Bário e de Novembro, 23 de 1617 anos. Fajardo» [523].

Concluída a capela, o pároco, em 5 de setembro de 1719, pede licença para a benzer, dizendo que se encontra «feita de novo, com boa direção e decência para o culto divino», bem como imagens, alfaias litúrgicas e paramentos imprescindíveis aos atos religiosos [524].

Para que a autoridade eclesiástica passasse a provisão de licença para a bênção, faltava, ainda, a escritura de dotação de património. Assim, no dia 15 de outubro de 1719, o tabelião Gaspar de Amorim desloca-se à freguesia de S. Miguel de Bário, em cujo adro redige a escritura de obrigação: «foi dito e disseram que elles se obrigavam a venerar a cappella de Sam Bento de todo o necessario decente de nella se dizer missa e os mais officios Divinos e outro sim disseram que da mesma sorte que na cappella que se demolio da mesma invocaçam se faziam as funçoens e sufragios das irmandades de Nossa Senhora da Oliveira, digo, da Abadia, na dita capella instituida se fariam daqui por diante na que de novo se erigio» [525].

A licença definitiva foi concedida no dia 2 de dezembro de 1719 [526]. Três anos mais tarde, os moradores e os «oficiais da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia» requerem e obtêm autorização para se poderem confessar na referida capela, designada, ainda, por «capela do Patriarca S. Bento» [527]. Passados 24 anos, novo requerimento dos «oficiais da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia» para se poderem confessar na capela, agora denominada «capela de São Bento dos Outeiros» [528].

---

[521] **ADB**, *Registo Geral*, 1719, 15 de novembro – "Obrigação à fábrica da capela de S. Bento e S. Nicolau, a favor dos moradores da dita freguesia que de novo edificaram a dita capela e pedem licença para o pároco da freguesia a poder benzer". Livro n.º 44, fls. 373–381.
NB. Este registo de «papeis da fabrica da capella de S. B.to sita na freg.a de S. Niculao do Barrio» começa por identificar o orago da freguesia como *S. Nicolau* para, mais à frente, corrigir para *S. Miguel*.

[522] *Idem*, fls. 375 e 375 v.

[523] *Idem*, fl. 375 v.

[524] *Idem*, fls. 375 v. a 376 v.

[525] *Idem*, fls. 378 e 378 v.

[526] **ADB**, *Registo Geral*, 1719, 2 de dezembro – "Provisão a favor dos moradores da freguesia de São Miguel de Bário, termo de Ponte de Lima, para que o reverendo pároco da mesma freguesia benza a capela do Patriarca São Bento, de que trata a sua petição, na forma do Ritual Romano". Livro n.º 153, fl. 329 v.

[527] **ADB**, *Registo Geral*, 1722, 4 de março – "Provisão a favor dos moradores da freguesia de São Miguel de Bário, oficiais da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia, sita na capela do Patriarca S. Bento, para poderem pôr um confessionário na dita capela de S. Bento, onde se possam confessar". Livro n.º 56, fl. 178 v.

[528] **ADB**, *Registo Geral*, 1746, 16 de agosto – "Registo de provisão a favor dos oficiais da irmandade de N. Sra. da Abadia, sita na capela de São Bento dos Outeiros, freguesia de São Miguel do Barrio, para se poder confessar na dita capela". Livro n. 106, fls. 259–259 v.

No ADB, existe, ainda, uma provisão de confirmação dos estatutos da confraria de Nossa Senhora da Abadia ereta nesta capela e datada de 1746 [529]:

Achámos estranho que, nas *Memórias Paroquiais*, não houvesse qualquer referência à capela de S. Bento: «Tem esta freguesia duas capellas, huma de imvocassam de Nossa Senhora da Abadia, sicta no lugar dos Outeiros, a qual se festeja no dia quinze de Agosto, em cujo dia concorre romaigem de concurso de gente de varias partes e na dicta capella está eregida huma irmandade de grande numero de irmaos, assim desta freguezia como das vezinhas» [530]. Concluímos que a devoção a Nossa Senhora da Abadia, graças ao dinamismo da sua Irmandade com mais de 40 anos de existência, tinha destronado o orago principal, S. Bento. Atualmente, nem os lugares secundários do altar-mor ocupam. As duas imagens de S. Bento aqui existentes – memória de um passado glorioso na fundação da capela há mais de trezentos anos – encontram-se num nicho lateral do lado da Epístola (sul). Como se deve ter partido a parte inferior do báculo da imagem maior, parece que se transformou numa bengala.

### 3.7.3. S. Bento de Calheiros, Paço de Calheiros

A capela que vamos abordar de seguida situa-se no conhecido Paço de Calheiros, unidade de turismo rural de excelência. A história da capela não está muito desenvolvida, mas liga-se, seguramente, ao passado da família Calheiros que tinha uma devoção especial por S. Bento.

Segundo Lima Bezerra, Diogo Lopes Calheiros (séc. XVI), autor de um livro sobre a genealogia da Casa de Calheiros, era descendente, por varonia, de D. Álvaro de Luna, abade de Rendufe, que, como sabemos, era um mosteiro beneditino [531].

Refira-se, a este propósito, que os donos da capela de S. Bento que existiu na quinta do Outeiro da freguesia de S. Martinho de Castro, Ponte da Barca, estavam ligados, familiarmente, aos Calheiros de Ponte de Lima.

Os feitos dos senhores da Casa de Calheiros, desde a fundação da nacionalidade, são por demais conhecidos e, por isso, dispensamo-nos de os referir.

A informação contida nas *Memórias Paroquiais* diz-nos que o administrador da capela de S. Bento era Pedro Lopes Calheiros e Benevides, e, simultaneamente, padroeiro da igreja de Santa Eufémia de Calheiros: «Tem a dita freguezia a capella de S. Brás que ademinstram os freguezes (…) e na Quinta do Paço, a cappela da invocação de S. Bento que adeministra o dito Pedro Lopes Calheiros e Benevides, senhor da Caza de Calheiros e padroeiro da mesma igreja» [532].

No Arquivo Distrital de Braga, localizámos um documento, *Obrigação à fábrica da capela de São Bento, sita na freguesia de Calheiros*, que nos permite conhecer um pouco mais da história da capela de S. Bento do Paço de Calheiros.

Em 1622, após a morte do senhor da Casa de Calheiros, Francisco Lopes Calheiros - capitão de naus que rumavam à Índia -, a viúva, Mariana Fajarda da Cunha, que tinha decidido reconstruir a capela de S. Bento, chama João Batista, «régio escrivão do publico e judicial nesta vila de Ponte de Lima e seu termo», para fazer um «público instrumento de doação e obrigação ou outro melhor em direito haja lugar» à fábrica da capela de S. Bento [533].

---

[529] **ADB**, *Registo Geral*, 1746, 22 de abril - "Provisão de Estatutos da Confraria de Nossa Senhora da Abadia ereta na capela dos Outeiros, freguesia de S. Miguel do Bárrio, comarca de Valença". Livro n.º 110, fls. 169–171.

[530] *MP*, II, p. 325.

[531] BEZERRA, Manoel Gomes de Lima (1785 e 1791): *Os estrangeiros no Lima*, 2 vols. Coimbra: Real Officina da Universidade, p. 254.

[532] *MP*, II, p. 334.

[533] **ADB**, *Registo Geral*, 1662, 22 de junho – "Obrigação à fábrica da capela de São Bento, sita na freguesia de Calheiros". Livro n.º 39, fls. 25v–26.

Concluídas as obras e feita a escritura de dotação de património, é requerida e concedida licença para que seja benzida e, assim, se poder abrir ao culto divino. A licença é concedida em 27 de junho de 1662 [534].

Embora o título refira tratar-se de uma licença para «se dizer missa nova», a realidade é que o teor do documento é inequívoco em relação ao fim a que se destina: *benzer a capela de invocação do Patriarca S. Bento sita na freguesia de Calheiros*. Pode ter-se dado o caso – que não conseguimos apurar -, de, no mesmo momento, haver a celebração de uma missa nova de algum familiar ou amigo da família Calheiros.

Na visita que efetuámos, amavelmente acompanhados pelo Eng. Francisco de Calheiros, atual Conde de Calheiros, tivemos a oportunidade de apreciar a interessante capela em honra de S. Bento com o seu magnífico altar de talha barroca em madeira de castanho tendo, ao centro, a figura elegante de S. Bento com os atributos que o caracterizam: báculo com a crossa virada para fora, *Regra* na mão esquerda e, aos pés, mitra clássica e corvo com o pão na boca.

### 3.7.4. S. Bento de Fernandeira, Calheiros

Na freguesia de Calheiros, houve, outrora, uma outra capela da invocação de S. Bento. Situava-se no lugar e quinta denominados «Fernandeira». A quinta não é de localização fácil, embora exista nas proximidades a «Rua da Fernandeira», e o acesso é um pouco difícil. Não foi possível falar com o proprietário, o Sr. Meneses, que mora na quinta de Santiago.

Segundo a vizinha, D. Mariquinhas, na quinta da Fernandeira, existiu uma capela de S. Bento cujas pedras foram utilizadas na construção da casa de habitação. Os vizinhos dizem que não gostariam de viver nessa casa por ter sido construída com as pedras de um templo sagrado, pois seria «habitada» por fantasmas e santos. A D. Mariquinhas recomendou-nos que falássemos com o tio, Mário da Torre, ex-trabalhador da quinta da Fernandeira, que talvez nos pudesse dar mais informações, o que não se veio a concretizar, uma vez que o mesmo desconhecia algumas das histórias que nos foram contadas pela sobrinha. A D. Mariquinhas referiu, ainda, que, segundo o Pe. Ramos, pároco de Calheiros, que benzeu as casas da parte de baixo da quinta da Fernandeira, a próxima obra era recuperar / reconstruir a capela de S. Bento.

Nas *Memórias Paroquiais*, encontrámos uma referência a uma capela no lugar de Fernandeira mas com a invocação de Nossa Senhora do Pilar: «tem mais as cappelas seguintes, na Quinta da Fernandeira, a cappela com a invocação de Nossa Senhora do Pillar, que admenistra Gaspar Malheiro, por conta de sua filha a quem pertense» [535]. Esta capela foi edificada por volta de 1692 pelo Dr. Valério de Sá Gondier e sua mulher, D. Ana Soares Gomes, como consta de uma escritura de dotação de património à mesma [536].

### 3.7.5. S. Bento de Fontão, S. Tiago

Na freguesia de S. Tiago de Fontão, existe uma quinta, hoje dedicada ao turismo rural, com uma magnífica, mas inacabada, capela de S. Bento, que dá nome ao empreendimento turístico: Quinta de S. Bento.

A capela, setecentista, encontra-se no centro de um muro armoriado, dando a ideia de uma construção inacabada à qual faltam os módulos laterais, e possui, na sua frente, um largo onde

[534] **ADB**, *Registo Geral*, 1662, 27 de junho – "Licença para se dizer missa nova na dita capela de São Bento, sita na freguesia de Calheiros". Livro n.º 39, fl. 26.

[535] Cf. *MP*, II, pp. 344-345: «Há nesta freguezia seis capellas, a da Senhora dos Remedios comum aos freguezes e o mesmo a de Sam Christovão, a de Nossa Senhora da Vitoria e a de Sam Bento pertence ao capitam Manoel LuisPereira de Araujo e a de Sam Domingos pertence ao bacharel Thomé Jozé Ferreira Pinto e a de Sam Luis pertence a Antonio Malheiro da villa de Ponte de Lima».

[536] **ADB**, *Registo Geral*, 1692, 11 de abril - "Obrigação a fabrica da capela de Nossa Senhora do Pilar, a favor do Dr. Valério de Sá Gondier e sua mulher, D. Ana Soares Gomes, que edificaram a dita capela na sua Quinta de Fernandeira". Livro n.º 40, fl. 209.

se eleva um elegante cruzeiro que tem, a meio do fuste, uma imagem de Nossa Senhora. No plinto, além de uma inscrição com a data da fundação, vê-se o tetrasquel, símbolo celta.

No frontão, um nicho com uma imagem lítica de S. Bento que nos faz lembrar a imagem de S. Bento no padrão do Galo de Barcelos. Além desta imagem, podemos observar uma mais pequena, em granito, num pequeno nicho, outra num painel de azulejos e, por último, a imagem que se encontra no altar-mor da capela. Este altar surpreendeu-nos por dois motivos: por um lado, porque é todo em granito trabalhado [537], com duas colunas torsas de cada lado que se prolongam numa arquivolta dupla rematada com o brasão dos instituidores; por outro, ficámos com a sensação de obra inacabada. Falta cor a este altar para lhe diminuir a frieza que a pedra transmite.

Pelas *Memórias Paroquiais*, sabemos que era uma das seis capelas existentes na paróquia de Santiago de Fontão e que pertencia ao capitão Manoel Luis Pereira de Araujo, que possuía, também, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória - um culto não muito divulgado -, talvez porque estamos em presença de um instituidor militar e numa altura em que a Guerra da Restauração ainda se fazia sentir [538].

No entanto, a data da sua fundação é anterior a 1717, uma vez que, em 13 de junho deste ano, é concedida autorização ao seu proprietário, «o coronel Bento P. de Carvalho, professo da Ordem de Cristo e governador da Praça de Melgaço, para colocar um confessionário na capela de N. Sra. da Vitória e de São Bento, na sua quinta na freguesia de Fontão» [539].

Como a capela, entretanto, se arruinou, em 1733, o administrador, coronel Bento Pereira, com sua mulher e família, querendo ouvir missa na dita capela em virtude da distância a que se situa a igreja paroquial e por causa dos maus caminhos, resolve, então, reconstruir a capela em honra de S. Bento e de N. Sra. da Vitória. Para esse efeito, faz uma escritura de dotação de património para fábrica da mesma [540]. A construção da capela demora cerca de seis anos e, em 1739, Bento Pereira Mendes requer licença para a sua bênção [541].

Entretanto, a propriedade passa para um provável familiar, Manuel Luís Pereira de Araújo e Barbosa, também militar, com a patente de capitão de ganadeiros, de Viana do Castelo, que é chamado à atenção num capítulo de visita por estar a usar, sem autorização eclesiástica, um coro na capela [542].

Quanto à razão de ser dedicada a S. Bento, não temos dúvidas que se deve ao facto de o seu instituidor se chamar Bento, além, obviamente, da influência de um mosteiro beneditino que aqui possuía terras e rendimentos, as freiras de Vitorino das Donas. Na realidade, o pároco de Santiago de Fontão era «vigario aprezentado pelas religiozas Bentas do Salvador da cidade de Braga, renderá para estas trezentos mil réis mais ou menos, conforme os anos e para o páraco renderá oitenta mil réis» [543].

---

[537] Faz *jus* ao que escreve Carvalho da Costa na *Corografia Portugueza*, tomo I, p. 207: «Santiago de Fontão era Abbadia de Padroeiros, que por annos se deu às Freyras de Vitorinho, hoje he Vigairaria que apresentão as Religiosas do Mosteiro de S. Salvador de Braga: tem cento & trinta visinhos. Ha aqui boa pedra para cantaria».

[538] *MP*, II, p. 345.

[539] **ADB**, *Registo Geral*, 1717, 13 de junho – "Licença a favor do coronel Bento P. de Carvalho, professo da Ordem de Cristo e governador da praça de Melgaço, para colocar um confessionário na capela de N. Sra. da Vitória e de São Bento, na sua quinta na freguesia de Fontão". Livro n.º 89, fls. 137-139.

[540] **ADB**, *Registo Geral*, 1733, 25 de agosto – "Registo de petição e mais documentos para a fábrica da capela que de novo quer erigir em honra de São Bento e de N. Sra da Vitória, o coronel Bento Pereira Mendes, na sua quinta da freguesia de Fontão, termo de vila de Ponte de Lima". Livro n.º 156, fls. 110-114.

[541] **ADB**, *Registo Geral*, 1739, 30 de abril - "Registo de licença e mais requerimentos para benzer uma capela em honra de N. Sra da Vitória e de São Bento, a favor de Bento Pereira Mendes, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e coronel da infantaria, governador da praça de Melgaço". Livro n. 98, fls. 29-31.

[542] **ADB**, *Registo Geral*, 1761, 7 de setembro – "Vila de Viana, licença para usar coro da capela de S. Bento e de N. Sra. da Vitória, sita no portal da quinta". Livro n.º 62, fls. 377-378.

[543] *MP*, II, p. 344.

Em 1846, segundo o visitador do arciprestado de Ponte de Lima, encontrava-se «indecente»: a capela de «S. Bento, colocada no lugar da Bouça velha, he sua fabrica por conta do mencionado Manoel Luiz Pereira. Esta segura, mas indecente. Não se lhe conhece património» [544].

### 3.7.6. S. Bento de S. Salvador de Vitorino das Donas[545], mosteiro beneditino feminino

A primeira referência à existência de um mosteiro neste local remonta ao ano de 1175 e era masculino. No entanto, e como veremos mais em pormenor quando abordarmos o convento do Salvador, em Braga, em 1212, o convento existente em Vitorino das Donas [546], Ponte de Lima, era feminino e da Ordem de S. Bento.

A vida desregrada e nada canónica vivida em muitos dos mosteiros portugueses nos séculos XIV e XV levou o papa Pio II, através da bula *Religiosorum excessus* (1462), a ordenar «ao arcebispo [de Braga] D. Fernando da Guerra que procedesse à reforma dos mosteiros da sua diocese» [547].

Segundo o cónego José Marques, o mosteiro de S. Salvador de Vitorino das Donas foi o único de entre os «cinco mosteiros de freiras bentas existentes na Diocese de Braga no séc. XV [548]» que permaneceu para além do ano 1500, vindo a sua comunidade monástica a ser transferida para Braga no início do século XVII. Para este facto, não terá sido indiferente o comportamento da abadessa em meados do século XV: «entre 1430 e 1440 a vida interna foi perturbada pelo comportamento da então abadessa, segundo podemos deduzir das matrículas de ordens, onde encontramos João Gonçalves, filho de solteiro e de abadessa professa, natural de Vitorino das Donas, a receber ordens menores, em Braga no dia 18 de Setembro de 1456 e o presbiterado em 17 de Dezembro de 1457 [549]».

As freiras deste convento foram transferidas para o convento do Salvador em 1602 num processo um pouco complicado devido à oposição de algumas monjas, familiares e população local, o que obrigou à intervenção «do regente do reino, do cardeal arquiduque Alberto» e do próprio arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus [ou de Castro] [550]. Apesar desta mudança, continuaram a possuir terras neste concelho e a receber os seus dízimos: «Esta igreija [Santa Maria de Cabração] hé de hum só corpo e hé vigairaria que aprezentam as religiozas de Sam Bento do Salvador de Braga, as quaes percebem os frutos da freguezia que renderão hum anno por outro cento e sincoenta mil réis, o pé de altar com a congrua de oitto riéis, que lhe dão as ditas religiosas, hum anno por outro renderá sessenta mil réis» [551].

Transferidas para a cidade de Braga no ano de 1602, a devoção a S. Bento na freguesia de Vitorino das Donas continuou bem enraizada, de tal modo que, em 1758, S. Bento continuava a ter lugar no altar-mor do lado do Evangelho, o principal, e a ser objeto de romagem: «O orago desta igreja hé de Salvador de Victorinho, tem o altar mor com as imagens do Salvador e da parte da Epistolla Sam Bernardo e da do Evangelho Sam Bento (…). He não há romagens mais que tão somente a devossam de hirem algumas pessoas em dia de Sam Bento de romagem da matriz» [552].

---

[544] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1846 – "Informações eclesiásticas - arciprestado de Ponte de Lima". Livro n.º 754, fl. 105.
[545] Alguns autores, talvez por analogia com o substantivo «dornas», grafam «Vitorino das Dornas». Cf. COSTA, Luís (1998): *Braga: roteiro histórico e monumental extra-muros*. Braga: APPCDM, p. 31.
[546] As *Donas* eram as freiras do mosteiro e donatárias das terras circunvizinhas.
[547] MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 698.
[548] *Idem*, p. 699.
[549] *Ibidem*.
[550] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1994): *O edifício do convento do Salvador: de mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga: Lar Conde de Agrolongo, p. 34.
[551] *MP*, II, p. 333.
[552] *Idem*, p. 375

Devido ao peso das imagens, as peanhas que as suportavam começaram a inclinar-se para a frente colocando-as em risco de queda, optando, a paróquia, enquanto o retábulo não fosse restaurado, por as colocar no chão. A imagem do Divino Salvador encontra-se numa peanha do lado da Epístola.

### 3.7.7. S. Cristóvão de Labruja, mosteiro feminino da *Ordem de S. Bento*

Na paróquia de S. Cristóvão de Labruja, no lugar denominado Mosteiros, foi fundado, em período anterior à nacionalidade, um mosteiro de freiras da Ordem de S. Bento. O relato da sua origem enquadra-se no estilo hagiográfico e relaciona-se com o martírio de S. Paio na cidade espanhola de Cordoba.

Quando nos deslocámos a esta paróquia, constatámos que a igreja, embora de construção relativamente recente, século XVIII?, conserva, do lado norte, uma porta românica com o seu arco de volta perfeita e decorada com modilhões, o que nos surpreendeu, levando-nos a supor ter sido aqui o mosteiro de S. Cristóvão de Labruja.

Após conversa com os moradores, intuímos melhor as informações não muito precisas que possuíamos e fomos em busca da capela de Santana construída num local onde dizem ter existido um mosteiro. Lá chegados, verificámos a existência de uma capela em honra de Santa Ana, muito pequena (4m x 5m), embora acrescida de um alpendre, com um pórtico gótico e paredes com a espessura de cerca de 80 cm, muito grossas para as dimensões da capela. Em seu redor, encontram-se vários sarcófagos, bases de colunas, fragmentos de colunas e, nos muros, muitas pedras aparelhadas por entre rebos (pedras toscas), o que demonstra ter ali havido uma construção anterior, provavelmente monástica.

Entre a população, é conhecida a história da ligação desta paróquia à diocese de Tui, então com uma igreja importante da invocação de S. João Batista e construída no lugar de Grova, potamónimo do ribeiro que atravessa o vale fértil onde se terá situado o mosteiro. A destruição da igreja de S. João Batista de Grova, situada na parte mais elevada da paróquia, terá ocorrido aquando da construção da nova matriz no centro do aglomerado, o que explica a existência da referida porta românica suprarreferida.

Muito interessante é, igualmente, a história associada a este processo de reutilização de materiais, entre os quais os sinos e a pia batismal. Contam os moradores que, quando a atual matriz estava em construção, trouxeram várias pedras da outra igreja, assim como os sinos e a pia batismal. Aquando do transporte dos sinos, a meia encosta, perderam o controlo do carro de bois e este precipitou-se com os bois e os sinos por um desfiladeiro em direção ao rio Grova. Os moradores bem procuraram os sinos, os bois e o carro, mas nada encontraram. Com receio que lhes acontecesse o mesmo aquando do transporte da pia batismal, resolveram deixar a pia batismal no seu local primitivo onde ainda hoje se encontra: na capela de S. João Batista de Grova.

Os dados revelados pelo professor Avelino Costa, baseados no volume XL da *España Sagrada*, apontam no sentido de que este mosteiro foi fundado pelo bispo de Tui, D. Hermígio, que o passou a D. Ordonho II, o qual, por sua vez, o doou à Sé de Lugo em 1 de novembro de 915 («*monasterium Sancti Christophori, quod este constructum* in hereditate nostra a domno Hermoigio episcopo, in territorio Tudensi, *loco vocato Labrugia*, ripa Limie» [553]) e vão de encontro à narrativa pormenorizada de Carvalho da Costa que citaremos a seguir. Avelino da Costa acrescenta que D. Nausto, bispo de Tui entre 922 e 935, esteve refugiado no mosteiro de Labruja por causa dos ataques dos mouros. Não obstante D. Lucas, bispo de Tui, ter criado, em 1242, o arcediagado de Labruja, o mosteiro seria extinto entre «meados do séc. XIV a meados

[553] *España Sagrada*, XL, p. 367, obra citada por COSTA, Avelino de Jesus da (1981): O. c., p. 109.

do séc. XV» [554] e as freiras transferidas para o mosteiro de S. Salvador de Vitorino das Donas, também em Ponte de Lima mas na margem sul do rio Lima [555].

Não queremos terminar esta curta referência ao mosteiro de Labruja sem falarmos da história da sua fundação, relacionada com o martírio de S. Paio, como vem relatada na *Corografia Portugueza*:

> Em outra parte da mesma Freguesia, aonde chamão os Mosteiros, dizem esteve hum de Freyras, que fundou S. Hermigio Bispo de Tuy, & tio de S. Payo. Foy a causa que sendo este Bifpo cativo de Mouros no anno de 921, na batalha de Val de Junquira, em que forão vẽcidos ElRey Dom Ordonho o Segundo, & Dom Sancho Garcia Abarca Rey de Navarra, & deixando em Cordova por refens de seu resgate hum fobrinho chamado Pavo, tratou logo de ajuntar o dinheiro, em que estava cortado, & vindo com elle para Cordova, encõtrou nesta Freguesia hum Caminheiro, & perguntando-lhe donde fazia jornada, lhe respondeo o homem, que de Cordova, a trazer lhe a triste nova da morte de feu fobrinho Payo, & perguntandolhe o como fora, lhe disse o Correyo, que morrera martyr pela Fè de Christo, O Bispo com grande alegria começou a dar carreiras de baixo para cima, de que admirado o mensageiro, lhe perguntou a causa de tanto gosto à vista de nova tam funebre, a que respondèra, que pelo grande milagre que Deos obràra em fazer hum menino Santo, de quem elle era tio: & tendo para sy que o dinheiro, que levava para dar, não era já feu, se resolvèra em o mesmo lugar, em que lhe derão a nova, fundar hum Mosteiro de Freyras da Ordem de S. Bento, de que fora Religioso, & que este Convento esteve aonde está a Capella de S. Anna, orago da Freguesia, donde as Freyras se mudarão, & a sua Igreja ficou aos fregueses, & foy sua Parochia alguns annos, em quanto não fizerão a nova, que tem, em lugar mais commodo [556].

## 3.8. VALENÇA

### 3.8.1. S. Salvador de Ganfei, mosteiro de S. Bento

O concelho de Valença não foge à regra no que à influência dos beneditinos respeita. João Silverio Carpinetti, em 1762, na introdução à obra *Mappas das Provincias de Portugal*, faz referência à existência de um mosteiro de frades bentos: «Tem esta Villa o seu assento nas margens do Minho, meio tiro de canhaõ distante de Tuy; naõ consta de sua fundaçaõ (…) tem 2 Paroquias com 900 almas, Misericordia, Hospital, hum convento de Bentos, e outro de Franciscanas, há aqui Ouvidor e Juiz de fora» [557].

De acordo com o *Inventário do fundo monástico-conventual*, não existiu nenhum mosteiro beneditino dentro da fortaleza de Valença, pelo que devia estar a referir-se ao mosteiro de Ganfei, fundado, ou refundado [558], no século XI, e vítima do vandalismo das tropas francesas, no início do século XIX, e do cabralismo, em 1834, mal acabara de ser reconstruído [559].

---

[554] *Idem*, pp. 109-110

[555] *Corografia Portugueza*, I, p. 205.

[556] *Idem*, p. 204.

[557] CARPINETTI, Joao Silverio (1762): *Mappas das Provincias de Portugal*. Lisboa: Impressor Francisco Manuel, p. 3 v.

[558] Cf. *Corografia Portugueza*, I , p. 274: «querem alguns seja fundação do tempo de S. Martinho de Dume nosso Arcebispo de Braga; outros que de S. Frutuoso, que lhe succedeo no Arcebispado annos depois; mas nam ha duvida que no de 691 era já fundado havia annos; porque neste deu para Prior do Mosteiro de Azere a Frey Sisnando».

[559] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 87: «Mosteiro beneditino de monges que poderá eventualmente ter sido fundado no século XI, mas cuja primeira referência segura data do tempo de D. Teresa (*DR.* p. 517). Pertenceu ao padroado régio. A Congregação de S. Bento de Portugal tomou dele posse provisória em 1569 e definitivamente em 1588. Afetado pelas Guerras da Restauração, nas quais os monges tomaram parte ativa, foi no princípio do século XIX pilhado pelas tropas francesas e os seus monges dispersos em 1809. Reconstruído a custo, foi em breve extinto pelos decretos de secularização em 1834. O edifício foi então comprado por particulares».

Quanto à sua origem, os documentos não abundam e, os que existem, nomeadamente os que referem ter sido fundado por Ganfredo que lhe deu o nome, nem todos são dignos de crédito, como assinala Avelino da Costa: «são pouco seguras as informações sobre a primitiva fundação e posterior reconstrução por Ganfredo, em 1018, de quem lhe viria o nome por ter sido abade dele e ali ter morrido com fama de santo» [560].

Na visita que realizámos à igreja do mosteiro, estranhámos que, no altar-mor, a imagem de S. Bernardo esteja do lado do Evangelho, e a de S. Bento, do lado da Epístola, o que contraria as regras canónicas e não corresponde à descrição que, em 1758, o vigário de Salvador de Ganfei, Frei Pantaleão de Santo Thomás, nos faz: «Hé orago della **O Salvador**. Tem quatro altares: o altar mor tem no meio o Salvador e das partes Sam Bento à parte direita e Santa Escollastica à esquerda, o collateral da parte direita hé da Senhora do Rosário» [561].

No corpo da igreja, podemos ver um arcossólio onde se encontram depositados os restos mortais do fundador, S. Ganfei, para aqui tresladados em 1760, como se pode ler na placa de mármore aqui colocada: «OS OSSOS DE S. GAN / FEY ABB.$^{E}$ q̃ F$^{O}$I DE$_{S}$TE MO / ST$_{R}^{O}$ TRESLAD$^{OS}$ 3.$^{A}$ VES / 1760».

O culto a S. Bento, em Ganfei, não se restringia à igreja do mosteiro. Na realidade, os devotos iam, também, em romagem à capela de Nossa Senhora do Faro, situada no alto do monte com o mesmo nome, onde havia uma imagem de S. Bento: «Tem seis ermidas: a primeira que hé da Senhora do Faro fora do lugar e situada no alto do monte de Faro (…). No altar mor da dita capela está collocada a imagem de Nossa Senhora que hé muito milagrosa e das partes Sam Bento e Santo Amaro» [562]. Apesar de a capela ser dedicada a Nossa Senhora de Faro, o nicho existente na fachada principal por cima do pórtico é ocupado por uma pequena imagem de S. Bento, semelhante à existente no frontispício da abadia do mosteiro de Ganfei.

Por último, queremos acrescentar que Ganfei é a terra de nascimento de S. Teotónio (1082-1162) – onde tem uma capela com a sua invocação -, o primeiro santo português, orientador moral e académico de personalidades da fundação de Portugal, como D. Afonso Henriques e D. Gualdim Pais. Entre os seus amigos, encontrava-se S. Bernardo de Claraval.

A igreja tem várias imagens de S. Bento, quer jovem, quer com barbas. Ao contrário do que acontecia em 1824, quando Ganfei era uma «vigairaria reprezentada pelo D. Abbade do Mosteiro, que he da Ordem de São Bento. Tem sacrário sustentado pelo Mosteiro. A igreja esta decente e a capella-mor aceada», atualmente, a igreja encontra-se um pouco arruinada a necessitar de obras urgentes, como se pode ver pelo retábulo-mor onde a madeira se apresenta esburacada.

### 3.8.2. S. Bento de Boivão[563], Lordelo

S. Bento de Boivão é mais um caso em que o culto a S. Bento se sobrepõe ao do orago principal. A junta de freguesia, na sua página da *internet* [564], entre o património, refere a existência de, apenas, uma capela dedicada a S. Bento, quando, 1758, na fregueisa de S. Tiago de Boivão, existia uma capela mas em honra de S. Sebastião e situada no lugar de Lordelo: «Dentro do lugar de Lordello há huma capella do martir S. Sebastiam que pertence à freguezia e administrada pelos moradores do mesmo lugar» [565].

Esta capela terá sido construída por volta de 1651, ano em que os moradores fazem a escritura de dotação de património à mesma: «tendo os moradores da dita Aldea levantado hũa

[560] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 108.
[561] *MP*, II, p. 391.
[562] *Ibidem.*
[563] Construída após a elaboração das *Memórias Paroquiais*.
[564] http://jf-boivao.com/historia/, (acedido a 20-1-2018).
[565] *MP*, II, p. 381.

capella do mártire São Sebastião (…) e p.ª ꝙ sempre seja in perpetuum fosse venerada com a Reverencia ꝙ ao devino culto em todo o tẽpo e lugar se deve ter (…), dotavão de ora p.ª todo sempre a sua vinha ꝙ chamão de Sequa sita na mesma freg.ª de Boibão» [566].

Em 1776, os moradores do referido lugar, devotos de S. Bento, resolvem instituir uma confraria em sua honra na capela de S. Sebastião [567], cujos estatutos viriam a ser aprovados pela autoridade eclesiástica a 23 de maio de 1777 [568].

Na visita efetuada a esta capela, ficámos com a ideia que, anexada à antiga capela de S. Sebastião, foi construída uma nova capela em honra de S. Bento, tendo sido transformada, a de S. Sebastião, em sacristia. No interior da capela, tudo nos remete para o culto a S. Bento, cuja imagem ocupa o centro do altar-mor, ladeado por S. Francisco, à sua direita, e por Santo António, à esquerda. O culto a S. Bento na paróquia de S. Tiago de Boivão explica-se por influência do mosteiro beneditino de Friestas (Sanfins) cujo couto integrava. Quanto a S. Sebastião, a sua pequena estátua encontra-se relegada para uma peanha do lado sul.

### 3.8.3. S. Bento de Lagoa, Cerdal [569]

A festa de S. Bento de Lagoa, freguesia de Santa Eulália de Cerdal, é, sem dúvida, a mais importante festa beneditina do concelho de Valença. Alicerçada numa tradição secular que, em 1706, já era antiga, como a designa Carvalho da Costa [570], alia a componente religiosa a uma componente profana de longa data com a realização de feiras associadas ao culto. Por isso, na atualidade, o largo onde se situa a capela é conhecido como o «Largo da Feira». No ano de 2017, a festa/feira decorreu durante seis dias: de 11 a 16 de julho.

Segundo notícia publicada no jornal *Diário do Minho* de 30 de outubro de 2018, aqui se realiza a «Feira dos Santos» nos dias 1 e 2 de novembro de cada ano, que, de acodo com informação veiculada pela Câmara de Valença, «há mais de 260 anos, pelo menos, que a tradição se mantém, atraindo portugueses e galegos à volta da capela de S. Bento de Lagoa». Em 1758, o abade Gonçalo Joaquim Azevedo Sousa afirmava que a feira se realizava apenas durante o dia 1 de novembro: «Nesta freguezia se faz huma feira dentro do destrito dela a doze de cada hum mês, em dia de Todos os Santos de cada anno e esta hé de bestas e somente dura naquele dia e não hé franca que paga os direitos a Sua Magestade. Esta se faz no sitio chamado de S. Bento de Alagoa [571]».

Nas *Memórias Paroquiais*, é designada por S. Bento de *Alagoa*, um arcaísmo que caiu em desuso. Aqui, o Pe. Gonçalo Sousa refere as duas festividades, a grande concorrência de gente e explica que, tal como noutros locais de culto [572], o santo não gostava de ter as portas fechadas [573].

---

[566] **ADB**, *Registo Geral*, 1651, 2 de abril - "Obrigação à fábrica da ermida de S. Sebastião no lugar de Lordelo, a favor dos fregueses do dito lugar". Livro n.º 34, fls. 50v e 51.

[567] **ADB**, *Registo Geral*, 1776, 22 de março – "Registo de provisão de licença para ereção da Confraria de São Bento, na capela do lugar de Lordelo, freguesia de Santiago de Boivão, comarca de Valença, a favor dos moradores do dito lugar". Livro n.º 150, fl. 253 v.

[568] **ADB**, *Registo Geral*, 1776, 22 de março – "Provisão de aprovação e confirmação de estatutos da confraria de São Bento, colocada na capela de São Sebastião, do lugar de Lordelo, da freguesia de Santiago de Boivão". Livro n.º 294, fls. 126 v.-127.

[569] A edição da ISBPA, *Devoção a São Bento no Minho*, na página 66, apresenta este templo como «S. Bento de Passos» e ilustra com a fotografia de uma escultura que se encontra na matriz, identificada com a legenda «S. Bento de Passos», quando se trata da imagem de S. Plácido.

[570] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 277: «Tem esta Freguesia em seu destricto as Ermidas seguintes, Santa Anna, de que he adminiftrador Bento de Lima Lobo (…), S. Bento da Lagoa antiga, que está na Gandera, que vay para S. Miguel de Fontouro.»

[571] *MP*, II, p. 384.

[572] *Vide* S. Bento da Porta Aberta em Rio Caldo (Terras de Bouro) e em Cossourado (Paredes de Coura), e em Santa Maria de Paços, Melgaço.

[573] *MP*, II, p 383.

Em 1730, a capela sofreu obras de ampliação e foram construídos os altares colaterais, cuja bênção ocorreu a pedido do Pe. Luís de Caldas e Sousa e de Baltasar Pereira [574].

Temos vindo a constatar que, em quase todos os lugares onde são eregidas capelas em honra de S. Bento, há uma forte ligação a mosteiros beneditinos. Cerdal não foge à regra, como vem exarado nas citadas *Memórias Paroquiais*, uma vez que um terço das rendas revertia a favor do já referido mosteiro de Salvador de Ganfei: «Esta igreja é ternária em três vidas, duas aprezenta o dito padroeiro asima e huma os religiozos de Sam Bento do convento de Gaifei (*sic*), cito neste mesmo termo de Valença do Minho» [575].

Esta ligação ao mosteiro beneditino justifica a existência, na igreja paroquial e na capela onde se encontra o altar das Almas, de duas imagens de S. Bento, uma das quais de roca, e de S. Plácido, discípulo de S. Bento. Uma particularidade em relação a esta última é que a imagem foi retocada, nos últimos anos, particularmente a criança que se encontra a seus pés e à qual foi colocada uma tanga. A identificação desta imagem com S. Plácido merece-nos alguma reserva, na medida em que a criança, nua e ajoelhada a seus pés, não tem enquadramento hagiográfico. Por outro lado, em publicação de 2006, aparece identificado como S. Bento de Passos, podendo, neste caso, a criança ser S. Plácido [576].

Não podemos terminar esta referência ao culto a S. Bento na freguesia de Cerdal sem uma referência ao convento de Mosteiró, considerado «a primeira comunidade da Observância Franciscana em Portugal» e, hoje, praticamente reduzido à igreja, mas cuja história se perde num passado eremítico e de tradição beneditina, como afirma Maria Isabel Calheiros: «a imagem foi descoberta e é nesse local que a condessa Mumadona faz erigir um mosteiro de Ordem Beneditina, dotando-o de muitas rendas» [577].

### 3.8.4. S. Fins de Friestas

Não podemos terminar esta peregrinação beneditina por terras valencianas sem uma referência, ainda que breve, ao Mosteiro de S. Fins (ou Sanfins) de Friestas.

Se observarmos o brasão da freguesia, logo identificamos as marcas beneditinas na presença, bem em chefe, de um leão rompante agarrado a um báculo. A seus pés, uma profícua batateira testemunha as potencialidades agrícolas da região onde se insere.

A fundação deste cenóbio beneditino remonta, segundo alguns autores, ao período anterior à fundação da nacionalidade [578], tese desmentida por Avelino Costa: "Embora não seja de fundação visigótica, é muito antigo e teve carta de couto de D. Teresa, e D. Afonso Henriques, pelo Natal de 1134, concedeu-lhe novo e dilatado couto «*vobis abbate domno Petro facio cautum ad illud monasterium de Sancto Felice de Ripa Minei*»" [579]. Não há, pois, qualquer dúvida sobre a sua existência no séc. XII. Quanto à sua existência, foi um pouco efémera,

---

[574] **ADB**, *Registo Geral*, 1730, 9 de maio – "Registo de petição e provisão a favor do padre Luís de Caldas e Sousa e de Baltasar Pereira, da freguesia de Cerdal, termo e comarca de Valença, para se poder benzer os altares da capela de São Bento da Lagoa, da freguesia de Cerdal. Livro n.º 177, fls. 308 v.-310.

[575] *MP*, II, p 383..

[576] *Devoção a S. Bento no Minho* (2006). Rio Caldo: Irmandade de São Bento da Porta Aberta, p. 66.

Esta publicação comete o lapso de chamar a esta capela «S. Bento de Passos», em vez de «S. Bento de Lagoa», ou *Alagoa*, nome por que já era designada nas *Memórias Paroquiais* (1758).

[577] Cf. «Convento de Mosteiró I», **in** *Diário do Minho*, 24 de janeiro de 2018, suplemento **Património**.

[578] *Corografia Portugueza*, I, p. 264: «Neste Couto [de Sanfins] tiverão os Frades Bẽtos hum Convento chamado de S. Fins das Frestas, pelas que fazem ao Sol as repetidas divisoens de huns altos montes, & estava ja fundado pelos annos do Senhor de 566. Dizem foy S. Rozendo Abbade deste Mosteiro, cuja virtude transplantou no de Cellanova, que fundou. Florecia com grande Religião no anno de 1023 & logo em sua fundação entendemos foy fenhor deste Couto, ou ao menos no anno de 1172 em que ElRey Dom Affonfo Henriques lho deu, & demarcou, no qual não tinhaõ outra justiça mais que o Mordomo, & as questoens decidião os Abbades verbalmente».

Ver, também, SERRA, Narciso Luís Esteves (2014): *Mosteiro de S. Fins de Friestas: Paradigma de um Património Classificado*. Valença: edição do autor, p. 99.

[579] COSTA, Avelino de Jesus da (1981*): O. c.*, p. 107.

acabando integrado no Colégio dos Jesuítas de Coimbra: «Foi Sanfins antigo mosteiro e couto beneditino, podendo remontar ao séc. XII. Caído em poder dos comendatários, tornou-se decadente a pontos de, em 1548, não ter já mais de 3 religiosos. D. João III acabou por anexar o mosteiro de Sanfins, com todos os bens e igrejas que lhe pertenciam, ao Colégio dos Jesuítas de Coimbra» [580].

Frei Leão de S. Tomás vai muito mais longe – como em tantos outros casos – e, depois de se referir aos «grandes Mosteiros e Santuários» em honra do glorioso S. Bento existentes ao longo do rio Minho, diz-nos o seguinte: «Façamos primeiro memoria do Mosteiro chamado vulgarmente S. *Fiñs de Frestas (…),* estava fundado no ano pella Era de 604, que sendo Era de Cesar, he o anno de 566. A prova disto nos dá hũa sentença; que o nosso *P. Frey João do Apocalipse* afirma, ǭ achou no Cartorio do Mosteiro de *Ganfey*, dada na Era de 813» [581].

A imagem de S. Bento presente na igreja do mosteiro de Sanfins era objeto de culto, não só por portugueses, mas também por galegos, talvez por causa das relações institucionais com o mosteiro beneditino de Oiã com o qual trocavam monges.

Segundo Narciso Serra, este culto, significativo durante a Idade Média por causa das relíquias do Santo[582], manteve-se até à atualidade: «Durante a Idade Média, o interesse pelo santo, que diziam milagreiro e do qual existiam algumas relíquias, levou a um interessante movimento de peregrinação que ainda hoje persiste, embora com menos fulgor» [583].

Depois de várias décadas de abandono, a igreja de estilo românico e classificada como monumento nacional, assim como o património que resta do antigo mosteiro, encontram-se numa fase de recuperação que potenciará o turismo patrimonial e cultural desta região.

### 3.9. VIANA DO CASTELO

#### 3.9.1. Santa Ana (mosteiro), Viana do Castelo

O concelho de Viana do Castelo é, também, profícuo no que à presença dos beneditinos respeita. Desde logo, o mosteiro de S. Romão de Neiva, considerado um dos pioneiros na adesão à Ordem de S. Bento em Portugal.

Mesmo nas freguesias onde não existe nenhuma capela de S. Bento, podemos encontrar imagens de S. Bento e de Santa Escolástica, como é o caso de Alvarães [584].

Numa consulta à toponímia atual da cidade, logo constatámos a existência da *Rua Nova de S. Bento* situada muito próximo do *terreiro de S. Bento*. Se não dispuséssemos de outras fontes, estas já seriam suficientes para comprovar as marcas beneditinas.

Segundo a obra *Corografia Portugueza*, em Viana, em 1706, já existia um bairro denominado *Bairro de S. Bento*: «Tem esta Villa tres mil visinhos, & divide-se (à imitação de Lisboa) em os bairros seguintes, a saber, a Villa cercada de muros, o bairro da Bandeira, o da Carreira, o de Monserrate, o da Ribeira, o de S. Bom Homem, o do Postigo, o de S. Bento, & o do Campo do Forno» [585].

Acrescenta, Carvalho da Costa, que, no bairro da Carreira, se situa um mosteiro feminino beneditino de invocação de Santa Ana que terá sido fundado pelo rei D. Manuel I em 1501: «O sumptuoso Mosteiro de Santa Anna de Freyras de S. Bento, situado no mesmo bairro da Carreira, que fundou El-Rey Dom Manoel pelos annos de 1501, tem huma fermosa Igreja com

[580] ARAÚJO E SILVA (1985): *O. c.*, p. 254.
[581] *Benedictina Lusitana*, I, p. 418.
[582] Refere-se a *Santo Felix* que origina *São Fins* > *Sanfins*
Frei Leão de S. Tomás, citando Frei Francisco dos Reis, abade do mosteiro de Ganfei, refere que S. Rosendo, fundador do mosteiro de Celanova, foi abade do mosteiro de Sanfins onde existe uma relíquia (uma cinta) do mesmo santo.
[583] SERRA, Narciso Luís Esteves (2014): *O. c.*, p. 99
[584] *MP*, II, p. 413 (Alvarães): «Tem mais esta capella [colateral da matriz] sua tribuna aonde se acham mais as imagens seguintes, Sam Bento, Sam Caetano, Sam Boaventura e mais huma imagem tãobém de Nossa Senhora do Rozario».
[585] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 190.

grandes ornamentos, com dous pateos na entrada, em que se correm touros, hum soberbo dormitorio com bom miradouro, duas grandes Cercas (…)» [586].

Esta informação - resultante de uma deficiente interpretação sobre aquela data, se da construção do bairro ou do convento - é contrariada por António Araújo e Armando Silva que atribuem a sua fundação ao juiz de Viana, António Correia, em 1510. De acordo com inscrição existente no ossário que se encontra na atual e belíssima sacristia – antiga sala do capítulo – o fundador foi, efetivamente, António Correia: «OSSA D IONAE CO / RR D ELISAB CORR / ETIA ABB PERPET QVAS / ANTONI? CORR HUI? MO / NAST FṼDATOR GE / NUIT HIC SEPVLTA SUNT AN D / 1620».

Num outro ossário, do lado direito, encontram-se os restos mortais das três primeiras abadessas, e fundadoras deste mosteiro: as irmãs Dona Magdalena Sousa e Dona Isabel de Sousa e Dona Brites de Sousa. Por baixo desta lápide, foi acrescentado: «E DONA GVIOMAR DE CASTRO SOBRI / NHA DAS DITAS ABBAS».

Embora, à primeira vista, pareça existir uma contradição, a verdade é que devemos entender o nome de António Correia como instituidor, fundador do mosteiro *stricto sensu*, ao passo que a segunda se refere às fundadoras do convento, ou seja, quem iniciou e dirigiu a vida monástica neste mosteiro nos primeiros anos.

Como temos visto, os mosteiros encontravam-se espalhados pelo território, muitos dos quais em zonas montanhosas e inóspitas. O rei D. Manuel I (1495-1521) entendeu que os cenóbios femininos deviam concentrar-se em zonas urbanas [587], e deu início a um processo de transferência, como refere Frei Leão de S. Tomás: «O fermoso Mosteyro de *S. Bento do Porto*, chamado nos primeiros tempos Mosteyro de *Ave Maria*, teve seu principio do modo seguinte. Desejando elRey Dom Manoel tirar os Mosteyros das Religiosas, dos montes pera as Cidades, pareceo lhe bem, que se passassem a cidade do Porto as Religiosas de quatro Mosteyros nossos [da Ordem de S. Bento], que erão *Rio Tinto, Villa Cova, Tarouquella & Tuhias*» [588].

O mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo, inicialmente de monjas clarissas, viria a aderir à Ordem de S. Bento por imposição do arcebispo bracarense D. Diogo de Sousa [589]

De acordo com a página do município de Viana do Castelo[590], a construção do convento primitivo, de estilo gótico, foi orientada por um mestre morador em Caminha, Pedro Galego, que já tinha dirigido a segunda fase das obras da igreja matriz, e financiada «pela nobreza local com o apoio da Câmara, para albergar as filhas dos nobres que, eventualmente, não casassem». Este facto justifica a opção por uma freira do convento de Santa Clara (clarissas) de Vila do Conde – também destinado a servir a nobreza – para abadessa.

O mosteiro de Santa Ana recebeu, na terceira década do século XVI, as freiras dos extintos mosteiros de Loivo e Valboa, situados no concelho de Vila Nova de Cerveira, sendo-lhe afetos os bens que pertenciam aos conventos da sua procedência, quer em Loivo «Esta igreja [Loivo] hé vigairaria colada e aprezentada pella madre abbadesa e mais religiozas do real convento de Santa Ana de Vianna» [591], quer em S. João de Campos «tem huma capella na Quinta das Fereiras (*sic*, por freiras) de Santa Anna de Vianna chamada Santa Luzia e de Santa Ana a qual ellas veneram porque comem os dizimos da quinta e está fora do lugar algum tanto»[592], quer, ainda, em Salvador de Covas «tem as ermidas seguintes, a primeira hé a de Nossa Senhora da Piedade no lugar de Chane de que são adeministradoras as religiosas do convento de Santa Anna de

[586] *Idem*, p. 191.
[587] Cf. MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira (2003): «A protecção concedida por D. Manuel às monjas de Vairão», **in** *Revista de Ciências Históricas*, n. 18. Porto: Universidade Portucalense, pp. 65-76.
[588] *Monarquia Lusitana*, II, 393.
[589] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 119.
[590] http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/percursos-culturais (acedido a 20-1-2018).
[591] *MP*, II, p. 486.
[592] *Idem*, p. 477.

Vianna»[593]. Apesar de extinto em 1834, manteve-se até 1895. Em 12 julho do referido ano, o delegado do Tesouro em Viana do Castelo envia um telegrama ao Arcebispo de Braga, transmitido pela *Direcção dos Serviços Telegrapho-Postaes*, dando conta do falecimento da última freira [594].

O convento foi, então, encerrado e entregue à Congregação e Hospital de Velhos e Entrevados de Nossa Senhora da Caridade, como se pode ler na cartela colocada na parede do lado esquerdo da porta que dá acesso à igreja e que resume a história deste edifício: «NESTE LOGAR EXISTIU O CONVENTO DE S.TA ANNA, / CONCEDIDO Á CONGREGAÇÃO E HOSPITAL DE / VELHOS E ENTREVADOS DE NOSSA SENHORA DA / CARIDADE POR DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE / 1887, E SECULARISADO EM 12 DE JULHO DE / 1895 POR FALLECIMENTO DA ULTIMA FREIRA».

Por sua vez, a cartela do lado direito informa-nos sobre as datas da realização das obras e o fim a que se destinava, ou seja, para a instalação de um asilo: «ESTE EDIFICIO, ANTIGO CONVENTO DE S.TA ANNA, / FOI MANDADO ADAPTAR PELA CONGREGAÇÃO E / HOSPITAL DE VELHOS E ENTREVADOS DE NOSSA / SENHORA DA CARIDADE PARA INSTALAÇÃO DO SEU / AZYLO, TENDO COMEÇADO AS OBRAS EM 26 DE DEZEM- / BRO DE 1898 E TERMINADO EM 3 DE SETEMBRO DE 1905».

Do edifício original, podemos observar, ainda, a torre, o chafariz e um portal manuelinos. Por sua vez, a igreja, em estilo «barroco joanino», denominada «Igreja da Caridade», foi reconstruída entre 1707 e 1737 e revela a grandeza e riqueza de um convento destinado a albergar mulheres da nobreza, bem como a magnanimidade dos seus instituidores.

Este fausto contrasta com a simplicidade do convento feminino de S. Bento, de que falaremos a seguir.

### 3.9.2. São Bento de Viana do Castelo (mosteiro)

Na Praça Frei Gonçalo Velho, antigo terreiro de S. Bento, podemos visitar a igreja de S. Bento, reconstruída em 1706, após transbordo do rio Lima, e apreciar os caixotões que embelezam o teto com quadros relativos à vida de São Bento e da sua irmã gémea, além dos azulejos seiscentistas [595] que revestem as paredes, à semelhança dos que encontramos na igeja do Terço, Barcelos, ou em S. Bento de Seixas, Caminha. Podemos, ainda, observar as belas gelosias graníticas [596] existentes no coro alto, espaço reservado às monjas, que, além de deixarem entrar a luz, permitiam que as freiras vissem o exterior sem serem vistas. Estas obras de arte nem sempre valorizadas - uma quadrada e outra, mais pequena, em forma de rosácea -, foram executadas em granito com motivos circulares que se interligam e preenchidos por espaços cordiformes que se articulam através de um orifício central. Curioso o facto de os círculos simples do quadrado serem em número de 9, tendo em conta a simbologia deste número.

Quem entrar na igreja pela porta do lado sul junto da capela-mor, encontra, do lado direito, uma lápide que refere uma Bula do PP Bento XIV concedendo a graça do altar de S. Bento ser privilegiado: «POR INDULTO E ESPECIAL GRA- / ÇA DO SANTISSIMO PADRE BENE- / DICTO XIV DE XVIII DE JVLHO DE / MDCCLIII HE COTIDIANAMEN- / TE, ET IN

[593] *Idem*, p. 481.
[594] **AAB**, *Livro de Provisões 1895-1898.*
[595] «**Azulejos da Igreja de S. Bento» -** Na Igreja de S. Bento, situada na Praça Frei Gonçalo Velho, em Viana do Castelo, revestindo as paredes interiores, pode admirar-se no corpo da igreja e na capela-mor, uma apreciável decoração de azulejos. Os painéis da capela-mor, do século XVIII, são azuis e brancos e representam passagens da vida do padroeiro».
[596] O uso de gelosias, tão vulgar nos países muçulmanos e documentado em Portugal desde os séculos VI-VII, como constatámos na visita realizada, no dia 3 de fevereiro de 2018, ao Núcleo Museológico de Dume, Braga, encontrava-se generalizado nos conventos femininos portugueses.

PERPETVVM PREVI- / LEGIADO ESTE / ALTAR DE S. B. / PARA AS ALMAS DE TODO / OCIEL?».

No interior da igreja, na parede do lado norte, encontra-se, incrustrada na parede, uma lápide que parece pertencer a um ossário com a inscrição seguinte: «AQI IAZ OIRMIT / AO FREI HIERON / IMO Q EDIFICOV EST / A IRMANDADE S BENTO E / M Q SE FVUNDOV ESTE / MOSTERO E FALECEO A / NO D 1538 A».

Esta lápide fundamenta a tese da existência, neste local, de uma capela com uma comunidade que seguia a *Regra de S. Bento*, e cuja fundação será anterior ao século XVI. O convento beneditino feminino foi instituído «por um pequeno grupo de senhoras devotas, que criaram um recolhimento de "beatas"», que ficaria conhecido como mosteiro de São Bento [597], cuja construção foi financiada «por subscrição de cinquenta benfeitores» – ou 37, segundo informação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo [598] -, e transformar-se-ia num mosteiro para freiras pobres, visto já existir o de Santa Ana para monjas da nobreza. Esta é a tese do professor Avelino de Jesus da Costa ao afirmar que este convento teve início num «recolhimento junto da ermida de S. Bento, autorizado por provisão do bispo de Ceuta passada a Ana Martins e mais duas mulheres, a 6-VI-1508. Por escritura de 28-IV-1545, trinta e sete cavalheiros comprometeram-se a construir um novo convento para 50 religiosas não nobres, uma vez que o de Santa Ana era para "gente de algo"» [599].

Aqui se iniciou a vida monástica com freiras oriundas do convento de Vitorino das Donas, Ponte de Lima, no ano de 1546. Como o mosteiro de Vitorino das Donas pertencia à Ordem de S. Bento, não é de admirar que este também fosse beneditino. Na arquivolta da porta de acesso à igreja, situada do lado norte, na atual rua de Gontim, encontra-se gravada a data da construção da igreja, 1549. Frei Leão de S. Tomás segue a tradição: «Começarão logo de fabricar o Mosteyro fora da Porta da Piedade, em hũa Ermida antigua, da invocação do glorioso *Patriarcha S. Bento*, posta na borda do rio Lima, aonde cõcorria grande numero de gente. E pera o povoarem forão pedir ao Mosteyro de *Victorinho das Donas*, que estava entre Viana & Ponte de Lima, hũa Religiosa pera o começar» [600].

De acordo com a *Corografia Portugueza*, o mosteiro de S. Bento teria sido fundado por 42 «homẽs dos principaes desta Villa pelos anos de 1550, em huma ermida antiga da invocação deste Santo, (…) residem nelle cento & vinte Religiosos [religiosas] com bastante renda, & quatro igrejas anexas para seu sustento» [601]. Como as freiras que ingressavam neste convento eram de condição humilde, havia paróquias cujos dízimos lhes pertenciam, como a de Santa Eulália de Gondar: «o vigario desta freguezia é colado (…), aprezentado pellas madres religiozas do mosteiro de Sam Bento da vila de Vianna desta probincia do Minho» [602]; S. Martinho de Outeiro: «o parocho hé vigário colado, cuja aprezentação pertence às religiozas do convento de São Bento da villa de Vianna, as quais são senhoras dos dizimos da freguezia por Breve Pontificio que conseguiram há menos de cem annos» [603]; e S. Martinho de Vila Mou: «o parrocho desta igreja hé vigario aprezentado pellas religiozas bentas do mosteiro Bento da villa de Vianna, as coais comem os fructos que andam arrendados (…)» [604]. No concelho de

[597] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 125.
[598] **ANTT:** http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1457734 (acedido a 20-1-2018).
[599] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 103.
[600] *Benedictina Lusitana*, II, p. 392.
[601] *Corografia Portugueza*, I, p. 191.
[602] *MP*, II, p 384.
[603] *Idem*, p. 461.
[604] *Idem*, p. 471.
Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1775 - "Informação de visita – arciprestado de Santa Marinha de Vinha". Livro n.º 732, paróquia de S. Martinho de Vila Mou.

Barcelos, havia uma freguesia que se tinha unido *in perpetuum* a este mosteiro [605]: Tamel Santa Leocádia. Na freguesia vizinha, Tamel S. Pedro Fins, existe uma quinta denominada de «S. Bento» que, no passado, tinha uma capela da invocação de S. Bento. Esta tradição beneditina assenta na figura do dr. Jorge de Miranda Henriques (c. 1480), abade de várias igrejas de Barcelos como S. Tiago do Couto, S. Salvador do Campo e Santa Leocádia de Tamel, o qual, segundo Felgueiras Gayo, no período pré-tridentino, «meteo quatro filhas q[ue] tinha no Comvento de S. Bento de Vianna, e deo em dote p.ª sempre por dous lugares perpetuos as rendas das freg.as de S. Leucadia de Tamel» [606]. Embora tivesse quatro filhas no mosteiro, do texto de Felgueiras Gayo, depreende-se que apenas duas terão prosseguido na vida monástica: «Genebra da Conceipção Abd.ª de S. Bento de Vianna alguns 20 annos no tempo das demandas deste mosteiro com os padroeiros; M.ª Salvador, freira no mesmo» [607].



Fig. 36. Mosteiro de S. Bento, Viana do Castelo. (Fonte: «Café S. Bento», rua de S. Bento).

O mosteiro de S. Bento de Viana «chegou a ter 120 religiosas e um bom património» [608], mas, no início do século XVIII, encontrava-se bastante degradado e a necessitar de obras. Assim, entre os anos de 1707 e 1713, decorreram obras de reconstrução dirigidas por Manuel Pinto Vila Lobos, «engenheiro militar e autor de projetos de arquitetura e talha» [609], e por Manuel Fernandes da Silva, «mestre de pedraria» [610].

Apesar da extinção das ordens religiosas em 1834, este mosteiro manteve-se até 26 de março de 1891 [611], ano em que faleceu a última freira residente, isto de acordo com a lei da

[605] **ADB**, *Registo Geral*, 1764, 2 de junho – "Treslado de uma certidão porque consta do Breve porque se uniu, *in perpetuum* ao mosteiro de São Bento da vila de Viana, a igreja de Santa Leocádia de Tamel. Liv. 183, fls. 4-150 v.
*MP*, I, p. 98: «E no de Sancta Leocadia de Tamel, que no tempo do ultimo abbade foi tirada para as freiras de São Bento da villa de Vianna por hum Breve Pontificio».
[606] Cf. FELGUEIRAS GAYO (Manuel José da Costa) (1989): Nobiliário de Famílias Portuguesas, vol. VVV (tomos XIX, XX e XXI). Braga: Carvalhos de Basto, p. 407.
[607] *Ibidem*.
[608] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 103.
[609] Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2018): *Entalhadores, Enxambradores, Escultores, Pefreiros, Desenhadores, Calígrafos e Autores de Riscos que trabalharam em Braga: 1730-1775*. Braga: Câmara Municipal, p. 363.
[610] *Idem*, p. 320.
[611] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 103.

extinção dos mosteiros que concedia a prerrogativa de os mosteiros femininos apenas serem encerrados após o falecimento da última freira.

A igreja do antigo mosteiro de S. Bento pertence à diocese de Viana do Castelo e necessita, urgentemente, de obras de conservação e restauro, uma vez que todo o seu interior é riquíssimo, desde as esculturas – com particular destaque para as de S. Bento e de Santa Escolástica que se encontram no altar-mor - à talha dourada, passando pelos caixotões e azulejaria, já para não referir a memória do próprio edifício que valoriza este património.

### 3.9.3. S. João Batista de Cabanas, Afife

No lugar de Cabanas da freguesia de Afife, existiu um mosteiro de monges negros de S. Bento, conhecido como mosteiro de S. João de Cabanas, aonde, como vimos, acorria o clamor da confraria de S.to Isidoro sedeada na freguesia de Moledo, em Caminha, no dia de S. João Batista.

Nas casas que pertenceram ao mosteiro de Cabanas, viveu um dos nomes mais importantes das letras e da cultura portuguesas, Pedro Homem de Mello (1904-1984). Ainda hoje se sente a sua presença no painel de azulejos que o homenageia.

A primeira referência documentada deste mosteiro é a carta de doação de couto passada pelo rei D. Sancho I no ano de 1177, mas já teria existência anterior a fazer fé numa lápide sepulcral de 1168, sendo referido, igualmente, nas Inquirições de D. Afonso III (1258): «in monasterioSancti Johannis de Cabanis (…) el rey est padrom et senor et est cautum per padroes et per divisões» [612].

Passou por períodos conturbados, chegando a estar sem monges, sendo a comunidade restaurada em 1613, depois de reorganizada a congregação beneditina portuguesa [613]. Em 1758, o reitor de Afife, Amaro de Lima Barros, diz que «há nesta terra um convento ou mosteiro de monges benedictinos antiquíssimo, mas reedificado *a fundamentis* no anno de 1727, chamado Cabanas» [614].

O reitor não justifica a origem do nome «Cabanas», explicação que encontrámos no jornal «Correspondência do Norte», do dia 14 de outubro de 1896, altura em que o mosteiro ia ser, novamente, vendido na sequência da sua extinção em 1834. Depois de historiar a sua fundação, que atribui a S. Martinho de Dume no ano de 570, e de afirmar que chegou a ter 75 frades, explica: «Chamou-se convento de *cabanas*, porque os frades viviam primeiro em grutas ou covas e depois em cabanas, espalhadas pela serra visinha, que das mesmas cabanas tomou o nome.

Em 1382 passou a comendatarios, mas depois tornou a ser de frades bentos».

Não temos dúvida que a fonte do articulista foi a *Corografia Portugueza*, que refere, ainda, ter sido destruído pelos Mouros e reedificado por Lopo Munhos, um Galego rico-homem muito devoto de S. João Batista a quem o dedicou [615].

### 3.9.4. Santa Maria de Carvoeiro

A freguesia de Santa Maria de Carvoeiro é muito antiga e já aparece referida no *Censual do bispo D. Pedro* como «De Sancta Maria de Carboneiro» [616].

O culto a S. Bento verifica-se na igreja matriz que outrora pertenceu a um convento beneditino de invocação de Santa Maria. Segundo Carvalho da Costa, Carvoeiro deriva de umas minas de carvão que existiram nestas terras: «tomou o nome de huma grande Cidade que houve

[612] *Idem*, p. 107.
[613] Cf. ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 75.
[614] *MP*, II, p. 411.
[615] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 195.
[616] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O. c.*, p. 180.

no alto de hum monte, que lhe fica por cima, de que se vem vestigios. Chamava-se Carbona pelo carvão, que alli se fazia, agora Caramona, & o Convento Carvoeiro. Destruíose na invasaó dos Mouros, & estando ermo, & despovoada esta terra, ElRey, que se entende ser Dom Alfonso o Magno, a deu a hum fidalgo, que a povoasse com simples Colonos» [617].

A data de fundação deste mosteiro não está fixada, sendo atribuída aos finais do século XI, tendo seguido, como outros, a *RB*. Segundo ARAÚJO e SILVA, a primeira informação fidedigna sobre a sua história encontra-se «na sua carta de couto de 1129 (DR 100), sendo então seu padroeiro o nobre Sarracino Osores.

O seu primeiro abade comendatário foi D. Diogo Pinheiro [618], bispo do Funchal, pelo menos desde 1500. A Congregação de S. Bento de Portugal tomou posse dele em 1588, começando a ser governado por abades trienais» [619].

Além dos foros de propriedades espalhadas por várias freguesias (Loivo, Valboa, Reboreda, Cerdal, Candomil, Sopo, Fontoura, etc. [620]), este mosteiro recebia os dízimos da paróquia de Salvador de Portela de Susã, cujo pároco era vigário de «apprezentação *in solidum* do abbade Benedictino do mosteiro do Carvoeiro» e tinha de côngrua 50.000 réis [621], e da freguesia onde se situa, uma vez que a igreja do mosteiro era a matriz e o pároco o prior: a «matriz desta freguesia hé o mosteiro dos monges de S. Bento. Hé vigairaria trienal e hé parocho della o prior do mesmo mosteiro, que apresenta o padre Dom Abbade do mesmo mosteiro, cuja igreja tem cinco altares» [622].

Numa das paredes laterais do que resta do claustro do antigo mosteiro, ainda podemos observar a tumba de um abade que morreu com fama de santidade, D. Pedro Afonso [623], a qual apresenta, no centro, um orifício com largura suficiente para se introduzir uma mão a fim de retirar terra que se acreditava possuir virtudes curativas, como narra Frei Leão de S. Tomás: «Seu transito socedeu no anno de 1104. Seu corpo jaz em hũa sepultura junto à Sanchristia da Igreja de Carvoeyro em hum arco de pedra, e della a devação commum do povo tira terra por hum circolo redondo, que tem, & lançandose ao pescoço he remedio muy ordinario cõntra maleytas. A geral acclamação daquelles contornos o canonisa por Abbade Santo [624].

A lápide tem a inscrição seguinte: «OSSOS DE D. P.º AF.º DÕ AB.e / Q̃ FOI D. M. FAL. CÕ BOA OPI. / E D. M.C.IV. COLO. 2.ª VES / E. D. M.DCCIV. DA RE. D. TẼPL.», ou seja: «Ossos de Dom Pedro Afonso, abade / que foi deste mosteiro, faleceu com boa opinião. / Era de 1104. Colocado pela segunda vez / Era de 1704 da reedificação deste templo».

Na igreja que foi abadia deste mosteiro, além de uma tela na sacristia com S. Bento de Barbas, encontrámos três esculturas de S. Bento barbado: no altar-mor (madeira), na fachada (granito) e no cadeiral do coro alto (madeira, alto-relevo).

Quem entra na igreja pela porta principal encontra, do lado da Epístola, um pequeno nicho com uma imagem milagrosa de S. Bento que, em virtude de se encontrar num espaço tão pequenino, é, popularmente, designado por «S. Bento do Buraquinho». Trata-se de uma

[617] *Corografia Portugueza I*, p. 308.
[618] O bispo D. Diogo Pinheiro tem fortes ligações a Barcelos, à família Pinheiro e à igreja de Nossa Senhora da Franqueira da qual foi benfeitor e cujo altar colateral ostenta o seu brasão de armas, bem como à Colegida Real de Guimarães (igreja da Senhora da Oliveira) da qual foi prior e construtor de parte da torre. Encontra-se sepultado na igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar.
[619] *O. c.*, p. 76.
[620] **ADB**, *Monástico-conventual*, Carvoeiro: Livro B, n.º 99: Medição dos Casais, séc. XVIII.
[621] *MP*, II, p.463.
[622] *Idem*, p.430.
[623] Segundo Frei Leão de S. Tomás, D. Pedro Afonso ter-se-á deslocado à Terra Santa, pelo ano 1100, de onde trouxe a cabeça do apóstolo S. Tiago como relíquia, a qual lhe foi retida pela rainha D. Urraca e remetida à igreja de Santiago, em Compostela.
[624] THOMAS, Frei Leão de Santo (1651): *O. c.*, p. 111.

escultura muito rara [625], uma vez que é das poucas que exibe o corvo, não aos pés – como é habitual -, mas sobre a *Regra* que o Santo tem na mão esquerda.

### 3.9.5. S. Romão de Neiva

O memorialista Ferraz de Almeida, tal como Carvalho da Costa [626], diz-nos que «este cenóbio foi fundado no ano de 540, por S. Romão, sendo rei dos suevos Theodomiro» [627]. Trata-se, na verdade, de uma afirmação que carece de fundamentação histórica. O historiador José Marques data a sua fundação do ano de 1022 [628], antes da chegada dos cluniacenses à diocese de Braga, tendo sido um dos primeiros a observar a *Regra Beneditina*, o que ocorreu no ano de 1087 [629].

Quanto à sua fundação, o texto do cónego Avelino de Jesus da Costa é bem explícito. Diz-nos que o mosteiro se situa na base de um monte perto do rio Neiva e que foi fundado pelo presbítero *Quendamus* em honra de S. Romão, beatíssimo mártir de Cristo, e dedicado pelo bispo D. Afonso: «O presbítero fundou o mosteiro "in honore beatissimi martiris Christi Romani" (DC., n.º 680), que foi dedicado pelo bispo D. Afonso – "et vocavit episcopum Adefonsum" et ipsos domnos superius nominatos ad dedicationem» [630].

O mosteiro começou a ser reedificado no ano de 1733, mas acabaria por ficar incompleto devido à morte do seu benfeitor, Pe. Frei Nuno da Cruz, como se pode verificar pela ausência da torre do lado direito. As obras foram prosseguindo lentamente e, em 1755, viria a receber os retábulos dos altares que estavam na igreja da casa-mãe dos beneditinos portugueses, S. Martinho de Tibães, bem como várias esculturas do beneditino Frei Cipriano da Cruz. O transporte destas obras de arte de Tibães para S. Romão de Neiva foi um processo moroso, cerca de seis meses, feito em carros de bois e que obrigou à mobilização de 18 carreteiros só para o transporte do retábulo do altar-mor, uma obra atribuída a Frei Gregório de Magalhães em puro estilo renascentista [631].

Para a subsistência dos frades, o mosteiro tinha vários casais espalhados pelas freguesias vizinhas de Marinhas (*Casal dos Vinte e Quatro* e *Sepães*), Regadas e Contumil (*Casal de S. Romão*), Belinho (*Casal do Carrapato*), etc [632]. O Dom Abade apresentava os vigários das paróquias de S. Miguel de Perre: «o parocho dela hé abade de colaçam de padroeiros mistos dos padres bentos de Sam Romão de Neiva», e de S. Martinho de Vila Fria: «o parocho delle hé vigário ad nutum appresentado do padre Dom abbade do mosteiro de São Romão de Neiva, freguesia immediata a esta da ordem do patriarca São Bento» [633].

---

[625] Apenas localizámos outra na capela de S. Bento, na freguesia de Pedregais, Vila Verde.

[626] Cf. *Corografia Portugueza I*, p. 307: «S. Romão de Neyva he Mosteiro de Frades Bentos, que fundou com grades doaçoens Dom Payo Soares, a quem o Conde Dom Pedro chama Payo Paes Caminhão, o qual era senhor destas terras, em que fez este pequeno Convento no anno de 1100, porque ainda que sobre a porta da igreja diz*: Era MCLXX3 incepta fuit haec opera*, que quer dizer: *Na Era de 1173 que he anno de Christo de 1135 se começou esta obra* & naõ se entende pelo Convento, senão a portada. A alguns parece se lhe deu este nome, & devia principiarse por S. Romão Abbade da Ordem de S. Bento, que de França veyo a plantar sua forma de vida no anno de 540. As grandes esmolas, que se lhe fizerão, juntas com o Reguengo que El-Rey Dom Affonso Henriques lhe deu em Setembro de 1133. o engrossárão de rendas, que os Monges antigos repartião com os peregrinos, & passageiros».

[627] ALMEIDA FERRAZ, António Miguel da Costa 2014): *Apontamentos para a História de Barcelos*, vol. I, introdução, transcrição e notas de António Júlio Limpo Trigueiros, sj. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Município de Barcelos, p. 23.

[628] MARQUES, José (1988): *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 613.

[629] *Idem*, p. 628.

[630] COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, I*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta [Rio Caldo], p. 183.

[631] ADB, *Monástico-conventual*, Neiva, S. Romão de. Livro de obras n.º 158 (1749-1761).

[632] Cf. *Livros do Mostrador* (n.º 145 e 146) e *das Capelas* (n.º 164), **in ADB,** *Monástico-conventual*: NEIVA, S. Romão de, c. de Viana do Castelo.

[633] *MP*, II, p. 470.

Frei Leão de S. Tomás conta-nos que, neste mosteiro, se cumpria, rigorosamente, a *Regra* no que à alimentação respeitava. Situado junto ao mar e a cerca de uma légoa do porto de Viana do Castelo, quando os pescadores regressavam da sua faina marítima, logo iam em romaria agradecer a proteção de S. Romão e de S. Bento [634].

José Marques põe em causa as afirmações de Frei Leão de S. Tomás afirmando, pelo contrário, que «Apesar das elogiosas referências que Frei Leão de S. Tomás tece à rigorosa observância dos monges de S. Romão do Neiva, com especial observância para a abstinência de carne e a prática da caridade para com os pobres e peregrinos (…), nada encontrámos que autorize a atribuir este clima espiritual e social no século XV» [635].

Sem pretendermos beliscar a tese do cónego José Marques, que se reporta a um período crítico da vida monacal, como temos visto – em 1419, o mosteiro tinha, apenas, 4 monges: Frei João, abade, Frei Estêvão Gonçalves, prior, e os monges Frei Gonçalo Eanes e Frei Estêvão [636] -, julgamos que as palavras do autor da *Benedictina Lusitana* se referem aos tempos áureos do mosteiro, nomeadamente os séculos XII e XIII.

Em frente à porta da igreja de S. Romão de Neiva, ergue-se um pequeno monte que protegia o mosteiro dos ventos fortes vindos do lado do mar. No alto deste monte, situa-se uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo com vista para o mar, mas também para o vale do rio Neiva, de onde se avistam as igrejas dos mosteiros beneditinos de Santa Maria de Carvoeiro e de S. Salvador de Palme. No altar-mor, podemos ver no centro a imagem de Nossa Senhora do Carmo numa redoma de vidro ladeado pelas imagens de São Bento, do lado do Evangelho, e de Santa Escolástia, do lado da Epístola, tal como se se tratasse da igreja de um mosteiro beneditino.

### 3.9.6. Mosteiro de S. Cláudio de Nogueira

Os estudos sobre o mosteiro de S. Cláudio da Ribeira Lima, integrado no couto do mosteiro de S. Salvador da Torre seu padroeiro, não abundam. O *Inventário do fundo monástico-conventual* do Arquivo Distrital de Braga não individualiza os documentos que respeitam a este mosteiro, o que dificulta, desde logo, qualquer investigação. Como se trata de paróquias que integravam a antiga comarca eclesiástica de Valença do Minho, parte da sua documentação não se encontra no Arquivo Distrital de Braga. O único estudo mais amplo é o do cónego Avelino de Jesus da Costa que vimos citando. Segundo este conceituado historiador, o mosterio de S. Cláudio de Nogueira foi fundado no início do século XII e extinto a 9 de agosto de 1458 na sequência da morte do abade Rui Pires e «reduzido a igreja paroquial com assentimento do most. de S. Salvador da Torre, que apresentou o presbítero Gomes da Rocha para a nova paróquia, em que foi confirmado pelo administrador eclesiástico de Valença» [637].

Avelino Costa diz que foi restaurado em 1546, embora entre em contradição com outra documentação que o dá como igreja paroquial dependente do mosteiro de S. Salvador da Torre. Acrescenta que «em 1564, não tinha monge nenhum e, em 1588, tinha um abade e um monge» [638].

No ADB**,** encontrámos o *Tombo do antigo mosteiro de S. Cláudio* [639], datado de 9 de abril de 1676, mandado fazer pelo Corregedor de Viana, do qual tiramos as conclusões seguintes:

1. Andava unido *in perpetuum* ao mosteiro de S. Martinho de Tibães;
2. Era seu comendatário Fernão Velho Barreto;

[634] *Benedictina Lusitana*, II, p. 325.
[635] MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 682.
[636] *Idem*, p. 647.
[637] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, p. 111.
[638] *Idem*, p. 112.
[639] **ADB**, *Monástico-conventual*, Tibães, 1676, abril 9 – "Tombo do antigo mosteiro de S. Cláudio". Livro n.º 54, fls. 1 a 10.

3. Tinha, como anexas, as paróquias de S. Pedro de Varais, S. Pedro de Serralhes e S. Salvador de Gondar;

4. Inicialmente, tinha sido mosteiro com a invocação de S. Cláudio, mas foi reduzido a igreja paroquial.

Em síntese, podemos dizer que, após a sua extinção (1458), foi entregue a um comendatário chamado Fernão Velho que já «comia» os dízimos do mosteiro de S. Paio e das paróquias anexas [640]. Entretanto, a refundada Congregação Geral de S. Bento toma conta do mosteiro e seus haveres, tendo delegado no respetivo abade, Frei Thomas de Christo, a posse de todo o património, a qual se concretiza a 15 de setembro de 1588.

Em 1676, aquando da elaboração do *Auto do Tombo*, o procurador do mosterio de S. Cláudio de Ribeira Lima e suas anexas era o P.e Fr. Bernardo da Paz, prior do mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro.

Atualmente, a freguesia de S. Cláudio de Nogueira encontra-se integrada na de S. João de Nogueira que, em 1775, integrava o arciprestado de Santa Maria de Vinha, Viana do Castelo, composto por 33 paróquias [641]. Do antigo mosteiro pouco mais resta que a igreja onde podemos observar vários elementos arquitetónicos românicos, como o pórtico, o arco-cruzeiro, a cachorrada, etc. Sem esquecer as cruzes páteas dos Templários, vazada no tímpano do pórtico e dupla na porta meridional.

### 3.9.7. Mosteiro do Divino Salvador da Torre

Em relação ao mosteiro de S. Salvador da Torre, Viana do Castelo, como refere Manuel Moreira, são poucos os vestígios, uma vez que os edifícios junto à igreja foram construídos nos séculos XVIII e XIX [642]. O investigador diz-nos, ainda, que a igreja conserva duas imagens em calcário quatrocentistas de S. Salvador e Nossa Senhora do Corporal [643].

O mosteiro de Salvador da Torre, cuja fundação se insere na tradição visigótica, ou autóctone, como refere José Marques, terá sido fundado no fim do século IX ou princípio do seguinte pelo conde Paio Bermudes. Reedificado em 1068, decerto ainda sob as observâncias peninsulares tradicionais, veio a adoptar a *Regra de S. Bento* no fim do séc. XI. Foi coutado por Afonso Henriques em 1129 (*DR* 99) e pertenceu ao padroado real. Em 1546, tinha apenas três monges. D. Fr. Baltazar Limpo uniu-o pouco depois à mesa arcebispal de Braga, mas o seu sucessor, Frei Bartolomeu dos Mártires, anexou-o, em 1564, ao convento dominicano de Santa Cruz de Viana do Castelo, que começou a ser habitado em 1571, vindo a desaparecer a comunidade beneditina [644]. Assim nos aparece nas *Memórias Paroquiais*: «O parrocho desta

---

[640] Cf. DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2004): «Beneditinos Portugueses: urgência e insucesso da reforma ao tempo de D. Manuel», in *Atas do III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal, p. 115: «Em Portugal, a comenda foi aproveitada e explorada por reis, nobres e clérigos, não tanto para proteger as igrejas e mosteiros, quanto sobretudo para se aproveitarem dos bens e rendas dos religiosos. A Comenda passou quase a ser moeda de troca de favores e instrumento de nepotismo, com autênticas dinastias de famílias a sugarem os mosteiros. As bulas de atribuição eram *Consistoriais*, se vindas de Roma (Papa), e do *Padroado Real*, se dimanadas da Corte. (…) A "praga" da comenda, como diziam os beneditinos reformados, foi, de facto, um flagelo para a vida monástica, pois agravou o clima de dissipação e desregramento dos monges com os comendatários, "comedores", muitas vezes simples leigos, que mais tratavam de comer as rendas que defender os mosteiros e ajudar espiritualmente os religiosos. Por vezes, os comendatários nem sequer visitavam as suas abadias e administravam-nas por meio de prpocuradores».

[641] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1775 – "Informação de visita – arciprestado de Santa Marinha de Vinha". Livro n.º 732.

[642] MOREIRA, Manuel António Fernandes (1986): *O Antigo Mosteiro de S. Salvador da Torre e os Pergaminhos da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, pp. 3 e 4, nota 1.

[643] *Ibidem*: «As imagens quatrocentistas do Rei Salvador e da Senhora do Corporal, fabricadas por artista nacional em calcário, pertencem já ao período gótico, a avaliar pelo movimento sugerido pela disposição do panejamento e pela atitude corporal, embora a expressão do rosto seja hirta».

[644] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, pp. 118-119.

igreja hé vigario apresentado pellos rigiozos [*sic*] do convento de Sam Domingos de Vianna, os quais comem os frutos dos dizimos» [645].

Sobre a imagem granítica de Nossa Senhora do Corporal, com cerca de 1,40 m de altura e que a tradição sustenta ter vindo do mar, transcrevemos um texto do cónego Aguiar Barreiros: «A dez quilómetros de Viana do Castelo e na margem direita do Lima, a igreja matriz de S. Salvador da Torre, que o era dum mosteiro de beneditinos, destinou um lindo altar a ***Nossa Senhora do Corporal***, que para ali foi trasladada de uma capela antiquíssima, há tempos demolida, e da qual era titular» [646]. Esta afirmação é confirmada pela descrição feita pelo vigário de S. Salvador da Torre no ano de 1758: «Tem esta freguezia duas capellas, huma de Santo Izidoro, que pertence a Diogo da Rocha Porto Carreira, outra de Nossa Senhora do Corporal e nella huma nobra irmandade de ecleziasticos e poucos sicullares, cuja capella esta situada no adro desta igreja, que algum dia foi parochial desta freguezia» [647].

A imagem da Senhora do Corporal é considerada milagrosa, não só pelos moradores da paróquia, mas também pelos povos das freguesias vizinhas que acorrem em grande número, continuando a realizar-se em sua honra uma grande festividade no domingo de Pascoela [648], a seguir à Páscoa, também conhecida por Festa dos Folares, por ser neste dia que os padrinhos dão o folar aos afilhados, retribuindo a lembrança que recebem no domingo de Ramos.

Uma palavra, por último, para a forte relação existente entre o beato Frei Bartolomeu dos Mártires e esta paróquia que ele procurava amiúde – recordamos que pertencia à Ordem de S. Domingos – e que deu o seu nome ao centro social inaugurado no ano de 2006, e cuja população já o tinha homenageado com a colocação de um busto em 2002.

### 3.9.8. Mosteiro de S. João de Arga

Como vimos, os monges beneditinos, ao contrário dos cistercienses que se instalavam nos produtivos vales, procuravam as montanhas para construir os seus mosteiros: «BENEDICTUS montes, BERNARDUS valles amabat» [649]. Um desses casos foi o mosteiro construído bem no alto da serra de Arga, em Viana do Castelo, e dedicado a S. João Evangelista.

Carvalho da Costa conjetura que o cenóbio primitivo poderá ter sido fundado por S. Frutuoso, bispo de Braga, «que se acabou no anno de 661, porquanto esta era se achou escrita em huma padieira da porta da Igreja, ou de outra officina deste Mosteiro, que vem a ser o anno de Christo 623» [650].

A sua ligação aos beneditinos fundamenta-se na bula de reforma monástica do papa Sisto V, *Injunctum nobis desuper*, de 25 de novembro de 1587, onde se refere que o mosteiro de S. João de Covas, situado na serra de Arga, deveria «fazer parte da Congregação Portuguesa de S. Bento e de o Geral ter tomado posse jurídica dele, a 4-V-1588, a posse nunca se tornou efectiva por oposição do referido marquês, seu comendatário» [651].

---

[645] *MP*, II, p. 466.

[646] BARREIROS, C.º Manuel de Aguiar (1931): *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto*. Braga: Revista «Opus Dei», p. 101.

Permitimo-nos divergir da opinião do cónego Manuel Barreiros no que se refere à origem do designativo «Corporal», que atribui ao facto de a capela ter sido construída no lugar de um cemitério antigo, seguindo a tese de Rosa de Viterbo que, em documentos antigos, aparece com esta designação: «por outro lado, êle dá margem a formular a hipótese, de todas, por certo, a mais verosímil, de que a demolida capela da Senhora ocupava o lugar dum cemitério (corporal) velhíssimo, de que ainda se guarda notícia; mas cuja memória o tempo vai diluindo». Cf. *Ibidem*.

A nossa tese é muito mais simples: baseia-se na observação do atributo que o Menino que a Virgem tem ao colo segura nas mãos, ou seja, um tecido branco destinado a ser colocado sobre o altar para proteger a hóstia consagrada, corpo de Jesus Cristo, do contacto com outro qualquer objeto físico, chamado «corporal».

[647] *MP*, II, p. 467.

[648] Cf., entre outros, o jornal «A Aurora do Lima» de 13 de abril de 2017.

[649] Máxima cujo autor se desconhece. Cf. CONDE, A. Linage (1991): *O. c.*, II, p. 333.

[650] *Corografia Portugueza*, I, p. 282.

[651] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): *O. c.*, pp. 105 e 106.

Em 1758, o encomendado da paróquia de S. João de Arga, Francisco Gonçalves de Barros, diz, em resposta aos inquéritos para as *Memórias Paroquiais*, que «em o fundo, no meo das tais serras [Arga] está huma igreja que antigamente foi matriz desta mesma Freiguezia [S. João de Arga] e Covas [Salvador de Covas] e tinha sido convento dos ditos monjes de Sam Bento [652]». Já, anteriormente, o autor do relato tinha explicado que esta freguesia de Salvador de Covas, agora extinta, possuía três capelas [653].

Sobre o mosteiro beneditino de S. João de Arga, informa-nos o cónego Avelino de Jesus da Costa que, apesar de referido nas Inquirições de 1258, desconhece a data da sua fundação.

Este mosteiro foi mais um que, no século XVI, não escapou à voragem dos comendatários, transitando da tutela do Rei «para os marqueses de Vila Real, que já o apresentavam juntamente com S. João de Covas em 1533. Aquando da reforma da congregação beneditina pelo PP Sisto V (bula *Injiunctum nobis desuper*, de 25 de novembro de 1587), foi incluído na Congregação Portuguesa dos Monges Negros de S. Bento no Reino de Portugal e Província do Brasil.

### 3.10. VILA NOVA DE CERVEIRA: LOIVO E VALBOA, MOSTEIROS BENEDITINOS

Embora não tenhamos localizado nenhuma capela de S. Bento no concelho de Vila Nova de Cerveira, a verdade é que também por aqui se respiram ares beneditinos. Se, na atualidade, a fragância é muito suave, num passado de 5 ou 6 séculos, foi bem forte tendo em conta que aqui floresceram dois mosteiros que seguiram a *RB*. O primeiro, com invocação de Santa Marinha de Loivo, viu a sua comunidade de monjas ser transferida para o mosteiro de Santa Ana, na cidade de Viana do Castelo, em 1529, por breve do papa Clemente VII: «Santa Marinha de Loyvo, Vigairaria que apresentão as Freyras de S. Anna da Villa de Viana, tem cem vizinhos. Foy antigamente Mosteiro de Monjas de S. Bento, dizem que da invocação de Santa Anna, mas não alcançamos o tempo de sua fundação, nem os nomes de seus Padroeiros» [654].

Situação semelhente passou-se com o convento de Santa Maria de Valboa, na freguesia de S. João de Campos, o qual, com origens no século XI, passou por um período difícil em virtude dos poucos rendimentos que possuía, tendo sido extinto em 1455, data em que se verificou a renúncia da abadessa, D. Inês Barbosa, por carência de meios, visto o «mosteiro ser "tam pobre que em elle se nom podia manter nem soportar nem ter convento". Por este motivo, o administrador de Valença transferiu para a comunidade de Merufe a única freira que nele havia e anexou-o ao mestre-escolado da Colegiada de Valença» [655].

Em 11 de fevereiro de 1528, o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, anexou-o ao mosteiro beneditino feminino de Santa Ana em Viana do Castelo. Atualmente, restam a capelinha de Santa Luzia e os muros derruídos da antiga quinta de Valboa.

Carvalho da Costa refere uma igreja dedicada a Santa Luzia «aonde antigamente foy o Mosteiro de Santa Maria de Valboa de Freyras de S. Bento. He tradição forão seus Padroeiros, & fundadores os senhores Sylvas, que alli visinho tinhão seu solar, & delle foy Abbadeça D. Urraca Soares. (…). Aqui foy o Solar do appellido de Valboa, de que tem havido grandes homẽs em Espanha, principalmente no Reyno de Castella» [656].

ARAÚJO e SILVA afirmam já existir no ano de 1162, data em que «era seu abade Guilherme, que nesse ano, confirma, com o de Cabanas, um documento de Coimbra (SS, p. 73ª); mas aparece depois como mosteiro feminino e, decerto, de beneditinas, estando como tal documentado em 1258» [657].

---

[652] *MP*, II, p. 115.
[653] *Ibidem.*
[654] *Corografia Portugueza*, I, p. 218.
[655] COSTA, Avelino de Jesus da (1981): O. c., pp. 101-102.
[656] *Corografia Portugueza*, I, p. 219.
[657] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 119.

A bula do PP Clemente VIII, *Dignum arbitramur*, de 15 de março de 1599, testemunha que a igreja paroquial de Santa Marinha de Loivo era uma vigararia do mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo [658].

Os dados mais concretos sobre este cenóbio são-nos fornecidos por José Leal Diogo num artigo publicado, em 1979, aquando da descoberta de uns frescos setecentistas por trás do retábulo do altar-mor da capela de Santa Luzia [659]. José Diogo transcreve a epígrafe que se encontra em duas pedras incrustadas na parede e que permitem datar a construção da igreja deste cenóbio de 1098, antes da fundação da nacionalidade: «mesmo junto ao chão, no lado direito, lê-se: "ISTE FVNDATVS SVB ERA MCXXXVI REGNANTE", e na 3.ª fila superior da fachada, mesmo no centro: "REX ANFOS", que traduzimos por – "Este foi fundado na Era de 1136 [1098], reinando o Rei Afonso"» [660].

Restaurado anos mais tarde, acabou, também, por ser anexado ao de Santa Ana, o qual ficou detentor dos bens que estes possuíam (quer em Loivo, quer em Valboa), como nos dá conta o abade Matias Gonçalves em 1750: «Tem huma capella na Quinta das Fereiras (*sic*, por freiras) de Santa Anna de Vianna chamada de Santa Luzia e de Santa Anna a qual ellas *veneram* porque comem os dízimos da quinta e está fora do lugar algum tanto. E a esta acode no dia de Santa Luzia alguma gente e na primeira oitava do Natal» [661].

Em 1792, aquando da elaboração do tombo da igreja de S. João de Campos, a abadessa do mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo constitui-se assistente para defender os direitos do mosteiro, nomeadamente «a dizimaria [662] da Quinta de Balboa sita nos limites desta freguezia como tambem as ofertas da Capella de Santa Luiza colada na mesma quinta por de tudo ser direito senhor o Mosteiro das suas constituintes», considerando que a quinta referida foi «Mosteiro das Religiozas Beneditinas e depois com união de outras se estabeleceo o convento de Santa Anna de Vianna a quem pertence o sitio do dito Mosteiro que hoje se chama de Balboa aonde inda se conserva hũa Capella de Santa Luzia» [663].

José Augusto Vieira, no seu roteiro pelo Minho publicado em 1886, esclarece-nos um pouco como tudo aconteceu: «Este mosteiro foi pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, com breve de Martinho V, reduzido a aparochia ordinaria, mudando as freiras para Loivo, donde mais tarde o arcebispo D. Diogo de Sousa as passou para Sant'Anna de Vianna. Este mosteiro parece ser o de Valboa, a que se refere o *Registro de Valença*» [664].

A visita ao vetusto templo, hoje, de invocação de Santa Luzia, realizada no dia 15 de fevereiro de 2019, permitiu-nos verificar que se trata de uma capela muito antiga em estilo românico (arco cruzeiro em ferradura e portas quinhentistas) que ostenta marcas de ter estado agarrada a outro edifício. Desde logo, vários silhares salientes nas paredes que serviriam para travar a construção anexa, bem como outros elementos pétreos de continuidade das paredes laterais, e a existência de um contraforte do lado norte de suporte ao arco cruzeiro fazem-nos

[658] Cf. **ADB**, *Caixas das Bulas*, n.º 11, doc. 398.
[659] DIOGO, José Leal (1979): «Em Vila Nova de Cerveira, entaipada e coberta a cal uma pintura do séc. XVII», **in** *O Comércio do Porto* de 20-10-1979.
[660] *Ibidem*.
[661] *MP*, II, p. 477.
[662] O dízimo correspondia a uma porção de 10% sobre a produção agrícola. Esta prestação, considerada «pesadíssima» pelo professor Aurélio de Oliveira, destinava-se a pagar os serviços prestados pelo clero. Por vezes, era repartida por vários dizimeiros: o bispo, o cura e outras instituições eclesiásticas. Situação que não se verificava nos domínios dos mosteiros beneditinos: «os mosteiros da Ordem de S. Bento, nas paróquias em que eram dizimeiros, levavam a totalidade dos dízimos, não tendo nós aí surpreendido qualquer outro dizimeiro. Apenas se reservava uma pequena prestação côngrua para o sustento dos respetivos vigários». Cf. OLIVEIRA, Aurélio de (2018): *Terra e Trabalho: Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime. A Abadia de Tibães – 1620-1822*, vol. II. Maia: ISMAI e CEDTUR, p. 67.
[663] **ADB**, *Registo Geral*, 1792, 22 de outubro – "Sentença de Tombo da igreja de Sam João de Campos". Livro n.º 274.4, fls 32 e 33 v.
[664] VIEIRA, José Augusto (1886): *O Minho Pittoresco*, vol. I. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira - Editor, p. 145.

supor que o edifício do mosteiro se desenvolveria para nascente, sul e poente. No alçado nascente, vemos uma fresta que foi fechada para a construção do retábulo-mor, onde se encontram os frescos, e, do lado norte, é visível a cahorrada, uma janela que substituiu a fresta primitiva, o referido contraforte e a porta reduzida com arco apontado. Dado tratar-se de um mosteiro feminino, a porta de entrada do público seria do lado norte, à semelhença do mosteiro feminino de Santa Clara, Vila do Conde. Esta porta, de feição manuelina, foi alterada para uma porta mais estreita e de uma só folha de modo a reduzir a sua largura.

Como vimos, os trabalhos de recuperação – trata-se de um imóvel de interesse púbico desde 1982 – revelaram um interessante conjunto de frescos na parede do fundo do transepto, escondidos pelo retábulo do altar-mor, com várias figuras litúrgicas, mas onde a imagem da padroeira atual não aparece. A posição central é ocupada por S. Domingos, ladeado por dois franciscanos: S. Francisco de Assis, do lado do Evangelho, e Santo António, do lado da Epístola. No plano superior, vemos Cristo crucificado, tendo, a seus pés, a Virgem Maria, Maria Madalena e S. João Evangelista.

Esta iconografia, não consentânea com a iconografia beneditina, leva-nos a concluir que se trata de um mural posterior à extinção do convento beneditino de Santa Maria de Valboa, que, como vimos, ocorreu em 1455.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# 4. PEREGRINANDO PELO BAIXO MINHO

Se a devoção pelo Santo Padroeiro da Europa, no Alto Minho, é grande, no Baixo Minho não é menor. Este facto justifica-se com a existência, neste espaço geográfico, não só da sede da milenar diocese metropolita (arquidiocese) de Braga, sua antiquíssima Sé e respetivo cabido, mas também por ser, no concelho de Braga, mais concretamente no mosteiro de S. Martinho, em Mire de Tibães, que se instalou a casa-mãe da renovada Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca S. Bento do Reino de Portugal. Ciclicamente, de três em três anos, aqui vinham, oriundos de todo o país, os abades dos mosteiros beneditinos para as suas reuniões magnas na famosa sala do capítulo. Podemos dizer que, nos séculos XVII e XVIII, todos os caminhos iam dar a Tibães.

## 4.1. AMARES

### 4.1.1. Santo André de Rendufe

Nesta identificação de marcas beneditinas do culto a S. Bento no Minho, começamos pelo concelho de Amares onde, além de um mosteiro beneditino, temos quatro capelas de invocação a S. Bento: três públicas e uma particular.

O mosteiro beneditino de Santo André de Rendufe, padroeiro cujo culto teve um grande incremento nos séculos XII e XIV, como refere Avelino de Jesus da Costa [665], «foi um dos apóstolos que teve culto mais antigo na Península». O culto a Santo André, propalado pelo mosteiro na sua área de influência, o vale baixo do rio Homem, levou a que a paróquia de Moimenta, onde, atualmente, se situa a sede do concelho de Terras de Bouro, mudasse de orago. Segundo o autor suprarreferido, a designaç ão de Santo André de Moimenta surge documentada a partir de 1551: «1220, "De Sancta Maria de Moimenta (…) hereditate de Covas", T. Bouro. – 1258, "In collatione Sancte Marie de Moymenta", J. de Bouro. (…) 1551, "Moimenta Sant Andre [anexa] a Sam Joham de Valemçe" (CBL., fl. 45)» [666]. Esta mesma informação encontramos num texto do professor Viriato Capela, referindo que, inicialmente, o orago era Santa Maria, assumindo, posteriormente, Santo André como padroeiro: «nos textos mais antigos, a igreja é dedicada a Santa Maria, nos mais recentes do século XVI aparece dedicada a Santo André» [667].

A história do mosteiro de Rendufe, fundado por Egas Pais de Penegate, senhor da casa de Penegate e de várias propriedades no vale que envolve o rio Homem [668], remonta, pelo menos, ao ano de 1090, data de um documento que cita o Abade Sisnando do mosteiro de Rendufe. A

[665] «Era orago de dez freguesias, mas na de Travaçós foi substituído por S. Tomé. Teve também uma capela em S. Salvador de Briteiros e outra em Creixomil e foi titular secundário dos mosteiros de Arnoia e de Guimarães», **in** COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O. c.*, p. 474.

[666] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 228.

[667] CAPELA, José Viriato (1993) – "Localização e antiguidade". **In** *A Paróquia de Santo André de Moimenta: passado e presente*. Braga, Barbosa & Xavier, Lda., pp. 13-14.

[668] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.,* p. 103: «Fundado pelo nobre Egas Pais de Penegate antes de 1090 (DC 746), provavelmente já como mosteiro de monges beneditinos, foi senhor de importantes propriedades na região de Entre Homem e Cávado. Os abades perpétuos foram substituídos por comendatários em 1409. Foi dos primeiros que a Congregação de S. Bento tomou posse em 1569, e dos mais poderosos da Ordem. A sua igreja foi construída no princípio do séc. XVIII. A comunidade foi gravemente afetada pelas invasões francesas no ano de 1809. Extinto em 1834, as suas propriedades foram vendidas logo a seguir, mas o edifício monástico só c. 1870.»

sua fundação deriva da doação de um couto a Egas Pais de Penegate por parte do conde D. Henrique e da sua esposa, D. Teresa [669].

O seu couto compreendia as seguintes igrejas paroquiais: S. Vicente do Bico, Santíssima Trindade da Capela (Rendufe), S. Martinho de Lago [670] e S. Pedro de Barreiros [671].

Frei Leão de S. Tomás diz que, no ano de 1088, Egas Pais de Penegate foi aos mosteiros de Adaúfe «& juntamẽte ao Mosteyro das Montanhas d'Abbadia pedir Religiosos, q̃ viessem povoar o seu mosteiro de Rendufe, obrigando-se a lhe dar o Mosteyro acabado e sustentação necessária» [672].

Segundo o historiador Paulo de Oliveira, técnico da Direção Regional de Cultura do Norte e responsável pelo mosteiro de Santo André de Rendufe, a igreja românica primitiva foi concluída no ano de 1151, conforme inscrição existente na base do arco cruzeiro. Viveu um período de prosperidade nos séculos XII e XIII, tendo passado momentos difíceis na sequência da guerra de D. Fernando com Castela, acabando por ser extinto em 1401 e entregue a uma colegiada por breve do papa Bonifácio IX, que viria a revogar esta decisão. Passou, então, a ser governado por abades comendatários, de 1401 a 1577, ano em que a nova Congregação Geral da Ordem de S. Bento em Portugal assumiu a sua posse, efetivada em 1587 devido a problemas com os comendatários, sendo, a partir desta data, governado por abades trienais eleitos em Capítulo. O mosteiro de S. Martinho de Tibães, enquanto casa-mãe dos beneditinos portugueses, assume a posse e gestão do património, dando início a uma renovação do edifício sob a responsabilidade técnica de Baltazar Alves e Pedro Lucas.

No início do século XVIII, à semelhança da maior parte dos mosteiros beneditinos, é reconstruído entre os anos de 1716 e 1719, tendo a primeira pedra da igreja sido lançada pelo «R.$^{mo}$ P. P. jubilado Fr. P.º dos Martires, sẽdo D. Abbade G.$^{al}$, lançou a I.ª pedra desta igreja aos 8 de 7.bro de 1716» [673].

Em 1756, recebeu as ossadas de um frade do mosteiro de Santa Maria de Adaúfe consideradas milagrosas [674].

No livro da *Relação da fazenda e casais deste Mosteiro*, relativo ao ano de 1770, além de vários casais, é referido que o mosteiro possuía um barco no local denominado S. Fins [675], para travessia do rio Homem, tal como o mosteiro de Tibães que possuía um no rio Cávado.

Aquando das invasões francesas e à semelhança do que aconteceu com muitas outras igrejas, não escapou ao «saque» das autoridades civis que se apoderaram da sua riqueza, nomeadamente ouro, prata e pedras preciosoas das imagens e alfaias religiosas, para liquidação do resgaste exigido pela França de Napoleão.

Com a extinção das ordens monásticas em 1834, o mosteiro, à exceção da igreja, entrou num processo de delapidação de património que o levou à ruína após ser devorado por um incêndio. A agravar esta situação, «uma grande derrocada da abóbada, ocorrida em 1960, provocou o esmagamento do valioso cadeiral que existia no coro» [676]. Felizmente, a derrocada não afetou todo o cadeiral e encontra-se devidamente restaurado. Embora não seja comparável com o de S. Bento da Vitória, no Porto, podemos dizer que rivaliza com o de S. Martinho de Tibães.

---

669 Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 241.

670 *MP*, I, p. 53: «o parocho hé cura ou vigário aprezentado pelo Padre Dom Abbade do Convento de Renduffe, a quem pertencem as rendas da dita freguezia, e o cura tem séis mil réis e o pé de altar».

671 Cf. *Corografia Portugueza I*, p. 253:

672 *Benedictina Lusitana*, II, p. 87.

673 Vide cartela colocada na fachada da igreja do lado esquerdo do pórtico.

674 Vide página 204.

675 **ADB**, *Monástico-conventual*, Rendufe, Livro n.º 111, Relação da fazenda e casais deste Mosteiro (1770).

676 Cf. Vide *Guia de Portugal IV: Entre Douro e Minho II – Minho*, 3.ª ed. (1996). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 903, nota 1.

O visitador do arciprestado de Pico de Regalados, João José Peixoto, em 1845, além de chamar a atenção para a «grandeza e primor d'arte» da capela do Sacramento, descrevia o estado da igreja e do mosteiro da forma seguinte: «A Igreja (que he esse magnifico Templo q servio de Mosteiro aos extintos Monges de S. Bento (…). Tem sacrário provido (…). Tem paramentos ricos para celebrar. Tem casas de residencia, que vem a ser todo o Convento, que tantos homens virtuosos encerrou, e agora se acha despovoado, deserto, e desafiando novas lamentações. Tem os livros da Igreja numerados, rubricados e escriptos com clareza» [677].

Recentemente, o mosteiro voltou para a posse do estado e aguarda-se o seu restauro e conversão numa unidade hoteleira ou de escola de ensino superior.

### 4.1.2. S. Bento de Carvalho, Besteiros

A capela de S. Bento de Carvalho, assim chamada por se situar num lugar com este nome da freguesia de Besteiros, foi construída por Manuel José de Castro Soares e Barros (1712-1768), na sua quinta, e, como recomendam os cânones, com a porta principal voltada para um espaço público, ou seja, para o caminho que ligava os mosteiros de Rendufe e de Bouro, e seguia para o santuário de Nossa Senhora da Abadia.

Domingos Maria da Silva, autor da monografia sobre o concelho de Amares, refere a existência de duas capelas na freguesia de Besteiros, uma das quais com a invocação de S. Bento, «anexa ao velho e histórico solar de Assamaça, fundado por Rodrigo Anes **de Vasconcelos** (o trovador), que para aqui se transferiu; e este foi possivelmente o motivo de aquele primitivo berço desta nobilíssima família ter começado a cair em ruínas» [678].

Em 1758, o abade de S. Paio de Besteiros, Diogo da Costa, o mesmo que redigiu o testamento de Bento de Araújo de Carvalho incluído no respetivo assento de óbito verificado a 13 de outubro [679] de 1750, refere a existência desta capela nos termos seguintes: «tem três capellas: do glorioso Patriarcha Sam Bento no lugar de Carvalho, hé padroeiro Manoel Joseph de Castro Soares Barros e está na direitura do portal das casas com a porta principal pera a estrada e o mais pera dentro da Quinta e perto das casas que são suas. (…) Não tem romagem, só também na capella de Sam Bento manda dizer missa todos os Domingos e Dias Sanctos o referido padroeiro» [680].

A história da fundação da capela de S. Bento de Carvalho está, pormenorizadamente, referida na *provisão de licença* para a sua edificação que se encontra no ADB, e dá cumprimento ao testamento do tenente de cavalaria, Bento de Araújo de Carvalho (1674-1750), cavaleiro professo na Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício, em que nomeia seu herdeiro e testamenteiro o sobrinho Manuel José de Castro Soares e Barros [681].

O processo conducente à emissão da *Provisão de licença* suprarreferida consta da transcrição de vários documentos (25 páginas) para o *Registo Geral*, confirmando-se que a construção de uma capela com a invocação de S. Bento – nome do seu instituidor [682] - no lugar

[677] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Informações de visitas – arcediago de Neiva". Livro n.º 753, fl. 62.
[678] SILVA, Domingos Maria da (1958): *Entre Homem e Cávado I: Amares e Terras de Bouro (Monografia do concelho de Amares)*. Amares: «A Modelar», p. 184.
[679] Dado que Bento de Araújo de Carvalho era Cavaleiro da Ordem de Cristo, a qual substituiu a Ordem do Templo, vulgarmente denominada Ordem dos Templários, permitimo-nos recordar várias efemérides ocorridas em dias 13 de outubro: 1195 - falecimento de D. Gualdim Pais (Barcelos, 1118 – Tomar, 1195), principal Mestre da Ordem do Templo em Portugal, o mais conhecido construtor de castelos – segundo José Mattoso – e fundador de Tomar; 1307 – Prisão dos cavaleiros da Ordem do Templo em França e masscre de vários; 1750 – falecimento de Bento de Araújo de Carvalho.
[680] *MP*, I, p. 34.
[681] **ADB**, *Paroquial de Amares*, Livro Misto n.º 3 de Besteiros, fls. 167 v.-168.
[682] Trata-se, como temos visto, de uma prática corrente.

do Carvalho, na freguesia de S. Paio de Besteiros, se deve à vontade de Bento de Araújo de Carvalho e foi realizada pelo seu sobrinho, simultaneamente herdeiro e testamenteiro [683].

O sobrinho, para «a inteira satisfaçam e cumprimento da vontade do testador e para maior honra e gloria do Santo Patriarcha a quem o mesmo suppellicante rogava pella vida, saude, estado» do Arcebispo, requer, então, autorização para a construção da referida capela. Para tal, faz a escritura de dotação de património para a fábrica. Finalmente, por provisão registada no dia 19 de julho de 1755 no livro do *Registo Geral*, o prelado bracarense concede a «licença a elle dito suppellicante para que no sito de que trata possa eregir a Cappella de que trata da invocação ao Patriarcha São Bento a qual se fara com perfeição devida com a porta principal para a estrada publica e não ficara contigua as casas, mas com as paredes sobreditas sem friesta, porta ou janella para o interior de casas» [684].

Em 1845, o visitador diz que a capela é particular e que se situa junto da casa de D. Felizarda Rosa de Amaral Leite Velho, presumindo-se, assim, que fosse ela a sua administradora [685]. Depois de um período de ruína, a capela foi recuperada, encontra-se fechada e sem culto, sendo difícil a visita uma vez que os seus proprietários não residem na quinta em que se insere.

### 4.1.3. S. Bento de Caires

Carvalho da Costa, quando aborda a freguesia de Caires, informa-nos que, além de 104 vizinhos, tem duas capelas, uma de S. Bento e outra de S. Vicente, junto à igreja paroquial e lugar do Assento, o que significa que, quer uma, quer outra, foram construídas antes de 1706: «Santa Maria de Coayres, Abbadia da Mitra, tem cento & quatro vifinhos & duas Ermidas, S. Bento, & S. Vicente» [686].

Compulsados os documentos existentes no ADB, localizámos a escritura de dotação de património a favor de Pero Fernandes Mota, feita a 6 de dezembro de 1654, bem como a licença para a sua bênção, com data de 1 de setembro de 1655, a favor do abade de Caires Francisco Mendes Leitão [687].

Em 1758, o abade de Caires regista a existência de três capelas: «uma de S. Bento no lugar da Igreja e terra do Assento della, outra de S. Vicente no seu lugar e terra do Assento e outra de São Pedro Fins no alto do monte da sua invocação» [688].

### 4.1.4. S. Bento de Paradela de Frades, Santa Maria de Bouro

A capela de S. Bento de Paradela de Frades, cuja imagem é, popularmente, designada por «S. Bento dos Assanhados» [689], encontra-se, hoje, integrada na freguesia de Santa Maria de Bouro, embora tenha pertencido, durante séculos, à de Santa Marta de Bouro, sede do concelho com a mesma designação, uma vez que aquela só foi criada no ano de 1796.

A fundação desta pequena capela perde-se no tempo, havendo quem defenda datar do início da nacionalidade devido à sua orientação. Situada a meio do caminho entre o Mosteiro de Santa

[683] **ADB**, *Registo Geral*, 1755, 19 de julho – "Registo de provisão de licença para edificação de capela de São Bento, a favor de Manuel José de Castro Soares e Barros, da freguesia e São Paio de Besteiros, concelho de Entre Homem e Cávado, separada da casa onde mora, na mesma freguesia". Livro n.º 122, fls 70-81 v.

[684] **ADB**, *Registo Geral*, 1755, 19 de julho – "Registo de provisão de licença para edificação de capela de São Bento, a favor de Manuel José de Castro Soares e Barros, da freguesia e São Paio de Besteiros, concelho de Entre Homem e Cávado, separada da casa onde mora, na mesma freguesia". Livro n.º 122, fls 70-81 v.

[685] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Informações de visita – Basto 1.ª parte". Livro n.º 743, fl. 13 v.

[686] Cf. *Corografia Portugueza*, I, *p.* 252.

[687] **ADB**, *Registo Geral*, 1656, 24 de junho – "Escritura de obrigação para a capela do patriarca São Bento, sita na freguesia de Santa Maria de Caires, deste arcebispado, a favor de Pero Fernandes Mota, da dita freguesia". Livro n.º 16, fls. 15 v.-16.

[688] *MP*, I, p. 40.

[689] Alguns populares, questionados sobre a origem do determinativo «dos Assanhados», responderam, com alguma ironia, que está relacionada com o comportamento dos moradores, facto desmentido pelo acolhimento aquando da nossa visita.

Maria de Bouro e o santuário de Nossa Senhora da Abadia que os monges do mosteiro referido administravam, é bem provável que, além de local de oração, representasse um lugar de repouso e de observação, uma vez que possui uma localização de excelência. Quanto à sua orientação de não cumprir as disposições canónicas, nascente/poente, podemos aduzir vários argumentos, como a geografia do terreno ou a cristianização do local. Embora haja quem lhe atribua uma origem visigótica, julgamos que se deve a ter sido construída no século XVI [690]. Aliás, a capela de Santa Eufémia das Caldas do Gerês, na sua origem, tinha a mesma orientação, norte/sul. Nos anos 30 do século passado, com as obras urbanísticas e alargamento da avenida, foi reconstruída com a orientação poente/nascente de modo a que a porta principal ficasse voltada para a avenida Comendador Manuel Francisco da Costa. Também a capela de S. Bento do Cando, na Gavieira (Arcos de Valdevez), apresenta uma orientação norte/sul, bem como várias igrejas quinhentistas.

Os documentos relativos à capela de S. Bento de Paradela de Frades são escassos e não encontrámos, na tese de doutoramento de Salvador Magalhães Mota sobre o mosteiro de Santa Maria de Bouro [691], qualquer referência sobre a quem pertenciam as terras adjacentes e que os monges tinham aforado. Evidente é que o determinativo do topónimo está relacionado com os frades do mosteiro de Santa Maria de Bouro, donatários deste couto, e, situando-se este outeiro a meio caminho entre o mosteiro e o santuário de Nossa Senhora da Abadia, é muito provável que aqui fizessem uma pequena paragem ou parada (*v. g.*, «paradela») para descanso.

O único documento encontrado refere-se ao registo, em 1751, de uma provisão requerida pelo Dom Abade, na sequência de uma notificação pelo visitador da região de Entre Homem e Cávado, para embargar os respetivos capítulos de visita numa das várias querelas que se encontram documentadas e que opunham a autoridade arquidiocesana à jurisdição do Abade [692].

O Dom Abade pede, então, para que sejam notificados «o juiz do subsino, o procurador e os homens das falas da mesma freguesia para a redificação das sobreditas cappellas» [693].

Os documentos não nos permitiram descobrir o ano da fundação da capela nem outros dados sobre o culto que aí se praticava. No encontro que mantivemos com Salvador Mota, foi-nos referido que não se recordava de ter encontrado alguma informação sobre a mesma. Assim, a notícia mais pormenorizada é a que foi prestada pelo pároco, Manuel Gonçalves Simões, e confirmada pelos párocos vizinhos, a qual vem nas *Memórias Paroquiais*: «A do Príncipe dos Patriarcas, o glorioso S. Bento, no lugar de Paradela de Frades também no alto de um monte fronteiro ao mesmo lugar e fora dele, até dois ou três tiros de espingarda (…). Só nos dias das invocações das suas imagens concorre a elas o povo desta mesma freguesia e de algumas circunvizinhas e no mais decurso do esano só algum devoto a cumprir algum voto ou novena» [694].

---

[690] Ao longo da nossa investigação, encontrámos várias igrejas e capelas quinhentistas cuja orientação construtiva é norte / sul. Permitam-nos a referência ao templo do Bom Jesus da Cruz às Costas (1504) e à antiga igreja da Santa Casa da Misericórdia, as duas na cidade de Barcelos (1596).

[691] Cf. MOTA, Salvador Magalhães (2006): *Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na época do Antigo Regime. O Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu Domínio* (2 vols.). Lisboa: INCM.

[692] **ADB**, *Registo Geral*, 1751, 27 de maio – "Registo de provisão a favor do Abbade do Real Mosteiro de Santa Maria de Bouro, para reforma das capelas de São Bartolomeu e de São Bento de Paradela, sitas nos limites da paroquial igreja de Santa Marta de Bouro, para embargar os capítulos de visita". Livro n.º 121, fls. 421 v.-422 v.

Ver também: 1752, 10 de janeiro – "Provisão a favor do Dom Abade do Real Mosteiro de Bouro para embargar uns capítulos de visita deixados na paroquial igreja de Santa Maria de Bouro, sobre as obras mandadas fazer nas capelas de São Bartolomeu e de São Bento, pelo tempo de três meses. Livro n.º 171, fls. 332 v.-334. Requerimento deferido a 8 de janeiro de 1752.

[693] **ADB**, *Registo Geral*, 1751, 27 de setembro – "Registo de provisão a favor do Dom Abade do Real Mosteiro de Santa Maria de Bouro, para embargar uns capítulos de visita que foram deixados na igreja de Santa Marta de Bouro, sobre as obras mandadas fazer nas capelas de São Bartolomeu e de São Bento". Livro n.º 132, fls. 339-340.

[694] *MP*, I, pp. 37.

No contacto que, ao longo das visitas, mantivemos com os moradores, fomos informados que o orago era designado por «S. Bento dos Assanhados», cuja razão do epíteto não conseguimos apurar, e que o corpo central do altar-mor e as imagens de S. Bento e de S. Bernardo eram oriundas do extinto mosteiro de Santa Maria de Bouro, extinto em 1834, o que se percebe pelo corte feito na parte superior do retábulo.

### 4.1.5. S. Bento das Pedras, Fiscal

S. Bento das Pedras[695], na freguesia de Fiscal, foi uma das capelas sobre a qual mais informação conseguimos obter a partir dos moradores e/ou mesários. A primeira coisa que quisemos saber era como justificavam o determinativo «das Pedras». Contaram, então, a estória / história do início do culto e da construção da capela. Segundo a tradição, um dia em que uns moradores atravessavam, a vau, o rio Homem, saltando de pedra em pedra, viram a imagem de um santo a boiar na água. Retiraram-na, reconheceram o S. Bento e logo resolveram fazer-lhe uma capela. Como tinha aparecido entre os penedos do rio, batizaram-na com o nome de «S. Bento das Pedras». Esta explicação "lendária" prova que se trata de um culto bastante antigo, como as imagens colocadas na capela indiciam, no entanto, não podemos omitir que parte desta freguesia era couto do mosteiro de Santo André de Rendufe [696] e este sítio um local de travessia do rio. Não temos, por isso, dúvida de que, na sua fundação, estiveram mãos dos beneditinos de Rendufe [697].

O historiador Domingos Maria da Silva, natural desta zona, descreve, em poucas palavras, a freguesia de Fiscal: «assenta em terreno bastante acidentado, na vertente de S. Pedro Fins para o Homem, que lhe corre a poente e pertencem-lhe também na outra margem, direita, os lugares de S. Bento e de S. Pedro» [698]. Na visita ao local que realizámos no dia do Trânsito de S. Bento de 2015 – íamos à procura da festividade -, informaram-nos que o local onde a capela se encontra edificada se chama lugar de S. Pedro, e não de S. Bento. Teríamos, então, um S. Bento de S. Pedro. Pedro ou pedras. O nome consagrado é S. Bento das Pedras, pelo menos desde 1758: «há nesta freguesia quatro capellas. Huma chamada de Sam Bento das Pedras, sitta no lugar acima de Santa Maria a qual hé administrada pelos abbades desta igreja. Hé santo de muitos milagres e à dita capella concorre gente de romagem desta vezinhança no seu proprio dia em vinte e hum de Março e honze de Julho de cada hum anno» [699].

Um mesário informou-nos que já se não realizavam as festas canónicas por causa dos muitas afazeres das pessoas, pelo que a festa foi mudada, à semelhança de tantas outras, para o mês de agosto por causa das férias e da presença dos emigrantes que abundam nesta região. Deu-nos, ainda, conta das tradições dos romeiros que, quando prometiam fazer a romagem em silêncio – o que era vulgar em muitas romarias e não só na de S. Bento – levavam um raminho de oliveira. Assim, as pessoas já sabiam que não lhe deviam dirigir a palavra durante a caminhada, pois não podiam falar. Sobre os ex-votos, além de dádivas em dinheiro, constatámos a oferta de sal e de cera. Uma referência para uma imagem de cera em tamanho natural de uma criança de sete ou oito anos.

---

[695] «S. Bento das Pedras» e não «S. Bento de Pedrais» como, por lapso, aparece na monografia *Para a História de Amares*. Cf. CAPELA, José Viriato (2014): «Os Concelhos e as Paróquias. Economia. Administração. Sociedade. Religiosidade.» **In** AA. VV. (2014): *Para a História de Amares*. Amares: Município, p. 236.

[696] *Idem*, p. 50: «o termo desta freguezia hé subjeito a dous concelhos e hum couto como bem a ser ao ditto concelho de Entre Homem e Cadavo e ao couto de Renduffe da ordem Beneditina».

[697] Félix Machado da Silva, na obra *Guzman de Alfarache*, página 285, escreve que a freguesia vizinha, Coucieiro, «en el tiempo antigo [P.] fue convento de la orden de San Benito, oy es encomienda de la de Christo».

[698] SILVA, Domingos Maria (1959): *Entre Homem e Cávado II: Amares e Terras de Bouro (Monografia do concelho de Amares)*. Amares: «A Modelar», p. 225.

[699] *MP*, I, p. 50.

Por último, merecem referência uma pedra que se encontra na fachada norte, onde se pode ler o ano de 1535, provável data da construção da capela primitiva, e a informação prestada pelo arcipreste do Julgado de Regalados, em dezembro de 1845, referindo a existência de uma capela no lugar de S. Bento, mas da invocação do Espírito Santo. Efetivamente, no altar-mor, na peanha do lado do Evangelho, encontramos uma escultura da Santíssima Trindade, mas, em 1758, o pároco já a identificava como sendo de S. Bento, cuja imagem se encontra no centro do altar-mor.

#### 4.1.6. S. Bento da Torre, Torre

Os romeiros da Senhora da Abadia e de S. Bento da Porta Aberta, oriundos do concelho de Vila Verde que seguiam o caminho com passagem pela capela de S. Bento das Pedras em Fiscal, rumavam à igreja da Torre, cuja freguesia atravessavam em direção ao Solar dos Machados, antes de atingirem Seramil e a via romana (Geira). Aqui podiam optar por seguir pela Geira ou por um caminho a meia-encosta do vale do Cávado.

Na rua de S. Bento, onde habitualmente faziam uma pequena paragem para recuperar do esforço despendido na subida após a travessia do rio Homem, foi construída uma pequena ermida dedicada a S. Bento cuja inauguração teve lugar no dia 17 de julho de 1988. No seu interior, além de uma moderna escultura de S. Bento, encontramos uma imagem de Nossa Senhora dos Emigrantes, que, como sabemos, os emigrantes desta região são grandes devotos de S. Bento da Porta Aberta e de Nossa Senhora da Abadia.

### 4.2. BARCELOS

#### 4.2.0. Mosteiros beneditinos que não passaram do século XV

Podemos afirmar que as marcas beneditinas em Barcelos são à dimensão do concelho, o maior do país quanto ao número de freguesias. Aqui, os mosteiros de *tradição visigótica* eram muitos e, em grande maioria, acabaram como igrejas paroquais. Embora na atualidade não possuam culto ao fundador dos beneditinos, existe documentação com referência à presença desta congregação quer em Abade de Neiva, quer em Manhente.

Na freguesia de Abade de Neiva, local de passagem dos peregrinos de Santiago, reza a tradição que a rainha D. Mafalda quis fundar um mosteiro, mas foi surpreendida pela morte: «Apura-se da tradição que o venerando Templo teria sido começado a construir pela Rainha D. Mafalda, destinado a um Mosteiro de Freiras, o que não se concretizou, por morte da mesma» [700]. O pároco que elaborou a informação para as *Memórias Paroquiais*, quando descreve a igreja e a torre medieval anexa, faz eco desta tradição dizendo: «e logo ali se dá em hum arco que forma hum portal por cima do qual da banda de fora está hum nicho que paresia ser da imagem de Sam Bento no desígnio de clausura por quanto por cima della está hum campanário em que está um sino piqueno» [701].

Nesta freguesia, o mosteiro de Tibães possuía as propriedades seguintes: *casal de Biges, casal de Real, casal de Fijó e casa da Cotovia* [702].

Na época medieval, funcionou, aqui, um hospital ou hospedaria de apoio aos peregrinos, referido pelo historiador José Marques: «com esta longa referência não perdemos de vista o hospital de Santa Maria de Abade, que, não obstante a crise generalizada que, na zona central da Arquidiocese de Braga, se prolongou para além dos meados do século XV, ainda sobrevivia, como se pode verificar pela carta de D. Afonso V, outurgada em Elvas, no dia 14 de junho de 1464» [703].

[700] Informação constante de um painel interpretativo colocado junto da igreja.
[701] *MP, I*, p. 63.
[702] Cf. PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 102.
[703] MARQUES, José (1993): *O. c.*, p. 15.

Também na freguesia de S. Martinho de Manhente – não é por acaso que o orago é S. Martinho -, existiu, de acordo com a tradição beneditina, um mosteiro fundado por S. Martinho de Dume, em 571, e refundado, cerca de 1080, por Pedro Afonso de Durrães. Em 1128, D. Afonso Henriques fez carta de doação ao mosteiro: «cautum ad illud monasterium de Sancti Martini de Manhente» [704]. Segundo Frei Francisco de Santiago, tratava-se de um mosteiro beneditino: «Neste Castello de Faria se achava o mesmo Dom Affonso Henriques, sendo ainda Infante, quando ao Mosteiro de Manhente, que era de Monges Benedictinos, fez couto, divisando por marcos, e balizas as terras, que lhe coutava, o que hoje pertence ao Religiosissimo Convento de Villar de Frades da Sagrada Congregação de S. João Evangelista» [705].

Em 1528, os mosteiros de São Salvador da Várzea e de Manhente já surgem anexados ao do Salvador de Vilar de Frades, o que aconteceu quando era arcebispo de Braga D. Diogo da Cunha [706]: «Ho mosteiro de Manhente S. Martinho anexo a Vilar de Frades», T. de Aguiar de Neiva [707].

Continuando esta *peregrinatio* por Barcelos, temos o suprarreferido mosteiro do Salvador de Vilar de Frades, que começou por ser beneditino e, mais tarde, passou para a Congregação dos Loios: «antigo mosteiro e couto beneditino, reduzido a igreja secular em 1422, pelo arcebispo D. Fernando da Guerra. Foi cedido a D. João Vicente, em 1425, para aí fundar a Congregação do Cónegos azuis de S. Salvador de Vilar de Frades, Loios ou Cónegos Seculares de S. João Evangelista. A partir de 1427 foram-lhe unidas várias igrejas» [708].

As guerras, fome e pestes dos séculos XIV e XV levaram a uma profunda crise social com grande impacto em termos económicos e demográficos, cujas consequências se refletiram diretamente nas congregações monásticas que viram os seus meios e membros reduzidos drasticamente, abrindo, assim, o caminho à sua extinção: «o primeiro mosteiro da ordem de S. Bento a ser extinto por D. Fernando da Guerra foi o de S. Salvador de Vilar de Frades, de cujo estado temos notícia pela carta de redução a igreja secular», a 28 de fevereiro de 1425 [709].

Este mosteiro assumiu, então, uma certa preponderância, tendo-lhe sido associadas as igrejas, com seus rendimentos, dos extintos mosteiros de Manhente e da Várzea, os curados de Santiago de Encourados, S. Pedro de Adães, S. Jorge de Airó, N. Sr.ª de Moure, Santa Leocádia de Pedra Furada, S. Miguel de Roriz e S. Vicente de Areias, e as vigararias de Santa Maria de Goios, Santa Marinha de Remelhe e S. Salvador de Pereira, bem como S. Miguel de Gemeses, mas alternando com o mosteiro do Salvador de Banho.

Apesar de ter sido a casa de fundação da Congregação dos Loios, cujo patrono é S. João Evangelista, a igreja sempre conservou um altar dedicado a S. Bento.

Também na freguesia de Vila Cova, segundo Teotónio da Fonseca, autor de uma monografia sobre Barcelos, existiu um mosteiro feminino da *Ordem de S. Bento*: «Houve nesta freguesia um mosteiro de freiras da Ordem de S. Bento, sendo a apresentação dos abades de Vila Cova deste mosteiro, mas, extinguindo-se aquele mosteiro em época que não sei determinar, passou a apresentação do seu pároco com o título de Reitores para os arcebispos de Braga até 1834 [710]». Esta tese baseia-se na obra de Carvalho da Costa onde se pode ler: «Santa

[704]Cf. **ADB**, *Monástico-conventual*, Vilar de Frades. Livro n.º 19 (cota antiga), fls. 151-151 v.
[705] SANTIAGO, Fr. Francisco de (1762): *Chronica da Santa Provincia de N. Senhora da Soledade*, t. I. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, p. 280.
[706] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 269: «O Couto de Manhente tem cento & quarenta visinhos com huma Igreja Parochial da invocação de S. Martinho, que foy dos antigos Mosteiros de São Bento desta Provincia, o qual fundou S. Martinho de Dume. Conservouse depois mais de trezentos annos com Abbades, & Monges: passou a Abbade fecular, & se unio ao Convento de Villar de Frades em tempo do Arcebispo Dõ Luis da Cunha, successor de Dom Fernando da Guerra».
[707] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, pp. 175-176.
[708] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 237.
[709] Cf. MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 655.
[710] FONSECA, Teotónio da (1948): *O concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, I. pp. 407-408.

Maria de Villa Cova foy Mosteiro de Freiras, entendemos que S. Bento, & nelle foy Abbadeça em tempo del-rey Dom Diniz huma filha de Payo de Moles Correa, ainda que lha não acho no Conde Dom Pedro; extinguido passou a ser Commenda da Ordem de Christo» [711].

A comprovar esta tese, registámos a existência não só de uma casa denominada «casa do Bento», mas também vários topónimos muito antigos como *leira de Bieito* [712]. Alberto de Abreu aponta-nos algumas «terras do epónimo Benta: em Enxate, a "Bouça da Benta" é de 3 ares de mato; e as terras de cultura encontram-se todas na Portela, embora dispersas pelos lugares de "Cortelho da Benta" (3 ares), "Porta da Benta" (6 ares) e "Campo da Benta" (24 ares)" [713].

### 4.2.1. S. Bento da Várzea

O historiador de arte e especialista na obra de André Soares, Eduardo Pires de Oliveira, refere que «S. Bento da Várzea (Barcelos) era a festa mais frequentada no Minho, na Idade Média; hoje tem uma expressão muito pequena» [714]. Tivemos oportunidade de manifestar a nossa discordância junto do conceituado investigador, uma vez que, de acordo com as nossas pesquisas, na época medieval, o santuário de Nossa Senhora da Abadia, no concelho de Amares, era muito mais importante, como testemunha todo o património construído nos séculos XVII e XVIII, o qual apenas se explica por ser um grande destino de peregrinação [715]. Certamente que, se S. Bento da Várzea fosse o maior centro de romagem do Minho, o mosteiro não teria sido extinto e a paróquia anexada à de S. Jorge de Airó. Além deste aspeto, na atualidade, continua com um número significativo de romeiros e duas festas anuais: a 21 de março, com a realização da antiquíssima «feira franca», que inclui uma feira do gado [716], e a grande romaria de 11 de julho, também com feira franca, que se prolonga por quase uma semana atraindo milhares de pessoas, como tivemos oportunidade de testemunhar e documentar.

A história do culto a S. Bento na paróquia da Várzea é milenar e radica na construção de um mosteiro imputado a S. Martinho de Dume, que, como temos visto, «plantou» todo o Minho de cenóbios. Por isso, não podemos condensar, no âmbito desta tese, toda a sua história.

Segundo Avelino da Costa, data de 1072 a primeira referência documental a este mosteiro e respeita a uma doação de bens ao bispo D. Pedro: [1072?]: «Froila Crescones doou bens ao bispo D. Pedro e escolheu o mosteiro da Várzea para sua sepultura: "mando me sepelire in monasterio de Varzena de domno abbas Frogia et suos fratres (…)"» [717].

Carvalho da Costa, em 1706, narra a sua história com particular incidência no culto das relíquias: «& tanta he a devoção que lhe tem, que os Romeiros lhe hião raspando os pès, & habito para reliquias, a que acudirão com o cercarem com gradinhas de ferro. Alguns querem que este Mofteiro fosse duples, ou ao menos que de Monges passasse a Monjas da mesma Ordem, & que entre ellas houve duas, & huma Abbadeça Santa, & que esta está no adro, de que levão terra para mezinhas, em que obra milagres» [718].

Este texto é muito interessante sobretudo no que respeita ao culto da imagem de S. Bento e, particularmente, na apetência pelas relíquias. A busca de aparas – ou, por vezes, de pó de

[711] *Corografia Portugueza* I, p. 304.
[712] *S. Bieito* é a designação em galego de S. Bento, o que que nos remete para uma origem medieva do topónimo.
[713] *Enxate* e *Portela* são lugares da freguesia de Vila Cova.
[714] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2019): «Breve reflexão sobre os santuários no Minho, na Idade Moderna», **in** *Mínia*, n.º 14, III Série. Braga: ASPA, p. 125.
[715] Tese que viríamos a confirmar num trabalho do medievalista Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1973) intitulado «Os caminhos e a assistência no norte de Portugal», **in** *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, vol. I, p. 46.
[716] No ano de 2019, introduziu-se a cerimónia da bênção do gado, à semelhença da realizada no santuário de Santo António de Mixões da Serra, freguesia de Valdreu, Vila Verde.
[717] COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 30.
[718] *Corografia Portugueza*, I, p. 317.

pedra - das imagens dos santos, era prática corrente. Tal como referido, também em S. João de Arnoia, Celorico de Basto, encontrámos reminiscências dessa forma de culto popular [719].

O abade de S. Bento da Várzea, Lourenço Lopes, completa a descrição de Carvalho da Costa com pormenores que incluiu na *memória* relativa à freguesia em 1758. Visto ser um pouco extenso, limitamo-nos a transcrever o que se refere à imagem de S. Bento que é «de muitos milagres e muito antiga. Hé de pedra de cor de geço, o abito tingido de preto, (…). As maons são emcarnadas e o rostro, sendo tam antigo, concerva-se tam fermozo que com admiraçam cauza a todos, respeito e devoçam. Pellas costas está esta imagem vazia e della se costumam tirar algumas raspas que levam a alguns infermos para que bebidas consigam melhoras» [720].

Para completarmos a descrição da imagem de S. Bento – dada a sua beleza e raridade, infelizmente oculta pela capa de asperges -, apresentamos a descrição feita pelo monge beneditino Dom Geraldo Coelho Dias [721], o maior especialista português na história da Congregação dos Monges Negros da Ordem de S. Bento em Portugal: «de resto, em Portugal, apenas se conhece uma imagem onde o santo aparece representado com um feixe de varas na mão, como que pronto em atitude severa para castigar as faltas à disciplina. Trata-se duma linda imagem gótica, erudita, possivelmente de origem francesa, existente em S. Bento da Várzea, antigo mosteirinho perto de Barcelos» [722].

A igreja antiga, com vestígios românios, foi demolida nos anos 60 do século passado, para dar lugar a um templo de arquitetura moderna, mas de gosto duvidoso. Restam as pedras da rosácia, guardadas na residência paroquial, as aduelas do arco do pórtico e os sinos antigos (1877 e 1949) à espera de musealização.

Uma palavra para finalizarmos este texto relativo ao culto a S. Bento na freguesia da Várzea. Aqui existe, pelo menos, desde o século XVIII, uma capela construída no adro da igreja representativa da tentação da carne por parte de S. Bento, que o levou a rebolar-se num silvado para que, com as dores provocadas pelos espinhos, apagasse o fogo da paixão carnal com que o mafarrico o inflamava. Apresenta-nos três figuras de meio corpo, de tamanho natural, estando, no plano da frente, S. Bento, agarrado a uma cruz com Cristo crucificado, acossado por uma mulher jovem que o olha com ar contemplativo; em segundo plano, uma figura demoníaca, alada e cornuda, com um tridente na mão esquerda estendida para S. Bento, dirigindo o seu olhar para a donzela enquanto exibe um sorriso trocista.

O povo, na sua simplicidade, acha graça ao diabo e, assim, passou a designar esta capela por «Capela do Diabo» em detrimento de designação correta de «Capela da Tentação de S. Bento». Entretanto, os passantes vão gozando com o diabo e atiram-lhe cigarros e moedas.

### 4.2.2. Mosteiro de S. Bento do Terço

Quando abordámos o culto a S. Bento no concelho de Monção, referimo-nos à existência de um mosteiro beneditino feminino que teve de ser demolido por causa do reforço das defesas da fortaleza aquando das Guerras da Restauração. O baluarte construído no local do convento ficou conhecido como «baluarte de S. Bento».

---

[719] Cf. SOUSA, Dom Gabriel (2008): *Mosteiro de S. João Baptista de Arnoia – Celorico de Basto*. Braga: Oficina de S. José, p. 133: «(…) a prodigiosa imagem de S. João da Vela Acesa – *quem illuminaret suem digito indicarat* – era de pedra de ançã. Substituída por outra na tribuna do altar-mor, foi arrumada para debaixo do dito altar e aí encontrada, em 1728, pelo sacristão, o Colegial Teólogo Padre Fr. Bento de S. Luís, já totalmente raspada como com faca para relíquias, sem cabeça nem mão direita, e o cordeiro também sem cabeça (…)».

[720] *MP*, I, p. 149.

[721] Ex-Dom Abade do mosteiro beneditino de Singeverga, Santo Tirso (Porto).

[722] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *Quando os monges eram uma civilização… Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*. Porto: CITICEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», FLUP e Edições Afrontamento, pp. 263-264.

As freiras foram transferidas para a cidade de Braga onde aguardaram a conclusão da construção de um novo mosteiro, como nos dão conta ARAÚJO e SILVA: «mosteiro de monjas beneditinas fundado em Monção sob a invocação de N.ª Sr.ª da Conceição, a expensas de Paio Gomes Pereira, para freiras dominicanas. Pouco tempo depois, adoptou a observância beneditina. A sua comunidade foi três vezes transferida para Braga durante as Guerras da Restauração (…). Ali ficaram, juntamente com as monjas do Salvador, até 1713, enquanto se construía novo mosteiro em Barcelos» [723].

Como vimos, na corrida a esse investimento, saiu a fava branca a Barcelos numa candidatura promovida pela Câmara e homens bons do concelho [724], como narra Manuel Ferreira: «conhecedoras da vinda das Religiosas, bastantes câmaras municipais se prontificaram a acolhê-las, requerendo a el-rei a fundação do previsto convento nos seus respectivos concelhos. Foi preferida a de Barcelos porque oferecera logo de início mais avultados donativos e boas perspectivas de futuro» [725].

A construção do mosteiro seria assumida pelo arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Telles, com o lançamento da primeira pedra a ocorrer em 1707. As freiras foram transferidas para Barcelos no dia da Trasladação das Relíquias de S. Bento, 11 de julho, do ano de 1713, após uma permanência de cerca de 9 anos na cidade de Braga.

A chegada das freiras a Barcelos foi um momento de festa para a vila que se engalanou para as receber. A comitiva transportada em várias liteiras partiu de Braga, após missa na capela do arcebispo, sempre acompanhada pelo prelado bracarense, sendo recebida em Barcelos no templo do Senhora da Cruz. Daqui partiu em procissão para o mosteiro, em cuja igreja foi celebrado um tríduo, tendo cerimónias sido presididas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, como narra, em 1758, Pedro Ribeiro de Gouveia, coadjutor na Real e Insígne Colegiada de Barcelos [726].

Na atualidade, perpetua-se a memória deste mosteiro num centro comercial denominado «S. Bento», que conserva, por cima da porta de entrada, o brasão da congregação beneditina, e a belíssima – embora necessitada de obras de restauro e de conservação -, igreja de Nosssa Senhora do Terço, com a sua talha barroca, um púlpito de excecional beleza só comparável aos das igrejas bracarenses do Salvador (beneditina) e de Nossa Senhora de Penha de França, além dos painéis historiados de azulejos setecentistas que emolduram as paredes da nave e das várias dezenas de caixotões representativos da vida de S. Bento e de Santa Escolástica que preenchem os tetos, pintados «a óleo em grandes taboleiros de madeira nobre. Dizem-se também de António Bernardes e sua escola, como apontado antes, e como se observa pelo estilo igual dos grandes painéis das paredes» [727]. Pena que os caixotões da capela-mor tivessem sido caiados, o que ainda se nota mesmo após as obras de restauro. Entre eles, salientamos um com uma pintura que reproduz o frontispício do Bulário da Congregação Beneditina Portuguesa, intitulado

[723] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, pp. 71-72.

[724] Em sessão realizada a 8 de setembro de 1704, foi dado conhecimento da oferta de 12.000 cruzados a serem angariados junto do povo barcelense para a construção do novo "Mosteiro das Freiras": «ahi sendo presente a nobreza e grande p.te do povo desta Villa, foi proposto por elle doutor juis de fora ǭ a annos que se andava em requerim.tos sobre a mudansa do convento das freiras de Saõ B.to de Monsaõ pera virem p.ª esta v.ª, e porq se achaõ atualm.te no seminario da cidade de Braga lhes hera percizo mudarem-se e largar-lhe aquele recolhim.to por ser alheo, em rezão do ǭ pera virem p.ª esta v.ª e fabricar-se nella novo convento, ofereciaõ, como com efeito oferecem os ditos vereadores, nobreza e povo doze mil cruzados pagos em coatro annos e lansados em cabesaõ das sisas desta v.ª e seus sinco julgados p.ª ajuda de se fabricar o dito convento, a cujo lansam.to pedem de m.ce a Sua Mag.de ǭ Deos g.de de seu consentim.to (…)». Cf. **Arquivo Municipal de Barcelos**, *Órgãos do Município*. Livro de Atas das sessões (1697-1704), fl. 135 v.

[725] FERREIRA, Pe. Manuel Avelino (1982): *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora do Terço*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, p. 47.

[726] *MP*, I, p. 85.

[727] FERREIRA, Pe. Manuel Avelino (1982): *O. c.*, p. 147.

*Privilegia Congregationis Sancti Benedicti Portugaliae* (Roma, 1589), embora com um número inferior de monges, seis em vez de oito, além de S. Bento, Santo Amaro e S. Plácido.

Aquando da construção do mosteiro, o padroado era de Nossa Senhora da Conceição, como demonstra a iconografia do altar-mor com a imagem da Imaculada Conceição do lado do Evangelho, o que leva muitos visitantes a pensar tratar-se de Nossa Senhora do Terço. Manuel Ferreira, na sua monografia, designa-a por «Igreja de Nossa Senhora do Terço e de S. Bento» [728], explicando, mais tarde, como tudo se passou: «A devoção de N.ª Senhora do Terço começou no princípio do século 19 na capela e rua de S. Francisco. Mudou mais tarde para a capela do Espírito Santo (…). Ali se erigiu em Confraria com estatutos aprovados em 15 de Maio de 1846. Sendo essa capela demolida, a Confraria veio para esta igreja beneditina pelos anos de 1843-46 [729].

Os barcelenses, ainda hoje, quando se querem referir à igreja de Nossa Senhora do Terço, dizem «igreja do Mosteiro das Freiras», como foi conhecida durante dezenas de anos [730].

### 4.2.3. S. Bento da Buraquinha, Santa Maria Maior

A capela de S. Bento da Buraquinha, cujo nome, no passado, era «Borequinha», situa-se no centro da cidade de Barcelos, mais concretamente na rua Cândido dos Reis, que liga os campos 5 de Outubro com o de S. José. Foi construída antes de 1663, data em que o seu instituidor, o Dr. Gaspar Pinto Correa, cónego cura na colegiada de Barcelos e grande devoto de S. Bento, solicita autorização para a bênção da capela a fim de aí se poderem administrar os sacramentos e realizar os demais ofícios divinos. No seu requerimento, afirma ter aplicado 2.000 réis anuais para a fábrica da mesma, além de a ter dotado de todos os «ornamentos necessários para nela se poder dizer missa», pedindo, pois, «licença para nela se dizer missa e a administração de sacramentos» [731].

A escritura de dotação de património foi feita em casa do reverendo Dr. Gaspar Pinto Correia, morador no arrabalde do Espírito Santo, no dia 7 de setembro de 1662, tendo-lhe deixado, *in perpetuum*, a obrigação de os seus herdeiros garantirem que a capela estaria sempre bem ornada de tudo o que fosse necessário.

As *Memórias Paroquiais* situam a capela no arrabalde de S. Vicente, ao contrário dos demais documentos que referem o arrabalde do Espírito Santo [732].

A capela, relativamente pequena, possui um altar de estilo renascentista, reformulado no século XIX [733] e tem, ao centro, a imagem de S. Bento, paramentado com capa de asperges e mitra preciosa, de tamanho médio, à sua direita, Jesus Cristo acorrentado, em tamanho natural, e, à esquerda, uma imagem pequena de Santo António de Lisboa. No vidro que protege a entrada no pequeno templo, encontra-se uma pagela com uma «Oração a S. Bento», encimada por uma fotografia da imagem de S. Bento antes de ser "vestida". Trata-se da imagem antiga de acordo os cânones tradicionais: S. Bento de hábito negro, cogula, *Regra* fechada na mão esquerda e báculo encostado. Não ostenta o corvo nem a mitra aos pés. Como a mão direita parece abençoar, o báculo deveria estar junto da *Regra*. Além disso, o báculo apresenta a crossa virada para dentro quando deveria estar ao contrário. Infelizmente, neste momento, não é possível apreciar a beleza da imagem por estar "vestida", à semelhança do que acontece com S. Bento da Várzea, o que impede que se aprecie a verdadeira iconografia beneditina. Aproveitamos para

[728] *Idem*, p. 15.
[729] *Idem*, pp. 128-129.
[730] Cf. FERREIRA, Pe. Manuel Avelino (1982*), O. c.*, pp. 17 e 43, entre outras.
[731] **ADB**, *Registo Geral*, 1663, 24 de janeiro – "Obrigação à ermida do Patriarca São Bento, sita no arrabalde do Espírito Santo, da vila de Barcelos deste Arcebispado". Livro n.º 39, fls. 41-42 v.
[732] *MP*, I, p. 86.
[733] Cf. TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, *et alii* (1998): *Barcelos Histórico, Monumental e Artístico*. Braga: APPACDM Distrital de Braga, p. 109.

deixar um apelo à Mesa da Irmandade do Senhor da Cruz para que proceda, tal como fizeram na capela de S. Bento de Vila do Conde, à retirada das vestes prelatícias [734].

Em 1845, era seu administrador Domingos José Afonso, um negociante de Barcelos, embora se desconhecesse a quem pertencia a sua fábrica [735]. Atualmente, a capela pertence à Real Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz.

### 4.2.4. S. Bento da Barreta

A capela de S. Bento da Barreta situa-se na cidade de Barcelos, numa rua com o nome de «Barreta» que o tomou da quinta onde a capela se insere.

Foi seu instituidor o Pe. Manuel de Carvalho de Eça, abade de Abadim (couto do mosteiro de Tibães em Cabeceiras de Basto) e moço-fidalgo da Casa-Real, por volta do ano de 1694. Era filho de Antónia de Faria Barreto, por apelido «a Barreta» - donde parece provir esta designação toponímica -, que casou com Diogo Lopes de Carvalho, fidalgo natural de Guimarães. Tendo sucedido aos seus pais no morgadio «por morte sem geração legítima de seu irmão», o Pe. Manuel de Eça mandou construir «a capela de S. Bento, na quinta da Barreta, cabeça do morgado da mesma quinta e muito possivelmente o edifício seiscentista desta casa, bem como o portal brasonado de Eças, Carvalhos, Farias e Lobos. Fez testamento a 7.1.1694, onde legitima dois filhos naturais, abaixo» [736].

No assento do seu óbito, verificado a quinze de dezembro de 1694, cerca de um ano após a redação do testamento, encontrámos mais alguns pormenores sobre a sua devoção a S. Bento, pois, além de uma capela da invocação de S. Bento que possuía nas suas casas de morada na quinta da Barreta, construiu outra capela na igreja da Misericórdia onde quis ser sepultado [737].

Teotónio da Fonseca, quando descreve a antiga igreja da Misericórdia, depois de dizer que, nessa data (1948), era, aí, a «sala das sessões da Câmara Municipal», acrescenta que, no altar-mor, se encontrava a imagem de Santa Gertrudes – abadessa beneditina -, e que a igreja «tinha dois altares laterais junto ao arco cruzeiro e mais abaixo duas capelas: uma do Morgado de Vila Cova e outra do Morgado da Agrela» [738]. Se tivéssemos dúvidas sobre a que família (quinta) pertencia o Morgado de Agrela, o autor referido esclarece quando fala da capela de S. Bento: «ao lado sul da casa da Barreta, ergue-se esta capela, pertencente ao antigo Morgado d'Agrela, fundada por Manuel Carvalho d'Eça» [739].

Entretanto, decorrente do «mal que o tempo em sua origem dana», parafraseando Bocage, a capela foi-se deteriorando e era necessário proceder a obras de conservação, uma vez que os visitadores do Cabido da Sé de Braga estavam atentos e a isso obrigavam. Assim, em 1751, o administrador João da Cunha Sotomaior é notificado para proceder à realização das obras necessárias para que a capela esteja sempre com a decência necessária para nela se poder celebrar a missa e demais ofícios[740].

O administrador, por motivos que desconhecemos, não executa as alterações recomendadas e pede, ao arcebispo, uma prorrogação do prazo que lhe havia sido dado pelo visitador por mais três meses. Concedida esta prorrogação, as obras continuavam por se realizar. João da Cunha

---

[734] Vide página 90.

[735] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 - "Caderno que contém esclarecimentos a respeito das paróquias –Barcelos". Livro n.º 740, fls. 23 v.-24: «Tem no arrabalde de S. Bento uma capella – Orago S. Bento - está segura e decente para nella se poder celebrar. Não tem paramentos alguns. Ignora-se por conta de quẽ é a sua fabrica, presentemente é administrada por Domingos José Afonço, negociante desta villa».

[736] *Idem*, p. 461.

[737] Cf. **ADB**, *Registos Paroquiais de Barcelos*, Livro de Óbitos n.º 191, (1677-1704), de Santa Maria Maior, fl. 81.

[738] FONSECA, Teotónio da (1948): *O. c.*, p. 164.

[739] *Idem*, p. 161.

[740] **ADB**, *Registos Geral*, 1751, 3 de agosto – "Registo de provisão a favor de João da Cunha Souto Maior, da vila de Viana, para embargos a capítulos de visita deixados na capela de sua quinta da Barreta, subúrbios da vila de Barcelos, por tempo de três meses". Livro n.º 132, fls. 136-137.

Sotomaior faz novo pedido de «embargo de capítulo de vezita deixado na sua cappella de S. Bento sitta na sua quinta da Barretta da villa de Barcellos», alegando que perdeu tempo a tentar obter a colaboração do pároco e, devido a esse atraso, pede uma segunda provisão para executar as recomendações do visitador [741].

Em 1758, era administrador da capela de S. Bento da Barreta João da Cunha Sotomaior, como se encontra nas *Memórias Paroquais*: «para o norte e unida com a casa de João da Cunha Sotomaior, fica a capella de S. Bento chamada, a capella de S. Bento da Barreta, tomando o nome do arrabalde da Barreta. Hé seu administrador o sobredito João da Cunha Sotomaior, que a peramenta do necessário» [742].

Em 1845, o visitador constata que a capela está decente e em condições de nela se celebrarem os ofícios divinos, mas com as portas a necessitarem de obras de reparação. Continuava a ser administrada por José da Cunha de Sotto Mayor [743].

De acordo com a informação veiculada pela paróquia de Barcelos, na atualidade, «esta capela, onde se não exerce culto há muitos anos, é particular e pertence à Ex.ma Senhora Viscondessa da Fervença» [744].

### 4.2.5. S. Bento de Tamel, S. Pedro Fins

A capela de S. Bento em Tamel, S. Pedro Fins, situava-se junto à estrada antiga, denominada, primeiro, romana, depois, real – daí chamar-se a esta quinta a **Quinta da Estrada**, ou, como agora é conhecida, **Quinta de S. Bento** [745] -, uma estrada muito má como se pode concluir pela descrição do jornal «O Barcelense» [746], e que, hoje, dá pelo nome de Rua de S. Bento.

A origem do culto a S. Bento em Tamel explica-se, além da existência de um conjunto de famílias nobres devotas do Santo Patriarca – antigos donatários ou comendatários de mosteiros beneditinos -, pelo facto de o mosteiro beneditino de S. Salvador de Palme aqui possuir um casal.

O livro n.º 24 do *Registo Geral* da Mitra Bracarense contém, a fólios 394 v.-395, a transcrição dos documentos de doação e instituição da capela de S. Bento construída por Manuel da Fonseca Coelho, na sua quinta situada na freguesia de Tamel S. Pedro Fins, bem como da escritura e instrumento de fábrica à dita capela, feita no dia 26 de junho de 1701, na casa de morada do sobredito Manuel Fonseca Coelho, fidalgo da Casa de Sua Majestade, perante o tabelião barcelense Manuel Afonso Lobato [747].

Na nossa curta investigação sobre esta capela, não foi possível localizar a provisão para bênção da mesma. Encontrámos, todavia, no livro número 153 do *Registo Geral*, a autorização concedida pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles para a colocação de um confessionário.

---

[741] **ADB**, *Registos Geral*, 1751, 16 de dezembro – "Provisão a favor de João da Cunha Souto Maior, da vila de Viana, fidalgo, para embargar um capítulo de visita deixado na sua capela de São Bento, sita na sua quinta da Barreta, da vila de Barcelos". Livro n.º 171, fls. 232 v.-234.

[742] *MP*, I, p.86.

[743] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 - "Caderno que contém esclarecimentos a respeito das paróquias –Barcelos". Livro n.º 740, fl. 24.

[744] **In***:* http://www.paroquiadebarcelos.org/downloads/historia_de_barcelos.pdf (acedido 29-9-2017).

[745] Quinta de S. Bento ou «Quinta da Estrada». TRIGUEIROS, *O. c.*, p. 456).

[746] Cf. *O Barcelense*, n.º 2702, de 12-1-1963: «Hoje, porém, acentuando-se de ano para ano nos últimos tempos a sua decadência, desapareceu todo o seu explendor, e o que ali presentemente se vê são umas pequenas reminiscências do seu glorioso passado.

Não foi sem certas dificuldades que conseguimos lá chegar, pois da estrada de Carapeços ao princípio de S. Fins até à Igreja da freguesia tivemos de calcurriar caminhos escabrosos e atravessar campos cheios de lama, para atingirmos as suas imediações».

[747] **ADB,** *Registo Geral*, 26 de junho de 1701 – "Doação e instituição da capela de S. Bento que fez Manuel da Fonseca Coelho, possuidor da dita capela na sua quinta", Livro n.º 24, fls. 394 v.-395.

Infelizmente, não foi possível encontrar, no Arquivo Distrital de Braga, o livro de notas onde se encontra exarada esta escritura.

O requerimento foi apresentado pela esposa do seu instituidor, Manuel de Afonseca Coelho, tendo o arcebispo concedido autorização para que ela e a sua família se pudessem confessar na ditta capela, isto sem prejuízo dos preceitos quaresmais, que teriam de ser realizados na igreja, e que as confissões se processassem com a porta principal da capela aberta e as mulheres se confessassem durante o dia [748].

Em 1845, a capela encontrava-se devidamente venerada e em condições de ser utilizada em atos de culto, nomeadamente no que respeitava a segurança, decência e paramentos. Corria a sua fábrica por conta de Maria Teresa de Jesus, moradora na freguesia de Tamel S. Pedro Fins [749].

Na visita ao local, em março de 2015, com a intenção de conhecer e fotografar a capela e, se possível, a imagem de S. Bento, verificámos que a capela já não existia. A senhora que nos atendeu informou que a quinta tinha sido adquirida, há cerca de 50 anos, por 110 contos (550 €) e, como a capela se encontrava bastante degradada e não tinham dinheiro para a recuperar, venderam-na. Com o dinheiro da venda, recuperaram a casa da quinta, não sabendo, contudo, quem tinha sido o comprador nem o local para onde fora tresladada.

A história da origem da capela encontra-se publicada no jornal «Barcelense», de 1963, num relato de Ilídio Gomes Ramos, e podemos imaginar a riqueza artística que albergava, a começar pela talha barroca, passando pelos caixotões do teto, para terminar nas muitas e valiosas imagens com destaque para a de S. Bento, e que hoje não sabemos onde param [750].

Em 2017, graças à ajuda do historiador António Trigueiros, soubemos que tinha sido vendida para os lados de Guimarães, mas sem saber a quem. Forneceu-nos, no entanto, duas fotografias antigas da capela e casa da Quinta de S. Bento.

Não satisfeitos com as informações até então obtidas, continuámos a pesquisa junto de pessoas com ligações à freguesia de Tamel S. Pedro Fins. Depois de muito porfiar, fomos informados que tinha sido adquirida nos anos 60 por um empresário famalicense, o dono da fábrica têxtil RIOPELE, que a demoliu e reconstruiu numa quinta situada no lugar de Penso, freguesia de Avidos, juntamente com o portão armoriado que dava acesso à quinta.

Finalmente, conseguimos localizá-la, mas duas frondosas oliveiras impediram-nos que fotografássemos a totalidade da fachada onde se situam a capela e o portal armoriado com o brasão de armas dos nobres que a instituíram: «num escudo de formato francês e dentro de uma cruz de Santo André, tem cinco estrelas de cinco pontas, dos Fonsecas, em santor; elmo aberto ao lado, como usavam os fidalgos de antiga linhagem, tendo por timbre um coelho, saindo do mesmo elmo uma bem guarnecida folhagem que lhe serve de paquife».

Num breve contacto com os caseiros da quinta, fomos informados que não tem nenhuma imagem de S. Bento, mas apenas um altar com a imagem de Nossa Senhora de Fátima.

### 4.2.6. S. Bento da Silva

A primeira capela dedicada a S. Bento construída na era da pós-reforma da Congregação de S. Bento em Portugal foi uma capela situada na Quinta da Silva, freguesia de Barcelos [751], tendo sido seu instituidor António de Sousa, comendador de São Pedro de Merelim, datada do

[748] **ADB**, *Registo Geral*, 1720, 23 de janeiro – "Provisão a favor de D. Micaela Barbosa, mulher de Manuel da Fonseca, para que possa colocar um confessionário na capela de São Bento na freguesia de São Pedro Fins de Tamel", Livro n.º 153, fl. 338 v.

[749] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Caderno que contém esclarecimentos a respeito das paróquias –Barcelos". Livro n.º 740, fl. 115 v.

[750] Cf. «Barcelense», 12 e 19 de janeiro e 2 de fevereiro de 1963.

[751] «Anteriormente foi conhecida por **São Julião do Calendário** do Neiva e por São Julião do Calendário do Tamel. Depois passou a ser conhecida por São Julião da Silva e, actualmente, só por Silva». Cf. Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Silva_(Barcelos), (acedido a 26-1-2018).

ano de 1589, como se vê na inscrição que se encontra no frontão da porta de entrada: ANT DE SO[U]SA ALCOFORAD/ 1589.

De acordo com cópia do testamento de António Sousa da Silva, redigido em 12 de maio de 1589, existente no arquivo da Casa da Silva e transcrito por Adélio Torres Neiva, era sua intenção proceder à construção de uma capela em honra de S. Bento na sua quinta: «E se em minha vida não ffiz hua ermida na quinta da Silva farcea lloguo honde a tenho marquada he sera da invocação de São Bento com saom Guoncallo de hua parte he saom Bras de houtra e a virgem sagrada em sima he sera bem acabada com seus ornamentos» [752]. A sua devoção ao Patriarca dos Monges do Ocidente era tão grande que iniciou, de imediato, os trabalhos de construção da mesma, de tal modo que, antes do ano acabar, o edifício da capela já estava concluído.

Conhecedor das normas eclesiásticas sobre a construção de capelas e condições para que nelas se pudessem celebrar o santo sacrifício da missa e demais ofícios divinos, no ano seguinte, 1590, faz uma escritura de dotação de património para a fábrica da capela de S. Bento que, entretanto, já tinha construído [753].

No ano seguinte, António Sousa requer autorização para a bênção da mesma [754].

A licença, após a obtenção dos pareceres do estilo, é atribuída, a 3 de janeiro de 1592, por provisão de Frei Agostinho de Jesus (Castro), arcebispo de Braga [755].

Em 1752, era administrador da capela de S. Bento da Silva Francisco de Sousa da Silva Alcoforado, o morgado da casa que vivia na cidade do Porto: «Tem esta freguezia huma capella com avocação de S. Bento que hé particullar da Caza da Silva, scituada dentro dos muros da Quinta que hé o presente morgado administrador Francisco de Sousa da Silva Alcoforado, residente actualmente na cidade do Porto» [756].

Em 1766, vivia na quinta a D. Margarida Isabel de Lencastre Moscoso, viúva, que, para sua comodidade, requereu autorização para a colocação de um confessionário [757].

Atualmente, está integrada no complexo do Seminário da Silva, pertença da Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo (Espiritanos), mantém o altar de estilo renascentista e conserva as imagens seiscentistas de S. Bento, ao centro, S. Brás do lado da Epístola, tendo S. Gonçalo sido substituído por Santo António de Lisboa, santo muito mais popular do que S. Gonçalo. Em relação à imagem de Nossa Senhora, não encontramos nenhuma.

### 4.2.7. S. Bento de Balugães

Na freguesia de Balugães - cuja heráldica ostenta, em chefe, uma mitra -, precisamente no cruzamento das estradas nacionais n.º 204 (Barcelos – Ponte de Lima) com o n.º 308 (Viana do Castelo – Vila Verde), à direita para quem segue no sentido de Barcelos / Ponte de Lima, situa-se a capela de S. Bento. Este é um local de passagem, não só dos peregrinos de Santiago, mas

[752] NEIVA, Adélio Torres (1993): «O morgado e a Casa da Silva (Barcelos). Subsídios para a sua história (Parte II)» **in** *Revista Barcelos*. Barcelos: Câmara Municipal, p. 211.

[753] **ADB**, *Registo Geral*, 1590, 20 de dezembro – "Doação à fábrica da ermida de São Bento, sita na quinta da Silva, freguesia de São Julião de Calendário, julgado de Neiva, termo da vila de Barcelos, que fez o comendador António de Sousa de São Pedro de Merelim". Livro n.º 244, fl. 19.

[754]. **ADB**, *Registo Geral*, 1591, 15 de outubro – "Doação à fábrica da ermida de S. Bento na Quinta da Silva junto a Barcelos que fez o comendador de Martim, António de Sousa". Livro n.º 244, doc. n.º 19.

[755] NEIVA (1993): *O. c.*, p. 216.

[756] *MP I*, p. 142.

[757] **ADB**, *Registo Geral*, 1736, 23 de abril - "Registo de provisão a favor de D. Margarida Isabel de Lencastre Moscoso, viúva, para pôr um confessionário na sua capela de São Bento, sita na sua quinta da Silva, sita na freguesia de São Julião de Calendário da Silva". Livro n.º 78, fls. 380 v.-381.

**N. B.**: Nas *Memórias Paroquiais* relativas ao distrito de Braga e editadas, em 2005, pela UM/FCT, esta fonte documental vem como se se tratasse da freguesia de S. Julião de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão. Cf. p. 472.

também dos de S. Bento. Aliás, acresce referir que, a menos de 2 km de distância, no sentido de Viana do Castelo, se situa o mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro que pertencia à Ordem de S. Bento.

O templo é constituído por duas partes: a capela-mor, que corresponderá a uma capela primitiva, e uma pequena nave. Um belíssimo arco cruzeiro, ligeiramente apontado e semelhante aos que encontrámos do final do período românico e profusamente decorado - um «ogival floreado, um mimo de arte», no dizer de Teotónio da Fonseca [758] -, une os dois espaços e denuncia a antiguidade do culto a S. Bento neste local.

A mais-valia deste templo é, sem dúvida, este arco, normalmente fechado por uma grade de ferro que impede o acesso normal à capela-mor onde se encontram as imagens de S. Bento, Santo Amaro e Santo António. Segundo Teotónio da Fonseca, «devia ter sido este o pórtico da antiga capela antes de esta ser acrescentada» [759].

À semelhança do que acontece com quase todos os lugares onde existe uma capela de S. Bento, também este é chamado «lugar de S. Bento».

No lado sul da capela, vê-se um cruzeiro encostado à parede cujo plinto ostenta a inscrição seguinte: ESTA CRUS MA / NDOV FAZER O / REVERENDO / ABADE JOZ / E TINOCO / NO ANNO DE / 1727[760]. Não nos parece que o ano corresponda à construção da capela, pois esta é muito anterior ao século XVIII. Também a pedra da cruz é de um granito muito diferente do do plinto, o que significa que terá sido restaurado e colocado encostado à parede da capela, local que não é próprio de um cruzeiro. Por sua vez, as várias pedras usadas na construção da capela, algumas com inscrições, atestam a reutilização de materiais nas várias reconstruções e ampliações.

Infelizmente, não localizámos, no ADB, qualquer documento que nos ajudasse nesta matéria, o que confirma a sua ligação ao mosteiro beneditino de Carvoeiro.

Na parte sul da freguesia, existe a quinta de S. Bento, cuja casa conserva, encastrada na fachada sul, na rua de S. Bento, uma cruz de pedra que assinala o local de onde partiam os clamores de S. Bento já referenciados nas *Memórias Paroquiais*: «na mesma freguesia, para a parte do vendaval, há também uma ermida de S. Bento com um altar aonde concorrem muitos clamores e gente de romagem duas vezes no ano, a 21 do mês de março e a 11 de julho. E neste mesmo sítio e nos mesmos dias há duas feiras no ano francas» [761].

### 4.2.8. S. Brás, S. Bento e Santo Amaro, Vila Cova

No lugar do Outeiro, freguesia de Vila Cova, existe uma capela cujo orago principal era S. Brás, como podemos constatar nas *Memórias Paroquiais* (1758), sendo objeto de romagem e destino de algumas procissões de clamores: «À capela de Sam Braz acode pelo dia deste santo bastante povo em romagem e aqui se vem satisfazer alguns votos de clamores das freguesias vizinhas e algumas pessoas que não vem neste dia costumam vir no Domingo seguinte» [762].

Ao longo do século XX, foi o culto alargado a outros santos, nomeadamente a S. Bento e a Santo Amaro, seu discípulo. Assim, podemos dizer que a capela inicial era dedicada a S. Brás, tendo imagem no altar-mor e no teto da capela-mor, ao passo que na nave, resultante da ampliação, temos dois altares colaterais dedicados a Santo Amaro e a S. Bento. São, igualmente, estas duas figuras que preenchem o teto da nave.

---

[758] FONSECA, Teotónio da (1948): *O concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, I. Barcelos: Companhia Editora do Minho, p. 135.
[759] *Ibidem.*
[760] Teotónio da Fonseca, na obra supracitada, página 136, apresenta a transcrição que se segue e com a qual não concordamos uma vez que se encontra incompleta: «MANDOV FAZER O REV$^{do}$ ABADE FRANCISCO TEIXEIRA TINOCO NO ANNO DE / 1727».
[761] *MP*, I, p. 78.
[762] *MP*, I, p. 152.

Trata-se de uma capela de tamanho significativo, maior que muitas igrejas paroquiais, tendo sido reedificada em duas fases. A primeira, em 1907, de acordo com a inscrição que se encontra na verga da porta principal, virada para o adro, e a segunda, relativamente recente (1966), corresponde à construção da torre que apresenta 5 níveis: pórtico, varanda para o lado do adro que funciona como púlpito em dia de romaria, nicho com a imagem de S. Brás, os sinos e, por último, uma cúpula encimada por uma cruz.

Na atualidade, a festa realiza-se no segundo domingo de julho e coincide com o momento da festa da Trasladação das Relíquias de S. Bento, que se comemora no dia 11, sendo cultuados os três santos: S. Brás, S. Bento e Santo Amaro.

Uma palavra sobre a imagem de vulto de S. Bento existente nesta capela. Na sua base, na face da frente, o santeiro que a restaurou, em vez de colocar o nome do santo, "S. Bento", colocou o nome da empresa «OFICINAS / António Alves, Suc. Filho / Braga – Portugal». Esta é uma prática que encontrámos em várias igrejas e que constitui um atentado à arte sacra e respetiva iconografia, e que devia merecer, da parte dos responsáveis diocesanos e párocos, a mais viva condenação.

### 4.2.9. S. Salvador de Palme

A primeira vez que tentámos localizar o mosteiro de Palme [763] tivemos alguma dificuldade até percebermos que o locativo «Palme» não corresponde à atual freguesia de Santo André de Palme, mas à extinta freguesia de S. Salvador de Palme, anexada à primeira, em 1834.

Na realidade, e de acordo com a atual divisão administrativa, o ex-mosteiro de Palme situa-se na freguesia de Aldreu, cujo orago é S. Tiago – por aqui passava um dos caminhos medievais de peregrinação a Santiago: Barca do Lago, Curvos, Palme, Aldreu, etc., daí que a vieira faça parte da sua heráldica -, mas cujas marcas beneditinas permanecem na toponímia com uma rua e uma travessa de S. Bento um pouco a norte da igreja paroquial.

O mosteiro de S. Salvador de Palme é uma das mais antigas fundações monásticas beneditinas aparecendo no *Censual de D. Pedro* com a sua fundação entre 1084 e 1089 [764].

Carvalho da Costa segue a tradição beneditina transmitida por Frei Leão de São Tomás e diz que foi fundado no ano de 1028: «fundado ao pè da serra de Tamel, & tomou o nome de huma boa planície, que lhe fica ao Poente entre os dous rios Cavado, & Neyva, & naõ entre efte, & o Lima, como diz Frey Leaõ de Santo Thomas (…). Era este sítio quinta de hum fidalgo chamado Lovezendo (…); edificou-o o filho no anno de 1028, fazendolhe ampla doaçaõ de rendas» [765].

ARAÚJO e SILVA admitem, também, a sua fundação no ano de 1028, embora sem prova real: «Mosteiro de monges referido, segundo parece, num documento perdido de 1028, mas do qual só volta a haver notícias seguras em 1113 (DP III 445), devendo então já seguir a Regra de S. Bento. Reformado por monges da Congregação de S. Bento a partir de 1575, só em 1588 foi definitivamente incorporado nela, por morte do último abade comendatário (…). O edifício gótico foi reconstruído por volta de 1733-1737» [766].

No século XV, Palme gozava de uma certa importância, até porque, como diz o cónego José Marques, estava «na esfera do conde de Barcelos e duque de Bragança, D. Afonso, com ele premiando alguns dos seus "familiares"». Além disso, daqui foi autorizado a sair, em 25 de

[763] Teotónio da Fonseca atribui a origem deste topónimo aos peregrinos da Terra Santa que, no seu regresso, traziam ramos de palmeira como sinal da sua peregrinação e que ter-se-ão fixado neste vale do Neiva. Cf. *O concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, I, p. 311.
[764] COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O. c.*, p. 364.
[765] *Corografia Portugueza*, I, p. 303.
[766] ARAÚJO e SILVA (1985): *O. c.*, p. 96.

janeiro de 1455, Frei Diogo para exercer o cargo de abade do mosteiro de S. Romão de Neiva [767].

Reconstruído o mosteiro nos anos 30 do século XVIII, a comunidade monástica empreendeu a renovação da igreja vizinha e anexa de Santiago de Aldreu da qual detinham o padroado, dando cumprimento a uma recomendação do visitador, visto a capela-mor ameaçar ruína. Assim, em maio de 1760, é concedida uma provisão de licença a favor do «padre abade do mosteiro de Palme da Religião de São Bento, para poder acabar a capela-mor da igreja de Santiago de Aldreu» [768].

O mosteiro de S. Salvador de Palme era bastante rico, apesar de a comunidade monástica ser reduzida, cerca de doze monges, pois possuía terras em cerca de 50 locais diferentes, uma das razões que levou à sua extinção pelos liberais em 1834 [769].

Vendido em hasta pública pela Fazenda Nacional como tantos outros, foi adquirido pela família Fonseca Moniz, antepassados dos Côrte-Real em cuja posse se mantém. Quanto à freguesia de S. Salvador de Palme, extinguiu-se no século XIX e a sua população e território passaram a fazer parte da vizinha de S. Tiago de Palme. Atualmente, pertence à paróquia de S. Tiago de Aldreu em cuja matriz se encontra a imagem de S. Bento que outrora se encontrava na igreja / abadia do mosteiro.

É tradição que a rainha Santa Isabel, aquando da sua peregrinação a Santiago de Compostela, seguindo pelo caminho central que atravessa o concelho de Barcelos, aqui terá pernoitado ou, pelo menos, passado [770].

### 4.2.10. S. Salvador de Vilar de Frades

A freguesia de Areias de Vilar resulta da fusão de três paróquias medievais: S. João de Areias (*De Sancto Johanni de Arenas*), mosteiro de São Salvador de Vilar [771] (*De illo monasterio de Vilar*) e Santa Maria Madalena (*De Sancta Maria de Sinagoga*) [772].

O mosteiro, com o seu couto, foi o elemento agregador. A sua fundação é atribuída a S. Martinho de Dume e os seus monges ter-se-ão orientado pela *RB*. Todavia, a primeira referência documental data de 1059[773], integrando o grupo dos mosteiros anteriores à generalização da *Regra de S. Bento*, de tradição visigótica, denominados pré-beneditinos por José Marques [774].

A sua existência foi um pouco atribulada enquanto mosteiro beneditino, à semelhança dos congéneres de S. Martinho de Manhente e de S. Salvador de Várzea, extintos em setembro de 1400, sendo transformado em «igreja secular em 1422» [775].

Extinto em 1834, viria a ser pasto das chamas, assim como tantos outros, em julho de 1898, com exceção da igreja que se manteve, contudo, bastante arruinada até final do século XX, em que foi objeto de intervenção por parte da Direção Regional de Cultura do Norte. Infelizmente, perdeu-se um dos seus altares colaterais, de talha magnífica, levado para os lados de Lamego.

A igreja do mosteiro de Vilar de Frades encontra-se classificada como Monumento nacional desde 1910 [776]. A partir de 1994, teve início o processo de recuperação da igreja e

---

[767] Cf. MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 671.
[768] **ADB,** *Registo Geral*, 1760, 28 de maio – "Registo de provisão a favor do padre abade do mosteiro de Palme da Religião de São Bento, para poder acabar a capela-mor da igreja de Santiago de Aldreu". Livro n.º 82, fls. 65-65 v.
[769] Cf. **ADB,** *Monástico-conventual*: PALME, Salvador, c. Barcelos. Livro n.º 87, Mostrador, 1810-1812: «Livro do recibo do mosteiro de Palme, feito pelo P. recebedor, Frei António de São Joaquim Costa, sendo D. Abbade do dito mosteiro o Muito R.do P. P. Fr. José do Pilar, para os anos de 1810, 1811 e 1812».
[770] Cf. Jornal «Barcelos Popular», 12 de janeiro de 2017.
[771] Designada, posteriormente, «de São Salvador de Vilar de Frades».
[772] COSTA, Avelino de Jesus da (2000)**:** *O. c.*, pp. 90 e 91.
[773] Cf. «Diplomata et Chartae», **in** *Portugaliae Monumenta Historica*, doc. n.º 420,.
[774] MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 613.
[775] ARAÚJO e SILVA (1985)**:** *O. c.*, p. 237.
[776] Cf. Decreto de 16-06-1910, publicado no Diário do Governo, n.º 136, de 23-06-1910.

espaços anexos num investimento que ultrapassou os 2 milhões de euros e cujo projeto foi um dos oito finalistas do prémio internacional **AR&PA de Intervenção no Património 2014**, cujos vencedores foram projetos espanhóis relativos à catedral de Tarazona e ao submarino Peral [777].

Apesar das alterações estruturais realizadas ao longo de séculos, mantém, todavia, algumas características românicas e quinhentistas que valorizam este conjunto arquitetónico. A parte direita da fachada conserva «uma portada românica» com arquivoltas assentes em colunelos de capitéis historiados [778]. Por sua vez, o magnífico pórtico manuelino e as nervuras dos tetos da nave e da capela-mor remetem-nos para a abside da Sé de Braga, uma obra do mestre João de Castilho.

As marcas da presença beneditina no território que constitui o atual concelho de Barcelos não se esgotam nos mosteiros, igrejas e capelas referidas. A tradição alia-se à toponímia e confirma a sua presença nas freguesias de: Alvelos [779], onde terá existido um mosteiro feminino da *OB* no lugar das Freiras de que restam os topónimos «Souto das Freiras» e «Rua de Trás das Freiras», como refere Teotónio da Fonseca: «existiu nesta freguesia um convento de freiras beneditinas, muito antigo, que o Arcebispo de Braga suprimiu em 1480, passando as rendas para a Mitra por Bula do Papa Xisto IV» [780], informação que também encontramos nas *Memórias Paroquiais*: «e diz o mesmo Conde Dom Pedro nos lugares citados que nesta freguesia houvera hum convento de religiozas e que nella fora freira D. Chansa Pires, filha de Pero Garcia Galego e que no mesmo convento fora abbadeça huma filha de Alvaro Rodrigues de Quiroga e de sua mulher Sancha Paez» [781]; Santa Eulália de Oliveira, vigararia do mosteiro de Tibães [782]: «A bonita igreja paroquial desta freguesia, que tem na sua capela-mor um altar em talha renascença acima do qual figuram as armas da Ordem Beneditina»; São Salvador do Campo [783] e Santa Maria de Vila Cova com os topónimos seguintes: «leira de S. Bieito», «Cortelho da Benta», «Porta da Benta» e «Campo da Benta» [784].

### 4.3. BRAGA

A cidade de Braga, conhecida como «a cidade dos Arcebispos», tem uma história milenar de liderança eclesiástica e pastoral que não se confina à região do Minho. Memória do tempo de metrópole eclesiástica que perdura no título de «Primaz das Espanhas» que os arcebispos bracarenses continuam a usar.

Falar de S. Bento, a nível citadino, é falar de quase todas as igrejas da cidade, uma vez que quase todas possuem a imagem de S. Bento (Sé, Salvador, Pópulo, Carmo, S. Vítor, S. Vicente, Maximinos, S. Marcos, Congregados, Misericórdia, Terceiros, etc.), do desaparecido nicho de S. Bento por cima da porta de S. Sebastião - ou de S. Bento, como também era conhecida [785] -,

[777] Cf. jornal «Barcelos Popular», de 20-11-2014.
[778] Cf. BARREIROS, Cónego Manoel d'Aguiar (1920): *A portada Românica de Villar de Frades e o seu symbolismo*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, p. 8.
[779] VIEIRA, José Alves (1887): *O. c.*, p. 148: «Alvellos, terra que pertenceu ao couto de Villar de Frades e onde houve antigamente um convento de freiras benedictinas», p. 148.
[780] FONSECA, Teotónio da (1948): *O concelho de Barcelos Aquém e Além- Cávado*, II, pp. 20-21.
[781] *MP*, I, p. 71.
[782] *Barcellos Revista*, p. 130.
[783] FONSECA, Teotónio da (1948): *O concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, I. p. 186: «É da tradição que o mosteiro beneditino feminino do Salvador do Campo foi em Casal Meilho, não aparecendo, porém, vestígios naquele lugar da sua construção. Competia-lhe nomear o vigário da paróquia de S. Pedro de Alvito».
[784] ABREU, Alberto Antunes de (1989): *Vila Cova: a Terra e o Homem*. Barcelos: «A Guarita»., p. 90.
[785] BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (1993): «O espaço urbano de Braga em meados so séc. XVIII», **in** *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. IX, Porto, p. 139: «A porta de S. Bento no extremo SW do *casco velho* e que abria para o *Campo* de S. Sebastião, tanto servia os acessos estabelecidos pela Rua *Direira* como pela Rua dos *Pellames*, respetivamente através da *Quingosta de* S. *Sebastião* e Rua do *Alcaide*».

das confrarias que existiram nas igrejas do Salvador e de Maximinos, e, sobretudo, do culto popular ao S. Bentinho de Trás do Hospital que merece um tratamento individualizado.

Em relação à Sé, encontramos uma imagem de S. Bento no claustro de Santo Amaro, tendo sido destituído do seu altar que o arcebispo Dom Rodrigo de Moura Telles, grande devoto de S. Bento, como já referimos, lhe tinha feito e custeado. Este arcebispo, no seu testamento, afirma ser «"Irmão em confraternidade" de vários Religiosos, nomeadamente, dos de S. Bento e que contratou com o cónego fabriqueiro da Sé de Braga "a obrigação de acender e sustentar quatro lâmpadas para sempre, uma no altar do Santo Lenho, outra no altar de São Rodrigo, outra no altar de São Bento, e a quarta no altar das Almas, as quais capelas e altares sitos no corpo da nossa Sé fiz de novo e honrei à minha custa"» [786].

A imagem de S. Bento que se encontrava no seu altar no corpo da Sé era «muito milagrosa onde os devotos acodem com suas ofertas». Ainda, hoje, podemos encontrar bilhetes com mensagens dirigidas a S. Bento que os devotos colocam junto da sua imagem que se encontra no claustro da Sé.

Extra perímetro urbano, as marcas beneditinas continuam nas várias capelas que lhe eram dedicadas e das quais falaremos a seguir, mas também das que, não sendo S. Bento o padroeiro, tinham a sua imagem[787]. E constatámos que o seu poder taumatúrgico se manifesta não só pela veneração à sua representação escultórica, mas também pictórica. Temos dois exemplos: a pintura / quadro de S. Bento na parede do hospital de Braga, que está na origem da capela de S. Bentinho de Trás do Hospital, e um quadro na igreja de S. Tiago de Fraião que, segundo afirma o vigário João Álvares, não faz muitos, mas «faz alguns milagres»: «e huma imagem de Christo no meio do arco cruzeiro e huma de São Bento em hum quadro, que faz alguns milagres» [788].

Vejamos, então, os locais que testemunham o culto a S. Bento no atual concelho de Braga.

### 4.3.1. S. Martinho de Tibães

A freguesia de Mire de Tibães merece-nos um tratamento especial em virtude de aqui se encontrar o mosteiro de S. Martinho de Tibães, casa-mãe da refundada Congregação dos Monges Negros da Ordem de S. Bento dos Reinos de Portugal no ano de 1567. Daí ser impossível dissociar o culto a S. Bento no Minho deste local onde se decidia a vida monástica de todas as comunidades beneditinas e para onde, trienalmente, se dirigiam os abades dos mosteiros beneditinos para prestar contas e decidir sobre o futuro da Congregação.

Segundo Frei Leão de São Tomás, o mosteiro de Tibães foi fundado por S. Martinho de Dume (Panónia, c. 510/5 – Braga, 579/80), com o beneplácito real, e dedicado a S. Martinho de Tours [789]. Por sua vez, Carvalho da Costa atribui a sua fundação ao rei dos Suevos, Teodomiro, no ano de 562 (15 anos após a morte de S. Bento), de quem S. Martinho de Dume era capelão-mor: «fundou ElRey o Convento no ano de 562, como consta de huma pedra que nelle se achou em nossos tempos, reedificandose de novo, & o dedicou a S. Martinho Touron» [790]. José Carlos Peixoto defende, igualmente, esta tese, acrescentando que terá sido refundado por D. Paio Guterres da Silva, governador de Braga, no ano de 1080 [791].

---

[786] AFONSO, António José Ferreira (2015): «A capela de S. Bentinho do Hospital (Braga) – origem e fundação», **in** *Misericórdia de Braga, revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga,* vol. 12. Braga, p. 46.

[787]Cf. *MP*, I, p. 179: São Brás dos Fornos na freguesia de Figueiredo: «Quase dentro do lugar de S. Miguel se acha situada uma capela chamada com título de S. Brás dos Fornos, a qual capela tem altar com seu retábulo dourado e nele as imagens seguintes: S. Brás, padroeiro da mesma capela e de vulto, S. Bento, Sta. Luzia, de pintura. Tem seu sino e é administrador dela o capitão Bento Vaz Pereira».

[788] *MP*, I, p. 180.

[789] *Benedictina Lusitania*, I, p. 375.

[790] *Corografia Portugueza*, I, p. 168.

[791] P PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2017): *O. c.*, pp. 21-26.

Em 1110, o conde D. Henrique e D. Teresa conferem carta de doação de couto ao mosteiro de S. Martinho de Tibães, ao qual serão anexados, nos anos seguintes, os coutos de Donim (1135), Vila de Mendo e de Santa Maria de Estela (1140), bem como o de Santa Ana de Vimieiro (1127) [792].

A história deste mosteiro é vastíssima e não cabe neste contexto aprofundá-la. O texto de ARAÚJO e SILVA, que a seguir transcrevemos, é bem explícito em relação à sua importância: «Instituída a Congregação de S. Bento de Portugal em 1567, Tibães foi seu mosteiro central e residência do abade geral, que era ao mesmo tempo abade da comunidade, eleito por três anos. Aí se realizavam normalmente os capítulos gerais da congregação, também trienais, se conservou o arquivo da Congregação [793].

Após a extinção do mosteiro, em 1834, a igreja passou a paroquial conservando três imagens de S. Bento, como nos dá conta o *Inventário de todos os bens e rendimentos pertencentes à Paróquia e à fábrica da Igreja, segundo o disposto no art. 166, n.º 1 do Código Administrativo concluído a 28 de junho de 1879*: «três imagens na tribuna de tamanho natural representando São Martinho, São Bento e Sta. Escolástica. (…) Um nicho colocado na parede em meio da Igreja com a imagem de São Bento. (…) Uma imagem de São Bento na sacristia em ponto regular, com uma mão quebrada e bastante carunchento» [794].

Além das imagens de S. Bento existentes na igreja e na sacristia, o mosteiro de Tibães tinha uma capela em honra de S. Bento na cerca do mosteiro, mais concretamente na encosta poente do monte de S. Gens, que se tornou num local privilegiado de romaria, de que falámos a propósito das canções de romaria.

O abandono e ruína a que foi votado parte deste património monástico, não evitando a destruição pelo fogo, levou a que se contem algumas histórias com paralelo na tradição popular. Entre estas, uma há que nos foi contada pelo Amadeu, um colega de estudos, que residiu, durante anos, nas instalações do mosteiro. O padre Davide, pároco de Mire de Tibães, costumava ler o breviário nos corredores do Mosteiro em cujos claustros estavam sepultados alguns abades [795]. Sempre que percorria determinada parte do claustro, onde estava sepultado um abade famoso que não foi possível identificar, sentia um calafrio e ventos muito fortes. Resolveu, com a ajuda do sacristão e do padeiro, levantar a tampa da sepultura e ver como estava o corpo do abade. Eis que, mal descobrem as ossadas, sentem um enorme tremor de terra com ventos muito fortes e sons de correntes a serem arrastadas pelas pedras dos corredores. Entram em pânico, tapam rapidamente a sepultura do abade e fogem do local.

### 4.3.2. S. Bentinho da Cerca, Mosteiro de Tibães

De acordo com informação da Direção-Geral do Património Cultural, a capela de S. Bento da Cerca foi construída em 1554, treze anos antes do mosteiro de Tibães se ter tornado, por Bula do papa Pio V, a casa-mãe dos beneditinos portugueses, tendo sido reconstruída aquando das obras de remodelação da sala do Capítulo e construção da cerca e do escadório das virtudes [796]. Frei Leão de São Tomás, em 1644, refere que o arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires, sempre que ia a Tibães, gostava de subir à capela de S. Bento da Cerca para poder gozar da vista, aconselhando os religiosos a mudarem o nome de *Tibães* para *Tibi omnes*: «porque he bem que todos venhão a ella, pera louvarem a Deos, gozando de vista tão aprazivel» [797].

---

[792] *Idem*, pp. 56 e ss.
[793] ARAÚJO e SILVA: *O. c.*, p. 106.
[794] **ADB**, *Governo Civil, Distrito Administrativo, Juntas de Paróquia*, doc. 929 (1879, 28 de junho).
[795] Ainda hoje, este espaço é conhecido como «Claustro do Cemitério».
[796] **In**: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1151 (acedido a 31-1-2018).
[797] *Benedictina Lusitana*, I, p. 377.

O escadório de acesso a esta capela, denominado «das Virtudes», remete-nos para uma simbologia numérica que nos faz lembrar as ciências ocultas.

Já falámos do número nove, a propósito dos romeirinhos. Vamos agora falar do sete e do oito que aqui surgem profusamente [798]. O sete, como símbolo da perfeição, encontra-se presente no escadório, o qual é constituído por sete fontes e em cujas peanhas estão personificadas as sete virtudes: prudência, temperança, fortaleza e justiça (cardeais) e fé, esperança e caridade (teologais), num claro ascendente da materialidade à espiritualidade, sendo, por isso, as teologais as últimas. Segue-se uma fonte purificadora onde jorra a «água viva» que, antes de ser encaminhada para o tanque, brota por um belo chafariz de base octogonal situado em frente às escadas que dão acesso ao alpendre que protege o acesso à capela de S. Bento. No teto pintado da capela, além de alguns frescos, ainda podemos ler a data de MDCCXXXI.

Como sabemos, o número oito tem uma carga simbólica muito grande. Corresponde ao dia a seguir aos sete dias da semana, simbolizando algo que está para lá do terreno, do material, ou seja, algo espiritual e do mundo da perfeição, como é a Jerusalém Celeste. Daí serem tão frequentes os templos de planta octogonal, sucedendo aos de cruz grega e cruz latina. Recordamos as capelas de S. Sebastião (Carvalheiras, Braga), Sra. de Guadalupe (S. Vicente, Braga), Senhor da Cruz (Barcelos), entre outras.

A filosofia que presidiu à construção deste conjunto de escadas, fontanários, tanque, fonte, chafariz que culmina na capela de S. Bento é a mesma que subjaz às construções dos sacro-montes. Tal como eles, encontra-se numa pequena colina orientada a nascente – a orientação canónica dos templos – cuja subida exige algum sacrifício, uma forma de purificação. Quem atinge o alto é premiado com a entrada na capela do Santo Patriarca, fundador da ordem beneditina, onde, além da imagem de vulto de S. Bento, colocada no altar-mor, podia observar quadros representativos do nascimento de S. Bento e de Santa Escolástica, bem como a sua receção no céu por parte da Santíssima Trindade.

A triste história deste património, hoje devidamente recuperado e valorizado, é sobejamente conhecida, mas não escapou à incúria dos homens e das instituições durante décadas após a desamortização dos bens monásticos, tendo sido adquirido pelo comendador Marques Vieira. Não resistimos, por isso, a transcrever um extrato de uma reportagem realizada no ano de 1882, 48 anos depois da extinção das ordens religiosas: «Ha cinco annos que alli fomos estava a capella denegrida pela acção do tempo, a escadaria coberta de cardos e de espinhos, inacessível a quem quisesse subil-a e em volta da capella um emmaranhado de bravio, davam-lhe um aspecto triste, melancólico, aterrador» [799].

Felizmente que esta descrição é passado e, se não nos podemos deslumbrar com os magníficos azulejos setecentistas que revestiam as paredes, desfrutemos de um espaço limpo e recuperado que nos remete para os tempos áureos da vida monástica. Dentro da capela, não deixemos de apreciar os painéis de azulejos, em particular aquele que nos remete para o nascimento de S. Bento e de Santa Escolástica, cuja mãe morreu de parto, os quais foram amamentados pela Virgem.

### 4.3.3. Hospício de S. Bento

O mosteiro de S. Martinho de Tibães possuía na cidade de Braga, mais concretamente no Campo da Vinha, a nascente do convento beneditino feminino do Salvador, um Hospício também conhecido por «Convento de São Bento», cujo espólio não se sabe aonde foi parar: «as "mais coisas que existiam no mesmo Hospício constam foram extraviadas pela tropa que ali foi

[798] Tivemos oportunidade de assistir a uma conferência sobre esta temática proferida pelo Dr. Paulo Oliveira, diretor do mosteiro beneditino de Santo André de Rendufe, aquando da realização do **Congresso de Homenagem a D. Rodrigo de Moura Teles**, entre os dias 12 e 14 de outubro de 2017, realizado na Colunata do Bom Jesus, em Braga.
[799] Cf. «O Commercio do Minho» de 16-9-1882.

aquartelada, e não se sabe aonde existam"» [800]. Tratava-se, segundo Aurélio de Oliveira, «de uma grande mansão que ali funcionava como hospício-residência para hospedagem de monges em passagem e, sobretudo, dos procuradores» [801].

Segundo relata o Pe. Frei Thomaz de Aquino, este Hopício foi construído sendo 47.º Abade Geral da Congregação Beneditina Frei Silvestre da Trindade [802].

Pelas informações preparadas para o capítulo geral sobre o estado do Hospício, percebemos que era composto por uma capela com «hum sacrario com seu pavilhão. Hum vaso de pratta dourado com coberta de franja de ouro. Huma imagem do N.º P. S. B.to com seu resplendor de pratta». Tinha, ainda, um salão com duas mesas, seis cadeiras e dois bancos; um refeitório com duas mesas grandes, bancos, cadeiras, lavatório, etc.; uma cozinha com 4 panelas e dois tachos de latão; rouparia, hospedaria e despensa [803].

Em 1758, o pároco de S. João de Souto dá-nos conta da existência desta instituição quando descreve o Campo da Vinha e sua envolvência: «tem mais um hospicio dentro, nas cazas, com huma boa capela que são dos Religiozos de São Bento» [804]. Luís Costa, no seu roteiro da cidade de Braga editado em 1998, descreve-o da forma seguinte: «No ângulo desta praça [Conde de Agrolongo] com a rua do Carmo, encontra-se, completamente remodelado, o antigo hospício dos Monges do Convento de Tibães, e hoje transformado num centro comercial – "Claustro" - valendo a pena dar uma vista de olhos ao seu interior onde se podem vislumbrar as antigas arcadas do claustro beneditino» [805].

### 4.3.4. S. Bento de S. Pedro d'Este

A devoção a S. Bento na freguesia de S. Pedro de Este é muito antiga e centrava-se na matriz. Quando se entra na igreja paroquial, logo à entrada do templo, do lado da Epístola, podemos observar uma imagem antiga do Patriarca dos Monges, S. Bento Abade, com as suas barbas de homem santo. Trata-se de uma imagem rara – localizámos uma muito parecida na igreja de S. Vítor, Braga – em que o santo se apresenta com um ar contemplativo e de mãos postas. Como atributos, tem o báculo, o corvo sem pão na boca e a mitra ornada aos pés que parece de feitura posterior. Apresenta-se sem a *Regra*.

As festas em honra de S. Bento na paróquia de S. Pedro de Este revelam alguma tradição e realizam-se, não nos dias festivos de S. Bento, como habitual, mas no mês de agosto, pelo menos desde 1934, como noticia o jornal *Diário do Minho* de então: «na visinha freguesia de S. Pedro de Este realiza-se hoje, e amanhã, uma luzida festividade em honra de S. Bento, que se venera na igreja paroquial» [806].

Estas festas não se realizaram nos anos de 2014 e 2015, apesar da construção recente de uma capela de invocação de S. Bento, sagrada em 2001, e situada no lugar do Outeiro, a meia encosta do monte que lhe fica para norte. Foram retomadas no dia 14 de agosto de 2016 [807]. Esta capela foi construída por uma comissão de festas constituída por 12 pessoas, com o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, e contando com as esmolas dos moradores.

O terreno foi doado por José Miranda da Silva, esposa e filho, de Famalicão, os quais foram homenageados aquando da sagração em 15 de julho de 2001, de acordo com epígrafe existente no local.

---

[800] http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4680635 (acedido a 27-1-2018).
[801] OLIVEIRA, Aurélio de (2013): *O. c.*, p. 77.
[802] AQUINO, P. Fr. Thomaz de (1767): *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregaçaõ Benedictina do Reyno de Portugal.* Porto: Offic. de Francisco Mendes Lima, p. 278.
[803] Cf. **ADB**, *Monástico-conventual*, CSB. Livro n.º 95 - Hospício de S. Bento de Braga (1764-1822), doc. s/d (1804?).
[804] *MP*, I, p. 202.
[805] COSTA, Luís (1998): *Braga: roteiro histórico e monumental extra-muros*. Braga: APPCDM, p. 34.
[806] **In** «Diário do Minho» de 11-8-1934.
[807] Cf. «Diário do Minho» de 15-8-2016.

Infelizmente, a imagem do orago é uma peça em madeira executada e oferecida pelo presidente da Junta de Freguesia de então (2015), mas que não respeitou os cânones das imagens de S. Bento, seguindo a nova corrente influenciada por São Bento da Porta Aberta. O modelo deveria ter sido a imagem que se encontra na igreja paroquial.

### 4.3.5. S. Salvador de Braga, convento

Nas últimas centúrias do primeiro milénio, a invocação que dominava nas igrejas do Minho era a de Santa Maria (99) seguida do Salvador (69) [808]. Este dado refletia-se também nos mosteiros, como é o caso da atual igreja de S. Frutuoso de Montélios que, segundo Dom Rodrigo da Cunha, antes da invasão dos Mouros, terá sido um mosteiro beneditino, designado «S. Salvador de Montilhos», dos mais notáveis de toda a Espanha [809]. Ao longo dos tempos, algumas igrejas com este padroeiro foram mudando de orago, como S. Bento da Várzea.

Quando abordámos o mosteiro de Vitorino das Donas, fomos adiantando que a construção do convento do Salvador na cidade de Braga se destinou a receber as freiras do referido mosteiro. As obras de construção iniciaram-se em 1592, após a aquisição de duas propriedades no Campo da Vinha de Santa Eufémia pelo arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus (Castro), tendo as monjas sido transferidas no ano de 1602.

Esta situação decorria de um pedido formulado ao Papa pelo rei D. Manuel I que o Concílio de Trento consagrou e visava acabar com os conventos femininos existentes em lugares isolados e sem proteção contra os assaltos e outras maldades a que as freiras estavam sujeitas, como conta o Monsenhor Alves Moreno: «D. Frei Agostinho, tendo conhecimento do estado de relaxação a que chegara o Convento de Freiras beneditinas de Vitorino das Donas, Ponte de Lima, resolveu transferi-las para a cidade de Braga. Para esse efeito comprou em 1592, no Campo da Vinha de Santa Eufémia, duas grandes moradas de casas com boas cercas. (…). D. Frei Agostinho deu o nome de Salvador a este Convento, mesmo para esquecer o de Vitorino [810].

Afinal, a mudança não foi tão pacífica quanto se previa, o que levou o arcebispo a mudar o nome do convento. Dom Rodrigo da Cunha, na sua obra *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*, relata, com algum pormenor, como esta transferência se processou e como o arcebispo Dom Frei Agostinho de Castro teve de proceder para vencer a resistência das freiras que contavam com o apoio de familiares e de moradores [811].

Na nova casa, as freiras continuaram a promover o culto a S. Bento e a sua santa irmã, Escolástica. Por isso, a igreja deveria ter, como os demais mosteiros beneditinos femininos, as imagens de S. Bento e de Santa Escolástica no altar-mor. Entretanto, com as alterações sofridas ao longo dos anos, nomeadamente por volta de 1661, 1724 e 1777, também as imagens foram sendo alteradas. Assim, Eduardo Oliveira, referindo-se ao retábulo-mor, diz-nos que «é magnífico; foi feito em madeira de castanho; o seu alto preço, 450$000, diz bem o quanto é trabalhado (…). As suas colunas são formadas por anjinhos (…). Entre elas ficam as imagens, em tamanho natural, de São Bento, antiga e S. Francisco, moderna» [812]. Terá sido numa destas intervenções que a imagem de Santa Escolástica foi substituída pela imagem «moderna» de S.

[808] Cf. COSTA (1997): *O. c.*, p. 468: «Desde o fim do séc. VI, generalizou-se, porém, o costume de dar um patrono celeste a todas as igrejas, incluindo a catedral e as públicas, que passaram a ter por titular o Divino Salvador, a Virgem Maria, um ou mais santos».
[809] CUNHA, Dom Rodrigo da (1635): *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoens illustres, que floresceraõ neste Arcebispado*, 2.ª parte. Braga: Manoel Cardozo impressor, p. 299.
[810] MORENO, António Alves (2018): *Flaches da Vida*, vol. III. Braga: edição do autor, pp. 174-175.
[811] *Idem*, pp. 408-409.
[812] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1994): *O. c.*, p. 48.

Francisco. Este retábulo, em estilo barroco e datado de 1736, é uma obra de Gabriel Rodrigo Álvares, de Vila Nova de Famalicão (Couto de Landim) [813].

Registámos que, em 1715, também o arcebispo Dom Rodrigo de Moura Teles, conhecido devoto de S. Bento, teve influência no desenrolar das obras de um novo retábulo-mor.

No culto a S. Bento, verifica-se uma interação entre o convento e a comunidade que leva a que, no dia 3 de abril de 1701 [814], sejam aprovados os estatutos da confraria do Patriarca S. Bento. Durante os 100 anos seguintes, vão ser alterados por duas vezes: a primeira, em 19 de junho de 1758, uma confirmação de estatutos solicitada à Mitra Arquiepiscopa [815]; a segunda, em 4 de maio de 1793, uma reforma estatutária aprovada por provisão prelado bracarense [816].

Aqui esteve sedeada até ao dia 10 de janeiro de 1801, data em que se uniu à confraria de Guadalupe, a principal confraria desta capela, invocando, como motivos, a falta de uma casa onde pudessem guardar a fábrica e mais espólio, os baixos rendimentos e a otimização dos recursos humanos [817]. Não obstante tratar-se de uma confraria pobre e de não possuir grandes rendimentos, podemos afirmar que as condições que obtiveram no contrato de união à confraria de Nossa Senhora de Guadalupe foram significativas, nomeadamente no que ao culto da imagem de S. Bento respeita [818].

A igreja, com o seu magnífico púlpito, obra do escultor Marceliano de Araújo - que só encontra paralelo na igeja do Nossa Senhora do Terço (ex-convento de freiras beneditinas), em Barcelos -, a impressionante pintura do teto da capela-mor representando S. Bento e Santa Escolástica em glória, e os 40 caixotões da nave com pinturas alusivas à vida de Jesus e de Nossa Senhora, encontra-se classificada como imóvel de interesse público desde 1959 (decreto n.º 42692, de 30 de novembro).

Embora extinto, como os demais em 1834, a sua abadessa, D. Thereza Maxima do Espirito Santo, natural da cidade do Porto, manteve-se nas instalações do convento até ao ano da sua morte, 5 de fevereiro de 1893. Era a única freira ainda viva do convento do Salvador [819]. No edifício do mosteiro foi instalado, no ano seguinte, a Asilo de Mendicidade.

### 4.3.6. S. Bento de Aldeia, Esporões

Uma das fontes principais a que recorremos para o presente estudo foi o ***Diccionario Geografico*** *ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarves, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*, as conhecidas *Memórias Paroquiais* (1758), compilação dos escritos enviados à Academia Real da História pelos responsáveis das paróquias do Reino. Nesta obra, o abade de Santiago de Esporões refere a existência de uma *capela de S.*

[813] Cf. COSTA, Luís (1998): *Braga. Roteiro Histórico e Monumental - Extra-muros*. Braga: APPCDM, p. 33.

[814] Vide http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=46: «1701, 3 Abril - criação da confraria de São Bento, sendo os instituidores a madre abadessa, D. Luísa de Meneses, a juíza Maria de São José, o juiz Manuel Lobo de Mesquita, o escrivão padre Dr. Francisco, os mordomos João Pereira e Domingos de Araújo, o procurador Manuel Pereira e mais vinte e uma pessoas, entre as quais dois padres, quatro cavaleiros professos e o pintor Geraldo Fajardo; celebrava festa a 11 de Julho, sendo uma das mais pobres da cidade», (acedido a 8-8-2018).

[815] **ADB**, *Registo Geral*, 1758, 19 de junho – "Registo de confirmação de estatutos a favor da confraria do Patriarca São Bento sita no convento do Salvador desta cidade". Livro n.º 124, fls. 210-212 v.

[816] **ADB**, *Registo Geral*, 1793, 4 de maio – "Provisão de aprovação de estatutos da confraria de São Bento, sita no convento do Salvador desta cidade". Livro n.º 227, fls. 237 v.-238.

[817] *Idem*, p. 139.

[818] **ADB**, *Nota Geral*, 1801, 10 de janeiro – "União da confraria de Sam Bento do Salvador, desta cid.ᵉ, a Irmd.ᵉ de Nossa Snr.ª de Guadalupe desta Cidade". Vol. n.º 879, fls. 81 v.-83.

[819] Cf. «O Progressista» de 10 de fevereiro de 1893: «Falleceu, no convento do Salvador, a madre abadessa dama D. Thereza Maxima do Espirito Santo, contando uns 90 annos de idade. Era natural do Porto. (…) Ha cerca de 22 annos que ella fôra eleita abadessa, sendo agora a ultima freira que havia n'aquella casa.

O convento do Salvador vae passar a ser o Asylo de Mendicidade, como está determinado por lei especial ha cerca de um anno, tendo de sair d'alli umas 40 e tantas senhoras, que ate agora lá se achavam recolhidas».

*Bento*, sendo «Adeministrador de prezente, o reverendo conigo Antonio Ricaldo Mendes, com instituição de Jozé Mendes, sita no lugar de Aldea desta freguezia» [820].

Não obstante a informação patente nas *Memórias Paroquiais*, não conseguimos localizar a capela de S. Bento nem qualquer documento que a ela se referisse no fundo da Mitra Bracarense (ADB). Efetuámos contactos com o Pe. Manuel Pinheiro, ex-pároco, e com alguns moradores que nos referiram desconhecer tal ermida.

Encontrámos, todavia, uma imagem de vulto de S. Bento colocada na capela de Santa Ana, no referido lugar de Aldeia, o que nos leva a supor que a suprarreferida capela terá sido demolida e a imagem recolhido à capela de Nossa Senhora da Caridade, como aconteceu em situações semelhantes.

### 4.3.7. S. Bento de Santana de Vimieiro

O culto a S. Bento na freguesia de Sant'Ana do Vimieiro, onde existe uma capela com a sua invocação, perde-se no tempo e decorre do facto de aqui ter existido, pelo menos desde a época visigótica, um mosteiro [821] que viria a aderir à reforma de Cluny, como refere José Carlos Peixoto: «Por volta de 632, fora construído o convento de Santa Ana de Vimieiro. D. Teresa, esposa do conde D. Henrique, viria a dar-lhe carta de couto, em 23 de maio de 1127 e a doá-lo ao abade da congregação beneditina de Cluny, Dom Pedro Maurício» [822]. Este couto viria a integrar o património dos beneditinos de Tibães, tendo-se mantido até 1768, embora fora do domínio de Tibães, como nos dá conta Carvalho da Costa: «Finalmente o ultimo Abbade perpetuo de Tibaens, Dom Gonçalo o fez annexar a elle, & assim esteve cincoenta annos, até que por falecimento de Ruy de Pina, terceiro Commendatario de Tibaens, ficou Vimieiro devoluto ao Ordinário, & o Arcebispo, que então era o Santo Dõ Frey Bertholameu dos Martyres trazendo os Padres da Companhia para Braga, o unio ao Collegio de S. Paulo» [823].

Este mosteiro é citado em duas bulas papais: a primeira, de 20 de janeiro de 1205 (PP. Inocêncio III), por não querer «prestar obediência ao Arcebispo de Braga»; a segunda, do mesmo papa, datada de 9 de junho de 1209, por não querer «pagar ao Arcebispo os direitos devidos» [824]. Em 1758, ainda tinha jurisdição sobre a freguesia de S. Pedro de Lomar: «hé sogeita (…) somente ao couto de Vimieiro» [825].

As *Memórias Paroquiais* referem a existência de «uma capela com a invocação de S. Bento em um outeiro, de onde se descobre a cidade, sem renda alguma, pertencente à igreja por estar dentro da freguesia» [826].

José Marques dá-nos conta do processo que, no século XIV, levou à sua extinção. Tudo começou, em 1377, com uma visita dos responsáveis de Cluny que o encontraram sem vida monástica. Apesar das recomendações, passados 50 anos, tinha, apenas, o abade e um capelão cujo múnus pastoral em nada dignificava a Congregação: «da sua negligência pastoral era indesmentível testemunho a falta de assistência espiritual às freguesias anexas a este mosteiro, o que bem se harmonizava com a escandalosa conduta do principal, senão único responsável por esta instituição» [827]. Perante a relaxação de costumes verificada, como se constata no *Livro das Confirmações*, «considerando a grande defraudeza do moesteiro de Bimieiro como he tam mingoado das rendas e des y como em ell nom ha monges grande tempo ha, por a qual razom

[820] *MP*, I, p. 176.
[821] A existência deste convento deixou marcas na toponímia da freguesia que ainda hoje perduram, como a «Praça do Mosteiro».
[822] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2017): *O. c.*, p. 65.
[823] *Corografia Portugueza*, I, p. 167.
[824] VASCONCELOS, Maria da Assunção J., e ARAÚJO, António de Sousa (1986): *Bulário Bracarense: Sumários de Diplomas Pontifícios dos séculos XI a XIX*. Braga: ADB/UM, pp. 49 e 49-50.
[825] *MP*, I, p. 185.
[826] *Idem*, p. 211.
[827] MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 657.

esta em ponto de se hir de todo a delapidaçom (…)» [828], compreende-se que o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, em 9 de fevereiro de 1430, o tenha reduzido a igreja paroquial.

Quando visitámos esta capela, verificámos que, na verga da porta principal, se encontrava a inscrição seguinte: «F R O 1668». Não conseguimos perceber o sentido das letras «F R O», mas uma hipótese era a abreviatura do nome «Francisco». A nossa leitura é que foi cometido um lapso quando avivaram, com tinta preta, as letras da inscrição. Entendemos que deve ser «A N O 1668», data da sua construção, embora seja percetível que, ao longo dos tempos, sofreu obras de remodelação que aumentaram o seu pé direito.

Como tivemos oportunidade de observar, a festa de S. Bento – que se realiza no primeiro domingo de setembro - é muito concorrida, tanto na parte religiosa, como na profana. No seu interior, encontrámos seis representações iconográficas de S. Bento, todas de acordo com as normas tradicionais, à exceção da imagem de andor que não resistiu à onda modernista de substituir a imagem de S. Bento com a mitra aos pés por uma do Santo Patriarca mitrado. Entendemos ser urgente e necessário que, da parte da arquidiocese, haja uma intervenção nesta matéria de recomendação aos párocos para que sensibilizem o povo para a importância de respeitarem as tradições iconográficas.

As imagens referidas são as seguintes: uma pintura no teto da capela e cinco esculturas: de vulto no altar-mor e no andor; de meia altura na sacristia e na fachada da capela, esta de granito; e duas pequenas, uma colocada na mesa das ofertas e outra que, durante os momentos de romaria, é colocada na candorca de uma azinheira. De salientar que a imagem da mesa das ofertas é invulgar, com resplendor e báculo na mão esquerda, mas sem a *Regra*. A colocação do corvo e da mitra juntos aos pés mostra tratar-se de uma aquisição recente e em desarmonia com a escultura.

No lado norte, o adro da capela preserva um sobreiro centenário cujo tronco, na base, ostenta uma pequena gruta na qual, nos dias da festa do padroeiro e depois de engalanada, costumam colocar uma pequena imagem de S. Bento e a respetiva bandeja para recolha das esmolas. Além deste ritual, esta capela exibe um outro relacionado com a oferta de ovos, ex-votos de tradição centenária e que encontrámos em muitos outros locais de culto. A curiosidade reside no facto de esta capela possuir, do lado direito da porta principal, um pequeno túnel com um diâmetro um pouco superior ao de um ovo de galinha que conduz o tabuleiro com areia fina que, por sua vez, recolhe os ovos ofertados. Além da oferta de ovos, os devotos oferecem cera, calçado e fotografias, sobretudo de militares, prática que se explica pela partida de muitos jovens para a guerra colonial, sobretudo a partir de 1961, por cuja vida os familiares temiam, como muito bem deu conta Mariño Ferro: «En Portugal, en cuanto a los ex-votos, es literalmente cierto que la fotografia mató la pintura, como se puede constatar recorrendo las salas anexas al santuário de Elvas o de Aires» [829]. Podemos acrescentar que esta situação se verifica não só em Elvas ou Aires, mas em todos os santuários objeto de romaria, como S. Bento da Porta Aberta (Terras de Bouro), Senhora da Abadia (Amares) ou da Senhora do Alívio (Vila Verde), para falar, apenas, do vale do Homem.

### 4.3.8. S. Bentinho de Trás do Hospital

A capela de S. Bentinho de Trás do Hospital teve a sua origem numa imagem do Padroeiro da Europa pintado na parede do hospital da cidade, também conhecido por Hospital de S. Marcos.

Como sabemos, no século XVI, eram frequentes estes painéis de santos, mártires ou não, bem como das Almas do Purgatório. Recordamos a lenda da fundação da antiga igreja de S.

[828] *Idem*, p. 658.
[829] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 293.

Vítor pelo arcebispo D. Agostinho de Jesus (1588-1609) que mandou erigir no local (Degoladas) onde foi encontrada uma pedra supostamente manchada com o sangue do mártir S. Vítor – que se encontra dentro da igreja velha – e, aí, mandou erigir um pequeno oratório onde colocou um painel pintado com a representação do martírio [830].

O primeiro documento que nos permite enquadrar a origem da capela de S. Bento de Trás do Hospital remonta ao ano de 1734, mais concretamente a uma reunião da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Braga, entidade instituidora e possuidora desta capela. Pelo teor da ata, ficámos a saber da existência de uma imagem de S. Bento pintada na parede do edifício do hospital, que era cultuada pelos devotos e onde deixavam as suas esmolas [831].

No ano seguinte, a 13 de julho de 1735, o zelador da imagem de S. Bento da Parede – que, entretanto, vai influenciar a toponímia, levando a que a «Quingosta do Collegio» se passe a chamar «S. Bento da Parede» -, capitão Manuel Pereira de Araújo, devoto de S. Bento, faz nova entrega de esmolas ao tesoureiro [832].

Como o culto a S. Bento se intensifica, a Mesa resolve construir uma capela numa rua paralela ao hospital, cuja ala do primeiro andar viria a adotar a designação de «ala de S. Bento».

Não dispomos de documentação suficiente que nos permita seguir *pari passu* a construção da capela. O primeiro dado concreto é de um pagamento e data de agosto de 1754, «quando o tesoureiro Domingos Francisco Fernandes regista o seguinte: "N.º 5 - Despesa para as obras da capela de S. Bento de atrás do Hospital. Cem mil réis, produto de quinhentos alqueires de centeio que deu Manoel Rebello da Costa, como consta do livro das receitas a fl. 131"» [833].

Informação um pouco mais pormenorizada é dada por Albano Bellino na obra *Archeologia Christã*, quer quanto à génese da capela, quer quanto à sua localização [834].

O autor suprarreferido completa a sua informação com os custos de algumas obras: «pedreiro, 256:396 réis; carpinteiro, pintor, ferreiro e caiador, 487:116 rs.; a grade da porta, 34:315 rs.; e «a imagem de S. Bento que está num nicho sobre a mesma porta» 4:800 rs, perfazendo um total de cerca de oitocentos mil réis (782$622)» [835].

Entretanto, a capela é dada por concluída e, na sequência do pedido efetuado pelo provedor da Santa Casa e mais irmãos, é concedida provisão de licença para a bênção da capela de S. Bento de Trás do Hospital, a qual viria a ser benzida no dia de consoada desse mesmo ano de 1755, segundo informação do citado Thadim [836].

Ao longo dos tempos, registámos pequenas intervenções no pequeno templo, como as que se realizaram no início do século XX, com a colocação de uma marquise em ferro por cima da porta para proteger os devotos, em 1903, e a sua substituição por um alpendre de pedra, em 1922, em virtude do mau aspeto daquela [837].

Esta capela constitui o centro de culto a S. Bento mais importante do concelho de Braga, com milhares de romeiros e a oferta de milhares de ovos [838] que eram consumidos no Hospital

---

[830] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 176.

[831] **ADB,** *Fundo da Misericórdia de Braga*, Livro de termos, n.º 13 (1734-1746), fl. 16.

[832] *Idem*, fls. 71-72.

[833] AFONSO, António José Ferreira (2015): *O. c.*, p. 56.

[834] BELLINO, Albano (1900): *Archeologia Christã. Descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. Empreza da História de Portugal, Lisboa, p. 137.

[835] Cf. AFONSO, António José Ferreira (2015): *O. c.*, pp. 58-59.

[836] **ADB**, *Ms*. n.º 1054 (THADIM, Manuel José da Silva, *Diário Bracarense das Epocas, Fastos e Annaes mais remarcaveis, e sucessos dignos de mençam, que sucederam em Braga, Lisboa, e mais partes de Portugal, e Cortes da Europa*), fl. 171.

[837] Cf. «Correio do Minho», 10 de março de 1903.

[838] Cf. jornal «O Progressista», 7 de abril de 1893: «Quando a doença entra no lar domestico, o povo devoto, com a fé a vigorizar-lhe o espirito, recorre ao milagroso S. Bento, para que, intercedendo perante o Altissimo, lhe alcance os favores que supplica; e, como reconhecimento pelos benefícios recebidos, offerta-lhe ovos para os pobres doentes, que, no leito da dôr, gemem, torturados pela moléstia, nas vastas enfermarias da Santa Casa.

E querem os leitores saber qual o número de ovos oferecidos ao miraculoso santo no mez de Março ultimo?

Foi *simplesmente* de 1.576!

de S. Marcos, o que levou Albano Bellino, em 1900, a dizer, depois de constatar que, na última década do século XIX, os ovos ofertados tinham ultrapassado os 108.000, que o povo se referia ao S. Bentinho de Trás do Hospital como «a melhor gallinha dos pobres» [839]. O seu culto era famoso nas tardes de quinta-feira [840] com os célebres romeirinhos, de que damos conta noutra parte, e que a escritora Ondina Braga imortalizou. Para a receção dos ovos, a Mesa mandou fazer um recipiente de cobre em forma de ovo gigante colocado num tripé. A parte superior, que abria em forma de tampa, tinha um orifício para que as pessoas pudessem colocar os ovos. No interior, que era preenchido com água, tinha uma rede metálica que se ajustava às paredes e que servia para retirar os ovos sem necessidade de tombar o recipiente. Refira-se que a tampa se encontrava fechada por cadeado. Este método evitava o roubo dos ovos devido à dimensão do orifício e permitia fazer a triagem dos mesmos aquando da sua recolha, uma vez que os ovos estragados ficavam a boiar.



Fig. 37. Recipiente para recolha dos ovos ofertados ao S. Bentinho de Trás do Hospital, Braga. (Fonte: SCMB).

Quando, em 2015, publicámos o nosso artigo sobre esta capela, referimos a incongruência entre as imagens antigas existentes no nicho do frontão, no painel do altar-mor e numa peanha lateral, e uma imagem recente colocada sobre o altar representando S. Bento da Porta Aberta. Um ano mais tarde, foi com agrado que verificámos que essa imagem tinha sido substituída por uma feita à semelhança das existentes na capela de S. Bento com a mitra aos pés.

### 4.3.9. S. Bentinho dos Esquecidos, Crespos

A tradição fala-nos da existência de uma capela, na freguesia de Crespos, conhecida como «o S. Bentinho dos Esquecidos». Falámos, algumas vezes, com o Dr. Carlos Aguiar Gomes, conhecido beneditófilo bracarense e membro da Mesa da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo), que confirmou esta tradição.

Nas nossas visitas à freguesia de Santa Eulália de Crespos, encontramos uma capela com ar de abandono. Procurámos localizar os proprietários, mas não conseguimos, apesar de nos termos deslocado três vezes ao local, com o objetivo de confirmar se era aquela a capela que procurávamos.

A capela não cumpre as normas canónicas de orientação, pois o altar-mor está do lado poente. Pelas frestas que ladeiam a porta principal voltada para um arruamento público, o caminho municipal n.º 1298, conseguimos perceber que o altar-mor não tem qualquer escultura hagiográfica, apenas um tríptico cujas representações iconográficas não são muito claras. Ao

---

E não é só n'este mez, mas tambem em todo o anno que a este santo são oferecidos milhares de ovos, que vão auxiliar eficazmente o meio economico d'este estabelecimento de caridade, demonstrando ao mesmo tempo, os sentimentos religiosos e caritativos dos piedosos offerentes».

[839] BELLINO, Albano (1900): *Archeologia Christã. Descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, p. 137: «É certo que com esse descaminho [desaparecimento da "milagrosa *pintura de S. Bento*"] não decresceu a devoção popular, pois o S. Bento moderno recebe annualmente milhares de ovos numa caixa de madeira que está dentro da capella com dois tubos de ferro que vêem á grade recebel-os.

Utilissima devoção esta de oferecer ovos ao S. Bento do Hospital para se ocorrer ás necessidades dos seus doentes! (…) Com justificado motivo o povo, na sua phrase humorística, vae chamando ao S. Bento a melhor gallinha dos pobres».

[840] A opção pela quinta-feira relaciona-se com o facto de ter sido na Quinta-Feira Santa, conhecido como «Dia de Endoenças», ou seja, das indulgências (perdão concedido aos pecadores), véspera da morte do Senhor, que se verificou a instituição da Eucaristia e do sacerdócio.

centro, Nossa Senhora com o Menino no seu braço esquerdo; ao seu lado esquerdo, Santo António de Lisboa, e, do outro lado, uma figura masculina com hábito negro, báculo e livro na mão esquerda, que pode ser S. Bento.

Mais um capítulo que fica por concluir, pois, como não existem vizinhos por perto, não conseguimos encontrar ninguém que nos elucidasse sobre esta matéria.

### 4.3.10. S. Bento de Ruães

A capela particular de S. Bento de Ruães situa-se na freguesia de S. Paio de Merelim. Depois de atravessarmos a ponte de Prado e de seguirmos cerca de um quilómetro, encontrámos, à direira, a estrada municipal número 584. Quilómetro e meio adiante, há uma estrada que vai em direção ao rio Cávado perto do qual se situa uma quinta denominada Quinta de Ruães.

Esta quinta – com uma longa história que não se enquadra neste trabalho - possui uma capela de vulto dedicada ao Santo Patriarca dos Monges do Ocidente, S. Bento, cuja bênção ocorreu no ano de 1867. Situa-se do lado esquerdo da entrada e tem a porta principal voltada para o largo. A imagem de S. Bento, de cerca de um metro e vinte, colocada no altar-mor, é do final do século XIX, apresentando-se com resplendor, báculo na mão esquerda, corvo com o pão e mitra aos pés.

Esta capela foi mandada construir por Bento Luís Ferreira Carmo, Visconde de Ruães, título concedido pelo rei D. Luís em setembro de 1872. Tinha um altar privilegiado e, de acordo com o *Breve* do papa Pio IX, datado de 1 de janeiro de 1868, era concedida «indulgência plenária e remissão de todos os pecados a todos os fiéis cristãos de um e outro sexo, que, contritos, confessados e refeitos com a Sagrada Comunhão, visitassem a capela pública do Patriarca S. Bento (…) no dia da festa do Glorioso Patriarca (…) e aí orassem a Deus pela concórdia dos Príncipes Cristãos, extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja» [841].

Pelo decreto judicial do arcebispo de Braga, D. José d'Azevedo e Moura, que tornou público o *Breve* suprarreferido, ficámos a saber que o instituidor da cappela foi o comerciante do Porto, Bento Luís Ferreira Carmo – daí ter escolhido para patrono o santo do seu nome – e que a indulgência plenária foi concedida a seu pedido.

A capela era de tal modo sumptuosa e a festa da sua sagração, em 14 de julho de 1867, foi tão famosa que o sermão, pregado por um *egresso beneditino*, foi objeto de divulgação pública mediante a impressão de um opúsculo com o texto do mesmo [842].

Com o fim da fábrica de papel de Ruães, a capela deixou de ser frequentada pelos trabalhadores e vizinhos, até que foi vendida, em 1996, com outros bens da fábrica, tendo caído num certo abandono [843]. Em finais do século XX, foi restaurada pelo proprietário atual, um técnico superior do município de Braga.

O contacto com o proprietário não foi fácil, mas conseguimos visitar a capela graças à compreensão da esposa. A fim de podermos fotografar a imagem de S. Bento, falámos telefonicamente com o proprietário que nos prometeu o agendamento de uma visita. Todavia, apesar de inúmeras insistências, as nossas tentativas de contacto nunca surtiram efeito.

### 4.3.11. S. Bento de Oliveira

Na estrada que liga Vila Nova de Famalicão a Braga - e, outrora, ao mosteiro de S. Martinho de Tibães -, encontram-se várias marcas do culto a S. Bento que se podem explicar

[841] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2017): *O. c.*, p. 130.
[842] Braga: Tipografia União (Largo de Santo Agostinho, n.º 1).
[843] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2017): *O. c.*, p. 195.

por parte destas terras terem sido aforadas ao referido mosteiro e este ser o seu caminho de ligação.

É junto a esta via que se situa a capela pública de S. Bento, na freguesia de Oliveira.

Inicialmente, esta capela escapou ao nosso levantamento em virtude de não constar nas fontes de referência. Situada junto da estrada usada pelos enfiteutas que se deslocavam ao mosteiro de Tibães para o pagamento do respetivo foro, tinha, inicialmente, como orago principal, o Senhor dos Passos. A partir de meados do século XX, com a chegada de Manuel dos Santos, emigrante do Brasil, devoto de S. Bento e que ofereceu a imagem que está no altar-mor, o orago passou a ser S. Bento.

De acordo com a informação prestada pelo presidente da Junta de Freguesia e vizinhos da capela, era costume trazerem a imagem de S. Bento em procissão, na véspera da festa, e depois regressava à igreja paroquial. Os familiares de Manuel dos Santos falaram com o pároco, o Pe. Américo, que autorizou a troca da imagem do Senhor dos Passos, que recolheu à igreja, pela de S. Bento que tomou "posse" da capela.

Na capela, conservam-se três imagens de S. Bento, todas com a mitra aos pés: uma de vulto no altar-mor, e duas pequenas, uma de andor e outra da mesa das esmolas.

Como nos informou o senhor «Tone do Mocho» [844], a imagem de S. Bento mais antiga da freguesia é a que está na casa do Zé do Tringalho, colocada num nicho, conhecido como o S. Bento da Várzea, que, antigamente, vinha nas procissões, e de que já falámos quando abordámos os nichos a S. Bento [845].

### 4.3.12. Capela de S. Bento no Sameiro, Espinho

Nas igrejas dos mosteiros beneditinos do início da nacionalidade, predominava a invocação do Salvador perpetuada, até hoje, nas igrejas paroquiais, não obstante a extinção dos mesmos por volta do século XV. Com S. Bernardo e a reforma de Cister, o culto a Nossa Senhora assumiu um papel relevante e originou o aparecimento de vários santuários marianos, entre os quais destacamos, pela sua antiguidade, o de Nossa Senhora da Abadia, na freguesia de Santa Maria de Bouro, concelho de Amares.

Nas últimas centúrias, antes de Fátima, surgiu em Braga, na freguesia de Espinho, um santuário dedicado à Imaculada Conceição e que se tornaria conhecido como «Santuário de Nossa Senhora do Sameiro» por ser esse o nome do monte onde se encontra.

Este templo é visitado por centenas de milhares de devotos (e visitantes) que, além de esmolas, ali deixam os seus ex-votos. Para a sua recolha, foi construída, nas imediações do santuário, uma capela de planta quadrada, conhecida como «capela dos ex-votos» e cuja entrada se encontra do lado do santuário (norte). As entradas das fachadas restantes foram adaptadas a capelas com as invocações seguintes: Santíssimo Sacramento, S. Judas Tadeu e S. Bento.

No que respeita à capela de S. Bento, assemelha-se a um nicho com a imagem em cima de uma caixa de esmolas de cerca de 1 metro de altura. Em 2016, tratava-se de uma escultura em madeira do século passado, com S. Bento mitrado, envergando cogula, com báculo, corvo aos pés e *Regra* aberta com inscrição semelhante às que encontrámos em imagens antigas, como na capela de S. Bento em Vale (S. Cosme), Famalicão. Em 2018, verificámos que a imagem tinha sido substituída por uma mais pequena e sem qualquer valor artístico – infelizmente replicada em muitos nichos - e cuja iconografia não corresponde à figura tradicional de S. Bento como monge beneditino com cogula.

[844] Entrevista realizada, no dia 17 de outubro de 2017, a António Ferreira Pinto (n. 1938), da família dos «Mochos», conhecido como «Tone Mocho».
[845] Vide página .

### 4.3.13. S. Bentinho de Real, Calçada de Real

Na Calçada de Real, na freguesia com o mesmo nome e na estrada antiga por onde passavam os romeirinhos que, às quintas-feiras, se dirigiam à capela de S. Bentinho de Trás do Hospital, na cidade de Braga, existe, hoje, uma pequenina capela denominada capela de S. Bentinho de Real.

Construída no ano de 1975 por António Alves Rei, e hoje venerada por um familiar, uma senhora de apelido «Rainha», foi, inicialmente, dedicada a Santo António, nome do seu instituidor, cuja imagem ocupa o lugar central no pequeno "altar-mor", ladeada por S. Bento, do lado do Evangelho, e por S. Judas Tadeu, do lado da Epístola. Ao contrário do que é habitual, a escultura de Santo António não tem o Menino Jesus ao colo.

A pequena capela, construída na parte superior de um pequeno largo, apresenta uma arquitetura invulgar e nada consentânea com a arquitetura tradicional destes pequenos templos.

Seguindo a tradição dos romeirinhos de S. Bento, esta capelinha encontra-se aberta à quinta-feira.

### 4.3.14. Mosteiro de S. Pedro de Lomar

No início dos nossos trabalhos, não tínhamos pensado individualizar o tratamento dos ex-mosteiros beneditinos de S. Pedro de Lomar e de Santa Maria de Adaúfe, em virtude de não terem ultrapassado o século XV enquanto instituições monásticas. Além disso, em nenhuma destas paróquias existe um templo de veneração a S. Bento, ao contrário do que acontece noutras. Todavia, considerando que as suas marcas beneditinas chegaram até nós, entendemos que seria uma lacuna no nosso trabalho não os referenciarmos.

Carvalho da Costa, embora sem apresentar qualquer documento, diz que «se acha noticia delle [mosteiro] pelos annos de 667. Foy sua fundadora ou o reedificou Ameana de Selheris, mulher de Dom Arias Carpinteiro, a qual era também Padroeira de Tavoza» [846]. Por este extrato, podemos constatar a falta de fundamentação histórica, uma vez que jamais Ameana de Selheris (Daminana de Sabariz) o poderia ter fundado antes de 667. Mais plausível a sua reedificação por volta do ano 1000. O autor ter-se-á baseado na obra de Frei Leão de S. Tomás quando narra: «O Mosteyro de *S. Pedro de Lomar* esta situado menso de meya legoa da Cidade de Braga pera a parte do Sudueste. He dos antigos, como se colhe de hũs papeis que se achão no Cartorio de *Tibães* pertencentes ao Mosteyro de *Santo Antão de Moure*» [847].

Segundo o historiador José Marques, este mosteiro encontra-se documentado desde o ano de 1088[848]. Como tantos outros pequenos mosteiros, também não escapou à voragem dos tempos medievos assolados por guerras, fome e pestes que os exauriram de recursos que sustentassem a sua existência. Assim, pelo ano de 1431, D. Fernando da Guerra redu-lo a igreja secular, considerando que «havia muito que não tinha monges, sendo o serviço litúrgico garantido, no meio de enormes dificuldades materiais, pelo abade e um capelão» [849].

Na deslocação ao local com partida do centro da cidade de Braga, deixada a estrada nacional n.º 319, hoje rua José Lopes Silva Granja, entrámos na rua do Mosteiro. Se não soubéssemos a que congregação tinha pertencido, 50 metros adiante, à esquerda, a rua central de um loteamento recente esclarecia-nos: «rua dos Monges Beneditinos». Chegamos a um largo denominado «da Igreja Velha», onde constatámos a existência de uma igreja conventual com características românicas, como documentam pequenos trechos dos frisos com motivos entrelaçados e colchetes, um capitel com decoração lanceolada, as frestas (uma das quais cerrada) nas empenas voltadas a nascente (capela-mor e nave), os arcossólios do lado sul, a

[846] *Corografia Portugueza*, I, p. 183.
[847] *Benedictina Lusitana*, I, p. 503.
[848] MARQUES, José (1988): *O. c*., p. 660.
[849] *Ibidem.*

cachorrada, a cruz pátea da Ordem do Templo, bem como alguma decoração zoomórfica. Estes elementos e todo o contexto permitem a aceitação da tese de que, na sua origem, esteve um convento seiscentista de tradição visigótica.

A toponímia informa-nos que se trata da antiga matriz, substituída, entretanto, por uma nova igreja paroquial que responde ao crescimento da população. Junto ao largo, uma placa indica que por aqui passa o Caminho de Santiago que entrava na Braga medieval pela «Porta de Santiago», também conhecida por «via Infantis» [850].

Tendo em conta o valor cultural e patrimonial deste imóvel, merecia estar melhor cuidado. O adro que o envolve apresenta-se transformado em lixeira, onde não faltam restos de lenhas, táboas, silvas, e até pneus. Marcas da realização de uma fogueira e vestígios de arrombamento da porta do lado sul completam a triste imagem com que ficámos. Apelámos ao núcleo escotista que aqui tem a sua sede, o Agrupamento n.º 671, para que, num fim de semana, concentrem a sua boa obra na limpeza do adro da igreja velha de S. Pedro de Lomar.

### 4.3.15. Mosteiro de Santa Maria de Adaúfe

A primeira referência ao mosteiro de Santa Maria de Adaúfe data do ano 1088, "«Gontatus abba de acisterio Adaulfi»", sendo referido em vários documentos entre os séculos XIII e XIV [851]. A sua extinção ocorreu no dia 2 de agosto de 1452 [852].

Nas *Memórias Paroquiais*, os relatores referem, sobre a paróquia de Santa Maria de Adaúfe, o seguinte: «Não hé terra murada, não hé praça de armas, não hé castello ou torre antiga. Só há parte de huns Passos velhos, que dizem são parte do convento que os religiosos de S. Bento tiveram nesta freguezia e alguns indícios o mostram; hoje, caza de recolhimento dos frutos da comenda» [853].

Entendemos que, embora não existam fontes primárias consistentes que permitam escrever a sua história cabalmente, os documentos que chegaram até nós fundamentam algumas referências. Desde logo, o facto de daqui terem saído cinco monges para a fundação do mosteiro de Santo André de Rendufe (existência documentada no ano de 1090), o que pressupõe a sua fundação em data anterior à nacionalidade [854].

Sabemos, também, que, no ano de 1426, ainda tinha monges, como consta de uma Bula emanada do PP Martinho V ao arcebispo de Braga, solicitando informação sobre a idoneidade de um monge deste mosteiro, Frei Gonçalo Peres, e posterior nomeação para abade do mosteiro de Travanca [855].

Terminamos a referência a este mosteiro com a transcrição de um texto inserto no *Dietário de Rendufe* sobre a trasladação de umas ossadas donde emanavam odores de santidade e que foram transferidas para o mosteiro de Santo André de Rendufe no ano de 1756, e onde se verificaram alguns milagres: «No ano de 1756, sendo D. Abbade Fr. Jeronimo de S. Bento, vierão de Adoufe (…), huns ossos de hua sepultura que era antigamente do Claustro dos relligiozos; e porque da mesma sepultura sahia todas as sestas feiras e festas de S. Bento hum cheiro suave, por isso forão tresladados para hua urna deste Mosteiro que fica para a parte do Evangelho, junto do cruzeiro, com estas letras (….)» [856].

---

[850] Vide mapa de Georg Braun (1594), *noua Bracarae Auguste descriptio*, in biblioteca nacional [Portugal] digital: http://purl.pt/index/geral/aut/PT/17064.html.
[851] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 98.
[852] MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 652.
[853] *MP*, I, 162.
[854] *Benedictina Lusitana*, II, p. 87.
[855] Cf. **ADB**, *Caixa das Bulas*, n.º 4, doc. 82.
[856] Texto gentilmente cedido pelo Dr. Paulo Oliveira, técnico da Direção Regional de Cultura do Norte, que o copiou de um manuscrito entretanto desaparecido, o *Dietário de Rendufe*, que se encontrava no arquivo da paróquia de Santiago de Caldelas, Amares, fl. 11. O investigador amarense, Domingos Maria da Silva, no segundo volume da monografia de Amares, a páginas

O autor do relato refere dois milagres operados por estas ossadas: um de um coxo que, depois de ter dado uma esmola, viu o seu mal curado; o outro milagre respeita a um cego que entrou guiado por uma criança e saiu a ver depois de ter cumprido o ritual de doação de esmola. Curioso é que, segundo o memorialista, foi curado duas vezes, pois da primeira esqueceu-se de fazer a oferta e voltou a cegar [857].

### 4.3.16. S. Bento nas igrejas da cidade

No início deste subcapítulo, fizemos alusão ao facto de, praticamente, todas as igrejas da cidade de Braga terem, pelo menos, uma imagem de S. Bento.

Começamos pela igreja de S. Vicente cujo templo, de acordo com a chamada «inscrição de Remisnuera» que se pode ler numa lápide funerária visigótica existente na sacristia, é considerado o mais antigo com esta invocação [858], já existindo em 1 de maio de 618: «+ HIC REQVIESCIT REMISNUERA/ IN KAL(ENDAS) MAIAS ERA DC QVINQVAGIS(IMA)/ VI DIE SECVNDA FERIA IN PACE AMEN».

À semelhança do que aconteceu na Sé, S. Bento "viu-se" despojado do seu rico altar de talha dourada – onde se encontrava acompanhado por S. Valério, S. Luís e S. Francisco - e remetido para uma peanha numa reentrância existente na parede do lado do Evangelho da nave da igreja. Na verdade, a Irmandade de S. Vicente era considerada muito rica, como, em 1758, nos dá conta o vigário de S. Vítor [859]: «e tem huma grande irmandade e rica, que passa hoje por ter oitenta mil cruzados que admenistra. E a igreja tem três altares e o maior com admirável tribuna e todos ricamente ornados» [860].

No início do século XVIII (1709, 19 de setembro), a Irmandade de S. Vicente encomendou uma imagem de S. Bento para colocar no seu altar [861]. Passados 22 anos (28 de agosto de 1731), é encomendado um retábulo para o altar de S. Bento à semelhança daquele onde se encontrava a imagem de Santo António [862], que seria contratualizado com o enxambrador de Nossa Senhora-a-Branca, Tomé de Araújo, a 4 de setembro do mesmo ano [863]. Como sabemos, as obras de talha eram muito caras assim como o seu douramento. Por isso é que, raramente, eram adjudicadas as duas empreitadas em simultâneo. Era necessário recuperar as finanças da irmandade/confraria. Foi o que aconteceu em S. Vicente cuja Irmandade só, em 1738, é que adjudicou a obra de douramento do retábulo de S. Bento a Manuel Silva e Manuel Queirós pela quantia de 147$500 réis [864].

Atualmente, a imagem de S. Bento, acompanhada pelas imagens de S. Judas Tadeu e de Nossa Senhora do Sameiro, como referimos, encontra-se a meio da nave, do lado esquerdo, numa peanha embutida numa passagem que foi fechada ou no local onde estaria o cofre de guarda das alfaias religiosas e de outras preciosidades da Irmandade.

---

338, escreve o seguinte: «existe também no [arco] cruzeiro um cofre ou arca de madeira, ignorando-se o que ela contém. Dizem conter as relíquias de um santo, ou de pessoa com opinião de santo, que os monges deste convento [Santo André de Rendufe] furtaram aos monges de Adaúfe».

[857] «Contão pessoas fidedignas que caindo hua mina sobre hum homem, ficara este aleijado, e vindo fazer oração aos ditos ossos, fora para casa são e sem as mulletas. Outro homem, cego, fazendo-lhe sua offerta adquirio vista, mas depois perdeo esta esquecendo-se da offerta; veio a esta Igreja repetir-lhe a oração, e, feita esta, disse que via aos circunstantes, e foi para casa sem o guia que era hum menino que o tinha trazido». Cf. *Dietário de Rendufe*, fl. 11.

[858]Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O. c.*, p. 520.

[859] S. Vicente era um arrabalde da freguesia de S. Vítor.

[860] *MP*, I, p. 193.

[861] **Arquivo da Igreja de S. Vicente (Braga)**, *Livro de termos da Irmandade de S. Vicente, n.º 3 (1700-1720)*, pp. 115 v.-116.

[862] **AISV**, *Livro de termos da Irmandade de S. Vicente, n.º 4 (1720-1736)*, p. 234.

[863] **ADB**, *Nota Geral*, 1731, 4 de setembro – "Contrato da obra do retábulo para o altar de S. Bento da igreja de S. Vicente desta cidade". Vol. n.º 635, fls. 173-173 v.

[864] **ADB**, *Nota Geral*, 1738, 25 de outubro – "Contrato da obra de douramento do retábulo do altar de S. Bento da igreja de S. Vicente com Manuel de Queirós e Manuel da Silva desta cidade". Vol. n.º 668, fls. 33 v.-34.

Quanto à igreja de Santa Cruz, uma das mais ricas da cidade no que respeita à talha dourada, nas várias vezes que a visitámos, saíamos sempre com a dúvida: por que razão é que esta igreja não tem uma imagem de S. Bento, estando aqui tão perto da capela de S. Bentinho de Trás do Hospital aonde acorrem milhares de romeiros?

A resposta só a viríamos a encontrar muito mais tarde, quando descobrimos que, afinal, tinha tido uma imagem de S. Bento, mas fora transfigurada em imagem do Sagrado Coração de Jesus. Em 2 de janeiro de 1885, a Mesa da Irmandade do Senhor da Cruz encomendou aos estatuários Domingos José Vieira e a seu filho, João Evangelista de Araújo Vieira, a feitura de várias imagens entre as quais a de S. Bento [865]. Passados sete meses, a Irmandade resolve substituir a imagem de S. Bento pela do Sagrado Coração de Jesus, mas, como já estava concluída, solicitaram ao artífice santeiro que a transfigurasse [866].

A igreja de S. Pedro de Maximinos, apesar de reconstruída nos finais do século XX, conserva, numa peanha, uma imagem setecentista de São Bento com o seu hábito negro, resplendor, báculo e *Regra*. Uma vez mais estamos perante uma situação em que S. Bento foi destituído da sua honra de altar e remetido para a simplicidade de uma peanha. Segundo nos dá conta, nas *Memórias Paroquiais*, o abade Custódio Soares da Silva, em 1758, a igreja tinha, junto do arco cruzeiro, «dous altares: hum da parte da Epistola que nelle estão Sam Bento e Sam Sebastião, que cada hum destes tem sua confradia; e nelle há mais Sam Bernardo e Santo Antonio» [867]. Esta informação é preciosa porque nos ajuda a perceber o passado e o presente do culto a S. Bento nesta paróquia. No início do séc. XVIII, o seu culto era grande e levou à criação de uma confraria em honra do Patriarca S. Bento cujos estatutos foram aprovados por provisão eclesiástica de 15 de junho de 1739 [868].

Como vimos na descrição do abade de Maximinos, S. Bento e S. Sebastião partilhavam o mesmo altar, sinal que as duas confrarias se entendiam na perfeição. Assim, em 1764, resolvem fundir as duas confrarias, para o que solicitam a devida autorização que lhes é concedida no mês de abril do ano referido [869]. Do ponto de vista formal, a união das confrarias só se concretiza através de um contrato de união que vai ter lugar no dia 1 de maio, ou seja, três semanas após terem obtido a autorização devida [870]. Após esta escritura, houve necessidade de elaborar uns estatutos novos que abrangessem os irmãos das duas confrarias e segundo os quais se orientasse a nova confraria. Uma vez redigidos e aprovados pela assembleia dos confrades, foram os mesmos depositados na Corte Arquiepiscopal, a 25 de fevereiro de 1765 [871], a fim de serem analisados e, se achados conformes aos cânones da Igreja e pastorais da arquidiocese, submetidos a aprovação superior, o que veio a acontecer por provisão de 19 de julho do mesmo ano [872]. A história da fusão das confrarias de S. Bento e de S. Sebastião não termina aqui, porquanto, cerca de 50 anos mais tarde e de acordo com o contrato de união celebrado no tabelião geral da cidade de Braga no dia 9 de fevereiro de 1813 [873], se lhes vai juntar uma outra

[865] **Arquivo da Igreja de Santa Cruz (Braga)**, *Livro de termos da Irmandade de Santa Cruz, n.º 2 (1881-1904)*, pp. 32-33.
[866] *Idem*, pp. 57-58 v.
[867] *MP*, I, p. 186.
[868] **ADB**, *Registo Geral*, 1739, 15 de junho – "Registo de provisão de estatutos da confraria do Patriarca São Bento da freguesia de São Pedro de Maximinos". Livro n.º 98, fls. 215 v.-218.
[869] **ADB**, *Registo Geral*, 1764, 10 de abril – "Provisão concedendo licença aos suplicantes da confraria de São Sebastião e São Bento, sitas na igreja de São Pedro de Maximinos, para se unir uma à outra". Livro n. 186, fls. 201-202.
[870] **ADB**, *Nota Geral*, 1764, 1 de maio – "Contrato de união que faz a confraria do Patriarca S. Bento, sita na igreja de S. Pedro de Maximinos, com a confraria de S. Sebastião da mesma freguesia extra-muros desta cidade". Vol. n.º 768, fl. 198.
[871] **ADB**, *Registo Geral*, 1765, 26 de fevereiro – "Registo dos Estatutos da confraria de São Sebastião novamente unida à de São Bento, sita na paroquial igreja de São Pedro de Maximinos, subúrbios desta cidade". Livro n.º 185, fls. 244-245 v.
[872] **ADB**, *Registo Geral*, 1765, 19 de julho – "Estatutos da confraria de São Sebastião novamente unida à de São Bento, sita na paroquial igreja de São Pedro de Maximinos, subúrbios desta cidade de Braga". Livro n.º 185, fls. 389-389 v.
[873] **ADB,** *Nota Geral*, 1813, 9 de fevereiro – "União da confradia de Sam Sebastião e S. Bento instituída na Parochial Igreja da freg.ª de Sam Pedro de Maximinos do arrabalde desta Cidade à confradia do Menino Deos sita na mesma Igreja que fazem o Juiz e mais da Mesa delas". Vol. n.º 907, fl. 86.

confraria, também existente em 1758 e com o respetivo altar, a confraria do Menino Deus: «E da parte do Evangelho tem outro altar que nele está o Minino Deos e tem este huma confradia intitulada do Minino Deos, que hé mais antiga que a irmandade da Santa Mizericordia desta cidade de Braga» [874].

A confraria do Menino Deus aparece-nos, em 1940, integrada na Irmandade do Menino Deus e Nossa Senhora do Rosário [875].

Podemos falar de outras igrejas da cidade com imagens de S. Bento, como a igreja de S. João Marcos, paredes meias com a capelinha de S. Bento de Trás do Hospital e as duas pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Braga; da igreja de Nossa Senhora do Carmo, com um altar dedicado a S. Bento, mas cuja escultura foi presenteada com uma mitra na cabeça. Como esta imagem, quando foi encomendada, não era mitrada, ficou ajustada ao camarim. Agora, com o aumento da altura por causa da mitra, já não cabe. No museu desta igreja, uma imagem-relicário de S. Bento com barbas, meio corpo, com o resplendor apeado, báculo cuja crossa parece ter inspirado o autor da escultura de D. João Peculiar, colocada no largo de S. Paulo, em frente ao nicho de Nossa Senhora da Torre e que acabou retirada e substituída pela do arcebispo bracarense D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Esta imagem-relicário tem, na base, a inscrição seguinte: «S. Bento, esplendor do estado monástico».

Também as igrejas de S. Lázaro, S. Vítor, Pópulo e Senhora-a-Branca têm imagens de S. Bento nos seus altares, mas encerramos esta matéria com uma referência a mais duas igrejas: a igreja barroca dos Congregados, obra de André Soares, e a igreja de S. Francisco. A primeira, que pertenceu ao convento dos Congregados exibe, logo à entrada, do lado esquerdo, o altar de S. Bento, um trabalho em estilo barroco do mestre entalhador Luís Manuel da Silva, filho e colega de profissão de um outro mestre, Jacinto da Silva [876]; a segunda, mais conhecida como igreja dos Terceiros e onde o barroco também está presente, também cultuava S. Bento, como se depreende de uma resolução da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco que, em 6 de março de 1733, resolve promover uma festividade em honra de S. Bento e de S. João de Deus, de modo a que as pessoas as possam venerar de uma forma mais intensa [877].

### 4.4. CABECEIRAS DE BASTO

#### 4.4.1. S. Bento de Refojos

O mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto é um dos monumentos que integra a candidatura a Património Cultural da Humanidade assinada, em Cabeceiras de Basto, no dia 8 de junho de 2017, entre a Direção Regional de Cultura do Norte e os municípios de Amares, Braga, Cabeceiras de Basto, Felgueiras, Porto e Santo Tirso, concelhos onde se encontram, respetivamente, os mosteiros beneditinos seguintes: Santa Maria de Bouro, S. Martinho de Tibães, S. Miguel de Refojos de Basto, Santa Maria de Pombeiro, S. Bento da Vitória e S. Bento. No dia 6 de junho de 2019, durante a cerimónia de abertura do IV Seminário Internacional *Ora et Labora*, também na vila de Cabeceiras de Basto, foi assinado o protocolo de adesão de um sétimo município, Penafiel, onde se situa o mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa. Além da mais-valia cultural deste projeto, é mais uma prova insofismável da marca deixada pelo Pai e Padroeiro da Europa e seus seguidores nesta região.

A data da fundação do mosteiro de Refojos não é consensual. Frei Leão de S. Tomás diz-nos que não é possível apurá-la com rigor porque, «como o Cartorio se queimou duas vezes,

[874] *MP*, I, p. 187.
[875] **ADB,** *Governo Civil*, código de referência: PT/SGMAI/GCBRG/H-A/001/000149.
[876] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2016): *Estudos sobre André Soares, o rococó e o tardobarroco no Minho e no norte de Portugal*, vol. 1. Vila Verde: edição do autor, p. 56.
[877] **Arquivo da Igreja de S. Francisco (Braga)**, *Livro de termos da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, n.º 6*, 1773, 6 de março, pp. 32-33.

não ha nelle Escritura, ꝙ nos dê noticia de sua primeira fundação». Acrescenta, todavia, que, pelas inscrições encontradas em lápides tumulares, é possível comprovar a sua existência no final do século VII: «o Mosteyro de Refoyos estava fundado pellos annos de seiscentos & setenta, & pellos de setecentos e hũ, pois já por aquelles tempos tinha defuntos enterrados em sua Igreja, & hum delles Frey Pelagio Prior do mesmo Mosteyro» [878].

Frei Geraldo Coelho Dias (OSB), conhecido especialista na história da Ordem de S. Bento, refere que este mosteiro, «nas suas origens (…), remonta, por certo, a um centro monástico pré-beneditino, de monaquismo autóctone mais ou menos regido pela regra de S. Frutuoso de Braga com antecedentes no séc. VI-VII, se é que não assenta mesmo em raízes no movimento eremítico da Alta Idade Média. (…) Toda esta região, aliás, está envolvida pelo movimento monástico, que gira à volta de S. Rosendo e de Santa Senhorinha de Basto (…)» [879].

Craesbeeck, por sua vez, afirma ser anterior a 1071, data da carta de doação do couto por D. Afonso Henriques, infante: «O couto de S. Miguel de Refoios fica dentro do concelho de Cabeceiras de Basto (…) foi este couto dado e feito ao mosteiro de Relligiosos do Patriarcha S. Bento (cito no dito concelho, intitulado de S. Miguel de Refoios) por o Infante D. Affonço Henriques, a 26 de Outubro da era de 1109, que são anos de Cristo de 1071, sendo então abbade do dito mosteiro, D. Bento Mendes» [880].

Segundo ARAÚJO e SILVA, este mosteiro foi fundado «provavelmente no fim do século XI, mas cuja primeira referência segura data de 1131. É possível, porém, que lhe digam respeito outras alusões a um mosteiro de S. Miguel datadas de 1090 (*Liber Fidei*, 376)» [881].

Esta confusão de datas foi esclarecida pelo professor Mário Barroca na sua comunicação durante o IV Seminário Internacional já referido, afirmando que a Carta de Couto foi concedida, em 1131, por D. Afonso Henriques a D. Gueda Mendes, patrono do mosteiro de Refojos, da família dos Guedões, apoiantes da causa do primeiro Rei de Portugal contra a sua mãe [882].

Em 1152, D. Gueda Mendes ofereceu ao mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto um magnífico cálice (17,3 cm de altura e cerca de 700 gramas de peso) feito em prata dourada, cuja feitura é atribuída a Pedro Ourives, de Braga, e já referido em vários documentos entre os anos de 1103 e 1140. Atualmente, esta joia de ourivesaria encontra-se no Museu Machado de Castro, em Coimbra.

A sua área de influência estendia-se, praticamente, por todo o concelho, cujos párocos eram de apresentação do Dom Abade do mosteiro de Refojos, como é o caso de S. Pedro de Alvite, Arco de Baúlhe, Pedraça e Vila Nune (mais tarde passaram para o colégio de S. Jerónimo de Coimbra), Outeiro (mais tarde, colégios de S. Bento e de S. Jerónimo, Coimbra), Refojos de Basto e Rio Douro.

O mosteiro de Refojos de Basto, depois das vicissitudes por que passou após a extinção das ordens religiosas e de aí ter funcionado, durante muitos anos, um colégio, encontra-se reabilitado, albergando os serviços do Município. Na bela igreja oitocentista, matriz da vila, além de várias imagens de S. Bento, nomeadamente de vulto na igreja, na sacristia e no "museu", podemo-nos deliciar com a magnífica talha dourada em estilo barroco do retábulo-

[878] Cf. *Benedictina Lusitana*, I, p. 494.
[879] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2009): *O Mosteiro de São Miguel de Refojos – Joia do Barroco em Terras de Basto*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal, p. 27.
[880] *MR*, II, p. 257.
[881] *O. c.*, p. 100.
[882] BARROCA, Mário (2019): «Ainda o cálice de D. Gueda Mendes. O doardor e a obra», **in** *IV Seminário Internacional Ora et Labora. Refojos de Basto: Natureza e meio natural na vida, linguagens e imaginário da vida monástica*, realizado em Cabeceiras de Basto, nos dias 6 e 7 de junho de 2019.

mor, além de um interessante espólio musealizado de inspiração beneditina na antiga sacristia [883].

Outras marcas beneditinas se impõem. No espaço envolvente do mosteiro, temos a fonte de S. Bento que abastecia parte do mosteiro e hoje conhecida como «capela de S. Bento» ou «oratório de S. Bento»; o edifício do antigo Tibunal do Couto, conhecida «Casa do Barão de Basto», de Júlio Fernandes Basto, onde ainda se vê, numa das esquinas, o brasão de armas da Congregação de S. Bento; e uma tela executada pelo Pe. Manuel Correia de Sousa, em 1703 [884], representando S. Bento a lançar o pão envenenado ao corvo, que se encontra no salão nobre do Município.

### 4.4.2. Santa Senhorinha

O culto a Santa Senhorinha, na freguesia de Cabeceiras de Basto, está umbilicalmente ligado ao culto a S. Gervásio, seu irmão, e a Santa Godinha, sua tia, os quais se encontram sepultados na sua igreja. Santa Senhorinha terá vivido entre 924 e 982, aceitando os historiadores a sua morte a 22 de abril, com 58 anos de idade [885]. Quanto à sua origem, relaciona-se com o «rei visigodo Egica (687-701), governador de Coimbra, casado com D. Aldonça, ascendência comum que aparentaria S. Rosendo e Santa Senhorinha» [886]. O seu pai foi o conde Avulfo, Senhor de Vieira e Basto e «avô de Gomes Eicaz (ou Echigues ou Echigaz), considerado na memorialística beneditina "fundador" do mosteiro de Pombeiro» [887]. Esta afirmação remete-nos para a tese de vida ligada à Ordem de S. Bento como se encontra narrada nas *Memórias Paroquiais* [888]. Santa Senhorinha terá nascido na atual paróquia de Mosteiro, concelho de Vieira do Minho, onde iniciou a sua vida monacal, deslocando-se, posteriormente, para a região de Basto onde fundou o seu convento.

As afirmações sobre o perfilhar a *Regra de SB* têm de ser vistas com a reserva que temos referido, visto a introdução da *Ordem de S. Bento* no território da arquidiocese de Braga só ter ocorrido no final do século XI, o que não invalida que a *Regra* fosse conhecida em muitos dos denominados mosteiros autóctones.

O local onde se encontra edificado o mosteiro, Santa Senhorinha de Basto, correspondia, até ao século XII, à paróquia de S. Jorge de Basto. Como muitas outras situações, a fundação do mosteiro baseia-se numa lenda, segundo a qual Santa Senhorinha e as suas irmãs em Cristo andavam pela região de Basto à procura de um lugar onde pudessem fundar um mosteiro. Pararam para rezar, mas, devido ao barulho provocado pelas rãs de um charco próximo, não o conseguiam fazer. Então, Santa Senhorinha ordenou-lhes que se calassem para a comunidade de religiosas poderem orar. Tendo-se feito imediatamente silêncio, fundaram o mosteiro nesse local.

A lenda de Santa Senhorinha mais conhecida nas terras de Basto e do Barroso – onde o mosteiro possuía a igreja anexa de Salto – está relacionada com a ponte sobre o rio Rabagão denominada Misarela. Segundo a tradição oral, esta ponte foi construída pelo demónio a pedido de um fugitivo que, vendo a sua fuga interrompida pela escarpa do rio e com as autoridades no seu encalço, resolveu implorar ajuda, fosse divina ou demoníaca, pelo que exclamou:

«- Valha-me Deus ou o Diabo!»

---

[883] No espaço expositivo da «Casa do Tempo», situada junto ao ribeiro que a liga ao mosteiro, um painel informa o visitante que «o mosteiro de S. Miguel de Refojos é classificado como "A Joia do Barroco Português em Terras de Basto". Único Mosteiro Beneditino em Portugal com zimbório».

[884] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2009): *O. c.*, p. 157.

[885] Cf. *PMH I*, *Scriptores*, de Alexandre Herculano, p. 50.

[886] TAVARES, Pedro Vilas Boas (2017): «Prefácio», **in** BAETA, Sandra (2017): *Santa Senhorinha de Basto – memória hagiográfica, culto, espaços sacros, …* Cabeceiras de Basto: Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Senhorinha de Basto, p. 9.

[887] *Ibidem.*

[888] *MP*, I, p. 221.

Logo lhe apareceu o Diabo que, a troco da sua alma, construiu uma ponte para ele atravessar o rio.

Não nos alongamos na estória - até porque o fugitivo se arrependeu -, dizemos, apenas, que era por esta ponte que Santa Senhorinha e o irmão S. Gervásio passavam a caminho de Celanova onde o primo S. Rosendo tinha fundado um mosteiro.

Durante séculos, foi prática corrente pernoitarem debaixo desta ponte os casais cuja mulher estivesse de esperanças de obter a graça de levar a gravidez até ao fim. Ao passar do primeiro viandante, pediam-lhe que colhesse uma púcara de água na corrente e a deitasse na barriga da mulher ao mesmo tempo que dizia: «Eu te batizo, criatura de Deus, / pelo poder de Deus e da Virgem Maria, / se fores rapaz, serás Gervaz; se fores menina, serás Senhorinha», rezando, de seguida, um Pai-Nosso e uma Avé-Maria [889].

Normalmente, quando a gravidez vingava, a pessoa que tinha participado no ritual assumia o papel de padrinho / madrinha [890].

O mosteiro de Santa Senhorinha sempre beneficiou da proteção real traduzida em doações e rendas, a começar pela atribuição da carta de doação de couto feita por D. Sancho I, em 20 de maio de 1200, em cumprimento de uma promessa devido à recuperação do príncipe D. Afonso, como narra D. António Monteiro, autor da monografia sobre Santa Senhorinha: «Reinava D. Sancho I em Portugal. Seu filho e herdeiro, o príncipe D. Afonso, adoecera de tal sorte que era iminente o perigo de morte. Em sua aflição, lembrou-se o Rei de invocar a protecção da gloriosa virgem Senhorinha (…). A intercessão de Santa Senhorinha debelou o perigo de morte do Príncipe. Então o Rei cumpre gostosamente o seu voto» [891].

Decorrente dos vários diplomas régios, em 1758, a paróquia de Santa Senhorinha ainda mantinha quatro igrejas anexas cujos párocos apresentava: Salto (Montalegre), Painzela, Ourilhe e Pedraído (Montelongo / Fafe).

Também o monarca D. Pedro se revelou um devoto de Santa Senhorinha. Um dia que vinha da paróquia de Salto na companhia de D. Inês de Castro, instituiu o legado de uma missa diária que, em 1824, ainda era paga: «Recebe mais o mesmo parocho, alem do pé de altar, 20 moedas de ouro anualmente pelo legado d' hũa missa diária instituida por El-Rei D. Pedro, dito o Cru, quando vindo da freg.ª de Salto passou por S.ta Senhorinha com D. Ignez de Castro» [892]. O visitador das paróquias da região de Basto, depois de afirmar que Santa Senhorinha era uma «Abadia», ironize com a situação, uma vez que o *benefício* é «só em nome, porque os dizimos desta freg.ª são recebidos por D. Luiz Gonsalves Pereira da Câmara Coutinho, rezid.e em Lisboa, que apresenta este Beneficio, e paga ao parocho como côngrua 3 carros de milho, 60 almudes de vinho, hum de azeite e 50$000 rs. em dinheiro». Esta situação faz-nos lembrar o que, durante séculos, aconteceu a muitos mosteiros por causa dos comendatários.

Atualmente, esta igreja continua a ser objeto de peregrinação por muitos devotos de Santa Senhorinha e restantes santos aqui sepultados e referidos no início deste texto. Em relação a S. Bento, conserva uma imagem de tamanho médio na capela de S. Francisco.

### 4.4.3. S. Bento de Arosa, Cavez

Na Terra de Basto, são vários os locais que atestam o culto a S. Bento, não só na sede do concelho, onde se situa o referido mosteiro de S. Miguel de Refojos, mas também em lugares

[889] Esta crença é a razão pela qual, nas terras de Basto e do Barroso, os nomes mais usados eram os de *Senhorinha* e de *Gervásio*.
[890] Cf. BAETA, Sandra (2017): *Santa Senhorinha de Basto – memória hagiográfica, culto, espaços sacros, …* Cabeceiras de Basto: Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Senhorinha de Basto, p. 127.
[891] MONTEIRO, D. António de Castro Xavier (1982): *Santa Senhorinha de Basto*. Cabeceiras de Basto: Comissão Fabriqueira de Basto (Santa Senhorinha), p. 30.
Vide, também, BAETA, Sandra (2017): *O. c.*
[892] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1824, "Informações de visita – Basto 1.ª parte". Livro n.º 743, fls. 26 v. e 27.

mais distantes como a freguesia de Cavez, concretamente no lugar de Arosa. Aí existiu, até 1834, uma casa de religiosos beneditinos, como se confirma pela provisão de licença concedida pelo arcebispo de Braga, em maio de 1748, aos moradores do lugar para a colocação de um confessionário na denominada «casa dos religiosos de S. Bento»: «Dizem os moradores do lugar de Eiroza, freguesia de São João de Cabez, desta comarca e arcebispado de Braga Primaz, que no seu lugar ha huma capella de Religiosos do Glorioso Patriarcha São Bento a cuja administração são os mesmos obrigados por a elle pertencer os dízimos do ditto lugar (…) [893].

Parte dos rendimentos da freguesia de Cavez andavam repartidos entre dois mosteiros beneditinos: Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras) e S. Martinho de Tibães (Braga). Por informação contida nas *Memórias Paroquiais*, ficamos a saber que os frutos da freguesia pertenciam ao mosteiro de Tibães, além da fábrica de três capelas, e que o pároco era vigário *ad nutum* da «aprezentação do padre Dom abbade de Sancta Maria de Pombeiro da Hordem de São Bento», a quem pertenciam três das seis capelas existentes na paróquia: «tem esta freguezia seis capellas, a saber: a capella de São Gregório sitta no lugar de Villa Franca; a capella de São Mamede sitta no lugar de Aroza; a capella de Sancta Maria Magdallena sitta no lugar de Muimenta. Estas três são do padre Dom abbade de Pombeiro e a fabrica dellas pertence à congregação de São Bento de Tibais de quem são os fructos desta freguezia» [894].

Justifica-se, assim, o culto a S. Bento nesta freguesia. Não conseguimos, apesar de duas deslocações a Cavez, descobrir onde se situava a capela de S. Bento, embora existam vestígios de construções em tudo semelhantes às monásticas.

### 4.5. CELORICO DE BASTO

#### 4.5.1. S. Bento de Arnoia, mosteiro de S. João Batista

Seguindo por terras de Basto, verificámos que a presença beneditina continua a fazer-se sentir. No concelho de Celorico de Basto, temos de começar por falar do mosteiro de S. João Batista de Arnoia do Ermo, locativo que se justifica por ter sido construído num sítio isolado, fundado, segundo fama, por Dom Munio Muniz, filho de Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques, cujo sarcófago se encontra no claustro do mosteiro, como tivemos oportunidade de observar na visita que realizámos no dia 8 de setembro de 2017.

Craesbeeck, em 1726, nas *Memórias Ressuscitadas*, diz que a igreja era das mais antigas da região e que o mosteiro pertencia à Ordem de S. Bento: «A igreja de São João de Arnoia he das mais antiguas desta villa de Basto. Era intitulada antiguamente de São João Baptista do Ermo, em rezão de estar em hum despovoado, meia legoa decendo do castello desta villa para a parte do Nacente. He do mosteiro dos relligiosos do Patriarcha S. Bento» [895].

Avelino da Costa cita J. Mattoso para quem o mosteiro terá sido fundado antes de 1076 e corrobora esta tese com base num documento, datado de 13 de julho de 1091, que refere «(…) uma amplíssima e rica doação de bens que lhe [ao mosteiro de S. João Batista de Arnoia] fez Rodrigo Pais, que deve ter sido um dos fundadores ou patronos do mosteiro, porque lhe chama *seu: "Damus ad ipso cisterio nostro [jam prenominato (?) i] lla nostra tercia"* (…). Rodrigo Pais deve ter contribuído para a fundação e dote do mosteiro de Arnoia antes de 1076 e, ao aproximar-se a morte, em 1091, legou-lhe os importantes bens que possuía» [896].

No último quartel do século XIV, também neste mosteiro a *Regra de S. Bento* não era devidamente respeitada, como nos esclarece o professor José Marques, chegando ao ponto de serem «declarados incursos na excomunhão antes cominada», na sequência dos capítulos

[893] **ADB,** *Registo Geral*, 1748, 28 de maio – "Registo de provisão a favor dos moradores do lugar de Eirosa, freguesia de São João de Cavez, para na casa dos religiosos de São Bento, colocarem um confessionário". Livro n.º 120, fls. 158-160.
[894] *MP*, I, p. 223.
[895] *MR*, I, p. 336.
[896] COSTA, Avelino de Jesus da Costa (1997): *O. c.*, pp. 122-123.

exarados pelo visitador que lhes ordenou "«*que soubessem sua Regla de cor*» e, pretendendo restaurar aspectos importantes da vida comunitária, mandou que as refeições fossem tomadas no refeitório e pernoitassem em dormitório *sem celas*» [897].

Estas ameaças não terão surtido grandes efeitos nos costumes desta comunidade monástica, visto que, em 1427, Frei João Rodrigues, prior claustral, denuncia o comportamento do abade, D. Luís Martins, junto do papa Martinho V, acusando-o não só de delapidar o património e rendas do mosteiro, mas também de blasfemar contra Deus e possuir, de forma pública e escandalosa, «uma concubina dentro da clausura» e de ter admitido como monge um filho [898].

Antes de ser reformado no ano de 1569, este mosteiro foi governado por abades comendatários entre os séculos XV e XVI, altura em que a Congregação de S. Bento de Portugal assumiu a sua posse, passando a ser dirigido por abades trienais.

Após a extinção do mosteiro, aí foi criada e instalada a Santa Casa da Misericórdia de S. Bento de Arnoia, tendo sido adaptado para hospital. Na atualidade, pertence à Santa Casa da Misericórdia que aqui desenvolve várias valências na área social.

O culto a S. Bento continua bem presente, não só através de uma imagem no altar-mor, do lado da Epístola, tal como em 1758, «tem quatro altares: o altar-mor com uma imagem do Príncipe dos Patriarcas no lado da epístola, outra na parte do evangelho do Sagrado Precursor e no meio um retábulo do Batista» [899], mas de outras mais: peanha a meio da nave, pintura no teto da igreja representando a morte de S. Bento que expira de pé, e num pequeno nicho, logo à entrada, na sala que dá acesso ao antigo claustro.

### 4.5.2. S. Bento de Canedo, Santa Maria

Como temos visto e comentado, outras marcas do culto a S. Bento são as dezenas de capelas espalhadas pelo Minho. Em Celorico de Basto, identificámos quatro: duas particulares e duas públicas.

A primeira, uma capela particular, situa-se na freguesia de Santa Maria de Canedo, uma paróquia cujo vigário, *ad nutum removível*, era apresentado pelo «abbade de Pombeiro da Ordem de S. Bento» [900]. Encontra-se numa quinta cujo portal granítico, altivo, com as suas curvas e contracurvas, pináculos e recortes esquinados que nos fazem lembrar uma construção barroca, e que, infelizmente, se encontra em ruínas, a começar pela capela de S. Bento que está com o telhado caído e com a parede do lado nascente, por trás do altar-mor, demolida.

Os vizinhos informaram-nos que pertence a uma família do Arco de Baúlhe, mas que vive em Braga. Perguntamos se sabiam se o S. Bento era milagroso. Referíamo-nos, obviamente, à imagem que tinha existido nesta capela. Em resposta, o senhor, ex-emigrante no Canadá, contou-nos o seu milagre. Como tinha muitas verrugas, fez uma promessa ao S. Bento da Porta Aberta de lhe dar 5.000$00 (25€) se ficasse curado. Entretanto, ficou sem muitos cravos, à exceção de um. Lembrando-se que ainda não tinha pago e que ainda faltava desaparecer um, foi pagar a promessa e, em vez de 5.000$00, deu o dobro 10.000$00 (50€), o que lhe valeu ficar totalmente curado.

Sobre esta capela, a única fonte documental encontrada foi uma provisão, datada de 15 de março de 1782, para a colocação de um confessionário, o que pressupõe uma data anterior de construção. Como em muitas outras situações, esta quinta era pertença de um clérigo, o reverendo Francisco Mesquita Álvares Ferreira [901].

---

[897] MARQUES, José (1988): O. c., p. 643.
[898] *Idem*, p. 675.
[899] *MP*, I, p. 233.
[900] *Idem*, p. 240.
[901] **ADB**, *Registo Geral*, 1782, 15 de março – "Provisão para colocação de um confessionário na capela de São Bento, da quinta do padre Francisco Mesquita Álvares Ferreira, da freguesia de Santa Maria de Canedo". Livro n.º 208, fl. 85.

Aquando de uma das nossas visitas, em junho de 2017, pudemos observar, entre os destroços, o confessionário autorizado por provisão de 15 de março de 1782 e onde são visíveis a porta e o banco onde o confessor se sentava.

### 4.5.3. S. Bento de Samil, S. Salvador de Fervença

A freguesia de S. Salvador de Fervença situa-se entre dois núcleos de irradiação beneditina: os mosteiros de Arnoia (Celorico) e de Pombeiro (Felgueiras). Existe, nesta paróquia e no lugar de Samil, uma capela em honra de S. Bento que, embora particular e pequena, era objeto de romagem até há muito pouco tempo, tendo os administradores cimentado o terreno que a envolve para facilitar as romarias de joelhos. Embora seja anterior a 1758, o reitor, Tomás de Brito, não a refere quando elaborou a *memória* relativa à sua paróquia, talvez por ser particular.

Em 1755, o licenciado Luís Machado da Silveira, residente no lugar de Samil, tendo-se tornado o administrador da capela por morte do seu pai, de quem herdou o padroado, solicita autorização à arquidiocese de Barga para poder colocar um confessionário na capela para que os vizinhos aí se pudessem confessar, uma vez que o lugar está situado distante da matriz e os caminhos eram muito maus, cujo pedido lhe é deferido a 12 de agosto desse mesmo ano [902].

Atualmente, a imagem setecentista de S. Bento foi retirada da capela com receio de que a roubassem, tendo em conta o seu valor e uma vez que a segurança é relativa por a capela se situar num local isolado. A imagem é muito bonita, com cerca de um metro de altura, à qual falta o báculo, com a *Regra* e a mitra aos pés. O que mais prendeu a nossa atenção foi a mitra barroca com umas cores vivas e contrastantes, que jamais tínhamos visto, o azul marinho e o vermelho vivo sobre um fundo branco, revelando influências do estilo moçárabe.

### 4.5.4. S. Bento de Quintela, S. Bartolomeu de Rego

O culto a S. Bento na paróquia de S. Bartolomeu de Rego explica-se pela influência dos monges do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. A própria igreja tem, no altar-mor, a imagem de S. Bartolomeu, orago principal, do lado do Evangelho, e a de S. Bento do lado da Epístola, tal como se se tratasse da igreja de um mosteiro beneditino. Como lemos nas *Memórias Paroquiais*, o pároco era apresentado pelo Dom Abade do mosteiro de Pombeiro a quem pertenciam as três capelas edificadas na freguesia, sendo que a de S. Bento se situava no lugar de Quintela [903].

A capela de S. Bento de Quintela situa-se num lugar um pouco distante da igreja paroquial e numa rua que recebeu o nome do santo, como é vulgar. Trata-se de um edifício pequeno e de arquitetura tradicional, causando alguma surpresa a data que se encontra por cima da verga da porta de entrada, 2000, mas temos de reparar que este ano é antecedido por um «R», ou seja, reedificada no ano de 2000. Na verdade, da construção antiga, resta a fachada, os pináculos, a cruz e a base que a sustenta. O interior denota essa modernidade, com o teto ovalizado revestido a madeira e as paredes com o azulejo até meia altura. No altar-mor, ladeiam Cristo crucificado uma setecentista imagem de S. Bento com resplendor e uma mitra clássica ornada aos pés, do lado do Evangelho, e duas imagens de Nossa Senhora, a mais antiga, a Senhora com o Menino, na peanha, e uma imagem maior de Nossa Senhora de Fátima, denunciando o seu culto tardio.

### 4.5.5. S. Bento de Soutelo, Ribas

O lugar de Soutelo, na freguesia de S. Salvador de Ribas – o que atesta a antiguidade da paróquia - é o mais isolado e mais elevado da freguesia, sendo o seu acesso bastante

[902] **ADB**, *Registo Geral*, 1755, 12 de agosto – "Registo de provisão a favor do licenciado, do lugar de Samil, freguesia do Salvador de Fervença, termo da vila de Basto, padroeiro da capela de São Bento, por falecimento de seu pai, para colocar um confessionário na dita capela". Livro n.º 135, fls. 196-196 v.
[903] *MP*, I, p. 248.

complicado. Embora não tenhámos localizado no ADB a provisão de licença para a fundação da capela em honra de S. Bento que aqui existe, não temos dúvida que se trata de um culto muito antigo e que terá sido construída para aqui poderem ser ministrados os sacramentos às pessoas do lugar, sobretudo as mais velhas, pela dificuldade em se deslocarem à matriz.

Esta paróquia, dado ser um local ermo, reunia todas as condições para a vida eremítica, o que terá acontecido de acordo com o relato do padre António Carvalho da Costa em 1706: «Foy mosteiro que teve sua primeira fundação em huma Ermida do Salvador do mundo, na qual residia hum Ermitão; & andando visitando aquella Comarca o Arcebispo de Braga Dom João Peculiar, & tendo noticia dos muitos milagres (…), edificou naquella Ermida huma Igreja, & Mosteiro em honra, & louvor do mesmo Senhor» [904].

A capela de S. Bento de Soutelo já vem citada nas *Memórias Paroquiais*, o que confirma a sua vetustez: «tem esta parochia sete capellas. (…) A sexta hé de Sam Bento no lugar de Soutello, a setima hé de Santa Barbara sita em huma portella despovoada de vizinhos. Esta hé fabrica da freguesia, a de Sam Martinho, Santo António, Sam Bento são da fabrica da Comenda» [905].

Infelizmente, quando, em setembro de 2017, procurámos visitar esta capela, depois de ultrapassadas as dificuldades com a sua localização, tivemos o azar de a fechadura da porta se encontrar encravada com uma chave partida, o que inviabilizou o conhecimento do seu interior e a iconografia presente.

Voltámos um ano mais tarde e encontrámos a pequenina capela muito asseada, recuperada há poucos anos e com telhado novo. O seu interior simples e bem cuidado, além de um altar granítico, tem uma imagem de S. Bento de tamanho médio, bastante antiga, com *Regra* e báculo na mão esquerda, enquanto a direita abençoa. Uma mitra ornada mas desproporcionada para o seu tamanho destoa numa escultura que não foi feita para usar mitra e que, pela sua antiguidade, não tem o corvo aos pés.

A seus pés, alguns ex-votos de cera testemunham as graças concedidas por intermédio do santo. Na verdade, os moradores bem precisam da sua proteção, pois a casa de dois pisos em granito junto à capela que fotografámos em 2017 foi destruída nesse mesmo ano pela derrocada de um muro sem causar qualquer dano à capelinha de S. Bento.

## 4.6. ESPOSENDE

### 4.6.1. S. Bento de Criaz, Apúlia

Deixamos o interior leste do distrito de Braga, a região de Basto, e passamos para a orla costeira, mais concretamente para o concelho de Esposende, onde, além da agricultura, temos, como atividade ancestral, a exploração de recursos marítimos como o peixe e o sal, tão importantes na economia e na sobrevivência das populações. Por isso, sempre foi tão importante a proteção divina, quer na preservação dos recursos, quer como escudo protetor contra os males ruins: tempestades, doença, fome, peste, guerra, etc.

Por aqui passavam (e continuam a passar) os peregrinos a caminho de Santiago de Compostela que percorriam o *Caminho da Costa* e que, a partir de S. Pedro de Rates, seguiam em direção à Barca do Lago, onde atravessavam o Cávado, prosseguindo o seu caminho para norte. Curiosamente, em 1758, este lago, onde existe a capela de Nossa Senhora do Lago - cuja imagem terá sido retirada das águas - chamava-se **Lago de S. Bento**, talvez por metonímia do milagre da foice que caiu ao lago: «e no altar colleteral da parte do Norte a imagem sobredita

[904] *Corografia Portugueza*, I, pp. 145-146.
[905] *MP*, I, p. 250.

aparecida no Lago de S. Bento e Santo Ovídeo de antes pintado, a pouco tempo se puzeram em vulto de madeira» [906].

Terras dotadas de recursos importantes que não escaparam à sua integração em doações feitas pelos primeiros monarcas da nacionalidade a mosteiros beneditinos que, aqui, implementaram o culto a S. Bento. Ao mosteiro de São Romão de Neiva [907], pertencia-lhe apresentar o vigário da paróquia de S. Paio de Antas: «O paroco hé vigario que apresenta o padre Dom abbade de São Romão de Neiva. Tem dez mil réis de côngrua e hé a renda certa que o tem»; o de S. Salvador (ou de S. Bento) de Várzea [908], como escreve o cónego Avelino de Jesus da Costa, possuía parte da paróquia de S. Miguel de Apúlia: «Esta freguesia [Apúlia], que chegara a pertencer toda à Sé de Braga (*integra*, diz o Censual) passou, em 1099, a pertencer também ao rei e ao mosteiro da Várzea»; o Dom Abade do mosteiro de S. Salvador de Palme apresentava os párocos de Forjães e de S. Bartolomeu do Mar: «o parocho desta freguezia [Santa Marinha de Forjães] hé vigario que apresenta o Dom abbade do mosteiro de Sam Bento de Palme» [909]; e «o parocho [de S. Bartolomeu do Mar] hé vigario da appresentação do abbade bendictino do Mosteiro de Palme» [910]. Na freguesia de Estela, contígua à Apúlia, o mosteiro de S. Martinho de Tibães possuía o couto de Vila Mendo e Santa Maria da Estela, que lhe tinha sido doado por D. Afonso Henriques, em 1140, naquele que é considerado o primeiro documento em que se assume como Rei de Portugal: «Facio kartam cauti de Villa Menendi et de Sancta Maria de Estella (Stella)» [911].

Em território esposendense, temos, na atualidade, duas ermidas em honra de S. Bento, uma no lugar de Criaz, freguesia de Apúlia, e outra no lugar de Pinhote da freguesia de Marinhas. A primeira tem a sua história escrita por dois eminentes investigadores: Franquelim Neiva Soares [912] e Manuel Penteado Neiva [913], ambos naturais do concelho de Esposende.

Penteado Neiva diz-nos não se saber ao certo qual a data da fundação da capela de S. Bento de Apúlia, avançando com as datas de 1635 e 1655. Refere, em seguida, a existência de um registo do reitor da igreja de Apúlia, datado de 1640, com o título seguinte: *Esmolas que se prometeram para a festa de S. Bento*. Permitimo-nos discordar do ilustre historiador porquanto, a nosso ver, uma coisa é cultuar S. Bento com a realização de uma festa, outra é a existência de uma capela em honra de S. Bento. Pela leitura do documento, *Título de uma ermida de invocação de São Bento, sita no couto de Apulia, no lugar de Criaz* [914], ficámos a saber que foi construída devido a uma revelação e a expensas dos moradores no ano de 1656, tese já apresentada por Teotónio da Fonseca em 1936: «*A Capela de S. Bento*, no mesmo logar de Criaz, foi fundada em 1656 por alguns dos seus moradores, que se obrigaram, por escritura de 13 de fevereiro de 1656, a pagar certa pensão de milho» [915].

Não obstante, em 1742 e 1760, os visitadores chamarem a atenção dos moradores para as condições em que a capela se encontrava aquando das visitas, sem paramentos, envolta em vegetação e a ameaçar ruína [916], tal não vem referido nas *Memórias Paroquiais*: «Tem esta

[906] *Idem*, p. 267.
[907] Cf. *MP*, I, p. 255,
[908] COSTA, Avelino de Jesus da Costa (2000): *O. c.*, p. 15.
[909] *MP*, I, p. 264.
[910] *Idem*, p. 269.
[911] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da Costa (2000), p. 11.
[912] Cf. SOARES, Franquelim Neiva (1986): «As Capelas de Apúlia: II - A Capela de S. Bento», **in** *Nascer de Novo*, Ano 7, n.º 78.
[913] Cf. NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000): *Apúlia na História e na Tradição*. Apúlia: Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia.
[914] **ADB**, *Registo Geral*, 1656, 23 de maio – "Título de uma ermida de invocação de São Bento, sita no couto de Apulia, no lugar de Criaz". Livro n.º 16, fls. 7-9.
[915] FONSECA, Teotónio da (1936): *Espozende e o seu Concelho*. Barcelos: Editora do Minho, p. 65.
[916] Cf. NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000): *O. c.*, p. 86.

freguezia huma capella de Sam Bento no lugar de Criás e tem três altares, o de Sam Bento e outro de Sam José, outro de Santa Quitéria. E no dia de Sam Bento concorre à romagem as freguezias circunvizinhas no dia sosmente (sic)» [917].

A capela, cumprindo as ordens do visitador, foi recuperada e, em 1772, surge o reverendo Manuel José de Azevedo, de Fonte Boa, a solicitar autorização para a colocação de um confessionário [918]. Em 1845, era administrada pelos moradores que a mantinham em bom estado de conservação e com os paramentos necessários para nela se poder celebrar [919]. Este investigador refere, ainda, que o altar de Santa Escolástica, que substituiu o de S. José referido nas *Memórias Paroquiais*, foi construído por Joaquim Vilas Boas Ribeiro Vellozo de Miranda, no ano de 1870, e o de Santa Quitéria foi mandado fazer pelo pai de Manuel António Hipólito [920]. Este facto justifica, quanto a nós, que, na transição do século XIX para o XX, esta capela se veja envolvida numa polémica, que durará vários anos, sobre a quem pertence. Enquanto a Junta de Paróquia reclama para si a capela e respetivo cruzeiro, o prior, Bernardino dos Santos Portela, coloca-se ao lado dos particulares – familiares dos benfeitores dos altares de Santa Escolástica e de Santa Quitéria -, Manuel António de Sá Hipólito e mulher, Ana Carolina de Villas Boas Ribeiro Velloso de Miranda, conforme exposição remetida ao Governador Civil do distrito de Braga em 13 de junho de 1898: «A maioria desta Junta não tem deixado de abordar em todas as sessões a questão da capela paroquial de S. Bento, com o intuito de a ceder a Manuel António de Sá Hipólito, autor duma ação de posse da mesma capela em que é ré a Junta de Paróquia e outros» [921].

A Junta de Paróquia, reunida a 17 de janeiro de 1909, ao proceder ao inventário dos haveres da Paróquia, afirma que «têm de ser excluídas a capela de S. Bento, as alfaias e demais pertenças da mesma capela, por não pertencerem à paróquia e pertencerem, sim, à casa de Manuel António de Sá Hipólito e mulher, ficando assim retificada esta ata». O presidente votou vencido por considerar «prejudicial aos interesses da Paróquia» e que deviam aguardar pela sentença do Tribunal Judicial da comarca onde decorria uma ação de posse da mesma capela [922].

Não conhecemos o desfecho da sentença, mas deve ter sido favorável ao particular que contava com o apoio do prior. Segundo o monografista Teotónio da Fonseca, foi comprada pelo Pe. Adelino Ferreira da Costa em 1919: «Esta capela é hoje particular e pertence ao snr. P.$^{e}$ Adelino Ferreira da Costa, capelão do Amparo, que a comprou em 1919» [923].

A lápide colocada no frontão remete-nos para a realização de melhoramentos significativos no ano de 1928.

Atualmente, a capela é pública e encontra-se bem cuidada, tendo sido objeto de vários melhoramentos, nomeadamente a área envolvente.

### 4.6.2. S. Bento de Pinhote, Marinhas

A capela de S. Bento de Pinhote situa-se no lugar que lhe empresta o nome, na freguesia de S. Miguel de Marinhas, cujo topónimo advém da exploração de sal que aí existia há mais de mil anos, como as marés vivas dos últimos anos puseram a descoberto [924].

---

[917] *MP*, I, 257.

[918] **ADB**, *Registo Geral*, 1772, 14 de março – "Registo de provisão a favor do Padre Manuel José Azevedo, da freguesia de Fonte Boa, para se colocar um confessionário na capela de São Bento do Couto de Apúlia". Livro n.º 152, fls. 75 v.-76.

[919] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Caderno que contém esclarecimentos a respeito das próquias – Barcelos". Livro n.º 740, fl. 14.

[920] *Idem*, p. 87.

[921] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Juntas de Paróquia, doc. n.º 1040.

[922] NEIVA, Manuel Albino Penteado (2000): *O. c.*, p. 87.

[923] FONSECA, Teotónio da (1936): *O. c.*, pp. 66-67.

[924] Cf. ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (2005): «A exploração de sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média», **in** *I Seminário Internacional sobre o sal português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, p. 154: «A norte do Rio Cávado poderíamos apontar uma mão cheia de sítios de época

O professor Brochado de Almeida fala-nos do facto de a maior parte dos mosteiros do Minho, maioritariamente beneditinos, possuírem terrenos (casais) na freguesia de S. Miguel de Marinhas, ao contrário do que acontecia, por exemplo, com a freguesia vizinha de Belinho, onde pontificava, apenas, o mosteiro de São Romão de Neiva: «a presença de tantos mosteiros – Palme, Vilar de Frades, Banho, São Martinho de Crasto, Carvoeiro, Manhente, Tibães, São Romão de Neiva, São Bento da Várzea, Santa Maria de Bouro, Rendufe – (…), não se explica, somente pela contribuição em cereais e legumes. Algo mais teria de haver e isso seria o sal, sobretudo para os mosteiros cuja localização era bem distante do mar» [925]. A extração do sal na costa norte, como refere o professor citado, prolongou-se por vários séculos, sendo várias as entidades beneficiárias dessa exploração além dos mosteiros beneditinos: «Ao longo dos quatro séculos de apogeu do salgado nortenho foi notória a presença das instituições religiosas, fossem elas os conventos, os cabidos, as respectivas sés ou a igreja local» [926].

Com esta presença massiça de monges negros da Ordem de S. Bento, não é de admirar que, segundo Carvalho da Costa, na freguesia vizinha de S. Bartolomeu do Mar, tenha existido um mosteiro da Ordem de S. Bento, cujo culto ainda se faz sentir através da presença de um andor com a sua imagem, que participa na procissão da grande romaria em honra do padroeiro [927].

O jornal *Diário do Minho*, no seu suplemento cultural de 4 de abril de 2008 sobre o *Património*, refere, a propósito dos fundadores desta capela, Pascoal Gomes de Aguiar e sua esposa, Brígida Maria Pimentel, naturais da vila de Barcelos, o seguinte: «É de realçar que este casal era proprietário da Quinta do Seminário da Silva, em Barcelos, onde também mandou construir uma capela dedicada a S. Bento». A mesma fonte refere, ainda, que «as formalidades da escritura e outras para a obtenção da licença do Arcebispo bracarense decorreram desde, pelo menos, 12 de outubro de 1728 até janeiro de 1735» [928].

Esta informação merece-nos algumas reservas. Desde logo a denominação da quinta que se chamava «da Silva» e não do «Seminário», uma vez que este só se veio a instalar na «Quinta da Silva» no século XX. Certamente queria dizer «proprietário do terreno onde, atualmente, está instalado o Seminário da Silva». Quanto a terem sido eles os fundadores da capela da Silva, é totalmente descabido de fundamento, desde logo pelo anacronismo. Como vimos, a capela de S. Bento da Silva foi construída por volta de 1694 e foi seu instituidor o Pe. Manuel de Carvalho d'Eça. Efetivamente, o ADB contém documentação que nos permite historiar, com precisão, a construção da Capela de S. Bento de Pinhote na freguesia de Marinhas [929]. Assim, em 15 de janeiro de 1735, o seu instituidor, Pascoal Gomes de Aguiar, regista, na Mitra Arquiepiscopal, uma escritura de dotação de bens patrimoniais para garantir o funcionamento de uma capela que queria edificar na quinta que possuía na freguesia de S. Miguel de Marinhas [930]. No dia 21 do referido mês e ano, obtém, da Cúria Arquiepiscpal, **licença** «para edificar uma capela da invocação de São Bento, na sua quinta, sita no lugar de Pinhote, freguesia de São Miguel das Marinhas» [931].

---

romana interessados na economia do salgado produzido na costa que, nem sempre, ficava tão próxima como os casos anteriores, por força dos terrenos húmidos e das lagoas que havia junto da costa nas freguesias de Marinhas, Mar e Belinho».

[925] *Idem*, p. 160.

[926] *Ibidem.*

[927] Cf. *Corografia Portugueza*, I, p. 305.

[928] Cf. «Diário do Minho», 4 de abril de 2008 (Suplemento Património).

[929] Teotónio da Fonseca, na já citada monografia sobre o concelho de Esposende, embora não citando a fonte, data a sua fundação do século XVII: «*Capela de São Bento*, no logar dos Pinhotes, construída no século XVII: é particular e pertence á Ex.ma Snr.a D. Amélia Ribeiro Lima da Costa Azevedo (Barrosa)». Cf. FONSECA, Teotónio da (1936): *O. c.*, p. 247.

[930] **ADB**, *Registo Geral*, 1735, 15 de janeiro – "Registo de provisão para a fábrica da capela de São Bento que quer erigir na freguesia de São Miguel das Marinhas, Pascoal Gomes de Aguiar, de Barcelos, na sua quinta da dita freguesia de Marinhas". Livro n.º 157, fls. 79-82 v.

[931] **ADB**, *Registo Geral*, 1735, 21 de janeiro – "Registo de provisão de licença para edificar uma capela da invocação de São Bento, na sua quinta, sita no lugar de Pinhote, freguesia de São Miguel das Marinhas, a favor de Pascoal Gomes de Aguiar". Livro n.º 157, fls. 113-114.

A capela foi dada por concluída no primeiro semestre de 1736, tendo a autorização para a sua bênção sido concedida em véspera da festa da Trasladação das Relíquias de S. Bento, dia 11 de julho, muito provavelmente para que fosse benzida nesse dia. A autorização requerida por Pascoal Gomes de Aguiar foi deferida com a indicação de que seria o pároco da freguesia a proceder à sua bênção [932].

Inaugurada a capela, o pároco, a pedido dos moradores – alguns já idosos - do lugar de Pinhote, afastado da igreja paroquial, requer licença à Arquidiocese para colocar um confessionário na capela de S. Bento e, assim, evitar deslocações difíceis aos residentes. A licença é concedida no dia 11 de fevereiro de 1738, dia a seguir à festividade de Santa Escolástica, irmã gémea de S. Bento [933].

Três anos mais tarde, em 1741, como o visitador recomendasse a execução de alguns melhoramentos, o administrador, Pascoal Gomes de Aguiar, requer o embargo do capítulo da visitação obtendo uma derrogação do prazo por mais três meses [934].

Nos anos seguintes, vamos assistir a novas chamadas de atenção por parte do visitador, nomeadamente em 1797, ou porque a capela precisava de obras, ou porque nem sequer tinha os paramentos necessários, como relata o visitador em 1845: «Está segura, mas indecente para nella se poder celebrar. Não tem os paramentos alguns. Sua fabrica é por conta de Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro da freguesia de S.ta Maria de Vermoim, concelho de Villa Nova de Famalicão» [935].

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a capela foi mudando de administrador: Pascoal Gomes de Aguiar, Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro e Amélia Ribeiro Ribeiro Lima, até que, no final do século passado, foi assumida como capela pública, tendo sofrido várias obras, nomeadamente, de ampliação, arranjo do espaço envolvente e colocação de uma Imagem de S. Bento no exterior, tendo sido inaugurada no dia 24 de dezembro de 2000, Ano Jubilar, pelo Pe. Avelino Filipe.

Como noutros locais de culto a S. Bento, também a este acorriam grupos de romeiros a pagar as suas promessas, ritual que, como já afirmámos, se encontra em decrescendo, mas que ainda se realizava em 2008 [936].

## 4.7. FAFE

### 4.7.1. S. Bento de Pedraído

No concelho de Fafe, embora não abundem as capelas dedicadas a S. Bento, a verdade é que a influência dos beneditinos está bem patente neste território de montanha. Desde logo, é aqui que se encontra uma das duas igrejas do Minho que tem S. Bento como orago principal. Falamos, obviamente, de S. Bento de Pedraído que, no ano de 2017, comemorou o tricentenário da construção da igreja matriz - cuja fonte documental é a data de 1717 que se encontra inscrita na verga da porta do lado da Epístola (sul) - e que foi objeto de uma profunda e bem conseguida

[932] **ADB**, *Registo Geral*, 1736, 6 de julho – "Registo de licença para se benzer uma capela a favor de Pascoal de Guimarães de Aguiar, da vila de Barcelos, para o reverendo pároco lhe benzer uma capela com a invocação de São Bento, sita na freguesia de São Miguel das Marinhas". Livro n.º 102, fls. 230 v.-232.

[933] **ADB**, *Registo Geral*, 1738, 11 de fevereiro – "Registo de provisão de licença para ter um confessionário numa capela com a invocação de São Bento, sita no lugar de Pinhote, a favor do reverendo vigário de S. Miguel das Marinhas, termo de Esposende". Livro n.º 92, fls. 475 v.-476 v.

[934] **ADB**, *Registo Geral*, 1741, 12 de agosto – "Registo de prorroga para embargos de uns capítulos de visita deixados na capela do patriarca São Bento, sita na freguesia de São Miguel das Marinhas, a favor de Pascoal Gomes de Aguiar, da vila de Barcelos, administrador da dita capela". Livro n.º 118, fls. 398-399.

[935] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845– "Caderno que contém esclarecimentos a respeito das próquias – Barcelos". Livro n.º 740, fl. 81.

[936] Cf. «Diário do Minho», 4 de abril de 2008 (Suplemento **Património**).

recuperação, tendo contado com a colaboração do famoso arquiteto e escultor norueguês Asbjørn Andresen [937].

As obras de recuperação da igreja decorreram durante o ano de 2017 e incluíram não só o edifício, mas também o seu interior, com destaque para o retábulo-mor e altares colaterais. A inauguração das obras de restauro realizou-se no dia 17 de dezembro de 2017, tendo a cerimónia sido presidida pelo arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, que, na sua homília, não poupou elogios à comunidade paroquial pelo esforço financeiro realizado, afirmando que «esta foi a melhor forma da paróquia de Pedraído ter celebrado o tricentenário do seu templo» [938].

A razão do culto a S. Bento nesta paróquia, uma aldeia rural situada numa encosta montanhosa e a uma altitude significativa, foi algo que sempre nos intrigou. A primeira hipótese foi que, à semelhança de muitos outros locais de culto a S. Bento, este território tivesse constituído um couto ou casal do mosteiro beneditino de S. Miguel de Refojos de Basto, dada a proximidade entre as duas localidades e situando-se um de cada lado da serra.

Consultada a *Corografia Portugueza*, ficámos a saber que a freguesia se encontrava dividida: uma parte pertencia ao Couto de Pedraído, não do mosteiro de Refojos de Basto - cuja igreja é dedicada a S. Miguel -, mas do mosteiro feminino de S. João de Arouca da Ordem de S. Bernardo [939], ao passo que a igreja matriz era «Vigairaria anexa do Mosteiro de Santa Senhorinha de Basto», como lemos nas *Memórias Paroquiais*: «o parocho é vigario, aprezentado pelo abbade de Santa Senhorinha de Basto e tem de congrua 60.000 réis» [940]. Andou, pois, anexa à paróquia de Santa Senhorinha de Basto (924-982), Santa que pertenceu à Ordem de S. Bento, assim como a tia que a educou, a Irmã Godina, também santa.

Ao longo dos tempos, o couto de Pedraído foi mudando de mãos [941] e a sua igreja sofrendo alterações, sendo, como vimos, em 1717, construído o templo atual. Como se depreende da leitura da obra de Craesbeeck (1726), a região, bastante inóspita, era pobre e a igreja não tinha nada digno de registo, além de uma referência ao culto a S. Bento considerado «santo muito milagroso: He vigairaria datta [sic] do abbade de Santa Senhorinha de Basto e seo vigario o Padre Adriano Peixoto, não tem sacrario, nem campas com letreiros, nem cousa digna de memoria; mas que seo orago, sancto muito milagrozo, e que se festeja com grande devoção» [942].

A simplicidade do povo e os parcos recursos justificam que, só em 28 de maio de 1783, é que os moradores vissem satisfeito o seu desejo de terem, na sua igreja, o Sagrado Viático.

No século XVIII, havia muitas igrejas que não tinham, em permanência, o Santíssimo Sacramento (SS). O processo de obtenção deste privilégio era complicado, pois a arquidiocese era muito exigente nos requisitos para deferimento desta pretensão, obrigando, necessariamente, à assunção de várias despesas por parte dos paroquianos, como constatámos na documentação relativa a S. Bento de Pedraído. A autorização foi concedida em razão da distância a que esta igreja se situava da mais próxima já com o Santíssimo, das acessibilidades

[937] Vide: http://www.snpcultura.org/sapatos_de_domingo_em_pedraido.html, (acedido a 8-2-2018).
[938] Cf. «Diário do Minho», 18-12-2017.
[939] *Corografia Portugueza*, I, p. 158: «Saõ senhoras deste Couto as Freyras de Arouca da Ordem de S. Bernardo: tem Juiz ordinario do Civel, & Crime, hum Vereador, & Procurador do Concelho feito por eleição do povo, & pelouro de tres em tres annos, hum Escrivaõ, que serve em tudo, data delRey; o Juiz tambem o he dos Orfaõs; & appella-se daqui para o Porto: nem toda a Freguesia he Couto - Tem huma Igreja Parochial da invocaçaõ de S. Bento, Vigairaria annexa do Mosteiro de Santa Senhorinha de Basto, que renderá quarẽta mil reis, & para o Morgado daTaypa setenta mil reis, tem sessenta vizinhos».
[940] *MP*, I, p. 291.
[941] Em 1726, pertencia ao mosteiro feminino de Santa Maria de Arouca, da Ordem de Cister, depois de ter sido de freiras beneditinas no século XII, como refere Craesbeeck: «He este couto das freiras de Arouca. Tem seo juis ordinário, civel e crime (que nos órfãos he o do concelho de Montelongo), 1 vereador e 1 procurador, feitos por eleição trienal, a que preside o corregedor desta comarca, que confirma as justiças; casa da camara e hum carvalho que serve de pelourinho: tudo muito pobre», **in** *Memórias Ressuscitadas*, II, título XXVII, cap. 2.º, p. 238.
[942] *MR*, II, p. 238.

difíceis, «que as igrejas que têm sacrário lhe ficam em distância mais de légoa com ásperos montes e rios». Em primeiro lugar, tiveram de dotar a igreja de uma tribuna nova com sacrário, um «tabernáculo fechado com chave e forrado por dentro de seda branca decente»; em seguida, assumiram o compromisso de sustentar as lâmpadas – era necessário azeite para a lâmpada que ardia em permanência e que assinalava a presença do SS - e de adquirir as alfaias litúrgicas necessárias, tais como: turíbulo, naveta, capa de asperges, vaso e tudo o mais necessário [943].

A vida nestas freguesias de montanha não era fácil, a população era reduzida e, por vezes, insuficiente para o exercício de cargos paroquiais. Em 1891, os moradores da freguesia de S. Vicente de Felgueiras, vizinha de S. Bento de Pedraído, requerem ao Rei a sua anexação a esta última, com a qual mantinham «estreitas relações de antiga afinidade», e por não terem «cidadãos elegiveis, e sem incompatibilidades, em número dobrado dos que são necessarios para os cargos parochiaes». Esta pretensão seria concedida por portaria do ministério dos Negócios do Reino de 13 de novembro de 1891 [944].

Em 1895, já depois de extintas as ordens religiosos, a freguesia de S. Bento de Pedraído andava anexa à de Gontim, tendo um grupo de moradores pedido à Cúria Bracarense que lhe concedesse pároco privativo: «Atendendo ao que em seu requerimento Nos representaram alguns paroquianos de S. Bento de Pedraído, anexa à de Gontim, do Distrito Eclesiástico de Fafe, pedindo-Nos lhes concedemos pároco privativo para o que garantem por documento autêntico a quantia de 200.000 reis» [945].

A confirmar a influência beneditina desde há longa data nesta região, citamos Frei Leão de S. Tomás que, no capítulo em que se refere aos mosteiros beneditinos reduzidos a igrejas seculares, fala da existência de um mosteiro da Ordem de S. Bento no extinto concelho de Montelongo que fazia fronteira com Pedraído: «O mosteyro de *S. Gens*, posto em Monte Longo duas legoas, & meya de Guimaraẽs, pera a parte do nascente» [946].

### 4.7.2. S. Bento de Calvelos, Santa Eulália de Fafe

A freguesia de Santa Eulália de Fafe, elevada à categoria de vila no ano de 1840, «foi curato da apresentação do Convento de Santa Marinha de Guimarães» e, depois de ter sido cabeça do extinto concelho de Montelongo, é, agora, sede do município de Fafe [947].

Pesquisada a toponímia fafense, logo nos apercebemos da presença de S. Bento no perímetro urbano da vila de Fafe. Consultadas as *Memórias Paroquiais*, encontrámos a referência seguinte: «Tem esta freguesia a capela de S. José (…) e a de S. Bento no lugar de Calvelos com administradores particulares» [948].

A documentação sobre esta ermida é, praticamente, inexistente, nomeadamente no ADB.

Na deslocação a Fafe, tivemos alguma dificuldade com a sua localização dado situar-se numa quinta rural de acessibilidade complicada. A capela encontra-se recuperada, mas o facto de os proprietários não estarem presentes impossibilitou a obtenção de pormenores sobre a sua origem, passado, existência de imagem de S. Bento e sua iconografia.

### 4.7.3. S. Tiago e S. Bento em Cepães

A história da paróquia remonta aos primórdios da nacionalidade, tendo sido constituída por uma *Honra*, a Honra de Cepães, pertença do Conde de Unhão, como escreve Carvalho da Costa:

[943] **ADB**, *Registo Geral*, 28 de maio de 1783 – "Colocação de sacrário na igreja de S. Bento de Pedraído, a favor os moradores da dita freguesia». Livro n.º 225, fls. 25 v.-27 v.
[944] Cf. «Diário do Governo», 13 de novembro de 1891, Ministério dos Negócios do Reino, 2.ª Repartição.
[945] **AAB**, *Decretos e Provisões*, 23 de setembro de 1895.
[946] Cf. *Benedictina Lusitana*, II, p. 406.
[947] Cf. http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1002691 (acedido a 8-2-2018).
[948] *MP*, I, p. 284.

«Deraõ o Padroado desta Igreja ao Convento de Pombeiro os Infantes Affonso Sanches, & sua mulher Dona Tareja em 6 de Outubro de 1318, por nelle estar sepultado seu sogro, & pay Dom Joaõ Affonso de Albuquerque & Menezes, Conde de Barcellos, & Mordomo mór delRey Dom Diniz. Tem hum Juiz, que faz o povo, & hum Escrivaõ, que serve em tudo, data do Conde de Unhaõ, senhor desta Honra» [949].

Quanto à existência de uma capela em honra de S. Bento, foi uma surpresa quando vimos, na imprensa regional, a notícia da inauguração de uma capela de invocação de Santiago e de S. Bento no interior do cemitério da freguesia de S. Mamede de Cibões. Efetivamente, ao longo dos três anos de pesquisa, nunca encontrámos qualquer documentação relativa a uma ermida da invocação de S. Bento nesta freguesia.

Esta informação aguçou a nossa curiosidade e quisemos saber o que se tinha passado. Consultadas as *Memórias Paroquiais*, percebemos que, pelo menos, desde de meados do século XVIII, existe uma capela de invocação a Santiago nesta freguesia. Como em muitos outros casos, o orago deu nome ao lugar, como podemos concluir da informação dada pelo vigário Manuel de Sousa Rangel, em 1758, «huma de Sam Thiago na borda do monte ao pé do lugar de Sam Thiago desta freguesia» [950]. Nesta época, tanto esta como a outra capela existente na paróquia, em honra de Nossa Senhora de Guadalupe, eram objeto de romaria por parte da gente de fora.

O reverendo Manuel de Sousa Rangel acrescenta: «E a de Sam Thiago hé de ornar do padre Dom Abbade e mais religiosos do convento de Pombeiro da ordem de Sam Bento e sobre estas tem havido duvidas» [951]. Esta informação, à primeira vista inócua, ajuda-nos a compreender dois aspetos: o culto a S. Bento nesta freguesia e as polémicas entre os moradores e o mosteiro de Pombeiro.

No Arquivo Distrital de Braga, encontrámos duas provisões do Arcebispado, a favor do mosteiro de Pombeiro, relativas ao pedido de embargo de um capítulo de visitação em que ordenara ao Dom Abade que procedesse à reconstrução da capela de Santiago [952].

Como a vontade para resolver o problema por parte do mosteiro não era muita, o processo foi-se arrastando no foro judicial. Após a sentença, desfavorável ao mosteiro, como este não tinha procedido à reedificação da capela dentro do prazo estipulado, houve necessidade de voltar a pedir nova prorrogação do mesmo [953], pedido que seria deferido a 10 de setembro de 1758.

Entretanto, e tendo como fonte o trabalho de José Martins Lopes, a capela terá passado para a alçada do mosteiro de Tibães, uma vez que, num registo guardado no fundo beneditino deste mosteiro, está escrito: "Pintou-se hum frontal na capella de Santiago, posce hũa toalha com sua renda no altar da igreja, e puzeram-se duas tocheiras de pau, e hũa cadeira torneada para na capella-mor presidir o páraco" [954].

A capela passou a ser bastante frequentada, mesmo por pessoas naturais de outras terras, mas que optaram por residir na freguesia de S. Mamede de Cepães e, provavelmente, com alguma influência. Assim, em 16 de setembro de 1801, é concedida autorização para a

[949] *Corografia Portugueza*, I, p. 157.
[950] *MP*, I, p. 281.
[951] *Ibidem.*
[952] **ADB**, *Registo Geral*, 1757, 11 de maio – "Registo de provisão de prorroga de embargos a capitulo de visita deixados na capela de Santiago na freguesia de S. Mamede de Cepães por mais dois meses a favor do D. Abade do mosteiro de Pombeiro". Livro n.º 134, fls. 593 v.-594.
[953] **ADB**, *Registo Geral*, 1758, 28 de setembro – "Registo de Provisão de prorroga de embargos a capítulo de visita deixados na capela de Santiago na freguesia de S. Mamede de Cepães por tempo de dois meses a favor do D. Abade do mosteiro de Pombeiro". Livro n.º 115, fls. 246 v.-247 v.
[954] LOPES, José Emídio Martins (2015): *Capela de Santiago e S. Bento no Silêncio das Nosssas Memórias*. Fafe: Junta de Freguesia de Cepães e Fareja e Paróquia de S. Mamede de Cepães, p. 9.

colocação de um confessionário na capela de Santiago que se situava nos limites da freguesia, o que dificultava a deslocação dos moradores à igreja paroquial [955].

Dada a influência dos frades beneditinos, quer do mosteiro de Pombeiro que detinha o padroado da igreja e outras possessões, quer de Tibães, é natural que, ao longo dos tempos, a imagem de S. Bento, existente na capela de Santiago, fosse ganhando uma importância semelhante à de Santiago, orago principal. Por isso, não nos espanta que esta capela tenha chegado ao século XX como «Capela de Santiago e de S. Bento».

Com a proibição de enterramento dentro das igrejas, o cemitério desta freguesia foi construído no terreno do adro da capela, o que a transformou em capela mortuária. Com o passar dos anos, foi construída uma nova, mas inestética, capela que levou ao abandono da antiga. Entretanto, fez-se uma nova capela, inaugurada em 26 de julho de 2015, situada no interior do campo santo, ostentando, no altar-mor e do lado da Epístola, uma imagem de vulto de S. Bento com os atributos tradicionais.

Outras marcas existem da presença beneditina no concelho de Fafe, mas de somenos relevância, como um quadro de S. Bento na igreja matriz de Santa Marinha de Ardegão já referido nas *Memórias Paroquiais*: «na capella-mor está Santa Marinha, no altar maior e no meio, no lado direito está huma pintura de Sam Bento e no esquerdo huma pintura de Sam Caetano» [956]. Esta situação faz todo o sentido se tivermos em conta que o abade da paróquia era de apresentação do mosteiro de Pombeiro: «o parroquo desta freguezia hé cura anual aprezentado pello Dom Abade do Rial Mosteiro de Santa Maria Alta de Pombeiro que hé dos monges do Patriarca Sam Bento» [957]. Refira-se que este é o primeiro documento em que o mosteiro de Pombeiro aparece designado como de «Santa Maria Alta», em vez de «Santa Maria».

### 4.8. GUIMARÃES

Como em todo o Minho, Guimarães não foge à regra no que concerne à influência de S. Bento. Segundo o mapa de João Silvério Carpinetti, «a cidade de Guimarães teve princípio de hum Mosteiro de São Bento pelos anos de 927» [958]. Tratava-se de um mosteiro duplex mandado fundar pela condessa de Mumadona como encontrámos na obra de Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza*, cap. II: «Tanto que Mumadona teve licença para dar principio ao seu Mosteiro, o fundou à honra, & louvor do Salvador do mundo, & da Virgem Santa Maria sua Mãy, & dos Apostolos (…), foy a sua fundação de Religiosos, & Freiras de S. Bento, cuja regra guardavão com grande observância, tendo as oficinas, & recolhimentos separados, mas huma só Igreja, & hum abbade, que governava tudo: nella morreo a sua fundadora, que o deixou dotado de muitas rendas» [959].

No testamento, em que, além dos bens já referidos, faz doação «de suas vilas ao Mosteiro de Guimarães», Mumadona revela a sua devoção pela figura de S. Bento, uma vez que, entre os livros eclesiásticos doados, se encontra um exemplar da «Regra de S. Bento»: «Em 959, Mumadona doou ao seu mosteiro de Guimarães um códice com as Regras de S. Bento, de Santo Isidoro e de S. Frutuoso» [960].

Acresce, ainda, recordar a existência, pelo menos desde a fundação da Nacionalidade, do topónimo «Monte de S. Bento», em Vizela, como refere o cónego Avelino de Jesus Costa:

---

[955] **ADB**, *Registo Geral*, 1801, 16 de setembro – "Provisão a favor de Ana Joaquina de Seabra, natural da cidade do Porto e residente em S. Mamede de Cepães para a colocação de um confessionário na capela de S. Tiago de Sepaens". Livro n.º 193, fl. 185.
[956] *MP*, I. p. 276.
[957] *Ibidem.*
[958] CARPINETTI, Joao Silverio (1762): *Mappas das Provincias de Portugal*. Lisboa: Impressor Francisco Manuel, p. 3 v.
[959] *Corografia Portugueza*. I, p. 5.
[960] COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O. c.*, p. 360.

«subtus monte de Sancto Benedicto, discurrente flumen Avizela» [961]. Podemos, assim, dizer que a fundação de Portugal contou com a bênção de S. Bento [962].

A este topónimo se referem os vigários de Abação, Caldas de Vizela (S. Miguel) e Urgeses nas *Memórias Paroquiais*, como veremos adiante.

Também a *Corografia Portugueza* nos remete para o papel dos beneditinos enquanto capelães da igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira: «& da Senhora da Oliveira temos a tradiçaõ dos antigos Beneficiados desta Igreja, os Monges de S. Bento, primeiros Cappellaens da Senhora, noticias justificadas, & Archivos antigos» [963].

Segundo o inquérito paroquial realizado no arciprestado de Guimarães no ano de 1845, existiam, neste território, 5 capelas com a invocação de S. Bento: «Caldelas (S. Miguel), Cima de Selho (S. Cristóvão), Guimarães (Oliveira), Oleiros e Tagilde» [964].

Além das capelas que iremos apresentar de seguida, apontamos, desde já, a existência, nas muralhas medievais da cidade de Guimarães, junto da porta de Sta. Luzia, da torre da Senhora da Graça também conhecida por «Torre de S. Bento» [965].

No contexto das marcas beneditinas no concelho de Guimarães, não podemos deixar de referir a freguesia de S. Martinho de Sande onde existiu um mosteiro da Ordem de S. Bento, como encontramos nas *Memórias Paroquiais*: «Consta ser antigamente mosteiro de conegos de Santo Agostinho que fundou na milhor openião o ilustríssimo Senhor Sam Profuturo Arcebispo Primaz de Braga no anno de 392 e depois passou a ordem Benedictina e o extinguiu o ilustríssimo Senhor Dom Fernando da Guerra, Primaz da mesma Diocese» [966].

O historiador José Marques inclui esta extinção na «agonia dos seculares mosteiros beneditinos» ocorrida durante os séculos XIV e XV, tempos em que uma parte ficou sem monges, como aconteceu com este: «se consumou a extinção da vida comunitária e o mosteiro ficou vago de direito e de facto» [967]. Assim, Dom Fernando da Guerra reduziu-o a «igreja secular paroquial», em 9 de janeiro de 1444 [968], 7 anos após ter manifestado a sua preocupação pelo facto de não dispor de rendas suficientes e de lhe ter anexado a igreja de S. Clemente de Sande para minimizar a penúria: «visto como he pobre e defraudado das rendas que ja em ell ouve em outro tempo» [969].

### 4.8.1. S. Bento de Cardido, Selho S. Cristóvão

João Vasconcelos, na sua obra sobre os santuários de Portugal, diz-nos que a capela de S. Bento de Cardido é «propriedade da Casa de Cardido, cujos donos organizam os festejos e entregam o saldo à paróquia. No início da década de 1980, os proprietários mandaram restaurar o templo. Durante essa intervenção, foram retirados o alpendre e o púlpito exterior» [970]. Como o autor não se refere à história desta ermida, fomos em busca das suas origens, o que não foi uma tarefa fácil. Efetivamente, apesar da antiguidade da ermida, não está referida nas *Memórias Paroquiais* cujo texto é o seguinte: «Tem duas capelas, uma de Santo António situada no lugar de Cardido e outra de S. Domingos no ribeiro de Baixo, e pertencem ser fabricadas a de Santo

[961] COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 475.
[962] **In** *Atas do Congresso de S. Bento* (2016), p. 130.
[963] *Corografia Portugueza*, I, p. 24.
[964] SOARES, A. Franquelim Sampaio Neiva (1981): «O Arciprestado de Guimarães no Inquérito de 1845», **in** *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III. Guimarães, p. 49.
[965] CALDAS, Pe. António José Ferreira (1996): «Muros e Torres da Vila», **in** *Guimarães: Apontamentos para sua História*, 2.ª ed. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/ Sociedade Martins Sarmento, parte II, pp. 428 e 429.
[966] *MP*, I, p. 361.
[967] MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 661.
[968] *Ibidem.*
[969] *Idem*, p. 662.
[970] VASCONCELOS, João (1996): *Romarias I. Um Inventário dos Santuários de Portugal*. Lisboa: OLHAPIM, p. 85.

António, pelo Dr. António de Sousa Silveira, juiz dos crimes da cidade do Porto» [971]. Habituados a que algumas capelas tenham mudado de orago, procurámos saber se, em 1758, havia alguma capela no lugar de Cardido da freguesia de S. Cristóvão de Selho. Começámos, então, a *desenrolar o fio à meada* ao constatar a existência de uma capela em honra de Santo António que viria a transformar-se, ao longo dos tempos, na capela de S. Bento de Cardido, com uma razoável festa anual.

A invocação inicial de Santo António compreende-se, não só por ser este o nome próprio do seu instituidor, o Dr. António de Sousa Silveira (juiz das comarcas de Guimarães, Porto, Aveiro e Viseu, e provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga no ano de 1764[972]), mas também deve estar relacionada com a instalação, em Guimarães, do convento de Santo António dos Capuchos a convite do prior da Colegiada, D. Diogo Lobo da Silveira, provável familiar do instituidor [973].

No ADB, localizámos o documento *Reg.to de papeis da fabrica da capella q̄ de novo quer eregir o L.do Antonio de Sousa da Silveira, da villa de guimaranis na sua quinta que he na freg.a de Sam Christovão de Sima de Selho tr.o da mesma villa*, com o teor seguinte: «Dis o lecenciado Antonio de Sousa da Silveira (…) que elle he senhor e possuhidor de hua quinta de Cardido cita em a freg.ª de Sam Christovão de Sima de Selho, termo da mesma villa (…)» [974]. Para concretizar o seu desejo, teve de satisfazer todas as condições exigidas pela Arquidiocese, nomeadamente, a escritura de dotação de património. Só então lhe é concedida a licença de construção, sendo alertado que, após a capela se encontrar provida de tudo o que era necessário para nela se poder celebrar missa, deveria requerer licença para bênção da mesma.

Cem anos mais tarde, em 1845, a capela encontrava-se «decente», embora já não se celebrasse na mesma há algum tempo, como nos dá conta o visitador das paróquias do arciprestado de Guimarães: «Há nesta freg.ª tres capelas, a saber, a 1.ª no lugar de Cardido, seo orago he S. Bento, seo fabriqueiro são os hirdeirros de Joze Maria dos Pombais, ora residentes em Braga. Nesta, apezar de estar decente, não se tem celebrado a 30 annos» [975].

Na atualidade, a capela continua particular, mas encontra-se cuidada e dispõe de um largo em frente ao portão da quinta onde se integra, sendo a imagem de S. Bento objeto de culto quase diário, aumentando aos fins de semana. Em 2017, ainda se celebrava a festa da Trasladação das Relíquias de S. Benro a 11 de julho.

### 4.8.2. S. Bento de Abação, S. Tomé, e S. Bento de Guardizela, Santa Maria

Nas freguesias de S. Tomé de Abação e de Santa Maria de Guardizela, existiam, em 1758, capelas de invocação a S. Bento. No primeiro caso, situava-se num conjunto pétreo formado por vários penedos: «Por trás das casas da residência (…) estão formadas algumas capelas na *forma* de uma Tebaida (…) outra de S. Bento metida entre dois grandes penedos, cobrindo-a

[971] *MP*, I, p. 370.

[972] Arquivo da Misericórdia de Guimarães, Livro de Notas n.º 53 (1763-1769), fls. 43-45.

[973] Cf. http://www.scmguimaraes.com/conventosac.php: «Chegados a Guimarães em 1662, logo no ano seguinte os Capuchos iniciaram a construção do Convento de Santo António, no exterior das muralhas, tendo a primeira pedra sido lançada pelo Prior da Colegiada, D. Diogo Lobo da Silveira, antigo Provedor da Misericórdia.»

D. Diogo Lobo da Silveira foi o responsável pela construção de um nicho na parede da nave do lado de Epístola onde se encontra a pia batismal onde terá sido batizado D. Afonso Henriques: «*-Nesta Pia foi batizado el Rej D. Affonço/ Henriques, pelo Arçebispo de Braga D. Giraldo/*.

E no alto do dito nicho está o letreiro seguinte:

*- E esta obra mandou fazer D. Diogo Lobo da Silveira/ indigno Prior desta Igreja* [Colegiada], *no anno do Senhor de 1664.*»

Cf. *MR*, I, p. 140.

[974] **ADB**, *Registo Geral*, 1740, 13 de maio – "Registo de papéis da fábrica da capela que de novo quer erigir o Dr. António de Sousa de Silveira da vila de Guimarães na sua quinta que é na freguesia de Sam Cristóvão de Cima de Selho, termo da mesma vila". Livro n.º 89, fls. 82-88.

[975] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Caderno de todas as freguesias - Arciprestado de Guimarães". Livro n.º 748, fl. 11 v.

por cima uma grande laje» [976]. Em relação a Guardizela, o vigário afirma: «Tem uma capela de S. Bento com seus legados em dia de S. Gonçalo, em dia de S. Bento e em dia de Santo António. Administrador Bernardo de Afonseca» [977].

Quando nos deslocámos ao concelho de Guimarães para visitar estas capelas, sofremos uma desilusão enorme ao não conseguirmos encontrá-las. Estávamos habituados a que S. Bento tomasse conta de outras capelas de outra invocação e não ao seu desaparecimento. Situação que viemos a descobrir não ser inédita em Guimarães. Na verdade, o ser proprietário de uma capela implicava a assunção de despesas que muitos não estavam dispostos a suportar, sobretudo a partir de 1834, com a perseguição à igreja católica e a apetência pelos seus bens, tendo sido concedida permissão para a demolição de capelas aos proprietários que o desejassem, como escreveu, em 27 de maio de 1842, o abade de Santa Maria de Guardizela, Antonio Joze de Magalhães e Mendes: «Muitos moradores desta freguesia tinham capelas de missas, impostas nas suas propriedades, todas se aboliram em virtude da lei, que o facultava, à excepção de dois, um que tem obrigação de duas missas, e o outro três anuais, estes não se aproveitaram da lei»[978].

Apesar de as capelas terem sido demolidas, as marcas beneditinas perpetuam-se nas imagens dos fundadores dos ramos masculinos e femininos da Ordem de S. Bento, por vezes com mais do que uma imagem, como acontecia na igreja de Guardizela [979].

Nesta freguesia, apesar da extinção da capela de S. Bento, as marcas beneditinas perpetuam-se na toponímia, como «Travessa das Agras de S. Bento», indiciando que por ali existiram uns campos que integraram o património da referida capela, e «Travessa de S. Bento».

### 4.8.3. S. Bento de Oleiros

Na freguesia de S. Vicente de Oleiros, numa pequena encosta orientada a noroeste, existe uma quinta, chamada Quinta do Paço, com uma capela em honra S. Bento, muito provavelmente no espaço agrícola que constituía o denominado *Casal do Paço*, pertença do mosteiro de S. Martinho de Tibães.

A presença dos beneditinos neste local do termo de Guimarães já vem de muito longe e, além do casal suprarreferido, tinham os casais de *Cide, Guilhufe e Telhado* [980]. O *casal de Guilhufe* era partilhado com os frades do mosteiro de Santa Maria de Bouro: «Este casal de Guilhufe andava mixto com outro casal de Tibães, e igualmente possuião ambos os mosteiros as propriedades deles e por assim andarem juntos, deles se fez tombo em 27 de julho de 1514» [981]. Este foro viria a ser remido por «João Baptista Rodrigues Ferreira, da freguesia de S. Vicente de Penso (…), em 26 de setembro de 1849, como se vê do termo n.º 486, l.º 3.º a fl. 46. Ficou alodial» [982].

A capela de S. Bento de Oleiros, situada relativamente distante da igreja matriz, é privativa, tendo sido construída no ano de 1746, ao lado da casa, pela proprietária da quinta, D. Dionísia de Faria Guimarães, quando enviuvou e «para servir melhor a Deus». Mais tarde, em 1789, requereu e obteve provisão para a colocação de um confessionário [983].

---

[976] *MP*, I, p. 310.
[977] *Ibidem*, p. 345.
[978] «Inquérito Paroquial de 1842: Santa Maria de Guardizela – Guimarães», **in** *Revista de Guimarães* (Casa de Sarmento), n.º 108 (1998), p. 348.
[979] *Idem*, p. 349 (16).
[980] Cf. PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 103.
[981] **ADB,** *Monástico-conventual*, mosteiro de Santa Maria de Bouro: Livro do Mostrador, t. 2, CI-17, fl. 244.
[982] *Ibidem.*
[983] ***In***: http://www.anossaterra.pt/?co=5674&tp=15&ct=0&cop=6&LG=0&mop=5675&it=pagina_e.

No ADB, existe uma sentença de sub-rogação de património da capela de São Bento de Oleiros, de que era administrador João Faria dos Guimarães, da freguesia de São Miguel da Cunha [984].

As marcas beneditinas no concelho de Guimarães não se esgotam nos vestígios referidos, existem, ainda, em capelas e igrejas não nomeadas, como em Santiago de Ronfe [985], reminiscências de um antigo mosteiro da Ordem de S. Bento como vem referido nas *Memórias Paroquiais*: «outra [capela] de Santo António em cujo dia concorre bastante gente, dia de S. Bento e de Santo Amaro da freguesia» [986]; em Santa Leocádia de Britreios: «tem quatro altares, a saber: o do Santissimo Sacramento, Santo António, São Bento e da Conceição [987]; e na paróquia de S. Jorge de Selho: «são huma imagem de Nosso Senhor Jezus Cristo Cruceficado, duas de Nossa Senhora do Rozario, huma maior outra mais piquena e huma de Nossa Senhora da Conceiçam, S. Jorge padroeiro, hum Menino Jezus e huma de Santa Anastacia e outra de Sam Bento e todas são incorporadas» [988].

A informação prestada pelo arcipreste de Guimarães no ano de 1845 foi igual à que deu sobre a capela de S. Bento de Cardido: «Há nesta freguezia uma Capella no lugar de Passo, seu orago he S. Bento, mas há m.$^{tos}$ annos q̄ nella se não celebra» [989].

Na atualidade, a capela pertence à família Aguiar Branco, encontra-se num estado de conservação razoável e possui uma belíssima imagem oitocentista de S. Bento carecida de restauro.

### 4.9. PÓVOA DE LANHOSO

No concelho de Póvoa de Lanhoso, além de dois importantes centros de culto a S. Bento, um no vale do Cávado, em S. Martinho de Águas Santas, e outro no vale do Ave, S. Bento em Santo Emilião, encontramos reminiscências beneditinas na freguesia de Fonte Arcada, onde terá existido um mosteiro beneditino («o couto de Fonte Arcada fica nas vezinhanças do concelho de Lanhozo e deste lugar para o norte, en distancia de meia legoa; he couto de hum antíguo mosteiro, que foi de religiosos do patriarcha São Bento, situado em hum fresco e deleitozo lugar» [990]) e em Rendufinho, mais concretamente, em Sobradelo, por onde passa um dos caminhos antigos dos romeiros de Nossa Senhora da Abadia (Bouro, Amares) e de S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro). Aqui existe uma capela em honra de Nossa Senhora da Graça, já referida em 1726 [991] e 1758 [992], a qual foi objeto de reedificação e ampliação em 1787, conforme provisão de licença para a sua bênção[993].

Nesta capela, existe, no altar-mor e do lado da Epístola, uma imagem de S. Bento, testemunho do culto a este santo, quer por parte da população local, quer das centenas de romeiros que por aqui passavam, paravam para descansar, alimentar-se, deixar a sua esmola e, até, se divertirem. Durante décadas, no dia da romaria de S. Bento da Porta Aberta, paravam

---

[984] **ADB**, *Registo Geral*, 1810, 15 de dezembro – "Sentença de sub-rogação de património da capela de São Bento de Oleiros, de que é administrador João Faria dos Guimarães, da freguesia de São Miguel da Cunha". Livro n.º 235, fls. 238 v.-241.
[985] Cf. *Corografia Portugueza I*, p. 112: «Santiago de Ronfe, a que o livro da Ordem de Christo chama Arrufe, foy Mosteiro de Frades Bentos, hoje he Reytoria da Mitra, & Commenda de Christo». Nesta freguesia, possuíam os beneditinos de Tibães os casais de Chozende e de Porto Mourisco. Cf. PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 103.
[986] *MP*, I, p. 357.
[987] *Idem*, p. 322.
[988] *Idem*, p. 371.
[989] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Caderno de todas as freguesias - Arciprestado de Guimarães". Livro n.º 748, fl. 29 v.
[990] *MR*, II, p. 210.
[991] *MR I*, p. 85: «A igreja de Santa Maria de Rendufinho (…) tem somente [uma] capella filial, Nossa Senhora da Graça, no lugar de Sobradello».
[992] *MP I*, p. 397: «Tem huma ermida em o lugar de Sobradello que está ao pé do mesmo e prertence a admenistração ao parocho e hé invocação de Nossa Senhora da Graça e tem huma imagem dela e outra de Santo Antonio, outra de Sam Bento».
[993] **ADB,** *Registo Geral*, 1787, 26 de maio – "Provisão de licença para se benzer a capela de N. Sra. da Graça da freguesia de Santa Maria de Rendufinho". Livro n.º 219, fl. 55.

aqui muitos romeiros a quem era servido uma tigela de «caurdo» [994] feito num grande pote que, ainda hoje, podemos ver na casa da neta da D. Rosa Maria Fernandes, a senhora que, ao longo de vários anos, o confecionava. Os romeiros comiam, dançavam e cantavam junto a esta capela. Era, no dizer da neta, uma grande festa, pois os romeiros traziam tocadores de concertinas e, depois da tigela de «caurdo», envolviam a população local neste convívio. «Agora», desabafa a neta da D. Rosa [995], «as pessoas seguem mais pelas estradas nacionais» e não tanto por aqui.

### 4.9.1. S. Martinho de Águas Santas

A igreja paroquial de S. Martinho de Águas Santas estava construída num local que não reunia as melhores condições.

No ano de 1697, os moradores resolvem construir uma capela dedicada ao Patriarca S. Bento e, para o efeito, fazem uma escritura de dotação de património à referida capela, comprometendo-se a suportar os encargos com as alfaias religiosoas e tudo o que fosse necessário para nela se poder celebrar missa e os demais ofícios divinos [996].

A escritura continua nos moldes habituais, com o tabelião a dizer que conhece as pessoas e estas a afirmar que se obrigam, por suas pessoas e bens, à fábrica da capela.

Demandámos a freguesia de S. Martinho de Águas Santas em busca da Capela de S. Bento, mas fomos informados que não existia nenhuma capela de S. Bento naquela paróquia, tendo-nos encaminhado para a matriz.

Quando nos dirigíamos à atual igreja paroquial, percebemos que estávamos a circular pela Avenida de S. Bento, outrora chamada «Avenida de Águas Santas", e que, a meio, do lado esquerdo, se situava a Travessa de S. Bento. Chegados junto da matriz, cujo padroeiro é S. Martinho, ficamos com a sensação de estarmos perante a igreja de um mosteiro beneditino. Na realidade, o arco quebrado por cima da porta principal que abre para um nicho onde está uma imagem lítica de S. Bento, bem antiga, o brasão da Congregação dos Monges Negros de S. Bento de Portugal no centro do frontão, as cartelas inacabadas que ladeiam a porta, o torreão, à direita, no cimo das escadas, tudo aponta para essa realidade. No seu interior, podemos apreciar o belo retábulo do altar-mor onde, do lado da Epístola, se encontra a tradicional imagem de vulto de S. Bento sem o corvo aos pés.

Consultadas as fontes habituais, confirmámos as referências a uma capela da invocação a S. Bento, documentada em obras memorialistas como a *Corografia Portugueza*: «S. Martinho de Aguas Santas, Vigairaria annexa à Igreja de Moure, tem quarenta & cinco visinhos, & huma Capella de S. Bento, imagem milagrosa, aonde há feira franca em seus dias, vinte & hum de Março, & onze de Julho» [997], ou as *Memórias Ressuscitadas*: «A igreja de São Martinho de Agoas Santas (…) tem quatro capellas filiaes, a saber: São Marcos (…); e São Bento, no Souto de São Bento» [998].

A construção da capela de S. Bento foi demorada. Não se trata, na verdade, de uma capela, mas de um templo com uma dimensão significativa e superior a muitas igrejas paroquiais. Efetivamente, só em 1727, 30 anos depois da escritura de dotação de património, é que os moradores da freguesia de S. Martinho de Águas Santas requerem ao prelado diocesano licença para a bênção da referida «capela [999].

---

[994] Sopa de lavrador.
[995] Entrevista gravada no dia 16 de janeiro de 2016.
[996] **ADB**, *Registo Geral*, 1697, 28 de abril – "Obrigação à capela de São Bento que fazem os moradores da freguesia de S. Martinho de Águas Santas, do termo da Póvoa de Lanhoso". Livro n.º 31, fls. 207 v.-208 v.
[997] *Corografia Portugueza*, I, p. 168.
[998] *MR*, II, p. 85.
[999] **ADB**, *Registo Geral*, 1727, 9 de julho – "Provisão a favor do juiz e mais confrades da Confraria do Glorioso S. Bento, da freguesia de S. Martinho de Águas Santas, para se benzer a capela". Livro n.º 76, fls. 148 v.-149.

15 anos mais tarde, em 1741, foram vários os moradores a solicitar à Cúria Bracarense licença para a colocação de sepulturas na capela de S. Bento. O primeiro foi Francisco da Silva Tinoco [1000], morador no lugar de Ínsua, no dia 12 de março, seguindo-se Pedro Francisco [1001], do lugar de Serzeda, solicitando duas sepulturas, Francisco Carvalho [1002], morador no Assento, Constantino de Araújo [1003], do lugar do Paço, e Pedro Francisco [1004], do lugar de Ínsua, a solicitar também duas sepulturas.

Achámos curioso o facto de surgirem tantas pessoas a solicitar a concessão de sepulturas na capela de S. Bento. Este facto talvez se explique por estar em curso o desejo de mudar a matriz para o novo templo construído em honra de S. Bento. Esta ideia foi ganhando força e, no final do ano de 1742, o arcebispo D. José de Bragança, a pedido «dos fregueses da dita freguesia», autoriza a mudança da igreja matriz para o templo de S. Bento por considerar que o sítio era muito melhor: «concedemos licença a eles ditos suplicantes para que possam fazer a dita mudança da Igreja da sua freg.ª para o templo de S. Bento da mesma freg.ª aproveitando nelle todo o material da antiga, e recomendando que, no local da antiga, seja colocada uma cruz para a todo o tempo lembrar que foi lugar sagrado» [1005].

Embora a denominação da paróquia seja «S. Martinho de Águas Santas» e a imagem de S. Martinho ocupe o lugar de honra no altar-mor, a verdade é que esta é conhecida por todos como a igreja de S. Bento, realizando-se aqui a grande festa em honra de S. Bento, como encontrámos registado no jornal *Echos do Minho*, de 15 de julho de 1916.

Em 2015, a paróquia beneficiou de um contrato-programa para financiar as obras de conservação da igreja paroquial avaliadas em mais de 98 mil euros [1006].

### 4.9.2. S. Bento de Santo Emilião

Donim é uma paróquia muito antiga e, desde muito cedo, ligada ao mosteiro beneditino de Tibães, o que, certamente, estará na base da grande devoção ao Pai e Padroeiro da Europa nesta região do vale do Ave. Em 1135, D. Afonso Henriques, sendo ainda Infante, doou o couto de Donim ao mosteiro de S. Martinho de Tibães: «cautum ad illud monasterium de Tibianes de omni illa hereditate quam habet in villa de Donim» [1007]. Nesta localidade, o referido mosteiro possuía os casais seguintes: Quinta, Outeiro, Forno, Cima de Vila e Bouça de Rozende [1008].

Os memorialistas são unânimes nesta matéria e, por vezes, acrescentam dados interessantes como Carvalho da Costa em relação à existência de uma estrada subterrânea que daria acesso à grande urbe celta de Briteiros [1009].

---

[1000] **ADB**, *Registo Geral*, 1741, 12 de março - Registo de provisão a favor de Francisco da Silva Tinoco, do lugar de Ínsua, da freguesia de S. Martinho de Águas Santas, para pôr uma sepultura na capela S. Bento, da sua freguesia". Livro n.º 118, fls. 58-61.

[1001] **ADB**, *Registo Geral*, 1741, 13 de março – "Registo de provisão e mais requerimentos a favor de Pedro Francisco, do lugar de Serzeda, da freguesia de S. Martinho de Águas Santas, para ter duas sepulturas na capela do Patriarca S. Bento, da dita freguesia". Livro n.º 77, fls. 381 v.-383 v.

[1002] **ADB**, *Registo Geral*, 1741, 13 de março – "Registo de provisão e mais requerimentos a favor de Francisco Carvalho, morador no Assento da freguesia de S. Martinho de Águas Santas, para pôr uma sepultura na capela do Patriarca S. Bento, sita na mesma freguesia". Livro n.º 77, fls. 383 v.-386.

[1003] **ADB**, *Registo Geral*, 1741, 13 de março – "Registo de provisão e mais requerimentos a favor de Constantino de Araújo, do lugar de Paço, da freguesia de S. Martinho de Águas Santas, para pôr duas sepulturas na capela de S. Bento, da mesma freguesia". Livro n.º 77, fls. 386-388 v.

[1004] **ADB**, *Registo Geral*, 1741, 14 de março – "Registo de provisão e mais requerimentos a favor de Pedro Francisco, do lugar de Ínsua, da freguesia de S. Martinho de Águas Santas, para pôr uma sepultura na capela do Patriarca S. Bento, sita na mesma freguesia". Livro n.º 77, fls. 388 v.-390 v.

[1005] **ADB**, *Registo Geral*, 1742, 24 de dezembro – "Registo de licença para mudarem a sua igreja de Sam Martinho de Águas Santas a favor do Padre Manuel Carvalho, vigário da dita freguesia". Livro n.º 158, fls. 348-349 v.

[1006] Cf. Jornal «Diário do Minho», 10 de junho de 2015.

[1007] COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 123.

[1008] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 102.

[1009] *Corografia Portugueza*, I, p. 111.

Este autor refere-se, mais adiante, à existência da capela de S. Bento, que atrai um número significativo de devotos e junto da qual se realizam feiras nos dois dias em que o santo é venerado, 21 de março e 11 de julho: «Descendo desta ponte para o Poente se topa na ponte de Donim, que dá serventia da Villa de Guimaraens para o Concelho de Lanhoso: he fermosa ponte de pedra lavrada, & está junto a ella huma Capella de S. Bento de muita romagem, aonde no seu dia se faz huma feira de muitos gados» [1010].

Craesbeeck, 20 anos mais tarde, em 1726, vai clarificar estas informações, identificando o lugar onde a capela se situa e dizendo que é filial da matriz que tem Santo Emilião por padroeiro [1011].

A freguesia de Donim, hoje integrada na União das Freguesias de Santo Estêvão de Briteiros e Donim do concelho de Guimarães, foi, no passado, do concelho da Póvoa de Lanhoso. A ela se refere um documento de 1712, da Chancelaria de D. João V, atribuindo um alvará para se realizar uma feira nas segundas-feiras de cada mês [1012]. Esta capela de São Bento é, hoje, o santuário, ou mosteiro como também é conhecido, de São Bento e encontra-se integrado na freguesia de Santo Emilião do concelho de Póvoa de Lanhoso.

As *Memórias Paroquiais* dão-nos o retrato seguinte: «nesta freguezia [Santo Emilião] há uma capella munto boma [sic] do Patriarca Sam Bento no destrito desta freguezia que hé o parrocho he o administrador della. Junto de si tem um lugar o nome do mesmo santo o coal tem duas irmandades (…). A esta capella acodem bastantes rumeiros principalmente a vinte e hum de Março e honze de Julho porque é santo munto milagrozo» [1013].

Em 1822, a matriz de Santo Emilião de Lanhoso não dispunha de sacrário, estando este colocado na capela de S. Bento, o que a fazia objeto de tratamento especial no que à segurança, decência e paramentos respeita. Este facto justifica que a mesma fosse administrada pela confraria do Santíssimo Sacramento [1014].

Este santuário integra o grupo dos dez mais concorridos do Minho e apresenta-se bem conservado, tendo o seu espaço envolvente sido objeto de requalificação há pouco tempo.

Segundo informação da Junta de Freguesia, o edifício atual foi construído no ano de 1762 e apresenta-se «com frontão triangular acima da porta principal, sobrepujado por janela, terminando em empena. Adoçada, uma sineira de dois pisos» [1015]. Permitimo-nos discordar da informação da Junta, não só em relação à «janela», pois trata-se de um nicho onde se encontra uma imagem setecentista de S. Bento mitrado – muito raras naquele tempo -, o qual foi protegido com uma estrutura de vidro para proteção da imagem, mas também em relação à «sineira», a qual, para nós, é mais uma bem proporcionada e elevada **torre** sineira. No interior do templo, encontrámos um conjunto de imagens de S. Bento, quer em escultura, quer em pintura, em nenhuma delas mitrado, revelando respeito pela iconografia tradicional.

Quem entra no templo encontra, do seu lado direito, uma espécie de balcão onde, em dia de romaria, os mesários colocam uma pequena imagem de S. Bento que os romeiros cultuam. Por detrás do «balcão», uma moldura triangular com a imagem de S. Bento de meio corpo, com auréola, báculo e mitra sobre uma mesa, o qual parece dar as boas-vindas aos seus devotos [1016].

---

[1010] *Idem*, p. 114.
[1011] *MR*, II, p. 79.
[1012] Cf. **ANTT**, *Chancelaria de D. João V*, 1712, 7 de dezembro – "Alvará para feira nas segundas quartas feiras de cada mês no terreiro da capela de São Bento de Donim". Livro n.º 38, fls. 150 e ss.
[1013] *MP*, I, p. 398.
[1014] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1822 – "Informações de visita feita pelo chantre - Chantrado". Livro n.º 745, fl. 4.
[1015] http://www.freguesiasantoemiliao.pt/portal/v5.0/mod_texto.asp?pag=10346360764446932310869730 70.
[1016] Cf. DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011), *O. c.*, p. 170: «Em Santo Emilião, Póvoa de Lanhoso, [a festa] é no domingo a seguir [ao dia 11 de julho] e até há no adro a Casa da Cera. No interior da igreja, à direita de quem entra, existe um balcão para as promessas com um S. Bentinho de relicário, que o povo beija; no banco do encarregado, sobre o espaldar está pintada a imagem de S. Bento».

Quanto à data de 1762, inscrição existente no arco da porta que se encontra na base da torre sineira, não nos parece que corresponda à data da construção do templo que deve ser de data anterior. Aliás, são visíveis marcas da realização de obras em vários momentos, como ocorreu em 1781, quando os oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia – que, aqui, estava instituída desde 1747 - obtiveram autorização para demolir e reedificar a capela-mor, uma vez que se achava «quase arruinada e muito baixa e estreita» e se propunham edificá-la de novo, «alargando-a e levantando-a, correndo atrás 7 ou 8 palmos, mas para isso tinham de abolir inteiramente o altar-mor» [1017]. As obras demoraram cerca de um ano e, em agosto de 1782, o pároco, António José Bernardo de Carvalho, requeria licença para poder benzer a reedificada «capela-mor do Patriarca São Bento» [1018].

Esta capela de S. Bento foi, ao logo dos tempos, escolhida para a instituição de várias confrarias, manifestação de profunda "religiosidade popular". Pelo menos, desde 1747 que há registo sobre a existência de confrarias na capela de S. Bento de Donim, como, então, era designada. Neste mesmo ano, foi concedida uma «provisão de confirmação de estatutos a favor do juiz e mais oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento» [1019]. Passados quatro anos, em 1751, é a vez dos irmãos da confraria de Santa Cruz pedirem a aprovação dos seus estatutos [1020]. Volvidos quase 17 anos, no final de 1767, é passada uma provisão de reforma de estatutos «a favor do juiz e oficiais e irmãos da confraria das Almas de São Bento, da freguesia de Santo Emilião de Lanhoso» [1021]. Esta atividade não se esgota no século XVIII, pois, nos séculos seguintes, continuamos a ter reformas de estatutos das várias confrarias e irmandades.

A página na *internet* já referida da Junta de Freguesia afirma que a Confraria de S. Bento foi «fundada em 1918, está erecta no Mosteiro de São Bento, actualmente conta com cerca de 852 irmãos. Foi reactivada em 10/02/2004, conforme Provisão de Nomeação Homologada por Sua Rev.ª D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga, arcebispo de Braga e Primaz de Espanhas» [1022].

Não podemos aceitar esta data porquanto, de acordo com documentos existentes no fundo do Governo Civil de Braga (ADB), a Confraria de S. Bento teve os seus estatutos aprovados em 1844, tal como argumentaram aquando da notificação de dissolução da confraria por parte do Governador Civil para a «entrega dos fundos e de tudo o resto à Junta de Paróquia» [1023].

O período vivido pela igreja a partir da reforma cabralina foi muito conturbado e as confrarias que, convenhamos, tinham apresentado um crescimento exponencial e, por vezes, eram usadas para "extorquir" dinheiros aos fiéis, foram severamente controladas e extintas às centenas, visto uma grande parte não ter existência legal nem estatutos por onde se regessem. Não era o caso, como vimos, da Irmandade de S. Bento. Mesmo as que tinham estatutos legais tiveram de os adaptar à nova legislação. Assim, em 9 de julho 1878, o juiz e mais elementos da Mesa da Confraria de S. Bento, na sequência da notificação do Governador Civil sobre a

[1017] **ADB**, *Registo Geral*, 1781, 7 de maio – "Provisão de licença para se poder demolir e fazer de novo a capela-mor da capela de São Bento, da freguesia de Santo Emilião de Lanhoso, e mais o sacrário, a favor dos oficiais do Santíssimo Sacramento da dita freguesia". Livro n.º 205, fl. 138.

[1018] **ADB**, *Registo Geral*, 1782, 30 de agosto – "Provisão de licença para se benzer a capela-mor do Patriarca São Bento, da freguesia de Santo Emilião de Lanhoso, a favor do reverendo António José Bernardo de Carvalho, pároco da freguesia de Santo Emilião de Lanhoso". Livro n.º 208, fl. 186 v.

[1019] **ADB**, *Registo Geral*, 1747, 17 de janeiro – **"**Registo de provisão de confirmação de estatutos a favor do juiz e mais oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento, sita na capela de São Bento, da freguesia de Santo Emilião, concelho de Lanhoso". Livro n.º 146, fls. 232ª-234 v.

[1020] **ADB**, *Registo Geral*, 1751, 19 de fevereiro – "Registo de provisão de confirmação de estatutos a favor dos irmãos de Santa Cruz, sita na capela de São Bento, da freguesia de Santo Emilião, concelho de Lanhoso". Livro n.º 121, fls. 120-123 v.

[1021] **ADB**, *Registo Geral*, 1767, 9 de novembro – "Registo de provisão a favor do juiz e oficiais e irmãos da confraria das Almas de São Bento, da freguesia de Santo Emilião de Lanhoso, para a reforma dos seus estatutos". Livro n.º 149, fls. 127-127 v.

[1022] http://www.freguesiasantoemiliao.pt/portal/v5.0/mod_texto.asp?pag=10346360764446932310869730 70 (acedido a 10-2-2018).

[1023] **ADB**, *Governo civil*, Distrito Administrativo, Irmandades, 1789, Santo Emilião, Irmandade de S. Bento – doc. n.º 1135.

dissolução da Confraria e entrega da fábrica à Junta de Paróquia, reclamam que a sua Confraria se encontra legalmente constituída e com estatutos aprovados pelo Governador Civil em 1844. Apesar deste requerimento, em 18 de julho, o administrador do Concelho manda notificar o juiz e mesários para, no prazo de 90 dias, apresentarem o projeto de estatutos. Notificados a 20 de julho, comunicam que decidem elaborar novos estatutos porque os anteriores «não continham coisas que no presente se tornam necessárias para o bom regime e prosperidade desta Irmandade» [1024]. Entretanto, passam alguns meses e, como não tinham sido apresentados os novos estatutos, no dia 11 de janeiro de 1879, o administrador do Concelho intima a mesa da Irmandade para, no prazo de 15 dias, apresentar, no Governo Civil, o projeto de estatutos por onde se vai reger. A Confraria, no entanto, já tinha reunido em assembleia geral no dia 6 de janeiro e validado a proposta dos novos estatutos que seriam aprovados por Alvará de 7 de maio de 1879 do Governador Civil.

Mas a história dos estatutos continua. Com a implantação da República, em 1910, e a lei da separação entre a Igreja e o Estado, houve necessidade de se proceder a novas reformas estatutárias de acordo com a Lei publicada em abril de 1911. Assim, no dia 24 de outubro, constituíram uma confraria com a natureza de associação religiosa, assistencial e social. Em 21 de outubro do ano seguinte, realizou-se uma assembleia de irmãos para proceder à aprovação da alteração de estatutos da Confraria do Glorioso S. Bento ereta no mosteiro de S. Bento da freguesia de Santo Emilião, concelho da Póvoa de Lanhoso, a fim de evitar que a mesma fosse extinta.

Em 1940, na sequência da assinatura da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, a Arquidiocese informava o Governo Civil sobre as pessoas morais canonicamente eretas na paróquia de Santo Emilião, dizendo que, entre elas, se encontrava a «Confraria de S. Bento», sediada na freguesia de Santo Emilião, no concelho de Póvoa de Lanhoso, de natureza canónica e constituída a 18 de dezembro de 1940.

Terminamos com uma referência a um magnífico ex-voto existente neste mosteiro. Trata-se de um quadro oferecido a S. Bento por António Joaquim da Silva, do lugar de Lajedo, que, em 1864, estando em perigo de vida, se apegou com S. Bento que o salvou. Esta pintura mostra-nos o devoto deitado na cama, ladeado pela família e todos voltados para a imagem de S. Bento sobre uma nuvem, com o báculo e tendo aos pés a mitra e o corvo. Como curiosidade, um touro deitado aos pés da cama que, ao contrário dos humanos, não olha para a imagem de S. Bento, mas em frente. A legenda é a seguinte: «Milagre a Ant.º Joaquim da Silva (…), do Lajedo, estando em prigo / de vida, o redor d'ele se juntou [sua fa] millia oferesendo, a São / Bento um touro, a rogo do mesmo S.to escapou. Anno de 1864».

### 4.9.3. S. Salvador de Fontarcada

Não podíamos deixar o concelho de Póvoa de Lanhoso sem desenvolvermos um pouco mais as referências ao mosteiro de Fontarcada. Na verdade, uma simples vista da igreja paroquial de São Salvador de Fontarcada remete-nos, imediatamente, para um passado de grandeza deste templo e da sua ligação a uma ordem monástica. Consultados os memorialistas, logo constatámos ter-se tratado da Ordem de S. Bento.

Craesbeeck, depois de situar geograficamente o couto do mosteiro, não tem dúvidas em afirmar que era pertença dos beneditinos: «o couto de Fonte Arcada fica nas vizinhanças do concelho de Lanhozo e deste lugar para o Norte, en distancia de meia legoa; he couto de hum antíguo mosteiro, que foi dos religiosos de São Bento, situado em hum fresco e deleitozo lugar (…) [1025].

[1024] *Ibidem.*
[1025] *MR*, II, pp. 210 e 213.

Carvalho da Costa, além de falar de Frei João, vai mais longe e revela-nos o nome do fundador deste mosteiro, Dom Godinho Fafes, nos idos de 1067 [1026].

Anos mais tarde, já na segunda metade do século XIX e no início da era dos automóveis, José Augusto Vieira, em *O Minho Pittoresco*, confirma estas informações: «Salta-se do carro, corta-se um milharal viçoso, e breve se defronta com a bella fachada gothica da matriz de *FONTE ARCADA*. O oculo, característico do estylo, as paredes, o arco-cruzeiro elegante, em cuja rosácea se notam alguns preciosos vidros coloridos, atestam a antiguidade do templo. A chronica resa que é fundação do rico-homem D. Godinho Fafes em 1067, sendo a egreja a d'um mosteiro de benedictinos, que parece ter sido suprimido em 1434» [1027].

Em relação à sua extinção, dispomos de informação fidedigna do historiador José Marques que aponta o dia 10 de maio de 1455 como a data da extinção do mosteiro de S. Salvador de Fonte Arcada e a sua redução a igreja paroquial. Isto culminando um período não só de dificuldades económicas, mas também de polémicas nomeações para o cargo de abade, tendo o arcebispo D. Fernando da Guerra aproveitado a renúncia do abade D. Fernando d'Achellas para reduzir a «abadia beneditina a igreja secular» [1028].

Famosas são, também, as relíquias existentes nesta igreja - entre as quais uma de S. Bento - que enchem de orgulho os seus paroquianos, como transparece na página da *internet* do Município: «A jóia da coroa do povo desta freguesia é o seu Relicário "de St.º Lenho, de Corda de Cristo, terra donde subiu aos Céus, cabelos de N.ª Sr.ª, de S. Urbenó, de S. Bento e outros Santos que se podem ver na Bula que ali há"» [1029].

Estas relíquias têm vários séculos, pois já são referidas por Crasebeeck, em 1706, e em 1758 nas *Memórias Paroquiais*: «(…) e neste altar do Menino Deos se acha hum sacrário em que se conserva em huma Cruz de prata huma relíquia do Santo Lenho e varias reliquias de Sanctos que a esta igreja trouxe Domingos Vieira do lugar de Paredes desta freguesia, que tendo assestido na corte de Roma as trouxe de lá autenticadas. E a ellas concorrem varias pessoas pera os remedios» [1030].

As marcas da grandeza do mosteiro continuam bem visíveis, não só na igreja, mas também nos edifícios envolventes, com destaque particular para a residência paroquial cujas «floreiras» se constituem verdadeiros objetos de arte a merecerem um aturado estudo da sua simbologia.

### 4.9.4. Santa Maria de Verim

Ao entrarmos no largo que constitui o centro da freguesia de Santa Maria de Verim, somos surpreendidos por um cruzeiro encimado pelo símbolo da Ordem de Cristo, sucedânea da Ordem do Templo. Junto do cruzeiro, uma placa elucida-nos que estamos na Praça do Cruzeiro cuja arranjo urbanístico foi inaugurado em 21 de agosto de 2016. Seguimos em direção à Avenida da Igreja e, defronte desta, pudemos observar a cruz vazada que a encima, bem como a cruz templária (cruz grega), também vazada, do pórtico da igreja.

Em 1726, Craesbeeck, além de referir ser esta igreja reitoria da Mitra de Braga e comenda de «João de Lemos de Brito, Moço Fidalgo da Caza de el Rei e cavaleiro do habito de Cristo», conclui: «Não tem letreiros, nem cousa digna de memoria para se fazer menção aqui» [1031].

Permitimo-nos discordar do ilustre memorialista, mas um olhar mais atento leva-nos a reparar, desde logo, não só num sarcófago antropomórfico, mas também numa tampa de sepultura onde se pode ler: «Sepultura de Bento da Silva – 1694». Uma volta pelo adro leva-

[1026] *Corografia Portugueza*, I, p. 163.
[1027] VIEIRA, José Augusto (1886): *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, p. 504.
[1028] MARQUES, José (1988): *O. c.*, pp. 666-667.
[1029] http://www.mun-planhoso.pt/sec-menu/54-freguesias/286-fontarcada.html (acedido a 18-2-2018).
[1030] *MP*, I, p. 387.
[1031] *MR*, II, p. 172.

nos a percecionar a existência de um edifício anexo à igreja do lado sul, um possível mosteiro que algumas pedras salientes testemunham. Além disso, do lado norte, são visíveis silhares com cruzes gregas gravadas numa remissão para a Ordem do Templo aquando da fundação da nacionalidade.

Por sua vez, a torre construída do lado norte, mas afastada cerca de meio metro da igreja, mostra tratar-se de uma obra muito posterior, não só por a igreja ter, na empena do lado sul da sua fachada, um pequeno, embora antigo, torreão, mas também porque, na verga da porta da torre virada a norte, se pode perceber a data de 1796.

Os dados referidos permitem-nos concluir pela existência, neste local, de um mosteiro que os historiadores filiam na *Ordem de S. Bento*: «Em Verim, a 12 km da sede do concelho, para norte, vamos encontrar um outro templo de estilo românico, embora seja um românico de transição. Terá sido construída no séc. XII/XIII e é de pequenas dimensões. A igreja rústica, acompanhada em tempos por um mosteiro beneditino, tem um portal singelo, com tímpano vasado e dintel quebrado, ladeado por uma torre sineira [1032].

A existência dos símbolos das ordens do Templo e de Cristo surge clarificada pelo Pe. Carvalho da Costa: «Santa Maria de Verim, a quem o Livro da Ordem de Chrifto chama Verrim, he Commenda de Christo, & Reytoria da Mitra, que rende cem mil reis, & para o Commendador com a annexa de Friande duzentos mil reis, tem quarenta & feis vifinhos» [1033].

Temos, assim, numa linha reta e com poucas légoas de distância entre eles, quatro mosteiros beneditinos ou que, na sua origem, seguiram a *Regra de S. Bento*: Tibães, Adaúfe, Verim e Bouro.

### 4.10. TERRAS DE BOURO

Avelino de Jesus da Costa, grande investigador e profundo conhecedor da realidade sócio-religiosa do Minho, escreve que, «mercê da expansão entre nós das Ordens Beneditinas, o culto a S. Bento tornou-se muito popular desde o séc. XIII, e tem actualmente muitos centros de devoção. O mais importante é o de S. Bento da Porta Aberta (c. de Amares), que é um dos principais santuários de peregrinação de Portugal» [1034]. O facto de ter localizado o santuário de S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo, no concelho de Amares em vez de Terras de Bouro, por influência do arciprestado que integrava – a freguesia de Rio Caldo, ao longo dos séculos, foi passando de concelho para concelho: Entre Homem e Cávado, Santa Marta de Bouro, Terras de Bouro, Amares, Vieira do Minho e, novamente, Terras de Bouro -, não belisca a competência científica que todos lhe reconhecemos.

À semelhança do que temos vindo a escrever em relação à presença dos beneditinos no espaço geográfico do Minho, Terras de Bouro não foge à regra. Situado, em grande parte, entre os rios Homem e Cávado, em cujos vales se situavam dois mosteiros, beneditinos na sua fundação, haveria de sofrer a influência dos mesmos. No vale do Homem, Santo André de Rendufe, beneditino até à sua extinção em 1834; no vale do Cávado, Santa Maria de Bouro que, por influência de D. Afonso Henriques, haveria de aderir à Ordem de Cister sem pôr de parte a *Regra de S. Bento*. Não podemos, por isso, desligar a origem das três capelas de S. Bento existentes no concelho da existência destes dois mosteiros.

---

[1032] PINTO, Eugénio Mendes, e PINTO, Ricardo Santos (2003): *Póvoa de Lanhoso – Por Terras de Lanhoso*. Paredes: Reviver – Editora, Lda., pp. 64-65.

Vide *Guia de Portugal IV: Entre Douro e Minho II – Minho*, 3.ª ed. (1996). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 862.

[1033] *Corografia Portugueza*, I, p. 166.

[1034] COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 475.

De acordo com o **Apêndice Documental** ao artigo «O Culto Popular de S. Bento – Uma forma de terapêutica religiosa», publicado na revista da Faculdade Letras da UP, da autoria de Frei Geraldo Coelho Dias, o ano é 1195 (1233 da era de César) e o vocábulo *monte* (monte) deve ser o nominativo *mons, subtus mons*.

### 4.10.1. S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo

O santuário, hoje basílica menor, de S. Bento da Porta Aberta, eregido no lugar de Seara da Forcadela na freguesia de Rio Caldo, é o maior centro de peregrinação beneditina em todo o país. É, também, considerado o segundo maior centro nacional de peregrinação, isto é, a seguir a Fátima.

Teve a sua origem numa pequena ermida começada a construir no ano de 1614 e benzida no ano seguinte. Entre os anos de 1615 e 1730, não passou de uma pequena capela como centenas das que se construíram por todo o Minho. A partir dos anos 30 do século XVIII, foram operados dois "milagres" por S. Bento: o primeiro, ocorrido no ano de 1730, explica o uso do determinativo «da Porta Aberta» - só documentado anos mais tarde - como resultado de as portas do templo se encontrarem abertas todas as manhãs, mesmo quando devidamente fechadas à noite, o que motivou a substituição do sacristão; o segundo foi realizado na sobrinha do abade de Parada de Bouro (Vieira do Minho) ao retirar-lhe da face uma grande verruga depois de a jovem já ter procurado ajuda junto dos cirurgiões da época. A partir de então, os devotos começaram a crescer e ganhou fama de «santo milagreiro». Esta a razão por que é considerado advogado para a cura das verrugas (cravos) e de os devotos lhe levarem molhos de cravos brancos.

Ao longo dos cem anos seguintes, o aumento de romeiros torna-se exponencial, te tal modo que os abades da paróquia vão ter de ampliar a capela várias vezes. Nas primeiras décadas do século XIX, começam a visitá-lo os romeiros que, durante o mês de agosto, se deslocavam à romaria de Nossa Senhora da Abadia, cujo santuário se situava do outro lado do monte. A existência de um caminho a ligar os dois templos facilitou este fluxo de peregrinos e originou a realização de uma festa na véspera do dia da Assunção de Nossa Senhora (15 de agosto). Os romeiros iam a S. Bento e seguiam para a Abadia. Esta passou a ser a terceira festa anual, juntando-se aos tradicionais dias festivos: 21 de março (Dia do Trânsito de S. Bento) e 11 de julho (Dia da Trasladação das suas Relíquias).

Beneficiando dos milhares de romeiros da Abadia, S. Bento foi crescendo e, em meados do século XIX, a Junta de Paróquia começou a fazer planos para a construção de um templo que albergasse todos os romeiros, mas o projeto inicial, com o passar dos anos, teve de ser alterado até à construção do templo atual, cuja construção se prolongou de 1878 a 1895.

O novo templo começou a ser denominado, à semelhança do que acontecia na Abadia, por «Santuário» e «Mosteiro», este último por influência do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Bouro a quem pertenceu até à extinção das ordens religiosas, em 1834.

O Santuário continuou a crescer e a alargar a sua área de influência, sendo construídos vários edifícios de apoio ao Santuário, além da criação de um grande parque de merendas com lago e barcos.

Nos dias festivos, os devotos eram tantos que ficavam mais fora do Templo do que aqueles que conseguiam entrar para assistir aos ofícios religisos. Em 1984, a Mesa da Irmandade deliberou construir um novo espaço de culto que denominou «Cripta», com capacidade que vai de 600 lugares sentados até 1.500 pessoas.

No dia 17 de março de 2015, aquando das comemorações do IV centenário da bênçâo da capela primitiva, o Santuário (não a Cripta) foi elevado à categoria de basílica menor pela Santa Sé.

A história deste santuário será objeto de estudo aprofundado na segunda parte desta nossa dissertação de doutoramento. Por esse motivo, não desenvolvemos mais este subcapítulo.

### 4.10.2 S. Bento de Travassos, Vilar (S.ta Marinha)

Quando procedíamos a uma recolha de documentação sobre o culto a Nossa Senhora do Livramento no lugar do Outeiro, na paróquia de Santa Marinha de Vilar, deparámo-nos com um documento intitulado *Papéis pertencentes à ermida de Santa Marinha de Vilares sita na aldeia de Travaços* [1035].

À partida, pensámos tratar-se de papéis relativos a contas da confraria de Nossa Senhora do Livramento ou a apontamentos dos mesários. À medida que o íamos analisando, a nossa surpresa aumentava, sobretudo porque nos encontrávamos, no âmbito da nossa tese de doutoramento sobre o santuário de S. Bento da Porta Aberta, a investigar as origens de várias capelas de São Bento no Minho, e este era, precisamente, um documento que procurávamos.

Por este documento, ficámos a saber que a construção da capela de S. Bento de Travassos, no ano de 1605, dez anos antes da capela de S. Bento da Porta Aberta, se deveu a uma recomendação do visitador das paróquias de Entre Homem e Cávado; que a razão da sua construção foi a distância a que este lugar se situava da igreja matriz e por causa dos caminhos serem maus e cheios de lama no inverno; que seria aplicada uma pena de mil réis por incumprimento, podendo o castigo ir até à retenção de dízimos ou suspensão de ordens eclesiásticas. Permite-nos, ainda, compreender que tenha sido escolhido como orago a figura de S. Bento, uma vez que o mosteiro de Santo André de Rendufe, beneditino, possuía vários casais nas margens do rio Homem. Só no concelho de Terras de Bouro, eram 12, um dos quais na freguesia onde se encontra a capela de S. Bento de Travassos, Santa Marinha de Vilar - de cuja igreja detinham o padroado – chamado **Casal do Linharinho**, ou de Linde, o qual tinha sido aforado ao clérigo Gonçalo Dias, no ano de 1526 [1036].

As referências à capela de S. Bento de Travassos nos autores de monografias sobre Terras de Bouro são curtas. Domingos Maria da Silva diz: «no lugar de Travaços, existe uma capela de muita devoção – *é de S. Bento*» [1037]. Por sua vez, Lopes de Oliveira limita-se a afirmar: «há diversas capelas: de invocação a S. Bento, no lugar de Travassos» [1038], não se referindo ao número daqueles que a buscam em romagem. As *Memórias Paroquiais* de 1758, por sua vez, dizem apenas: «Tem três capellas (…); A segunda capella de Sam Bento, sita no lugar de Travaços (…), adeministrada pelos religiozos de Santo Andre de Rendufe, da Ordem de Sam Bento. (…) E à de Sam Bento da mesma sorte [como à capela de Nossa Senhora do Livramento] vem gente de romagem; porém só hé no dia onze de Julho e no dia vinte e um de Março também com as mesmas preces, porém com alguma deminuiçam à romagem asima dita» [1039].

Não podemos terminar sem referir uma provisão de 1788 que, a pedido do pároco, Manuel António da Fraga, é concedida autorização para a colocação de um confessionário na capela de S. Bento de Travassos, evitando, assim, que, à exceção da «desobriga quaresmal», os moradores do lugar sejam obrigados a se deslocarem à igreja paroquial para se confessar [1040].

Atualmente, e à semelhança do que está a acontecer em muitas das nossas aldeias do interior, o despovoamento paira sobre elas, os romeiros são raros – S. Bento da Porta Aberta "seca" tudo à volta –, os dias de missa são poucos no ano e até a festa do padroeiro está ameaçada.

---

[1035] **ADB**, *Registo Geral*, 1605, 8 de junho – "Papéis pertencentes à ermida de Santa Marinha de Vilares, a qual erigiram os juízes e mais fregueses". Livro n.º 10, fls. 141 v.-142.
[1036] **ADB**, *Monástico-conventual*, Rendufe: Livro n.º 108, Mostrador t. 3.º (1630), fl. 115.
[1037] SILVA, Domingos Maria da (1958): *Entre Homem e Cávado III: Amares e Terras de Bouro*. Amares: «A Modelar», p. 168.
[1038] OLIVEIRA, A. Lopes de (1971): *Terras de Bouro e o seu Concelho*. Braga: Editora Pax (ed. CM de Terras de Bouro), p. 49.
[1039] *MP*, I, p. 436.
[1040] **ADB,** *Registo Geral*, 1788, 10 de janeiro – "Provisão para se usar de confessionário na capela de São Bento a favor do Reverendo Manuel António da Fraga, vigário da referida freguesia". Livro n.º 219, fls. 237-237 v.

### 4.10.3. S. Bento de Chemedião, Ribeira

Na freguesia de S. Mateus da Ribeira, situada, como o nome indicia, na ribeira do rio Homem, foi construída, no início do século XIX, uma ermida sob a invocação a S. Bento.

Quando a visitámos pela primeira vez, nos anos 90 do século passado, já se encontrava com um ar de abandono, as portas danificadas e o telhado a deixar passar a chuva. Conservava, todavia, no altar-mor, duas imagens de estatura média: S. Bento mitrado e paramentado, do lado do Evangelho, e Nossa Senhora das Dores, do lado da Epístola. Apesar do ar de abandono, tinha vestígios de culto nas flores naturais que acompanhavam as imagens.

Quando lá voltámos, 20 anos mais tarde, a capela continuava a pedir obras de recuperação, embora o telhado já tivesse sido consertado e as imagens substituídas por uma pequena imagem de S. Bento da Porta Aberta. Todavia, as marcas de culto continuam as mesmas de há vinte anos: algumas jarras com flores.

Sempre nos interessou saber quem tinha sido o instituidor desta capela construída num local recôndito, perto de uma linha de água. Mais tarde, viemos a descobrir que por aqui passava um dos caminhos de peregrinação ao santuário de Nossa Senhora da Abadia e, posteriormente, S. Bento da Porta Aberta. A escolha de S. Bento para padroeiro é óbvia, tal como em muitas outras situações em que o instituidor se chamava «Bento», como é o caso, o Pe. Bento Gonçalves de Araújo.

A construção desta capela data do início do século XIX, tendo obtido provisão de bênção no dia 8 de agosto de 1805, concedida pelo arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão [1041].

A adoção de S. Bento como orago pode, também, relacionar-se com o facto de o mosteiro beneditino de Santo André de Rendufe possuir, nesta freguesia, 3 casais. Também o mosteiro de Santa Maria de Bouro tinha um casal no lugar vizinho de Gogide.

Embora, na verga do portão de acesso à moradia situada ao lado da capela, haja uma inscrição, não nos foi possível interpretá-la. Mais uma matéria que fica em aberto.

## 4.11. VIEIRA DO MINHO

### 4.11.1. S. João Batista de Mosteiro

O culto a S. Bento no concelho de Vieira do Minho é muito antigo. A primeira referência é sobre a existência de um mosteiro beneditino feminino ao qual pertencia a Irmã Godinha, tia da famosa Santa Senhorinha de Cabeceiras de Basto, filha do Conde de Vieira. Como vimos, a Irmã Godina foi a responsável pela educação de Senhorinha que haveria de recusar, a pedido de seu pai, um casamento nobre com o argumento de «já estar casada com Jesus Cristo» [1042].

Avelino de Jesus da Costa data a existência deste cenóbio beneditino feminino de antes do ano de 940 e, com base no volume *Scriptores* de Alexandre Herculano, refere uma visita que S. Rosendo [1043], primo de Santa Senhorinha e ex-bispo de S. Martinho de Dume, fez a este mosteiro: «Pelo ano de 940, era abadessa do mosteiro de S. João de Vieira D. Godinha, a quem foi confiada Senhorinha, nascida a 924. Por morte de D. Godinha, foi Senhorinha eleita abadessa do mosteiro, onde faleceu a 22 de abril de 982: "in coenobio Sancti Joannis de Vieira,

[1041] **AAB** - *Registo Geral*, 1805, 8 de agosto – "Provisão para se benzer a capela de S. Bento na freguesia de S. Mateus da Ribeira". Livro de Provisões (1804-1806), fl. 288.

[1042] *MP*, I, p. 221.

[1043] Certamente que S. Rosendo, a caminho do seu mosteiro de Celanova, terá percorrido as vias romanas XVII, por Chaves, passando, obviamente, em Vieira, e a via XVIII (Geira ou Via Nova) que atravessava a serra do Gerês e já utilizada por S. Geraldo.

Frei Leão de S. Tomás, quando se refere ao mosteiro de S. Salvador de Rossas, diz que se situa a caminho do Barroso: «O Mosteiro de *São Salvador de Roças*, quatro léguas de Braga, indo para Barroso, do qual fez doação um *João Pais* ao arcebispo *D. Martinho*, como consta do Censual do Cabido, no ano de Cristo de 1195».

ordinis Benedicti", com fama de santa. (…) "Ut episcopus dominus Rudesindus (+ 1-3-977), virtute praedictus veniret ad eclesiam Divi Joannis visitandam"» [1044].

Carvalho da Costa historia o mosteiro de S. João de Vieira da seguinte forma: «S. Joaõ de Vieira foy Mosteiro de Freiras de S. Bento, fundado por Adulfo, Conde de Vieira, & sua mulher Dona Tareja, pays de Santa Senhorinha, que professando nelle, sendo Abbadeça Dona Godinha Monja de S. Bento, delle se foy com suas companheiras para o Convento de Santa Senhorinha de Basto, que seus parentes lhe edificàraõ» [1045].

Como reminiscência deste mosteiro, temos o facto de, também em 1758, o pároco de Santa Maria de Anissó, Vieira do Minho, ser apresentado pelo abade da igreja de S. João Batista do Mosteiro de Vieira [1046]. A influência de Santa Senhorinha e do irmão S. Gervásio encontra-se documentada por todo este território, desde logo no ritual de nascimento e batismo relacionado com a ponte de Misarela, que faz com que os antropónimos mais frequentes nesta região sejam «Senhorinha» e «Gervásio», por vezes na forma popular de «Gervaz»: «Eu te batizo, criatura de Deus / pelo poder de Deus e da Virgem Maria, / se fores rapaz, serás Gervaz, / se fores rapariga, serás Senhorinha» [1047]. Em termos iconográficos, além das imagens na igreja do mosteiro de Santa Senhorinha em Cabeceiras de Basto, temos, na igreja paroquial de S. Vicente de Campos, Vieira do Minho, um altar com uma escultura de S. Gervásio.

A atual matriz de S. João Batista de Mosteiro – o próprio topónimo indica a origem da igreja – é, a nosso ver, a igreja mais bonita de todo o arciprestado de Vieira do Minho. Desde o retábulo-mor aos altares colaterais, todos são dignos de uma análise minuciosa, em particular a talha dourada. Aqui está um altar das Almas muito semelhante ao que se encontra no claustro da Sé de Braga, tudo indicando que o artista tenha sido o mesmo.

No altar de Nossa Senhora das Dores, do lado do Evangelho, encontra-se uma pequena imagem de S. Bento jovem, afinal, o «S. Bentinho» tão do agrado do povo.

### 4.11.2. S. Bento de Magos, Mosteiro (S. João Batista)

A capela de S. Bento de Magos fica situada na freguesia de S. João Batista do Mosteiro, concretamente no lugar de Magos já existente no ano de 1059, como vemos no *Censual* do bispo D. Pedro [1048]. Este lugar é descrito, em 1906, pelo *Jornal de Vieira* da seguinte forma: «assente ao sopé de uma cordilheira de elevação gigantesca que o ladeia e quase o circuita, é apenas servido por uma estreita estrada, meio arruinada, que vai morrer engasgada, à igreja do Mosteiro» [1049].

A capela de S. Bento de Magos foi, durante dois ou três séculos, dedicada a Nossa Senhora da Graça, como se depreende do facto de a sua imagem figurar no centro do altar-mor. Umas das imagens também veneradas era a de S. Bento, certamente por influência do referido mosteiro feminino de S. João Batista da ordem do Patriarca S. Bento. Com o crescimento exponencial do número de romeiros que demandavam o santuário de S. Bento da Porta Aberta nos últimos 150 anos, cujo caminho passava junto a esta capela [1050], não é de admirar que o Patriarca dos Monges do Ocidente acabasse por se tornar o padroeiro da capela já há bastantes anos, como nos referiu um vizinho da capela com mais de 70 anos.

---

[1044] COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O. c.*, p. 157.
[1045] *Corografia Portugueza*, I, p. 156.
[1046] *MP*, I, p. 441.
[1047] Cf. BAETA, Sandra (2017): *O. c.*, p. 127.
[1048] Cf. COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 122: "1059, «Et in território Velaria (…). Et in Maganos alia incommunicatione que fuit de Absalom et de Sindilo et jiacet ripa Rivulo de Molinos» (DC., n.º 420)".
[1049] «Correio de Vieira» de 10 de maio de 1906.
[1050] Referimo-nos aos romeiros oriundos dos concelhos de Fafe e de Cabeceiras que vinham por um caminho até à ponte que fica na barragem do Ermal (telesequi) e seguiam na direção norte, atravessando este lugar rumo à igreja do Mosteiro onde se encontra uma antiga e bonita imagem de S. Bento.

Não foi possível localizar, no Arquivo Distrital de Braga, o documento da fundação da capela primitiva em honra de N. Sra. da Graça. Localizámos, no entanto, um documento de 1730, em que a autoridade eclesiástica confere provisão de licença para a bênção da capela reedificada. Pela leitura deste documento, ficámos a saber que as obras de reedificação foram executadas por ordem do visitador deixadas em capítulo de visitação [1051].

Encontrámos mais dois documentos relacionados com este lugar e com esta capela. Uma provisão de licença para a colocação de um confessionário concedida pelo arcebispo de Braga, Dom Gaspar de Bragança, no ano de 1778 [1052] e uma sentença cível, datada de 18 de março de 1783, por causa do prazo de um casal chamado *Casal do Ermo do lugar de Magos*, a favor de Domingos José Vieira e esposa [1053].

Os anos foram passando e, em 1882, a capela de Nossa senhora da Graça encontrava-se arruinada. Então, o benfeitor Cazimiro José Gonçalves Rebello - provável familiar do médico Francisco José Gonçalves Rebello, referido pelo monografista de Vieira do Minho, José Carlos Vieira [1054] - resolveu patrocinar as obras de recuperação da referida capela como podemos ler numa placa enferrujada que se encontra arrumada na sacristia da capela cujo teor é o seguinte: «TODAS AS OBRAS E MELHORAMENTOS FEITOS A ESTA CAPELLA, FÔRAM A CUSTA DO ILL.MO SNR - CAZIMIRO J.E GLZ. REBELLO – 1882».

A capela encontra-se totalmente recuperada, tendo-lhe sido adossada, do lado nascente, uma construção que serve de sacristia. A festa em honra de S. Bento realiza-se no segundo domingo de agosto.

### 4.11.3. S. Salvador de Rossas

O culto a S. Bento encontra, ainda, eco numa referência a um lugar já extinto em 1758, integrado na freguesia de S. Salvador de Rossas, mas que tinha o nome de S. Bento na sua designação: «vai findar a S. Bento das Guavieiras [Gavinheiras] na serra da Cabreira, lugar que se acha demolido há anos de que não há memória» [1055].

O facto de a freguesia de Rossas ter como orago S. Salvador denota antiguidade. Avelino de Jesus da Costa e José Marques dão-nos como primeira referência documental a este mosteiro o Censual do bispo D. Pedro no século XI [1056]. O lugar de Lemedo, sede da paróquia de S. Salvador de Rossas, já surge no paroquial suevo de c. 579, sendo referido, novamente, em 1059: «"Et in territorio Velaria nostras adjuntiones nominibus *Lamedo*, Barreiros…" (*DC*, n.º 420)». Em 950, surge numa doação do rei Ramiro II ao mosterio de Guimarães, confirmada por D. Afonso V em 1140. O mosteiro surge referenciado no ano de 1195 quando «João Pais doa à Sé a parte do "monasterio Sancti Salvatoris de Rozas", que sua mãe e avó tinham "in jam dicto monasterio"» [1057].

Craesbeeck filia o mosteiro de S. Salvador de Rossas na Ordem de S. Bento: «a igreja de São Salvador de Rossas foi antigamente mosteiro, assistido de monjes da ordem do Patriarcha

[1051] **ADB**, *Registo Geral*, 1730, 25 de setembro – "Registo de petição e provisão a favor do reverendo Francisco de Araújo Andrade, abade de S. João Batista do Mosteiro de Vieira, para bênção da capela de Nossa Senhora da Graça, sita no lugar de Magos, da mesma freguesia". Livro n.º 177, fls. 452 v.-453 v.

[1052] **ADB**, *Registo Geral*, 1778, 25 de setembro – "Provisão para colocação de confessionário na capela de Nossa Senhora da Graça, da freguesia de S. João Batista de Vieira". Livro n.º 212, fl. 29 v.

[1053] **ADB**, *Registo Geral*, 1783, 18 de março – "Prazo chamado o Casal do Ermo do lugar de Magos, freguesia de São João Batista do Mosteiro de Vieira a favor de Domingos Jose Vieira e sua mulher, Teresa Jose Vieira da mesma freguesia". Livro n.º 212, fls. 141-148.

[1054] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *Vieira do Minho: Notícia Histórica e Descritiva*. Braga: «O Jornal de Vieira», 2.ª ed., p. 380.

[1055] *MP*, I, p. 453.

[1056] COSTA, Avelino de Jesus da (1997): *O. c.*, p. 364 e MARQUES, José (1988), *O. c.*, p. 616.

[1057] COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 123.

São Bento» [1058], tese perfilhada, igualmente, por Carvalho da Costa: «S. Salvador de Roças, Abbadia, tem cento & sessenta visinhos: foy Mosteiro de Frades Bentos, & no anno de 1195, fez João Paes doaçaõ delle a Dom Martinho Arcebispo de Braga, dahi passou aos Abreus, senhores de Regalados, que he da sua apresentaçaõ» [1059].

Rossas foi concelho com foral manuelino de 23 de outubro de 1514 e manteve-se como tal até à sua extinção com a Reforma Administrativa e Territorial levada a efeito em 1836, tendo sido integrado no concelho de Vieira do Minho [1060].

#### 4.11.4. S. Bento na capela de N. Sra. dos Remédios, Eira Vedra (S. Paio)

Não podemos terminar este apontamento sobre o culto a S. Bento no concelho de Vieira do Minho sem uma referência à paróquia de S. Paio de Eira Vedra, concretamente à capela de Nossa Senhora dos Remédios, situada no lugar de Vilar, em cujo altar barroco do lado da Epístola existe uma imagem de S. Bento, pelo menos desde 1758, como constatámos numa leitura das *Memórias Paroquiais* [1061].

Pensamos que a razão desta devoção se deve ao facto de esta freguesia ter estado ligada ao convento beneditino de S. João Batista de Mosteiro, do qual se encontrava dependente, como vemos na *Corografia Portugueza*: «S. Payo da Eyra Vedra foy annexa do Mofteiro de S. João» [1062]. Acresce referir que por aqui passa, também, o caminho dos peregrinos de S. Bento da Porta Aberta que, depois de atravessarem a sede do concelho rumo a norte, cruzam Cantelães e Eira Vedra para atravessar a serra da Cabreira e descer em direção ao rio Cávado, que atravessam na ponte de Rio Caldo, a 2,5 km do destino, a basílica menor de S. Bento da Porta Aberta.

### 4.12. VILA NOVA DE FAMALICÃO

#### 4.12.1. S. Bento de Povoação, Fradelos

Uma das capelas que S. Bento "consquistou" a outros padroeiros situa-se no lugar de Povoação, freguesia de Fradelos, já muito perto dos limites com o distrito do Porto, o que justifica que a sua imagem seja das mais recentes, já do século XIX. A identificação desta capela deu bastante trabalho por não vir referida como «capela de S. Bento» nos memorialistas nem na documentação consultada no ADB. Na deslocação ao local, verificámos que se situa no centro de um grande largo, denominado largo de S. Bento, tendo, do lado sul, uma construção em cuja parede se encontra um nicho antigo, que parece ter pertencido a algum mosteiro. No interior da capela, temos, no altar-mor, ao centro, um oratório com a imagem de Nossa Senhora das Dores encimado por Cristo crucificado no local do sacrário. Do lado sul (Evangelho), primeiro, a imagem de S. Bento, e depois a de Santa Bárbara; do lado norte (Epístola), primeiro S. Bernardo e depois S. José [1063]. O plinto que suporta a imagem de S. Bernardo tem uma inscrição com o nome de quem ofereceu a imagem: «Bernardo Gonçalves P.ra em 10-1-1901».

Na página da *internet* da Junta de Freguesia, encontrámos mais alguns dados, embora omitindo a informação relativa à imagem de S. Bernardo [1064].

Também não compreendemos a referência «está no lugar da Povoação e sob a invocação do Espírito Santo», uma vez que toda a documentação a identifica como capela de Santa Bárbara, como vem referido nas *Memórias Paroquiais*: «Tem esta freiguezia três ermidas a saber: huma do Espirito Santo situada no lugar da Aldeia, Outra de Santa Barbara no lugar da

[1058] *MR*, II, p. 144.
[1059] *Corografia Potugueza*, I, p. 154.
[1060] CAPELA, José Viriato, e BORRALHEIRO, Rogério (2000): *Vieira do Minho nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vieira do Minho: Câmara Municipal e Vieira, Cultura e Turismo, E. M., p. 38.
[1061] *MP*, I, p. 449.
[1062] *Corografia Potugueza*, I, p. 156.
[1063] A capela encontra-se orientada em sentido contrário ao que é habitual, ou seja, poente/nascente.
[1064] **In**: http://www.freg-fradelos.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=35&Itemid=58 (acedido a 30-10-2017).

Povoação; outra de Santa Catarina no lugar de Pedras Ruivas (…). A sobredita ermida do Espirito Santo, vem alguma gente de romagem em dia do Espirito Santo e na primeira oitava» [1065].

No ADB, existe um documento com a escritura de doação de património à fábrica da capela de Santa Bárbara, feita por alguns moradores a fim de que a Arquidiocese passasse a respetiva licença para a sua bênção [1066].

A força da devoção a S. Bento e a sua fama de santo milagroso levaram os moradores a substituir a padroeira Santa Bárbara, advogada contra as trovoadas, por S. Bento, advogado contra todos os males ruins, e a festa do Espírito Santo pela festa de S. Bento que se realiza no mês de julho, levando a que o próprio largo onde se situa a capela se passasse a chamar «Largo de S. Bento».

### 4.12.2. S. Bento de Vale S. Cosme

A freguesia famalicense de Vale S. Cosme é aquela onde o culto ancestral a S. Bento mais se faz sentir devido a uma influência direta da casa-mãe dos beneditinos portugueses, o mosteiro de S. Martinho de Tibães. Na realidade, não só aqui possuíam várias propriedades, tais como «quinta de Tibainhos, casal de João Galego, casal de Bouças, casal da Ribeira, casal do Brito, casal do Regadio e casal da Quebrainha» [1067], como, segundo o nosso registo, esta foi a primeira capela construída em honra de S. Bento após a renovação da Congregação Beneditina Portuguesa que, com vimos, ocorreu no ano de 1567, datando esta capela de 1595 [1068].

Como acontece com a maior parte das capelas, também esta teve os seus altos e baixos. Assim, em 1742, o reverendo Joaquim de Oliveira Coutinho, recém-chegado à paróquia, foi confrontado com uma ordem deixada em capítulo de visitação para proceder à reconstrução da capela de S. Bento: «Serenissimo Senhor: Dis Joaquim de Olivera Coutinho, Abb.$^{e}$ da parochial igreja de Sam Cosme e Damião (…) deste Arcebispado Primaz ǭ por cap.$^{o}$ de vezitação deixado na sua igreja ano de mil e setecentos e quarenta e (…), se mandou reedificar hũa Capella que se achava arruinada (…)» [1069]. O abade executou as recomendações do visitador e, em 1 de março de 1742, é-lhe concedida licença para benzer a renovada capela. O vigário Joaquim Coutinho é o autor do texto que, sobre esta freguesia, vem nas *Memórias Paroquiais* e no qual faz o seguinte comentário: «Tem a ermida de São Bento, não consta quem seja obrigado a fabricá-la; porém eu vindo para esta igreja, achando a tal hermida meio arruinada, a reedifiquei de novo. No dia vinte e hum de Março e onze de Julho, vem a esta cappella de romaria bastantes pessoas das freguezias vezinhas e no discurso do anno tãobem hé vizitada de alguns devotos e favorecidos do mesmo santo, por ser a sua imagem milagrosa» [1070].

A ligação desta freguesia ao Mosteiro de Tibães deu origem à existência de uma quinta denominada «Quinta de Tibães», situada relativamente perto do largo da igreja e da capela de S. Bento. Nesta freguesia, como noutras de forte influência beneditina como Lordelo, Guimarães, também aqui se encontram registos de óbito em que as pessoas expressaram, nos seus testamentos, o desejo de serem sepultadas amortalhadas com o hábito de S. Bento [1071].

---

[1065] *MP*, I, p. 481.
[1066] **ADB**, *Registo Geral*, 1678, 5 de outubro – "Escritura à fábrica da capela de Santa Bárbara pelos moradores do lugar da Povoação da freguesia de S. Leocádia de Fradelos". Livro n.º 17, fls. 202 v.-203.
[1067] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 102.
[1068] **ADB**, *Registo Geral*, 1595, 7 de julho – "Carta de venda, doação e instrumento de posse da ermida de São Bento junto da igreja de São Cosmade termo da villa de Barcelos". Livro n.º 1, fls. 289-290.
[1069] **ADB**, *Registo Geral*, 1742, 19 de março – "Registo de provisão de licença a favor do reverendo abade de São Cosme do Vale, para benzer a capela de São Bento, sita na sua freguesia". Livro n.º 109, fls. 83 v.-85 v.
[1070] *MP*, I, p. 507.
[1071] Vide página 43.

No interior da capela, podemos observar, no altar-mor, a imagem de S. Bento de vulto, com o seu hábito negro, mitra aos pés, báculo com a crossa voltada para fora e *Regra* aberta na mão esquerda, onde podemos ler a prece seguinte: «XXXII/ Senhor, que o Vosso/ bem-aventurado/ Abade São Bento/ nos recomende/ junto de Vós», e «XXXIII/ a fim de que/ alcancemos/ por sua intercessão/ o que não podemos/ por nossos méritos». Do lado direito, vemos um conjunto significativo de ex-votos de cera: pés, pernas, braços, cabeças, estômagos, seios, etc. Sobre o altar, uma pequena imagem de S. Bento com cogula, báculo e *Regra* fechada.

A capela de S. Bento, as imagens do Santo Patriarca e os muitos ex-votos de cera documentam tratar-se de um templo que atrai muitos devotos, como atesta o já citado Frei Geraldo Coelho Dias: «famosa é a festa de S. Bento do verão em Vale, Famalicão, com o celebrado arco de festa com muitos metros de altura e que é um chamariz para os devotos da região. No verão, com efeito, à volta do 11 de julho, é que se faz a festa popular de S. Bento» [1072].

### 4.12.3. S. Bento de Joane

O mosteiro de Tibães, como temos visto, estendia as suas possessões por vários concelhos do Minho. Em Famalicão, não se restringia à paróquia de Vale S. Cosme e S. Damião. Em Joane, tinha o Casal de Ruivos [1073] e deve estar aqui a origem da devoção a S. Bento nesta localidade que nos brinda com uma imagem de S. Bento debruada a ouro na matriz e uma capela em honra de S. Bento, que partilha com Santo Amaro que nos aparece, não como monge beneditino, mas paramentado com capa de asperges [1074].

Vista pelo exterior, a capela mostra-se de construção bastante antiga, com um alpendre apoiado em duas colunas de granito bem robustas albergando o tradicional púlpito, onde, em dias de romaria e quando não existia amplificação sonora, era feito o sermão. Em frente à entrada principal, delimitando o adro, encontram-se as cruzes do calvário.

Uma análise ao templo permite-nos reconhecer algumas fases de intervenção, uma das quais se encontra documentada numa inscrição onde se lê: ESTAS OBRAS SE FIZERAM DE ESMOLAS COM LICENÇA DO R.º REITOR ANO DE 1797.

No ADB, apenas encontrámos uma provisão de registo de embargos a capítulos de visita datada de 1755 [1075], em que o juiz da confraria do Subsino e mais eleitos pedem uma prorrogação do prazo que lhes fora concedido para proceder ao arranjo da Capela de S. Bento, talvez as obras que estão na base da inscrição que supra transcrevemos.

A iconografia presente causa-nos alguma dificuldade em perceber o que vem exarado nas *Memórias Paroquiais* de que esta capela terá tido como padroeiro S. Pedro: «outra hé com o titulo de S. Bento e algum dia teve também o título de S. Pedro. Está sita no meio da freguezia no lugar intitulado, S. Bento, concorrem a ella alguns devotos no dia de S. Bento e de sua trasladação a 11 de Julho e no dia de Santo Amaro a 15 de Janeiro, por ter a dita capela também a imagem deste santo. Tem também a imagem do Senhor Crucificado» [1076].

Hoje, no centro do altar-mor, num retábulo envidraçado por baixo do Senhor Crucificado, temos as imagens de Nossa Senhora das Dores e de Sta. Teresinha do Menino Jesus.

A iconografia presente no altar-mor foi alterada nos três anos que medeiam as duas visitas realizadas, uma em 2015 e outra em 2018. Agora, em vez de três imagens de S. Bento, temos

[1072] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011), *O. c.*, p. 170.
[1073] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 102.
[1074] Esta «transfiguração» surge-nos noutras capelas e igrejas, como na capela de Nossa Senhora do Rosário no monte da Franqueira, em Barcelos.
[1075] **ADB**, *Registo Geral*, 1755, 14 de janeiro – "Registo de provisão para embargos a capítulos de visita, a favor do juiz do subsino e mais eleitos da freguesia do Salvador de Joane, para mandar consertar a capela de São Bento, por mais três meses". Livro n.º 113, fls. 278-279 v.
[1076] *MP*, I, p. 485.

quatro, todas diferentes, o que mostra a confusão iconográfica à volta do Santo Patriarca. A mais antiga, de vulto, com S. Bento de cogula a abençoar com a mão direita segurando, na esquerda, o báculo. À frente da imagem foram colocados um corvo e uma mitra. Na segunda, o santo enverga um hábito de origem francesa, S. Bento de Aniane, com báculo e *Regra*, e, aos pés, o corvo e a mitra. Esta é a imagem que os devotos costumam tocar e que, nos últimos anos, tem sido substituída por outra que reproduz a imagem de S. Bento da Porta Aberta [1077]. A quarta é uma imagem estilizada e que, pelas suas características, parece ser comercializada pelos chineses. As três imagens referidas em último lugar são de dimensões reduzidas.

No interior da capela, nos dois lados da nave, podemos ver um conjunto significativo de ex-votos em cera.

### 4.12.4. S. Bento de Penso, Avidos

Na freguesia de Avidos, concretamente na Rua do Bom Jesus de Penso – topónimo que deriva de uma capela antiga existente neste lugar – foi reconstruída, na «Quinta de Penso» (propriedade vitivinícula), uma capela tresladada da freguesia de Tamel S. Pedro Fins, concelho de Barcelos [1078].

Após contacto com pessoas próximas do proprietário, o empresário José Alexandre Oliveira, confirmámos a aquisição de uma capela em ruínas no concelho de Barcelos, a qual se encontrava sem qualquer imagem e com o interior completamente destruído ou muito degradado, não tendo sido aproveitado nada mais do que as paredes. Por isso, os novos proprietários colocaram-lhe no altar uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Aquando da deslocação ao local, falamos com os feitores da quinta que nos confirmaram a invocação de Nossa Senhora de Fátima, desconhecendo que, anteriormente, fora de S. Bento.

No largo onde se situa a capela, do lado esquerdo do portão armoriado, podemos observar uma tão interessante quanto antiga cruz que, inicialmente, nos pareceu um cruzeiro, à semelhança de muitas outras capelas, delimitando um espaço sagrado na envolvente. Após consulta da página da *internet* da Junta de Freguesia, ficamos a saber que se trata do cruzeiro da capela do Bom Jesus que lhe fica próximo, o que explica a iconografia: cruz com Jesus Cristo ladeado pelas dos dois ladrões que com Ele foram executados. O seu estilo confirma a antiguidade e o trabalho de verdadeiro artista. Na parte anterior, podemos ler as iniciais JNRJ, tendo ostentado no centro da cruz uma coroa de espinhos rodeada por uma faixa granítica envolvendo os dois braços. A cruz está encaixada num plinto trapezoidal trabalhado e assente, por sua vez, num pedestal de três degraus. O cruzeiro, inicialmente colocado junto da capela do Bom Jesus, foi mudado para este largo no ano de 1975, ano do alargamento da via de acesso à «Quinte de Penso» [1079] e provável ano da conclusão da reconstrução da ex-capela de S. Bento neste local.

### 4.12.5. Igreja paroquial de Requião

A nossa visita à igreja paroquial de Requião constituiu mais uma surpresa no nosso périplo pelo Minho em demanda das marcas do culto a S. Bento. Documentados com o registo de uma licença concedida pela Mitra Bracarense ao pároco da freguesia de S. Silvestre de Requião, onde em tempos existira um mosteiro para benzer duas imagens, uma de Nossa Senhora da Guia e outra de S. Bento [1080], foi uma desilusão quando, após algumas tentativas para falar com

[1077] Nota-se uma certa massificação por influência da nova imagem de S. Bento da Porta Aberta, cuja alteração iconográfica ocorreu no dealbar do século XX.
[1078] Vide página 184.
[1079] Vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Avidos#Hist%C3%B3ria (consultado em 6-11-2018).
[1080] **ADB**, *Registo Geral*, 1943, 9 de julho – "Licença para o reverendo pároco de Requião benzer umas imagens de Nossa Senhora da Guia e de São Bento, da mesma freguesia". Livro n.º 161, fls. 385-386 v.

o pároco, este nos informou que, na igreja paroquial, não existia nenhuma imagem de S. Bento. Atónitos, indagámos sobre o destino dessa imagem devidamente documentada no ano de 1744. Recebemos, como justificação, que um incêndio ocorrido na década de 50 do século passado tinha destruído, por completo, o recheio da matriz, incluindo a imagem referida.

Entretanto, fomos compensados com a informação sobre a existência de uma imagem de S. Bento na capela de Nossa Senhora de Pedra Leital: «tem mais as imagens de S. João Batista e do Patriarca S. Bento, em cujos dias também concorrem alguns romeiros: pertence aos moradores desta freguesia» [1081].

### 4.12.6. Painel de S. Bento de Codeçoso, Arnoso Santa Maria

Terminamos o registo das marcas beneditinas no concelho de Vila Nova de Famalicão na freguesia de Arnoso Santa Maria. Segundo o historiador José Marques, no início da nacionalidade, existiu um mosteiro beneditino nesta localidade, concretamente na paróquia de S. Salvador de Arnoso [1082], onde se pode ver uma igreja românica num lugar chamado «Mosteiro».

A fazer fé nas palavras de Frei Leão de S. Tomás, teria sido construído por volta do ano 636 (674 da era de César): «O Mosteyro de S. Salvador de Arnoso, que està no Julgado de *Penafiel* hũa legoa de Braga pera a parte do Oeste, na estrada, ꝙ leua ao Porto, foy fundado pella Era 674, como mostra o N. P. *Fr. João do Apocalipse* por hum Collectaneo antiquissimo, ꝙ achou feito por hum Monge do dito Mosteyro, em que declaraua o tempo da fundação delle» [1083]. Frei Leão de S. Tomás diz-nos, ainda, que este mosteiro foi extinto em 1495 pelo arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, que o uniu ao de Pombeiro por considerar que gastava muito «cõ pobres, hospedes, & peregrinos por estar junto a hũa estrada publica entre as Villas de Guimarães, & Amarante» e a sua igreja transformada em «Abadia secular» [1084].

Na atualidade, encontramos, no lugar de Codeçoso da freguesia de Santa Maria de Arnoso, um oratório [1085] constituído por uma parede que define um espaço sagrado protegido por um alpendre de cerca de $9m^2$ (3x3), assente em quatro colunas redondas, onde, no passado, se deviam realizar cerimónias religiosoas. Este espaço, circundado por um murete de cerca de 80 centímetros de altura e protegido por grades de ferro, faz-nos pensar ter sido uma antiga capela, tese sustentada pela cruz latina trilobada que o encima, ladeada por duas pilastras graníticas rematadas por esferas. A observação exterior da parede referida mostra-nos os contornos perfeitos de uma porta que corresponde ao nicho das *Alminhas*, constituídas por um painel de madeira pintado, tendo ao centro Cristo crucificado ladeado pelas figuras iconográficas mais representativas do culto às almas do "purgatório": Nossa Senhora do Carmo, com os respetivos escapulários, e o arcanjo S. Miguel, o anjo psicopompo que conduz as almas do "purgatório" para o "céu". Por cima da cruz, a invocação: «NOSSO PAI DOS AFLITOS». Lateralmente, as *Alminhas* estão enquadradas por pinturas que representam as santas Apolónia e Luzia.

Na arquivolta do nicho, temos o ano de construção: 1814.

Em frente das alminhas, encontra-se uma espécie de altar, ao qual não falta uma toalha branca onde, além dos arranjos de flores, estão três estátuas de S. Bento e dois painéis pintados com as imagens de vulto de S. Bento jovem, aureolado, de cabelos encaracolados, do lado esquerdo, e de Santo António de Lisboa, do lado direito.

---

[1081] *MP*, I, p. 498.
[1082] MARQUES, José (1988): *O. c.*, p. 614.
No século XIX, esta freguesia foi extinta e anexada à de Arnoso Santa Eulália.
[1083] *Benedictina Lusitana*, I, p. 503.
[1084] *Ibidem*.
[1085] Publicações oficiais do Município de Vila Nova de Famalicão referem-se-lhe como sendo as «Alminhas de Codeçoso» (*Agenda Cultural*, maio de 2012, e *Boletim Cultural*, série II, 2008).

O poder taumatúrgico de S. Bento encontra-se reforçado por três estátuas, uma das quais ainda dentro do nicho em frente às almas do purgatório, e as outras, uma de cada lado. Duas destas imagens são recentes e aparesentam-nos um S. Bento mitrado, diferente da figura do painel. A imagem colocada do lado direito revela-se a mais antiga e mostra um S. Bento de hábito negro, ainda jovem, com a mitra e o corvo aos pés, a *Regra* na mão esquerda, tendo desaparecido a mão direita e o báculo.

Por baixo do altar, três lápides dão-nos conta de outros tantos anos (1949, 1965 e 2007) em que membros da mesma família Pinto (Eduardo, Luís e Carlos) procederam a obras de reforma.

Situado no caminho que ia para o mosteiro Beneditino de Tibães, surpreendeu-nos a profusão de imagens representativas de S. Bento, testemunhando-lhe um culto profundo nesta localidade.

### 4.13. VILA VERDE

O concelho de Vila Verde, como território de passagem e cruzamento de várias vias, tinha, necessariamente, de estar bem documentado em relação às marcas do culto a S. Bento. Partilhando com Terras de Bouro, onde se situa o maior centro nacional da romaria a S. Bento, a fronteira natural do rio Homem, possui uma rede reforçada dos caminhos de S. Bento e suas marcas. Existem alguns registos que nos falam, inclusive, da existência de mosteiros beneditinos em Vila Verde, de que não restam vestígios, como vem referido nas *Memórias Paroquiais*: «Há memorias que nos lemites destra freguesia [S. Miguel de Soutelo] entre ella e a freguesia da Lage houvera um convento de religizos de S. Bento e será talvez o que diz o autor da *Benedictina Lusitana* que havia de Lage (…)» [1086]. Frei Leão de S. Tomás também refere a existência de um mosteiro beneditino na freguesia de Santo Antão de Moure, onde, agora, se situa a capela de S. Bento e de Santo André.

É nesta região que, em pleno século XXI, encontramos várias capelas dedicadas a S. Bento.

#### 4.13.1. S. Bento de Ermida, Cervães

A freguesia de Salvador de Cervães, devido ao seu orago, remete-nos para uma existência que remonta, pelo menos, ao início da nacionalidade. Segundo Carvalho da Costa, aqui existiu um mosteiro beneditino: «O Salvador de Cervaens foy Mosteiro antigo da Ordem de S. Bento, & fundação do tempo de S. Martinho de Dume, passou a Abadia simples do Arcebispo, que rende duzentos & cincoenta mil reis: tem Reytor com cem mil reis de renda, tudo apresentação dos Arcebispos, de quem he Couto» [1087].

Frei Leão de São Tomás, em 1651, já referia que a igreja de Cervães fazia parte do grupo de mosteiros beneditinos cujas abadias se tinham convertido «em igrejas seculares» [1088].

Segundo o investigador AntónioSousa de Araújo, esta capela situa-se no lugar de Ermida onde, antigamente, existiu uma capela em honra de S. Pedro que, no final do século XVI se encontrava «totalmente arruinada e indecente» (dando origem à construção da nova capela de S. Pedro de Montório): «seguramente no sítio onde na actualidade se presta culto ao milagroso S. Bento, carinhosamente denominado pelo povo S. Bentinho da Ermida, cujo culto naquele tempo (1680), seria contudo inexistente ou, provavelmente apagado, como aconteceria aliás com o chamado S. Bento da Porta Aberta, na freguesia de Rio Caldo, onde o surto de devoção popular não recuará além de 1640» [1089].

---

[1086] *MP*, I, p. 557.
[1087] *Corografia Portugueza*, I, p. 251.
[1088] *Benedictina Lusitana*, II, p. 406.
[1089] ARAÚJO, António de Sousa (2016): «Parada de Gatim, Cervães, Prado, Calvelo… Irmandades, Confrarias, Costumeiros. Algumas notas», **in** *Boletim Cultural de Vila Verde*, n.º 12. Vila Verde: Câmara Municipal, p. 30

A capela de S. Bento da Ermida mereceu, em 1758, uma referência singela: [a paróquia] «tem mais uma capela de S. Bento, sita no lugar da Ermida, tem só um altar» [1090]. Muito mais interessante é a informação prestada pelo vigário de Santa Maria de Abade de Neiva, Barcelos, que nos revela que, da sua Abadia, partiam clamores a «S. Bento de Nossa Senhora do Bom Despacho para a parte do nascente daqui distante duas léguas na freguesia de S. Salvador de Cervães» [1091].

Não encontrámos qualquer documentação que nos permitisse datar a fundação desta capela, provavelmente setecentista. Apenas que foi reedificada no ano de 1896.

Na visita realizada, observámos uma capela à qual foi acrescentada, há relativamente poucos anos, uma sacristia do lado norte. A capela apresenta a tradicional planta retangular e a porta principal tem, como é habitual, uma pequena janela de cada lado por onde os devotos podiam ver a imagem do santo da sua devoção, orar e deixar a esmola. A porta é rematada por um arco granítico de meia volta, tendo, entre a chave do arco e um óculo a meio do frontão, uma lápide com a inscrição seguinte: «FOI REEDIFICADA A CUSTA DE JOSE D'OLIVEIRA LECO EM 1896».

No centro do altar-mor, está uma imagem de S. Bento jovem, com os atributos tradicionais, ladeado por duas peanhas com as images de Nossa Senhora de Fátima e por uma Senhora com o Menino que nos parece a Senhora da Ajuda. Na sacristia, existe um quadro que reproduz a imagem do altar, embora mais velho e sem a *Regra*.

### 4.13.2. S. Bento de Pedregais

A festa em honra de S. Bento de Pedregais festeja-se, tradicionalmente, no dia da festa da Trasladação da Relíquias de S. Bento, ou seja, no dia 11 de julho e é feita em conjunto com a festa de Santo António.

Segundo António Mesquita, a capela primitiva de S. Bento de Pedregais terá sido edificada por volta de 1450 e teria uma estrutura muito simples, «em forma de alpendre» [1092]. João Vasconcelos concretiza um pouco mais: «(…) era uma construção em granito, com alpendre apoiado em duas colunas e o corpo da sacristia na parte de trás. Na sacristia guardava-se um caixão que era alugado nos dias de romaria pelas pessoas que vinham cumprir *promessas de funeral*» [1093].

A capela atual, ampla e luminosa, foi construída em 1958 e tem a fachada revestida com azulejos – marca da época – mas, quanto a nós, de mau gosto.

Aqui se realizavam ritos cultuais como em muitas outras, com os grupos de romeiros que «fazem romaria e cantam versos em louvor de S. Bento a cada volta que fazem à roda da capela», assim como o pagamento de promessas dentro de um caixão mortuário referido por João Vasconcelos. António Mesquita acrescenta que, devido à grande impressão e que causava, por vezes, desmaios a quem ia deitado no caixão, as autoridades eclesiásticas aconselharam a que se não fizessem essas promessas [1094].

A capela sofreu obras de restauro no ano de 1987 tendo sido sagrada no dia 4 de setembro de 1988 pelo Arcebispo Primaz de Braga Dom Eurico Dias Nogueira, de acordo com inscrição contida na placa que perpetua este ato.

A imagem de S. Bento apresenta-se com duas particularidades: além do báculo e da mitra aos pés, ostenta um resplendor prateado e o corvo com o pão no bico pousado na *Regra* que o

[1090] *MP*, I, p. 524.
[1091] *Idem*, p. 64.
[1092] MESQUITA, António (1990): «Os romeiros do Vale do Neiva», **in** *Barcelos Revista*, 2.ª série n.º 1. Barcelos: Câmara Municipal, pp. 231-244.
[1093] VASCONCELOS (1996): *O. c.*, p. 115.
[1094] Cf. *O. c.*, p. 236.

santo sustenta com a mão esquerda, tendo, na base da sua imagem, o epíteto: «S. Bento dos Milagres».

### 4.13.3. S. Bento de Premedelos, Valões

A igreja e freguesia de Santa Eulália de Valões, em 1758, pertencia ao concelho de Ponte da Barca. Com as reformas administrativas que se seguiram, passou para Aboim da Nóbrega (1840), Pico de Regalados (1853) e Vila Verde (1855). Com a reforma de 2013, juntamente com Atães, Covas, Penascais e Codeceda, constituiu a União das Freguesias do Vade, Vila Verde.

As *Memórias Paroquiais* de 1758 não referem a existência de qualquer capela de S. Bento na freguesia de «Santa Eulalia de Valloins», apenas a capela de Nossa Senhora do Amparo no lugar de Premedelos: «Há nesta freguesia no lugar de Premedelos a capela de Nossa Senhora do Amparo de que hé administrador o padre Clemente Pereira Carneiro» [1095]. Efetivamente, existe, no Arquivo Distrital de Braga, uma *Obrigação à capela de Nossa Senhora do Amparo* datada de 1722 [1096]. Desconhecemos a data em que se verificou esta mudança de orago, pois, em 1845, a Senhora do Carmo continuava a ser a padroeira: «A Capella da Senhora do Amparo, administrada pelo o Padre António José de Britto, esta decente e tem Paramentos» [1097]. Sabemos, apenas, que, em 1933, o orago principal já era S. Bento, pois é assim que vem referida na Provisão do Arcebispo Primaz, de 27 de julho de 1933, em que é levantado um interdito sobre a mesma [1098].

Na visita que realizámos a esta capela recentemente restaurada, verificámos a inexistência do tradicional altar-mor. A parede encontra-se revestida em granito polido tendo, ao centro e na parte superior, a imagem de Cristo crucificado; numa peanha, do lado do Evangelho, uma pequena imagem de S. Bento jovem; na outra peanha, do lado da Epístola, uma imagem antiga de Nossa Senhora, com o dobro da altura da de S. Bento, e em cuja base ainda se consegue decifrar a palavra «Amparo». Do lado esquerdo, um móvel triangular em madeira abriga o sacrário e um compartimento para guarda de alfaias e paramentos.

Estamos perante mais um caso em que o protagonismo da padroeira foi destronado pelo de S. Bento, cremos que, tal como aconteceu com a capela de Nossa Senhora do Pilar, em S. João de Vila Chã, pela influência crescente de S. Bento da Porta Aberta a partir da segunda metade do século XVIII.

A história deste templo dedicado a Nossa Senhora do Amparo foi difícil de fazer enquanto não nos apercebemos que a capela é a mesma que, agora, tem S. Bento como padroeiro. Com base num *Registo de Provisão e mais documentos a favor de João Pereira da freguesia de Valões, termo da Barca* [1099] da Curia Arquiepiscopal, datado de 2 de janeiro de 1723, o qual transcreve vários documentos, podemos estabelecer, com alguma facilidade, a sua cronologia. Assim, sabemos que foi instituída em 1631 pelo Pe. Baltazar Pereira, de Premadelos, por «devoção que tinha à Virgem Nossa Senhora e por outros honestos respeitos e conveniências, tinha feito e edificado no dito lugar de Premedellos hũa cappella a honra e louvor da Virgem Nossa Senhora do Amparo, a qual esta já apta e suficiente pra nella se poder dizer e celebrar missa com licença», tendo a licença sido concedida a 8 de dezembro de 1631.

---

[1095] *MP*, I, 566.
[1096] **ADB**, *Registo Geral*, 1723, 2 de janeiro – "Obrigação à capela de Nossa Senhora do Amparo". Livro n.º 174, fl. 375.
[1097] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 103.
[1098] Cf. *Ação Católica* (Revista de cultura religiosa e Boletim da Arquidiocese de Braga), ano XIX, janeiro de 1934, n.º 1, p. 716.
[1099] **ADB**, *Registo Geral*, 1723, 2 de janeiro – "Obrigação à capela de Nossa Senhora do Amparo". Livro n.º 174, fls. 375-389 v.

Com o passar dos anos, a capela foi-se degradando e o visitador deixou, em capítulo de visita, a obrigação de o administrador, até à próxima visita – normalmemte realizavam-se de dois em dois anos – realizar vários melhoramentos. Entretanto, a capela muda de dono e, por volta de 1716, toma conta da capela de Nossa Senhora do Amparo o cidadão João Pereira. No ano de 1720, ao sentir-se pressionado pelo visitador para a realização de obras, solicita uma prorrogação do prazo argumentando que é seu possuidor apenas há 4 anos e que quer realizar obras profundas que necessitam de mais tempo [1100].

A 21 de janeiro de 1720, o procurador pede confirmação das afirmações do requerente, tendo a resposta sido dada a 6 de março pelo abade Leonel Cerqueira Pereira, o qual refere que, no capítulo de visita, foi determinado ao requerente «forrar de madeira de castanho a dita capella e consertar a porta e revocar e aparelhar por dentro a mesma capella sob pena de tres mil reis». O abade considera, todavia, que «pôr só forro nas paredes velhas, a parede velha se pode arruinar e perder as madeiras», por isso, é de opinião que deve ser reformada na totalidade. O procurador geral manifesta a sua concordância por despacho de 9 de março.

Em 5 de novembro, e dada a necessidade de uma escritura de dotação de património, o requerente pede que seja feito o treslado dessa escritura realizada pelo instituidor, Pe. Baltazar Pereira, a qual se encontra registada no livro do *Registo Geral* relativo ao ano de 1705, a folhas 123, situação confirmada pela Mitra, a qual refere «legado perpetuo de uma missa cada mês, instituída pelo Pe. Baltazar».

O requerente solicita, então, a licença de reedificação que lhe é concedida a 11 de novembro: «e como o supplicante quer demolir a cappella e reedificala a sua custa e pola corrente, pede a Vossa Illustrissima sendo servido conceder-lhe a licença que pede».

Concluída a obra, o arcebispo Dom Rodrigo de Moura Teles, por despacho de 30 de dezembro de 1722, concede provisão de licença para bênção da capela que continua sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo: «damos comissão ao pároco da freguesia para benzer a cappella de Nossa Senhora do Amparo do lugar de Premedellos».

A mudança de orago deve ter acontecido já no século XX, pois, em 1845, a padroeira continuava a ser a Senhora do Amparo, sendo administrador da capela «Antonio Jose de Britto, presbitero secular de idade de 65 annos e natural desta freguesia, (…) encomendado nesta freguesia por varias veses, e hoje o não pode ser por falta de forças, (…) a sua conduta moral não he má», como escreve o visitador, acrescentando que a «Capella da Senhora do Amparo, administrada pelo Padre António José de Britto, esta decente e tem Paramentos» [1101].

A festividade, realizada em 11 de julho, apresenta, por vezes, um cartaz cuja imagem não corresponde à que se encontra na capela, usando a já referida imagem de S. Bento da Porta Aberta, Rio Caldo.

#### 4.13.4. S. Bento de Bouçós, Barros Santo Estêvão

Num lugar recôndito da freguesia de Barros (Santo Estêvão) e numa quinta denominada «Boussós» que se encontra com um ar de abandono, encontrámos uma capela particular com a porta voltada para o caminho público com a invocação de S. Bento.

Esta capela, bastante antiga, já vem referida nas *Memórias Paroquiais*, embora de uma forma muito sintética: «tem uma ermida de S. Bento, no dito lugar de Boussos, quinta de Gomes da Costa do lugar do Cabrão, termo da Vila dos Arcos de Valdevez» [1102].

A maior parte dos moradores da freguesia desconhece a existência desta capela, pois há muitos anos que nela se não celebra qualquer ofício divino, julgando que teria sido demolida e

[1100] *Idem*, fls. 375-375 v.
[1101] **ADB**, *Visitas e devassas*, 1845 – "Resposta aos quesitos – arciprestado de Arcos de Valdevez". Livro n.º 739, fl. 103.
[1102] *MP*, I, p. 519:

a imagem de S. Bento colocada na igreja paroquial [1103]. Efetivamente, confirmámos a existência de uma bela imagem setecentista de S. Bento colocada numa peanha na nave da igreja, mas ridiculamente descaracterizada com a colocação da mitra clássica que estava, e bem, aos pés, no cocuruto do santo.

Quanto à fundação deste pequeno templo, que ostenta, no seu frontão, um brasão de armas que os líquenes não deixam perceber, existe, no ADB, um documento sobre a sua fundação intitulado *Obrigação à fábrica da capela de São Bento, sita na igreja de Santo Estêvão de Barros*, que nos elucida sobre este assunto.

Aos 6 dias de outubro de 1669, relizou-se na quinta de Bouçós da freguesia de «Sto. Estevam de Barros do termo de Piqua de Regalados», uma escritura de dotação de património à fábrica da capela de S. Bento, sendo outorgante Gomes da Costa Mouro [1104], morador na mesma quinta, «e por elle logo foi dito que elle por sua devosam tem feito hũa irmida sita e edificada na dita quintana junto as portas frontais das cazas da mesma quintana de invocação do Patriarca São Bento», e que para sua fábrica se obrigava com «nove alqueires de trigo e sete alqueires(?) e duas gallinhas de pensam e renda cada hũ anno» [1105].

O que se passou ao longo dos anos seguintes não é do nosso conhecimento, mas a preocupação com a conservação desta capela não tem sido a melhor. Nota-se, todavia, um certo respeito pela memória da mesma na colocação no altar de uma pequena imagem de S. Bento mitrado ladeada por duas jarras, uma das quais improvisada, com flores.

### 4.13.5. S. Bento da Ermida, Rio Mau

A capela de S. Bento da Ermida, situada num dos extremos da freguesia de Rio Mau, recebe, todos os anos, centenas de pessoas que acorrem à sua festividade. Fruto desta participação, a capela encontra-se em excelente estado de conservação tendo sido objeto de vários melhoramentos recentemente.

João Vasconcelos diz-nos que «o templo primitivo dataria do século XV. Sabemos que se encontrava arruinado em meados do século XVI e que foi reconstruído entre 1618 e 1651. Recentemente, no ano de 1979, sofreu novo restauro» [1106].

No ADB, existe uma provisão de licença para bênção desta capela emitida em agosto de 1651, que refere o estado de ruína em que a capela se encontrava e o desejo dos moradores na sua recuperação. É esta a data que se encontra na verga da porta lateral, marcando, não a data da construção inicial, mas a da reconstrução como veremos a seguir.

Infelizmente, o registo da provisão referida é muito reduzido e não nos dá pormenores sobre o processo [1107].

---

[1103] Na sequência do IV Concílio Provincial Bracarense realizado em 1566, o qual se debruçou sobre o facto de muitas capelas, quer públicas, quer privadas, se encontrarem em ruínas e algumas servirem de cortes, a assembleia conciliar deliberou que «os prelados ou os visitadores por eles enviados, deveriam verificar o estado em que elas se encontravam e informar-se da intenção e possibilidades de os seus titulares procederem aos respectivos restauros. Caso contrário, deveriam ser derrubadas, ficando no local uma cruz e a imagem do padroeiro ser levada para a igreja paroquial, onde ficaria exposta ao culto dos fiéis». **In** MARQUES, José (2019): «Origem da nova capela de S. Paio – depois Santa Rita – em Rouças», jornal *Diário do Minho* de 5-6-2019, suplemento *Cultura*.

[1104] Cf. *Corografia Portugueza I*, p. 244: «Santo Estevão de Barros, Vigairaria que apresenta o Reytor de Coucieiro, de quem he annexa, tem trinta visinhos. Aqui está a quinta do Mouro, de que fallamos na Freguesia de S. João de Ataẽs, da qual foy senhor Domingos Annes de Guimaraens, que por ella se appellidou Mouro».

[1105] **ADB**, *Registo Geral*, 1671, 29 de maio – "Obrigação à fábrica da capela de São Bento, sita na freguesia de Santo Estêvão de Barros". Livro n.º 39, fls. 368 v.-369.

[1106] VASCONCELOS, João (1996): *O. c.*, p. 115.

[1107] **ADB**, *Registo Geral*, 1651, 21 de agosto – "Licença e despachos para se poderem administrar sacramentos na ermida do patriarca São Bento, sita na freguesia de São Martinho de Rio Mau, em favor dos fregueses da dita freguesia, os quais se obrigaram a ela e sua fábrica". Livro n.º 34, fls. 100 v.-101.

Perante esta informação e depois de analisado o processo, o provisor, por despacho de 6 de maio de 1649, concede licença para a reedificação da ermida nos termos requeridos e desde que se obriguem à sua fábrica [1108].

O interior da capela ostenta um revestimento azulejar que não é do nosso agrado e tem, por cima do altar, um nicho granítico emoldurado no qual se encontra uma interessante imagem de S. Bento com resplendor prateado, báculo, *Regra* e mitra clássica aos pés. De uns cabides laterais pendem vários ex-votos de cera, documentando os muitos milagres realizados por este santo milagrozo cujas festividades rivalizam com as do vizinho S. Bento dos Milagres de Pedregais.

### 4.13.6. S. Bento dos Milagres, Valbom (S. Pedro)

Com o epíteto de «S. Bento dos Milagres», além do S. Bento de Pedregais, é, igualmente, conhecida a imagem de S. Bento que se encontra numa vetusta capela situada no lugar de S. Bento na freguesia de S. Pedro de Valbom, como já aparece documentado em 1758 [1109].

Sobre a citada confraria das Almas aqui ereta, guarda-se, no ADB, uma provisão da aprovação dos seus estatutos no ano de 1782 [1110]. Quanto às imagens de Santo António e de S. Francisco, continuam nas mesmas mísulas.

Nas visitas que realizámos a esta capela, situada num ponto de passagem dos romeiros de Nossa Senhora da Abadia e de S. Bento da Porta Aberta oriundos dos concelhos de Ponte da Barca e de Vila Verde, houve várias coisas que nos impressionaram. Desde logo, a monumentalidade das colunas que suportam o alpendre da capela – testemunhas de um passado glorioso – e preparadas para suportar peso bem maior que uma simples cobertura de madeira e telha; em seguida, o escadório de acesso ao adro com corrimões trabalhados e degraus que apresentam um desgaste correspondente aos milhares de devotos que as terão subido; a fonte, situada perto do início do escadório, devidamente trabalhada, e onde encontrámos uma lápide referenciando o seu promotor, a Câmara Municipal de Vila Verde, e o ano da sua construção, 1938; e, por último, já no interior do templo, aquela que é tida como a imagem de S. Bento mas que nada tem a ver com a imagem canónica de S. Bento, apresentando-se mitrado e com capa de asperges, tal como muitas representações de Santo Amaro semelhantes às de S. Brás sem o menino.

Numa simples observação ao exterior do edifício, percebemos ter sido objeto de ampliação, correspondendo a atual capela-mor à ermida primitiva. No alçado norte, uma inscrição datada de 1740 documenta o momento da sua reedificação, apontando o ano de 1724 da sua construção: «AQUI ESTA O / PATRIARCA S.º / B.TO dos MILAG / RS A 740 REE / F A 1724 PlO / AbbE B.to Correia».

Esta epígrafe confirma a denominação do padoreiro como «S. Bento dos Milagres».

### 4.13.7. S. Bento e Sto. André, Moure

Na freguesia de Santa Maria de Moure, cujo pároco era apresentado pela Congregação de S. João Evangelista de Vilar de Frades [1111], Barcelos, mais conhecidos por Loios, existe uma capela das invocações de Santo André e de S. Bento.

Num espaço do lado superior à plataforma da capela, recentemente reordenado, encontramos duas imagens de vulto feitas em granito que representam Santo André e S. Bento. A capela, muito bem cuidada, revela obras realizadas há pouco que lhe acrescentaram um

[1108] *Ibidem.*
[1109] *MP*, I, p. 561.
[1110] **ADB**, 1782, 9 de fevereiro – "Provisão de estatutos da confraria das Almas, sita na capela de São Bento, da freguesia de São Pedro de Valbom, a favor dos irmãos da dita confraria". Livro n. 208, fl. 71.
[1111] *MP*, I, p. 547.

alpendre assente em quatro colunas redondas de cimento. No frontão, por cima da janela que permite a entrada de luz para o coro, encontra-se uma lápide que nos informa que este templo foi reformado no ano de 1906.

No centro do altar-mor, temos a imagem de Nossa Senhora de Fátima, ladeada por Santo André, do lado do Evangelho, e por São Bento, do lado da Epístola. Completam este quadro duas peanhas com as imagens de Nossa Senhora do Sameiro e de Lourdes.

A imagem de S. Bento chamou a nossa atenção por se encontrar com uma mitra preciosa enfiada na cabeça que quase lhe esconde os olhos. Percebemos, imediatamente, que se trata de um acrescento que não fazia parte da imagem original e que a descaracteriza. Infelizmente, foi este o modelo para a imagem de granito que se encontra no exterior.

A origem das marcas do culto a S. Bento na freguesia de Santa Maria de Moure pode relacionar-se com a existência de um mosteiro beneditino de Santo Antão ou Santo Antoninho, como referimos no início deste capítulo, e com a sua relação com o mosteiro de Vilar de Frades que detinha a apresentação do vigário desta paróquia [1112].

### 4.13.8. S. Bento de Prado

Noa arrabaldes da Vila de Santa Maria de Prado, onde, com grande probabilidade, se situava o «casal de Vilas de Cais», pertença do mosteiro de S. Martinho de Tibães [1113], de cujo couto o rio Cávado separava, existe, na atualidade, a chamada «Quinta de S. Bento» transformada num projeto de agroturismo. Construída em meados do século XVII junto dos caminhos que conduziam à casa-mãe dos beneditinos portugueses, Tibães, e que atravessavam o Cávado na setecentista ponte de Prado, acusa a influência beneditina na escolha do orago para a sua capela.

Usando como ex-libris o nome de S. Bento, a capela guarda uma bela imagem deste santo, da data da sua construção, enquadrada por obras «em talha e um lambrim de azulejos da mesma época» [1114]. Aquando das obras de adaptação e transformação do imóvel para agroturismo, foi colocada, no jardim, uma imagem de S. Bento em granito. Infelizmente, os responsáveis não usaram como modelo a escultura existente na capela, tendo embarcado na onda de influência da imagem de S. Bento da Porta Aberta criada no início do século XX.

Infelizmente, a entidade gestora deste empreendimento não autorizou que fotografássemos a imagem de S. Bento que se encontra na capela.

### 4.13.9. S. Bento de Freiriz

A freguesia de Freiriz situa-se numa várzea de profundas marcas beneditinas devido à proximidade e influência do mosteiro de Santo André de Rendufe, entre os vales dos rios Homem e Neiva. À sua volta, encontramos as capelas de S. Bento de Moure, Pedregais, Rio Mau e Ermida (Cervães).

Quando, em 1992, o Pe. António Rodrigues assumiu a paroquialidade de Freiriz, pensou em construir um pequeno templo dedicado a S. Bento, tanto mais que a sua ordenação sacerdotal tinha ocorrido, precisamente, no dia da Trasladação das Relíquias de S. Bento (11 de julho).

Ao longo dos anos, o sonho foi-se tornando realidade e, no dia 28 de abril de 2002, era inaugurada, no adro da igreja, uma capelinha (espécie de oratório) de forma heptagonal em honra de S. Bento. Possui uma imagem de S. Bento aureolado de cerca de um metro de altura, vestido com o hábito negro e cogula descaída, báculo, *Regra* na mão esquerda, mitra adornada

[1112] *Benedictina Lusitana*, I, p. 503.
[1113] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2014): *O. c.*, p. 102.
[1114] CARDOSO, António Homem, e CARVALHO, Teresa de (2007): *Solares de Portugal*. Lisboa: TURIHAB, p. 165.

e corvo aos pés. O corvo tem no bico uma pequena bola vermelha que mais parece um fruto do que um pão.

Em 2013, a comissão de festas em honra de S. Bento levou a efeito o revestimento lateral da parte superior das paredes da capelinha com azulejos de cor azul onde estão representados quadros alegóricos da vida de S. Bento, nomeadamente, o milagre do pão envenenado e enviado pelo monge Florêncio para matar o santo e o encontro de S. Bento com Santa Escolástica.

### 4.13.10. S. Bento de Turiz

O arcipreste do Julgado de Regalados (Vila Verde), João José Peixoto, refere, nos idos de 1845, a existência de uma capela de S. Bento na freguesia de Santa Maria de Turiz: «A de S. Bento da particular administração da Casa e Morgado de Christovão d'Almeida» [1115]. As *Memórias Paroquiais* de 1758 não fazem referência a qualquer marca beneditina nesta localidade, o que significa que a construção da capela é posterior a esta data. Na atualidade, a toponímia confirma a existência de um lugar denominado S. Bento, embora não exista nenhuma capela com esta invocação, mas uma capela pública dedicada a Santa Helena, a mãe do imperador Constantino - a quem devemos o culto da Santa Cruz -, em cujo templo se encontra uma imagem de S. Bento. Junto à rotunda com a escultura de Santa Helena, do lado sul, encontrámos uma casa senhorial oitocentista com uma capela da invocação da «Santa Madre de Deus» em cuja fachada se encontra um nicho com uma pequena escultura granítica que parece representar S. Bento.

### 4.13.11. S. Bento na matriz de Gomide

Finalizámos o estudo das marcas beneditinas no concelho de Vila Verde com uma palavra sobre a riquíssima imagem de S. Bento jovem, envergando um hábito dourado pragueado, sem cogula, que nos faz lembrar algumas imagens do reformador da *OSB*, S. Bento de Aniane, que encontrámos na matriz de S. Mamede de Gomide. A disposição iconográfica mantém-se tal como descrita pelo abade, Bento Pereira da Cunha, em 1758: «O orago da igreja hé Sam Mamede mártir. Tem três altares, o mor com o Santissimo, o do lado do Evangelho com Nossa Senhora do Rosario e com Santa Quiteria, o do lado da Epistola com Sam Sebastiam, Sam Bento e Santo António» [1116].



Fig. 38. S. Bento na matriz de Gomide (Vila Verde).

Além da belíssima imagem beneditina de vestes douradas, S. Bento ainda jovem, permitam-nos uma referência a duas imagens muito antigas, uma de Nossa Senhora das Candeias e outra de Santa Quitéria.

Por aqui passa um dos caminhos de S. Bento para quem vem dos lados de Pedregais e Rio Mau rumo a S. Bento dos Milagres em Valbom S. Pedro, para, em seguida, atravessar o rio Homem em direção ao santuário de S. Bento da Porta Aberta, não nos surpreendendo, por isso, o culto ao Patriarca S. Bento na matriz de Gomide.

[1115] Cf. **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Cadastro ou livro que contém todas as freguesias – arciprestado de Pico de Regalados". Livro n.º 753, fl. 71.
[1116] *MP*, I, p. 541.

### 4.14. VIZELA, S. BENTO DAS PEDRAS

O Pe. Avelino de Jesus Costa, na obra *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, coloca a hipótese de a ermida de S. Bento, no alto do monte de Vizela, já existir no ano de 1192, uma vez que deu nome a esse monte: «subtus monte de Sancto Benedicto, discurrente flumen Avizela» [1117]. No capítulo em que aborda as freguesias que aparecem no **Censual das Terras de Guimarães e de Montelongo**, mostra-nos que, em 1259, já existia uma capela dedicada a S. Bento no alto do monte, hoje chamado Monte de S. Bento e pertencente às freguesias de S. Miguel das Caldas [de Vizela] e S. Salvador de Tagilde: *1259*, «março, *juxta heremitagium Sancti Benedicti*, e 1259, junho, *apud heremitam Sancti Benedicti in collibus Sancti Michaelis de Caldis et Sancti Salvatoris de Taagildi* (VMH., p. 335, nota 2). – [1369-1380], *De Sam Beeyto* [1118] *que he ermida de Taagilde e de Sam Miguel das Caldas* (Censual, V, n.º 163), a que ainda pertence» [1119].

O monge beneditino e eminente historiador Frei Geraldes Coelho Dias apoia a tese do cónego Avelino Costa sobre esta ser a primeira referência ao culto a S. Bento no território de Portugal: «montem Benedicti», início da nacionalidade.

O santuário de S. Bento das Pedras [1120], ou das Peras, situado no alto do monte com o seu nome, é um dos santuários beneditinos mais concorridos a seguir a S. Bento da Porta Aberta, e já era muito procurado no ano de 1758 [1121].

Em 1845, o arcipreste de Guimarães confirmava esta gestão partilhada do santuário entre as paróquias de São Salvador de Tagilde e de S. Miguel das Caldas de Vizela: «Ha nesta frg.ª 2 capellas: a 1.ª é no monte de S. Bento, seu orago he S. Bento; esta capella é d'alternativa com S. Miguel das Caldas, esta decente, e tem paramentos, sua fabrica é por conta dos dous Parocos» [1122].

O que nos surpreende em S. Bento das Pedras, em Vizela, é o enquadramento do santuário rodeado por pedregulhos pintados de branco onde alguns romeiros deixam o seu testemunho de graças concedidas. Trata-se de uma prática que encontra paralelo em Espanha, como referem Francisco Albornoz e José Ruiz de Adana no seu artigo sobre os ex-votos na província de Córdoba, quando falam dos objetos que não estão relacionados com a saúde: «Son las cintas de seda de distintos tamaños y colores colocadas junto a imágenes (...). En esta tipología entrarían

[1117] COSTA, Avelino de Jesus da (2000), *O. c.*, p. 475.

De acordo com o **Apêndice Documental** ao artigo «O Culto Popular de S. Bento – Uma forma de terapêutica religiosa», publicado na revista da Faculdade Letras da UP, da autoria de Frei Geraldo Coelho Dias, o ano é 1195 (1233 da era de César) e o vocábulo *monte* (monte) deve ser o nominativo *mons*, *subtus mons*. Este investigador, a páginas 244, transcreve o documento na íntegra do qual copiámos a primeira parte: «In Christi nomine. Ego Godinus Alfonsu filio Exemena Varela, placuit Mihi ut facerem tibi Alfonsu Kartam venditionis de hereditate mea própria quam habeo in villa Lagona videlicet portionem de duos casales subtus mons de Sancto Benedicto, discurrente flumen Avizela, territorio Bracara».

[1118] Sam Bieito é designação medieval para São Bento que se mantém no galego. No concelho de Lobios, Orense, há uma capela dedicada a San Bieito. Na freguesia de Vila Cova, concelho de Barcelos, existe um lugar chamado «Bieito».

[1119] COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O. c.*, p. 234.

[1120] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2011): *O. c.*, p. 267: «A *cal* (pedras caiadas) marca, ao longe e ao largo o S. Bento das Pêras sobre Vizela.Note-se que a designação de S. Bento das Pêras não tem nada a ver com a fruta, mas com as pedras, em latim *petra*, cujo *T* intermédio caiu na evolução popular da palavra, à semelhança de Pedro, que deu Pero. Na verdade, em Vizela, desde tempos medievais, a primeira capela do santo estava escondida entre a penedia; do S. Bento só se viam as Peras (pedras). Verdadeiramente, o santuário era toda aquela cumeada de penhascos, e daí a promessa, caracteristicamente local, de lhe caiar este ou aquele penedo, o que sempre se fez e continua fazendo. Algo de semelhante se devia passar junto de Rio Tinto, onde S. Bento é venerado como S. Bento das Pêras».

[1121] *MP*, I, p. 327.

[1122] **ADB**, *Visitas e Devassas*, Arciprestado de Guimarães, 1845 – "Caderno de todas as freguesias – arciprestado de Guimarães". Livro n.º 748, fl. 37.

también las edificaciones y obras realizadas con finalidad exvotiva, como cruces de caminos, inscriciones sobre piedra en algunos de nuestros santuarios, hornacinas públicas, etc.» [1123].

Quanto à cor branca, justifica-se não só por ser símbolo da pureza, da castidade, da graça, mas também por estar relacionada com a cura de males da pele. Já aqui falámos das ofertas de coisas brancas, em particular dos cravos. Moisés Espírito Santo é bem explícito no que respeita a este assunto: «É "bom" o animal de cor branca; é solidário com o Sol e agrada às potências das alturas – aos santos cristãos oferecem-se galinhas e outras coisas brancas. O animal preto é "ruim", cúmplice da Lua e mensageiro das potências ctónias – agrada ao Demónio, que tanto é príncipe das Trevas como Lúcifer (o que engendra a luz). Perto do leito de um moribundo, um gato preto "abrevia a sua agonia", como se o Diabo viesse em socorro do doente que Deus queria ver sofrer» [1124].

Quanto aos penedos pintados de branco, Frei Geraldo Dias esclarece-nos que se trata de uma prática antiga para identificar o local onde se encontrava a pequena capela de S. Bento escondida no meio dos penhascos. Frei Geraldo afirma, também, que «algo semelhante se devia passar junto do antigo mosteiro de Rio Tinto, onde S. Bento é venerado também como S. Bento das Peras» [1125], assunto em que não estamos de acordo, uma vez que, estando o santuário de S. Bento, em Vizela, rodeado de penedos (pedras) caiados que os devotos de S. Bento do monte de Vizela transformam em ex-votos, parece-nos mais correto dizer «S. Bento das Pedras» [1126], deixando para o S. Bento de Rio Tinto o determinativo «das Peras», já que se situa numa zona mais plana, de cultivo e onde existe uma qualidade de peras (D. Joaquina) que amadurecem na época da festividade de 11 de julho, dia da comemoração da Trasladação das Relíquias, com as quais costumam enfeitar o andor de S. Bento. Existe uma outra variedade cultivada na região norte e denominada «peras de S. Bento».

Do alto do miradouro construído em frente ao novo santuário – felizmente conservaram a capela primitiva –, a vista espraia-se pelos vales que rodeiam este monte de S. Bento, com a vila de Vizela lá no fundo de onde parte a procissão em dia de romaria.

No monte de S. Bento, por baixo do miradouro, uma devota anónima, que assina «Rosa *Reserbada*», deixou o seu ex-voto sobre um penedo pintado de branco: «Obrigado S. Bentinho pelo milagre que me fizeste. 17-7-2003».

O santuário é administrado por uma confraria muito ativa que tem empreendido vários melhoramentos nas últimas décadas. Desde a construção de um novo templo, mais espaçoso e com melhor vista, a um amplo parque verde, melhores acessibilidades e locais de estacionamento.

Agradou-nos de sobremaneira o terem mantido e recuperado a capela antiga, em cujo altar-mor conservam uma imagem de S. Bento respeitando a iconografia tradicional, e colocando no novo templo uma escultura que reflete a imagem de S. Bento que prolifera por toda a Europa, ou seja, S. Bento Abade com as suas venerandas barbas. Imagem iconograficamente semelhante encontra-se em cima de um penedo, ao lado do santuário, abençoando as comunidades que rodeiam aquele monte, nomeadamente as dos vales dos rios Vizela e Sousa.

Quanto à história deste santuário, encontra-se redigida pelo citado Frei Geraldo Coelho Dias num artigo inserido no livro *Santuário de S. Bento das Peras, Igreja Paroquial de S.*

[1123] ALBORNOZ, Francisco Luque-Romero, y ADANA, José Cobos Ruiz de (1989), «Los exvotos en la provincia de Córdoba. Tipología y catalogación»», **in** SANTALÓ, C. Álvarez, BUXÓ, María Jesús, y BECERRA, S. Rodríguez (1989): *La religiosidad popular. III – Hermandades, romerías y santuarios*. Barcelona: Anthropos, p. 371.

[1124] ESPÍRITO SANTO, Moisés (1990): *A religião popular portuguesa*. Lisboa: Assírio e Alvim (2.ª ed.), p. 44.

[1125] DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2010): «O Monte de S. Bento das Peras, em Vizela, e o culto popular a S. Bento», **in** AA. VV. (2010): *Santuário de S. Bento das Peras, Igreja Paroquial de S. Miguel das Caldas de Vizela, Igreja Paroquial de S. Salvador de Tagilde* (coord. de José Paulo Abreu). Braga: Instituto de História e Arte Cristãs (IHAC) – Museu Pio XII, p. 17.

[1126] Na freguesia de Fiscal, concelho de Amares, como noutra parte referimos, existe a capela de S. Bento das Pedras por a imagem milagrosa de S. Bento ter sido encontrada entre os penedos (pedras) do rio Homem.

*Miguel das Caldas de Vizela*, *Igreja Paroquial de S. Salvador de Tagilde*, com coordenação do cónego e vigário-geral da arquidiocese de Braga, José Paulo Abreu, editado em 2010 pelo Instituto de História e Arte Cristãs (IHAC) – Museu Pio XII.

Podemos resumi-la da seguinte forma: no séc. XII, na sequência da chegada a Portugal da Ordem de S. Bento trazida pelos monges de Cluny, aqui terá sido construída uma ermida em honra de S. Bento, precisamente na linha divisória das freguesias do Divino Salvador de Tagilde e de S. Miguel das Caldas de Vizela. A capela antiga, construída no século XVI, apresentava, no início do século XIX, evidentes sinais de degradação, tendo sido recuperada a partir de 1831. Por provisão de 14 de maio de 1834, foi de novo aberta ao culto.

A construção do novo templo teve início a 1 de agosto de 1966 [1127], sendo autor do projeto Aguiar Guimarães. Embora as obras do novo templo tenham sido concluídas em 1969, a sagração só ocorreria a 10 de julho de 1971, durante as festas em honra de S. Bento presididas pelo arcebispo de Braga, Dom Francisco Maria da Silva. A partir desta data, e por iniciativa do pároco de Tagilde, João Freitas, deu início a uma peregrinação anual com partida, alternadamente, das igrejas paroquiais de Tagilde e de S. João das Caldas de Vizela, uma vez que o santuário de S. Bento se situa, como vimos, na linha divisória destas freguesias [1128].

A velha capela e o novo templo foram elevados à categoria de santuário, em 21 de junho de 1999, pelo arcebispo de Braga D. Eurico Dias Nogueira. Em 11 de julho de 2003, D. Jorge Ortiga, sucessor de D. Eurico Dias Nogueira, procedeu à bênção de um novo altar-mor após uma remodelação do interior do templo.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1127] Cf. «Diário do Minho» de 12/7/2018.
DIAS, Geraldo Amadeu Coelho, OSB/FLUP (2010): *O. c.*, p. 17, refere o ano de 1964.
[1128] COSTA Silvestre (2000), *Santuários do Norte de Portugal*. Turisrul – Edições e Comunicação, Lda., Porto, p. 73.

# PARTE II
# S. BENTO DA PORTA ABERTA: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

«A montanha segue em silêncio
os passos
do peregrino»

JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA,
*A Papoila e o Monge*

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# 5. O SANTUÁRIO, HOJE, BASÍLICA MENOR, DE SÃO BENTO DA PORTA ABERTA

Rio Caldo é uma freguesia muito antiga, encontrando-se já referenciada no *Censual do bispo de D. Pedro* e nas primeiras *Inquirições*. Situa-se num território delimitado pelos rios Homem e Cávado – concelhos de Amares e de Terras de Bouro – onde a influência beneditina se fazia sentir através dos mosteiros de Santo André de Rendufe (beneditino) e de Santa Maria de Bouro (cisterciense).

Este espaço geográfico, de forma triangular e tendo como epicentro o planalto de Santa Isabel do Monte, ficou conhecido, desde os primórdios da nossa história, como a «montanha de Bouro» e possui, em cada uma das suas encostas, um templo dedicado a S. Bento.

Na encosta sul, a capela de S. Bento de Paradela de Frades, em Santa Maria de Bouro (Amares), construída em data que não conseguimos apurar, situa-se a meio do caminho que liga o mosteiro de Santa Maria de Bouro, do qual dependia, ao santuário de Nossa Senhora da Abadia.

Na encosta noroeste, também a meio e muito próximo da Via Nova (Geira) – a via XVIII do *Itinerário de Antonino* que ligava *Brachara Augusta* a *Asturica Augusta* -, situa-se a capela de S. Bento de Travassos, na freguesia de Santa Marinha de Vilar (Terras de Bouro).

Esta capela, construída em 1604 por recomendação do visitador, viu a sua edificação retardada durante cinco anos devido a uma querela entre o mosteiro de Santo André de Rendufe, que detinha o padroado da paróquia, e a Arquidiocese responsável no espiritual. 10 anos mais tarde, em 1614, o mesmo visitador, o cónego Miguel Pinheiro Figueira, devoto de S. Bento e figura de relevo capitular da Sé de Braga, ordena ao pároco de Rio Caldo recém-nomeado, Pe. João Rodrigues, que, no período de um ano, construa uma capela no lugar da Seara de Forcadela. Este é o templo que está na base da atual basílica menor de S. Bento da Porta Aberta.

A capela de S. Bento, no lugar da Seara, apesar de não ter sido a primeira capela a ser edificada na freguesia de Rio Caldo [1129], foi a que veio a atingir uma importância jamais imaginável e a transformar-se num enorme centro de culto, sendo elevada a basílica menor aquando das comemorações do quarto centenário da sua fundação, nos termos do Decreto *De Titulo Basilicae Menoris*, cuja distinção foi concedida pela Santa Sé no dia 17 de março de 2015.

Uma lápide colocada no lado esquerdo da galilé perpetua o facto: «No ano da Graça de 2015, na solenidade do "Trânsito de S. Bento", 21 de março, Sua Santidade o Papa Francisco elevou à **Dignidade de Basílica** este Santuário que celebra o 400.º aniversário da sua fundação, correspondendo ao pedido de Sua Ex.cia Rev.ma o senhor Dom Jorge Ferreira da Costa Ortiga, Arcebispo Primaz.»

A basílica de São Bento da Porta Aberta constitui um local de paragem obrigatória. Crentes ou simples turistas, aqui podemos reconciliar a nossa alma com o Criador através de um dos santos mais influentes da Igreja Católica, esquecer as agruras da vida pela contemplação

[1129] Temos presente a «Provisão pela qual o senhor arcebispo dá licença para que se possa dizer missa na ermida de São Pedro de Rio Caldo», datada de 26 de junho de 1600, ou seja, quinze anos antes da provisão para se poder celebrar missa na capela de S. Bento. Vide **ADB**, *Registo Geral*, Livro n.º 6, fl. 357.

extasiada do vale do rio de Freitas que mergulha na barragem de Caniçada ou recuperar as energias com um belo repasto no «Hotel de São Bento», mesmo em frente à basílica.

### 5.1. ENTRE A LENDA E A HISTÓRIA

A origem do culto a S. Bento na freguesia de Rio Caldo tem merecido, com mais ou menos especulação, a atenção não só de antropólogos, mas também de outros investigadores.

Em 1902, o jornal «A Voz Publica», do dia 15 de julho, ao informar que se tratava de uma «romaria muito concorrida por gente d'aqui do concelho e por grande numero de devotos da Galiza», situa a sua origem no final do século XIII princípio do XIV: «Esta egreja origina-se na fundação d'uma ermida dedicada ao mesmo padroeiro por um abbade de Rio Caldo nos seculos XIII ou XIV». Esta data não se pode aceitar após a descoberta, em 1980, pelo cónego Avelino de Jesus da Costa, do documento da sua fundação que referiremos adiante [1130].

De um modo geral, todos fundamentam a sua origem numa tradição local consubstanciada na recomendação do visitador, cónego Miguel Pinheiro Figueira, em 1614. Em 1851, aquando da *Escritura de reconhecimento, entrega e transacção que faz a Junta de Paróquia da freguesia de Rio Caldo ao Reverendo Abade da mesma* [1131], é dito que «por hum titulo hoje desencaminhado consta, que á tempo immemorial, fôra fundada e instituida pelo Reverendo Abade digo - pelo Reverendo Páraco de então».

A tese que nos parece menos consistente é a do professor Fernando Cosme [1132], grande especialista na área da toponímia, que nos apresenta uma teoria baseada no paganismo. Desde logo porque transmite a ideia de atividades pagãs – formas de o povo «exprimir a sua natureza, a sua alegria, as suas ansiedades, paixões e ilusões» - que se perpetuaram ao longo de séculos e estarão na base do culto a S. Bento nesta localidade. Ora, sabemos que estas «atividades» aparecem na romaria de S. Bento da Porta Aberta tardiamente, finais do século XIX, em tudo iguais às da romaria a Nossa Senhora da Abadia, um dos grandes centros de culto de todo o Minho [1133]. Por outro lado, a realidade mostra que o espiritualismo cristão nos apresenta provas mais que suficientes para explicar a sua génese. Ao procurar aproveitar-se de termos usados por Molho de Faria [1134], Fernando Cosme fá-lo fora de tempo, uma vez que aquele, quando se refere a um tipo de culto «pagão», tem em conta o comportamento popular dos anos 20 e 30 do século XX [1135], não dos séculos XVII, XVIII e XIX, quando, nesta ermida/capela, apenas se realizavam as festas de 21 de março (Trânsito de S. Bento) e de 11 de julho (Trasladação das suas Relíquias) sem qualquer arraial.

Normalmente, os santuários têm por origem as aparições dos seus padroeiros ou o achamento de imagens. Assim aconteceu com a Senhora da Abadia, a Senhora do Sameiro e a Senhora de Fátima, para só citar os mais próximos e mais conhecidos.

---

[1130] Cf. «Diário do Minho» de 7-8-1980.

[1131] **ADB**, *Notarial de Braga*, Penha Fortuna, 1851, 19 de julho – "Escritura de reconhecimento, entrega e transacção que faz a Junta de Paróquia da freguesia de Rio Caldo ao Reverendo Abade da mesma". Livro de Notas n.º 12, fls. 77-79.

[1132] COSME, Fernando da Silva (2015): *Pela Serra do Jurês e ao longo da Jeira – História na Toponímia*. Terras de Bouro: Município de Terras de Bouro, p. 304: «a antecedente direta de *S. Bento da Porta Aberta* terá sido *Santa Eufémia*. Mas na base do seu culto descobre-se a deusa celta *Nábia Corona*, da *Costa da Coroa*, onde foi edificado o atual templo de S. Bento. (…) As romarias a *Nábia* à *Costa da Coroa* devem ter continuado em forma genuína e, embora o nome *Nábia* no século XVII tenha mudado para o de S. Bento, os cultos ancestrais continuaram».

[1133] BEZERRA, Manoel Gomes de Lima (1785): *Os estrangeiros no Lima*, vol I. Coimbra: Real Officina da Universidade, p. 11.

[1134] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 122: «Não nos referimos à festa de Março, nem à de 11 de Julho, embora já seja esta um tanto ou quanto frequentada».

[1135] A este propósito, veja-se o artigo publicado no jornal «Diário do Minho», de 12 de setembro de 1934, intitulado **Uma bela tradição que se restaura**, de que transcrevemos um parágrafo: «O que se deu é que a fé se ressentiu do paganismo ou semi-paganismo ambiente, e as manifestações de fé e os actos do culto serviam muitas vezes de simples pretexto para autenticas bacanais».

Em relação ao culto de São Bento da Porta Aberta, tal não aconteceu, conhecendo-se três explicações da fundação da capelinha primitiva. Como sempre acontece com factos que se perdem na memória do nosso povo, a lenda confere algo de poético à narração factual. Comecemos com a explicação lendária que poderemos incluir na narração histórica. Num tempo impossível de fixar, existia, no lugar da Seara de Forcadela, uma porção de terreno que era disputada por dois vizinhos. Depois de muitas discussões e confrontos, os dois chegaram a um acordo, comprometendo-se um a abdicar do terreno desde que o outro nele construísse umas Alminhas ou um nicho [1136] onde terá sido colocada uma imagem de S. Bento [1137]. Uma outra versão, incluída no processo jurídico que, entre os anos de 1977 e 1980, correu termos no Tribunal Judicial de Vieira do Minho [1138], refere que a disputa entre os vizinhos que se detestavam foi por causa de um vão (não de um cão como aparece nalguns escritos): «foi a resultante de uma rija contenda, por causa de um vão entre dois vizinhos. As coisas ter-se-ão avolumado e o desfecho parecia desagradável. Todavia, quis Deus que, afinal, os dois se entendessem e viessem às boas» [1139].

O Pe. Pinto Guedes, no livro que nos deixou, *Para a historia de S. Bento* [1140], comentando um artigo do jornal «A Voz Publica» de 15 de julho de 1902, contesta a tradição oral de que o santuário teve origem numa ermida construída por um abade de Rio Caldo [1141], dizendo: «não ha tal; a tradição diz que foi por um acordo de dois moradores da Seara por causa de um matar um cão ao outro, dando um o material para o nicho, dedicado a S. Bento, e o outro o local, que então tinha o nome de Outeiro do Rei [1142]».

O cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, conhecido estudioso e investigador da história, entre outras, das terras de Entre Homem e Cávado, apresenta-nos uma outra explicação. Segundo ele, a capela terá sido mandada edificar pelos monges beneditinos de Santa Maria de Bouro, em honra do seu fundador, São Bento, por dois motivos: um, por causa dos romeiros galegos que por ali passavam em direção ao santuário mariano da Abadia; outro, por causa dos frades que percorriam aquele trajeto quando iam fazer os seus tratamentos às Termas do Gerês [1143].

A «Noticia historica», inserta no regulamento interno aprovado no ano de 1944, apresenta uma versão sobre a fundação da capela de S. Bento que, durante muitos anos, foi considerada fidedigna:

---

[1136] D. Gabriela de Sousa, na obra *São Bento: Patriarca dos Monges e Pai da Europa*, refere, na página 4 do apêndice «S. Bento da Porta Aberta», que *a hipótese dum nicho primitivo*, tipo alminhas, talvez com rústico alpendre ou lage de cobertura, não está devidamente documentada – aliás deixaria de ser hipótese – mas parece-nos verosímil».

[1137] FARIA, Molho de (1978): *O. c.*, p. 74: «Segundo a versão mais simples, houve rija contenda, por causa de um terreno vago, entre dois vizinhos. As coisas tomaram tal vulto, que eram bem desagradáveis as perspectivas do desfecho. Quis Deus que, afinal, os dois se acomodassem e viessem às boas. Tudo acabou com um acordo que obrigava ambas as partes.

Um era obrigado a fazer umas alminhas ou pequeno oratório em honra de S. Bento, enquanto o outro ficava obrigado a ceder o terreno para isso».

**[1138]** Cf. **Tribunal Judicial da Comarca de Vieira do Minho**, *processo de ação ordinária n.º 55/77*. Autores: Junta de Freguesia de Rio Caldo e Comissão Fabriqueira de Rio Caldo; ré: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, p. 39.

[1139] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *Vieira do Minho: Notícia Histórica e Descritiva*, 2.ª ed. Braga: «O Jornal de Vieira», p. 462.

[1140] Arquivo «Dr. Domingos Alves»: PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (1902-1910): *Para a historia de S. Bento* (manuscrito), fl. 1. Este livro tem como subtítulo «A questão de S. Bento pela imprensa. Ordem chronologica – 1902». Apresenta-se com termos de abertura e de encerramento – como os livros da irmandade com que lidou ao longo de mais de trinta anos – e, na penúltima página, a anotação seguinte: «Foi encontrado pelo sr. José Augusto Gonçalves no dia 27-12-1940», que era, à data, o proprietário da «Casa do Pinto».

[1141] Há anos que este clérigo contendia com o abade da paróquia de Rio Caldo por causa da administração dos bens do santuário de S. Bento.

[1142] Encontrámos topónimos idênticos - que ainda perduram -, sempre junto a caminhos velhos, nas freguesias de Covide e de Vilar da Veiga.

[1143] CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1957): *Senhora da Abadia: monografia histórico-descritiva*. Barcelos: Confraria de Nossa Senhora da Abadia.

> Segundo a tradição dos habitantes de Rio Caldo, confirmada por um velho manuscrito arquivado na casa "Araújo", um antepassado dessa família chamado Pedro Pires [1144], homem piedoso e muito devoto do Grande Patriarca S. Bento, erigira, talvez nos princípios do século XVII, no local sobranceiro á sua morada, no lugar da Seára, um "nicho ou alminhas" e ahi colocou a Imagem de S. Bento.
>
> Pouco depois, o páraco da freguesia edificou ali uma capelinha, onde recolheu a mesma Imagem.
>
> Situado num outeiro agreste e próxima da antiga estrada que, do Santuario de Nossa Senhora da Abadia dava acesso á povoação do Gerêz e fronteira hespanhola, essa capéla ou não tinha portas ou estava sempre aberta e ahi se recolhiam os viajantes, abrigando-se das intempéries ou quando a noite os surpreendia nas suas longas caminhadas; pelo que era conhecida pelo nome de S. Bento da Porta Aberta a mesma Imagem, que com o mesmo titulo hoje se venéra.
>
> As graças obtidas por intercessão do Santo Patriarca, a princípio conhecidas dos povos da região, a pouco e pouco se espalharam pelos mais afastados; aumentando assim, cada vêz mais, a devoção dos fiéis.
>
> Todavia, com o decorrer dos tempos, as esmolas foram aumentando a ponto de com elas se poder festejar o Santo condignamente e ainda reverter anualmente um pequeno saldo a favor do beneficio paroquial, como ainda hoje acontece em varias regiões e se verifica pelo livro dos "Usos e costumes" da freguesia, aprovado e confirmado em 1730 pelo Dr. Provisôr Geral da Mitra Capitular (sede vacante), a pedido do Abade, José de Araújo Távora.
>
> A junta paroquial, bem como mais tarde os administradores da Irmandade costumavam, depois de feitas as festividades e paga a congrua paroquial estabelecida, bem como os demais encargos, empregar os saldos em obras de embelezamento do local da capéla, transformando-a completamente, em auxiliar a instrução, subsidiando um professôr, dando livros e objectos escolares a alumnos pobres, em obras de beneficencia e assistencia pagando remédios e consultas médicas a pobres, etc. … Foi este o critério seguido pela Irmandade até que, ultimamente, foram reformados os seus Estatutos de harmonia com a legislação canónica; e, para melhor se atingir este objectivo, a Irmandade organizou o seguinte regulamento interno [1145].

Esta «Noticia historica» está de acordo com um texto do P.e José Pinto Guedes, um dos fundadores da confraria de S. Bento da Porta Aberta, publicado em 1925 na monografia sobre Vieira do Minho de José Alves Vieira: «diz a tradição que a sua origem vem de uma contenda, por causa de um cão, entre dois vizinhos que vieram ás boas, obrigando-se um a mandar fazer umas *alminhas* ou oratoriosinho em honra de S. Bento e o outro vizinho a dar o terreno para isso» [1146].

A versão mais consistente, já publicada pelo Dr. Molho de Faria na segunda edição da monografia *S. Bento da Porta Aberta*, deve-se à descoberta, no Arquivo Distrital de Braga, por parte do professor Avelino de Jesus da Costa, de uma provisão para bênção da capela de S. Bento sita no lugar de Seara da Forcadela, freguesia de S. João Batista de Rio Caldo, intitulada: *Petição e provissão porǭ se da l.ca ǭ se diga missa na hermida de São Bento sita na freg.a de São João de Rio Caldo*.

Este documento veio provar que o culto a S. Bento nesta localidade remonta, pelo menos, a 1614 [1147], e não a 1640, como refere o «Guião do Santuário de S. Bento da Porta Aberta»

[1144] Durante anos, com base no testamento feito em 1640, ano da sua morte, atribuiu-se a construção da ermida primitiva de S. Bento a Tomé Pires, filho de Pedro Pires, de Rio Caldo, e de Isabel Afonso, de Santa Isabel do Monte.
[1145] **AISBPA**, «Noticia Historica», *Regulamento Interno*, 1944, fls. 1-1 v.
[1146] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *O. c.*, p. 462.
[1147] Se aceitarmos a tradição, a capela terá sido construída num local onde já existia um nicho com a imagem de S. Bento.

editado pela TUREL, em 2005, integrado na coleção "Guiões Turísticos dos Santuários", bem como outras fontes [1148].

### 5.2. ORIGEM DA CAPELA DE S. BENTO DA SEARA DE FORCADELA (1614-1615)

Quando, em 1614, o visitador Miguel Pinheiro Figueira passou pela paróquia de Rio Caldo, ordenou ao abade, João Rodrigues, que construísse uma ermida no lugar de Seara de Forcadela, para administração dos sacramentos, por estar distante da igreja [1149], obrigação que teria de cumprir até ao Natal seguinte. Este lugar era atravessado por um caminho antigo utilizado pelos romeiros de Nossa Senhora da Abadia. O pároco cumpriu, escolheu um local de onde se avistava todo o vale do rio de Freitas e parte do vale do Cávado, chamado «Outeiro do Rei», e, de livre arbítrio, por recomendação do visitador, por influência dos monges do mosteiro de Santa Maria de Bouro que ali detinham o casal da Seara da Forcadela, ou porque ali já existisse um nicho com a imagem do Santo Patriarca, dedicou-a a S. Bento.

Em 7 de agosto de 1980, o cónego Avelino de Jesus da Costa publica no «Diário do Minho» um artigo intitulado *O fundador de São Bento da Porta Aberta*, em que divulga o documento da fundação e bênção [1150] da primitiva capela de S. Bento no lugar de Seara de Forcadela, freguesia de Rio Caldo. Pela importância deste documento como base de toda a história da basílica de S. Bento, passamos à sua transcrição:

> Fl. 131 v.:
>
> *Petição e provissão porq̄ se da l.ca q̄ se diga missa na hermida de São Bento sita na freg.a de São João de Rio Caldo.*
>
> Fl. 132:
>
> Diz João Rodz, Abbade de São João de Rio Caldo que visitando a dita igreja o ano proximo passado de mil seiscẽtos e quatorze, o R.do conego Miguel Pinheiro Fig.ra deixou no l.o da visitação da dita igreja o capitolo seg.te: Mando ao abbade q̄ faça hua hermida na Seara da forcadella pera administração dos sacram.tos, por ser lugar remoto da igreja e de grande distançia de caminho, por ser m.to necesario e do serviço de Nosso Sñor o q̄ cumprira ate o natal, ornando-a de todo o necessario, com pena de mil reis.
>
> A qual hermida esta m.to bem acabada, de fermosa parede, e bem caiada, com seu enchaxo [1151] na parede de seis palmos em alto, lavrado de esquadria com suas folhages e seu campanario m.to bem feito. Esta bem emmadeirada d'olivel e toda forrada, com suas portas principal e travessa de esquadria; os portaes e o telhado m.to bem consertado e todas as telhas com cal. A invocação do P.e Sñor São Bento, q̄ esta feito de vulto, de quatro palmos e meo de em alto, mui bem pintado. Orrnam.tos pera a missa e altar, digo, altar irão da dita igreja q̄ tem bastantes pera tudo, pello q̄ pede a Vossa M.ce lhe mande passar l.ca [1152] para dizer missa na dita hermida e Recebera m.ce. João Rodz. Ao doutor P.or em messa, vinte e oito de Junho de mil seiscentos e quinze. Mogo Mergulhão Moraes. Passe l.ça, pagando a chan.ria. Moraes. // Provisão. Nos, o Arcebispo Primas, Señor de Braga, etc. Pella p.te, v.ta a petição e certidão atras, damos l.ca q̄ se possa alevantar altar e dizer missas na hermida de São Bento

[1148] A página da *internet* da Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) tem um *post* no *Facebook* datado de 12-10-2018, que continua a referir o ano de 1640 como da fundação da capela primitiva. Cf. https://pt-pt.facebook.com/ATAHCA%20/videos/document%C3%A1rio-sobre-s%C3%A3o-bento-da-porta-aberta/1984371191585691/ (consultado em 16-08-2019).

[1149] Este é um argumento usado pelos visitadores e que está na base da construção de inúmeras capelas em muitos locais da Arquidiocese de Braga.

[1150] **ADB**, *Registo Geral*, 1615, 30 de junho. Livro n.º 12, fls. 131 v. a 132 v.

[1151] «Inchaço», segundo transcrição de Eduardo Pires de Oliveira. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de Oliveira (2008): *O. c.*, p. 107.

[1152] «Provisão», segundo Eduardo Oliveira. Cf. *O. c.*, p. 107.

nomeada na dita petição e nella fazer todos os mais off.os, não perjudicando em cousa algua aos dir.tos da igreja matris em cuius lemites a dita hermida esta situada. Dada em Braga sob nosso sello, e sinal do m.to R.do D.tor Aleixo de Moraes, Governador e Provisor de nosso Arcebispado, aos vinte e nove dias do mes de Junho. Thomas Coelho, not.º ϙ serve no off.º da casa deste Arcebispado a fez, de mil seiscentos e quinze anos. Ao sello, pareçe ϙ por se mandar por visitação esta hermida, dez reis, alias hua dobra cruzada. Mergulhão. Ao escrivão, corenta reis. A qual petição e provissão eu, o conego Valleriano d'Alfaro, escrivão do Registo Geral tresla-

Fl. 132 v.:

dei bem e fielm.te da propria a que me reporto, com a qual a concertei e com o not.º abaixo assinado. E por verdade assinei aqui aos trinta dias do mes de junho do dito ano ut supra.

Valeriano d'Alfaro.



Fig. 39. Escultura antiga de S. Bento da Porta Aberta. (Fonte: Museu da ISBPA).

Salientamos a referência à imagem de S. Bento, «feito de vulto, de quatro palmos e meio de em alto muito bem pintado», sem dúvida uma descrição que nos faz pensar ser a mesma que, trezentos anos mais tarde, havia de ser roubada e escondida no meio de umas fragas no monte do Formigueiro. Uma nota, também, sobre a celeridade processual: três dias consecutivos para obter o despacho de envio ao Provisor (28/6); a concessão da licença (29/6) e o registo (30/6). Pensamos que esta urgência se deve ao desejo de proceder à bênção da capela no dia 11 do mês seguinte (julho), em que se comemora a Trasladação das Relíquias de S. Bento.

Sobre a escolha de S. Bento como orago, houve uma congregação de fatores para que a escolha fosse essa. Desde logo, a já referida devoção por parte do visitador Miguel Pinheiro Figueira. Mas julgamos não despiciendo o facto de os frades do mosteiro de Santa Maria de Bouro serem os proprietários da maior parte da freguesia de Rio Caldo – aqui possuíam 27 casais - , nomeadamente no lugar de Seara da Forcadela onde, em maio de 1587, o casal de Seara de Forcadela foi dividido em seis partes e assim aforado. Um dos enfiteutas era Pedro Pires, antepassado de Tomé Pires que, durante muitos anos, viria a ser considerado construtor da capela de S. Bento. Também não podemos dissociar esta opção hagiológica do facto de, por este local, passar um dos caminhos mais antigos de peregrinação, aquele que se dirigia ao santuário de Nossa Senhora da Abadia, por onde transitavam muitos romeiros oriundos da Galiza.

### 5.2.1. A capela de S. Bento entre 1615 e 1729

Desde a fundação da capela de S. Bento da Seara da Forcadela até à sua consagração como basílica menor, podemos estabelecer quatro períodos distintos: o primeiro, de 1615 a 1729, em que nada aconteceu de especial; o segundo, de 1730 a 1840, o momento de viragem com o aparecimento dos primeiros peregrinos e o seu aumento exponencial; o terceiro, de 1841 a 1895,

com a construção do santuário, o início das grandes romarias e a construção de várias infraestruturas; por último, de 1896 aos nossos dias, com a continuação de vários melhoramentos e a sagração, no ano de 1998, da nova cripta de S. Bento da Porta Aberta, uma obra projetada pelo arquiteto Luís Cunha.

Benzida, provavelmente, no dia 11 de julho de 1615, esta capela permaneceria limitada ao culto local, como tantas outras que salpicam o Minho, e sem a concorrência de qualquer romeiro, como escreve Avelino de Jesus da Costa: «Até finais do século XVII, a ermida de S. Bento não devia ter grande concorrência, porque o Pe. António Carvalho da Costa não a menciona ao falar da freg. de Rio Caldo, no vol. I da sua *Corografia portuguesa*, publicado em 1702» [1153]. Consultado o ADB, e ao contrário do que vai acontecer nos séculos XVIII e XIX, não há registo de qualquer pedido para a sua ampliação, renovação ou colocação de confessionário.

Em 1730, ano do *Registo de provisão da aprovação do livro dos Usos e Costumes de S. João de Rio Caldo feitos com os fregueses e o reverendo José de Araújo Távora* [1154] pela autoridade eclesiástica, com o título *Poreza dos usos e Costumes da Freg.ª de S. Joaõ Baptista de Rio Caldo*, é referido que as capelas da paróquia, nomeadamente a do Patriarca S. Bento, não auferem qualquer rendimento (ausência de esmolas), cabendo ao pároco a obrigação de cuidar da de S. Bento, como lemos no título 27: «Não tem estas Capellas rendimento algum nem obrigação de missa: e as ofertas dellas saõ do Parocho: o qual tem obrigação de consertar e fabricar a de S. Bento e a de S. Lucia o̱ as demais são dos frejguezes a fabricar» [1155].

### 5.2.2. A capela de S. Bento entre 1730 e 1843

#### 5.2.2.1. O determinativo «da Porta Aberta»

O reputado sociólogo Moisés Espírito Santo escreve que «ninguém sabe (ou ousa) dar uma explicação» sobre a origem da «Porta Aberta», «o nome do santuário – da porta Aberta –», acrescentando que «evoca um arquétipo materno de primeira importância: a porta. A de S. Bento é aberta, para a reintegração».

Obviamente que estamos em desacordo uma vez que este «apêndice» tem sido objeto de várias explicações, embora algumas completamente disparatadas. O Pe. José Pinto Guedes, nas notas que enviou ao Pe. José Alves Vieira e que integram a sua monografia sobre Vieira do Minho publicada em 1925, afirma: «Ainda não vai ha muitas vidas que se viam cobertos de

---

[1153] Cf. «Diário do Minho» de 7-8-1980.

[1154] **ADB**, *Registo Geral*, 1730, 24 de outubro. Livro n.º 88, fls. 115A v.-116 v.

[1155] Sobre o *Costumeiro* de Rio Caldo, Molho de Faria, na sua monografia, refere, a páginas 79: «É para notar que, além destas capelas, havia mais duas de que não fala o Costumeiro: uma no lugar de Paredes e outra no lugar de Leira-Chã. Ambas, porém, são particulares». Esta chamada de atenção não faz sentido porque desconhecia, o bom do cónego, que as capelas que refere, no ano em que o Costumeiro foi redigido (1730), ainda não tinham sido construídas ou benzidas. A capela da Imaculada Conceição, no lugar de Paredes e pertencente à Casa do Pinto, foi construída no ano de 1890 pelo Pe. José António Silvério Pinto Guedes (júnior), embora o requerimento para dotação de património tenha sido feito pelo seu irmão Clemente José Silvério Pinto Guedes. Cf. **ADB**, *Notarial de Vieira*, Livro n.º 525 (Correia de Vasconcelos), 5-8-1890. Obteve sentença cível de património em 6-12-1890 concedida pelo arcebispo D. António Honorato. Cf. **AAB**, *Registo Geral de Património* (1885-1910), fl. 10 v.

Quanto à capela de S. Bartolomeu, no lugar da Leira-Chã, foi dotada de património por escritura de 3 de setembro de 1727, sendo seu instituidor o Pe. Sebastião Pires de Freitas, abade de Gemeses (Esposende), comissário do Santo Ofício. Cf. **ADB**, *Notarial de Esposende*, Livro n.º 232, 3-9-1727.

O Pe. Sebastião Pires de Freitas, natural da freguesia de Santa Marinha de Covide (não «Corvite» como transcreve Eduardo Pires de Oliveira **in** *Cadernos de Cultura de Terras e Bouro*, n.º 5, p. 92, nota 4 e aparece no título no **ADB**) fez várias tentativas para construir uma capela na freguesia de Rio Caldo, primeiro dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso (**ADB**, *Registo Geral*, 1724, 12 de fevereiro. Livro n.º 74, fls. 185 v.-186 v.), mas que acabou por ser em honra de S. Bartolomeu. Cf. **ADB**, *Paroquial de Terras de Bouro*, n. 156, fls. 201 v.-202: «foi sepultado na capela de Sam Bertholomeu sita no ditto lugar de Leira Cham desta freg.ª na forma do testamento que fez, a qual capela elegeo p.ª nella ser sepultado; e foi sepultado na d.ta capela no meio della, logo abaixo do taburno na forma do d.to tes.to».

eras os restos de uma ermidinha que ou não teria porta ou estava sempre aberta aos devotos. Daqui o nome de S. Bento da Porta Aberta.

O certo é que em 1789 já existia uma confortável capela, com suas pesadas grades de ferro ao arco cruzeiro, tendo sempre a porta aberta de dia e de noite» [1156].

Molho de Faria, na monografia *S. Bento da Porta Aberta*, editada em 1947, refere: «embora não faltem hipóteses curiosas, decerto porque ficava patente a todos quantos aí se refugiavam, para descansar ou rezar» [1157]. Esta é a explicação mais generalizada, uma vez que tal situação ocorreu com tantas outras, mas que nunca acrescentaram este «apêndice» à sua denominação. O referido autor acrescenta:

> Cremos que a verdadeira história deste nome nos é transmitida e conservada por uma quadra que ainda hoje o bom povo do Minho canta jubilosamente, repetidamente.
>
> Reproduzimo-la, consoante a ouvimos a um grupo de rapazes:
>
> S. Bento da Porta Aberta
> Por que a não tendes fechada?
> Quereis ver os passageiros
> Que vos passam na estrada? [1158]

Quem, ainda hoje, visita a capela de S. Bento em Balugães (Barcelos) – sempre aberta durante o dia – pode ver umas grades que separam a capela-mor da pequena nave cravadas num floreado arco de estilo românico-gótico. Esta situação surge-nos em muitos outros templos como forma de proteger o espaço onde, habitualmente, se encontra o Santíssimo.

O cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, autor da monografia *Senhora da Abadia*, segue a tradição [1159]:

> Diz a tradição – e tudo leva a crer que isso corresponde à realidade – que a ermida primitiva de S. Bento, situada num cômorozinho arrasado quando se construíu a igreja actual, tinha na frente um alpendre ou «cabido», como grande parte das capelas do alto dos montes, e conservava geralmente as portas abertas de noite e dia, servindo de santuário e ao mesmo tempo de abrigo a quem passava. Daí lhe terá advindo a designação de S. Bento da Porta Aberta.

A página da *internet* da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta transcreve, sobre esta matéria, um parágrafo do artigo do cónego Avelino de Jesus da Costa publicado em 1980, segundo o qual «o grande desenvolvimento do culto a S. Bento deu-se a partir de meados do séc. XVIII, data em que a capela se chamava apenas de S. Bento, a que, anos mais tarde, se acrescentou "da Porta Aberta", por a sua porta se manter sempre aberta, como disse o arcipreste, P. João José Peixoto, em Dezembro de 1845» [1160].

O Pe. Manuel Fonseca, capelão do santuário, no primeiro número do jornal por ele fundado, «São Bento da Porta Aberta», e numa altura em que as portas já não estavam sempre abertas, aborda esta questão de uma forma literária e simbólica, não sem um primeiro enquadramento na tradição: «Era uma estância de repouso e de … devoção. Ainda no princípio do século passado continuava o costume de a capela ter sempre a porta aberta.

---

[1156] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *Vieira do Minho: Notícia Histórica e Descritiva* (2.ª ed). Braga: «O Jornal de Vieira», p. 462.

[1157] FARIA, Molho de (1947): *O. c.*, p. 78.

[1158] *Idem*, pp. 77-78.

[1159] CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1951): *Senhora da Abadia*. Barcelos: Confraria de N. S. da Abadia, p. 92.

[1160] In https://www.sbento.pt/pt/sao-bento-da-porta-aberta/ (consultada a última vez em 16-08-2019). A designação de «São Bento da Porta Aberta» aparece, pela primeira vez, no ano de 1837.

S. Bento, de Rio Caldo, é, finalmente, o Santo que, por tradição, tem o coração aberto a todos os devotos e a todas as necessidades» [1161].

Parece-nos, todavia, que o único que conseguiu descer ao âmago da questão e procurar, tendo em conta os dados cronológicos, uma fonte documental que suportasse a adição do apêndice «da Porta Aberta» foi o ex-Abade do Mosteiro Beneditino de Singeverga, Dom Gabriel de Sousa O. S. B., cujo texto nos merece a maior atenção, uma vez que tem por base o relato de um outro beneditino sobejamente conhecido, Marceliano da Ascensão [1162], que viveu no mosteiro de Tibães em meados do século XVIII.

D. Gabriel de Sousa explica que «o respectivo nome tem uma origem histórica bastante bem determinada pelos anos de 1730, sem excluir um substracto mais remoto», um «abrigo serrano, sem portas» [1163]. Isto de acordo com um escrito de Frei Marceliano da Ascensão incluído na obra de Diego de Mecolaeta, editada no ano de 1733, também monge beneditino, referindo-se a duas situações que, quanto a nós, explicam, por um lado, o início da romagem à capela de S. Bento da Seara da Forcadela e, por outro, que, alguns anos passados, mudasse a designação para S. Bento da Porta Aberta. Dado o interesse e a raridade do texto, passamos a transcrevê-lo:

> En los montes de Geres, que están en la provincia de entre Duero, y Miño hai una parrochia intitulada San Joan de Rio Caldo, en cuios limites está una ermita de este santíssimo Patriarca, en un territorio desierto, y solitario, con la puerta abierta noche, y dia, sin haver memoria de que jamàs se aia cerrado, ni de que se aia cometido en ella irreverencia, ò hurto. El año de 1730, llegó un cura nuevo à la referida parrochia, y teniendo noticia de que estaba abierta la puerta de la ermita, mandò a Francisco de Arauxo, que era procurador del Santo, que la cerrase luego, imponiendole una grave multa, si huviesse descuido. Por obedecer el orden de su parrocho, y evitar el castigo, fue el buen hombre à la ermita, y cerrò la puerta principal con su falleba, y la del costado con llave; pero al amanecer del dia siguiente, yà las puertas estaban de par en par. La siguiente noche hizo la misma diligencia, y no contento con echar la falleba, y passador de la puerta principal, airrimò a ella dos bancos, y cerrando con llave la pequeña, se fue à su casa. El dia siguiente volviò à la ermita, y hallò las puertas francas, y los bancos en sus lugares; con lo qual, informò al cura de todo lo que avia sucedido, y se descargò del oficio de maìordomo, por no verse precissado a cerrar las puertas tercera vez, temiendo que el Santo lo castigasse. El cura entonces entregò la llave a un capellán, llamado Domingo Barbosa [1164], el qual cerrò las puertas, pero al siguiente dia las hallò como el secular. No queria el cura dar credito à tan repetido milagro, y quiso palparlo por sì propio. Cerrò en fin las puertas; y viò que el Santo no las quiere tener cerradas: porque el dia siguiente, quando el cura llevaba la llave para abrirlas, yà el Santo avia hecho la diligencia. Con lo qual quedò desengañado, y la ermita patente, como siempre, noche, y dia, quedando por cuenta del Santo su custodia. Los tres testigos mencionados viven y lo

[1161] Jornal «São Bento da Porta Aberta», agosto de 1961, p. 4.

[1162] Autor da *Coronica do antigo, Real e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães desde a sua primeira fundação athe ao prezente* (**BNL**, *códice n.º 11416*). Em 1752, desempenhava as funções de Cronista da Congregação da Ordem de S. Bento em Portugal.

[1163] SOUSA, O. S. B., D. Gabriel de (1990): *São Bento: Patriarca dos Monges e Pai da Europa*. Santo Tirso (Mosteiro de Singeverga): ORA & LABORA (3.ª ed.), página 4 do apêndice «S. Bento da Porta Aberta».

[1164] Cf. Arquivo «Casa Santos», 1712, 24 de novembro – "Autoamento de petiçaõ que mandou autoar Sebastiaõ Martins, da freiguezia de Carvalheira, juis ordinario neste con.co e julgado de Terras de Bouro, a requerimento de Fran.co Pires D'Araujo, Pedro Pires dos Santos e suas mulheres, e o reverendo Pe. Domingos Barbosa, todos do lugar da Seara de Forcadela, freg.ª de Sam Joaõ Batista de Rio Caldo e deste con.co julgado de Terras de Bouro".

> deponen contestes. La ermita se llama San Benito de la Saera, en la qual hace muchos milagros [1165].

Dom Gabriel de Sousa valoriza documentalmente este texto porque se trata de um relato feito num tempo não superior a três anos e em vida dos protagonistas - o pároco de Rio Caldo, o mordomo Francisco de Araújo e o capelão Domingos Barbosa, testemunhas contestes –, dizendo que «está certamente na origem do chamadoiro: S. Bento da Porta Aberta, que deve datar, por conseguinte, de meados do século XVIII» [1166].

Após tomarmos conhecimento deste texto, procurámos confirmar a existência das testemunhas do milagre «da porta aberta». As nossas pesquisas levaram-nos à identificação do pároco, Pe. José de Araújo Távora, responsável pela elaboração do «Costumeiro» da paróquia em 3 de setembro de 1730, intitulado livro dos *Usos e Costumes de S. João de Rio Caldo* [1167], do capelão, Pe. Domingos Barbosa, e do mordomo, Francisco de Araújo. Se em relação ao pároco e ao mordomo foi fácil a identificação – o primeiro pelo acesso aos registos paroquiais, às provisões insertas no fundo da Mitra, livros do *Registo Geral* (ADB), e o segundo graças ao arquivo da «Casa de Araújo» -, em relação ao capelão foi mais difícil e só mera curiosidade nos levou à leitura de um documento de 24 de novembro de 1712, denominado «Autoamento de petiçaõ que mandou autoar Sebastiaõ Martins, da freiguezia de Carvalheira, juis ordinario neste con.co e julgado de Terras de Bouro, a requerimento de Fran.co Pires D'Araujo [1168], Pedro Pires dos Santos e suas mulheres, e o reverendo Pe. Domingos Barbosa». O documento começa da forma seguinte:

> Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo da hera de mil setecentos e doze annos, em hos vinte e quatro dias do mes de novembro do anno da sobredita hera, no passo e foral das audiencias do concelho julgado de Terras de Bouro que he no lugar de Siqueiros, onde estava fazendo publiqua audiencia as partes e feitos Sebastião Martins da freiguezia de Carvalheira, juis ordinário neste concelho no crime e sivel, tudo por Rodrigo de Azevedo João Coutinho Senhor e Donatario da Real Ab.ª ahi na dita audiencia, apareceu Francisco Pires de Araújo, do lugar da Seara de Forcadela, freguesia de Sam João Batista de Rio Caldo e deste mesmo sobredito Concelho pelo quoal foi requerido a ele juis Thomas do Souto de hũa petição que trazia feita por escrito e já com hũ despacho dele juiz, a quoal petição fora feita em nome dele sobredito e Pedro Pires dos Santos e o reverendo Domingos Barbosa, todos do dito logar e freiguezia (…) [1169].

Confirma-se, por este manuscrito, a existência real das pessoas envolvidas no relato da abertura «milagrosa» das portas da capela de S. Bento na Seara de Forcadela. Por uma consulta ao processo de *inquirição de genere*, constatámos que o Pe. Domingos Barbosa, natural da freguesia de Rio Caldo, era filho de Francisco Glz e Madalena Barbosa, tendo sido ordenado por volta do ano de 1691.

O Pe. José Távora, no já referido *Livro de Usos e Costumes*, depois de elencar as capelas da freguesia, afirma qua as mesmas não têm qualquer rendimento e, certamente por isso,

---

[1165] MECOLAETA, Diego (1733): *Vida y Milagros del Glorioso Patriarca de los Monges San Benito*. Madrid: Joseph Gonzalez (Arenal), pp. 610-611.
[1166] Cf, SOUSA, O. S. B., Dom Gabriel de (1990): *O. c.*, apêndice «S. Bento da Porta Aberta», p. 7.
[1167] **ADB**, *Registo Geral*, 1730, 24 de outubro – "Registo de provisão da aprovação do livro dos *Usos e Costumes de S. João de Rio Caldo* feitos com os fregueses e o reverendo José de Araújo Távora". Livro n.º livro n.º 88, fls 115A v.-116 v.
[1168] Francisco Pires de Araújo pertencia à «Casa de Araújo». Era filho de Francisco Pires de Araújo que casara, em 1698, com Águeda Pires de Freitas, da «Casa do Carneiro», Covide (Terras de Bouro). Casou, por sua vez, em 1732, com Ana Pereira, da «Casa do Geira», natural de Vilarinho das Furnas (Campo do Gerês). Cf. Arquivo «Casa de Araújo».
[1169] Arquivo «Casa Santos».

também não têm obrigação de missa. As ofertas, se as há, são do pároco, que «tem obrigação de consertar e fabricar a de S. Bento e a de S. Lucia [1170] ǫ as demais são dos frejguezes a fabricar» [1171]. Por este documento, verificamos que, em 1730, a capela não tinha qualquer romagem e designava-se, apenas, «capela de S. Bento». Todavia, 3 anos depois do milagre, já é referida como tendo a porta aberta de noite e de dia, embora este «apêndice» tenha demorado mais de 100 anos a tornar-se *vox populi*.

5.2.2.2. O aumento da afluência de romeiros

Em 1736, o reverendo José de Araújo Távora obtém provisão de bênção de uma capela com a invocação de São Bento no lugar da Seara da dita freguesia. Como vimos, entre 1730 e 1733, algo de "maravilhoso" tinha acontecido na capela de S. Bento que iria mudar para sempre o culto ao Patriarca dos Monges do Ocidente, no lugar de Seara da Forcadela.

A obra de Diego Mecolaeta, *Vida y Milagros del Glorioso Patriarca de los Monges San Benito,* na senda das demais hagiográficas, exalta os feitos taumatúrgicos de S. Bento de modo a contribuir para o aumento da sua admiração e veneração. Ao acontecimento extraordinário «da porta aberta», associa a cura milagrosa de uma rapariga de 15 anos, chamada Águeda do Vale [1172], natural da freguesia de Parada de Bouro (Vieira do Minho), a quem nascera um tumor «de dois dedos de altura» no nariz que a impedia de ver. Não obstante ter procurado a cura por meio de tratamento médico, a medicina revelou-se incapaz de a sarar. Desenganados pelos médicos, os pais da jovem levaram-na a S. Bento oferecendo uma missa celebrada na solenidade do dia 11 de julho, dia da Trasladação das Relíquias de S. Bento. Assegura o tio da jovem, o padre Manuel do Vale e Araújo, pároco de Vilela (Póvoa de Lanhoso), que, no dia seguinte, esta despertou «sem o tumor e sem sinal nem vestígio de o haver tido» [1173].

Tendo em conta que o milagre se deu na pessoa de uma sobrinha de um clérigo, certamente ter-se-á espalhado com rapidez por toda a diocese, levando Frei Marceliano de Ascensão a incluí-la na sua narrativa sobre SBPA. A partir desta altura, o povo começou a convergir em grande número, de tal modo que, em 1736, o abade de Rio Caldo, Pe. José de Araújo Távora, requer licença para reedificar a capela «do Senhor São Bento» porque aí «concorrem muitos romeiros pelos muitos milagres que o mesmo São Bento faz» [1174].

O cura de Rio Caldo, Fructuoso Vieira Ribeiro, em 1758, dá-nos conta deste aumento de romeiros na memória que enviou para inclusão no volume das *Memórias Paroquiais*: «À irmida de S. Bento acodem muitos devotos e hé frequentada sua romagem nos dias do seu orago e em muntos mais dias do anno pellos muntos milagres que obra em sua imagem», escreve o abade de Rio Caldo [1175].

5.2.2.3. Alterações na capela de S. Bento da Seara de Forcadela

Após os milagres ocorridos entre 1730 e 1733 que provocaram um aumento da romagem, o pároco empreendeu um conjunto de melhoramentos que visavam tornar aquele pequeno templo mais atrativo e com melhores condições de receção aos peregrinos. O primeiro desses

[1170] Refere-se à capela de Santa Luzia, sita no lugar de Matavacas.
[1171] Arquivo «Casa Santos».
[1172] Agueda do Valle (n. 1718) era filha de Ignacio do Valle, de Parada de Bouro (Vieira do Minho), e de Gracia de Araujo, natural do lugar da Seara da Forcadela (Rio Caldo, Terras de Bouro). Além de um tio clérigo, o Pe. Manoel do Valle e Araujo, cura da paróquia de Santo Adrião de Parada de Bouro, tinha um irmão padre, Alexandre do Valle e Araujo, abade da Santa Marinha de Valdosende (Terras de Bouro).
[1173] MECOLAETA, Diego (1733): *O. c.*, p. 611.
[1174] **ADB**, *Registo Geral*, 1736, 22 de março – "Registo de provisão a favor do Reverendo Abade José de Távora, abade de Rio Caldo, para benzer uma capela com a invocação de S. Bento, no lugar da Seara, da dita freguesia". Liv. 102, fls. 8 v.-9 v.
[1175] *MP*, I, p. 430.

pedidos é referente à autorização para bênção da capela renovada e foi concedido por provisão registada a 22 de março de 1736 [1176].

O historiador de arte Eduardo Pires de Oliveira, não tendo encontrado motivos que levassem o abade da freguesia a empreender estes melhoramentos – desconhecia a obra de Diego de Mecolaeta – interrogava-se: «Que razões terão levado a ser necessário intervir na capela? Pequenas obras, as sempre necessárias decorrentes do tempo e do lugar ingrato e agreste que ocupava? Ou será que já então começava a ser um local concorrido de romeiros o início do frequentadíssimo santuário que agora é?» [1177].

O investigador suprarreferido deixa-nos sem resposta, embora constate que, «cerca de quinze anos mais tarde» (1751), o mesmo pároco solicitou autorização para reedificar a capela.

A documentação existente permite-nos conhecer, cronologicamente, a evolução do culto a S. Bento nas faldas da serra do Gerês. A Redação do *Costumeiro* de Rio Caldo, datada de 3 de setembro de 1730, apresenta uma capela simples sem qualquer romagem, semelhante às centenas que existiam em todo o Minho: «não tem estas capellas rendimento algum nem obrigação de missa e as ofertas dellas são do Parocho: o qual tem obrigação de consertar e fabricar a de São Bento e a de Sancta Luzia que as mais são dos freguezes a fabricar» [1178].

O conhecimento do «milagre da porta aberta» e da cura da sobrinha do abade de Vilela (Amares) fez com que se iniciassem as romagens à capela de S. Bento da Seara de Forcadela, de tal modo que, passados seis anos dos acontecimentos, o número de romeiros já era de tal modo significativo que o pároco solicita ao prelado arquidiocesano autorização para ampliar em 10 ou 12 palmos (+/- 2,5 m) a capela para a parte da frente. Concedida a autorização, o Pe. Távora pede licença para proceder à bênção respetiva:

> *Reg.to de Provisão a favor do Re.do Joseph de Araujo Tavora, Abbade de Rio Caldo, p.a benzer hũa capella na Seara freiguezia de que se trata.*
>
> Serenissimo Señor:
>
> Diz o Reverendo Joseph de Araujo Tavora, Abbade de Rio Caldo ꝙ Vossa Illustrissima foi servido conceder licença para mandar acrescentar dez ou doze palmos pera a p.te da frente da capella do Senhor Sam Bento desta, em o lugar de Seara da mesma freiguezia, a quoal obra esta feita com toda a decência, altar e retabullo (…) e porque estamos proximos do dia do Santo aonde concorre m.to povo por ser Santo de m.tos milagres e ahi se dizem muitas missas rezadas e cantadas e pera isso necessita ser venzido o dito acrescimo (…). Pede a Vossa Illustrissima se digne conceder licença ao supplicante para, na forma do ritual romano benzer o d.º acréscimo (…) [1179].

Em 3 de março de 1736, o Cabido – a Diocese estava com sede vacante – defere a pretensão do pároco sendo a *Provisão de licença* para a bênção da capela de S. Bento concedida e registada no dia 20 de março. Como a frequência da ermida era cada vez maior, assim como as ofertas, 12 anos após ter sido ampliada, o abade, na dupla qualidade de administrador e responsável, sentiu a necessidade de construir um novo templo com capacidade para responder

---

[1176] **ADB**, *Registo Geral*, 1736, 22 de março. Livro n.º 102, fls. 8 v.-9 v.

[1177] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2008): «A Capela, hoje Santuário, de São Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro) nos séculos XVII e XVIII», **in** *Terras de Bouro: História e Património,* Cadernos de Cultura n.º 5. Terras de Bouro: Câmara Municipal, p. 97.

Ficamos com a sensação que o investigador Eduardo Oliveira não procedeu à leitura da provisão que cita, uma vez que esta é bem explícita em relação às razões que levaram o abade a empreender as obras. Tratava-se de uma capela «aonde concorre muito povo por ser Santo de muitos milagres» e, por essa razão, solicitou licença para lhe acrescentar «dez ou doze palmos».

A provisão de 22 de março de 1736 é uma das que o referido historiador não transcreve no artigo citado, o que seria uma mais-valia.

[1178] Arquivo «Casa Santos».

[1179] **ADB**, *Registo Geral*, 1736, 22 de março. Livro n.º 102, fls. 8 v.-9.

à procura crescente por parte dos romeiros. Esta ampliação para a parte da frente (poente) faria com que, 120 anos mais tarde, a capela, em nova reedificação, tivesse de ser recuada de modo a criar um terreiro que albergasse o número crescente de romeiros [1180].

Precisamos de ter consciência dos ritos cultuais praticados pelos peregrinos, nomeadamente no que respeita à reconciliação com Deus, não se limitando à dádiva de uma simples esmola, muitas vezes em géneros [1181], mas à necessidade de se confessar, assistir à missa e comungar, o que começava a exigir uma logística cerimonial rigorosa. Neste sentido, em 1 de junho de 1748, o pároco requer ao arcebispo de Braga, D. José de Bragança, autorização para reedificar a capela de S. Bento e construir três altares, uma vez que a procura por parte dos romeiros tinha aumentado muito devido aos milagres que o Santo ia fazendo, tornando-se a capela pequena. O abade propõe-se fazer as obras à sua custa e «com algumas esmolas que aí concorrem», não se esquecendo de referir que essas esmolas são diminutas [1182]. Passados oito dias, o arcebispo defere a pretensão do abade e ordena a emissão da provisão respetiva. A licença é concedida um mês depois, no dia 8 de julho, nas condições seguintes: a obra será feita «com toda a decência devida, com a porta principal para o público, sem outra alguma fresta, nem tribuna para casa particular; e construída que seja de todo o necessário, se nos requererá licença para a bênção dela» [1183]. Devido às polémicas vividas nesta época na arquidiocese de Braga que levaram o arcebispo a fixar residência na cidade de Guimarães, o registo da *Provisão de licença* para reedificação da capela vai demorar 4 anos, o que terá retardado a feitura das obras, vindo esta a produzir efeitos apenas a partir de 18 de julho de 1752.

Entretanto, o grande impulsionador do culto a S. Bento e testemunha dos «milagres» ali ocorridos, o Pe. José de Araújo Távora, morre no dia 4 de maio de 1754. Apesar deste facto, os romeiros não diminuem, como escreve, em 10 de maio de 1758, o Pe. Fructutoso Vieira Ribeiro na memória enviada à Academia das Ciências. Depreende-se, pela leitura deste texto, que os dias de maior afluência eram o 21 de março, Dia do Trânsito de S. Bento, e o 11 de julho, Dia da Trasladação das suas Relíquias [1184].

Mês e meio após o falecimento do abade, a 22 de junho, a arquidiocese abre concurso para provimento do lugar de abade da **Abbadia de São João Baptista de Rio Caldo** [1185] pelo período de dez dias. Após a avaliação dos candidatos realizada a 4 de julho, a abadia de Rio Caldo é conferida ao «Pe. Gonçalo da Costa e Faria, da freguesia de São José desta cidade», formado em Filosofia e Teologia, confessor e pregador, cuja missa nova ocorrera no ano de 1745. Em 7 de março de 1756, é-lhe entregue, mediante «sentença de título de *capienda possessione*», a abadia de Rio Caldo [1186].

Eduardo Oliveira estranha a recomendação do visitador no final de 1760, e escreve: «em 1761 alguma coisa de grave deveria estar a acontecer, tão grave que levou o padre visitador a deixar consignado no livro de visitas a obrigação da paróquia ter de resolver esta situação. Seria uma questão ligada à capela de São Bento?» [1187].

---

[1180] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 37: «que era de suma necessidade o mudar-se a Capella do mesmo santoario para a parte do nascente dentro do mesmo terreiro».

[1181] Cf. Arquivo da «Casa de Araújo». Requerimento apresentado ao prelado diocesano, em 8 de novembro de 1840, pelo Pe. José de Araújo Sousa: «He patente ao publico que nada há na Capella-mor mais do que velas pendentes nas paredes, offertas de cera, imagens e altar continuam.ᵉ ornado, e hũa pequena caixa em ꝙ os romeiros, de fora das grades do arco, lançaõ esmolas de gram ou dinhr.ᵒ».

[1182] **ADB**, *Registo Geral*, 1752, 18 de julho. Livro n.º 107, fls. 438 v.-440.

[1183] *Idem*, fl. .

[1184] *MP*, I, p. 430.

[1185] **ADB**, *Registo Geral*, 1754, 8 de julho – "Concurso da Igreja Abadia de São João Baptista de Rio Caldo". Livro n.º 357, fls. 86 v.-89 v.

[1186] **ADB**, *Registo Geral*, 1756, 7 de março – "Sentença de título de *capienda possessione*". Livro n.º 135, fls. 464 v.-441.

[1187] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2008): *O. c.*, p. 99.

Embora admita que a consulta de outro documento, a provisão de licença para bênção da capela, registada a 18 de abril de 1761, pudesse resolver a questão, a verdade é que este documento, tal como transcrito pelo historiador, não esclarece cabalmente a situação devido a uma omissão. Quando transcreve «Diz Gonçalo da Costa e Faria, abade de São João Baptista de Rio Caldo, sita no lugar da Seara desta minha freguesia», devia escrever: «Diz Gonçalo da Costa e Faria, abade de São João Baptista de Rio Caldo, que por capítulo de visita se mandou concluir a capela do Senhor São Bento sita no lugar da Seara desta minha freguesia» [1188]. Como vimos, a «situação» referida por Pires de Oliveira era a conclusão das obras de reedificação da capela de S. Bento. Quanto às razões para o atraso nas obras, estão, certamente, relacionadas com o processo de substituição do Pe. Távora devido à sua morte, ele que tinha assumido realizá-las e custeá-las parcialmente, como referia na sua petição: «porꝙ he a cap.ª m.to pequena a quer o sup.e reedificar mandando fazer de novo com tres altares a sua custa e com algumas esmolas ꝙ ahi concorrem» [1189]. No ano de 1760, o visitador, ao passar em Rio Caldo, constata que a situação não é a ideal e recomenda aos responsáveis pela paróquia, «juiz e mais oficiais da Igreja de S. João Baptista de Rio Caldo» que procedam à conclusão das obras da «capela do Sr. S. Bento» [1190]. Os visados, não conseguindo cumprir as recomendações do visitador em tempo útil, requerem uma prorrogação pelo prazo de três meses, o que vêm a conseguir por provisão de 6 de maio do arcebispo Dom Gaspar de Bragança: «Diz o Juis do Subsino e mais officiais da freg.ª de Saõ Joaõ Bap.ta de Rio Caldo que satisfazem ao Decreto incluzo de Vossa A. como se mostra assim do juram.to dado pelo seu Rd.º Parocho (…) por isso Pedem a Vossa A. se digne conceder-lhe a provizaõ pedida e receberaõ Merce» [1191]. Porém, não o conseguindo ainda, mesmo com esta dilação do prazo, no início do novo ano, pedem outra prorrogação por mais três meses, o que vêm a obter por provisão de 10 de fevereiro [1192].

5.2.2.4. Primeira polémica: uma questão de autoridade (1763)

Com a morte do Pe. Távora, abade de Rio Caldo, vão começar os problemas com a administração da capela de S. Bento da Porta Aberta, uma paróquia tão pretendida como deixa prever o número de candidatos ao lugar de abade substituto (28), só ultrapassado, àquela data, pelos pretendentes à abadia de Santo Adrião de Oleiros no concelho de Ponte da Barca (30) [1193]. O crescimento exponencial das esmolas devido ao aumento da romagem tornava a paróquia de Rio Caldo apetecível, sobretudo numa época em que havia muitos presbíteros.

Concluída e benzida a nova capela de S. Bento e com a fama de «milagroso», cada vez era maior o número de peregrinos, mais as solicitações de ofícios do culto divino e a necessidade de clérigos, e mais volumosas as esmolas. Não nos surpreende, por isso, que gravitassem à volta deste templo seis presbíteros, todos de Rio Caldo, mais o abade, Gonçalo da Costa e Faria, selecionado de entre 28 candidatos, e a quem competia a administração da capela.

Depois de uma certa desorganização decorrente da morte do Pe. Távora que esteve à frente da freguesia durante 24 anos e na sequência da presença do visitador de Entre Homem e Cávado, o abade ter-se-á queixado da liberdade com que os sacerdotes da paróquia realizavam alguns

[1188] **ADB**, *Registo Geral*, 1761, 18 de abril - "Registo de provisão porque Vossa Alteza há por bem conceder licença ao Reverendo de São João Baptista de Rio Caldo para que possa benzer a capela de que trata"Livro n.º 62, fl. 242.
[1189] **ADB**, *Registo Geral*, 1752, 18 de julho. Livro n.º 107, fls. 438 v.-439.
[1190] **ADB**, *Registo Geral*, 1761, 18 de abril –. Livro n.º 62, fls. 242-242 v. Cf., ainda, *Idem*, 1761, 10 de fevereiro – "Registo de provisão porque Vossa Alteza fez mercê aos suplicantes para continuar a causa de capítulos de visita", fls. 153-153 v.
[1191] **ADB**, *Registo Geral*, 1760, 6 de maio – "Registo de Provisão porque Vossa Alteza faz mercê aos Suplicantes, Juiz do Subsino da freguesia de São João Batista de Rio Caldo para que por tempo de três meses possam embargar os capítulos de que tratam". Livro n.º 180, fls. 398-399.
[1192] **ADB**, *Registo Geral*, 1761, 10 de fevereiro – "Registo de provisão porque Vossa Alteza faz mercê aos suplicantes de lhes prorrogar mais três meses para continuar a causa de capítulos de visita". Livro n.º 62, fls. 153-153 v.
[1193] **ADB**, *Registo Geral*, 1754, 20 de março – "Concurso da Igreja Abadia de Santo Adrião de Oleiros". Livro n.º 357, fls. 81 v.-85.

atos de culto, como a celebração da missa, sem prévio conhecimento e/ou autorização do abade, autoridade eclesiástica a nível da paróquia, tendo aquele deixado em capítulo de visita a seguinte nota restritiva: «que nos Domingos e Dias Santos não dissessem Missa nas Capelas sem lic.ª do seu Rd.º Parrocho» [1194]. Obviamente que os clérigos de Rio Caldo [1195] não gostaram das regras impostas pelo «Reverendo Doutor Visitador», nomeadamente a proibição de celebrarem missas nas capelas da freguesia sem a autorização do pároco, em particular na de S. Bento. A fim de tornear esta proibição, pedem ao prelado diocesano autorização para poderem requerer a suspensão do capítulo da visita: «e porꝙ o querem os sup.es embargar e como o não podem fazer sem expecial premissão de V. A., P. a V. A. se digne conceder-lhes lisensa para o d.º efeito e mandar-lhe passar Provizão para isso pelo tempo ꝙ for servido e R. M.ce» [1196].

O arcebispo Dom Gaspar defere-lhe a petição por despacho de 6 de setembro, concedendo-lhes uma suspensão pelo prazo de um ano, mas remete o processo ao Desembargador ou Vigário Geral, a fim de que este oiça as partes e faça justiça. Avisa que, no caso da contenda se manter, o processo subirá à Relação Eclesiástica.

Os vigários ter-se-ão entendido, pois não há documentação sobre a continuidade do litígio, pelo contrário, alguns continuaram a colaborar com o abade na qualidade de coadjutores.

Após a morte do Pe. José Távora, os abades mudavam com alguma frequência. Em 1776, tomou conta da paróquia o reverendo Domingos de Araújo Silva - não Domingos de Araújo Sousa como, certamente por lapso, vem no título da base de dados do ADB [1197] e no artigo de Eduardo Pires de Oliveira que temos vindo a citar -, de acordo com a «sentença e mandado de *capienda possessione*» [1198], o primeiro subscritor da reclamação apresentada pelos presbíteros de Rio Caldo.

Entretanto, o templo de S. Bento já se mostrava exíguo para acolher todos os romeiros, apesar de a área relativa da capela já possibilitar a existência de altares colaterais. Com mais peregrinos, havia necessidade de todos os altares, além do altar-mor, estarem em condições de neles se celebrar os ofícios divinos de modo a que os desejos e as promessas dos fiéis pudessem ser satisfeitos, até porque estes serviços eram pagos. Para obviar a esta situação, reedifica, no início de 1778, um dos altares colaterais e requer ao Arcebispo licença para o poder benzer, sem o que não podia ser utilizado. Por despacho de 3 de julho de 1778, Dom Gaspar de Bragança concede «lic.ª p.ª se poder usar do Altar ꝙ se fez de novo na Cap.ª de S. Bento da freg.ª de Rio Caldo, e nelle dizer Missa e celebrar os mais Off.os Divinos» [1199].

Como a afluência de romeiros continuava a aumentar, o pároco continuou a procurar maximizar o espaço dentro do templo, para não ter que seguir outro caminho, o da construção de um novo templo. Resolve, então, intervir no altar-mor e respetiva tribuna, encostando-os à parede, como encontrámos especificado na provisão em que é concedida licença para a bênção do altar e da tribuna reformulados: «com Licença e Provizão nossa se fez mudança do Altar-mór da Cap.ª de S. Bento da mesma freg.ª e chegando-se mais p.ª a parede á proporção da

[1194] **ADB**, *Registo Geral*, 1763, 7 de setembro – "Registo de provisão porque Vossa Alteza há por bem fazer mercê aos suplicantes para embragarem por tempo de um ano os capítulos de visita". Livro n.º 125, fl. 153 v.

[1195] Domingos de [Araújo] Silva, José Dias dos Santos, Manuel Pires de Araújo, Frutuoso Vieira Ribeiro, Domingos Gonçalves de Campos e José de Araújo.

[1196] **ADB**, *Registo Geral*, 1763, 7 de setembro, livro n.º 125, fl. 153 v.

[1197] **ADB**, *Registo Geral*, 1782, 5 de julho – "Provisão para se usar do altar-mor na capela de São Bento da Seara, da freguesia de São João Batista de Rio Caldo, a favor do reverendo Domingos de Araújo Sousa, abade da dita freguesia". Livro n.º 208, fls. 160-160 v.

O título do manuscrito é o seguinte: «Provizão p.ª se uzar do Altar-mor da Cap.ª de S. Bento da Seara, da freg.ª de S. João Bapt.ª de Riocaldo», omitindo o nome do requerente.

[1198] **ADB**, *Registo Geral*, 1776, 21 de novembro – "Sentença e mandado de *capienda possessione* da igreja de São João Batista de Rio Caldo, a favor do reverendo Domingos de Araújo Silva». Livro n.º 200, fls. 454 v.-457

[1199] **ADB**, *Registo Geral*, 1778, 4 de julho – "Provisão para se poder usar do altar que se fez de novo na capela de São Bento, da freguesia de Rio Caldo, e fazer a Tribuna". Livro n.º 212, fl. 119.

Tribuna» [1200]. Para tal, solicita a autorização do prelado diocesano, cuja licença lhe é concedida em 13 de abril de 1779: «D. Gaspar, por mer.ce de D.s e da S.ta Se Ap.ca Arcebp.o e S.or de Braga (…), concedemos licença para q̄ se possa fazer a mudança [1201] do Altar da Cap.a de S. Bento da d.ta freg.a e Tribuna do mesmo Altar, a qual obra se fará com toda a perfeição devida» [1202].

Concluídas as obras de alteração do altar-mor e da tribuna, e aproximando-se a festa principal em honra de S. Bento (11 de julho) – oportunidade para a inauguração / bênção das obras -, o abade requer licença para proceder à sua bênção, uma vez que a «obra se achava feita e concluida de todo o necessa.o e em tr.os de se dizer Missa no d.o Altar». O Arcebispo, por despacho de 17 de junho, concede «Lic.a p.a se poder usar do Altar q̄ se mudou e reformou na Cap.a-mor da Cap.a de S. Bento da freg.a de S. João Bapt.a de Rio Caldo, e nelle dizer Missa na fr.a q̄ acima se declara» [1203].

A gestão da paróquia por parte do Pe. Domingos Silva não agradou a todos e um grupo de paroquianos chegou ao ponto de se apoderarem de documentos da igreja que destruíram, comportamento que levou o abade a apresentar uma queixa na Corte Arquiepiscopal, como se consta da provisão em que solicita autorização ao prelado não só para avançar com o processo, mas também para que possa ser representado por um procurador, certamente para evitar o confronto físico com os visados. A provisão diz o seguinte:

> Havendo resp.to ás justas cusas q̄ nos foraõ representadas pelo R.do Domingos de Araujo Silva, Abb.e da Parochial Igr.a de S. Joaõ Bap.ta de Rio Caldo deste nosso Arcebisp.o e o mais q̄ consideramos, lhe fazemos m.ce e graça para q̄ no Juizo contencioso do N. R.do Dez.or Vig.o G.al possa acusar por seu procurador a Dom.os Franc.co Pirez, Custodio P.ra, e Custodio Dias da mesma freg.a no crime e denuncia q̄ contra elles deo, por terem tirado e rasgado papeis q̄ serviaõ de titulo e utilid.e da m.ma Igr.a e viciando outros, ou consentindo nisso; e prosseguir no mesmo crime sem assistencia nas audiencias, nem ser obrigado a assistir nellas, e para q̄ assim conste aos nossos Ministros, mandamos passar a pres.te nossa Provisão (…) [1204].

Desconhecemos os fundamentos e o desfecho deste processo, mas certamente que estarão relacionados com a administração dos bens da capela de S. Bento e a sua aplicação em obras contínuas no templo, uma vez que, passados, apenas, três anos da realização de várias obras na capela-mor (altar e tribuna), volta a reformar o altar-mor:

> D. Gaspar, Arcebispo e S.r de Braga, Primaz das Hesp.as, etc. Havendo respeito ao que Nos representou o R. Domingos Ar.o S.a, Abb.e da Parochial Igr.a de de S. João Bapt.a de Riocaldo, deste Nosso arcebispado que mandara reformar de novo o Altar-mor da Cap.a de S. Bento da Seara, sita na mesma freg.a, o qual se achava feito e concluido de todo o necess.o e em tr.os de nelle se dizer Missa, Pedindo-nos lhe concedessemos lic.a: ao que attendendo Noz e ao mais que Nos representou o supp.e e consideramos, concedemos lic.a p.a que se possa uzar do Altar-mor da d.a Cap.a de S. Bento e nelle se possa dizer Missa e celebrar os mais Off.os Divinos. E pelo assim

[1200] **ADB**, *Registo Geral*, 1779, 18 de junho – "Provisão para bênção do altar que se mudou e reformou na capela-mor da Capela de São Bento da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo". Livro n.º 212, fls. 138-138 v.
[1201] Eduardo Pires de Oliveira, *o. c.*, a páginas 102 e 118, transcreve «benzer a mudança» em vez de «fazer a mudança».
[1202] **ADB**, *Registo Geral*, 1779, 4 de maio – "Provisão de licença para se mudar o altar da Capela de S. Bento da freguesia de Rio Caldo e fazer a tribuna".
[1203] **ADB**, *Registo Geral*, 1779, 18 de junho – "Provisão para bênção do altar que se mudou e reformou na capela-mor da Capela de São Bento da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo". Livro n.º 212, fl. 138 v.
[1204] **ADB**, *Registo Geral*, 1780, 25 de setembro – "Provisão a favor do reverendo Domingos de Araújo, abade de Rio Caldo, para poder acusar por seu procurador a Domingos Pires, Custódio Pereira e Custódio Dias, da mesma freguesia, no Juízo Contencioso do reverendo Vigário-Geral desta Corte no crime de haverem tirado e rasgado papeis pertencentes à sua Igreja". Livro n.º 205, fls. 137 v.-138.

> havermos por bem mandamos passar a prezente Provizão que sera registada no Registo geral sem o que não valha [1205].

Eduardo Pires de Oliveira aventa duas hipóteses para esta alteração: por uma questão estética, ficar mais de acordo com as novas correntes artísticas, ou devido a um diferendo com outras pessoas, nomeadamente os clérigos da freguesia [1206].

Como acabámos de ver, o diferendo existia, embora não assumido pelos clérigos. Entendemos, no entanto, que uma outra razão pode subjazer a estas alterações. É fama que o povo do Norte pratica o chamado culto de proximidade, ou seja, gosta de tocar o Santo [1207], ou de ser tocado pela sua imagem [1208]. Daí a necessidade de criar condições para que os romeiros pudessem aceder à tribuna e tocar o santo, à semelhança do que já acontecia na Abadia e virá a acontecer no futuro santuário. Tenhamos presente que, nesta altura, muitos dos peregrinos que demandavam o santuário da Senhora da Abadia também iam a S. Bento.

A prova de que o cerne das desavenças era a fábrica da capela de S. Bento é a provisão para embargo de capítulo de visita, datada de 27 de outubro de 1788, passada a favor do «Juis do Subsino e homens das fallas da p.te de sima da freg.ª de S. Joaõ Bap.ta de Rio Caldo e alguns dos moradores do lugar de Paredes da m.ma fregª», área onde se situa a referida capela, «o qual pertendiaõ embargar por lhe ser perjudicial» [1209]. Obtida a autorização para poderem embargar os capítulos de visita, requerem o embargo o que lhes é concedido.

Entretanto, no dia 18 de janeiro do ano seguinte, morre Dom Gaspar que, durante mais de 30 anos esteve à frente da Arquidiocese de Braga, a qual entra num processo algo atribulado de sede vacante, o que vai aliviar a pressão sobre o cumprimento das ordens dos visitadores. Assim, só em 23 de novembro de 1789 é que «o Juis e homens das fallas da freg.ª de sima de S. Joaõ Bap.ta de Riocaldo» conseguem nova provisão de prorroga do prazo: «Nos Deaõ, Dignid.es, conegos, Cabb.º da S.ta Igreja Cathedral de Braga sede vacante Primaz das Hispanhas, etc. (…) fazemos m.ce aos d.os supp.es e concedemos mais trez mezes de prorroga p.ª continuarem os tr.os da cauza de emb.os a Cap.º de vis.ta que declaraõ» [1210].

Podíamos pensar que desta vez era definitiva, mas não foi. A 13 de março do ano seguinte é concedido novo adiamento, pelo prazo de quatro meses, para conclusão do processo que estava em curso [1211].

Para a história do santuário de SBPA até finais do século XIX, a documentação está quase toda no ADB. A partir desta data, os documentos encontram-se espalhados pelos arquivos de várias instituições, a começar pela Irmandade de SBPA, municípios (Terras de Bouro, Vieira do Minho e Amares, com o fundo do extinto concelho de Santa Marta de Bouro), Junta de Freguesia de Rio Caldo, arquivos particulares («Casa Santos», «Casa de Araújo» e Dr. Domingos Alves), arquivo paroquial de S. João da Cova (Vieira do Minho) e, obviamente, ADB e AAB.

---

[1205] **ADB**, *Registo Geral*, 1782, 4 de julho – "Provisão para se usar do altar-mor da capela de São Bento da Seara, da freguesia de São João Baptista de Rio Caldo, a favor do reverendo Domingos Araújo Sousa, abade da dita igreja». Livro n.º 208, fl. 160.
[1206] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2008): *O. c.*, p. 103.
[1207] Na romaria de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, realizada no ano de 2018, tivemos oportunidade de assistir a um comportamento curioso de algumas devotas que introduziam a mão debaixo do vestido do Menino Jesus e o apalpavam.
[1208] Veja-se o ritual praticado, entre outros santuários, em S. Bento de Seixas, Caminha. Na Senhora da Abadia, até meados do século XX, havia a tradição de tocar a cabeça das pessoas com uma antiga coroa da Senhora.
[1209] **ADB**, *Registo Geral*, 1788, 27 de outubro – "Provisão para embargos de capítulos a favor dos moradores da freguesia de Rio Caldo". Livro n.º 226, fl. 131 v.
[1210] **ADB**, *Registo Geral*, 1789, 23 de novembro – "Provisão para continuar embargos a capítulos de visita a favor do juiz e mais da freguesia de Rio Caldo". Livro n.º 194, fls. 307 v.-308.
[1211] **ADB**, *Registo Geral*, 1790, 13 de março – **"**Provisão de prorroga de capítulos de visita a favor do Juiz e mais Oficiais da freguesia de cima de São João Batista de Rio Caldo, pelo tempo de quatro meses". Livro n.º 210, fl. 34.

As primeiras décadas do século XIX foram tempos sombrios na história de SBPA e, quiçá, na de Portugal. Começámos com as invasões francesas, prosseguimos com as guerras entre os liberais e os absolutistas, a extinção das ordens religiosas [1212] e a nacionalização do seu património, tivemos, em 1834, a «Convenção de Évora Monte, no final da guerra civil que confirma a vitória do Liberalismo sobre o Absolutismo do Antigo Regime» [1213], a que se seguiu a revolta da Maria da Fonte (Patuleia). Nesta conjuntura, a sociedade encontrava-se desestruturada, tendo-se instaurado o caos social devido às lutas fratricidas entre os absolutistas e os liberais, situação que foi aproveitada por malfeitores que, a título individual ou em grupos armados, espalhavam o ódio e o terror por toda a parte, muitos dos quais conseguiram ficar impunes.

Esta corja de indivíduos encontrava-se dividida pelas duas fações: uns apoiavam os liberais, outros os absolutistas, de tal modo que, quando o partido que apoiavam assumia funções governativas, eram soltos e vice-versa. No meio desta anarquia, sucediam-se os homicídios entre os grupos rivais e quem mais sofria era a população que atravessava um período de carência devido à falta de paz social e, além dos assaltos muitas vezes de forma violenta, vivia em permanente insegurança.

Apesar do contexto que vai facilitar não só as polémicas, mas até o cometimento de um crime, as transformações no templo vão continuar correspondendo a um aumento de peregrinos.

5.2.2.5. Segunda polémica: uma questão canónica

No dia 2 de julho de 1794, é conferido o título da paroquialidade da freguesia de Rio Caldo ao Pe. Jacinto José da Silva, natural da freguesia de Santo Adrião de Padim da Graça, concelho de Braga [1214]. Assumida a responsabilidade da paróquia, este procurou impor as suas regras com algum rigor, não só no aspeto doutrinal, mas também em relação aos bens da paróquia, em particular no que à administração do santuário de S. Bento dizia respeito. Este comportamento do abade não agradou a alguns dos seus paroquianos, nomeadamente a alguns moradores do lugar da Seara, liderado pelo Pe. António Pires de Araújo, irmão do Pe. José de Araújo, de que falaremos mais adiante. No ano de 1804, este grupo resolve queixar-se do abade ao Arcebispo, o que vai dar origem a um processo que correu seus trâmites no Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Braga. Assim, em janeiro de 1805, na sequência da "Pronúncia", o Pe. Jacinto é «ordinariamente suspenço do mesmo Benefficio [Abadia de Rio Caldo]» [1215].

Entretanto, o Pe. Jacinto apela da "Pronúncia" para a Relação a qual, por acórdão de 4 de fevereiro de 1805, o mandou «livrar sem suspençaõ do Benefficio, com o ꝙ ficava sissando Appellaçaõ» [1216]. O juiz da Confraria do Subsino da igreja de Rio Caldo, Domingos Pires, o procurador, adjuntos e moradores da Seara é que não ficaram satisfeitos com este desfecho e pediram autorização ao Arcebispo para poderem embargar os capítulos da visita (certamente tinham dado razão ao abade) [1217].

---

[1212] No final do século XVIII, a influência das ordens monásticas era de tal ordem que começou a preocupar os governantes. Esta realidade encontra-se espelhada num texto de 1797 escrito por Joseph Carrère que chama a Portugal «o país dos frades»: «É aqui o país dos frades, muito mais ainda que o dos padres seculares; é aqui que os frades estabeleceram a sede do seu império, a sede do seu despotismo. Temerosos, são capazes de fazer tremer governos; é aqui onde eles dirigem a seu bel-prazer as almas e as pessoas, as consciências e as famílias; onde protegem tudo o que lhes é submisso, onde arrasam tudo o que lhes resiste». Cf. CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François (1797): *Tableau de Lisbonne, en 1796,: suivi de Lettres Écrites de Portugal sur L´État Ancien et Actuel de ce Royaume*. Paris: H. J. Jansen, p. 274.

[1213] CAPELA, José Viriato, *et alii* (2014): «Senhora da Abadia- Santuário de Romaria», **in** *Para a História de Amares* (coord. de José Capela e Agostinho Domingues). Amares: Câmara Municipal, p. 348.

[1214] **ADB**, *Registo Geral*. 1794, 2 de julho – "Titulo da paroquial igreja de S. João Batista de Rio Caldo a favor do Pe. Jacinto José da Silva". Livro n.º 199, fls. 236-236 v.

[1215] *Idem*, fl. 42.

[1216] *Ibidem*

[1217] **AAB,** *Registo Geral*, Livro de Provisões (3/5/1804 a 4/12/1806), fl. 224.

A contenda entre o abade e a Confraria do Subsino não era fácil de dirimir, o que dificultava que o processo tivesse um desfecho rápido. Como o tempo ia passando, os subscritores do pedido de embargo dos capítulos de visita solicitam uma prorroga do embargo que lhe é concedida por *Provisão* de 21 de novembro de 1805:

> Dom Frei Caetano Brandão, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas etc. Atendendo ao que na suplica retro nos representou o Juiz e Procurador e mais adjuntos do Subsino da Igreja de S. João Batista de Rio Caldo deste nosso Arcebispado que consideramos, havemos por bem de lhe prorrogar e concedemos licença mais de por tempo de quatro meses, para que dentro destes possam fazer decidir do embargo que se acham opostos aos capítulos da visita deixados na dita freguesia perante o nosso Reverendo Vigário-Geral desta Corte, a quem por direito pertence, que, depois de ouvidas as partes lhes administrarei justiça dando-se-lhes as apelações e desagravos nos casos em que lhes competir, e se lhes deferirá como de Direito e Justiça [1218].

O Pe. Jacinto não descura a sua defesa e procura rebater todos os pontos da acusação, como podemos ver na cópia da mesma que se conserva no arquivo da «Casa de Araújo» e que nos permitiu conhecer o conteúdo do processo mais em pormenor.

A acusação diz que o Pe. Jacinto não consentiu que se celebrasse missa na capela de S. Bento antes da missa conventual na igreja matriz, o que desagradou aos moradores do lugar da Seara. Aduziram outras acusações, tais como não se responsabilizar pelo toque do sino, ter recusado, por duas vezes, a assistência a enfermos, ausentar-se da paróquia e negligenciar um batismo.

Em sua defesa, o Pe. Jacinto alega que:

a) A missa na Capela de S. Bento antes da celebrada na igreja matriz afasta os paroquianos da catequese que costuma fazer, principalmente aos Domingos e Dias Santos, em que costumava colocar «os rapazes em fileira pela Igreja abaixo na presença do povo, perguntava-lhes e ensinava-lhes a doutrina e no mesmo ato e ocasião fazia suas perguntas aos maiores e isto por tempo dilatado, que muitas vezes excedia de uma hora». Caso contrário, alguns moradores não só ficavam sem missa, como «desertavam da Missa Conventual, não assistiam á Doutrina, viviam na ignorância dos Mistérios Sagrados dos dias de preceito e dos jejuns»;

b) A inimizade deste grupo deve-se ao Pe. António Pires de Araújo, «homem de génio vergonhoso, vingativo e mal-intencionado», a quem tirou as chaves da caixa das esmolas e do santuário de S. Bento «por lhe constar que pretendia introduzir-se por capelão e administrador da mesma capela» com o «interesse de arremediar as suas necessidades e da sua casa com o dinheiro das esmolas, posto que depois dava conta delas»;

c) A responsabilidade pelo toque do sino, de acordo com a lei vigente, não é do pároco, e que foi ele quem providenciou a substituição de um pequeno e velho sino por um novo: «d'antes era um sino pequeno posto em campanário sobre a fronteira da Igreja, que não excedia seis ou sete arrobas; e atualmente é um sino de trinta e cinco arrobas, pouco mais ou menos, posto em paus ao temporal, distante da Igreja quarenta e sete passos, contados desde a porta principal»;

d) As duas vezes que não acorreu a enfermos foi porque se encontrava gravemente enfermo «com princípios de uma catarral e em copioso suor», tendo pedido a dois colegas sacerdotes – nessa época, havia oito ou nove padres na paróquia -, o Pe. António da Quintã e ao Pe. António de Leira Chã que prestaram a assistência solicitada;

[1218] **AAB**, *Livro de Provisões e Circulares* (10/10/1805 a 19/7/1908), fl. 8.

e) As ausências da paróquia foram raras e apenas por motivos de força maior, como para tratar de questões judiciais, como «defender a propriedade de um moinho» da Igreja, e deixando sempre a paróquia provida de «sacerdote e confessor aprovado»;

f) Não batizou o filho do Manuel do Outeiral porque este se «demorou com os seus parentes e amigos na sua comida ou banquete», e ele tinha um funeral na freguesia de S. Mamede de Caniçada, tendo pedido ao «Pe. Domingos Gonçalves de Parada, que se achava na comitiva», que fizesse o batismo.

Conclui afirmando-se inocente, pedindo que o queixoso seja condenado nas custas pelo triplo e reservando, para si, o direito de interpor uma ação por injúria contra os autores.

Embora não tenhamos logrado encontrar este processo, a devassa tirada em 1817 [*Sumário tirado na freguesia de S. Mamede de Caniçada, contra o Rev. Jacinto José da Silva, Abade de S. João Baptista de Rio Caldo e outros da mesma freguesia]* dá-nos algumas indicações, nomeadamente em relação ao desfecho do mesmo que culminou com a absolvição do abade:

> (...) e preparando seu livramento e correndo seus termos, por Acordaõ da R.am de 9 de julho de 1807, foi Absolvido de todos os crimes com declaração porem que advertem ao Pe. Reo p.a que no cazo q̄ acerca da rezidencia tenha excedido alguns dias, ou os tenha ocupado em Negocios estranhos, e que a sua defeza e bem da sua Igreja não pertençaõ (o que com efeito se naõ prova), satisfaçaõ por ellas na forma de Direito. E deferindo as custas, mandaõ q̄ Domingos Pires, Juis do Subsino, as pague athe o ponto q̄ foi lançado de p.te, e as outras as pague o Reo em cauza, q̄ pagou e levou sentença e nada mais [1219].

Este acórdão favorável ao abade – embora com alguma censura – não veio trazer a paz à comunidade clerical de Rio Caldo. A família «Araújo» [1220] era muito influente e, passada uma década, o abade vê-se de novo envolvido em polémica e com acusações relativas não só ao seu desempenho como sacerdote, mas também como administrador das capelas da freguesia - entre as quais a de S. Bento da Porta Aberta – e ainda como homem que devia ser um exemplo de bom comportamento para todos os fregueses.

5.2.2.6. Terceira polémica: uma questão de transparência (1817)

A documentação sobre a história do santuário nas primeiras décadas do séc. XIX não abunda, e a que existe respeita mais às polémicas que envolvem o abade e alguns paroquianos do que à administração do santuário.

Os opositores do Pe. Jacinto [1221] não desarmam e, de acordo com a devassa levada a efeito em agosto de 1817, o abade foi objeto de várias acusações, entre as quais de mancebia:

> Ha m.tos annos que he enfamado de mancebia com sua freiguesa Joanna Carvalho, soltr.a cujos pais as tt.as diraõ em casa da qual entre e sahe a qualq̄.r hora do dia e da noite e a procura pelos campos, fontes e montes, e saõ vistos em sitios

[1219] **ADB**, *Visitas e devassas*, livro n.º 311 C, 1817, 14 de agosto – "Sumário tirado na freguesia de S. Mamede de Caniçada, contra o Rev. Jacinto José da Silva, Abade de S. João Baptista de Rio Caldo e outros da mesma freguesia», fl. 42.

[1220] Um dos seus membros, o Pe. José de Araújo Sousa, chegou a desempenhar as funções de fâmulo do arcebispo Dom Frei-Caetano Brandão (1740-1805). Em setembro de 1804, exercia as funções de abade coadjutor da freguesia de S. João da Cova (Vieira do Minho) e sua anexa de Santo António de Vilar da Veiga (Terras de Bouro). Cf. **AAB**, *Livro do Registo de Provisões (1804-1806)*, fl. 37: «D. Fr. Caetano Brandão, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, etc. Atendo ao que na súplica retro nos representou o Pe. e Reverendo José de Araújo Sousa, abade coadjutor da freg. de S. João da Cova e sua anexa de Santo António de Vilar da Veiga, e ser nesta o seu abade resignante (…)».

O Pe. José de Araújo tinha dois irmãos sacerdotes: o Pe. António Pires de Araújo, inimigo figadal do Pe. Jacinto, e o Pe. João de Araújo Sousa que foi capelão das Caldas do Gerês. Cf. arquivo da «Casa Santos».

[1221] Quando tomou posse da abadia de Rio Caldo, o Pe. Jacinto levou consigo a irmã, Maria da Silva, mãe solteira, cujo filho, José António da Silva, viria a ser coadjutor do tio e seu substituto.

> ermos, e cauzaõ escandalo com esta mancebia. A m.ma fama de concubinato padece o Dend.º com Anna Zoa soltr.ª da m.ma frg.ª em casa da qual entra e a busca a a qualq̄.r hora do dia e da noite e cauzaõ escandalo, e he fama que o Dend.º [1222] namorou estas duas molheres ha m.tos tempos, em que ellas se confessavaõ e elle, e q̄ elle as solicitara p.ª as torpezas por ocaziaõ dessas confissões [1223].

É, ainda, acusado de negligenciar as suas obrigações para com a Paróquia, tendo deixado morrer sem os sacramentos «da Confissão e Comunhão Anna Loureira, soltr.ª do lug.r de Matavacas p.ª a qual foi chamado e naõ foi», assim como João Dias Martinho, a quem recusou confessar dizendo «que ainda naõ morria, q̄ lhe dessem hũas fumaças, e o deixou morrer» [1224]. Não visita os enfermos nem acompanha, segundo o rito romano, os mortos à sepultura. Celebra a missa conventual em horas impróprias (meio-dia) e muitas vezes «nem dá a Sagrada Comunhão a q.em a pede por devoçaõ, e ate m.tas vezes tem no Sacrario o Sagrado Vaso vazio sem Formas Consagradas por m.to tempo». Normalmente não faz homilia e quando faz a «Pratica he toda sobre couzas profanas com m.tas gargalhadas de rizo, que elle da pelo que acaba de dizer parvoices alheias da Cadeira Paroquial, e pelo transtorno das horas da Missa Paroquial fica m.ta gente sem Missa nos dias S.tos» [1225]. Não respeita os usos e costumes da Paróquia em relação às festividades do calendário religioso, à desobriga quaresmal e ao cumprimento do jejum e da abstinência: «He taõ falto de Religiaõ que naõ consta que reze officio Divino, e há fama de q̄ nunca o reza, nem se confessa. Costuma comer carne em dias de jejum, seja de porco ou de outra qualq̄.r sem cauza p.ª isso pois mistura nos m.mos, comendo carne e ao m.mo tempo meia duzia de sardinhas, ou m.to bacalhao e outras comidas grosseiras» [1226]. Embora sendo «m.to robusto e valente», costuma andar armado com pistolas e uma vara. Apesar de usufruir de um rendimento significativo de mais de quatro mil cruzados – oriundo, provavelmente, do santuário de S. Bento do qual é administrador -, não se preocupa com o estado de ruína das capelas e guarda o dinheiro para, no caso de a freguesia o culpar, poder «gastar com a Justiça, e se gaba que nunca haõ-de fazer bom delle, e que ha-de fazer o que quizer, e por isso chegou já a forçar molheres na propria Residencia hũa, e na Igr.ª outra, cujos nomes se calaõ por decência» [1227]. A acusação conclui que, por causa do seu comportamento, a freguesia «se acha em hũa total depravaçaõ de costumes, odios, inimizades, mancebias, demandas, meixericos, por falta naõ so de ensino Paroquial da Doutrina e Vida Christaã, mas pelo mao exemplo do Dend.º» [1228].

Para esta devassa, foram arroladas catorze testemunhas, sendo que as primeiras oito respondiam aos cinco primeiros artigos e as outras seis aos restantes, também em número de cinco. No segundo grupo, encontrava-se o Pe. José de Araújo Sousa, inimigo do abade, cujas respostas correspondem, quase *ipsis verbis*, às da pronúncia, o que leva a supor que é ele o autor da denúncia. Aliás, é estranho que, havendo quase uma dezena de clérigos em Rio Caldo, o escolhido para depor tenha sido alguém cuja família estava envolvida em polémica com o abade há quase 20 anos. Confirma a excomunhão de alguns fregueses cujos nomes o abade colocava na porta da igreja; acrescenta que «o denunciado (…) nenhum cuidado tambem tem das Capelas da sua freguezia de que he Admenistrador convertendo em utilidade propria todos os rendimentos e esmolas das mesmas e mais naõ disse» [1229].

[1222] «Denunciado».
[1223] *Idem*, fl. 2.
[1224] *Ibidem*.
[1225] *Idem*, fls. 2 v. e 3.
[1226] *Idem*, fls. 3 e 3 v.
[1227] *Idem*, fl. 4.
[1228] *Idem*, fl. 4 v.
[1229] *Idem*, fl. 35.

5.2.2.7. Homicídio da mãe do abade de Rio Caldo (1834)

Na freguesia de S. João Batista de Rio Caldo, quando se fala do santuário de SBPA, vem sempre à colação o «assalto» à residência do pároco de Rio Caldo, administrador do templo beneditino, durante o qual a mãe do abade foi assassinada. Facto que teria ocorrido no ano de 1829, para uns, ou em 1839, segundo outros.

Como referido em 5.2.2.4., as primeiras décadas do século XIX foram muito complicadas. Entretanto, a capela de SBPA já era procurada por muitos peregrinos que ali deixavam esmolas significativas as quais, de acordo com o livro de *Usos e costumes da Paróquia*, eram administradas pelo pároco e aplicadas na realização de várias obras, tais como ampliação, remodelação, construção de retábulos e altares.

Segundo a tradição popular que escutámos desde que concluímos a escola primária, foi neste período conturbado que ocorreu o assalto a uma casa senhorial situada junto à estrada que vai para SBPA, denominada «Casa do Pinto», hipotética residência do pároco[1230]. Ao longo da nossa investigação, viemos a constatar que o assalto se deu na residência paroquial, junto da igreja, e não nesta casa.

Ao abade Jacinto José da Silva [1231] sucedeu-lhe o sobrinho, José António da Silva, que já desempenhava as funções de coadjutor desde 1818 e que era filho natural de Maria da Silva, conhecida como «a Bispa», alcunha que herdou do seu avô materno, Francisco Rodrigues Bispo [1232].

Sendo o abade o responsável pela administração da fábrica da referida capela, não é de estranhar que uma das casas visadas pelos ladrões tivesse sido a residência do abade de Rio Caldo [1233]. Durante o assalto, a sua mãe foi assassinada, como encontrámos no respetivo assento de óbito:

> Maria da S.ª may do R.do Jose Ant.º Abb.e coadjutor desta Igreja falesceo da vida presente sem sacramentos p.r ser assacinada p.r ladroens repentinam.e aos quatro de M.º de 1834 e foi sepultada nesta Igreja aos seis do mesmo - Sem disposição – E para constar fis este.
>
> Por Com.am do R.do Abb.e,
>
> O P.e José de Araujo e Sousa [1234].

Decorria o ano de 1909 quando Tude Martins de Sousa, engenheiro na Circunscrição Florestal da Serra do Gerês, publicou a obra *Serra do Gerez*. No segundo capítulo, «De Braga ao Gerez», vai referindo as terras por onde passa, nomeadamente Santa Maria de Bouro e o seu convento, com referência ao romance camiliano, *O Demónio do Ouro* [1235], bem como à freguesia de S. João Batista de Rio Caldo, sobre a qual escreve:

---

[1230] Foi nosso informador Manuel Alves, sapateiro, natural da Póvoa de Lanhoso, que conhecia, como ninguém, estas histórias relatadas por Camilo Castelo Branco no seu romance *O Demónio do Ouro*.

[1231] Faleceu na freguesia de Santo Adrião de Padim da Graça (Braga), no dia 15 de abril de 1837. Cf. **ADB**, *Paroquial de Braga*, óbitos de Padim da Graça (1808-1852), fl. 75.

[1232] **ADB**, *Inquirição de genere*, processo n. 24922 (1808).

[1233] Outros assaltos e atentados a mesários ocorreriam décadas mais tarde, como ao Dr. João Simões Veloso, em 1922, e ao P.e Basílio Rodrigues, o último dos quais em janeiro de 1965, na sequência do qual acabaria por falecer no dia 7 de março desse ano. Os assaltantes desconfiavam que guardava ouro e dinheiro do santuário na residência paroquial (depoimento da sobrinha, Fátima Costa, 6-3-2014).

[1234] **ADB**, *Paroquial de Rio Caldo*, livro de óbitos n.º 1 (1785 a 1811 e 1824 a 1884), fl. 53 v.

[1235] Inicialmente, o título que Camilo Castelo Branco tinha previsto para este romance era *A Herança de Londres*, como escreve Alexandre Cabral no *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, edição de 1989 da editora "Caminho": «*O Demónio do Ouro* começou por ser anunciado com o título *A Herança de Londres*, repartida em duas partes: I – *O Moço do Cego* e II – A Gazela», p. 230.

> Alli foi que as justiças houveram ás mãos aquelle celebre Seraphim Gonçalves, chefe da quadrilha que elle mesmo chamava os *Bravos de Simães*, que tanto terror e damnos causou por terras de Lanhoso, Vieira e Braga.
>
> Elle que, com alguns dos seus, assassinara a mãe do abbade de Rio Caldo, de cujo marido era filho natural, em 1829, veio mais tarde, em 1845, a ser enforcado em Braga [1236].

Tude de Sousa cometeu um erro, secundado por muitos outros, que foi o de ter lido *O Demónio do Ouro* não como um romance que é, mas como se de um livro de história se tratasse. Embora muitos dos livros camilianos tenham por base factos historicamente documentados, a verdade é que a tessitura romanesca se encontra eivada de congeminações.

Quando iniciámos as nossas pesquisas sobre a história do santuário de S. Bento da Porta Aberta, debruçámo-nos sobre este assunto, deveras interessante, quer em termos históricos, quer de ficção. Conhecedores de que a «Casa do Pinto», onde se teria dado o assalto, pertencia a uma família de apelido «Gonçalves» que, no século XIX, tivera três padres, imaginámos poder existir algum parentesco com o malfadado Serafim Gonçalves. Pura desilusão! Um não tem nada a ver com o outro.

Procurámos confirmar o assassinato da mãe do abade, que investigadores como Alves Vieira, em 1925 [1237], Molho de Faria, em 1947 [1238] e Domingos Maria da Silva [1239], em 1958, diziam ter ocorrido em 1839 ou 1829 [1240], e que teria dado motivo a que o abade obtivesse um breve de *non residendo* e abandonado a paróquia.

Numa primeira consulta aos livros de óbitos da paróquia de Rio Caldo para os períodos referidos, anos de 1829 e 1939, não encontrámos qualquer assento de óbito da mãe do abade[1241].

Consultámos o Arquivo da Arquidiocese de Braga, concretamente os livros do *Registo Geral* (1823-1828) e do *Registo de Provisões* (1839-1842), e não descobrimos o *breve non residendo* do abade José António da Silva – no AAB, falta o livro de registo de provisões entre 1833 e 1838 -, mas encontrámos, com data de 19 de fevereiro de 1841, uma **Carta de encomendação** para a paróquia de Rio Caldo, passada a favor do Pe. António Pereira, natural desta freguesia, e concedida a pedido do pároco, o reverendo José António da Silva, por necessitar de um encomendado «em vista das circunstancias que nos foram presentes, (…) atendendo ás qualidades do Pe. Antonio Pereira, (…) ficando desde já obrigado a fazer continua

---

[1236] SOUSA, Tude Martins de (1909): *Serra do Gerez: Estudos – Aspetos - Paisagens*. Porto: Livraria Chardron, pp. 19-20.

[1237] VIEIRA, José Alves (1925): *O. c.*, p. 463: «Ora o abade tendo sido assaltado pela malta do celebre Serafim da Povoa de Lanhoso, o último enforcado em Braga, obteve *breve non residendo*, meteu coadjutor para paroquiar a freguesia e foi residir para esta mesma cidade. Camilo Castelo Branco no seu romance *O Demónio do Ouro* dá como causa do assalto uma questão de saias e que foi em 1739».

[1238] FARIA, Molho de (1947): *O. c.*, p. 89: «Como o abade fosse assaltado, em 1839, pela célebre malta chefiada pelo famigerado Serafim da Póvoa de Lanhoso, - o último que foi enforcado em Braga -, pediu ele e obteve licença para não residir na freguesia, indo viver, em seguida, para a cidade Primaz. Todavia, uma vez na cidade dos Arcebispos, não descuidou a sua causa».

[1239] SILVA, Domingos Maria da (1958): *Entre Homem e Cávado III: Amares e Terras de Bouro*. Amares: «A Modelar», p. 138: «assaltado em 1839 pela famosa quadrilha do Serafim da Póvoa de Lanhoso (o último que em Braga subiu a forca), resolveu-se o abade a fixar-se na cidade, entregando a freguesia a um coadjutor. Foi este caso explorado pelo romantismo, a termo de sofrer as diatribes de Camilo em seu livro *O Demónio do Ouro*, desvirtuado, porém, em seu verdadeiro fulcro e enredo».

[1240] Além destas datas, outras têm sido apontadas e todas erradas, como o ano de 1845, quando o Serafim Gonçalves – e não Serafim dos Anjos, um geresiano muito conhecido no dealbar do século XX - já tinha sido enforcado e enterrado: «porém, em 1845, a residência do abbade foi assaltada por uma quadrilha de ladrões, capitaneada pelo celebre malfeitor Serafim dos Anjos, que mais tarde foi enforcado em Braga e foi o ultimo enforcado n'aquella cidade». Cf. a edição de 15 de julho de 1902 do jornal «A Voz Publica».

[1241] Segundo o Pe. Pinto Guedes, «o assalto deveria ser por 1841, senão antes, porque em 1841 já o abbade tinha apresentado cura na freguesia, que foi o Pe. Antonio Pereira, do Paço. O abbade chamava-se José António da Silva. *O Demonio do Ouro* de Camilo Castello Branco, se bem me recordo, diz que foi em 1739. Devia ser em 1839, talvez». Cf. Arquivo «Dr. Domingos Alves»: PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (s/d): *O. c.*, fl. 1.

e pessoal residencia dentro dos limites da freguesia e a cumprir com todas as obrigações…» [1242]. Pelo teor da carta de encomendação, inferimos da provável existência do breve *non residendo* do abade que o terá levado a abandonar a paróquia e a fixar residência na cidade de Braga. Achámos, contudo, estranho que, tendo o crime ocorrido em março de 1834, a carta de encomendado só tenha sido concedida sete anos mais tarde. Como terá vivido a paróquia de Rio Caldo? Analisados os registos paroquiais, verificámos a existência de um outro presbítero encomendado, o Pe. José de Araújo Sousa [1243], também de Rio Caldo, responsável pelo culto entre 1834 e 1838 [1244].

Conscientes de que o acesso ao processo que levou ao enforcamento do famigerado Serafim Gonçalves, em Braga, no dia 23 de março de 1843 – não de 1845, como refere Tude de Sousa - seria uma grande ajuda, demandámos as instâncias jurídicas: tribunal de 1.ª Instância da Póvoa de Lanhoso; tribunal da Relação de Guimarães (recurso), e, por último, o tribunal da Relação do Porto (apelação), cujas pesquisas se revelaram infrutíferas.

Finalmente, encontrámos, no volume das *Memórias de Braga (1828-1848)* da autoria de João Baptista Vieira, conhecido como «Dr. Chasco», o relato pormenorizado de todo o processo conducente ao enforcamento com referência a uma fonte documental: «O Periodico dos Pobres no Porto». Localizado um exemplar deste jornal na Biblioteca Municipal do Porto, conseguimos esclarecer todo o imbróglio sobre o assassinato da mãe do abade de Rio Caldo. O periódico referido não só noticia o enforcamento, como transcreve partes do processo judicial, quer no que se refere aos crimes praticados por Serafim Gonçalves, quer a pormenores relacionados com o recurso e com a apelação para a Rainha a fim de que a pena capital fosse comutada. Tal não aconteceu e Serafim Gonçalves ficou conhecido como o último enforcado em Braga.

Pela leitura do processo, ficámos a saber que o famigerado Serafim Gonçalves não foi condenado pelo assassinato da mãe do abade de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro. Foi, sim, além de três crimes de homicídio, por um assalto feito com violência à residência paroquial de Santa Maria de Riucaldo, no concelho de Lobios, Galiza, que originou a confusão suprarreferida, como podemos ler n'«O Periodico dos Pobres no Porto» de 21 de março de 1843: «e penetrando com temeraria ousadia no reino visinho de Galliza ahi foi roubar o Abbade de Rio Caldo, arrombando-lhe as portas, bahus, e caixas a golpes de machado, maltractando e ferindo-o, e junctamente a um Sobrinho que com elle residia».

Entretanto, na análise aos documentos do arquivo da «Casa de Araújo», ficamos a saber que, efetivamente, um grupo de ladrões tinha assaltado a residência paroquial de Rio Caldo no dia 4 de março de 1834, vindo a mãe do abade, Maria da Silva, a falecer vítima do assalto. Refira-se que o pároco, José António da Silva, natural da freguesia de Santo Adrião de Padim da Graça (Braga), era "filho natural", o que muito terá ajudado Camilo Castelo Branco na tessitura do romance *O Demónio do Ouro*. Não localizámos, porém, qualquer documento que associasse estes assaltantes ao Bando do Serafim, apenas o texto enviado por Ferreira de Mello e Andrade a Camilo e que, como veremos, serviu de base ao 2.º volume do romance *O Demónio do Ouro*. O teor do texto é o seguinte: «Com tal reforço, tornou-se a Malta cada vez mais audaciosa, tentando logo uma excursão a Rio Caldo na casa da Rezidencia, que inteiramente saquearam levando ate um selim, e tratando o abade com inaudita crueza, assassinando-lhe a

[1242] **AAB**, *Livro de Registo das Provisões (1839 a 1842)*, fl. 171 v.
[1243] Em 1806, era fâmulo do Arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão, tendo assumido, em 1824, a vigairaria da freguesia de Sto. António de Vilar da Veiga (conc. Ribeira de Soás), sucedendo ao tio, o Pe. Francisco de Araújo Sousa, encontrando-se imbuído das funções de capelão do santuário de São Bento da Porta Aberta e de pároco encomendado a partir de 1834.
[1244] **ADB**, *Paroquial de Rio Caldo* (Terras de Bouro), Livro de óbitos n.º 163.

mãe o próprio Seraphim a golpes de punhaes» [1245]. Apesar deste escrito, o crime não terá sido provado e, seguramente, não contou para o cúmulo jurídico que levou Serafim à forca.

Ao contrário do que fez com o nome da quadrilha, que alterou de «Pousadouros» para «Os Bravos de Simães», e com outros intervenientes, Camilo não quis mudar o nome do chefe. Serafim Gonçalves foi líder da famosa quadrilha da Póvoa de Lanhoso denominada os «Pousadouros» [1246], tendo sido condenado pelo Juiz de Direito da Comarca de Guimarães «à pena capital», num cúmulo jurídico decorrente de 12 processos [1247]: «jogador concubinário, vadio, espancador, por officio usava de faca de ponta aguda, de navalha de mola, de clavina curta, e d'outras armas defesas», tendo ferido Custódio José Pereira, António José de Freitas e Jerónimo José da Silva. Além disso, era também:

> (...) ladrão público e salteador, até um dos principais sócios da famosa quadrilha denunciada dos Pousadouros, que com seus frequentes roubos, assaltos, espancamentos e assassínios, vexou e flagellou os povos do Concelho de Povoa de Lanhoso e circunvizinhos (…) [tendo] o mesmo Reo conjunctamente com a malta de que fazia parte, roubado a Manoel Antonio Rodrigues da Rocha [tio da assassinada Maria Custódia], sendo o roubo considerável pelo seu valor aggravado pelas circunstancias de se ter feito com arrombamento de portas da casa a golpe de machado, e com o ferimento do roubado deitando-lhe nas feridas azeite fervente para que obrigado pela desesperação das tormentosas dores, declarasse o logar onde existia o dinheiro; e bem assim de haver assaltado e roubado pelo mesmo modo violento, com a mesma quadrilha, a casa do Abade de Rio Caldo na Galiza, arrombando à força de machado as portas, boas caixas, ferindo o próprio roubado e um seu sobrinho.

Além dos crimes referidos, perpetrou três assassínios:

> 1.º na pessoa d'Antonio José Vaz da freguesia de S. Gens [Calvos], feito com premeditação, e pelo simples motivo de satisfazer ao pedido d'Amásia [1248] de seu Irmão; o 2.º foi perpetrado na pessoa de Custodia Maria da freguezia de Fonte Arcada na occasião em que foi assaltada, arrombada, e roubada a sua casa, agravado pela circunstancia de se achar esta pejada [grávida] de quatro para cinco meses, circunstancia que importa um outro assassínio; o 3.º na pessoa de António José Joaquim do Valle, que com elle se achava prêso na cadeia de Braga, feito à traição com arma proibida, e na occasião em que ambos em harmonia acabavam de cear.

Perante a leitura deste relato contemporâneo dos acontecimentos, é fácil perceber que nenhum dos autores que referem a morte da mãe do abade de Rio Caldo (Terras de Bouro), a começar por Tude de Sousa, se preocupou com o acesso às fontes primárias, limitando-se a interpretar um romance como um livro de história ou limitando-se a fazer eco da *vox populi*. Alves Vieira, Molho de Faria e Domingos Maria da Silva fizeram interpretação semelhante com a agravante de situar os factos uma década mais tarde, ou seja, no ano de 1839, quando Serafim Gonçalves já se encontrava preso [1249].

---

[1245] Centro Interpretativo «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso, fundo *Casa das Agras*, «Descripção» (ms.).
[1246] «Pousadouro» é nome de um lugar na freguesia de Tabuaças (Cerdeirinhas), concelho de Vieira do Minho.
[1247] Cf. «O Periódico dos Pobres no Porto», 21-03-1843.
[1248] Mancebia, concubinato.
[1249] Em novembro de 2018, quando, a convite do Provedor da Santa da Misericórdia de Braga, Dr. Bernardo Reis, preparávamos uma palestra sobre «Camilo Castelo Branco e o último enforcado em Braga: o papel das Misericórdias», acedemos, no arquivo do Centro Interpretativo da Maria da Fonte, Póvoa de Lanhoso, ao manuscrito intitulado «Herança de Londres», enviado por José Joaquim Ferreira de Mello e Andrade, senhor da «Casa das Agras» neste concelho, a Camilo Castelo Branco, e que serviu de base ao primeiro volume de *O Demónio do Ouro*. Posteriormente, identificámos um segundo manuscrito, com o título

5.2.2.8. Câmara Municipal de Terras de Bouro assume a gestão do Santuário (1836)

Antes de continuarmos e tendo em conta o período conturbado que o século XIX representa para o santuário de SBPA, convém contextualizar as alterações sociopolíticas e religiosas que a nação portuguesa atravessou ao longo de séculos, nomeadamente as relações entre o Estado e a Igreja que, como sabemos, nem sempre foram pacíficas.

Se, antes da Idade Média, havia uma separação entre o poder espiritual (detido pela Igreja) e o temporal (assumido pela realeza), na alta Idade Média a situação vai alterar-se, como escreve Pereira Coutinho: «na Alta Idade Média vulgarizara-se a investidura de bispos e abades sob tutela real e nobiliárquica. O poder religioso dependia do político, retirando qualidade espiritual aos escolhidos, corrompendo a qualidade e a missão da Igreja» [1250].

Com a realização do Concílio de Latrão (1215), a situação inverte-se e é a realeza que se submete ao poder papal com intervenção deste na escolha dos imperadores e criando «laços de vassalagem entre a Santa Sé e os reinos cristãos» [1251]. É neste contexto que se dá a independência de Portugal, depois de várias viagens a Roma do arcebispo de Braga, D. João Peculiar, até à obtenção da bula *Manifestis Probatum* (1179) concedida pelo papa Alexandre III.

Os sucessores de D. Afonso Henriques não viram com bons olhos as concessões feitas à Igreja, particularmente às ordens monásticas. D. Afonso I que, como é sabido, tinha uma simpatia para com os cistercienses – foi o responsável pela passagem de monges negros a monges brancos em Santa Maria de Bouro (Amares) – concedeu um primeiro foral ao couto de Bouro em 1148 e renovou-o em 1162. D. Sancho II (1223-1247), influenciado pela mulher, procurou tirar o couto aos frades, pelo que estes tiveram de o comprar por mil cruzados de ouro velho. Por isso, costumavam dizer que tinham dois títulos válidos do mesmo bem: uma carta real de doação (D. Afonso Henriques) e um título de compra (de D. Sancho II). Este litígio com a coroa seria continuado por D. Afonso III (1248-1279) e sanado por D. Dinis (1279-1325) que, por provisão de 9 de março de 1279, restituiu o couto aos frades de Bouro [1252].

Este procedimento teve por base as Confirmações Gerais de 1220 e as Inquirições iniciadas em 1220 que dariam origem ao primeiro registo cadastral do país, à atribuição de novas cartas de couto e aos chamados «forais novos». D. Manuel, na sequência da expansão marítima, assume um absolutismo hierárquico sobre a igreja, a ponto de usar a máxima «*DEO IN CELO TIBI AVTEM IN MVNDO*» [1253]. O beneplácito régio é abolido (1487), surge a Inquisição (1531) «controlada pela Coroa, embora sob administração da Igreja», é constituída uma «Mesa da Consciência e Ordens (1532)» destinada a «controlar a Igreja», ou seja, a Igreja fica sob o domínio da Coroa [1254].

Com a chegada do Iluminismo [1255] e concedido poder ao Marquês de Pombal, a Igreja perde influência e privilégios. Vê-se obrigada a pagar imposto sobre os seus rendimentos e os clérigos

«Descripção», também remetido por Ferreira de Mello e Andrade a Camilo, e que constitui uma síntese do segundo volume do citado romance camiliano.

[1250] COUTINHO, José Pereira (2018): «História religiosa de Portugal e teorias da secularização: da primeira dinastia à actualidade», **in** *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano XI, n.º 31, p. 147.

[1251] *Ibidem.*

[1252] MOTA, Salvador Magalhães (2006): *Cistercienses, camponeses a economia rural no Minho na época do antigo regime*, vol. I. Lisboa: INCM, pp. 191-192.

[1253] «A Deus no céu, a ti na terra». *Vide* xilogravura de 1514 inserta nas *Ordenações Manuelinas* impressas por João Pedro Bunhomini (Lisboa, oficina de Valentim Fernandes).

[1254] COUTINHO, José Pereira (2018): *O. c.*, p. 149.

[1255] É de salientar a diferença entre a nossa sociedade e a muçulmana no que respeita à separação de poderes entre o Estado e a Religião, aportada na Europa pela corrente iluminista, como refere Ernest Gellner: «O facto de a legislação ser, deste modo, assumida pela divindade tem implicações profundas na vida dos muçulmanos. Tal não significa apenas que um fundamentalista pode ter dificuldade em aceitar a lei e as práticas legislativas modernas, mas também que uma espécie de separação de poderes

tributados com o imposto da décima e sujeitos «aos tribunais civis em todas as matérias do foro temporal». Estas medidas tornar-se-iam ainda mais gravosas levando ao «exílio do patriarca de Lisboa (1821) e à extinção da Inquisição» [1256].

Chegamos, assim, ao período que se vivia em SBPA, com a extinção das ordens religiosas em 1834, tal qual o descreve Pereira Coutinho: «os frades foram substituídos pelos influentes locais (padre, cacique, professor e outras figuras importantes) e pela imprensa laica; por outro lado, o liberalismo gerou o padre cidadão, funcionário estatal, que realizava, para além dos serviços religiosos e do registo paroquial, a organização dos recenseamentos eleitorais e o recrutamento para o serviço militar e a construção de estradas» [1257].

A Igreja sofreria um novo desaire com a implantação da República (1910), recuperaria com o Estado Novo (Constituição de 1933) e, finalmente, a partir da Revolução de 1974, assumiria um papel de independência e autonomia face ao poder temporal.

Após a extinção das ordens religiosas e a secularização dos bens da igreja, a Câmara Municipal de Terras de Bouro foi chamada, em associação com a Junta de Paróquia (JP), a assumir a gestão do santuário de SBPA, como se comprova com vários documentos existentes no arquivo da «Casa de Araújo». Entre a documentação dispersa, encontra-se uma delegação de competências do administrador António José Peixoto Castello Branco no pároco encomendado de Rio Caldo, José de Araújo, para, durante a romaria de agosto de 1836, proceder à arrecadação das ofertas. O ofício é do teor seguinte:

> Ill.mo e R.mo S.r:
>
> Sendo da m.ª e de V. S.ª a competência da Administração do Santuario de S. Bento da Porta Aberta dessa freg.ª, e avendo pela m.ª p.te impedim.to de poder assistir na presente romagem; e reconheçendo em V. S.ª todo o zello e atitude p.ª bem reger e aproveitar todo o rendim.to que resultar das ofertas dos fieis, que produzir em benef.º do m.º santario, e rendim.to do Estado; Autorizo? a V. S.ª p.ª todo o bom regimen da d.ª romagem, fazendo relação exacta de tudo o q.to se juntar p.ª ter a sua devida aplicação, a que tudo espero cumprira com aquelle zello e honra que tanto o caracteriza.
>
> Deos g.de a V. S.ª. Terras de Bouro, 10 de Agosto de 1836.
>
> Antonio Jose Peixoto Castello Branco,
>
> Adm.or [1258].

Transcrevemos, na íntegra, o ofício porquanto nos permite constatar alguns dados relevantes para a história que estamos a tratar. Em primeiro lugar, que, embora os rendimentos do santuário já se encontrassem secularizados, tratava-se de uma gestão partilhada entre o administrado do Concelho e o pároco encomendado; em segundo lugar, que a designação de «Porta Aberta» já estava consagrada, como vamos encontrar, nove anos mais tarde, no inquérito paroquial [1259], sendo este o primeiro documento conhecido (1836) que denomina o santuário de «S. Bento da Porta Aberta»; por último, que, entre 1782 e 1836, terão sido realizadas obras no templo originando a alteração da designação de «capela» para «santuário», ou seja, uma construção com outra volumetria e capacidade. Nada sabemos sobre esta construção, nem sobre o seu altar-mor e tribuna, apenas que, em 7 de maio de 1837, o Pe. José de Araújo, responsável

foi instilada na sociedade muçulmana desde o seu início, ou pelo menos desde muito cedo. Esta versão da separação de poderes não teve de esperar pelo aparecimento de uma qualquer doutrina iluminista que desse voz ao desejo de uma ordem social pluralista e de um equilíbrio interno das instituições independentes». Cf. GELLNER, Ernest (1992): Pós-modernismo, Razão e Religião. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 18-19.

[1256] COUTINHO, José Pereira (2018): *O. c.*, p. 150.

[1257] *Ibidem.*

[1258] Arquivo da «Casa de Araújo».

[1259] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 - Arciprestado de Pico de Regalados, livro n.º 753, fl. 64.

pelo santuário [1260], ajustou com o marceneiro/entalhador António José de Almeida, da freguesia de S. João de Rei (Póvoa de Lanhoso), a construção de dois altares colaterais «na forma do risco que apresentei», pelo preço de 43.200 rs., comprometendo-se a entregar a obra até ao final do ano corrente. Acrescenta que recebeu, por conta, 9.600 rs. da mão do reverendo José de Araújo, que ficou responsável pelo pagamento do restante. Esta nota tem um aditamento referindo que, no final, recebeu mais 4.800 rs., o que eleva o total para 48.000 rs. [1261].

Uma outra nota, também da lavra do Pe. José de Araújo, dá-nos das receitas e despesas efetuadas entre março de 1835 e março de 1837. Assim, o total da receita foi de 289.200 rs., à qual foram descontados 150.415 rs. das despesas efetuadas com o santuário, 74.000 rs. (45.200 + 28.800) para as obras da ponte de Rio Caldo, o que perfaz um saldo de 20.154 rs., a que acrescem 6.000 rs. [1262.] Discordamos, por isso, da afirmação do dr. Molho de Faria segundo o qual «já neste período, a Câmara de Terras de Bouro recebeu uma boa quota-parte dos rendimentos de S. Bento da Porta Aberta. Conforme reza uma nota arquivada, foram-lhe entregues 289.200 réis» [1263].

Nos anos seguintes, também a câmara do concelho de Santa Marta de Bouro se vai aproveitar dos reditos dos santuários de Nossa Senhora da Abadia, em Santa Maria de Bouro, e de S. Bento, em Rio Caldo, como aconteceu no ano de 1842, quando lhe faltavam 30.524 réis para as despesas previstas no seu orçamento: «porque para preparar a soma total da despesa falta a quantia de 30.524 reis, por isso acordavam que se recebesse esta quantia por meio indireto, sendo recebido na romaria da Senhora da Abadia, um real em cada quartilho de vinho que se vender na dita romaria, bem assim no santuário de S. Bento de Rio Caldo deste concelho, e quando não chegar para satisfazer as despesas, em tal caso se procederá em nova derrama» [1264].

Esta justificação seria repetida na reunião de aprovação do orçamento pela câmara municipal, do dia 30 de abril, sobre o acréscimo das «despesas que se propõem a estas se darão providências findas as romarias da Abadia e S. Bento de Rio Caldo» [1265].

#### 5.2.2.9. Quarta polémica (1837): uma questão pessoal

No dia 30 de maio de 1834, é publicado um decreto, assinado dois dias antes por Joaquim António de Aguiar, o conhecido «Mata-Frades», que extinguia todas as ordens religiosas, nacionalizava os bens patrimoniais e entregava as alfaias aos clérigos com responsabilidades paroquiais. Como vimos na primeira parte, apenas era permitida a permanência nos mosteiros femininos, sem a possibilidade de novas admissões, às freiras professas que aí viviam.

A secularização não se limitou aos bens materiais, interferiu no funcionamento das estruturas eclesiásticas suspendendo párocos de funções e obrigando-os a jurar fidelidade à Rainha e à Carta Constitucional, como encontrámos no «Diário do Governo», de 22 de maio de 1840: «Ha Sua Magestade a Rainha por bem resolver que seja levantada a suspensão ao dito Presbytero José Joaquim Coelho de Freitas, para que possa voltar ao desempenho dos deveres da Parochia em que é collado; devendo previamente prestar o juramento de obediência e fidelidade ao Legitimo Governo de Sua Magestade a Rainha, e á Constituição Politica vigente da Monarchia Portugueza».

[1260] Comparando a caligrafia deste texto com outro do Pe. José de Araújo, não resta dúvida que a nota contratual foi redigida pelo Pe. José de Araújo.
[1261] Arquivo «Casa de Araújo».
[1262] Arquivo «Casa de Araújo».
[1263] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 108.
[1264] Cf. **AMA**, *Concelho de Santa Marta de Bouro*, livro de atas (1840-1842), fls. 91-91 v.
[1265] *Ibidem*, fl. 93.

Concomitantemente à secularização dos bens da Igreja, assistimos a um não menos complexo processo de reforma administrativa, iniciado em 1832 [1266], com Mouzinho da Silveira - que extinguiu as juntas de paróquia -, mas que se vai arrastando de código administrativo em código administrativo até 1896.

Em 1835, um Decreto de 18 de julho restaura as juntas de paróquia e, no ano de 1840, é definido que o presidente da junta de paróquia era o pároco a quem competia a administração da fábrica da igreja e seus bens.

De acordo com a «Notícia histórica» inserta no regulamento interno aprovado no ano de 1944, a partir de 1833, o conhecimento da imagem milagrosa de S. Bento generalizou-se e começaram a acorrer muitos devotos, o que não só aumentou as esmolas mas também incrementou a disputa pela administração do santuário:

> Crescendo de ano para ano o concurso de fieis, os rendimentos atingiram tambem certo vulto, surgindo imediatamente, como sempre costuma acontecer, a cubiça de alguns habitantes da freguesia.
>
> E quando ás juntas de paróquia foram dadas pelo Estado atribuições de corporações fabriqueiras, com poder para administrar os bens eclesiásticos (1834), logo a Junta Paroquial de Rio Caldo quis tomar posse da administração da Capéla de S. Bento, opondo-se intensamente o pároco de então, Rev.º José de Araújo Sousa, que fez vingar os seus direitos [1267].

Para compreendermos as razões desta disputa, se não tivéssemos conhecimento das situações já descritas, bastaria lermos o relatório do visitador aquando da realização do inquérito paroquial no ano de 1845 [1268]: «He grande a occurrencia dos Povos, e com tanta copia de esmolas, que não há negocio de mais importancia entre aquelles paroquiannos do que tractarem da eleição da Paroquia com poderosos impenhos, para nessa qualidade poderem gozar do fructo d'essas esmollas com a maior avidés; o que por m.tas veses tem dado que fazer na freguesia».

Passados 74 anos da primeira polémica (1763), abade *versus* clérigos da paróquia, assistimos, nos últimos meses do ano de 1837, a um novo litígio, desta vez entre o abade encomendado, o Pe. José de Araújo – o abade titular encontrava-se ausente após o homicídio da mãe -, de um lado, e o regedor e Junta de Paróquia, do outro.

Como vimos, as relações entre o encomendado, pessoa conceituada e conhecida a nível diocesano, e o administrador do Concelho eram boas, com confiança mútua, o que se refletia nos melhoramentos, quer a nível do santuário, quer em relação às infraestruturas, como aconteceu com a construção da ponte de Rio Caldo. Também a Câmara, os senhores do Senado e os vereadores estavam atentos ao que se passava, como atesta a sua presença nas festividades do dia 11 de julho:

> Aos honze dias do mes de Julho de mil oito centos e trinta e sete annos, neste lugar da Siara freguezia de Rio = caldo deste concelho de Terras de Bouro e Capella de Sam Bento onde vim com os Senhores do Senado Antonio Martins, Prezidente, Francisco Jose de Souza Martins, fiscal, digo, Antonio Jose Pinto Guedes, Fiscal, Francisco Jose de Souza Martins, Manoel Jose Martins = Leonardo Rodrigues, Veriadores todos actuais Camaristas neste Concelho, assistimos a festa do custume e Prociçaõ com toda Asolenidade e finda a qual se houve por concluída e asignaraõ. Eu Domingos Antonio da Silva, Escrivaõ da Camara que a Escrevi [1269].

[1266] Decreto n.º 23, de 16 de maio de 1832.
[1267] **AISBPA**, 1844: *Regulamento interno da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta*, 1 v.
[1268] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Arciprestado de Pico de Regalados", livro n.º 753, fl. 64 v.
[1269] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 0* (1834-1861), fl. 32.

O regedor e os membros da Junta, não satisfeitos com o seu protagonismo ou por se sentirem arredados da administração dos bens do santuário, resolvem apresentar, junto do arcipreste, uma queixa contra o Pe. José de Araújo acusando-o de desleixo nas suas funções religiosas, nomeadamente falta de administração de sacramentos aos moribundos (Sebastião Contijo e Ana de S. Bento), não morar na residência paroquial e, como consequência, não acorrer ao toque do sino e de «embaraçar» os sacerdotes que querem celebrar no santuário de S. Bento.

Na resposta ao arcipreste [1270], o pároco em exercício começa por considerar a acusação «absurda» e «escandalosa», só passível de «espíritos orgulhosos e assinada por uma Junta que desacredita os retos fins para que foi criada como é conciliar a boa ordem e providenciar o bem-estar dos paroquianos». Acrescenta que o conteúdo é fruto da imaginação dos seus autores, senão, em vez de 4 ou 5 assinaturas, seria «ratificada com assinaturas de todos os paroquianos, porque tão odiosos delitos, sendo verdadeiros, deviam excitar a cólera de toda a freguesia». Acusa, ainda, os autores de não terem dado conhecimento do conteúdo do requerimento à população - caso contrário esta revoltar-se-ia contra eles -, e de violarem as «Leis da Igreja e do Estado» que, apesar da secularização, manteve os direitos dos párocos, pois sabe que não só têm andado a «persuadir os paroquianos a (…) não pagarem as primícias e mais direitos, mas eles mesmos serem, com seu exemplo, os que se têm repugnado ao pagamento».

Sobre o quesito de não usar a residência paroquial, argumenta com uma questão de segurança, «visto o horroroso facto do assassino e roubo ali praticado em março de 1834 na pessoa do Rev.$^{do}$ Abade e mãe, ter posto em má fé a continuação de tal residência», e também pelo facto de ser filho da terra e aí residente, o que torna a residência paroquial, neste contexto, dispensável.

Quanto à falta de assistência aos moribundos, em relação a Sebastião Contijo, acusa o membro da Junta, Bento Dias, cirurgião, de o terem chamado primeiro, e só pediram um sacerdote após um segundo ataque que lhe provocou «suspensão de fala e sentidos», tendo sido assistido pelo Pe. Bento Lopes, seu vizinho; em relação ao 2.º exemplo, afirma que a ungiu duas vezes. Acusa, ainda, o regedor de usar o sino como forma de comprometer o pároco, uma vez que este não é nenhum «meio de chamar o pároco quando dele se servem para outros sinais».

Por último, à acusação de criar problemas aos padres que celebram no santuário, afirma que jamais se embaraçou «com quem na Capella celebrava» e invoca como testemunha Bento Dias, denunciante, que o tem acompanhado nos dias de maior movimento no recebimento das esmolas.

Embora não tendo encontrado qualquer referência a uma eventual censura ao encomendado, a verdade é que a Junta não vai desistir de molestar o pároco substituto, sobretudo porque, no ano seguinte, é conferida à Junta a administração da capela de S. Bento.

#### 5.2.2.10. Junta de paróquia de Rio Caldo assume a gestão do santuário (1838)

Na sequência da reorganização administrativa levada a efeito pelo decreto de 6 de dezembro 1836, a freguesia de Rio Caldo passa a integrar o concelho de Santa Marta de Bouro, no qual se situava o santuário de Nossa Senhora da Abadia, uma das romarias mais famosas do Minho e que levou o povo a criar o adágio: «quem não for à Abadia, / não conhece romaria!». Com o advento do Liberalismo, a gestão do santuário de S. Bento foi acometida à Junta de Paróquia de Rio Caldo que logo procurou afastar o Pe. José de Araújo Sousa, ou, pelo menos, dificultar-lhe o acesso ao santuário para o desempenho das funções clericais, nomeadamente

[1270] Arquivo «Casa de Araújo», 1737, 22 de dezembro – "Carta-resposta ao arcipreste".

fechando a capela-mor e obrigando os sacerdotes a celebrar nas capelas laterais sem as condições mínimas para o desempenho das funções litúrgicas.

Perante esta situação, o Pe. José de Araújo, ex-capelão do Santuário, solicita a intervenção do governador civil no sentido de obrigar a Junta de Paróquia a possibilitar a realização dos vários ofícios divinos sem uma dependência constante dos membros da Junta. No requerimento [1271] onde identifica o templo como «sanctuario de Sam Bento intitulado de porta aberta», denotando o início da designação que o haveria de consagrar, «S. Bento da Porta Aberta», compara o concurso de romeiros aos que vão à Senhora da Abadia e queixa-se das dificuldades encontradas pelos romeiros, uma vez que se acha «sem cappellão, Presidente ou sacristão que diariamente promptefique aos romeiros as chaves do mesmo para offereçerem suas ofertas, alugarem as de cera que existem, e celebrarem, ou mandarem celebrar as Missas que ali prometem, cujas providencias para os ditos fins se achão estabelecidas nos mais sanctuarios desta natureza». Esclarece o governador que é a Junta que administra o santuário e pormenoriza as medidas adotadas que impedem o normal exercício das funções sacerdotais:

> (...) de presente tem ella vedado os meios de poderem os romeiros acharem francas as providencias para a celebração do Sacrifiçio e mais fins, havendo Eccleziasticos que tem voltado dali sem celebrarem por ella ter em si aquellas chaves que franqueião a passage da sacristia para a cappella mór de que só pode servir-se porque o colateral sendo fora das grades do Arco no Corpo da Cappella, despido de todo o ornato por estarem as portas abertas de sua natureza; vedadas aquellas, fica o transito da sacristia para este por fora da Capella (…) produzindo mesmo publico escandalo. Os membros da Junta achaõ-se distantes do Sanctuario não menos de quarto de legoa (…).

O Pe. José de Araújo acrescenta que, no passado, sempre teve a confiança dos administradores, inclusive do administrador do concelho de Terras de Bouro – antes de a freguesia ser integrada no de Santa Marta de Bouro -, que lhe confiavam as chaves, ainda que ficassem com as da caixa das esmolas. Assim, requer que, «depois de prévio conhecimento» da situação, suspenda as alterações introduzidas pela Junta de modo que se conservem «francas como sempre aquellas chaves que respeitão para o Sacrifiçio no próprio Altar principal, e satisfação dos romeiros em suas ofertas, independente de aquellas que devem de guardar as esmolas, ficando as mesmas á disposição do supplicante, e dos offerentes e celebrantes».

O responsável distrital não se quis pronunciar sem primeiro ouvir a Junta de Paróquia, o que fez por ofício de 27 de junho de 1838 via administrador do Concelho. Na posse das informações solicitadas, levou o assunto ao Conselho de Distrito que, por acórdão de 10 de novembro e considerando «ter sido a mencionada Capella de S. Bento de ha muitos annos sempre administrada pelo Parocho» [1272], deferiu o requerimento do Pe. José Araújo: «Deferido vistas as informaçoens a que se procedeo. Braga em Conselho de Destricto, dez de Novembro de mil oitocentos e trinta e oito". Sampaio, Presidente; Sousa Barbosa, Peixoto Vilhena; Pinto Malheiro» [1273].

A Junta de Paróquia, não satisfeita, recorre para a Rainha, sendo-lhe presente o parecer do Conselheiro Procurador Geral da Coroa, com o qual se conforma, que considera o acórdão do Conselho de Distrito nulo porque o pároco da freguesia, como pessoa prejudicada pela Junta, deveria, em primeiro lugar, ter recorrido para o administrador do Concelho, isto além de

[1271] Cf. Arquivo «Casa de Araújo».
[1272] «Diario do Governo» n.º 94, 21 de abril de 1840.
[1273] Cf. Arquivo «Casa de Araújo», treslado de documentação do Governo Civil feito pelo tabelião público de Braga, João Baptista Pereira da Silva, em 9 de outubro de 1841.

entender que o facto de a capela ter sido fundada pelo pároco não lhe conferia o estatuto de «perpetuo administrador».

O presidente da Junta da Paróquia muda e a situação acalma com a reposição da situação anterior, como nos dá conta o Pe. José de Araújo no seu requerimento de 8 de novembro de 1840: «É verdade, em 1838, ter a Junta de então ter praticado a mesma arbitrariedade e o suplicante formado a mesma queixa, mas nem mais o soube de seu requerimento nem de despacho nele proferido, porque o souberam extorquir, nem ao suplicante foi necessário repetir, porque a Junta seguinte continuou a fazer comum o dito altar principal sem que houvessem (*sic*) extravios»[1274].

Entretanto, a Junta muda de novo, sendo agora presidida por António José Silvério Pinto Guedes [1275], oriundo de uma família proveniente da região duriense, e volta a impedir o acesso dos sacerdotes à capela-mor do santuário, o que leva, novamente, o Pe. José de Araújo a pedir a intervenção do governador civil:

> Il.mo Senhor,
>
> A manifesta fixaçaõ que a Junta de Parochia desta freguezia mostra ter em sustentar a seu cargo a administração da Capella mencionada assaz se deixa ver em hua resposta cheia de artificio para odear o requerimento do supp.e que pedindo, simples.e, a franqueza de hum Altar, que sempre foi de uzo comum e sem perigo do que tanto affetaõ, envolvem tal confuzaõ q̄ parece quererem persuadir a V. Ex.ª que na Capella-mor da m.ma Capela existe algum cofre d'alta ponderaçaõ e pendentes em suas paredes joias do maior vulto. Não póde o supp.e deixar de analizar a V.ª Ex.ª, em frente de tal resposta, a impostura com que encobrem sentim.tos tão contrarios aos q̄ dizem, hindo a essa Cid.e procurar Advogados com quem repartem as esmolas do Santuario para lhes fabricar documentos que elles só assignem, como na presente acabaõ de praticar e em repetidas ocasioens têm feito (…).
>
> He patente ao publico que nada ha na Capella-mor mais do que velas pendentes nas paredes, offertas de cera, imagem e altar continuam.e ornados e hua pequena caixa em q̄ os romeiros, de fora das grades do arco, lançaõ esmolas de gram ou dinhr.o como sempre foi fechada, de presente com 3 chaves em poder da Junta, que ella frequentem.e pode despejar, não devendo passar pela imaginaçaõ que os sacerdotes ali celebrantes tomassem? tal ocasiaõ de praticar roubo em objetos de Santa? natureza, (…). He verd.e, dizem, naõ ser preciso abrir as grades do arco p.ª celebrar nos altares colatraes, pois que fazendo o tranzito por fora da Capella, desde a sacristia, preenchido está o destino da Junta, e só esta se atreve a dizer q̄ naõ há incómodo, nem indecência! preparar porem esses altares publicos, desnudados de pedra d'ara, toalhas, missal, castiçaes, crucifixo, galhetas, e tudo levantar, paramentar-se na sacristia, sahir ao adro p.ª entrar no Altar, ou conduzir ali os param.tos e ali se vestir, encontrando-se isto com dias de chuva e diariam.e, taes cerimonias saõ alheias de todos os ritos, são inventos de dispotismo, só hua Junta prezidida p.r tal Prezid.e e ou elle m.mo, em abono de suas luzes, pode por em pratica na entrada de sua presidencia [1276].

O suplicante continua o seu arrazoado argumentativo, explanado em três páginas, sugerindo que o governador oiça a Administração do concelho de Santa Marta de Bouro.

É neste sentido o despacho do secretário geral do Governo Civil, datado de 5 de janeiro de 1841, exarado no requerimento, para que faça sentir à Junta que a legislação em vigor, nomeadamente o §4 do art.º 97.º do Código Administrativo, não lhe permite «conservar fechada

[1274] «Diario do Governo» n.º 94, 21 de abril de 1840.
[1275] Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 2 v.
[1276] Arquivo «Casa de Araújo».

ou aberta, a seu arbítrio, uma grade, e por isso em constituir um perfeito monopólio de coisas e objetos a que a mesma Junta não pode estender a sua administração», exemplificando com o caso de «um altar». O magistrado considera «sem fundamento as razões expressadas pela referida Junta em sua extensa resposta», uma vez que não está em causa a administração da fábrica do Santuário, mas tão só o regular funcionamento dos serviços, devendo «abster-se de vistas ou interesses pessoais, ficando na inteligência de abrir as grades que fecham o altar principal a todo e qualquer eclesiástico que nele queira celebrar». O despacho não termina sem pedir o acompanhamento do comportamento da Junta por parte do administrador do Concelho «a fim de se tomarem as providências que necessárias se julgarem, em presença do que a Junta obrar» [1277].

Entretanto, o pároco titular da freguesia, José António da Silva, que se tinha afastado para Braga após o assassinato da mãe, requer à Camara Municipal que esta «mande que a Junta de Paróquia da dita freguesia de Rio Caldo entregue ao suplicante, por via de seu tesoureiro, todas as esmolas recebidas desde que o suplicante lhe entregou as chaves e administração (…), visto que desde tempo antiquíssimo se achava na posse de as receber», uma vez que entende que não podia ser privado dos rendimentos do Santuário devido à sua qualidade de pároco colado na freguesia pela portaria do Ministério do Reino de 15 de abril de 1840. O executivo, numa primeira reunião [1278], decide adiar a decisão, mas, na seguinte, realizada a 4 de dezembro de 1840, delibera deferir a pretensão do abade [1279]. Para obviar à situação de ausência do abade e a pedido deste, o Arcebispo, em 19 de fevereiro de 1841, emite a carta de encomendado para a paróquia de Rio Caldo em nome do Pe. António Pereira com obrigação de residência: «em vista das circunstancias que nos foram presentes, (…) atendendo às qualidades do Pe. António Pereira, (…) ficando desde já obrigado a fazer continua e pessoal residência dentro dos limites da freguesia e a cumprir com todas as obrigações» [1280].

A nomeação do Pe. António Pereira como abade encomendado não foi motivo de pacificação no meio clerical riocaldense, como se comprova por nova exposição do Pe. José de Araújo dirigida, uma vez mais, ao governador civil, queixando-se do comportamento do reverendo pároco, presidente da Junta e restantes membros que, uma vez mais, impedem o normal funcionamento da «Cappella de S. Bento da porta aberta». Os argumentos são os conhecidos: capela-mor, onde se encontra o único altar sempre ornado, fechada à chave; necessidade de preparar e levantar o altar colateral após cada celebração; além de terem de circular pelo adro entre a sacristia e a nave do santuário numa localidade onde os invernos são rigorosos. Marques Murta, secretário da Administração Geral, foi sensível a estes argumentos e exara o despacho seguinte: «Seja presente a Junta p.ª obrar na forma requerida; ou dar hũa razão cabal e termin.e, por que tolhe o uso do altar de que se tracta,

Adm.ção Geral em Braga, 28 de 7.bro de 1841».

Os anos que se seguiram não foram de tranquilidade nas relações entre a Junta e os sacerdotes que davam corpo aos ofícios divinos no santuário, cujas polémicas apenas seriam interrompidas – os problemas repetir-se-ão passados 35 anos, a partir de 1886 – no ano de 1851 mediante um acordo entre a Junta e o pároco.

### 5.3. CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO DE SBPA (1843 A 1904)

O período entre 1843 e 1904 é o mais complicado na história do santuário de SBPA. Se, por um lado, corresponde aos anos da construção do templo atual – salvo algumas alterações

[1277] *Idem*.
[1278] **AMA**, *Concelho de Santa Marta de Bouro*, livro de atas (1840-1842), fls. 44-44 v.
[1279] *Idem*, fl. 45: «Acordaram que se referindo ao requerimento do reverendo abade de Rio Caldo, que tinha ficado da sessão passada, que deferindo use o reverendo suplicante da ação que na Portaria apontada lhe foi resolvida».
[1280] **AAB**, *Livro de Registo das Provisões (1839 a 1842)*, fl. 171 v.

não relevantes -, por outro lado, é o mais negro da sua história devido ao confronto entre os reverendos Dias de Freitas e Pinto Guedes.

Escolhemos como marco de início o ano de 1843 porque, no dia 1 de julho, tomou posse uma nova Junta, presidida pelo abade, o Pe. António Pereira, e pelos vogais António Antunes[1281] e Domingos António Coutinho, que nomeiam Domingos da Costa Lopes para exercer as funções de secretário e Domingos Vieira Borges para tesoureiro, os quais se comprometeram a desempenhar os cargos de forma gratuita [1282]. Esta Junta vai dar início ao registo em ata das suas deliberações, mostrando, assim, a sua preocupação com a transparência no exercício de funções públicas. Embora nem sempre escriturado com a acuidade que se exige, com páginas em branco e revelando grandes lacunas na década de 50 – apenas 5 atas -, este livro, que abarca um período de 20 anos (1843 a 1863), não deixa de ser um documento valiosíssimo para a compreensão da matéria em estudo. Além disso, é neste período que ganha força a ideia de construção de um santuário com uma certa dimensão que, após vários contratempos, acaba por ser erigido num local denominado «Outeiro do Rei», no lugar da Seara da Forcadela [1283]. Este topónimo, utilizado no ano de 1824, encontra-se documentado na escritura do «Prazo» de João António dos Santos, da «Casa Santos» sita no lugar da Seara, Rio Caldo: «mais se medio huma Leira de terra que se chama outeiro de Reij que tem de comprido, do nascente a puente, trinta varas, e de largo, de norte a sul, vinte varas, parte de puente com o Terreiro de Sam Bento e das mais partes com terras do mesmo possuidor» [1284].

Como veremos e ao contrário do que afirma Molho de Faria quando refere que o santuário começou a ser construído em 1880 [1285], a sua construção começou muito antes desta data. Na verdade, data de 17 de janeiro de 1852 a primeira referência à necessidade de se construir um templo novo, recuado para nascente, de modo a ampliar o terreiro que era diminuto para, aquando das festividades, acolher todos os romeiros [1286].

### 5.3.1. Quinta polémica: uma questão de transparência (1843)

A Junta empossada em 1843 era presidida pelo abade António Pereira, natural de Rio Caldo. Tendo em conta o seu relacionamento com os clérigos da freguesia, é lícito pensarmos que o caráter do Pe. António Pereira não era o mais escorreito. Talvez por essa razão o relacionamento entre os membros da Junta vá ressentir-se.

Reunida no dia seguinte à tomada de posse, 2 de julho, delibera a execução de várias obras, quer no santuário (reedificar o madeiramento arruinado, retelhar e renovar o templo e adquirir uma «chapa para a estampa dos havitos do santoario de Sam Bento»), quer na igreja paroquial (consertar a cruz, a caldeira, a estola, os confessionários, portas e pia batismal, e adquirir um livro para os assentos de batismo) [1287], o que foi aprovado por unanimidade.

Na reunião seguinte, realizada a 30 de julho, começaram os problemas entre os membros da Junta, com o presidente a discordar dos seus colegas. Compareceu o ex-presidente da Junta, António Pinto Guedes, querendo fazer a entrega de um dinheiro destinado a custear as obras do santuário, recebido no ano de 1840 quando era membro da Junta. Exigia, para tal entrega, a existência de um cofre com três chaves distribuídas por outras tantas pessoas. Esta proposta foi

[1281] Ex-vereador da Câmara de Santa Marta de Bouro.
[1282] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 1 v. Data de 1-7-1843 o termo de abertura deste livro de atas tendo sido exarado pelo Pe. António Pereira. O termo de encerramento foi redigido pelo mesmo, mas no dia 5 de janeiro de 1845.
[1283] Arquivo «Dr. Domingos Alves»: PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (1902-1910): *O.c.*, fl. 1.
[1284] Cf. Arquivo «Casa Santos», 1824, 12 de julho – "Prazo de Joaõ Ant.º dos S.tos, do lugar da Siara, da freguezia de Riocaldo do Con.º de Terras de Bouro», fls. 12 e 14.
[1285] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 110: «Começado este a ser construído em 1880, só deveria concluir em 1895 – ano em que foram levados a cabo vários melhoramentos».
[1286] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 37.
[1287] *Idem*, fl. 2.

rejeitada pelos vogais que a consideraram sem fundamentação legal, deliberando a entrega dos rendimentos ao tesoureiro o qual passaria o recibo competente e se responsabilizaria com os seus bens pelo montante recebido, tendo o requerente dito que, «visto a Junta não querer coffre ou coffres por isso requeria se lhe mandaçe passar a competente certidão para com ella seguir seus meios, quanto ao dinheiro que se achava na sua mão o entregaria a quem lho tinha entregado como fiel». O presidente, ao assinar a ata, escreveu: «Como convencido, o Presidente, António Pereira» [1288].

Com a aproximação da romaria de agosto, a Junta, consciente da «pequenes do Terreiro» e da carência de instalações que permitissem uma receção condigna aos romeiros em crescendo, delibera reedificar uma casa, pertencente ao Santuário que se achava arruinada, e ampliar o terreiro. Para tal, resolvem adquirir uma leira junto ao adro do lado sul e aí fazer um socalco e um muro, de modo a «emparar e aplanar o mesmo Terreiro e Capella» [1289].

A arrecadação das esmolas durante a romaria de agosto, depois da desavença a propósito da aquisição do cofre, origina um novo desentendimento no seio da Junta, desta vez entre o vogal, Domingos António Coutinho, e o presidente, uma vez que aquele pretendia que o rendimento do santuário fosse declarado em ata e entregue ao tesoureiro, tendo sido contrariado pelo pároco e pelo secretário. Não se conformando com a situação, o vogal envia, com data de 18 de agosto, uma exposição ao governador civil onde denuncia a falta de transparência no registo do rendimento do Santuário:

> Illustrissimo e Excelentissimo Senhor: diz Domingos Antonio Coutinho, da freguesia de Rio Caldo, Membro da Junta da Parochia da mesma freguesia, que estando a cargo desta a ademestração [*sic*] do Santoario intitulado de S. Bento da porta Aberta, collocado na dita freguesia, acontece que, querendo dar boa conta da sua gerência, lembrou que os Rendimentos ou Esmollas do dito santoario fosse lançada na Acta a sua importançia como devia a cuja lembrança se oniu e hera da mesma openiaõ, o seu companheiro, Membro António Antunes e que, asignada a acta pello thesoureiro, se lhe entregasse para dar contas a todo o tempo. Aconteceu, porem, que o Presidente da Junta e o secretario não quiseram que se fizesse tal Acta no livro das secçoens, mas sim em huma folha de papel a que os suplicante e seu companheiro não anuiraõ porque semilhante procedimento tem fins sinistros, como athe aqui tem aconteçido, o que cumpre evitar, e declara o suplicante que o dito santoario neste Mes e por ocazião da Romaria da Senhora d'Abadia, produzio duzentos vinte e çinco mil e hoito centos e vinte, e no dia de São Bento em Março, quinhentos e secenta, e em Julho, setenta e quatro mil duzentos e quarenta, de cujas quantias se não fizeraõ ahinda as respetivas Actas, pellos ponderados motivos, nem tambem se lançaraõ no mesmo livro das secçõens as despezas feitas, pello que e para que de huma vez se ponha a caminho direito a Ademenistração do dito santoario, pede a vossa Excelençia se digne ordenar ao Admenistrador do Conçelho que passe immediatamente ao lucal do dito santoario e ali reonida a Junta por dia e hora sejaõ lavrados no livro das secçõens as Actas da receita e despeza athe hoje, asignando o thezoureiro os mesmos que envolverem receita e que o mesmo livro das Actas jamais deixe de estar fixado em hum coffre de tres chaves e nunca em poder do secretario e outro sim que este requerimento copiado no respectivo livro com o despacho de Vossa Excellençia se archive no mesmo coffre ou se entregue ao suplicante, e reçeberá a merçê. Braga, dezoito de Agosto de 1843. Como procurador, João Joaquim de Carvalho [1290].

[1288] Pensamos que queria dizer «como vencido».
[1289] *Idem*, fl. 4.
[1290] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fls. 5 v.-6.

Este requerimento é bem elucidativo do desmando em que se encontravam os rendimentos do santuário de S. Bento e as razões por que todos se mostravam interessados em estar próximos do mesmo, justificando as palavras do Dr. Molho de Faria: «Não é necessário grande esforço para descobrir como houve, através dos tempos, mais cuidado em viver à custa do Santo do que em tratar da sua honra e glória» [1291].

Nesta reunião, convocada pelo administrador do Concelho à qual assistiu e perante o ofício do governador civil, a Junta, «fiel no cumprimento das çitadas hordens» [1292], não teve alternativa a exarar em ata os rendimentos auferidos, que nesse ano totalizaram 308.620 rs. para uma despesa de 90.060 rs. Esta ata, além das assinaturas dos membros da Junta, secretário e tesoureiro, encontra-se assinada pelo administrador do concelho de Santa Marta da Bouro, Manoel Luiz Alvarez.

As reuniões seguintes deixam transparecer alguma normalidade e começam as preocupações com o estado em que o templo se encontra. Após a obtenção da autorização do Conselho de Distrito para a reedificação de uma casa do santuário que se encontrava em ruínas e destinada a guardar os utensílios do mesmo, nomeadamente «os hábitos e a cera»[1293], marcam o auto de arrematação para o dia 24 de setembro. A obra de pedreiro é entregue aos irmãos Manuel e Francisco Névoa, de Rio Caldo, por 75.500 réis, com as dimensões seguintes: 40 palmos de desvão em comprido e 20 em largo (9 x 4.5 m), com uma altura de 12 palmos (2,5 m) [1294]. As obras de carpintaria foram arrematadas pelo «Reverendo Senhor Padre José d'Araújo Sousa, do lugar da Siara, prompta de madeira e telha, sallas forradas e janelas e portas – chave na maõ» pela quantia de 65.500 réis [1295].

Na mesma altura, foi adjudicada a construção de um muro pelo lado sul do terreiro, com o comprimento de 20 braças (37 m) e 25 palmos de altura (5,5 m), por 129.000 rs. aos referidos irmãos Névoa.

Pela leitura da ata da reunião de 15 de outubro, ficamos a saber não só do primeiro pagamento aos irmãos Névoa, no montante de 100.000 rs., mas também da aquisição de uma leira do lado sul do santuário denominada «Beiga de S. Bento», adquirida a António Ribeiro, da Seara, por 30.000 rs., e da adjudicação da construção de umas escadas da mesma leira para o terreiro pelo valor de 18.400 rs. a Francisco Loureiro, do lugar de Parada. Chama a nossa atenção a origem das receitas para esta despesa:

> (...) para esta conta concorreram as Juntas preteritas, a saver, a de mil e houto centos e quarenta, com a quantia de trinta mil reis [30:000] e a de mil e oitocentos e quarenta e hum e quarenta e dois, com a quantia de quarenta mil reis [40:000], e a actual Junta com a quantia de trinta mil reis [30:000], que tudo perfas a dita quantia de cem mil reis; e entrou mais a Junta de quarenta e hum e quarenta e dois com a quantia de sessenta e três mil réis [63:000], cuja quantia elle thezoureiro pagara a Antonio Ribeiro da Seara [1296].

Podemos dizer que, nesta altura, o santuário de S. Bento era «a galinha dos ovos de oiro» da Junta e não só, como vimos, também daqueles que queriam «viver à custa do Santo» [1297].

---

[1291] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 73.
[1292] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 6.
[1293] *Idem*, fl. 14.
[1294] Utilizamos valores aproximados com base no trabalho do professor Mário Barroca (1992), «Medidas –padrão medievais portuguesas», publicado na *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto, pp. 43-85.
[1295] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 8.
[1296] *Idem*, fls. 9-9 v.
[1297] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 73.

Em dezembro de 1843, é adjudicado ao mestre carpinteiro António Dias Mateus, por 38.400 réis, o conserto da igreja paroquial, nomeadamente o emadeiramento do arco cruzeiro para baixo, quer no que respeita à cobertura, quer quanto ao soalho, soleiras, portas, confessionários, etc. Os melhoramentos na zona envolvente do santuário não foram descurados, tendo a Junta deliberado a aquisição de mais uma leira do lado sul a António Ribeiro, da Seara, a construção de umas escadas para a mesma, além de acréscimos na casa arrematada e do capeamento do muro já construído.

Surge, pela primeira vez, a ideia de construção de um albergue destinado a acolher os peregrinos, o que significa que o número de devotos de S. Bento continuava a aumentar. Para o efeito, decidem adquirir «um pedaço de terreno a Maria da Costa, do lugar da Siara, para indereitar o muro do mesmo Terreiro e comprar tres oliveiras a Francisco Pires de Coba [1298] para ahi se fazerem huns quarteis para os Romeiros» [1299].

Estranhamente, passam-se 8 meses sem qualquer ata, nem aquando das festividades de março e de julho. Terminada a romaria de agosto, com a situação vivida bem presente, reúnem a 17 de agosto para analisar quais as obras prioritárias para o santuário, a fim de poderem aplicar o rendimento das esmolas. O presidente propôs, e foi aprovado por unanimidade, a construção de «uma salla para guardar os Havitos e cera; que o Sanctuario sufria um grande prejuizo em a não ter, porquanto os havitos que ali haviaõ estavaõ quazi todos apodr[ec]idos e carunchosos por estarem fichados dentro de hum caixaõ», ampliar a sacristia, construir, no terreiro, «duas sallas com lojas e barandas para quarteis dos romeiros e que ali concorrem nas occazioens das Romarias, por os ditos Romeiros naõ terem aonde se recolher» e, novamente, «o fazer-se hũa caixa com tres chaves para lançar as esmolas», além de um confessionário e «bancos e bancas para alugar aos contratistas que ali concorrem nas occazioens das Romarias».

Dada a urgência, marcaram o auto de orçamentação para dois dias mais tarde, tendo convidado, para o efeito, os mestres pedreiros Manuel Dias Névoa e Ricardo Dias, que orçaram as obras - «uma sala quadrada de vinte palmos para com loja por baixo; o mesmo na sancristia; e mais outras duas salas com suas competentes lojas» - em 210.000 rs. Presentes, também, António Dias Mateus e António Manuel Fernandes, mestres carpinteiros, que orçaram as obras de carpintaria (madeiramento da sala de hábitos, salas para os romeiros, caixa para as esmolas, 21 bancos e 6 bancas e um confessionário) em 106.400 rs [1300].

Como pretendiam adjudicar a obra no dia de Natal, 25 de dezembro de 1843, procuraram assegurar as condições para que a pedra pudesse ser transportada a partir da encosta sobranceira ao Santuário, dando início a uma pedreira de extração de granito – ainda, hoje, denominada «pedreira de S. Bento - que viria a ser utilizada durante décadas, não só para os muros e construção do santuário, mas também para outras obras da Paróquia como os muros do cemitério [1301]. Assim, em 12 de novembro, a Junta, dando como já adjudicada a obra, passa a declaração seguinte a João António dos Santos, dono do terreno por onde o carreto tinha de ser feito:

> A Junta de Parochia abaixo assignada, que servimos o presente anno de 1843, desta freg.ª de Rio Caldo, tendo levado a effcto a arrematação das obras de S. Bento do lugar da Seara que constaõ de hua caza junto a respetiva Capella e hum muro junto ao terreiro ao correr do cam.º a parte do sul e tendo de conduzir-se a pedra da

[1298] «Cova» era um lugar da freguesia de Rio Caldo.
[1299] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 9 v.
[1300] *Idem*, fl. 15 v.
[1301] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*, Leite Ribeiro, 1885, 1 de março – "Escritura de ajuste de obra que faz a Junta da Paróquia de Rio Caldo com Domingos da Silva, casado, do lugar e freguesia de Vilar da Veiga". Livro n.º 460, fl. 74: «a frente do capeado, que é o lugar onde leva cantaria, será de granito do monte do Trabaço, ou das pedreiras de São Bento, de granito fino, não sendo admitida pedra de galho para a cantaria».

> Costa do monte fronteiro a m.ma Capella p.r cima das propried.es da Tomadinha; para se fazer o carreto desta mais comodo e perto, contratamos a que João António dos Santos, da Seara, nos concedesse licença p.ª fazer o d.º carreto pelas suas propried.es do Campo e Veiga da d.ª Tomadinha, a qual concedeo p.r esta vez, p.ª as sobred.as obras ficando a mesma Junta responsavel athe deixar as d.as propried.es fechadas nas entradas e sahidas como se achaõ, obrigando-nos a qualq.r prejuizo o̱ se ofereça e p.r sua clareza assim lho declaramos. Pres.es test.as Francisco de Araujo e Severino de Ar.º. Hoje, 12 de 9.bro de 1843. Test.as sobred.as do lug.r da Seara e tambem Manoel Jose da Costa e Domingos Pires Palheiros.
>
> O Prezidente, Pe. Antonio Pereira (ass.) [1302].

Entretanto, a contabilidade da Junta continua a surpreender. Apurado o saldo de 1843, verificou-se ser de 218.560 réis (Ata de 23-12-1843). Na reunião de 20-12-1844, aquando da aprovação das contas de 1844, é referido o rendimento de 338.145 rs., ao qual, «abatida a despeza de cento e quatorze mil, oito centos e quarenta [114.840], fica liquido deste anno duzentos e vinte e tres mil, trezentos e cinco [223.305], com cento e treze mil, nove centos e oitenta [113.980] do anno de mil oito centos e quarenta e tres, perfaz o liquido em ser a quantia de trezentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco [337.285]» [1303]. Ou seja, há um desvio para menos no valor de 104.580 réis!

Com o início do novo ano, também a Junta dá uma volta. Depois da demissão, em 22 de outubro de 1843, do secretário Domingos da Costa Lopes [1304], agora é a vez do tesoureiro também ser substituído, tendo a escolha recaído no vogal e secretário da Junta, Domingos António Coutinho, que passa a acumular as três funções [1305].

Três meses passados, a Junta, a 31 de março, procede à adjudicação das obras orçamentadas em 21 de agosto de 1844, em virtude de não terem sido adjudicadas no auto de arrematação previsto para o dia 25 de dezembro de 1843, devido a falhas na marcação dos preços, ausência de fiança idónea e preços demasiado elevados [1306]. As obras de pedreiro, casa dos hábitos, sacristia e casa da fonte são adjudicadas a Manuel Dias Névoa por 230.000 rs.; as de carpintaria, a António Manuel Fernandes por 93.000 rs. [1307].

A esta adjudicação segue-se a tomada de posse de uma nova Junta, presidida pelo Pe. José António Silvério Pinto Guedes (1810-1885), da «Casa do Pinto», que, como veremos, vai ser acusado de ter feito as obras de ampliação da sua residência com o dinheiro de S. Bento.

O registo da atividade da Junta no livro de atas começa com um lapso, ou seja, primeiro uma reunião de agosto, sem assunto, a que se segue a de junho, realizada dois meses antes. Por sua vez, o seu conteúdo não é o mais correto, ou seja, convocada para «se proceder no auto do rendimento do mesmo Sanctuario pelo primeiro semestre deste corrente anno», apenas regista a despesa (7.703 rs.), sem qualquer referência à receita nem ao saldo [1308].

As obras aprovadas em março prosseguem devagar. Em 30 de outubro [1309], apenas se encontram concluídas as da sacristia, tendo a Junta deliberado a continuação dos trabalhos adjudicados. Isto numa altura em que a concorrência de romeiros já era significativa, como lemos no inquérito paroquial de 1845 feito pelo arcipreste de Pico de Regalados e onde nos dá conta da real situação vivida na freguesia e a apetência pela gestão dos recursos financeiros do Santuário:

---

[1302] Arquivo «Casa Santos».
[1303] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 16 v.
[1304] *Idem*, fl. 10.
[1305] *Idem*, fl. 17.
[1306] *Idem*, fls. 18 v.-19.
[1307] *Idem*, fl. 17.
[1308] *Idem*, fl. 21 v.
[1309] *Idem*, fl. 22.

> A [capela] de São Bento da Porta Aberta, sita no lugar da Seára. He filial da igreja, e por isso [de] sua administração, corre sob o cargo da Junta de Paroquia. He notavel pelo numeroso concurso de romeiros, que ali se juntão em quasi todo o anno, sendo mais celebres os dias do primeiro sabbado da Quaresma; de 21 de Março; dia dos prazeres de N. Senhora; no dia 11 de Julho; e desde 10 d'Agosto até ao dia d'Assumpção de N. Senhora. He grande a occurrencia dos Povos, e com tanta copia de esmolas, que não há negocio de mais importancia entre aquelles paroquiannos do que tractarem da eleição da Paroquia com poderosos impenhos, para nessa qualidade poderem gozar do fructo d'essas esmollas com a maior avidés; o que por m.tas veses tem dado que fazer na freguesia. A Capella está muito decente, e tem os necessarios paramentos para nella se celebrar. Conserva sempre a porta aberta, ainda que de proposito se feche [1310].

O número tão escasso de atas fica a dever-se, segundo percebemos pelo relato da reunião de 22 de dezembro, ao excesso de trabalho do vogal, secretário e tesoureiro, Domingos Antunes Coutinho, que o obrigava a ausentar-se da freguesia, pelo que o presidente, na presença do regedor António Lourenço, convocado para esta reunião, resolve demiti-lo: «bem assim por ele foi mais proposto que igoalmente devia ser demitido o secretario desta Junta o sobredito mencionado Coutinho por maior das vezes não compareçer as çesçoens ordinarias e extraordinarias por ter diferentes ocopaçoens em vista das quais existe maior do tempo fora desta freguesia» [1311]. Uma leitura atenta deixa perceber que havia outras razões - talvez reminiscências da denúncia que fez ao governador civil por falta de transparência nas contas quando referem que a demissão se deve aos «motivos expostos e outros». Só que, passados seis meses – período sem atas -, o Domingos António Coutinho aparece novamente nas funções de secretário sem que percebamos o que se passou.

A ata de 30 de junho de 1846, destinada a registar as contas, comete novo lapso, apenas contém a receita, 312.050 rs., acrescentando «tendo-se a abater a esta quantia as despesas legais». Ou seja, ninguém ficou a saber qual o saldo transitado. Tal como acontece um ano mais tarde, a 30 de junho [1312], sem que, entretanto, tenha havido qualquer registo em ata, mas, desta vez, com uma novidade. Refere que o rendimento foi de 264.990 rs. [1313], alertando «tendo-se a abater a esta quantia as despezas que por ducumentos legaes se apresentarem perante a Câmara

---

[1310] **ADB**, *Visitas e Devassas*, 1845 – "Arciprestado de Pico de Regalados". Livro n.º 753, fl. 64 v.

[1311] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 22 v. O presidente da Junta já tinha previsto a nomeação dos secretário e tesoureiro substitutos, aliás, o novo secretário, Manuel José de Azevedo, já se encontrava presente e foi quem redigiu a ata. Quanto ao tesoureiro, foi nomeado José Maria Pires, do lugar da Seara, que ficou de comparecer no dia seguinte «perante esta Junta p.ª prestar a devida fiança iomais [*sic*] que a lei incumbe».

[1312] Os tempos conturbados que se viviam refletem-se na falta de cuidado em registar em ata os atos de administração da Junta.

[1313] Segundo Molho de Faria, «foi notório o roubo que levou do cofre 252.200 réis, em 1847», *o. c.*, p. 109. Não encontrámos documentação que comprove esta afirmação.

O ano de 1847 foi de convulsões sociais e políticas no contexto da «Patuleia». O Pe. Casimiro, um dos líderes da «Revolta da Maria da Fonte» e apoiante da causa de D. Miguel, esteve escondido na «Casa de Araújo» no lugar da Seara, Rio Caldo. Esta casa, ainda, hoje, tem uma passagem estreita por cima do antigo caminho de S. Bento por onde se podiam evadir quando acossados no pátio da entrada.

Em 23 de setembro de 1848, Baltasar Vieira Ribeiro e Sousa, que se encontrava preso na cadeia de Vieira do Minho, envia uma carta a Joaquim Severino de Araújo Ribeiro (1820-1901), irmão do Pe. Francisco de Araújo da «Casa de Araújo», pedindo-lhe que seja sua testemunha abonatória. Através desta carta, ficamos também a conhecer um pouco da guerrilha registada numa troca de tiros junto à ponte de Rio Caldo: «Eu não lhe peço coisas injustas, só sim a verdade. Não tem senão dizer que nesse tempo de revolução, sendo obrigado pelo seu regedor a sair, bem como toda a freguesia, me acompanhou em vários concelhos e me conhecia perfeitamente e dizer o meu porte e se me viu furtar ou lhe constou que furtasse alguma coisa e que, se andávamos em armas, era para aclamar o senhor Dom Miguel, Rei de Portugal, e não era para furtar em modo de guerrilhas de ladrões como eles querem.

E que não duvida que alguns tirassem alguma coisa, como a força era muito grande e se compunha de tudo, portanto, a meu respeito, diga aquilo que for verdade e quanto mais a meu favor, melhor, é o que espero do meu Amigo, respondendo aos artigos da minha contrariedade quando lhe for lida em ocasião do juramento quando para aí for a carta de inquirição». Cf. Arquivo «Casa Santos».

Municipal no livro competente» [1314]. Infere-se que a Câmara Municipal de Santa Marta de Bouro, durante este período, tomou a seu cuidado a supervisão da administração do santuário.

Infelizmente, não dispomos de atas da Câmara Municipal entre os anos de 1843 e 1846 [1315]. Analisadas as atas do ano de 1847, não encontrámos qualquer referência à apresentação de contas por parte da Junta de Rio Caldo [1316], apenas um ofício do governador civil recomendando urgência no conserto da «Ponte de Madeira» de Rio Caldo (18 de outubro) e um requerimento do pároco, António Pereira, presente na reunião de 16 de dezembro, solicitando uma parte da coleta de 1846. A Câmara, alegando a apresentação intempestiva do requerimento, adiou para o ano seguinte [1317].

A ata de 18 de agosto de 1847 reflete o retomar de uma certa normalidade. A Junta delibera a aquisição de algumas alfaias litúrgicas (turíbulo e naveta), a feitura de «caixaõ para guardar os Paramentos mais limpos daquele Sanctuário» e de «um cofre com tres chaves ou as mais que precisas for, forrado de folha grossa para nelle se guardarem as Esmolas em dinheiro que junta aquele Santo». Depois da polémica verificada na reunião de 30 de julho de 1843, é aprovada a construção de um cofre «com três ou mais chaves» [1318]. Foi, também, deliberada a execução das seguintes obras: um alpendre na parte norte, um socalco por baixo do muro do sino [1319], um «muro de assentos», renovar a capela e as casas «feitas e as que se achaõ a concluir» e consertar os telhados [1320]. O auto de arrematação é marcado para o dia 29, depois de, a 22, terem procedido à orçamentação.

A ata da sessão extraordinária de 28 de agosto contém não só o auto de arrematação, mas também a descrição pormenorizada das obras: «antes de se abrir lanço, deliberou que se cupiasse nesta acta a planta das ditas obras para que a vista dellas os Lançadores mais livremente pudessem lançar» [1321]. A síntese do ajuste é a seguinte:

**Quadro n.º 2. Síntese de arrematações do dia 19 de agosto de 1847.**

| Descrição da obra | Data do auto | Arrematantes | Valor da adjudicação | Valor da orçamentação |
|---|---|---|---|---|
| Muro pela parte do Sul principiando no que já está feito com 3 palmos livres da terra para cima, alicerce de 4 palmos de grossura. | 1847, 29/8 | José António Dias dos Santos, da Granja | 36.090 rs. | 34.000 rs. |
| Muro da parte do Norte, começa ao direito da esquina da sala dos hábitos, o seu comprimento até ao da parte do sino. | 1847, 29/8 | Manuel Dias Névoa | 10.700 rs. | 14.700 rs. |

[1314] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 24 v.

[1315] MATOS, Henrique José M. de (2014): «O concelho de Santa Marta de Bouro. 1939-1854», **in** CAPELA, José Viriato, *et alii* (2014): *Para a História de Amares*. Amares: Município de Amares, p. 368: «O fundo documental do Arquivo Municipal de Amares permite acompanhar os últimos anos da existência do concelho de Santa Marta de Bouro, concretamente nos anos de 1839-1842 e 1847-1853».

[1316] Na reunião de 5 de agosto de 1847, a Câmara de Santa Marta de Bouro deliberou solicitar às juntas de paróquia a apresentação de contas. Cf. **AMA**, *Concelho de Santa Marta de Bouro*, livro de atas n.º 2 (1847), fl. 5: «mais foi proposto pelo Prezidente que se officiasse a todas as Juntas de Parochia deste Concelho para prestarem suas contas perante esta Camara».

[1317] **AMA**, *Concelho de Santa Marta de Bouro*, livro de atas n.º 2 (1847), fl. 24 v.: «E perante esta Camara compareceo o Padre Antonio Pereira da freguezia de Riocaldo deste Concelho requerendo a esta Camara para, digo, a esta Camara mandasse repertir a coleta da derrama Municipal do primeiro semestre de mil oito centos e quarenta e seis, porque se achava aprovado na repartição da dita coleta, ao que deliveraõ que naõ podem thomar conhecimento do requerimento do Suplicante por ser intempestivamente apresentado e que por isso, para a futura coleta desta Camara sera atendido».

[1318] Não conseguimos apurar se esta decisão foi por imposição administrativa.

[1319] De salientar, neste processo de arrematação, a referência, ainda que indireta, à existência de um sino na capela de S. Bento. Embora não sendo estranho, é a primeira vez que é citado.

[1320] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fls. 25 v.-26.

[1321] *Idem*, fl. 27.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Alpendres com oito pilares de pedra, inteiriços de nove palmos de altura, palmo e meio de grossura e esquadro. | 1847, 29/8 | Manuel Dias Névoa | 11.000 rs. | 15.000 rs. |
| Caixão/gavetão para os paramentos. | 1847, 29/8 | António Manuel Fernandes, Peso | 4.800 rs. | 6.000 rs. |
| Cofre com três chaves ou mais. | | | | 8.000 rs. |
| Emadeiramento dos alpendres. | 1847, 29/8 | António Dias Mateus | 28.440 rs. | 14.000 rs. |
| A capela será alvaiada, cumes argamassadas e alvaiados, todos os telhados e salas muito bem caiadas, com junta safada, e alvaiados. | 1847, 29/8 | Domingos Vieira Borges Júnior, da Granja | 52.800 rs. | 52.800 rs. |

Apesar de orçamentado, a construção do cofre não foi adjudicada, não existindo qualquer justificação em ata. Todos os adjudicatários se comprometeram a iniciar as obras dentro de 8 dias e a Junta a fazer os pagamentos em três prestações: início, meio e fim das obras.

Perde-se, novamente, o fio dos acontecimentos, visto que só a 30 de junho de 1848 temos nova ata para registo do «rendimento recebido no dito ano», que importou em 350.195 rs., «tendo-se a abater à sobredita quantia as despesas competentemente feitas» [1322]. Uma vez mais não refere que despesas foram e quanto custaram. Apesar de se encontrar em reparação a «estrada» que ligava o santuário da Senhora da Abadia a S. Bento pelo alto do Formigueiro, uma obra a ser paga pelas administrações dos dois santuários, como consta da ata da Câmara Municipal de Santa Marta de Bouro [1323], não existe nenhuma referência a esta despesa no livro de atas da Junta de Paróquia.

A prova de que a Junta não fazia as atas aquando das reuniões é o facto de a seguinte ser do dia 30 de junho de 1849, passado um ano, e redigida nos termos da anterior, ou seja, apenas indica o rendimento anual (364.520 rs.), sem qualquer referência à despesa nem ao saldo [1324]. A ata que se segue tem a data de 9 de fevereiro de 1849, quase cinco meses antes, e é justificada pela «necessidade de se mandar comprar um sino porque o unico que esta freguezia tem se achar de todo quebrado e em uma freguezia taõ populoza como esta ser uma gravissima falta do mesmo para a Admenistraçaõ de qualquer sacramento» [1325]. Para fazer face a esta despesa, e considerando a pobreza dos fregueses, resolvem vender o sino partido, utilizar 20.000 rs. do saldo de S. Bento e pedir o apoio das confrarias da freguesia «com os liquidos preprocionaes que tiverem, visto que estes liquidos se acham na mão de alguns ex-oficiaes das mesmas confrarias sem dar contas á uns poucos de annos, sendo que as mesmas confrarias são sustentadas e augmentadas a custa dos povos da mesma freguezia» [1326]. Aprovada a proposta, solicitam autorização da administração central.

Seguem-se três reuniões realizadas durante o mês de março, todas extraordinárias. A primeira reunião serviu para providenciar o conserto da residência paroquial, orçado em 16.000

[1322] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 29 v.
[1323] MATOS, Henrique José M. de (2014): *O. c.*, p. 382: «Em 1848, para além das questões do costume relativamente a esta matéria, é feita referência à construção de uma estrada nova entre o santuário de Nossa Senhora da Abadia e o santuário de S. Bento, com a apresentação de um orçamento para reparação da estrada de S. Bento, que principiava no terreiro de Nossa Senhora da Abadia e que ia até perto da capela de S. Bento, na freguesia de Rio Caldo. Este orçamento ia ser remetido ao Governo Civil a fim de ser aprovado pelo Conselho de Distrito, para posteriormente ser a obra posta em arrematação, sendo a reparação feita à custa dos santuários, *cada hum na forma do seu distrito*, como consta do registo da vereação de 13 de julho. A parte relativa ao santuário de Nossa Senhora da Abadia é desde o terreiro do santuário *athe ao alto do Formigueiro ahonde* são as *agoas vertentes*. Enviado o orçamento a 23 de julho, a ata de 7 de setembro expressa a sua aprovação, dando-se indicações que se afixassem editais para a arrematação da obra que se devia iniciar a 17 de setembro».
[1324] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 30.
[1325] *Idem*, fl. 30 v.
[1326] *Idem*, fls. 30 v.-31.

rs., cuja receita será oriunda da venda de alguns castanheiros do passal [1327]; na segunda, realizada a 19 de março, o presidente dá conhecimento da aprovação por parte do governador civil das obras deliberadas e resolvem consertar também a casa da adega. Para o efeito, convocaram os louvados António Manuel Fernandes e António Dias Mateus que avaliaram a madeira a vender em 18.000 rs. e a despesa em 25.000 rs., tendo marcado os autos de arrematação para o dia 25, pelas dez horas, em que realizaram uma reunião extraordinária [1328]. A madeira foi vendida a António Manuel Arantes, da freguesia de Bouro, por 18.500 rs., e as obras da residência da casa da adega foram adjudicadas ao avaliador do lugar do Peso, António Manuel Fernandes, por 23.000 rs. [1329].

Embora as atas da Junta sejam omissas, sabemos que, nesta altura, já se encontrava em curso o processo de construção de uma estrada nova do terreiro da Senhora da Abadia até ao santuário de S. Bento, segundo a informação prestada pelo presidente da câmara do concelho de Santa Marta de Bouro, em reunião realizada no dia 6 de junho:

> E mais foi deliverado se officiasse ao Admenistrador deste Concelho participando-lhe que o prezidente do Santoario de Nossa Senhora d'Abbadia entrou com a sua quota que lhe pertencia para a nova estrada que se vai fazer desde o dito Santoario athe Sam Bento da Porta averta em Rio Caldo, e a quota lançada a Saõ Bento por a dita estrada ahinda não foi paga nem se sabe quando o sera, e esta Camara já satisfizera o primeiro pagamento ao arrematante da Senhora d'Abbadia [1330].

Certamente que o teor desta ata chegou ao conhecimento do capelão do santuário da Senhora da Abadia, que já tinha entrado com a sua quota de 80.000 rs., pedindo a sua devolução, pois aproximava-se o dia da grande romaria e a estrada ainda nem sequer tinha começado [1331]. O presidente, na reunião de 14 de junho, tranquilizou a Câmara – e o capelão da Abadia – dizendo que o santuário de S. Bento já tinha pago a sua quota e, por isso, podia-se avançar com a obra: «já se acha entrado no coffre do tesoureiro deste Municipio a quantia de cincoenta e dous mil reis pertencente ao Santoario de Saõ Bento na freguezia de Rio caldo para a construçaõ da nova estrada que se vai fazer desde o alto do Formigueiro agoas vertentes athe o dito Santoario, e por isso se passe ordem de pagamento da primeira prestação ao arrematante da dita estrada» [1332]. A ata termina com uma adenda, já depois do encerramento habitual, do teor seguinte: «E mais se declara que enquanto a certidão exigida pelo dito Padre Capelaõ de Nossa Senhora da Abbadia, se lhe passe na forma requerida, dia, mez e anno era ut supra» [1333].

A obra de construção da nova estrada vai prolongar-se e, na sequência das reuniões de 8 e 13 de setembro, é dado um prazo de oito dias ao arrematante para a sua conclusão, mas só no final de novembro é que tal se verifica, realizando-se, a 20 de dezembro, a correição à mesma. Os últimos pagamentos, lançados em ata de 31 de dezembro [1334], segundo Henrique Matos, seriam satisfeitos a 8 de janeiro de 1850: «26.665 rs. a Bernardo José Coelho, e 16.665 rs. a João Baptista de Araújo, *sublocado* de Domingos Vieira Borges» [1335]. Discordamos do referido

[1327] *Idem*, fls. 31-31 v.
[1328] *Idem*, fls. 32-32 v.
[1329] *Idem*, fl. 33.
[1330] **AMA**, *Concelho de Santa Marta de Bouro*, livro de atas n.º 3 (1848-1852), fl. 99.
[1331] MATOS, Henrique José M. de (2014): *O. c.*, p. 382.
[1332] **AMA**, *Concelho de Santa Marta de Bouro*, livro de atas n.º 3 (1848-1852), fls. 100 e 101 v.
[1333] *Idem*, fl. 101 v.
[1334] *Idem*, fl. 136: «E mais foi deliverado que se acha sem satisfazer o ultimo pagamento dos arrematantes da nova estrada de Nossa Senhora d'Abbadia ao Saõ Bento, sendo a Bernardo Joze Coelho da freguezia de Bouro a quantia de seis mil seiscentos e sessenta e cinco rs., e a Domingos Vieira Borges ou seu sublocado, Joaõ Baptista d'Araujo, da freguezia de Rio caldo, a quantia de dezasseis mil seiscentos secenta e cinco reis».
[1335] MATOS, Henrique José M. de (2014): *O. c.*, p. 383.

investigador uma vez que, em virtude de ter havido mudança de executivo e da necessidade de se realizar alguns trabalhos na sequência da investigação realizada pela Câmara, o pagamento foi protelado. Assim, Bernardo José Coelho, em 18 de fevereiro, vai à Câmara pedir o dinheiro em falta, mas é-lhe respondido que se vai verificar o estado em que a estrada se encontra e, se se confirmar «estar complecta e na forma da planta do auto d'arrematação, o qual estando completo se procedera ao seu pagamento» [1336].

O ano de 1850 fica na história do santuário como aquele em que existem contas especificadas e com um saldo transitado do ano de 1849 no montante de 899.590 rs., não obstante a ata de 21 de dezembro de 1849 voltar, uma vez mais, a referir apenas a receita total (433.035 rs.), sem indicar o valor das despesas.

O primeiro livro de registo das contas de receita e despesa do santuário inicia a contabilidade em 1849 e as contas são as seguintes [1337]:

**Quadro n.º 3. Contas de receita e despesa dos anos de 1849/50 e 1850/51.**

| Receita | | | Despesa | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ano | 1849/50 | 1850/51 | | 1849/50 | 1850/51 |
| Saldo | 899.590 rs. | 873.630 rs. | Música | 3.360 rs. | 15.200 rs. |
| 2.º sem. | 6.320 rs. | | Tamborileiros | 800 rs. | 2.620 rs. |
| Rendimento | | 331.640 rs | Padres | 1.440 rs. | 2.880 rs. |
| | | | Pregador | 1.680 rs. | 3.120 rs. |
| | | | Terreiro | 25.000 rs. | |
| | | | Polícia | | 9.200 rs. |
| | | | Obras (pedreiros) | | 48.680 rs. |
| | | | Registos | | 30.730 rs. |
| | | | Fogo | | 43.020 rs. |
| | | | Compra terreno | | 50.000 rs. |
| Total: | 905.910 rs | 1:205.270 rs. | Total: | 32.280 rs. | 205.450 rs. |

A especificação das contas vai ser interrompida nos anos subsequentes sendo retomada em 1882 após a realização da primeira sindicância.

Pela análise do relatório de contas, ficámos a saber que, apesar de S. Bento já ser comemorado em três épocas (março, julho e agosto), apenas realizavam festividades nas últimas. A segurança era uma preocupação, com a presença de forças policiais, e o fogo de artifício um espetáculo a não perder. As festas eram animadas pelos tamborileiros, os quais seriam substituídos, mais tarde, pelos "Zés Pereiras", e tinham a solenizá-las uma banda de música. Estamos no início das grandes romarias que vão marcar o virar do século XIX.

Foram responsáveis pela gestão o presidente da Junta e pároco, Pe. José António Silvério Pinto Guedes, os vogais Henrique da Costa e Domingos Loureiro, e tesoureiro António José Gonçalves. Estas contas foram aprovadas por acórdão da Câmara Municipal de Santa Marta de Bouro de 6 de maio de 1851:

> Foraõ presentes a esta Camara Municipal de Santa Martha de Bouro as Contas de Receita e Despesa da Junta de Parochia da freguezia de Rio Caldo deste Concelho pertencentes ao Santoario de São Bento na mesma freguezia pelo segundo semestre do anno economico de 1849 a 1850 e primeiro semestre do anno economico de mil oito centos cincoenta, mil oito cincoenta e hum as quais as aprovaõ pelas acharem em forma legal. Santa Martha de Bouro, 6 de maio de 1851. Eu, Manoel Custodio de Souza Azevedo, escrivaõ que o escrevi.
>
> O Presidente da Camara e Admenistrador interino,
>
> Ass. Fran.co d'Ar.º Souza

[1336] *Idem*, fl. 142 v.

[1337] **AISBPA**, *Livro de receita e despesa* (1850-1895), fls. 2 v.-3.

Domingos Antunes
Joze Ant.º da S.ª
Manoel Fernandes [1338].

Antes de mais, temos de esclarecer que os números que apresentamos nem sempre coincidem com os do Dr. Molho de Faria e, como este não cita as suas fontes, não conseguimos confrontá-los. Pela nossa parte, seguimos os livros de receita e despesa dos arquivos da ISBPA e da JFRC, bem como os processos de aprovação de contas enviados à administração central, ou seja, ao governador civil do distrito de Braga, existentes no ADB.

Embora o livro de contas apresente alguns erros – como foi detetado pela sindicância realizada na década de 80 do século XIX -, fornece-nos dados preciosos para compreendermos o aumento das receitas, a evolução das romarias e a construção do novo santuário.

### 5.3.2. Escritura de reconhecimento, entrega e transação (1851)

Se a década de 40 do séc. XIX não foi pacífica na gestão do santuário, a seguinte não foi melhor. O abade José António da Silva, descontente pela forma como os bens do santuário estavam a ser geridos, procurava, a todo o custo, fazer valer os seus direitos de continuador da obra do fundador da capela, vindo a conseguir que a Junta de Freguesia lhe entregasse a administração da mesma. Segundo Molho de Faria, ao abade «Não o satisfazia o que já tinha obtido [1339]. Ameaçava, portanto, a cada passo, a Junta de ir a juízo, se ela não abandonasse a capela e deixasse de administrar as suas alfaias e rendimentos. Foi então que a Junta, receando perder a causa e, ainda por cima, ter de pagar as custas do processo, abalou para Braga e resolveu ceder a posse da capela e de seus rendimentos, em favor do Pároco» [1340].

A afirmação de Molho de Faria sobre a ida da Junta para Braga - «abalou para Braga» - explica-se pelo facto de o abade, José António da Silva, aí se encontrar a residir, tendo, inclusive, o documento da *Escritura de reconhecimento, entrega e transacção que faz a Junta de Paróquia da freguesia de Rio Caldo ao Reverendo Abade da mesma*, sido redigida na sua residência aonde se deslocou o tabelião Penha Fortuna:

> Saibaõ os que este publico Instrumento de Escriptura de reconhecimento - entrega, e transacçaõ, ou como em Direito milhor nome tenha virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos cincoenta e hum, aos vinte e nove dias de Julho do dito anno, nesta cidade de Braga, Rua do Alcaide, e moradas do Illustrissimo e Reverendissimo Jose Antonio da Silva, Abbade da Freguezia de Rio Caldo, Julgado de Santa Martha de Bouro, aonde eu Tabelliaõ vim, ahi perante mim e testimunhas deste Instrumento no fim delle assignadas, compareceraõ pessoalmente - Outorgantes, de huma parte o Reverendo Jose Antonio Silverio Pinto Guedes, Encomendado na sobredita freguesia de Rio Caldo, na qualidade de Presidente da Junta de Parochia da mesma - os Membros dela - Henrique da Costa - e Domingos Dias Loureiro, da sobredita freguesia; e pela outra parte, o dito Illustríssimo Jose António da Silva, Abbade collado na expressada freguesia, todos pessoas de mim Tabelliaõ reconhecidas, pelos proprios taõ bem o saõ das testimunhas refferidas do que dou fe [1341].

As partes reconhecem a fundação da capela pelo pároco, os seus direitos e a deliberação do Conselho de Distrito que confere a sua administração ao pároco, revogada pela Portaria de

[1338] **AMA**, *Santa Marta de Bouro*, Livro de atas n. 4 (1848-1852), folha solta.
[1339] Recebimento de uma côngrua anual no valor de 90.000 réis.
[1340] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 88.
[1341] **ADB**, *Notarial de Braga*, Penha Fortuna, 1851, 19 de julho – "Escritura de reconhecimento, entrega e transacção que faz a Junta de Paróquia da freguesia de Rio Caldo ao Reverendo Abade da mesma". Livro de Notas n.º 12, fls. 77-77 v.

1840, mas que abre a possibilidade de o abade a reivindicar perante a Justiça: «constando a elles primeiros outorgantes, que o segundo outorgante se dispoe a demanda-las pela administraçaõ da sobredita Capella, que intenta reivindicar, uzando perante os Tribunais Judiciais das acçoens ordinarias que lhe ficaraõ salvas por esta ultima Portaria do Governo» [1342]. A Junta, receando perder a causa e ter de arcar com as despesas do processo, acorda com o abade

> (...) cargar-lhe a administraçaõ da dita Capella - alfaias e ornatos - e rendimentos - para que tudo continue agora a admenistrar e seus sucessores na Igreja, como sempre gozara e admenistrara este segundo outorgante athe a sobredita época, e seus antepassados, ficando responsavel á reparaçaõ do Templo - ornatos - veneraçaõ e Festividade de Saõ Bento - como de antes era - cedendo por ser a favor da freguesia, não só da derrama ora arbitrada - ou que de futuro se arbitrar para sua congrua - em seu nome, e no dos sucessores do Benefficio, mas responsabilizando-se no mesmo aos reparos que ora ou pelo tempo adiante carecerem a Capella-mor da Igreja Matriz, e a Casa da Residência delle segundo Outorgante – no que muita vantagem vai á freguesia [1343].

Esta escritura, outorgada em 29 de julho [1344], para ter validade, teria de ser reconhecida pela administração geral do distrito, o que, segundo nota transcrita no livro da conta corrente de 1849 a 1895, aconteceu a 1 de dezembro de 1851 pelo acórdão do Conselho de Distrito que conferiu ao abade, Pe. José de Araújo e Sousa, natural da freguesia, a responsabilidade pela gestão dos bens do santuário [1345].

À autoridade administrativa do distrito não era alheia a preocupação com a gestão dos dinheiros de S. Bento, tendo nomeado, em 26 de agosto de 1851, uma comissão que arrecadasse as esmolas e mais ofertas ao Santo. No dia 11 de setembro, foi redigida uma «pública forma de termo de depósito» na casa da administração do Concelho de Terras de Bouro, onde estava o administrador Dr. Arão Gonçalves da Silva [1346], tendo comparecido Domingos José Antunes e Joaquim Severino d'Araújo [1347], ambos da Seara, lavradores proprietários,

> (...) para effeito de proceder ao presente termo de responsabilidade, ordenado em officio de sua excellencia o Senhor Governador civil deste districto, com data de vinte e seis d'Agosto próximo passado, numero trezentos e oitenta e nove da primeira repartição, do total quantia de quinhentos oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reis, digo, oitenta reis que por elles ambos tem sido recebidos da commissão encarregada da recepção das esmolas da capella ou santuario de Saõ Bento da Porta Aberta, da referida freguezia de Rio Caldo, e por elles ditos Domingos José Antunes e Joaquim Severino d'Araujo foi dito e disseram na minha presença e d'elle administrador e das testemunhas abaixo nomeadas e no fim assignadas que aquelle tinha recebido da referida commissaõ ultimamente a quantia de duzentos e oitenta e tres mil e duzentos, e este a de duzentos e noventa e nove mil cento e oitenta reis

[1342] *Idem*, fl. 78.
[1343] *Idem*, fls. 78-78 v.
[1344] A ata da reunião da Junta de 30 de junho de 1851, única realizada durante este ano, é omissa quanto à intenção de entregar a fábrica do santuário ao pároco.
[1345] **AISBPA**, *Livro de receita e despesa* (1849 a 1895), fl. 9: «Conta corrente da receita e despeza da Junta de Parochia da freguezia de Rio caldo pello anno de 1853, porq. o anno de 852 tomou conta o Rd.º Sousa, Abbade, de todos os rendimentos do Santoario de S. Bento de q. se daõ contas, por Portaria do Ex.mo Co.co de Destr.º do 1.º de Dezbr.º de 1851».
[1346] Pertencendo a freguesia de Rio Caldo ao concelho de Santa Marta de Bouro, estranha-se que esta «pública forma de termo de depósito» tenha sido redigida na casa do administrador do concelho de Terras de Bouro. Tal terá acontecido por falta de confiança no administrador de Santa Marta de Bouro ou porque o governador civil já tinha conhecimento do processo de extinção deste Concelho que estava em curso, embora só efetivado em dezembro de 1853.
[1347] Joaquim Severino d'Araújo (1820-1901) era sobrinho do Pe. José de Araújo e Sousa.

> (…) e se obrigam por suas pessoas e bens e sob suas responsabilidades a entregarem as respectivas quantias logo que exigidas lhes fossem [1348].

Embora fosse o abade quem arrecadava o rendimento líquido, a gestão continuou a ser feita pela Junta de Paróquia, como se depreende da leitura da ata da sessão extraordinária de 17 de janeiro de 1852, presidida pelo encomendado da paróquia, o Pe. José António Silvério Pinto Guedes (tio), que, mais tarde, viria a ser acusado de usar em benefício próprio as esmolas de S. Bento [1349].

Esta reunião, em que também participou o regedor, marca o início de um processo de melhoramentos que transformaria aquele espaço no segundo maior destino de peregrinação em Portugal. Na realidade, a Junta delibera a execução de várias obras em benefício do santuário, nomeadamente a mudança, mais para trás, da capela de S. Bento e a construção de vários muros que lhe vão conferir a topografia atual:

> Prezidente (…) e Membros (…) para efeito de deliberarem respectivamente as obras de suma neçeçidade no Santuario de Sam Bento. E pello Prezidente, digo, respectivo Prezidente foi preposto aos demais Membros que era de suma necessidade o mudar-se a Capella do mesmo Santuario para a parte do nascente dentro do mesmo terreiro, por se achar algum tanto disfalcada e discarnada de alicerçes, sujeita a ruina e mesmo por ser pequena para acolher seus romeiros na ocasiaõ de suas festividades. Com cuja obra se aplana e amplia muito o terreiro; mais propos que se devia fazer o muro da parte do Sul em direcçaõ ao nascente, pella forma que acha já demarcado para fichar o terreiro, assim como aplanar-se. (…) mais propos elle Prezidente que igualmente hera de suma neçessidade fazer-se o pedaço de muro em direcçaõ das Casas ao muro que já se acha feito da parte do Norte, o que por todos igualmente foi aprovado [1350].

Deliberadas as obras, agendam, para o dia 4 de março em sessão extraordinária, a sua orçamentação. A ata desta reunião é uma das mais importantes, não só porque nos dá uma ideia da capela existente, mas sobretudo porque são explicitadas as dimensões do templo a construir que se aproximam das do edifício erigido 30 anos mais tarde:

> (...) a Capella mor será de cumprido por dentro athe ao arco de trinta e sinco palmos (7,7 m) e de largo de vinte e quatro (5,30 m) em desvaõ, de altura athe a cornija fora da terra para sima vinte e seis palmos (5,7 m). O corpo da Capella do arco para baixo será de setenta palmos de comprido (15,40 m), e de largo trinta palmos (6,60 m), e de altura da terra athe a cornija, trinta palmos (6,60 m). Groçura da parede da Capella mor tres palmos e meio (77 cm) e duas frestas, em perporçaõ das que se achaõ na Capella existente, a largura e altura das mesmas será dezignada pela mesma Junta; a groçura da parede do Corpo da Capella será de quatro palmos (88cm) e duas frestas por lado em perporção que a Junta determinar, e mais terá no Corpo da mesma Capella duas Portas cada uma de seu lado, com altura e largura suficiente e a porta principal terá de alto treze palmos (2,86 m) e largo nove palmos (1,98 m), os caxorros de pedra para formar o Coro da Capella, as escadas percizas de pedra para subir para o mesmo Coro, a fresta sobre a porta principal para dar luz

[1348] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, fls. 28-28 v.

[1349] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, pp. 89-91: «O Coadjutor que paroquiava a freguesia era de Rio Caldo. Foi nessa ocasião que começou a reformar a sua casa.

Mas esse arranjo ou reforma foi grande. Concluídas as obras, ficaria Rio Caldo com mais um prédio de que se poderia orgulhar – ficaria com uma verdadeira casa solarenga.

Tudo muito bem – e talvez tudo muito mal».

[1350] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 37.

> ao Coro, a pedra para formar o pulpito, na forma da que ali existe, lugares na mesma parede para por os dois altares colatraes da mesma sorte que se achaõ colocados na Capella existente, a Capella será toda ladrilhada na forma que existe, o arco cruzeiro subirá a proporção da Capella mor e levará por baixo da grade de ferro hum degraõ de pedra na altura que a junta marcará, os degraos para o altar mor na forma dos que já tem, a porta para a mesma Capella mor conforme a que existe, a sacristia conforme a que existe e com iguaes portas no ponto das que tem, e com duas frestas conforme as que já tem, os apilarados e paredes de toda a Capella em grosso rigularaõ conformes com a que se acha feita [1351].

Para esta reunião e a fim de elaborarem os orçamentos, foram convidados os mestres pedreiros Francisco Dias Névoa e Ricardo Dias que orçaram a obra do novo templo em 700.000 rs. e os muros em 300.000 rs. A obra de carpintaria, interior (tribuna, altar-mor e assento dos altares) e cobertura (madeiras, telha, cal e pregagem) foi orçamentada pelo mestre carpinteiro António Manuel Fernandes na importância de 200.000 rs. No final, o presidente ordenou que fosse feita uma cópia da ata e orçamento, a fim de obter da Câmara Municipal a respetiva licença [1352].

Infelizmente, não sabemos o que se passou em relação às obras projetadas, pois o livro de atas é omisso, voltando, à semelhança dos anos de 1850 e 1851, a referir uma única reunião, a de 30 de junho, onde é feito o «Auto do Rendimento de todo as as esmolas ofertadas ao sobred.º santoario se achou render a totalidade» de 200.685 rs., à qual quantia terão de ser deduzidas as despesas legais devidamente documentadas [1353]. Mas não será difícil concluir que, devido aos tempos conturbados que o país atravessava, não havia condições para a sua concretização.

A ata seguinte é já de 12 de agosto de 1855 e encontra-se antecedida de quatro páginas em branco, o que significa que havia intenção de registar alguma informação relativa ao período de 30 de junho de 1852 a agosto de 1855.

### 5.3.3. A Comissão de Eclesiásticos (1854-1860)

Durante estes três anos, muitas coisas aconteceram. Acentuaram-se as divergências entre o abade e a Junta, o que levou o governador civil a desconfiar do modo como os rendimentos do santuário eram geridos. Assim, para poder responder com propriedade aos requerimentos que foram endereçados, em 5 de julho de 1853, pede aos abades das freguesias de S. João da Cova (Vieira do Minho), José Bento Vieira de Campos, arcipreeste, e de Garfe (Póvoa de Lanhoso), António Vieira, que fiscalizem as ofertas a S. Bento na festa de 10 e 11 do referido mês. O teor do ofício é o seguinte:

> Illustrissimo Senhor:
>
> Sendo-me necessario saber com exatidaõ o quanto montam em cada anno os rendimentos da milagroza imagem de Saõ Bento collada em uma Ermida na freguezia de Rio caldo a fim de com estes dados poder deferir com justiça a requerimentos que ante mim pedem [*sic*] e covindo [*sic*] que a fiscalizaçaõ sobre a recepçaõ dos mesmos rendimentos seja feita por pessoas de confiança dos povos, e de reconhecida probidade e virtude, qualidades que inquestionavelmente se daõ em Vossa Senhoria, rogo-lhe muito incarecidamente, por bem do serviço e da religiaõ, que no dia dez e onze do corrente mez, se sirva appresentar-se na capela em que está collada a dita imagem e fiscalizar muito escropulosamente junto com o reverendo

[1351] *Idem*, fls. 37 v.-38.
[1352] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fls. 38-38 v.: «Mandou elle Prezidente que se se tirasse copia da acta e orçamento para ser levada perante a Ilustrissima Camara deste Concelho para informar sobre a necessidade de todas as obras referidas affim de ser concedida a competente Licença na forma da Lei».
[1353] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 39.

> António da [Costa] Vieira, Reitor da freguezia de Garfe, a quem nesta mesma data e sentido officio sobre as esmolas de qualquer especie que nesses dias forem offerecidas ao Santo, verificando a importancia e valor das mesmas, das quaes seraõ deduzidas as despezas que Vossa Senhoria e seus companheiros fizerem nesta diligencia, que lhe hei por muito recomendada e de cujo resultado me informará. Deus guarde Vossa Senhoria. Braga, cinco de julho de mil oito centos e cincoenta e tres [1354].

Não encontrámos o relatório dos rendimentos da festa de julho, mas sabemos que o governador civil os encarregou de missão idêntica na romaria de agosto. Aquando do envio do relatório, a 18 de agosto, o Pe. Vieira de Campos alerta o responsável para a necessidade de se construir um templo maior que pudesse albergar mais peregrinos. Em resposta, a 22 do mesmo mês, o governador não poupou nos elogios ao abade pelo trabalho realizado: «agradecendo novamente o importante serviço que Vossa Senhoria prestou na comissão de que o encarreguei; cumpre-me, igualmente, louvá-lo pelo zelo e acerto com que se houve, e quanto à lembrança que me faz da necessidade de fazer-se uma capela maior, será tomada em consideração porque é muito justa e conveniente» [1355].

Com a nomeação desta comissão de sacerdotes que exerceria funções até 3 de agosto de 1858 [1356], terminava a eficácia da *escritura de reconhecimento, entrega e transacção* da gestão do santuário ao abade de Rio Caldo, firmada em 29 de julho de 1851. Além dos clérigos referidos, integrava a comissão, na qualidade de tesoureiro, o riocaldense António José Gonçalves por nomeação da autoridade distrital [1357].

Em termos político-administrativos, o país vivia momentos de mudança iniciados em maio de 1851 com o chamado período da Regeneração, onde pontifica o reformador Fontes Pereira de Melo, cujas marcas da sua obra receberam a designação de «fontismo». A 3 de agosto de 1853, é publicada a Carta de Lei com uma reforma administrativa que reduz a 268 o número de municípios. Santa Marta de Bouro, concelho a que pertencia a freguesia de Rio Caldo, é extinto por decreto de 31 de dezembro do ano referido e esta reintegrada no de Terras de Bouro a que pertencera até 1840. Aquando da elaboração das contas de 1853, a Junta faz referência a esta mudança de concelho no cabeçalho das folhas respetivas: «Conta corrente da resseita e despeza da junta de Parochia da freguezia de Rio caldo do Con.$^{co}$ de Terras de Bouro, da Capella de S. Bento da mesma freg.$^{a}$ pello anno de 1854» [1358].

Um acórdão do Tribunal de Contas de 23 de janeiro de 1892, explicita a criação e funcionamento de denominada «comissão de sacerdotes» que assumiu a gestão dos dinheiros do santuário que era realizada pela Junta:

> (...) a gerencia dos rendimentos d'aquelle santuario não esteve a cargo da Junta durante os annos de 1857 a 1859, e tambem nos anteriores, mas sim a cargo de uma commissão nomeada pelo Governador Civil, como se vê dos documentos sob os n.$^{os}$ 1 a 4; que essa commissão chamou a si todas as attribuições da Junta, fazendo directamente todas as despesas das festividades, e entregando os saldos aos individuos que se diziam thesoureiros, dos quaes obteve recibos na importancia de 4:461.983 rs., (…); que o Governador Civil d'aquelle tempo, tanto quiz retirar a administração á Junta que, não contente com a nomeação da commissão feita por officios, a nomeou por alvará de 1 de agosto de 1858, documento n.º 11 [1359].

[1354] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, fl. 23.
[1355] *Idem*, fl. 21.
[1356] *Idem*, fl. 19.
[1357] *Idem*, fl. 25.
[1358] **AISBPA**, *Livro de receita e despesa* (1849 a 1895), fl. 9 v.
[1359] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, fls. 197 v.-198 e 204.

O pároco, arredado da administração dos rendimentos do santuário, afasta-se da freguesia e solicita a atribuição de uma côngrua anual, no montante de 90.000 rs. [1360], que lhe é atribuída por acórdão do Conselho de Distrito de 24 de novembro de 1854, sendo paga pela Junta de Paróquia a quem é entregue o saldo da gestão do santuário [1361]. Refira-se que o saldo acumulado, no final de 1854, foi de 1:637.353 rs. e, no ano seguinte, ultrapassou os dois contos de réis.

A capela, como vimos, estava a precisar de obras de ampliação e as suas imagens de restauro. Por acórdão de 6 de junho de 1855, o Conselho de Distrito autorizou a repintura das esculturas dos santos, que teve um custo de 42.000 réis [1362].

Apesar do aumento dos romeiros e, concomitantemente, das esmolas (ver quadro), algo não corria bem na gestão dos rendimentos do santuário, visto que, no dia 12 de agosto de 1855, três anos após a última ata e cinco antes da seguinte, a Junta, presidida pelo pároco, José António Sivério Pinto Guedes – que não chegou a assinar a ata -, aceitam o pedido de renúncia do tesoureiro que servira nos últimos quatro anos, António José Gonçalve [1363]. Para o substituir, nomeiam Bento José Dias, do lugar da Ponte [1364], que se tornaria inimigo figadal dos «Pinto Guedes», sendo, inclusive, acusado pelo Pe. Pinto Guedes, sobrinho do presidente da Junta nesta data, de ser o autor da pasquinada [1365].

**Quadro n.º 4. Rendimentos entre 1853 e 1856.**

| Ano: | Mês de julho: | Mês de agosto: | Saldo a transitar |
|---|---|---|---|
| 1853 | 41.065 rs. | 377.670 rs. | 1:269.595 rs. |
| 1854[1366] | 1.940 rs. | 156.720 rs. | 1:637.353 rs. |
| 1855 | 61.870 rs. | 411.225 rs. | 2:019.865 rs. |
| 1856 | 92.780 rs. | 534.898 rs. | 2:565.863 rs. |

No ano seguinte, com o envio do relatório das contas de receita e despesa da romaria de agosto, remetido a 12 de setembro de 1856, o Pe. José Bento Vieira de Campos, presidente da comissão, informa o governador civil da sua indisponibilidade, e dos companheiros, para continuar a integrar aquela comissão. Em resposta, o governador civil agradece «o zêlo e desinteresse» com que a comissão desempenhou a sua missão «em beneficio do mesmo santo e augmento do seu culto», e acrescenta que, «como os trabalhos da mesma commissaõ se limitam ás romarias de julho e Agosto, muito antes d'essa época, por naõ poder ser desde já, se tratará de desvanecer os pontos de honra e consciencia por que Vossa Senhoria e seus companheiros dizem não poder continuar na mesma commissaõ» [1367].

---

[1360] Cf. «Noticia Historica», **in AISBPA,** *Regulamento Interno da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta* (1944), fl. 1 v «Mais tarde, para terminar uma questão que em nada contribuía para o bem das almas, o pároco e a junta chegaram a um acôrdo, do modo seguinte: o Pároco cedeu os seus direitos sobre a administração e rendimentos da capéla e, por sua vêz, a Junta de Paróquia comprometeu-se a dar-lhe anualmente, a titulo de côngrua paroquial, vinte libras, ou o correspondente, em ouro ou metal sonante, noventa mil reis; cujo acôrdo foi confirmado por acórdão do Conselho de Distrito de 24 de Novembro de 1853, sendo pároco o Rev.º José António Silvério Pinto Guedes, que em 1854 recebeu essa importância e dahi para o futuro a continuou a receber, bem como os seus sucessores».

[1361] **AISBPA**, *Livro de receita e despesa* (1849 a 1895), fl. 9 v.: «com o q se deu ao Rd.º Abbade por acordaõ do Ex.mo Con.co de Destrito de 24 de Novembro de 1854».

[1362] *Idem*, fl. 11: «com a pintura os Santos da Capella de Saõ Bento por autorizaçaõ do Ex.mo Con.co de Districto de 6 de Junho de 1855».

[1363] Alegou, como motivos para a renúncia, já ter «servido mais de coatro anos o dito emprego que hera e padecia varias molestias, que tinha cinco filhos (…)». Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 41 v.

[1364] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 41 v.

[1365] PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (s/d): *Para a Historia de S. Bento* (manuscrito). Fl. 33 v.

[1366] Apesar do aumento das receitas, que foram, inclusive, superiores às do ano seguinte (julho: 94.940 rs., e agosto: 456.720 rs.), estes saldos resultam de um aumento da despesa, nomeadamente com o pagamento da côngrua paroquial de 90.000 rs. / ano relativa a 1853 e 1854.

[1367] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, fl. 24.

A documentação a que tivemos acesso é pouco esclarecedora sobre as verdadeiras razões que motivaram a comissão a manifestar indisponibilidade para continuar. Há, todavia, algumas palavras que indiciam a prática de má gestão – desvio de fundos -, como o «desinteresse» que o governador louva na comissão, certamente por oposição aos membros da Junta, e os «pontos de honra e consciência», certamente para não serem testemunhas coniventes com as práticas fraudulentas.

Embora sem qualquer registo em ata, a Junta decide avançar com a construção de um novo templo. Para o efeito, mandou elaborar o projeto e marcou para o dia 30 de agosto de 1857 a arrematação da obra:

> No dia 30 do corrente, pelas 10 horas da manha, no local da actual capella d'aquelle Santo, é arrematado o novo templo de pedraria, que a junta de parochia da mesma freguezia resolveu levantar, segundo a rica e bem elaborada planta, que nesse ato estará patente. Convida a mesma junta todos os mestres pedreiros, e mais pessoas a quem convenha, a virem arrematar aquella obra, munidos d'idoneas fianças, na certeza de que se arremata no todo, ou por partes, segundo as conveniencias da praça, e do sanctuario, o que se faz publico.
>
> Terras de Bouro, 18 de agosto de 1857 [1368].

Não sabemos se o concurso ficou vazio ou se houve outras razões que impediram a adjudicação da obra, uma vez que só em 5 de fevereiro de 1860 é que temos novo registo em ata, mas, mesmo assim, sem qualquer referência à construção do novo templo.

A verdade é que, quase um ano depois, a 23 de julho de 1858, surge novo anúncio sobre a construção do novo santuário cuja praça se anuncia para o dia 1 de agosto «no Terreiro de S. Bento da Porta Aberta». Este anúncio, mais esclarecedor que o do ano transato, refere que se trata de uma arrematação definitiva que contará com a presença das autoridades civis: «com assistencia do administrador do concelho por authorisação do exmo.º snr. governador civil [1369], e Conselho de Districto, no Terreiro de S. Bento da Porta Aberta, da mesma freguezia, segundo o risco, plantas, e mais esclarecimentos ahi patentes». O anúncio esclarecia que se tratava da construção de uma «uma capella mór e mosteiro com duas torres na frente, dous muros e uma parede divisória, orçadas em 11:740$000 rs.», e que as obras se adjudicavam juntas ou separadas «como for mais conveniente na praça» [1370].

Como se depreende pela leitura do anúncio concursal, a planta da fachada previa a construção de duas torres, à semelhança dos santuários das redondezas, nomeadamente Abadia, Bom Jesus do Monte, Porto de Ave e São Torcato[1371], bem como das igrejas monacais reconstruídas nos séculos XVIII e XIX, tais como Santa Maria de Bouro e Santo André de Rendufe, o que acabou por não se verificar. Uma vez mais as obras não avançaram.

O envolvimento do governador civil e do administrador do concelho no processo de construção do novo templo marca uma viragem na administração dos bens do santuário. Em 28 de julho, o governador civil envia um ofício ao Pe. Vieira de Campos, abade de S. João da Cova e arcipreste de Vieira e Lanhoso, para que aceite continuar na comissão que vai tornar permanente. Uma das razões invocadas é a necessidade de haver um acompanhamento das obras que vão ser postas a concurso:

---

[1368] Jornal «Bracarense», 21 de agosto de 1857.

[1369] A construção de um novo templo foi o argumento usado pelo governador civil para convencer a comissão por ele nomeada a continuar a gerir os rendimentos do Santuário. Cf. **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, fls. 33 e 33 v.

[1370] Jornal «Bracarense», 23 de julho de 1858.

[1371] Segundo o jornal «Diário do Minho» de 5-11-2019, a sua construção terá começado no ano de 1871.

> Estando prossima a romaria de Saõ Bento da Porta Aberta, na freguezia de Riocaldo, e desejando eu que Vossa Senhoria continue a fazer parte da commissaõ que dignamente tem desempenhado, perante o mesmo Santuario, e cujos serviços agora mais que nunca se tornam necessarios, por isso que se vaõ arrematar e em seguida comessar as obras pela mesma commissaõ requisitadas, e que muito convem sejam por ellas inspeccionadas, vou rogar a Vossa Senhoria, bem como nesta data rogo a seus dignos companheiros, se digna continuar a prestar os mesmos bons serviços, para augmento de aquelle Santuario, e declarar-me com a possivel brevidade, se sim ou naõ anue á minha rogativa, para no caso afirmativo, mandar passar o competente alvará de nomeação, a fim de que a mesma commissaõ seja permanente como a do Santuario d'Abbadia [1372].

Obtida a resposta positiva por parte do Pe. Vieira de Campos e seus companheiros, o governador civil, por alvará de 3 de agosto de 1858, transforma a comissão encarregada de acompanhar as festas em honra de S. Bento e de fiscalizar a receção das esmolas de provisória em permanente, sendo «composta de cinco vogaes que entre si escolheriam o presidente e o secretario» [1373]:

> Attendendo á reconhecida vantagem e augmento d'esmolas que resultam ao Santuario de Saõ Bento da Porta Aberta, depois que foram recebidas por uma commissaõ d'Eclesiasticos e convindo que esta commissaõ seja permanente e que os seus trabalhos se regularizem debaixo da direção de um presidente, e com uma escrituraçaõ correspondente, pelo presente alvará nomeio para compor a dita commissaõ, o Reverendo Bento José Vieira de Campos, Abbade de Saõ Joaõ da Cova, o reverendo Antonio da Costa Vieira, Reitor de Garfe, o reverendo José Antonio Silverio Pinto Guedes, parocho de Rio Caldo, o reverendo Joaõ Baptista Alves de Lima, da freguesia de Lourêdo, e o reverendo Manuel José de Freitas da de Covide, os quaes nomearaõ de entre si o presidente e secretário e a todos autorizo para que em todas as festas e dias de romaria no dito santuario de Saõ Bento da Porta Aberta, vam alli receber as esmolas e offertas e pratiquem todos os mais actos de direcçaõ e fiscalizaçaõ que podem corresponder-lhe, ou lhe forem comettidos, e fazendo entrega do liquido das esmolas recebidas em face de recibo legal do Thesoureiro devidamente nomeado pela junta de Parochia de Rio caldo, informada que seja a commissaõ de que o mesmo thesoureiro é abonado e tem a idoneidade necessaria para responder pelas quantias que lhe forem entregues e propondo-me todas as medidas de conveniencia para augmento do mesmo Santuário, e nesta conformidade, para sua plena execuçaõ, as comunicações necessarias, registando-se e archivando-se este alvará na repartição competente. Dado em Braga aos trez de Agosto de mil oito centos cincoenta e oito. Joaõ Silverio d'Amorim da Guerra Quaresma [1374].

Esta comissão, que constitui um atestado de incompetência e de desconfiança à JP, inicia funções a par de um conjunto de iniciativas para se apurar se tinha havido desmandos com as esmolas doadas ao Santo, as quais continuavam a aumentar a uma média superior a 500.000 réis por ano:

**Quadro n.º 5. Saldos entre 1857 e 1860.**

| Ano: | 1857 | 1858 | 1859 | 1860 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo a transitar | 3:010.668 rs. | 3:492.678 rs. | 4:078.718 rs. | 4:867.093 rs. |

[1372] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, fl. 22.
[1373] *Idem*, fl. 207 v.
[1374] *Idem*, fls. 33-33 v.

Assim, os ex-tesoureiros da Junta foram notificados para prestar contas à administração distrital dos montantes que lhe tinham sido confiados nos anos em que desempenharam aquelas funções. Foram eles: António José Gonçalves (1853 a 1856) [1375] e Domingos António (1857 [1376], 1858 [1377] e 1859 [1378]).

A JP, ainda antes de terminar o ano de 1859, dá continuidade ao seu plano de melhoramentos e lança o concurso para a construção de «um grande muro, que se vae fazer de pedreiro, em volta do terreiro de S. Bento da Porta-Aberta, na freguezia de Rio Caldo, no concelho de Terras de Bouro» [1379]. O dia de arrematação é marcado para 9 de outubro, pelas 9 horas da manhã e, segundo o anúncio, a obra, orçada em 1:300$000 rs. (um conto e trezentos mil réis), será entregue «a quem mais barato o fizer». Infelizmente, os homens não se entenderam, a comissão permanente demitiu-se e o paredão ficou por fazer. Seria adjudicado, cinco anos mais tarde, a Manuel Francisco Rato.

### 5.3.4. 1.ª fase da construção do novo templo

As datas relativas à construção do santuário, tendo por base a monografia de Molho de Faria, enfermam de erros graves já que se baseiam, apenas, no momento da sagração da capela-mor e no ano da conclusão da nave, omitindo ou ignorando a cronologia relativa às várias fases construtivas.

O facto de a capela-mor ter sido benzida no ano de 1885 é considerado, por muitos investigadores, como o ano da conclusão do templo. A verdade é que a estrutura do edifício só foi concluída no ano de 1895, embora o interior ainda continuasse com obras, nomeadamente o douramento dos altares, a aquisição de imagens e paramentos, compra e instalação do carrilhão de sinos, entre outras. Assim, podemos afirmar que a construção do templo em análise demorou cerca de 50 anos, ou seja, começou a ser publicitada a arrematação do novo templo em agosto de 1857 e só em 30 de junho de 1907 é que foi pago o trabalho de pintura e douramento do trono e machineta no altar-mor [1380].

Como temos referido, a transparência e correta aplicação dos rendimentos do santuário era uma preocupação das autoridades administrativas, em particular do governador civil do distrito.

Segundo Molho de Faria, em 1860, ano da morte do abade de Rio Caldo, a comissão de eclesiásticos «foi exonerada a seu pedido» [1381]. O Pe. Pinto, que exercera as funções de pároco na qualidade de encomendado durante os últimos anos, é substituído pelo novo abade, o Pe. Manuel Pires Pereira, simultaneamente pároco e presidente da Junta.

Entre 12 de agosto de 1855 e 5 de fevereiro de 1860, não há nenhuma ata da Junta de Paróquia. A nova Junta reúne-se e procede à nomeação do tesoureiro e do secretário, cujas escolhas recaíram, para o cargo de tesoureiro, em Domingos Antunes, do lugar da Seara, e para secretário, em José Dias Lopes. Ficou evidente, mesmo para os membros da Junta, a proibição de tocar no dinheiro das esmolas:

> Que nenhum dos Membros ou Prezidente poderá receber esmolas e guarda-las em si mesmo mas só sim as mandaraõ lançar a caixa aos devotos ou ao dito tesoureiro quando assim as mesmas o exijaõ. Que quando conste a esta Junta que qualquer individuo aceite alguma esmola que os devotos levaraõ para dar ao Santo e a

[1375] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, fls. 25-25 v.
[1376] *Idem*, fl. 31.
[1377] *Idem*, fl. 30.
[1378] *Idem*, fl. 27.
[1379] Jornal «Bracarense» de 4 de outubro de 1859.
[1380] Vide «Contas de 1906-1907» **in ADB**, *Governo civil*, Comissão distrital, Irmandades. Doc. n.º 552, fls. 98-108.
[1381] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 92.

> guardem, ou mesmo a aceitem para deitar a caixa, se procederá contra ele criminalmente como delapidador [1382].

Depois de anos e anos de suspeitas na administração dos bens do santuário, parecia que, agora, tudo se fazia para blindar qualquer tentativa de aproveitamento indevido dos rendimentos referidos.

Apesar do esforço das autoridades civis, o entendimento entre as partes com interesses na administração do santuário estava longe de ser o melhor. A Junta não reunia ou, se reunia, não elaborava as atas respetivas. A nova Junta empossada em janeiro de 1860, presidida pelo pároco Manuel Pires Pereira, preocupou-se mais com o conserto da residência paroquial do que com as obras no terreiro de S. Bento [1383]. Constatando o estado ruinoso em que se encontrava devido a décadas de abandono, delibera «reedificar se a casa da Residencia para o Parocho visto que se acha quasi arruinada» [1384]. Para obviar a esta despesa, equacionam a demolição de um acrescento virado a nascente, o reaproveitamento dos materiais e, à semelhança do já referido em atas do passado, a venda de algumas árvores existentes no passal. Decidem, ainda, adaptar uma casa denominada «tulha nova» a edifício escolar «para dentro della se dar escola aos meninos do ensino primario que á nesta freguesia de Escola Regia por se achar independente da da Residencia» [1385].

Não sabemos se estas obras chegaram a ser feitas, pois só passados mais de três anos, na sequência da visita a Rio Caldo do governador civil, é que temos nova ata (12 de junho de 1863) [1386], a primeira de uma nova Junta, agora presidia pelo abade Domingos Alves Pereira d'Alvim, tendo como vogais António José Gonçalves, substituído, nesta sessão, por António Antunes, e Domingos António Coutinho que acumulava as funções de secretário.

A freguesia vivia um novo período de agitação de que não há qualquer registo em ata e que culmina com irregularidades na eleição da nova junta realizada no início de 1862, como se depreende pela leitura da ata da reunião da Câmara realizada a 7 de janeiro: «e pelo Prezidente foi apresentado as Actas e Requerimentos da Eleiçaõ de Juízes Elleitos e Junta de Parochia da Freguezia de Rio Caldo para ser decidida a dita elleiçaõ e porque as ditas eleições se lhes acha algumas nolidades, deliveraraõ que se remetessem ao Ex.mo Governador Civil deste Districto para a apresentar em Concelho [*sic*] de Districto» [1387].

A indefinição com a validade do ato eleitoral prolongou-se por todo o ano. A 3 dezembro, o governador civil pede à Câmara que lhe remeta os cadernos eleitorais por onde foi feita a chamada, mas, curiosamente, os cadernos tinham desaparecido:

> Ill.mo e Ex.mo Senhor,
>
> Accuzo recebido o officio de V. Ex.ca de 3 do corrente da Repartição Central em que me ordena envie a V. Ex.ca na volta do correio o caderno dos Elleitores Ellegiveis por onde se fes a chamada na eleição ultima da Junta de Parochia e Juis

[1382] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 42 v.
[1383] Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fls. 42-43.
[1384] *Ibidem*.
[1385] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 43.
A Câmara Municipal, em 10 de outubro de 1860, sob a presidência do pai do Pe. Pinto Júnior, tinha deliberado a utilização de uma casa junto à residência paroquial: «Em resposta ao officio de V. S.ª n.º 25 de trez de Maio último, que acompanhou a representação deregida ao Governo de Sua Magestade pela Camara de sua Prezidencia pedindo que a Cadeira de instrucçaõ primaria de Rio caldo fosse transferida para a Casa que a mesma Camara se prontificou a dar na proximidade da Egreja Parochial, lhe participo que foi autorizada a mesma Camara, digo, a mesma transferencia para ser collocada a Cadeira que se trata na indicada Caza, como consta do Diario de Lisboa Numero duzentos e seis de dez de Setembro próximo findo, cumprindo por isso que a mesma caza seja posta em estado de servir aos uzos a que é destinada». Cf. **AMTBR**, *Livro de Atas n.º 3* (1860-1861), fl. 23.
[1386] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 43.
[1387] **AMTBR**, *Livro de Atas n.º 4* (1861-1864). Reunião de 7-1-1862, fl. 7 v.

> Elleito da freguezia de Rio Caldo e em vertude do mesmo tenho a honra de dizer a V. Ex.ca que nesta secretaria da Camara naõ aparece o indicado documento, mas logo que apareça em té o dia 7 do corrente, remeto a V. Ex.ca o endicado decumento.
>
> Deus Guarde a V. S.a
>
> Terras de Bouro, 5 de Dezbr.o de 1862 [1388].

Apesar desta indefinição, sabemos que foi neste ano que o mestre pedreiro bracarense Manuel Francisco Rato arrematou a «obra dos paredões do santuário de São Bento da Porta Aberta» pelo montante de 2:200.000 rs., a qual, em 19 dezembo de 1864, ainda se encontrava em construção, uma vez que, como as condições do terreno exigiram alicerces muito maiores que os previstos, o adjudicatário solicitou um reforço financeiro de 550.000 reis que a Junta lhe arbitrou [1389].

Em janeiro de 1863, assume a presidência da Junta o Pe. Domingos Alves Pereira d'Alvim, abade da freguesia de Rio Caldo, que vai ser o grande impulsionador das obras a realizar no terreiro de S. Bento. Homem conhecedor dos processos burocráticos e com visão de futuro, antes de avançar com a construção de um novo templo, procurou criar condições para que tal fosse viável, nomeadamente no que respeitava à disponibilidade de terrenos.

O governador civil do distrito de Braga, conselheiro Januário Correia d'Almeida, realizou, no dia 26 de maio de 1863, uma visita ao concelho de Terras de Bouro a fim de se inteirar dos melhoramentos necessários, tendo, inclusive, participado na reunião extraordinária da Câmara Municipal, cuja ata assinou. O administrador do Concelho aproveitou para solicitar os bons ofícios daquele magistrado no sentido de ajudar a melhorar a qualidade de vida dos terrabourenses – muitos dos quais se achavam presentes – e, no que respeitava a S. Bento da Porta Aberta, «remover os obstáculos que empediaõ as obras a fazer no terreiro e Sanctuario de Saõ Bento da Porta Aberta na freguezia de Rio Caldo e caminho que segue deste sanctuario para o de Nossa Senhora da Abbadia no concelho de Amares. E sendo apoiado nestas propostas pela dita Camara e mais cidadaõs presentes, todos se felicitaraõ pela honrosa vizita que Sua Excelencia se dignou fazer a este Concelho» [1390].

No dia seguinte e de acordo com a ata da Junta de Rio Caldo do dia 12 de junho, o governador, talvez sensibilizado pelas palavras do administrador concelhio, deslocou-se ao santuário de S. Bento tendo-se inteirado dos melhoramentos a realizar, de modo a que este templo correspondesse ao número crescente de devotos, nomeadamente as obras de alargamento e regularização do terreiro, bem como a aquisição de uma casa e de alguns terrenos:

---

[1388] **AMTBR**, *Copiador de correspondência* n.º 1 (1847-1862), fl. 44.

[1389] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), ata da reunião de 19 de dezembro de 1964, fls. 2 v.-3: «diz Manoel Francisco Rato, mestre pedreiro da cidade de Braga, que arrematara no anno de 1862 a obra dos paredoes do Santuário de São Bento da porta aberta, por V. S.as administrado, pela quantia de 2:200$000 rs., e na qual tem trabalhado com grande numero de offeciaes e diversos operários, e carros de transporte de materiaes, e tendo o pagamento daquelles sido fiscalizado e feito por por V. S.as, acha-se já consumido o preço da arrematação e por fazer uma quarta parte da obra, pouco mais ou menos. *Todavia, o supp.e* tem a representar que a segurança dos paredoes e muros de suporte dos atterros reclamaraõ alicerces muito mais profundos, que os orçados, e por consequencia muito maiores alturas e larguras, e com extraordinarios desterros [sic], consumo de materiaes, e mão d'obra que não podia prevenir-se ao tempo da arrematayaõ. Acresce alem d'isto, que tendo-se orçado os jornaes dos operarios a 240 reis diarios ao tempo da arrematação, e transporte de carros a 600 rs., foraõ elevados aqueles de 360 rs. a 400 rs., e o transporte de carros a 1200 rs., vendo-se obrigado o supp.e a comprar carros, bois, e pastos que pagou á sua custa com grande prejuizo no gado, e outros. Por todos estes motivos estão feitas três partes da obra e gasto todo o preço da arrematação, como por V. S.as sabem e presenciaraõ pelo pagamento, que sempre tem feito, e directamente aos officiaes, e mais operarios; e por tudo, e mais que é escusado expor, pede a V. S.as se dignem arbitrar, para a conclusaõ da obra, mais a quantia de quinhentos e cincoenta mil reis, necessaria para a conclusaõ da obra, sendo a dita quantia admenistrada por por V. S.as, e directamente paga aos offeciaes e operarios. A rogo do supp.e, por não saber escrever, Custódio de Faria Pereira da Crûz. E receberaõ mercê».

[1390] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 4* (1861-1864), fl. 36.

> (...) e declarando o prezidente aberta a sessaõ, propos em seguida a necessidade de que seja alargado e feito regular o terreiro da Capella de S. Bento da Porta Aberta da administraçaõ desta Junta em face da planta fornecida por sua Ex.ª o Snr. Governador Civil do Destricto que se dignou visitar a dita Capella no dia vinte e sete de Maio proximo findo, reconhecendo n'esse acto esta necessidade e que para isso se tornava tambem necessario a compra de alguns terrenos confinantes com o mesmo terreiro, a mudança d'uma Caza contigua a entrada do mesmo, a compra d'alguns pés de oliveiras que se acham dentro do terreiro e que pertencem a particulares e finalmente a compra do terreno indespensável para o caminho por onde ha de de ser conduzida a pedra para todas as obras que tem a fazer-se e sendo aprovada a proposta (…) [1391].

O abade nem sequer esperou pela luz verde do Conselho de Distrito, tendo convidado os proprietários para a reunião de 12 de junho em que se comprometeram a assinar os contratos da venda dos seus terrenos e/ou árvores mal o Conselho de Distrito aprovasse a ata [1392]. Na realidade, esta ata foi assinada por vários proprietários que se encontravam presentes e com os quais a Junta havia negociado os terrenos e as árvores necessários ao alargamento do terreiro, como se pode ver no quadro seguinte:

**Quadro n.º 6. Bens negociados para ampliação do terreiro de S. Bento.**

| Nome: | Bens cedidos/vendidos: | Valor recebido: |
|---|---|---|
| João António Ribeiro da Seara | - 55 m2 de terreno e 5 pés de oliveiras. | 9.000 rs. |
| Domingos Antunes | - Mudança de casa;<br>- 3 pés de oliveiras;<br>- Pedaço de terreno n/d.. | - 35.000 rs.;<br>-6.000 rs.;<br>- 45.000 rs. |
| Domingos Ribeiro | - 5 pés de oliveiras. | - 12.000 rs. |
| Francisco António dos Santos | - 396 m2 de terreno; | - 15.000 rs. |
| Joaquim Severino d'Araújo | - Pedaço de terreno. | - Gratuito. |

A visita do governador foi de tal modo profícua que o Conselho de Distrito, por acórdão de 30 de junho de 1863, aprovou a compra do terreno e oliveiras para alargamento do terreiro, as obras de conclusão do muro, bem como a construção e/ou reconstrução das paredes de uma propriedade pertencente a Francisco António dos Santos [1393]. Davam-se, assim, os primeiros passos na criação de condições para a construção do novo templo de S. Bento, em Rio Caldo.

A freguesia de Rio Caldo, embora não transparecesse, vivia tempos um pouco conturbados como evidencia o facto de as eleições convocadas para o dia 12 de dezembro não se terem realizado por falta de eleitores: «pelo Prezidente foi apresentado hum officio do prezidente da assembleia eleitoral da freguesia de Rio Caldo que avia sido nomiado por esta Camara para presidir a Elleiçaõ da Junta de Parochia e Juis Elleito da dita freguezia para o bienio 1864 e 1865 que participa naõ poder realizar-se a mesma Elleiçaõ como mostra do auto junto por falta de Elleitores» [1394]. A Câmara Municipal procedeu, em 21 de janeiro de 1864, à nomeação dos vogais para a Junta de Paróquia, José Pires Poula e Henrique da Costa, tendo Manuel José de Azevedo e Bernardo da Costa como substitutos [1395].

[1391] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fls. 43-43 v.
[1392] *Idem*, reunião de 12-6-1863, fls. 43-43 v.: «E por esta forma ficam juntos e contractados os terrenos e Oliveiras indicadas, bem como a mudança da caza com os respectivos possuidores que prezentes se acham e que assignam tambem esta acta os que sabem escrever e outros com o signal de cruz, compromettendo-se uns e outros, Junta de Parochia e proprietarios referidos, a assignar os respectivos contractos, logo que pelo mesmo Ex.mo Snr. Governador Civil em Concelho [*sic*] de Districto seja approvada esta deliberaçaõ».
[1393] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 3 v. Cf. Ata de 2-5-1865.
[1394] **AMTBR**, *Livro de Atas n.º 4* (1861-1868). Reunião de 21-1-1864, fls. 61-61 v.
[1395] *Idem*, fl. 61 v.

Os melhoramentos no terreiro de S. Bento continuavam, concretamente o aterro autorizado pelo governador civil em 20 de agosto de 1864 [1396] e a conclusão da obra do paredão em volta do santuário. De acordo com o relatório de contas de 1864-65, nesse ano, foram realizadas as despesas facultativas seguintes que totalizam : 3:614.480 rs. [1397]:

| | |
|---|---|
| - Arrematantes do muro anterior: | 500.000 rs. |
| - Arrematantes do muro em construção: | 2:200.000 rs. |
| - Aterro feito pela administração: | 197.700 rs. |
| - Terrenos para alargamento do terreiro: | 49.000 rs. |
| - Visitas de pedreiros e autoridades: | 17.780 rs. |
| - Arrematantes do muro pela sua conclusão: | 550.000 rs. |
| - Ao engenheiro pelo seu trabalho, plantas e visitas: | 101.000 rs. |

Como as despesas com a conclusão das obras de S. Bento não estavam todas devidamente cabimentadas e aprovadas, houve necessidade de se realizar um orçamento suplementar que incluísse os 550.000 rs. da revisão de preços da empreitada de construção do paredão, «a compra de terreno e oliveiras para o alargamento do terreiro do mesmo Santo, bem como a rematação do muro, a construção e reconstrução e bem assim a tapagem das paredes de Francisco António dos Santos» [1398]. Este orçamento previa uma receita total de 7:721:443 rs. para uma despesa de 3:823:310 rs [1399].

Percebe-se que as contas foram feitas posteriormente e na sequência da sindicância ordenada pelo Governo Civil, não só pelos erros que apresentam, mas também pelas assinaturas não coincidirem com os membros que assinam as atas entre 1843 a 1865. Além disso, a alínea b) que acompanha estas contas é elucidativa: «No archivo da parochia nem mesmo entre os apontamentos particulares do R.$^{do}$ Domingos Alves Pereira d'Alvim [1400], já fallecido, naõ existem recibos comprovativos d'estas despesas, nem tampouco de nenhumas outras mencionadas n'este livro» [1401].

O livro de atas deve ter sido escondido, o que se depreende do facto de, aquando da auditoria de 1882, não ter sido referido pelo sindicante nem apresentado pelo secretário da Junta [1402]!

Seguem-se mais de dois anos sem qualquer ata da JP e nem o arquivo municipal de Terras de Bouro nos pode ajudar, pois desapareceu o livro que continha as atas entre finais de 1864 e 1868. Além disso, as duas reuniões realizadas em maio e novembro são omissas em relação ao santuário. A primeira respeita à instrução primária e a segunda à nomeação do vogal da Junta, Domingos António Coutinho, para secretário.

A não eleição dos vogais das juntas de paróquia e dos juízes eleitos estava a tornar-se habitual, já que, em 1868, não foi só a de Rio Caldo, mas também as freguesias de Santa Isabel do Monte, Vilar e Chorense. Assim, em 23 de maio, a Câmara nomeou «para a Junta de Parochia, António Jose Silverio Pinto Guedes e Joaquim Severino de Araujo Ribeiro, e para Juises Elleitos, Bento Jose Ribeiro; 1.º substituto, Antonio Manuel Fernandes; 2.º, Joaõ Baptista Pires» [1403].

[1396] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 3 v. Cf. Ata de 2-5-1865.
[1397] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 18.
[1398] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 3 v. (ata de 2-5-1865.
[1399] *Idem*, fls. 3 v.-4.
[1400] Faleceu, em Rio Caldo, no dia 13 de novembro de 1881.
[1401] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 18, alínea b).
[1402] **AMTBR**, *Juntas de Paróquia*, Confrarias e côngruas, cx. 1 (1868-1936), Sindicância 1887, fl.1.
[1403] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 5* (1868-1872), fls. 11-11 v.

### 5.3.5. Capitalização de rendimentos - 1869

Nos séculos XVIII e XIX, dada a inexistência de um mercado financeiro devidamente estruturado e regulado, e com instituições bancárias raras e sedeadas nas cidades, os empréstimos eram contraídos junto de particulares que, não poucas vezes, exploravam os mais necessitados, ou junto das confrarias e irmandades onde os juros corriam entre 5 e 6 por cento. Não precisamos de muita investigação para constatarmos esta realidade. Os registos notariais existentes no ADB contêm dezenas das chamadas escrituras de «dinheiro a juro» ou de «mútuo» concedido não só pelos grandes santuários, mas também por muitas confrarias e irmandades, nomeadamente as da invocação do Santíssimo Sacramento. Esta riqueza deu origem a algumas medidas impostas pelo governo, inclusive a extinção quando não estivessem legalmente constituídas e com os estatutos aprovados pela autoridade civil.

A título de exemplo, diremos que o mosteiro de Santa Maria de Bouro, administrador do santuário de Nossa Senhora da Abadia, num período de quatro anos, emprestou as quantias seguintes «do cofre de Nossa Senhora da Abadia» [1404]:

**Quadro n.º 7. Dinheiro a juro do santuário de Nossa Senhora da Abadia, Amares.**

| Instituição beneficiada: | Data: | Montante: | Taxa de juro: |
|---|---|---|---|
| - Mosteiro de Celas (Abadessa) | 1813 | 800.000 rs. | S/r |
| - Real mosteiro de Alcobaça | 1814 | 1:600.000 rs. | 3 % |
| - Mosteiro de Santa Maria de Seiça | 1816 | 571.200 rs. | S/r |

Esta prática manteve-se após a extinção das ordens religiosas, alargada às confrarias mais pequenas existentes nas igrejas paroquiais, nomeadamente as do Santíssimo Sacramento (SS) e de Nossa Senhora do Rosário.

Em S. Bento da Porta Aberta, a capitalização oficial dos rendimentos teve início no ano de 1869, sendo as contas relativas a este ano que apresentam, pela primeira vez, o montante do capital mutuado, 120.000 rs, e a taxa de juro que vencia: 5% ao ano [1405]. É curiosa a referência a que se tratava de um «juro legal», indiciando, assim, a prática de juros ilegais. Este capital foi mutuado no dia 26 de março, quatro dias após a primeira reunião deste ano da Junta de Paróquia realizada a 22 de março, dia seguinte à Festa do Trânsito de S. Bento, cuja ata nos elucida sobre a forma menos transparente como os dinheiros continuavam a ser geridos, não obstante a existência de um rol de devedores [1406]. Deliberam, por isso, pôr a «juros os dinheiros pertencentes ao mesmo Santo que se achaõ lançados no livro das contas do mesmo Santo dos quais se deu hum mappa ao Ex.mo G.or Civel demandando os devedores se tanto nesesario for,

[1404] CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1957): *Senhora da Abadia*. Barcelos: Confraria de N. S. da Abadia, pp. 198 e 202.

[1405] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 23: «a) Neste anno (26 de março) mutuou-se a quantia de 120.000 rs. ao juro legal de 5% ao anno».

[1406] Esta gestão menos transparente ficou evidente na sindicância realizada em fevereiro e março de 1887 pelo administrador do concelho de Terras de Bouro, Manuel Joaquim Leite Ribeiro, de acordo com o alvará de 8 de fevereiro do governador civil do Distrito de Braga. Quando descreve o *Livro do inventário*, a páginas 5 v. e 6, o sindicante afirma: «a folhas dois verso, encontra-se a escripturaçaõ viciada, rasurada e irregular, porque tendo todos os documentos as datas, dia, mez e anno, moradas e hipotecas, nesta folha nada disso se encontra, e claramente se percebe a viciaçaõ do mesmo livro, pelas raspaduras e emendas que contem.

No mesmo livro e na mesma folha a junta confessa a existencia de 525$715, emprestados a diversas pessoas sem titulo nem garantia de espécie alguma, e sem vencimentos de juros, naõ designando as pessoas que tem em seu poder este dinheiro, o que leva a crer que, ou a junta o tem em seu poder, ou o tem emprestado a pessoas a quem quer servir.

A junta recusou-se a apresentar o rol destes devedores».

Estes dados são repetidos na conclusão a fl. 8 v.: «Que a junta se tem servido dos dinheiros do Sanctuario, para servir afilhados, é ella mesmo quem o confessa, como consta do livro de inventário a folhas dois verso – que diz – Dinheiro emprestado sem juro nem documentos – quinhentos / vinte mil / digo, quinhentos vinte e cinco mil seis centos e treze reis.

Que a junta tem dado dinheiro a juro sem as devidas garantias, está demonstrado pelas letras encontradas, não só por lhe faltarem as legalidades devidas, como também por não terem sido protestadas, não obstante estarem vencidas.

Não figurando no inventario taes documentos, o que prova que são negocios de compadrio». **In AMTBR**, *Juntas de Paróquia*, Sindicância à Junta de Paróquia de Rio Caldo (1887).

e por os mesmos dinheiros amutuados a juro legal correndo este mesmo juro para o mesmo Santo com as devidas siguranças» [1407]. Esta medida deu frutos, como se comprova pelo número de escrituras de dinheiro a juro realizadas no ano de 1871 no notário de Vieira do Minho:

**Quadro n.º 8. Contratos de mútuo com particulares no ano de 1871.**

| Nome: | Morada: | Notário: | Montante: |
|---|---|---|---|
| Domingos José da Costa, 1870-07-19 | Rio Caldo | Menezes de Carvalho [1408] | 100.000 rs. |
| José Antunes Barbosa, 1870-11-22 | Caniçada, Vieira | Menezes de Carvalho [1409] | 73.500 rs. |
| José Joaquim Carvalho, 26-7-1875 | Caniçada, Vieira | Costa Brito [1410] | 366.000 rs. |

Além do capital mutuado, a Junta dispunha de 800.000 rs. para despesa corrente e um conto de réis para investimento «para se hir aplicando em obras nesessarias para o mesmo Santo» [1411]. Competia ao tesoureiro proceder à cobrança dos juros, sendo-lhe, para o efeito, abonada a quantia de 30.000 rs. Na reunião de 4 de novembro de 1870, o presidente propõe que se execute judicialmente o devedor de 150.000 rs. ao santuário de S. Bento, Domingos Manuel Alves de Mattos, da freguesia de Louredo (Vieira do Minho), bem como o seu fiador, Ricardo António Barbosa, da freguesia de S. João da Cova (Vieira do Minho) [1412]. As contas relativas ao ano de 1870 são as primeiras a registar uma receita de capital, ou seja, 6.000 rs., dos juros da quantia mutuada [1413].

A partir desta data, os capitais mutuados legalmente sobem vertiginosamente, de tal modo que, em 1871, esse montante é já de um conto, quatrocentos e oitenta e nove mil e oitocentos e oitenta réis (1:489.880 rs.) [1414].

A autoridade administrativa, consciente do volume dos rendimentos do santuário, procurava exercer um controlo apertado, o que não evitava os desmandos, tendo, inclusive, ordenado a realização de várias sindicâncias, a primeira das quais no ano de 1880. Como consequência, a Junta, na reunião de 29 de maio de 1881, delibera demandar os devedores a S. Bento, o que, uma vez mais, se repercute na legalização das situações através das escrituras de dinheiro a juro, como podemos ver no quadro seguinte:

**Quadro n.º 9. Contratos de mútuo com particulares entre 1881 e 1884.**

| Data: | Nome: | Morada: | Notário: | Montante: |
|---|---|---|---|---|
| 1881-05-26 | Francisco José Dias Janela, viúvo, e f.º | Rio Caldo | Costa Brito [1415] | 192.260 rs. |
| 1881-05-26 | Francisco José Dias Janela, viúvo, e f.º | Rio Caldo | Costa Brito [1416] | 135.000 rs. |
| 1881-07-09 | José Pires e mulher | Rio Caldo | Costa Brito [1417] | 100.000 rs. |
| 1881-07-30 | António Joaquim Pereira | Louredo, Vieira | Costa Brito [1418] | 126.700 rs. |
| 1881-08-25 | Maria de Araújo | Caniçada, Vieira | Costa Brito [1419] | 100.000 rs. |
| 1881-08-25 | Maria Dias Mateus e irmão | Rio Caldo | Costa Brito [1420] | 100.000 rs. |

[1407] **AJF-RC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 7.
[1408] **ADB**, *Notarial de Vieira*, livro de notas n.º 357, fls. 53-54.
[1409] **ADB**, *Notarial de Vieira*, livro de notas n.º 358, fls. 44 v.-45.
[1410] **ADB**, *Notarial de Vieira*,, livro de notas n.º 487, fls. 3 v.-4.
[1411] *Ibidem*.
[1412] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 8.
[1413] *Idem*, fl. 24.
[1414] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 24 v: «a) Neste anno [1871] mutuou-se mais por escriptura publica e ao juro de cinco por cento a quantia de 1:369.880 rs. que com a quantia de 120.000 rs. mutuados no anno antecedente perfas um capital de 1:489.880 rs.».
[1415] **ADB**, *Notarial de Vieira*, livro de notas n.º 497, fl. 28.
[1416] *Idem*, fl. 29 v.
[1417] *Idem*, fl. 49 v.
[1418] *Idem*, fl. 57.
[1419] *Idem*, fl. 70 v.
[1420] *Idem*, fl. 71 v.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1881-08-25 | Hilário António Coutinho | Rio Caldo | Costa Brito [1421] | 170.000 rs. |
| 1881-08-29 | Delfina Rosa da Costa | Rio Caldo | Costa Brito [1422] | 100.000 rs. |
| 1881-09-18 | João Baptista da Silva | Rio Caldo | Costa Brito [1423] | 150.000 rs. |
| 1881-12-12 | Domingos José da Costa | Cabril, Montalegre | Costa Brito [1424] | 100.000 rs. |
| 1882-08-28 | Joaquim Ferreira e mulher | Rio Caldo | Costa Brito [1425] | 153.500 rs. |
| 1882-08-28 | António Pires Carreira | Rio Caldo | Costa Brito [1426] | 197.800 rs. |
| 1882-08-28 | Pe. António B. G. Campos | Caniçada, Vieira | Costa Brito [1427] | 221.000 rs. |
| 1883-12-20 | Hilário António Coutinho | Rio Caldo | Costa Brito [1428] | 170.000 rs. |
| 1883-12-20 | Domingos José Lopes | Rio Caldo | Costa Brito [1429] | 150.000 rs. |
| 1884-02-04 | António Alexandre Ribeiro | Rio Caldo | Costa Brito [1430] | 225.000 rs. |

No ano de 1883 [1431], quando a JP começou a pagar as obras da construção da capela-mor mobilizando o capital mutuado, o seu montante era de 5:348.980 rs.

Os desmandos com os dinheiros emprestados motivaram, ao longo de várias décadas, não só intervenções da administração dos rendimentos do santuário – primeiro, a Junta de Paróquia e, posteriormente, a Mesa Administradora da Irmandade / Confraria de S. Bento da Porta Aberta –, mas também chamadas de atenção por parte da tutela administrativa (Governo Civil e Conselho de Distrito).

A Junta de Paróquia, em reunião de 30 de janeiro de 1887, delibera ser «de urgente necessidade demandar ce alguns devedores au Santuario de S. Bento, que vem a ser Manoel Jose Ribeiro, Antonio Manoel Loureiro e Delfina Rosa da Costa» [1432]. Três anos mais tarde, a 12 de janeiro de 1890, aquando da posse da nova Junta presidida pelo irmão do Pe. Pinto, Clemente Pinto Guedes, entre os bens móveis e imóveis transferidos, «assim como os direitos e açoens que a mesma pertence», encontra-se «um rol dos devedores ao dito Santuario» com a anotação seguinte:

> Dívidas sem documentos: ": Custodio Barbosa, doze mil reis; Carlota de Bento, quatro mil e quinhentos reis; João Antonio Ribeiro, doze mil reis; Ludovina da Cova, quatro mil e quinhentos reis; Joze da Cova, dois mil e quinhentos reis; Joze Maria Mateus, dez mil reis; Antonio Bras, dezanove mil reis; Manoel Pires Poula, vinte e quatro mil reis; Joze Rando, treze mil e quinhentos reis; João de Araujo, da Siara, treze mil e quinhentos reis; Joze Pires, Quintam, resto do proprio do Janella e juros vencidos até dezoito de maio de mil oitocentos e oitenta e sete, oitenta e oito mil cento e um reis; João Antonio Ribeiro, trinta e tres mil reis; Henrique Gomes, vinte e dois, digo, vinte e tres mil reis; Ana Rosa, de Matavacas, quatro mil e quinhentos reis. Nada mais continha o dito rol, somando a importancia de duzentos secenta e quatro mil cento e um reis [1433].

Esgotado o capital mutuado com a construção da capela-mor, inicia-se um novo período de capitalização que vai culminar com o pagamento das obras de construção da nave, torre,

[1421] *Idem*, fl. 72 v.
[1422] *Idem*, fl. 75.
[1423] *Idem*, fl. 82.
[1424] *Idem*, fl. 75.
[1425] **ADB**, *Notarial de Vieira*, livro de notas n.º 498, fl. 25 v.
[1426] *Idem*, fl. 56 v.
[1427] *Idem*, fl. 58.
[1428] **ADB**, *Notarial de Vieira*, livro de notas n.º 504, fl. 8 v.
[1429] *Idem*, fl. 9 v.
[1430] *Idem*, fl. 54 v.
[1431] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 40v: «a) Neste anno [1883] mutuou-se maes a quantia de 26$480 rs. por titulo os quaes com a quantia de 5:322$422 rs. que já avia mutuado perfas a quantia de 5:348$902 rs.».
[1432] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 19 v.
[1433] *Idem*, fls. 49 v.-50.

aquisição de sinos, douramento do camarim, bem como com a aquisição de paramentos e alfaias litúrgicas, a que se seguirá um período de carência.

Em 1 de novembro de 1890, ano em que se inicia a recapitalização com 126.000 rs., sente-se novamente a preocupação em não perder este fundo:

> Em seguida, pelo mesmo dito vogal [Pe. Pinto Guedes] servindo de presidente, foi dito que considerando que existem algumas dividas sem documentos viaveis como são as de Francisco Antonio dos Santos, padre José Maria d'Araujo, João Antonio Ribeiro, hoje herdeiros, Henrique Gomes, Domingos Lopes, hoje herdeiros, João d'Araujo da Seara, Antonio Braz e Custodio Barbosa, hoje herdeiro; outras dividas com documentos mas pouco viaveis ou menos seguros como são Miguel dos Santos, Francisco Lascas, hoje herdeiros, (…), proponho que a junta peça autorização para assim o fazer [proceder judicialmente contra eles] [1434].

O pagamento das obras em curso origina um período de carência que se prolonga até 1906, altura em que a Mesa começa a investir em dívida pública, além do mútuo a privados, cuja quantia, após a implantação da República, em 1911, era de 2:650.000 rs. em títulos de dívida pública e de 3:350.000 rs. em dívidas ativas de privados, como se vê no quadro seguinte [1435]:

**Quadro n.º 10. Dívidas ativas de privados no ano de 1911.**

| Nome | Freguesia | Importância | Ano |
|---|---|---|---|
| João Augusto Pires Barroca | Ruivães | 1.000.000 rs. | 23-9-1906 |
| António Joaquim Azevedo Maio | Mosteiro | 400.000 rs. | 21-4-1907 |
| Francisco António Rosas | Eira Vedra | 500.000 rs. | 30-5-1907 |
| Francisco António Martins | Mosteiro | 400.000 rs. | 6-1-1908 |
| Secundino António de Aguiar | Moimenta | 700.000 rs. | 25-10-1908 |
| Abílio Augusto da Silva Martins | Balança | 350.000 rs. | 20-6-1908 |
| **Total:** | | **3.350.000 rs.** | |

Os investimentos no santuário e terrenos anexos continuaram, bem como a construção do lago, alargamento do parque, construção do cruzeiro, casas e outros melhoramentos. Apesar destes investimentos, as décadas de 20 e 30 do século XX não foram especialmente benéficas para a vida do santuário, não só por causa da 1.ª Grande Guerra, mas devido à disputa pela liderança da gestão dos bens de S. Bento de que falaremos noutro capítulo. Só com o advento do Pe. Basílio Rodrigues à presidência da Irmandade, depois de 3 anos como presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, é que as coisas endireitam. Assim, de um capital mutuado de 1.000$00 no ano de 1940, passa para 1.356.282$50 em 1962, augurando um novo surto de investimento que vai terminar no final do século com a construção da Cripta sagrada no ano de 1998.

### 5.3.6. Início das obras do novo templo: a capela-mor (1872 a 1885)

O ano de 1872 marca o início da construção do novo santuário, uma obra que se deve ao empenho do abade Domingos Alves Pereira d'Alvim enquanto presidente da Junta de Paróquia de Rio Caldo. Molho de Faria, sem citar qualquer fonte, data esse início de 1880: «Começado este a ser construído em 1880, só deveria concluir em 1895 – ano em que foram levados a cabo vários melhoramentos» [1436]. Felizmente, tivemos acesso a outras fontes que nos permitiram estabelecer a cronologia construtiva.

[1434] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fls. 79 v.-80.
[1435] Cf. **ADB**, *Fundo Governo Civil*, Comissão distrital, Confrarias. Doc. n.º 2594.
[1436] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 110.

Estranha-se, obviamente, que a construção de uma capela-mor tenha demorado 13 anos, sobretudo quando sabemos que o atraso não se ficou a dever à falta de dinheiro que a Junta, e muito bem, colocou a render. Temos, todavia, de perceber que as obras estiveram suspensas durante meses devido à realização de uma sindicância e que a complexidade das mesmas motivou várias alterações ao projeto, datado de 1865, e à existência de obras não previstas.

Como vimos, o período de 1868 a 1872 foi de um autêntico marasmo em relação à construção do novo templo. As poucas atas da Junta de Paróquia entre os anos 1867 e 1872 – não existe qualquer ata relativa ao ano de 1871 - são omissas nesta matéria, referem-se, apenas, à instrução primária, nomeação de secretário, demanda de devedores e execução de dívidas. Por outro lado, nos relatórios de contas dos anos de 1867/68 a 1871/72, não existe nenhuma despesa de investimento. O facto de as atas serem raras não significa que a Junta não tenha trabalhado no processo do novo templo a começar pela construção da capela-mor.

No dia 20 de julho de 1872, realizou-se uma sessão da JP em que foi discutido o «orçamento da factura da capella-mor do sanctuario de S. Bento da Porta Aberta». Pela leitura da ata, ficamos a saber que o concurso de romeiros era da ordem dos milhares, sendo impossível, nas festividades de julho e agosto, que todos tivessem acesso ao interior do pequeno santuário.

O abade teve a preocupação de criar condições para que a romagem ao Santo não fosse interrompida – à semelhança do que acontecia com a construção de outros santuários [1437] – tendo, para o efeito, programado a construção do santuário em duas fases: a capela-mor, primeiro, e a nave – também designada "mosteiro" - a seguir.

Informação preciosa é a que se refere ao projeto, identificando o seu autor, o engenheiro Manuel do Couto Guimarães [1438], e acrescentando que se trata da planta elaborada em 1865:

> (...) em seguida declarou que aprezentava á discussão o projeto do orçamento respeitante ao anno economico de mil e oito centos e setenta e dois, accompanhando o seu projeto com as seguintes considerações: Que nutriaõ o ardente desejo de vêr prosperar quanto possivel o engrandecimento do Sanctuario, não só porque mais se consolidavam as devoções dos fieis como a boa applicação de seus espontaneos donativos; mas tambem porque a fé catholica muito se robustece pela continua devoçaõ de milhares de fieis; convindo, por consequencia, dar ao culto divino a maior e mais decente ostentaçaõ, mostrando aos fieis que ao produto de seus donativos dam os administradores d'este Sanctuario uma applicaçaõ conveniente, justa e util quanto sêr possa aos interesses do mesmo Sanctuario. Que, por todas estas

[1437] Vide o caso do santuário de S. Torcato (Guimarães) **in AAB**, *Livro de registo de provisões (1850-1856)*, fl. 10: «Provisaõ para bençaõ da Capella de S. Torquato, cita na freguezia do mesmo nome a favor do juis e mais mesarios.

Doutor Miguel Gomes Soares, Conego na Se Primaz, Provisor e Governador neste Arcebispado de Braga (…). Attendendo ao que em sua suplica me representaraõ o Juis e mais mesarios da Irmandade de Saõ Torquato sita na Igreja do mesmo nome, que achando-se acabada a Capela Mor da sua nova Igreja e decente para nella se celebrarem os officios Divinos e ter constituido patrimonio para veneraçaõ da mesma, o que tudo visto e o mais que me foi prezente, concedo licença ao Reverendo Parocho da dita Igreja e freguesia para que, goardadas as solemnidades prescriptas no Ritual Romano proceda a bençaõ da dita capela Mor e depois de benzida nella se podera celebrar Missa e os officios Divinos, sem prejuizo dos Direitos Parochiais (…). Dada em Braga sob o sello das Armas de Sua Eminencia e meu signal, aos 9 de Janeiro de 1851».

[1438] Manuel do Couto Guimarães (1811-1880), engenheiro, natural da cidade do Porto onde faleceu a 23 de novembro de 1880 (Campo 24 de Agosto), era filho de Manuel José do Couto Guimarães e de Ana do Couto Guimarães. Encontra-se sepultado no cemitério do Prado do Repouso (Bonfim). Cf. **Arquivo Distrital do Porto**, *Paroquial do Bonfim*, livo de óbitos do ano de 1880, fl. 103 v. (assento n.º 408). Além da planta do santuário de S. Bento da Porta Aberta, é autor, entre outros projetos, da estrada de acesso ao santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga, concretizado na segunda metade do século XIX. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5694 (acedido a 18-11-2019).

Vide, também, FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (2008): «A visita ao Porto dos Imperadores do Brasil (1872). Construções efémeras, ornamentações e artistas», **in** *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa.* Porto: CEPESE, p. 287: «O autor do desenho do arco da rua das Flores foi Manuel do Couto Guimarães, colaborando como pintores Carlos Pereira e José dos Reis».

> razões, tinha feito incluir no referido orçamento a obra da nova capela-mor, segundo a planta que doccumenta a despeza a fazer, que para esta resoluçaõ se torna effectiva, considerou que a concorrencia dos meios, digo, dos romeiros ao Sanctuario, nas festividades de julho e de agosto, era já em escalla taõ ascendente que se tornava impossivel o ingresso da maior parte d'elles ao interior do pequeno templo existente: que, attenta a pequenez referida, seria conveniente e de reconhecida necessidade, que de novo se reconstruisse, segundo a planta que a espensas do Sanctuario foi levantada em mil e oito centos sessenta e cinco; que achando-se calculada a obra pelo engenheiro Manuel do Couto Guimarães na quantia de vinte e cinco contos de reis approximadamente, o que por certo ha-de diminuir consideravelmente na respectiva arrematação, e sendo o rendimento do Sanctuario approximadamente seis centos e cincoenta mil reis, por anno, com exclusaõ das suas despezas do culto divino, estava, no caso de ser approvada a obra pelo Excellentissimo Conselho de Districto; que haviam um saldo de annos anteriores na importancia de oito contos de reis, que devia sêr applicado para a referida obra, principiando-se pela capella-mór, a fim de não soffrer interrupção o culto divino, pedindo-se para esse fim a competente autorizaçaõ. Ouvida pelos vogais da Junta e pelo secretário da Comissão esta proposta e as razões da utilidade publica e religiosa em que a mesma se funda, e:
>
> E considerando que muito deve concorrer para a veneraçaõ dos fieis a indicada applicação dos rendimentos liquidos do Santuario;
>
> E considerando de sua vantag, digo, de *summa* vantagem para o culto divino a obra da nova capella-mor, nas proporções contidas na respectiva planta, approvam a proposta do Prezidente da Parochia e Comissaõ; e visto e examinado o mencionado orçamento para o anno de mil e oito centos e setenta e dous a mil oito centos e setenta e trez, são de parecer, os administradores d'este Sanctuario, que está o referido orçamento nos termos de sêr submettido a aprovaçaõ e actorizaçaõ do Excellentissimo Conselho de Districto, deliberando, unanimemente, que se fizesse a competente remessa em treplicado accompanhada de todos os papeis e doccumentos que possam e devam esclarecer a sua receita e despeza, com uma cópia d'esta acta, ou autos de arremataçaõ da obra projectada, copia dos edictaes afixados nos logares publicos, da memoria descriptiva elaborada pelo respectivo engenheiro, e da competente planta por elle levantada no local do Sanctuario existente [1439].

Da leitura da ata, infere-se, ainda, a existência de uma comissão executiva [1440] de acompanhamento das obras, denominada Comissão do Santuário, presidida pelo pároco e cujo secretário era o pai dos irmãos Pinto Guedes, António José Silvério Pinto Guedes, ex-presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro [1441].

A JP avança com a adjudicação da obra no dia 15 de setembro. O auto de arrematação, transcrito no livro de atas [1442], pormenoriza todos os passos do ato, as condições técnicas de execução de acordo com o projeto e as garantias financeiras devidas.

A arrematação, anunciada «por editais fixados nos lugares de estilo», teve lugar na sacristia do Santuário na presença dos membros da Junta e do secretário da Comissão do Santuário, antecedida dos esclarecimentos necessários, quer quanto ao projeto, quer quanto à prestação de fiança idónea. No final, o «ramo» foi entregue a António Joaquim Dias, lavrador, de Rio Caldo:

[1439] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 9-10.
[1440] Esta comissão executiva acompanhava as obras e dava parecer sobre os pagamentos, como encontrámos no relatório de contas de 1883: «Pagouce ao Engenheiro de 5 visitas a obra de S. Bento, por ordem da Commisaõ Exicutiva», 67$500 rs.». Cf. **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 41.
[1441] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 9.
[1442] *Idem*, fls. 10 v.-13.

Assim esclarecida a praça, e depois d'examinada a planta ou desenhos pelos pertendentes [*sic*], bem assim o projecto descritivo, foi entregue o ramo a Antonio Joaquim Dias, casado, lavrador, do lugar do Assento d'esta freguesia de Rio Caldo pela quantia de cinco contos, oito centos e cincoenta mil reis, debaixo das seguintes condições: Que elle arrematante e seus fiadores se obrigavam solidariamente a concluir a obra arrematada no prazo de trez annos e meio.

Que o comprimento da capella-mór mediria desasete metros, a largura do arco da entrada 6$^{m}$,5 seis metros e cinco decimetros. Que a largura da capella-mor mediria sete metros e trez decimetros. Que a espessura das paredes teria um metro e seis decimetros. Que a espessura das paredes no local da tribuna teria setenta e cinco centimetros. Que a espessura das paredes nas fundações da capella-mór mediria um metro. Que a altura do sôcco, pilastras e entablamento, no arco da entrada da dita capella-mór, deduzindo o arco da entrada que se hade subir, digo, deduzindo o degrau que se há de subir, mediria oito metros e trez decimetros. Que a altura do raio que forma o intradorso do arco será de trez metros e vinte e cinco centimetros. E que, finalmente, a altura total do arco será de onze metros e cincoenta e cinco centimetros. Que a abertura do referido arco mediria seis metros e cinco decimetros. Que a altura do sôcco, pilastras e entablamento da referida capella-mór medirá oito metros e trez decimetros. Que a altura do raio que forma circunferencia do tecto medirá trez metros e sessenta e cinco centimetros e que, finalmente, a altura total no centro da dita capella-mór medirá onze metros e noventa e cinco centimetros. Que a largura interior no vão das pilastras medirá sete metros e trez decimetros. Que a altura do arco do fundo da tribuna medirá cinco metros e 4 decimetros. Que finalmente a largura do mesmo arco rustico medirá quatro metros e cinco decimetros.

Que outrossim se sujeitavam egoalmente ás condições seguintes: que o ensoleiramento contará uma fiada de cantaria apparelhada a pico grosso, que apparentemente a sua aresta regula o alinhamento e altura de nivel dos pavimentos. O seu paramento exterior e sobre-leito faz a aresta do alinhamento, ficando as juntas bem unidas, e o resto da alvenaria de espessura nivelada na sua respalda com a dita fiada. Que as argamassas a empregar nos massios das fundações, serão compostas com dous terços d'areia e um terço de cal gorda. Toda a cantaria interior e exterior será de pedra d'uma só qualidade, consistente e egual em côr (sendo possivel) e as differentes dimensões das pedras serão reguladas sugundo [*sic*] as dimensões que occupam, digo, segundo o lugar que occupam, tanto na cantaria lisa como de ornamentos ou molduras. Toda a cantaria lisa ou lavrada será de granito fino pelo haver a distancia razoavel da obra. Toda a cantaria será assente em banho de cal, não se admittindo que as arestas das juntas fiquem mutiladas pelas ferramentas do assento e que as differentes peças que se forem assentando nunca se desviem do prumo e alinhamento precizo. As argamassas para as paredes, isto é, para as massisas das paredes mixtas de cantaria e alvenaria, podem sêr fabricadas para os internos com a parte d'areia e outra de cal; e para os externos ou juntas da cantaria far-se-ha uzo de cal, pó de pedra e cimento romano. O pavimento do arco da capella-mór será tambem lageado de pedra, e só o restante de madeira. E sendo pelo dito arremattante acceite esta arrematação e condiçaõ da obra, disse que ao seu cumprimento obrigava sua pessoa e bens de qualquer especie ou natureza que possuia ou viesse ainda possuir (…) [1443].

A primeira coisa que nos surpreende é o facto de uma obra desta envergadura não ter sido arrematada por um mestre pedreiro. Daí terem incluído vários pormenores construtivos como se de um *manual do pedreiro* se tratasse. Ficamos, ainda, a conhecer a arquitetura exterior e interior, incluindo o local da tribuna onde seria colocada a imagem do Santo Patriarca.

[1443] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 11-12.

No final desta ata, encontra-se escrito a lápis um texto, que atribuímos ao Pe. Pinto Guedes ou ao seu pai, cujo teor é o seguinte: «Aonde estaõ as assignaturas do arrematante, fiadores e testemunhas? Aonde estão? Repetio [*sic*] alem um ecco». Efetivamente, faltam estas assinaturas.

Apesar do prazo de execução ser de três anos e meio – conclusão prevista para março de 1876 -, a obra terá começado de imediato, uma vez que o relatório de contas de 1872-73 inclui uma despesa de 5:000$000 réis com a justificação seguinte: «Despeza com a construcçaõ da nova capella-mór do santuario de S. Bento como consta do respectivo orçamento (30 de junho de 1873)» [1444]. A esta informação foi acrescentada uma alínea a) que diz o seguinte: «Veja-se o documento n.º 2 (orçamento de 1872 a 1873). O recibo comprovativo d'esta despeza existe em poder da junta geral do destrito» [1445].

Infelizmente, não resta documentação que nos permita acompanhar o evoluir da construção da capela-mor do novo santuário, uma vez que a redação das atas apenas será retomada cinco anos mais tarde. Entre 1873 e 1881, existe, apenas, registo de uma despesa facultativa – as restantes são relativas às três festividades anuais, à côngrua do abade e à gratificação do secretário – que respeita ao pagamento da planta: «Pagou-se ao engenheiro Manoel do Couto Guimarães pelo desenvolvimento da planta da nova capella-mor de S. Bento» 45.000 réis [1446]. Foi-lhe acrescentada uma alínea a), como em caso já referido, que diz o seguinte: «No archivo naõ existe orçamento que autorize esta verba, nem tampouco o respectivo recibo» [1447].

A 30 de maio de 1877, a Junta de Paróquia, presidida pelo mesmo presidente mas com novos vogais, reúne para analisar o requerimento de António Joaquim Dias, «arrematante da Capella-mor do Sanctuario de São Bento da Porta Aberta, nos limites d'esta mesma freguezia, no qual pede se lhe arbitre mais a quantia de quatro contos de reis, para obras, accessorias, no mesmo Sanctuario, como foram as casas da Sacristia e da Fabrica e adeantações para dois altares no corpo do mosteiro, e bem assim o lavatorio na Sacristia e outras» [1448].

O arrematante é bem explicito nas razões do seu pedido, justificando as obras a mais e referindo, inclusive, as dimenões das novas casas da Sacristia e da Fábrica para travarem o arco cruzeiro:

> Ilustrissimos Senhores: Diz Antonio Joaquim Dias, d'esta freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro, que, tendo arrematado a construção da Capélla-Mór no Sanctuario de São Bento da Porta Aberta, nos limites da mesma freguesia, desde o Arco para cima inclusive, na parte respeitante á arte de pedreiro, e conhecendo-se dos trabalhos da mesma obra incoherencias prejudiciaes ao Sanctuario, se se fizessem isoladas, e não simultaneas com as outras obras, que com aquella prendiam, e reconhecidas tais inconveniencias, foram feitas as obras accrescidas, como foram a casa da Sacristia, a casa da Fabrica, cada uma da altura de seis metros e septenta centimetros, comprimento nove metros e cinquenta centimetros; duas adeantações para os altares, que já servem para o Mosteiro[1449], do comprimento de um metro e noventa centímetros; largura um metro e sessenta centímetros; altura, trez metros e trinta centímetros; de fundações e alicerces quatro metros e cinquenta centimetros, e outro tanto de largura; e todo o cavouco, quatrocentos e trinta e oito metros, digo, e outro tanto de largura; e um lavatorio na sacristia, acrescendo a tudo isto que sendo escolhida a pedra pelo respectivo

[1444] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 28. Não encontrámos este documento no **ADB**, fundo *Governo Civil*. Talvez tenha sido destruído aquando do incêndio de 1876.
[1445] *Ibidem*.
[1446] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de 1849-1895*, fl. 26.
[1447] *Ibidem*.
[1448] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 13-13 v.
[1449] O termo «mosteiro» é usado frequentemente como sinónimo de «nave» e do próprio templo.

> Engenheiro, foi em sitiu [*sic*] onde não podia ser carrada, mas só tombada pelo monte abaixo, o que deu lugar a serem destruidos grande quantidade de castanheiros, que o supplicante teve de pagar por bom preço, e outros inconvenientes, todos prejudiciaes ao supplicante; e com quanto na escriptura do contracto se estipulasse que a obra seria feita segundo a planta, todavia no auto de arrematação, se não tratou senão da Capélla-mór, como consta do documento junto, tendo depois, para segurança da obra, de construirem-se as casas da Sacristia, e a da Fabrica, que estaõ quasi concluidas [1450].

De salientar, entre as obras a mais, as «adeantações» para dois altares, dos quatro que a nave viria a comportar, e a referência ao local de extração da pedra escolhido pelo engenheiro Manoel do Couto Guimarães, denominado «pedreira de S. Bento», e onde, ainda hoje, podemos observar restos desse aproveitamento.

As dimensões do santuário foram sendo alteradas ao longo de 20 anos. Inicialmente projetado para ser mais pequeno, a planta viria a adquirir outras dimensões como podemos ver no estudo comparativo que se segue:

**Quadro n.º 11. Evolução das medidas do santuário: do projeto à atualidade.**

| Medidas | 4-3-1852 | 1865 e 15-9-1872 | Atual |
|---|---|---|---|
| Capela-mor: comprimento interior | 7,7 m | 17 m | 17 m |
| Capela-mor: largura interior | 5,30 m | 7,30 m | 7,21 m |
| Altura até à cornija | 5,7 m | 8,30 m | 8,30 m |
| Grossura da parede | 77 cm | 1,60 m<br>Tribuna: 77 cm | |
| Arco cruzeiro | | Altura: 11,55 m [1451]<br>Largura: 6,5 m | Altura: 11,82 m<br>Largura: 6,53 m |
| Arco do fundo da Tribuna | | Altura: 5,40 m<br>Largura: 4,50 m | Altura: 5,40 m<br>Largura: 4,30 m |
| Capela-mor | 2 frestas<br>2 portas laterais | 2 janelas<br>2 portas laterais | 2 falsas janelas<br>2 portas laterais |
| Corpo da capela do arco para baixo | 15,40 m | | 20,22 m |
| Corpo da capela, largura | 6,60 m | | Interior: 9,72 m<br>Exterior: 14,20 m |
| Corpo da capela: altura à cornija | 6,60 m | | +/- 14,40 m |
| Grossura da parede | 88 cm | | |
| Obs. | Púlpito<br>2 altares colaterais | | 2 pulpitos<br>4 altares laterais |
| Sacristia | 1 sacristia e<br>Grade de ferro | Casas da fabrica e sacristia (comp. e alt. 9,50 m x 6, 70 m) | 2 sacristias: (cmp. x larg. x alt.: 9,50 m x 4 m x 6, 70 m) |
| Orçamentos | 700.000 rs. (1852) [1452]<br>11:740.000 rs. (1858). | 25:000.000 rs. (1865) [1453]. | |

A ata seguinte surge passado mais de um ano, em 19 de agosto de 1878, aquando da «organisaçaõ do orçamento da receita e da despesa do producto do Santuario para o anno economico de 1878 a 1879» [1454]. Seis dias depois, a 25 de agosto, o abade e presidente da Junta de Paróquia cessante dava posse ao novo órgão autárquico que viria a ser presidido por António

[1450] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 13 v.-14.

[1451] Existia um degrau que foi retirado. Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 11 v.: «Que a altura do sôcco, pilastras e entablamento, no arco da entrada da dita capella-mór, deduzindo o arco da entrada que se hade subir, digo, deduzindo o degrau que se há de subir, mediria oito metros e trez decimetros».

[1452] Apenas a obra de pedreiro da capela-mor.

[1453] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 9 v. A obra da capela-mor foi adjudicada em 15 de setembro de 1872 por 5:850.000 rs.

[1454] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 14 v.: «deliberaram que o orçamento fosse feito na forma seguinte: Receita ordinaria: 14:859$446 rs.; Receita [Despesa?] ordinaria 204$820 rs.; [Despesa] Extraordinaria[1454], 9:045§000 rs., nove centos e quarenta e cinco mil reis. E fica de saldo em favor do Santuario 5:609$620 rs.».

Antunes, do lugar do Peso, tendo como vice-presidente Domingos da Costa Lopes do lugar de Parada [1455]. A Junta reúne, de novo, a 30 de agosto para escolher o tesoureiro e, no dia seguinte, para proceder ao inventário respetivo. Fala-se, pela primeira vez, na existência de um «livro da inventa», à guarda do tesoureiro, onde «todos os objetos pertencentes a igreja e capelas [S. Bento, St.ª Luzia e S. Cristóvão] fossem miniciosamente descriptos» [1456].

Com o advento do novo ano, e depois de reconduzidos nos cargos respetivos, a Junta de Paróquia reúne a 23 de janeiro para apreciar um ofício do administrador do Concelho, em que pedia que a Junta informasse «se cim ou naõ se devia aprovar a quantia quatro contos de reis aos arematantes da obra de S. Bento para a continuação da mesma obra, pedidos pelos mesmos arrematantes, e cendo discutido, foi aprovado unanimemente que se informace que deviaõ ser aprovados os ditos quatro contos de reis para a continuação das obras» [1457], as quais, como vimos, ainda não tinham aprovação superior [1458]. Apesar de raros os assuntos tratados em ata entre janeiro e agosto de 1880, temos a assinalar uma queixa ao administrador concelhio contra o professor de instrução primária por ausência injustificada (4/1), a aprovação do orçamento para o ano corrente (receita: 10.874$000 rs; despesa: ordinária: 294$820 rs.; extraordinária: 4.095$000 rs.) e orçamentação de obras com o Santuário (2/5) [1459], consertos de carpinteiro nas varandas das casas do Santuário (18/7) [1460] e o lançamento em ata dos rendimentos do santuário (16/8) [1461].

Esta última merece uma análise mais pormenorizada porque marca o virar da página na contabilidade da Junta. Depois de contextualizar o seu mandato, «sendo numiada esta Junta em desoito de agosto de mil oito centos e setenta e oito, e achandoce dentro dos lemites desta freguesia a Irmida de S. Bento da porta aberta a onde concorre grande numero de rumeiros ofertando muitas esmolas ao mesmo Santo», critica as juntas anteriores por não terem «dado contas da sua administraçaõ» e propunha, «para evitar responçabilidades, que era de utilidade e justiça que se lançace nesta acta toda a receita e despesa que tem tido o mesmo santuario nos annos da sua girencia athe ao presente, e sendo a provada a proposta, passou a Junta a expeceficar a receita e despesa (…)» [1462].Verifica-se, no entanto, uma discriminação entre o referido em ata e a escrituração no livro das contas de receita e despesa que só a partir de 1882, inclusive, adota esta metodologia de registo [1463].

Outra leitura a fazer desta preocupação intui-se da leitura da ata da reunião seguinte, realizada a 6 de março de 1881, ou seja, oito meses mais tarde, onde esta ausência de atas é justificada deste modo: «E abriu elle presidente a secçaõ ordinaria e pelo presidente foi proposto

---

[1455] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 15 v.
[1456] *Idem*, fl. 16 v.
[1457] *Ibidem*, fl. 16 v.
[1458] Este pedido tinha sido objeto de discussão e aprovação pela JP em 30 de maio de 1877.
[1459] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 34 v.: «Pelo que o presidente mandou chamar os peritos de carpinteiro, Antonio Manoel Fernandes e Jose Maria Dias Matheus, para examinarem e avaliarem a despesa a fazer com as obras de carpinteiro nas casas do santuario, o que elles fiseraõ com toda a exatidaõ e minuciosidade, sendo de parcer que para concertar as casas era necessaria a quantia de secenta mil reis; e sendo chamados os peritos de pedreiro, João Antonio Poula e Manoel Custodio Lopes, mestres de obras, para examinarem e avaliarem as obras necessarias a fim de se concluir o templo que são precisas a quantia de quatro contos de reis».
[1460] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 37: «Esplicadas bem as condições da obra e declarando a Junta que ella deveria ser feita até ao dia dés de agosto [início da grande romaria], e comparcendo bastantes peritos a esta arrematataçaõ e abendo bastantes lanços para a fatura desta obra, aconteceu ficar no lanço dos peritos Jose Maria Fernandes Cancella e Jose Maria Alves, casados, ambos do lugar de S. Pedro desta freguesia que arremataraõ esta obra pela quantia de quarenta e dois mil e quinhentos reis, obrigandoce a faser a obra com toda a solides e perfeiçaõ e sujeitandoce a receber no dia dés de agosto a quantia estipulada ao que esta Junta anuio, que a este contrato se obrigavaõ suas pessoas e bens e para sigorança da mesma davaõ por seu fiador a Antonio Manoel Fernandes, do Peso, solteiro, proprietario do lugar do Peso, que, estando presente, dice que aceitava».
[1461] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 38-38 v.
[1462] *Idem*, fl. 38.
[1463] **AISBPA**, *Livro de contas de recita e despesa (1849-1895)*, fls. 39 v.-40.

que se deixaraõ de faser secções desde o mes de agosto passado por causa dos livros estarem para Braga de mando do Governador Civil a fim de uma çandicancia feita as obras de S. Bento desta freguesia, e que para constar declarava isto na presente secçaõ» [1464].

### 5.3.7. Primeira sindicância: à Junta de Paróquia de Rio Caldo (1880)

Temos registos em ata das deliberações da JP de Rio Caldo desde 1843. Em muitos anos, não há qualquer ata, o que se estranha e nos impede de compreendermos os acontecimentos da paróquia, chegando esse período a atingir os cinco anos (1855-1860 e 1872-1877). A partir de janeiro de 1879, momento em que o abade deixa de ser o presidente da Junta, há um registo rigoroso de todas as sessões, embora muitas delas registem a expressão «e naõ avendo que discutir nem requerimentos de partes, encerrou elle presidente a secção».

Este comportamento indicia que algo se estava a passar. Na realidade, a autoridade administrativa, ao verificar que a gestão do santuário não estava a ser transparente, ordena a realização de uma sindicância às contas das obras do santuário.

Embora não tenhámos logrado encontrar o relatório desta sindicância, os resultados estão à vista na preocupação com a redação das atas e nos pormenores da escrituração, como descritos na ata de 16 de agosto de 1880, cujo lançamento dos valores arrecadados pela Junta das ofertas a S. Bento indicia que já estavam à espera de ser investigados, sobretudo depois de terem realizado reuniões e reuniões sem nada a tratar, nem rendimentos, nem obras, nem organização das festividades [1465].

Salientamos o facto de o ato de concessão de um empréstimo, no montante de 123.765 rs., ao arrematante de uma obra no santuário ter sido testemunhado pelo administrador concelhio, o que espelha a desconfiança das autoridades em relação à administração das esmolas do Santo.

Esta sindicância não passou despercebida à comunicação social – estava em curso a construção de um grande santuário cujo investimento foi superior a vinte contos -, nomeadamente ao jornal «O Constituinte» que, na edição de 24 de novembro de 1880, noticiava a realização desta sindicância com críticas ao comportamento do administrador por causa da demora na divulgação dos resultados, deixando no ar a suspeita que tal se devia a razões políticas:

---

[1464] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 39.

[1465] Cf. ata de 16 de agosto de 1880, **in AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 38-38 v.: «Rendeu o santuario de S. Bento da porta aberta, no anno de mil oito centos e setenta e nove, a quantia de um conto tresentos e trinta mil e nove centos e teve de despesas, nas festividades de março, julho e agosto, a quantia de duzentos e vinte e seis mil e quinhentos, a saber: na rumaria de março, rendeu a quantia de quarenta e um mil e nove centos reis e despendeu-se na sua festividade desacete mil e quinhentos reis, ficando liquido a quantia de vinte equatro mil e quatro centos reis; na festividade de julho, rendeu a quantia de duzentos e cincoenta e tres mil e quatro centos reis, e despendeu-se na sua festividade a quantia de nuventa e um mil e quatro centos reis, ficando liquido a quantia de cento e secenta e dois mil reis; na festividade de agosto, rendeu a quantia de nove centos noventa mil e seis centos reis e despendeu-se na sua festividade a quantia de cento e desacete mil e seis centos reis, ficando liquido a quantia de oito centos setenta e tres mil reis; rendeu mais a caixa no anno de vinte de agosto de mil oito centos e setenta e oito a vinte de agosto de mil oito centos e setenta e nove, a quantia de quarenta e cinco mil reis, entrando todo este dinheiro na quantia de um conto cento e quatro mil e quatro centos reis na mão do respetivo thesoureiro cobrando d'elle um recibo legal; e no anno de mil oito centos e oitenta, rendeu o mesmo santuario, a quantia de um conto, sete centos cincoenta e oito mil nove centos e oitenta e cinco, e teve de despesa, nas festividades de março, julho e agosto, a quantia de tresentos setenta e sete mil quatro centos e vinte, a saber: na romaria de março, rendeu a quantia de oitenta mil reis e despendeu-se na sua festividade desacete mil e quinhentos, ficando liquido a quantia de secenta e dois mil e quinhentos reis; na festividade de julho, rendeu a quantia de duzentos e oitenta e tres mil cento e secenta e cinco, e despendeu-se na sua festividade noventa e quatro mil e quatro centos reis, ficando liquido a quantia de cento e oitenta e quatro mil setecentos e secenta e cinco reis; na festividade de agosto, rendeu a quantia de um conto tresentos e quarenta e quatro mil quinhentos e vinte reis, despendeu-se na sua festividade e mais despesas autorisadas pelo Sr. administrador, a quantia de duzentos e secenta e um mil quinhentos e vinte reis, ficando liquido a quantia de um conto oitenta e tres mil reis; rendendo mais a caixa no anno de vinte de agosto de mil oitocentos e setenta e nove a vinte de agosto de mil oito centos e oitenta, a quantia de cincoenta e um mil e tresentos reis, entrando todo este dinheiro na quantia de um conto duzentos e cincoenta e sete mil e oito centos reis na mão do respectivo thesoureiro cobrando d'elle um recibo legal, e cento e vinte e tres mil sete centos e secenta e cinco reis de empréstimo aos arrematantes da obra, a cujo emprestimo assistiu o Sr. administrador, passando um titulo á junta o arrematante da mesma obra».

**S. Bento da porta aberta**

Levantou-se ha tempos com certo arruido, uma suspeita de que a junta de parochia de Rio Caldo, administrador do Sanctuario de S. Bento da porta aberta, não era muito escrupulosa na applicação dos largos rendimentos, que annualmente ahi vai deppositar a piedade dos fieis, a quem as *nascidas* ou *males ruins* provaram a paciencia.

Em vritude d'estes *zuns zuns*, o sr. visconde de Pindella, depois de muito chorar, largou uma ordem ao sr. administrador de Terras de Bouro, na qual lhe ordenava que de companhia com os srs. Peixoto, engenheiro districtal, Esmeriz e Magalhães procedessem a uma rigorosa syndicancia na administração d'aquelle Sanctuario, e lhe fizessem um minucioso relatorio, do que encontrassem, afim de serem tomadas as necessarias providencias.

Tudo isto se fez, e devemos crer que se fez bem; porque segundo nos affirmam, o sr. administrador do concelho de Terras de Bouro, é um funccionario digno, e a respeito dos cavalheiros syndicantes d'esta cidade affirmamos nós, que merecem plena confiança; o que porem ignoramos é o resultado da syndicancia.

Havia ou não culpados?

Eis a questão.

No primeiro caso carece o publico de saber quaes as irregularidades commettidas, e qual o castigo que tiveram os authores; no segundo tem os syndicados direito a que desappareçam de cima dos seus nomes as suspeitas que uma syndicancia costuma levantar, e isto ainda está por fazer.

Ora como até hoje se tem guardado inviolável segredo, e nós não queremos suppor que revivam no reinado da granja, aquellas famosas penitenciarias, que tanto os mortificaram n'outros tempos, pedimos em nome dos interesses do Sanctuario de S. Bento, que se faça luz n'estas trevas.

É possivel que esta syndicancia tenha as feições de qualquer pavorosa, habilmente inventada pelo snr. administrador de Terras de Bouro com o fim de ir consolidando a machina eleitoral; se assim é, digam-no, ou pelo menos deixem-no preceber [*sic*], para não os tornarmos a encommodar com as nossas rabujices.

Quem assim pede, tem direito a ser ouvido.

Digam-nos pois com franqueza que a tal syndicancia foi comedia que deu boa casa, que nós só teremos a declarar que é bem certo o dictado que diz, cada um ordenha a vacca como sabe e não como deve [1466].

Não existe documentação que prove que alguém tivesse sido objeto de processo judicial, mas as consequências da sindicância foram evidentes. Desde logo, a suspensão de todas as obras em curso e que apenas seriam retomadas em meados do ano seguinte após a devolução dos livros de documentação da JP; o ano económico, até aqui de junho a julho, passa, a partir de 1879, a coincidir com o ano civil; além disso, todas as despesas são discriminadas, não só com as obras, mas também com a realização das festividades, o que nos permite, agora, acompanhar a evolução das mesmas. Assim, sabemos que todas as festas tinham missa cantada com sermão, banda de música (duas na romaria de agosto) e fogo de artifício. Na festividade de agosto, para garantir a segurança de tão grande número de romeiros, a JP pedia [contratava] a colaboração da polícia.

Esta sindicância teve um custo de 24.370 rs., de acordo com uma nota inserta na folha relativa às contas do ano de 1880 que é do teor seguinte: «Na despeza d'este anno não vai incluida a quantia de 24.370 rs. que se despendeu com a commissão de sindicancia, por naõ estar autorizada ainda por meio d'um orçamento. Tambem não está em harmonia com o

[1466] «Constituinte» de 24 de novembro de 1880.

respectivo orçamento a mesma despeza, por a Junta da Parochia a naõ ter ainda recebido na occasiaõ de fazer a mesma despeza» [1467].

### 5.3.8. Conclusão das obras da capela-mor do novo templo de S. Bento

Após a devolução dos livros requisitados pelo governador civil à JP, em março de 1881, seria de esperar o retomar das obras, mas tal não aconteceu. Passaram-se mais dois meses sem nada deliberarem, pois estavam a aguardar ordens do governador civil. A 29 de maio, em sessão extraordinária, decidem demandar os devedores ao Santuário «a fim de pagarem o que devem ou fazerem decumentos legaes com as devidas sigoranças», para o que contratam o advogado da comarca de Vieira, Mauel Joaquim Gonçalves [1468].

No mês seguinte, a 5 de junho, aprovam o orçamento para o ano corrente com uma receita de 11:936$186 rs. e uma despesa de 435$130 rs., o que deixava prever a não realização de qualquer obra, uma vez que, no ano anterior, a despesa corrente se tinha fixado nos 370$420 rs. Entretanto, o presidente da JP, na sequência de uns ofícios emanados do governo civil e da administração concelhia recomendando a continuação das obras do novo templo, convoca uma reunião extraordinária para o dia 26, em que deliberam «que se offeciace o arrematante da mesma obra, Antonio Joaquim Dias da Costa, para que, no praso de quinze dias, continue com as obras pena de percas e danos por sua conta» [1469].

O arrematante da obra que, desde janeiro de 1879, estava à espera que lhe pagassem os trabalhos a mais, cerca de quatro contos, não respondeu dentro do prazo previsto, tendo a Junta dado conhecimento ao administrador do Concelho.

Os meses vão passando e as obras continuam por concluir, e não era por falta de disponibilidade financeira, pois, na romaria de agosto de 1881, o tesoureiro recusa-se a receber o dinheiro das esmolas, pelo que decidem mutuá-lo:

> E pelo presidente foi proposto que, em virtude do thesoureiro da Junta querer recusarce a receber o dinheiro da romaria do Agosto e prometer ce lhe que o recebece que se avia de dispor delle; por isso á diverças pessoas que pertendem [*sic*] algum a juro, e talves todo ou parte delle, e por isso, em vista do prometido ao thesoureiro achava que se foce dando algum com as devidas sigoranças; e ouvida esta proposta pelos vogaes da Junta, deliberaraõ e aprovaraõ onanememente esta proposta e diceraõ que se foce dando dinheiro a juro, mas com toda a sigorança [1470].

Aos problemas decorrentes da recusa do arrematante em retomar as obras, temos de somar a doença do pároco que o terá levado a afastar-se da presidência da JP em janeiro de 1879, acabando por falecer a 13 de novembro de 1881; a morte do autor da planta do novo templo de S. Bento, o engenheiro Manuel do Couto Guimarães, em 23 de novembro de 1880, o qual será substituído na direção e fiscalização das obras pelo engenheiro António Plácido de Vasconcelos

[1467] **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa (1849-1895)*, fl. 34.
[1468] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 41.
[1469] *Idem*, fls. 42 v.-43.
[1470] *Idem*, fl. 45.

Peixoto [1471], da repartição distrital de Obras Públicas, que, em 1880, tinha integrado a comissão de sindicância à administração da JP de Rio Caldo [1472].

Com o advento do novo ano, a JP aprova o orçamento onde prevê uma receita global de cerca de dezassete contos, uma quantia muito significativa para uma despesa de 570$000 rs., denotando problemas em concretizar as empreitadas relativas à conclusão das obras da capela-mor [1473]. De seguida, e tendo em conta que a paróquia continuava sem abade, decidem nomear um capelão «para a Ermida de S. Bento, com a obrigaçaõ de cuidar da limpesa da capella, dos altares, da cera, e tudo mais indispençavel ao culto e decencia da mesma capella, receber as esmolas durante o anno, dar contas a esta Junta, diser missa na ermida todos os Domingos e dias santificados pelas nove horas da manhaã com intençaõ livre». A escolha recaiu no presbítero José António Ribeiro, a quem arbitraram um vencimento anual de 50$000 rs. [1474].

Aquando da aprovação das contas de 1881, têm a preocupação em anexar as de anos anteriores – a fim de evitar que, futuramente, fossem responsabilizados -, só que «no archivo não avia decumentos comprovativos da despesa, porque a despesa feita com as festividades do Santuario de S. Bento tem sido muito lemitadas para accorrer com decencia aos gastos mais indespensaveis» [1475].

Depois da sindicância, todos os cuidados eram poucos, pois não podiam argumentar com desconhecimento ou falta de aviso. Por isso, o presidente decide convocar o tesoureiro Domingos Antunes, que exercia o cargo desde 1862, para prestar contas, o que viria a revelar-se uma surpresa e a dar origem a um longo processo de apuramento de contas e a mais uma sindicância. Vejamos o conteúdo da ata de 5-2-1882 [1476]:

> Em seguida, dice elle presidente, que em face dos decumentos exestentes nesta secretaria e do respectivo livro de contas que se achaõ presentes e se achava em poder do dito thesoureiro e pelo qual o mesmo é responsavel, desde o anno de mil oito centos e secenta athe esta data, deve existir o capital de onze contos tresentos e nove mil e desaceis reis, sendo desta quantia a de quatro contos e vinte e cinco mil reis que se achaõ a juro em vinte e seis escripturas e desacete titulos particulares, e o excedente deve exestir em dinheiro em ser (*sic*). Em seguida declarou o referido thesoureiro, Domingos Antunes, que não tinha em seu puder tal emportancia, e so, apenas, a de seis contos nove centos trinta e oito mil e quinhentos e secenta e um

[1471] António Plácido de Vasconcelos Peixoto, engenheiro-chefe de 2.ª classe da direção distrital das Obras Públicas de Braga, era natural da freguesia de Verim, Póvoa de Lanhoso, tendo frequentado a Universidade de Coimbra e a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.
Aquando da construção do santuário da Imaculada Conceição do monte Sameiro, realizou o levantamento topográfico (1882) e apresentou um projeto para o novo templo que, apesar de inicialmente aprovado, acabaria recusado. Faleceu em Braga, na rua de S. Vicente onde morava, a 5 de maio de 1895. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999): *Arte religiosa e artistas em Braga e sua região*. Braga: APPCDM, p. 237, e http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9583.

[1472] Encontrámos dois documentos que referem pagamentos ao engenheiro Peixoto:
- **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa 1849-1895*, fl. 41 (ano de 1883): «Pagouce ao Enginheiro de 5 visitas a obra de S. Bento, por ordem da Commissaõ Exicutiva – 67$500 rs.»;
- Arquivo da «Casa Santos», 90.000 rs.:
«Duplicado
Recebi da Junta da Parochia de S. Bento da Porta-aberta, a quantia de noventa mil reis, importancia de trabalhos que tenho feito para a mesma Junta como diretor technico das obras do novo Templo de S. Bento da Porta-aberta, durante o ano de 1885.
Braga, 24 de março de 1886.
(Ass.) Ant.º Placido de Vas.cellos Peyxoto».

[1473] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 48 v.

[1474] *Ibidem*.
Esta verba aparece registada pela primeira vez no relatório de contas de 1882. Cf. **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa 1849-1895*, fl. 40.

[1475] **AJFRC,** *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 49 v.

[1476] *Idem*, fls. 50-51 v.

> reis, pois que a de quatro contos tresentos e setenta e um mil quatro centos e cincoenta e cinco reis os tinha entregado a Antonio Jose Silverio Pinto Guedes por diverças vezes e parcellas para este pagar aos operarios que trabalhavaõ na obra de S. Bento e sua continuaçaõ. Que para entrega desta quantia nunca recebera mandados do presidente da junta de parochia, que antes éra o falecido Abbade Domingos Alves Pereira de Alvim; assim como naõ os avia recebido para outros pagamentos, toda a via, o mesmo Abbade lhe menistrava ordens verbais, ignorando com tudo se elas eraõ ou naõ por deliberaçaõ tomada entre elle e seus colegas, sendo serto porem de que tal quantia foi aplicada para a continuaçaõ das obras do Santuario de S. Bento e recebida pelo dito Antonio Jose Silverio Pinto Guedes pela forma e maneira que dito fica. Ponderou mais o presidente aos seus colegas que, segundo a lei, ao presidente lhe cumpre ordenar os pagamentos de qualquer obra ou despesa que esteja a cargo da Junta por meio de mandados para o thesoureiro em face delles effetuar os mesmos pagamentos as pessoas em favor de quem saõ passadas e nunca por ordens verbais, e não apresentando elle thesoureiro esses mandados, naõ pode esta Junta levar-lhe em conta tal quantia e mesmo porque naõ existe nesta secretaria orçamento algum nem outro qualquer decumento que prove aothorizaçaõ da continuaçaõ dessas obras nem a verba butada para o seu comprimento alem da arrematçaõ da capella-mor do santuario que ja lhe foi levada em conta a elle thesoureiro e se por ventura mais algum dinheiro se gastou de que elle fas mençaõ, foi a puro arbitriu do dito Abbade e Pinto Guedes e sendo este ultimo o que recebeu tal dinheiro é elle que deve responder e obrigado a pagar-lhe pelo facto de não aver quem aothorizace a elle referido thesoureiro a sua entrega. O que sendo ouvido por este declarou mais que effetivamente não tinha recebido ordem legal para a entrega da dita quantia toda via a tinha entregado para o fim que já espos mas que não querendo que esta Junta nem os seus anteceçores sofraõ prejuizo nem se tornem responçaveis por factos que não praticaraõ, vai uzar dos meios competentes e se a lei lhe pormetir para reaver a si, da mão do mencionado Pinto Guedes, a quantia que a este entregou para cujo fim e para entrega della a esta Junta quando a isso seja convencido; requeria se lhe concedesse um prazo que fosse julgado nessessario, prontificandoce com tudo a entrar com ella quando haja disso nessessidade ou caso de força maior».

Tendo em conta que o pai do pároco encomendado era o António Pinto Guedes, percebe-se a razão por que, na sessão anterior (15 de fevereiro), a JP decidiu mudar o local de realização das reuniões da sacristia da igreja paroquial para a «a casa da Confraria do Senhor junto a igreja parochial», embora a razão apresentada tenha sido «para evitar o emcommudo do R.$^{do}$ parocho na ocasiaõ de faser as secções na sacrestia da Igreja parochial» [1477].

Finalmente, a 25 de abril, a Comissão Distrital aprova a continuação das obras de S. Bento, o que vai obrigar à realização de um orçamento suplementar para incluir esta despesa no montante de 1:500$000 rs. [1478]. No dia seguinte, a mesma comissão aprova «as bases e condições para a arrematação das obras de S. Bento», pelo que a Junta, em sessão de 7 de maio, marca o auto de arrematação para as 12 horas do dia 31 do mês corrente. As obras a arrematar são as seguintes:

> 1.ª Conclusão da obra de pedreiro da capella-mor e degraos na casa da fabrica e sacristia, sendo a base da licitaçaõ na quantia de 486$000;
>
> 2.ª Obra de carpintaria nas referidas capella-mor, sacristia e casa da fabrica, sendo a base da licitaçaõ na quantia de 669$000;
>
> 3.ª Obras de caleador, idem, idem …. 247$000 [1479].

[1477] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 50.
[1478] *Idem*, fls. 53 v.-54.
[1479] *Idem*, fl. 54.

De assinalar, entre as condições para a arrematação, a exigência de conhecimentos técnicos, realização de um depósito provisório, compromisso de cumprimento do projeto – as peças desenhadas e escritas podiam ser vistas no local da arrematação -, execução da obra no prazo de 4 meses e caução de 10 % feita na Caixa Geral de Depósitos [1480].

Realizada a arrematação, constatou-se a inexistência de interessados na obra de pedreiro e a adjudicação da obra de carpinteiro a António de Miranda, de Barcelos, por 474$000 rs., a concluir dentro de quatro meses, empregando na obra «sómente madeira de castanho, empregando-se pinheiro da terra, unicamente, no faisco; o tecto será feito de guarda-pó, e, além disso, ripado; o desentulho para a obra do pavimento será feito á custa da junta, e não do arrematante, se esta condição merecer approvação superior». A obra de caiador foi entregue a Veríssimo da Silva Peixoto, de Braga, por 240$000 rs, que incluía o fornecimento de telha de Prado e o início da obra dentro de dez meses [1481].

A gestão dos bens do santuário e a realização das obras entravam numa nova fase, procedendo a Junta à rentabilização do património, como o aluguer de uma casa no fundo do terreiro – reservando a varanda e a sala do fundo aquando das festividades - [1482] e demandando os devedores que não liquidaram os juros [1483].

A 14 de junho, a Comissão Distrital autoriza a realização de novo auto de arrematação para as obras de pedreiro, o qual se veio a realizar no dia 11 de julho nos «quarteis de S. Bento», tendo comparecido apenas um concorrente, José Joaquim da Cunha, de Barcelos, que se comprometeu a executar a obra por 636$000 rs., mas sem o lageamento da capela-mor. Como este estava previsto no caderno de encargos, embora o arrematante assim não entendesse, a obra não foi adjudicada [1484].

Falhada mais uma tentativa de adjudicação da obra de pedreiro, a JP muda de estratégia e resolve adjudicar, não só a parte que faltava para concluir a obra da capela-mor, mas a totalidade, ou seja, nave incluída. Para o efeito, elaboram um novo orçamento suplementar, «e pelo presidente foi proposto que apresentava o orçamento supplementar para construçaõ de todo o Musteiro de S. Bento da Porta-aberta, segundo a planta respectiva», consumindo quase a totalidade das receitas, ou seja, 15:430$000 rs.: «fica um saldo de quinze contos quinhentos e quarenta e tres mil quatro centos e cecenta e nove reis, e a despesa para a ultimaçaõ do musteiro, e mais despesas, quinze contos quatro centos e trinta mil reis, fica de saldo cento e trese mil quatro centos e cecenta e nove reis» [1485].

O ano de 1882 termina sem que as obras para conclusão do novo templo tenham sido adjudicadas, por isso são incluídas no orçamento do ano seguinte [1486] cuja Junta passa a ser presidida pelo vogal José António da Costa Falances, embora se mantenham os mesmos elementos [1487].

A Junta tenta, de novo, a adjudicação das obras, começando pela conclusão da capela-mor e nave, que surgem em empreitadas separadas, e uma terceira para a terraplanagem do terreiro adjacente ao templo. Anunciado o auto de arrematação por edital de 7 de fevereiro, realizar-se-ia no dia 4 de março, contando com a presença do engenheiro Plácido de Vasconcelos Peixoto.

---

[1480] *Idem*, fls. 54 v.-55.
[1481] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 56-57.
[1482] *Idem*, fl. 58. A casa seria arrematada, na sessão de 11 de julho, por Francisco António dos Santos, da Seara, pelo valor anual de seis mil e cem reis. Cf. fl. 60.
[1483] *Idem*, fl. 58 v.
[1484] *Idem*, fls. 59-59 v.
[1485] *Idem*, fl. 62 v.
[1486] *Idem*, fl. 65 v.
[1487] *Idem*, fl. 67.

Infelizmente, apenas a obra de terraplanagem foi adjudicada a Manuel Martins Gonçalves, da freguesia vizinha de Vilar da Veiga, pela quantia de 499$000 rs.

A Junta, atribuindo a não arrematação da obra do novo templo a deficiências do projeto – elaborado, como vimos, em 1865 – e à falta de acompanhamento técnico, resolve suprir esta falha grave. Vejamos os argumentos aduzidos pelo presidente:

> (...) ponderando que, apesar da arrematação das obras do Novo Templo aber sido feita com a nassessaria publecidade, ninguem se apresentou para arrematar as obras de pedreiro, facto que em muito contraria a devoçaõ para com a imagem de S. Bento, por quanto os devotos que aqui concorrem de muitos pontos da provincia não vendo despender as esmolas e ofertas em honra do mesmo Santo, deixaõ de lhas ofertar na copia e proporçaõ que era uso e questume desde tempos emmemuriaes; nestas cerconstancias, entende a Junta ser urgente necescidade remuver quaesquer embaraço que se oponha ao fim desejado e parece-lhe que, entre os aludidos embaraços tem lugar importante a falta de direçaõ technica e admenistractiva das obras, falta que se tem notado desde que ellas começaraõ, pelo que deliberaraõ, por unanemidade, incarregar de dirigir as obras em questaõ, pessoa que esteja devidamente abilitada, devendo o aludido travalho começar pela retificaçaõ do projeto e do orçamento da obra, armunisando tudo de modo que as obras possaõ ser arrematadas, saptisfeitos e atendidos os desejos dos devotos e ampliado quanto possa ser a grandeza do culto de S. Bento [1488].

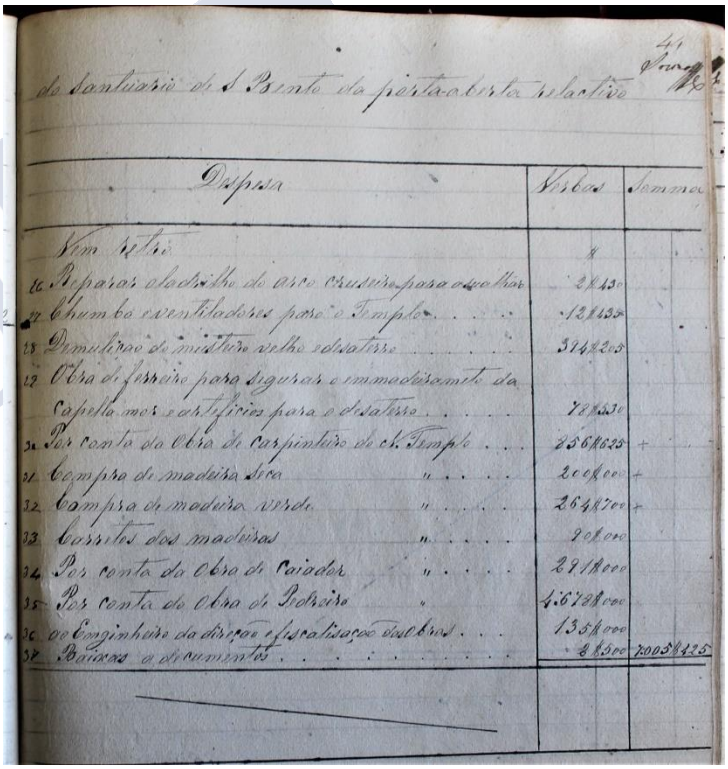
Esta medida surtiu os seus efeitos, tendo contratado o suprarreferido engenheiro Vasconcelos Peixoto, técnico da direção distrital de Obras Públicas, que não só procedeu a alterações no projeto, como introduziu uma nova metodologia no anúncio do auto de arrematação de uma obra com esta envergadura. Com o auto de arrematação marcado para o dia 30 de junho, utilizou a comunicação social publicando dois anúncios no jornal «Constituinte» dos dias 9 e 27 de junho de 1883. Ou seja, no princípio do mês, para quem quisesse e pudesse preparar a proposta, e três dias antes a lembrar o dia da arrematação. Além disso, difundiu a informação por todo o norte aumentando o leque de potenciais interessados. Concentrou no seu local de trabalho, em Braga, o processo administrativo, «as peças do projecto, tanto desenhadas como escritas, e as condições especiais d'estas empreitadas, podem ser vistas na repartição supra mencionada todos os dias não impedidos, desde as 9 horas da manhã até ás 3 da tarde». Em vez da habitual licitação verbal, optou pela entrega das propostas em carta fechada.

> **Sanctuario de S. Bento da Porta Aberta**
> - OBRAS DO NOVO TEMPLO. –
> Desde as 12 horas da manhã até á 1 hora da tarde do dia 30 do corrente mez, acceitão-se na Repartição districtal d'Obras Publicas de Braga propostas em carta fechada para a feitura das obras constantes das empreitadas abaixo transcriptas:
> 1.ª empreitada comprehendida entre a fachada principal inclusivé, e o arco cruzeiro, exclusivê. (…)
> Base de licitação, 13:300$000.
> 2.ª empreitada:
> Conclusão da obra de pedreiro da capella-mór e dos compartimentos annexos. (…)
> Base de licitação, 800$000 [1489].

[1488] *Idem*, fls. 68 v.-69.
[1489] Jornal «Constituinte» de 9 e 27 de junho de 1883.

Este anúncio permite-nos visualizar o que era obra feita e a obra por fazer, ou seja, do arco cruzeiro para nascente, estava concluído, havendo, porém, necessidade de alguns consertos - deficiências provocadas pela não inclusão, no auto de arrematação, da capela-mor, das casas da sacristia e da fábrica que funcionam como reforço do arco cruzeiro -, no arco e nas casas referidas; por outro lado, a construção da nave que, em muitas atas, aparece como «mosteiro».

Infelizmente, não temos a ata do auto de arrematação nem o próprio auto, uma vez que a Junta não reuniu por falta de quórum: «e pello presidente foi proposto que o mes passado não ouveraõ sessões por não [ter] comparcido numero de vogaes com que se pudesse faser» [1490]. A ata seguinte, de 19 de agosto, é omissa no que respeita ao nome do arrematante, bem como ao valor da adjudicação, apenas nos informa que, no dia 12 de agosto, a Junta tinha passado uma procuração ao «Ex.mo Sen.r Emginheiro Antonio Placido de Vasconcellos Peixoto com os poderes de faser a escriptura ao mestre pedreiro das obras de S. Bento athe a quantia que está orçada no orçamento do corrente anno ou no ultimo orçamento aprovado» [1491]. Partindo do pressuposto de que a escritura teria sido feita no mês de agosto ou seguintes, procurámos nos notários de Braga, Vieira do Minho, Amares e Terras de Bouro, mas não encontrámos a escritura desta adjudicação, embora o livro de receita e despesa registe a despesa de 67$500 rs. relativos ao pagamento «ao Emginheiro de 5 visitas a obra de S. Bento, por ordem da Commissaõ Exicutiva», durante o ano de 1883 [1492].


do Santuario de S. Bento da portaaberta inclusive

| Despesa | Obras | Summas |
|---|---|---|
| Vem [illegible] | | |
| 26 Reparos do cachilho do arco cruzeiro para a capella | 2$430 | |
| 27 Chumbo e ventiladores para o Templo | 12$430 | |
| 28 Demolição de mistura velha e desaterro | 31$200 | |
| 29 Obra de pedreiro para segurar e immadeiramento da capella mor e artifícios para o desaterro | 72$530 | |
| 30 Por conta da Obra de Carpinteiro do Templo | 256$825 | + |
| 31 Compra de madeira seca " | 200$000 | + |
| 32 Compra de madeira verde " | 264$700 | + |
| 33 Carretos das madeiras " | 20$000 | |
| 34 Por conta da Obra de Caiador " | 291$000 | |
| 35 Por conta da Obra de Pedreiro " | 4:678$000 | |
| 36 Do Emginheiro da direcção e fiscalisação das obras | 135$000 | |
| 37 Baixos e documentos | 8$500 | 7:005$425 |

Fig. 40. Fac-simile do livro de contas da receita e da despesa da JP com as despesas da construção da capela-mor no ano de 1885. (Fonte: AISPA).

Posteriormente, viemos a descobrir que, em 29 de abril de 1884, a escritura ainda não tinha sido realizada, uma vez que os arrematantes, os «mestres Ignacio Joze Fernandes da Cunha e Joze Ribeiro de Souza», não quiseram «ultimar o contrato da arrematataçaõ» sem que lhes fosse cedida «a casa denominada quarteis de baixo e os fundos e cosinha dos quarteis de cima / a cusinha menos nos dias de festa / a fim de ali poderem alujar os seus offeciaes e farramentas necessárias para a factura da mesma obra». A Junta anuiu ao pedido «durante o tempo determinado no contrato d'arrematataçaõ para conclusaõ das mesmas obras» [1493]. De novo procurámos a escritura, mas, uma vez mais, as buscas foram infrutíferas. Sabemos, todavia, que, durante o ano de 1885, foram liquidados, por conta da obra de pedreiro do santuário de S. Bento, 4:678$000 rs. [1494].

[1490] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 71.
[1491] *Idem*, fl. 71 v.
[1492] **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa 1849-1895*, fl. 41.
[1493] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 80 v.-81.
[1494] **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa 1849-1895*, fls. 43 v.-44 (ano de 1885).

Como vimos, em 1882, a Comissão Distrital autorizou a Junta a retomar as obras do santuário. Apesar dessa autorização e dos saldos elevados (1882: 16.913$969 rs.; 1883: 17:607$960 rs.; e 1884: 18:985$950 rs.), a realidade é que, nestes três anos, apenas foram realizadas as seguintes despesas facultativas: 1882: «um cofre para as esmolas de S. Bento – 9$000 rs.» [1495]; 1883: pagamento ao fiscal da obra de S. Bento – 67$500 rs. [1496]; 1884: «Anuncios e editaes para arrematação da obra de S. Bento, e não arrematação – 10$000rs. [1497]. Estranha-se, no entanto, que nem sequer estejam registadas obras de manutenção dos edifícios, o que deixa antever que algo de anormal se passava [1498].

### 5.3.9. Sexta polémica: «a pasquinada», uma questão política (1883)

Com o fim do ano, cessava o mandato da Junta, estando as eleições previstas para 18 de novembro, dia que coincidia com a sessão da Junta, a qual não se realizou, como referido na ata de 2 de dezembro: «E propos o presidente que a sessaõ ordinaria do mes passado não se fez porque foi dia determinado dos votos de parochia e não se chigou a fazer a eleiçaõ por causa da oposição» [1499]. A justificação é curta, mas bastante elucidativa, pois acrescenta à instabilidade financeira uma vertente política [1500], o que não é de admirar conhecendo o passado do pai dos irmãos Pinto Guedes (um padre e outro advogado) que, como vimos, era suspeito de má administração dos dinheiros de S. Bento enquanto presidente da Junta de Paróquia.

Esperava-se que o início do ano trouxesse a eleição de uma Junta que pacificasse a situação e, finalmente, concluísse as obras de S. Bento. O que constatámos foi um interregno nas sessões da Junta entre 16 de dezembro de 1883 – em que nada foi deliberado - e 3 de fevereiro do ano seguinte, justificado de um modo muito simples: «naõ ouveraõ sessões no mes de Janeiro por causa das eleições da Junta de parochia» [1501]. Daqui se depreende que a situação não era pacífica entre a Junta e os Pinto Guedes, com implicações na vida paroquial.

Aquando da aprovação do orçamento para 1884, com uma receita de 3:477$286 rs. e uma despesa de 777$100 rs. - insignificante para as obras necessárias - , a Junta, consciente de que se avizinhavam tempos conturbados, incluiu uma verba «para pleitos, que vem a ser para demandar os irdeiros de ex-thesoureiro da junta de parochia Antonio Joze Gonçalves pela quantia que verça do libro de contas / assignadas por elle / e tambem o tesoureiro actual por algum desfalque que existe no cofre» [1502]. Convém recordar que o tesoureiro atual, Domingos Antunes, se justificara dizendo que entregara parte do dinheiro ao presidente da Comissão do

---

[1495] **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa 1849-1895*, fl. 40.
[1496] *Idem*, fl. 41.
[1497] *Idem*, fl. 42.
[1498] A ata da sessão extraordinária de 14 de outubro de 1883 refere que a Junta deliberou «concertar a casa para a escola por se achar imcapas, por ser [sic] falta de lus e estar arroinada». Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 74 v.
[1499] *Idem*, fl. 76.
[1500] Anos mais tarde, em 1902, o Pe. Pinto, a propósito da questão que o opunha ao abade Dias de Freitas, escreveria: «Pois um dos governadores civis, que se fundou no accordão de 1884, apesar de ser da mesma côr politica do snr. abade (…)», **in** «O Correio do Minho» de 5 de agosto de 1902.

Veja-se, também, o jornal «A Palavra» de 12 de setembro de 1902: «**Gerez, 10**. Rio Caldo tem como Pastor um Padre illustrado e exemplar na verdade; mas os partidos da rotação debatem-se ali, inutilisando uma grande parte dos rendimentos do Sanctuario, só por meros caprichos politicos e interesses pessoaes, gastando-se verbas avultadas em obras feitas sem plantas, nem criterio, tendo só por fim escarnecer dos mezarios transactos, escandalisando com tal procedimento a moralidade publica e a religião santa.

Só a energica correcção e alta intelligencia do Prelado Bracarense poderá pôr termo a taes desmandos, de harmonia com o chefe do districto, seja elle quem fôr. É este o sentir dos sinceros patriotas e dos verdadeiros catholicos, pois que urge pôr termo a escandalos d'esta ordem, que arrasta um povo, como o de Rio Caldo, á descrença religiosa e a desmoralisação. – Deus se amerceie d'elle e de nós todos, taes são os nossos ardentes votos. – D. V.»
[1501] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 76 v.
[1502] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 77 v.

Santuario, António Pinto Guedes, para este pagar os trabalhos de construção da capela-mor e que este não lhe entregara documento válido. Por isso, ia pedir-lhe o dinheiro de volta [1503].

É neste contexto que o Pe. José Pinto Guedes, professor de instrução primária na freguesia, abandona a regência sem dar qualquer satisfação à Junta ou à Câmara Municipal, a qual, em reunião de 18 de março, decide aplicar-lhe a pena de suspensão por trinta dias com perda de vencimento:

> Em seguida pela camara foi deliberado que, em virtude d'um officio recebido da delegacia parochial escolar da freguezia de Riocaldo, com data de dezasseis do corrente, no qual declara que o proffessor da escola alli José Antonio Silverio Pinto Guedes abandonara a escola desde o mez de janeiro proximo preterito, e foi deliberado digo que, em vista d'isto se oficiasse á junta escolar afim de que informe esta camara sobre a pessoa que está nos casos de reger a mesma escola interinamente, visto que se deliberou suspender o professor effectivo por trinta dias sem vencimento, o que ao mesmo se deve participar [1504].

O Pe. Pinto resolve, então, apresentar a sua demissão, que lhe é concedida pela Câmara Municipal em 6 de maio [1505].

Foi por altura destes factos que apareceu pregada numa oliveira, junto da «Casa do Pinto» que andava em obras, uma estampa de S. Bento com uns versos que correriam o país de lés-a-lés - aos quais o Pe. Pinto chamou «pasquinada» [1506] - de que nos dá conta Molho de Faria:

> Um seu inimigo [do Pe. Pinto Guedes, tio], muito pela calada noite – talvez altas horas da noite – foi pregar-lhe, numa oliveira, à porta do solar, uma estampa de S. Bento em que se liam os seguintes versos:
> «Que estás aqui a fazer Bento?»
> - Estou a tomar conta do meu convento;
> «Mas ele não é teu?»
> - Mas é feito com dinheiro meu! [1507].

[1503] No processo de apuramento de responsabilidades, foram envolvidos o pai e o tio do Pe. Pinto Guedes e do dr. Clemente Pinto Guedes, tendo sido este a fazer a defesa dos mesmos. Cf. **ADB**, *Governo Civil*, Comissão distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, RC, contas dos anos de 1857/58 a 1881, fl. 18: «1.º - Que os accordãos de 19 de desembro de 1884 e do 1.º d'agosto do mesmo anno nunca foram intimados aos ditos pai e tio do reclamante, e por isso não podem ser senão considerados como provizorios o que dá motivo a poder fazer-se agora a presente reclamação». Esta argumentação seria rebatida pelo relator do Tribunal Administrativo em 11 de novembro de 1890: «vendo-se por isto muito claramente que o alludido accordam do 1.º de agosto – provisorio – foi não sómente intimado e reclamado pelo proprio tio d'aquelle Bacharel Clemente Jose Silverio Pinto Guedes; e que foi sobre essa impugnação e reclamação que veio a recair o accordam defenitivo do mesmo Conselho de Districto de 19 de desembro de 1884, cuja execução se promove nestes autos». *Idem*, fl. 186.

[1504] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 8* (1882-1884), fl. 75.

[1505] *Idem*, fl. 77 v.: «Um requerimento do professor de Riocaldo, José Antonio Silverio Pinto Guedes, em que pede a sua demissaõ, e a camara deliberando resolveu que se lhe desse a demissaõ pedida e, depois de ouvida a junta escolar n'esta data, deliberou que se nomeasse temporariamente para proffessor na dita escola Antonio Vieira Borges, da mesma freguesia, e que n'este sentido se lhe oficiasse».

[1506] Veja-se o já citado artigo do Pe. Pinto, **in** «O Correio do Minho» de 5 de agosto de 1902: «E tenha cuidado ao mesmo tempo: (…) b) De não evidenciar que fosse a mesma junta de 1882 que, por systema oupor mal de origem, mais concorreu para fazer acreditar n'um pasquim, quando maliciosamente declarou nas contas que não existia em seu poder o saldo anterior a 1860, na importancia de 4 contos, querendo assim embrulhar na responsabilidade a familia visada na velha manha da pasquinada, emquanto a dita junta fazia as mencionadas contas na casa d'um tesoureiro, que era devedor de mais de um conto de reis d'aquelle saldo, e que só em 1886 entrou com 480$890 reis».

[1507] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 90.

Estes versos [1508], que tanta polémica deram e tantas explicações obtiveram da parte do Pe. Pinto, foram publicados na edição de 15 de julho de 1902, do jornal «A Voz Publica» [1509], com a informação seguinte: «dizem que estes versos são devidos á veia poetica do antigo medico cirurgião dr. Bento da Ponte, que, em horas vagas de sangrias e purgantes, tambem exercia, por esses tempos, o ingrato mister de moralista»[1510]. O comentário do Pe. Pinto não é menos curioso: «Sim, foi o tal Bento da Ponte, serurgião da escola de Barcellos, Doutor não; mas basta saber que tinha sido excluído de tesoureiro da Junta de Parochia, e isto basta» [1511]. Bento José Dias, morador no lugar da Ponte, tinha sido nomeado tesoureiro da Junta pelo tio do Pe. Pinto, então presidente, em 12 de agosto de 1855 [1512].

Passados oito anos da publicação da quadra pelo jornal «A Voz Publica», a edição de 2 de março de 1910 do jornal «A Palavra» transcreve-a - embora com outro enquadramento, não escrita numa estampa, mas colocada na própria imagem de S. Bento: «um dia, um engraçado qualquer retirou o Santo do altar e foi collocá-lo á porta do palacete de um mesário, com este letreiro» - e acrescenta: «E o palacete era feito realmente com o dinheiro de S. Bento, segundo dizem. Ora era necessario que um dia o povo fosse também até Lisboa, entrasse no parlamento, e dissesse a mesma coisa aos *mesarios* da nação» [1513]. Embora o articulista visasse, com a crónica, o palácio de S. Bento e seus ocupantes, o Pe. Pinto não o deixou sem resposta. No seu «livro», faz um comentário em que historia todo este processo e tece uma série de considerações ao autor da quadra:

> A pasquinada, aliás, apareceu andando em construção uma metade da parte sul da casa que foi feita anos depois da parte norte onde está a era na padieira [1849]. A 2.ª metade da parte sul foi feita aí por 1880 a 1882. A pasquinada apareceu pregada numa oliveira e nenhuma oliveira existia do lado norte, mas sim existia do lado da parte sul, oliveira que eu ainda me recordo e que foi cortada quando da construção da 2.ª parte.
>
> O autor da pasquinada foi Bento J.e Dias, um curandeiro da escola de Barcelos. Tão maus fígados tinha que para se vingar de meu pae, comprou um cavalo malhado (pinto) para dizer e gavou-se [*sic*] que andava a cavalo no pinto. Mão oculta botou o cavalo da ponte ao rio e morreu afogado. Este curandeiro, como um cão danado mordesse um filho, sangrou para assim o matar! [1514].

---

[1508] Como temos analisado, as polémicas com a administração dos dinheiros de S. Bento já vêm de longe e, inclusive, foram referenciados pelo grande etnógrafo português José Leite de Vasconcelos a páginas 848 do segundo volume de *Contos Populares e Lendas*. Refere, a propósito do santuário de São Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo, o seguinte: "Conta-se no Gerês a seguinte anedota: um mesário roubou dinheiro ao santo e fez com ele uma boa casa. Um gracioso fez-lhe estes pasquins, pregados no portal da casa:

- Que fazes aqui, São Bento?
- Stou a guardá-lo meu convento.
- Mas ele não é teu...
- Mas foi feito com dinheiro meu".

Como veremos, a estas polémicas não são alheias as forças políticas que se iam digladiando. Primeiro miguelistas e liberais; progressistas e conservadores a seguir; republicanos e monárquicos por fim.

[1509] A quadra publicada apresenta alterações ligeiras: «Que fazes aqui, S. Bento? / - Estou a guardar este convento. / Mas este convento não é teu... / - Mas é feito com dinheiro meu". Outra variante foi publicada, nos dias 2 e 9 de março de 1910, pelo jornal «A Palavra»: «- Que fazes ahi S. Bento? / - Estou no meu convento. / - Esse convento não é teu. / - Mas é feito com dinheiro meu".

[1510] Arquivo «Dr. Domingos Alves»: PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (s/d): *O. c.*, fl. 2.

[1511] *Ibidem.*

[1512] Alegou, como motivos para a renúncia, já ter «servido mais de coatro anos o dito emprego que hera e padecia varias molestias, que tinha cinco filhos (…)». Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 41 v.

[1513] Cf. «A Palavra» de 2 de março de 1910.

[1514]Arquivo «Dr. Domingos Alves»: PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (s/d): *O. c.*, fls. 33-34.

### 5.3.10. Clarificação do património e transparência nas contas

A clarificação do património do Santuário e a transparência nas contas, refletida nos investimentos que se faziam a medo, eram duas preocupações da Junta em exercício de funções – agora com um novo vice-presidente, Manuel Joaquim Dias dos Santos, por escusa de José Maria da Costa motivada por «mulestia cronica» [1515]. Em relação à primeira, aquando do juramento dos novos membros, foi realizado, pela primeira vez, um **auto de entrega** dos bens existentes em cofre guardado na casa do tesoureiro, Domingos Antunes, no lugar da Seara:

> Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos oitenta e quatro, aos dezaceis dias do mes de março, no lugar da Siara Casas do thesoureiro desta Junta aonde se reuniu a mesma Junta, composta do presidente, Joze Antonio da Costa Falances, e os vogaes, Domingos da Costa Lopes, Bernardino Manoel Gonçalves, Francisco Antunes e Antonio Antunes, a fim de examinar o que existia em cofre para faser entrega aos novos vogaes da Junta, Antonio Joze da Costa e Manoel Joaquim Dias dos Santos; e depois de examinado o cofre, vereficou-se estar nelle o seguinte, um conto nove centos vinte e sete mil e oitenta reis, entrando a esta conta, em prata antiga, a quantia de quarenta e seis mil, duzentos e setenta reis, e e em prata estrangeira, quatro mil e secenta rs., e os obgetos seguintes, uma perna de prata, um menino de prata, um peito perfumado, um bezerro de prata, uma curona de ouro, um curação de prata, um embigo de prata, um ôlho de ouro, um cordaõ de ouro, um par de pelicanos de ouro, e nada mais continha o dito cofre, e emquanto a esta parte é do que daqui para o feturo se tornaõ responsaveis os novos vogaes, e porque o dia vai acabando e não á tempo para mais, ficou adiada para outro dia a entrega do resto [1516].

Quanto à segunda preocupação, convocaram os devedores a S. Bento para comparecerem, no dia 15 de junho, na sala das sessões, «para lhes pedirem o dinheiro a fim de elles entrarem com o dinheiro em cofre para ocorrer as despesas da obra, e os devedores compareceraõ hoje e fes-se-lhe essa fala, e foi deliberado esperarem pelo dinheiro aquelles que se vencia ate Janeiro, para o mesmo Janeiro, e aqueles que se vencia depois de janeiro, darem-no no dia do vencimento» [1517]. Em relação aos tesoureiros, tendo em conta o «facto de se precisar dos dinheiros para as obras do Templo de S. Bento», deliberam chamar, com urgência, os herdeiros de António José Gonçalves, uma vez que este já tinha falecido, e o tesoureiro atual, Domingos Antunes, a exercer funções desde 1860, «o qual, pelo balanço que se deu no cofre, foi encontrado alcançado na quantia de cinco contos quinhentos trinta e seis mil quinhentos e quinze reis de que dispos sem a devida autorizaçaõ, e como nem este nem os herdeiros do antecedente se tem prestado a voluntariamente darem contas á corporaçaõ nem emtrarem em cofre com os seus importantes alcances; é indispensavel chamal-os [*sic*] a contas judeciaes» [1518].

Para efeitos de procedimento judicial, a Junta requer ao governador civil autorização para demandar os gerentes dos rendimentos do santuário entre os anos de 1859 e 1881.

O Conselho de Distrito, na sequência do pedido efetuado pela JP e após a análise das contas da Junta entre os anos de 1857/58 e 1881, aprova um acórdão em que, apesar de reconhecerem dificuldades no apuramento das responsabilidades de cada uma das Juntas administradoras dos bens de S. Bento ao longo de mais de 20 anos, consideram que esse apuramento tem de ser feito do «modo que mais justo pareça, à falta de elementos seguros, que a irregularidade e a pouca

[1515] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 78 v.
[1516] *Idem*, fls. 79-79 v.
[1517] *Idem*, fl. 82 v.
[1518] *Idem*, fl. 83 v.

clareza no lançamento das contas dão», pelo que «julgam definitivamente» as contas e condenam os membros da Junta a restituírem os saldos seguintes [1519]:

**Quadro n.º 12. Síntese dos responsáveis nos termos do acórdão do Conselho de Distrito de 19 de dezembro de 1884.**

| Ano | Condenação | Gerentes |
|---|---|---|
| 1857-1858 | 3:492.678 rs. | José António Sivério Pinto Guedes |
| 1858-59 | 597.040 rs. | José António Sivério Pinto Guedes |
| 1859-60 | 57.952 rs. | (Não apurado) |
| 1860-61 | 777.375 rs. | Hilário Coutinho, herdeiro e representante de António José Gonçalves |
| 1861-62 | 712.200 rs. | Hilário Coutinho, herdeiro e representante de António José Gonçalves |
| 1862-63 | 660.200 rs. | António Anunes, herdeiro e representante de António José Gonçalves |
| 1863-64 | 734.790 rs. | António Anunes, herdeiro e representante de António José Gonçalves |
| 1864-65 | | João Batista da Silva, a rogo de António Joaquim Dias da Costa, e João Fernandes da Silva Rego |
| 1865-66 | 609.740 rs. | João Batista da Silva, a rogo de António Joaquim Dias da Costa, e João Fernandes da Silva Rego |
| 1866-67 | 649.701 rs. | Hilário António Coutinho, a rogo de António Alexandre Ribeiro, e João Fernandes da Silva Rego |
| 1867-68 | 597.700 rs. | Hilário António Coutinho, a rogo de António Alexandre Ribeiro, e João Fernandes da Silva Rego |
| 1868-69 | 655.093 rs. | António José Sivério Pinto Guedes e Joaquim Severino d'Araújo Ribeiro |
| 1869-70 | 712.980 rs. | António José Sivério Pinto Guedes e Joaquim Severino d'Araújo Ribeiro |
| 1870-71 | 614.040 rs. | Francisco da Silva e Domingos José Ribeiro |
| 1871-72 | 756.304 rs. | Francisco da Silva e Domingos José Ribeiro |
| 1872-73 | | Domingos da Costa Lopes e Domingos Manuel Pereira |
| 1873-74 | 754.331 rs. | Domingos da Costa Lopes e Domingos Manuel Pereira |
| 1874-75 | 800.591 rs. | António Vieira Borges e Bento Manuel Fernandes |
| 1875-76 | 1.073.431 rs. | António Vieira Borges e Bento Manuel Fernandes |
| 1876-77 | 1.223.261 rs. | António Vieira Borges e Bento Manuel Fernandes |
| 1877-78 | 1.369.211 rs. | António Vieira Borges e Bento Manuel Fernandes |
| 1878-79 | 1.414.510 rs. | António Antunes, Domingos da Costa Lopes, Bernardino Manuel Gonçalves, Francisco Antunes, José António da Costa Falances |
| 2.º semestre de 1879 | 1.199.611 rs. | António Antunes, Domingos da Costa Lopes, Bernardino Manuel Gonçalves, Francisco Antunes, José António da Costa Falances |
| 1880 | 1.401.776 rs. | António Antunes, Domingos da Costa Lopes, Bernardino Manuel Gonçalves, Francisco Antunes, José António da Costa Falances |
| 1881 | 1.570.442 rs. | António Antunes, Domingos da Costa Lopes, Bernardino Manuel Gonçalves, Francisco Antunes, José António da Costa Falances |

Este é um processo que se vai arrastar por vários anos, inclusive com recurso para o Tribunal de Contas que, por acórdão de 23 de janeiro de 1892, dá provimento ao recurso e manda proceder a novo julgamento das contas por parte do Conselho de Distrito, o que faz com que o processo volte à *estaca zero*. A Comissão Distrital, por extinção do Conselho de Distrito, analisa as contas e, por acórdão de 10 de janeiro de 1900, apura o montante a reembolsar no total de 15:309$016 reis, o que a JP de Rio Caldo não aceita e impugna o acórdão da Comissão Distrital que é obrigada a rever a sua posição. Finalmente, passados dezasseis anos do seu início,

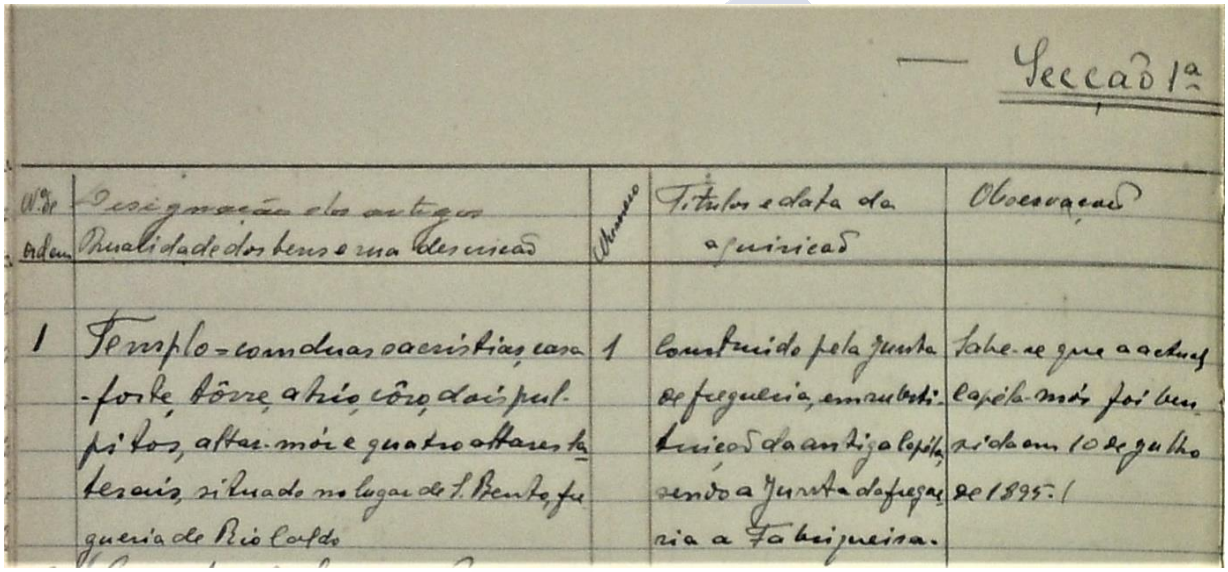
[1519] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817.

este processo é dado por concluído, uma vez que a Comissão Distrital aceita a posição da JP que declarara não aceitar mais do que a responsabilidade de 6:951$068 reis [1520].

Entretanto, na reunião de 18 de junho, menos de um mês antes da sagração da capela-mor do novo templo, o tesoureiro Domingos Antunes é exonerado do cargo: «que em vista deste alcance, esta Junta deu encerradas as presentes contas e exunerou a elle thesoureiro do cargo que exercia e o intimou para, no praso de 30 dias, a contar do dia de hoje, entrar no cofre desta parochia com a importancia do dito alcance ou a aciguralo por meio de ipoteca legal devidamente resistada» [1521], situação com a qual o tesoureiro concordou. Passados três meses, a Junta nomeia um novo tesoureiro, Joaquim Severino d'Araújo Ribeiro, do lugar da Seara, próximo do santuário [1522].

### 5.3.11. Sagração / bênção da capela-mor do novo templo de S. Bento

A sagração da capela-mor do novo templo de S. Bento terá ocorrido na véspera da festa da Trasladação das Relíquias de S. Bento, a 10 de julho de 1885, não obstante encontrarmos, num livro de inventário, uma referência ao ano de 1895, como podemos ler em *Observações*: «Sabe-se que a actual capéla-mór foi benzida em 10 de Julho de 1895» [1523].



Secção 1ª

| Nº de ordem | Designação dos antigos Qualidade dos bens e sua descrição | Numero | Titulos e data da acquisição | Observações |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Templo - com duas sacristias, casa - forte, tôrre, adro, côro, dois pulpitos, altar-mór e quatro altares laterais, situado no lugar de S. Bento, freguezia de Rio Caldo | 1 | Construido pela junta de freguezia, em substituição da antiga capella, sendo a Junta defesa pela Fabriqueira. | Sabe-se que a actual capéla-mór foi benzida em 10 de julho de 1895. |

Fig. 41. Fac-simile do verso da folha 16 do livro de inventário da ISBPA (1908-1950).

Trata-se, certamente, de um lapso, já que, em 6 e 8 de agosto do ano referido, o «Commercio do Minho» anunciava a grande romaria de agosto, com quatro bandas de música e o Santo a ser venerado «no seu novo templo, ha pouco concluido»:

> **Festividade de S. Bento da Porta Aberta**
>
> Realisa-se nos dias 10, 11, 12, 13, 14 e 15 de agosto, na freguezia de Rio Caldo, a romaria de S. Bento da Porta Aberta, que se venera no seu novo templo, ha pouco concluido.
>
> No local da festividade tocarão durante estes dias quatro bandas de musica.
>
> No dia 13 haverá uma vistosa illuminação, fogo do ar e musicas.
>
> Os festeiros tencionam fazer esta romaria com o máximo esplendor e solemnidade superior á dos annos antecedentes.

[1520] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817, RC, contas dos anos de 1857/58 a 1881.
[1521] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 4.
[1522] *Idem*, fl. 5 v.
[1523] **AISBPA**, *Livro do inventário* (1908-1950), fl. 16 v.

> Espera-se uma concorrencia extraordinaria de romeiros de todos os pontos do Minho [1524].

O cónego Molho de Faria é mais preciso, referindo «uma acta lavrada, consoante ordenara Sua Exc.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz», cuja fonte não cita – aliás, praticamente não identifica as suas fontes, com exceção do arquivo da «Casa de Araújo», em Rio Caldo -, onde historia a bênção da capela-mor do novo templo:

> É de notar que foi neste ano de 1885 que teve lugar a bênção da capela-mor do novo Santuário de S. Bento da Porta Aberta. (…)
>
> Foi a 8 de junho que o Senhor Arcebispo Primaz concedeu licença ao Presbítero João Martins de Faria, Arcipreste de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, para o representar.
>
> Por motivo de doença, não pôde estar presente – e, por isso, delegou no Abade de S. João da Cova, Pe. José Bento Vieira de Campos, para benzer a capela-mor. Assim consta do ofício de 6 de Julho de 1885. (…)
>
> Destarte, a 10 de Julho, às 9 horas da manhã, procedeu-se à cerimónia litúrgica, seguindo-se em tudo o ritual de Paulo V. Houve também uma bela e comovente procissão, levando-se em triunfo o glorioso S. Bento para o seu novo trono [1525].

Não se compreende, ou pelo menos estranha-se, que um acontecimento desta natureza não tivesse a repercussão esperada. É verdade que a obra do Santuário se encontrava a meio, mas, ainda assim, merecia outra divulgação. Este facto explica-se pela situação vivida, quer no interior da Junta – com a exoneração do tesoureiro - , quer no relacionamento com outros órgãos de tutela como a Administração do Concelho e o Governador Civil. Verificámos, também, que o presidente da Câmara, na reunião de 2 de junho, tinha pedido uma suspensão por 60 dias [1526], evitando, assim, ser confrontado com situações menos cómodas [1527].

### 5.3.12. Segunda sindicância à Junta de Paróquia de Rio Caldo (1887)

O contexto em que se procedeu à bênção da capela-mor do novo templo foi de uma «paz podre» em que primavam as desconfianças e acusações, levando à ausência das autoridades institucionais. Não nos surpreende, por isso, que, em 25 de fevereiro de 1887, o governador civil tenha ordenado uma nova sindicância às contas da JP no que às obras respeitava.

O relatório de contas do ano de 1885 apresenta despesas que ultrapassam os oito contos de reis, muitas das quais sem documentação de suporte. Certamente que a azáfama da conclusão da 1.ª fase do Santuário, tendo em vista a «inauguração", terá levado à execução de muitas obras por administração direta, cujas despesas vemos no quadro seguinte:

**Quadro n.º 13. Despesas pagas no ano de 1885.**

| Data de aprovação | Designação da obra | Data de adjudicação | Adjudicatário | Valor: |
|---|---|---|---|---|
| | Reparar o arco cruzeiro no novo Templo de S. Bento | | | 56.790 rs. |
| | Reparar o ladrilho do arco cruzeiro para soalhar | | | 2.430 rs. |

[1524] «Commercio do Minho» de 6 e 8 de agosto de 1885.
[1525] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, pp. 110-111.
[1526] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 9* (1884-1886), fl. 29.
[1527] 113 anos mais tarde [1998], aquando da sagração da nova cripta de S. Bento da Porta Aberta, o presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, José António de Araújo, recusou-se a participar no ato em virtude de a obra ainda não se encontrar licenciada, tendo delegado a sua representação no vice-presidente, António José Ferreira Afonso.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Chumbo e ventiladores para o Templo | | | 12.435 rs. |
| | Demolição do mosteiro velho e desaterro | | | 394.205 rs. |
| | Obra de ferreiro para segurar o emadeiramento da capela-mor e artifícios para o desaterro | | | 78.530 rs. |
| | Obra de carpinteiro do novo Templo | | | 856.625 rs. |
| | Compra de madeira seca | | | 200.000 rs. |
| | Compra de madeira verde | | | 264.700 rs. |
| | Carretos das madeiras | | | 90.000 rs. |
| | Por conta da obra de caiador | | | 291.000 rs. |
| | Por conta da obra de pedreiro | 30-6-1883 | Ignacio Joze Fernandes da Cunha e Joze Ribeiro de Souza | 4:678.000 rs. |
| 4-3-1883 | Direção e fiscalização da obra | | Eng. Plácido de Vasconcelos Peixoto | 135.000 rs. |
| | Compra de madeira seca, 169 dúzias e 3 tábuas a 6.500. | | | 1:100.000 rs. |

No AISBPA, existe um livro destinado, segundo o termo de abertura que não tem data nem está assinado, ao registo «da receita e despesa de S. Bento da Porta Aberta, principiando em 1860 a 1880». Apresenta, na capa, um papel colado com a referência «Livro falcificado». Encontra-se anotado pelo Pe. Pinto Guedes (sobrinho) com comentários nada canónicos, como o da primeira página: «Este livro está rasurado em toda a numeração. Que pandigos! Pe. Pinto Guedes», o que nos leva a supor ter sido ele quem o denominou «Livro falcificado». Este livro contém informações interessantes, como a indicação da existência de uma comissão que administrava os bens do santuário cujo secretário era o abade de S. João da Cova [1528] e a referência a uma sindicância à gestão da fábrica do santuário realizada em 1887, uma anotação posterior e da lavra do Pe. Pinto:

> A syndicancia de 25 de fevereiro de 1887 não notou que este livro está viciado na numeração com rasuras. Descreve-o em 4 logar como escripto até esta folha [11] e as restantes em branco. Vide esta syndicancia.
>
> Este livro bem como o livro da Conta, em papel sellado, até 1881, são os mesmos punhos que escrevem o livro de contas com o termo de abertura de 31 d'agosto de 1850, onde estaõ todas as contas até 1895. Isto é, quem escreveu este livro foi quem lançou as contas de 1860 a 1881 no livro de 31 de agosto de 1850 [1529].

Trata-se, na verdade, de uma duplicação do livro de contas de 1858 a 1895, que introduz algumas correções sobretudo em relação à receita. Pensamos que foi elaborado na sequêncida da sindicância que detetou vários erros no outro.

Data de 8 de fevereiro de 1887 o alvará do governador civil que ordena ao administrador do concelho de Terras de Bouro, Manuel Joaquim Leite Ribeiro, a realização de uma sindicância à gestão dos bens do santuário de S. Bento da Porta Aberta por parte da Junta da Paróquia de Rio Caldo. Iniciada a 25 e realizada na morada do secretário da JP, António Vieira

[1528] **AISBPA**, *Livro falsificado* (1860-1881), fl. 1 v., nota a): «Declara-se que o saldo d'este anno e bem assim o do anno antecedente, apenas consta do respectivo livro d'aquelle tempo, e d'um apontamento que existe em poder do ex-secretario da commissaõ d'aquelle tempo, o R.do Abb.e de S. Joaõ da Cova».
[1529] *Idem*, fl. 11.

Borges, apenas seria terminda a 14 do mês seguinte, sendo as conclusões penalisadoras para a JP:

> Que a junta tem administrado mal e prejudicado os bens do Sanctuario, esta plenamente demonstrado, pois que tendo a obra de carpinteiro da capella-mor sido arrematada em praça pela quantia de quatro centos setenta e quatro mil reis, a mesma junta, sem apresentar razaõ alguma, rescindiu o contracto com o licitante, e sem auctorizaçaõ, foi gastar, na mesma óbra, a quantia de dous contos quinhentos sessenta mil cento e vinte e cinco reis.
>
> Ficando desta forma prejudicados (…) os fundos do Sanctuario na quantia de dous contos oitenta e seis mil cento e vinte e cinco reis. Com a obra de caiador, orçada em dusentos quarenta e sete mil reis, gastou a junta a quantia de dusentos noventa e um mil reis, prejudicando o Sanctuario na quantia de quarenta e quatro mil reis (44$000 reis).
>
> O arrendamento da casa no valor de seis mil reis (6.000 reis), por anno, não figura em livro algum das contas da receita e despeza.
>
> Que a junta alterou a planta fica demonstrado, não só por substituir o lageamento da capella-mór por madeira, como tambem porque nos altares se tiraram quarenta e cinco centimetros a cada um, vindo por conseguinte a faltar ao comprimento noventa centimetros; o mostrador do relogio, que na planta está circundado por uma silva, está liso, e que tambem faltaram as estrellas que deviam ter os frizos na frente, o que tudo consta da planta.
>
> Que a junta se tem servido dos dinheiros do Sanctuario, para servir afilhados, é ella mesma quem o confessa, como consta do livro de inventario a folhas dois verso – que diz – Dinheiro emprestado sem juro nem documentos – quinhentos, vinte mil, digo, quinhentos vinte e cinco mil seis centos e treze reis.
>
> Que a junta tem dado dinheiro a juro, sem as devidas garantias, está demonstrado pelas letras encontradas, naõ só por lhe faltarem as legalidades devidas, como tambem por naõ terem sido protestadas, naõ obstante estarem vencidas.
>
> Não figurando no inventario taes documentos, o que prova que saõ negocios de compadrio.
>
> Além de todas estas irregularidades, a junta tem praticado muitas outras: na festividade que teve lugar em julho do ano de 1885, assistiram quatro musicas, quando no livro das contas figura a verba de treze mil e quinhentos reis, importe da musica daquelle anno.
>
> Com todas as outras despezas se dá o mesmo, figuram no livro de contas, despezas muito menores do que aquellas que foram feitas.
>
> A escrituraçaõ é o mais irregular possivel, de todos os livros que a junta apresentou, apenas tres se podem considerar regulares, que saõ: dous livros de atas das sessões, um livro de contas, com termo de abertura e encerramento, numerado e rubricado pelo administrador do concelho de Santa Martha de Bouro, todos os outros naõ saõ legaes, acrescendo alem disso, estarem metade em branco, sem termo de abertura e sem rubricas.
>
> Não se comprehende mesmo a razaõ porque [*sic*] a junta tem mais do que um livro de contas, a não ser para encobrir algum desfalque.
>
> É notavel a junta naõ ter um livro por onde se possa averiguar a receita do Sanctuario, existe um, onde apenas, digo, onde unicamente consta a receita liquida, e isto talvez como fim de fazerem maiores despezas como effetivamente tem feito, do que aquellas para que pédem auctorizaçaõ.
>
> Resumo dos prejuizos do Sanctuario:
>
> - Com a obra de carpinteiro, reis 2.086$125
> - Com a obra de caiador, 44$000
> - Com o aluguer da casa, 6$000

- Com ordenado ao capelão, 100$000
- Com os juros das letras, 70$510
- Dinheiro sem documentos, 525$248
**Somma Reis:** **2.832$248**

Não apresentando a junta mais documento algum para examinar, deu elle administrador a syndicancia por terminada.

Rio Caldo, 14 de março de 1887 e sete.

O administrador syndicante, Manoel Joaquim Leite Ribeiro. O secretario, Manuel José Dantas [1530].

Segundo o sindicante, os prejuízos apurados ascendem a 2:832$248 rs., sendo o mais significativo o custo com a obra de carpintaria, adjudicada a António de Miranda por 474$000 rs., cujo contrato seria rescindido e a JP a gastar mais 2:086$125 rs.

Nesta sindicância, quando o secretário da JP é ouvido pelo sindicante, aquele omite a existência do primeiro livro de atas relativo aos anos de 1845 a 1863, já referido no livro do inventário dos bens próprios da JP com data de abertura de 20 de fevereiro de 1886 e inventário datado do dia seguinte[1531]. Julgamos que a razão para esta omissão radica na falta de inúmeras atas, o que constituiria mais uma prova de que a gestão do santuário foi feita *ad hoc* e sem a devida escrituração.

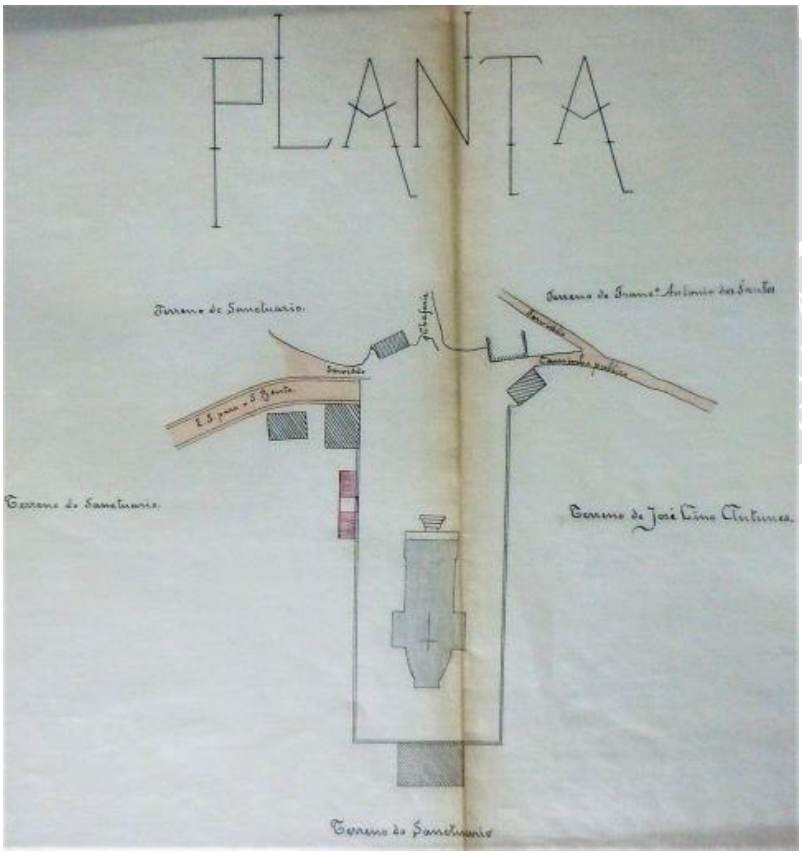



Fig. 42. Planta de implantação do Santuário e vias de acesso no ano de 1904. (Fonte: **ADB**).

Não sabemos por onde este livro andou, pois nem sempre é referido no inventário aquando da posse de uma nova junta. Devido às suas muitas lacunas e páginas em branco, ficámos na dúvida se não teria sido escrito depois da realização da sindicância.

Este ato inspetivo teve como consequência a preocupação da JP em tornar a gestão dos bens por ela administrados mais transparente, nomeadamente com uma escrituração pormenorizada, embora a

[1530] **AMTBR**, *Administrador do Concelho*, Juntas de Paróquia. Sindicância 1887, fls. 8-9 v.

[1531] Contém «descriçaõ das escripturas, titulos, e letras e maes quantias pertecentes a administraçaõ da Junta de parochia da freguesia de Riocaldo em sessaõ de 21 de fevereiro de 1886», bem assim a «descriçaõ da Inventa das alfaias pertencentes a esta Egreja parochial de S. Joaõ Baptista de Riocaldo feita em sessaõ do dia vinte e um de fevereiro de 1886». Inclui, ainda, a descrição das alfaias das capelas de S. Cristóvão, no lugar de S. Pedro, de Santa Luzia, em Matavacas, e do «Novo Musteiro de S. Bento». Cf. **AISBPA**, *Livro do inventário dos bens próprios da Junta de Freguesia de Rio Caldo (1886-1930)*, fls. 1 v.-5. Temos conhecimento da existência de um livro de inventário anterior, de acordo com a ata da sessão de 13 de agosto de 1878, mas não o encontrámos. Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 16 v.: «Propos mais elle presidente, e logo foi aceite, que todos os obgetos pertencentes a igreja e capelas fossem miniciosamente descriptos no livro da inventa, para em todo o tempo constar».

grande mudança apenas se venha a efetuar a partir de 1890, quando a presidência da autarquia é assumida pelo causídico Clemente José Silvério Pinto Guedes[1532] que, em 9 de março, propõe «a compra dos livros emdespensçveis a mesma Junta, para as rigularidades dos seus serviços e expediente» [1533], tais como:

- Livro de termos de arrematação e contratos;
- Livro de termos de inventário e sua revisão;
- Livro da conta e responsabilidade do tesoureiro;
- Livro para registo das dívidas ativas e passivas;
- Livro de registo dos orçamentos e contas;
- Livro de registo por extrato de toda a correspondência entrada;
- Livro de registo de toda a correspondência expedida;
- Livro do registo do teor dos alvarás expedidos pela Junta ou seu presidente, dos editais que se afixarem e do regulamento da administração paroquial.

Outra das consequências da sindicância foi o azedar das relações entre a JP e o administrador do Concelho. Em abril, aquando da tomada de posse dos novos membros, o presidente, António José da Costa, propõe que se peça ao adminsitrador do Concelho «uma relaçaõ dos vogaes da junta de parochia que ficaraõ apurados a fim de se lhe deferir o juramento para intrar no exercicio de suas funções, por lhe constar que foi regeitado um dos vogaes que foi eleito effectivo e quaes as rasões por que foi regeitado que queremolo saber ofecialmente» [1534]. A proposta foi aprovada por unanimidade. Desconhecemos a resposta do administrador, mas, a 17 de abril, a presidência passa a ser exercida por Francisco António dos Santos, do lugar da Seara, sem qualquer referência a esta questão.

### 5.3.13. 2.ª fase da construção do novo Templo: nave e torre (1885 a 1895)

A segunda fase da construção do novo Templo prolongou-se por dez anos, consequência da sindicância e das alterações introduzidas na administração das mesmas. Desde logo, a necessidade de legalizar as obras realizadas e as alterações introduzidas nas plantas.

A obra de pedreiro da nave e torre foi concluída no início de 1886, uma vez que, a 7 de março, José Ribeiro de Sousa, sócio da empresa que tinha arrematado a obra de pedreiro em 1883, pede autorização à JP para proceder ao levantamento da caução no montante de 200$000 réis, acrescido dos respetivos juros. A JP defere a pretensão nestes termos: «lhe mandaõ passar a presente precatoria de levantamento em vertude do que roga aos Ill.[mos] Senhores admenistradores da Caixa Geral, mande entregar ao dito Joze Riberio de Sousa, socio que foi de Ignacio Joze Fernandes da Cunha, a referida quantia de dusentos mil reis e seus juros» [1535].

A 3 de outubro, a JP, tendo em conta a necessidade de fazer pagamentos ao «mestre pedreiro de S. Bento», resolve, sob proposta do presidente, executar «a Antonio Joze Silverio Pinto Guedes, Joze Fernandes Cancela e Francisco Pires Lascas» [1536].

Como a dívida da obra ainda era significativa (2:462$760 rs.), a junta chega a um acordo com o empreiteiro e, por escritura de 15 de junho de 1887, dá-lhe em pagamento vários títulos de devedores ao Santuário no montante de 877$112 rs.:

> E na minha presença e das mesmas testimunhas, pelos primeiros outorgantes foi dito que o Santuario de São Bento, de que são administradores deve ao segundo

[1532] Aquando da posse, no dia 2 de janeiro de 1890, foi feito o inventário dos «bens moveis e imoveis pertencentes a esta parochia de Rio Caldo, assim como os dereitos e açoens que a mesma pertence». Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 49-50.
[1533] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 53.
[1534] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 21.
[1535] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 11.
[1536] *Idem*, fl. 16.

> outhorgante, José Ribeiro de Souza, a quantia de seis contos, quatro centos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta reis [2:462.760], proveniente das obras approvadas de que o segundo outhorgante é empreiteiro, e orçamento feito e, em pagamento désta quantia, dão por conta ao mesmo e segundo outhorgante, a quantia de oito centos e setenta e sete mil e cento e doze reis [877$112], constantes dos seguintes titulos e devedores (...).
>
> E assim, os mencionados primeiros outhorgantes, na qualidade de administradores do Santuario de São Bento da Porta Aberta, cedem em pagamento e trespassam ao segundo outhorgante os creditos que ficam mencionados e bem assim o direito de receber dos devedores que ficam referidos a quantia de dez mil e trinta reis, proveniente dos registos e manifestos dos titulos sobre ditos, obrigando-se os mesmos primeiros outhorgantes a responder pela bôa cobrança e pela indemnisação de todas as despesas que o segundo outhorgante fizer com a mesma cobrança, para o que lhe cedem todo o direito e acção respeitante aos mencionados creditos [1537].

Com a obra concluída há mais de um ano e tendo, ainda, por receber 3:653$683 rs. acrescidos de 182$367 rs. respeitantes aos juros de mora (5% da dívida) [1538], José Ribeiro de Sousa solicita a receção da obra, o que acontece em sessão extraordinária realizada a 28 de agosto: «compareceo o mestre da obra do Novo Templo de S. Bento, Joze Ribeiro de Sozsa, o qual pertende faser entrega da dita obra a mesma junta visto estar concluida e querer por esse facto ultimar contas do contracto» [1539]. A junta aceitou a entrega ressalvando a existência de eventuais anomalias que o construtor teria de corrigir.

Como o verão se aproximava do fim sem que a nave fosse coberta, a Junta, receando danos na obra de pedreiro durante o inverno, promove um auto de «arrematação da cobertura da obra de pedreiro do Novo Templo do Santuário de São Bento, a fim de que as ditas paredes não fiquem expostas ao temporal». O caderno de encargos contemplava «cobrir as paredes, cornije interna, repisa e platibandas, a telha e cal, e juntamente dar um banho de cimento em todos os abuamentos exteriores, tanto na faxada princepal como nas paredes do edificio, acrecendo a esta obra o travalho de carpinteiro necessario a fim de çuster a obra de caiador, ficando por conta da junta o furnecimento da madeira e telha necessárias» [1540]. A obra foi adjudicada a um estucador da cidade de Braga chamado Francisco Pereira Gonçalves pela quantia de 33.000 réis.

A sindicância, como referimos, arrefeceu os ânimos da JP, de tal modo que, nas doze sessões realizadas entre 16 de outubro e 6 de maio de 1888, não tomou qualquer decisão, e as despesas realizadas (ou pagamentos efetuados) durante o ano de 1887, além da referida no parágrafo supra, apenas as conhecemos pelo relatório de contas, pois a ata é omissa aquando da sua aprovação provisória [1541]. Acresce dizer que a sua aprovação definitiva não existiu, ou não ficou expressa em ata, pois as treze atas seguintes informam que «naõ avendo que deliberar nem requerimentos de partes, encerrou elle presidente a presente sessão».

Consultadas as contas relativas ao ano de 1887, verificámos os pagamentos seguintes relacionados «com a continuaçaõ das obras do N. Templo» [1542]:

- Ao mestre caiador para ultimar a obra 119$000 rs.
- Por conta da obra de pedreiro, ao mestre 2.818$017 rs.

[1537] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*, Luís Gonçalves, livro n.º 692, fl. 35.
[1538] Vide orçamento da JP para 1888, **in AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 28 v.: «para pagamento do resto da obra de pedreiro do Santuario tres contos seis centos cincoenta e tres mil ceis centos oitenta a tres reis, juros da mora em devida ao mesmo mestre a 5% ao anno cento oitenta e does mil ceis centos oitenta e quatro reis».
[1539] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 26 v.
[1540] *Idem*, fls. 25-25 v.
[1541] *Idem*, fl. 33.
[1542] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de (1849-1895)*, fl. 49.

- Ao empreiteiro da cobertura das paredes do Novo Templo 33$000 rs.
- Cal e telha para a mesma obra 12$190 rs.
- Pregos $120 rs.
- Carretos de materiaes para a mesma obra 9$500 rs.
- Para desaterrar a fachada principal, pátio e escadas do N. Templo 14$870 rs.
- Com a garimpa da torre do N. Templo, materiais e feitio 8$000 rs.

Estes são dados fundamentais para percebermos o estado em que se encontrava a construção e de algumas das alterações introduzidas no projeto, nomeadamente a construção de uma torre em vez das duas plasmadas na planta elaborada pelo eng. Manuel do Couto Guimarães.

Se observarmos as abadias dos mosteiros que pontificam no Minho, ou a Sé de Braga, verificamos que quase todas têm duas torres, como a do mosteiro de Santa Maria de Bouro, ou o santuário de Nossa Senhora da Abadia, em Amares, as mais próximas de SBPA.

Numa entrevista à D. Gracinda Santos [1543], realizada no dia 21 de agosto de 2014, no âmbito da nossa investigação, quando conversávamos sobre a rivalidade que existiu entre o clérigo Pinto Guedes e o abade Dias de Freitas, acrescentou:

«O projeto do mosteiro [de S. Bento] foi feito com duas torres - dizia o meu tio Albino [1544]- e ele [o Pe. Pinto] não queria, e foi assim que ficou. O Pe. Freitas [pároco da freguesia] dizia assim:

- Deixai lá fazer como ele quer! Deixai lá fazer como ele quiser!

Esse mosteiro que aí está foi feito à-vontade do Pe. Pinto, pois o projeto inicial era de duas torres».

Posteriormente, viríamos a confirmar esta informação no segundo anúncio da arrematação da obra, «uma capella mór e mosteiro com duas torres na frente» [1545], publicado no jornal «Bracarense» de 23 de julho de 1858.

No dia 14 de outubro de 1888, depois de cinco meses de reuniões sem qualquer deliberação, a Junta realiza uma sessão extraordinária tendo como ordem de trabalhos a aprovação do orçamento para o ano de 1889, cuja ata, ao contrário da relativa à aprovação das contas, apresenta os dados devidamente especificados. Este orçamento contempla o montante de 1:902$883 rs. para «pagamento do resto da obra do Santuario», acrescido de 95$144 rs. relativos aos juros, não obstante transitar com um saldo de quase nove contos de réis, não se percebendo a razão pela qual esta dívida não foi liquidada.

As contas omitem a realização de qualquer obra tendo em vista a conclusão do Templo, pelo que temos, uma vez mais, de recorrer ao relatório onde podemos confirmar o pagamento em atraso referido no parágrafo anterior «ao mestre pedreiro do Santuario de S. Bento, resto da arrematação» e concomitante juro [1546]. Constam, ainda, as despesas seguintes [1547]:

- Conserto dos telhados de S. Bento 7$640 rs.
- Materiais para o conserto dos telhados 2$200 rs.
- Pintura e encarnação de 3 imagens no Santuário de S. Bento 20$000 rs. [1548].

Para o ano de 1890, a JP previa a execução da cobertura da nave do Templo, tendo dotado o orçamento com a verba de 1:600$000 rs [1549]. Mais uma vez a obra ficou por fazer.

[1543] Sobrinha do Pe. Severino dos Santos que foi capelão do santuário de SBPA no início dos anos 20 do século passado.
[1544] Albino José dos Santos foi mesário da Confraria de SBPA entre os anos 1902 e 1904.
[1545] Cf. Jornal «Bracarense», 23 de julho de 1858.
[1546] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de (1849-1895)*, fl. 52.
[1547] *Idem*, fl. 51.
[1548] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de (1849-1895)*, fl. 51.
[1549] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 45 v.

Entretanto, percebe-se que algo não ia bem nas relações institucionais da JP com o administrador do Concelho e o governador civil, tendo este solicitado a retificação do orçamento [1550] retirando as verbas destinadas à côngrua do pároco (90$000 rs.) [1551] e às obras do Templo (1:600$000 rs.), o que reservaram para um orçamento suplementar [1552].

Com o novo ano, assume a presidência da JP o bacharel Clemente Pinto Guedes, ex-adminsitrador do concelho de Terras de Bouro, que começa por fazer um inventário bastante exaustivo dos bens da paróquia e por recusar retificar o orçamento chumbado pelo governador civil, preferindo uma gestão por duodécimos. Conscientes da situação em que se encontravam as obras do Santuário por expostas às agruras do tempo, deliberam, em sessão extraordinária, expor superiormente a situação e pedir autorização para realizar as obras do novo Templo avaliadas por peritos em 1:200$00 rs.:

> Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor:
>
> A Junta de parochia desta freguesia de Riocaldo do concelho de Terras de Bouro: vem respeitosamente ponderar a Vossa Excelencia que não tendo a Junta tranzata abelitado com orçamento para / o anno / civil de oitenta e nove, digo, noventa, e achando-se o mosteiro de S. Bento ainda por completar em quanto as obras de carpinteiro e caiador que, segundo a openião de peritos calculam na verba de um conto e dusentos mil reis, e existindo em cofre a quantia de quinhentos trinta e oito mil e quinhentos reis, a lem do mais que se acha na Caixa Geral de Depositos, escripturas a muto e do que se espera receber nas romarias do corrente anno, e havendo, porem, com isto grave prejuiso do Santuario, pois que a acção do tempo lhe vai destruindo as paredes e alicerces. Por isso, a Junta, conhecedora desta necessidade, lembra a Vossa Excelência a que authurize a continuaçaõ das obras a fim de se completar o Musteiro; pois que doutra sorte se terá de mutuar o dinheiro existente em cofre com prejuiso das obras [1553].

Entretando, o administrador do Concelho é substituído e, na mesma reunião em que toma conhecimento deste facto, a Câmara Municipal decide «negar aprovação á deliberaçaõ sobre as obras em S. Bento da Porta Aberta, constante da sessão da junta de parochia de Riocaldo de nove do corrente [fevereiro de 1890], por não vir acompanhado do projecto e orçamento respectivo» [1554]. A Junta, então, coloca o dinheiro a juros no Banco do Minho [1555].

É neste contexto que os administradores dos bens do Santuário entre os anos de 1857 até 1881 são intimados [1556] para restituírem as verbas em que foram condenados por acórdão do Conselho de Distrito de 19 de dezembro de 1884 [1557].

Finalmente, a 19 de outubro, a JP aprova o projeto e orçamento das «obras a fazer na Capela ou Mosteiro de S. Bento» [1558], elaborado pelo técnico de obras públicas António José Gonçalves

---

[1550] Estavam em causa «os fundos recebidos e por receber». Cf. **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 50 v.: «pois que dando a junta tranzata como saldo a verba de oito contos nove centos setenta e seis mil dusentos e des reis, é toda via certo que tal saldo não existe nas condições de viabilidade de se poder quebrar e dar como existente em cofre; por tudo isto resulveu a Junta não retificar o dito orçamento, preferindo custiar as suas despesas pelo orçamento anterior, como lhe permite a lei».

[1551] Começava aqui, com os 90$000 réis da côngrua paroquial, aquela que seria a maior polémica na história do Santuário que ficaria conhecida como «A questão de S. Bento», que abordaremos em capítulo autónomo, e que opôs os irmãos Pinto Guedes ao abade de Rio Caldo.

[1552] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 48.

[1553] *Idem*, fls. 51 v.-52.

[1554] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 11* (1888-1891), fl. 51.

[1555] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 52 v.

[1556] Cf. «Diário do Governo» n.º 166, de 25 de julho de 1890.

[1557] Vide **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital. Doc. n.º 1817.

[1558] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 59.

[1559], e submete-os à aprovação da Câmara Municipal. Esta, após análise da proposta de orçamento para 1891, delibera:

> 1.º - approvar as obras de construção na Capella de S. Bento, cuja despeza é calculada em 2:200$000 reis, na forma do orçamento especial; 2.º - não approvar a construção do caminho para cuja despeza a junta vota a verba de 4:109$119 reis, pois que a applicaçaõ d'esta avultada somma, alias retirada do cofre das esmolas da Capella de S. Bento, para um caminho, deve ser mais expressa e precisamente justificada, como vantajosa e util ao Sanctuario, e especial e competentemente orçada; 3.º - não approvar na forma do n.º 12 do artigo 192.º e artigo 193.º a desistencia de cobrar e arrecadar a verba de 3:608$828 reis, como parece que a junta pretende, em face dos documentos e orçamento, pois a mesma junta antepõe a sua á sentença dos tribunaes competentes, as quaes se acha affecta a questão : D'onde se vê, faz sentir, quanto seja de lamentar que fosse constituida e esteja funcionando uma junta de parochia com algum membro responsavel na condemnaçaõ da quantia referida. O secretario d'esta camara passe também copia do accordaõ já tomado em tempo, e declare os motivos, porque não deu d'elle conhecimento á junta [1560].

Vemos que, novamente, o executivo municipal assume uma posição de censura à Junta, de novo presidida pelo Clemente Pinto Guedes, um dos visados no acórdão de 2 de junho de 1891, na qualidade de presidente da JP desde janeiro de 1890. A condenação é do teor seguinte:

> Pelo que condemnaõ os vogaes que serviraõ a junta n'este dito anno de 1890 a pagar solidariamente dentro de trinta dias a contar da intimaçaõ no cofre da corpuraçaõ por mão da Junta atual, sob pena de execuçaõ aquelle referido saldo de 3:152$401 reis que em si retteem, ficando elles por elle por demais responsaveis pelos prejuisos que advierem á corporaçaõ em consequencia da incura com que se houveram na cobrança das dividas activas descritas na relaçaõ de folhas em 9:469$553 reis (...).
>
> Mais accordam em condemnar os vogaes de 1891, apresentantes destas contas, a pagar solidariamente no cofre da parochia, em trinta dias depois da intimaçaõ, com pena de exicução, a multa de 20$000 reis. Registado. Intime-se aos condemnados gerentes de 1890, e aos multados, gerentes de 1891, cujos nomes o senhor administrador os averiguará com exatidaõ. Pague a corporação as custas [1561].

É neste ambiente de «guerra» institucional que, como historiámos noutra parte da nossa dissertação, aparece a ideia de cedência da administração do santuário de S. Bento a uma «corporação ou confraria erecta na freguesia» [1562].

A JP, por edital de 21 de junho de 1891, anuncia a arrematação das "obras de construção e reparação da capella de S. Bento», trabalhos de carpinteiro, caiador e serralheiro, tendo por base de licitação o valor de 2:200$000 réis [1563]. Mais informa que os candidatos à arrematação poderão consultar o projeto e as condições e cláusulas da arrematação na secretaria [1564]. Chegado o dia da praça (12 de julho), não apareceram candidatos [1565]. A Junta resolve separar os trabalhos para ver se conseguia a sua adjudicação, com as seguintes bases de licitação: 1:012$477 rs. para a obra de carpinteiro; 324$483 rs., caiador; 518$870 rs., serralheiro. Já no

[1559] **AISBPA**, *Livro dos termos de arrematação e outros quaisquer contratos* (1890-1908), fl. 2.
[1560] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 11* (1888-1891), fls. 76-76 v.
[1561] *Vide* ata da JP de 5 de abril de 1891, **in AISBPA**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 62 v.-63.
[1562] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 11* (1888-1891), fls. 76-76 v.
[1563] Cf. jornal «Correspondência do Norte» de 12/7/1891
[1564] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais* (1890-1906), fl. 4 v.
[1565] **AISBPA**, *Livro dos termos de arrematação e outros quaisquer contratos* (1890-1908), fl. 1.

final da reunião, a Junta decide aumentar as bases de licitação em 5%: «Em tempo: resulvemos mais os vogaes e presidente que, visto a praça das obras de construçaõ e reparaçaõ da capella de São Bento não ter arrematantes, tornala a anunciar para o dia nove do proximo mes de agosto com o acrecimo de cinco por cento sobre a base de licitaçao como consta dos editaes agora affixados» [1566].

O auto de arrematação é marcado para o dia 9 de agosto [1567], sendo, «finalmente», como é referido em ata, as obras adjudicadas nos termos seguintes: a obra de carpinteiro adjudicada a Constantino Fernandes da Veiga, de Ruivães, pelo preço de 1:167$600 rs.; a de serralheiro, a João António Gomes, do lugar de Simães, Fontarcada, por 544$263 rs.; a de caiador e pintor, a Francisco Pereira Gonçalves, de Caniçada, por 340$307 rs. Assistiu ao ato António José Gonçalves, autor do projeto e do orçamento [1568]. Como a JP tinha urgência na realização das obras antes do inverno, no dia seguinte a ter terminado a romaria de agosto, dá um ultimato ao empreiteiro para iniciar as obras de imediato sob pena de perder a caução [1569].

Com as obras de conclusão do Santuário entregues, a JP vira-se para as acessibilidades, concretamente a construção de «um caminho vicinal» a ligar a estrada do Gerês ao Santuário, cujo projeto é elaborado em 30 de setembro de 1891 [1570]. Na sessão de 20 de dezembro, o presidente, considerando que a Comissão Distrital, por acórdão de 18 de dezembro, tinha «aprovado o respetivo projeto, planta e orçamento» e que o governador civil também já tinha aprovado as verbas de cem mil réis para o estudo e de quatro contos nove mil cento e dezanove réis para a obra, propôs, e foi aprovado por unimidade, que se colocasse em praça a arrematação da obra [1571]. O primeiro lanço da obra, com 1.183 metros, seria adjudicado a Manoel António Gonçalves por 3:550$000 rs. [1572], o que obrigaria à elaboração de um orçamento suplementar aprovado em 16 de janeiro de 1892 [1573]. Dois dias mais tarde, o executivo municipal autoriza a «junta de parochia de Rio Caldo a gastar dos rendimentos do santuario de Sam Bento a importancia de cem mil reis para os estudos da mesma estrada viccinal» [1574]. Esta foi a única despesa de investimento liquidada no ano 1891 [1575]. No ano seguinte, com as atenções centradas na construção da estrada, o investimento ainda foi menor, limitado a 50$000 rs. em «despesas emprevistas e eventuais com as obras do Santuario» [1576].

Com o ano de 1893, chegou uma nova Junta, presidida pelo abade que, criticando a gestão da anterior, altera rubricas do orçamento ordinário aprovado e introduz novas prioridades como o desaterro do terreiro e a construção da Casa da Mesa e dos altares para o novo Templo [1577].

A 23 de abril, na posse das plantas para a construção da «Casa da Fábrica», da tribuna e do altar-mor, deliberam elaborar o segundo orçamento suplementar e submetê-lo à aprovação do governador civil [1578]. O segundo orçamento suplementar é aprovado pela JP no dia 7 de maio e o presidente justica a construção urgente da «Casa da Mesa», em substituição de uma que fora demolida, «não só para a arrecadaçaõ de ofertas, mas para recolhimento do pessoal emcarregado da admenistraçaõ do Santuario» [1579].

---

[1566] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 66.
[1567] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais* (1890-1906), fls. 5 v.-6.
[1568] **AISBPA**, *Livro dos termos de arrematação e outros quaisquer contratos (1890-1908)*, fls. 1 v.-2.
[1569] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 69.
[1570] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 12* (1891-1894), fl. 111.
[1571] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 70-70 v.
[1572] *Idem*, fl. 70. Cf., também, **AISBPA**, *Livro dos termos de arrematação e outros quaisquer contratos (1890-1908)*, fl. 3.
[1573] *Idem*, fls. 70-70 v.
[1574] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 12* (1891-1894), fl. 111.
[1575] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de (1849-1895)*, fl. 61.
[1576] *Idem*, fl. 66.
[1577] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 82-82 v.
[1578] *Idem*, fl. 83 v.
[1579] *Idem*, fl. 84.

Com o novo templo a ficar pronto, era necessário instalar na torre sineira, já concluída, um carrilhão de sinos que estivesse à altura do Santuário. Para tal, pediram uma proposta a uma das firmas mais consceituadas, a Rebello da Silva e C.ª, da cidade de Braga, que se propôs fornecer «um carrilhão de 14 sinos afinados», com o maior a pesar cerca de 800 quilos.

O ano termina e o balanço, quanto ao investimento, é insignificante, à exceção do desaterro do terreiro do Santuário (250$000 rs.); da compra de terreno para depósito de entulho (64$000 rs.); do muro de suporte (50$000 rs.); do apiamento da Casa da Mesa (10$000 rs.); e de 4 grades de ferro (10$460 rs.) [1580].

No início do ano de 1894, o Pe. Dias de Freitas pretende fazer algumas alterações nas obras, nomeadamente no projeto da estrada, de modo a que esta passasse junto da igreja paroquial (mas não consegue unanimidade dois votos contra), e na construção da «Casa da Fábrica» e aquisição do carrilhão dos sinos (um voto contra) [1581]. É nossa convicção que os votos contra tiveram a mão do Pe. Pinto, uma vez que, aquando da aprovação definitiva do orçamento, «compareceu o R.do Joze Silverio Pinto Guedes desta freguesia, fasendo uma reclamação por escrito contra as verbas de despesa do presente orçamento consignadas sob n.os 24 do art.º 3.º da despesa obrigatória e 5 do art.º 2.º das despesas facultativas» [1582], precisamente a alteração do traçado da estrada e o carrilhão dos sinos, a qual foi anexada ao processo do orçamento ordinário.

Apesar da exposição do Pe. Pinto e dos votos contra, o governador civil, por despacho de 31 de janeiro, aprova o orçamento [1583] e, de imediato, a Junta marca a arrematação da construção da «Casa da Fábrica», da tribuna e altares do Santuário para o dia 11 de março [1584], divulgando, a 5 de março, «as condiçoes especiaes, que teem de servir de base ás arrematações das diferentes obras» [1585]. Desconhecemos as razões que levaram à não realização desta praça, uma vez que as atas nada referem. Assim como não referem o dia em que a arrematação se concretiza, ou seja, o dia 1 de abril, em que foram arrematadas as obras de construção da «Casa da Fábrica», adjudicada a Manuel Moreira, das Caldas do Gerês, por 770$000 rs.; a tribuna do santuário de SBPA a Manuel LopesTeixeira, de Palmeira, por 790$000 rs.; e os 4 altares laterais, a António Manuel da Silva, de Adaúfe, por 700$000 rs. [1586].

Com o novo Templo a ficar concluído, a estrada em construção, e a expectativa de um crescimento significativo do número de romeiros, era tempo de a Junta se preocupar com as condições do seu acolhimento, quer na receção das ofertas, quer nas condições de descanso. Assim, no orçamento do ano seguinte, contemplou a conclusão das obras da «Casa da Fábrica» (trabalhos de carpinteiro e de caiador), «o plano da construçao de uma casa, segundo a planta da «Casa da fábrica», para aquartelamento dos romeiros», e ainda:

> (...) a aquesição de um sino e tres sinetas julgadas indispensaveis para completar o carrilhaõ; mais ainda a proposta da compra de um para-raios e relógio para a torre do Santuario; a construção de um cofre de cantaria para guardar os fundos,

[1580] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de (1849-1895)*, fl. 71.
[1581] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 88 v.-89: «Em seguida foi posta á discuçaõ a despesa com o estudo do projeto de uma estrada que deve ligar o Santtuario de S. Bento com a estrada do Geres e neste acto pelo vogal Manoel Bento Pereira foi dito que julgava que esse traçado fosse ligado com a parte do caminho vizinhal ultimamente construido a partir do quintal da residencia parochial passando pela porta da Egreja indo intruncar na imcruzilhada do rêgo da Egreja, o qual albitre foi perfilhado pela maioria dos vogaes, sendo portanto votada a pproposta dos estudos da estrada com a referida ligaçaõ pela maioria, sendo regeitada esta proposta pelos vogaes Agostinho Joze Rodrigues e Joze Maria Antunes, sendo approvada pelos demais vogaes».
[1582] *Idem*, fls. 90 v.- 91.
[1583] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060.
[1584] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais* (1890-1906), fls. 9-9 v.
[1585] *Idem*, fls. 10-11.
[1586] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060.

> rendimentos, esmolas e alfaias de valor do mesmo Santuário; fes ainda o mesmo presidente a proposta da compra de terrenos para alargamento do terreiro do Santuário e para local de construção dos quarteis; bem como a proposta da construção de muros de suporte e vedaçaõ nos terrenos expropriados (...); desaterros urgentes na casa da fabrica e terreiro do Santuário; mais oito grades de ferro para a capella do Santuario; a compra de mobília para a casa da fábrica do dito Santuario [1587].

Estas propostas foram aprovadas por unanimidade, à exceção da construção dos quartéis para os peregrinos e da aquisição de terreno do lado sul para alargamento do terreiro. Em termos de execução, apenas seriam concretizadas a «Casa da Fábrica» (cobertura e mais obras, 615$500 rs. e trabalho de caiador, 88$640 rs.); a construção da tribuna e dos quatro altares para o Santuário 833$000 rs.); a aquisição de um sino e três sinetas de modo a completar o carrilhão (403$000 rs.); a construção do cofre de pedra para guarda dos fundos, rendimentos e alfaias (149$700 rs.); além do desaterro e mobília para a «Casa da Fábrica» (20$000 rs. + 2$900 rs.) [1588].

Para que o santuário ficasse funcional, foi necessário proceder a pequenas empreitadas, como a colocação de vidros, obra adjudicada a Manuel Joaquim Alves por 31$570 rs.; fornecimento e colocação de grades, a João António Gomes (47$640 rs.); reparação do soalho da capela-mor [1589], a Manuel Lopes Teixeira (8$000 rs.); e a construção de um cofre em granito, encomendado a João Fernandes por 101$000 rs., dotado de grades de ferro, porta, 3 fechaduras e ferragens, trabalho executado por João Manuel Barreiro na importância 16$240 rs. (a porta foi executada por Bento José de Sousa pelo valor de 5$800 rs.). Dentro do cofre, foram colocados um "caixão" e uma mesa executados por Manuel de Oliveira, que recebeu 7$060 rs. [1590].

Embora seja apontado o ano de 1895 como o da conclusão do Santuário de SBPA, a verdade é que, se a obra em grosso já estava concluída e o carrilhão de sinos inaugurado, havia, ainda, um grande investimento a realizar, como documenta o orçamento ordinário para o ano seguinte aprovado em sessão de 20 de outubro [1591], do qual destacamos:

- Pintura e douramento da tribuna e dos quatro altares laterais: 3:000$000 rs.;
- 4 imagens de tamanho natural para os altares: 800$000 rs.;
- Paramentos (casulas e um paramento festivo completo): 270$700 rs.;
- Camarim e oratório na tribuna do altar-mor: 510$000 rs.;
- Acréscimo da obra do altar-mor do santuário de S. Bento: 160$000 rs.;
- Caiar e estucar a «Casa da Fábrica»: 390$000 rs.;
- Construção de casa para aquartelamento dos romeiros: 500$000 rs.;
- Instalação de para-raios: 200$000 rs.;
- 5 pedras d'ara para os altares: 15$000 rs.

O presidente propôs, também, a aquisição de «banquetas completas de castiçaes e crucefixos do altar-mor e dos quatro lateraes. - Construção de um caixaõ para guarda de paramentos e alfaias na sacristia do Santuario. – E finalmente foi feita a proposta para os estudos

[1587] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 95 v.- 96.
[1588] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. 3177.
[1589] Esta foi uma das obras que mereceu uma chamada de atenção à JP pela sindicância de 1887, uma vez que o projeto previa o chão lageado e foi alterado para soalho, opção que não foi a melhor, como se prova com esta intervenção. O soalho seria substituído, em 1912, por mosaicos, visto que a madeira ameaçava desabar. Cf. **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Irmandades. Doc. n.º 1100.
[1590] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. 3177.
[1591] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. 737.

de uma planta geral de obras e milhoramentos que de feturo tenham de fazer-se no referido Santuário» [1592].

Depreende-se, da análise deste orçamento, que o ano de 1895 não pode ser considerado o ano de conclusão do novo Templo, uma vez que, só uma década mais tarde, a obra é dada como completa.

O ano de 1897 foi mais pródigo em polémicas entre os presbíteros Dias de Freitas e Pinto Gurdes – que abordaremos infra -, do que na execução de obras, à exceção da construção do primeiro lanço da estrada da ponte sobre o Cávado a S. Bento, também ela motivo de discussão e de desentendimento. O abade, não obstante ser o presidente, faltava sistematicamente às reuniões, deixando que o Pe. Pinto Guedes usurpasse as suas funções e congeminasse a transferência da fábrica do Santuário para uma eventual confraria.

O ano de 1898 começou com um forte temporal que destruiu os telhados do Santuário, levando a Junta a preparar o primeiro orçamento suplementar para dar cobertura às obras de reparação dos estragos provocados pelo mau tempo, mas também serviu para cabimentar a construção do edifício escolar e a aquisição de um para-raios [1593]. Esta obra, juntamente com a variante à estrada vicinal entre os lugares de Bostelo e Paredes, seria adjudicada ao empreiteiro que se encontrava a construir a estrada para S. Bento, António de Miranda.

Durante o ano, a Junta continuou a dotar o Templo das alfaias litúrgicas necessárias à celebração do culto divino com a dignidade que o mesmo sempre requer. Assim, em 13 de fevereiro, deliberou «proceder acquisiçaõ de trez pias de marmore para agoa benta, para o Templo de S. Bento, d'um crucifixo para a sacristia, d'uma banqueta para o altar-mor; d'um paramento festivo, de dois para-raios, do breve para haver sacramento e d'um baso de prata dourada para o mesmo» [1594]. Refira-se que uma das primeiras adjudicações foi a empreitada de instalação de dois para-raios no Santuário à firma Monteiro & Magriço pela quantia de 200$000 rs. [1595]. Obtida a aprovação do orçamento suplementar, o Pe. Pinto Guedes - embora sendo vogal – anuncia a arrematação das obras da estrada e do edifício escolar para o próximo dia 17 de abril.



Fig. 43. Planta da reconstrução da torre em 1919. (Fonte: ADB).

Na sessão de 23 de março, procedem ao pagamento das seguintes alfaias litúrgicas: vaso duplo grande de prata com relevos dourados para o Sacramento de S. Bento, 85$000 rs. [1596]; crucifixo para a sacristia, 31$500 rs.; lustro de cristal: 95$000 rs. [1597]. As três pias de mármore adjudicadas a Manuel Teixeira da Silva por 40$000 rs. foram liquidadas na reunião de 3 de julho.

A partir desta data e para além do nosso marco temporal de investigação, registámos três

[1592] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 95 v.- 96.
[1593] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 27 v.
[1594] *Idem*, fl. 29.
[1595] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 29 v.
[1596] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 15.
[1597] *Idem*, fls. 31 v.-32 e **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 18.

intervenções significativas: a construção de uma nova torre (1919), alteração do acesso à Tribuna (1944) e alteração da fachada e ampliação da torre (1974).

Em 1919, a torre primitiva, relativamente pequena para albergar os dezoito sinos, é objeto de intervenção segundo projeto do arquiteto portuense Borges d'Oliveira.

Decorria o ano de 1974 quando a Mesa da ISBPA requereu à Câmara Municipal de Terras de Bouro licença para proceder à realização de obras de restauro no Santuário, a saber: «mandar substituir os telhados, rebocos interiores e ainda a elevação da TORRE, conforme facilmente se analisa pelo projeto que se junta para apreciação». O requerimento explicitava que a empresa construtora seria Sá Machado & Filhos, Lda e que o prazo de execução era de 12 meses [1598].

Além do projeto, o processo de licenciamento incluía uma **memória descritiva** e **justificativa** das obras de restauro do Santuário e ampliação da torre sineira, devidamente assinada pelo também autor do projeto, o arquiteto Joaquim Sá Machado e datada, precisamente, do dia 25 de abril de 1974, aquele que ficou conhecido como o dia da «Revolução dos Cravos».

> Refere-se o presente projeto às obras de restauro e ampliação da torre que a irmandade de SBPA pretende mandar realizar no santuário do mesmo nome, na freguesia de Rio Caldo do concelho de Terras de Bouro.
>
> O santuário não sofre qualquer alteração que envolva a sua estrutura geral, há, sim, uma ligeira alteração estética da fachada principal, esta motivada pela necessidade de composição arquitetónica na elevação da torre, que bem explícita está na comparação que o alçado apresenta entre o existente e a modificação.
>
> Quanto aos materiais a empregar, temos a cantaria como elemento dominante, estético e resistente; - há a substituição da telha da cobertura e o revestimento das fachadas exteriores em azulejo da Viúva Lamego.
>
> Interiormente, obras de pintura e substituição do pavimento da nave por tijoleira e lajeado de granito.
>
> Terras de Bouro, 25 de abril de 1974.
>
> Joaquim de Sá Machado (ass.)
>
> C. Civil 1.402 P. [1599]

Tem o deferimento manuscrito, embora sem data - inexperiência do sr. João Ribeiro, mais conhecido como «João da Ponte», empresário de hotelaria das Caldas do Gerês – presidente indigitado do Município de Terras de Bouro entre 28 de junho e 22 de novembro de 1974.

«Deferido

João Ribeiro».

Existem, em anexo, as plantas de localização bem como o levantamento da torre existente e o projeto da nova torre que vai medir mais 2 metros de altura, passando de 14,80 m para 16,80 m.

Em 1976, são reallizadas obras no interior do Santuário como a colocação de vitrais e o fechamento das janelas que permitiam a entrada de luz do exterior. À volta do altar-mor, no pano superior, foram instalados azulejos que retratam alguns dos mais significativos milagres de São Bento executados na mais conceituada fábrica de azulejaria de Portugal, a **Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego,** situada na avenida Almirante Reis em Lisboa.

Na fachada, o frontão onde se encontra o relógio deixa de ser uma espécie de terraço protegido balaústres e passa a ser rematada por um frontão triangular de estilo clássico.

Por último, é realizado o revestimento exterior em azulejos fornecidos pela fábrica de cerâmica **Viúva Lamego**.

[1598] **AISBPA**, *Projetos e plantas*, Ano de 1974:
[1599] **AMTBR**, *Obras*, 1974, ISBPA, «Elevação da torre».

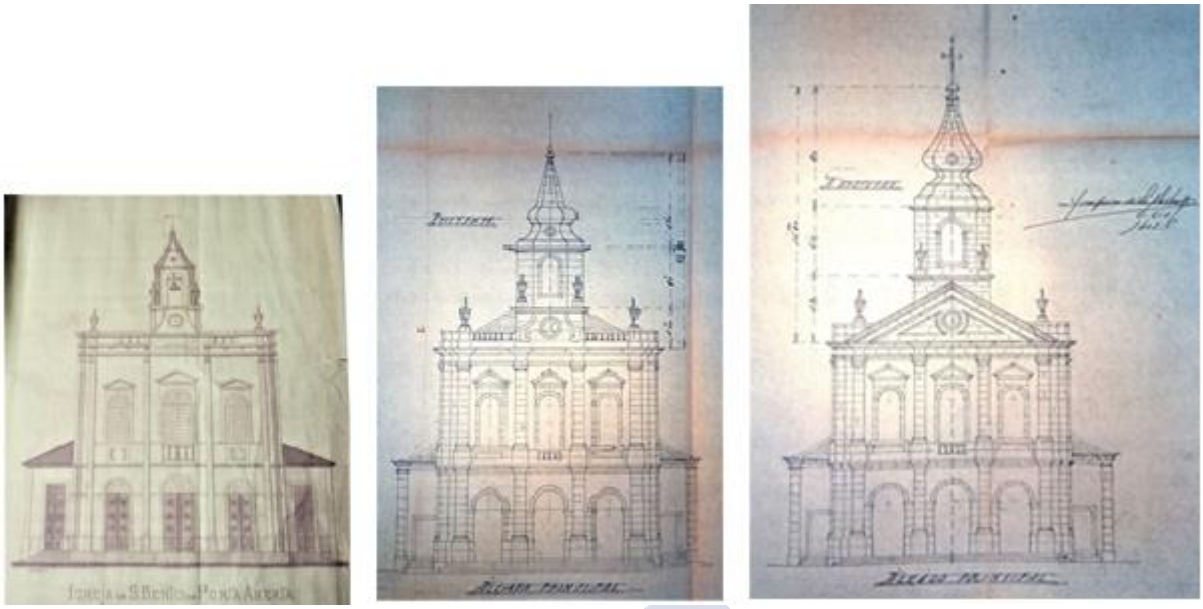


Fig. 44. Plantas das fachadas do Santuário dos anos 1895 (Fonte: AISBPA), 1919 e 1974 (Fonte: AMTB).

### 5.3.14. Conlusão do novo Templo (1895-1907)

5.3.14.1. Altar-mor, tribuna e altares laterais

Quando visitamos uma igreja, normalmente, ficamos fascinados pela obra de arte que é o seu retábulo do altar-mor. Frequentadores, desde muito jovens, do Santuário de SBPA, sempre nos interrogámos sobre quem teria sido o autor daquele altar e tribuna. Nenhum dos trabalhos consultados para a elaboração desta dissertação o refere. A única monografia conhecida sobre este templo diz: «os altares são todos modernos. Nada, porém, que chame a atenção dos amigos das velharias» [1600]. Permitimo-nos discordar porquanto achamos que a pequena imagem de S. Bento que se encontra no «Museu», pela sua beleza, antiguidade e história, é valiosíssima, assim como a pequena imagem do Menino Jesus.

Decorria o ano de 1894 a capela-mor já exibia a sua imponência quando a JP presidida pelo Pe. Dias de Freitas deliberou encomendar um novo altar-mor, com sua tribuna, e quatro altares laterais. Atendendo à importância deste Santuário, a obra tinha de ser pensada por quem de melhor existia na diocese. A escolha recaiu no mestre Elias (Gomes dos Santos), considerado «o mais importante entalhador bracarense do último quartel do século» XIX [1601] que também desenhou os altares laterais, e que, nessa altura, concluía mais um altar, desta vez para a igreja de Moreira do Castelo [1602], e se preparava para iniciar o restauro do altar-mor e construção da maquineta na igreja da Misericórida em Braga[1603], depois também ter procedido ao restauro da igreja de Nossa Senhora-a-Branca [1604]. Com tanto trabalho, ser-lhe-ia difícil aceitar mais encomendas, e até passar para o papel o que idealizava para este novo Templo. Para o ajudar nesta tarefa, a JP contratou um desenhor famoso nos meios bracarenses, Eduardo Alfredo

[1600] FARIA, Molho de (1987): *O. c.*, p. 176.
[1601] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999): *O. c.*, p. 268.
[1602] Cf. «Voz da Verdade» de 16 de outubro de 1896.
[1603] Cf. «Commercio do Minho» de 3 de dezembro de 1895 e «Voz da Verdade» de 25 de dezembro de 1896.
[1604] Cf. «Commercio do Minho» de 6 de novembro de 1888.

Peixoto [1605]», a quem pagou 20$000 rs. pelos desenhos da tribuna e dos altares de S. Bento, verba liquidada no ano de 1894 [1606]

De posse dos desenhos, a JP, no dia 5 de março, aprova «as condiçoes especiaes, que teem de servir de base ás arrematações das diferentes obras, que a mesma junta de Parochia manda construir, designadas no annuncio de 5 do corrente mez», as quais, no que respeita aos altares, dizem o seguinte:

> 8.ª – Obras de Carpinteiro ou entalhador
>
> As madeiras destinadas á construcção da tribuna e dos quatro altares seraõ de castanho bem secco de bôa qualidade, exentos de podridaõ ou defeitos, que obstem á execução da solidez e perfeiçaõ, que deve haver ou notar-se nas mesmas construcções.
>
> 12.ª – Os pagamentos seraõ feitos por meio de vistorias, ficando sempre um decimo do valor das obras executadas para garantia da sua boa execução;
>
> 13.ª – Aquellas obras que não forem feitas comfrome o determinado nas presentes condiçoes, seraõ desfeitas e novamente reconstruidas a expensas do arrematante;
>
> 14.ª – Quando se suscitem duvidas entre a Junta de Parochia e o Arrematante seraõ resolvidas por tres Artistas nomiados um pela mesma Junta, outro pelo Arrematante e um terceiro tirado a sorte do pessoal technico das obras publicas do Districto de Braga.
>
> A parte decaente naõ tem direito a contrariar a deliberaçaõ que este jurij houver tomado (…) [1607].

No final das condições de arrematação, foi acrescentada, embora não datada, uma informação preciosíssima para fixarmos quem idealizou os altares, e um aditamento explicativo sobre pormenores e outros aspetos artísticos a ter em conta pelo arrematante, assim como resolver eventuais conflitos num trabalho de arte.

A informação suprarreferida é do seguinte teor: «Antes do acto da arrematação, foraõ acrescentadas pelo **mestre Elias, auctor dos desenhos dos altares e tribuna** [1608], mais as seguintes condições respeitantes á referida obra de entalhador, as quaes condições foraõ aceites pela junta e pelos licitantes presentes» [1609].

As condições aditadas foram:

> 1.ª – Toda a ornamentaçaõ será feita no estylo renascença, corretamente bem lançado e esmagado, tendo de relevo o mínimo 0,$^{m}$02 a 0.$^{m}$20;
>
> 2.ª – O concorrente tendo tomado contra da obra, terá de apresentar á junta um pequeno fragmento do ornato para esta milhor cumprehender a perfeiçaõ da exicuçaõ não só com repeito ao estylo, mas mesmo com respeito á ornamentaçaõ;
>
> 3.ª – Toda a alteraçaõ será feita com a junta, tendo sempre em vista o que preceitua a regra de architetura e o estylo decorativo;

[1605] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999): *O. c.*, p. 238: «Apontador de primeira classe da repartição distrital de Obras Públicas. *Era um empregado muito hábil, especialmente como desenhador*. Morava na rua dos Biscainhos, onde faleceu a 10 de abril de 1902».

[1606] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060: «Recebi, da Ill.$^{ma}$ Junta de Paróquia da freguesia de Rio Caldo, a quantia de vinte mil réis, importância dos desenhos da capela-mor e altares laterais, conforme a conta apresentada.

Braga, 12 de maio de 1894.

Eduardo Alfredo Peixoto».

[1607] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fls. 10-11.

[1608] Sublinhado nosso.

[1609] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fls. 10-11.

> 4.ª – Não se admite trabalho libre e a capricho, mas este será conforme os desenhos, cuja exicoçaõ não deverá ser regulada tanto pelo dito desenho, quando pela sua pequenes não pode ser rigorosamente debuxada, mas muito principalmente com o espaço a decorar;
>
> 5.ª – Finalmente, as plantas seraõ alteradas no estatuario, sendo substituído por 4 pyramides e se fará o camarim e throno para a exposiçaõ bem como uma maquineta, sendo tudo de harmonia com o frontaõ do retábulo, tanto na ornamentaçaõ como no alçado, cujas plantas ou desenhos seraõ apresentadas pela junta, bem como a planta baixa da obra que deve ser escolhida pela mesma junta [1610].

O auto de arrematação da construção da tribuna do altar-mor e dos 4 altares laterais realizou-se no dia 1 de abril – havia urgência na conclusão das obras do Templo -, tendo a construção da tribuna da capela do Santuário sido adjudicada a Manuel Lopes Teixeira, de Braga, por 790$000 rs., embora a base de licitação fosse de 1:560$000 rs., e os quatro altares laterais entregues a António Manuel Gomes da Silva, de Adaúfe, Braga, por 700$000 rs., quando a base de licitação era de 1:620$000 rs. [1611]

Enviado o auto de arrematação ao governador civil, José de Novais, seria o mesmo aprovado a 5 de abil de 1894, com o despacho que se segue: «No uso da faculdade que a Lei me confere, aprovo, para todos os efeitos legais, o auto de arrematação a que no dia 1 do corrente mês de abril procedeu a Junta (...). Tambem aprovo os desenhos que me foram presentes para a construção da tribuna da capela e altares laterais do mesmo santuário» [1612].



Fig. 45. Tribuna do altar-mor de SBPA, 1895. (Fonte: Museu dos Biscainhos).

Foram estabelecidos os prazos seguintes: a Manuel Lopes Teixeira, um ano, tendo recebido a 18 de novembro a quantia de 415$000 rs.; por sua vez, António Gomes dispunha de dezoito meses para concluir os quatro altares e recebeu 250$000 rs. em 15 de dezembro. Acresce dizer que os dois tinham de iniciar os trabalhos quinze dias após terem sido informados da aprovação superior do referido auto de arrematação e, por isso, a JP, três dias após a aprovação pelo governador civil, notifica os adjudicatários [1613].

Os altares e a tribuna seriam entregues no decorrer do ano de 1895, tendo António Manuel da Silva Gomes recebido, a 27 de abril, os restantes 450$000 rs. da empreitada de construção dos altares, enquanto que o entalhador Manuel Lopes Teixeira apenas seria pago a 20 de novembro, 375$000 rs. pela feitura do altar. [1614]. Este atraso ficou a dever-se à substituição do soalho que se encontrava a ameaçar ruir, intervenção que teve de ser realizada na capela-mor pelo próprio Manuel Teixeira, de que recebeu mais 8$000 rs., e à preparação da base,

[1610] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fls. 11 v.
[1611] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060.
[1612] **ADB**, *Idem*.
[1613] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fls. 12 v.
[1614] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 3177, RC, contas 1895.

«ladrilho e fundações», para assentar o altar-mor, obra executada por João Fernandes[1615] e que teve o custo 4$420rs. [1616].

Certamente que, na grande romaria de agosto, os peregrinos já puderam apreciar o novo retábulo do altar-mor, embora sem dourar e muito despido. Entretanto, foram realizados outros trabalhos aprovados pelo governador civil a 18 de junho, como o fornecimento e colocação de grades de proteção, obra adjudicada a João António Gomes pela quantia de 47$640 rs., assim como o fornecimento e colocação de vidros nas janelas do Templo, empreitada entregue a Manuel Joaquim Alves por 31$570 rs. [1617].

Um altar é concebido para ter um acabamento, normalmente, pintura ou douramento. Quando tal não acontece, a obra de arte permanece fria.

No dia 20 de novembro de 1895, aquando da aprovação do orçamento para o ano de 1896, a JP não se esqueceu de dar continuidade à conclusão das obras do novo Santuário, nomeadamente no que respeitava ao douramento dos altares, construção de camarim e oratório na tribuna, bem como ao seu apetrechamento mediante a aquisição de paramentos e imagens:

> Passando-se á discussaõ das verbas facultativas foi unanimemente aprovado que figurassem neste orçamento aquellas quantias que havendo sido approvadas e votadas nos orçamentos do anno anterior, mas que não tinhaõ sido realisadas, quer por falta de tempo, quer por outras circonstancias eventuaes. E seguidamente, o presidente fes as seguintes propostas relativas a continuaçaõ das obras no Santuario: Pintura e douramento da tribuna e dos quatro altares lateraes, segundo o orçamento de peritos. – Quatro imagens de tamanho natural para os quatro altares lateraes. – Nove casulas das differentes cores necessarias para aos actos do culto e um paramento festivo completo. – Camarim e oratório na tribuna do altar-mor. - Banquetas completas de castiçaes e crucefixos do altar-mor e dos quatro lateraes. - Construção de um caixaõ para guarda de paramentos e alfaias na sacritia do Santuario. – E finalmente foi feita a proposta para os estudos de uma planta geral de obras e milhoramentos que de feturo tenham de fazer-se no referido Santuário» [1618].

Apesar das expectativas criadas com um orçamento ambicioso, além das despesas com a construção da estrada da ponte de Rio Caldo a S. Bento, no campo do investimento, apenas foram liquidadas as despesas relativas ao acréscimo do altar-mor, trabalho encomendado pela Junta cessante ao entalhador Manuel António Teixeira (160$000 rs.) [1619], a aquisição de paramentos (88$380 rs.) e o conserto do telhado do Templo (61$000 rs.) [1620].

Os anos que se seguiram não permitiram a continuação dos melhoramentos que vinham sendo realizados quando o Pe. Dias de Freitas presidia de facto à JP. Com o seu afastamento, de *motu* próprio, o Pe. Pinto tomou a direção das obras, pois tinha ascendência sobre quase todos os vogais, e os outros foram-se afastando. Assim, foi dada prioridade à construção da estrada de ligação da ponte de Rio Caldo a S. Bento e ao ramal de Bostelo que beneficiava a família do próprio Pe. Pinto Guedes.

Em termos de arte sacra, alfaias e paramentos, dada a importância do santuário de SBPA, a Mesa tinha de encomendar aos melhores artistas bracarenses. Na verdade, foi precisamente isso que aconteceu!

---

[1615] Arrematante da casa destinada aos romeiros.
[1616] Por este trabalho, recebeu, em 15 de agosto de 1895, 14$420 réis. Cf. **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060.
[1617] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 3177.
[1618] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 95 v.- 96.
[1619] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 114 v.
[1620] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 4.

O fornecimento de banqueta do altar-mor e crucifixo, liquidado em 28 de agosto de 1898, foi adjudicado a Domingos Alves Teixeira Fânzeres, de Braga, pelo valor de de 133$500 rs. [1621], considerado pelo especialista em arte religiosa do período barroco, Eduardo Pires de Oliveira, «o melhor pintor de imagens e de decorações de igrejas deste período (...) foi à sua casa que foi encomendada a imagem oficial de N.ª S.ª de Fátima, esculpida na oficina de José Ferreira Thedim II» [1622]. Na mesma ocasião, foi liquidada a quantia de 660$000 rs. a Eduardo da Conceição Amorim, também de Braga, filho de um especialista em paramentos eclesiásticos, Custódio José da Silva Amorim, pelo fornecimento de um paramento de seda e ouro [1623].

Quando, em 12 de julho de 1902 [1624], o abade, na qualidade de presidente da JP, reassumiu a gestão dos rendimentos do Santuário, retomou a finalização das obras no interior do Templo, nomeadamente a pintura e douramento do retábulo do altar-mor e dos quatro laterais, tendo adjudicada a obra a um artista bracarense, também muito conhecido, José Dias Ferreira, viúvo, morador na rua Nova, por 1:395$000 rs., mediante escritura lavrada no notário José Augusto Leite Ribeiro, cujas cláusulas dizem o seguinte:

> Primeira: Pintura e douramento do retabolo do altar-mor e dos quatro altares lateraes da dita capela de São Bento da Porta Aberta. Segunda: O douramento comprehende toda a obra de talha, ornatos, filetes, molduras, meias canas e relevos, sendo excluido só as partes lisas. Terceira: O douramento será brunido o melhor que possa e o mais perfeito no genero. Quarta: As partes lisas serão todas a branco e mais cores, mas tambem brunidas, feito por artistas competentes e conhecedores da arte para isso. Quinta: Os artistas devem mostrar as competentes habilitações. Sexta: O ouro a applicar deverá ser de vinte e tres quilates, devendo ser examinado por pessoa competente antes de ser applicado. Sétima: O prazo para a conclusão das obras é de onze meses a contar de hoje: Que o preço d'arrematação é de um conto, tresentos, noventa e cinco mil reis, como consta do respetivo auto; e finalmente que os pagamentos serão feitos ao segundo outorgante d'harmonia com o andamento da obra, não podendo exceder mais de trinta dias [1625].

Iniciada a obra em 1902, ano em que recebeu 160$000 [1626], José Dias Ferreira continuaria a trabalhar durante o ano de 1903, em que foram liquidados 879$780 rs. «aos arrematantes da obra de pintura e douramento dos altares de S. Bento» [1627], e daria os trabalhos por concluídos no iníco do ano de 1904, tendo recebido aí os restantes 255$220 [1628].

Uma vez concluída a obra, José Dias Ferreira veria o seu trabalho publicamente reconhecido devido a notícia divulgada no «Commercio do Minho»:

> O Senhor José Dias Ferreira, habil pintor-dourador bracarense, concluiu ha pouco o trabalho de pintura e douramento burilado do altar-mor e dos quatro altares lateraes do sumptuoso mosteiro de São Bento da Porta Aberta.
>
> Segundo nos informam, todo o trabalho em referencia ficou primorosissimo, evidenciando nele o Senhor Dias Ferreira a sua incontestavel competencia e apurado gosto artistico [1629].

---

[1621] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 46.
[1622] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999): *O. c.*, p. 186.
[1623] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 46.
[1624] Cf. **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 2549.
[1625] **ADB**, *Notarial de Amares*, Leite Ribeiro, nota 64, fls. 29-30.
[1626] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 2549.
[1627] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 44 e **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 5445.
[1628] *Idem*.
[1629] **In** «Commercio do Minho» de 9 de fevereiro de 1904.

Entretanto, a Mesa adjudica a empreitada de construção do «camarim do altar-mor da tribuna da Capela-mor de S. Bento da Porta Aberta» ao entalhador Pedro Rodrigues, mais um grande artista bracarense, conhecedor das técnicas artísticas do mestre Elias, visto ter trabalhado na sua oficina, por 430$000 rs. [1630]. O trabalho de «pintura e douramento no camarim do Santuário de S. Bento da Porta Aberta» seria executado por José Dias Ferreira, durante o ano de 1904, tendo recebido 120$000 rs. [1631].

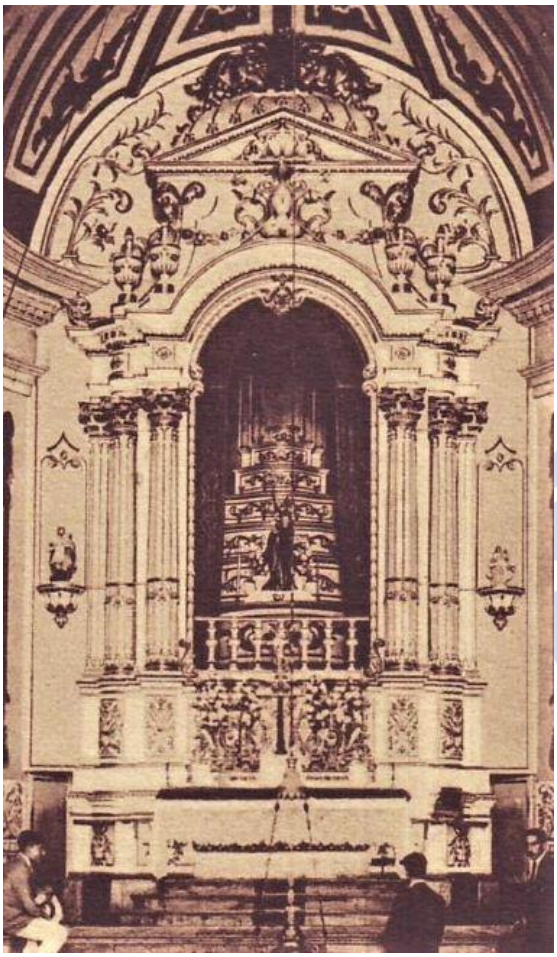


Fig. 46. Altar-mor de SBPA ("machineta" e trono), 1907. (Fonte: Adriano Afonso).

O primor do trabalho de José Dias Ferreira seria, também, elogiado pelo periódico «A Palavra», em edição de 7 de fevereiro: «A junta de parochia de Rio Caldo (…) acabou ha pouco tempo uma obra grandiosa, como é, o douramento burilado e pintura da capella mór e de 4 altares lateraes (...). Os nossos parabéns tanto á digna junta, como ao acreditado artista».

Este elogio ao abade Dias de Freitas, adversário do Pe. Pinto Guedes e num jornal de outra fação política, levou este a responder-lhe no «Correio do Minho», desvalorizando o trabalho do conceituado artista José Dias Ferreira: «e a respeito da obra grandiosa do douramento, se o snr. correspondente ali viesse e atentasse nos altares lateraes, sobretudo na deslocação das columnas, via e dizia que não precisavam tanto de douramento, como de... machado» [1632].

Não sabemos se houve contrarrespostas, mas, passados apenas dois anos, e com o Pe. Dias de Freitas novamente afastado da gestão dos bens do Santuário, o Pe. Pinto Guedes levaria a dele avante, adjudicando a António José de Passos, de Rendufe (Amares), por 231$000 rs., «a pintura e douramento do trono e camarim da tribuna de S. Bento da Porta Aberta» [1633].

Os trabalhos previam, segundo orçamento do artista rendufense, o seguinte:

Obra de douramento e pintura
Orçamento - pintura a óleo de 1.ª qualidade, ouro de 23 quilates, a saber:

| | |
|---|---|
| Pintura do tecto e lados da Machineta | 45$000 rs. |
| Pintura dos lados do trono a liso azul | 10$000 rs. |
| Pintura e douramento da Machineta | 25$000 rs. |
| Bancada dentro da Machineta | 3$000 rs. |
| 1.ª bancada fora da machineta | 8$000 rs. |
| 2.ª bancada fora da machineta | 10$000 rs. |

[1630] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 5445, e **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 44.
[1631] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 50.
[1632] Cf. «Correio do Minho» de 12-2-1904.
[1633] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Irmandades. Doc. n.º 72.

| | |
|---|---|
| 3.ª bancada fora da machineta | 15$000 rs. |
| 4.ª bancada fora da machineta | 20$000 rs. |
| 5.ª bancada fora da machineta | 30$000 rs. |
| 6.ª bancada fora da machineta | 40$000 rs. |
| Pintura e douramento das corniges dos lados sobre as portas | 25$000 rs. |
| Soma total: | 231$000 rs. |

Rendufe, 13 de dezembro de 1906.
O perito, pintor dourador, (Ass.) Antonio José de Passos.

Não menos interessantes que os valores, são as condições de execução plasmadas noutro documento e que nos permitem conhecer os motivos, as cores e materiais utilizados:

> a pintura do tecto: levará ao centro os emblemas do Santo: mitra, livro, bacolo e côrvo no meio d'um circulo guarnecido com ornatos.
>
> Levará quatro almofadas a imitar relevo e dentro destas, ornatos de bom gosto ou emblemas do sacrifício taes como: calix, turibulo, galhetas, missal.
>
> Os lados da machineta e fundo da mesma levará uma pintura em ornato, ou a imitar damasco: os lados do trono e portas, pintado a azul ou branco liso, ou côr que a mesa designar. A maior parte da pintura da Machineta será a branco assim como as bancadas; exceto culunas da machineta, soccos e guarnições das bancadas que o artista fará de bom gosto de convinação da mêsa.
>
> Tudo quanto seja ornato, relevos, redondos e meias canas, tanto na Machineta como nas bancadas e lados do trono serãm dourados a ouro fino de 23 quilates; toda a pintura é feita a oleo e alvaiade de 1.ª qualidade e douramento a moldente.




Fig. 47. Altar-mor (trono de S. Bento), antes de 1933. (Fonte: Jornal de SBPA).

Este orçamento seria aprovado pelo governador civil, Dr. Manuel Monteiro, por despacho de 4 de março de 1907, integrado num orçamento suplementar que previa um acréscimo da despesa no montante de 1.397$770[1634].

[1634] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Irmandades. Doc. n.º 70.

A partir do momento em que os altares foram dados por concluídos, concluída a pintura e o douramento, as intervenções no interior do santuário foram reduzidas. Registamos, em 1909, a colocação de azulejos no plano inferior da capela-mor. A deliberação foi tomada em sessão do dia 18 de junho, após conhecimento da aprovação do orçamento geral para esse ano, com a prerrogativa de pedirem autorização para avançar já com as obras de «pintura e azulejo da igreja», invocando a urgência na sua execução, uma vez que a arrematação em hasta publica não permitiria a conclusão das obras antes da romaria de agosto [1635]. Outra intrvenção foi a colocação de mosaicos na capela-mor – já vimos que a solução do soalho não tinha sido a melhor, pelo que, no ano de 1913, quando presidia à comissão administradora o regente florestal Tude Martins de Sousa, foi adjudicada à firma portuense de José Fernandes Dias & C.ª, do Porto, a empreitada para fornecimento (50$000 rs.) de «mosaicos para a capela-mor do templo de S. Bento», uma vez que o «pavimento de madeira ameaçava desabar», montante acrescido de 30$190 rs. pelo transporte e assentamento dos mesmos [1636]. Seguiu-se a construção de um baldaquino, adjudicado a Faustino Barros, de Braga, quando presidia à comissão administrativa (CA) da Irmandade um ex-militar, Francisco Lopes de Oliveira, autor da segunda monografia sobre o concelho de Terras de Bouro. Em ofício de 6 de fevereiro de 1933, Lopes de Oliveira comunica a Faustino Barros que a CA da «Irmandade em sessão de hontem adjudicou-lhe a construção e colocação de um Baldaquino na Tribuna do Templo conforme sua proposta e condições do concurso pela quantia de 3.500$00» [1637].

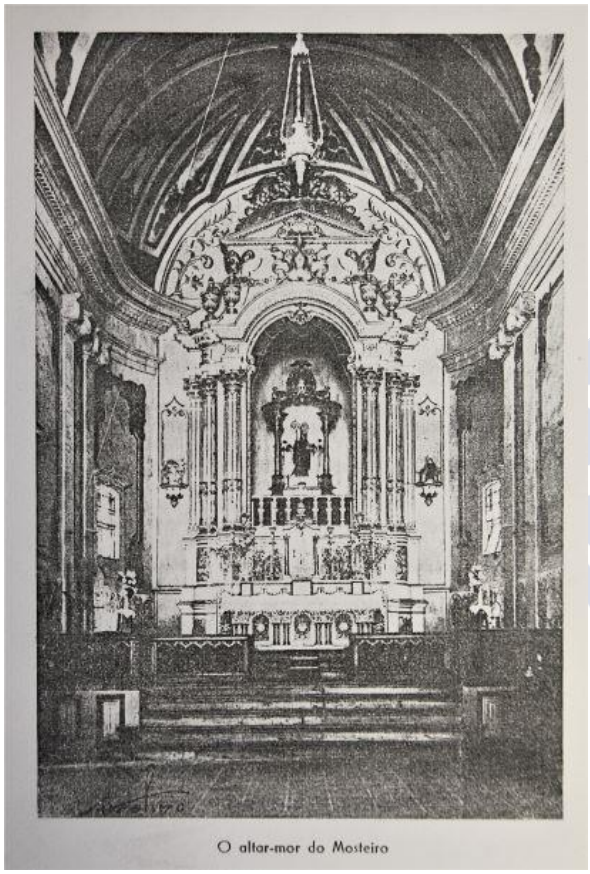


Fig. 48. Altar-mor e baldaquino de SBPA, posterior a 1934 (Fonte: Molho de Faria, 1947: 98).

Não sabemos, exatamente, quando é que o baldaquino foi colocado, mas deve ter ocorrido por volta de 1934.

Em 1943, o Pe. Basílio Rodrigues, presidente da Mesa, promoveu a construção de um acesso ao trono de S. Bento pelo exterior, como narra o cónego Molho de Faria:

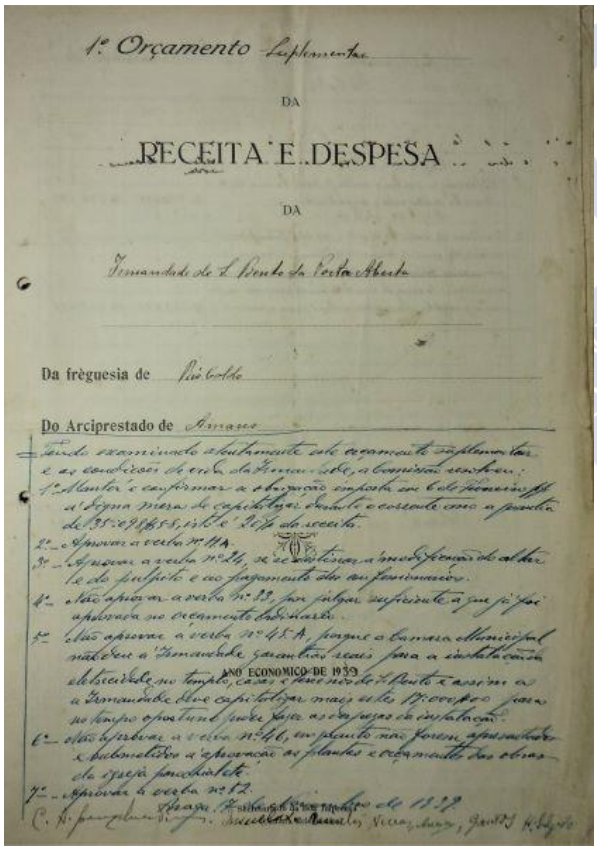
> Há uns três anos atrás, a entrada para se ir junto do trono do senhor S. Bentinho fazia-se por dentro do Templo, assim como a respectiva saída. Era isto motivo para grande aglomeração de romeiros, lá em cima, mesmo junto do altar-mor.
>
> Impossível assim manter a ordem, dentro do Templo. E quando havia actos de culto, por força que eram transtornados, quando não impossibilitados.
>
> Os desacatos e, sobretudo, a falta de respeito eram frequentes.
>
> Tudo foi removido, abrindo-se duas portas laterais externa: uma para a entrada – a do lado norte; outra para a saída – a do lado sul.
>
> Reforma esta difícil e custosa, mas de vantagens incalculáveis [1638].

[1635] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Confrarias. Doc. n.º 1361.
[1636] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Irmandades. Doc. n.º 1100.
[1637] **AISBPA**, *Livro do copiador 1924-1948*, fl. 22.
[1638] FARIA, Molho de (1987): *O. c.*, p. 177.

O acesso à tribuna pelo interior da capela-mor já tinha chegado à cúpula da hierarquia bracarense, ao arcebispo D. António Bento Martins Júnior, que, analisando uma informação de 1 de março de 1937 prestada pelo capelão, mesmo tendo em conta as medidas já por ele adotadas, emitiu, a 7 de abril, uma provisão destinada a promover a alteração da tribuna do Santuário de modo a evitar não só a aglomeração dos romeiros na capela-mor, mas a evitar que estes passassem por cima do sacrário. O prelado ameaçava não renovar a autorização para conservar o SS.mo Sacramento no Templo enquanto a situação não fosse alterada.

A provisão é do teor seguinte:

> O § 2 do cn. 1268 manda que o SS.mo Sacramento se conserve no lugar mais excelente e nobre da igreja e por isso regularmente no altar-mor. No Santuário de S. Bento da Porta Aberta, o altar-mor é, segundo informação do Rev.do Capelão, de 1 de março (fl. 12) "o mais bem ornado", e por isso deveria ser aí conservado o SS.mo Sacramento, se não fôra a informação de fls. 3 que declara que o "Santo (S. Bento) está colocado na tribuna sobre o sacrário" e que o povo, quando vai "fazer romaria ao Santo, passa por cima do sacrário"!
>
> O Rev.do Pe. Capelão informa que já retirou o SS.mo para o altar de Nossa Senhora da Conceição (fls. 14), mas isso não resolve a dificuldade, porque essa solução poderia admitir-se como provisória, mas não como normal, visto contrariar o disposto no cn. 1268.
>
> A Confraria deve preparar o altar-mor, de harmonia com as leis disciplinares e litúrgicas, (mandando o competente projecto das obras á nossa Secretaria para ser previamente examinado), de maneira que lá se possa colocar o Padroeiro, o glorioso S. Bento, pois é lá o seu lugar próprio, e o SS.mo Sacramento, que também lá deve estar, sem os inconvenientes que actualmente existem, pois não se pode admitir o dispositivo que ao presente obriga os devotos a passar sôbre o sacrário, nem que o Santo Padroeiro esteja sôbre êste colocado.
>
> Enquanto estas medidas não forem tomadas, não pode reformar-se o resento (??) para a conservação do SS.mo Sacramento, nem lá conservar-se habitualmente.
>
> Braga, 7 de abril de 1937.
> + A.[1639] Arc, Primaz [1640].


1.º Orçamento Suplementar

DA

RECEITA E DESPESA

DA

Irmandade de S. Bento da Porta Aberta

Da frèguesia de Rio Caldo

Do Arciprestado de Amares

ANO ECONOMICO DE 1939

Fig. 49. Fac-simile do acórdão de aprovação do orçamento suplementar de 1939. (Fonte: AISBPA).

O Pe. Basílio, como *servo bom e fiel*, pôs mãos à obra e, dois anos mais tarde, apresentava, em assembleia geral extraordinária da ISBPA, realizada no dia 14 de outubro de 1939 e por ele dirigida «como delegado do Excelentíssimo Prelado Diocesano» que, entre outras deliberações, decidiu «pruceder, confórme os recursos da Irmandade, a óbras no Templo, principalmente a

[1639] António Bento Martins Júnior (1932-1963).
[1640] **AISBPA**, *Documentos avulsos relativos ao ano de 1937*.

substituição do Altar-Mor por outro mais rico a colucar de módo que o Sacrário fique o possibél desviado da Tribuna e confrme as leis liturgicas; mudificar os Pulpitos, substituindo as suas grádes de férro sem estética por talhas de harmonia com o estilo do Templo» [1641].

A Mesa elabora o 1.º orçamento suplementar para 1939 e submete-o à aprovação da comissão eclesiástica que, por acórdão de 17 de novembro, o aprova, mas com reservas: «3.º Aprovar a verba n.º 24, se se destinar á modificação do altar e do púlpito e ao pagamento dos funcionários» [1642].



Fig. 50. Tribuna do altar-mor com o baldaquino de SBPA. (Foto de 2014).

Na sequência destas obras, seriam abertas duas portas laterais à tribuna, uma do lado norte para entrada dos devotos e outra do lado sul para saída.

Seguem-se as intervenções seguintes:

- 1941: restauro das pinturas decorativas dos tetos e paredes do templo [1643];
- 1942: trabalhos de caiador e pintor [1644].
- 1944: acesso ao trono de SBPA pelo exterior [1645];
- 1946: reparos na pintura do Templo e convidar o artista Victor Mendes [1646];
- 1948: mobiliário para as sacristias [1647];
- 1949: aquisição de relíquia de S. Bento [1648], relicário [1649], imagens e mitra [1650];
- 1952: aprovação da eletrificação do Santuário e terreiro de S. Bento [1651];
- 1957: inauguração da eletrificação do Templo [1652];
- 1957: transformação do patamar fronteiro ao Mosteiro [1653];
- 1974: ampliação da torre sineira [1654];
- 1976: intervação na capela-mor [1655].

Já neste século, temos as obras de adaptação à nova realidade de Basílica, cujo projeto foi da autoria do arquiteto António Gerardo Esteves.

---

[1641] **AISBPA**, *Livro de atas da assembleia geral (1919-1953)*, fls. 11 v.-12.
[1642] **AISBPA**, *Pasta com os processos de aprovação eclesiástica das contas da ISBPA (1939-1966)*.
[1643] **AISBPA**, *Livro do copiador (1924-1948)*, fl. 42.
[1644] *LIdem*, fl. 44 v.
[1645] FARIA, Molho de (1987): *O. c.*, p. 177.
[1646] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 20 v.
[1647] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 57 v.
[1648] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa de 1945-1950*, 76 v.
[1649] *Idem*, fl. 78 v.
[1650] *Idem*, fl. 77.
[1651] **AAB**, *Documentação avulsa*, 1953, Eletrificação do Santuário – Memória Descritiva e Relatório.
[1652] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa de 1956-1969)*, fl. 21 v.: «Ás vinte e duas horas do dia onze, com a comparencia das auctoridades concelhias, Reverendissimo Cónego Dr. José António Martins Gigante, clero e mais amigos dos progressos locais, procedeu-se á inauguração da luz eléctrica no local de S. Bento da Porta Aberta, melhoramento á tanto tempo esperado e que tantos trabalhos tem absorvido, pelo que esta data vem alegrar todos quantos trabalharam para este fim e marca o inicio de novos melhoramentos locais».
[1653] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa de 1956-1969*, fl. 24 v.
[1654] *Vide* página 350.
[1655] *Ibidem*.

5.3.14.2. Cofre de pedra

Os rendimentos do Santuário de S. Bento eram elevados, quer no que respeita às esmolas, quer em ex-votos[1656], pelo que sempre houve a preocupação em os manter bem seguros, não só dos ladrões, como também das tentações daqueles que com eles lidavam. Normalmente, a opção ia para a aquisição de cofres com três chaves. Na história da capela de SBPA, remonta ao ano de 1843 a primeira proposta de aquisição de um cofre com três chaves que viria a gerar polémica e a retardar a sua compra [1657].

Se, no princípio do século XIX, já havia necessidade de um cofre, muito mais se justificou após a sagração do novo Templo, daí que a opção dos responsáveis pela administração do Santuário reacaísse num cofre de pedra destinado a «guardar os fundos, rendimentos, esmolas e alfaias de valor do mesmo santuário», como ficou exarado na ata de tomada de decisão da sua compra ocorrida a 4 de novembro de 1894 [1658]. Elaborado o caderno de encargos e obtida a aprovação por parte da autoridade administrativa, concedida a 6 de abril, a arrematação realizar-se-ia no dia 29 de abril de 1895, tendo a obra sido adjudicada a João Fernandes, arrematante da obra de pedreiro da «Casa dos Romeiros», por 101$000 rs., embora a base de licitação fosse de 150$000 rs. [1659]. A este montante, acrescem outros valores resultantes de acabamentos e reforço da segurança, como a porta, adjudicada a Bento José de Sousa por 5$800 rs.; um caixão e mesa para o interior do cofre, adjudicados a Manuel de Oliveira por 7$060 rs.; e umas grades de ferro, outra porta, 3 fechaduras e outras ferragens, na importância de 16$240 rs., pagos a João Manuel Barreiro [1660].

5.3.14.3. Torre sineira: o carrilhão de sinos

Na revisão do inventário realizada a 29 de janeiro de 1899, é referido «um Templo de S. Bento da Porta Aberta tendo a sua Torre dezoito sinos»[1661].

Podemos afirmar que quase não existe igreja ou capela sem a sua torre sineira ou simples campanário.

Altiva nas paisagens rurais, qual pináculo de catedral, sobressaía, igualmente, nos espaços urbanos, georreferenciando o local e orientando, com o toque dos seus sinos, o quotidiano dos cidadãos.

Impõe-se, ainda hoje, e identifica o centro da paróquia, normalmente o lugar do Assento, porque era o pároco quem fazia o registo (assento) do batismo, durante séculos o único que marcava o início de uma nova vida.

Muitas torres são prodígios de arquitetura, sobretudo as de estilo gótico, e tornaram-se símbolos da localidade onde se encontram.

Por vezes, ficamos surpreendidos como conseguem albergar tanto sino, como o caso de SBPA. Depois de albergar um carrilhão de dezoito sinos, quase não restou espaço para o sineiro se movimentar. Por essa razão, terá sido intervencionada duas vezes nos últimos cem anos.

---

[1656] **AFFRC**, *Livro de inventário dos bens próprios (1886-1930)*, fl. 22 v.: «um resplendor d'ouro, tres de prata, um bezerrinho de prata, um coração de prata, dois meninos de prata, sendo o maior massiço, trez pomas [peitos] de prata sendo as maiores doiradas, duas pernas de prata, sendo a menor de prata massiça, duas maõs de prata sendo a maior de bastante peso, dois ovos de prata, um nariz de prata, uma campainha de prata, um cravo (prego) de ouro».

[1657] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 3: «cujo cofre devera ter tres chaves, e entregue cada huma a quem por direito competir, e sendo pella mesma Junta de Parochia ouvido seu requerimento, deleveraraõ que [no que] respeita ao coffre, que naõ havia Lei que mandaçe haver coffre para o Rendimento do Santoario de Saõ Bento e que os rendimentos do mesmo Santoario entrassem na maõ do actual thesoureiro, ꝙ isto supra deleveraraõ os dois Membros, porquanto o Prezidente hera de opinaõ que houvesse».

[1658] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 95 v.

[1659] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 3177.

[1660] *Idem*.

[1661] **AFFRC**, *Livro de inventário dos bens próprios (1886-1930)*, fl. 22 v.

Habituámo-nos a ouvir os sinos, essas «vozes de bronze» como, com toda a propriedade, os denominou José Rosa [1662], desde crianças. Por vezes, o seu som estridente também foi criticado por impedir o descanso dos que moravam próximo [1663].

Na realidade, os toques são diversos e orientaram a vida das pessoas durante centenas e centenas de anos, para não falar em milhares.

Já no nosso tempo, chamavam-nos para os atos religiosos, uma hora antes, e com três pancadas indicavam que o ato estava a começar; recordámos o toque de batismo: mais uma alma que foi admitida no universo dos cristãos!; o toque de finados: anunciador do triste desfecho, duas ou três sequências, conforme o defunto fosse mulher ou homem; o toque das Trindades; o anunciar da morte do Senhor, na Sexta-feira Santa, ou o repenicar no sábado de Aleluia.

Segundo a professora Elisa Lessa, o sino é, desde tempos imemoriais, anunciador de boas e de más novas «convertendo-se num sinal de pertença de um lugar e de uma comunidade. Por volta do século VIII, desenvolveram-se dois modelos de construção: o tipo taça (pouco profundo e sem badalo, percutido pelo lado de fora); e o tipo profundo (formato cónico ou em colmeia, com badalo no seu interior). A sua sonoridade é popularmente designada como "a voz de Deus" chamando os fiéis à oração» [1664].

Tantos são os toques... sem esquecer os de pânico, quando numa aldeia era necessário reunir o povo com urgência, como quando deflagrava um incêndio, ou a residência do abade, presidente da Mesa de SBPA, foi assaltada e a criada conseguiu chegar à corda que pendia do sino; ou, ainda, quando foi descoberta, no monte do Formigueiro, hoje «Fraga de S. Bento», a pequena imagem de S. Bento que tinha sido roubada do Templo.

Magia que perdura em nós como tão bem a descreveu Fernando Pessoa em «Ó sino da minha aldeia»:

Ó sino da minha aldeia,
Dolente na tarde calma,
Cada tua badalada
Soa dentro da minha alma.

E é tão lento o teu soar,
Tão como triste da vida,
Que já a primeira pancada
Tem o som de repetida

Por mais que me tanjas perto
Quando passo, sempre errante,
És para mim como um sonho.
Soas-me na alma distante.

A cada pancada tua
Vibrante no céu aberto,
Sinto mais longe o passado,
Sinto a saudade mais perto [1665].

A 9 de dezembro de 1893, a JP aprova o caderno de encargos para fornecimento de um carrilhão de sinos. Embora não tenhamos logrado descortinar o contrato – parece-nos que não passou de pública-forma -, o projeto encontra-se transcrito no livro de correspondência, editais e alvarás dos anos 1890 a 1906, de onde o transcrevemos:

[1662] ROSA, José António Pinheiro e (1947): *Vozes de bronze, os sinos das torres do Algarve*. Faro: Junta da Província do Algarve.

[1663] Cf. «Constituinte» de 25 de setembro de 1880: «Ha uma postura camararia que regula o tempo concedido aos sineiros para nos martelarem os ouvidos, e impõe multa aos que forem além d'elle. É natural que poucas multas tenham entrado nos cofres do municipio por transgressão d'esta postura, apesar de todos sabermos por dolorosa experiencia quanto d'ella se abusa.

Pediamos em nome da cidade [Braga] inteira ao digno fiscal da camara que dê ordens terminantes a este respeito; e que poupe os ouvidos dos que ás 8 horas da manhã accordam sobressaltados ao som do bronze que se escuta... por cima das nossas cabeças».

[1664] LESSA, Elisa Maria Maia da Silva (2019): *O Patrimónico Musical do Bom Jesus do Monte*. Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte, p. 40.

[1665] FRNANDO PESSOA (1986): *Obra poética e em prosa*. Vol. I, Poesia. Porto: Lello & Irmão – editores, p. 172.

Copia do projecto para fornecimento de um carrilhaõ de 14 sinos afinados para o Santuario de S. Bento na freguesia de Rio caldo

A antiga fabrica de fundiçaõ de sinos de Joze Maria Rebello da Silva e companhia, estabelecida em Braga, propõem-se a fornecer para o Santuario de S. Bento um carrilhão de 14 sinos afinados nas seguintes condicções:

1.ª Aos 14 sinos devem corresponder as seguintes notas musicaes partindo do maior para os menores: Fá, Sol, Lá, Si, Dó, Dóv, Ré, Mi, Fá, Fáv, Sol, Soli, Lá e Si;

2.ª O sino maior deve pesar proximamente 880 kilogramas, devendo os outros seguir nas dimensões e pesos necessários para formarem a escala;

3.ª A fabrica encarregada do fornecimento dos sinos, recebendo o que actualmente existe na torre, quando elle não se harmonize com os restantes;

4.ª Fica á conta da fabrica a despesa com ferragens, tanto para as porcas como para a montagem de todos os sinos na torre, badalos, que devem ser de ferro fundido e turniado; feitio das porcas, trabalho e direção da montagem do carrilhão e fornecimento de todos os acessórios necessários para os tocar e igualmente fica á conta da fabrica a despesa de fazer com um sineiro habilitado que deve demorar-se no lucal do Santuario para assistir á inauguração e ensinar o endividuo que houver de ser encarregado de tucar o carrilhão;

5.ª O carrilhão deve estar montado na torre por occasiaõ da romagem do mes de Julho proximo, e se, por causa de força maior não poder ser colocado n'esta occasiaõ, não deixará de estar por occasiaõ da romagem de Agosto;

6.ª O carrilhão será examinado na fabrica por peritos, com assistencia da junta de parochia ou seus delegados, e quando qualquer sino não convenha a um bom carrilhaõ, será regeitado e a fabrica fundirá outro ate que esteja perfeito, não tendo por isso a receber-se indemnização alguma;

7.ª Os 13 [*sic*] sinos do carrilhaõ devem custar proximamente 2:500$000 rs., dois contos e quinhentos mil reis, sendo d'esta quantia 2:200$000 rs., importancia dos 13 sinos e bancaes de bronze que devem pesar approximadamente 3:364 kilogramas ao preço de 654 rs. o kilograma, e 300$000 rs. para todos os encargos da condiçaõ 4.ª;

8.ª O pagamento será feito do modo que se accordar, por uma só vêz ou em prestações, recebendo a fabrica no acto da entrega metade da importancia;

9.ª Quando se julgue que as notas indicadas não são as que mais convem; não há duvida em as substituir pelas que forem preferidas no acto do contracto.

Braga, 9 de Dezembro de 1893.

Joze Maria Rebello da Silva e C.ª [1666]:

A JP, na sessão ordinária do ano de 1893, realizada no último dia do ano, como o edifício do novo Templo estava a ficar concluído, entre as várias obras incluídas no orçamento ordinário para o ano seguinte, incluiu a aquisição de um carrilhão de sinos afinados, tendo deliberado elaborar o orçamento respetivo e que, «a companhado das plantas da casa [da Fábrica] e do progeto do carrilhaõ de sinos, fosse remetida ao Excelentissimo Senhor Governador Civil» para ser devidamente approvado» [1667].

Como tinham urgência, logo no dia 9 de janeiro, em reunião extraordinária, o presidente propõe que se autorize «um dos vogaes presentes a assignar o contrato de furnecimento do carrilhaõ de sinos para o Santuario de S. Bento, segundo o progeto e nas condições constantes do mesmo que no ato foi presente á concideração e exame dos vogais da Junta [1668]». Deliberaram indigitar o vogal Manoel Bento Pereira para assinar o contrato com a firma José

[1666] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais* (1890-1906), fls. 9-9 v.
Ver pagamentos em **ADB,** *Governo civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060.
[1667] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 89.
[1668] *Idem*, fl. 90.

Maria Rebello da Siva e C.ª da cidade de Braga, apesar do voto contra do vogal Agostinho José Rodrigues e da exposição do Pe. Pinto já referida [1669]. O fornecimento do carrilhão de sinos seria contratualizado (escritura de pública-forma), a 25 de janeiro de 1895, com a firma Rebello da Silva e C.ª, «a mais importante e operosa fábrica de Braga neste período», fornecedora, entre outros, dos carrilhões de sinos das igrejas do Sameiro, S. Vicente e Arco de Baúlhe [1670].

Este documento encontra-se transcrito no livro dos autos de arrematação dos anos 1890 a 1908, de onde o retirámos:

> Publica forma
>
> Pela presente a nosso rogo escripta, declaro eu Joze Maria Rebello da Silva, casado, proprietario, residente no campo de Santa Anna, desta cidade, como representante da Sociedade que nesta cidade gira sob a firma de Joze Maria Rebello da Silva e companhia com fabrica de fundiçaõ de sinos situada na rua da Ponte desta mesma cidade, que a mesma fabrica se obriga a fornecer um carrilhaõ de quatorze sinos, para a capella de S. Bento da Porta-Aberta, na freguesia de Riocaldo, comarca de Vieira, sob as condições e clausulas estipuladas no projecto pela mesma fabrica apresentado á junta de parochia da dita freguesia de Riocaldo, e por esta approvado, o qual projecto se acha junto ao orçamento, como consta da respectiva acta de aquella junta, contracto este que será valido desde que seja approvado o referido orçamento pelas respetivas estações. Declaro eu, Manuel Bento Pereira, casado, proprietario, do lugar da Crugeira, da mesma freguesia de Riocaldo, representante da Junta de Parochia, da mesma freguesia, e por ella aucturisado para este fim em sessaõ extraordinaria de doze do corrente mez, que em nome da mesma junta acceito o presente contracto, tal qual elle se expressa. Foram a tudo testemunhas presentes Manuel Joaquim de Oliveira Lopes, viuvo, da rua de S. Vicente, e Ernesto Pimenta Vasconcellos, solteiro, maior, da rua da Oliveira, escreventes, desta cidade, que assignam com os aothorgantes depois deste titulo ser lido perante todos que achamos comforme. Braga, vinte e cinco de Janeiro de mil oito centos noventa e quatro. Joze Maria Rebello da Silva e Companhia. Manoel Bento Pereira, Manuel Joaquim de Oliveira Lopes, Ernesto Pimenta Vasconcellos. Reconheço as quatro assignaturas supra feitas pelos proprios perante mim. Braga, vinte e cinco de Janeiro de mil oito centos noventa e quatro. Em testemunho de verdade, signal publico. Custodio Joze d'Araujo Aguiar. Tem o sello de vinte reis innutilisado. Nada mais contem o dito documento ao qual me reporto em poder do apresentante que de o receber assigna. Braga, vinte e cinco de Janeiro de mil oito centos noventa e quatro. Eu, Custodio Joze de Araujo Aguiar, tabelliaõ sobscrevo e assigno em publico e raso, em test. pr.ª de verd.ª.
>
> Custodio Joze de Araujo Aguiar.
>
> Recebi o ureginal.
>
> Joze Maria Rebello da Silva [1671].

[1669] Vide pp. 122-123.
[1670] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999): *Arte religiosa e artistas em Braga e sua região*. Braga: APPCDM, p. 274.
[1671] **AISBPA**, *Livro de Autos de arrematação (1890 a 1908*), fl. 5 v.

Como tivemos oportunidade de observar[1672] na gravação de um dos maiores sinos da torre do Santuário, foram executados no ano de 1894 na fundição bracarense «João Ferreira Lima»[1673]: «JOANNES FERREIRA / LIMA ME FECIT / BRACARAE» [1674]e, por cima, tem gravado o ano «1894»; no sino do lado norte, voltado para a serra do Gerês onde, segundo a tradição, Santa Eufémia terá sido martirizada, «SI b» e a imagem de Santa Eufémia; no sino do lado leste, «LÁ» e a imagem de S. José. A poente, com vista para o largo do terreiro onde se acumulam multidões de peregrinos e passam as procissões, o sino maior, refundido em 1975, com a gravação da imagem de S. Bento do século XIX, ou seja, S. Bento de barbas, com resplendor, báculo, *Regra* e corvo e mitra aos pés. Este sino tem uma inscrição em relevo que diz «PROMESSA PELO Ex.mo Snr. MANUEL DE MARQUES DE MELO, NASCIDO E BAPTIZADO EM SANTA MARIA DE ALVORA, ARCOS DE VALDEVEZ, E RESIDENTE EM S. PAULO, OLIMPIA».

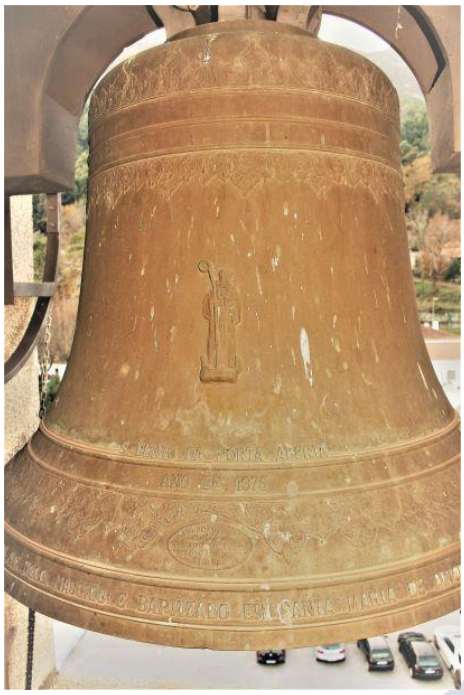


Fig. 51. Sino de S. Bento, o maior do carrilhão.

O sino do lado sul, instalado em 2003, que substituiu o anterior que tinha partido, tem a imagem de N. Sra. da Conceição (de quem o Pe. Pinto era grande devoto) e a inscrição: «A FUNDIÇÃO DE SINOS / DE/ BRAGA / SERAFIM DA SILVA JERONIMO / RUA DO CORVO, 72-73 / BRAGA».

O fundo do Governo Civil existente no ADB contém infromação relativa não só aos pagamentos do carrilhão, no total de 2:506$455 rs. (300$000, adiantamento; 11-7-1894: 643$700; 15-8-1894: 1:57$400; e 9-12-1894: 504$690), mas também o custo de cada sino, o peso e a nota a que esse sino corresponde, como se pode ver no quadro que se segue.

**Quadro n.º 14. Dados referentes ao carrilhão de sinos.**

| Nota | Peso | Preço |
|---|---|---|
| Fá | 943 kg (654 rs o kg) | 616$720 |
| Sol | 624 Kg | 409$095 |
| Lá | 438 kg | 286$450 |
| Dó | 268 Kg | 175$270 |
| Dó# | 224 Kg | 146$495 |
| Ré | 183 Kg | 119$680 |
| Mi | 133 kg | 86$980 |
| Fá | 113 Kg | 73$900 |
| Fá# | 93 kg | 60$820 |
| Sol | 78 Kg | 51$0101 |
| Sol# | 64 Kg | 41$855 |
| Lá | 54 Kg | 35$510 |
| Si | 41 Kg | 26$810 |
| Bancais de bronze | 116 Kg | 75$860 |
| Ferragem e colocação | | 300$000 |

.

[1672] Visita realizada no dia 6 de dezembro de 2019.
[1673] Corresponde à «antiga fabrica de fundição de sinos de Joze Maria Rebello da Silva e companhia», como é referido na proposta de fornecimento.
[1674] Marcas da «Fabrica de Sinos Rebello da Silva & C.ª»: «Emmanuel Ferreira Gomes (1670 a 1750)» e «Joannes Ferreira Lima (1750 a 1910)». A partir de 1911, «Rebello da Silva & C.ª». Cf. «Echos do Minho» de 10 de junho de 1917.

Esta aquisição foi autorizada por despacho do governador civil de 18 de junho de 1895 [1675]. Desconhecemos a razão por que apenas se encontram elencados 13 sinos, em vez dos 14 referidos no contrato [1676]. A estes, juntar-se-iam, no ano seguinte, conforme deliberação de 4 de novembro de 1894, aquando da aprovação do orçamento ordinário, mais 4 sinos, ou melhor, um sino com afinação de Si bemol e 3 sinetas «julgadas indespensaveis para completar o carrilhão» [1677], tendo o investimento sido de 404$015 [1678].

**Quadro n.º 15. Dados relativos à aquisição de mais um sino e 3 sinetas.**

| Nota | Peso | Preço |
|---|---|---|
| Si bemol. | 376 kg (654 rs o kg) | 245.905 |
| Sineta | 148 Kg | 96.790 |
| Sineta | 43 kg | 28$120 |
| Sineta | 33,5 Kg | 21$900 |
| 4 badalos fundidos e torneados | 26,5 kg | 9$250 |
| 2 aranhas de ferro | | 1$050 |
| Transporte dos sinos, Brg a RC | | 3$000 |
| Total: | | 404$015 |

Ainda se pode ver, por baixo dos vários sinos, o banco e a pedaleira do sineiro que tocava o carrilhão e perceber por que razão a torre foi intervencionada, certamente para dar mais dignidade ao Templo, tornando a fachada mais esguia, e para criar melhores condições de trabalho ao sineiro cuja função era muito valorizada, o qual recebia, anualmente, 90$000 rs., o mesmo valor da côngrua do pároco, embora também desempenhasse as funções de sacristão [1679].



Fig. 52. Banco e pedaleira do carrilhão de sinos de SBPA.

Já abordámos, na primeira parte, a importância da música, sobretudo numa altura em que as ofertas de entertenimento, além das bandas, dos ranchos folclóricos e das rusgas não abundavam. Por isso era tão apreciado o trabalho de um sineiro, como vemos na edição 22 de novembro de 1894 do jornal «Voz da Verdade», em que a JP, depois de instalados os 14 sinos, achou por bem adquirir mais 4, tornando-se, assim, num dos carrilhões mais importantes do país:

> Na antiga e bem conceituada fabrica de fundição de sinos, de que são proprietarios os snrs. Rebello da Silva & C.ª, estabelecida na rua da Ponte, acabam de ser fundidos mais quatro sinos afinados por musica para completar o novo carrilhão, que, já pelo estio, foi colocado na torre do templo de S. Sento da Porta Aberta.

[1675] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060.
[1676] *Idem*.
[1677] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 95 v.-96.
[1678] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. 3177.
[1679] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Confrarias. Doc. n.º 6681.

Aquele carrilhão, que também foi feito na mesma fabrica, fica com 18 sinos, magnificamente afinados por musica, sendo julgado como um dos primeiros carrilhões que já existem n'este paiz.

Dizem que vae ser contratado para o santuário de S. Bento da Porta Aberta um sineiro habilitadissimo, afim de executar os toques de sino todas as vezes que seja necessário [1680].



Fig. 53. Banco e pedaleira do carrilhão de sinos de SBPA.

O sucesso deste carrilhão foi tal que a firma «Rebello da silva e C.ª» passou a incluir a referência esta instalação nos seus anúncios publicitários [1681]

Refira-se que, na atualidade, o carrilhão conta dezanove sinos, visto que, em 1949, por proposta do sineiro Adelino Alves Pontes, a Mesa ter decidido encomendar mais um sino à firma Serafim da Silva Jerónimo, de Braga, com afinação em Ré, para completar o carrilhão [1682]. Segundo nota inserta no livro de inventário, a sineta pesava 27 quilos e custou 1.544$00 [1683].

Uma palavra sobre o papel dos sineiros. Como vimos na notícia supratranscrita, o papel do sineiro era muito importante, pois, além dos toques habituais e dos "concertos", tinha a missão de tanger os sinos sempre que algum devoto ofertava uma quantia significativa. Uma falha neste serviço levou a uma disputa entre o Pe. Dias de Freitas e o Pe. Pinto, com este último, na qualidade de vogal da Junta, a apresentar uma queixa contra o sineiro, servo de S. Bento, por abandono do lugar durante 15 dias, para integrar músicas e orquestras. Foi proibido de se ausentar para fora da freguesia e integrar outras bandas ou orquestras, e descontados os 15 dias de ausência [1684]. A Junta ainda lhe deu uma oportunidade, mas Manuel Alves Pontes acabou por se demitir, só que o substituto, Serafim Teixeira, nem sequer chegou a aquecer o lugar, tendo solicitado a exoneração passados dois ou três meses. Foi, então, contratado um familiar do anterior, também de Guimarães, chamado Garcia Ribeiro Alves Pontes, «casado, natural de Guimarães, com o ordenado annual de noventa mil reis e respectiva gratificação e abono de corda só no primeiro anno» [1685].

O Santuário teve, ao longo dos últimos anos, várias gerações de excelentes sineiros pertencentes à família Alves Pontes, a começar por Manoel José Pibeiro Alves Pontes, natural de Guimarães, que se fixou em Rio Caldo e cujos descendentes ainda hoje se mantêm ligados à basílica de S. Bento. Mais do que simples sineiro e sacristão, foram, muitas vezes, responsáveis pela organização de parte das festividades, sobretudo no que respeitava à contratação das bandas. Aqui fica a nossa homenagem a todos esses que tangiam «a voz de Deus» de forma tão profissional e sublime.

---

[1680] Jornal «Voz da Verdade» de 22 de novembro de 1894.

[1681] «Echos do Minho» de 3 de junho de 1915 e 10 de junho de 1917, entre muitos outros anúncios.

[1682] **AISBPA**, *Livro de Atas ata da Mesa 1945-1950*, fl. 71: «Pelo sineiro e sacristão foi dito que ha muito tempo se nota no carrilhão do Templo a conveniencia de adquirir um pequêno sino a fim de melhor executar varios trechos musicais; será um sino com a nota afinada "Ré", que facilitará a boa execução e dará melhor melodia ao carrilhão; a mesa deliberou convidar o fabricante Serafim da Silva Gerónimo, de Braga, e encarregar o mesmo do fornecimento do dito sino, de modo a bem servir e em condições favoraveis para a Irmandade».

[1683] **AISBPA**, *Livro de inventário (1908-1950)*, (folha solta).

[1684] **AJFRC**, *Livro de Atas n.º 4* (1896-19002), fl. 17 v.

[1685] *Idem*, fl. 38 v.

5.3.14.4. Relógio

Até ao final do século XIX, as pessoas do meio rural orientavam a sua azáfama quotidiana pelo movimento aparente do sol. Com o advento de um novo século, generaliza-se a instalação de relógios mecânicos nas torres das igrejas e em edifícios públicos como as sedes dos municípios.

O santuário de SBPA não podia deixar de acompanhar esta onda de modernidade tendo instalado na torre, logo que o edidício ficou concluído, um carrilhão de sinos e um relógio.

Decorria o ano de 1895 quando a JP apresentou à Comissão Distrital um orçamento de 200.000 rs. para a compra de um relógio a ser instalado na torre [1686]. A aquisição verificar-se-ia em 1897, de acordo com a ata da sessão de 15 de agosto de 1897 e registo das contas do mesmo ano [1687], embora o livro de inventário da JP de Rio Caldo que abrange os anos de 1886 a 1930 refira o ano anterior: «de mil oito centos noventa e seis, inventariou-se (...) um relogio de torre, um anel de ouro do Santo, uma planta topographica de melhoramentos» [1688].

Depois de adquirido o carrilhão de sinos, a JP decidiu adquirir um relógio para a fachada do Templo, importante para regular o quotidiano dos ofícios divinos e para orientar os muitos romeiros que demandavam o santuário. A 4 de novembro de 1894, aquando da elaboração do orçamento para 1895, a sua aquisição, no montante de 200$000 rs., foi incluída, mas, de acordo com o inventário, apenas se concretizou no ano seguinte: «de mil oito centos noventa e seis, inventariou-se (...) um relogio de torre, um anel de ouro do Santo, uma planta topographica de melhoramentos» [1689]. A sua istalação aconteceu já durante o ano de 1897 [1690], uma vez que foi necessário realizar obras «de pedreiro e carpinteiro na torre do Templo para collocar o relogio», nas quais despenderam trinta e cinco mil réis [1691].

Este relógio manteve-se em funcionameto até 1932, altura em que a Comissão Administrativa da Irmandade «deliberou vender o relogio velho da torre do Templo», tendo marcado a arrematação para o dia 2 de outubro desse ano. O relógio foi colocado no coro da igreja paroquial de Rio Caldo, a fim de poder ser visto pelos interessados que teriam de apresentar a proposta em carta fechada [1692].

5.3.14.5. Paramentos e alfaias

Um Templo novo como o de SBPA tinha de estar equipado, a nivel de paramentos, com o que de mais fino existia, tal como aconteceu a nível das outras áreas artísticas e de equipamentos em que eram escolhidos sempre os melhores. Assim, na sessão de 20 de outubro de 1895, deliberaram incluir no orçamento para o ano seguinte uma verba de 270$700 rs. destinada à aquisição de «Nove casulas das differentes cores necessarias para os actos do culto e um paramento festivo completo» e 200$000 destinados à «construcçaõ de um caixaõ para guarda de paramentos e alfaias na sacristia do Santuario» [1693]. Em 27 de setembro de 1896, «foi diliberado proceder-se à compra, segundo a auctorisação do orçamento, verba numero vinte e cinco, de cinco casulas de cor roxa, vermelha, branca, verde e preta para os actos do culto para o Templo de S. Bento» [1694].

---

[1686] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 3662.
[1687] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 9.
[1688] **AISBPA**, *Livro do inventário dos bens próprios da Junta de Freguesia de Rio Caldo (1886-1930)*, fl. 23.
[1689] *Ibidem*.
[1690] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa 1896-1915*, fl. 9. Vide **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1896-1902), fl. 19.
[1691] *Idem*, fl. 10.
[1692] **AISBPA**, *Livro do copiador (1924-1948)*, fl. 19.
[1693] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 102. Vide, também, **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 4.
[1694] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 133 v.

Para o fornecimento dos paramentos, escolheram duas famosas paramentarias bracarenses, a casa «Amorim», de Eduardo da Conceição Amorim, que, pelo preço de 50$000 rs., forneceu três paramentos de requife com as cores verde, vermelho e preto; e a firma José da Silva Pereira e Vasconcelos[1695] & Irmão a quem adquiriram dois paramentos, um branco e outro roxo, por 32$580 rs. Na mesma sessão (8/11/1896), liquidaram 5$800 rs. a António José Barbosa Pinto, também da cidade de Braga, por «trez veus e bolectas de requife de cor vermelha, preta e verde» [1696].

O apetrechamento do Templo no que respeita a alfaias litúrgicas e outros bens vai prosseguir. Em 13 de fevereiro, deliberam «proceder a acquisiçaõ de trez pias de marmore para agoa benta, para o Templo de S. Bento, d'um crucifixo para a sacristia, d'uma banqueta para o altar-mor; d'um paramento festivo, de dois para-raios, do breve para haver sacramento e d'um baso de prata dourada para o mesmo» [1697]. A 27 de de março, são liquidadas as importâncias seguintes: 80$000 rs., de um «vaso duplo grande de prata com relevos dourados para o sacramento para S. Bento»; 31$500 rs., «do crucifixo para a sacristia do mesmo Santuario»; 95$000 rs., «d'um lustro de cristal» [1698].

No final da romaria de agosto [1897], a JP decide «proceder a acquisição de um corvo para a imagem de S Bento, á sua pintura e douramento, á reforma dos estrados dos quatro altares lateraes, ás obras de pedreiro e carpinteiro na torre, á compra de uma lampada grande de metal galvanizada e egualmente d'um turíbulo e navetas» [1699].

Em 1897, a JP pagou 70$000 rs. pela lâmpada de metal galvanizado e 20$000 rs. pelo turíbulo e pela naveta «do mesmo metal» [1700].

No ano seguinte, temos mais dois pagamentos significativos: um de 660$000 rs. a Eduardo da Conceição Amorim pelo fornecimento de um paramento de seda e ouro (aquisição autorizada pelo orçamento) e 165$000 rs a Domingos Alves Teixeira Franzes [Fânzeres], de Braga, por «fornecimento de banqueta», 133$500 rs., e 31$500 rs. pelo «crucifixo grande para a sacristia» [1701].

Finalmente, encontrámos, na ata de 15 de agosto de 1946, a aquisição «de uma casula branca e de uma estóla para administrar a Sagrada comunhão». Esta informação é completada com a referência à casa fornecedora e ao seu custo: «adquiriu esses objectos na Casa Eduardo da Conceição Amorim e F.$^{os}$» por 1.939$70 [1702].

### 5.4. DESTINO DOS ALTARES DO SANTUÁRIO DEMOLIDO EM 1885

Decorria o ano de 1891 quando, durante a sessão da JP realizada a 15 de fevereiro, o presidente, Clemente Pinto Guedes, numa clara provocação às Juntas anteriores e ao abade Dias de Freitas [1703], comunicou aos vogais do órgão autárquico que tinha chegado ao seu conhecimento que «se haviaõ ou tinhaõ retirado, sem autorizaçaõ da presente Junta nem das

[1695] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999), *O. c.*, p. 284: «um dos mais importantes paramenteiros de Braga. Era proprietário de uma fábrica de tecidos de algodão e seda localizada na rua de Santa Margarida. Os seus tecidos receberam medalhas em exposições em Braga, porto, Viena, Rio de Janeiro, etc.»
[1696] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 136.
[1697] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 29.
[1698] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 32.
[1699] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 102. Vide, também, **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 4.
[1700] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 10.
[1701] *Idem*, fl. 15.
[1702] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 23. Cf. **AISBPA**, *Livro de inventário (1908-1950)*, folhas soltas, ano de 1946: «Templo: 1 casula de tela dourada, 4 cortinas externas do sacrario e 2 internas para o mesmo. – Uma estóla, damasco branco e rocho. 15-8-46».
[1703] 11 anos mais tarde, o irmão, Pe. Pinto Guedes, acusaria o abade Dias de Freitas de ter vendido, sem autorização, o altar e a tribuna de SBPA.

tranzatas um altar e tribuna pertencente ao Santuario de S. Bento da Porta Aberta, para fora desta freguesia, por isso resulveraõ os vogaes a que o presidente da mesma Junta pudesse em seu nome tentar as acções competentes contra aquelle ou aquelles que arbitrariamente se apoderaraõ de couzas que sómente pertencem a esta Junta» [1704].

Pelo que conseguimos apurar, esta tomada de posição não teve qualquer desenvolvimento.

O destino dos altares do santuário de S. Bento demolido em 1885 é tema de conversa sempre que que se aborda a sua história. Recentemente, foi tratado no livro de António José Soares Pereira, *A Vida de um Povo*, cuja primeira edição data de 2016 [1705]. Nesta obra, o autor escreve que «A tribuna do Altar-Mor [da capela de Nossa Senhora da Conceição, Crasto, S. João da Cova] veio da capela primitiva de São Bento da Porta Aberta. Por influência do padre José António Silvério Pinto Guedes (da casa do Pinto) que marcou os destinos de Rio Caldo e da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, no último quartel do século XIX» [1706].

Permitimo-nos discordar do autor por motivos vários. Primeiro, não foi por influência do Pe. José Pinto Guedes que o altar foi parar a S. João da Cova [1707], uma vez que, como vimos, o seu irmão tinha criticado a saída do altar para o templo onde se encontra. A ligação do Pe. Pinto a esta freguesia é muito posterior a 1890, já depois da bênção da nova capela da Imaculada Conceição que ocorreu a 8 de dezembro de 1887, e na sequência das graves desavenças que teve, durante cerca de 30 anos, com o pároco de Rio Caldo, Pe. Dias de Freitas.

A saída do altar de Rio Caldo deve-se à influência do pároco de S. João da Cova, o abade Bento José Vieira de Campos, que, depois de ter sido, durante vários anos, presidente da comissão que administrava os rendimentos do Santuário, foi quem presidiu à sagração da capela-mor do novo Templo, em 10 de julho de 1885, em representação do prelado diocesano e por enfermidade do arcipreste de Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso.

Em segundo lugar, convém esclarecer que o altar, agora altar-mor, não era da «capela primitiva de São Bento da Porta Aberta», mas de um pequeno santuário demolido em 1885, visto que a «capela primitiva» sofreu várias reconstruções e ampliações entre 1730 e 1885, chegando a ser completamente reedificada.

### 5.4.1. Rio Caldo *versus* S. João da Cova

As relações entre as paróquias de S. João Batista de Rio Caldo, em Terras de Bouro, e de S. João da Cova, em Vieira do Minho, já datam de há muito tempo.

Uma na vertente direita do Cávado, Rio Caldo, e outra na margem esquerda, situam-se, por assim dizer, frente-a-frente.

Quando iniciámos os estudos sobre a história do Santuário, hoje Basílica Menor, de S. Bento da Porta Aberta, achámos estranho e não encontrámos explicação para que, em 1885, aquando da bênção da capela-mor do novo templo de S. Bento, a cerimónia não tenha sido presidida pelo arcipreste de Amares – arciprestado que integrava a paróquia de Rio Caldo – mas pelo abade de S. João da Cova, o Pe. Bento José Vieira de Campos.

Também nos questionámos sobre o processo que permitiu que um altar da antiga capela de SBPA esteja, agora, na capela de Nossa Senhora da Conceição, freguesia de S. João da Cova, bem como o motivo por que o Pe. José António Silvério Pinto Guedes, da «Casa do Pinto», em Rio Caldo, não tenha querido ser sepultado no jazigo de família, em Rio Caldo, mas que as suas cinzas repousassem junto a esta capela.

---

[1704] **AJFRC**, Livro de atas n.º 3 (1885-1896), fls. 61 v.-62.

[1705] PEREIRA, António José Soares (2016): A Vida de um Povo. Vieira do Minho: edição do autor. Devido a algumas gralhas e incongruências, o autor lançou, em abril de 2017, uma edição «revista e melhorada».

[1706] *Idem*. c., p. 34.

[1707] Trata-se do «Pe. José António Silvério Pinto Guedes» e não «Pe. José António Valério Pinto Guedes» como refere na página 180.

A localização, graças ao zelo e paciência do Pe. José Alves, pároco da freguesia de S. João da Cova, no cartório paroquial, da transcrição de um requerimento datado de 21 de outubro de 1886, pedindo autorização ao Arcebispo de Braga para benzer, no dia 8 de dezembro, dia da Imaculada Conceição, a capela que havia reedificado - visto a anterior ser muito pequena -, constituiu a chave para o nosso enigma. Contribuiu para o esclarecimento cabal desta matéria a descoberta de um alvará do governador civil que nomeia o abade de S. João da Cova presidente da comissão administradora dos rendimentos do Santuario, na década de 50 do século XIX, altura em que se desconfiava do desvio de fundos [1708].

### 5.4.2. Altar-mor da capela Nossa Senhora da Conceição, Crasto, freguesia de S. João da Cova, Vieira do Minho

Sendo *vox populi* que a "tribuna", vulgo «altar-mor», da capela da Imaculada Conceição é a antiga tribuna do santuário de S. Bento da Porta Aberta, não podemos, de modo algum, aceitar esta tese. Em primeiro lugar, pelo facto de não ter sacrário, o que nos causou uma grande estranheza. Embora, neste momento, o altar disponha de sacrário, a verdade é que, como nos informou o pároco atual, José Alves, foi ele quem o trouxe de uma capela da invocação de Nossa Senhora da Begonha, quando esta sofreu obras de recuperação.



Fig. 54. Altar-mor da capela da Imaculada Conceição, S. João da Cova.

Também não restam dúvidas sobre a origem do altar. Trata-se, efetivamente, de um antigo altar do templo de SBPA, como se encontra documentado no *Livro dos Capítulos* da paróquia. Agradecemos ao Pe. José Alves o acesso ao documento que transcrevemos:

> Bençaõ da Capella de Nossa Senhora da Conceiçaõ
>
> Excelentissimo e Reverendissimo Senhor
>
> Diz Jose Bento Vieira de Campos, abbade collado na sua Igreja de Sam Joaõ da Cova do Arciprestado de Lanhoso e Vieira, que elle supplicante, como zelador das confrarias e irmandades da sua freguesia, tem feito muitas obras na Igreja parochial, e nas Capellas com os rendimentos das mesmas, e com legal autorização, excedendo as despesas feitas na Igreja os dous contos de reis, na Capella de Nossa Senhora da Begonha, a seis centos e quarenta mil reis, no Bom Jesus da Pas, a trezentos mil reis, e na de Santo Amaro a cento e cincoenta mil reis, restava agora a Capella de Nossa Senhora da Conceiçaõ, que sendo muito pequena se achava pouco decente, e por isso o supplicante a mandou fazer de novo com mais capacidade, e se acha com toda a decencia, sendo o altar feito á cincoenta /

[1708] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1817.

> annos / no gosto moderno para a demulida capela de Sam Bento da Porta Aberta de Riocaldo onde foi comprado, e como no dia oito de Dezembro se deve fazer a festa da mesma Senhora, o supplicante humildemente pede a Vossa Excelencia Reverendissima a graça de auctorizar o muito reverendo Senhor Arcipreste deste destricto, ou no seu impedimento, quem ele designar, a fazer a bençaõ da referida Capella e da nova Imagem de Nossa Senhora da Conceiçaõ. Pede a Vossa Excelencia Reverendissima assim o conceder. E receberá Mercê. Portaria. Declare o reverendo supplicante se a Cappela é publica e tem os paramentos e alfaias necessarios para a selebraçaõ do culto, e se esta construida com solidez e decencia, e a cargo de quem esta a conservaçaõ da mesma e do culto. Ahi, Paço de Braga, vinte e um de Outubro de mil oito centos e oitenta e seis. Antonio, Arcebispo Primas [1709].

O texto é suficientemente elucidativo para a matéria em análise: o altar pertencia a SBPA, foi obtido através de compra e a sua feitura remontava há 50 anos, ou seja, por volta de 1836.

Uma questão que fica em aberto e que seria interessante aprofundar respeita ao investimento realizado, em tão pouco tempo, na recuperação da igreja e capelas da freguesia, pois, tratando-se de uma paróquia muito pobre, com uma agricultura de sobrevivência, onde arranjaria o Pe. Bento de Campos tanto dinheiro. A resposta que nos ocorre é: «- Em S. Bento da Porta Aberta!»

### 5.4.3. Altar-mor (tribuna) da capela de S. Silvestre em Freitas, freguesia de Covide

No rescaldo da célebre «Questão de S. Bento» e na troca de acusações via comunicação social entre os presbíteros Pinto Guedes e Dias de Freitas, a questão dos altares volta à baila, como se constata em artigo do Pe. Pinto publicado no «Correio do Minho» de 12 de agosto de 1902: «Mas para me tirar de embaraços, desejava que me respondesse com todas as letras precisas as seguintes perguntas, para eu depois individualizar as culpas: 1.ª Não foi s. rev.ma quem vendeu, sem auctorização alguma, o altar e a tribuna de S. Bento, de estilo manuelino e quando foi que o seu valor entrou em cofre? »[1710].



Fig. 55. Altar-mor, com tribuna, da capela de S. Silvestre em Freitas, Covide.

Conhecido o destino de um dos altares laterais, e partindo do pressuposto que o outro se encontra no armazém da Irmandade - o Santuário demolido era composo por um altar com tribuna e dois colaterais -, falta-nos localizar a «tribuna», até para se clarificar que, efetivamente, o altar que se encontra em S. João da Cova não é a tribuna de S. Bento.

Há bastantes anos que tínhamos informação da sua localização, mas aguardávamos momento oportuno para a podermos confirmar.

[1709] **Cartório Paroquial de S. João da Cova**, *Livro dos capítulos da freguesia de S. João da Cova (1810-1889)*, fls. 69-69 v.
[1710] Cf. «Correio do Minho» de 12 de agosto de 1902.

Decorria o ano de 2009 quando parámos em casa do Sr. Silvestre Brito que, apesar dos seus 86 anos, tinha a memória muito fresca. O objetivo do nosso encontro era conversar sobre a história daquele lugar, Freitas, freguesia de Covide. Um dos pontos a abordar era a a capela de S. Silvestre, protetor de um lugar tão proprício a derrocadas de onde lhe viera o nome.



Fig. 56. Frontões dos altares das capelas de N. Sra. da Conceição, S. João da Cova, e de S. Silvestre em Freitas, Covide.

Contou-nos o sr. Silvestre que os antigos afirmavam que o altar-mor da capela tinha vindo do santuário de S. Bento da Porta Aberta. Foi uma informação que não esquecemos.

Passados seis anos, no âmbito da nossa investigação, deslocámo-nos várias vezes à capela da Imaculada Conceição, já referida, onde procurámos fotografar o retábulo de vários ângulos – trabalho dificultado pelo altar avançado -, mas, com a permissão do reverendo pároco e na sua presença, afastámos o sacrário, que não guardava o Santíssimo, e, com o material recolhido, procurámos relacioná-lo com as imagens que já tínhamos da tribuna da capela de S. Silvestre. A hipótese transformava-se em tese. Os motivos que decoram os frontões dos altares são exatamente iguais. Fizemos um ensaio de contraste e confirmámos a nossa suspeita.



Fig. 57. Ornatos por cima da pedra de ara na capela de N. Sra. da Conceição, S. João da Cova e por cima do sacrário na capela de S. Silvestre em Freitas, Covide.

O sr. Silvestre Brito tinha toda a razão. Trata-se da tribuna do demolido templo de S. Bento onde não falta o sacrário, falha que tínhamos observado em S. João da Cova. Outro elemento comum que observámos respeita aos motivos decorativos por cima do sacrário em Freitas que é igual ao que está por baixo ao retábulo da Imaculada e que fica escondido com o sacrário móvel.

O último ensaio realizado foi a sobreposição dos desenhos, para o que recorremos ao efeito de transparência, tendo verificado que os desenhos coincidem na quase totalidade, apenas um pequeno desvio à direita que atribuímos ao facto de o ângulo de disparo ser diferente.



Fig. 58. Sobreposição, com transparência, dos ornatos dos dois altares.
S. Silvestre por baixo e Sra. da Conceição por cima.

Outros dados que ajudam a confirmar esta realidade é a ligação entre o lugar de Freitas e S. Bento. Por aqui passava um dos caminhos de S. Bento, nomeadamente para os que vinham do lado da serra Amarela (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Vila Verde), atravessavam o rio Homem em Vau (Balança), subiam por Chorense, Monte, Chã da Návia, e desciam para Freitas e S. Bento. Por outro lado, o abade de Rio Caldo, quem supostamente "vendeu" os altares, era natural de Covide, paróquia a que pertencia o lugar de Freitas. Natural deste lugar era o Pe. Manuel Pires que, a 29 de agosto de 1847, foi testemunha num auto de arrematação para a construção de uns muros à volta do Santuário: «Que a tudo foram testemunhas presentes o Padre Manuel Pires do lugar de Freitas, freguesia de Covide» [1711].

### 5.5. ICONOGRAFIA DE SBPA: UM CASO DE ESTUDO

A iconografia na basílica de SBPA merece um estudo com alguma profundidade para percebermos como chegamos à imagem atual do Santo Patriarca. Para o visitante em geral, devoto ou simples turista, este é um assunto secundário, pois apenas conhece as imagens atuais de um S. Bento mitrado com báculo e *Regra* nas mãos tendo, a seus pés, o corvo com um pão no bico. Para um especialista, a situação é um pouco diferente, pois sabe que a imagem universalmente aceite e presente nas grandes catedrais e nas abadias beneditinas é de um Santo venerável de provecta idade, como as suas barbas atestam, com resplendor ou auréola de santidade, segurando com a mão esquerda a *Regra* e com a direita o báculo ou abençoando, e possuindo aos pés a mitra e o corvo com o pão no bico.

Quem só conhece a image de SBPA que, entretanto, se generalizou por quase todo o Minho – tantos são os seus devotos –, fica admirado com outras figurações e diz que aquele «não é o seu S. Bentinho», pois falta-lhe a mitra na cabeça.

A verdade é que nem sempre foi assim, e basta olharmos, atentamente, à nossa volta quando estamos na capela-mor para o percebermos.

[1711] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 1 (1843-1863)*, fl. 29.

### 5.5.1. Iconografia primitiva de S. Bento da Porta Aberta

Na ausência de uma tradição monacal – não obstante a capela ter sido fundada à sombra de um mosteiro de raiz beneditina, Santa Maria de Bouro - a imagem de S. Bento não seguiu a linha erudita, com barba, mas a tradição portuguesa de um santo ainda jovem, de tamanho reduzido – a capela também não era grande – que viria a conquistar a devoção de milhares e milhares de fiéis.

Não temos registo da existência da imagem primitiva, mas não devia ser muito diferente da de S. Bento de Travassos, mais velha cinco anos, e apenas do outro lado do monte, já na vertente poente [1712]. Um S. Bento ainda novo, de hábito com cogula, possuindo como atributos o resplendor de prata e a *Regra* na mão esquerda, enquanto a direita abençoa. Não temos dúvida que o báculo e a mitra são acrescentos posteriores. Iconografia que encontrámos nas imagens mais antigas nas capelas e igrejas minhotas, sem báculo, mitra nem corvo.



Fig. 59. S. Bento de Travassos, Vilar (Terras de Bouro).

### 5.5.2. Esculturas

O primeiro inventário da JP de Rio Caldo de que temos registo data de 21 de fevereiro de 1886 [1713]. Trata-se de um inventário que engloba «as alfaias pertencentes a esta Egreja parochial de S. João Baptista de Riocaldo», incluindo as alfaias afetas às capelas de «S. Christovaõ», de «St.ª Luzia», à «extinta Confraria de St.º Antonio» e ao «Novo Musteiro de S. Bento»[1714]. Infelizmente, a JP não fez o inventário das imagens.

A escultura de S. Bento colocada na primitiva ermida da Seara da Forcadela era uma escultura de cerca de um metro de altura, como se lê na provisão de licença para bênção passada pelo Arcebispo de Braga em 30 de junho de 1615:

> A qual hermida esta m.to bem acabada, de fermosa parede, e bem caiada, com seu enchaxo na parede de seis palmos em alto, lavrado de esquadria com suas folhages e seu campanario m.to bem feito. Esta bem emmadeirada d'olivel e toda forrada, com suas portas principal e travessa de esquadria; os portaes e o telhado m.to bem consertado e todas as telhas com cal. A invocação do P.e Sñor São Bento, q̃ esta feito de vulto, de quatro palmos e meo de em alto, mui bem pintado [1715].

Ao longo dos tempos, as imagens vão-se deteriorando e acabam por ter de ser substituídas, pois nem sempre a repintura e a encarnação lhes restituem a atratividade que se exige.

Após a sagração da capela-mor do Santuário de SBPA, o livro do inventário de 1886 revela mais preocupação em inventariar o rol dos devedores e outros bens materiais do que as imagens objeto de veneração, o que só vem a acontecer a 29 de janeiro de 1899, passados treze anos, embora haja referência aos seus atributos no inventário de 2 de fevereiro de 1896: «um

[1712] AFONSO, António José Ferreira (2017): «S. Bento de Travassos (Vilar) versus S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo)», **in** *Misericórdia de Braga, revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga,* vol. 13. Braga, pp. 143-176.
[1713] **AJFRC**, *Livro de inventário da Junta de Paróquia (1886-1930)*, fls. 3 v.-5.
[1714] A nave ainda se encontrava em construção.
[1715] **ADB**, *Registo Geral*, Livro n.º 12, fl. 132.

resplendor d'ouro, trez resplendores de prata, de varios tamanhos; um baculo de prata» [1716], a que são acrescentados, em 1898, «um corvo de madeira; uma mitra de madeira» [1717], como podemos observar no painel de azulejos que se encontra no plano inferior da parede da capela-mor da Basílica do lado do Evangelho, um trabalho da fábrica de cerâmica «Viúva Lamego».



Fig. 60. Painel de azulejos na capela-mor SBPA



Fig. 61. Estampa de SBPA. (Fonte: «Casa Araújo»).

À data da sagração da capela-mor, as únicas imagens existentes e que, em 1888, foram objeto de restauro de acordo com a despesa de 20$000 rs. que surge no relatório de contas deste ano, justificada como «pintura e encarnação de 3 imagens no Santuário de S. Bento» [1718], deviam ser as referidas no inventário de 29-1-1899, onde lemos «duas imagens de S. Bento [1719], um corvo de madeira em mau estado, outra de nossa Senhora das Dores, outra de S. Jose, (...) um resplendor d'ouro, tres de prata» [1720]

Estes dados permitem-nos aquilatar das principais devoções praticadas nesta região, além de S. Bento, ou seja, o culto da Sagrada Família: Jesus Cristo, Nossa Senhora e S. José – dezenas de anos antes do culto a Nossa Senhora de Fátima se impor -, o que, anos mais tarde (1947), causava estranheza a algumas pessoas, mas que o cónego Molho de Faria explica da maneira seguinte: «Decerto se esqueceu quem fazia tal observação de que o Santuário é um Templo para crentes portugueses e sobretudo do Minho. Estava, pois, bem que nos altares houvesse somente aquilo que mais falasse ou ajudasse a sua observação» [1721].

### 5.5.3. Aquisição de atributos para a imagem de S. Bento

Como referido, a imagem primitiva de S. Bento não tinha como atributos o corvo [1722] nem a mitra.

[1716] **AISBPA**, *Livro do inventário dos bens próprios da Junta de Freguesia de Rio Caldo (1886-1930)*, fl. 20 v.
[1717] *Idem*, fl. 22.
[1718] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de (1849-1895)*, fl. 51.
[1719] Normalmente, todas as capelas com uma frequência significativa de romeiros dispõem de duas imagens, a imagem do altar-mor e a imagem de sair no andor. Por vezes, existe uma terceira, muito pequena, para colocar na mesa onde se recebem as ofertas.
[1720] **AISBPA**, *Livro do inventário dos bens próprios da Junta de Freguesia de Rio Caldo (1886-1930)*, fl. 22 v.
[1721] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 176.
[1722] A iconografia do corvo é vastíssima e dela tratamos noutra parte da nossa dissertação. Gostaríamos, no entanto, de referir a sua associação a S. Paulo, eremita, quando se encontrava no deserto, onde terá vivido até aos 113 anos, sendo alimentado por um corvo. Esta simbologia encontramo-la bem explícita no mosteiro da Serra de Ossa.

Decorria o ano de 1896 quando o Visconde de Sinde, figura pública, grande devoto de SBPA, fez uma oferta significativa destinada a apoiar a construção da estrada de ligação da ponte de Rio Caldo ao Santuário. O Pe. Pinto Guedes, que na altura superentendia nas deliberações da JP por ausência do abade, enviou uma carta ao Visconde propondo-lhe uma outra aplicação da sua esmola:

> Ill.mo e Ex.mo Snr. Visconde [1723]
>
> O motivo d'este releva a temeridade do desconhecido que a assigna.
>
> A esmola de 100$000 rs., em ouro, que V. Ex.ª prometteu a S. Bento, segundo me informou o thesoureiro (que na passada 2.ª feira, houve de suprir na arrecadaçaõ das offertas o rev.do capelaõ) deverá ser applicada n'um objecto á escolha e descripçaõ de V. Ex.ª, ou da junta de parochia, se V. Ex.ª o permittir, que não na continuaçaõ da construcçaõ da estrada.
>
> 100$000 rs., Ex.mo Snr., nada adianta a continuaçaõ da estrada; e um punhado de terra os esconde para sempre, mais a recordaçaõ de V. Ex.ª; n'outra aplicaçaõ se deve venerar a offerta de V. Ex.ª.
>
> Bem está a sua applicaçaõ num paramento festivo, mas nem sempre se poderá usar d'elle, em razão de nem sempre incidirem todas as festividades em dias da mesma cor. Uma mitra, que S. Bento cobrisse em dias festivos, um baculo, que empunhasse em dias de festa, parecia-me mais acertado e era, Snr. Visconde, uma recordaçaõ perpetua de V. Ex.ª.
>
> Engrandecer a veneraçaõ de S. Bento e levantar o temporal á altura que lhe compete entre os santos de mais renome e devoçaõ da provincia: é a lucta persistente da maioria da actual junta, de que sou simples vogal; e V. Ex.ª, offertando-lhe a mitra, o báculo, directamente, iniciava ou impulsionava assim e tão bem, a sua nova historia de entrega e vida.
>
> Assim penso e assim desejava, em nome da maioria, mas acima d'este desejo, o meu respeito pela intenção de V. Ex.ª, conte V. Ex.ª de que eu apenas pretendia perpetuar, d'esta maneira, a memoria de V. Ex.ª, em S. Bento, como V. Ex.ª o enobrece com sua assidua devoçaõ e quantitativos agora de esmola.
>
> Digne-se V. Ex.ª, Snr. Visconde, receber os respeitosos cumprimentos, de quem tem a honra de assignar-se,
>
> De V. Ex.ª att.º ven.or e criado,
>
> José Pinto Guedes [1724].

Por esta missiva ficámos a saber não só quais os atributos da escultura primitiva [1725], mas também que a ideia de substituir o resplendor por uma mitra foi do Pe. Pinto Guedes devido à sua ignorância, não percebendo que estava a cometer um atentado à iconografia beneditina, com o objetivo único de, através da mitra, conferir a SBPA a dignidade dos principais santos da do Minho [S. Frutuoso, S. Martinho de Dume, S. Pedro de Rates, S. Geraldo, etc.], esquecendo que todos estes tinham sido bispos e S. Bento não [1726].

Embora o Pe. Pinto não tenha conseguido concretizar a ideia de «uma mitra, que S. Bento cobrisse em dias festivos», a JP, em 15 de agosto de 1897, resolveu «proceder a acquisição de

[1723] Trata-se de Francisco Perestrelo de Alarcão Marinho Pereira de Araújo, 1.º Visconde de Sinde, proprietário da Quinta de Sinde situada na freguesia de Covelos, concelho da Póvoa de Lanhoso. Cf.: **ADB/UM**, cód. PT/UM-ADB/FAM-ACS (Processos relativos a águas da quinta. Na mesma caixa encontra-se uma pasta relativa ao Conde de Agrolongo, José Francisco Correia, com vários diplomas régios e papais de atribuição de honras).

[1724] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fl. 18.

[1725] Como se depreende do ofício enviado pela JP ao Visconde de Sinde, a imagem de S. Bento seguia os cânones iconográficos tradicionais: escultura de S. Bento com cogula, resplendor, abençoando com a mão direita e segurando a *Regra* com a esquerda.

[1726] O acrescento de adereços é visível em várias imagens de S. Bento, como Travassos, Sto. Estêvãoo de Barros, igreja do Carmo, S. Vicente, etc.

um corvo para a imagem de S Bento, á sua pintura e douramento» [1727], a que acrescentou uma mitra de madeira, como encontrámos no livro de orçamentos [«um corvo de pau (symbolo) e mitra para S. Bento» [1728]], e na revisão do inventário de 1897 («um corvo de madeira; uma mitra de madeira» [1729]) cujo custo se cifrou em 20$000 rs. [1730].

Com as alterações do altar-mor, também a imagem de S. Bento vai sofrer modificações, nomeadamente tornando-se mitrado: primeiro com uma mitra simples, pelos anos 30, até que a Mesa, em sessão de 10 e 11 de julho de 1949, delibera adquirir à Casa Amorim (Braga) uma «mitra boa para a imagem de S. Bento e consertar as velhas» [1731].

### 5.5.4. Aquisição de novas imagens

Os altares novos pediam imagens adaptadas à sua dimensão, pelo que, no orçamento para 1896, aprovado a 20 de outubro, foi incluída uma verba de 800$000 rs. destinada à aquisição de «quatro imagens de tamanho natural para os quatro altares lateraes» [1732].

O orçamento contemplava outras verbas significativas, como 3:000$000 rs., para a «pintura e douramento da tribuna e dos altares laterais»; 270$700 rs., para «nove casulas das differentes côres necessarias para os actos do culto e um paramento completo»; 510$000 rs., para a construção do «camarim e oratorio na tribuna do altar-mor do Santuario»; 344$000 rs., para «banquetas completas de castiçaes e crucefixos do altar-mor e dos lateraes»; 200$000 rs., para um «caixão para guarda dos paramentos e alfaias do Santuario»; e 160$000 rs. destinados a liquidar o «acrescimo da obra do altar-mor do Santuario de S. Bento» [1733].

Os altares demoraram algum tempo até estarem em condições de receber as imagens devido ao atraso na sua pintura e douramento, tendo, inclusive, havido necessidade de reformar as suas bases [1734].

Na revisão do inventário de 1899, realizada a 29 de janeiro, são, pela primeira vez, inventariadas as imagens: «duas imagens de S. Bento, um corvo de madeira em mau estado, outra de Nossa Senhora das Dores, outra de S. José, (…) um resplendor d'ouro, tres de prata, (...)» [1735].

Apesar da preocupação em dar por concluído o novo Templo, as polémicas entre as duas fações levaram a um atraso significativo, de tal modo que o processo teve início em 1902, depois de o Pe. Dias de Freitas ter retomado a gestão dos rendimentos do Santuário, com a sua inclusão no orçamento para 1902:

> Para acquisição de tres imagens, do S. S. Coração de Jesus, de S. Bento e Santa Escholastica, de tamanho natural, a 150$000 rs. cada uma: 450$000 rs.;
> Idem, uma imagem de S. José: 180$000 rs.;
> Idem, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição: 200$000 rs.
> Pintura das mesmas por 50$000 rs cada uma: 250$000 rs. [1736].

---

[1727] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl.18 v. Cf., também, **Tribunal Judicial da Comarca de Vieira do Minho**, *processo de ação ordinária n.º 55/77*, p. 42: «Foi a Junta que "resolveu proceder à aquisição de um corvo para a imagem de S. Bento"».
[1728] **AJFRC**, *Livro de orçamentos da Junta (1896-1925)*, fl. 19 v.
[1729] **AJFRC**, *Livro de inventário da Junta de Paróquia (1886-1930)*, fl. 22.
[1730] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 10.
[1731] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa de 1945-1950*, fl. 77.
[1732] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 95 v.- 96.
[1733] **AJFRC**, *Livro de orçamentos da Junta de Paróquia (1896-1925)*, fls. 5 v.-6 v.
[1734] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 18 v.: «reolveu-se proceder (...) á reforma dos estrados dos quatro altares lateraes».
[1735] **AFFRC**, *Livro de inventário dos bens próprios (1886-1930)*, fl. 22v.
[1736] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 40.

Como as imagens não chegaram a ser adquiridas, são novamente contempladas no orçamento de 1903: «Para cinco imagens de tamanho natural e pintura das mesmas, verba app. em orç de 1902», 830$000 rs. [1737]. O orçamento ordinário para 1905 repetia a verba e acrescentava os anos seguintes: «para cinco imagens de tamanho natural e pintura das mesmas (verb. app. em orç. de 1902, 1903 e 1904)» [1738].

Entretanto, perdemos o rasto ao processo, uma vez que as «guerras clericais» se arrastavam com queixas de parte a parte, tendo levado à realização de mais uma sindicância em 1908 que apreendeu os livros de atas, de tal modo que ainda hoje não se sabe onde param os livros de atas entre 1907 e 1922. Felizmente, encontramos algumas atas avulsas desse período que nos explicam o que estava a acontecer e que contemplam a autorização de pagamento da feitura de três imagens para o Templo adjudicadas a um artista que vinha trabalhando no Santuário, José Dias Ferreira, como é o caso da ata da sessão extraordinária de 26 de abril de 1908:

> Auctorisação de pagamentos de obras em execução ou ja executadas ainda não satisfeitas; (...) visto acharem-se aprehendidos todos os livros da confraria, se adaptar cadernos ad hoc, ou folhas avulsas, em que entretanto se suppra a falta dos mesmos livros (...). E assim propunha que se auctorizasse o pagamento (...) de duzentos e setenta mil reis ao artista José Dias Ferreira, da cidade de Braga, pelas imagens de Sam José, Nossa Senhora e de Santo António já promptas [1739]

A 10 de agosto de 1906, «a Mesa Administradora da Confraria de Sam Bento da Porta Aberta, erecta no Templo suprarreferido» exara em ata o seguinte: «Effectuaram-se as seguintes despezas: (...) de quatorze mil reis da encarnação da imagem pequena de Sam Bento» [1740]. Trata-se, com grande probabilidade, de ter sido esta a imagem roubada após a implantação da República e escondida na encosta do Formigueiro, a imagem de S. Bentinho que os romeiros tocavam e a tinta desaparecia, daí a necessidade de ser "encarnada", como acontece na atualidade.

### 5.5.5. Representações iconográficas

#### 5.5.5.1. Capela-mor

Para quem entra na basílica, o foco da atenção do visitante, devoto ou turista, vai para o centro do altar-mor onde se encontra a imagem milagrosa de S. Bento no seu trono envolvida por um baldaquino dourado de quatro colunas simples rematadas por capitéis de ordem coríntia, com as suas folhas de acanto e voluptas.

Contribui para esta centralidade todo o brilho dourado do retábulo-mor com quatro colunas caneladas também elas rematadas por capitéis de ordem coríntia. A vista do trono de S. Bento é tapada, aquando das cerimónias religiosas para que os fiéis não se distraiam com os devotos que estão junto da imagem do Santo, com uma cortina de veludo azul, condizente com os azulejos «Viúva Lamego» que emolduram as paredes da capela-mor. Quando aberta, a cortina forma uma espécie de triângulo isósceles com o vértice superior bem elevado como que indicando a direção do Céu.

Toda esta fruição estética faz-nos esquecer o pequeno sacrário cuja cortina impede a visão dos motivos iconográficos da porta, tão relevantes noutros contextos.

---

[1737] *Idem*, fl. 44.
[1738] **AJFRC**, *Documentos diversos (1902-1908)*, Gerência de 1902 a 1904. Orçamento de 1905.
[1739] **AJFRC**, *Documentos diversos (1902 a 1908)*.
[1740] **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa (1899-1907)*, fl. 31 v.

Em 1915, a capela-mor tinha duas peanhas laterais com as imagens de S. José e de Santa Escolástica. Aquando da transformação das janelas em vitrais com iluminação elétrica e do revestimento azulejar do plano superior, as peanhas foram retiradas e as imagens colocadas nos altares laterais. Nos vitrais, podemos ver figuras angélicas transportando a mitra e a coroa da glória, atributos a que se juntam a *Regra* e o báculo em muitas outras iconografias de glorificação do Santo.

Embora fornecidos pela mesma empresa, a fábrica de cerâmica lisboeta mais conceituada do país chamada «Viúva Lamego, L.$^{da}$», os azulejos da capela-mor foram colocados em dois momentos distintos: início do séc. XX, os do plano inferior, em 1976, os do plano superior.



Fig. 62. Azulejo identificando a fábrica de cerâmica, «Viúva Lamego», e o ano, 1967. (Fonte: Capela-mor de SBPA).

Molho de Faria escreve que «na capela-mor impressiona uma inovação feliz: haver de um e de outro lado uma faixa de azulejos que representam as mais belas e simbólicas paisagens da vida do glorioso Patriarca.

Em dois desses quadros há inscrições latinas. Seria até interessante que as houvesse em todos eles, o que não representava trabalho difícil.

Os dois textos são da Sagrada escritura. São precisamente os seguintes:

*Beati* *Domus*
*Qui habitant* *Mea domus*
*In domo* *Orationes*
*Tva* *Vocabitur*
*Domine!*

Só é de lamentar que o artista errasse, ao escrever as palavras latinas!...» [1741].

Todavia, o dr. Molho de Faria não identifica quais os erros, pois a grande maioria dos visitantes da Basílica (peregrinos ou turistas) não sabe latim, ou não possui conhecimentos suficientes para identificar o erro. Cremos que o autor citado se refere, na primeira máxima, à ausência da vírgula a seguir a «Tva», mas, como ele também não pontuou a segunda frase, ficamos sem ter a certeza; em relação à outra expressão, é mais fácil. Tratando-se de um genitivo, deveria ter escrito «orationis» em vez de «orationes». A tradução é a seguinte: «Felizes aqueles que habitam na Tua casa, Senhor!» e «A Minha casa será chamada casa de oração».

No plano inferior, temos seis painéis historiados da vida de S. Bento e dos seus filhos. Do lado do Evangelho, temos uma reprodução da imagem de S. Bento do ano de 1895, e dos lados, em cima de bancos, os atributos beneditinos, o corvo com o pão no bico e a mitra. Seguem-se dois quadros da vida monacal do Santo Patriarca, por isso, um deles tem, na parte inferior, o brasão de armas da Congregação de S. Bento de Portugal, uma torre encimada pelo sol [S. Bento e a sua *Regra*] por cuja porta sai uma torrente de água [monges beneditinos que foram para o Brasil]; do outro lado, um leão rompante agarrado a um báculo [o poder e a força do Dom Abade]. A torre e o leão simbolizam os reinos de Castela e Leão por onde os Beneditinos entraram na Península Ibérica. Encima o brasão uma mitra, símbolo do poder abacial.

[1741] FARIA, Molho de (1987): *O. c.*, p. 177.

Na parte superior, quadros da vida de S. Bento segundo S. Gregório Magno. Do lado do Evangelho, «A Visão de S. Bento» (S. Bento, de idade avançada, com barbas, de joelhos e tendo à sua frente Cristo crucificado, a Bíblia e o báculo, contempla o mistério da Santíssima Trindade) e o «Afogamento de Sto. Amaro» (S. Bento, de idade avançada, com barbas, a partir do seu mosteiro onde se encontra rodeado de monges e noviços, contempla Sto. Amaro caminhando sobre as águas a salvar S. Plácido). Parece-nos que o título mais correto seria «Afogamento de S. Plácido», uma vez que quem estava a afogar-se era S. Plácido, o qual foi salvo por Sto. Amaro na sequência da ordem de S. Bento após perceção da situação de perigo em que o jovem Amaro se encontrava. Do lado da Epístola: «S. Bento» (S. Bento, ainda novo, com o báculo na mão esquerda, na qualidade de Dom Abade, olha para um livro, como que a estudar a *Regra*. Nas suas costas, podemos ver Cristo crucificado); o último painel é do «Milagre da foice que caiu ao lago» e que S. Bento, milagrosamente, consegue recuperar para o agricultor poder continuar com as suas tarefas.

No teto da capela-mor, por cima do altar, podemos observar a Sagrada Eucaristia, rodeada por um coro de anjos, onde não faltam as trombetas, perante a adoração geral. A seguir, entre arcos graníticos, a máxima latina que dispensa qualquer explicação: «PANIS VITAE», «o Pão da Vida». A cúpula, de cujo centro pende o lustre de cristal, encontra-se dividida em quatro partes triangulares tendo cada uma um símbolo da entrega de Jesus Cristo: o cordeiro pascal sobre o livro dos Sete Selos; um coração sangrando para um cálice colocado sobre uma mesa, rodeado por uvas e espigas; um pequeno cesto com pão à porta de um sacrário; e um pelicano que alimenta os filhos com o seu próprio corpo.

O Santuário tem oito vitrais colocados por cima da cornija interior, todos em janelas retangulares de verga ligeiramente arredondada ao centro. Os motivos principais encontram-se no círculo central enquadrado por dois outros círculos, mais pequenos, um por cima e outro por baixo, contendo pentagramas, símbolo associado à eternidade e utilizado pela maçonaria, assim como o triângulo equilátero também presente neste Templo.

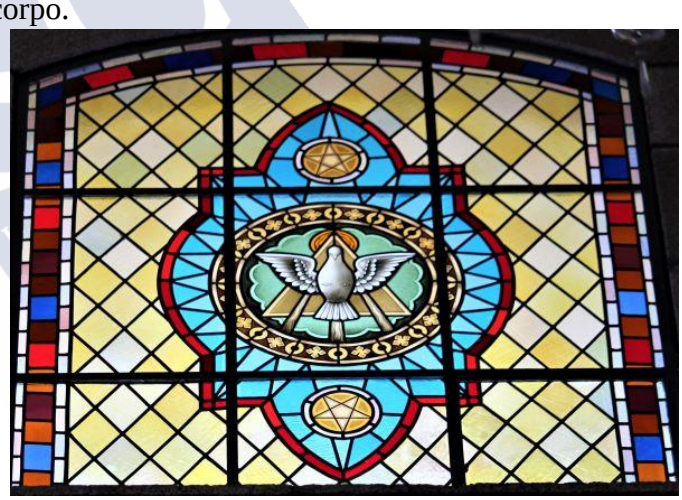


Fig. 63. Vitral da capela-mor de SBPA.

Na capela-mor, o vitral do lado norte representa o dogma da Consagração, ou seja, o pão e o vinho que se transformam no corpo e sangue de Cristo. Assim, temos, ao centro, um cálice encimado pela Sagrada Custódia, ladeado por conjuntos de espigas e cachos de uvas dispostos simetricamente. O vitral do sul ostenta uma pomba branca da qual saem três raios, símbolo do Espírito Santo, enquadrado num triângulo equilátero que nos habituámos a ver associado ao «Olho de Deus» que tudo vê.

5.5.5.2. Nave

Na nave, temos três níveis de análise iconográfica: os altares, as pinturas do teto e os vitrais por cima da cornija.

As devoções, no início do séc. XX e de acordo com as imagens colocadas nos altares laterais, eram as seguintes: Senhora da Conceição, Sagrado Coração de Jesus, S. José e Santo António, ou seja, a Sagrada Família e Santo António, o protetor dos animais, a quem,

diariamente após a oração do terço, se rezava um Pai-Nosso e uma Avé-Maria para que protegesse «a nossa fazendinha».

Além das imagens de vulto referidas e da de S. Bento que se encontrava no altar-mor, o inventário realizado no ano de 1915 refere a existência de mais duas imagens pequenas, uma de S. Bento e outra de Santa Escolástica [1742]. Molho de Faria regista, em 1947, a admiração de alguns devotos por não existir um altar com os filhos de S. Bento: «Alguém notava em tudo isto uma falta imperdoável: não haver altares dedicados a Santos que fossem filhos de S. Bento» [1743]. A imagem existia, não de um «filho», mas a da irmã, só que não tinha altar disponível. Esta situação seria alterada após as comemorações do quarto centenário da fundação da capela primitiva.

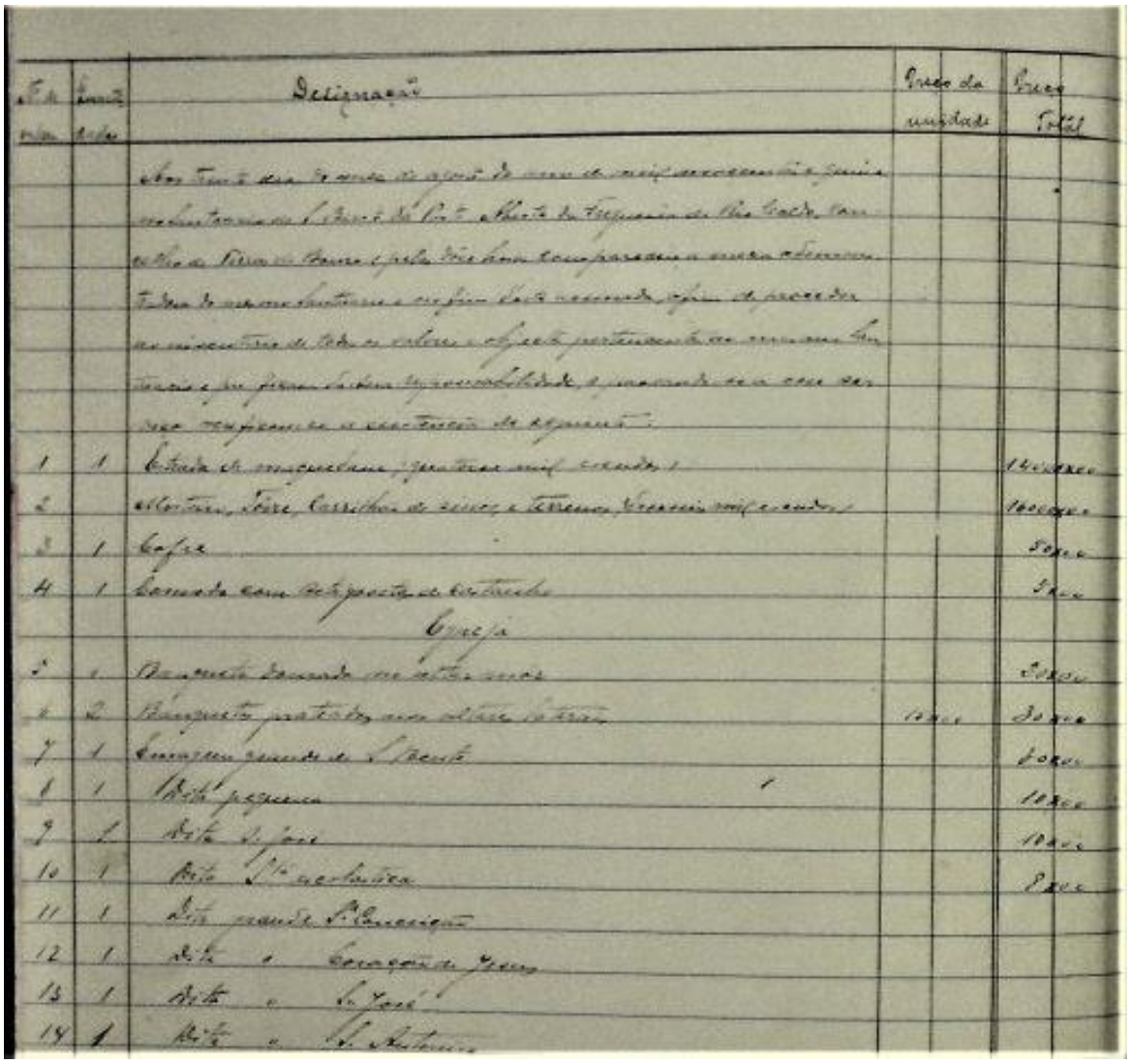


Fig. 64. Fac-simile da folha n.º 1 do *Livro do inventário (1908-1950)* da ISBPA.

Temos registo da aquisição de mais imagens para o Santuário quando o Pe. Basílio Rodrigues presidia à Mesa Adminitrativa: no dia 1 de janeiro de 1948, de uma imagem do Menino Jesus com peanha para o Templo pelo preço de 636$00 [1744]; em julho do ano seguinte,

[1742] **AISBPA**, *Livro do inventário (1908-1950)*, fl. 1 v.
[1743] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 176.
[1744] **AISBPA**, *Inventário (1908 1950), (folha solta)*. Cf. **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 52 v., ata de 6 de fevereiro de 1948: « De novo voltando á sala das sessões, o Presidente lembrou que por lapso, não se mencionou na acta da sessão passada,

as imagens de «Nossa Senhora de Fátima e de Santo António», à mais famosa casa de imagens de Braga à época, a «Casa Fânzeres» [1745]. Comprou, também, «uma mitra de S. Bento, de setem branco, bordada a ouro [1746], uma «mitra boa para a imagem de S. Bento» e mandou consertar as velhas à famosa Casa Amorim [1747].

Já depois das comemorações do IV Centenário da fundação da primitiva capela de S. Bento (2014-2015), foi adquirida uma imagem de Santa Escolástica [1748]e colocada no altar de S. José ( primeiro à esquerda de quem entra no Templo) que, por sua vez, foi ocupar o lugar deixado vago pela escultura da Imaculada Conceição que se encontrava no segundo altar, à direita de quem entra. A imagem de Nossa Senhora da Conceição desceu para a cripta onde lhe foi destinado um lugar proeminente, perto do altar-mor, do lado da Epístola, junto a uma coluna.

Quem for frequentador assíduo da basílica de S. Bento e entrar na do Bom Jesus do Monte, ao reparar nos motivos e traço que lhes deu vida, não deixará de reconhecer uma certa similitude. Durante anos, meditamos nesta ideia e na possibilidade de o mestre pintor ter sido o mesmo, mas, como minguavam as provas, as incertezas mantinham-se, embora as hipóteses se alargassem também à igreja de S. João Marcos, em Braga. Finalmente, encontrámos um elo de ligação na pessoa do eng. Vasconcelos Peixoto, fiscal das obras de construção do novo templo de S. Bento e responsável pelas alterações introduzidas no projeto de Manuel do Couto Guimarães. Na verdade, Vasconcelos Peixoto, em junho de 1884, fez parte da comissão encarregada de examinar e aprovar a pintura do zimbório da basílica de Bom Jesus, nomeada pela respetiva confraria[1749]. Estava em causa o trabalho de pintura executado por Joaquim da Costa Carvalho, considerado «talvez o mais importante pintor bracarense deste período»[1750]. Não obstante os parcos conhecimentos que possuímos no domínio da história da arte, parece-nos que existem algumas, se não muitas, semelhanças entre os dois trabalhos.



Fig. 65. Santa Escolástica (ISBPA).

O teto da nave encontra-se dividido em três partes delimitadas por arcos graníticos, contendo pinturas alusivas aos atributos de S. Bento em medalhões centralizados. No mais próximo da capela-mor, dois anjinhos seguram uma mitra clássica decorada com uma cruz grega. Na mão direita do anijnho do lado esquerdo, estão as varas, um dos mais antigos atributos das imagens de S. Bento. Segue-se a *Regra*, obra atribuída a S. Bento e que, ao longo de vários séculos, tem servido de norma orientadora, não só aos monges beneditinos, mas também a outras ordens ou congregações religiosas. A *Regra* aberta, pois é para ser lida, conhecida e respeitada, é transportada por um anjinho rodeado por mais

a aquisiçao de uma imagem do Menino Jesus destinada ao Templo; a qual custou a importancia de seiscentos e trinta e seis escudos; a Mêsa concordou unanimemente e deliberou que a mesma fosse descrita no inventário».

[1745] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa de 1945-1950*, fl. 79: «Egualmente foram examinadas as imagens de Sto. António e Nossa Senhora de Fátima, destinadas ao Templo, principalmene ao serviço das procissões; e, tendo a Mêsa verificado que estavam de harmonia com o fim a que se destinavam, delibereram pagar o seu custo ao fornecedor – Casa Fânzeres, de Braga».

[1746] **AISBPA**, *Inventário (1908 1950), (folha solta)* e **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa de 1945-1950*, fl. 77.

[1747] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa de 1945-1950*, fl. 77.

[1748] Esta imagem, tal como a imagem mais pequena, apresentam, em termos iconográficos, uma lacuna, que é a ausência da pomba sobre a «*Regra*», um atributo tão característico de Santa Escolástica e que nos remete para a visão que S. Bento, a partir do seu mosteiro, teve da sua alma a ir para o Céu aquando da sua morte.

[1749] OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1999); *O. c.*, p. 158.

[1750] *Ibidem.*

dois (um de cada lado), um dos quais com um ramo de flores. No medalhão do último terço da nave, podemos observar dois anjinhos em que um transporta, a cruz, símbolo de Cristo, e o outro, o báculo, símbolo do poder abacial.

Nos vitrais por cima da cornija (três de cada lado), temos, a partir da capela-mor e do lado do Evangelho, novamente os atributos das imagens de S. Bento: a mitra clássica decorada com a cruz da Ordem de Cristo, seguem-se as varas e um manuscrito contendo o salmo «Apprehendite disciplinam ne quando irascatur Dñus, ne pereatis de via iusta» [1751], que nos aconselha a seguir os ensinamentos do Mestre para que, quando chegar a hora do Juízo Final, não sejamos condenados ao inferno; no último, o corvo com um pão no bico. Do lado da Epístola, temos: o báculo, a cruz e um livro aberto (*Bíblia* ou *Regra*).



Fig. 66. Medalhão no teto da nave do Templo de SBPA.

Até à chegada da eletrificação, os templos eram iluminados por lamparinas a azeite, velas, candeeiros que deitavam muito fumo, o que provocava estragos significativos nas pinturas, esculturas, talhas e outras decorações, assim como nas alfaias litúrgicas, o que obrigava a obras de restauro. Assim, a 1 de maio de 1941, a Mesa Administrativa anuncia a abertura de concurso para o restauro das pinturas decorativas dos tetos e paredes do templo:

> Faz publico, que deliberou em sessão de hoje, proceder ao restauro das pinturas decorativas dos téctos e parêdes do Templo da Irmandade. Para esse efeito, convida os mestres pintôres que pretendam proceder ao dito restauro a apresentarem as suas propostas, em carta fechada, até ás 12 horas do dia 15 de Maio corrente, dia em que a Mesa tomará conhecimento das mesma e adjudicará a obra ao mestre que oferecer melhores garantias, reservando-se, porém, o direito de não fazêr a adjudicação se as mesmas não convierem aos interesses da Irmandade [1752].

Como não conseguimos localizar o auto de arrematação e o livro de atas deste ano desaparecera, não foi possível identificar a quem é que a obra foi adjudicada. Sabemos, no entanto, que, passados cinco anos, estava a ser feita nova intervenção, como verificamos pela leitura da ata de 1 de julho de 1946, a qual identifica o artista convidado: «Egualmente foi deliberado mandar proceder a pequenos reparos na pintura do Templo e convidar o artista Victor Mendes, de Braga» [1753].

#### 5.5.5.3. Nos sinos

Uma matéria desconhecida por não especialistas é a iconografia existente nos sinos. A fundição de sinos é uma arte com centenas de anos, ao longo dos quais a sua técnica foi sendo

[1751] Trata-se do Salmo 2, versículo 12, da *Vulgata*.
[1752] **AISBPA**, *Livro do copiador (1924-1948)*, fl. 42.
[1753] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 20 v.

aprimorada. Por sua vez, cada sino é um livro de história que nos revela informação relevante, apesar de, quando racham, serem fundidos e transformados em sinos novos. Além das decorações que ostentam e de que não nos ocupámos, os sinos exibem gravações que revelam quem o encomendou, quem os fez e o ano da sua fundição.

No caso dos sinos do carrilhão de SBPA, por dificuldades no acesso, apenas pudemos analisar os quatro maiores sinos que referimos quando abordámos o carrilhão de sinos do Templo, os quais apresentam altos-relevos de S. Bento (uma imagem retirada do sino anterior, uma vez que este data de 1975), da Imaculada Conceição, de S. José e de Sta. Eufémia. O primeiro, por ser o orago do Templo; os segundo e terceiro, invocações presentes nos altares aquando da construção do Santuário; a última, Santa Eufémia, presente no sino do lado norte, ou seja, voltado para a Galiza e para a serra do Gerês / Xurês onde, segundo a lenda, sofreu o seu martírio ao ser lançada do alto do monte e dando origem às águas medicinais das Caldas do Gerês. Fernando Cosme considera Santa Eufémia «a antecedente direta de *S. Bento da Porta Aberta*» [1754]. Segundo Matos Ferreira [1755], muitos anos mais tarde, uma pastorinha surda e muda, que guardava o seu rebanho num monte próximo da Calcedóna, foi surpreendida pela aparição de Santa Eufémia que lhe indicou o local onde o seu corpo estava sepultado, pedindo-lhe que o levasse para junto do da sua irmã, a Santa Marinha, padroeira da freguesia de Covide. Levado pelo povo - após o milagre da recuperação da audição e da fala pela pastorinha - para a igreja de Santa Marinha, aí permaneceu até que o bispo de Orense, Pedro Seguino, veio a Portugal seguindo a estrada da Geira (Via Nova) pela Portela do Homem e levou, de Covide para a Sé de Orense, a corpo de Santa Eufémia, onde ainda hoje se encontra [1756].



Fig. 67. Gravações nos sinos do carrilhão de SBPA: S. Bento, Sra. da Conceição, S. José e Sta. Eufémia.

5.5.5.4. Alterações iconográficas: S. Bento mitrado

Inicialmente, à semelhança das dezenas de imagens de S. Bento espalhadas pelas igrejas e capelas do Minho – a começar pela da Sé de Braga, agora no claustro de Santo Amaro depois de retirado da sua capela – a imagem de S. Bento não tinha mitra nem corvo. Apenas a *Regra*, báculo [nem sempre] e resplendor ou auréola. Com base nas estampas antigas e nas pinturas azulejares, podemos seguir a cronologia iconográfica de S. Bento da Porta Aberta até à atualidade.

[1754] COSME, Fernando da Silva (2015): *O. c.*, p. 304:
[1755] FERREIRA, Pe. José de Matos (1982): *Thesouro de Braga Descuberto no Campo do Gerez*. Braga: Câmara Municipal de Terras de Bouro, pp. 55-56.
[1756] Segundo a primeira parte da *História Eclesiástica de Braga*, de Dom Rodrigo da Cunha, esta trasladação ocorreu em 1153.

A imagem atual apresenta-se com uma mitra preciosa, algo desproporcionada para a escultura, a que não pertencia, encontrando-se aparafusada à cabeça do Santo. Esta é a imagem de marca que se tem generalizado por todo o Minho, apesar de diferente em relação aos outros santuários de S. Bento existentes nesta província, nenhum dos quais tem uma imagem de S. Bento mitrado, a saber: S. Bento das Pedras (Vizela), S. Bento de Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso), S. Bento da Porta Aberta de Cossourado (Paredes de Coura) ou S. Bento da Lagoa (Cerdal, Valença). Em S. Bento da Várzea (Barcelos), permitiram que a oferta de um manto e de uma mitra preciosa cobrissem a belíssima e rara escultura quatrocentista do orago.

Se atentarmos nos painéis de azulejos da capela-mor, temos S. Bento com barbas, com a *Regra*, junto de outros monges, no seu trono com a mitra e o corvo ao seu lado, mas nunca mitrado. O mesmo aconteceu quando pesquisamos as estampas e postais mais antigos. O Museu dos Biscainhos (Braga) guarda três estampas que nos ajudam a perceber estas alterações iconográfcas. A mais antiga, dos finais do séc. XIX, mostra S. Bento aureolado, com báculo e *Regra*, a que foram acrescentados um corvo e uma mitra; na estampa posterior, a mitra já é outra, o que está de acordo com a documentação encontrada do início do século XX. A imagem de S. Bento que nos aparece num postal que reproduz a maquineta concluída em 1907 continua sem mitra na cabeça, pois esta só vai surgir nos anos 30, aquando da substituição da maquineta por um trono que vai receber o atual baldaquino, já documentado em 1947 na obra do cónego Molho de Faria.

A partir desta data, apenas vai mudando de mitra que se torna cada vez mais alta e mais preciosa.




Fig. 68. Estampa de SBPA. (Fonte: Museu dos Biscainhos, Braga).

## 5.6. OUTROS INVESTIMENTOS

### 5.6.1. «Casa da fábrica»

Aquando da construção da capela-mor (1877), foram construídas, por uma questão de segurança do arco cruzeiro, as "casas" da sacristia e da fábrica [1757], embora já existisse, no lado sul do terreiro, uma «Casa da Fábrica», que viria a ser demolida em 1897 para dar lugar a uma nova construção iniciada em 1895 [1758]. O auto de arrematação realizou-se no dia 1 de abril de 1894, tendo a obra de pedreiro sido adjudicada a Manuel Moreira, das Caldas do Gerês, pela quantia de 750$000 rs. [1759]. Os trabalhos de carpintaria foram entregues a Silvério António Martins, de Chorense, por 580$000 rs., no dia 29 do mesmo mês [1760].

Como era necessário proceder à expropriação de «um pedaço de terreno contiguo ao Terreiro do Sanctuario de S. Bento para alargamento do mesmo terreiro», uma vez que o dono

[1757] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fls. 13-13 v.
[1758] **AISBPA**, *Livro do inventário* (1908-1950), fl. 18 v. Inventário paroquial realizado a 2-2-1896: «uma casa, sita no terreiro de S. Bento, destinada á fabrica do templo (...) mandada fazer em 1895»; «outra casa, sita no terreiro de S. Bento, destinada á fabrica do templo (...). Está em estado de ruina. Foi demolida em 1897».
[1759] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 1060.
[1760] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. 3177.

do terreno tinha voltado com a palavra atrás, a JP, em sessão de 2 de junho de 1895, avança com o processo e remete-o à Câmara Municipal que o aprova em sessão de 10 de junho: «accordam em camara que approvam o presente requerimento e a acta da sessão da junta de Parochia da freguesia de Rio Caldo em que resolveu expropriar os terrenos e predios contidos no perimetro da planta ora apresentada» [1761].

Com a construção do novo Templo, o terreiro ficou mais pequeno e era necessário aproveitá-lo e, se possível, ampliá-lo. Por isso, em reunião de 9 de maio de 1897, a Mesa acordou pedir autorização ao governador civil para demolir a antiga «Casa da Fábrica de S. Bento, sita no terreiro de S. Bento, que, alem de ameaçar ruina, se torna necessario para a amplitude do mesmo terreiro de per si tão exiguo» [1762]. Na sessão seguinte, decidem avançar com a demolição «não só por evitar a sua ruina imnente [*sic*], mas os roubos frequentes das madeiras e telhado, os quaes propunha tambem fossem vendidos em hasta á excepção da pedra, por não haver onde guarda-los e deteriorassem» [1763].

Após várias dificuldades em contratar caiador, dão as obras e os pagamentos por concluídos.

### 5.6.2. «Casa dos Romeiros» (quartéis) [1764]

Demolida a antiga «Casa da Fábrica de S. Bento» cujos trabalhos ficaram por 27$000 rs. [1765], já podiam dar início às obras de construção da «Casa dos Romeiros», também denominda «quartéis», orçada em 500$000 rs. [1766], a qual foi adjudicada, no auto de arrematação realizado a 29 de abril de 1895, a João Fernandes, de Vilar da Veiga, por 499$000 rs. Na mesma ocasião, foi adjudicada a construção dos muros de suporte a Manuel Custódio Lopes, de Palmeira, por 240$000 rs. [1767].

### 5.6.3. «Casa das Ofertas» / «Casa das Estampas»

Com a profusão de ex-votos que o SBPA recebia, era necessário ter um edificio com condições para a sua receção, não só pelos valores em causa, mas sobretudo pelo tipo de produtos oferecidos, que iam de uma simples aliança de ouro a uma junta de bois, tendo sido escolhido um local atrás do «Mosteiro», também destinado à acomodação dos funcionários. Embora fosse um projeto de 1899, apenas foi concretizado em 1903, devido aos problemas já referidos entre o abade e a Mesa da Confraria. A obra foi adjudicada, a 24 de maio, aos irmãos Manuel e António Moreira, de Vilar da Veiga, por 1:430$000 rs. Na mesma data, foi entregue a obra de carpinteiro a João de Deus Machado por um conto de réis.

Apesar dos pagamentos aos mestres pedreiros em 1903 e 1904 de 680$500 rs. [1768] e 749$500 rs. [1769], respetivamente, e ao mestre carpinteiro, 523$000 [1770], em 1904, a obra ainda não estava concluída a 31 de março de 1907, tendo a Mesa, presidida por Clemente Pinto Guedes, deliberado pedir a intervenção do governador civil, pois receava pela segurança da construção, situação agravada com o facto de o carpinteiro, João de Deus Machado, se ter ausentado para o Brasil sem entregar a obra nem deixar o projeto, para confirmar o ponto de excução: «por maiores esforços que tenham empregado, e alguns d'elles com auxilio da

[1761] **AMTRB**, *Livro de atas n.º 13* (1895), fls. 23-23 v.
[1762] **AISBPA**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 8.
[1763] *Idem*, fl. 9.
[1764] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. 3177.
[1765] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 9.
[1766] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 3662.
[1767] *Idem*.
[1768] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 44.
[1769] *Idem*, fl. 50.
[1770] *Ibidem*.

auctoridade administrativa, não tem sido possivel conseguir os referidos projecto e orçamento; e tendo-se ausentado para os Estados Unidos do Brazil o empreiteiro da obra de carpinteiro Joaõ de Deus Machado, não pode esta corporação estar á mercê do seu regresso para d'elle se receber a chave da casa» [1771].

A pedido do governador, é feita uma vistoria às obras e incumbido o engenheiro João Teixeira da Silva da elaboração de um projeto de recuperação e orçamento que o mesmo conclui em 22 de dezembro de 1907 e cujo orçamento é de 2:785$000 rs.

A memória justificativa é do teor seguinte:

> Por detraz da igreja de S. Bento da Porta Aberta, existe uma casa, em construcção incompleta, que destinaram á venda de estampas e recepção de esmolas em dias de romaria e a outros serviços inherentes.
>
> Pela vistoria ordenada pelo Ex.$^{mo}$ Governador Civil, reconheceu-se que as obras de pedreiro d'essa casa tinham sido regularmente construidas e que a maior parte das obras de carpinteiro existentes precisavam de ser substituidas pela falta de solidez d'umas e pelo estado de ruina de outras [1772].

O processo, que se encontra muito deteriorado, tem na capa uma informação assinada pelo secretário António Joze Alves, que diz o seguinte: «Approvado em sessão de 23 de dezembro de 1907» [1773].

### 5.6.4. Cruzeiro

É importante distinguirmos entre uma cruz e um cruzeiro, desde logo os cruzeiros paroquiais. Se a cruz é um símbolo de Cristo, a simbologia de um cruzeiro é mais ampla, pois delimita um espaço sagrado - por onde circulavam as procissões - que se relaciona com um templo, seja capela, igreja, abadia, sé ou catedral, e por isso era colocado em posição frontal à fachada do templo. Também o seu projeto construtivo é diferente, constituído por *podium*, pedestal, fuste, capitel e cruz.

Após a aprovação pela autoridade administrativa em 7 de junho de 1917, a Irmandade, no dia 2 do mês seguinte, publicita a realização da arrematação de uma empreitada parcial das seguintes obras: muro de suporte, terraplanagem, aqueduto e construção e levantamento de um cruzeiro. O anúncio, assinado pelo presidente da Irmandade, Domingos José da Costa, é publicado no jornal «Echos do Minho» do dia 12 do mês referido, esclarecendo que a base de licitação era de 3.300$00 e as propostas deviam ser entregues, em carta fechada, até às 12 horas do dia 22 desse mesmo mês.

A arrematação realizou-se a 22 de julho de 1917, tendo sido adjudicada, dois dias mais tarde, ao empreiteiro barcelense António de Miranda, já conhecido da Mesa por outras outras, nomeadamente, Templo, estrada e edifício escolar, por 3.265$00 [1774].

O cruzeiro do Santuário de SBPA [1775] foi levantado em obediência aos cânones tradicionais, sendo colocado no terreiro alinhado com a porta principal do Templo. A 21 de novembro de 1944, devido ao alargamento da estrada e aformoseamento do terreiro [1776], teve

---

[1771] **AISBPA**, *Livro de atas 1899-1907*, fl. 46 v.

[1772] **AISBPA**, *Plantas*, 1907.

[1773] Desapareceram os livros de atas entre junho de 1907 e julho de 1922.

[1774] **AISBPA**, *Livro de autos de arrematação da ISBPA (1917)*.

[1775] **AISBPA**, *Livro de inventário (1908-1950)*, fl. 17: «Cruzeiro – construção em granito e situado no terreiro em frente ao Templo»; «construido pela Irmandade em 1918 a 1919».

[1776] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 75: «do mesmo modo se deliberou que o mesmo Empreiteiro removesse o Cruzeiro para o largo novo existente na Avenida sul, á entrada do Terreiro, no local mais largo e fora dos limites da Estrada».

de ser mudado para um largo do lado sul do Templo onde se encontra, por a Mesa considerar que era o local que melhor se prestava «para a boa organização das grandes procissões» [1777].

A mudança foi assumida pela Junta Autónoma das Estradas, no âmbito de um protocolo com a Irmandade, em que esta passava a propriedade da estrada para o Estado, conforme processo de expropriação amigável a título gratuito, enviado à Irmandade em 21 de setembro de 1948, «ficando o expropriante obrigado a deslocar para lugar conveniente o coreto e o cruzeiro, propriedade da Irmandade, que são atingidos pela construção da estrada e a destinar os troços abandonados do antigo leito da estrada a parques de estacionamento, os quais permanecerão, todavia, na posse do Estado» [1778].

Os trabalhos foram demorados, visto que, em 1 de dezembro de 1949, o presidente da Mesa informa os irmãos que «a deslocação do Cruzeiro para a Avenida-sul do Terreiro e a mudança do coreto, que está muito adiantada e atualmente o cuidado que merece a construção da futura Hospedaria, com o que todos se congratularam» [1779].

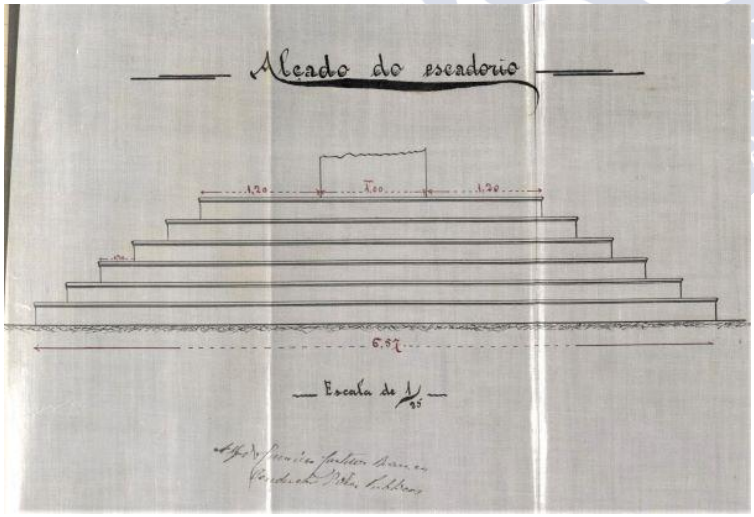



Fig. 70. Alçado do pedestal do cruzeiro, 1917. (Fonte: **ADB**).
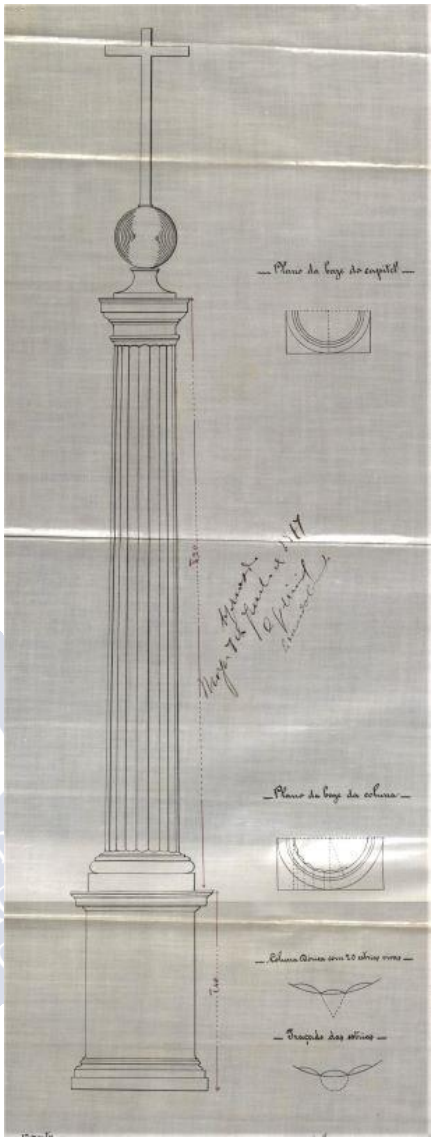


Fig. 69. Projeto do cruzeiro: base, fuste, capitel e cruz, 1917. (Fonte: **ADB**).

### 5.6.5. Coreto

Uma romaria, que chegou a ter oito bandas de música nos cinco dias de festa, precisava de vários coretos.

Em 1928, SBPA tinha um coreto fixo, suficiente para as festas de março e de julho, e dois de madeira, como se documenta pelo conserto dos mesmos realizado neste ano, e que consta do primeiro orçamento suplementar para o ano de 1928 a 1929 [1780] e no livro do inventário dos

[1777] **AISBPA**, *Livro de atas da assembleia geral (1919-1953)*, fls. 12 v.-13.
[1778] **AISBPA**, *documentação avulsa*, 1948.
[1779] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 84 v.
[1780] **AISBPA**, *Pasta de orçamentos de receita e despesa (1924-1938)*: «reparação de dois corêtos de madeira da Irmandade», 1.122$00.

anos 1908 a 1950: «Coreto – em ferro e pedra, situado no terreiro»; «construido pela Irmandade em 1929 a 1930» [1781]. fl. 17.

Como a madeira se degrada com facilidade, a Mesa entendeu que era melhor construir um coreto novo com base em pedra e cobertura em ferro, tendo disponibilizado, no primeiro orçamento suplementar para 1929 a 1930, a quantia de 12.000$00 para a «compra e montagem de um corêto em ferro e pedra» [1782]. Em 1936, é realizada uma pequena intervenção no coreto e, no dia 8 de dezembro de 1944, a assembleia geral extraordinária da ISBPA aprova a realização de várias obras, entre as quais a remoção do coreto, à semelhança do que aconteceu com o cruzeiro [1783].




Fig. 71. Postal antigo vendo-se o fontenário, o coreto, o cruzeiro e o Santuário. (Fonte: Adriano Afonso).

A mudança decorre durante o ano de 1949, na sequência das obras realizadas pela Junta Autónoma das Estradas, sendo deslocado para «a avenida norte do terreiro e situado à direita da casa antiga do Portelo, na entrada do caminho do Formigueiro» [1784]. Em 1952, encontrava-se bastante degradado, necessitando de uma porta «com a necessária segurança» - a parte inferior era utilizada, durante as grandes romarias, como prisão dos ladrões capturados pela Guarda Nacional Republicana -, de reparos nas grades e pintura. No dia 3 de janeiro, é feita uma vistoria ao coreto na companhia do construtor Manuel Cunha, tendo verificado «ser preciso substituir a porta do porão do mesmo corêto por uma de ferro com a devida segurança e proceder a pequenos reparos nas grades e á respectiva pintura de toda a parte metalizada com uma mão de azarcão, uma mão de tinta e uma mão de bom esmalte. Todas estas pinturas bem feitas e da melhor qualidade, bem como o fornecimento e assentamento da porta de fêrro» [1785]. Uma vez que pretendiam o coreto recuperado antes do verão, adjudicaram, de imediato a obra, pelo preço de 6.880$00.

[1781] **AISBPA**, *Livro de inventário (1908-1950)*, fl. 17.
[1782] **AISBPA**, *Pasta de orçamentos de receita e despesa (1924-1938)*: «reparação de dois corêtos de madeira da Irmandade», 1.122$00.
[1783] **AISBPA**, *Livro de atas da assembleia geral (1919-1953)*, fls. 12 v.-13.
[1784] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 75: «Tendo o engenheiro das obras da Estrada pedido para a Mêsa indicar o local onde devia ser colocado o Corêto, a Mêsa, tendo consultado os técnicos e discutindo a escôlha do local mais apropriado, deliberou que o mesmo corêto fosse mudado para a avenida norte do terreiro e situado à direita da casa antiga do Portelo, na entrada do caminho do Formigueiro».
[1785] **AISBPA**, *Livro de atas (1950-1956)*, fl. 23 v.

Nos anos 90 do século passado, aquando da construção da Cripta de SBPA, seria novamente mudado, desta vez para o lado direito da estrada que vai para Covide, sobranceiro ao novo Templo.

### 5.6.6. Fontenário

Uma romaria com a presença de milhares de romeiros, a maior parte dos quais se deslocava a pé, realizada em pleno pico do verão necessitava de água que respondessem às necessidades da multidão. Recordamo-nos de, na nossa infância, ter provado dessa linfa e de nos dessedentarmos com a limonada das aguadeiras com os seus recipientes envolvidos em cortiça a servir de isolamento.

Quer a JP, quer, posteriormente, as Mesas Administrativas sempre se preocuparam em dotar o Santuário e espaços envolventes com recursos hídricos bastantes. Apesar da existência de uma fonte à entrada do Parque, a Irmandade, em 1929, decidiu construir um fontenário com quatro bicas no centro do terreiro «de pedra e cimento, situado no Terreiro ao lado norte da Casa dos Milagres e alimentado com agua explorada no Parque»; «construido pela Irmandade em 1929-1930» [1786].

### 5.6.7. «Casa do Sal»

A existência de uma «Casa do Sal» compreende-se dado o volume de sal objeto de oferta a SBPA, na senda daquilo que já acontecia com o santuário de Nossa Senhora da Abadia. Sabemos que, por vezes, os devotos ofereciam o seu peso em sal. Desconhecemos, todavia, a data em que esta casa, também conhecida por «salina», foi construída.

O seu conhecimento é-nos revelado por causa da construção da «Casa dos Milagres». Primeiro, por ter sido o local escolhido para a construção desta; depois, por no contrato de adjudicação ser referida duas vezes: devido à avaliação do valor dos materais (5.800$00 + 750$00) e à responsabilidade pela sua demolição definida na cláusula décima sétima: «Que a casa chamada do sal sera demolida á custa do segundo outorgante, e o material que lhe pertence tambem á sua custa dali removido, de modo que o largo fique livre e desocupado no final da conclusão da sua empreitada» [1787].

Apesar da demolição da «Casa do Sal», a Irmandade continuou a usar um compartimento para guarda do sal a que chamava «salina», como é referido no edital de 6 de outubro de 1938 para a venda do sal: «A Mesa (...) deliberou, em sessão d'hoje, pôr em praça pela 2.ª vês o sal existente em deposito na salina da Irmandade». Por este anúncio, ficamos a saber que o lugar dos leilões era à porta do Santuário «a arrematação será realizada no fim da missa do Domingo, dia 9 do corrente, á porta do Templo» [1788].

[1786] **AISBPA**, *Livro de inventário (1908-1950)*, fl. 17.
[1787] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*. Reis Ribeiro, nota nº 57, fl. 30.
[1788] **AISBPA**, *Livro do copiador 1924-1948*, fl. 36 v.

### 5.6.8. «Casa dos Milagres» / «Casa da Mesa»

O primeiro projeto de construção da «Casa dos Milagres» foi elaborado em 28 de novembro de 1919 pelo arquiteto portuense, autor do projeto do cruzeiro, Borges d'Oliveira. Embora inicialmente pensada para ser feita atrás do Templo, acabaria construída em frente e no local onde existia a denominada «Casa do Sal» e para onde estava pensada uma cascata: «e atendendo á inconveniencia em não se fazer a obra que está projectada no terreno comprado a João Lino da Costa Antunes e mulher, devido ao seu declive, ficando essa obra melhor em frente ao Mosteiro, no local aonde se projetou fazer a cascata; deliberou a assembleia, por unanimidade, que a referida obra ("Casa dos Milagres") seja construida em frente do Templo» [1789].

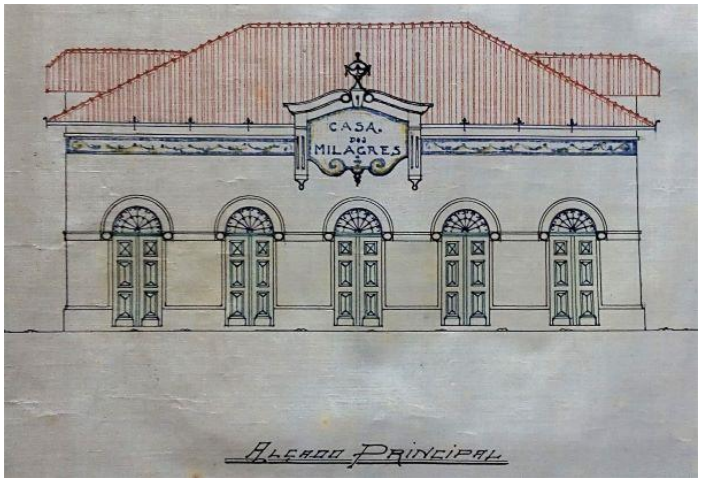



Fig. 72. Alçado principal da «Casa dos Milagres», projeto de 1922. (Fonte: **AISBPA**).

As razões para esta alteração encontram-se devidamente explicitadas na memória justificativa elaborada pelo engenheiro de obras públicas, José Maria da Costa Lopes, natural de Rio Caldo e irmão do mesário Abel José Rodrigues da Costa Lopes, aquando da reformulação do projeto em 6 de fevereiro de 1922: «uma "Casa dos Milagres" ampla, solida e independente, torna-se absolutamente necessaria agora que as autoridades eclesiásticas concederam a premanencia do Santissimo no templo e sua exposição na Capela por ocasião das festas, modo que não condiz com o de comodimento e respeito devido ao logar, a prespectiva de uma multidão de romeiros fazendo um barulho ensurdecedor com a apresentação das ofertas» [1790].

Com a mudança de local, houve necessidade de adaptação do projeto ao novo local, tarefa que foi acometida ao referido eng. Costa Lopes, que, na sessão de 3 de abril de 1924, apresentou a «planta, orçamento e caderno de encargos para a construção da «Casa dos Milagres», com as peças actualizadas, conforme tinha sido encarregado em sessão de cinco de julho de mil novecentos e vinte e três» [1791]. Receberia, por este trabalho, em 5 de junho, 1.645$00, mais 550$00 pelas «despesas de viagens e serviço com a fiscalização das obras para reparos no Templo» [1792].

Dada a urgência da construção, a Mesa aprova, em reunião de 6 de março de 1924, sob proposta do presidente, demolir a «Casa do Sal» e vender os materiais à exceção da pedra: «propunha que essa construção se fizesse sem demóra e attendendo a que é demasiado exiguo o terreiro, e que a cása denominada do «Sal» muito prejudica a estética do local, propunha que a mesma fôsse demolida, sendo o seu material alienado em praça, ou o seu valôr descontado a quem arrematar a construção da chamada "Casa dos Milagres" em troca do mêsmo material» [1793].

[1789] **AISBPA**, *Livro de atas da Assembleia Geral (1919-1953)*, fl. 3 v.-4.
[1790] **AISBPA**, *Plantas e projetos*. 1922: «Casa dos Milagres».
[1791] **AISBPA**, *Livro de atas (1922-1924)*, fls. 39 v.-40.
[1792] *Idem*, fls. 34 e ss.
[1793] *Ibidem.*

O projeto, orçado em 53.880$00, foi aprovado por despacho do governador civil de 25 de julho de 1922 [1794], mas só viria a ser adjudicada a 30 de setembro de 1924 pela quantia de 101.200$00 [1795].

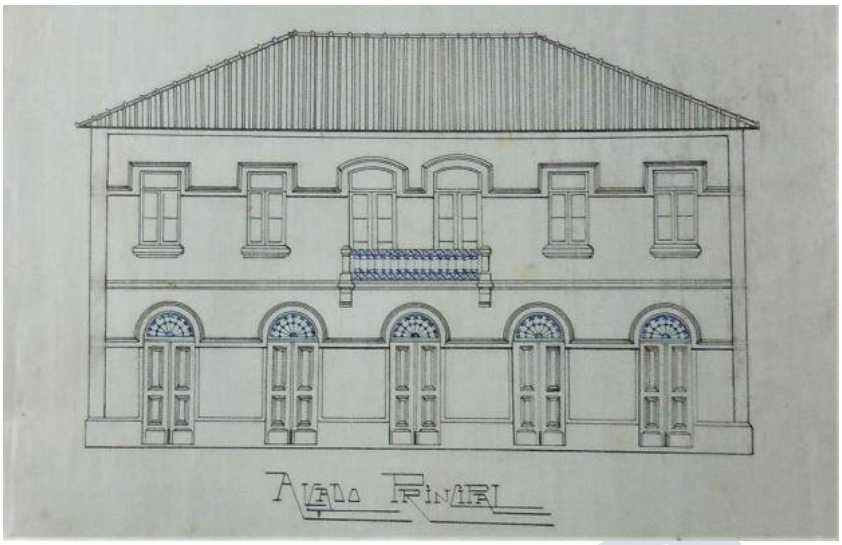


Fig. 73. Alçado principal da «Casa dos Milagres», projeto de 1924. (Fonte: **AISBPA**).

Como noticiou o «Diário do Minho» na edição de 4 de outubro de 1924, a obra foi arrematada por um empreiteiro da cidade de Braga, Manuel Barbosa, societário da firma M. Barbosa, Lopes & C.ia, bem conhecida no nosso meio» [1796].

A escritura da empreitada seria lavrada a 6 de outubro, em Vieira do Minho, no cartório notarial de António Luis Reis Ribeiro [1797].

Com o passar dos anos, e sendo nesta casa que a Mesa reunia e onde possuía aposentos, o nome mudou para «Casa da Mesa», tendo sofrido obras de conservação e adaptação no ano de 1936, com intervenções ao nível do telhado, platibanda, fachadas, pintura exterior e interior, caixilharias e colocação de uma viga de ferro na «Sala dos Milagres» [1798].

Em 23 de abril de 1960, a Mesa requer autorização à Câmara Municipal de Terras de Bouro para «pintar e caiar a "Casa dos Milagres"», pretensão que é deferida no dia 15 de maio [1799].

### 5.6.9. Melhoramentos na área envolvente do Templo

Como referimos, após a conclusão do Templo, a JP / Mesa virou-se para o espaço envolvente procurando o seu aformoseamento. Para tal, procedeu à aquisição de terrenos e estabeleceu protocolos com entidades como a Junta Autónoma das Estradas e a CMTB.

A primeira ampliação foi para o sul, onde existia um desnível significativo, tendo encomendado ao condutor de obras públicas, Alfredo Camilo Castelo Branco, o projeto para a construção de «um muro de suporte de terras para alargamento do terreiro do Santuário».

Em sessão realizada a 5 de agosto de 1912, a Mesa aprova por unanimidade o projeto, orçamento e mais elementos para a construção de um «muro de suporte de terras para o alargamento do recinto do santuário, organizado pelo condutor de Obras Públicas da direção das Obras Públicas do distrito de Braga, Sr. Alfredo Camilo Castelo Branco» e delibera pedir competente autorização superior para poder avançar com as obras [1800].

O governador civil aprova o projeto em 8 de agosto, tendo a Irmandade realizado o auto de arrematação no dia 22 de setembro. A obra, após negociação com o empreiteiro que tinha

---

[1794] **AISBPA**, *Plantas e projetos*. 1922, «Casa dos Milagres»: «tendo sido ouvido o Director das Obras Publicas do Distrito, aprovo os projectos e orçamento e mais peças constantes do presente processo, que baixam devidamente autenticados. Governo Civil de Braga, 25 de Julho de 1922.».
[1795] **AISBPA**, *Plantas e projetos*. 1922: «Casa dos Milagres».
[1796] «Diário do Minho» de 4 de outubro de 1924.
[1797] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*, Reis Ribeiro, nota nº 57, fl. 30.
[1798] **AISBPA**, *Plantas e projetos*. 1936, «Casa da Mesa».
[1799] **AISBPA**, *Plantas e projetos*. 1960, «Casa da Mesa», reparação.
[1800] **ADB**, Governo Civil, Distrito Administrativo, Irmandades. Doc. n.º 684.

apresentado a proposta mais baixa, foi adjudicada a Manuel Rodrigues das Almas, da freguesia de Vilar da Veiga, pelos seguintes preços unitários: «escavações em fundações: 100 rs. o m.$^3$; alvenaria em fundação: 1$100 rs. o o m.$^3$; alvenaria em elevação: 1$250 rs. o o m.$^3$; escavações, transporte e espalhamento de terras para terraplanagens, 95 rs. o o m.$^3$» [1801].

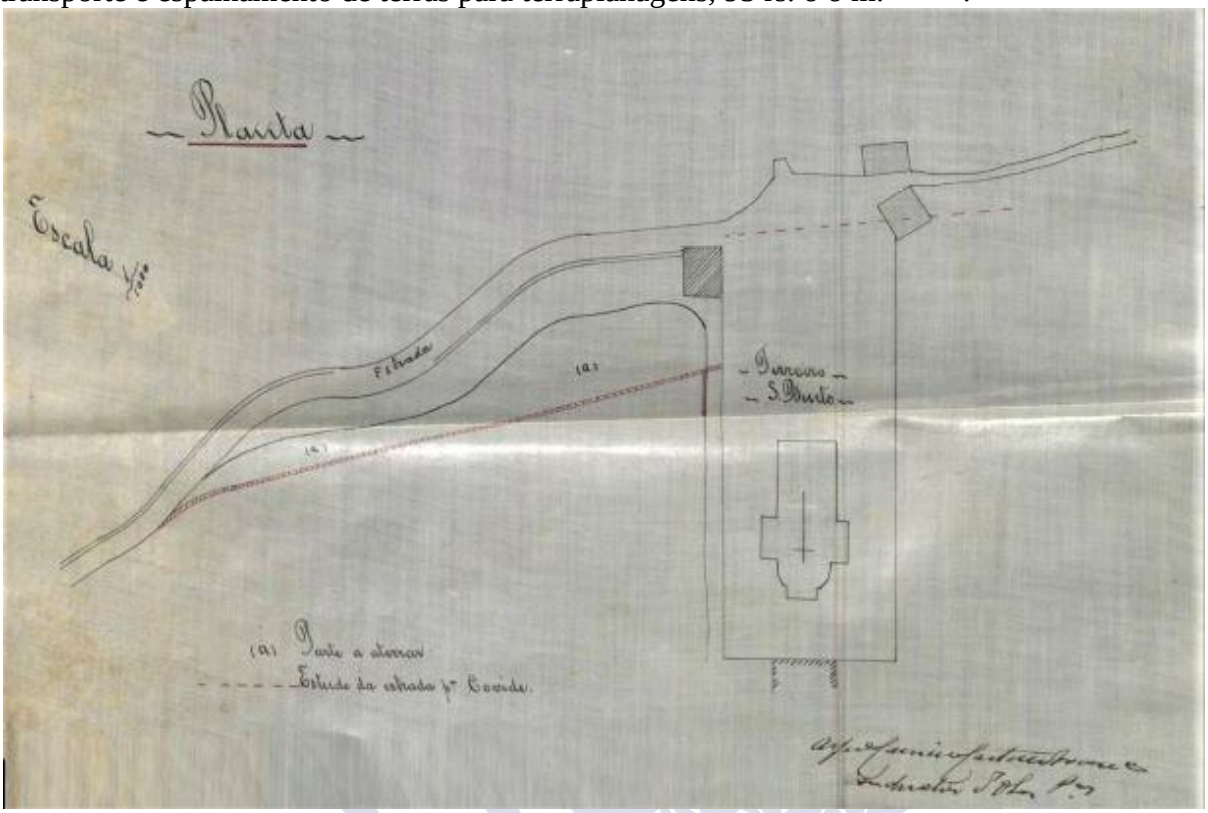



Fig. 74. Planta elaborada pelo condutor de obras públicas, Alfredo Castello Barnco em 1912. (Fonte: **ADB**).

A 6 de fevereiro de 1929, o engenheiro civil António Valença, concluía um projeto para «Alargamento do largo do Santuario de S. Bento e ligação com o traçado da Estrada de Seara a Covide, perfil tipo da estrada e muro», ordenando a zona norte do terreiro [1802]. Em 1944, como o número de automóveis que demandavam o santuário aumentava de ano para ano, foi a vez de a zona sul ser transformada em avenida e parque de automóveis pela mão do arquiteto Manuel Cerqueira Pimentel, com o projeto de «Construção de um arruamento para circulação e parque de veículos automóveis a sul do Santuário de S. Bento da Porta Aberta» [1803].

### 5.6.10. Construção de abrigo para os peregrinos (colunata)

A preocupação com o acolhimento dos romeiros é uma realidade transversal aos grandes santuários, na senda das grandes peregrinações medievais à Palestina, a Roma e a Santiago de Compostela. No norte de Portugal, as confrarias apostaram na construção dos chamados «quartéis», espaços cobertos onde as pessoas podiam pernoitar e abrigar-se em caso de chuva.

SBPA não foi exceção. Em 12 de dezembro de 1843, a JP compra «um pedaço de terra a Maria da Costa, do lugar da Seara, para endireitar o muro do mesmo terreiro e comprar três oliveiras a Francisco Pires de Cabo [Cova] para ali se fazerem uns quarteis para os romeiros»

[1801] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Obras. Doc. n.º 483.
[1802] **AISBPA**, *Plantas e projetos*, 1929, «Casa da Mesa».
[1803] **AISBPA**, *Plantas e projetos*, 1944, «Arruamento e parque de veículos».

[1804]. Em 1883, foi nos quartéis que se procedeu à arrematação das obras do novo Templo [1805] e, no ano de 1895, deu-se início à construção de uma nova casa para os romeiros.

Volvidos 50 anos, as necessidades já eram outras e os métodos construtivos também, tendo a Mesa, em boa hora, deliberado construir uma estrutura do lado sul do Santuário onde albergava centenas de romeiros nos dias de festa. No início de 1953, a Mesa solicita autorização eclesiástica para proceder a estudos para a construção de "uma garage e colunata" para recolha de automóveis e abrigo dos romeiros. Em 7 de julho de 1957, a Cúria Diocesana autoriza a Mesa a proceder à venda de ex-votos recebidos entre 1946 e 1956 (relógios, anéis, pulseiras, colares, libras, medalhas, broches, etc.), avaliados em 136:937$00, a fim de «ocorrer às despesas com a eletrificação do Mosteiro, casa e terrenos da Irmandade, bem como à construção do passeio em volta do Templo, e, possivelmente, o levantamento de uma colunata e garagem para abrigo de romeiros e recolha de automóveis, bem como o necessário alargamento do terreiro» [1806].

O projeto definitivo, da autoria do arquiteto Manuel Cerqueira Pimentel, apenas seria concluído em fevereiro de 1964 e previa a construção de «três plataformas cobertas, sendo uma ao nível do arruamento e ligadas entre si por um acesso vertical», como se explica na memória descritiva, cujo estimativa de custos se cifrava nos 456 contos [1807].

5.6.11. Outras construções

Os investimentos, além dos referidos, são vários e não cabe no âmbito da nossa dissertação aprofundar o seu estudo. Tal como fizemos em relação às obras do Santuário, também nesta situação não queremos deixar de os elencar, conscientes de que se trata de uma informação que pode ser útil a futuras investigações, encontrando-se documentados no fundo «Plantas e projetos» do AISBPA, tal como os deixámos organizados [1808]:

- 1946: ampliação do parque; 1947: construção de aqueduto; 1949: construção da «casa do Sacristão; 1949: Hospedaria que seria, sucessivamente, transformada em «Pensão», «Estalagem» e «Hotel de 4*»; 1959: edifício a sul do cruzeiro; 1964: «Casa de Retiro»; 1966: reservatório; 1970: ampliação da Casa da Guarda e reconstrução da antiga residência do capelão, projeto do arquiteto Manuel Cerqueira Pimentel; 1973: levantamento topográfico da «Casa da Mesa» e «Pensão» para construção da Estalagem; 1976: iluminação da avenida; e 1978: postos de venda na avenida sul do terreiro, um projeto do arquiteto Luís Cunha.

Obras mais recentes:

- 1984: A Mesa decide avançar com a construção de um novo espaço de culto a que chamou «Cripta de São Bento», convidando o arquiteto Luís Cunha (1933-2019) para elaborar o projeto respetivo; 1994: início das obras de construção da «Cripta de S. Bento»; 1998: 15 de março: sagração do altar do novo templo (Cripta) pelo arcebispo de Braga, Dom Eurico Dias Nogueira; 1998: 11 de outubro: Dom Eurico Dias Nogueira inaugura a nova Cripta. Estiveram presentes, além de outras individualidades civis e religiosas, o bispo de Vila Real, o abade do Mosteiro Beneditino de Singeverga, D. Luís Aranha, o secretário da Nunciatura Apostólica da Santa Sé na Roménia, monsenhor José Leite Nogueira, e o vice-presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, António José Ferreira Afonso; 2001: colocação de dez painéis de azulejos nos claustros da cripta com cenas bíblicas e da vida e obra de São Bento da autoria do arquiteto Querubim Lapa (1926-2016); 2002: conclusão da construção da Cripta, incluindo o espaço

[1804] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 1* (1843-1863), fl. 12.
[1805] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1865-1885), fl. 67 v.
[1806] **AAB**, *Autos de alienação de ex-votos (SBPA)*, processo s/n de 7 de outubro de 1957.
[1807] **AISBPA**, *Plantas e projetos*, 1964, «construção de abrigo para os peregrinos».
[1808] Posteriormente ao nosso trabalho de organização, o arquivo foi mudado de local devido às péssimas condições em que se encontrava e que tivemos oportunidade de denunciar.

envolvente; 2004: conclusão dos arranjos exteriores realizados no âmbito da construção da Cripta; Hotel de S. Bento da Porta Aberta, projeto do arquiteto Luís Cunha; Remodelação do hotel reclassificado de 4*; Casa João Paulo II (acolhimento para os jovens da Arquidiocese); Casa de S. Claraval (destinada a residência dos sacerdotes que apoiam os ofícios divinos no Santuário); 2014: inauguração das obras de requalificação da capela-mor do santuário de S. Bento da Porta Aberta; 2018: inauguração de um «Pórtico», com *Via-Sacra* e «Fonte de Vida», pelo arcebispo de Braga, Dom Jorge Ortiga;

Obras em fase de concretização:

- 2020: Passadiço do Cruzeiro ao Santuário.

Em projeto: A «Casa da Memória».

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

# 6. A IRMANDADE DE S. BENTO DA PORTA ABERTA

Ao longo da nossa investigação, não foi possível localizar o documento constitutivo da confraria de SBPA, nomeadamente a escritura pública. Molho de Faria refere que a escritura pública de «transferencia, intrega ou cedência», por parte da Junta de Paróquia da freguesia de Rio Caldo, da «fabrica da Capella de Saõ Bento Bento da Porta Aberta para a Confraria ou Irmandade n'ella erecta» [1809], foi quem deu «aparências de vida» [1810] à referida Confraria / Irmandade. A expressão usada pelo autor referido demonstra que tinha consciência da delicadeza da matéria que estava a tratar. Não existindo, em documento nenhum, qualquer prova de que a confraria tenha sido criada por escritura pública, é lícito interrogarmo-nos se uma Confraria/Irmandade pode ter personalidade jurídica sem uma escritura de constituição.

A primeira ata da Mesa da Confraria / Irmandade é de uma sessão realizada no dia 25 de setembro de 1899 e denominada «Acta da sessão do 8.º dia depois da eleição da primeira mesa». Trata-se de algo surpreendente, uma vez que, em nosso entendimento, este livro de atas da Mesa deveria começar com a ata da sessão da assembleia geral que escolheu a comissão instaladora que, por sua vez, procedeu à eleição da comissão administrativa, e conter a relação de irmãos e assinaturas dos presentes.

Embora a ata suprarreferida nos remeta para a existência de uns Estatutos que, no artigo 44.º, consagravam a tomada de posse dos membros da Mesa da confraria perante o regedor da freguesia, não há, todavia, qualquer documento / exemplar destes Estatutos, nem ata que refira a sua aprovação em assembleia geral convocada para o efeito ou alvarás das autoridades administrativas (Governo Civil e Arquidiocese). Por estes motivos, o pároco da freguesia de S. João Batista de Rio Caldo se refere à confraria como tendo sido constituída «ad hoc»:

> 2. º A cedencia, enquanto feita pela junta, á confraria criada *ad hoc*, tem por fim hostilizar o parocho da freguesia, contestar-lhe os seus legitimos direitos sobre a capella, embargar o cumprimento do **Accordam de 11 de agosto de 1898**, como claramente consta do processo do referido accordam, das declarações da junta constantes da referida ata e da recusa da Confraria em cumprir o mandado do Ex.mo Senhor Governador Civil sobre a materia do mesmo accordam [1811].

Molho de Faria refere a existência de uma confraria que teve Estatutos que desapareceram. A nossa opinião é que esses Estatutos nunca existiram enquanto instrumento jurídico. Não terão passado de rascunho saído das mãos do causídico Clemente José Silvério Pinto Guedes, irmão do Pe. José António Silvério Pinto Guedes, principal adversário do pároco, o homem que esteve na origem da criação da confraria.

As influências políticas do Dr. Clemente Pinto Guedes são por demais evidentes – raiando a promiscuidade quando assume as funções de advogado da Junta de Paróquia liderada pelo seu irmão, depois de ter sido presidente da mesma -, tendo desempenhado as funções de administrador dos concelhos de Terras de Bouro e de Vieira do Minho. Este estatuto facilitou e acelerou a autorização por parte do Governador Civil do distrito de Braga, pessoa de quem era próximo - como se deduz da notificação para não proceder à transmissão de poderes à nova

[1809] **ADB**, *Notarial de Vieira*. Livro de notas n.º 727, fl. 49 v.
[1810] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 160.
[1811] **ADB**, *Governo Civil*, Supremo Tribunal Administrativo (1898-1923). Doc. n.º 58.

Junta, cujo meio de comunicação foi o administrador de Vieira do Minho quando Rio Caldo pertence ao concelho de Terras de Bouro - para a celebração da escritura de transferência da fábrica da capela para a confraria de S. Bento num tempo recorde:

- 4 de outubro: deliberação sobre a entrega e transferência da fábrica do santuário de S. Bento a uma confraria;

- 5 de outubro: envio ao administrador do concelho de Terras de Bouro de cópia da ata da sessão do dia 4 de otubro em que a JP deliberou a entrega;

7 de outubro: despacho do governador civil que aprova a transferência da fábrica do Santuário para a nova confraria.

Custa-nos a compreender como é que o Pe. Joaquim Dias de Freitas, experiente em pleitos com a Junta de Paróquia controlada pela família Pinto Guedes, não tenha, logo que teve conhecimento da autorização dada pelo Governo Civil para a transferência da fábrica do Santuário, questionado a legalidade do ato, e só o venha a fazer quase 3 anos mais tarde e na sequência de um recurso interposto pela confraria de SBPA para o Supremo Tribunal Administrativo (STA) [1812].

## 6.1. UMA GUERRA DE «GALOS»: OS CLÉRIGOS JOSÉ PINTO GUEDES E JOSÉ DIAS DE FREITAS

Antes de continuarmos, precisamos de saber que tipo de pessoa era o Pe. Pinto, considerado o fundador da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, identificado com o partido progressista, que não quis ser sepultado na freguesia de onde era natural, Rio Caldo, e que infernizou a vida a um colega sacerdote, o Pe. Dias de Freitas, simpatizante do partido regenerador, e pároco da freguesia. Por outro lado, só conhecendo o homem que era o Pe. Dias de Freitas compreenderemos por que razão jamais foi possível o entendimento entre eles.

### 6.1.1. Pe. José António Silvério Pinto Guedes (1854-1927)

Embora haja quem filie a família «Pinto Guedes» como oriunda do lugar de Fornelos, freguesia de S. João da Cova (Vieira do Minho), a sua origem é duriense, como o próprio escreve: «fique tambem V. sciente que nenhum membro d'essa familia foi parocho collado, desde que existe em Rio Caldo. Oriunda do Douro e procedente do tronco de que titulares se honram, apenas aqui, no solar que adoptou, tem havido duas gerações. É fácil, portanto, averiguar se essa familia deu á Egreja de Rio Caldo, desde que aqui se alistou no rol dos fregueses, algum parocho collado» [1813].

As duas gerações referidas podem ser simbolizadas pelos dois sacerdotes, tio (padrinho) e sobrinho (afilhado), com nomes exatamente iguais - José António Silvério Pinto Guedes -, o que não facilitou a investigação. O sobrinho é aquele de quem falaremos abundantemente e que acrescentava ao nome «Júnior».

Desconhecemos as razões que terão levado a família Pinto Guedes a instalar-se em Rio Caldo. A região do Gerês, sendo uma região de montanha, inóspita, de acessos muito difíceis, desde sempre foi procurada por quem queria fugir do seu meio social e esquecer a rotina [1814], já para não falarmos dos homiziados. Aqui existem ramos dos «Condes», «Príncipes» e «Reis»

[1812] **ADB,** *Governo Civil*, Supremo Tribunal Administrativo (1898-1923), doc. n.º 58.

[1813] Cf. «Voz Publica» de 21 de julho de 1902.

[1814] José Saramago, na obra *Viagem a Portugal*, descreve as Termas do Gerês, nas primeiras décadas do século XX, do modo seguinte: «Pelo profundo vale que rasga até à Portela do Homem, o viajante chega ao Gerês. Há por aqui uns hotéis antigos que o viajante visita para saber como era o gosto dessas épocas, e, mesmo não sendo o gosto impecável, outra vez se averigua que, quem concebeu, desenhou e construiu, fez obra acima de quem depois nas cadeiras se sentou, nos pratos comeu e nos quartos dormiu. Há-de ter havido excepções, mas certamente o não eram aqueles prósperos e corpulentos comerciantes ou industriais das praças do Norte que vinham aqui instalar-se termalmente com as suas amantíssimas esposas, mais, um dia antes ou um dia depois, as legítimas amantes que aí por vivendas ocultas se recatavam». Cf. SARAMAGO, José (1999): *Viagem a Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, fl. 100.

[1815]. Muitas mães solteiras escolhiam a freguesia de Santa Isabel do Monte, bem no alto da serra e sem outro acesso que não fosse a pé ou a cavalo, para darem à luz os «filhos naturais» [1816].

Os «Pinto Guedes» eram descendentes de um padre, tinham instrução e formação política e eram socialmente influentes [1817]. Não nos espanta, por isso, que António José Pinto Guedes, nascido em Rio Caldo, já exercesse, aos 24 anos, já exercesse as funções de fiscal da Câmara de Terras de Bouro [1818], e, passados dois anos, em janeiro de 1839, o encontrássemos como vereador da Câmara de Santa Marta de Bouro [1819]. Em 1942, é nomeado assistente das côngruas paroquiais em representação da freguesia de Rio Caldo [1820] e, em 1853, aquando da extinção do concelho de Santa Marta, integrava o respetivo Conselho Municipal [1821]. Apesar do seu caráter intempestivo que o levou a ter de demolir uma obra ilegal no centro das Caldas do Gerês [1822] - uma herança do pai que chegou a ser objeto de devassa [1823] -, desempenhou as funções de presidente da câmara de Terras de Bouro durante dois mandatos: 1858-59 e 1860-61 [1824]. Um mês após a cessação das funções autárquicas, faz o juramento, perante a Câmara Municipal, como Juiz de Paz do Julgado de Rio Caldo [1825]. Em 23 maio de 1868, como nas eleições marcadas para o dia 19 do mês de abril não tinham comparecido eleitores, a Câmara nomeia-o para integrar a Junta de Paróquia da freguesia [1826].



Fig. 75. Fotografia do Pe. Pinto Guedes, co-fundador da ISBPA. (Fonte: **AISBPA**).

O filho, Pe. José Pinto Guedes Júnior, devoto de N. S.ra da Conceição, dedicou-lhe uma ermida na «Casa do Pinto» construída com a porta voltada para a capela da Imaculada Conceição, na freguesia de São João da Cova, que lhe fica em frente.

Três anos antes da sua morte[1827], adquire, em S. Bento, uma casa a Ana Joaquina da Costa, viúva, que confrontava a sul com o terreiro de S. Bento, tendo a escritura sido lavrada a 19 de junho de 1924, na casa do capelão do Santuário,

[1815] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *O. c.*, p. 482.
[1816] De pai desconhecido.
[1817] Segundo Gracinda Santos (entrevista realizada a 21 de agosto de 2014), a família do Pe. Pinto «não era bem poderosa. Foi assim: ele foi ordenado porque queria ser padre. Mas o bispo, que já o conhecia, não lhe deu freguesia nenhuma porque já sabia o que ia acontecer. Já sabia quem tinha. Foi ordenado porque queria ser ordenado, e então fizeram-lhe uma capela para ele dizer missa».
[1818] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 0* (1834-1861), fl. 31 v.
[1819] **AMA**, *Santa Marta de Bouro*, Livro de atas n.º 1 (1839), fl. 2.
[1820] *Idem*, Livro de atas n.º 2 (1840-1842), fl. 97 v.
[1821] *Idem*, Copiador n.º 5 (1853), fl. 14 v.
[1822] **AMTBR**, *Livros de atas n.º 9* (1884-1886), fl. 27 e *Livro de atas n.º 13 (1985*), fl. 7 v.
[1823] **ADB**, *Visitas e devassas*, «Entre Homem e Cávado". Livro n.º 308, fls. 41 e 41 v.
[1824] **AMTBR**, *Livros de atas n.º 2* (1850-1860), fls. 85 v. e 147.
[1825] **AMTBR**, *Livro de Atas n.º 4* (1861-1864). Reunião de 6-2-1862, fl. 9: «Neste mesmo acto apareceu o Snr. Antonio José Silverio Pinto Guedes, juis de Pas da Freguezia de Rio Caldo para se lhes deferir o juramento ao qual elle dito Prezidente lhe deferiu o Juramento dos Santos evangelios o coal prometeu comprir [*sic*] com os seus deveres e guardar fidelidade ao governo, e vai assinar com elle Prezidente e camaristas (…)».
[1826] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 5* (1868-1872), fls. 11-11 v.: «Pelo prezidente foi prezente os seguintes ofícios dos presidentes das assembleias elleitoraes propostas pela Camara e bem assim um auto em como naõ compareceraõ eleitores para se fazerem as eleições de Juises eleitos e Juntas de Parochia das freg.as de Rio Caldo, Santa Izabel, Villar e Chorense, no dia 19 de Abril, e em virtude do artigo 299 do Codigo Administrativo, a Camara deliverou nomiar as seguintes Juntas de Parochias, Juises Elleitos. Rio Caldo: para Junta de Parochia, António Jose Silverio Pinto Guedes e Joaquim Severino de Araujo Ribeiro, e para Juises Elleitos, Bento Jose Ribeiro; 1.º substituto, Antonio Manuel Fernandes; 2.º, Joaõ Baptista Pires».
[1827] Não fazemos juízos de valor, apenas constatamos factos.

Pe. Manuel José Pires d'Almeida, pároco da freguesia de Vilar da Veiga [1828]. A 16 do mês seguinte, o Pe. Pinto faz doação da mesma à Irmandade «sem reserva ou encargo algum (...), casa de morada e suas pertenças, servidões e rocios, de natureza alodial, situada nos limites do lugar de São Bento, confronta de nascente com caminho, do sul com terreiro de São Bento, poente com Angelina Ribeiro e norte com terreno de Francisco dos Anjos Araújo» [1829].

O Pe. Pinto deixou em testamento que, quando morresse, queria ser sepultado em S. João da Cova, no terreiro da capela referida. Efetivamente, as suas ossadas repousam no interior do monumento por ele erigido naquele local em 1 de julho de 1923, como se pode ver na lápide aí colocada: «Erigiu este monumento à Glória da Imaculada Conceição, em testemunho de amor e reconhecimento, o Pe. Pinto Guedes, de Rio Caldo, em 1 de julho de 1923». Quando o seu corpo foi exumado, os restos mortais foram transportados, à cabeça, por uma senhora de Rio Caldo, dentro de uma pequena urna, até ao seu mausoléu.

Contavam as pessoas antigas (D. Umbelina Silva, mãe dos irmãos combonianos João e Bernardino da Silva Ferreira) que, durante a polémica questão de São Bento, o Pe. Pinto, para incomodar o pároco da freguesia, Pe. Dias de Freitas, disparava contra o sino da igreja paroquial de Rio Caldo.

Quem investiga a história das capelas sabe que uma das condições que o prelado impunha era que a mesma tivesse a porta principal voltada para um acesso público para que, em dias de culto, os vizinhos pudessem assistir aos atos religiosos. Estranha-se, pois, que a capela da «Casa do Pinto» esteja dentro de uma propriedade vedada. Analisada a escritura de dotação de património, constatámos que os limites eram os seguintes: «confronta do nascente com caminho público e casa de Maria Joana Cerqueira, do sul, poente e norte, também com caminho público, doam à mesma capela o rendimento anual de dez mil rs. para a sua fabrica e veneração do culto, a qual doação lhe fazem de hoje e para todo o sempre» [1830]. Como já referimos e se vê por esta alteração de confrontações, a família «Pinto Guedes» era influente.

Aquando das polémicas por causa da eleição da Mesa Administrativa de S. Bento, envolveu-se em disputa com a família Araújo, cujos antepassados sempre estiveram ligados à administração dos bens do Santuário, e esta mandou colocar uma bomba na janela do seu quarto cujas consequências da deflagração ainda hoje são visíveis.

Era um homem austero que impunha respeito aos amigos e aterrorizava os inimigos, não admirando, por isso, que tenha deixado no povo alguns mitos e criado algumas lendas à volta da sua figura, como o receio que os alunos que frequentavam a escola primária em Rio Caldo tinham de ir à casa de banho por ficar num sítio escuro e constar que aparecia lá o Pe. Pinto (foi no seu tempo que a escola fora construída). Muitas pessoas, particularmente namorados, afirmavam que, quando passavam, de noite, junto ao edifício da escola, sentiam uma bofetada que atribuíam ao fantasma do Pe. Pinto. Na casa onde viveu, a «Casa do Pinto», existe um quadro com a sua fotografia (que reproduzimos em anexo). Diz o povo que quem vir esse quadro terá pesadelos durante a noite e não conseguirá dormir.

Na sua polémica com o Pe. Dias de Freitas, não deixou de puxar pelos pergaminhos familiares ao intitular-se oriundo de um «tronco de que titulares se honram» [1831], no entanto, sabemos que o seu avô, António Pinto Guedes (f. 30-5-1829), com um filho padre que chegou a ser coadjutor na paróquia de Rio Caldo e administrador do santuário de SBPA, foi objeto de devassa no âmbito de uma visita realizada no dia 5 de maio de 1818, em que várias testemunhas (Rodrigo José Francisco, António José da Costa Veloso, António Martins Antunes, Manuel

[1828] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*, Reis Ribeiro. Nota n.º 56, fls. 4-4 v.
[1829] *Idem*, fls. 24-24 v.
[1830] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*. Correia de Vasconcellos, n.º 525, fls. 21 v.-22: "Escritura de património da capela de N. Sra. da Conceição", 5 de agosto de 1890.
[1831] Cf. «Voz Publica» de 21 de julho de 1902.

Francisco e António Martins) confirmaram o seu mau caráter. Transcrevemos o depoimento da última testemunha:



Fig. 76. Fotografia do Pe. Pinto Guedes existente na «Casa do Pinto».

> E sendo proguntado pellos interrogatorios da Vizita dice que Antonio Pinto Guedes e seu sogro, João Barbosa, do lugar de Paredes desta mesma freguezia, são huns homens de ma conscencia e amotinadores do povo, e que sabe por ser assim hua publica vôs, e fama geral em toda a freguezia, e sabe por ver e presenciar que em the o tempo que elles entraraõ a conduzir os povos p.ª q̄ naõ pagassem as obradas aos Parochos, estes, digo, aos Parochos, aqueles sempre as pagarão sem a minima coaçaõ, mas logo que os preditos começaraõ a induzir aos sobreditos que as naõ pagassem, se levantou hua procura naõ so nesta freguezia, mas tambem nas cerconvizinhas, de forma q̄ se levantaraõ muntos e as naõ querem pagar, semiandosse entre os Par.os e freguezia hum sem numero de desordens e odios entre huns e outros de forma que tem cauzado hum grave escandalo, e maes pellos ditos se fazerem cabeça de motim, aconselhando que fizessem depozito de dr.º na maõ deles que os defenderiaõ p.ª as naõ pagar, sendo o d.º Pinto de taõ pessima conducta, que ouviu dizer q̄ o mesmo negava o não haver enferno, que isso de enferno hera hua estória, no que tem cauzado hum grave escandalo nas freguzias, e mais naõ dice, nem aos costumes, e assignou seu depoimento (…)» [1832].

Talvez esta seja uma explicação para o facto de a família Pinto Guedes, oriunda de S. Miguel de Lobrigos (Santa Marta de Penaguião), ter fixado residência em Rio Caldo, embora aqui não tenha deixado descendência [1833]. O comportamento de Pinto Guedes e do sogro mereceu, obviamente, forte reprimenda do visitador, o cónego José António Bernardo. António Pinto Guedes, por ser «homem de má consciencia e induzidor do povo a fim de naõ pagarem as ofertas e obradas aos Parrocos, fazendosse cabessa de motim athe chegar a negar a existência do Inferno», foi, posteriormente, objeto de um tratamento especial, ou seja, de uma queixa ao Tribunal do Santo Ofício: «Tr.º de Admoestação em pr.ª; e pelo q̄ resp.ta á neg.am da exist.ª do Inferno, o Secretr.º treslade os d.os das tt.as respetivas, e em segredo remeta ao Tribunal do S. Off. Seguro e pelo Coor.º do qual cobrará recibo» [1834].

Apesar destes episódios e do mau caráter, António Pinto Guedes não deixou de ser uma pessoa influente, com um filho padre (inquirição de *genere* no ano de 1830) [1835], tendo sido nomeado para integrar o conselho municipal de Santa Marta de Bouro [1836].

---

[1832] **ADB**, *Visitas e devassas*, «Entre Homem e Cávado". Livro n.º 308, fls. 41 e 41 v.
[1833] O «solar», em estado de abandono por se encontrar desabitado há vários anos - já com alguns vidros da capela partidos - e sem que alguém o quisesse comprar, foi vendido no ano de 2019.
[1834] **ADB**, *Visitas e devassas*, «Entre Homem e Cávado". Livro n.º 308, fl. 42 v.
[1835] **ADB**, *Inquirição de genere*, processo n.º 26233.
[1836] **AMA**, *Santa Marta de Bouro*, copiador de correspondência expedida para o interior do Concelho (1853-54). 1854, 11 de março, ofício n.º 54: "Convocatória dos membros do conselho municipal", fl. 19.

### 6.1.2. Pe. José Joaquim Pires Dias de Freitas

Irmão do Pe. Sebastião Pires Dias de Freitas, que paroquiou várias freguesias de Terras de Bouro, e do Desembargador da Relação Metropolitana, uma espécie de governador da diocese de Braga, Dr. António José Pires Dias de Freitas (+ 1934) [1837], era abade de Adaúfe. É na qualidade de desembargador que este nos aparece, em 5 de janeiro de 1906, a realizar uma devassa na paróquia de S. Martinho da Gandra, Ponte de Lima, a fim de verificar a veracidade da denúncia das suas relações ilícitas com uma criada «em cuja companhia viveu alguns anos (…) tivera um filho cuja paternidade se atribui ao pároco» [1838].

Não temos dúvida que, por trás dos clérigos contendores, estavam as forças políticas de então: o Pe. Pinto Guedes apoiado pelos progressistas e sua comunicação social «Correio do Minho» e «A Voz Publica», enquanto o Pe. Dias de Freitas tinha do seu lado os regeneradores e os jornais «A Correspondencia do Norte» e «A Palavra».

Leiamos o que escreveu o jornal «A Voz Publica» de 23 de agosto de 1902:

> Vem a propósito informar os nossos leitores que ainda não vimos que o snr. abbade respondesse ás cartas do snr. padre Pinto Guedes, publicadas n'este jornal e no *Correio do Minho*, o qual, sendo tão prompto a responder a nós, não tem tido uma palavra em resposta áquellas cartas, que o colocavam em serias difficuldades.
>
> Tambem ainda não vimos que os órgãos da regeneração tenham tido uma palavra do acto do digno governador civil, pelo qual mandou alienar a administração da confraria para as mãos do snr. abbade [1839].



Fig. 77. Fotografia do Pe. Dias de Freitas, abade de Rio Caldo (Fonte: **AISBPA**).

Entre as suas relações de amizade, estava o governador do distrito de Braga, Visconde da Torre; entre os familiares, além do referido Desembargador da Relação Metropolitana (Arquidiocese de Braga), seu irmão, o administrador do concelho de Terras de Bouro, Manuel José Dias Martins Paredes, casado com a irmã, de cuja intimidade nos fala o cronista de «O Primeiro de Janeiro»: «É verdade que, de resto, havia dois mesários que alli se assentavam a segunda vez; mas é de saber que um ainda conserva a honestidade de costumes que o honravam, quando, ha quatro annos, de camaradagem com o tal abbade da freguesia [Pe. Dias de Freitas], cunhado do administrador do concelho [Martins Paredes], por tres annos assistiam, de intimo convivio, á recepção das esmolas» [1840],

Estamos perante duas personalidades fortes, socialmente influentes, que se digladiaram, quer nos tribunais, quer na comunicação social, durante mais de vinte anos, dando uma imagem negativa da Igreja

[1837] Nomeado, por provisão de 16 de agosto de 1894, «Desembargador do Tribunal da Relação Eclesiástica de Braga». Cf. **AAB**, Livro de Provisões (1889-1895). No seu túmulo, sito no cemitério de Covide (Terras de Bouro), podemos ler: «Cónego capitular da Sé Primacial, desembargador da Relação Eclesiástica, Promotor da Justiça, Oficial da Cúria e Governador do Bispado na ausência do Prelado».

[1838] **AAB**, *Portarias, provisões e circulares (1899 a 1906)*, n. 747.

[1839] Jornal «A Voz Publica» de 23 de agosto de 1902.

[1840] *Vide* «O Primeiro de Janeiro» de 25 de agosto de 1900.

e com grave prejuízo do culto a S. Bento da Porta Aberta e do desenvolvimento da freguesia de Rio Caldo.

### 6.2. FUNDAÇÃO DA CONFRARIA DE SBPA, 5 DE ABRIL DE 1891

A partir de 1834, o Estado passou a interferir na própria dinâmica do associativismo religioso, nomeadamente no que concerne às irmandades e confrarias. Para que as mesmas não fossem extintas, exigia-se que possuíssem Estatutos devidamente aprovados pela entidade tutelar, ou seja, a Comissão Distrital / Governador Civil. Na primeira parte da nossa dissertação, referimos dois casos: S. Bento da Várzea (Barcelos) e S. Bento de Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso).

No caso do santuário de S. Bento da Porta Aberta, como não existia nenhuma irmandade nem confraria, a administração da sua fábrica, que sempre correra sob a tutela do pároco – na tradição de ter sido um seu antecessor o fundador da capela primitiva -, foi, a partir do referido ano de 1834, entregue à administração da Junta de Paróquia de Rio Caldo, originando um conjunto de polémicas que se iriam prolongar por mais de um século (1834-1978).

A investigadora Rosa Fernanda aborda esta confusão sobre a data da fundação da Confraria, embora defenda o ano de 1893 com base nas edições dos Estatutos a que teve acesso (1941 e 1991), esclarecendo, no entanto, que «existem, contudo, imprecisões entre as datas referenciadas nos Estatutos e noutros documentos publicados» [1841]. Por sua vez, Molho de Faria refere a data de 12 de novembro de 1899 como da fundação da Irmandade de SBPA: «deu-lhe aparências de vida a escritura pública 12 de novembro de 1899, lavrada pelo escrivão-notário, Correia de Vasconcelos [1842], da comarca de Vieira do Minho» [1843].

O facto de não se encontrar a escritura de constituição levou a que, durante vários anos, não houvesse unanimidade na designação de «Confraria de S. Bento da Porta Aberta» ou «Irmandade de S. Bento da Porta Aberta». Na realidade, vários são os documentos oficiais, nomeadamente escrituras públicas e atas, onde as duas designações coexistem, como a escritura de transferência de 12 de novembro de 1899, «á Confraria ou Irmandade de Sam Bento da Porta Aberta», ou a transcrição da ata de 1 de novembro de 1905: «Copia authentica da acta da sessão extraordinária de 1 de outubro de 1905, da confraria de S. Bento da Porta Aberta, da freguesia de Rio Caldo. "No primeiro dia do mês de novembro do ano do Nascimento de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1905, na sala de sessões da Irmandade de Sam Bento da Porta Aberta (…)"» [1844].

Ao longo do século XIX, vários foram os momentos de atrito e luta pela gestão da fábrica do santuário de S. Bento da Porta Aberta, sobretudo a partir de 1834. Por isso, tendo em conta que as associações de cariz religioso são muito antigas – na paróquia de Rio Caldo, a Irmandade das Almas data de 1732, sendo reformulada em 1830 -, não nos surpreende que, em 1891, a família Pinto Guedes tenha tentado a criação de uma confraria ou irmandade para gerir os bens do templo de S. Bento.

A leitura de duas atas da Câmara Municipal de Terras de Bouro permite-nos concluir da existência de uma confraria e respetivos Estatutos no ano de 1891. Em fevereiro de 1891, o órgão de gestão do município é confrontado com o orçamento ordinário da JP de Rio Caldo, enviado via administrador concelhio, onde, além das obras de construção da nave [mosteiro]

---

[1841] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (2011): *O Gerês: de Bouro a Barroso – Singularidades Patrimoniais e Dinâmicas Territoriais.* Edições Afrontamento, Lisboa, p. 295.

[1842] Trata-se de um erro devido a não ter confirmado as fontes e que, em 2017, viria a confundir o historiador Eduardo Pires de Oliveira que nos pediu auxílio para encontrar o documento referido. O nome do notário responsável pela escritura foi Álvaro Augusto Leite Ribeiro.

[1843] MOLHO DE FARIA (1985): *O. c*., p. 160.

[1844] **AJFRC**, *Documentos diversos (1902-1938)*. 1905, Sindicância.
Sublinhado nosso.

do templo de S. Bento, estava prevista a construção de um «caminho vizinhal» a ligar a estrada real n.º 11 ao Santuário. Analisados a proposta de orçamento e documentos anexos, o executivo delibera o seguinte:

> (...) - accordam em camara, sobre as deliberações da junta de parochia de Riocaldo d'este concelho, incluidas no orçamento de 1891, 1.º - approvar as obras de construçaõ na Capella de S. Bento, cuja despeza é calculada em 2:200$000 reis, na forma do orçamento especial; 2.º - não approvar a construção do caminho para cuja despeza a junta vota a verba de 4:109$119 reis, pois que a applicaçaõ d'esta avultada somma, alias retirada do cofre das esmolas da Capella de S. Bento, para um caminho, deve ser mais expressa e precisamente justificada, como vantajosa e util ao Sanctuario, e especial e competentemente orçada; 3.º - não approvar na forma do n.º 12 do artigo 192.º e artigo 193.º a desistência de cobrar e arrecadar a verba de 3:608$828 reis, como parece que a junta pretende, em face dos documentos e orçamento, pois a mesma junta antepõe a sua á sentença dos tribunaes competentes, aos quaes se acha affecta a questão: d'onde se vê, faz sentir, quanto seja de lamentar que fosse constituida e esteja funcionando uma junta de parochia com algum membro responsavel na condemnaçaõ da quantia referida. O secretario d'esta camara passe também copia do accordaõ já tomado em tempo, e declare os motivos, porque [*sic*] não deu d'elle conhecimento á junta [1845].

Não lográmos encontrar o acórdão referido em ata que seria fundamental para percebermos o que se estava a passar. Compreendemos, facilmente, que a JP, presidida pelo irmão do Pe. Pinto, não tenha gostado da deliberação da Câmara Municipal, não só em relação ao parecer desfavorável para a construção da estrada – que passaria junto da casa da família –, mas sobretudo pelas acusações de inclusão de algum membro da Junta no grupo de devedores ao Santuário. Além disso, não podemos olvidar a ordem de suspensão, por parte do executivo municipal, das obras que a família Pinto Guedes estava a realizar nas Caldas do Gerês [1846]. O poder da família Pinto Guedes era tal que consegue não só que a Câmara perca uma ação judicial interposta pelo chefe do clã, António Pinto Guedes[1847], mas que o seu filho, o bacharel Clemente José, seja nomeado administrador do Concelho de Terras de Bouro, originando um mal-estar com o executivo municipal [1848].

Neste contexto de litigância, o ex-administrador do concelho e agora presidente da JP de Rio Caldo, Clemente Pinto Guedes, na sua qualidade de jurista, vai urdir uma teia que conduzirá à retirada da administração do santuário da tutela das instituições públicas. Assim, passados menos de dois meses do parecer negativo da Câmara Municipal, convida o regedor da freguesia, bem como os vogais da JP, Domingos José da Costa e Serafim Pires da Costa, e outras pessoas, para participar numa sessão extraordinária de debate sobre o interesse e conveniência na criação de uma associação que assumisse a administração da capela de S. Bento da Porta Aberta. Estávamos em 1891 [1849].

No convite formulado, o presidente da Junta não se refere ao requerimento apresentado por Bento José de Sousa, vizinho do presidente, o que nos leva a supor tratar-se, apenas, de alguém

---

[1845] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 11* (1888-1891), fls. 76-76 v.

[1846] Cf. Ata de 19 de maio de 1885, **in AMTBR**, *Livro de atas n.º 9* (1884-1886), fl. 27: «Mais um requerimento de Francisco José da Silva, do Villar da Veiga, participando que Antonio José Silverio Pinto Guedes, da freguesia de Riocaldo, procede a construcçaõ d'obra, com a qual usurpa terreno da mesma praça, terreno este que é da administraçaõ d'esta camara, na praça das Caldas do Gerez; e a camara deliberando resolveu que se intentasse contra o mesmo Pinto a acçaõ de embargo de obra nova, encarregando a elle presidente de passar competente procuraçaõ ao mesmo participante com poderes de substabelecer, a fim de intentar a competente acçaõ». Vide, ainda, atas de 5 e 12 de julho de 1885.

[1847] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 11* (1888-1891), fl. 1 v.

[1848] Cf. ata de 16 de junho de 1889, **in AMTBR**, *Livro de atas n.º 11* (1888-1891), fl. 27 v.

[1849] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editaes* (*1890*-1906), fls. 4 v.-5.

instrumentalizado pelo Clemente Pinto Guedes, pois, como veremos, já existia uma proposta de Estatutos.

Ficámos a saber que, supostamente, a ideia foi de Bento José de Sousa, lavrador do lugar de Paredes, que terá requerido a reunião extraordinária. A discussão não obteve consenso, com os membros da Junta divididos, como se depreende da leitura da ata:

> Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e noventa e um, aos cinco dias do mes de Abril, nesta freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro, estando reunidos na casa das sessões da mesma Junta o presidente o Senhor Doutor Clemente Joze Silverio Pinto Guedes e os vogais Serafim Pires da Costa e Domingos Joze Lopes, e sendo des horas da manhã, o presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, o mesmo presidente declarou que, como constava do officio convocatoria de dous do corrente mes e que se acha archivado no livro competente desta secretaria, tinha convocado esta sessão a requerimento de Bento Joze de Souza, casado, lavrador do lugar de Paredes desta mesma freguesia e que presente se achava, a fim de que a Junta delibere a cerca da utelidade e conveniencia que a esta freguesia advem da cedencia da administração da Capella de S. Bento e seus rendimentos a corporação ou confraria erecta nesta mesma freguesia. Tendo pedido a palavra o vogal Domingos Joze Lopes dis que assinava vencido porque presume que as dispusições de estatuto mais tarde não sejão compridas. E pelo presidente foi dito que não avendo lei ninhuma que garanta a esta parochia o tirar-se dos rendimentos do Santuario toda a receita necessaria para o custeamento de todas as despesas para esta freguesia; e vendo que pelo estatuto se garante muito mais a esta freguesia do que aquillo que até aqui avia garantido, por isso ninhuma repugnancia tem em seder a admenistração e rendimentos do Santuario a Confraria erecta depois della ter obtido auturisação do Excelentissimo Governador Civil; e pelo vogal Serafim Pires da Costa foi dito que concordava na sedencia da admenistração do Santuário depois de obtida a dita approvação do Excelentissimo Governador Civil. E não havendo mais nada a resulver, deu ele presidente, depois de se ter lido e discutido os estatutos apresentados, deu esta sessão por encerrada, e eu, António Vieira Borges, secretário da Junta que a escrevi, subscrevo e assino, com os vogais presentes [1850].

Infere-se, da leitura da ata, que já existia uma proposta de estatutos, o que, segundo a lógica administrativa, pressupõe que a «corporação ou confraria» já estava criada, pois não se discute o estatuto de uma instituição que não existe.

A Câmara Municipal, na reunião de 20 de julho de 1891, analisa a cópia da ata de 5 de abril da JP sobre a transferência do «Sanctuario de S. Bento e seus rendimentos para uma confraria», tendo deliberado «não approvar a deliberaçaõ da dita junta tomada em sessão de cinco de abril do corrente anno», uma vez que membros daquele órgão autárquico não viam «vantagem nem utilidade alguma em a junta de parochia alienar a administração e rendimentos do Sanctuario a qualquer confraria» [1851].

Discordamos, pois, de Molho de Faria quando escreve: «Assim apareceu, em 1899, a tentativa de uma Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, pretextando, como não podia deixar de ser, a maior honra do Santo Patriarca e o maior bem das almas» [1852]. Na verdade, a primeira tentativa de criação de uma confraria aconteceu em **5 de abril de 1891**, embora sem qualquer documento que viesse a legitimá-la. O Pe. José Pinto Guedes, considerado o fundador da

[1850] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 62 v. e 63.
[1851] **AMTBR**, *Livro de atas n.º 11* (1888-1891), fl. 89.
[1852] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, pp. 159-160.

Irmandade [1853], refere, em artigo publicado no jornal «Voz da Verdade», de 21 de novembro de 1901, que o Santuário se constituiu «em confraria no anno de 1899» [1854], sendo, pois, este o ano considerado da fundação da Irmandade, embora, como já referimos, sem documento legal que o fundamente.

Na ação ordinária que correu termos no Tribunal Judicial de Vieira do Minho e que opôs a Junta de Freguesia e a Comissão Fabriqueira de Rio Caldo à Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, o advogado dos autores, dr. Artur Guimarães Marques, na sua réplica, questiona, a páginas 46, se a Irmandade de 1977 era a mesma que outorgou a escritura de 1899. Acrescentando: «é que ela foi erecta duas vezes e os seus estatutos têm sofrido mutações profundas. Começa a desenhar-se a hipótese de estar a R. na administração da "Capela de S. Bento" sem nada que a legitime». Na conclusão, o causídico vai mais longe e reivindica a propriedade do Santuário para a Junta de Freguesia:

> TERMOS EM QUE, ao abrigo do disposto no art.º 273.º do Cód. Proc. Civil, deve a propriedade da Capela de S. Bento da Porta Aberta ser declarada como da Junta A.
>
> Quanto ao demais, conclui-se como na petição inicial. Se neste aspecto, assim não for entendido, deve ser declarado que a Irmandade Ré se mantém indevidamente na administração da fábrica da Capela, já que não tem qualquer título que tal legitime e que deva ser respeitado em Juízo, tudo com as legais consequências [1855].

Digno de referência é o facto do treslado da escritura de 12-11-1899, feito em 1938 pelo notário António Ribeiro, de Vieira do Minho, que se encontra no arquivo da Junta de Freguesia de Rio Caldo, ter a data de «1899» rasurada! Parece que houve intenção em impor o ano de 1893, tal como nos Estatutos aprovados em 1934 e nas edições seguintes.

### 6.3. REFUNDAÇÃO DA CONFRARIA / IRMANDADE DE SBPA, 18 DE SETEMBRO DE 1899

O livro de atas da Mesa da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta (ISBPA) n.º 1 começa com a «Acta da sessão do 8.º dia depois da eleição da primeira mesa» [1856]. Considerando que esta se realizou no dia 25 de setembro de 1899, concluímos que a eleição da primeira mesa administradora da ISBPA se realizou no dia 18 de setembro. O Pe. José Maria Gonçalves, capelão do santuário por alvará da Junta de Paróquia datado de 17 de maio de 1899, cuja nomeação foi confirmada em sessão de 30 de setembro pela nova Confraria de S. Bento, refere,

---

[1853] Assim é designado no quadro com a sua fotografia que se encontrava no arquivo da Irmandade: «Pe. José A. S. Pinto Guedes, fundador desta Irmandade de S. Bento da Porta Aberta».

[1854] Na troca de acusações entre o Pe. Pinto Guedes e o Pe. Dias de Freitas, nem sequer faltaram as consultas aos especialistas. A primeira, na *Revista Catholica* de 25 de maio de 1912, do lado do Pe. Dias de Freitas, a que corresponde a «Contra-consulta: (A capella de S. B.)», pedida pelo Pe. Pinto que assina com o pseudónimo «Um confrade» - no recorte do jornal, acrescentou: «Aliás, Pe. Pinto Guedes» -, e publicada na edição da mesma revista do dia 19 de outubro de 1912. Como a resposta não lhe agradou, pois remeteu-o para o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo («Diário do Governo» de 16 agosto de 1898), mostrou toda a sua raiva nas palavras que escreveu no exemplar inserto no seu pequeno livro *Para a história de S. Bento* e que reproduzimos: «Quanto à escriptura [realizada, em 1851, entre a Junta e o pároco em que aquela cedeu a este a fábrica da capela de S. Bento, pondo fim a um pleito que já se arrastava há 10 anos], é uma escriptura manhosa, feita por de traz (*sic*) das paredes e com aprovação da tutela civel e eclesiástica. O cronista não sabe nada d'isto; é ignorante ou respondeu de má fé».

Contesta, também, a tradição que dá o pároco como fundador da capela de S. Bento e afirma que o livro de usos e costumes da freguesia «não pode ser invocado, por que não se encontra registado na câmara ecclesiastica». Afinal, como hoje sabemos, as duas premissas estavam erradas. A fundação deve-se ao pároco João Rodrigues, em 1614 (**ADB**, *Registo Geral*, livro n.º 10, fls 141 v.-142), e o livro dos *Usos e Costumes de S. João de Rio Caldo* foi aprovado por provisão registada no dia 24-10-1730 (**ADB**, *Registo Geral*, livro n.º 88, fls 115ª v.-116 v.).

[1855] **Tribunal Judicial da Comarca de Vieira do Minho**, *processo de ação ordinária n.º 55/77*, maço n.º 36, n.º 5, pp. 48 v.-49.

[1856] **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa n.º 1* (1899-1907), fl. 1.

numa exposição de 26 de dezembro de 1906 [1857], dirigida à JP, que os Estatutos da Confraria de S. Bento «tinham sido aprovados em 18 de setembro de 1899». Esta data faz todo o sentido, uma vez que, oito dias mais tarde, toma posse a comissão administradora eleita naquele dia. A comissão era composta pelo dr. Paulo Marcelino Dias de Freitas [1858], presidente; bacharel Clemente José Silvério Pinto Guedes, vice-presidente; José Maria Antunes, tesoureiro; Marcelino José Fernandes e Adelino da Silva, zeladores; e António José Alves, secretário [1859]. A tomada de posse dos eleitos realizou-se tal como preconizado nos Estatutos, concretamente no disposto no «artigo quarenta e quatro do Estatuto», segundo o qual «tinham os oficiais todos de prestar juramento nas mãos do regedor» que, previamente convocado, se encontrava presente, e «de serem obedientes às determinações do mesmo Estatuto e de bem e fielmente servirem a Irmandade» [1860].

Para entendermos a integração do dr. Paulo Marcelino na lista dos irmãos Pinto Guedes, temos de ter em conta que as relações daquele com os irmãos Pe. José Joaquim e Pe. Sebastião Pires Dias de Freitas não eram as melhores, até porque pertenciam a forças políticas opostas. Além disso, Paulo Marcelino apresentara na Cúria Arquiepiscopal uma queixa contra o abade de Chamoim, o Pe. Sebastião Pires Dias de Freitas [1861]: «Portaria pela qual S. Ex.ª Rev.ma ordena ao Ill.mo Rever. Arcipreste de Amares que informe sobre a queixa que vai junta, feita contra o rev.º Pároco de Chamoim e outros por Paulo Marcelino Dias de Freitas, tendo em consideração o que se acha exarado no requerimento junto de Domingos José Rodrigues e informação do pároco de Covide que igualmente vai junto» [1862]

Não resta qualquer dúvida sobre a existência de um regulamento ou estatuto, antes de 1901, que norteava o funcionamento da Irmandade, embora não tenhamos tido acesso a nenhum exemplar nem a documento comprovativo da sua aprovação por parte de autoridade civil ou religiosa competente, de acordo com a legislação vigente.

A Irmandade, embora não legalmente reconhecida, prosseguiu com os seus objetivos de retirar a administração da fábrica do Santuário da alçada do abade José Joaquim Pires de Dias de Freitas, para o que contou com o beneplácito do governador civil do distrito de Braga. Assim, no dia 1 de outubro de 1899, o Pe. Pinto, à revelia do presidente da Junta de Paróquia, o abade da freguesia, manda afixar o edital seguinte:

> Pe. José Antonio Silverio Pinto Guedes, servindo de presidente da junta de parochia d'esta freguezia de Rio Caldo – Faz publico que no dia 4 do corrente, pela uma hora da tarde, haverá sessão extraordinaria, na sala da escola official d'esta freguesia, afim de se deliberar a transferencia da fabrica da capella de S. Bento da Porta Aberta para a confraria do mesmo nome, n'ella erecta. Para constar se afixou este e outros identicos nos logares do costume e á porta principal da propria capella

[1857] O Pe. José Maria Gonçalves reclamava os seus ordenados de capelão entre os anos de 1902 e 1904, devido ao despacho do governador civil no princípio de julho de 1902 que mandou entregar a administração da capela de S. Bento à JP, tendo esta, sem o demitir, deixado de lhe pagar, embora ele continuasse a exercer as funções.

[1858] Paulo Marcelino, ausente na cidade do Porto, delegou as suas funções no vice-presidente, visto «não poder assistir às reuniões da Mesa por causa das suas ocupações que o obrigavam a residir na cidade do Porto» e nunca esteve presente. Refira-se que já fora eleito juiz da Confraria de Nossa Senhora da Abadia para o mandato de 9-6-1889 a 8-6-1890.

O dr. Paulo Marcelino ingressou no partido progressista em 1879 e foi eleito deputado pelo círculo eleitoral da Póvoa de Lanhoso, tendo exercido funções entre 14-01-1880 e 19-03-1881. Cf. **Arquivo da Assembleia da República Portuguesa**, *Diário do Parlamento* (1880 e 1881). Teve, ainda, um papel determinante na restauração do concelho de Terras de Bouro, ocorrida a 13 de janeiro de 1898, o que levou a novel Câmara Municipal a aprovar-lhe um voto de louvor na sua reunião do dia 2 de fevereiro de 1898.

[1859] Os irmãos Pinto Guedes, com o beneplácito do dr. Paulo Marcelino, médico e político influente, urdem uma estratégia para retirar, de uma vez por todas, a administração do santuário de S. Bento da Porta Aberta ao pároco da freguesia de Rio Caldo.

[1860] **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa n.º 1* (1899-1907), fl. 1.

[1861] Cf. **AAB**, *Copiador - Governo da Diocese (1878 a 1881)*, fl. 138.

[1862] **AAB**, *Livro de Registo de título e posses paroquiais (1878 a 1884)*, fl. 32 v. - Carta de colação na igreja abadia de Sant'Iago de Chamoim a favor do Reverendo Sebastião Pires Dias de Freitas.

> de S. Bento da porta Aberta. Junta de Parochia de Rio Caldo, 1 d'outubro de 1899. Servindo de presidente, Pe. José Antonio Silverio Pinto Guedes [1863].

A usurpação das competências do presidente por parte do Pe. Pinto resultava das polémicas entre os dois que dera origem à famosa «Questão de S. Bento», que abordamos noutra parte da nossa tese, e não augurava nada de pacífico no relacionamento entre a Junta e o pároco.

No dia 4 de outubro, tal como previamente convocada, realizou-se a sessão extraordinária da Junta de Paróquia que aprovou, sem qualquer voto contra, a transferência da administração da fábrica do santuário de S. Bento para, e permitam-nos a citação, «a confraria novamente erecta na mesma capella e com a mesma denominação», o que sustenta a nossa tese de «refundação da Confraria / Irmandade» no ano de 1899.

O conteúdo da ata é assaz interessante, nomeadamente que a capela de S. Bento pertence à Junta de Paróquia - como se esta fosse uma instituição eclesiástica -, que é prejudicial as chaves estarem em poder do pároco, ou a ideia peregrina de construção de uma nova capela em honra de S. Bento: «considerando que a nova confraria precisa d'uma capella para os atos religiosos, e que poderá fazê-la na proximidade da capella actual, vindo assim a perder-se todos os reditos que desta se auferem» [1864]. Vários são os considerandos aduzidos pelo Pe. Pinto, servindo de presidente, para a cedência da «fabrica da capella de S. Bento da Porta Aberta á confraria erecta sob a denominação d'aquelle Santo na sua mesma capella», onde o seu irmão, Clemente Pinto Guedes, servia de presidente por ausência do dr. Paulo Marcelino.

A proposta, com as condições que se seguem, foi aprovada por unanimidade:

> 1.ª Que a confraria dará para as despezas do culto da egreja parochial a quantia de cento e cincoenta mil reis annualmente; 2.ª Que a mesma confraria dará para as demais despesas da junta de parochia a quantia annual de trezentos e cincoenta mil reis; 3.ª Que a mesma confraria concluirá, segundo o projecto porque foram principiadas, as casas da escola, da freguesia, da estrada e fontenario; 4.ª Que, no caso de, pela projectada divisão das freguezias para regular a dotação do clero parochial, esta freguezia tenha de ser anexada a outra por falta de rendimento para a sustentação do parocho, a confraria se obrigue a concorrer com a quantia necessaria para prehencher o minimo da congrua estabelecida por lei; 5.ª Que terminada a obra da escola se obriga a capitalisar annualmente a quantia de duzentos mil reis com accummulação de juros até que com o seu rendimento se possa crear um partido medico nesta freguezia com a obrigação de tratar gratuitamente os irmãos da Confraria e os pobres aqui residentes [1865].

Secretariou a sessão Bento José de Souza, aquele que, em 5 de abril de 1891, tinha apresentado um requerimento a pedir à Junta a realização de uma sessão extraordinária para discutir as vantagens na criação de uma confraria que assumisse a gestão dos bens do Santuário.

A Junta da Paróquia tratou, imediatamente, de enviar ao governador civil, via administrador do concelho, a ata da sessão para aprovação superior. Os ofícios e despachos sucedem-se com uma vertigem que contrasta com a morosidade que, anos mais tarde, verificamos para a aprovação dos Estatutos [1866].

### 6.4. ESCRITURA DE TRANSFERÊNCIA, 12 DE NOVEMBRO DE 1899

[1863] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1900)*, fl. 36.
[1864] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 77.
[1865] *Idem*, pp. 77 v. e 78.
[1866] O governador civil demorou mais de dois anos para aprovar os estatutos de 1912. Aprovados em assembleia geral de 24 de outubro de 1912, seriam aprovados pela autoridade civil em 15 de dezembro de 1914 e pela religiosa a 29 de fevereiro de 1915.

Como muito bem refere Molho de Faria, a criação da Confraria teve uma finalidade política [1867], ou seja, o objetivo não era melhorar as condições de romagem a S. Bento da Porta Aberta e aumentar o seu culto, mas tornar a administração do santuário independente do pároco da freguesia de Rio Caldo, como se encontra claramente explicitado no final do § 2.º do artigo 1.º dos Estatutos aprovados em assembleia geral de 20 de agosto de 1905: «escritura pela qual foi entregue á Irmandade a administração e fabrica do Templo, Mosteiro ou Capella, que é absolutamente independente da egreja parochial e até distante d'ella» [1868].

O próprio fundador, Pe. José Pinto Guedes, admite ser um adversário político do abade Dias de Freitas, como escreveu no seu livro: «quem deu mais curso e matéria a esta pasquinada foi o actual ab.e Pires de Freitas, q.do começou a ver que adversario politico lhe minava a influencia e o punha fóra de S. Bento» [1869].

Como já referido, não encontrámos nenhuma escritura de constituição da Confraria / Irmandade de S. Bento da Porta Aberta. Se analisarmos o artigo 1.º dos Estatutos reformados em 1905 sobre a «Natureza e fins da Irmandade», constatamos que foi «fundada no anno de 1899 em honra de S. Bento, milagroso santo venerado desde data secular (…) a que deu verdadeira vida a escriptura publica de 12 de novembro d'aquelle anno, lavrada na nota do escrivão notario Corrêa de Vasconcellos, da comarca de Vieira» [1870].

É de estranhar que a versão de 1901 dos Estatutos não contenha qualquer referência à constituição da Irmandade nem à escritura de 12 de novembro de 1899.

Não podemos deixar de salientar que, nas pesquisas que fizemos, não encontrámos nenhuma escritura elaborada pelo notário Correia de Vasconcelos, nem outros investigadores profundos conhecedores do fundo notarial do Arquivo Distrital de Braga, como Eduardo Pires de Oliveira, que, sabendo da nossa investigação sobre a história do santuário de S. Bento da Porta Aberta, e depois de algum tempo de pesquisa, nos questionou sobre a existência desta escritura, pois encontrava-se a elaborar uma memória que permitisse à Irmandade de SBPA candidatar a romaria de S. Bento da Porta Aberta a *Património Imaterial da UNESCO*. Informámos que sim, mas que havia um problema com o notário, visto não ser Correia de Vasconcelos, como referido por Molho de Faria [1871] – situação que fez com que não tivesse encontrado o documento -, mas um outro notário da comarca de Vieira do Minho, Leite Ribeiro,

[1867] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, pp. 158-159: «Estamos convencidos de que o pensamento primeiro que presidiu à erecção de uma associação religiosa, lá no Santuário de S. Bento em Rio Caldo, foi mais político do que religioso».

[1868] **AJFRC**, *Documentos diversos*, Estatutos da Irmandade de SBPA.

[1869] Arquivo «Dr. Domingos Alves»: PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (s/d): *O. c.*, fl. 2.

[1870] A «Noticia Historica» que abre o *Regulamento Interno da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta* aprovado em 8 de dezembro de 1944, defende o ano de 1912 como aquele «em definitivamente se fundou a Irmandade de S. bento da Porta Aberta, sendo os seus Estatutos aprovados pela autoridade civil em 24 de Outubro desse ano e pela autoridade eclesiástica em 29 de Fevereiro de 1915». Cf. «Noticia Historica» **in AISBPA,** *Regulamento Interno da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta* (1944), fl. 2.

[1871] Eduardo Pires de Oliveira estava com cópia da página do livro do dr. Molho de Faria onde este refere o «escrivão-notário, Correia de Vasconcelos, da comarca de Vieira do Minho» (dezembro de 2017).

A explicação para esta troca de nomes radica no facto de a fonte consultada por Molho de Faria ter sido o exemplar dos estatutos aprovados no ano de 1905, os quais foram redigidos numa altura em que a Mesa da Irmandade de SBPA era presidida pelo Dr. Clemente Pinto Guedes e o líder da junta de paróquia, por ausência do Pe. Dias de Freitas, era o Pe. José Pinto Guedes. Terão sido os dois irmãos Pinto Guedes – o Clemente era jurista – a elaborar a proposta de reforma dos estatutos que visava afastar o pároco da gestão, ainda que religiosa, do santuário, como podemos ver no parecer do procurador geral da arquidiocese: «Li e examinei os estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, na freguesia de Rio Caldo, e a impressão que me ficou foi que há o propósito de expulsar o Pároco do Templo de S. Bento».

Em 1890, os «Pinto Guedes» tinham construído, anexa à sua casa, uma capela em honra da Imaculada Conceição. Para a obtenção da licença, tiveram de fazer uma escritura de dotação de património, a qual, dada a urgência – no dia seguinte, o arcebispo D. António José Honorato, autorizava a bênção -, foi redigida na sua casa no lugar de Paredes, Rio Caldo, aonde se deslocou o tabelião José Plácido Correia de Vasconcelos, da comarca de Vieira, no dia 5 de agosto de 1890. Não é de admirar que, 15 anos mais tarde, tivessem trocado os nomes dos tabeliães que operavam na comarca de Vieira.

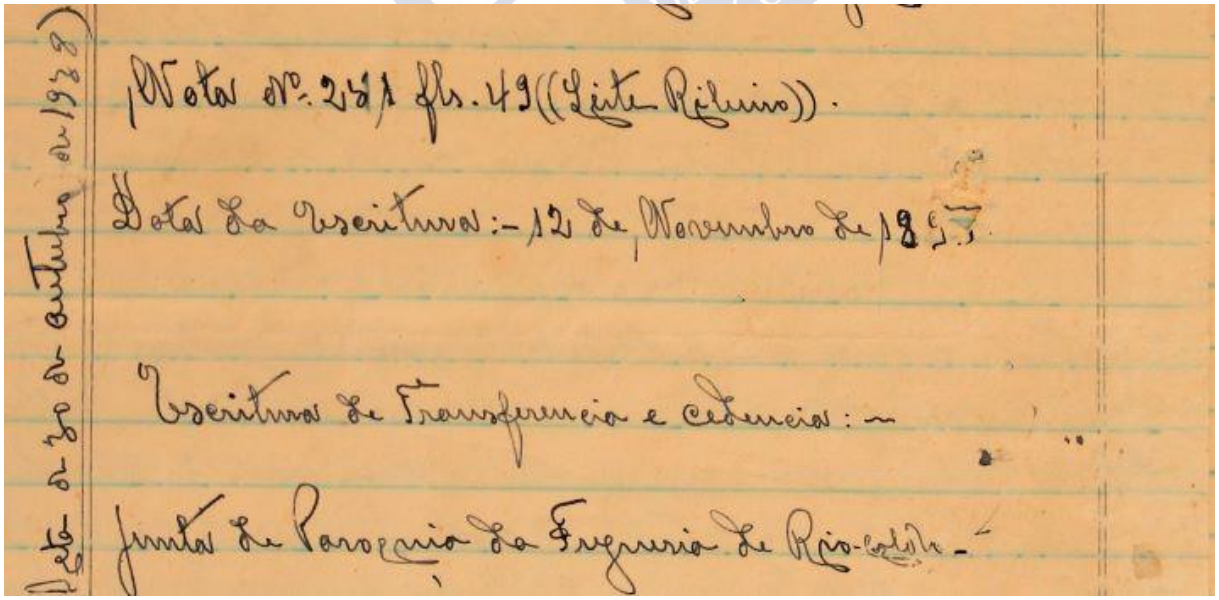
tal como registado na minuta da ata de 21 de janeiro de 1905, da Junta de Paróquia de Rio Caldo, que se encontra no arquivo da Junta de Freguesia e que refere:

> (...) em consequencia d'essas deliberações e aprovações e em fiel execução d'ellas, foi lavrada escriptura publica em 12 de novembro de 1899 na nota de Alvaro Chaves Leite Ribeiro, tabellião que era n'esta comarca de Vieira, realizando-se e effectuando-se, por essa escriptura, a transferencia e cedencia e entrega, por parte da Junta de Parochia á Confraria ou Irmandade de São Bento da Porta Aberta, da fabrica da Capella de São Bento erecta na Capella d'este nome com tudo o que lhe dis respeito (…) [1872].

O documento referido não corresponde a uma escritura de constituição, na qual constariam os nomes dos fundadores e os objetivos que tinham norteado a sua criação, mas de uma «Escriptura de transferencia, cedencia e entrega que fás a junta da Parochia da freguesia de Rio Caldo á Confraria ou Irmandade de Sam Bento da Porta Aberta erecta na Capella do mesmo nome, da referida freguesia d'esta comarca, em 12 de novembro de 1899». A escritura de constituição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta continua por descobrir!

Na sessão extraordinária da Mesa da Confraria realizada no dia 31 de dezembro de 1899, esta escritura é entendida como documento constitutivo da Irmandade, tendo sido aprovada a atribuição da distinção de «irmão benemérito ao padre José Antonio Silverio Pinto Guedes (…) pelos seus relevantes serviços na criação desta Irmandade» [1873]. Escusado será salientar que quem presidiu à sessão foi o irmão do Pe. Pinto, o dr. Clemente Pinto Guedes.

Neste processo, intrigou-nos, desde logo, a troca do nome do notário, «Leite Ribeiro» por «Correia de Vasconcelos», o que nos obrigou a uma investigação detalhada a fim de excluir qualquer registo que nos tivesse passado despercebido. Esta escritura foi redigida na «Casa do Pinto» localizada na «freguesia de Rio Caldo, logar de Paredes e morada do Doutor Clemente José Silvério Pinto Guedes», figura sobejamente conhecida – até pelos cargos públicos que desempenhou – nos concelhos de Terras de Bouro e de Vieira do Minho.


Notas nº. 281 fls. 49 ((Leite Ribeiro)).

Notas da escritura:- 12 de Novembro de 1899.

Escritura de Transferencia e Cedencia:-

Junta de Parochia da Freguesia de Rio-caldo.-

Fig. 78. Fac-simile da transcrição da «Escritura de transferência e cedência», 1938. (Fonte: **AJFRC**).

[1872] **AJFRC**, *Documentos diversos (1902-1908)* - atas avulsas de 1905 e 1908.
[1873] **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa (1899-1907)*, fls. 3-3 v.

A feitura desta escritura, com já referimos, reveste-se de uma «auréola» política e resulta de uma estratégia consertada entre os dois irmãos Pinto Guedes, o dr. Clemente, vice-presidente da Confraria, e o padre José António, vogal da Junta de Paróquia, mas servindo de presidente:

> (...) onde eu Tabelião vim e aqui compareceram pessoalmente d'uma parte primeiros outorgantes os Membros da junta de parochia d'esta freguesia, a sabêr Padre José Antonio Silverio Pinto Guedes, vogal da mesma junta servindo de presidente, Francisco José da Costa e Antonio Antunes, e da outra parte segundos outorgantes os mezarios da Confraria ou Irmandade de São Bento da Porta Aberta, d'esta freguesia erecta na Capella do mesmo nome a sabêr o Doutor Clemente José Silverio Pinto Guedes vice-presidente da mesma Confraria, servindo de Presidente, José Maria da Costa, José Maria Antunes, Marcelino José Fernandes, Avelino da Silva e Antonio José Alves, tôdos d'esta freguesia e comarca reconhecidos pelos proprios de mim Tabelião e testemunhas idóneas ao diante relacionadas e no fim assignadas e estas tambem de mim reconhecidas, do que de tudo dou fé [1874].

O **Relatório de contas de 1899 a 1900**, aprovado em 1 maio de 1901, tem, no verso da 1.ª página, a nota seguinte: «Este orçamento refere-se só ao 2.º semestre de 1899 a 1900 por isso que a confraria começou a funcionar como tal só em 1 do corrente.

Aprovado em sessão de 21 de janeiro de 1900» [1875].

Depreende-se, pela leitura desta nota, que, na prática, a Confraria / Irmandade, enquanto tal, só produziu efeitos práticos a partir do dia 1 de janeiro de 1900! Não obstante este facto, podemos considerar que a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta foi criada na sessão extraordinária da Junta de Paróquia da freguesia de S. João Batista de Rio Caldo realizada no dia 5 de abril de 1891, na sequência de um requerimento apresentado por Bento José de Sousa. De outra forma, não se compreende que, em 1901, data do primeiro exemplar de Estatutos aprovados que conhecemos, a proposta seja apresentada como «Reforma d'estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, erecta na freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro» [1876]. Se se tratou de uma «reforma», é porque já existiam outros, nomeadamente os referidos na ata da sessão de 5-4-1891.

## 6.5. ESTATUTOS DA IRMANDADE DE SBPA

### 6.5.1. Primeiros Estatutos da Irmandade de SBPA, 1899

A fábrica do santuário de SBPA, como vimos, a partir de 1836, era gerida alternadamente pela Junta de Paróquia e pelo abade.

O Código Administrativo de 1878 [1877], reformando o anterior, consagrava, no artigo 162.º, a exceção dos «bens e rendimentos das irmandades e confrarias legitimamente erectas» (n.º 2) e dos «rendimentos, benesses e quaisquer emolumentos aplicados á sustentação dos parochos» (n.º 5) serem geridos pelas Juntas. Para que as irmandades ou confrarias pudessem gerir estes bens, tinham de estar legalmente constituídas, competência que, nos termos do artigo 183.º, número 14.º, pertencia ao governador civil enquanto delegado e representante do governo: «Approvar, ouvido o conselho de districto, os Estatutos das associações e institutos de recreio, instrucção publica e beneficência».

---

[1874] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*. 1899, 12 de novembro - Nota n.º 251 do Tabelião Álvaro Augusto Leite Ribeiro, fis. 49 a 49 v.
[1875] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Confrarias. Doc. n.º 8031.
[1876] **AJFRC**, *Documentos diversos*. 1901, Estatutos.
[1877] Aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878.

Como, em Rio Caldo, não existia nenhuma confraria legitimamente erecta, era a JP que administrava a fabrica da capela de SBPA, cujos rendimentos eram, frequentemente, reivindicados pelo pároco.

Na «guerra» entre o pároco, Pe. Dias de Freitas, e a Junta (irmãos Clemente e Pe. José António Pinto Guedes), começou a ganhar força a ideia da constituição de uma confraria em honra de S. Bento que assumisse a gestão dos seus rendimentos e património. Para que tal acontecesse, a confraria/irmandade tinha de estar «legitimamente erecta», com os Estatutos devidamente aprovados, o que nunca se verificou! Daí o Dr. Molho de Faria usar a expressão «aparências de vida» [1878], porque, legalmente, nunca existiu.

A fundação da Confraria/Irmandade de SBPA encontra-se envolta num manto de nevoeiro onde as contradições são muitas, apenas a perceção do interesse em afastar o pároco da freguesia da gestão do santuário, numa polémica a que nem o acórdão do (STA) de 1898 pôs fim [1879].

Aquando da primeira tentativa de criação de uma confraria para onde fosse possível transferir a fábrica do santuário de S. Bento, realizada a 5 de abril de 1891, é referido que «não avendo mais nada a resulver, deu elle presidente, depois de se ter lido e descutido os Estatutos apresentados. Deu esta sessão por encerrada» [1880]. A realidade, porém, é que não encontrámos qualquer exemplar dos mesmos, nem referência nos oito anos seguintes, não obstante as versões dos Estatutos posteriores à reforma aprovada em 15 de abril de 1934 referirem que «a irmandade de S. Bento da Porta Aberta» foi «irecta no ano de 1893, no Templo de S. Bento»[1881]. Para esta data, referida nos Estatutos em vigor [aprovados em 1991], não encontrámos qualquer fundamentação.

Outra referência aos Estatutos surge na ata da reunião de 26 de agosto de 1900, aquando da apresentação e discussão das «contas relativas ao segundo semestre do ano económico de 1899 a 1900», onde a mesa justifica o baixo rendimento do santuário, além do «nevão que caiu no dia da romaria», pela ausência de novas admissões de irmãos, consequência do «Estatuto não estar ainda aprovado pela autoridade eclesiástica»[1882]. Ou seja, já existia uma proposta de Estatutos, mas estava a aguardar a aprovação de quem de direito.

Apesar desta confusão, quando era necessário obter a aprovação do governador civil, o Pe. Pinto Guedes não tem peias em afirmar que os Estatutos se encontram devidamente aprovados, como disse na sessão extraordinária realizada a 4 de outubro de 1899: «E pelo vogal servindo de presidente, Pe. José António Silvério Pinto Guedes, foi dito que: tendo-se constituído uma confraria com estatuto legalmente aprovado, que tem por fim principal a veneração do milagroso S. Bento da Porta Aberta cuja imagem se venera na capela da sua invocação, sita nos limites desta freguesia» [1883].

A esta trapalhada a que o Pe. Pinto Guedes nos vai habituando, temos de acrescentar o recurso para o (STA) por ele elaborado, em agosto de 1902, aquando do despacho do governador civil que o manda restituir a administração do santuário ao abade e onde afirma categoricamente: «A Irmandade recorrente existe há bastantes anos, tendo sido os Estatutos por que atualmente se rege aprovados por alvará do Governo Civil de 12 de outubro de 1899, e sendo o seu principal fim o de promover o culto e a veneração de S. Bento da Porta Aberta» [1884]. 9 anos passados, em novo recurso para o STA elaborado pelo advogado Joaquim Gualberto

[1878] MOLHO DE FARIA (1985): *O. c*., p. 160.
[1879] «Diário do Governo» de 16 de agosto de 1898.
[1880] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 3 (1885-1896)*, fls. 62v. e 63.
[1881] **AISBPA**, *Estatutos de 1934*, fl. 1. art.º 1.º.
[1882] **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa n.º 1* (1899-1907), fl. 11v.
[1883] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 4 (1896-1902)*, fl. 77.
[1884] **ADB,** *Governo Civil***,** Supremo Tribunal Administrativo (1898-1923). Doc. n.º 58.

de Sá Carneiro por causa da anulação do despacho do governador civil de 23 de outubro de 1899 que autorizara a cedência e transferência da administração da fábrica da capela de SBPA da junta da paróquia para a Irmandade recorrente, novamente é referido que esta «data de há bastante anos, sendo os seus penúltimos Estatutos aprovados por Alvará do Governo Civil de 12 de outubro de 1899, e regendo-se, presentemente pelos Estatutos feitos, em reforma, em 27 de agosto de 1905»[1885].

Apesar de não podermos excluir a possibilidade da existência de um estatuto «legalmente aprovado» antes de 1900, a verdade é que não encontrámos nenhum documento que o comprove. No arquivo municipal de Terras de Bouro [1886], existe uma proposta com o título *Reforma d'estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, erecta na freguesia de Rio Caldo, do Concelho de Terras de Bouro* que fundamenta esta teoria. O exemplar referido, que corresponde aos Estatutos aprovados pelo governador civil em 3 de maio de 1901, tem uma anotação preciosa que nos permite fixar os Estatutos primitivos, pois assinala com a palavra «novo» os artigos acrescentados na reforma de 1901.

Os fins previstos, que se repetem na versão seguinte, são:

«1.º Promover o culto e veneração de S. Bento da Porta Aberta;

2.º Administrar os fundos da Irmandade;

3.º Concorrer para o bem espiritual dos fieis por meio de catecheses, sacramentos e exercicios de piedade;

4.º Sufragar as almas dos irmãos e benfeitores».

Sobre a admissão dos irmãos, chamamos a atenção para o parágrafo único do artigo segundo, marca da sociedade do final do século XIX; onde se lê: «As mulheres casadas e os menores não emancipados, só podem ser admitidos mediante autorização por escrito de seus maridos, no primeiro caso, ou de seus pais ou tutores no segundo». Esta descriminação negativa das mulheres reflete-se noutros artigos, como no n.º 1 do artigo 9.º, sobre os direitos dos irmãos de «votarem e serem votados para os cargos da irmandade e terem voto na assemblêa geral d'ella, se forem do sexo masculino e de maior edade».

Estes Estatutos consagram a existência de três festividades em honra de S. Bento, tal como na atualidade, com a diferença de que a festa no mês de agosto se realizava no dia 14, certamente para que os romeiros pudessem, no dia 15, participar na grande romaria em honra da Nossa Senhora da Abadia.

Digno de nota é o facto de estes Estatutos e os aprovados em 1901 não referirem a data da fundação da Irmandade.

### 6.5.2. Estatutos da Irmandade de SBPA, 1901

A reforma dos Estatutos de 1901, segundo o Pe. Pinto, uma cedência do governador civil do distrito de Braga Visconde da Torre ao Pe. Dias de Freitas, foram aprovados, por unanimidade, em assembleia geral da Irmandade realizada a 22 de janeiro de 1901. A 3 de maio, o governador, após ouvida a Comissão Distrital [1887] com cujo parecer se conformou, aprovou «a reforma d'estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, erecta na freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro» [1888]. Por sua vez, a autoridade eclesiástica, «arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Par do

[1885] *Idem*. Doc. n.º 50.

[1886] **AMTBR**, *Administração do Concelho*, Confrarias e côngruas, cx. n.º 1 (1868-1936).

[1887] Veja-se a informação do secretário do Governo Civil, João Rodrigues de Faria, **in ADB**, *Governo Civil*, Distrito Adminsitrativo, Irmandades. Doc. n.º 405: «Esta reforma de estatutos da irmandade de São Bento da Porta Aberta foi consultada favoravelmente pela Commisaõ Districtal ne sessão de 1 de maio de 1901».

[1888] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Adminsitrativo, Irmandades. Doc. n.º 405.

Reino, etc.», Dom Manuel Baptista da Cunha, só emite o alvará de aprovação a 18 de dezembro de 1901 - passados mais de oito meses - e com uma condição «salvaguardando sempre quaesquer Direitos parochiaes», estatutos que, nesse mesmo dia, foram registados no livro do Registo Geral, a folhas 61 a 61 v.

Estes eram compostos por 11 capítulos a que correspondiam 45 artigos [1889]. Não vamos proceder a uma análise exaustiva das várias versões dos Estatutos – apresentaremos um estudo comparativo infra –, todavia, queremos salientar três artigos na versão de 1901. O artigo primeiro onde são referidos os objetivos da Irmandade: «promover o culto e veneração de S. Bento da Porta Aberta; administrar os fundos da Irmandade; concorrer para o bem espiritual dos fiéis por meio de catequeses, sacramentos e exercícios de piedade». Neste artigo, o templo é denominado «Mosteiro», designação corrente até aos anos oitenta do século passado.

Quando analisámos o exemplar que se conserva no arquivo municipal de Terras de Bouro, concretamente os artigos assinalados como «novo», percebemos que os mesmos se relacionavam com as reivindicações do abade Dias de Freitas. Na realidade, na versão primitiva, o abade, encontrava-se arredado de qualquer competência ou interferência na gestão do Santuário, nomeadamente no que respeitava ao culto.

Com esta alteração, o pároco da freguesia de Rio Caldo vê reconhecidos alguns direitos que reivindicava. Assim, são aditados os artigos seguintes:

> Art.º 8.º: É considerado, para todos effeitos, como irmão nato d'esta corporação, o reverendo parocho da freguesia de Rio Caldo, independentemente da observancia das condições e formalidades prescriptas para a dmissaõ dos irmaõs d'outras classes em anteriores (3.º a 7.º);
>
> Art.º 16.º § 2.º: O parocho da freguesia de Rio Caldo, como auctoridade ecclesiastica da cricunscripçaõ a que pertence a sede d'esta irmandade, gosará das regalias de assistir ás sessões da meza administrativa, com assento ao lado direito do presidente, e poderá tomar parte na discussaõ dos diversos e todos os assumptos que se tratarem; - e, n'aquela qualidade, e como capelaõ que é da mesma irmandade, competem-lhe as attribuições que especialmente vão enumeradas no artigo 27.º dos presentes Estatutos;
>
> Art.º 27.º: O Reverendo Parocho da freguesia de Rio Caldo é, para todos os effeitos, capelaõ nato d'esta irmandade; e, alem das atribuições geraes inherentes a este cargo, e das regalias que como auctoridade ecclesiastica lhe são conferidas no § 2.º do art.º 15.º competem-lhe especialmente:
>
> 1.º Presidir a todas as solemnidades religiosas do culto, por parte da irmandade; e convidar o clero necessario para a deliberaçaõ dos mesmos actos.
>
> 2.º Celebrar, ou mandar celebrar por presbyteros da sua escolha as missas ex-voto, com direito, para os celebrantes, á arrecadaçaõ das respectivas esmolas, devendo ser preferidos, em igualdade de circunstancias, os capellães da Irmandade.
>
> 3.º Conservar, sob sua guarda, as chaves do Templo em que está erecta a Irmandade.
>
> 4.º Nomear, d'accordo com o Prelado, os capellães e o sachristaõ da Irmandade, e do mesmo modo, com previa audiencia sua, demittil-os, quando para isso haja justo e legal motivo, de que, em um e outro caso, se dará imediato conhecimento à meza gerente.
>
> 5.º Admoestal-os ou suspende-los do exercício das respectivas funções por actos de desleixo ou mau procedimento; devendo a suspensão, quando por tempo superior a 15 dias, ser imposta com auctorização da meza, e não podendo, nunca, exceder o prazo de 30 dias.

[1889] **AJFRC**, *Documentos diversos*. 1901: Estatutos.

6.º Conceder até 30 dias de licença, seguidos ou interpolados dentro de cada anno, aos mesmo empregados; e por prazo superior só com auctorização da meza.

Art.º 40.º: A Irmandade reconhece ao parocho da freguesia o direito de receber annualmente pelos reditos da mesma irmandade, a importancia de 90 000 reis, arbitrada, a titulo de congrua parochial, por accordaõ do Conselho de Districto de 1856, e obriga-se a satisfazer-lhe a mesma importancia até ao dia 14 do mes d'agosto, de cada anno.

Art.º 45.º: No primeiro orçamento a organisar depois de approvados estes estatutos, deverá ser incluida a despesa correspondente á importancia da prestaçaõ annual de 90.000 reis, proveniente da congrua parochial de que trata o artigo 40.º, a cargo d'esta irmandade, vencida e em divida ao Reverendo parocho por cada um dos annos desde 1896 [1890].

Uma outra alteração em relação à versão anterior respeita ao artigo 33.º (anterior 31.º). Onde se referia «A irmandade terá dois capelães, um sachristão e um sineiro e os demais empregados que se tornarem necessários para o desempenho do serviço», a redação passa a ser a seguinte: «A irmandade terá capelães, um sachristão e um sineiro e os demais empregados que se tornarem necessários para o desempenho do serviço» [1891].

Sendo a Irmandade constituída por pessoas da oposição ao abade e sendo do nosso conhecimento que o principal motivo que opunha os dois contendores era a questão da côngrua, é de admirar que o Pe. Dias de Freitas tenha conseguido fazer aprovar estas alterações. Lendo a imprensa da época, verificámos ter-se tratado de uma negociação entre as partes, com o Abade a falar de um acordo:

É inteiramente falso que que a reforma do Estatuto de S. Bento fosse imposta. Por minha parte nem d'isso me lembrava; imposições d'outrem, quem quer que fosse, não aceitava.

A verdade e só a verdade é que fui solicitado para acceitar uma entrevista, uma conferencia, em que se assentassem as bases d'um accordo, ou transacção, entre Pintos e Parocho de Rio Caldo. Muito contra vontade annui entrar no caminho das transacções, não só por que tal me repugnavam accordos de tal ordem; mas ainda porque, por experiencia, conhecia a deslealdade e má fé das promessas dos meus adversarios. Nessa entrevista e antes d'ella, uma das coisas assentes como bases preliminares do accordo, por parte dos que se interessavam n'elle, foi o reconhecimento do direito aos 90$000 réis, sem que eu nunca houvesse feito a mais leve allusão a isso. O que exigi, sim, foi a consignação, no Estatuto, das attribuições parochiaes na capella de S. Bento, definidas pela sentença do Sup. Trib. Adm., de 11 d'Agosto de 1898 [1892].

Por sua vez, a versão do Pe. Pinto, como seria de esperar, é diferente, e começa por citar o adversário:

«É inteiramente falso que a reforma do estatuto de S. Bento, fosse imposta».

Foi mais alguma coisa, tem razão o snr. abbade.

O caso foi assim, segundo me informam.

Não querendo a parte que representava a confraria conformar-se com a introducção dos artigos respeitantes á côngrua no estatuto, o snr. visconde da Torre, então governador civil, puxou da gaveta um papel e disse: «Está aqui o decreto da extincção da confraria, (decreto surdo me dizem) e ou se admittem os artigos, ou a

[1890] **AMTBR**, *Administração do Concelho*, Confrarias e côngruas, cx. n.º 1 (1868-1936).
[1891] *Idem.*
[1892] «Correspondencia do Norte» de 10 de setembro de 1902.

> confraria… era uma vez». Entretanto o snr. abbade de Rio Caldo apresentava a relação dos artigos, de sua lavra, escripta n'um papelito qualquer [1893].

A Mesa da Confraria, ao ver que tinha mais a perder se não aceitasse a imposição do governador civil, acabou por concordar e, no orçamento para o ano seguinte, foi incluída a quantia de 630$000 rs. «pelo que se deve ao R.do Parocho de suas congruas, respeitantes aos annos de 1896 – 1897 – 1898 – 1899 – 1900 – 1901 – 1902, sendo 90:000 rs.» [1894], tempo correspondente a outros tantos anos de desavenças em que o prejudicado foi o Santo, que teve de pagar as custas dos variados processos judiciais. Foi, igualmente, contemplada uma verba de 200$000 rs. destinada ao capelão José Maria de Araújo, um dos aliados do abade que estava com dois anos em atraso [1895]. Todavia, a polémica não acabou aqui, pois a Mesa vai esperar por um momento politicamente favorável para proceder a nova alteração estatutária.

### 6.5.3. Reforma dos Estatutos da Irmandade de SBPA, 1905[1896]

Os irmãos Pinto Guedes não descansaram enquanto não retomaram o controlo dos rendimentos do Santuário. Para tal, fizeram-se eleger para a JP de modo a isolarem, uma vez mais, o Pe. Dias de Freitas. Logo que o conseguiram, promoveram a alteração dos Estatutos de modo a não cumprirem as obrigações para com o pároco. Convocaram, para o efeito, uma assembleia geral da Irmandade, que teve lugar a 20 de janeiro de 1905, onde o Pe. Pinto Guedes, depois de historiar a fundação da Irmandade, faz um resumo dos acontecimentos dos últimos anos, especialmente a partir do momento em que o governador civil lhes retirou essa administração:

> Que até 7 de julho de 1902, esteve a Confraria ou Irmandade de São Bento de posse d'essa fabrica e dos respectivos redditos, cumprindo sempre fielmente as clausulas e encargos da referida escriptura; mas, n'esta data, foi ella intimada por mandado do administrador do concelho para restituir á Junta de Parochia a administração d'essa fabrica; e isto porque o Ex.mo Governador Civil d'então, por seu despacho sobre requerimento do Reverendo Parocho d'esta freguesia, ordenara essa restituição, reformando e revogando as decisões anteriores emanadas do Governo Civil;
>
> que parte da mesa da Confraria, com toda a hombridade e honra e louvor, oppôz-se á entrega da fabrica e valores á Junta, por sêr isso illegal e pernicioso até para os interesses da Parochia; mas realizou-se a entrega, e, desde 10 de julho de 1902, tem esta Junta estado de posse da administração da fabrica da Capella e de seus haveres e rendimentos;
>
> que d'aquella decisão do Excellentíssimo Governador Civil foi interposto e pende recurso no Supremo Tribunal Administrativo, o recurso que ahi tem o número 11.735 e que foi interposto por virtude da deliberação tomada pela Assembleia Geral da Confraria em 13 de julho de 1902 e em que são recorridos esta Junta de Parochia e o Ex.mo Governador Civil do districto (...) [1897].

O Pe. Pinto continua com a sua argumentação, referindo os benefícios que advêm de a administração estar a cargo da Irmandade, «um bem geral e uma grande riqueza para esta ridente povoação», afirmando que, com os melhoramentos previstos, a freguesia vai ficar

[1893] Cf. «Correio do Minho» de 16 de setembro de 1902.
[1894] **AFFRC**, *Livro de contas de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 38.
[1895] *Ibidem*.
[1896] Existem dois exemplares dos Estatutos da Irmandade aprovados em 1905, uma no **AAB** e outra no **ADB**. No **AJFRC**, existe a proposta que foi presente à reunião da JP em que os mesmos foram aprovados.
[1897] **AJFRC**, *Atas avulsas (1905-1908)*: 20 de janeiro de 1905.

«como que importante villa», pois vai ser dotada de escola, partido médico, tendo, ainda, de comparticipar «as despesas do culto da Igreja parochial e (...) as demais despesas parochiais». Expõe, de seguida, um conjunto de considerandos com que justifica a sua proposta de deliberação. Assim, propõe que a Junta delibere:

> 1.º) Confessar imediatamente aquelle recurso pendente no Supremo Tribunal Administrativo, para todos os effeitos legaes, e nélla declarados, e para sêr restituida á Confraria a fabrica da Capella e os respectivos redditos, tudo nos termos d'aquella escriptura em pleno vigor;
> 2.º) Pedir a devida auctorização para essa confissão;
> 3.º) Obtida a auctorização, fazer logo a confissão por meio de escriptura publica lavrada nesta comarca, ou por meio de termo perante o Supremo Tribunal Administrativo e no processo respectivo; e
> 4.º) Devendo outorgar essa escriptura toda a Junta de Parochia ou na sua maioria, fazendo de Presidente o vogal a quem compita por lei o cargo quando o Presidente não compareça ou se recuse [1898].

A Junta aprova esta proposta por unanimidade e, como o STA se situa em Lisboa, escolhem um procurador e um advogado para tratar do caso, cujas escolhas recaíram num causídico famoso, o conselheiro Joaquim Gualberto de Sá Carneiro, avô do Dr. Francisco Sá Carneiro, e no procurador Francisco António de Miranda e Sousa, solicitador na cidade de Lisboa.

Como facilmente se compreende, as coisas continuavam más entre os dois presbíteros, de tal modo que, na sessão de 29 de janeiro, o Pe. Pinto propõe a suspensão de todas as obras em curso, por suspeita de irregularidades e que se peça ao governador civil a realização de uma sindicância às contas da Junta nos últimos anos, aqueles em que o Pe. Dias de Freitas administrou os bens do Santuário.

Após ter dado entrada no STA o pedido de confissão de recurso administrativo, este órgão judicial solicita o parecer do governador civil que, em resposta de 18 de março, informa o seguinte: «Aprovou-se a deliberação da Junta de Parochia da freguesia de Rio Caldo a 15 de fevereiro do ano corrente sobre a confissão de recurso em petição, virtualmente a confessei, e procedi desse modo porque reconheço que a revogação do despacho recorrido se impõe a bem da Parochia e da conveniencia publica» [1899].

Com base neste parecer, o STA, por acórdão de 17 de maio, dá provimento ao recurso da Irmandade e devolve-lhe a administração da fábrica do Santuário [1900].

O Pe. Pinto não perde tempo. Começa por enviar ao administrador do Concelho um abaixo-assinado, cujos primeiros subscritores são Francisco José Dias, José Maria Antunes[1901] e ele próprio, em que denunciam a situação da Confraria de SBPA: «que ha annos motivos superiores á sua vontade produziram a desordem e o cahos no seio da corporação de tal forma que actualmente se acha sem gerencia, e convindo regularizar a sua administração, veem respectivamente Pedir a V. Exª se digne providenciar» [1902]. A seguir, convoca uma assembleia geral de irmãos, realizada a 20 de agosto, e aprova uma alteração aos Estatutos de modo a extorqui-los de todas as prerrogativas favoráveis ao pároco (Pe. Dias de Freitas). Oito dias

[1898] *Ibidem.*
[1899] **ADB,** *Governo Civil*, Supremo Tribunal Administrativo (1898-1923), doc. n.º 55.
[1900] Acórdão publicado no «Diário do Governo» n.º 119, de 26 de maio de 1905.
[1901] Mesário conhecido por «Sambinho».
[1902] **ADB,** *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Confrarias. Doc. n.º 1193.

depois, a 27, a Junta aprova a proposta de revisão de Estatutos e remete-a ao governador civil para aprovação final [1903], o qual, a 4 de setembro, emite o respetivo alvará de aprovação [1904].

Toda esta pressa motivada pelo desejo de se vingar do adversário não podia dar bom resultado. O artigo 1.º da nova versão enferma de dois erros graves: primeiro, não refere quando é que a ISBPA foi constituída; segundo, diz que lhe «deu verdadeira vida a escriptura publica de 12 de novembro d'aquelle anno, lavrada na nota do escrivão Corrêa de Vasconcellos, da comarca de Vieira», quando, como já demonstrámos, foi na nota do tabelião Leite Ribeiro, erro que se repete nos Estatutos de 1914 e de que enferma a monografia do cónego Molho de Faria.

O procurador geral da Arquidiocese Martins Peixoto, percebeu bem a intenção do Pe. Pinto com esta revisão, como se vê no seu parecer sobre a proposta de Estatutos: «Li e examinei os Estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, na freguesia de Rio Caldo, e a impressão que me ficou foi que há o propósito de expulsar o Pároco do Templo de S. Bento. Deram-me aquela impressão os artigos 34.º, n.º 3; 37.º § 3.º; e 42.º e § 1.º deste mesmo artigo e artigo 53.º» [1905].

---

[1903] **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa (1899-1907)*, fl. 17: «Em seguida disse o vice-presidente servindo de presidente que estavam em via de ser assignados os estatutos por que a confraria ou Irmandade se havia de reger, taes como a asssembleia geral de vinte e sete, digo, de vinte do corrente mes os havia approvado, sem nenhuma alteração ou emenda como se vê do projecto da reforma ali presente que tinham sido discutidos, votados e approvados naquella reunião geral da Confraria. Por isso propunha que examinados detida e simultaneamente fossem assignados pela Mesa e confrades e que depois se requeresse a sua approvação superior. D'esta forma a mesa os examinou madura e detidamente e por os achar confromes em tudo com o dito projecto da reforma approvada em assembleia geral, deliberou que fossem assignados e requerida a sua approvação superior».

[1904] No **AAB**, existe um processo de 11/11/1905, sem número, sobre os *Estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta*, 1905, da Paróquia de Rio Caldo, Arciprestado de Terras de Bouro, composto pelos documentos seguintes: um exemplar dos Estatutos aprovados em 20 [assembleia geral] e 27 de agosto de 1905 [Mesa] com as assinaturas dos irmãos; alvará de aprovação por parte do Governador Civil do distrito de Braga, de 4 de setembro de 1905, do Visconde do Paço de Nespereira, João; parecer do Procurador Geral, do teor seguinte: «Li e examinei os estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, na freguezia de Rio Caldo, e a impressão que me ficou foi que ha o proposito de expulsar o Parocho do Templo de S. Bento. Deram-me aquella impressão os art.os 34.º, n.º 3; 37.º § 3.º; e 42.º e § 1.º deste mesmo artigo e art.º 53.º. Agora mais alguns reparos. O art.º 1.º falla de uma escriptura cujos termos desconheço. Tambem não pude consultar o Acordão do S. T. Administrativo a que allude. O n.º 2.º do art.º 2.º refere-se a catecheses, exercicios e sacramentos de um modo vago.

Pretende-se fundar á custa dos recursos da Irmandade, um hospital, um partido médico e uma escola (art.º 3.º, n.os 1.º, 2.º, 3.º e art.º 49.º § 2.º), enquanto que os suffragios pelos irmãos são tão poucos como os de qualquer irmandade com mingoados haveres (art.º 9.º, n. 6 e art.º 45.º). Julgo reprovante a disposição concernente á lápide commemorativa na parede do Templo (art.º 43.º). Não sei em que sentido se deve tomar a expressão exequias solemnes, promettidas aos que legarem á Irmandade quantia superior a 600$000 rs. e aos que lhe houverem prestado assignalados serviços (art.º 44.º).

A auctoridade administrativa concedeu approvação aos estatutos sem o mais pequeno reparo, merecendo-o pelo menos, a meu ver, o n.º 5.º do art.º 37.º, pois affigura-se-me injusto que sejam excluidos de mesarios os irmãos que não pertençam á freguezia de Rio Caldo: o art.º 25.º, por não esclarecer bem se a lei a observar é a actual, ou a que vigorar ao tempo da deliberação e o mesmo digo acerca do art.º 40.º. Estes dous artigos são bons para darem logar a chicanas. O art.º 47.º deixa ao arbitrio da Mesa a determinação do Juro nos contratos de mutuo e finalmente o n.º 7.º do art.º 9.º concede somente aos irmãos da freguezia de Rio Caldo o beneficio de serem curados pelo medico do partido.

Estes estatutos revogam outros approvados por Alvará de 3 de maio de 1901 (art.º 66.º).

Parece-me justo que se mantenham os direitos adquiridos aos irmãos que de qualquer modo não approvem os presentes estatutos. Martins Peixoto».

Por último, um requerimento, sem data, da mesa da Irmandade, em que solicita a aprovação dos estatutos: «A Irmandade de São Bento da Porta Aberta, da freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro, tendo mandado elaborar os presentes estatutos por que a mesma tem de reger-se, os quais se acham aprovados pela autoridade civil e desejando agora que os mesmos também o sejam por V. Ex.cia, vem respeitosamente, P. a V. Ex.ª Rev.ma a graça de lhe conceder a necessária aprovação». O requerimento tem o despacho seguinte: «Ao M. R. Dr. Provedor Geral da Nossa Mitra para examinar e dar parecer. Paço de Braga, 11 de novembro de 1905. M., Arcebispo Primaz».

[1905] **AAB**, *Estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta*, 1905. Processo s/n, de 11/11/1905, Paróquia de Rio Caldo, Arciprestado de Terras de Bouro. Artigos 34.º, n.º 3: «Cuidar do bom acolhimento dos romeiros por occasião das festas; do policiamento do templo e da recepção das esmolas e promessas»; 37.º § 3.º: «Não pode servir de vogal da mesa o irmão que fôr Administrador do Concelho ou estiver exercendo as suas funações; nem tam pouco o Parocho da freguesia ou que estiver a servir de Parocho, u de seu coadjutor, cura ou por qualquer forma auxiliar»; 42.º e § 1.º: «A Mesa dirigirá em tudo estas festas, imprimindo-lhes o maximo esplendor possivel, mas de modo que não despenda n'ellas quantia superior á verba auctorizada em orçamento»; e 53.º: «A um capellão ou a qualquer outra pessoa idonea que a Mesa escolha, pertence a guarda das chaves do Templo, que, como já se disse, é independente e até distante da egreja parochial».

Entendemos que o Pe. Joaquim Dias de Freitas, apesar das discordâncias e receios em relação ao seu adversário, não se devia ter demitido de assumir o papel de presidente da Junta de Paróquia, faltando sucessivamente às reuniões a que tinha direito – e obrigação - a presidir, embora estivesse em minoria. Certamente que se sentia intimidado depois dos confrontos físicos e vexames que lhe foram impostos pelo Pe. Pinto, com o apoio do regedor da paróquia, de que tratamos noutra parte.

### 6.5.4. Alteração dos Estatutos, 1909

Os Estatutos aprovados em 1905 previam, no número 1 do artigo 3.º, «A fundação e manutenção d'um **hospital** onde sejam recolhidos, sustentados e tratados os irmãos d'esta Irmandade e os pobres d'esta freguesia». Presumimos que, devido a já estar iniciada a construção de um hospital nas Caldas do Gerês – as atas são omissas nos motivos desta alteração –, a Irmandade, reunida em sessão extarordinária de 14 de março de 1909, tenha aprovado a substituição do hospital por um albergue, entre outras alterações, como vemos a seguir:

> - Fica substituida em todas as disposições dos Estatutos, a palavra hospital pela palavra albergue. O numero segundo e paragrapho primeiro do artigo terceiro ficam substituidos pelos seguintes: Segundo: Prover, desde já a criação do partido médico, com residência nesta freguesia, para tratar os irmãos da corporação e os pobres que nella residam e nos seus limites, com a dotação que o governo auctorizar e as obrigações que serão objecto d'um regulamento, o qual determinará tambem a forma do seu provimento; e bem assim obter a residencia nesta mesma freguesia d'uma pharmacia, mediante algum subsidio annual. Paragrapho primeiro: Com a prestação annual de um contode reis constituirá esta Irmandade o fundo para sustentação do partido médico, subsidio de residencia da pharmacia e a criação e sustentação do albergue; mas sem prejuizo das obras de melhoramentos e paizagens no local de S. Bento e decoramento do templo. O paragrapho segundo d'este referido artigo terceiro fica supprimido. O artigo sexto fica substituido pelo seguinte: Artigo sexto: Aprovar a admissão do novo irmão e satisfeita no cofre da corporação a joia de entrada correspondente, ficará desde logo considerado como irmão inscrevendo-se o seu nome no registo geral. O numero setimo do artigo trinta e um fica substituido pelo seguinte: Setimo: Lavrar os nomes dos novos irmãos ou mandar lavral-os e subscrevel-os na matricula ou registo geral dos mesmos que terá um dia. O numero segundo do artigo cincoenta e sete fica supprimido» [1906].

### 6.5.5. Nova reforma dos Estatutos, 1914

Na sequência da implantação da República a 10 de outubro de 1910, conhecidas que eram as posições anticlericais da maior parte dos republicanos, com destaque especial para Afonso Costa, a nova força política tomou conta da administração geral com interferência direta na administração dos bens da Igreja.

A 28 de dezembro de 1911, realizou-se uma assembleia geral da ISBPA, presidida pelo irmão mais velho, António Antunes, destinada a aprovar a reformulação dos Estatutos tendo em conta a recente Lei da Separação da Igreja do Estado, «propondo que era da máxima utilidade que se fizesse essa reforma no mais curto prazo de tempo, e se oficiasse ao Ex.mo Governador Civil do distrito a comunicar-lhe esta deliberação; discutida largamente esta proposta foi aprovada por todos os irmãos presentes» [1907].

[1906] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Irmandades. Doc. n.º 280.
[1907] *Estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta* (1918). Braga: Tipografia Sousa Cruz, p. 21.

O processo vai sofrer um atraso significativo porque, entretanto, é nomeada uma comissão administrativa, presidida pelo regente florestal em serviço na Circunscrição Florestal do Gerês, Tude Martins de Sousa [1908], que dá aos rendimentos do Santuário uma aplicação que visa não só o desenvolvimento local, mas também social e educacional, tendo como destinatários os pobres e os doentes, como se encontra plasmado no artigo terceiro dos Estatutos, aprovados em sessão da assembleia realizada a 24 de outubro de 1912, enquanto «corporação de beneficência, assistência e instrução» [1909].

A reforma dos Estatutos seria aprovada pelo governador civil, Carlos Augusto de Oliveira, no dia 15 de dezembro de 1914, com várias alterações, o que também viria a acontecer com o Deão da Sé e Vigário Capitular do Arcebispado de Braga, D. António José da Silva Correia Simões, que introduz várias alterações, dando o seu aval a 29 de fevereiro de 1915.

Estes foram os primeiros Estatutos da ISBPA a serem impressos, o que aconteceu no ano de 1918 na tipografia «Sousa Cruz», em Braga.

### 6.5.6. Reforma dos Estatutos 1919

Os anos da Primeira República não foram os melhores para o país e foram de má memória para a história do Santuário. Roubo da imagem, atentados bombistas, homicídio e o desaparecimento de livros de atas fazem parte dessa memória. Não é, pois, de estranhar que, entre os anos de 1920 e 1923, apenas haja a registar uma assembleia geral da ISBPA, chegando esse intervalo a ser de quase 10 anos, de setembro de 1926 a janeiro de 1936 [1910].

No dia 21 de março de 1919, tomou posse uma nova comissão administradora presidida pelo notário e advogado João Augusto Simões Veloso de Almeida, cuja casa, na freguesia de Rendufinho (Póvoa de Lanhoso), seria alvo de um ataque dinamitista. A 26 de outubro, reúne a assembleia geral que aprova uma reforma aos Estatutos e a compra de terrenos para efetuar alguns melhoramentos: «a assembleia, depois de discutir sobre os assumptos constantes da sua convocação, resolveu por unanimidade, autorizar a comissão administradora d'esta Irmandade a adquirir os terrenos necessários aos melhoramentos de que carece o local de S. Bento, bem como aprovar os Estatutos reformados» [1911]. A instabilidade social e política não permite que o processo de reforma estatutária prossiga e, a 20 de maio do ano seguinte, realizam-se eleições para a Mesa que presidiria à Irmandade entre 1920 a 1923, continuando no cargo o mesmo presidente.

A instabilidade vivida no seio da comunidade de Rio Caldo encontra-se refletida num ofício-resposta da JFRC ao administrador do Concelho, explicando que o seu atraso se deve à falta de verbas para contratar um secretário competente e ao comportamento dos mesários de S. Bento: «a Junta da minha presidencia abriu concurso publico para o provimento do logar de secretario que, não tem nem quem a isso se queira prestar, dada a insuficiencia da verba orçada para o seu ordenado e ás chicanas a que os tem sugeitados os actuaes obreiros de S. Bento, sempre empenhados em perturbar a acção benéfica e patriótica da Junta» [1912].

Em 26 de outubro de 1919, reúne, em sessão extraordinária, a assembleia geral da Irmandade de SBPA, tendo como ordem de trabalhos «alterar os estatutos». As mudanças aprovadas foram as seguintes:

---

[1908] Assim se explica a parceria com a Associação de Beneficência das Caldas do Gerês (à qual Tude Martins de Sousa também pertencia), que tinha como objetivo acabar com a mendicidade nas famosas Caldas do Gerês através da construção de um albergue e assistência a carenciados.
[1909] **AISBPA**, *Atas avulsas (1911).*
[1910] **AISBPA**, *Livro de atas da assembleia geral (1919-1953).*
[1911] **AISBPA**, *Livro de atas da Assembleia Geral (1919-1953)*, fl. 1v.
[1912] **AJFRC**, *Livro de editais, ofícios e correspondência (1909-1934*), fls. 33 e 33v.

> «Art.º 2.º, n.º 5 – Dispender até á quantia de quinhentos escudos por anno no pagamento de remedios para individuos comprovadamente pobres da freguesia de Rio Caldo e dispender até á quantia de duzentos escudos em esmolas aos pobres.
>
> Art.º 2.º n.º 7 – Conceder em valores anno, sendo possivel, as quantias de cento e cincoenta escudos de subsidio a estudantes pobres, que se dediquem á carreira eclesiástica, devendo este subsidio ser de preferencia concedido a filhos de irmãos e na falta d'estes a qualquer outro estudante [1913].

Outras alterações vão surgir, como na assembleia geral de 13 de abril de 1924, presidida pelo Dr. Ernâni Rebelo Peixoto de Magalhães, tendo como ordem de trabalhos «a reforma dos Estatutos no que diz respeito ao aumento do ordenado dos empregados da Irmandade», à atribuição de subsídios e à «mudança para a frente do Mosteiro da projectada "Casa dos Milagres"» [1914].

A revisão mais profunda apenas aconteceria em 1934 após o golpe de 1926 que impôs a Ditadura Militar e a realização de uma sindicância às contas dos rendimentos do Santuário, tão badalada a nível da comunicação social.

### 6.5.7. Revisão dos Estatutos, 1934

A aprovação da reforma dos Estatutos no dia 15 de abril de 1934 ocorre numa altura em que presidia aos destinos da Irmandade o Pe. José Maria d'Araújo, que pertence à «Casa de Araújo», situada no lugar da Seara, com uma longa tradição de presbíteros ligados ao Santuário.

O artigo primeiro refere: «A Irmandade de São Bento da Porta Aberta, ireta (sic) no ano de 1893 no Templo de São Bento, na freguesia de São João Baptista de Rio Caldo, Arciprestado de Amares, concelho de Terras de Bouro». Como explicamos no início deste capítulo, não encontrámos fundamentação para esta data, todavia, vai permanecer nas versões seguintes.

O primeiro capítulo vai ser alterado, concretamente no que se refere à «natureza e fins». O culto a S. Bento passa para segundo plano, sendo a primazia dada ao «culto católico» em geral; a realização das festividades deixa de ser um fim, assim como os apoios de ordem social e educacional, e os subsídios à JP e à comissão fabriqueira da paróquia, sendo objeto de tratamento individualizado nos capítulos X (artigos 63.º e 64.º) e XI (artigo 65.º).

Os novos Estatutos foram aprovados pelo arcebispo D. António Bento Martins Júnior, no dia 7 de maio de 1934, com um pequeno aditamento ao artigo 38.º aqui sublinhado a vermelho: «A Mêza tomará posse no 1.º de Julho posterior á eleição ordinária, ou se esta fôr extraordinária, no primeiro domingo imediato à confirmação do Ex.mo Prelado diocesano» [1915].

Esta foi a primeira vez que a proposta de Estatutos foi apresentada datilografada.

### 6.5.8. Proposta de Estatutos da Irmandade de SBPA, 1939

A 7 de outubro de 1939, a assembleia geral da ISBPA aprova uma proposta de estatutos cujo exemplar não lográmos encontrar. Pensámos tratar-se de uma versão preliminar da versão de 1941 a que a Mesa não terá dado continuidade. Transcrevemos a parte da ata relativa a esta questão:

> Então pur unanimidade foi deliberado apruvar os Estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta da fréguesia de Rio-Caldo devidamente examinados e discutidos, constantes de dezasseis capitulos e oitenta e trez artigos com os respectivos parágrafos, estatutos pelos quais, de harmunia com o Regulamento Geral das Associações Religiosas dos fieis, esta Irmandade se guvernará para o futuro;

[1913] **ADB**, *Governo civil*, Distrito Administrativo, Irmandades. Doc. n.º 405.
[1914] **AISBPA**, *Estatutos 1923*.
[1915] **AISBPA**, *Estatutos de 1934*.

ficando por isso sem algum valor todos os estatutos antigos, bem como as mudificações até hoje entrudusidas nos mesmos [1916].

### 6.5.9. Novos Estatutos da Irmandade de SBPA, 1941

O arcebispo D. António Bento Martins Júnior levou a efeito uma verdadeira revolução no que concerne a festas e romarias, muitas das quais eram objeto de escândalo, sobretudo à noite: «a noite nada tem que entrar, a não ser só a título de prazer e sensualidade, como que por imposição de interesses inconfessáveis.

Estas festas fazem a quase totalidade e caiem diretamente sob a alçada das leis eclesiásticas vigentes. É para elas que não há transigências» [1917].

S. Bento da Porta Aberta não fugiu à regra, o que levou o cónego Molho de Faria a dizer que «a recristinização da romaria de S. Bento foi um milagre» [1918].

No dia em que o Arcebispo validava a proposta de regulamento das festas e romarias, 10 de setembro de 1941, aprovava o novo estatuto da ISBPA cuja proposta tinha sido votada favoravelmente no dia 1 de maio. As alterações estatutárias foram tão profundas que podemos falar de Estatutos novos, embora mantivesse 1893 como ano da fundação da Irmandade. Se, com a reforma de 1934, o investimento na freguesia e os apoios sociais foram drasticamente reduzidos, com estes quase se extinguiram, pelo menos teoricamente, como bem explica Molho de Faria:

> Mas estes [Estatutos primitivos], além da finalidade religiosa, incluiam várias outras, como as de beneficência, de assistência, de instrução, etc.
>
> Assim ordenavam a «fundação de um albergue, a sustentação de um partido médico, com residência permanente e obrigatória, a sustentação de uma escola de instrução primária para o sexo feminino de Rio Caldo», conceder vários donativos para obras, etc. como se pode ver nos doze parágrafos do artigo 3.º dos Estatutos, organizados em 1912.
>
> Hoje já a isso não se atende» [1919].

### 6.5.10. Aprovação do Regulamento Interno da ISBPA, 1946

A entrada em vigor dos Estatutos aprovados em 1941 terá provocado um certo descontentamento, não só entre a população local, mas também a alguns prestadores de serviços. Por isso, um ano antes da edição da monografia sobre o santuário de S. Bento da Porta Aberta (1947), a 9 de fevereiro de 1946, a autoridade eclesiástica aprovou um Regulamento Interno que, de certa maneira, repunha as medidas de assistência e beneficência preconizados nos estatutos das primeiras décadas do século e que a assembleia geral da Irmandade tinha referendado a 8 de dezembro de 1944.

O Regulamento abre com uma «Noticia Historica» que nos fornece uma versão diferente da plasmada nos Estatutos de 1934 sobre a origem do culto a S. Bento no lugar de Seara da Forcadela e a construção da capela primitiva:

> Segundo a tradição dos habitantes de Rio Caldo, confirmado por um velho manuscrito arquivado na casa "Araújo", um antepassado dessa familia chamado Pêdro Pires, homem piedoso e muito devoto do Grande Patriarca S. Bento, erigira, talvez nos princípios do século XVII, no local sobranceiro á sua morada, no lugar da Seára, um "nicho ou alminhas" e ahi colocou a Imagem de S. Bento.

[1916] **AISBPA**, *Livro de atas da Assembleia Geral (1919-1953)*, fl. 11 v.
[1917] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 121.
[1918] *Idem*, p. 142.
[1919] *Idem*, pp. 162-163.

> Pouco depois, o pároco da freguesia edificou ali uma capelinha, onde recolheu a mesma Imagem.
>
> Situada n'um outeiro agreste e proxima da antiga estrada que, do Santuário de Nossa Senhora da Abadia dava acésso á povoação do Gerêz e fronteira hespanhola, essa capéla ou não tinha portas ou estava sempre abérta e ahi se recolhiam os viajantes, abrigando-se das intemperies ou quando a noite os surpreendia nas suas longas caminhadas; pelo que era conhecida pelo nome de S. Bento da Porta Aberta a mesma Imagem, que com o mesmo titulo hoje se venera [1920].

Aquando da aprovação do Regulamento Interno, o vigário-geral, Monsenhor Manuel Peixoto, introduz alguns aditamentos que limitam no tempo a eficácia no tempo a eficácia de alguns benefícios, criam uma situação de privilégio ao pároco de então, o Pe. Basílio Rodrigues, e conferem ao Ordinário diocesano poder discricionário. Os artigos visados são os que seguem e as alterações vão assinaladas a vermelho:

> «Art.º 15.º: - «A Irmandade tendo em consideração os serviços prestados pelo Rev.º pároco, Pe. Basílio Rodrigues, continuará a auxiliar a sua côngrua sustentação, enquanto for pároco de Rio Caldo";
>
> § Ficando vaga a paróquia, a Mesa da Irmandade entender-se-á com o Ex.mo Ordinário a fim de averiguar se deve suprimir ou continuar a dar essa verba aos Rev.os Párocos sucessores do actual».
>
> Art.º 19.º: «A Irmandade, enquanto o Ex.mo Ordinário não mandar o contrário, prestará assistência médica gratuita a todos os irmãos residentes em Rio Caldo ou nas circumvizinhas até á distância de cinco quilómetros, subsidiando para esse fim um médico com escudos 200$00 mensais, podendo esta quantia ser alterada comforme o trabalho, circunstâncias de tempo, etc.
>
> § único - Os pobres de Rio Caldo, ainda que não sejam irmãos, terão a mesma assistência médica.
>
> Art.º 20.º: - «A Irmandade, conforme os seus recursos e enquanto o Ex.mo Ordinário não mandar o contrário, pagará os medicamentos receitados pelo médico a todos os indigentes de Rio Caldo e aos pobres [1921] da mesma freguesia pagará apenas metade do custo dos mesmos medicamentos» [1922].

O penúltimo capítulo é relativo à JP e repristina o apoio que lhe era concedido de 500$00 anuais, sendo 150$00 para despesas do culto e 350$00 para investimento da Junta (cap.º VI).

### 6.5.11. Aprovação dos Estatutos atuais, 1991

Os Estatutos em vigor foram aprovados pela autoridade eclesiástica, D. Eurico Dias Nogueira, no dia 15 de março de 1991. Trata-se de uma versão estruturalmente semelhante à de 1941, mas apresenta-se simplificada na sua redação e mais concentrada, remetendo, *pari passu*, para o N. G. R. A. F. (Normas Gerais para Regulamentação das Associações de Fiéis). Contém onze capítulos, menos três que a de 1941, e foi reduzida em 13 artigos. Introduz uma nova figura nos corpos gerentes, o «Órgão de Vigilância», que corresponde a um delegado do Prelado diocesano, a quem compete vigiar o normal funcionamento da Irmandade e velar para que as recomendações da Cúria Arquiepiscopal sejam escrupulosamente respeitadas e cumpridas.

Estes Estatutos esclarecem, de uma vez por todas algo que sempre foi polémico e esteve na origem de tantas quezílias, os rendimentos do Santuário: «Artigo 41.º - (bens eclesiásticos)

[1920] **AISBPA**, *Estatutos da Irmandade*, Regulamento Interno, 1944, fl. 1.
[1921] Os pobres teriam de ser naturais e residentes na freguesia ou residirem nela há mais de dois anos.
[1922] **AISBPA**, *Estatutos da Irmandade*, Regulamento Interno, 1944, fls. 4-5.

– Os bens temporais da Irmandade são bens eclesiásticos e regulam-se pelos cânones 1258 a 1310, pelas N.G. R.A.F. e por estes Estatutos».

Concluímos este subcapítulo sobre os Estatutos da ISBPA com dois quadros: o primeiro contém uma análise comparativa dos Estatutos no que respeita à data de aprovação, estrutura (número de capítulos e de artigos), data que apresentam como fundação da Irmandade e as datas de realização das festividades obrigatórias; o segundo apresenta as mudanças que, ao longo de cem anos, os fins da Irmandade foram sofrendo, refletindo as convulsões políticas e sociais de cada marco temporal.

**Quadro n.º 16. Síntese das alterações e reformas dos Estatutos da ISBPA.**

| Data do alvará de aprovação | Antes de 1901 | 3/5 1901 | 4/9 1905 | 24/3 1909 [1923] | 15/12 1914 | 27/10 1919 | 7/5 1934 | 10/9 1941 | 15/3 1991 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| N.º de capítulos | 11 | 11 | 14 | 14 | XIV | XIV | XVI | XIV | XI |
| N.º de artigos | 41 | 45 [1924] | 66 | 66 | 63 | 63 | 80 | 80 | 67 |
| Data de constituição | | | 12-11-1899 | | 1899 | | 1893 | 1893 | 1893 |
| Festividades obrigatórias | | | 21-03<br>11-07<br>14-08 | | 21-03<br>11-07<br>14-08 | | 21-03<br>11-07<br>13-08 | 21-03<br>11-07<br>13-08 | 21-03<br>11-07<br>13-08 |

**Quadro n.º 17. Alterações estatutárias no que respeita aos fins da Irmandade.**

| Ano | Fins |
|---|---|
| **1899, nov 12** | **Escritura de transferência para a Confraria.**<br>Fim principal: «a veneração do milagroso S. Bento da Porta Aberta, cuja imagem se venera na capela da sua invocação, sita nos limites desta freguesia».<br>Condições:<br>1. Dar, anualmente, 150$000 rs. para as despesas do culto da igreja paroquial;<br>2. Dar, anualmente, 350$000 rs. para as despesas da Junta da Paróquia;<br>3. Concluir as seguintes obras: casa da escola da freguesia, estrada e fontanário;<br>4. Contribuir para a côngrua do pároco se a freguesia não tiver rendimento;<br>5. Após a conclusão das obras da escola, capitalizar, anualmente, a quantia de 200$000 rs., para se poder criar na freguesia um partido médico para assistir gratuitamente os irmãos da confraria e os pobres aqui representados. |
| **1901** | **Cap. 1.º - *Natureza e fins da Irmandade***<br>**Art.º 1.º -** A Irmandade de S. Bento da Porta Aberta (...) e tem por fim:<br>1.º - Promover o culto e veneração de S. Bento da Porta Aberta;<br>2.º - Administrar os fundos da Irmandade [1925];<br>3.º - Concorrer para o bem espiritual dos fieis por meio de catechesis, sacramentos e exercicios de piedade;<br>4.º -Sufragar as almas dos irmãos e benfeitores. |
| **1905** | **Cap. 1.º - *Natureza e fins da Irmandade***<br>**Art.º 1.º -** «A **Irmandade de S. Bento da Porta Aberta** – fundada no ano de 1899 (...)<br>**§ 1.º** - Os seus **fins** são de piedade, beneficencia e instrucção; (...)<br>**Art.º 2.º** - «Como corporação de **Piedade**, tem esta Irmandade por fim:<br>1.º - Promover o mais possivel e espalhar e abrilhantar o culto e veneração do seu santo e milagroso Patrono;<br>2.º - Concorrer para o bem espiritual dos fieis por meio de catecheses, exercicios e sacramentos;<br>3.º - Sufragar as almas dos irmãos e benfeitores;<br>4.º - Dar anualmente a quantia de 150$000 reis para despesas do culto á egreja parochial e a quantia de 350$000 reis, tambem anualmente, para as despesas da Junta de Parochia – á qual serão entregues ambas estas quantias;<br>5.º - Fazer todas as festividades do costume, no Templo da Irmandade, de que lhe pertence a fabrica. |

[1923] Data da aprovação de várias alterações pela assembleia geral da ISBPA.
[1924] Artigos novos: 8.º; 27.º; 40.º; e 45.º. Artigos alterados: introdução do § 2.º no art.º 16.º e 33.º.
[1925] Na escritura de transferência, coexistem as designações «Irmandade» / «Confraria».

| | |
|---|---|
| | **Art.º 3.º -** Como corporação de **Beneficencia, caridade e instrucção**, tem esta Irmandade por fim:<br>1.º - A fundação e manutenção d'um **hospital** onde sejam recolhidos, sustentados e tratados os irmãos d'esta Irmandade e os pobres d'esta freguesia;<br>2.º - A creação d'um **partido medico** para tratar os irmãos d'esta Irmandade e os pobres residentes n'esta freguesia ou nos seus limites (…)<br>3.º - A criação d'uma escola d'instrucção primaria para o sexo feminino da freguesia [já existia uma escola primária para o sexo masculino] com o subsidio de 120$000 reis;<br>4.º - Conceder um subsidio não superior a 40$000 reis para medicamentos aos pobres da freguesia e para fornecer livros e demais objetos precisos a alumnos pobres da escola official;<br>5.º - Concorrer com a quantia necessaria para preencher o minimo da congrua estabelecido por lei ao reverendo parocho, só no caso de, pela projectada divisão de freguesias, esta freguesia ter de ser annexada a outra por falta de rendimento para sustentação do mesmo parocho;<br>§ 1. Com a prestação annual de 800$000 reis, constituirá esta Irmandade o fundo para creação do hospital a que se refere o n.º 1;<br>§ 2. Esta Irmandade, logo que esteja terminada a obra da escola, capitalizará annualmente a quantia de 200$000 reis, com accumulação de juros, até que o seu rendimento seja suficiente para a dotação do partido médico». |
| **1909** | **Alterações:**<br>- Substituição da palavra «hospital» pela palavra «albergue» emt odo o documento;<br>**Art.**º 3.º, n.º 2.º - Prover, desde já a criação do partido médico, com residência nesta freguesia, para tratar os irmãos da corporação e os pobres que nella residam e nos seus limites, com a dotação que o governo auctorizar e as obrigações que serão objecto d'um regulamento, o qual determinará tambem a forma do seu provimento; e bem assim obter a residencia nesta mesma freguesia d'uma pharmacia, mediante algum subsidio annual;<br>§ 1.º - Com a prestação annual de um contode reis constituirá esta Irmandade o fundo para sustentação do partido médico, subsidio de residencia da pharmacia e a criação e sustentação do albergue; mas sem prejuizo das obras de melhoramentos e paizagens no local de S. Bento e decoramento do templo;<br>§ 2.º - (Suprimido);<br>**Art.**º 6.º - Aprovar a admissão do novo irmão e satisfeita no cofre da corporação a joia de entrada correspondente, ficará desde logo considerado como irmão inscrevendo-se o seu nome no registo geral;<br>**Art.**º 31.º, n.º 7.º - Lavrar os nomes dos novos irmãos ou mandar lavral-os e subscrevel-os na matricula ou registo geral dos mesmos que terá um dia;<br>**Art.**º 57.º, n.º 2.º - (Suprimido). |
| **1914** | **Cap. 1.º -** ***Natureza e fins da Irmandade***<br>**Art.º 1.º -** A **Irmandade de S. Bento da Porta Aberta** – fundada no ano de 1899 (...)<br>**§ 1.º** - Os seus **fins** são de piedade, beneficencia e instrucção; (...)<br>**Art.º 2.º -** Como corporação de **Piedade**, tem esta Irmandade por fim:<br>1.º - Promover, manter e abrilhantar o culto e veneração do Santo seu Patrono;<br>2.º - Concorrer para o bem espiritual dos fiéis por meio de catequéses, exercícios e Sacramentos;<br>3.º - Sufragar a alma dos irmãos e benfeitores;<br>4.º - Fazer as festividades anuais do costume, ou as compatíveis com os recursos da Irmandade [1926].<br>**Art.º 3.º -** Como corporação de beneficência, assistência [1927] e instrução, tem por fim [1928]:<br>1.º - A fundação dum albergue, onde possam ser recolhidos, sustentados e tratados os irmãos d'esta Irmandade e os indivíduos de comprovada pobreza de Rio Caldo [1929];<br>2.º - A sustentação d'um partido médico, com residência permanente e obrigatória entre os limites da séde da freguesia de Rio Caldo, para tratar gratuitamente os irmãos da Irmandade de S. Bento e os indivíduos de comprovada pobreza da mesma freguesia, e bem assim para tratar os restantes moradores da freguesia, mas não havendo para êstes disposições especiais para a sua remuneração;<br>3.º - A sustentação d'uma escola de instrução primária para o sexo feminino da freguesia de Rio Caldo, enquanto a não houver criada e custiada pelo Estado, devendo porêm a professora ser provida no lugar nos mesmos termos dos professores oficiais e o ensino ser sujeito á inspéção e fiscalização escolar do país; |

[1926] Eliminado o n.º 4 dos Estatutos anteriores que implicava a transferência de 150$000 rs. para a igreja paroquial e 350$000 rs. para a Junta de Paróquia.
[1927] Termo que substituiu «caridade».
[1928] Neste artigo, apenas o número um se manteve praticamente inalterado.
[1929] Retirada a referência a «fundação e manutenção d'um hospital/albergue» e substituída a obrigação, «onde sejam recolhidos, sustentados e tratados», pela possibilidade: «onde possam ser recolhidos, sustentados e tratados» os irmãos desta Irmandade.

| | |
|---|---|
| | 4.º - Dispender até a quantia de dez escudos por ano, na compra de livros e utensílios escolares para alunos de comprovada pobresa, que frequentam tanto a escola do sexo feminino, como a escola oficial do sexo masculino da freguesia de Rio Caldo;<br>5.º - Dispender até a quantia de vinte escudos por ano em quatro prémios pecuniários de cinco escudos cada um, que se denominarão «Prémios escolares de S. Bento», que serão dados a duas alunas que tenham obtido a classificação de distintas em exame de primeiro grau de instrução primária, e a dois rapazes que no mesmo exame obtenham a classificação de distintos, da freguesia de Rio Caldo;<br>6.º - Dispender até a quantia de sessenta escudos por ano no pagamento de remédios para indivíduos comprovadamente pobres, da freguesia de Rio Caldo;<br>7.º - Conceder o subsídio anual de trezentos e cincoenta escudos á Junta de Paróquia de Rio Caldo, para aplicar em obras e melhoramentos públicos de interesse da mesma freguesia;<br>8.º - Conceder em cada ano à Associação de Beneficência das Caldas do Gerês, desde o ano económico de 1913-1914, um subsídio de cincoenta escudos, ficando aquela Associação com a obrigação de, logo que comece a funcionar o seu albergue para pobres ou outra instituição de igual natureza, embora com outro nome, recolher, sustentar e tratar, durante cada época termal, de 1 de Maio a 30 de Setembro, até quatro doentes de comprovada pobreza ou irmãos da Irmandade de S. Bento, que precisem de cura especial Geresiana, entendo-se que cada doente poderá permanecer no Albergue uma temporada, até vinte e cinco dias, se assim fôr necessário para a sua cura;<br>9.º - Conceder a um farmacêutico que se estabeleça na freguesia de Rio Caldo um subsídio anual de cincoenta escudos, como garantia de residência;<br>10.º - Empregar anualmente, a quantia de, pelo menos, quinhentos escudos nominais em títulos da dívida pública Portuguesa, para a constituição de um fundo destinado a formar o capital cujo juro se destinará a ocorrer em todo o tempo ás despezas obrigatórias criadas por êste artigo;<br>11.º - Empregar anualmente do restante dinheiro dos rendimentos da Irmandade o que fôr possivel ou conveniente em trabalhos, obras e construções de diversa natureza nas imediações e arredores do Santuário, tendentes a melhorar, embelezar e valorizar o local e a região, proporcionando desta maneira uma fonte permanente de trabalho assalariado;<br>12.º - Promover, se os recursos da Irmandade o permitirem e se a direcção assim o deliberar, quaisquer outros actos tendentes aos fins compreendidos neste artigo, embora nêle não especificados. |
| **1934** | **Cap. 1.º - Da natureza e fins da Irmandade**<br>Art.º 1.º - «A irmandade de S. Bento da Porta Aberta, irecta no ano de 1893 no Templo de S. Bento (...)<br>Art. 2.º - A Irmandade expressamente reconhece e acata tudo quanto dispoem as leis canónicas ácerca das organisações da sua natureza, especialmente o que se acha prescrito na Parte Terceira do Livro Segundo do Código do Direito Canónico, e formalmente se compromete a observar com inteira fidelidade essas normas disciplinares, incluindo as que definem a autoridade do Ex.mo Ordinário Diocesano em assuntos de administração temporal (cns. 691 e 1519 1528).<br>Art.º 3.º - Os fins da Irmandade [1930] são:<br>1.º - promover e sustentar o culto católico no seu Santuário, principalmente o culto de S. Bento;<br>2.º - promover a instrução e a educação religiosa dos fieis;<br>3.º - sufragar as almas dos irmãos e dos benfeitores;<br>4.º - promover a instrução profana e a educação cívica do povo e exercer a assistencia e beneficencia (capítulos IX[1931] e XI). |

[1930] Com estas alterações, o culto a S. Bento é protelado para segundo plano, sendo a primazia dada ao «Culto Divino» em geral; a realização das festividades deixa de ser um fim, assim como os apoios de ordem social e educacional, e os subsídios à JP e à comissão fabriqueira da paróquia, sendo objeto de tratamento individualizado nos capítulos X (artigos 63.º e 64.º) e XI (artigo 65.º).

[1931] Está indicado o capítulo «IX» em vez de «X»: «Capítulo X, Do ensino religioso e profano. Art.º 63.º - A Irmandade promoverá a instrução e educação religiosa principalmente: 1.º organisando, por meio do seu Reitor ou Capelão, pregações e exercícios de piedade, sobretudo no seu Templo; 2.º espalhando boas leituras religiosas e outras publicações aprovadas; 3.º entregando anualmente à Corporação Fabriqueira Paroquial de Rio Caldo, com destino à catequese e às missões religiosas da freguezia, uma quantia nunca inferior a dois por cento (2%) da sua receita líquida anual; 4.º Entregando anualmente ao Exmo. Prelado Diocesano, com destino às obras Diocesanas de instrucção e propaganda católica, como seminários, missões religiosas diocesanas, catequeses e outras análogas, uma quantia nunca inferior a dez por cento (10%) da sua receita líquida anual.

Art.º 64.º - A Irmandade promoverá a instrução profana e a educação cívica do pôvo, principalmente: 1.º abrindo e sustentando uma ou mais escolas primárias de ensino particular especialmente para as creanças da freguezia de Rio Caldo, onde será tambem ministrado o ensino religioso; 2.º creando, se fôr necessária, e sustentando uma cantina junto das referidas escolas, distribuindo livros e outros utensílios escolares pelos alunos pobres que as frequentem organisando prémios para os que tiverem melhores classificações.

Capítulo XI, Da assistencia e beneficencia. Art.º 65.º - A Irmandade exercerá a assistência e benificência [*sic*], na medida em que as suas receitas lho permitam: 1.º dispensando até à quantia de 1.500 escudos por ano para pagamento de remédios para indivíduos comprovadamente pobres da freguezia de Rio caldo; 2.º concedendo o subsídio anual de 2.500 escudos à Corporação Fabriqueira de Rio Caldo para plicar na conservação da igreja paroquial e das suas alfaias ou noutras obras e melhoramentos

| | |
|---|---|
| **1941** | **Cap. 1.º - *Da Natureza e fins da Irmandade***<br>Art.º 1.º - «A irmandade de S. Bento da Porta Aberta, erecta no ano de 1893 no Templo de S. Bento (...)<br>Art. 2.º - A Irmandade expressamente reconhece e acata tudo quanto dispõem as leis canónicas àcerca das organisações da sua natureza, especialmente o que se acha prescrito na Parte Terceira do Livro Segundo do Código do Direito Canónico e formalmente se compromete a observar com inteira fidelidade essas normas disciplinares, incluindo as que definem a autoridade do Ex.mo Ordinário Diocesano em assuntos de administração temporal (Cns. 691 e 1.519 1.528).<br>Art.º 3.º - Os fins da Irmandade são:<br>1.º praticar em geral os actos do Culto Divino [1932] compatíveis com as leis canónicas;<br>2.º promover em especial, na forma devida, o culto de S. Bento;<br>3.º sufragar as almas dos irmãos falecidos, conforme as determinações dos presentes estatutos;<br>4.º satisfazer todos os encargos pios. |
| **1991** | **Cap. 1.º [1933] -** TÍTULO, FUNDAÇÃO, NATUREZA, OBJECTIVO DA ASSOCIAÇÃO E NORMAS POR QUE SE REGE<br>Artigo 1.º - (título) «A Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, erecta no ano de 1893,<br>Artigo 2.º - (natureza) é uma associação de fiéis, pessoa jurídica canonicamente pública. (...)<br>Artigo 4.º - (objectivos ou fins) Os fins da Irmandade são [1934]:<br>1.º praticar em geral os actos de culto católico [1935] compatíveis com as leis canónicas;<br>2.º promover em especial, na forma devida, o culto a São Bento;<br>3.º sufragar as almas dos irmãos falecidos, conforme as determinações dos presentes estatutos;<br>4.º satisfazer todos os encargos pios. |

de interesse público; 3.º concedendo a um farmaceutico que se estabeleça na freguezia de Rio Caldo, um subsídio anual de trezentos escudos, como garantia de residencia quando seja necessário; 4.º dispensando até à importância de 1.000 escudos anualmente com hospitalisação e assistencia domiciliária e funeral de indigentes da freguezia de Rio Caldo».

[1932] A expressão «Culto Divino» substitui «culto católico» da versão anterior e que vai ser repristinada na versão de 1991.

[1933] Novo título para o capítulo.

[1934] As alterações em relação à versão de 1941 encontram-se assinaladas a vermelho.

[1935] Acentua-se a especificidade do culto: «culto católico» em vez de «Culto Divino», o que abria a possibilidade da realização de cultos a religiões não católicas.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# 7. O CULTO A S. BENTO DA PORTA ABERTA

## 7.1. ROMEIROS: ORIGEM E MOTIVAÇÃO

Até ao final do século XX, o culto a SBPA esteve sempre em crescendo, como referia o arquiteto Manuel Cerqueira Pimentel, em 1944, na introdução à memória descritiva e justificativa do projeto de construção da avenida sul e parque de veículos:

> De ano para ano a frequencia é cada vez maior. Cresce em progressão geométrica o movimento de romeiros que na quadra própria, visita o fundadôr das Ordens Monásticas.
>
> São aos milhares, os grupos que noite fóra despertam os centros povoados com os seus descantes.
>
> O folclore minhôto anima-se nessa época em que uma verdadeira onda humana parte, em representação de tôdos os concelhos deste Minho florido, a caminho de S. Bentinho da Porta Aberta [1936].

A partir da altura em que a segunda geração das levas de emigrantes se radicou nos países de destino, notou-se uma desaceleração no número de romeiros. No entanto, estima-se a frequência em cerca de um milhão por ano, embora a Irmandade não disponha de dados rigorosos, como nos confidenciou o cónego Rodrigo Mariz, presidente da Mesa da Irmandade, em entrevista que nos concedeu no dia 18 de dezembro de 2019.

Se, na atualidade, se nota uma quebra na frequência dos romeiros, a verdade é que num passado recente – que presenciámos – o fluxo era enorme, como se infere de vários testemunhos, notícias e documentos, como o Regulamento Interno, aprovado em1944, que, no artigo 5.º, refere que «a festividade de 10 a 15 de agosto, denominada pelo povo – "romaria grande", porque dura muitos dias e é grande a concorrência dos devotos, vindos de todos os pontos de Portugal, inclusivamente de Lisboa e até de Espanha, merecerá uma atenção muito especial da Irmandade para que não diminua em nada do seu esplendor tradicional» [1937].

Se recuarmos até 1887, altura em que o novo Templo ainda não estava concluído, a situação já era a mesma: «Tem passado por esta cidade [Braga], com destino ás romarias da Abbadia, em Bouro, e de S. Bento da Porta Aberta, grande número de romeiros de todas as terras do Minho, especialmente da Povoa de Varzim e outras terras da beira-mar»[1938].

Os santuários de S. Bento da Porta Aberta e de Nossa Senhora da Abadia eram - e continuam a ser - frequentados, particularmente, por gente de todo o Minho, como tivemos oportunidade de constatar nas entrevistas que realizámos ao longo da nossa investigação e, de um modo mais sistemático, durante o mês de agosto de 2018.

Na grande romaria de agosto, o predomínio vai para os emigrantes que não dispensam, pelo menos, uma visita a estes santuários, a agradecer os dons concedidos e a pedir a continuação das graças, sobretudo a da saúde, para um novo ano de trabalho.

A presença de estrangeiros e de emigrantes em SBPA está bem documentada nas atas das sessões em que são referidas as esmolas em moeda estrangeira. Não realizámos um trabalho

[1936] **AISBPA**, *Plantas e projetos*, 1944, «Arruamento e parque de veículos».
[1937] **AISBPA**, *Estatutos da Irmandade*, Regulamento Interno, 1944, fl. 2 v.
[1938] Jornal «Commercio do Minho», de 13 de agosto de 1887.

exaustivo, por óbvia falta de tempo e por não ser nosso objetivo, mas a amostragem é significativa. Entre os dias 11 de julho e 10 de agosto de 1968, foram ofertados, em moeda estrangeira, os valores seguintes: 7.027 pesetas, 275 francos franceses, 21 dólares americanos, 15,5 dólares canadianos, 2 randes, 500 cruzeiros e 50 escudos moçambicanos; no ano seguinte, de 21 de março a 1 de maio, 50 angolares, 85 francos franceses, 7 dólares americanos, 201 pesetas; de 1 de maio a 3 de julho, 268 pesetas, 26 francos franceses e 9 dólares canadianos.

A origem espanhola de muitos romeiros está bem documentada, não só pelos constantes donativos em moeda espanhola [1939], mas também pela tradição que refere a existência do «caminho dos galegos» através da serra do Gerês, como nos foi referido nas entrevistas da D. Rosa do Corga e do sr. António Martins (Meia-Légua).

Estes dados permitem-nos concluir que o SBPA é visitado durante todo o ano por devotos oriundos de várias partes do mundo, muitos dos quais escolhem as épocas de menor afluência para fazer a sua romagem, algo que a nossa experiência já tinha testemunhado em relação a cidadãos nacionais, nomeadamente figuras públicas.

A questão que se coloca é a de saber o que faz correr tanta gente.

Pelas conclusões do nosso inquérito, a principal motivação está relacionada com problemas de saúde, da atualidade ou do passado, uma vez que as pessoas que se sentiram beneficiadas pela graça do Santo jamais o esquecem e voltam quase todos os anos, cumprindo um ritual cíclico. Com eles trazem a família e, por vezes, os amigos, sobretudo quando fazem o trajeto a pé. Também entrevistámos um empresário de Barcelos que tinha escolhido o santuário de SBPA para realizar o convívio anual dos trabalhadores da empresa.

Este ritual, que se inicia com a preparação da visita adquirindo os ex-votos ou precavendo-se com a esmola, continua com a chegada ao terreiro do Santuário onde, se não tiverem ex-votos, dirigem-se à casa das ofertas para os adquirir. Em seguida, entram no Templo, oram e saem para o exterior a fim de darem as três voltas ao Templo e terminar com a subida à tribuna para oscular ou tocar a imagem e depositar a esmola e / ou o ex-voto.

Como realizámos o nosso inquérito à saída da Tribuna, depois da visita à imagem de S. Bento, e na zona envolvente ao Santuário, não encontrámos turistas, mas sabemos que são em número significativo, dado o santuário se situar numa zona privilegiada pela natureza, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, com uma vista fabulosa sobre a barragem da Caniçada e as pontes e marina de Rio Caldo.

No nosso trabalho de campo (realizámos trinta entrevistas a pessoas com idades compreendidas entre os 48 e os 76 anos), confirmámos os dados de que já dispúnhamos. Os devotos vieram na sua maioria dos concelhos do Minho: Amares, Vila Verde, Barcelos, Braga, Famalicão, Guimarães e Ponte da Barca.

Pela sua riqueza etnográfica e importância antropológica, passamos a transcrever parte de algumas das entrevistas, a começar por duas senhoras oriundas de Sintra, a mais de 420 quilómetros de distância [1940], e que, a princípio, manifestaram alguma resistência em falar

[1939] Cf. ata de 3 de outubro de 1946, **in AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 25 v.: «Egualmente deu entrada em cofre (...) a importancia de tresentos e trinta e quatro escudo (334$00), producto da venda de tresentas e trinta e quatro pesêtas, notas do Banco de Hespanha, recebidas nas fêstas de Agosto passado». Também se encontra documentada em 1910, aquando da realização de um auto de desobediência em que apenas foram encontradas moedas espanholas numas gavetas da secretaria.

No dia de 6 de dezembro de 2019, pelas 16h 30 m, após descermos da torre sineira, assistimos à chegada de um autocarro espanhol cheio de devotos que visitaram o templo e nos perguntaram por onde é que se subia para a tribuna onde se encontrava a imagem de S. Bento.

[1940] A realização de grandes jornadas de peregrinação é transversal a todos os grandes santuários mundiais. Temos presente o artigo de Mercedes Herrera que nos fala de um percurso de vários quilómetros e onde, à semelhança de SBPA, também havia quem realizasse esses percursos de joelhos: «como cuarta variable tenemos la participación en romerías y peregrinaciones, muy en boga hoy en día. Era frecuente ver llegar a las gentes, procedentes de lugares situados a varios kilómetros, que realizaban el camino a pie o de rodilhas». Cf. HERRERA, Mercedes Cano: «Exvotos y promesas en Castilla y León», **in** SANTALÓ, C.

connosco. Depois, foram-se abrindo e uma, com 72 anos, disse: «Olhe, é a fé que eu tenho e foi aquilo que o meu pai me passou para mim e também por uma sobrinha que já foi operada cirurgicamente três vezes à cabeça e agora vim agradecer a S. Bento».

Um senhor de Famalicão, com 50 anos, disse que vinha ao S. Bento com a esposa para cumprimento de uma promessa que esta tinha feito por causa dos estudos da filha.

Uma outra pessoa, também de Famalicão, mas mais nova, 44 anos, foi mais prolixa na sua justificação. Além de vir por uma questão de fé, afirmou que vinha «cumprir a promessa, rezar ao S. Bento e pedir a proteção de S. Bento para a família e para todos os inocentes que há na Terra». Achámos interessante esta referência a «todos os inocentes que há na Terra».

Questionámos um casal de Barcelos, com cerca de 76 anos, sobre as razões que o traziam até ao santuário de S. Bento da Porta Aberta, quando tinham, na sua freguesia, o templo de S. Bento da Várzea: «Sim, temos e também faz milagres. Mas é diferente, se não viermos aqui... enfim, temos esta ideia, vir aqui, subir à tribuna, tocar o Santo...».

Muitos dos entrevistados eram emigrantes e confessaram que vinham quase todos os anos e que esta visita ao santuário de SBPA fazia parte do seu roteiro de férias.

Também há quem, vá apenas, para fazer companhia, como um grupo de 15 pessoas, na casa dos trinta anos, que fez o caminho de Braga a S. Bento, com passagem pela ponte do Porto, Amares, Abadia e Formigueiro, para fazer companhia a um dos colegas, o único que veio em cumprimento de promessa.

A grande maioria desloca-se por devoção ao Santo, por confiar no seu poder taumatúrgico e porque ela própria ou alguém da sua família já beneficiou da sua graça. A visita ao Santuário é ritual que se repete anualmente, por vezes mais do que uma vez.

Quando se conversa com os romeiros que vêm cumprir as suas promessas, apercebemo-nos que este ritual resulta de um estado de alma de grande ansiedade onde sobressaem os sentimentos de desespero (doença, problemas familiares, exames, etc.) e de esperança (no poder taumatúrgico do Santo), como ensina Lévi Strauss: «No desconozco por ello la especificidad del ritual, ni más ni menos que los estados de ansiedad que, sin forzar la nota como se hace con demasiada frecuencia, pueden motivarlo – a menos que de él resulten» [1941].

Este «estado de alma» é-nos descrito por Rocha Peixoto nas suas *Tabulae Votivae*: «a tormenta que faz sossobrar embarcações, os perigos da guerra, a angustia dos captivos, as ciladas de assassinos e das feras, as investidas dos animaes damnados, as desgraças, os desastres e sobretudo o vasto quadro das doenças constituem essencialmente os motivos que levam o devoto a invocar o poder divino para tudo subjugar, impedir, vencer ou curar» [1942].

### 7.2. INFLUÊNCIA DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA ABADIA

O sociólogo Moisés Espírito Santo escreve que os santuários da Senhora da Abadia e de SBPA se encontram fortemente ligados, não só pelo trilho dos peregrinos, mas também pelo facto de os romeiros se deslocarem aos dois templos, «como se o poder masculino não estivesse ainda inteiramente instalado». Acrescenta, ainda, que «os ritos com que se venera São Bento são os mesmos que se praticam sempre com as Senhoras, ou seja: a deambulação em torno da igreja (a tomada de posse), a comparência no recinto do santuário vestido de uma túnica branca (denominada "mortalha"), (…)» [1943].

---

Álvarez, BUXÓ, María Jesús, y BECERRA, S. Rodríguez (1989): *La religiosidad popular. III – Hermandades, romerías y santuarios*. Barcelona: Anthropos, p. 393.

[1941] LÉVI-STRAUSS, Claude (2000): *El hombre desnudo*. México: Siglo veinteuno, p. 605.

[1942] PEIXOTO, Antonio da Rocha (1908): «Tabulae Votivae», **in** *Portugália*, vol. II, fasc.1-4. Porto: Imprensa Portugueza, pp. 5.

[1943] ESPÍRITO SANTO, Moisés (1990): *A religião popular portuguesa*. Lisboa: Assírio e Alvim (2.ª ed.), p. 122.

Atrevemo-nos a classificar esta interpretação como superficial e redutora, própria de quem não conhece a fundo a história destes santuários, caso contrário dar-nos-ia uma explicação para os factos referidos. Na realidade, não há nenhuma competição entre o macho, S. Bento, e a fêmea, Senhora da Abadia. A fundação e o desenvolvimento do culto nos dois templos, se ligados pelo caminho do Formigueiro que atravessa a montanha de Bouro, diferem muito no tempo e apresentam géneses diferenciadas, as duas sob o pálio dos monges do mosteiro de Santa Maria de Bouro, como realça o cónego Arlindo Ribeiro da Cunha: «A igreja, antes simples ermida, de S. Bento da Porta Aberta de Rio Caldo deve a sua origem ao Mosteiro de Santa Maria de Bouro, tal-qualmente como este nasceu à sombra benéfica da devoção à Virgem no monte de S. Miguel» [1944]. Embora a sua construção tenha resultado de uma imposição do visitador, a escolha do orago deve ter mão dos monges que ali possuíam o casal denominado de «Seara da Forcadela», aforado a vários moradores, nomeadamente das casas Santos e Araújo. Além disso, a capela de S. Bento surge junto a um caminho muito utilizado, não só pelos monges, mas pelo povo em geral, uma vez que fazia a ligação entre o mosteiro de Santa Maria de Bouro e as Caldas do Gerês onde os frades tinham uma casa.

Quanto ao rito ser o mesmo dos santuários marianos, tal deve-se ao facto de a grande romaria de SBPA, que se realiza em agosto, ter começado nas primeiras décadas do século XIX devido aos peregrinos que anualmente vinham à Senhora da Abadia e que, ao tomarem conhecimento dos milagres que, do outro lado da montanha, S. Bento ia realizando, começaram a vir de vésperas, fazendo romagem a S. Bento nos dias anteriores ao da grande romaria da Senhora da Abadia (15 de agosto) [1945]. Obviamente que os romeiros não praticavam ritos cultuais de acordo com o sexo dos oragos. Em S. Bento, repetiram o *modus faciendi* da Abadia, o que é perfeitamente compreensível, até porque não estamos perante teóricos da antropologia, mas de pessoas simples, oriundas de meios piscatórios e rurais cuja maioria nem ler sabia.

No princípio do século XIX, a fama do S. Bento milagroso de Rio Caldo ia crescendo e os romeiros que demandavam a Abadia começaram a vir mais cedo para ir primeiro a S. Bento da Porta Aberta. Assim nascia aquela que é considerada uma das maiores romarias de Portugal, como encontramos na obra de Alves Vieira: «Deram-lhe origem os romeiros e pescadores da Povoa de Varzim que de caminho que vinham á Abadia, chegavam a Rio Caldo a adorar S. Bento» [1946]. Daí que a administração do Concelho tenha sentido a necessidade de melhorar via que ligava os dois santuários pelo Formigueiro.

Constatámos, no ano de 1835, que o rendimento da festa de agosto correspondeu à soma das outras duas, cerca de 72.000 rs. Uma década mais tarde, a romaria de agosto já rendia o triplo das outras, atingindo o sêxtuplo aquando da construção do novo Templo (1885) [1947].

No Museu dos Biscainhos (Braga), existem duas estampas do final do século XIX com a data das festividades em honra de SBPA: «dias 21 de Março, 10 e 11 de Julho e 10, 11, 12, 13 e 14 de agosto de cada anno» [1948]. Ou seja, o dia 15 era reservado para a grande festividade em

[1944] CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1951): *O. c.*, p. 92.

[1945] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *O. c.*, p. 464: À romaria de S. Bento, «deram-lhe origem os romeiros e pescadores da Póvoa de Varzim que de caminho que vinham á Abadia, chegavam a Rio Caldo a adorar S. Bento». Vide, ainda, «Commercio do Minho» de 19 de setembro de 1885: «No correr da romaria d'Abadia, que dura 8 dias, costumando ser inaugurada pelos pescadores das praias da Povoa, Fão e Espozende (…)».

O santuário de SBPA confirma a regra de que os «santos da porta não fazem milagres», como escreveu Santos Graça em 1932: «É fertilíssimo [o poveiro] em promessas aos santos. À mais pequena aflição no mar ou doença faz uma promessa, mas tem um pouco em conta de que "*santos da porta, não fazem milagres*". Assim, os santos de longe são os senhores das melhores promessas: *Senhora da Abadia, S. Bento da Porta Aberta, S. Torcato, Senhora do Alívio e Santa Eufémia*... São estas as suas grandes devoções, os santos e santas que lhes acodem nas suas maiores desventuras, nas doenças mais graves». Cf. GRAÇA, António Santos (1932): *O Poveiro: usos, costumes, tradições e lendas*. Póvoa de Varzim: edição do autor, pp. 103-104.

[1946] *Ibidem.*

[1947] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 115.

[1948] **Museu dos Biscainhos** (Braga). N.º cat. 5421 MEP e n.º cat. 7584 MEP.

honra da Senhora da Abadia. Uma terceira estampa, do início do século XX, já inclui o dia 15 de agosto no programa das festas de S. Bento.

A relação entre os santuários tem-se mantido ao longo dos anos, com a Irmandade de S. Bento a comparticipar, com 1.000$00, a construção de um monumento ao Sagrado Coração de Jesus a ser erguido pela Mesa da Confraria de Nossa Senhora da Abadia, no monte de S. Miguel Arcanjo, conforme ata da sessão de 16 de junho de 1946 [1949].

Uma das maiores marcas do culto à Senhora da Abadia que transitou para SBPA foi a oferta do sal, de que trataremos no subcapítulo dos ex-votos.

### 7.3. FESTIVIDADES EM HONRA DE S. BENTO

Tradicionalmente, a festa de um santo realiza-se no dia do seu trânsito ou passamento. Este rito relaciona-se com o facto de, nos primórdios do cristianismo, muitos cristãos terem sido martirizados, perpetuando-se, assim, a sua memória.

S. Bento não foge à regra e, tendo falecido no dia 21 de março, é esse o dia que a hagiografia lhe consagra [1950]. No entanto, aquando da destruição do mosteiro beneditino de Montecassino, onde se encontravam os seus restos mortais, pelos Longobardos, um grupo de monges franceses conseguiu retirar as ossadas do Santo e levá-las para Fleury, região francesa do Loire, tendo-as depositado na cripta da igreja de St. Benoît-sur-Loire. Devido a esse feito, a Igreja Católica passou, também, a festejar o Dia da Trasladação das Relíquias de S. Bento no dia 11 de julho. Efetivamente, no mundo beneditino, esta é a Festa de S. Bento por excelência, como narra Molho de Faria com a sua experiência, em Roma, numa Abadia-Mãe: «A grande festa de toda a Ordem – essa festa soleníssima com a música mais desejada – essa só teria lugar a 11 de julho» [1951].

Numa breve consulta às *Memórias Paroquiais* de 1758, percebemos que, durante séculos, esta foi uma prática habitual no Minho, mesmo em pequenas capelas como as de Cando (Gavieira, Arcos de Valdevez), Monte Redondo (Arcos de Valdevez), Fiscal (Amares), Balugães (Barcelos), Joane (Vila Nova de Famalicão), S. Pedro de Valbom (Vila Verde), ou em localidades com privilégios reais para a realização de feiras: Cerdal (Valença), Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso), Várzea (Barcelos) ou Seixas (Caminha).

Atualmente, apenas os grandes e médios centros de culto a S. Bento mantêm a realização das duas festividades, como Seixas, Vizela, Várzea, Cossourado (Paredes de Coura), Cando, Cerdal e poucas mais.

A grande maioria, entre as mais de uma centena existentes no Minho, apenas realizam uma pequena festa a 11 de julho, ou somente a celebração de uma missa.

---

[1949] **AISBPA**, *Relatório de contas de 1945* e *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 18: «Continuando no uso da palavra, o Presidente disse que, pela Mêsa da Confraria de Nossa Senhora da Abadia lhe tinha sido notificado que estava em bom andamento a construção do Monumento ao Sagrado Coração de Jesus, no monte de S. Miguel, levado a efeito pela mesma Confraria; e que, como a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta tinha, no seu orçamento, subsidiar essa óbra com a verba de mil escudos, era favor entrar com essa importancia; a Mêsa deliberou pagar a mesma importancia».

[1950] DIAS, Frei Geraldo J. A. (2011): *O. c.*, pp. 261-262: «Ora, na história do culto cristão, S. Bento é venerado em três datas diferentes. A 21 de Março, dia da Primavera, celebra-se a sua morte terrena, o nascimento para o céu (*Natalis*). É o trânsito do Santo Patriarca dos Monges (Festa do Trânsito). A data é, de facto, assegurada pela tradição monástica. Entre nós, a nível popular, chama-se-lhe o S. Bento da Primavera ou o S. Bento do Cuco. Porque tal data coincide com o tempo da Quaresma, em que a Igreja proíbe as grandes solenidades externas, bem depressa se criou uma outra data, o 11 de Julho, em que os beneditinos comemoram a deposição dos restos mortais de S. Bento em Fleury, mosteiro de Saint Benoît-sur-Loire, França (*Depositio*), quando, depois da destruição de Monte Cassino pelos Longobardos, monges gauleses (673) trataram de levar dali as relíquias. É o que o nosso povo chama o S. Bento do Verão, o S. Bento das Peras, melhor dito, das pedras (…). No actual calendário da Igreja romana, é este o dia de S. Bento, proclamado pelo Papa Paulo VI, em 1964, Padroeiro da Europa (Festa do Patrocínio)».

[1951] *O. c.*, p. 180.

Em S. Bento da Porta Aberta, pela leitura do *Livro dos usos e costumes de Sam João de Rio Caldo feitos com os freiguezes e o Reverendo Abb.e Joseph de Araujo Tavora*[1952], redigido em 1730 por João Coelho da Silva, desta freguesia, concluímos que a capela de S. Bento estava equiparada às demais da freguesia em termos de rendimentos (S. Cristóvão e Santa Luzia), sendo da responsabilidade do pároco, quer no que respeita às ofertas, quer quanto à «obrigação de consertar e fabricar»:

> 25. Há nesta freg.ª quatro capellas, duas na freg.ª que se chama de Sima, que são, S. Bento e S. Pedro[1953]. E a de S. Pedro não serve hoje senão de Calvario a q̄ foj reduzida por ficar perto da Igr.ª e não servir de houtra cousa: e na freg.ª de bajxo ha Capella de S. Cristovo e a capella de S. Lucia: e os frejguezes andaõ por girio catro a coatro delles q̄ festejjaõ os horagos.
>
> 27. Não tem estas Capellas rendimento algum nem obrigação de missa: e as ofertas dellas saõ do Parocho: o qual tem obrigação de consertar e fabricar a de S. Bento e a de S. Lucia q̄ as demais são dos frejguezes a fabricar [1954].

Como verificámos, em 1730, a capela de S. Bento – que ainda não era «da Porta Aberta» como alguns autores pretendem -, raramente tinha missa nem aí se realizava qualquer festa.

28 anos mais tarde, a situação já é diferente, como encontrámos nas *Memórias Paroquiais*: «À irmida de S. Bento acodem muitos devotos e hé frequentada sua romagem nos dias do seu orago e em muntos mais dias do anno pelos muntos milagres que obra em sua imagem» [1955]. Ou seja, pelo menos nos dias 21 de março e 11 de julho, havia celebração do culto divino, à semelhança da generalidade das outras capelas, tais como Seixas (Caminha), Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso), Vizela, S. Bento da Várzea (Barcelos), S. Bento do Cando (Gavieira, Arcos de Valdevez), Cerdal (Valença), Monte Redondo[1956] (Arcos de Valdevez) Peras (Fiscal, Amares), Balugães (Barcelos), Joane (Famalicão) e Valbom S. Pedro (Vila Verde).

Quanto à romaria de agosto - a grande festividade - deve-se, como vimos, à influência da romaria da Senhora da Abadia e é anterior a 1845, como explica o visitador de Entre Douro e Minho quando se refere a esta capela: «He notavel pelo numeroso concurso de romeiros, que ali se juntão em quasi todo o anno, sendo mais celebres os dias do primeiro sabbado da Quaresma; dia 21 de Março; dia dos prazeres de N. Senhora; no dia 11 de Julho; e desde 10 d'Agosto até ao dia d'Assumpção de N. Senhora» [1957]. Esta festividade beneficia de este ser um mês com bom tempo, ter dias com muitas horas de sol e, sobretudo, ser a época em que as pessoas estão no gozo de férias, o que tem levado muitas outras paróquias a mudar para este mês a realização das festas dos seus santos.

De acordo com os Estatutos, até 1934, a festa de agosto realizava-se no dia 14, para que os romeiros, no dia seguinte, estivessem na Senhora da Abadia, como escreve o Pe. Pinto Guedes em nota inserta no livro *Vieira do Minho: Notícia Histórica e Descritiva*: «Ha no ano 3 romarias em honra de S. Bento. A primeira a 21 de Março; a segunda a 11 de Julho, e terceira a 14 de agosto. Esta romaria é hoje uma das maiores do Minho e o seu rendimento actualmente eleva-se a umas boas dezenas de contos. Haverá ainda 80 anos [+/- 1840] que era anunciada a tambores do Zé Pereira» [1958].

---

[1952] **ADB**, *Registo Geral*, Livro n.º 88, fls. 115Av.-116v., 24-10-1730.
[1953] Tude Sousa, na transcrição que faz, coloca, em primeiro lugar, a capela de S. Pedro (cf. *Gerez*, p. 80).
[1954] Arquivo «Casa Santos».
[1955] *MP*, I, p. 430.
[1956] Capela já extinta, cuja imagem se encontra na capela de Santo Amaro, em Monte Redondo.
[1957] **ADB**, *Visitas e Devassas*, Arciprestado de Pico de Regalados, livro n.º 753, 1845, fl. 64 v.
[1958] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *O. c.*, p. 464.

Só a partir de 1881 é que temos dados que nos permitem perceber como eram as festas. Até esta data, as despesas eram apresentadas na totalidade e não especificavam as atividades. Sabemos que, em 1882, as três festas tinham missa cantada, sermão, banda de música (duas na festividade de agosto) e fogo [1959]. Na festa de inauguração da capela-mor, em julho de 1885, participaram quatro bandas de música, como é referido no relatório da sindicância realizada em 1887 [1960], situação que se repetiu na romaria de agosto, a que se juntou «uma vistosa iluminação, fogo do ar e preso», tal como foi anunciado nos dias 6 e 8 de agosto e como referimos noutra parte [1961].

Um ano após a inauguração da capela-mor do novo Templo, passa a ser contratado um armador para embelezar o Templo e o terreiro: primeiro apenas para a romaria de agosto, e depois para todas. As festas de julho e agosto passam a ser abrilhantadas por duas bandas de música cada [1962]. Mais tarde, são introduzidos balões e o fogo alarga-se à véspera. Pelos pagamentos autorizados em sessão de 14 de agosto de 1898, penúltimo dia da romaria, podemos ter a noção de como esta se realizava e quanto custava, inclusive a segurança:

> Cento e trez mil reis ao photographo Francisco Gomes Marques, pelo fornecimento das estampas de S. Bento e com referencia á presente romaria de S. Bento, auctorizou-se o pagamento de oito mil reis ao Capellaõ para celebrante e acolytos, de treze mil e quinhentos ao reverendo abbade do Campo, João Hippólyto Martins Capella pelo sermão; ao tinente Couto, commandante da força, vinte mil reis; a José Marques, cabo da polícia civil de oito mil reis; a Casimiro Luis, mestre de musica, de setenta mil reis pelas trez bandas; a Jose Manoel Ribeiro, de vinte mil reis pela illuminação; a Manoel Antonio Antunes Machado de dusentos e vinte mil reis pelo fogo do ar, preso e balões; a Amandio Custodio Fernandes, de sete mil reis pela armação [1963].

Em meados do século passado, o mais divertido era o fogo de artifício, sobretudo para a criançada, e mais importante que a procissão de velas em que acompanhavam os progenitores. Além do fogo preso e do fogo do ar, lançado de um penedo a meia encosta [1964], havia a sessão do fogo do lago, uma espécie de rastilho que não se apagava com a água e saltava para fora do lago «rabiando» por entre as pessoas que pulavam para não se queimarem, num delírio geral.

### 7.4. RITOS CULTUAIS

Sempre que visitámos o santuário de SBPA observamos devotos que, a título individual, em família ou em grupo, procediam a um ritual pré-estabelecido, descrito no ponto 7.1. deste capítulo, que nós também fizemos nos tempos de criança e juventude.

Antes de mais, temos de clarificar o que entendemos por «rito». A definição apresentada por Pierre Smith na entrada «rito» do *Dicionário Akal* corresponde aos ritos cultuais praticados em SBPA: «los ritos son creaciones culturales particularmente elaboradas que exigen la articulación de actos, de palabras y representaciones de numerosísimas personas, a lo largo de generaciones» [1965]. Por sua vez, Marcel Mauss insiste no aspeto religioso, como a sua essência, ao afirmar que «todo o rito corresponde a uma representação religiosa, há sempre uma representação religiosa por detrás de um acto religioso, quer dizer, por detrás de um rito; e este

[1959] **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa (1849-1895)*, fl. 40.
[1960] **AMTBR**, *Juntas de Paróquia*, Sindicância 1887.
[1961] *Vide* página 336.
[1962] **AISBPA**, *Livro de contas de receita e despesa (1849-1895)*, fl. 48.
[1963] **JFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 44 v.
[1964] Era raro o ano em que não houvesse um incêndio no monte.
[1965] SANCHIS, Pierre *s.v.* «Rito», **in** BONTE, Pierre, e IZARD, Michael (1996): *Dicionario Akal de Etnología y Antropología*. Madrid: Ediciones Akal, p. 640.

acto é realizado por um determinado indivíduo, por um sacerdote ou por um colégio de sacerdotes» [1966].

O conceito de «rito» tem merecido, ao longo dos tempos, análises mais ou menos profundas dando origem a teorias como a de Lévi-Strauss que nos aconselha a separar o estudo do rito da análise do mito, embora ambos participem de uma filosofia baseada em crenças e representações: «Si se decide estudiar el ritual en sí mismo y por sí mismo, a fin de comprender em qué constituye un objeto distinto de la mitología, y de determinar sus caracteres específicos, conviene al contrario separar toda la mitología implícita adherida al ritual sin ser realmente parte suya» [1967].

Segundo o citado artigo de Smith, outras teorias foram apresentadas, como a do «comparativismo de J. G. Frazer», e das escolas «durkheimiana (R. Hertz, H. Hubert y M. Mauss)», «funcionalista inglesa» e a «francesa de M. Griaule» [1968]. Antes de chamar a nossa atenção para o facto de que «cada cultura desarrolla de forma desigual y diferente» os seus sistemas rituais, acentua um aspeto que observámos no nosso trabalho de campo, o caráter repetitivo dos rituais: «una vez delimitada la especificidad de los ritos, se comprueba que se organizan en sistemas. La realización de un rito dado está destinada a repetirse cada vez que las circunstancias que lo ocasionan se reproducen. Tenemos aquí un principio fundamental y universal de la elaboración de los ritos» [1969].

### 7.4.1. A Romaria: ritual de purificação pela mortificação do corpo e despojamento de bens materiais

Os ritos cultuais realizados em SBPA não diferem muito dos outros santuários do Minho, com a especificidade dos cravos como ex-votos e a diferença de, neste Santuário, o Santo se encontrar numa Tribuna onde é passível de ser tocado e, assim, o devoto estabelecer um contacto físico com a representação material de alguém que se encontra junto de Deus, Pai e Criador do Universo. Através deste ritual, o romeiro participa da sacralidade de S. Bento, como escreve Mariño Ferro: «se contacta con el mundo sagrado tocando, besando, etc. las reliquias o las imágenes. En las processiones el foco de lo sagrado sale al exterior del templo para santificar el espacio, el universo. Es común tocar las imágenes y los restos santos com pañuelos, plantas, etc. que así sacralizadas, se llevan a casa como reliquias. De esa manera se prolonga el contacto con el mundo sagrado» [1970].

Esta experiência de participação na sacralidade é muito forte devido ao caminho de acesso até à escultura de S. Bento que, muitas vezes, põe fim a longas caminhadas de oração, de reflexão, de sacrifício e penitência. Mesmo para quem faz a viagem de automóvel, a subida dos degraus de acesso à Imagem constitui um momento de corte com tudo o que é mundano, de tal modo que o silêncio é absoluto e apenas percetível o cicio da oração. Ali, junto do Santo num trono situado num plano superior ao altar e ao sacrário, predomina a contemplação e a oração, concluíndo o processo de purificação iniciado com a partida de casa.

Colocado o ramo de cravos, depositada a oferta pecuniária e afagado o hábito de S. Bento, o regresso é muito mais leve, confiante e esperançoso como se o devoto levasse consigo um pouco do halo de santidade do seu protetor.

Na simbologia bíblica, regra geral, os números são ímpares, a começar pela Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo, que, como referimos, se encontra presente na iconografia do Santuário.

---

[1966] MAUSS, Marcel (1993): Manual de etnografia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 229.
[1967] LÉVI-STRAUSS, Claude (2000): *O. c.*, p. 604.
[1968] SANCHIS, Pierre *s.v.* «Rito», **in** BONTE, Pierre, e IZARD, Michael (1996): *O. c*, p. 640.
[1969] *Idem*, p. 641.
[1970] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c*., p. 311.

Assim se compreende que o número de voltas que os peregrinos normalmente dão à volta dos templos seja de três. Casos há de cinco, sete ou nove, tantas quantos os dias de novena.

Em SBPA, é normal darem-se três voltas e, num passado recente, viam-se muitas pessoas a fazer esse percurso de joelhos. Como morador junto da estrada principal de acesso, ficava impressionado com as dezenas de pessoas que, desde as pontes de Rio Caldo, início de uma subida de mais de 2,5 km, faziam todo aquele percurso de joelhos, de mão dada com algum familiar ou com o apoio de um cajado, muitas vezes esgotados e quase a desfalecer. Também havia quem fizesse o percurso de joelhos e com uma criança ao colo, tão grande devia ter sido a graça concedida pelo Santo.

Um aspeto que, desde muito jovens, nos despertou a curiosidade foi o sentido da romaria, embora algumas pessoas fossem em sentido contrário à maioria. Ficávamos na dúvida se o correto era seguir o sentido do ponteiro do relógio ou o seu contrário. Parecia-nos lógico que fosse a primeira hipótese, mas havia quem contrariasse a nossa teoria.

Para um leigo nesta matéria, parece uma questão sem qualquer interesse, pois o importante é a intenção e a devoção com que se pratica o ato. À medida que fomos indagando sobre este assunto, chegámos à conclusão que o que está na base da romaria se fazer no sentido contrário aos dos ponteiros do relógio é uma mera experiência mágica religiosa. Se a vida nos prega partidas que temos de, ou queremos, contrariar, devemos «remar contra a maré», tentar inverter o destino.

Mas outra questão se colocou. Saber qual o papel da Igreja neste campo e como é possível permitir esta situação. Também sabemos que a Fé do nosso povo não é muito segura, por isso se diz que «põe uma velinha a Deus e outra ao diabo». E, pelo sim e pelo não, vamos lá fazer a romaria pela esquerda [1971].

Ficamos surpreendidos quando investigávamos a abertura das portas para o exterior, a fim de que o acesso à tribuna se pudesse fazer sem interferir com os atos do culto, o que já tinha merecido reparos da Diocese. Embora, atualmente, a entrada se faça pelo lado norte e a saída pelo lado sul, aquando da abertura destas portas, o acesso era ao contrário, como regista o *Regulamento Interno* de 1944 no § 2.º do artigo 5.º: «Nos dias de romaria em que ha grande numero de devótos que desejam visitar a imagem de S. Bento, para se evitarem incomodos, atropelamentos e porventura ofensas a Nosso Senhor, as visitas ao altar do Santo serão reguladas do seguinte modo: 1.º- A entrada será pela porta nova do sul do Templo e a saida será pela do norte; 2.º - Não será permitida a subida para a Tribuna por dentro do Templo, a não ser aos empregados da Irmandade» [1972].

A razão para esta opção pelo lado sul é que, como a maioria dos romeiros vinha do lado sul, não precisavam de passar à frente do Santuário, onde era obrigatório um gesto de respeito como tirar o chapéu, genufletir e persignar-se -, nem de passar por trás do Templo.

Também neste aspeto, parafraseando o eminente teólogo Frei Bernardo Domingues – para quem o culto a S. Bento é um culto de cariz popular - que afirmou: «não foi a Igreja que impôs o culto a S. Bento da Porta Aberta, mas foi a fé do povo que impôs à Igreja o culto a S. Bento», [1973] afirmamos que não foi o *Regulamento* que impôs o sentido da romaria ao povo, mas o povo que impôs, pela prática, o sentido da romaria, como esclarece Manuel Delgado: «es decir, no sólo resulta insostenible el tópico vulgar de que la iglesia *ha impuesto* los contenidos de sus doctrinas a la presunta *religión popular*, sino que, bien al contrario, han sido muchas más las veces en las que ha tenido que ceder y asumir una religiosidade socialmente vigente, compuesta

[1971] Recordamos o provérbio galego: «Eu não acredito em bruxas, mas que as há, há!»
[1972] AISBPA, *Estatutos da Irmandade*, Regulamento Interno, 1944, fl. 3.
[1973] Encontro de ex-seminaristas diocesanos realizado em SBPA, no dia 1 de maio de 2015.

por elementos que eran inintelegibles para el discurso teológico y que con frecuencia repugnaban a su proyecto de dignificación interiorizante» [1974].

Pesou mais a vontade do povo do que uma normativa regulamentar.

### 7.4.2. Culto de proximidade

Tivemos oportunidade de abordar esta matéria no «Congresso de S. Bento 2014-2015», aquando das comemorações do IV centenário da fundação da primitiva capela de SBPA. Afirmámos, nessa intervenção, que «os ritos cultuais a S. Bento são ritos de proximidade», uma vez que as pessoas gostam de tocar o santo estabelecendo uma «ponte entre o indivíduo material e o Deus espiritual», como refere Mariño Ferro [1975]. Por isso, é frequente vermos os devotos não só a tocar a escultura de S. Bento com a mão, mas também a passar um pano, um lenço, qual relíquia que perpetuará a presença do santo na sua casa, tal como se de um amuleto protetor se tratasse.

Claro que o seu maior desejo era levar o Santo consigo, como aconteceu no passado, mas, dada essa impossibilidade, procuram algo que mantenha o canal de contacto em aberto. Conhecendo este sentimento do povo, desde a última década do século XIX que os responsáveis pela gestão do Santuário distribuem estampas [1976] pelos romeiros, a fim de manter bem acesa a sua devoção. Estas eram religiosamente guardadas e conservadas, normalmente na parte interior das caixas que continham os enxovais, de modo que, sempre que as abriam, viam a imagem do Santo com quem podiam conversar, falar-lhe dos problemas do quotidiano e pedir a sua ajuda e proteção.

Este sentimento de apego faz o sucesso das casas das ofertas que disponibilizam um leque de produtos desde o chamado santinho, a livros, medalhas, estampas e até esculturas [1977].

Este culto de proximidade manifesta-se, ainda, na forma carinhosa como os devotos tratam o seu Santo querido, o «S. Bentinho», e ainda nas muitas cartas e bilhetes que lhe escrevem e a quem tratam familiarmente pela segunda pessoa, como tivemos oportunidade de registar: «Como mãe, já não sei como falar-te. Gosto muito de ti, sempre gostei, mas peço-te humildemente que ajudes o meu filho António João T. Leite. Dá-lhe forças e coragem, mostra-lhe, por favor, o caminho da verdade (…)» [1978].

A melhor prova que verificámos deste culto de proximidade aconteceu quando nos encontrávamos a realizar o inquérito aos peregrinos no verão de 2018. Entrevistámos um casal oriundo da freguesia de Barcelinhos, junto à cidade de Barcelos, a quem perguntámos as razões que o levava a SBPA quando muito perto da sua morada, a menos de cinco quilómetros, tinha a igreja de S. Bento da Várzea onde se realizam duas grandes festividades em honra do Santo Patriarca. Respondeu que costuma frequentar essas romarias, mas que não era a mesma coisa como «vir aqui, subir à tribuna e tocar o Santo...».

### 7.4.3. Relíquias: S. Bento e Santo Sepulcro

A importância das relíquias é sobejamente conhecida e delas já nos ocupámos na primeira parte da nossa dissertação.

---

[1974] DELGADO, Manuel (1993): *O. c.*, p. 12 (versão PDF).

[1975] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 311.

[1976] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 3177. Recibo emitido a 15 de dezembro de 1895 por José Silva Pote, no montante de 5$950 rs., pelo fornecimento de 100 estampas de cartão e 100 de papel ordinário com a imagem de S. Bento. Vide, também, **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa (1899-1907)*, fl. 31 v., sessão de 10 de agosto de 1906: «Effectuaram-se as seguintes despezas: de 110$000 rs. pelas estampas».

[1977] Em SBPA, a Irmandade dispõe da «Casa das Estampas» onde podemos encontrar artigos religiosos, tais como «terços, dezenas, imagens religiosas, entre outros», possuindo, ainda, uma loja *online* no endereço seguinte: http://loja.sbento.pt.

[1978] «Casa das Estampas», «museu» dos ex-votos de SBPA.

Em S. Bento da Porta Aberta, pacificadas as relações entre a Mesa da Irmandade e a comunidade pela assunção de responsabilidades por parte da Diocese e concretizada a reforma das festividades, o presidente da Mesa lembrou-se de adquirir uma relíquia de S. Bento pela mais-valia em termos de atratividade do Santuário e de espiritualidade. Como vimos, a principal festa de S. Bento celebrada pela Igreja realiza-se em memória da trasladação das suas relíquias de Montecassino para Fleury no dia 11 de julho. Assim, o Pe. Basílio Rodrigues, na qualidade de presidente da Mesa, no dia da festa do Trânsito de S. Bento de 1949, expôs a sua ideia aos colegas:

> Continuando no uso da palavra, o Presidente disse que há muito tempo tem pensado em conseguir da Santa Sé Apostólica, graças e indulgências, não só para os irmãos, mas também para os romeiros e devotos de S. Bento e que devidamente preparados visitam este Templo; que também achava motivo de devoção a S. Bento da Porta Aberta conseguir uma Relíquia do Glorioso S. Bento, para devidamente ser exposta aos romeiros, principalmente nas festividades, em relicário condigno; a Mesa louvou a iniciativa e lembrança do Presidente e unanimente (*sic*) delibera que o mesmo se encarregue de dar as demandas necessárias com esse fim, sendo-lhe pagas as despesas que provierem d'essa boa aquisição [1979].



Fig. 79. Relíquia de S. Bento na Basílica Menor de SBPA.

O Pe. Basílio desenvolveu de imediato todas as «demandas necessárias» e, na grande romaria, em agosto desse ano, a relíquia de S. Bento já era exposta à devoção dos fiéis, depois de, a 10 de agosto, início da romaria, ter sido apresentada à Mesa dentro de um relicário feito de prata e ouro: «Pelo presidente foi apresentado à Mesa o relicário em prata e ouro, fornecido pela ourivesaria Aliança, do Porto, e destinado a recolher a relíquia dos ossos de S. Bento, como foi deliberado em sessão de onze de julho passado; a Mesa examinou e apreciou o lindo relicário, constatando o seu valor e bom acabamento, pelo que deliberou pagar o seu custo» [1980].

A aquisição da relíquia, da bula pontifícia certificando a origem da mesma e o relicário tiveram um custo de 4.870$00 [1981] liquidado a 15 de agosto de 1949. Nesta mesma data, foi adquirida uma vistosa mitra de cetim branco, bordada a ouro para a imagem de S. Bento [1982].

O Pe. Basílio não se contentou com a aquisição da relíquia de S. Bento e, no dia 5 de janeiro do ano seguinte, informou a Mesa que tinha conseguido uma nova relíquia, desta vez do Santo Sepulcro, pelo que propôs «Adquirir um relicário para recolher a mesma relíquia». A Mesa deliberou que fosse adquirido à ourivesaria Aliança, do Porto, que já fornecera o relicário de S. Bento, sendo feito em prata e com a forma de cruz pelo valor aproximado de 1.500$00 [1983].

---

[1979] **AISBPA**, *Livro de Atas da Mesa de (1945-1950)*, fl. 72.
[1980] *Idem*, fl. 78 v.
[1981] **AISBPA**, *Livro de inventário (1908-1950)*, (folha solta).
[1982] *Idem*, (folha solta).
[1983] **AISBPA**, *Livro de Atas da Mesa de 1945-1950*, fls. 85 v.-86.

### 7.4.4. Ex-votos

Os ex-votos são manifestações de agradecimento pela concessão de uma graça feitas, essencialmente, pelo povo na sua simplicidade. Por isso, não podemos ceder à tentação de os explicar simplesmente pela sua simbologia, como se esta antecedesse o facto. As pessoas, em geral, ofereciam aquilo que tinham, sobretudo produtos da agricultura de subsistência e alguns bens que estimavam.

O cumprimento de um voto a Deus era de tal importância que estava contemplado no código do direiro canónico, como escreve Christian: «desde el punto de vista del derecho canónico, todo voto hecho a Dios sobre materis buena, ya fuera guardar castidad, recibir ordenes sagradas, peregrinar a un santuario, ayunar, o cosa semejante, debía ser cumplido so pena de incurrir en pecado mortal». Por sua vez, a comutação dos votos menores, podia ser feita por um sacerdote, mas situações como o «de peregrinar a Roma, Jerusalém o Compostela, el de castidad o el de ingresar en una orden religiosa, sólo podían ser commutados por el papa» [1984].

O ritual de oferendas aos deuses já vem de longa data, pelo menos desde a civilização egípcia, como assinala Rocha Peixoto: «esta ilustração imagética, que exprime o tributo á omnipotencia divina, já no templo egypcio revestia as paredes sob a forma de quadros symetricamente dispostos a toda a altura. O sentido era sempre o mesmo, pois egual era a intenção de merecer o favor dos deuses: d'um lado o rei offerecia vitualhas, flores, fructos e emblemas ás divindades; do outro estas ouviam os seus rogos ou, em resposta, concediam o favor pedido» [1985]. Informação semelhente encontramos na *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*: «En Egipto, cuando la medicina había fracasado y se habían perdido las esperanzas de salvar á un enfermo, ofrecíanse exvotos para obtener de los dioses y seres sobrenaturales la curación. Estos exvotos, consistentes á veces en uma figura del miembro ó parte del cuerpo curados, eran colgados en el templo del dios cuya intercesión habían invocado» [1986].

De acordo com Robert Smith (1966: 5) [1987], quem primeiro se dedicou ao estudo dos ex-votos portugueses foi o conhecido etnógrafo «António Augusto da Rocha Peixoto, que escreveu, em 1905, um estudo notável titulado *Tabulae Votivae*» [1988].

Ao contrário do que refere Mercedes Herrera, «Han sido muchos los viajes que hemos realizado em sú búsqueda, a lugares de los que nos han hablado gentes que los habían visto no hace más de tres años. Sin embargo, en la mayoría de los casos no hemos encontrado ninguno», em Portugal, sobretudo no Minho e, em particular, em SBPA, os ex-votos continuam expostos e a serem diariamente ofertados [1989].

A crença nos milagres de S. Bento da Porta Aberta está na origem do crescimento do seu culto ao longo dos séculos - malgrado os desmandos que conhecemos – e levou a que, por vezes, surgissem ofertas generosas, os chamados legados pios, à semelhança do que acontecia com outros santos e com as instituições de misericórdia. No momento em que se encontrava em construção o Santuário, registámos uma doação no montante de 429$500 réis feita por Alexandre Anacleto da Costa, quase metade de todo o rendimento da grande romaria de agosto [1990].

---

[1984] CHRISTIAN (Jr.), William A. (1991): *O. c.*, p. 48.
[1985] PEIXOTO, Antonio da Rocha (1908): *O. c.*, p. 5.
[1986] *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (1924), t. XII. Barcelona: Hijos de J. Espasa, Editores, p. 1572, *s.v.* «exvoto».
[1987] SMITH, Robert C. (1966): *Pinturas de ex-votos existentes em Matosinhos e outros santuários portugueses*. Matosinhos: Câmara Municipal, p. 5.
[1988] PEIXOTO, Antonio da Rocha (1908): «Tabulae Votivae», **in** *Portugália*, vol. II, fasc.1-4: Porto: Imprensa Portugueza, pp. 5-30.
[1989] HERRERA, Mercedes Cano (1989): *O. c.*, p. 395.
[1990] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 2 (1863-1885)*, fls. 62 v.-63.

As ofertas a SBPA são tantas e tão variadas que merecem, por si só, um estudo circunstanciado. Recomendamos, por isso, uma visita ao «museu» dos ex-votos situado na «Casa das Estampas».

Em 1896, de acordo com ata da sessão extraordinária de 10 a 15 de agosto, as ofertas já são mais variadas: «logo foi resolvido no primeiro dia desta sessão que os objetos tais como cera, linho e ouro ofertados a S. Bento nesta romaria, como os ofertados durante o corrente ano e nas outras romarias anteriores, fossem postos em leilão no dia 16 do corrente pelas 11h da manhã». Quanto à venda das aves e dos ovos, decidiram ir vendendo à medida que fossem procurados. Decidiram, ainda, proceder à venda das libras recebidas «no ato do leilão anunciado, bem como abrir a venda do sal a 180 rs. a rasa» [1991]. Refira-se que, nos anos 50 do século passado, o linho continuava a ser uma das ofertas dos peregrinos, como se verifica pelo registo em ata de 15 de agosto de 1956 dos produtos leiloados: «pequenas porções de milho, centeio, trigo, feijão, linho» [1992].

Atualmente, predominam as ofertas em dinheiro, mas, num passado recente, em que o «vil metal» não circulava com tanta facilidade, as pessoas ofertavam, além da cera, géneros e bens, alguns de uso pessoal, que eram leiloados no final das festividades revertendo para o Santo o produto.

Para conhecermos os ex-votos que SBPA recebe, começamos por revelar os bens não perecíveis que constam do inventário realizado a 2 de fevereiro de 1896:

> Um resplendor d'ouro.
> Trez resplendores de prata, de varios tamanhos.
> Um baculo de prata.
> Um bezerro, pequeno, de prata.
> Um coração de prata.
> Dois meninos, pequenos, de prata, sendo o maior de prata macissa.
> Trez peitos de prata, sendo os dois maiores dourados.
> Duas pernas de prata, sendo a menor de prata macissa.
> Duas mãos de prata, tendo a maior bastante peso.
> Um ovo de prata.
> Um nariz de prata.
> Uns olhos d'ouro.
> Um cordão e dois fios de contas d'ouro, de pouco valor.
> Quatro pares de brincos d'ouro.
> Sessenta e quatro moedas de 120 reis de prata antiga.
> Treze moedas de prata estrangeira, de pouco valor.
> Um annel de prata.
> Cento e trinta e oito olhos de prata.
> Dois vasos de porcelana.
> Uma porção de mortalhas de varios tamanhos, sendo uma de seda [1993].

Alguns destes ex-votos podem ser admirados no já referido «museu» de ex-votos da ISBPA. Sobre os ex-votos perecíveis, obviamente não inventariados, encontrámos dados

[1991] *Idem*, fl. 127.
[1992] **AISBPA**, *Livro de Atas da Mesa de (1956-1969)*, fl. 7 v.
[1993] **AJFRC**, *Livro de inventário da Junta de Paróquia 1886-1930*, fls. 20 v.-21.
Analisando o livro de inventário entre 1886 e 1930, percebe-se que os livros de atas nem sempre foram transmitidos de Junta para Junta, certamente receando que pudessem comprometer os executivos que os antecederam.
Como se trata de livros de atas de um órgão autárquico, sempre estiveram na posse da Junta, embora reflitam muito do que se passou até ao momento em que a administração do Santuário passou para as mãos da Confraria/Irmandade.

abundantes nos relatórios de contas existentes no ADB nos respetivos processos de aprovação de contas. Repetem-se os bens, variam as quantidades.

Na romaria de 10 a 15 de agosto de 1947, foram recebidos os ex-votos seguintes:

> Um cordão com uma libra (...); um fio com coração filigrama; um dito com cruz filigrama; um dito simples; uma medalha (D. Maria) encastoada; meia libra em medalha; uma medalha, imitação de meia-libra; um fio com vinte contas vulgares; uma pulseira cadeado; uma dita pequena; uma pulseira pequena com anel pequeno; uma medalha da Senhora da Conceição pequena; uma dita de esmalte; um coração pequêno filigrama; dezanove pares de argólas (...); trinta pares de Brincos (...); onze aneis diferentes; dezoito alianças; todos estes objectos são de ouro, com o pêso total de cêrca de tresentas gramas [1994].

De salientar que alguns dos devotos que ofertavam determinadas peças de joalharia não só se identificavam, como explicavam que era sua intenção licitar o bem aquando do leilão.

Nove anos mais tarde, a situação era semelhante:

> Receberam-se mais os seguintes objectos em ouro: um cordão grosso, com medalha de esmalte; dois cordões pequenos; um trancelim em mau estado; trinta e cinco contas (filigrama); uma corrente de élos; tres pulseiras de cadeado; nove fios com medalhas; oito ditos, simples; trinta e tres pares de argolas; dois pares de brincos com imitação de brilhantes; sessenta e sete pares de brincos, diferentes; dois pares de brincos (á rainha); um par de brincos de meias-libras; uma medalha de meia-libra; sete medalhas diferentes; vinte e tres aneis diferentes; quarenta e uma alianças diferentes; um relogio de ouro "Omega"; um relogio de metal "Rodi"; um atado com pequenos bocados de ouro; um relogio de metal sem marca. Todos estes objectos que pezarão aproximadamente, com exclusão dos relogios, seiscentas e cincoenta gramas [1995].

Não temos dados sobre os rendimentos do Santuário nas últimas décadas, embora as obras realizadas e os apoios a outras instituições da Arquidiocese de Braga, inclusive santuários marianos afetados pelo grande crescimento de Fátima, falem por eles. Compreendemos, por isso, que, nas últimas décadas, o ecónomo da Arquidiocese seja, simultaneamente, o presidente da Mesa da Irmandade.

#### 7.4.4.1. Cera

Na maior parte das igrejas, usavam-se as velas de cera que os crentes colocavam junto ao altar ou imagem do Santo da sua devoção. Fontes de poluição e, por vezes, de incêndios, as velas têm vindo a ser substituídas no interior dos templos por velas elétricas que acendem com a introdução da esmola e ardem durante um tempo correspondente ao valor da oferta. Nos centros de grande culto, foram



Fig. 80. Romeiros colocando velas no queimador em SBPA.

[1994] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 45.
[1995] **AISBPA**, *Livro de atas (1956-1969*, fl. 8.

instalados queimadores no exterior, como acontece em SBPA, no S. Bentinho do Hospital (Braga), ou em S. Bieito de Cova do Lobo (Ourense), para que os devotos possam continuar a ofertar as velas de cera.

Colocamos a cera em primeiro lugar na nossa lista de ex-votos por ser um dos mais antigos. Um texto jurídico gaélico da Idade Média, citado por Chevalier e Gheerbrant, diz o seguinte: «a nobreza das abelhas vem do paraíso e foi por causa do pecado do homem que elas saíram de lá; Deus derramou a sua graça sobre elas e é por causa disso que não se pode celebrar a missa sem a cera» [1996]. Compreendemos esta realidade se tivermos em conta que a cera é fabricada pela abelha, assim como o mel, e que esta simboliza Cristo: «por causa do seu mel e do seu ferrão, a abelha é considerada o emblema de Cristo: por um lado, a sua doçura e a sua misericórdia, por outro, o exercício da sua justiça como Cristo-juiz» [1997].

As velas, apesar de terem uma grande procura, não detinham a exclusividade dos ex-votos em cera, tinham a concorrência das formas de partes do corpo que os peregrinos compravam ou alugavam antes de irem fazer a romaria. Recordamo-nos de, na nossa juventude, vermos dezenas de pessoas com peças de cera em forma de partes do corpo a participar nas procissões em dia de romaria. Quando compravam, se benzidos, traziam para casa; se não, ofertavam ao Santo.

Em 1896, no leilão das ofertas, o valor da cera foi o mais elevado (84$000 rs.), mais que duplicou o valor dos objetos em ouro (39$720 rs.), a que se seguiu o sal com 32$540 rs. [1998].

Quando havia falta destes modelos era um problema, daí a preocupação em ter sempre stock, como encontrámos refletido numa ata da Mesa de 15 de agosto de 1945: «Tendo sido notada a falta de modêlos de cêra, que os romeiros costumam comprar ou alugar por ocasião do cumprimento das promessas, o Presidente adquiriu do industrial José Estêves, de Cuide de Vila Verde, varios modêlos, com o pêso de quatro quilos e ao prêço de setenta escudos cada quilo, notando que em Braga pediam cem escudos por quilo e mais fraca qualidade; a Mêsa deliberou efectuar o pagamento» [1999].

Em 1957, foram leiloados pela Mesa, de uma só vez, 500 kg de cera a 10$00 o quilo [2000].

Atualmente, a procura de velas continua em alta, embora não seja fácil encontar velas do tamanho do ofertante, ou por quem se fez a promessa, pelo que são substituídas por velas mais pequenas de modo a que a soma do comprimento de todas seja igual ou superior, o que, em média, corresponde a seis velas.

Hoje, a quase totalidade das ofertas é feita em dinheiro, seguindo-se a compra de velas de cera, a oferta de cravos e de objetos em ouro e prata.

Não podemos terminar o tema da cera sem abordarmos o facto de algumas das peças ofertadas, que normalmente reproduziam partes do corpo, nem sempre estarem de acordo com os cânones da Igreja. Registamos, por isso, o envio de uma carta do Prelado â Mesa chamando a atenção para esta matéria: «Carta do Prelado: A Mesa Administrativa tomou conhecimento duma carta que o Prelado lhe dirigiu com data de... de Abril do corrente ano [1969], e deliberou mandar retirar da sala da cera todas as figuras que, a juízo das Religiosas, fossem consideradas menos próprias» [2001].

#### 7.4.4.2. Cravos (flores)

[1996] CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain (1994): *O. c.*, p. 33, *s.v.* «abelha».
[1997] *Ibidem.*
[1998] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 2 (1863-1885)*, fl. 130.
[1999] **AISBPA**, *Livro de Atas da Mesa 1945-1950*, fl. 2.
[2000] Cf. ata de de 7 de março de 1957, **in AISBPA**, *Livro de Atas (1956-1969)*, fl. 14.
[2001] *Idem*, p. 137.

O cravo, enquanto objeto de adorno perecível, não aparece referido nos documentos que compõem os fundos relacionados com SBPA, ao contrário de todos aqueles que podiam ser convertidos em moeda e que foram registados como receita no respetivo livro de contas.

Quem frequenta, habitualmente, o santuário de São Bento da Porta Aberta, apercebe-se, com alguma facilidade, das dúzias e dúzias de cravos que os romeiros depositam junto à imagem do Santo Patriarca dos Monges em agradecimento pelas dádivas concedidas.

São Bento da Porta Aberta, carinhosamente tratado por São Bentinho, é advogado contra as verrugas, tradicionalmente denominadas «cravos», e ganhou fama de «Santo Milagreiro». Assim se explica o aumento dos peregrinos que, em quatro séculos, transformou uma pequena capela no segundo local de peregrinação a nível nacional. Sabemos que aquilo que move os milhares de peregrinos a fazer as suas romarias é a crença no milagre.

Quando alguém tinha um «cravo», logo lhe recomendavam: - «apega-te com o São Bentinho que ele tira-to». E o Santo, de um dia para o outro, fazia desaparecer os «cravos» e os devotos agradeciam com a oferta de cravos (flores).

Todos os anos – a nosa casa ficava junto à estrada que liga as pontes de Rio Caldo ao Santuário – observava centenas e centenas de romeiros que se dirigiam a pé para o Santuário sendo portadores de cravos. Tanto podia ser apenas um, como uma dúzia ou mais.

Depois de ofertados, alguns cravos eram reutilizados, não só por novos romeiros, mas também para ornamentar a igreja e as capelas da freguesia, a minha mãe, zeladora da Capelinha do Senhor dos Passos, na época do inverno em que as flores não abundavam, mandava-nos ir ao santuário de S. Bento pedir cravos para colocar no altar do Senhor.

A fama de S. Bento «milagreiro», como diz o povo, advém-lhe, como vimos, da cura, por volta de 1730, da sobrinha do abade de Parada de Bouro que possuía uma grande verruga que os médicos não conseguiam curar.

Este facto terá estado na confusão de um peregrino ter oferecido a S. Bento um cravo em ouro, não o cravo flor, mas o cravo prego, do género daqueles com que Jesus Cristo foi crucificado, como encontrámos no inventário de 20 de janeiro de 1899: «um resplendor d'ouro, tres de prata, um bezerrinho de prata, um coração de prata, dois meninos de prata, sendo o maior massiço, trez pomas [peitos] de prata sendo as maiores doiradas, duas pernas de prata, sendo a menor de prata massiça, duas maõs de prata sendo a maior de bastante peso, dois ovos de prata, um nariz de prata, uma campainha de prata, um cravo (prego) de ouro» [2002].

A tradição diz-nos que os cravos oferecidos a S. Bento eram brancos. Após o ano de 1974, por influência da chamada «Revolução dos Cravos», começaram a surgir os cravos vermelhos que, atualmente, já são em número razoável. Achamos que nesta matéria devia existir uma certa pedagogia no sentido de repor a pureza da tradição, pois não se trata do símbolo de uma revolução, mas de uma graça concedida a alguém que acreditou no poder taumatúrgico do Santo a quem apenas se ofereciam coisas brancas [2003].

Este rito cultual mereceu uma chamada de atenção ao conceituado antropólogo Mariño Ferro que, na sua obra intitulada *Las romerías / peregrinaciones y sus simbolos*, refere: «En Portugal, basándose en su parecido formal, le llaman claveles a las verrugas. Entonces, tirar esas flores en los santuários, como se acostumbra en muchos dedicados a San Benito, equivale a expulsar las molestas excrecencias cutâneas» [2004].

#### 7.4.4.3. Sal

[2002] **AFFRC**, *Livro de inventário dos bens próprios (1886-1930)*, fl. 23.
[2003] Em S. Bento da Várzea, na «Capela da Tentação de S. Bento», popularmente chamada «Capela do Diabo», apenas são lançadas moedas escuras porque se destinam ao Diabo e não a S. Bento.
[2004] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 256.

O sal é dos poucos ex-votos que tem estado presente ao longo de todo o tempo de que há registo. Como já esclarecemos, a sua introdução nos ritos cultuais de SBPA deve-se à influência da romaria de Nossa Senhora da Abadia. No início da nacionalidade, D. Afonso Henriques doou ao mosteiro de Santa Maria de Bouro o dízimo das salinas de Fão. As gentes da beira-mar, quando vinham entregar aos frades Bouro o dízimo do sal que exploravam, habituaram-se a trazer um pouco mais e a ofertá-lo à Senhora da Abadia, pois era um produto tão valioso que a própria Coroa controlava e que escasseava no interior.

Passados anos, esta oferta aumentou e de Esposende partiam azémolas carregadas de sal para a Senhora da Abadia, pois os devotos chegavam a ofertar o equivalente ao seu peso. Com o crescimento do culto a S. Bento e na tradição das pessoas visitarem os dois santuários, também este começou a receber grandes quantidades de sal, como constatámos na consulta dos relatórios de contas.

O antropólogo Santos Graça é bem claro sobre o pagamento das promessas pelos poveiros em sal: «E as promessas correspondem ao milagre feito: (...) uma romaria a pé *com um quarto de sal às costas*, três voltas de joelhos em redor do santuário, uma vela de cera da sua altura...» [2005].

Apercebemo-nos da importância deste produto numa região interior pela justificação exarada em ata pela Mesa para não o ter vendido num leilão realizado no mês de agosto: «não se tendo vendido o sal por não ter havido oferta conveniente» [2006]. A Mesa podia escolher o momento mais oportuno para o vender, pois não se estragava e era mais procurado na altura da matança dos suínos, durante a época de inverno, como, com toda a propriedade, refere Mariño Ferro: «En San Benito de Porta Aberta la subasta de sal ofrecida se retrasa hasta noviembre, época en la que se mata y se sala el cerdo» [2007].

Por vezes, procura-se explicar o surgimento do sal como ex-voto do ponto de vista simbólico. É verdade que cura, purifica e protege. No fundo, aquilo que o devoto pretende com a sua romaria. Mas a realidade é que os primeiros peregrinos que introduziram este *modus faciendi* não tinham qualquer preocupação de ordem simbólica ou semiológica. Teve muito mais a ver com uma questão histórico-prática do que com teorias simbólicas, nem sequer com o porta-voz de Cristo de que nos fala o evangelista Mateus [2008].




Fig. 81. Sal ofertado pelos devotos de SBPA.

[2005] GRAÇA, António Santos (1932): *O. c.*, p. 104.
[2006] **AISBPA**, *Livro de Atas da Mesa de (1956-1969)*, fl. 7 v.
[2007] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 278.
[2008] *Mateus*, **5**, 13: «Vós sois o sal da terra! Ora, se o sal se corromper, com que se há de salgar? Não serve para mais nada, senão para ser lançado fora e ser pisado pelos homens».

Diz-nos D. Gabriel de Sousa (O.S.B) que «o S. Bento da Porta Aberta recebe toneladas de sal e molhos de cravos» [2009]. Na realidade, as ofertas de sal a S. Bento eram em tal quantidade que chegavam a ser medidas em carros (+/- 310 kgs.)! Para dar saída ao recebimento de tanto sal, foi construída uma estrutura que ficou conhecida como a por «Casa do Sal», como encontrámos referida no contrato da empreitada de construção da «Casa dos Milagres», no ano de 1924, na cláusula décima sétima: «Que a casa chamada do sal sera demolida á custa do segundo outorgante, e o material que lhe pertence também á sua custa dali removido, de modo que o largo fique livre e desocupado no final da conclusão da sua empreitada» [2010].

Na atualidade, continuam a ser ofertados centenas de quilos de sal por ano, como pudemos observar, em junho de 2015, no local que a Irmandade disponibiliza para o efeito e que, posteriormente, são vendidos. A única diferença é que, no passado, era todo entregue a granel, agora, a maior parte é sal empacotado.

Quanto à sua simbologia, podemos dizer que o sal é vida, precisamos de sal para viver, assim como da palavra de Cristo. Por isso é que Jesus Cristo chama aos apóstolos *salis terrae*. O sal, ao proteger e purificar, simboliza a **incorruptibilidade**, como escrevem Chevalier e Gheerbrant, além de ser considerado o símbolo da **alimentação espiritual**: «Condimento essencial e fisiologicamente necessário, o *alimento sal* é evocado na liturgia baptismal; *sal da sabedoria*, é por isso mesmo o símbolo da alimentação espiritual» [2011].

7.4.4.4. Cereais

Os símbolos são, por natureza, ambivalentes. Os cereais não fogem à regra e se, por um lado, são essenciais para alimentar o corpo, quando transformados na missa durante a Consagração, tornam-se alimento espiritual, espécies que representam o corpo e o sangue de Jesus Cristo.

O dominicano Frei Bento Domingues, natural de Travassos na freguesia de Vilar, Terras de Bouro, lugar onde existe uma capela dedicada a S. Bento, contou-nos que, no seu tempo de escola primária, chegou a depositar grãos de milho junto às *Alminhas* no centro do lugar onde morava.

Quando os agricultores da montanha iam a SBPA, levavam os produtos que a terra produzia, como verificamos, por exemplo, na ata de 15 de agosto de 1947, cujo rendimento foi de 371$50: «a venda em hasta publica de pequênas porções de linho, feijão, milho, trigo e centeio foi de tresentos e setenta e um escudos e cincoenta centavos» [2012]. Também em agosto de 1956, a Mesa decidiu leiloar «pequenas porções de milho, centeio, trigo, feijão, linho» [2013].

7.4.4.5. Animais

À primeira vista, parece que os animais não têm qualquer conotação religiosa. Todavia, basta recordarmo-nos do «Cordeiro Pascal» para mudarmos de opinião, do sacrifício de Abraão que substituiu o próprio filho por um carneiro, da fuga da Sagrada Família para o Egito ou da entrada triunfal de Jesus Cristo em Jerusalém antes da Paixão.

[2009] SOUSA, D. Gabriel de (1990): *São Bento, Patriarca dos Monges e Pai da Europa*. Mosteiro de Singeverga: Ora & Labora, p. 135.
[2010] **ADB**, *Notarial de Vieira do Minho*, Reis Ribeiro, 1924, 6 de outubro – "Escritura de empreitada que faz a Irmandade de São Bento da Porta Aberta desta Comarca e Manuel Barbosa, da cidade e comarca de Braga". Nota n.º 57, fl. 30.
[2011] CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain (1994): *O. c.*, p. 582, *s.v.* «sal».
[2012] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fls. 44 v.-45.
[2013] **AISBPA**, *Livro de atas (1956-1969)*, fl. 7 v.

As ofertas de animais aos santos eram uma prática corrente em todo o Minho, sobretudo nas zonas de montanha onde os animais de caça tinham mais peso, como na festa de S. Bento na abadia do ex-mosteiro de Fiães.

De todos os relatos sobre ex-votos de gado *vaccum*, o que mais nos surpreendeu foi, na romaria da Senhora da Abadia, a oferta de uma junta de bois ter sido recebida ao pé do altar-mor, como se se tratasse de Santo Antão, razão por que até teve direito a crónica jornalística no «Commercio do Minho» de 18 de setembro de 1885 [2014].

Em relação ao SBPA, encontrámos, treze anos mais tarde, no mesmo periódico, a notícia da oferta de uma junta de bois, mas não consta que tenha sido recebida junto ao altar-mor: «**S. Bento da Porta Aberta.** O rendimento d'este santuario, durante a ultima romaria, orçou por 3:000$000. O snr. Alberto Carlos d'Oliveira, de S. João de Rey, offereceu a S. Bento uma junta de bois no valor de 134$400» [2015]

Os documentos revelam-nos muitas ofertas de animais designados como gado bovino ou «*vaccum*», ovino, caprino e lanígero, além das aves onde predominam os frangos.

Em 16 de agosto de 1896, a JP registou, em ata, os rendimentos da romaria, sendo o total de 3:292$800 reis, soma das esmolas e do leilão. O valor mais elevado obtido no leilão foi o da cera, 84$000 rs., mas aparecem-nos 2$800 rs. da venda de «um bacoro e dous carneiros» [2016].

A título de exemplo, apresentamos um quadro que mostra os produtos ofertados no período que medeia julho de1900 e março de 1901 [2017].

**Quadro n.º 18. Dados relativos às ofertas no período de julho de1900 a março de 1901. (Fonte: ADB).**

| Ofertas | Romaria de julho - 1900 | Romaria de agosto - 1901 | Romaria de março - 1901 |
|---|---|---|---|
| Cera | 9 kgs. | 36 kgs. | 3 kgs. |
| Frangos | 15 | 60 | 6 |
| Sal | 20 lts. | 60 lts. | |
| Utilização de caixões mortuários | 2 | 3 | 1 |
| Animais | 1 vaca e 1 ovelha | 2 *vaccum* e 3 lanígeros | 1 *vaccum* |
| Ouro | 20 grs. | 30 grs. | 8 grs. |
| Ovos | 100 | 400 | 50 |
| **RENDIMENTO** | **447$728 rs.** | **3.085$728 rs.** | **127$246 rs.** |

No grupo das aves, os frangos brancos eram os recomendados – embora lá aparecesse um a ou outro negro atribuído à bruxaria [2018]- e eram tantos que a Mesa, em 11 de julho de 1946, deliberou mandar construir um galinheiro para os acomodar até que fossem leiloados: «foi incumbido o mesmo carpinteiro da construção de um galinheiro destinado á recolha de frangos oferecidos pelos romeiros e que será colocado no logar proprio da casa dos Milagres; cujo galinheiro será de madeira de pinheiro, com portadas de rede de arame e devidamente acabado e colocado no respectivo lugar e o seu custo será de (768$25), conforme o orçamento apresentado» [2019].

[2014] Cf. jornal «Commercio do Minho» de 18 de setembro de 1885: «No correr da romaria d'Abbadia, que dura 8 dias, costumando ser inaugurada pelos pescadores das praias da Povoa, Fão e Espozende, observa-se um uso secular, que eu acho pouco edificante. É o romeiro que offerece, por exemplo, uma junta de bois á Virgem, um touro, ou um porco, ou mesmo outro animal de valor, ter a plena liberdade de entrar pelo templo dentro, até á capella mór, com uma musica á frente, paga á custa da casa, para ahi fazer o seu acto offeretorio».
[2015] «Commercio do Minho» de 20 de agosto de 1908.
[2016] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 2* (1863-1885), fl. 130.
[2017] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Confrarias. Doc. n.º 1532.
[2018] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c*., p. 258: «En Portugal la posesíon demoníaca se cura dejando en determinados santuarios un gallo negro, o sea, uno de los animales en los que se encarna el Diablo. Con el gallo se deja el espíritu maléfico que posee al enfermo. Así se costumbra, por ejemplo, en la romería de San Bartolomé del Mar».
[2019] **AISBPA**, *Livro de atas (1945-1950)*, fl. 20 v.

Ao falarmos de aves não podemos esquecer as ofertas de ovos, generalizadas a muitas capelas de S. Bento [2020], e que em SBPA, só na romaria de agosto de 1901, foram em número de 400.

7.4.4.6. Joias: ouro, prata, pedras preciosas e relógios [2021]

Uma vez concedida a graça tão ansiada, o devoto cumpre religiosamente a sua promessa – até porque se diz que o Santo é vingativo [2022]– e oferece o que prometeu ou vai mais além da promessa, daí que abundem os bens de uso pessoal como joalharia [2023], evidenciado no inventário realizado em 1896 e inserem-se no grupo dos ex-votos denominados «esmolas brancas», como as moedas e produtos em prata, ouro, joias, cera, sal, ovos, etc.

O registo em ata do produto dos leilões ou, mais tarte, por consulta [2024], é deveras elucidativo, como se vê no quadro que se segue relativo à venda de ex-votos recebidos entre 1943 e 1945.

**Quadro 18.**

**Quadro n.º 19. Ex-votos recolhidos entre os anos de 1943 e 1945.**

| Objeto | Origem | Valor facial | Venda | Comprador |
|---|---|---|---|---|
| Sal | Salina da ISBPA | 154 alqueires | 1.232$00 | |
| 2 ½ libras ouro | Julho de 1943 | Defeituosas | 290$00 | Venâncio, Braga |
| 4 libras ouro | Agosto de 1943 | | 1.160$00 | Venâncio, Braga |
| 6 libras ouro | Agosto de 1944 | | 2.340$00 | Venâncio, Braga |
| 7 libras ouro | Agosto de 1945 | | 2.730$00 | Venâncio, Braga |
| 1 moeda de 1.000 réis | Agosto de 1944 | | 480$00 | C.º Luciano Af. dos Santos [2025] |
| Moedas prata antiga | Julho de 1943 | 2.800 réis | 42$00 | Venâncio, Braga |
| Moedas prata antiga | Agosto de 1943 | 17.000 réis | 2604$00 | Venâncio, Braga |
| Moedas prata antiga | Agosto de 1944 | 43.200 réis | 648$00 | Venâncio, Braga |
| Moedas prata antiga | Agosto de 1945 | 34.600 réis | 519$00 | Venâncio, Braga |

Estas ofertas tornaram-se habituais e chegaram aos nossos dias. Em 19 de otubro de 1978, o vice-presidente da Comissão Administrativa da Irmandade de SBPA, Pe. Manuel Vaz Coutinho, alegando risco de extravio, solicita ao Ordinário diocesano autorização para alienar

[2020] Veja-se o caso da capela de S. Bentinho de Trás do Hospital, em Braga.

[2021] É curioso observar como, dois séculos antes de Cristo, na Gália e na Grã-Bretanha romanas, os ex-votos eram praticamente estes, como nos dá conta Ralph Haeussler: «Down to the 2.nd century B.C., one particular votive offering consisted of the deposition of weapons in sanctuaries, which we can find in its extreme form in the display of arms and bodies in Picardie (Ribemont-sur-Ancre). Votive objects also mirror the evoluation of local cults and ritual practices and we can recognise the deposition of an increasingly wide range of votive offering during the 1.st century B.C., including coins, statuettes, jewellery, fibulae, rings, coins, model objects, pottery, etc.». Cf. HAEUSSLER, Ralph (2008): «How to identify Celtic religion(s) in Roman Britain and Gaul», **in** *Divindades indígenas em análise* (atas do VII workshop FERCAN). Coimbra e Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), p. 47.

[2022] Veja-se o que, a este respeito, diz Santos Graça na obra já citada sobre os poveiros, página 104: «Por ocasião das romarias dêstes santos, bandos numerosos vão por essas estradas fora, fatos domingueiros, a pé, até terras de Bouro, Vila Verde, Guimarãis e Carriça, cumprir as suas promessas. E pelo menos as promessas à *Senhora da Abadia* e *S. Bento da Porta Aberta* têm que ser feitas no mesmo ano e cumpridas rigorosamente, porque estes santos não esperam e são vingativos. Chegam a empenhar haveres para cumprir. E não se lamentam, porquanto, «a uma devota que achou longo o caminho de disse depois da promessa: "*fica-te S. Bentinho que não me tornes* [sic] *a ver aqui*» encaranguejaram-se-lhe as pernas por tal forma que não pôde mais andar. E com a Senhora da Abadia tem sucedido o mesmo».

[2023] GRAÇA, António Santos (1932): *O. c.*, p. 104: «e as promessas correspondem ao milagre feito: libras em ouro, argolas, cordões».

[2024] Vide MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 284: «"Algunas imágenes salen en la procesión adornadas con las joyas ofrecidas. Otrora, eran conservadas en su tesoro, pero hoy se organiza generalmente una subasta entre los joyeros, de dos en dos o de tres en tres años, venta que puede saldarse en sumas considerables. En San Benito de Porta Aberta, por ejemplo, se vendieron en 1972 nueve quilos de oro, lo que suspuso ochocientos mil escudos"». (Sanchis, 95).

[2025] Fundador do Museu Pio XII, situado no largo de S. Tiago, em Braga.

um conjunto de objetos de ouro avaliados em 3.590.000$00 que pesavam 15,2 kg. O pedido foi deferido a 8 de janeiro de1979 [2026].

Entre os objetos que podemos classificar de joalharia, eram frequentes os relógios, como se vê nas atas de 10 a 15 de agosto de 1956: «receberam-se mais os seguintes objetos em ouro: um cordão grosso (...); um relógio de ouro "Ómega"; um relógio de metal "Rodi"; (...)» [2027]. Na ata de 10 a 15 de agosto de 1965, entre os objetos de prata, encontravam-se «um relógio de pulso e um relógio de algibeira» [2028]. Perante esta realidade, é interessante refletirmos sobre a simbologia do relógio, uma máquina que mede o tempo, representando o fluir da vida. Se o relógio para, é porque algo está mal, deixou de ter corda ou acabou a carga da pilha. O relógio marca o devir do dia: a manhã, o meio-dia, a tarde e a noite. Assim no tempo, como na vida, tal como alerta a máxima virgiliana que normalmente se encontra nos relógios de parede: *tempus fugit*.

O conhecimento das riquezas de SBPA e a suspeita de que houvesse ouro guardado na casa do Pe. Basílio Rodrigues (Monte, 1888 - 1965, Rio Caldo), presidente da Mesa da Irmandade durante trinta anos, suscitaram a cobiça dos ladrões, de tal modo que a sua residência, situada junto da igreja paroquial, sofreu vários assaltos, o último dos qua3is em janeiro de 1965, e terá contribuído para a sua morte, segundo nos contou a sobrinha que vivia com ele, Fátima Costa [2029].

#### 7.4.4.7. Caixões mortuários

A expressão «fazer a romaria» - que todas as pessoas realizavam quando iam aos santuários – consistia em dar, pelo menos, três voltas ao templo em oração. Estas voltas eram dadas a pé ou de joelhos, mas também havia o costume de «fazer a romaria» dentro de um caixão conhecido como «caixão mortuário», que os devotos levavam ou alugavam.

Esta promessa, normalmente, era feita quando alguém tinha estado muito doente, quase a morrer, e conseguira sobreviver. Contava o nosso pai que, quando adolescente, esteve muito mal e os pais "apegaram-se" com São Bento. Como recuperou, algum tempo mais tarde, foram a São Bento cumprir a promessa. Alugaram o caixão mortuário e pediram a quatro pessoas que o transportassem nas três voltas ao Templo. Recordava-se que estava muito calor – era a romaria de agosto – como transpirava muito, as senhoras que faziam a romaria a pé, compadecidas, limpavam-lhe o suor com lenços perfumados.

O primeiro registo da utilização de um caixão mortuário em SBPA remonta ao ano de 1896 – embora, com grande probabilidade, o seu uso seja anterior -, tendo a JP registado nas contas a receita de 13$000 réis [2030] provenientes do aluguer e venda de caixões mortuários, uma vez que, ofertados, podiam ser adquiridos para a realização de funerais, como se encontra registado na ata da JP realizada a 27 de setembro de 1896: «mais se passaram duas guias ao dito thesoureiro, uma para recebimento de dez mil reis pela venda de um caixaõ mortuario offertado ao S. Bento, que foi vendido ao padre Manoel Arrais de Carvalheira» [2031], freguesia do concelho de Terras de Bouro, conforme guia emitida na sessão de 12 de abril de 1896 [2032].

---

[2026] **AAB**, *Autos de alienação de ex-votos de SBPA*. Processo s/n de 21 de outubro de 1978.
[2027] **AISBPA**, *Livro de atas (1956-1965)*, fl. 8.
[2028] *Idem*, fl. 98 v.
[2029] Fátima Costa, 65 anos, sobrinha do Pe. Basílio Rodrigues, presidente da Mesa durante mais de 30 anos, período de grande desenvolvimento dos espaços envolventes do Santuário e aumento do número de peregrinos. Entrevista realizada no dia 6 de março de 2014.
[2030] **ADB**, Governo Civil, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 737.
[2031] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 132-132 v.
[2032] *Idem*, fl. 118.

No ano seguinte, o recebimento foi de 10.400 rs.: «passaram-se guias (...) de dez mil e quatro centos reis da venda de caixões mortuarios» [2033].

No leilão a seguir à romaria de agosto de 1900, não foram vendidos os caixões mortuários nem as mortalhas por falta de licitantes [2034], no entanto, no relatório de contas de 1900/1901 remetido à Comissão Distrital, estão registadas verbas pela utilização / venda de 6 caixões mortuários [2035].

7.4.4.8. Fogo de artifício

Um ex-voto raramente referido pelos teóricos, mas que teve um grande incremento nas últimas décadas do século passado e praticado essencialmente por emigrantes respeita ao fogo de artifício. Recordámo-nos de ouvir, em quase todas as romarias e festas paroquiais, nos altifalantes, a informação de que ia ser queimada uma determinada quantidade de foguetes – o mínimo era meia-dúzia – por promessa de fulano tal.

Este comportamento não escapou à observação atenta do grande escritor Miguel Torga quando, no dia 13 de agosto de 1966, assistiu à grande romaria de SBPA e deixou registado no seu *Diário*:

> *S. Bento da Porta Aberta, Gerês, 13 de agosto de 1966* – Não direi como se chama, nem o nome interessa. Vale a pena, sim, registar a natureza da promessa que fez: vir aqui todos os anos, enquanto tivesse saúde, e deitar meia-dúzia de foguetes à chegada. Pequenino, vivaço, de cigarro na mão, enquanto vagas sucessivas de romeiros, num rodopio penitente, ensanguentavam com os joelhos abertos a faixa que a compaixão canónica aplainou na aspereza do adro, pegava ele fogo à pólvora dos morteiros e deixava-os subir. E ao lado da colectiva devoção rasteira, encheu-me de esperança aquela solitária devoção alada. A fé numa humanidade de astronautas, que, em vez de mortificar o corpo a remir graças imaginárias, entre pelo céu dentro a exibir desportivamente diante de Deus a alegria de viver [2036].

Na atualidade, estes comportamentos não são admitidos, sobretudo após as vagas de incêndios que têm assolado o país. Mas temos de reconhecer o realismo com que o autor narra momentos que muitos de nós presenciaram.

7.4.4.9. Amortalhados

A palavra *amortalhado*, como facilmente se percebe, integra o campo lexical de «morte». *Amortalhar* significa preparar para a morte, ou seja, para o funeral, isto porque era costume envolver o cadáver num tecido branco, mais ou menos valioso conforme o poder económico da família. Para os pobres, servia de mortalha um lençol, pois nem direito tinham às quatro tábuas de um caixão. Em S. João do Campo (Terras de Bouro), como descreve Jorge Amado, existia o «caixão do defunto» utilizado por todos aqueles



Fig. 82. Romeiros de joelhos e amortalhados. (Fonte: ISBPA).

[2033] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 18 v.
[2034] **AISBPA**, *Livro de atas da Mesa (1899-1907)*, fl. 10 v.
[2035] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Confrarias. Doc. n.º 1532.
[2036] TORGA, Miguel (1968): *Diário X*. Coimbra: edição do autor, p. 97.

que não tinham posses para adquirir um, costume que encontrámos noutras aldeias [2037].

O linguista José Pedro Machado define «mortalha» como «espécie de vestidura talar branca que certos penitentes levam nas procissões em cumprimento de um voto» [2038]. Há 50 anos, eram às dezenas os amortalhados na procissão da grande romaria em SBPA. Atualmente, são muito raros. Em 2017, fizemos uma reportagem fotográfica da procissão e não vimos ninguém amortalhado, situação que estranhámos. Falámos com uma senhora que possui uma loja no terreiro de S. Bento que nos informou que são muito raros e os últimos foram uns galegos, mas que este ano não tinham comparecido.

O uso de mortalha[2039] em SBPA, simbolizando um «regresso do Além», alguém que esteve à beira da morte e conseguiu sobreviver ou ultrapassar um problema grave de saúde – muitas vezes eram as crianças que iam amortalhadas por promessa dos pais -, é um costume muito antigo e já documentado no inventário de 2 de fevereiro de 1896: «uma porçaõ de mortalhas de varios tamanhos sendo uma de seda» [2040].

Na sessão de 29 de março de 1896, o Pe. Pinto Guedes insurge-se contra a intenção do capelão, José Maria de Araújo, de proceder à «venda de um molho de mortalhas de S. Bento» [2041].

7.4.4.10. Aparelhos ortopédicos, trajes académicos e símbolos desportivos

Não podemos terminar esta abordagem sem referirmos um conjunto de ex-votos que constituem uma inovação dos tempos modernos. Começamos por aqueles que mais impressionam, os aparelhos ortopédicos que os romeiros deixam (oferecem) como testemunho da sua cura. A variedade e quantidade são a prova da crença no poder milagoso de S. Bento. Em segundo lugar, temos os trajes académicos, completos ou apenas uma ou outra peça, que proliferam no «museu» dos ex-votos. Quando se se diz que a religião nada diz à juventude e que esta se afasta cada vez mais da Igreja, tais afirmações parecem não fazer muito sentido quando contemplamos estes ex-votos, sobretudo porque são acompanhados de cartas ou notas que dão conta da fé e gratidão dos ofertantes, como a que transcrevemos de seguida.

> Ao São Bentinho eu Lhe agradeço por me ter concedido o pedido que Lhe fiz.
>
> Sou deficiente visual e pelas minhas dificuldades inerentes pedi-Lhe que me ajudasse a concretizar o sonho de concluir o Curso de Direito a que me propus realizar, prometendo-Lhe o Traje Universitário que me acompanhou neste percurso académico que concluí com êxito no ano de 2013.
>
> Com muita Fé e Carinho eu o entrego a seus Pés e peço para me continuar acompanhar e me iluminar por todo o resto da minha vida.
>
> Ao São Bentinho o meu muito obrigado.
>
> 23 novembro 2014.
>
> Nuno Elísio da Costa Oliveira Correia.

[2037] JORGE AMADO (1995): *Navegação de Cabotagem*. Mem Martins: Publicações Europa-América, p. 234.
[2038] MACHADO, José Pedro (1981): *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. VII. Lisboa: Amigos do Livro Editores, p. 398, *s.v.* «mortalha».
[2039] No Museo do Pobo Galego, em Santiago, encontramos a explicação seguinte: «Nalgúns santuarios os devotos que se salvaron dunha morte certa ofrecen a mortalla ou a caixa que usarían se non fose pola intervención divina».
[2040] **AISBPA**, *Livro do inventário dos bens próprios da Junta de Freguesia de Rio Caldo (1886-1930)*, fl. 21
[2041] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 117.

Por último, os símbolos dos clubes desportivos, a começar pelos maiores: Benfica, Porto, Sporting, Braga e Guimarães, o que mostra que há adeptos para quem vale tudo, até invocar o poder taumatúrgico do Santo para o presentear com uma vitória do seu clube.




Fig. 83. Ex-votos a SBPA: aparelhos ortopédicos, símbolos desportivos e trajes académicos. (Fonte: exposição de ex-votos no museu de SBPA)

### 7.4.5. Repenicar do sino

Outro ritual praticado em SBPA respeita ao repenicar do sino. Um Santuário com um dos mais imponentes carrilhões do país tinha de o pôr ao serviço dos romeiros, aqueles que fazem o Santuário grande.

É da tradição - que chegou aos nossos dias, embora agora acionado de modo elétrico – que todo o devoto que dê uma oferta significativa, à semelhança do que acontecia na Abadia que era acompanhado por uma banda de música e recebido junto ao altar-mor, tinha direito a um repique especial no carrilhão de sinos. Quando tal não acontecia e perante a expectativa frustrada do ofertante, o sineiro estava sujeito a uma reprimenda forte, como aconteceu em maio de 1896 em que a JP repreendeu severamente o sineiro, Manuel José Alves Pontes, por ter deixado a porta da capela de S. Bento aberta («em a noute de 19 para 20 do corrente, ficaram abertas as portas do cabido da capella de S. Bento»), e de ter estado ausente («quando no dia 21 ahi chegou uma oferta de 6$000 rs., V. S.ª não estava presente para dar os repiques do costume» [2042]). A 1 de agosto do ano seguinte, é o Pe. Pinto Guedes que se queixa contra o sineiro, servo de S. Bento, por abandono do lugar durante 15 dias, para integrar músicas e orquestras: «fazer ver á junta as irregularidades do serviço e desleixo commettidos pelo sineiro – servo de S. Bento, tal como o abandono do logar sem auctorizaçaõ da junta, que esta meditasse no castigo que por isso devia applicar». A JP proibiu-o de se ausentar para fora da freguesia, de integrar outras bandas ou orquestras e perda do vencimento correspondente aos 15 dias de ausência [2043].

No relatório de contas de 1902, aparece justificado o vencimento de 90$000 reis do modo seguinte: «a um sineiro encarregado do serviço da sacristia e de tanger musicalmente o carrilhão aos romeiros segundo o costume e valor das ofertas» [2044].

[2042] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fl. 17v.-18
[2043] **AFFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 17 v.
[2044] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Confrarias. Doc. n.º 6681.

### 7.4.6. Ramos de medronheiro



Fig. 84. Ramos de medronheiro em flor.

O medronheiro é um arbusto de folha persistente cuja altura máxima varia entre os três e os cinco metros, podendo atingir os dez. Os seus frutos, os medronhos, eram muito pretendidos pelas populações rurais para fazer marmelada – confeção em que participámos na juventude -, compotas e aguardente. As suas folhas e casca, quando tenras, eram muito procuradas pelo gado bovino e caprino. Além deste aspeto, os medronhos, até pela elevada taxa de álcool – quem comia muitos medronhos corria o risco de se embriagar -, eram utilizados pela medicina popular dadas as suas propriedades antissépticas e anti-inflamatórias.

Tal como os peregrinos de Santiago traziam, no regresso, uma vieira como prova de terem estado em Compostela, um símbolo da salvação do cavaleiro romano quando foi ao encontro da barca que transportava o corpo do Santo, a conhecida lenda de Cayo Carpo [2045], ou os peregrinos da Terra Santa, denominados de «palmeiros», traziam ramos de palmeira, também os devotos de S. Bento, oriundos na sua maioria e nos primeiros tempos da zona costeira, desconhecedores do arbusto chamado medronheiro ou ervedeiro (*arbutus unedo L.*), prolixo nas encostas que rodeiam o Santuário, começaram a levar os seus ramos como prova de que tinham estado em SBPA [2046].

Uma das rubricas prente em quase todos os relatórios de contas, primeiro da JP e depois Irmandade, era a da despesa com a apanha dos ramos de medronheiro que oscilava entre os 2$000 e os 5$000 réis. Este trabalho, normalmente, era atribuído às mulheres, como se infere de um recibo de 3$000 rs. passado a 15 de agosto de 1911: «Reis, 3.000. Importancia paga a diversas mulheres por cortarem e condusirem os molhos de ramos para os romeiros» [2047]. Em 1897, a tarefa tinha sido acometida a Maria de Azevedo, de Rio Caldo, que recebeu 2$000 réis [2048].

Segundo Chevalier e Gheerbrant, «este arbusto de folhas persistentes era, para os Antigos, ligado à morte e à imortalidade» [2049]. Pela ancestralidade, pela dureza da sua madeira e grande poder calorífero ao ponto de as raízes, até meados do século XIX, terem sido utilizadas pelos carvoeiros na serra do Gerês, pelas propriedades medicinais e pelo facto de os seus frutos serem comestíveis, podemos afirmar que o medronheiro está ao nível do carvalho (*quercus robur L.*) e do teixo (*taxus baccata L.*) para as civilizações mais antigas.

A importância do medronheiro na Antiguidade Clássica encontra-se documentada na *Eneida* (XI, 64-66) [2050], quando Vergílio, ao narrar as exéquias do companheiro de Eneias, o

[2045] Vide https://www.cm-matosinhos.pt/pages/242?news_id=3500 (acedido a 28-01-2020).
[2046] VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *O. c.*, p. 464: «A costumeira de nesta romaria se fornecer ramos de medronheiro aos romeiros, deve-se aos que vindo da Abadia, levavam raminhos de medronheiro que havia no adro da capela, como amostra de planta desconhecida e de ter vindo a S. Bento».
[2047] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Confrarias. Doc. n.º 2594.
[2048] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 737.
[2049] . CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain (1994): *O. c.*, p. 446, *s.v.* «medronheiro».
[2050] MARONIS, Publii Vergilii (1948): *Aeneis* (texto completo e anotado pelo Pe. Arlindo Ribeiro da Cunha). Braga: Livraria Cruz, p. 640.

célebre Palas, escreve: «Haud segnes alii crates et molle feretrum / Arbuteis texunt virgis et vimine querno, / Exscrutosque toros obtentu frondis inumbrant» [2051].

**7.4.7.** *Quadras e cantigas dos romeiros de S. Bento da Porta Aberta*

Abordámos, na primeira parte da nossa dissertação e de um modo genérico, os hinos, cânticos e canções a S. Bento. Como esta é especificamente sobre S. Bento da Porta Aberta, vamos falar dos cânticos que lhe são dedicados. Começamos por distinguir as canções de romaria das cantigas de baile. As primeiras são de cariz sagrado e predomina o sentimento de gratidão para com o santo; as segundas destinam-se à diversão, depois de realizada a romaria, sendo típicas as rusgas [2052] e o cantar à desgarrada com que passavam algumas horas da noite. Raro era o grupo de romeiros que não levasse uma concertina, um cavaquinho, uma pandeireta, uns ferrinhos e um bombo, além das castanholas dos dançarinos.

Como referimos ao tratar da marca beneditina na freguesia de Rendufinho, lugar de Sobradelo [2053], os romeiros faziam aí uma paragem, comiam um «caldo do pote» e recuperavam energias cantando e dançando.

Mariño Ferro, na sua obra sobre as romarias e peregrinações, dá-nos conta deste comportamento:

> En Portugal los cantos de romería "algo de cántico religioso y de diversión profana". Antiguamente se cantaba en muchas peregrinaciones; hoy, entre pocas que conservan la tradición, destaca la de San Benito de Porta Aberta. Es una maravilla oír aún, de noche, la sierra animada por las voces en falsete de las mujeres qu ese aproximan. Hasta hace pocos años los devotos se llamaban de casa en casa, atravesaban aldeas y ciudades llenándolas de cantos ante la mirada curiosa de las gentes. De vez en cuando se detenían en cualquier plaza, que pronto se convertía en pista de baile para vecinos y visitantes. Además paraban en lugares fijados por la tradición, no porque fuese necessario descansar, sino porque allí confluían diversos itinerarios y los grupos de aldeas distantes se encontraban en medio de cantos y bailes [2054].

7.4.7.1**. *Cântico dos romeirinhos*** [2055]

Começamos por um conjunto de quinze quadras recolhidas pela professora Cândida Santos, moradora na freguesia de Rio Caldo, muito perto da basílica de S. Bento da Porta Aberta, a partir dos cantares dos muitos romeiros que vão cultuar este Santo.

| | | |
|---|---|---|
| **1.** | **6**. | **11.** |
| Senhor S. Bentinho, | Senhor S. Bentinho, | Senhor S. Bentinho, |
| Aqui vos trazemos | As vossas florinhas, | Estrela do norte, |
| Estes romeirinhos | Ao longe, parecem | Vós destes saúde |
| Que vos prometemos. | Estrelas miudinhas. | A quem estava à morte. |
| **2.** | **7.** | **12.** |
| Senhor S. Bentinho, | Senhor S. Bentinho, | A quem estava à morte, |

[2051] «Os diligentes mancebos um leito aprestaram com ramos fléxeis de roble e medronho, trabalho de bela feitura, com forte toldo encimado, de galhos e espesssa ramagem». Tradução de Carlos Nunes **in** VIRGÍLIO (2014): *Eneida*. S. Paulo: Editra 34, p. 729.

[2052] O núcleo de uma rusga, normalmente, assentava numa ou mais famílias com tocadores. Algumas tornaram-se famosas e faziam com que o povo, nas noites de romaria, abrisse alas para os ver passar tocando, cantando e dançando. Recordámo-nos que havia uma quadra base que todos interpretavam, a única diferença era o topónimo de onde vinham: «siga a rusga, siga a rusga / siga a nossa pandeireta / nós somos de (...) / connosco ninguém se meta».

[2053] Vide página 67 e ss.

[2054] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (1993): *O. c.*, p. 165.

[2055] Recolha de D. Cândida Santos, Seara, Rio Caldo (Terras de Bouro).

Aqui estamos a chegar,
Abri-nos a porta
Nós q'remos entrar.

**3.**

Senhor S. Bentinho,
Aqui vimos nós,
Co'estes romeirinhos
Que são para vós.

**4.**

Senhor S. Bentinho,
Que estais no andor
Cercadinho de anjos
Aos pés do Senhor.

**5**.

Senhor S. Bentinho,
Que estais na vidraça,
Que santo tão lindo
Mete tanta graça.

Velinhas a arder,
Se elas se apagarem
Tornam-se a acender.

**8.**

Senhor S. Bentinho,
O vosso telhado,
De bênçãos e graças,
Está sempre molhado.

**9.**

Senhor S. Bentinho,
Fonte de virtude,
Aos pobres dai pão,
Aos doentes saúde.

**10.**

Senhor S. Bentinho,
Foi com devoção
Que viemos cantar
A nossa oração.

A quem estava a morrer,
Senhor S. Bentinho,
Pelo vosso poder.

**13.**

Pelo vosso poder,
Ainda mais também,
Senhor S. Bentinho,
Para sempre, Amém.

**14.**

Senhor S. Bentinho,
Que estais na capela,
Nós vamos embora
E vós ficais nela.

**15.**

Senhor S. Bentinho,
Nós vamos embora,
Deitai-nos a bênção
Pela porta fora.

7.4.7.2. S. Bentinho, Grupo de Concertinas «Sons da Ponte», Guimarães [2056]

Como o SBPA atrai romeiros de muitos lados, há sempre grupos a interpretar as suas músicas tradicionais ou a recriá-las, como o grupo «Sons da Ponte» de Guimarães.

**I**

S. Bento da Porta Aberta,
És padrinho da Maria.
Eu também sou afilhado
Da senhora da Abadia.

**Coro**

Ó S. Bentinho quero ir, quero ir,
Ó S. Bentinho quero ir e vir.
Ó S. Bentinho agora, agora,
Ó S. Bentinho que me vou embora.

**Instrumental**

**II**

S. Bento da Porta Aberta,
P´rò ano lá hei-de ir.
Ou casada ou solteira,
Ou criada de servir.

**III**

S. Bento da Porta Aberta,
O caminho pedras tem,
Se não fosse os teus milagres.
Já lá não ia ninguém.

**Coro**

Ó S. Bentinho quero ir, quero ir,
Ó S. Bentinho quero ir e vir.
Ó S. Bentinho agora, agora,
Ó S. Bentinho que me vou embora.

(**Instrumental**.)

7.4.7.3. Cancioneiro de S. Bento [2057]

Em 1961, o jornal de S. Bento da Porta Aberta, na sua edição de dezembro, divulgava um conjunto de quadras cuja rubrica apelidava de **Cancioneiro de S. Bento.** Foi uma iniciativa louvável que, infelizmente, não teve continuidade. Aquando da apresentação da nossa comunicação no âmbito do congresso comemorativo dos 400 anos da fundação da ermida primitiva, tivemos a oportunidade de salientar a necessidade de se proceder a essa recolha.

As quadras publicadas foram as seguintes:

[2056] ***In***: https://www.youtube.com/watch?v=jaJu3F3EDlU (acedido a 13-12-2017).
[2057] Jornal de S. Bento da Porta Aberta de dezembro de 1961.

**I**
Ó meu S. Bentinho,
Das bandas do Gerês,
Para o ano voltamos
Nós cá outra vez.
**II**
Ó meu S. Bentinho,
Do meio da serra,
Pedimos-te força
Para chegar à nossa terra.
**III**
Ó meu S. Bentinho,
Estamos na despedida,
Pedimos coragem
Para a nossa saída.
**IV**
Senhor S. Bentinho,
Eu posso dizer,
Já deste a vida
A quem estava a morrer.
**V**
A quem estava a morrer,
Pois tu o curaste,
Deixou de sofrer
Porque tu o salvaste.

7.4.7.4. S. Bento, *Rancho folclórico de S.ta Maria dos Anjos, Vieira do Minho*

Vieira do Minho é um concelho do distrito de Braga ao qual, no passado, a freguesia de Rio Caldo pertenceu durante dois anos e meio.

Dada a sua proximidade do santuário de S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo), por aqui passa um dos principais caminhos de peregrinação a este Santuário.

Na freguesia de Mosteiro, mais concretamente no lugar de Magos, existe uma capela que, embora inicialmente fosse dedicada a Nossa Senhora da Graça, hoje, é conhecida como capela de S. Bento e aí é celebrada uma festa em sua honra.

Também na freguesia de Eira Vedra, concretamente no lugar de Servas, existe uma capela em honra de Nossa Senhora dos Remédios com uma imagem de S. Bento muito antiga, que atesta a passagem do trilho de S. Bento pelo seu adro.

A letra seguinte é de uma canção popular em honra de S. Bento, cantada e dançada pelo Rancho Folclórico de Santa Maria dos Anjos, Vieira do Minho.

**(Instrumental)**

**I**
Muito obrigado S. Bento
Que andas no nosso andor,
Nós vimos-te pedir
Para nos dares amor.
**Coro**
Vamos ao S. Bento,
Vamos te adorar.
Vamos corridinho,
Vamos te rezar. (**Bis**)
**II**
Os teus milagres sagrados,
A todos deixam contente,
Aumentas a felicidade
Para toda esta gente.
**III**
Meu querido São Bento,
Para o pobre alimentar,
**IV**
És a minha salvação,
Que t´eu não vou esquecer,
Sem ti não teria forças
Para continuar a viver.
**V**
São Bento é a minha luz,
No Céu e também na Terra,
Aqui viemos te pedir
Para acabar com a guerra.
**VI**
Todo o mundo crê em ti,
Assim, me vou sem temor.
Foste o santo escolhido
Por Deus o Nosso senhor.

**(Instrumental)**

És a luz da minha vida
Em ti sou feliz a cantar.

**Coro**

7.4.7.5. «Ao S. Bentinho quero ir, quero ir»

Em todo o Minho, a música dedicada a SBPA mais conhecida é a que tem o seguinte refrão quando é cantado à maneira minhota:

Ó S. Bentinho quero ir, quero ir,
Ó S. Bentinho quero ir e bir.
Ó S. Bentinho agora, agora,
Ó S. Bentinho que me bou embora.

São vários os grupos que desenvolvem este tema, mas não queremos encerrar esta matéria sem darmos conta de mais duas versões: a primeira, interpretada pela Associação Cultural e Festiva "Os Sinos da Sé" (Braga); a segunda, uma recolha feita no concelho de Barcelos.

**"Os Sinos da Sé" (Braga)**

**I**
Eu vou para o São Bentinho,
Pelo monte e pela estrada,
Que a natureza é bonita
E eu não quero perder nada.

**Coro**
Ó S. Bentinho quero ir, quero ir,
Ó S. Bentinho quero ir e vir.
Ó S. Bentinho agora, agora,
Ó S. Bentinho que me vou embora.

**II**
Ó meu rico S. Bentinho,
As velinhas estão a arder,
Só falta verdes os cravos
Que trago p'rà agradecer.

**III**
Ó meu rico S. Bentinho,
Vossa *Regra* está bem certa,
Já rezei, já trabalhei,
Só falta gozar a festa.

**IV**
Ó meu rico S. Bentinho,
Basílica tendes já,
Agora já só falta
Fazer o Papa vir cá [2058].

**Barcelos**

**I**
S. Bento da Porta Aberta,
Mandai varrer as areias,
Eu já rompi os sapatos
Não quero romper as meias.

**Coro**
Ó S. Bentinho quero ir, quero ir,
Ó S. Bentinho quero ir e vir.
Ó S. Bentinho agora, agora,
Ó S. Bentinho que me vou embora.

**II**
Eu hei de ir ao S. Bentinho,
De joelhos a rezar,
P'ra livrar o meu amor
Da vida de militar.

**III**
Eu hei de ir ao S. Bentinho.
Meu amor é de promessa.
Sou filho d'um homem manco
Não posso andar depressa.

**IV**
S. Bentinho escreveu
Ao Senhor do Paraíso,
Se esta mocidade é louca,
Ó Senhor, dai-lhe juízo.

**V**
Eu hei de ir ao S. Bentinho,
Lá p'ràs bandas do Gerês.
Eu quero ver os milagres
Que o S. Bentinho fez.

[2058] A elevação do santuário de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo (Terras de Bouro), à categoria de basílica menor, ocorreu a 21 de março de 2015 aquando das comemorações do IV centenário da construção da capela primitiva.

7.4.7.6. São Bento da Porta Aberta, Hélder Batista (Rio Caldo) [2059]

Terminamos com uma canção de um artista da terra, Hélder Batista, filho de um exímio tocador de concertina chamado João Batista, com a nomeada de «João da Serradeira», que foi um dos fundadores do Grupo de Tocadores de Concertina de Rio Caldo e o seu principal dinamizador.

O Hélder, artista da música ligeira, começou, desde muito novo, a escutar os sons da concertina e, como diz o povo, «filho de peixe sabe nadar». Nascido paredes meias com o santuário de S. Bento da Porta Aberta, não é de estranhar que o S. Bentinho também esteja presente nas suas canções. Embora não seja uma canção de romaria, achámos que faz todo o sentido incluí-la no trabalho presente.

**Instrumental**

**I**
São Bento da Porta Aberta,
Eu te peço a rezar,
Cuida dos pequeninos
Que fome estão a passar.
Cuida dos pequeninos
Que fome estão a passar.

**Coro (bis)**
Ó são Bentinho, te peço a rezar,
Olha por nós, vem-nos abençoar.
Vou ao Santinho, vou-vos visitar
E aos teus pés, eu vou rezar.

**II**
São Bento da Porta Aberta,
Peço-te pelos emigrantes,
Olha por eles, Santinho,
Que da terra estão distantes.
Olha por eles, Santinho,
Que da terra estão distantes.

**III**
Ó meu Santinho adorado,
No mundo há tanto pecador,
Fica com mais um pedido,
Faz que haja paz e amor.
Fica com mais um pedido,
Faz que haja paz e amor.

[2059] ***In*** :https://www.youtube.com/watch?v=LXyh_U9kKKc, (publicado a 8-4-2014).

# 8. O SANTUÁRIO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Podemos dizer que, até 1895, todos os caminhos paravam no lugar de S. Bento, freguesia de Rio Caldo, em frente ao Mosteiro de São Bento da Porta Aberta.

Concluído o Templo, era altura de pôr em prática um plano de melhoramentos e aformoseamento do lugar, o que foi decidido em sessão de 20 de outubro de 1895, aquando da elaboração do plano de atividades para 1896: «passando-se á discussaõ das verbas facultativas foi unanimemente (...). – E finalmente foi feita a proposta para os estudos de uma planta geral de obras e milhoramentos que de feturo tenham de fazer-se no referido Santuário» [2060]. Entretanto, prosseguiam as obras de construção da estrada, como se lê no jornal *Correspondência do Norte*, de 22 de agosto de 1896, no rescaldo da grande romaria onde tinham estado presentes várias figuras públicas:

> A romaria correu animadíssima e na melhor ordem. O fogo do ar, confiado a dois habeis pyrotechnicos do districto, foi admiravel, maravilhoso.
>
> Para o anno, comtudo, a romaria será engrandecida e muito melhorada.
>
> D'ahi vieram varias familias. Entre outras, recorda-nos ter visto a sr.ª D. Francisca da Prelada.
>
> Os snrs. Visconde de Sinde e conego Vaz, são dois devotos fervorosos de S. Bento. Como de costume visitaram o sanctuario, fóra do dia da romaria. Também o rev. Bispo de Hymeria aqui veio na romaria de julho, deixando uma esmola importante.
>
> Do Gerez tem vindo aqui muitas familias. S. Bento é uma digressão do Gerez. Muito mais o será tendo a estrada concluida.
>
> Os romeiros applaudem com louvor a construcção da estrada, cujos trabalhos se tem activado. Cremos que para o anno S. Bento não fará recordar, por falta de vias de comunicação, o monge da caverna de Subiaco, onde segregado do contacto corrupto da antiga Roma, embalsamava com o aroma das suas virtudes os poucos que frequentavam e sahiam do seu cenóbio; concluida a estrada, ter-se ha obtido que seja frequentado e concorrido o seu templo, como outr'ora demandavam o monte Cassino todos os que amavam a perfeição religiosa e a santa ideia do trabalho [2061].

A JP e as mesas administradoras, até 1941, sempre viram nos rendimentos do santuário de S. Bento uma forma de promover o seu culto – o seu fim primeiro – e de desenvolver a freguesia, em particular o local onde se situava o Santuário como vimos plasmado nos Estatutos.

Temos presentes as palavras do Pe. Pinto na reunião de 27 de agosto de 1905, aquando da aprovação da proposta de revisão de Estatutos na sequência da retirada da fábrica à Junta de Paróquia: «a transferencia da fabrica da Capella de Sam Bento da Porta Aberta e dos rendimentos d'esta para a Irmandade ou Confraria representa um bem geral e uma grande riqueza para esta ridente povoação, pelos grandes melhoramentos que a Confraria ficou obrigada a fazer e que tornarão esta terra, de futuro, uma como que importante villa» [2062].

Recordámos, também, as disposições estatutárias aprovadas por alvará de 4 de setembro de 1914, concretamente o número 11.º do artigo 3.º: «Empregar anualmente do restante dinheiro

[2060] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fls. 95 v.- 96.
[2061] Jornal «*Correspondência do Norte*» de 22 de agosto de 1896.
[2062] **AJFRC**, *Atas avulsas (1905-1908)*, fl. 2 v.

dos rendimentos da Irmandade o que fôr possivel ou conveniente em trabalhos, obras e construções de diversa natureza nas imediações e arredores do Santuário, tendentes a melhorar, embelezar e valorizar o local e a região, proporcionando desta maneira uma fonte permanente de trabalho assalariado» [2063].

A comissão administrativa nomeada após a implantação da República tinha uma perspetiva de desenvolvimento assente em vários pilares, como a criação de postos de trabalho que permitissem a fixação da população, a continuação do aformoseamento do lugar de S. Bento de modo a aumentar o fluxo de peregrinos e a dinamização do tecido económico. Estavam lançadas as bases de um desenvolvimento turístico que se pretendia complementar da estância termal do Gerês que, na altura, estava em alta, depois da construção da estrada distrital n.º 10 e de por lá terem passado figuras reais. No fundo, a comissão perfilhava as ideias de desenvolvimento de qualquer autarca do presente.

Para isso contava com os rendimentos do Santuário, tal como no passado (1892) quando o presidente da JP, Clemente Pinto Guedes, respondeu ao administrador do Concelho a dizer que a freguesia não precisava de lançar derrama sobre os paroquianos porque tinha rendimentos para fazer face às despesas: «esta parochia jamais derramou os seus parochianos para satisfazer os seus compromissos, visto que possuem rendimentos próprios que bem suprem os encargos desta parochia. Portanto julga-se desnecessário dar esclarecimentos que se solicitam para o fim que deseja» [2064]. Obviamente que a freguesia, com os rendimentos do Santuário, podia dispensar os apoios de uma Câmara Municipal das mais pobres do país.

Os apoios concedidos pela Irmandade durante as primeiras décadas do século XIX levaram a que muitas famílias das freguesias vizinhas se mudassem para Rio Caldo, onde, mesmo sendo pobres, sempre podiam arranjar algum trabalho nas obras levadas a cabo pela Irmandade ou beneficiar dos apoios em termos de tratamento médico, educação dos filhos e do subsídio aos pobres. Recordamos que os primeiros estatutos tinham um capítulo destinado à beneficência e assistência.

Com todos estes apoios, não é de admirar que a população de Rio Caldo fosse a que mais cresceu no Concelho, à exceção de Vilar da Veiga, que beneficiou do crescimento das Caldas do Gerês, até à década de 80.

**Quadro n.º 20. Evolução demográfica no concelho de Terras de Bouro entre os anos 1794 e 2001.**

| Anos / Freguesias | 1794 [1] | 1886/87 [2] | 1981 [3] | 1991 [3] | 2001 [3] | 2011 [3] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Balança | 416 | 522 | 341 | 394 | 393 | 371 |
| Campo do Gerês | 285 | 364 | 226 | 193 | 187 | 162 |
| Carvalheira | 437 | 663 | 553 | 481 | 448 | 386 |
| Chamoim | 454 | 537 | 544 | 432 | 350 | 291 |
| Chorense | 451 | 549 | 602 | 606 | 582 | 454 |
| Cibões | 577 | 630 | 695 | 600 | 439 | 371 |
| Rio Caldo | 352 | 847 | 1243 | 1189 | 993 | 892 |
| Souto | 573 | 558 | 616 | 625 | 564 | 494 |
| Vilar da Veiga | 412 | 777 | 1653 | 1580 | 1530 | 1286 |

[1] Fonte: CAPELA, José Viriato (2001): *Memórias e Imagens de terras de Bouro Antigo (As «Memórias Paroquiais» de 1758*). Terras de Bouro: Câmara Municipal, p. 48.
[2] Fonte: VIEIRA, José Augusto (1886): *O Minho Pitoresco*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, p. 480.
[3] Fonte: INE.
[4] Fonte: INE.

[2063] *Estatutos da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta* (1918). Braga: Tipografia Sousa Cruz, p. 5.
[2064] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fls. 8-8 v.

Verifica-se, pela análise destes dados, a existência de um crescimento populacional significativo em menos de cem anos, de 1794 a 1886, quando comparamos com as freguesias mais populosas do Concelho. Apesar de, em 1955, os terrenos mais produtivos, como a veiga de Rio Caldo, terem ficado submersos pela barragem da Caniçada, a população continuou a aumentar até à década de oitenta, nao obstante as levas de emigração nos anos 70 e 80. Só a queda acentuada da taxa da natalidade fez inverter este crescimento.

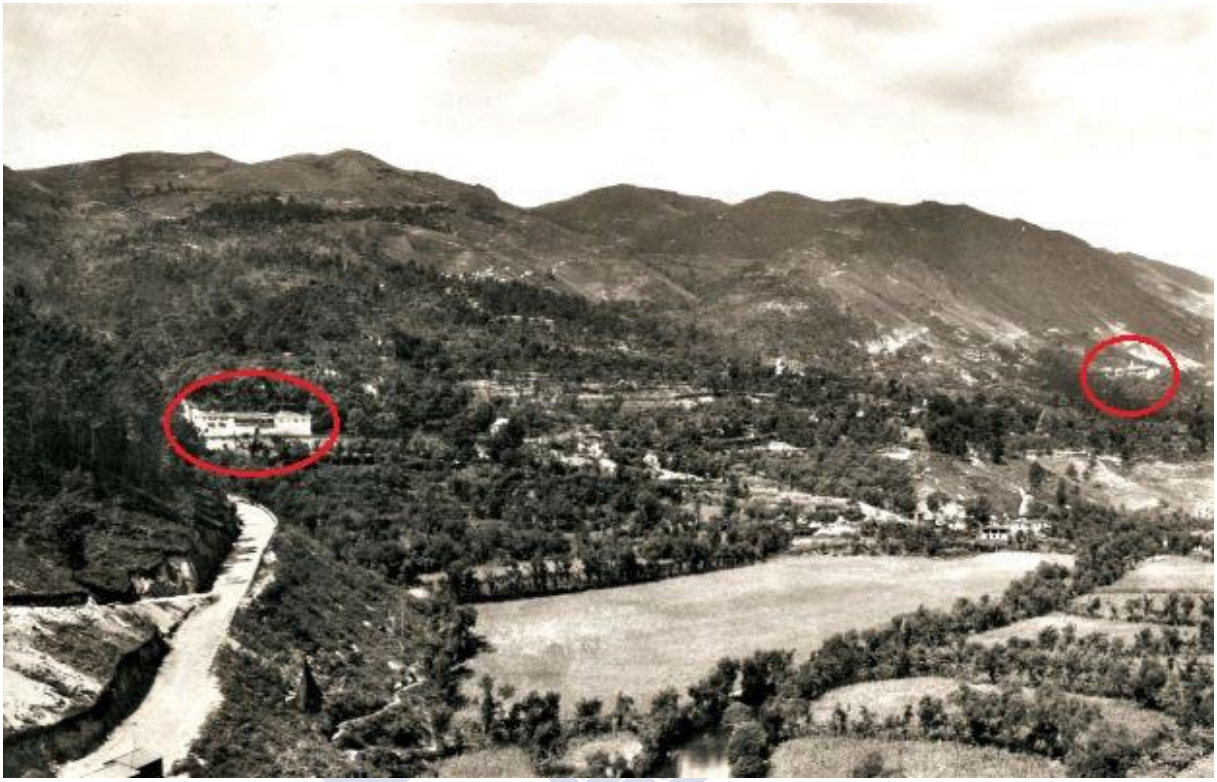


Fig. 85. A veiga de Rio Caldo vendo-se, à esquerda, a «Casa do Pinto», e, à direita, o Santuário de S. Bento da Porta Aberta. (Fonte: Arquivo da EDP / Porto, 1955).

Não precisamos de recuar muito no tempo para percebermos que a freguesia de Rio Caldo sempre foi uma das mais importantes do Concelho. Basta consultarmos as *Memórias Paroquiais* de 1758 e comparar a dimensão e ornatos das igrejas paroquiais, centro sócio-religiosos durante séculos.

No entanto, a freguesia de Rio Caldo sofreu um revés na década de 50, obrigando a um processo emigratório, e só a partir da década de 70, com o advento do poder autárquico e a massificação do turismo, é que Rio Caldo volta a sentir novo impulso de desenvolvimento (1979-2009), nomeadamente com os arranjos urbanísticos e a construção de vários equipamentos. Foi neste período que teve lugar a construção da nova cripta de S. Bento da Porta Aberta e a transformação da pousada em estalagem e, posteriormente, em hotel.

### 8.1. VIAS DE ACESSO

As condições de acesso ao santuário de S. Bento sempre foram uma preocupação, quer das Câmaras Municipais (Terras de Bouro e Santa Marta de Bouro) que todos os anos realizavam as conhecidas "correições", quer da JP que despendia uma verba para limpeza, nomeadamente

do chamado «caminho da Abadia» [2065] que liga os dois santuários, quer, posteriormente, da Mesa da Confraria / Irmandade [2066].

Não temos qualquer dúvida sobre o facto de que o aumento de peregrinos à capela de S. Bento foi o grande motor de desenvolvimento da freguesia, potenciado, a partir do final do século XIX, com o crescimento das Caldas do Gerês. Esse desenvolvimento começou por se fazer sentir nas vias de acesso, a fim de facilitar a deslocação dos romeiros e turistas.

Para responder a este aumento, quer a Mesa da Irmandade, quer os organismos de administração autárquica tiveram de implementar um vasto programa de melhoramentos, começando, obviamente, pelas acessibilidades.

### 8.1.1 Construção de uma ponte sobre o rio Cávado

Em Rio Caldo, confluem três rios: o Cávado, vindo de nascente, e os seus afluentes, o Gerês [2067] (norte) e o Freitas (poente). Apesar de as condições orográficas serem difíceis, este era o local de passagem entre os julgados de Terras de Bouro, Ribeira de Soás e Vieira. Dada a inexistência de ponte e sempre que a corrente o permitia, as pessoas recorriam a uma travessia de barco documentada no século XVIII [2068].

Segundo Molho de Faria, a primeira ponte sobre o rio Cávado, ligando os concelhos de Terras de Bouro e de Vieira do Minho, foi construída em 1731 pela Procuradoria de Guimarães[2069]. Todavia, as pontes construídas em madeira degradavam-se rapidamente ou eram facilmente destruídas pelas torrentes dos invernos rigorosos.

Aquando do impulso dado às Caldas do Gerês por D. João V, foi construída uma ponte de madeira que, ao fim de dois anos, foi destruída pelas enchentes [2070]. Com o aumento da frequência das termas do Gerês, em 1768, tornou-se imperioso a reconstrução de uma «ponte de pau no rio grande de Rio Caldo» que desse «passagem a todos os moradores deste Reino e ainda de fora dele que vão às Caldas de Gerês a procurar nelas remédio de suas moléstias e, convenientemente mandara reedificar a ponte com toda a segurança» [2071]. Para suportar os custos, foi lançada uma finta sobre os povos dos concelhos beneficiados [2072].

---

[2065] Em 1897, a JP de Rio Caldo despendeu 48$000 réis com o «concerto do caminho vicinal que se dirige do Santuario do S. Bento á Abadia». Cf. **AJFRC**, *Livro dos orçamentos da Junta (1896-1925)*, fl. 15 v.

[2066] **AISBPA**, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 102: «E por ultimo o mesmo vogal pediu que como em rasaõ das grandes tempestades que alagaraõ os caminhos tornando-se quase intranzitaveis se offeciasse ao Regedor afim de elle no desempenho de suas funções avisar os seus comparochianos para o concerto e reparo dos caminhos nos lemites dos lugares de Parada, Siara e Pêso». Eram os três lugares por onde chegava a maioria dos peregrinos: Parada, o caminho do nascente; Seara, o caminho da Amarela e dos Galegos; Pêso, o caminho de Braga.

[2067] Também referenciado por «ribeiro de Leonte».

[2068] No século XX, a toponímia ainda registava a influência deste meio de transporte: «uma parcela de monte baldio na Costa do Barco», **in** *edital* da JFRC de 4 de abril de 1921 (*Livro de editais, ofícios e correspondência 1909-1934*), fl. 26 v. Ver, ainda, «Manuel Afonso Lourenço, Leira da Costa do Barco, na margem direita do rio Cávado», **in** *Livro de atas da JFRC*, ata de 28 de junho de 1936, fl. 80v. A «Costa do Barco» ficou submersa com a barragem da Caniçada.

[2069] FARIA, Molho de (1985): *O. c.*, p. 20.

[2070] RICARDO Jorge (1888): *As Caldas do Gerez. O Gerez Thermal: Historia – Hydrologia – Medicina*. Porto: Typographia Occidental, p. 23: «Talhou por largo, segundo o costume; queria uma ponte sobre o Cávado, uma boa igreja á martyr Santa Euphemia com uma capellania privilegiada de sessenta mil reis de beneficio, um hospital para albergar os enfermos pobres, enfim umas casas de banho bem acomodadas. (…) O augustissimo não logrou de todo os seus bons desejos: a ponte do Cávado, sem as voltas robustas dos velhos arcos romanos, alagou com o embate das cheias ao cabo de dois annos; e do Hospital mal afloraram os alicerces, de que ainda hoje se veem os vestigios no terreiro da capella; deu em falso a philantropia do soberano».

[2071] **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)**, *Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes*, Maço n.º 58, doc. nº 133 (1768).

[2072] Os moradores das freguesias S. Mateus da Ribeira, S. João da Balança, Santa Marinha de Chorence e Santo André de Moimenta, como ficavam do outro lado do monte, recusavam-se a contribuir alegando a existência de um barco e de uma ponte em Vilar da Veiga, tendo sido necessária uma provisão régia para tal. Vide **ANTT**, *Desembargo do Paço, Minho e Trás-os-Montes*, Maço n.º 58, doc. nº 133 (1768), «Provisão aos oficiais da Câmara do Concelho de Terras de Bouro para obrigar uns moradores a satisfazerem uma finta para o pagamento da ponte de Rio Caldo».

Com a existência das primeiras pontes, o barco foi dispensado, mas o problema era a rápida degradação das «pontes de pau» como muitas que ainda conhecemos na serra do Gerês. Assim, em 4 de setembro de 1836, o administrador do concelho de Terras de Bouro, António José Peixoto Castelo Branco, envia um ofício ao encomendado da paróquia de Rio Caldo e administrador da capela de S. Bento, Pe. José de Araújo, para que, das esmolas do Santo, dê de empréstimo ao Pe. Bento José Dias, pároco da freguesia de Rio Caldo e responsável pela construção da «ponte provisória de madeira no rio Cávado», uma quantia entre 24.000 e 30.000 réis.

O teor do ofício é o seguinte:

> Ill.mo e Rev.mo Senhor
> Tendo a Camara Municipal deste concelho encarregado ao Pe. Bento Jose Dias a promptificaçaõ da Ponte Provisoria de Madr.ª no Rio Cavado, e sendo-lhe preçiso p.ª ultimar a sigurança da d.ª Ponte mais algum Dr.º, a referida Camara me suplica p.ª eu incutir em se lhe prestar (sic) o resto que ainda falta; o qual V. S. lhe prestará o dr.º d.º com recibo, que lhe passara; p.ª depois pella Coleta ser todo o produto das Esmolas recerçido, p.ª ter o seu devido destino, e aplicação. E pareçe que este emprestimo será sufiçiente até 24.000 ou 30$000 rs.. Deos Gd.e a V. S. Terras de Bouro, 4 de 7bro. 1836.
> Ill.mo S.r Encommd.º da frg.ª de Rio caldo.
> NB. este emprestimo he bem entend.º do Dr.º das Esmollas de S. Bento [2073].

Conforme recibo passado em 12 de setembro de 1836, a quantia recebida foi de 28.800 rs., o que terá sido suficiente para a conclusão dos trabalhos.

Entretanto, devido à nova reforma administrativa de 1836, a paróquia de Rio Caldo passa para o concelho de Santa Marta de Bouro. Em 1840, a ponte já se encontrava muito deteriorada pelo que o Município marcou uma visita técnica à ponte para o dia 27 de agosto e pediu à JP de Rio Caldo que estivesse presente acompanhada de peritos que orçamentassem as obras cujos valores foram apresentados na reunião de câmara realizada a 1 de setembro de 1840: «e nesta ocasião foi apresentado o resultado do orçamento da ponte de pau da freguesia de Rio Caldo a cargo deste Município na na quantia de trinta e nove mil novecentos, pouco mais ou menos, para fortificar a dita ponte» [2074]. A obra foi adjudicada por 30.000 rs. a «Domingos Antonio Coutinho, lavrador da freguesia de Rio Caldo. E por não haver quem por menos o fizesse, se lhe entregou o lanço e assinou com o fiador e principal pagador ao lanço, Antonio Jose Pinto Guedes». Refira-se que o fiador, pai do Pe. José Pinto Guedes, era simultaneamente inspetor da obra [2075].

Em 10 de setembro de 1945, como a ponte já estava novamente a precisar de reparação e o inverno aproximava-se, o presidente da Câmara de SMB envia ao governador civil o orçamento para a obra no valor de 3$000 rs., considerando urgente aquele reparo uma vez que, «tendo procedido as necessárias averigoações, e exame na dita ponte que na verdade se acha em estado ruinozo da parte do concelho de Vieira, a quem V. Ex.ca pode ordenar a sua retificação aliás desta parte de Riocaldo, pertencente a este concelho, se naõ pode sustentar firme ainda que se faça avultadas despezas» [2076].

---

[2073] Arquivo «Casa de Araújo».
[2074] **AMA**, *Santa Marta de* Bouro, Livro de Atas n.º 2 (1840-1842), fls. 28-29.
[2075] *Idem*, fls. 31 v.-32. A ata de 21 de setembro de 1840 descreve pormenorizadamente as obras a realizar e permite-nos saber imaginar qual era o comprimento da ponte: «obrigado a botar-lhe um *barão de ferro groço* da parte do nascente do comprimento de dezassete palmos e meio».
[2076] **AMA**, *Santa Marta de Bouro*, Copiador de correspondência expedida (1945), fl. 9.

Como referimos, as pontes de madeira degradavam-se rapidamente, pelo que, a 14 de outubro de 1847, o governador civil ordena que «se proceda imediatamente aos consertos da Ponte de Madeira na freguezia de Rio Caldo deste Concelho». Os consertos foram realizados, mas, passados cinco anos, já estava a precisar de novo conserto. Então, a Câmara de Santa Marta de Bouro delibera convocar a sua congénere de Vieira para, no dia 22 de abril de 1852, estar junto da ponte para orçamentarem o conserto, sendo que cada uma custearia a sua metade, como era costume [2077]. A missiva pedia que se fizessem acompanhar por peritos carpinteiros e pedreiros, dois de cada arte. O mais curioso é que, no dia aprazado, o vereador de Santa Marta de Bouro não apareceu porque, devido às cheias, não conseguiu atravessar o rio Cávado.

Entretanto, o governador civil insiste na urgência da reparação da ponte por ofício recebido em Santa Marta de Bouro (SMB) no dia 25. No dia seguinte (26 de abril), o presidente de SMB envia um ofício ao administrador do concelho de Vieira para combinarem novo encontro:

> Não tendo tido lugar a conferencia que estava destinada para o dia 22 na ponte de Rio caldo, por isso e em virtude do officio que hontem recebi do Ex.mo Snr. Governador Civil, é de necessidade que V. S.ª e o Ill.mo Senhor Presidente da Camara desse Con.co destinem um dia para combinarmos, podendo ser e se V. S.ª e o Ill.mo Snr. Presidente assim o julgar, amanhaã ou depois no mesmo sitio, ou onde V. S.as destinarem, rogo a V. S.ª se digne responder-me pelo portador para meu governo.
>
> Torna-se muito urgente esta conferencia como V. S.ª muito bem sabe, e o mais breve possivel queira V. S.ª destinar o local, dia e hora»[2078].

A reunião é marcada e são definidas as cláusulas e condições para a arrematação da construção de uma ponte de pedra que resista ao rigor do inverno e, assim, evitar mais despezas e eventuais vítimas, como se lê no ofício de devolução do auto para arrematação de 6 de junho de 1853: «aprovado tudo q.to V. S.as devem ter feito p.ª se levar a efeito a Ponte de Pedra no referido sitio para evitar despezas avultadas e victimas que podem haver na Ponte» [2079].

Apesar das preocupações, passam dois anos e a ponte não se fez. Entretanto, a Câmara de Vieira assume a condução do processo na sequência de uma reunião realizada no dia 9 de setembro e, a 16, envia um ofício à Câmara de SMB a informar que tinha designado o dia 24 do corrente para proceder à arrematação das obras da ponte e a convidá-la «para assistir a sua arrematação no sitio da mesma ponte», visto ter «obrigaçaõ de pagar a metade do dito concerto». O executivo de Santa Marta não deve ter gostado desta assunção de condução do processo por parte de Vieira e de apenas ser convidado «para assistir», mostrando-se, por isso, indisponível: «naõ podendo hir o Snr. Prezidente nem os mais vereadores por moléstias que os impedia de andar jornadas, deliveraram que fosse Francisco Jose de Arantes, escrivaõ desta mesma Camara para ver arrematar o mesmo concerto» [2080].

Malgrado todas as contrariedades, a verdade é que a ponte de pedra acabou por ser feita e ainda se conserva, embora submersa, cerca de 75 metros abaixo da atual ponte que liga Terras de Bouro a Vieira do Minho.

### 8.1.2 «Estrada» entre a Abadia e o S. Bento

No início do século XIX, o número de peregrinos que se deslocava entre os santuários da Abadia e de S. Bento aumentou significativamente, o que obrigou a Câmara Municipal de Santa Marta de Bouro, cujo território incluía as paróquias onde estes se encontravam, a velar para que os romeiros tivessem condições de circulação.

---

[2077] **AMA**, *Santa Marta de* Bouro, Livro de Atas n.º 3 (1947), fls. 13-13 v.
[2078] **AMVM**, *Copiador*, correspondência recebida - 1852.
[2079] **AMA**, *Santa Marta de Bouro*, copiador de correspondência expedida (1852-53). fl. 16 v.
[2080] **AMTBR,** *Livro de atas n. 6* (1872-1880), ata de 23-9-1875, Fl. 80.

A ligação fazia-se por um trilho que tinha o seu início do lado norte do Santuário, junto à entrada – coincidia com o caminho que ligava as capelas e os calvários e terminava na Capela do Calvário -, passava ao lado da atual «Fonte do Peregrino», seguia em direção a nascente, atravessava o rio Návia e, um pouco mais acima, perto da gruta da aparição, cruzava o ribeiro de Cambarraços que acompanhava, pela margem esquerda, até às alminhas de Alecrimes, seguindo em direção ao Formigueiro. Depois, infletindo para sul junto à pedra do quarto, ladeava o campo de S. Bento, seguia por cima do lugar de Regadas e descia a encosta de S. Bento.

A importância desta ligação fez com que a Câmara de SMB tivesse uma atenção especial para com esta via que era objeto de correição anual e de frequentes recomendações aos regedores das paróquias para que avisassem os proprietários da obrigação de manterem os caminhos limpos, desimpedidos e em bom estado. Em 13 de julho de 1848, resolvem fazer uma intervenção mais profunda de tal modo que passa a ser designada por «estrada de S. Bento», tendo elaborado um orçamento para a sua reparação e a ser submetido à aprovação do governador. Segundo esta ata, o custo da reparação seria suportado pelas esmolas dos santuários, «cada hum na forma do seu distrito», sendo que «a parte relativa ao santuário de Nossa Senhora da Abadia é desde o terreiro do santuário *athe ao alto do Formigueiro ahonde* são as *agoas vertentes*» [2081]. Daí para baixo, a despesa corria por conta da fábrica do santuário de S. Bento.

O orçamento foi remetido ao governador civil para aprovação a 23 de julho e, a 7 de setembro, a Câmara já tem conhecimento da sua aprovação, marcando, desde logo, o auto de arrematação para o dia 17, pois era urgente tendo em vista o aproximar da grande romaria que se iniciava a 10 de agosto [2082].

Não obstante algumas demoras na construção bem como nas transferências, o que motivou um protesto do capelão da Abadia - devido ao atraso no pagamento por parte da JP de Rio Caldo - levado à sessão de 6 de junho de 1849: «o prezidente do Santoario de Nossa Senhora d'Abbadia entrou com a sua quota que lhe pertencia para a nova estrada que se vai fazer desde o dito Santoario athe Sam Bento da Porta averta em Rio Caldo, e a quota lançada a Saõ Bento por a dita estrada ahinda não foi paga nem se sabe quando o sera» [2083]. Todavia, na sessão seguinte realizada no dia 14 do mesmo mês, o presidente informa que «já se acha entrado no coffre do tesoureiro deste Municipio a quantia de cincoenta e dous mil reis pertencente ao Santoario de Saõ Bento na freguezia de Rio caldo para a construçaõ da nova estrada que se vai fazer desde o alto do Formigueiro agoas verttentes athe o dito Santoario, e por isso se passe ordem de pagamento da primeira prestação ao arrematante da dita estrada» [2084].

Uma vez concluída a nova «estrada de S. Bento», a preocupação da Câmara era a sua manutenção, tendo em conta o declive do monte de Bouro, pelo que deliberaram passar essa responsabilidade para os habitantes: «estrada que de novo se abriu desde o Santoario de Nossa Senhora d'Abbadia athe o Saõ, digo, ao de Saõ Bento na freguezia de Rio caldo deste Concelho, depois de concluída em tudo conforme sua planta e se conservar sempre em vaõ estado, deliverou esta Camara que ficaõ obrigados a sua recompoziçaõ os avitantes» [2085].

Da parte de Rio Caldo, quer a JP, quer a Mesa da Irmandade sempre assumiram essa responsabilidade, tendo, em alguns anos, gasto uma verba ainda significativa, como aconteceu em 1896, em que a Junta despendeu 48$000 rs. no conserto do caminho do santuário de Nossa

[2081] MATOS, Henrique José M. de (2014): «O concelho de Santa Marta de Bouro. 1939-1854», in CAPELA, José Viriato, *et alii* (2014): *Para a História de Amares*. Amares: Município de Amares, p. 382.
[2082] *Ibidem.*
[2083] **AMA**, *Santa Marta de Bouro*, Livro de atas n. 4 (1848-1852), fl. 98 v.
[2084] *Idem*, fl. 100.
[2085] *Idem*, fl. 132 v.

Senhora da Abadia e 50$000 rs. no ordenado do cantoneiro da estrada de Rio Caldo e da Abadia [2086]. Em quase todos os relatórios de contas entre 1896 e 1913, aparece o montante de 5$000 (4$200 em 1893) para conservação deste caminho (agora despromovido por já haver uma estrada).

### 8.1.3 Construção da estrada vicinal da ponte de Rio Caldo ao terreiro de S. Bento

Após a inauguração da capela-mor, os administradores dos bens do Santuário, à semelhança do que a Confraria da Senhora da Abadia estava a fazer entre Bouro e o Santuário [2087], decidem construir uma estrada de ligação entre a distrital n.º 10 (ponte de Rio Caldo), que seguia para o Gerês, e o terreiro de S. Bento, a que chamaram «Caminho vicinal para o santuário de S. Bento da Porta Aberta». Os primeiros estudos foram realizados no ano de 1891 pelo condutor de Obras Públicas Leonardo António Ferreira Braga [2088] que viria a ser encarregado da fiscalização, tendo a JP despendido a quantia de 100$000 rs. [2089].

No âmbito da nossa investigação, localizámos, no arquivo da Junta de Freguesia de Rio Caldo (ex-Junta de Paróquia de Rio Caldo), um documento que despertou a nossa atenção. Tratava-se de uma peça de linho de manufatura industrial (150 cm x 33 cm), envelhecido, tendo, no início, como se de uma folha A4 se tratasse, os dizeres seguintes: «MUNICIPALIDADE DO CONCELHO / - DE- / TERRAS DE BOURO / Parochia de Rio-Caldo», a que segue a especificação do documento: «Estrada vicinhal da ponte de Rio Caldo ao Sanctuario de S. Bento da Porta Aberta / Planta do lanço a construir entre os perfis n.º 0 a n.º 112 / Planta geral» e a indicação da escala «1:1.000»; no canto inferior direito, a assinatura do técnico responsável pela elaboração da planta: «O Conductor, Lionardo António Ferreira Braga» [2090].

A segunda parte contém aquele que consideramos o primeiro levantamento topográfico da freguesia de Rio Caldo (lugares de Paredes e igreja) e corresponde a uma planta cadastral porque contém o nome dos proprietários, as áreas das parcelas a expropriar, bem como a classificação dos solos: lavradio de 1.ª, de 2.ª ou de 3.ª classes, horta, pomar, olival ou monte; terrenos baldios, informações toponímicas («Ribeiro das Poças» ou «caminho para Travassos»); e também a implantação da capela de Nossa Senhora da Conceição da família «Pinto Guedes», da Igreja e de algumas habitações, localização de poças de rega, sem omitir o quintal do pároco da freguesia.

O auto de arrematação deste "caminho vicinal", já aprovado superiormente conforme ofício do administrador do Concelho e do governador civil de 4 de janeiro de 1892, realizou-se a 10 do mesmo mês, tendo a proposta mais vantajosa sido apresentada por «Manoel António Gonçalves na importância de três contos quinhentos e cinquenta mil reis», a quem a mesma foi adjudicada [2091].

Entretanto reassume a presidência da JP o Pe. Dias de Freitas que, não concordando com o estado em que as obras se encontravam, nem com o traçado, remete, a 26 de março de 1893, um ofício ao admnistrador do Concelho do teor seguinte:

> A junta de parochia da minha presidencia, vendo o atraso dos trabalhos da estrada em construção, e sabendo que o empreiteiro da mesma obra já embulsou toda a quantia da arrematação, menos a verba de 176$225 rs., resto insignificante em relação á empreitada: 3:550$000 rs. cujos pagamentos foram effeituados pela junta tranzata; e não tendo a junta atual meio algum de coagir o arrematante a conclusão

[2086] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 8.
[2087] Cf. jornal «Senhora da Abadia» de 13 de junho de 1985.
[2088] **AJFRC**, *Livro de Contas de 1896-1926*, fl. 8.
[2089] **AISBPA**, *Livro de contas das receitas e despesas de (1849-1895)*, fl. 61.
[2090] **AJFRC**, *Plantas*, Estrada vicinal (1891).
[2091] **AJFRC**, *Livro de Contas de 1896-1926*, fl. 8.

> da obra, e não querendo nem devendo compartilhar das responsabilidades provenientes dos pagamentos adiantados, assim vem communicar a V. Ex.ª para os devidos effeitos e para salvaguarda da mesma junta [2092].

No dia 31 de dezembro de 1893, aquando da discussão do orçamento, o Pe. Dias de Freitas fez aprovar uma proposta de alteração do traçado da estrada de modo a que esta passasse junto da igreja, mas teve dois votos contra, os de Agostinho José Rodrigues e José Maria Antunes. A nova proposta prevê a passagem da estrada pela «porta da igreja, indo entroncar na encruzilhada do rego da igreja», o que foi aprovado por maioria [2093]. A questão do traçado vai-se arrastar por seis meses e, a 3 de junho de 1894, deliberam «que os projectos da estrada ou caminho vezinhal, que deve ligar o santuário de S. Bento com a estrada Destrital, sejão (...) submetidos á apreciaçaõ das estações competentes e receberem a approvaçaõ com a exclusaõ de um dos ditos projectos, sendo preferido aquelle dos dois projectos que milhor satisfaça ás condições technicas, económicas e conveniencias locaes» [2094].

O Pe. Dias de Freitas, devido às quezílias com o Pe. Pinto, deixa de participar nas sessões e a estrada avança de acordo com o projeto inicial [2095], tendo, a 31 de maio de 1896, sido contratualizadas «três empreitadas de terraplanagem e obras de arte da estrada que se dirige ao santuário de S. Bento» ao «empreiteiro licitante Francisco de Paula por 2:299.000 rs., segundo o contrato de 31 de maio do corrente» [2096].

As obras não vão ter o andamento desejado por culpa do empreiteiro, o que motiva uma exposição da JP ao governador civil, em 20 de junho de 1897, solicitando a sua intervenção, por Francisco de Paula «não ter concluído a construção da estrada de ligação ao S. Bento», não obstante a dilação do prazo, e ter «desprezado as condições contratuais e as advertências do fiscal da obra [Leonardo Ferreira Braga] deixando as obras de arte com vícios» e problemas de segurança [2097]. A obra seria concluída, anos mais tarde, pelo empreiteiro António de Miranda.

### 8.1.4. Variante por Bostelo

O Pe. Pinto Guedes, morador no lugar de Paredes, tinha todo o interesse na construção de uma variante de ligação à estrada de S. Bento que passasse junto da sua casa, o que lhe permitiria afastar o caminho de junto da sua capela. A 5 de agosto de 1897, a Junta de que era «presidente em exercício» encomendou ao técnico Leonardo Braga o «estudo d'um projecto e planta d'um travesso de estrada que liga a do santuario entre a povoação de Paredes com a do Gerez no ponto de Bustello» [2098]. O ramal tinha a sua origem no lugar chamado Bostelo e ligava, no lugar de Paredes, junto à «Casa do Pinto», ao caminho vicinal. A sua construção fundamentava-se no facto de o seu traçado ser muito mais suave e beneficiar os romeiros oriundos de Braga, Famalicão e Barcelos que, assim, não tinham de descer à ponte de Rio Caldo para voltar a subir.

Uma vez aprovados o projeto e orçamento por despacho do governador de 17 de dezembro, o auto de arrematação da obra (a que assistiu o eng. Leonardo Ferreira Braga) realizou-se a 17 de abril do ano seguinte, sendo as obras da variante da estrada da «E. Districtal n.º 10 do logar de Bustello ao logar de Paredes, perfil de 49 a 51, extensão de 702,22, e entre os perfis n.º1 1

[2092] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fl. 8 v.
[2093] **AJFRC**, *Livro de atas n. 3* (1885-1896), fl. 89 v.
[2094] *Idem*, fls. 92 v.-93.
[2095] Cf. ata de 11 de junho de 1987, **in AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fl. 12 v.: «a sua somma procede da importancia do restabelicimento do traçado e da abertura dos regões».
[2096] **AJFRC**, *Livro de atas n. 3* (1885-1896), fl. 127 v.
[2097] **AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fls. 13-13 v.
[2098] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 11.

59 (…) base de licitação de 2:044.000 rs.» [2099]. O «Termo de adjudicação da construção da estrada do ramal de ligação entre o sítio de Bostelo e Paredes», inicialmente não previsto, ao empreiteiro António de Miranda foi assinado a 24 de maio de 1898, e contemplava os trabalhos de «terraplanagem e obras de arte, pavimento, calcetaria e todos os mais trabalhos do respectivo projecto, entre os perfis zero a cincoenta e nove da estrada ramal de ligação á estrada n.º dez, sitio de Bostello, com o caminho vicinal da Ponte de Rio Caldo a S. Bento da Porta Aberta, sitio de Paredes, (…) pelo preço de 1:803.000 rs.» [2100], tendo o contrato de expropriação amigável dos terrenos sido aprovado pela JP a 5 de junho [2101].

### 8.1.5. Estrada municipal entre S. Bento e Covide

A Junta de Paróquia de Covide, ao findar o século XIX e perante o aumento de romeiros que atravessavam a freguesia oriundos da Galiza e do Alto Minho, concretamente da Ponte da Barca e dos Arcos de Valdevez, pediu à Câmara Municipal de Terras de Bouro que interviesse junto do Governo para que fosse construída uma estrada a ligar a freguesia ao santuário de S. Bento, como consta da ata do executivo municipal de 3 de fevereiro de 1903: «Mais foi apresentado um officio do prezidente da junta de parochia da freguesia de Riocaldo pedindo que esta camara solicite ao Governo de Sua Real Magestade, auctorização para se proceder por conta do Estado aos estudos d'uma estrada que ligue a freguezia de Covide com a estrada de São Bento. Foi deliberado encarregar-se o prezidente de redigir a assignar a reprezentação respectiva» [2102]. Como referimos aquando da abordagem ao «Caminho dos Galegos», o trilho dos peregrinos atravessava o ribeiro de Covide no lugar da Várzea, seguindo encosta abaixo pela margem esquerda, voltando à direita no lugar do Touro onde entroncava com o caminho de Freitas. Esta petição é a primeira referência à necessidade de se construir esta ligação e que acabou por "cair em saco roto".

A JP de Rio Caldo não ficou para trás e, em 26 de junho de 1903, avançou com a realização de estudos e com o processo de expropriação dos terrenos necessários para a construção da estrada [2103]. A 8 de julho, como os estudos estavam quase concluídos, solicita ao governador, via administração do concelho, autorização para poder expropriar os terrenos:

> Senhor:
>
> A Junta de Parochia de minha presidencia tendo alcançado do Governo de Vossa Majestade ordem para a direção de Obras Publicas deste distrito a fim de, por aquela repartição, se proceder ao estudo e levantamento da respectiva planta de uma estrada, que deverá ligar esta freguesia com a de Covide e como esses estudos estejam em vias de conclusão, e, além disso, achando-se a Junta habilitada pelo orçamento ordinário do corrente ano a fazer face às despesas da construção do primeiro lanço, visto ser julgado de urgente necessidade; mas como para realização deste projeto carece ainda da autorização e licença para proceder às expropriações de terrenos e prédios atravessados pela referida estrada, PEDE A VOSA REAL Majestade autorização e licença par se fazerem as ditas expropriações.

[2099] **AISBPA**, *Livro de autos de arrematação (1890-1908)*, fls. 24 v.-26.
[2100] *Ibidem*.
[2101] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902, fl. 38 v.
[2102] **AMTBR**, *Livro de Atas n. 15*, fl. 55.
[2103] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 644: «sob proposta do seu presidente, pároco da referida freguesia, considerando estarem em vias de conclusão os estudos da estrada que deverá ligar esta freguesia com a de Covide, estudos que foram ordenados pelo Ministério do Reino e aos quais se mandou proceder pela Direção d'Obras Públicas deste distrito, visto reconhecer-se, não só a utilidade e vantagens, senão a urgente necessidade da realização da referida estrada; considerando, ainda, que para levar a efeito este melhoramento é indispensável obter licença e autorização no Gov de Sua Majestade, para se mandar proceder às expropriações de terrenos e prédios que hajam de ser atravessados pela dita estrada, deliberou-se que fosse requerida a aludida autorização pelas vias competentes no mais curto prazo possível, resolução que foi aprovada por todos os vogais presentes do que se fez a presente ata (…)».

E. R. M.
Rio Caldo, 8 de julho de 1903.
O presidente da Junta José Joaquim Pires Dias de Freitas [2104].

Por trás desta decisão estava o Pe. Dias de Freitas, natural de Covide, que queria, numa primeira fase, alargar o caminho até à residência do capelão do Santuário, José Maria de Araújo, tendo encarregado o técnico Alfredo Camilo Castelo Branco de, com a máxima urgência, elaborar o projeto. Como, entretanto, o Pe. Dias de Freitas deixou de administrar a fábrica do Santuário por esta regressar à Irmandade, os estudos foram interrompidos e os Pinto Guedes recusaram-se a fazer o pagamento, pelo que o projetista teve de recorrer ao governador civil para ser devidamente ressarcido. Vejamos o teor do requerimento:

> Tendo o Governo mandado estudar uma estrada do lugar de S. Bento para Covide, foi o abaixo assinado encarregado desse estudo. Por essa ocasião, foi procurado pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel Joaquim d'Almeida, ao tempo adm. do conc. de TBR, que veio pedir urgência nesse estudo, por quanto o abade de RC tinha grande urgência desse estudo por querer fazer um bocado de estrada até casa do rev. José Maria de Araújo. (…) Eu nunca estive em fiscalização e trabalhos das obras da estrada que se pretende construir de S. Bento para Covide pela razão de não haver estrada e, portanto, fiscalização. Houve estudos mandados fazer pelo Governo que se não concluíram". Finalmente, durante sete meses que fiscalizei os trabalhos de construção da estrada construída, nunca me demorei mais que dois dias, dormindo, como sempre, em casa do Abade.
>
> Se eu tivesse a certeza de que os membros da Exma. Comissão Distrital conheciam, como V. Ex.ª conhece, os antecedentes e mais partes que concorrem na pessoa do reverendo Abade, abstinha-me de citar testemunhas, porque V. Ex.as acreditariam as minhas afirmações [2105].

Até à concretização desta assinalável melhoria, ou seja, da ligação de S. Bento a Covide, passariam quase quarenta anos, apesar de várias tentativas frustradas, como as de Tude de Sousa, em 1912. Aquando da elaboração do orçamento para 1912/13, a Irmandade incluiu uma verba de 1:816$.010 rs. destinada a «estudos e projectos duma casa para novena dos devotos; reforma dos caminhos de S Bento à Abadia e de S. Bento a Covide; de uma fonte monumental no largo do santuario e de construções para abrigo e começo de execução de algumas dessas obras» [2106]. Como a sua passagem foi efémera, por questões políticas, nenhuma destas propostas foi concretizada no seu tempo. Passados 14 anos, não deixa de recordar este desejo: «Tínhamos em projecto, chegando à fazer-se estudos preliminares, a construção de uma central eléctrica, a construção de uma estrada para Covide que ligaria o vale do Homem com o vale do Cávado, indo entroncar com a estrada que por Covide passaria, vinda de Covas, a abertura de um bom caminho pela serra para a Abadia, etc., etc.» [2107].

Finalmente, a 22 de setembro de 1934, a Câmara Municipal de Terras de Bouro, sob a presidência do monsenhor Paulo António Antunes, publica no jornal «Diário do Minho» o anúncio da empreitada de construção dos dois primeiros lanços da estrada municipal entre S. Bento da Porta Aberta e Covide, «construcção de terraplanagem, aquedutos e muros de suporte», sendo o primeiro lanço do lugar da Seara ao ribeiro de Pensais, «na extensão de 729,0 m», e o segundo, com o comprimento de 250 metros, entre ribeiro de Pensais e Covide.

---

[2104] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 675.
[2105] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 5445.
[2106] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Irmandades, doc. n.º 1100.
[2107] SOUSA, Tude Martins de (1927), *Gerez (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 68 nota 1.

A construção demoraria mais de dez anos e o município de Terras de Bouro contou, às vezes com o apoio do Estado, mas sempre com o apoio da Irmandade de S. Bento, como podemos verificar numa análise das contas apresentadas pela Mesa e por alguns documentos (relatórios) enviados ao governador civil [2108].

### 8.2. ELETRIFICAÇÃO: GERÊS, TERRAS DE BOURO E S. BENTO (RIO CALDO)

A contribuição do santuário de SBPA ao desenvolvimento local passa, também, por uma inovação tecnológica que chegou a esta região montanhosa em meados do século XX: a instalação de infraestruturas elétricas. A primeira notícia da intenção de dotar o Santuário de eletricidade remonta ao tempo da administração de Tude de Sousa (1911-1912), como refere na sua obra editada em 1927 [2109].

A preocupação com as celebrações litúrgicas e a segurança dos romeiros levou a que a Mesa começasse, muito cedo, a pensar na eletrificação do Templo e da zona envolvente, como é referido na «Memória Descritiva» do projeto de eletrificação do Santuário: «Grande centro de devoção, milhares de romeiros, melhoramento exigido pela categoria do local, aumentará o brilho das festividades no Templo, terreiro e Parque, substituirá os vários tipos de iluminação antiquados, dispendiosos e insuficientes, necessária para o funcionamento da hospedaria já dotada de infraestruturas elétricas» [2110].

Como aconteceu com outros investimentos, também este se arrastou no tempo, quase vinte anos. À semelhança de um equipamento instalado na Vila do Gerês, a primeira ideia foi a de instalar uma central hidroelétrica no rio de Freitas, junto à ponte da Seara, mas a ideia foi abandonada, não só pelo custo da obra, mas sobretudo porque se trata de um ribeiro cuja água é aproveitada para os moinhos e para regar, o que obrigava a indemnizações avultadas aos utilizadores da mesma. A seguir, equacionaram a instalação de uma central térmica no parque, solução também abandonada pelo custo estimado em 150 contos e pela deterioração a que o equipamento ficava sujeito, pelo que a ideia de produção própria foi abandonada e contactadas as empresas fornecedoras. Nos finais dos anos 30, a Câmara Municipal de Terras de Bouro comprometeu-se a eletrificar a região, mas tudo não passou de uma promessa vã.

Em 24 de maio de 1949, sendo presidente da autarquia o sr. Evaristo Armindo Corais, a Câmara Municipal avança com estudos para a eletrificação do Concelho, a começar pela Vila do Gerês e pelo lugar de S. Bento, tendo enviado um ofício à Mesa da Irmandade «pedindo a cooperação (...) com um subsídio de 200 contos, visto a Câmara Municipal não poder arcar com a avultada despesa apesar de contar com a comparticipação do Estado» [2111].

A Mesa, em reunião de 2 de junho, delibera subsidiar «o projetado melhoramento na medida de suas possibilidades e garantias a combinar, mas sempre de harmonia com as determinações da Autoridade Eclesiástica». Após várias reuniões entre as partes e a empresa Hidro-Elétrica do Cávado (HICA), a Câmara propõe a contratação de um empréstimo à Irmandade no montante de 500 contos e nas condições seguintes: «500 contos, dos quais 300 vencerão juros iguais aos cobrados pela CGD e serão reembolsados em 30 anos. E 200 sem juro, mas que o mesmo Município amortizará passados 30 anos, em prestações a combinar na ocasião da outorga do respetivo contrato de garantias legais» [2112]. A Mesa aceitou a proposta e convocou uma assembleia geral extraordinária, realizada a 30 de janeiro de 1953, que validou

[2108] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Obras. Doc. n.º 487 - «Terras de Bouro, mapa com a "Relação dos melhoramentos realizados nos anos de 1926 a 1932": Construção da estrada municipal de S. Bento da Porta Aberta a Covide: 301.357$27. Importâncias recebidas para a construção da estrada municipal de SBPA a Covide: da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 202.000$00; do Estado, 29.700$00».
[2109] SOUSA, Tude Martins de (1927), *O. c.*, p. 68 nota 1.
[2110] **AAB**, *Documentação avulsa*, Eletrificação do Santuário – Memória Descritiva e Relatório (1953).
[2111] *Idem.*
[2112] *Idem.*

a decisão da Mesa, tendo o Ordinário da Diocese dado o seu consentimento a 6 de fevereiro [2113].

A Câmara Municipal, em reunião de 16 de fevereiro, deliberou, por unanimidade, contrair um empréstimo de quinhentos mil escudos, destinado à eletrificação das freguesias de Rio Caldo e Vilar da Veiga, ao juro da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (quatro por cento ao ano), amortizável em trinta anos, mas somente os juros respeitantes a trezentos mil escudos [2114].

Em 1 de agosto de 1957, com os trabalhos praticamente concluídos, a Mesa marca a inauguração da Eletrificação para o dia 11, em plena romaria grande, e deliberam, desde já, adquirir os candeeiros seguintes: «a) um Lustre de Cristal Bom destinado á Capela-Mor; b) dois "apliques" com tres braços, cada, para colocar nas pilastras da parêde, na capela-mor, ao lado do Altar; c) quatro lustres de cristal mais pequenos para serem colocados no corpo do Templo aos quatro altares; cujos objectos devem ser colocados nos respectivos lugares até ao dia oito do mês de agôsto proximo futuro» [2115]. O investimento nestes candeeiros foi de 36.000$00 [2116].

A inauguração ocorreu, como previso, às 22 horas do dia 11 de agosto e contou com a presença das autoridades locais e diocesanas, como ficou exarado em ata: «Ás vinte e duas horas do dia onze, com a comparencia das auctoridades concelhias, Reverendissimo Cónego Dr. José António Martins Gigante, clero e mais amigos dos progressos locais, procedeu-se á inauguração da luz eléctrica no local de S. Bento da Porta Aberta, melhoramento á tanto tempo esperado e que tantos trabalhos tem absorvido, pelo que esta data vem alegrar todos quantos trabalharam para este fim e marca o inicio de novos melhoramentos locais» [2117].

### 8.3. MELHORAMENTOS NO ESPAÇO ENVOLVENTE DO SANTUÁRIO

O aformoseamento do espaço envolvente do Santuário foi uma preocupação das sucessivas administrações dos rendimentos de S. Bento que muito contribuiu para a atratividade da região. Em 1898, a JP, desejando possuir «um plano de obras que se fossem executando sucessivamente, de modo que no fim de alguns anos aquela estancia se transformasse em um belo monumento dedicado a um dos Santos de maior devoção do nosso bom povo do Minho» [2118], encomendou o «estudo d'uma planta topographica dos terrenos adjacentes ao terreiro para effeito d'uma planta geral d'obras a realisar», tendo encarregado o engenheiro João Teixeira da Silva [2119] de elaborar o respetivo projeto pelo qual pagou 100$000 rs. [2120].

A importância deste melhoramento para a região reflete-se no facto de ter sido objeto de tratamento noticioso no jornal «Commercio do Minho»:

> **Sanctuario de S. Bento**
>
> A junta de parochia administradora d'este sanctuario, no intuito de embelezar o local do mesmo, adquiriu um campo, para o transformar n'um parque, em que passem algumas horas agradavelmente os visitantes que alli vão.
>
> O snr. dr. João Teixeira da Silva, tenente de engenharia, procede ao levantamento d'uma planta para organizar um plano de melhoramentos n'aquelle local [2121]

[2113] **AISBPA**, Relatório de Contas do ano de 1954.
[2114] **AMTBR**, *Livro de Atas n.33* (1953), fls. 97v. e ss. (
[2115] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa (1956-1969)*, fl. 20 v.
[2116] *Idem*, fl. 23.
[2117] **AISBPA,** *Livro de Atas da Mesa (1956-1969)*, fl. 20 v.
[2118] **ADB,** *Governo. Civil.* Distrito Administrativo, Obras. Doc. n.º 500, fl. 1.
[2119] Em outubro de 2017, era diretor das Obras Públicas do distrito de Braga (Cf.: *Gazeta de Braga*, 11-10-2017).
[2120] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 16.
[2121] Jornal «Commercio do Minho» de 20 de outubro de 1898.

A planta e o orçamento de 1:585$000 rs. para início das obras foram aprovados pelo governador civil, Álvaro de Mendonça Machado de Araújo, a 15 de março de 1899. Neste plano de melhoramentos, temos de incluir o alargamento das avenidas para sul (com parque de estacionamento) e para norte, a construção de muros de suporte, o parque (ampliado em 1946) com um lago dotado de barcos e uma ponte (construída em 1913), restaurante, chalé, sanitários, enfim, uma estância, em parte, semelhante ao Bom Jesus do Monte, em Braga, e muito superior à do santuário do Senhor da Boa Morte, em Correlhã (Ponte de Lima).

Depois de concluídas as obras do novo Templo, a zona envolvente e o parque de lazer, os romeiros de SBPA aumentaram exponencialmente, como relata, infelizmente por uma má razão, o jornal «Diário do Minho» de 16 de agosto de 1934, tal como o título indicia: **Os roubos na Romaria de S. Bento**:

> A romaria de S. Bento da Porta Aberta, realizada em Terras de Bouro, é uma das mais concorridas do país.
>
> Milhares de forasteiros, de todo o distrito e de terras distantes ali vão levados pela fé depôr junto de S. Bento as suas promessas.
>
> Porém, este ano, os forasteiros retiraram-se dali aborrecidos com a ladroeira descarada dos gatunos e carteiristas.
>
> Os roubos foram às centenas…
>
> É que os gatunos não tiveram receio ao aviso colocado nos cartazes das festas:
>
> «Os gatunos estão por conta da Polícia de Investigação Criminal»…
>
> E não se enganaram, porque à P. I. C. de Braga não foi requisitado um único agente!... [2122].

Este aumento de peregrinos prosseguiu nas décadas seguintes ao ponto de impressionar o investigador Pierre Sanchis quando, no início da década de 80 do século passado, realizou o trabalho de campo para o livro *Arraial: Festa de um Povo* [2123], editado em Portugal em 1992: «Ao São Bento da Porta Aberta, santuário perdido longe de qualquer aglomeração na serra do Gerês, numa só manhã chegaram a pé cerca de 10.000 pessoas, na maior parte após terem percorrido várias dezenas de quilómetros. E a festa aqui dura cinco dias» [2124].

Infelizmente, este aumento de peregrinos a que correspondeu um crescimento exponencial das esmolas não se repercutiu na melhoria das condições de vida da maior parte da população da freguesia, aliás um tema de discussão frequente entre os seus habitantes. Até que ponto é legítimo que o rendimento aqui obtido seja investido a dezenas de quilómetros? Este o motivo que chegou a revoltar parte da população e a dizer-se que um assalto ocorrido, nos anos setenta, na serra do Carvalho a membros da Mesa que, supostamente transportavam as esmolas de S. Bento, teria como motivação este descontentamento. A verdade é que, de acordo com os Estatutos em vigor (artigo 41.º), «os bens temporais da Irmandade são bens eclesiásticos».

Para fazermos uma ideia dos rendimentos do Santuário, apresentamos um quadro com base num ano por década, com exceção dos anos em que se procedeu à construção da Basílica cujos valores são de 5 em 5 anos.

**Quadro n.º 21.** Receitas documentadas do Santuário entre os anos de 1843 e 1960.

| Ano: | Capital | Receita total * | Festa de Março | Festa de Julho | Festa de Agosto |
|---|---|---|---|---|---|
| 1834 | | 147$100 rs. | 18$200 rs. | 54$400 rs. | 74$500 rs. |
| 1843 | | 308$620 rs. | 560 rs. | 74$240 rs. | 225$820 rs. |

[2122] Jornal «Diário do Minho» de 16 de agosto de 1934.

[2123] Livro baseado na sua tese de doutoramento em Sociologia na École Pratique des Hautes Études e nas Universidades de Paris-VII e Paris-X.

[2124] SANCHIS, Pierre (1992): *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: D. Quixote, pp. 16-17.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1853 | | 433$445 rs. | 6$110 rs. | 49$665 rs. | 377$670 rs. |
| 1863 | | 1:035$220 rs. | 42$205 rs. | 227$015 rs. | 728$500 rs. |
| 1873 | 1:608$220 rs. | 1:054$821 rs. | 29$430 rs. | 188$040 rs. | 712$240 rs. |
| 1880 | 2:612$040 rs. | 1:872$196 rs. | 80$000 rs. | 283$165 rs. | 1:344$520 rs. |
| 1885 | 2:770$202 rs. | 1:883$277 rs. | 54$320 rs. | 162$640 rs. | 1:391$200 rs. |
| 1890 | 126$000 rs. | 2:799$519 rs. | | | 2:595$735 rs. |
| 1895 | 515$200 rs. | 4:409$755 rs. | 145$700 rs. | 759$300 rs. | 3:141$545 rs. |
| 1900 | | 4:395$470 rs. | 125$200 rs. | 504$500 rs. | 3:765$770 rs. |
| 1910 | | 4:124$885 rs. | 33$020 rs. | 340$540 rs. | 3:515$050 rs. |
| 1921 | | 82.584$40 | | | |
| 1930 | | 86.100$57 | 226$70 | 4.379$00 | 81.494$87 |
| 1940 | 1.000$00 | 170.325$00 | 1.021$50** | 5.860$22** | 146.058$40** |
| 1950 | 488.644$00 | 918.214$14 | | | |
| 1960 | 1.306.282$50 | 2.274.940$00 | 8.370$00*** | 13.558$00*** | 331.223$40*** |

* Inclui o valor das esmolas recebidas ao longo do ano e juros do capital mutuado.
** Valores do ano de 1935.
***. Valores do ano de 1962.

## 8.4. INVESTIMENTOS NAS ÁREAS: SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO E COMÉRCIO

Numa sociedade sem qualquer tipo de apoio oficial que minimizasse os problemas de saúde ou de carência económica, como eram as nossas aldeias serranas no século XIX, a Paróquia de Rio Caldo era uma exceção, graças à administração da fábrica do Santuário ser feita pela Junta, conforme encontrámos em várias das suas atas, como o pagamento autorizado, a 6 de junho de 1898, ao secretário da Junta, "cirurgião" (embora alguns o considerassem médico), «de vinte mil reis ao secretario da junta para pagamento da botica abonada aos pobres da freguezia e outros actos de beneficencia» [2125].

Esta situação ajuda-nos a compreender que os fins preconizados nos primeiros Estatutos, logo a seguir à veneração de S. Bento, fossem de ordem assistencial, beneficência e educação.

### 8.4.1. Construção de um hospital, constituição de um partido médico, apoio em medicamentos e subsídio aos pobres

Os investimentos na área social, preconizada nos primeiros Estatutos e implementada – ou em fase de implementação – nas primeiras décadas do século XX, foram aqueles que mais nos sensibilizaram, uma vez que, como riocaldense, sempre achámos que a ISBPA devia ter um papel ativo no desenvolvimento local e no apoio aos mais desfavorecidos. Se o rendimento era obtido na freguesia, era compreensível que o mesmo, além de contribuir para a grandeza e aumento do culto a S. Bento da Porta Aberta, fosse investido em projetos de caráter social na freguesia.

Na abordagem que fizemos aos Estatutos da Irmandade, demos conta da diminuição dos apoios destinados à «beneficência, assistência e instrução» que, em 1934, deixaram de fazer parte dos fins da Irmandade e passaram a ser tratados em capítulos autónomos, um primeiro passo para a sua redução, ou extinção, que aconteceria com a revisão de 1941, momento em que a Diocese assumiu o controlo dos rendimentos e alguns destes projetos se desvaneceram ou foram reduzidos, como aconteceu com os objetivos assistenciais e de beneficência.

Consultadas as atas e os relatórios de contas, constatámos que a Irmandade, mesmo não estando consagrados estatutariamente, cumpriu alguns dos fins preconizados nos Estatutos de

[2125] **AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fl. 38 v.

1914, segundo o previsto no n.º 11.º do artigo 3.º que preconizava o investimento de alguns recursos «em trabalhos, obras e construções diversas» de modo a criar «uma fonte permanente de trabalho assalariado», tal como acontece com o quadro atual de pessoal da Irmandade. Além disso, se o albergue / hospital não chegou a ser construído, manteve os apoios à fixação de um médico e de um farmacêutico na freguesia, além de apoiar as pessoas mais pobres, quer com medicamentos, quer pagando as despesas hospitalares, de transporte e, sempre que necessário, o funeral. No ano de 1905, a JP teve uma despesa de 1$000 rs. com a «conducção ao cemiterio dos cadaveres encontrados nos limites da freguesia ou de pessoas pobres» [2126].

Apresentamos, de seguida, dois quadros com alguns dos subsídios atribuídos aos pobres da freguesia de Rio Caldo [2127].

**Quadro n.º 22. Relação de subsídios atribuídos aso pobres de Rio Caldo.**

| Ano | 1987 | 1898 | 1899 | 1900 | 1924 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Montante** | 20$000 rs. [2128] | 40$000 rs.[2129] | 50$000 rs.[2130] | 100$000 rs.[2131] | 200$00 [2132] |

**Quadro n.º 23. Subsídios a atribuir aos pobres de Rio Caldo.**

| Orçamento para o ano de | 1939 | 1947 | 1957 | 1962 |
|---|---|---|---|---|
| Esmolas a pobres de Rio Caldo | 1.500$00 | | 4.500$00 | 2.500$00 |
| Medicamentos para os pobres | 2.000$00 | | 2.500$00 | |
| Livros e objetos escolares para alunos pobres | 200$00 | | 300$00 | 300$00 |
| Subsídio a seminaristas pobres | 1.000$00 | 2.500$00 | 2.000$00 | 2.000$00 |
| Médico | | 2.400$00 | | |

A assistência médica e medicamentosa aos pobres e indigentes era uma preocupação constante da Irmandade, tendo iniciado a capitalização de fundos para a construção de um hospital, tal como consta do n.º 1.º do art.º 3.º dos Estatutos de 1905: «A fundação e manutenção d'um **hospital** onde sejam recolhidos, sustentados e tratados os irmãos d'esta Irmandade e os pobres d'esta freguesia», bem como para a criação de um partido médico nos termos do n.º 2.º do mesmo artigo: «A creação d'um **partido medico** para tratar os irmãos d'esta Irmandade e os pobres residentes n'esta freguesia ou nos seus limites (...)». Para este efeito, em 23 de setembro de 1906, a Mesa decide mutuar um conto de réis a José Augusto Pires Barroca e canalizar os juros «para os fundos do hospital e para o fundo do partido médico, dizendo estes fundos respeito ao anno economico de mil novecentos e cinco a mil novecentos e seis» [2133]. Assim se explica que a reforma, em março de 1909, dos Estatutos de 1905 tenha garantido a permanência na freguesia de um médico e de um farmacêutico, um benefício enorme e raro naqueles tempos, não só para os irmãos e pobres da freguesia, mas para a população em geral, que deixaram de ter de se deslocar às sedes dos concelhos situadas a mais de uma dúzia de quilómetros. Aquando da reforma estatutária de 1919, ficou consagrada a verba de 500$00 para remédios destinados aos pobres, além de 200$00 a distribuir como esmola.

Quando, em 5 de setembro de 1937, abrem concurso para admissão de um médico, resolvem aumentar o seu vencimento mensal para 400$00, na condição de prestar assistência

[2126] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despes*a (1896-1915), fl. 44.
[2127] A situação de pobreza, em alguns casos, era extrema. Em 1914, a JP pagou 15$00 a «José Joaquim Loureiro, por sustento a um pobre que não pode mendigar». Cf. **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 90.
[2128] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915),* fl. 8.
[2129] *Idem*, fl. 17.
[2130] *Idem*, fl. 21.
[2131] **AJFRC**, *Conta de receita e despesa 1900-1901*, verba 67.
[2132] **AISBPA**, *Livro de atas (1922-1924)*, fls. 34 e ss.
[2133] **AISBPA**, *Livro de atas (1899-1907)*, fl. 31 v.

gratuita aos irmãos e seus familiares: «abrir concurso para os cargos de médico, (...) cargos estes que estavam preenchidos interinamente. Foi tambem deliberado e d'harmonia com o expresso no edital augmentar os vencimentos ao médico desta Irmandade para a importância de quatrocentos escudos mensais com a condição de não só tratar gratuitamente os irmãos como igualmente todos os seus familiares que vivam ou habitem debaixo ou ao abrigo das mesmas telhas» [2134]. Pensamos que terá sido por lapso a não referência aos pobres da freguesia.

Além das despesas com o médico, a Irmandade também subsidiava a permanência de um farmacêutico na freguesia para que os irmãos, os pobres e os habitantes em geral não tivessem de se deslocar ao Gerês, localidade mais próxima com serviço de farmácia. Assim, em junho de 1936, na sequência do falecimento do farmacêutico de Rio Caldo, Afonso Narciso Machado, contactam o dono da farmácia do Gerês, Ismael Almeida, lembrando-lhe os compromissos estatutários da Irmandade e pedindo-lhe que se estabeleça na freguesia de Rio Caldo:

> (...) encontram-se desde então, os pobres daquela freguesia [Rio Caldo] quasi privados da assistência que lhes é devida pela Irmandade de S. Bento da Porta Aberta. Tem a actual Comissão Administrativa desta Irmandade a vontade de bem cumprir os fins a que esta se destina e muito especialmente na parte respeitante a assistência e por isso na qualidade de presidente daquela Comissão, venho lembrar a V. Ex.ª que se encontra sem farmaceutico a freguesia de Rio Caldo, a quem esta Irmandade é obrigada pelos seus Estatutos a subsidiar a renda de casa além de sér largamente beneficiado pelos medicamentos que esta Irmandade fornece gratuitamente aos pobres. Muita satisfeita ficaria esta Comissão Administrativa se V. Ex.ª se estabelecesse em Rio Caldo, com uma farmácia sua ou a sua responsabilidade [2135].

Não conseguimos apurar se foi por esta razão que os Estatutos da Irmandade foram alterados, mas a verdade é que, ainda que a Mesa continuasse a prestar assistência aos pobres, estas regalias deixaram de constar expressamente nos Estatutos de 1941. Os únicos direitos de ordem não espiritual previstos são: os eletivos, a prioridade na admissão para empregados da Irmandade e a receção de um diploma (art.º 19.º). Nas assembleias gerais, não podiam discutir assuntos não agendados e as alterações estatutárias apenas teriam eficácia se validadas pela autoridade eclesiástica (art.º 28.º).

Em 1980, aquando da elaboração do «termo de transacção» com que terminou a ação judicial contra a Irmandade, de que damos conta noutra parte, o primeiro argumento da Mesa foi o do seu papel assistencial: «Considerando que a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta tem vindo a distribuir subsídios aos pobres e às cantinas escolares da freguesia de Rio Caldo, onde tem a sua sede, com regularidade e numa função caritativa e humanitária» [2136].

### 8.4.2. Apoio à instrução

O apoio à instrução das crianças da freguesia foi uma das iniciativas mais louváveis e, em muitos casos, pioneira, levadas a cabo pelos administradores do Santuário. Ainda antes da eleição da primeira Mesa Administrativa da Irmandade, já a JP pagava o vencimento do professor, o aluguer da casa onde funcionava a escola, bem como a residência para o professor quando este não era da freguesia.

Foi por iniciativa da JP que a escola primária de Rio Caldo, onde atualmente funciona a sede da Junta de Freguesia e a extensão de Saúde de Rio Caldo, foi construída, tendo sido paga

[2134] **AISBPA**, *Livro de atas da assembleia geral (1919-1953)*, fl. 10-10 v.
[2135] **AISBPA**, *Livro do copiador (1924-1948)*, fl. 30.
[2136] **Tribunal Judicial da Comarca de Vieira do Minho**, *processo de ação ordinária n.º 55/77*. Autores: Junta de Freguesia de Rio Caldo e Comissão Fabriqueira de Rio Caldo; ré: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, p. 76.

com os rendimentos do Santuário. Não temos dúvida em a considerar uma das melhores equipadas da época, talvez porque aquele que é considerado o fundador da Irmandade, o Pe. Pinto, tenha exercido o cargo de professor na freguesia, com podemos confirmar pela descrição da mesma no inventário realizado a 29 de janeiro de 1899:

> (...) um edificio destinado a casa da escola com repartição ao mesmo tempo para sala das sessões da Junta e tribunal do Juisado de Paz, em adiantada construção. Com referência a bliotheca escolar inventariam-se os seguintes objectos adquiridos em mil oito centos noventa e oito: esphera armilar, um globo, um atlas de Delamarch, mapas da Europa, da Africa, da America do semptentrional e do sul, da Ociania, de Portugal tres, sendo um ilustrado, outro fallado outro mudo, um mappa de pesos e medidas, uma louza grande, um transferidor, tres reguas sendo uma graduada, um metro, um contador mecânico, um tinteiro, um arieiro, uma campainha de metal branco, um relogio de parede, um atlas de botânica, outro de zoologia, um diccionario universal em dois volumes, um compendio de geografia geral e uma pedagogia em quatro volumes e um exemplar de cada livro adoptado no corrente anno de mil oito centos noventa e oito [2137].

Para evitar os problemas decorrentes da inexistência de um edifício adequado ao ensino primário e sem esperanças que o Município o viesse a financiar, em 1897, a JP decide encomendar um projeto para a construção de um edifício escolar de acordo com a planta conhecida como «Conde Ferreira», cujo desenho foi elaborado pelo técnico de obras públicas António José Gonçalves, em 8 de março de 1897 [2138] e cujo custo foi de 28$000 rs., embora o orçamento inicial fosse de 40$000 rs. [2139].

Entretanto, a JP resolve alterar o projeto de modo a que o edifício escolar pudesse albergar outras valências, «porque tambem é de estrema necessidade a criação de um edificio para casa de sessões da Junta e para Tribunal do Juizado de Paz da freguesia que não tem edificio proprio da Parochia». A ata do dia 2 de janeiro de 1898, da lavra do Pe. Pinto, é um autêntico tratado pedagógico-didático, mas também um grito de revolta, que vale a pena ser conhecido:

> Além disto, é certo que sendo esta freguesia tão rica em rendimentos parochiais, e que tendo pedido tantas vezes este milhoramento, hoje altamente reconhecido e proclamado por todos os congressos e tratadistas pedagogicos, nem sequer tem casa sua para escola, nem a espera já merecer do municipio, mas antes lhe tem sido destinada para caza de escola uma reles e apertada salla, que tendo apenas vinte metros quadrados, não comporta os alunos da freguesia que frequentam a aula por mais apertados que assistam; como o professor por mais de uma vez o tem officiado á camara municipal, ao comensario [*sic*] dos estudos e, egualmente, o tem dito a alguns dos pais que lhe pedem a matrícula de seus filhos, e os não tem admittido por falta de espaço, sendo já a media diaria dos matriculados em número de trinta e tres, o que muito e muito prejudica sobre tudo naquella parte que diz respeito á callygraphia. Por estas razões, pois, e por que o local escolhido para o edeficio escolar em questão é o mais central e o mais ligado por caminhos publicos da parochia, mas tambem por que esta parochia não carece de favores nem de sacrificios pecuniarios do municipio [2140], nem dos parochianos para a realisação deste emportantissimo e benefico milhoramento (...) [2141].

[2137] **AFFRC**, *Livro de inventário dos bens próprios (1886-1930)*, fl. 23 v.
[2138] **AJFRC**, *Plantas:* edifício escolar (1897).
[2139] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa* (1896-1915), fl. 11.
[2140] Nesta data, a freguesia de Rio Caldo pertencia ao município de Vieira do Minho por extinção do município de Terras de Bouro que seria restaurado poucos dias depois, a 13 de janeiro.
[2141] **AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fls. 25-25 v.

A Junta, por unanimidade, resolveu enviar ao governador civil, para efeitos de aprovação, a planta e o projeto do edifício escolar, os quais foram aprovados por despacho de 22 de janeiro [2142]. A JP não perde tempo e, a 27 do mesmo mês, aprova um orçamento suplementar de modo a contemplar a construção do edifício escolar, mobília e biblioteca [2143]. O auto de arrematação teve lugar a 17 de abril [2144] e a obra foi adjudicada ao empreiteiro de Barcelos, António de Miranda, por 3:470$000 réis [2145].

A conclusão das obras verificou-se em 1900, embora a receção definitiva só tenha acontecido em novembro de 1905, altura em que o empreiteiro recebeu de volta a caução no montante de 515$840 réis [2146].

Com o avançar das obras, a JP, a 27 de março de 1898, deliberou «a compra de mobilia e bibliotheca escolar e de libros, papel, tinta e mais utencilios para os alunos pobres da freguezia e varios abonos de botica para os pobres e conduçaõ d'um ao hospital» [2147], cujo edital com o anúncio da arrematação marcada para o dia 28 de maio foi publicado no jornal «Progressista» de 27 de abril de 1899, sendo a base de licitação de 99$000 rs.: «Outrossim faz publico que no mesmo dia se ha de proceder á arrematação do fornecimento d'uma mobilia escolar para a escola da freguezia» [2148]. O fornecimento da mobília escolar foi adjudicado a António Rodrigues Junqueira, de Braga, por 89$000 rs. [2149].

### 8.4.3. Construção do Parque: lago, chalé / Restaurante e sanitários e anfiteatro

Na sequência do projeto de aformoseamento do espaço envolvente do Santuário já referido, projeto da autoria de João Teixeira da Silva, a JP resolveu adquirir um campo [2150] para aí construir um parque cuja empreitada foi arrematada por Manuel Pica, das Caldas do Gerês, por 494.000 rs. [base de licitação de 500$000 rs. ], a 28 de maio de 1899, e previa «a construção de um lago, acessos e restaurante» [2151].

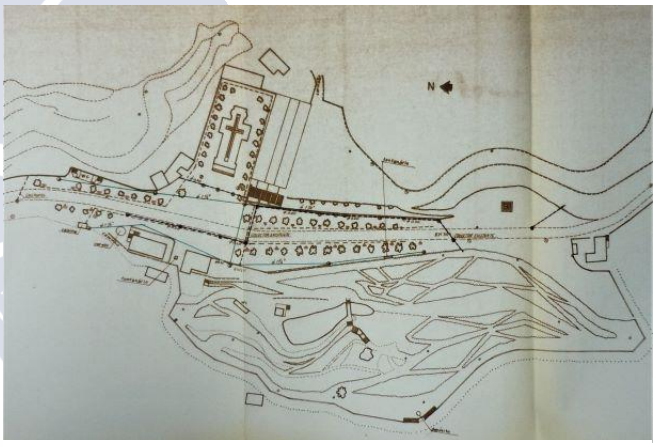


Fig. 86. Levantamento topográfico do Santuário e zona envolvente. (Fonte: AISBPA, 1975).

[2142] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Obras. Doc. n.º 543.
[2143] **AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fl. 27 v.
[2144] **AISBPA**, *Livro de autos de arrematação (1890-1908)*, fl. 24 v.
[2145] **AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fl. 38 v.
[2146] **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Confrarias. Doc. n.º 510.
[2147] **AJFRC**, *Livro de atas n.º 4* (1896-1902), fl. 32.
[2148] Jornal «Progressista» de 27 de abril de 1899.
[2149] **AISBPA**, *Livro de autos de arrematação*, fls. 31-31 v.
[2150] Sobre a aquisição de terrenos, veja-se a ata de 7 de maio de 1899, **in AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fl. 68: «Comprar, por expropriação amigável, 10.611 $m^2$ de terreno do falecido Domingos Antunes que fica junto ao terreiro de S. Bento "a caballeiro da estrada", por 600$000 rs., e 1.818 $m^2$ de Martingo, ao sul, incluidos na planta topographica, por valores inferiores aos orçados».
[2151] **AISBPA**, *Livro de autos de arrematação*, fls. 29 v.-30.

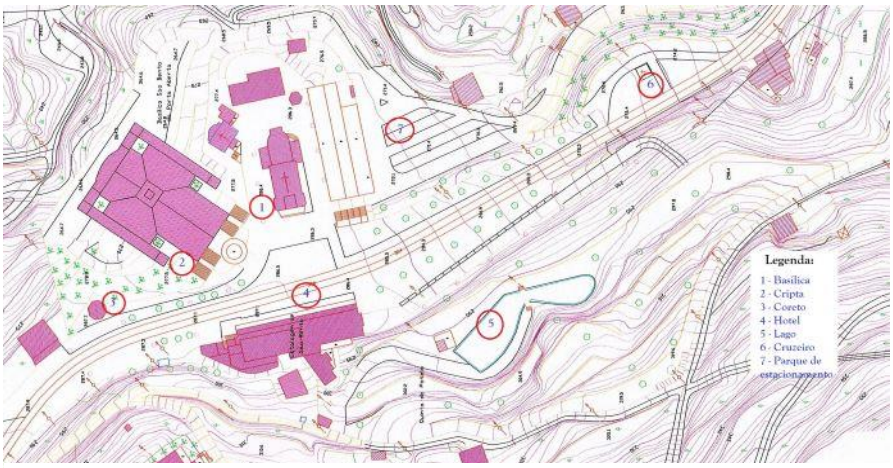



Fig. 87. Levantamento topográfico do Santuário e zona envolvente. (Fonte: CMTB, 2010).

Outras obras foram necessárias executar, nomeadamente a movimentação de terras e a construção de muros de vedação, cujo auto de arrematação teve lugar no dia 15 de dezembro de 1905. Faltava, agora, proceder à arborização do parque, tendo a Junta, reunido a 28 de janeiro, deliberado encomendar à Real Companhia Hortícola do Porto a respetiva arborização e entregar a direção dos trabalhos a João Teixeira da Silva e «estudo do projecto de conclusão das obras de aformoseamento nos referidos terrenos a fim de os habilitar com a verba precisa no futuro orçamento» [2152]. Este, apercebendo-se que o seu projeto era minimalista para aquilo que o espaço pedia e que um santuário como o de SBPA impunha («reconheceu-se que a entrada para o parque ficava acanhada e que em dias de romaria o trânsito se não poderia fazer com facilidade»), em 10 de abril de 1906, apresentou um aditamento que contemplava, entre outras, as obras seguintes: alargamento do arruamento, passando de 4,5 m a 9 m; elevação da altura do portão de 2,5 m para 3,5 m, bem como as ombreiras e muro de vedação devidamente capeado; ampliação do lago e melhoramento do seu revestimento [2153]. Elaborado o orçamento com o montante previsto de 633$643 rs., foi o mesmo aprovado em 6 de agosto, tendo-se realizado o auto de arrematação a 2 de dezembro. A obra foi entregue a Manuel Joaquim da Silva pela quantia de 545$000 rs. [2154].

Em 1913, quando presidia à comissão administrativa Tude de Sousa, foi construída uma ponte de estilo "romântico", sensivelmente a meio do lago.

Já no século XX, foi construída, no largo a seguir ao lago, uma bancada no talude da encosta onde as pessoas se instalam para assistir aos concertos das duas bandas de música que, habitualmente, são contratadas para abrilhantar a grande romaria. São montados dois palcos paralelos no largo e a assistência beneficia da sombra das árvores centenárias do parque.

### 8.4.4. Construção do cemitério

No dia 25 de dezembro de 1884, a JP, uma vez mais com o dinheiro da fábrica do Santuário e «por via de ordens superiores», deliberou pôr a concurso os muros de vedação do cemitério paroquial para evitar que os animais entrassem no terreno e criar condições para se poder enterrar lá [2155]. O auto de arrematação foi marcado para o dia 4 de janeiro do ano seguinte e a obra adjudicada a Domingos da Silva, de Vilar da Veiga, por 107$000 rs., valor acrescido, na altura da assinatura do contrato, de 13$000 rs. para que o muro ficasse capeado [2156].

As obras não avançaram devido ao protesto formal de um vizinho por causa da localização – ninguém gosta de ter um cemitério ao lado da sua casa -, tendo a JP, passados treze anos, solicitado a mediação do administrador do Concelho, conforme deliberação da Junta de 8 de

[2152] **AISBPA**, *Livro de atas (1899-1907)*, fl. 24 v.
[2153] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Irmandade. Doc. n.º 683.
[2154] **ADB**, *Governo Civil*, Distrito Administrativo, Confrarias. Doc. n.º 1358.
[2155] **AJFRC**, *Livro de atas n. 2* (1866-1885), fls. 86 v.-87.
[2156] *Idem*, fls. 87-88.

maio de 1899: «convidar a V. E.ª para que se digne vir designar o local para a sua effectiva construcção. A Junta offerece-se com previa intelligencia de V. E.ª, para convidar facultativo, sendo mister o informe d'este, para supprir a lacuna do delegado de saude visto não o haver de nomiação municipal» [2157]. A 19 de junho, o presidente da Junta dá conhecimento aos vogais que, no passado dia 15, «tinha sido escolhido pelo muito digno administrador do concelho depois de ouvir o parecer do facultativo, o senhor Doutor Casemiro d'Oliveira, que tambem compareceu no local, o sitio denominado o **Peito da Possa do Sino** [2158] para local do simiterio da parochia» [2159].

Finalmente, a 12 de novembro de 1898, foi enviado ao administrador do Concelho a planta do local para a implantação do cemitério municipal e o orçamento para 1899 [2160]. Embora o orçamento de 1898 contemplasse verbas para a expropriação de terrenos destinados à construção do cemitério [160$000 rs. mais 70$000 rs. caminho] [2161], este só seria construído, depois das polémicas com a criação da Irmandade, nos anos de 1903 e 1904, tendo a JP despendido as quantias de 886$225 rs. e 106$255 rs., respetivamente [2162].

### 8.4.5. Construção da hospedaria

A construção de uma hospedaria em frente ao Santuário representou um passo significativo no aproveitamento turístico da freguesia e o início de uma aposta na área da restauração e hotelaria, a qual evoluiria para o atual hotel de quatro estrelas.

A construção da hospedaria visava responder à «conveniência e até necessidade de alojamentos no local, onde se possam, com relativa comodidade, recolher romeiros e visitantes, que, em grande numero, aqui vêm durante o ano, com desejo de demorar, para melhor satisfazerem as suas promessas e devoções». O processo construtivo teve o seu início a 7 de abril de 1949 quando a Mesa delegou no presidente competências para convidar um engenheiro que desse corpo ao projeto, o qual foi apresentado e aprovado a 4 de agosto pela Mesa e a 8 de setembro pela assembleia geral da Irmandade. A 2 de fevereiro de 1950, a Mesa toma conhecimento da aprovação eclesiástica na pessoa do vigário-geral monsenhor Manuel Peixoto, em de 20 de janeiro, e avança para a adjudicação da 1.ª fase da obra, o que aconteceria a 2




Fig. 88. Fachada da Hospedaria. (Fonte: AISBPA, 1949).

[2157] **AISBPA**, *Livro de registo de correspondência, alvarás e editais (1890-1906)*, fl. 29 v.
[2158] Como sabemos, num passado mais ou menos longínquo, os sinos eram fundidos em locais próximos das igrejas, o que a toponímia, aqui, confirma.
[2159] **AJFRC**, *Livro de atas n. 4* (1896-1902), fl. 40.
[2160] *Idem*, fl.52.
[2161] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa 1896-1915*, fl. 15.
[2162] *Idem*, fls. 44 e 49.

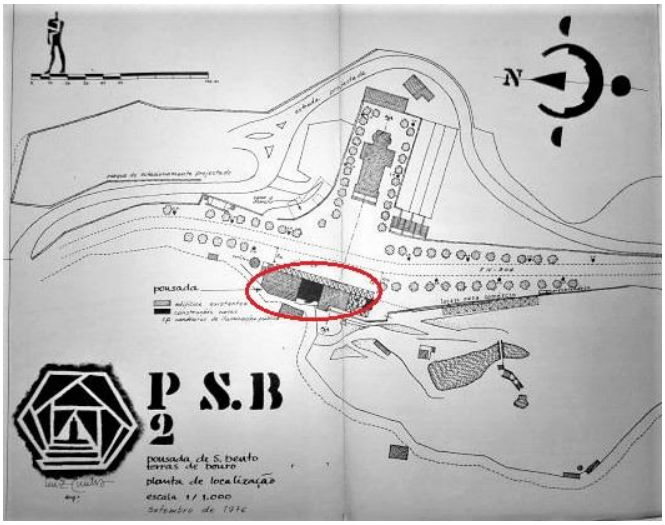



Fig. 89. Local de implantação da Pousada de S. Bento. (Fonte: CMTB, 1976).

de março, tendo sido adjudicada ao empreiteiro Manuel da Cunha, da cidade de Braga, pelo valor de 159.990$00.

A 2.ª fase da obra, segundo projeto elaborado pelo eng. Pimentel, foi adjudica ao mesmo empreiteiro, Manuel da Cunha, por 440.000$00.

A obra seria concluída no ano de 1954 após a colocação da mobília encomendada à firma "Soares Barbosa e Irmão, L.da", de Braga, por 103.000$00. O custo total da obra foi de 994.117$35 [2163].

Com o passar dos anos, houve necessidade de ir modificando e adaptando o estabelecimento a novas exigências, pelo que foi, sucessivamente, transformado em pousada, um projeto do arquiteto Luís Cunha elaborado em 1976, estalagem e, finalmente, hotel de 4 estrelas. Esta unidade hoteleira de excelência encontra-se aberta todo o ano e apoia não só as festividades beneditinas, mas também todo o turismo da região. Beneficia de uma localização privilegiada que o sol, refletido nas calmas águas da barragem da Caniçada, beija todas as manhãs, possui a frente, com os quartos dotados de varandas, voltada para o Santuário e tem, por envolvente, a área protegida do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o único parque nacional de Portugal. O Hotel São Bento da Porta Aberta dispõe de *Wi-Fi* gratuito, parque de estacionamento privativo no terreiro de S. Bento, auditório, bar, restaurante com serviço de pratos regionais e capacidade para a realização de eventos.




Fig. 90. Logótipo da Estalagem de SBPA.

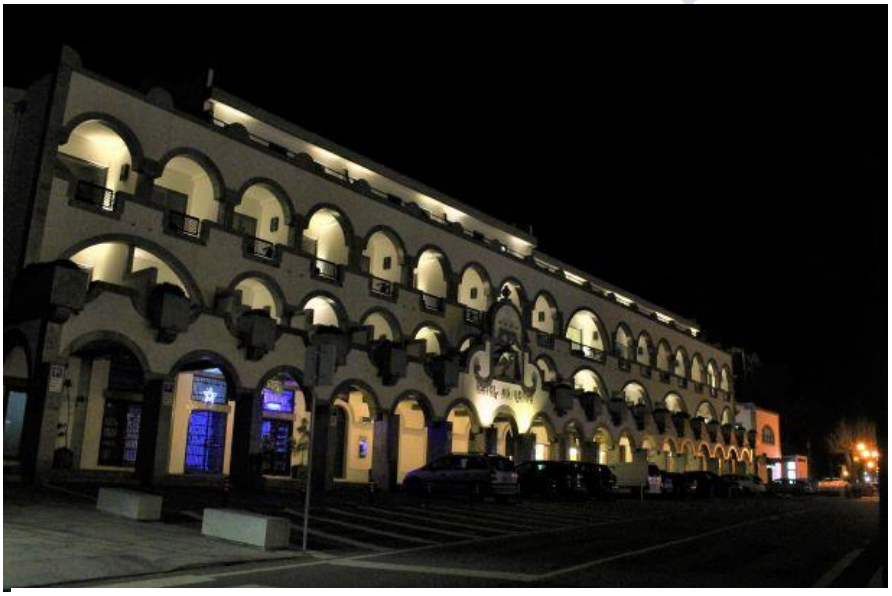


Fig. 91. Vista noturna da fachada do Hotel de S. Bento.

[2163] **AISBPA**, *Projetos e plantas (1949-1954)*. Obras da Hospedaria de S. Bento, «Memória descritiva».

### 8.4.6. Promoção de um espaço comercial

O aumento de peregrinos obrigou à criação de outras respostas, como locais onde os romeiros pudessem descansar e alimentar-se. Na altura das romarias, muitos particulares montavam as suas barracas de «comes e bebes» e, obviamente, procuravam situar-se o mais próximo do Santuário. Os seus responsáveis perceberam, desde muito cedo, a mais-valia do comércio e, além dos edifícios destinados a apoiar os romeiros, nomeadamente para a receção dos ex-votos, uma vez que as esmolas eram entregues dentro do Templo, investiram, em 1898, 130$000 rs. na construção de um «barracão no terreiro de S. Bento para alugar nas romarias» [2164]. Assim, não só obtinham mais rendimentos, mas também disciplinavam a ocupação daquele espaço, tal como aconteceu em 7 de fevereiro de 1946, quando levou a efeito um conjunto de obras tendo em vista «afastar o comércio e mesmo o movimento extraordinário de perto do Templo». Para isso, construiu avenidas a norte e a sul e adaptou o parque «onde se acomodam bastantes barracas comerciais e descansam os romeiros». Todavia, devido ao aumento dos romeiros, «adquiriu por compra propriedades rusticas e urbanas (...), deliberou alargar o parque acrescentando-lhe os terrenos de Urzidélos (...) tornando o parque um lugar aprazivel, com largos, avenidas e arruados, onde se poderão estabelecer muitas barracas e onde os romeiros poderão apreciar excelentes sombras e deslumbrantes panoramas» [2165].

No dia 20 de fevereiro de 1938, a Junta de Freguesia de Rio Caldo analisou um pedido de vários moradores para a realização de uma feira, aos sábados, de 15 em 15 dias, pedido que foi remetido ao presidente da Câmara:

> (...) no local denominado terreiro de São Bento da Porta Aberta, desta freguesia, por não haver aqui nenhuma proxima e ficar esta freguesia muito distante da sede do Concelho. Propunha para ser dado conhecimento ao Ex.mo Senhor Presidente da Camara Municipal deste Concelho, afim de que se digne providenciar para que no referido terreiro de São Bento da Porta Aberta, desta freguesia, seja anunciada e autorizada uma feira aos sabados cada quinze dias, por julgar vantajoso, e o terreiro e dia proprio para êsse fim» [2166].

Esta feira está na origem de um conjunto de pequenas bancas comerciais que, em 1977, a Mesa procurou ordenar, tendo encomendado ao arquiteto Luís Cunha, autor da Cripta de S. Bento, a elaboração de um projeto que disciplinasse «o comércio de vários artigos que hoje se pratica no recinto fronteiriço ao templo de S. Bento da Porta Aberta, pretende a Mesa da Confraria daquele Santuário mandar construir um conjunto de pequenos locais destinados a substituir os barracos que presentemente ali se instalam».

Os objetivos da Mesa eram dois: libertar espaço no terreiro há décadas ocupado por estas bancas e acabar com um espetáculo de vendedores de rua que em nada dignificava aquele local sacralizado. Daí que a solução encontrada tivesse sido uma construção embutida no muro de suporte e vedação do parque com capacidade para instalar 12 espaços comerciais, com a área de 4,5 m por 3,7 m cada.

[2164] **AJFRC**, *Livro da conta de receita e despesa (1896-1915)*, fl. 17.
[2165] **AISBPA**, *Projetos e plantas (1949-1954)*. Obras da Hospedaria de S. Bento, «Memória descritiva».
[2166] **AJFRC**, *Livro de atas n. 12* (1938-1944), fl. 7.

Já neste século, foram instaladas, paralelas a estas lojas, pequenos quiosques destinados à venda de produtos locais, uma forma de dinamizar e apoiar a periclitante agricultura de subsistência local tão importante em termos de biodiversidade.

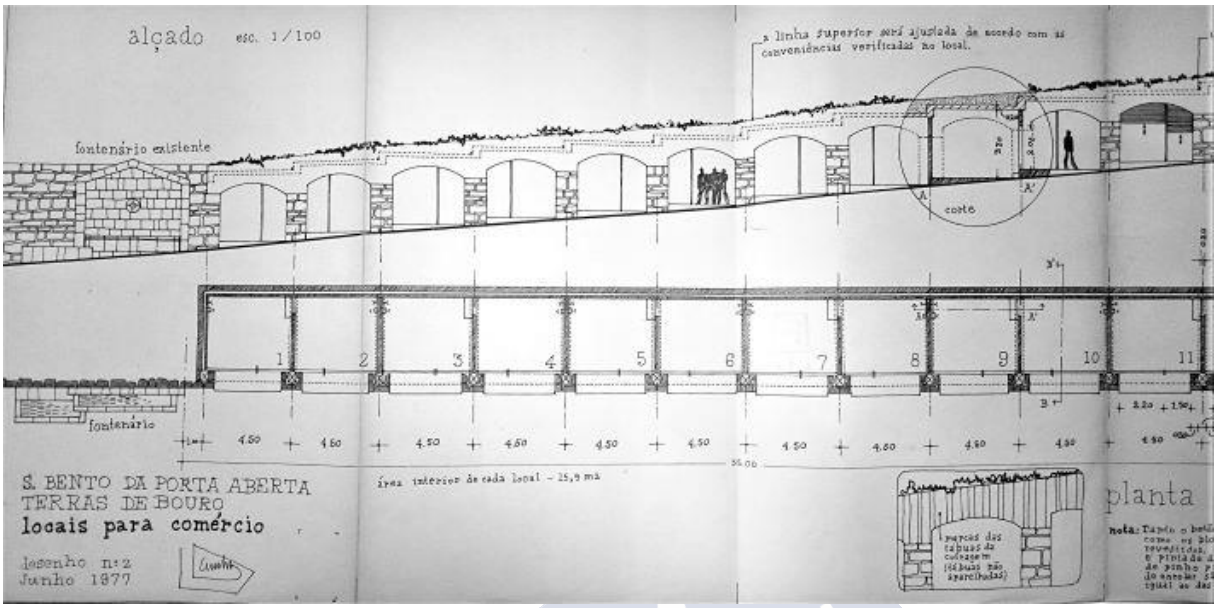



Fig. 92. Projeto para a construção de espaços comerciais no terreiro de SBPA. (Fonte: CMTB, 1977).

Tanto a JP como a Mesa da Irmandade, enquanto administradores dos rendimentos do Santuário, não só potenciaram o desenvolvimento do comércio na zona envolvente, como foram seus promotores.

### 8.4.7. Subsídios à Junta de Paróquia / Freguesia e à Comissão Fabriqueira

Aquando da transferência da fábrica do Santuário para a Irmandade, os argumentos aduzidos pelo Pe. Pinto Guedes respeitavam aos benfícios que daí adviriam para a Junta de Paróquia e Comissão Fabriqueira: «attendendo a serem da maior conveniencia publica as condições de tal transferencia e um não haver prejuizo algum para a Junta de Parochia e antes poderem para esta advir grandes vantagens da mesma transferencia visto que no futuro há uma verdadeira diminuição de encargos para os parochianos» [2167]. Esta a razão por que, durante décadas, foram transferidos 350$000 rs. para a JP e 150$000 rs. para a Comissão Fabriqueira. Com a mudança da moeda para escudos, a conversão foi direta, 350$00 e 150$00, sem atualizações em função da inflação.

Esta situação vai levar a que, a 9 de novembro de 1977 [2168], dê entrada, no Tribunal Judicial de Vieira do Minho, uma ação ordinária intentada pela Junta de Freguesia e pela Comissão Fabriqueira da Paróquia de Rio Caldo contra a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

Os autores pretendiam que a Mesa administrativa da Irmandade atualizasse os valores das transferências para a Junta de Freguesia e para a Comissão Fabriqueira, fixando-as em 600 contos anuais, «como resultado da atualização da prestação de 500 mil réis a que se obrigou no ano de 1899».

Na barra do Tribunal, estiveram os causídicos Artur Guimarães Marques, da parte dos autores, e José Augusto Ferreira Salgado, da parte da ré.

[2167] **AJFRC**, *Atas avulsas 1905-1908*, fl. 1.
[2168] A Junta de Freguesia era constituída por: Manuel da Silva Ferreira, presidente; Manuel de Jesus Falances Freitas de Morais Ribeiro, secretário; e José Lopes, tesoureiro.

Depois de várias contestações, réplicas e tréplicas, a 9 de julho de 1980, as partes chegaram a um acordo, que não foi muito bem aceite pela população que considerou uma cedência da Junta (diferente da que intentou a ação [2169]), sintetizado no parágrafo seguinte:

> a) - A Irmandade de S. Bento da Porta Aberta obriga-se a entregar anualmente no mês de Agosto, a quantia de oitenta mil escudos, à Junta de Freguesia de Rio Caldo, e a quantia de quarenta mil escudos à Corporação Fabriqueira da mesma freguesia, obrigação esta que se manterá sempre que economicamente seja possível à Irmandade efectuar o seu cumprimento, competindo a essa Irmandade comprovar a existência da impossibilidade económica, no caso de a invocar [2170].

O valor fixado representa 20% do inicialmente pedido (600 contos por ano) e, se a Irmandade mostrar que não tem saldo líquido, fica dispensada dessa contribuição.

Apesar das «guerras» iniciais entre o presidente da Mesa e o pároco, cujas relações nem sempre foram as melhores (não se compreende que o pároco da freguesia seja arredado da administração de um centro de culto nascido e criado na sua paróquia [2171]), a Irmandade sempre financiou várias obras na paróquia, nomeadamente a remodelação da fachada da igreja, a construção da torre sineira, a compra de um sino, a realização de obras na residência paroquial, a atribuição de um subsídio para a construção do salão paroquial, entre outras. Além destes apoios, a Irmandade tem financiado as instituições sociais, como o Centro Social e a Cruz Vermelha, e algumas do Concelho, em particular a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro.

### 8.4.8. Apoios a nível regional

Por último, queremos referir, sem sermos minimamente exaustivos, o apoio da Irmandade de SBPA a projetos no distrito ligados à Diocese, designadamente a construção do edifício do jornal «Diário do Minho», aos Seminários – no passado, também subsidiava a formação dos seminaristas -, o santuário de Nossa Senhora do Sameiro, a construção da igreja paroquial de S. Bento da Várzea, em Barcelos, e o mosteiro beneditino de Singeverga, em Santo Tirso.

Podemos afirmar que, no que respeita ao papel do santuário de SBPA no desenvolvimento local e regional, as nossas afirmações vão de encontro às conclusões da professora Rosa Moreira da Silva, reputada geógrafa que há mais de cinquenta anos estuda o desenvolvimento da região entre Bouro (Amares e Terras de Bouro) e o Barroso (Montalegre), no que concerne ao papel que o santuário de S. Bento da Porta Aberta teve no crescimento económico e demográfico desta região. Terminamos, por isso, com uma citação daquela que consideramos a *opus maximum* da autora, *O Gerês: de Bouro a Barroso. Singularidades patrimoniais e dinâmicas territoriais*, e na qual tivemos a privilégio de colaborar, quer através de troca de informações sobre o santuário de SBPA, quer com a cedência de algumas fotografias.

> Embora haja factores naturais especialmente determinantes pela evolução da humanização da secção terminal do vale de Rio Caldo atribuímos, entre os vários temas a abordar, um maior interesse pela fundação deste *pólo religioso* [SBPA] e,

[2169] O «Termo de transação» foi assinado a 9 de julho de 1980, tendo, como representantes da Junta de Freguesia, António Neves Pinheiro e Avelino José Ribeiro Pacheco, respetivamente presidente e secretário, e da Comissão Fabriqueira, o Pe. Joaquim Campos da Silva Xavier (1950-2011), presidente e pároco da freguesia de Rio Caldo, e António José Alves, secretário. A Irmandade fez-se representar pelo monsenhor Manuel Vaz Coutinho (1921-2014).

[2170] **Tribunal Judicial da Comarca de Vieira do Minho**, *processo de ação ordinária n.º 55/77*. Autores: Junta de Freguesia de Rio Caldo e Comissão Fabriqueira de Rio Caldo; ré: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, p. 76 v.

[2171] A experiência mostra que a época de maior crescimento do Santuário e de melhor funcionamento foi quando presidiu à Mesa o pároco da freguesia, Pe. Basílio Rodrigues.

seguidamente, reservamos a nossa preocupação em apreender o seu impacte nas sucessivas mutações desta organização espacial.

Como resposta ao desejo de conhecer os resultados dessa expansão urbana podemos, desde já, adiantar que este *pólo religioso* assumiu singular significado na evolução do povoamento, onde inicialmente se destacou o *Turismo Religioso* e, recentemente, se assiste ao incremento da exploração do espelho de água da Caniçada para fins desportivos e de lazer.

Se a tudo isto acrescentarmos as preocupações religiosas decorrentes de um outro Santuário mais antigo, o de Nossa Senhora da Abadia em Amares, temos uma noção mais exacta do recente crescimento e implantação territorial do Santuário de S. Bento da Porta Aberta em Terras de Bouro e no Parque Nacional da Peneda-Gerês [2172].



Fig. 93.Vista do Santuário e da Cripta de SBPA a partir da pedreira de S. Bento.

[2172] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (2011), *O. c.*, p. 289.

# CONCLUSÃO

A presente dissertação não pretende ser um trabalho concluído. Trata-se da primeira etapa de uma investigação que necessita de continuidade tendo em conta a dimensão dos vários fundos que contêm documentação sobre a basílica menor de SBPA, achado que nos obrigou a limitar o nosso *corpus* por ser humanamente impossível tratar todos os aspetos com a profundidade que se exige e de que gostaríamos.

Ao longo da investigação, fomos surpreendidos por uma quantidade significativa de documentos não estudados que, não obstante termos prolongado por dois anos o tempo inicialmente previsto para a elaboração da tese, não a conseguimos incluir dada a limitação de páginas. Além disso, temos consciência de que um trabalho desta dimensão não se esgota numa dissertação, ainda que de doutoramento, abrindo portas para que nós ou outros investigadores lhe deem continuidade. Na verdade, são mais de 400 anos de história e a história de SBPA não é apenas a das pedras e das imagens. É, também, a de homens normais e de clérigos humanos, com virtudes e defeitos, a pedir uma interpretação socioantropológica.

Procurámos transmitir uma visão global do Santuário, não só dos ritos cultuais, mas também da sua origem e transformações por que foi passando ao longo dos séculos, retirando das cinzas o nome das pessoas que, de algum modo, fizeram a sua grandeza.

Ao darmos por finda esta tarefa, fica-nos um sentimento contraditório. Por um lado, de satisfação pelo trabalho realizado que nos permitiu conhecer um património vasto, aprofundar os conhecimentos sobre a "religiosidade popular" e enriquecer do ponto de vista humano, graças às dezenas de pessoas que contactámos. Por outro, de tristeza, de amargura e saudade: tristeza, por termos ficado aquém das metas fixadas no início; de amargura e saudade por, durante este período, termos visto partir algumas pessoas amigas que aceitaram, de bom grado, dar-nos o seu testemunho sobre o culto e as histórias relacionadas com o santuário de S. Bento da Porta Aberta.

Entre as pessoas que nos incentivaram, não podemos esquecer D. António José Rafael (1925-2018), na altura Bispo Emérito da diocese de Bragança-Miranda, devoto de S. Bento e frequentador assíduo do santuário de SBPA que se disponibilizou para nos conceder uma entrevista. Infelizmente, devido ao agravamento do seu estado de saúde, não foi possível realizá-la. De Sua Excelência Reverendíssima, conservámos um cartão que teve a bondade e gentileza de nos enviar e no qual manifesta, a sua felicidade «por saber do Estudo que

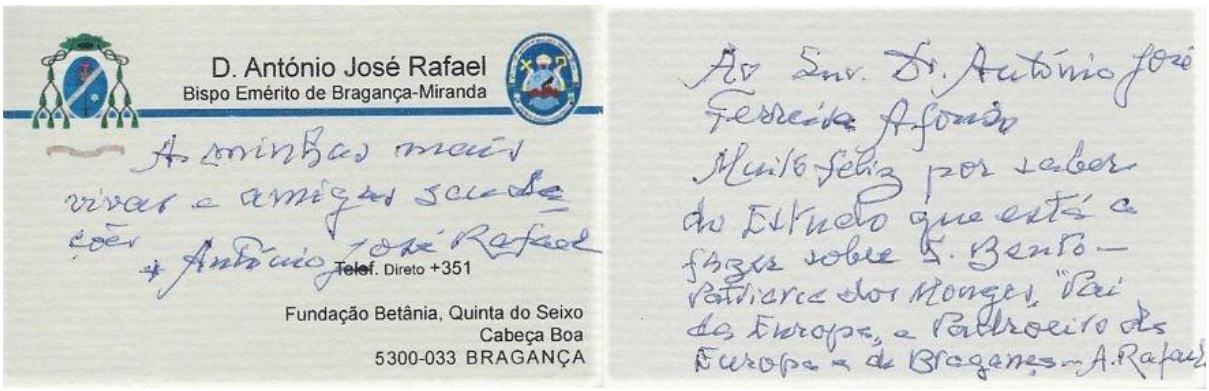

D. António José Rafael
Bispo Emérito de Bragança-Miranda
Telef. Direto +351
Fundação Betânia, Quinta do Seixo
Cabeça Boa
5300-033 BRAGANÇA

Fig. 94. Cartão que nos foi enviado por D. António José Rafael, Bispo Emérito de Bragança-Miranda.

está[vamos] a fazer sobre S. Bento – Patriarca dos Monges, "Pai da Europa" e Padroeiro da Europa e de Bragança». Efetivamente, foi D. António Rafael quem entronizou S. Bento como Padroeiro da diocese de Bragança-Miranda.

Se tivemos momentos de grande aprendizagem e enriquecimento humano, tivemos também de desalento, de incompreensão e de desânimo. Um desses momentos foi protagonizado por uma colaboradora da ISBPA que nos afetou-nos não só em termos psicológicos, mas também no andamento da investigação, uma vez que deixámos de consultar, durante mais de um ano, o AISBPA.

A primeira parte da nossa dissertação permite-nos aferir da importância que os Beneditinos tiveram na nossa história, quer desde a formação de Portugal até à Restauração da Independência, em 1640, quer no pós-reforma da Congregação da Ordem de S. Bento de Portugal. Esta data coincide com um aumento significativo das capelas que o têm como padroeiro, enraizando no povo um culto que se prolonga há mais de quatro séculos e com uma forte implantação no Minho. Como vimos, as marcas patrimoniais beneditinas revelam-se a vários níveis, alguns dos quais constituem uma surpresa, como os casos dos nichos e das alminhas. Como orago das igrejas paroquiais, apenas duas - Pedraído (Fafe) e Várzea (Barcelos) -, embora a segunda tardiamente, uma vez que o padroeiro era o Salvador. Outras há onde o culto de S. Bento suplantou o do padroeiro, como Fiães (Melgaço), Miranda e Ermelo (Arcos de Valdevez), Águas Santas (Póvoa de Lanhoso). Como santuários mais representativos – não referindo SBPA em Rio Caldo –, temos S. Bento da Porta Aberta em Cossourado (Paredes de Coura) - que muitos confundem com o "nosso" SBPA -, S. Bento de Seixas (Caminha), S. Bentinho da Vila (Arcos de Valdevez) e S. Bento das Pedras (Vizela). A nível das capelas, merecem destaque as de Lagoa (Valença), Cando (Gavieira, Arcos de Valdevez), S. Bentinho de Trás do Hospital e Vimieiro (Braga), Pinhote (Marinhas, Esposende), Caires (Amares), Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso), Vale S. Cosme (Famalicão) e Magos (Mosteiro, Vieira do Minho).

Sentimos, porém, que estamos num ponto de viragem como consequência dos tempos modernos, quer pelo avanço da medicina e do seu acesso generalizado – S. Bento da Porta Aberta, além de ser invocado por causa das verrugas (cravos), é conhecido como «advogado dos males ruins» [2173]-, quer devido ao despovoamento do interior, sobretudo das zonas montanhosas que haviam sido escolhidas pela Ordem do Patriarca dos Monges para aí se instalar, como refere a máxima cujo autor se desconhece: «*Benedictus montes, Bernardus valles amabat*» [2174].

Este culto, maximizado no santuário de SBPA, embora com estatuto de grande romaria há menos de 200 anos, generalizou-se entre o povo minhoto tendo respigado para a literatura, como encontramos no conto de Fernando Pinheiro intitulado «O Comendador Azevedo, Cristão e Agiota», cuja ação se localiza em Barcelos, na freguesia fictícia de S. Gregório, no séc. XX: «- Pois olha, homem, nós nem sabemos quem nos ajudou, mas Deus Nosso Senhor sabe. Por isso, havemos de ir em peregrinação ao S. Bento da Porta Aberta, para que ele interceda no céu por pessoa que tão boa há na terra» [2175].

Esta parte contribuirá, também, para a fixação da rede dos caminhos de SBPA, sendo necessário proceder à validação da proposta no terreno, o que poderá acontecer nos municípios que assim o desejarem.

[2173] GRAÇA, António Santos (1932): *O. c.*, p. 105: «Mas há outros [santos] que têm especialidades: tumores e cousas ruins».
[2174] CONDE, Antonio Linage (1991): *S. Bento e os Beneditinos*, vol. II. Braga: Irmandade de S: Bento da Porta Aberta, p. 333.
[2175] PINHEIRO, Fernando (2017): «O Comendador Azevedo, Cristão e Agiota», in *Terra Mater: Contos, lendas e narrativas*. Braga: Calígrafo, pág. 28.

Em relação à segunda parte, gostaríamos de salientar que é o primeiro estudo que revela os nomes dos principais artífices na construção do Santuário, o qual, pela sua grandiosidade, tinha, necessariamente, de estar associado a grandes mestres. Na verdade, foi isso que aconteceu e que, até agora, se desconheciam, a começar pelo engenheiro Manoel do Couto Guimarães, autor do projeto inicial do Santuário; António Plácido de Vasconcelos Peixoto (substituto de Manoel do Couto Guimarães após a morte deste), que procedeu às alterações do projeto, nomeadamente alterando a planta de duas para apenas uma torre; o condutor de obras públicas Leonardo Ferreira Braga, responsável pelo projeto da estrada que ligou a ponte de Rio Caldo sobre o Cávado (Estrada Distrital n. 11 da Portela do Homem ao Cubo) ao Santuário; João Teixeira da Silva e Alfredo Camilo Castelo Branco [2176], projetistas e fiscais das obras realizadas na envolvente do Santuário, como arruamentos e parque; António José Gonçalves, técnico de obras públicas, autor dos desenhos do projeto do edifício escolar. Na área da arte sacra, temos como entalhadores os nomes mais importantes do final do século XIX, como Elias Gomes dos Santos, consagrado como «mestre Elias», e Manuel Lopes Teixeira; desenhadores e douradores, como Eduardo Alfredo Peixoto, José Dias Ferreira, respetivamente; fabricantes de sinos, como a fábrica Rebello da Silva & C.ª

Novidade aportada por este trabalho é a revelação dos templos onde se encontram dois altares do santuário demolido aquando da construção do atual e esclarecimento do erro que tem sido cometido por alguns autores, nomeadamente António Pereira quando afirma que «A tribuna do Altar-Mor [da capela de Nossa Senhora da Conceição, Crasto, S. João da Cova] veio da capela primitiva de São Bento da Porta Aberta» [2177]. Não se trata da tribuna do altar-mor, uma vez que essa se encontra na capela de S. Silvestre, no lugar de Freitas (Covide), mas de um dos altares laterais.

No âmbito da iconografia, não nos parece despiciente o nosso contributo para a compreensão do processo de alteração icnográfica da imagem de SBPA, ou seja, de uma escultura simples e semelhante a tantas outras das capelas que lhe são dedicadas no Minho (S. Bento com resplendor na cabeça, mão direita abençoando enquanto a esquerda segura a *Regra*) a uma imagem forjada com mitra aparafusada à cabeça por cima de um hábito simples de cogula, passando por uma escultura com duas mitras: uma aos pés e outra na cabeça. Fica-nos a ideia de que os fundadores e aqueles que os sucederam nos anos imediatos sabiam pouco de iconografia beneditina ou, como parece, preocuparam-se mais em dar ao Santo um ar da importância que lhe era devida pelo grande número de devotos que o visitavam em romaria e que outros santos mitrados - normalmente bispos que aparecem paramentados com pluvial – não dispunham.

Outro aspeto inédito respeita à iconografia presente nos sinos do carrilhão, representativa das devoções mais significativas na região àquela data: S. Bento, Sra. da Conceição, S. José e Sta. Eufémia. Infelizmente, por falta de tempo e de apoio logístico, não conseguimos verificar se os restantes sinos também têm representações iconográficas e, em caso afirmativo, quais. Esperamos, ainda este ano, esclarecer esta matéria.

Uma vez que estamos a falar de aspetos iconográficos, achamos que as esculturas de Santa Escolástica deviam ser dotadas de uma pomba - o principal atributo que a caracteriza – sobre a *Regra*, para evitar que os devotos que possuam conhecimentos iconográficos fiquem com dúvidas ou sejam induzidos em erro os restantes.

Permitam-nos um desabafo e um alerta às comissões de arte sacra das dioceses. Ao longo do nosso trabalho de campo, foram imensas as esculturas que encontrámos sem terem o nome

[2176] Foi, também, autor dos projetos do cemitério paroquial, de «uma casa para o Mosteiro de S. Bento», de um estudo realizado em 1903 para a construção de uma estrada entre S. Bento e Covide ordenado pelo Governo, e fiscal do troço da estrada S. Bento, entre o lugar da Igreja e o Santuário. Cf. **ADB**, *Governo Civil*, Comissão Distrital, Juntas de Paróquia. Doc. n.º 2549.
[2177] PEREIRA, António José Soares (2016): *O. c.*, p. 34.

do santo escrito na base, o que não ajuda para o conhecimento hagiográfico, pois há esculturas muito parecidas, mas de santos diferentes. A este aspeto, temos de acrescentar outro não menos importante: o facto de os santeiros, quando as imagens vão para repintar, fazerem, no local destinado ao nome do santo, publicidade à casa ou ao artista que executou o trabalho.

Os dados recolhidos e tratados permitem-nos constatar o processo de crescimento por que a freguesia de S. João Batista de Rio Caldo passou nos últimos duzentos anos, quando a fama de S. Bento milagroso se generalizou e o lugar de S. Bento da Seara de Forcadela se começou a desenvolver para dar resposta ao número crescente de romeiros, sempre graças às esmolas que os devotos de S. Bento ali deixavam.

Várias foram as ampliações e reedificações da capela, até que, no ano de 1872, se arremata a construção de um santuário, ou mosteiro, à altura de outros templos como o do Bom Jesus do Monte, em Braga, com o qual tem algumas afinidades, não só na decoração, mas também em arte sacra e nos artífices.

Sagrada a capela-mor em 1885 e concluída a obra de pedreiro da nave em 1895, com o aumento de peregrinos e, concomitantemente, de esmolas, os responsáveis levaram a efeito um plano de melhoramentos grandioso, procurando transformar o lugar de S. Bento numa estância, uma vez mais, semelhante ao Bom Jesus do Monte – a que não faltou um grande parque com um lago e barcos, restaurante e área de lazer – e a poder rivalizar com as Caldas do Gerês.

A primeira grande medida foi a construção de uma via que ligasse a estrada que seguia para o Gerês ao Santuário, já que começavam a circular os primeiros automóveis em Portugal.

A preocupação dos mesários não se restringiu à estrada e ao aformoseamento do espaço envolvente, estendeu-se, ainda, às condições de receção dos romeiros, construindo a «Casa das Ofertas», «Casa dos Romeiros» e a «Casa da Mesa», entre outras, além do cruzeiro e do coreto.

Como os tempos eram difíceis, sobretudo para quem vivia nas aldeias serranas, os administradores não esqueceram os mais pobres e fixaram, estatutariamente, objetivos de beneficência e assistência, mediante a atribuição de subsídios aos mais carenciados e prestação de cuidados de saúde, uma vez que a Irmandade apoiava a instalação de um médico e um farmacêutico na freguesia, para dar apoio clínico aos irmãos e suas famílias, incentivando, assim, as pessoas a inscreverem-se na Irmandade.

Foi graças a estes apoios sociais que muitas pessoas procuraram fixar-se na freguesia, o que levou a Mesa a condicionar o acesso a esses benefícios, de tal modo que só os pobres da freguesia ou nela residentes há mais de dois anos é que eram contemplados.

Devido a estas medidas e ao crescimento do comércio promovido pela Irmandade que foi pioneira na construção de uma hospedaria em frente ao Santuário, a freguesia de Rio Caldo chegou ao fim do século XX como uma das mais desenvolvidas do Concelho, a par de Vilar da Veiga com as Termas do Gerês, fruto dos investimentos efetuados com o dinheiro dos devotos de SBPA.

Não temos, pois, qualquer dúvida em afirmar que o santuário de SBPA foi o principal fator de desenvolvimento da freguesia ao qual se juntariam, depois de 1974, os projetos de natureza turística, com o aproveitamento do espelho de água da barragem da Caniçada.

Se a nossa investigação em ordem à elaboração de uma dissertação de doutoramento outro mérito não tiver, pelo menos teve o condão de despertar a Mesa da Irmandade para a situação em que se encontrava parte do património cultural e arquivístico do santuário de S. Bento da Porta Aberta no que respeita ao chamado «arquivo morto».

Durante dezenas de anos, muitos documentos se deterioraram e, quiçá, se perderam, como pudemos constatar ao ver o estado calamitoso em que se encontravam alguns desses

documentos. Apenas um pequeno armário guardava os livros de atas em bom estado e alguns processos de obras. Tudo desordenado e sem catalogação.

Depois de, no âmbito do congresso comemorativo dos 400 anos da fundação da capela primitiva, termos apelado à necessidade urgente de ser devidamente acondicionado o espólio arquivístico de SBPA, verificamos que o mesmo foi trasladado para instalações com outras condições, situação com a qual nos congratulamos. Recordamos que os quadro do fundador da Irmandade de SBPA, Pe. José António Silvério Pinto Guedes, e do seu rival, Pe. José Joaquim Pires Dias de Freitas, se encontravam no chão, encostados a uma parede que, sempre que chovia, era inundada, de tal modo que as molduras já estavam danificadas e um dos quadros com o vidro partido.

Na mesma comunicação, salientamos o interesse em criar um espaço museológico à dimensão do material que se encontra exposto e em depósito, com um destaque especial para os ex-votos, os quais mereciam, de *per se*, um estudo aprofundado. Esta ideia consolidou-se ao longo do trabalho quando verificámos que alguns dos ex-votos expostos de ouro e prata têm mais de cem anos, devendo ser enquadrados com a documentação do século XIX que os referem. Felicitamos, pois, a Mesa por estar a pensar na concretização desse espaço que será denominado «Casa da Memória», como nos confirmou o presidente da Mesa da Irmandade, cónego Roberto Mariz.

Em termos de arte sacra, gostaríamos de ver recuperados e expostos o antigo "trono" e maquineta que, pelo que observámos num dos armazéns, poderão existir quase completos, assim como os púlpitos substituídos nos anos 40, os frontais de altares, atributos das imagens de S. Bento (como os báculos), e outras peças que se encontram amontoadas à espera de uma triagem e estudo.

A nosso ver, o programa «Casa da Memória» deveria ter, entre outros, os núcleos seguintes:

1. Vida e obra de S. Bento;
2. O culto a S. Bento no Minho (criação de uma plataforma digital que permita a visualização, através de hiperligações, de todas as marcas patrimoniais beneditinas existentes no Minho, bem como a projeção da iconografia beneditina aí representada, possibilitando a realização de roteiro virtual pelas igrejas, santuários, capelas nichos e alminhas onde nos surge a imagem de S. Bento);
3. Fundação da capela de S. Bento da Seara de Forcadela;
4. Crescimento do culto a S. Bento e adição do determinativo «da Porta Aberta»;
5. Construção do Santuário (elaboração de uma animação digital onde, a partir das plantas dos finais do século XIX, se visualizasse o ordenamento cronológico do espaço envolvente e as principais transformações desde a capela de 1615 até à atualidade);
6. Especificidades do culto a SBPA ("religiosidade popular");
7. Ex-votos;
8. Arte sacra e iconografia (esculturas, estampas, diplomas de irmão, ...);
9. Paramentos e alfaias litúrgicas;
10. Hinos e canções a S. Bento (base de dados com todas as músicas dedicadas a S. Bento, que podia ser acompanhada por uma edição em papel e um CD com as músicas);
11. Construção da cripta (planta e maquete);
12. Elevação a Basílica Menor (decretos, fotos e vídeo da cerimónia);
13. Carrilhão de sinos (com relevo especial para a iconografia) e sineiros (homenagem);
14. Fundo documental (postais e fotografias antigos, alvarás, livros de atas, de contas de receita e de despesa, jornal «São Bento da Porta Aberta, ...);
15. Benfeitorias sociais:
16. Melhoramentos (plantas e fotos).

Para a concretização de alguns dos pontos referidos, seria necessário um protocolo com a Junta de Freguesia de Rio Caldo de modo a que esta cedesse, para efeitos de salvaguarda e de exposição, o espólio documental relativo ao Santuário e à freguesia, que lhe pertence enquanto instituição sucessora da Junta de Paróquia, administradora do Santuário, antes e depois da construção do novo templo. Assim, sem a JF ter de alienar o espólio, este ficaria devidamente preservado e exposto à apreciação do público em geral e dos devotos de SBPA em particular. Refira-se que se trata de documentação única e inédita, como as plantas em linho da estrada desde a Ponte de Rio Caldo até ao Santuário, bem como outros projetos, tais como os do edifício escolar e da torre da igreja paroquial.

De acordo com a nossa investigação, entendemos, ainda, que a ISBPA devia estudar a hipótese de alterar o ano considerado como da fundação da Confraria / Irmandade, ou seja, de 1893 [2178] para 1891, embora não tenha sido encontrada a escritura constitutiva.

As datas referidas nos Estatutos começam por indicar o ano de 1899 passando, a partir de 1934, a referir o ano de 1893, em relação ao qual não localizámos qualquer documento que o valide. Pelo contrário, a ata da JP de 5 de abril de 1891 é taxativa quando refere que, segundo a ordem de trabalhos, a sessão era para tratar da possibilidade de a JP ceder a fábrica da capela de S. Bento a uma «corporação ou confraria», acrescentando que nesta mesma sessão foram apresentados, lidos e discutidos os Estatutos [2179]. Esta é mais uma questão que fica em aberto.

A história de SBPA precisa de ser divulgada para acabar de uma vez por todas com as inverdades que continuam a circular, como deixamos referido no «Estado da questão» incluído no capítulo sobre «Considerações de ordem metodológica». Para isso, seria de grande interesse a publicação de uma obra sobre a história do Santuário que servisse de base à elaboração de um guião de visita e que fosse apelativo, explicando as origens do templo, as fases construtivas, o nome dos artífices, o simbolismo da iconografia, enfim, motivador de uma nova visita, ao contrário do que nos aconteceu na única visita guiada em que participámos [2180]. A informação era tão superficial que desmotivava, não se justificando a presença de um guia.

Outra vertente que pode contribuir para aumentar a atratividade do Santuário é a criação de um trilho pedestre de curta duração, que possibilite aos devotos e visitantes calcorrear alguns dos locais mais emblemáticos da história do Santuário e situados na sua envolvente, como a pedreira de onde foi extraído o granito para a construção do Santuário e a «Fraga de S. Bento» onde foi encontrada a imagem de S. Bento, roubada no ano de 1916 [2181]. Além da vista fantástica sobre o Santuário, barragem da Caniçada e vale do Cávado, atravessa uma bela mata de carvalhos.

O trabalho de um investigador não se pode sujeitar a interesses que não sejam os do conhecimento da verdade, por muito que ela possa desgostar a terceiros. Ao longo destes cinco anos, as dificuldades foram muitas e, por vezes, instalou-se a desilusão, sobretudo por falta de respeito e compreensão pelo nosso trabalho. Todavia, concluímos com o sentimento de missão cumprida, mas conscientes do muito que ainda há por fazer até que a história do santuário de São Bento da Porta Aberta se fixe com todos os dados que a enformam. Uma história de grandeza e de valores humanos assentes numa crença - o poder taumatúrgico do Santo Padroeiro da Europa - que opera "milagres" e que faz com que a Basílica Menor de S. Bento da Porta Aberta atraia, todos os anos, centenas de milhares de visitantes (turistas e peregrinos), oriundos não só das redondezas, mas de todo o país, mundo lusófono e da Europa – saudamos a Mesa

[2178] Artigo 1.º dos Estatutos de 1991.
[2179] AJFRC, *Livro de atas n.º 3* (1885-1896), fl. 63.
[2180] Visita realizada no dia 16 de junho de 2018 e destinada ao «Grupo dos Amigos do mosteiro de S. Martinho de Tibães».
[2181] *Vide* nota 11.

pela iniciativa de ter colocado, no dia 4 de janeiro de 2014, as bandeiras da Europa junto ao Santuário - justificando as palavras do Papa Pio XII no IV Centenário da morte de São Bento, a 21 de março de 1947: *Vere Europae Pater Sanctus Benedictus est* (São Bento é, na verdade, o Pai da Europa!).

Agora que se aproxima mais um Jubileu de Santiago (Jacobeu 2021), lançamos um desafio: por que não começar a celebrar-se, em S. Bento da Porta Aberta, já no próximo ano de 2021, o Jubileu da Trasladação das Relíquias de S. Bento (*Benedicteu 2021*), catorze dias antes do *Jacobeu 2021*?

Para compreender, é preciso ver, ouvir e sentir o que os milhares de romeiros têm para dizer e, sobretudo, para mostrar. Sem complexos, a qualquer dia ou hora da semana, eles demandam o santuário de SBPA onde, além de rezar, deixam a esmola, o molho de cravos ou as velas de cera.

Terminamos citando a última estrofe de um poema do escritor Miguel Torga, primeiro vencedor do «Prémio Camões» - o mais importante que se atribui nos países da lusofonia -, dedicado ao grande Frederico García Lorca a quem trata por «irmão» e cujo nome dá título ao poema.

Torga, «um pobre poeta da montanha», encarna o sentimento dos peregrinos de SBPA, embora o seu "santo" seja outro e o "santuário" se situe em Granada:

> E o peregrino vem,
> Reza devotamente,
> Põe no altar o que tem,
> E regressa mais livre e mais contente...
> Assim faço, também [2182].

[2182] MIGUEL TORGA (1982): *Poemas Ibéricos*, 2.ª ed. Coimbra: edição do autor, p. 70.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

# FONTES

## 1. FONTES MANUSCRITAS

### 1.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa

- *Chancelaria de D. João V*, 1712, 7 de dezembro – "Alvará para feira nas segundas quartas feiras de cada mês no terreiro da capela de São Bento de Donim". Livro n.º 38, fls. 150 e ss.

### 1.2. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho (A. D. B.)

**Manuscrito:**

N.º 1054 (THADIM, Manuel José da Silva, *Diário Bracarense das Epocas, Fastos e Annaes mais remarcaveis, e sucessos dignos de mençam, que sucederam em Braga, Lisboa, e mais partes de Portugal, e Cortes da Europa*).

**Bulário bracarense**: *Caixa das Bulas* n.º 4, doc. n.º 82 – 1426, 11 de outubro: "Bula do PP Martinho V ao arcebispo de Braga D. Fernando Guerra".

**Registo Geral:** Livros n.os 1, 2, 6, 12, 16, 19, 25, 29, 31, 33, 34, 39-41, 43, 44, 61, 62, 66, 68, 71-73, 76-78, 81, 82, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 102, 105-110, 113, 115, 117-125, 131, 132, 134-136, 139, 141, 144, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155-158, 161, 162, 168, 170, 171, 177, 179-186, 193, 194, 205, 208-210, 212, 216, 219, 220, 226, 227, 235, 244, 281, 294, 357 e 391.

**Governo Civil:**

Supremo Tribunal Administrativo, docs. n.os 50, 55 e 58;

Comissão Distrital, Juntas de Paróquia, docs. n.os 644, 675, 737, 1060, 1817, 2549, 3177, 3662 e 5445;

Comissão Distrital, Irmandades, docs. n.os 70, 72, 552 e 1100

Comissão Distrital, Confrarias, docs. n.os 501, 510, 1532, 2594, 6681 e 8031;

Distrito Administrativo, Juntas de Paróquia, docs. n.os 644, 675, 929 e 1040;

Distrito Administrativo, Irmandades, docs. n.os 280, 405, 683, 684 e 1789;

Distrito Administrativo, Confrarias, docs. n.os 1193, 1207, 1358, 1361 e 1193;

Distrito Administrativo, Obras, docs. n.os 483, 487, 500 e 543.

**Nota Geral:** 1.ª série:

Livro n.º 635: 1731, 4 de setembro – "Contrato da obra do retábulo para o altar de S. Bento da igreja de S. Vicente desta cidade";

Livro n.º 668: 25 de outubro – "Contrato da obra de douramento do retábulo do altar de S. Bento da igreja de S. Vicente com Manuel de Queirós e Manuel da Silva desta cidade";

Livro n.º 768: 1764, 1 de Maio – "Contrato de união que faz a confraria do Patriarca S. Bento sita na igreja de S. Pedro de Maximinos com a confraria de S. Sebastião da mesma freguesia extramuros desta cidade";

Livro n.º 879: 1801, 10 de janeiro – "União da confradia de Sam Bento do Salvador, desta cid.e, a Irmd.e de Nossa Snr.a de Guadalupe desta Cidade";

Livro n.º 907: 1813, 9 de fevereiro – "União da confradia de Sam Sebastião e S. Bento instituída na Parochial Igreja da freg.a de Sam Pedro de Maximinos do arrabalde desta Cidade à confradia do Menino Deos sita na mesma Igreja que fazem o Juiz e mais da Mesa delas".

**Cabido - Visitas e Devassas:**

Livro n. 162-C: - "Capítulos da visita da 2.ª parte ordinária de Valença", 1793-1858;

Livro n. 311-C: - 1817, 14 de agosto – "Sumário tirado na freguesia de S. Mamede de Caniçada, contra o Rev. Jacinto José da Silva, Abade de S. João Baptista de Rio Caldo e outros da mesma freguesia»;

Livro n.º 732: - Arciprestado de Caminha – Informação de visita, 1775;

Livro n.º 739: - Arciprestado de Arcos de Valdevez, 1845 – "Resposta aos quesitos expressos na Circular de 23 de setembro último dirigida ao Ex.mo R.mo Senhor Arcebispo Primaz, pelo Arcipreste dos Arcos de Valdevez em dezembro de 1845";

Livro n.º 740: - Arciprestado de Barcelos – Caderno que contém esclarecimentos a respeito das paróquias, párocos eclesiásticos e bem assim de reuniões, palestras e outras para satisfazer a portaria de 23 de setembro 1845;

Livro n.º 743: - Arciprestado de Basto - Informações de visita (1.ª parte), 1824;

Livro n.º 745: - Arciprestado de Póvoa de Lanhoso- Informações de visita feita pelo chantre - Chantrado, 1822;

Livro n.º 748: - Arciprestado de Guimarães - Caderno de todas as freguesias - Arciprestado de Guimarães, 1845;

Livro n.º 750: - Arciprestado de Monção - Caderno de todas as freguesias, 1845;

Livro n.º 753: - Arciprestado de Pico de Regalados – Cadastro ou livro que contém todas as freguesias, 1845;

Livro n.º 754: – Arciprestado de Ponte de Lima – Informações eclesiásticas, 1846, Manoel Joaquim Gomes dos Reys, arcipreste, março de 1846;

Livro n.º 756: – Arciprestado de Valença do Minho – Informação do clero, Igrejas e mais objectos eclesiásticos, 1846;

Livro n.º 758: – Arciprestado de Valença do Minho (2.ª parte) – Vizita do Thezourado de Valença, 1825.

**Fundo Monástico-Conventual:**

*Beneditinos, (Ordem dos)*.

CARVOEIRO, Santa Maria, c. Viana do Castelo: - *Livro B, n.º 99*: - Medição dos Casais, séc. XVIII.

CONGREGAÇÃO DE S. BENTO DE PORTUGAL:

Livro n.º 30: - Termos de Noviciado n.º VII (1762-1806), fl. 28.

Livro n.º 95: - Hospício de S. Bento de Braga (1764-1822), Procuradoria de Lisboa e S. João da Foz).

NEIVA, S. Romão do, c. de Viana do Castelo:

Livro B, n.º 99: - Medição dos Casais, séc. XVIII;

Livros do Mostrador (n.º 145 e 146);

Livro das Capelas (n.º 164);

PALME, S. Salvador de, c. de Barcelos: - Livro n.º 87: - Mostrador, 1810-1812: «Livro do recibo do mosteiro de Palme, feito pelo P. recebedor, Frei António de São Joaquim Costa, sendo D. Abbade do dito mosteiro o Muito R.do P. P. Fr. José do Pilar, para os anos de 1810, 1811 e 1812».

RENDUFE, Santo André, c. de Amares:

Livro n.º 106: - Mostrador, vol. 1, 1630;

Livro n.º 108: - Mostrador, vol. 3, 1630;

Livro n.º 110: - Mostrador, vol. 5, 1630;

Livro n.º 111: - Relação dos bens e rendimentos do mosteiro, 1770, fl. 1.

TIBÃES, S. Martinho, c. de Braga:

Livro n.º 54: Tombo do antigo mosteiro de S. Cláudio. Anno de 1676;

Livro n. 57: - "Tombo das propriedades e rendas que o Mosteiro de S. Martinho de Tibães da Ordem do P. S. Bento possue nas freguesias de Santa Maria de Carreço, e Santa Maria da Vinha de Areosa, termo da Villa de Vianna Fos do Lima, Feito nos annos de 1759 e 1760 (…)». Fls. 68 v. e 70.

*Cistersienses, (Ordem dos).*

BOURO, Santa Maria, c. de Amares, mosteiro de:

CI-14: - *Livro do Índice do Cartório*, séc. XVIII;

CI-16 e 17: - *Livro do Mostrador*, tomos 1 e 2 (sécs. XVI a XIX).

*Loios.*

VILAR DE FRADES, Salvador de, c. de Barcelos, mosteiro de: - *Livro n.º 19* (cota antiga), fls. 151-151v.

**Registos Paroquiais:**

Paróquia de São João Batista de Rio Caldo: Livros n.os 154, 160, 317, 320.
AMARES:
*Paroquial de Amares, Besteiros*, Misto n.º 3, fl. 167 v.-178.
BRAGA
*Paroquial de Braga*, óbitos de Padim da Graça (1808-1852), fl. 75.
TERRAS DE BOURO
*Paroquial de Terras de Bouro*, n. 156, fls. 201 v.-202;
*Paroquial de Rio Caldo*, livro de óbitos n.º 1 (1785 a 1811 e 1824 a 1884), fl. 53 v.;
*Paroquial de Rio Caldo* (Terras de Bouro), Livro de óbitos n.º 163.

**Registos notariais:**

AMARES
- Tabelião José Augusto Leite Ribeiro: Livros de notas n.os 63, 64 e 66.

NOTARIAL DE VIEIRA DO MINHO
*Tabeliães*:
- Álvaro Augusto Leite Ribeiro: Livros de notas n.º 251;
- António Araújo Machado: Livros de notas n.º 104;
- António da Costa Brito: Livros de notas n.os 45, 46, 48, 52 e 57;
- António Luís Reis Ribeiro: Livros de notas n.os 56, 57 e 70;
- António Plácido Correia de Vasconcelos: Livros n.os 293 e 525;
- João Batista Vieira Ramalho: Livro n.º 759;
- José Joaquim Rebelo Leite: Livros de notas n.os 20, 21, 23 e 35;
- Manuel Luís Gonçalves: Livros de notas n.os 61 e 70 e Livro n.º 692.

### 1.3. Arquivo da Arquidiocese de Braga

Registo Geral do Património das Capelas (1885-1910);
Registo Geral (1817 a 1823) e (1828 a 1833);
Registo das Cartas de Ordens (1850- a 1915);
Registo de Provisões (1804 a 1806), (1823 a 1828) e (1838 a 1842);
Registo de Posses e Provisões (1849 a 1853);
Registo de Provisões, Demissórias, Dispensas (1850 a 1856);
Registo de Decretos e Provisões (1883 a 1886), (1886 a 1889), (1889 a 1895) e (1895 a 1898);
Registo de Portarias, Provisões e Circulares (1899 a 1906) e (1915 a 1923);
Copiador (1875 a 1878) e (1878 a 1881);
Registo dos Títulos dos Benefícios e Igrejas Paroquiais (1841 a 1844) e (1844 a 1849);
Registo de Títulos e Posses Paroquiais (1878 a 1884).

### 1.4. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Carta da Província do Minho de 1832 (Res. – XIX-A-22);
BRANDÃO, Gonçalo Luis da Silva (1758): *Topographia da Fronteyra, Praças e seus Contornos, Raya Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho*", (Ms. 1909);

**1.5. Arquivo Distrital do Porto**, *Paroquial do Bonfim*, livro de óbitos do ano de 1880, fl. 103 v. (assento n.º 408).

### 1.6. Arquivo da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, Rio Caldo – Terras de Bouro

- Livros de atas da Mesa da Assembleia Geral (1919 a 1953);
- Livro de autos de arrematação e contratos (1890 a 1908);
- Livro de autos de arrematação e contratos (1917);
-Livros de atas da Mesa da Irmandade: (1924 a 1948), (1945 a 1950), (1951 a 1956), (1956 a 1969), 1966 e (1977 a 1978);
- Livro do inventário (1915 a 1939);
- Livro de Orçamentos de Receita e Despesa (1939 a 1962);

- Livro de receitas e despesas (1849 a 1895), (1861 a 1881 - «falsificado»), (1861 a 1895) e 1928;
- Copiador de correspondência e alvarás (1890 a 1906);
- Copiador de correspondência e editais (1899 a 1900), (1924 a 1948) e (1949 a 1955).

### 1.7. Arquivo Municipal de Amares

- Livro de Prazos (1841 a 1852);

**Fundo *Concelho de Santa Marta de Bouro*:**

- Livro de Atas (1839);
- Livro de Atas n.º 1 (15-8-1847 a 20-12-1849);
- Livro de Atas n.º 2 (17-1-1850 a 26-1-1860);
- Livro de Atas n.º 3 (3-2-1860 a 26-8-1861);
- Copiador de correspondência expedida (1852 a 1854);
- Copiador de correspondência recebida (1865 a 1924);
- Copiador do Administrador Livro n.º n.º 4 (1853).

### 1.8. Arquivo Municipal de Terras de Bouro

*Administrador do Concelho*:
Copiador de correspondência do ano de 1847;
Confrarias e côngruas (1868-1936);
Juntas de Paróquia (1881);
Copiador de correspondência expedida (1907-1910);
Copiador de correspondência recebida (1907-1908);
Livros de Notas n.os 1 (1841 a 1852), 4 (1907) e 7 (1955);
Livros de Atas n.os 1 (1847 a 1849), 2 (1850 a 1860) e 3 (1860 a 1861).

### 1.9. Arquivo Municipal de Vieira do Minho

Livro de Atas n.º 1 (1891 a 1896);
Copiador do Administrador do concelho de Vieira do Minho (1895 a 1896);
Correspondência recebida de várias Administrações e Concelhos (1845 a 1917);
Livro de Atas n.os 2 (1850 a 1860) e 3 (1860 a 1898).

### 1.10. Arquivo da Junta da Paróquia/Junta de Freguesia de Rio Caldo

Livros de Atas n.os 1 (1843 a 1863), 2 (1863 a 1885), 3 (1885 a 1896) e 4 (1896 a 1902);
Livros de Atas s/n: (1920 a 1923)[2183], (1923-1927), (1927-1933) e (1933-1944);
Livro de inventário dos bens próprios (1886-1930);
Livro de contas de receita e despesa (1896-1915);
Pasta de documentos diversos (1902-1938).

### 1.11. Outros arquivos

**Arquivo Municipal "Alfredo Pimenta",** Guimarães, *Paroquial de Lordelo*. Livro n.º P-530, fl. 95.

**Cartório Paroquial de S. João da Cova**, *Livro dos capítulos da freguesia de S. João da Cova (1810-1889)*, fls. 69-69 v.

**Cartório Paroquial da freguesia de S. João da Cova**

**Arquivo da «Casa Araújo», Rio Caldo**

Documentação avulsa.

**Arquivo da «Casa Santos», Rio Caldo**

Documentação avulsa.

**Arquivo da Banda de Música de Carvalheira (Terras de Bouro)**

1908 – «Hino a S. Bento da Porta Aberta» por José Manuel Arantes;
1908 – «Coro a S. Bento» por Belarmino Pereira.

[2183] Devido ao desaparecimento de alguns livros, não é possível numerá-los sequencialmente.

**Arquivo pessoal de Domingos Alves**
Manuscrito do Pe. José António Silvério Pinto Guedes, «Para a História de S. Bento».
**Arquivo pessoal de Adelino Domingues**
Fundo Pe. Francisco Antunes de Almeida.

## 2. FONTES IMPRESSAS - JORNAIS

### 2.1. Biblioteca Pública de Braga / Universidade do Minho

- «A Correspondência do Norte»: 31-07-1880; 14-10-1896; 26-07-1902; 13-08-1902; 10-09-1902;
- «A Palavra»: 03-08-1902; 12-09-1902; 07-02-1904; 02-03-1910; 06-03-1910; 09-03-1910; 12-03-1910;
- «A Voz Pública»: 12-07-1902; 17-07-1902; 20-07-1902; 27-07-1902; 01-08-1902; 02-08-1902; 23-08-1902;
- «Bracarense»: 21-08-1857; 23-07-1858; 04-10-1859;
- «Comércio de Vieira»: 25-02-1936;
- «Constituinte»: 24-11-1880;
- «Correio do Minho»: 22-07-1902; 29-07-1902; 05-08-1902; 12-08-1902; 15-08-1902; 19-08-1902; 16-09-1902; 23-09-1902; 10-03-1903; 12-02-1904; 25-01-1907; 08-12-1931; 07-02-1936;
- «Diário do Minho»: 21-09-1922; 04-10-1922; 05-10-1922; 17-10-1922; 20-10-1922; 12-07-1924; 18-11-1924; 19-11-1924; 20-11-1924; 15-08-1925; 19-08-1927; 23-08-1927; 25-08-1927; 27-08-1927; 07-09-1927; 16-09-1927; 08-12-1931; 24-09-1932; 30-06-1934; 11-8-1934; 16-08-1934; 12-9-1934; 06-02-1936; 09-02-1936; 03-08-1940; 02-07-1942; 05-07-1945; 22-01-1946; 22-01-1956; 07-08-1980; 11-08-1999; 18-08-1999; 12-08-2000; 14-08-2000; 15-08-2016; 15-08-2017; 18-12-2017; 12-07-2018; 12-06-2019, suplemento Cultura;
- «Diário de Notícias»; 16-08-1900; 17-08-1900; agosto de 1909;
- «Jornal de Vieira»: 30-01-2019;
- «Maria da Fonte»: 10-08-1927; 05-10-1924; 19-10-1924; 23-11-1924; 16-08-1925; 13-03-1927;
- «O Commercio do Minho»: 16-09-1882; 08-08-1885; 18-08-1885; 13-08-1895; 20-06-1896; 20-08-1898; 20-08-1908; 12-09-1908; 30-10-1908;
- «O Jornal»: 31-07-1902;
- «O Primeiro de Janeiro»: 25-08-1900; 16-07-1902;
- «O Progressista»: 01-08-1893; 10-02-1893; 24-04-1896;
- «São Bento da Porta Aberta» [BPB/UM: S. Braga-C-2]: vol. 1 (1961 a 1971);
- «Senhora da Abadia»: 13-06-1985;
- «Voz da Verdade»: 21-05-901;
- «União Radical»: 04-11-1924; 11-11-1924; 31-11-1924.

### 2.2. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Jornal «O Periódico dos Pobres no Porto»: 21-3-1843; 29-3-1843;
Jornal «Maria da Fonte»: 13-3-1927.

### 2.3. Arquivo Municipal «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso

Jornal Maria da Fonte: 5-10-1924; 19-10-1924; 23-11-1924; 16-08-1925.

## 3 BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (2016): *Atas do Congresso de S. Bento, Pai e Padroeiro da Europa 2014-2015 (4.º Centenário)*. Terras de Bouro: Irmandade de São Bento da Porta Aberta.

AA. VV. (2014): *S. Bento – Pai e Padroeiro da Europa*. Terras de Bouro: Irmandade de São Bento da Porta Aberta.

AA. VV. (2010): *Santuário de S. Bento das Peras, Igreja Paroquial de S. Miguel das Caldas de Vizela, Igreja Paroquial de S. Salvador de Tagilde* (coord. de José Paulo Abreu). Braga: Instituto de História e Arte Cristãs (IHAC).

AA. VV. (2005): *Festas e Romarias do concelho de Alcobaça*. Organização e coordenação de DREL/OLEFA, Alcobaça. Edição da Câmara Municipal de Alcobaça.

AA VV (2002): *Lendas do Minho*. Valença do Minho: Associação de Municípios do Vale do Minho.

AA. VV. (1995): *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago: Itinerários Portugueses*. Xunta de Galicia: Comunidade de Trabalho Galicia-Norte de Portugal.

AA. VV. (1989): *La religiosidad popular*. Barcelona: Anthropos.

ABREU, Alberto Antunes (1989): *Vila Cova: A Terra e o Homem*. Barcelos: «A Guarita».

AFONSO, António José Ferreira (2017): «S. Bento de Travassos (Vilar) *versus* S. Bento da Porta Aberta (Rio Caldo)», **in** *Misericórdia de Braga, revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga,* vol. 13. Braga, pp. 143-176.

---- (2016): «Religiosidade popular em S. Bento: formas genuínas de expressar a fé e a devoção a S. Bento», **in** *Atas do Congresso de S. Bento, Pai e Padroeiro da Europa (2014-2015).* Terras de Bouro: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, pp. 127-164.

---- 2016: «Fray Damián Yañez Neira, um Homem que amava Portugal - II», **in** *Diário do Minho*, 13 e 14 de maio de 2016;

---- 2015: «A Capela de S. Bentinho do Hospital (Braga): origem e fundação», **in** *Misericórdia de Braga, revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga,* vol. 11. Braga, pp. 31-84.

---- 2015: «Fray Damián Yañez Neira – Um Homem que amava Portugal», **in** *Diário do Minho* de 13 de dezembro;

ALBORNOZ, Francisco Luque-Romero, y ADANA, José Cobos Ruiz de (1989): «Los exvotos en la provincia de Córdoba. Tipología y catalogación»», **in** SANTALÓ, C. Álvarez, BUXÓ, María Jesús, y BECERRA, S. Rodríguez (1989): *La religiosidad popular. III – Hermandades, romerías y santuarios*. Barcelona: Anthropos, pp. 369-390.

ALEGRIA, Paulo (1970): *Romeiros – Pilgrims*. Viana do Castelo: Câmara Municipal.

ALMADA, D. José Lourenço de (2000): *A Caminho de Santiago - Roteiro do Peregrino*. Porto: Lello Editores.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973): «Os caminhos e a assistência no norte de Portugal», **in** *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média***.** Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

---- (1968): *Vias Medievais de Entre Douro e Minho* (dissertação para Licenciatura em História). Porto: Faculdade de Letras do Porto.

ALMEIDA, Patrícia Roque de (2007): «Azulejaria do claustro do cemitério do Mosteiro de São Martinho de Tibães. Os painéis perdidos», **in** *Património/Estudos*. Porto: IPPAR (Ministério da Cultura), págs. 70-80.

---- (2005): «Apontamentos sobre a iconografia dos Eremitas na azulejaria setecentista no Entre Douro e Minho», **in** *Ciências e Técnicas do Património, revista da Faculdade de Letras*. Porto.

---- (2004): *O azulejo do século XVIII na arquitetura das Ordens de S. Bento e de São Francisco no Entre Douro e Minho*. Porto: dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 4 vols.

ALVES, Lourenço (1988): *Monografia de Seixas*. Caminha: Centro de Bem-Estar de Seixas.

ALVES DA CUNHA, N. C. (1979): *No Alto Minho: Paredes de Coura*. Ed Câmara Municipal de Paredes de Coura (2.ª ed.).

AQUINO, P. Fr. Thomaz de (1767): *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes do Congregaçaõ Benedictina do Reyno de Portugal.* Porto: Offic. de Francisco Mendes Lima.

ARAÚJO, António de Sousa (2016): «Parada de Gatim, Cervães, Prado, Calvelo… Irmandades, Confrarias, Costumeiros. Algumas notas», **in** *Boletim Cultural de Vila Verde*, n.º 12. Vila Verde: Câmara Municipal.

ARAÚJO, António de Sousa, e SILVA, Armando B. Malheiro da (1985): *Inventário do fundo monástico-conventual* (separata de ITINERARIUM – Revista quadrimestral de Cultura, ano XXXI, 1985). Braga: Edições do Arquivo Distrital/Universidade do Minho, Braga.

ARAÚJO, José Rosa (1984): «As romarias sem sol» **in** *Terras de Val de Vez*, boletim cultural n.º 7. CM dos Arcos de Valdevez, pp. 15-26.

AZPEITIA, Gurutzi Arregi (2009): «Manifestaciones rituales y simbólicas en las romerías de Vizcaya», **in** BECERRA, Salvador Rodríguez *et alii*: *Las romerías, ritos y símbolos*. Salamanca: Instituto de las Identidades (Diputación de Salamanca), pp. 31-52.

BAETA, Sandra (2017): *Santa Senhorinha de Basto – memória hagiográfica, culto, espaços sacros, …* Cabeceiras de Basto: Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Senhorinha de Basto.

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (1993): «O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII», **in** *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. IX, Porto, pp. 101-223.

BARREIROS, Cónego Manuel de Aguiar (1954): *Ensaios Iconográficos: exposição mariana*. Oficinas de S. José, Braga.

---- (1931): *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto.* Braga: Revista «Opus Dei».

---- (1920): *A portada Românica de Villar de Frades e o seu symbolismo*. Porto: Edições Ilustradas Marques

BÁRTOLO, Diamantino L. R. (2011): *S. Bento, pescador de homens. Confraria de S. Bento, homenagem à fé dos seixenses*. Lisboa: Chiado Editora.

BECERRA, Salvador Rodríguez (2009): «Las romerías, entre lo sagrado y lo profano: una perspectiva antropológica desde Andalucía», **in** BECERRA, Salvador Rodríguez *et alii*: *Las romerías, ritos y símbolos.* Salamanca: Instituto de las Identidades (Diputación de Salamanca), pp. 11-29.

BELLINO, Albano (1900): *Archeologia Christã. Descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. Empreza da História de Portugal, Lisboa.

BEZERRA, Manoel Gomes de Lima (1785 e 1791): *Os estrangeiros no Lima*, 2 vols. Coimbra: Real Officina da Universidade.

BOURDIEU, Pierre (2009): *La eficacia simbólica, religión y política*. Buenos Aires: Biblos.

BRANCO, Camilo Castelo (2016): *Eusébio Macário: História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais*. Lisboa: Expresso.

BROCHADO DE ALMEIDA, Carlos A. (2002): «O Cruzeiro do Senhor do Galo na Tradição Jacobeia», **in** *Barcelos Revista*, 2.ª série, n.s 11 a 13 (2000 a 2002).

BROCHADO DE ALMEIDA, Carlos A., e MATOS, Sebastião (1999): *São Tiago nos Caminhos de Barcelos*. Barcelos: Câmara Municipal.

CAETANO, Joaquim Inácio (2001): *O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Aparição e autor.

CAILLOIS, R. (1995): *O homem e o sagrado*. Edições 70, Lisboa.

CAMPOS, Xaquín Rodríguez (2010): «La peregrinación medieval desde la antropología histórica», **in** LÓPEZ, María Montes, e ZAPATA, Jesús Varela (2010): *De Roma a Santiago: caminos de Historia, legado cultural*. Lugo: Axac, pp. 53-66.

CANNEVA-TÉTU, Odile (2013): *Architecture des Abbayes*. Rennes: Ouest-France.

CAPELA, José Viriato (2003): *As freguesias do Distrito de Braga nas **Memórias Paroquiais** de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista.* Braga: POCTI/FCT.

CAPELA, José Viriato, *et alii* (2005): *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas **Memórias Paroquiais** de 1758.* Alto Minho: Memória, História e Património. Braga: POCTI/FCT.

CAPELA, José Viriato, e BORRALHEIRO, Rogério (2000): *Vieira do Minho nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vieira do Minho: Câmara Municipal e Vieira, Cultura e Turismo, E. M.

CAPELA, Manuel José (2014): *A Música de Carvalheira: memórias do passado*. Braga: Banda de Música de Carvalheira.

CARDOSO, António Homem, e CARVALHO, Teresa de (2007): *Solares de Portugal*. Lisboa: TURIHAB.

CARPINETTI, Joao Silverio (1762): *Mappas das Provincias de Portugal*. Lisboa: Impressor Francisco Manuel.

CARVALHO DA COSTA, Pe. António (1706): *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reino de Portugal*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

CASTRO, Frei Paulino de (1997): *S. Bento da Várzea: Uma História Beneditina*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain (1994): *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Teorema.

CHRISTIAN (Jr.), William A. (2010): *El reino de Cristo en la Segunda República*… Barcelona: Ariel.

---- (1991): *Religiosidad local en la España de Felipe II*. Madrid: Editorial NEREA.

----. (1978), *Religiosidad popular: estudio antropológico de un valle español*. Madrid: Tecnos.

COCHERIL, Maur (1986): *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, ed. rev., corrig. e anot. por Gerard Leroux. Paris: Fondation Calouste Gulbenkin – Centre Culturel Portugais.

CONDE, A. Linage (1989-1996), *São Bento e os Beneditinos*, 6 vols. Terras de Bouro: Irmandade de São Bento da Porta Aberta, Braga.

CORREIA, Francisco Carvalho (2010): *O Mosteiro de Santo Tirso – Itinerário de uma visitação*. Fábrica da Igreja de Santo Tirso.

COSME, Fernando da Silva (2015): *Pela Serra do Jurês e ao longo da Jeira – História na Toponímia*. Terras de Bouro: Município de Terras de Bouro.

COSTA, Américo (1929-1949): *Dicionário corográfico de Portugal Continental e Insular: histórico, orográfico, biográfico, heráldico, etimológico*, 12 vols. Porto: Livraria Civilização.

COSTA, Avelino de Jesus da (2000): *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, II*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta [Rio Caldo].

---- (1997): *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, I*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta [Rio Caldo].

---- (1993). *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

---- (1981): «A Comarca eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo», **in** *I Colóquio Galaico-Minhoto*. Ponte de Lima, pp. 69-240.

---- (1984): *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal.

---- (1981): «Imagens, templos e mosteiros de São Bento na terra de Valdevez», **in** *Terras de Val de Vez*, boletim cultural n.º 3. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, pp. 73-119.

---- (1980): «O fundador de São Bento da Porta Aberta», **in** *Diário do Minho.* Braga, 7 de agosto de 1980.

COSTA, Silvestre (2000): *Santuários do Norte de Portugal*. Turisrul – Edições e Comunicação, Lda., Porto.

COSTA, Silvestre Matos da (2013): *Vila Cova e Banho (Barcelos). Cronologia histórica*. Barcelos: Casa do Povo de Vila Cova.

COUTINHO, José Pereira (2018): «História religiosa de Portugal e teorias da secularização: da primeira dinastia à actualidade», **in** *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano XI, n.º 31, pp. 143-166.

CRAESBEECK, F. X. da Serra (1992): *Memórias Ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho*, 2 vols. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, Lda.

CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (1996): *São Gonçalo de Amarante, um vulto e um culto*. Gaia: Câmara Municipal.

---- (1951): *Senhora da Abadia*. Barcelos: Confraria de N. S. da Abadia.

CUNHA, N. C. Alves da (1979): *No Alto Minho. Paredes de Coura*. Braga: ed. do autor.

CUNHA, D. Rodrigo da (1635): *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoens illustres, que floresceraõ neste Arcebispado*, 2.ª parte. Braga: Manoel Cardozo impressor.

DAVRIL, Anselme (1996): *Saint-Benoît sur-Loire*. Rennes: Ouest-France.

DELGADO, Manuel (1993): «La "religiosidad popular". En torno a un falso problema», **in** *A Gazeta de Antropología*, 10, articulo 08, (versão PDF).

*Devoção a S. Bento no Minho* (2006). Rio Caldo: Irmandade de São Bento da Porta Aberta.

DIAS, Frei Geraldo J. A. Coelho (2017): «A Regra de S. Bento, norma de vida monástica: sua problemática moderna e edições em Português», **in** *II Seminário Internacional "Religião, Letras e Armas: da Europa Renascentista para Basto".* Cabeceiras de Basto: Município.

---- (2011): *Quando os monges eram uma civilização… Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*. Porto: CITICEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Porto: FLUP e Edições Afrontamento.

---- (2009): *O Mosteiro de São Miguel de Refojos – Joia do Barroco em Terras de Basto*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal.

---- (2005): «O sal e a sua ambivalente dimensão: sabor da comida e símbolo de preservação religiosa», **in** *Seminário Internacional sobre o sal português, I.* Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto – Faculdade de Letras, pp. 339-348.

---- (2004): «Beneditinos Portugueses: urgência e insucesso da reforma ao tempo de D. Manuel», **in** *Atas do III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal,

---- (1996): «Hagiografia e Iconografia: Os "Diálogos" do papa S. Gregório Magno», **in** *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 3, pp. 7-24.

---- (1993): «O Culto Popular de S. Bento – uma forma de terapêutica religiosa», **in** *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 10. Porto, pp. 233-244.

---- (1987): «A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos», **in** *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. IV. Porto, pp. 227-253.

DIAS DE FREITAS, Pe. José Joaquim Pires (1898): *A questão de S. Bento da Porta Aberta da freguezia de Rio Caldo*. Braga: Typographia Souza Cruz.

DIAS, Jorge (1981): *Vilarinho da Furna: uma aldeia comunitária*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

DIOGO, José Leal (1979): «Em Vila Nova de Cerveira, entaipada e coberta a cal uma pintura do séc. XVII», **in** *O Comércio do Porto* de 20-10-1979.

DURKHEIM, Émile (2012): *Las formas elementales de la vida religiosa. El sistema totémico en Australia (y otros escritos sobre religión y conocimiento)*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.

ECO, U. (2001): *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Presença.

EÇA DE QUEIROZ (s/d): *A Relíquia*. Lisboa: Livros do Brasil.

ELIADE, M. (1999): *O sagrado e o profano: A Essência das Religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.

---- (1970): *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Cosmos.

ELLEGAST, Burkhard, e ROTHENEDER, Pe. Martin (1998): *Abbaye de Melk*. Ed. Stift Melk.

ESPÍRITO SANTO, Moisés (1990): *A religião popular portuguesa*. Lisboa: Assírio e Alvim (2.ª ed.).

FARIA, Molho de (1946): «A Romaria de S. Bento da Porta Aberta», **in** *Acção Católica*, n.º 5, ano XXXI (maio de 1946). Braga, pp. 282-291.

---- (1985): *São Bento da Porta Aberta* (3.ª ed.). Braga: Irmandade de São Bento da Porta Aberta [Rio Caldo].

FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro (2006): *Ponte de Donim. Algumas notas de cariz arqueológico-histórico*. Guimarães: Câmara Municipal.

FELGUEIRAS, G. (1956): «O culto popular a S. Bento», **in** *O concelho de Santo Tirso – boletim cultural*, vol. IV, n.º 3. Santo Tirso: Câmara Municipal, pp. 239-257.

FELGUEIRAS GAYO (Manuel José da Costa) (1989): Nobiliário de Famílias Portuguesas, vol. VVV (tomos XIX, XX e XXI). Braga: Carvalhos de Basto.

FERREIRA, José Augusto (1940): *Provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga*. Braga: Livraria Cruz.

FERREIRA, Pe. Manuel Avelino (1982): *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora do Terço*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

FERRO, Paulo (1998): *Real Santuário de Nossa Senhora da Abadia na 2.ª metade do Século XVII*. Amares: Confraria de N. S. da Abadia.

FIGUEIRAS, Paulo de Passos (1993): «A ação dos beneditinos no vale do Neiva», **in** *Revista Barcelos*. Barcelos: Câmara Municipal, pp. 181-198.

FONSECA, Teotónio da (1948): *O concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, 2 vols. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

FRAGATA, Júlio (1973): *Noções de Metodologia para a Elaboração de um Trabalho Científico*. Livraria Tavares Martins, Porto.

FRAZER, James (1981): *La rama dorada: magia e religión*. Madrid: Ediciones F. C. E. España, S. A., p. 197.

FREY, N. (1998): *Pilgrim stories*. Califórnia: University of California Press.

FRIAS, David Correia Sanches de (1886): *Notas a Lápis: passeios e digressões peninsulares*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.

GEETZ, C. (1989): *A interpretação das culturas*. Ed, Vozes, Petrópolis.

GELLNER, Ernest (1993): *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.

---- (1992): *Pós-modernismo, Razão e Religião*. Lisboa: Instituto Piaget.

GIOVELINA, F. (2000): *Umbanda, el poder del margen: religiosidad pupular y experiencia social*. Universidad de Cádiz, Cádiz.

GRAÇA, António Santos (1932): *O Póveiro: usos, costumes, tradições e lendas*. Póvoa de Varzim: edição do autor.

*Grupo Folclórico de Vila Verde: Mensageiro da sua Terra, Ontem, Hoje e Sempre* (2008). Vila Verde: ATAHCA e Grupo Folclórico de Vila Verde.

GUERREIRO, Manuel Viegas (1982): *Pitões das Júnias- esboço de monografia etnográfica*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa.

*Guia de Portugal IV: Entre Douro e Minho II – Minho*, 3.ª ed. (1996). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HAEUSSLER, Ralph (2008): «How to identify Celtic religion(s) in Roman Britain and Gaul», **in** *Divindades indígenas em análise* (atas do VII workshop FERCAN). Coimbra e Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), p. 47.

HERBERS, Klaus (1999): *Caminar a Santiago: relatos de peregrinaciones al fin del mundo*. Santiago de Compostela: Xerencia de Promoción do Camiño de Santiago.

HERCULANO, Alexandre (1866): *Portugaliae Monumenta Historica* (Scriptores): Vita et miracula Sancti Rudesendi). Olisipone: Typis Academicis.

HERRERA, Mercedes Cano: «Exvotos y promesas en Castilla y León», **in** SANTALÓ, C. Álvarez, BUXÓ, María Jesús, y BECERRA, S. Rodríguez (1989): *La religiosidad popular. III – Hermandades, romerías y santuarios*. Barcelona: Anthropos, pp. 391-402.

JUSTINO, Lucília José (2004): *Loas a Maria: religiosidade popular em Portugal*. Lisboa: Colibri.

LAPPONI, D. Massimo (2014): *São Bento e a vida familiar - Uma leitura original da Regra beneditina*. Terras de Bouro: Irmandade de São Bento da Porta Aberta.

LECLERCQ, Dom Henri (2011): *Saint-Benoît-sur-Loire*. Paris: Le Livre d´histoire-Lorisse.

LESSA, Elisa Maria Maia da Silva (2019): *O Patrimónico Musical do Bom Jesus do Monte*. Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte.

---- (2017): «A Música no Mosteiro de Tibães nos séculos XVII e XVIII», **in** *Bracara Augusta*, vol. LXII, n.º 120 (133). Braga: Câmara Municipal de Braga, pp. 29-48.

---- (1998): Os Mosteiros Beneditinos Portugueses *(Séculos XVII a XIX): Centros de Ensino e Prática Musical*. Lisboa: Universidade Nova. Dissertação de doutoramento (policopiada).

LÉVI-STRAUSS, Claude (2000): *El hombre desnudo*. México: Siglo veinteuno.

***Livros Antigos Portuguezes*** *1489-1600 da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelissima descriptos por S.M. El-Rei D. Manuel*, I vol. Braga: APPCDM.

LOPES, José Emídio Martins (2015): *Capela de Santiago e S. Bento no Silêncio das Nossas Memórias*. Fafe: Junta de Freguesia de Cepães e Fareja e Paróquia de S. Mamede de Cepães.

LYOTARD, Jean-François (1992): *Peregrinaciones: ley forma, acontecimientos*. Madrid: Cátedra.

MACEDO, António da Silva (2006): «S. Bento do Hospital», **in** *Misericórdia de Braga*, n.º 2. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, pp. 159-168.

MAGNO, San Gregorio (1989): *San Benito de Nursia*. Buenos Aires: Lumen.

---- (1999): *Vida e Milagres de S. Bento*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (2009): «Las romerías / peregrinaciones y sus símbolos», **in** BECERRA, Salvador Rodríguez *et alii*: *Las romerías, ritos y símbolos*. Salamanca: Instituto de las Identidades (Diputación de Salamanca), pp. 53-81.

---- (1993): *Las romerías / peregrinaciones y sus símbolos*. Madrid: Edicións Xerais de Galicia.

MÁRMOL, C., Frigolé, J, Narotzky, S. (2010): *Los lindes del patrimonio*. Barcelona: Icaria.

MARONIS, Publii Vergilii (1948): *Aeneis* (texto completo e anotado pelo Pe. Arlindo Ribeiro da Cunha). Braga: Livraria Cruz, p. 640.

MARQUES, José (2017): *Alto Minho e Galiza. Estudos históricos* (coor. de José Viriato Capela e Sandra Castro). Monção: Casa Museu de Monção/Universidade do Minho e Câmara Municipal de Monção.

---- (2015): «Os Beneditinos no noroeste peninsular, na Idade Média», **in** *Atas do Congresso de S. Bento, Pai e Padroeiro da Europa, 2014-2015*. Braga: Gráfica do Diário do Minho.

---- (1993): «A Colegiada e o Hospital de Santa Maria de Abade de Neiva, nos séculos XIV e XV», **in** *Barcelos Revista*, 2.ª série, n.º 4. Barcelos: Câmara Municipal, pp. 5-31.

---- (1988): *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

---- (1985): «A extinção do Mosteiro de Manhente», **in** *Barcelos Revista*, vol. II, n.º 2. Barcelos: Câmara Municipal, pp. 5-23.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira (2003): «A protecção concedida por D. Manuel às monjas de Vairão», **in** *Revista de Ciências Históricas*, n. 18. Porto: Universidade Portucalense, pp. 65-76.

MATA, Aida Maria Reis da (2011): «Vidas na vida de um mosteiro», **in** *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga n.º 7*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

MATA, Aida Maria Reis da, *et alii* (2004): *Sanctus Benedictus. São Bentinho* (catálogo de exposição). Braga: Mosteiro de S. Martinho de Tibães.

MATIAS, Abel (2010): *Vida de S. Bento - Contada aos Peregrinos de São Bento da Porta Aberta*. Rio Caldo (Terras de Bouro): Irmandade de São Bento da Porta Aberta.

MATOS, Henrique José M. de (2014): «O concelho de Santa Marta de Bouro. 1939-1854», **in** CAPELA, José Viriato, *et alii* (2014): *Para a História de Amares*. Amares: Município de Amares.

MAUSS, Marcel (1993): *Manual de Etnografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

---- (1968): *Les fonctions sociales du sacré*. Paris: Minuit.

MECOLAETA, Diego (1733): *Vida y Milagros del Glorioso Patriarca de los Monges San Benito*. Madrid: Joseph Gonzalez (Arenal).

MESQUITA, António (1990): «Os romeiros do Vale do Neiva», **in** *Barcelos Revista*, 2.ª série n.º 1. Barcelos: Câmara Municipal, pp. 231-244.

MONTEIRO, D. António de Castro Xavier (1982): *Santa Senhorinha de Basto*. Cabeceiras de Basto: Comissão Fabriqueira de Basto (Santa Senhorinha).

MORALES, Carlos Rodríguez (2018): «San Benito, Patrón por sorteo de los Fructos y Ganados de Tenerife desde 1535», **in** *Fiestas y Romería Regional de San Benito Abad 2018*, edição do Ayuntamiento de San Cristóbal de La Laguna.

---- (2017): «Elección y voto de San Benito como patrón de los fructos y ganados de Tenerife (1535)», **in** *Revista de Historia Canaria*, 199, pp. 277-290.

MOREIRA, Manuel António Fernandes (2006): *O Barroco no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.

---- (1986): *O Antigo Mosteiro de S. Salvador da Torre e os Pergaminhos da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo*. Viana do Castelo:

MOTA, Salvador Magalhães (2006): *Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na época do Antigo Regime. O Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu Domínio* (2 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (INCM).

NEIRA, Maria Damián Yañez (1978): «A Abadia de Júnias no caminho de S. Rosende», ***in*** *Comemorações do Milenário de S. Rosendo, 977-1977*. Montalegre: Câmara Municipal.

---- (1995): «El Monasterio de Santa María de Bouro y los Cistercienses – VIII Centenário de la llegada del Císter a Bouro», **in** *Mínia* – 3.ª série – ano III, pp. 3-20.

NEIVA, Adélio Torres (1993): «O morgado e a Casa da Silva (Barcelos). Subsídios para a sua história (Parte II)» **in** *Revista Barcelos*. Barcelos: Câmara Municipal, pp. 199-221.

NEIVA, Manuel Albino Penteado (2009): *Vale (S. Cosme): Memórias de um Passado*. Vila Nova de Famalicão: Junta de Freguesia e Fábrica da Igreja de Vale (S. Cosme).

---- (2000): *Apúlia na História e na Tradição*. Apúlia: Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia.

MOTA, Salvador (2017): «Percursos de vida Espiritual e Temporal dos Monges Bernardos na Congregação de Santa Maria de Alcobaça», **in** *Bracara Augusta*, vol. LXIII, N.º 121 (134). Braga: Câmara Municipal, pp. 21-106.

MUELA, Juan Carmona (1998): *Iconografía cristiana. Guía básica para estudantes*. Madrid: Akal.

NEIVA, Manuel Albino Penteado (2012): *Esposende: a barra, o porto e a navegabilidade do Cávado – Projetos e Memórias*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende.

NÓBREGA, Vaz-Osório da (1951): «Capela de São Bento, em Vila do Conde I: subsídios para a sua história», **in** separata de *Douro-Litoral*. Porto: Livraria Simões Lopes.

OLIVEIRA, A. Lopes de (1971): *Terras de Bouro e o seu Concelho*. Braga: Editora Pax.

OLIVEIRA, Aurélio de (2018): *Terra e Trabalho: Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime. A Abadia de Tibães – 1620-1822*, vol. II. Maia: ISMAI e CEDTUR.

---- (2013): *Terra e Trabalho: Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime. A Abadia de Tibães – 1620-1822*, vol. I. Maia: ISMAI e CEDTUR.

OLIVEIRA, Corrêa de, e MACHADO, Saavedra (1973): *Textos Portugueses Medievais*. Porto: Coimbra Editora.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (2019): «Breve reflexão sobre os santuários no Minho, na Idade Moderna», **in** *Mínia*, n.º 14, III Série. Braga: ASPA, p. 111-131.

---- (2018): *Entalhadores, Enxambradores, Escultores, Pedreiros, Desenhadores, Calígrafos e Autores de Riscos que trabalharam em Braga: 1730-1775*. Braga: Câmara Municipal.

---- (2016): *Os Passos do Senhor na cidade de Braga*. Braga: Irmandade de Santa Cruz.

---- (2008): «A Capela, hoje Santuário, de São Bento da Porta Aberta (Rio Caldo, Terras de Bouro) nos séculos XVII e XVIII», **in** *Terras de Bouro: História e Património*, Cadernos de Cultura n.º 5. Terras de Bouro: Câmara Municipal.

---- (1999): *Arte e artistas em Braga e sua região* (1870-1920). Braga: APPACDM.

---- (1994): *O edifício do convento do Salvador: de mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga: Lar Conde de Agrolongo.

OSÓRIO, Rui (2015): *Foz do Douro de 1216 a 2016: 800 anos da Paróquia de S. João Batista*. Porto: Paróquia de S. João Batista da Foz do Douro.

OTTO, R. (1992): *O Sagrado*. Edições 70, Lisboa.

PABLO, S. (2004): *La religiosidad popular: creencias y vida cotidiana*. Buenos Aires: Capital Intelectual.

PASSERI, Bernardino, e CAPRIOLI, Alipranto (1579), *Vita et miracula Sanctiss.mi Patris Benedicti, ex libro II Dialogorum Beati Gregorii Papae et Monachi collecta, et ad instantiam Deuotorum Monachorum Congregationis ejusdem S.ti Benedicti Hispaniarum aeneis typis accuratissime delineata*. Romae, Anno Domini M D LXX VIIII.

PEREIRA, F. Alves (1918): «Uma fundação de D. Tareja: o mosteiro de Ermelo)», **in** *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Etnológico Português, vol. XXIII, pp. 138-158.

PEREIRA, Paulo (2005): *Lugares mágicos de Portugal: Montes Sagrados, Altos Lugares e Santuários*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

PEIXOTO, Antonio da Rocha (1908): «Tabulae Votivae», **in** *Portugália*, vol. II, fasc.1-4: Porto: Imprensa Portugueza, pp. 5-30.

PEIXOTO, Inácio José (1992): *Memórias – Braga e Portugal na Europa do séc. XVIII*. Introdução de Oliveira Ramos e fixação do texto por José Viriato Capela. Braga: ADB/UM.

PEIXOTO, José Carlos Gonçalves (2017): *Memórias do Couto de Tibães*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

---- (2014): *Tibães, marcos e domínios*. Mire de Tibães: Edição do autor.

PEREIRA, António José Soares (2016): *Vidas de Um Povo*. Ventosa, Vieira do Minho: edição do autor.

PEREIRA, Domingos Joaquim [Abade do Louro] (1867): *Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famalicão.* Vianna: Typ. de André J. Pereira & Filho.

PÉREZ, Carlos Baliñas (1998): *Gallegos del Año Mil*. Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

PINTO, Eugénio Mendes, e PINTO, Ricardo Santos (2003): *Póvoa de Lanhoso – Por Terras de Lanhoso*. Paredes: reviver – Editora, Lda.

PINTO, José, e VIEIRA, Sandra (2017): *A Festa de S. Bento do Cando: memórias de uma devoção serrana em terras de Soajo e Gavieira*. Arcos de Valdevez: Município.

---- (2010): «S. Bento do Cando: Uma festa serrana do concelho de Arcos de Valdevez», **in** *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 50. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 179-192.

PINTO GUEDES, Pe. José António Silvério (s/d): *Para a história de S. Bento* (manuscrito).

PINTOR, Pe. M. A. Bernardo (1981): «Por Terras de Soajo: São Bento do Cando na freguesia de Gavieira», **in** *Terra de Val de Vez*, boletim cultural n.º 2. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, pp. 5-30.

PORTUGUÊS, Ernesto (2002): *São Salvador de Cambeses. Memória e identidade de um povo*. Monção: Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Cambeses.

RAPPAPORT, Roy A. (2001): *Ritual y religión en la formación da la humanidad*. Madrid: Cambridge University Press.

*Regula Sanctissimi Benedicti Monachorum Omnium Patris Almifici* (1856). Olyssipone: Congregationis Sancti Patris Benedicti (Antonius Riberius).

REVILLA, Federico (1999): *Diccionário de iconografía e simbología*. Madrid: Catedra.

RIBEIRO, Baptista (1940): «O Convento de Tibães», **in** *Propaganda*, revista ilustrada, ano VI, junho de 1940, pp. 77-83.

ROMANO, David (1985): *Elementos y Técnica del Trabajo Científico*. Barcelona: Teide.

ROMERO, Fernando Alonso (2016): *Devociones y creencias sobre el agua. Galicia y outros pueblos europeos*. Santiago de Compostela: Andavira Editora.

---- (2013): «El culto a las piedras del Promontorio Sagrado (Cabo de San Vicente)», **in** *Atas do VI Congresso Transfronteiriço de Cultura Celta de Ponte da Barca*. Município de Ponte da Barca.

SÁ, Joaquim (2002): *Quadras Populares a São Bento*. Braga: APPCDM.

SAMPAIO, Gonçalo (1986): *Cancioneiro Minhoto*, 3.ª ed. Braga: Correio do Minho.

SANCHES, Benjamin Martín (2012): *São Bento, Abade*. Cucujães: Missões.

SANCHIS, Pierre (1992): *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: D. Quixote.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de (1712): *Santuário Mariano, t. IV*. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram.

SANTALÓ, C. Álvarez, BUXÓ, María Jesús, y BECERRA, S. Rodríguez (1989): *La religiosidad popular. III – Hermandades, romerías y santuarios*. Barcelona: Anthropos.

SANTIAGO, Fr. Francisco de (1762): *Chronica da Santa Provincia de N. Senhora da Soledade*, t. I. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.

SERRA, Narciso Luís Esteves (2014): *Mosteiro de S. Fins de Friestas: Paradigma de um Património Classificado*. Valença: edição do autor.

SILVA, Domingos Maria da (1959): *Entre Homem e Cávado II: Amares e Terras de Bouro (Monografia do concelho de Amares)*. Amares: «A Modelar».

---- (1958): *Entre Homem e Cávado III: Amares e Terras de Bouro (Monografia de Terras de Bouro)*. Amares: «A Modelar».

SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (2011): *O Gerês: de Bouro a Barroso – Singularidades Patrimoniais e Dinâmicas Territoriais*. Porto: Afrontamento.

SMITH, Pierre *s.v.* «Rito», **in** BONTE, Pierre, e IZARD, Michael (1996): *Dicionario Akal de Etnología y Antropología*. Madrid: Ediciones Akal, pp. 639-642.

SMITH, Robert C. (1966): *Pinturas de ex-votos existentes em Matosinhos e outros santuários portugueses*. Matosinhos: Câmara Municipal.

SOARES, Ernesto (1955): *Inventário da Coleção de Registos de Santos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

SOARES, Franquelim Neiva (1986): «As Capelas de Apúlia: II - -A Capela de S. Bento«, **in** *Nascer de Novo*, Ano 7, n.º 78.

---- (1981): «O Arciprestado de Guimarães no Inquérito de 1845», ***in*** *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III. Guimarães, pp. 39-74.

SOUSA, Dom Gabriel de, e CASTRO, Pe. Paulino Luís de (2012): *Houve um Homem - BENTO*. Lamego: Minerva.

---- (1990): *São Bento, Patriarca dos Monges e Pai da Europa*. Mosteiro de Singeverga (Santo Tirso): ORA & LABORA.

--- (1980): «Comemorações do XV centenário do nascimento de São Bentol», **in** *Terras de Val de Vez*, boletim cultural n.º 1. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, pp. 8-78.

---- (1956): «São Bento na história e na tradição popular», **in** *O concelho de Santo Tirso – boletim cultural*, vol. IV, n.º 3. Santo Tirso: Câmara Municipal, pp. 239-257.

SOUSA, Tude Martins de (1927): *Gerez (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

---- (1909): *Serra do Gerez: Estudos – Aspetos - Paisageens*. Porto: Livraria Chardron.

STARKIE, W. (2010): *El Camino de Santiago: Las peregrinaciones*… Palencia: Cálamo.

THOMAS, Frei Leão de S. (1644): *Benedictina Lusitana I*. Coimbra: Officina de Diogo Gomes de Loureiro.

THOMAS, Frei Leão de S. (1651): *Benedictina Lusitana II*. Coimbra: Officina de Manoel de Carvalho.

TOLOSANA, Carmelo Lisón (1990): *Demonios y exorcismos en los siglos de oro – La España mental I*. Madrid: Akal.

---- (1990): *Endemoniados en Galicia hoy – La españa mental II*. Madrid: Akal.

TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, *et alii* (1998): *Barcelos Histórico, Monumental e Artístico*. Braga: APPACDM Distrital de Braga.

TURNER, Victo W. (1988): *El proceso ritual. Estructura y antiestructura*. Madrid: Taurus.

VASCONCELOS, João (1996): *Romarias I e II. Um inventário dos Santuários de Portugal*. Lisboa: OLHAPIM.

VASCONCELOS, José Leite (1964): *Contos populares e lendas*, vol. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra.

VASCONCELOS, Maria da Assunção J., e ARAÚJO, António de Sousa (1986): *Bulário Bracarense: Sumários de Diplomas Pontifícios dos séculos XI a XIX*. Braga: ADB/UM.

VAZ, Carlos Nuno Salgado (2017): *Senhora das Neves/a Branca: 500 Anos de uma rica história*. Braga: Irmandade de Nossa Senhora-a-Branca.

VIEIRA, Amândio Amorim de Sousa (2017): *P´ra que viva Ponte de Lima! Terra de tradições*. Ponte de Lima: Município.

VIEIRA, José Carlos Alves (2000): *Vieira do Minho: Notícia Histórica e Descritiva*. Braga: «O Jornal de Vieira», 2.ª ed.

VIEIRA, José Augusto (1886 e 1887): *O Minho Pittoresco*, 2 vols. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor.

VILLALOBOS, Plácido (1586): *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento*. Lisboa: Congregação de Sam Bento.

WEITZMANN, K. (2001): *Les icônes*. Paris: Martiniére.

# RESUMO

A presente dissertação de doutoramento incide sobre o santuário de S. Bento da Porta Aberta situado na freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro e distrito de Braga encontrando-se estruturada em duas partes, além de um capítulo introdutório de natureza metodológica.

O primeiro capítulo começa com um texto introdutório no qual fazemos o enquadramento deste santuário, elevado à categoria de basílica menor no dia 17 de março de 2015, um título honorífico atribuído pela Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, por delegação do Papa Francisco, a pedido de D. Jorge Ortiga, Arcebispo Metropolita de Braga, Primaz das Espanha.

Após a introdução, explicamos as razões que nos levaram a desenvolver este tema. Desde logo, devido a uma ligação à freguesia onde se situa o templo e onde vivemos até aos vinte e sete anos. Depois, por ser um dos santuários mais importantes do país - o segundo em termos de peregrinação, a seguir a Fátima - que nos habituámos a frequentar, não só aquando das romarias, mas em cujo templo substituíamos as missas conventuais celebradas na matriz. Não obstante a sua grandiosidade e o elevado número de peregrinos que anualmente ali acorrem, a sua história ainda estava por fazer, existindo, apenas uma monografia redigida pelo cónego Molho de Faria e editada, pela primeira vez, em 1947. Trata-se de uma obra de cariz religioso do, saída das mãos de um cónego da Sé de Braga, que nos dá uma visão histórico-religiosa do santuário, mas sem qualquer carácter científico, onde os aspetos etnográficos e antropológicos praticamente não são referidos e, muito menos, interpretados.

Ainda no primeiro capítulo, abordamos as nossas motivações para esta tarefa, como o conhecimento da história e de algumas pessoas com familiares ligados à administração do santuário. Também nos motivou o facto de, há já alguns anos, andarmos a recolher informação para a elaboração de uma monografia que complementasse o estudo do cónego Molho de Faria, nomeadamente no que respeita aos artistas que construíram o templo, bem como aos engenheiros que o projetaram, aos pedreiros e carpinteiros que o fizeram, aos entalhadores, pintores e douradores que conceberam e construíram os altares e as imagens, enfim, todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram na concretização deste projeto. Devemos acrescentar que tínhamos uma certa curiosidade em conhecer mais a fundo as histórias e lendas que envolvem este templo, desde o roubo das imagens à figura tenebrosa de um dos fundadores da Irmandade de SBPA, o Pe. Pinto Guedes (1854-1927), falecido quase há cem anos, mas cujo fantasma, até há bem pouco tempo, aterrorizava as crianças que frequentavam a escola primária, um edifício construído no tempo em que administrava os rendimentos do santuário. Por último, não podemos deixar de referir o facto de termos localizado um conjunto significativo de documentos inéditos que nos possibilitou a elaboração de uma cronologia bastante rigorosa de todo o processo construtivo. O *corpus* da investigação, os objetivos, o estado da questão, a metodologia adotada: consulta das fontes, trabalho de campo (entrevistas e levantamento fotográfico e normas textuais), os constrangimentos (nomeadamente no acesso a alguns arquivos), a estrutura e a fundamentação teórica onde sobressaem nomes como William Christian, Turner, Lisón Tolosana, Mariño Ferro, Rapapport, Émile Durkheim, Pierre Smith, Revilla, Pierre Sanchis, ou os portugueses Rocha Peixoto e Moisés Espírito Santo, entre muitos outros, completam este capítulo.

A primeira parte aborda o culto a S. Bento no Minho, espaço geográfico onde este santuário se insere, a partir do levantamento das marcas patrimoniais beneditinas que foi possível inventariar: igrejas, santuários, capela, nichos e alminhas.

Entendemos que, falar de um santuário como o de S. Bento da Porta Aberta - cujo orago teve um papel de tal modo determinante na formação da Europa que levou o Papa Paulo VI a proclamá-lo «Padroeiro Principal de toda a Europa» implicava uma contextualização do seu culto no Minho. Procedemos, para isso, ao levantamento exaustivo de todas as marcas patrimoniais beneditinas: santuários, igrejas paroquiais, capelas, nichos e alminhas que, além de fotografarmos, estudamos aprofundadamente com recurso a várias fontes, nomeadamente os livros do fundo do *Registo Geral* existente no Arquivo Distrital de Braga. Infelizmente, a limitação de espaço impediu-nos de incluir este espólio fotográfico que consideramos único na sua abrangência.

Depois de uma história breve da vida de S. Bento – globalmente conhecida -, procuramos enquadrar o seu culto no âmbito da chamada "religiosidade popular", ou, como explicamos no corpo da tese e aconselha Manuel Delgado na senda do trabalho de Córdoba Montoya, «experiência religiosa ordinária ou sistema religioso de denominação católica» (*experiencia religiosa ordinaria o sistema religioso de denominación católica*).

O culto popular a S. Bento é um culto de proximidade. Os romeiros gostam de se aproximar do Santo, tocá-lo, ou serem tocados como acontece em S. Bento de Seixas, em Caminha. Não admira, por isso, que o tratem de uma forma familiar e afetuosa, afinal é o seu «S. Bentinho», como encontrámos em vários lugares.

Uma surpresa foi a realização dos clamores a S. Bento, como acontecia na freguesia de Balugães, concelho de Barcelos, muito semelhantes aos grupos de romeirinhos que cantavam e rezavam durante o trajeto. Por isso, não quisemos esquecer os hinos e as canções que evocam S. Bento, quer em termos religiosos, quer profanos, uma vez que, como demonstramos, o ritual do romeiro inclui estas componentes.

Embora existam bastantes nichos com a imagem de S. Bento, a verdade é que a maior parte das pessoas desconhece a existência de alminhas com a imagem de S. Bento, o que, na realidade, é uma raridade. Se os primeiros se devem aos frades dos mosteiros beneditinos que os colocavam como marca nos terrenos por eles aforados, como acontece em Tibães (Braga), Carreço (Viana), Durrães (Barcelos) ou Argela (Caminha), as alminhas resultam da iniciativa particular e algumas guardam histórias singulares como as da Rua do Muro, em Braga.

Muitos dos templos inventariados recebem a visita de romeiros, alguns dos quais continuam a fazer o caminho a pé, mas sem dúvida que o grande centro de peregrinação beneditina é o santuário de SBPA que todos os anos é procurado por milhares de devotos que chegam a percorrer dezenas e dezenas de quilómetros por estradas sem condições pondo em risco a sua vida. Este facto levou a que procedêssemos ao levantamento dos trilhos ancestrais percorridos pelos peregrinos e à elaboração de uma proposta de implementação de uma rede de caminhos que, sempre que possível, desvie os romeiros do perigo que correm ao circular em vias sem condições de segurança e com elevado tráfego rodoviário.

A iconografia beneditina é outro aspeto a salientar no nosso trabalho de campo realizado por todos os concelhos do Minho onde as marcas patrimoniais dos monges da Ordem de S. Bento se fazem presentes. São quase quatrocentas fotografias de esculturas, estampas e pinturas com a figura de S. Bento que nos permitem estudar as alterações iconográficas ao longo dos tempos. Desde a imagem de um S. Bento vestido de simples cogula a esculturas com vestes prelatícias, tudo foi inventariado. Surpreenderam-nos as três *imagens de roca* (igreja de Nossa Senhora do Terço, em Barcelos; igreja de S. Bento, em Vairão, Vila do Conde; e na matriz de Cerdal, em Valença). Por outro lado, ficamos a saber que a imagem de S. Bento da Porta Aberta – S. Bento vestido com cogula e mitra preciosa na cabeça – que se está a generalizar por todo o Minho, contrariando a figura canónica tradicional -, se deve à iniciativa do Pe. Pinto Guedes que, no início do século XX, quis dar um ar mais solene a uma imagem venerada por milhares e milhares de devotos. A imagem primitiva de SBPA, como muitas espalhadas pelas capelas do

Minho, tinha, como atributos, apenas o resplendor na cabeça, a *Regra* na mão esquerda enquanto a direita abençoava.

Ainda no âmbito da primeira parte, que subdividimos em dois capítulos com os títulos de «peregrinando pelo Alto Minho» e «peregrinando pelo Baixo Minho» - efetivamente foi o que fizemos -, queremos salientar os locais que, na atualidade, continuam a atrair centenas e centenas de devotos, à exceção de SBPA que trataremos na segunda parte.

No Alto Minho, S. Bento da Porta Aberta na freguesia de Cossourado, concelho de Paredes de Coura – que muitos confundem com o S. Bento da Porta Aberta em Rio Caldo, Terras de Bouro -, juntamente S. Bento da Lagoa na freguesia de Cerdal (Valença) e S. Bento de Seixas, em Caminha, merecem uma referência especial.

O primeiro, situado junto da rota dos *Caminhos de Santiago*, tem uma lenda para explicar a sua fundação que vale a pena conhecer associada a um carvalho, uma árvore divinizada pelos antigos; o segundo, embora não sendo caso único, pela sua importância para o comércio, pois na sua envolvente se continuam a realizar grandes feiras; S. Bento de Seixas, além da parte comercial, é digno de referência pelo ritual de tocar na cabeça das crianças com uma pequena imagem de S. Bento e pelo facto darem continuidade a uma prática ancestral, devidamente contemplada nos Estatutos, de os pescadores serem obrigados a ofertarem ao santo o resultado de uma noite de pesca, o que trazia graves inconvenientes para quem tentava enganar o santo.

Não podemos encerrar esta abordagem ao culto a S. Bento no Minho sem falarmos do concelho dos Arcos de Valdevez onde as marcas beneditinas mais se fazem sentir. Podíamos falar do S. Bentinho do Ermelo, representante de um mosteiro beneditino convertido à reforma de S. Bernardo (Ordem de Cister), mas não vamos individualizar, aqui, o que mais nos surpreende é a figura do «S. Bentinho da Cartola», seja na Vila (igreja de um mosteiro franciscano), em Paredes (Vale S. Pedro) ou no extremo do concelho na freguesia de Portela, o S. Bento da Mourisca. Todas as esculturas de S. Bento possuem um chapéu de coco, pequeno em Paredes, médio na Vila e de abas largas e de madeira na Mourisca. Este chapéu serve para os devotos se persignarem, sendo que alguns o colocam na própria cabeça para assim poderem participar das graças que o santo tem para distribuir por todos aqueles que o veneram.

No Baixo Minho, temos as duas igrejas paroquiais dedicadas a S. Bento neste território: Várzea (Barcelos) e Pedraído (Fafe). Em relação à primeira, destacamos a imagem gótica trazida de França em pedra de Ançã – infelizmente coberta por uma rica capa de asperges, com mitra preciosa e báculo – mas que esconde a raridade de uma escultura cujos atributos são as varas e um "pergaminho" onde, em carateres góticos, encontramos o versículo 12 do «Salmo 2» da *Vulgata*: «*Aprehendite disciplinam, ne quando irascatur Dominus, ne pereatis de via iusta*». Ainda sobre S. Bento da Várzea, uma palavra em relação à «Capela da Tentação de S. Bento», impropriamente designada «Capela do Diabo», uma matéria a pedir um estudo antropológico. A figura negra do Diabo que empurra uma donzela para os braços de S. Bento que, agarrado ao crucifixo, olha para o céu a pedir a ajuda divina para vencer a tentação, num quadro muito mais humano que o canónico rebolar-se, despido, numa moita de silvas narrado por S. Gregório Magno.

A igreja de S. Bento de Pedraído merece uma visita por dois motivos: a especificidades das três esculturas de S. Bento, todas antigas e diferentes, exibindo um hábito onde as mangas, além de largas, se apresentam de feitio retangular, e a excelente recuperação do edifício setecentista (1717) e dos altares, um trabalho supervisionado pelo arquiteto e escultor norueguês Asbjørn Andresen. Referimos, também, o santuário de S. Bento das Pedras, em Vizela, impropriamente renomeado «S. Bento das Peras» por influência do S. Bento das Peras de Rio Tinto (Gondomar) – o primeiro situa-se no alto de um monte rodeado de penedos e o segundo num vale agrícola -, não só pela raridade dos ex-votos legados num ritual de pintura dos penedos em cor branca – simbologia do milagre – onde o devoto escreve o seu agradecimento.

Trata-se de uma das primeiras referências a S. Bento no território português, segundo refere o professor Avelino de Jesus da Costa na obra *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, avançando com a possibilidade de esta ermida já existir no ano de 1192, a qual terá dado o nome ao monte: «*subtus monte de Sancto Benedicto, discurrente flumen Avizela*». Também se revela incontornável não falarmos da capela de S. Bentinho de Trás do Hospital, bem no centro da cidade de Braga e junto ao hospital como o nome deixa antever. Com grande afluência de romeiros no passado, ficaram famosos os grupos que todas as quintas-feiras, à tardinha, atravessavam e cidade a rumavam à capela do santo da sua predileção, como descreve a escritora bracarense Ondina Braga. Na atualidade, apesar de os serviços hospitalares terem mudado para a periferia da cidade, basta passar lá a qualquer hora do dia para ver que há sempre alguém a fazer companhia a S. Bento. No final do século XIX, os ofertas de ovos eram milhares que chegavam para abastecer o hospital e ainda sobravam para dar aos pobres, como afirma um historiador da época, Albano Bellino, acrescentando que o povo se refere ao S. Bentinho do Hospital como «a melhor galinha dos pobres».

A segunda parte da nossa tese debruça-se sobre o santuário de SBPA. São 400 anos de história comemorados com a realização de um congresso internacional nos anos de 2014 e 2015.

A sua história começou em 1614 com a presença de um Visitador do cabido da Sé de Braga que, em junho, recomendou ao pároco que, até ao Natal seguinte, construísse uma capela no lugar de Seara da Forcadela, bastante distante da igreja paroquial e com maus caminhos, para aí poderem ser administrados os sacramentos sobretudo às pessoas e aos doentes. Não foi no Natal desse ano, mas em junho de 1615 que o arcebispo passou a provisão para bênção da capela.

Até 1730, não passou de uma capela simples igual a tantas outras espalhadas pelo mundo católico. Segundo alguns autores, tinha um alpendre onde os peregrinos se abrigavam – ficava junto de um trilho por onde circulavam os peregrinos e romeiros (portugueses e galegos) de Santiago e de Nossa Senhora da Abadia – e daí lhe advém o determinativo «da Porta Aberta». Discordamos desta tese porque, de acordo com obra de Diego Mecolaeta, tendo por base um escrito do monge beneditino Marceliano da Ascensão, tal deve-se a um «fenómeno» ocorrido neste ano que fez com que as portas aparecessem abertas pela manhã, ainda que bem trancadas à noite.

Associado a este «milagre», temos a cura da sobrinha do abade de Parada de Bouro, do concelho vizinho de Vieira do Minho, a quem S. Bento tirou uma grande verruga do nariz, depois de a jovem ter consultado os cirurgiões da época. A partir destes factos, aparecem os primeiros romeiros e com eles aumenta a fama de «S. Bento milagreiro», até que, em meados do século XIX, são às centenas, o que obrigou à construção de um templo novo e com dimensões significativas, isto depois de várias reconstruções que correspondiam ao aumento dos devotos.

Em 1878, inicia-se a construção do edifício elevado a basílica menor em 2015, num processo moroso e eivado de polémicas entre os grupos que disputavam a administração da fábrica do santuário. Um liderado pelo abade da freguesia, o Pe. José Dias de Freitas, que apresentava como argumento o facto de a capela ter sido fundada por um antecessor, e do outro o Pe. José António Pinto Guedes, professor primário, que acabaria por fundar uma confraria para a qual haveria de ser transferida a administração do santuário quando esta, devido ao processo de secularização, estava ser gerida pela Junta de Paróquia presidida pelo irmão do Pe. Pinto. Um processo de legalidade duvidosa sem que, até hoje, tenha sido encontrada a escritura de constituição da confraria.

Na construção do edifício e aformoseamento dos espaços adjacentes, estiveram envolvidos os melhores técnicos e artífices da cidade de Braga, nomeadamente ao nível dos engenheiros, escultores, entalhadores, pintores, douradores, bem como paramentarias e fornecedores de

sinos. Refira-se que a firma Rebello da Silva forneceu um carrilhão de dezoito sinos considerado um dos melhores a nível nacional.

Apesar das polémicas a fama de SBPA foi crescendo, atraindo cada vez mais devotos que lhe tributavam esmolas significativas e que, até 1930, foram investidas no aformoseamento do terreiro e área envolvente ao santuário e distribuídas em apoios sociais aos pobres da freguesia. A partir desta data, devido a alterações estatutárias, os apoios sociais mantiveram-se, mas os grandes investimentos só décadas mais tarde seriam retomados, com a construção de uma hospedaria que haveria de evoluir para uma pousada até ao hotel de 4* da atualidade, bem como da nova cripta e outros edifícios como capelas e casas de alojamento que lhe estão associados.

Uma última palavra sobre o que têm de particular os ritos cultuais praticados em S. Bento da Porta Aberta. Além das tradicionais três voltas ao templo, os devotos não dispensam uma subida à tribuna onde podem estar frente a frente com o Santo, tocar-lhe, beijar o seu manto ou a ponta do sapato – o que obriga a repinturas frequentes -, depositar os ex-votos, maioritariamente cravos em flor, objetos de cera, joias e esmolas. Os ex-votos são retirados diariamente e a colocação de alguns menos «católicos», como o sal e produtos agrícolas, são colocados numa sala que se encontra por trás da abside do Santuário.

Alguns rituais vulgarizados no passado, como o uso de mortalhas nas procissões, encontram-se em desuso, assim como não há registo da utilização de caixões mortuários há várias dezenas de anos.

Ritual que que não encontrámos em nenhum dos santuários que visitámos, mas que encontra paralelo nas grandes romarias medievais (Lugares Santos, Santiago e Roma) tem a ver com o facto de os romeiros de SBPA, tradicionalmente – na altura em que, maioritariamente, faziam o trajeto a pé -, levarem, no regresso, ramos de medronheiro como prova de terem estado em SBPA. É interessante vermos que este arbusto, à semelhança do carvalho e do teixo, também era sacralizado e associado à morte e à imortalidade.

Fechamos este resumo com uma referência ao projeto que a Mesa da Irmandade se prepara para concretizar, a «Casa da Memória» que constituirá, certamente, uma excelente oportunidade para divulgar a história deste templo tão rica, não só em termos materiais, mas sobretudo do ponto de vista humano como muito bem documentam os muitos e variados ex-votos que já se encontram em exposição.

# RESUMEN

La presente disertación doctoral se centra en el santuario de S. Benito da Porta Aberta (SBPA), ubicado en la parroquia de Río Caldo, municipio de Terras de Bouro y distrito de Braga, y está estructurado en dos partes, además de un capítulo introductorio de naturaleza metodológica.

El primer capítulo empieza con un texto introductorio en el que enmarcamos este santuario, elevado a la categoría de basílica menor el 17 de marzo de 2015, un título honorífico otorgado por la Congregación para el Culto Divino y la Disciplina de los Sacramentos, por delegación del Papa Francisco, a pedido de D. Jorge Ortiga, Arzobispo Metropolitano de Braga, Primado de España.

Tras la introducción, explicamos las razones que nos llevaron a desarrollar este tema. En primer lugar, debido a una conexión con la parroquia donde se encuentra el templo y donde vivimos hasta los veintisiete años. Después, por ser uno de los santuarios más importantes del país, el segundo en términos de peregrinación, después de Fátima, al que nos acostumbramos a asistir, no solo a la hora de las peregrinaciones, sino en cuyo templo reemplazamos las misas dominicales celebradas en la sede. Sin embargo, su grandeza y la gran cantidad de peregrinos que lo visitan anualmente, su historia aún estaba por hacerse, con solo una monografía escrita por el canon Molho de Faria y publicada, por primera vez, en 1947. Se trata de una obra de carácter religioso de manos de un canon de la Catedral de Braga, que nos ofrece una visión histórico-religiosa del santuario, pero sin ningún carácter científico, donde prácticamente no se mencionan los aspectos etnográficos y antropológicos y, mucho menos, son interpretados.

Aún en el primer capítulo, discutimos nuestras motivaciones para esta tarea, como el conocimiento de la historia y algunas personas con miembros de la familia vinculados a la administración del santuario en el pasado. También nos ha motivado el hecho de que, durante algunos años, hemos estado recopilando información para la elaboración de una monografía que complementaría el estudio del canon Molho de Faria, en particular, con respecto a los artistas que construyeron el templo, así como a los ingenieros que lo diseñaron, a los albañiles y carpinteros que lo hicieron, a los talladores, pintores y artesanos que diseñaron y construyeron los altares y las imágenes, en resumen, todos aquellos que, de alguna manera, colaboraron en la realización de este proyecto. Hay que añadir que teníamos una cierta curiosidad por conocer más profundamente las historias y leyendas que rodean este templo, desde el robo de las imágenes hasta la oscura figura de uno de los fundadores de la Hermandad de SBPA, el padre Pinto Guedes (1854-1927), ha fallecido casi hace cien años, pero cuyo fantasma, hasta hace muy poco, aterrorizaba a los niños que asistían a la escuela primaria, un edificio construido en el momento en que administraba los ingresos del santuario. Por último, no podemos dejar de mencionar el hecho de que hemos localizado un conjunto significativo de documentos inéditos que nos permiten preparar una cronología muy estricta de todo el proceso de construcción. El *corpus* de la investigación, los objetivos, el estado de la pregunta, la metodología adoptada (consulta de las fuentes, trabajo de campo - entrevistas y encuestas fotográficas y normas textuales), las limitaciones (es decir, el acceso a algunos archivos), la estructura y la justificación teórica donde nombres como William Christian, Turner, Lisón Tolosana, Mariño Ferro, Rapapport, Émile Durkheim, Pierre Smith, Revilla, Pierre Sanchis o los portugueses Rocha Peixoto y Moisés Espírito Santo, entre muchos otros, completan este capítulo.

El primero aborda el culto a S. Benito en Minho, un espacio geográfico donde se inserta este santuario, a partir de la encuesta de marcas patrimoniales benedictinas que fue posible inventariar: iglesias, santuarios, capillas, nichos y “petos de ánimas”.

Entendemos que hablar de un santuario como el de S. Benito da Porta Aberta, cuyo santo patrón desempeñó un papel tan decisivo en la formación de Europa que llevó el Papa Pablo VI, el 24 de octubre de 1964, a proclamarlo "Patrón principal de toda Europa", implicaba una contextualización de su culto en la región de Minho. Por lo tanto, procedemos a un estudio exhaustivo de todas las marcas patrimoniales benedictinas, desde los santuarios, iglesias parroquiales, capillas, nichos y "petos de ánimas" que, además de fotografiar, estudiamos en profundidad utilizando varias fuentes, a saber, los libros del fondo del *Registro General* existente. en el archivo del distrito de Braga. Desafortunadamente, el espacio limitado nos ha impedido de incluir esta colección fotográfica que consideramos única en su alcance.

Después de una breve historia de la vida de S. Benito, conocida mundialmente, tratamos de adaptar su culto al ámbito de la llamada "religiosidad popular" o, como explicamos en el cuerpo de la tesis y asesora a Manuel Delgado en el camino del trabajo de Córdoba Montoya, "experiencia religiosa ordinaria o sistema religioso de denominación católica".

El culto popular de S. Benito es un culto de proximidad. A los peregrinos les gusta acercarse al Santo, tocarlo, o ser tocados, como sucede en S. Benito de Seixas, en Caminha. No es de extrañar, por lo tanto, que le traten de una manera familiar y cariñosa, al final, es el suyo «S. Bentinho», como lo encontramos en varios lugares.

Una sorpresa fue la realización de los reclamos a S. Benito, como sucedió en la parroquia de Balugães, municipio de Barcelos, muy similar a los grupos de peregrinos que cantaron y rezaron durante el viaje. Por esta razón, no queríamos olvidar los himnos y canciones que evocan a S. Benito, tanto en términos religiosos como profanos, ya que, como hemos demostrado, el ritual del peregrino incluye estos componentes.

Aunque hay muchos nichos con la imagen de S. Benito, la verdad es que la mayoría de las personas desconocen la existencia de "petos de ánimas" con la imagen de S. Benito, que, en realidad, es una rareza. Si los primeros se deben a los frailes de los monasterios benedictinos que los colocaron como una marca en la tierra que habían guardado, como en Tibães (Braga), Carreço (Viana), Durrães (Barcelos) o Argela (Caminha), los "petos de ánimas" son el resultado de la iniciativa privada y algunas tienen historias únicas como los de Rua do Muro en Braga.

Muchos de los templos inventariados son visitados por peregrinos, algunos de los cuales continúan su camino a pie, pero sin lugar a dudas, el gran centro de peregrinación benedictina es el santuario SBPA que miles de devotos exigen cada año que visitan decenas y decenas de kilómetros por carreteras sin condiciones poniendo en riesgo su vida.

Este hecho nos llevó a examinar los senderos ancestrales recorridos por los peregrinos y a elaborar una propuesta para la implementación de una red de caminos que, siempre que sea posible, los desvíe del peligro que enfrentan cuando viajan por pistas sin condiciones de seguridad y con mucho tráfico por carretera.

La iconografía benedictina es otro aspecto a destacar en nuestro trabajo de campo realizado por todos los municipios de la región de Minho donde están presentes las marcas patrimoniales de los monjes de la Orden de S. Benito. Hay casi cuatrocientas fotografías de esculturas, grabados y pinturas con la figura de S. Benito que nos permiten estudiar los cambios iconográficos a lo largo del tiempo. Desde la imagen de un S. Benito vestido con una simple cogula hasta con *ropa prelada*, todo fue inventariado. Nos sorprendieron las tres imágenes «de roca» (iglesia de Nuestra Señora do Terço, en Barcelos; iglesia de S. Benito, en Vairão, Vila do Conde; y en la iglesia matriz de Cerdal, en Valença). Por otro lado, nos enteramos de que la imagen de S. Benito da Porta Aberta, S. Benito vestido con una cogula y una preciosa mitra en la cabeza, que se extiende por todo el Minho en lugar de la figura canónica tradicional, se debe a la iniciativa del P. Pinto Guedes que, a principios del siglo XX, quería dar un aire más solemne a una imagen venerada por miles y miles de devotos. La imagen primitiva de SBPA, como muchas dispersas alrededor de las capillas de Minho, tenía, como atributos, solo el resplandor en la cabeza, la *Regla* en la mano izquierda mientras que la derecha bendecía.

Aún dentro del alcance de la primera parte, que subdividimos en dos capítulos con los títulos de "peregrinación a través del Alto Minho" y "peregrinación a través del Minho inferior", de hecho, queremos resaltar los lugares que, hoy, continúan atrayendo a centenares y centenares de devotos, con la excepción de SBPA que trataremos en la segunda parte.

En el Alto Minho, S. Benito da Porta Aberta en la parroquia Cossourado, municipio de Paredes de Coura, que muchos confunden con S. Benito da Porta Aberta en Río Caldo, Terras de Bouro, junto con S. Benito da Lagoa en la parroquia de Cerdal (Valença) y S. Bento de Seixas, en Caminha, merecen especial mención.

El primero, ubicado al lado de la ruta «Camino de Santiago», tiene una leyenda para explicar su fundamento que vale la pena conocer asociado con un roble, un árbol deificado por los antiguos; el segundo, aunque no es un caso único, debido a su importancia para el comercio, ya que se siguen celebrando grandes ferias en sus alrededores; S. Benito de Seixas, además de la parte comercial, es digno de mención por el ritual de tocar las cabezas de los niños con una pequeña imagen de S. Benito y por el hecho de que continúan una práctica ancestral, debidamente contemplada en los Estatutos, de que los pescadores sean obligados a ofrecer al santo el resultado de una noche de pesca, que trajo serios inconvenientes para quienes intentaron engañar al santo.

No podemos poner fin a este enfoque del culto a S. Benito en Minho sin hablar del municipio de Arcos de Valdevez, donde las marcas benedictinas se sienten más. Podríamos hablar de S. Bentinho do Ermelo, representante de un monasterio benedictino convertido a la reforma de S. Bernardo (orden cisterciense), pero no vamos a individualizar, aquí lo que más nos sorprende es la figura de «S. Bentinho da Cartola», ya sea en Vila (iglesia de un monasterio franciscano), en Paredes (Vale S. Pedro) o al final del municipio en la parroquia de Portela, S. Bento da Mourisca. Todas las esculturas de S. Bento tienen un bombín, pequeño en Paredes, mediano en Vila y ala ancha y madera en Mourisca. Este sombrero es para que los devotos se persigan, y algunos se lo ponen sobre la cabeza para que puedan participar de las gracias que el santo tiene para distribuir a todos los que lo adoran.

En el Baixo Minho, tenemos las dos iglesias parroquiales dedicadas a S. Bento en este territorio: Várzea (Barcelos) y Pedraído (Fafe). En relación con el primero, destacamos la imagen gótica traída de Francia en piedra Ançã, desafortunadamente cubierta por una rica capa de asperger, con inglete precioso y personal, que oculta la rareza de una escultura cuyos atributos son los “palos” y un "pergamino" donde, en caracteres góticos, encontramos el versículo 12 del «Salmo 2» de la Vulgata: «*Aprehendite disciplinam, ne when irascatur Dominus, ne pereatis de via iusta*». Todavía sobre S. Benito da Várzea, una palabra en relación con la "Capilla de la Tentación de S. Benito", llamada incorrectamente "Capilla del Diablo", un tema para solicitar un estudio antropológico.

La figura negra del Diablo que empuja a una doncella a los brazos de San Benito, quien, aferrado al crucifijo, mira al cielo pidiendo ayuda divina para vencer la tentación, en una imagen mucho más humana que la canónica, rodante, desnuda, en una maleza narrada por S. Gregório Magno.

La iglesia de S. Benito de Pedraído merece una visita por dos razones: los detalles de las tres esculturas de S. Bento, todas antiguas y diferentes, que exhiben un hábito donde las mangas, además de ser anchas, son de forma rectangular, y la excelente restauración del edificio del siglo XVIII (1717) y los altares, una obra supervisada por el arquitecto y escultor noruego Asbjørn Andresen. También mencionamos el santuario de S. Benito das Pedras, en Vizela, renombrado incorrectamente «S. Benito das Peras» bajo la influencia de S. Benito das Peras de Rio Tinto (Gondomar) - el primero se encuentra en la cima de una colina rodeada de acantilados y el segundo en un valle agrícola -, no solo por la rareza de los exvotos que quedan en un ritual de pintar las rocas en color blanco, símbolo del milagro, donde el devoto escribe su agradecimiento.

Esta es una de las primeras referencias a S. Benito en territorio portugués, según el profesor Avelino de Jesus da Costa en el trabajo *O Bispo D. Pedro y la organización de la Arquidiócesis de Braga*, lo que aumenta la posibilidad de que esta capilla ya exista en año 1192, que habrá dado el nombre al monte: «*subtus monte de Sancto Benedicto, discurrente flumen Avizela*». También es esencial que hablemos de la capilla del S. Bentinho de Trás do Hospital, justo en el centro de la ciudad de Braga y al lado del hospital, como su nombre indica. Con una gran afluencia de peregrinos en el pasado, los grupos que todos los jueves, por la tarde, cruzaban la ciudad y se dirigían a la capilla del santo de su predilección, según lo descrito por el escritor de Braga, Ondina Braga, se hicieron famosos. Hoy, a pesar de que los servicios hospitalarios se han trasladado a las afueras de la ciudad, es suficiente detenerse en cualquier momento del día para ver que siempre hay alguien para acompañar a S. Benito. A fines del siglo XIX, había miles de ofrendas de huevos que llegaron para abastecer el hospital y todavía se las dejaban para dar a los pobres, como dice el historiador de la época, Albano Bellino, añadiendo que las personas se refieren al S. Bentinho do Hospital como «el mejor pollo de los pobres».

La segunda parte de nuestra tesis se centra en el santuario SBPA. Son 400 años de historia celebrados con un congreso internacional en 2014 y 2015.

Su historia empezó en 1614 con la presencia de un visitante de la capilla de la Sé de Braga que, en junio, recomendó al párroco que, hasta la siguiente Navidad, construyera una capilla en el lugar de Seara da Forcadela, bastante distante de la iglesia parroquial y con malos caminos, para que los sacramentos se puedan administrar sobre todo a las personas y a los enfermos. No fue en la Navidad de ese año, pero en junio de 1615 que el arzobispo aprobó la disposición para bendecir la capilla.

Hasta 1730, no era más que una simple capilla como tantas otras dispersas por todo el mundo católico. Según algunos autores, tenía un porche donde se refugiaban los peregrinos; estaba al lado de un sendero donde circulaban peregrinos (portugueses y gallegos) de Santiago y Nossa Senhora da Abadia, y de allí viene el determinante «de la puerta abierta». No estamos de acuerdo con esta tesis porque, según el trabajo de Diego Mecolaeta, basado en un escrito del monje benedictino Marceliano da Ascensão, esto se debe a un "fenómeno" que ocurrió en este año que hizo que las puertas parecieran abiertas por la mañana, aunque bien cerradas por la noche.

Asociado con este «milagro», tenemos la cura de la sobrina del abad de Parada de Bouro, del municipio vecino de Vieira do Minho, a quien S. Benito le quitó un gran lunar de la nariz, después de que la joven había consultado a los cirujanos de la época. A partir de estos hechos, aparecen los primeros peregrinos y con ellos la fama de «S. Benito hacedor de milagros», hasta que, a mediados del siglo XIX, hay cientos, lo que obligó a la construcción de un nuevo templo con dimensiones significativas, esto después de varias reconstrucciones que correspondieron al aumento de devotos.

En 1878, comenzó la construcción del edificio elevado a «basílica menor» en 2015, en un largo proceso y plagado de controversias entre los grupos que disputaron la administración de la fábrica del santuario. Uno dirigido por el abad de la parroquia, el P. José Dias de Freitas, quien argumentó que la capilla fue fundada por un predecesor, y por el otro fue el P. José António Pinto Guedes, profesor de primaria, quien finalmente encontró una hermandad a la cual la administración del santuario sería transferida cuando, debido al proceso de secularización, estaba siendo administrada por el Consejo Parroquial presidido por el hermano del P. Pinto. Un proceso de legalidad dudosa sin que, hasta hoy, se haya encontrado la escritura de constitución de la hermandad.

Los mejores técnicos y artesanos de la ciudad de Braga participaron en la construcción del edificio y la mejora de los espacios adyacentes, es decir, a nivel de ingenieros, escultores, talladores, pintores, doradores, así como vestimentas y proveedores de campanas. Cabe señalar

que la firma Rebello da Silva proporcionó un carillón de dieciocho campanas, considerado uno de los mejores a nivel nacional.

A pesar de las controversias, la fama de SBPA creció, atrayendo a más y más devotos que gravaron limosnas significativas y que, hasta 1930, se invirtieron en la mejora del terrero y el área que rodea el santuario y se distribuyeron en apoyo social a los pobres de la parroquia. A partir de esa fecha, debido a los cambios estatutarios, se mantuvo el apoyo social, pero las grandes inversiones solo se reanudarían décadas después, con la construcción de una casa de huéspedes que se convertiría en una posada que se ha convertido el hotel de 4 * hoy, así como la nueva cripta y otros edificios como capillas y casas asociadas.

Una última palabra sobre lo que los ritos culturales practicados en S. Benito da Porta Aberta tienen en particular. Además de las tres vueltas tradicionales del templo, los devotos no excluyen subir a la plataforma donde pueden enfrentar al Santo, tocarlo, besar su capa o la punta de su zapato, lo que requiere un repintado frecuente, depositar los exvotos, principalmente claveles de varias flores, objetos de cera, joyas y limosnas. Los exvotos se eliminan diariamente y la colocación de algunos menos "católicos", como la sal y los productos agrícolas, se colocan en una habitación que está detrás del ábside del Santuario.

Algunos rituales popularizados en el pasado, como el uso de mortajas en procesiones, están en desuso, así como el uso de ataúdes mortuorios desde hace varias decenas de años.

Un ritual que no encontramos en ninguno de los santuarios que visitamos, pero que encuentra un paralelo en las grandes peregrinaciones medievales (Lugares Santos, Santiago y Roma) tiene que ver con el hecho de que los peregrinos de SBPA, tradicionalmente, en el momento en que hacían el trayecto a pie, aportan las ramas de los madroños como prueba de haber estado en SBPA. Es interesante ver que este arbusto, como el roble y el tejo, también era sagrado y estaba asociado con la muerte y la inmortalidad.

Cerramos este resumen con una referencia al proyecto que la Mesa da Irmandade se está preparando para llevar a cabo, la «Casa da Memória», que sin duda será una excelente oportunidad para divulgar la historia de este templo tan rico, no solo en términos materiales, sino sobre todo en el punto de vista humano tan bien documentado con los muchos y variados exvotos que ya están en exhibición.